

ARTIGOS SELECIONADOS DE HISTÓRIA E ECONOMIA

ROBERTO BORGES MARTINS



Artigos Seleccionados de
História e Economia

Roberto Borges Martins

Artigos Seleccionados de História e Economia

Belo Horizonte
2024

Revisão, editoração eletrônica e projeto gráfico: Eduardo Martins

M386

Martins, Roberto Borges

Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX / Roberto B. Martins. - Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018. 632 p.: 11. tabs., gráfs.; 18 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-63449-08-5

1. Trabalho escravo - Minas Gerais - Séc. XIX 2. Minas Gerais - Condições econômicas - Séc. XIX I. Título

CDD 326
CDU 326

*Para Duca,
Mariana,
João Pedro e Maria Clara*

Introdução

Neste volume apresento alguns artigos sobre temas de história e de economia. Estão dispostos na ordem cronológica em que foram escritos, começando em 1974, quando eu ainda era estudante. Acho que a cronologia permite vislumbrar como evoluíram meus interesses e minha visão sobre os temas abordados. Desnuda também, é claro, os entusiasmos, os exageros do novato, e as certezas peremptórias, bem como as diferenças – que espero existirem – entre o aprendiz e o idoso. Eu sabia que alguns dos primeiros achados eram (e são) importantes, mas me lembro bem da enorme gana que tinha para contar as novidades, a lua de mel do calouro com as descobertas. A sequência mostra, enfim, como mudei – graças a Deus – em muitas coisas.

O conjunto selecionado inclui prefácios e introduções, mas compõe-se sobretudo de artigos sobre Minas Gerais no século XIX, focalizando a escravidão, o tráfico de escravos e outros tópicos da história econômica e social da província, enfatizando sempre sua característica não-exportadora.

Também estão presentes nesta coletânea, textos sobre a escravidão nos Estados Unidos, a escravidão no Caribe, a história do tráfico atlântico de escravos, teorias da escravidão e da transição para o trabalho assalariado, trabalhos sobre historiografia, fontes para a história de Minas e teoria do desenvolvimento econômico. Destaco ainda os artigos que escrevi sobre as desigualdades raciais e a luta pela igualdade no Brasil.

Os artigos foram escritos na Face/UFMG, onde fui professor por trinta anos; ou durante meu doutorado na Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos; e no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do qual fui presidente. Boa parte deles foi produzida depois de minha aposentadoria, e todos são apresentados na língua em que foram escritos.

Alguns débitos não podem ser esquecidos. Meu irmão Amilcar Vianna Martins Filho foi quem descobriu o divórcio entre a escravidão e a lavoura cafeeira em Minas, que desenvolvi como um ponto central no meu trabalho

inicial. Meu irmão Eduardo Borges Martins fez uma excelente revisão, editoração eletrônica e projeto gráfico de todos os artigos desse volume.

Duca é muito mais do que coautora de alguns trabalhos. Deu uma enorme ajuda com o emaranhado de números que usei na tese de doutorado em 1980, e desde então dá uma contribuição decisiva ao meu trabalho, com montanhas de dados (coletados em suas fantásticas incursões nos arquivos), com sugestões de análise e com críticas.

Não sou ensaísta. Pelo contrário, preocupo-me a cada passo, em encontrar embasamento empírico, seja documental seja numérico, para as afirmações que faço. Acredito que proposições demográficas e econômicas muitas vezes exigem validação quantitativa. Daí ter sempre buscado “dados” ou números para sustentar minhas posições.

No começo, fazia-se pesquisa percorrendo fichários ensebados por outros dedos, ou revirando bibliotecas e arquivos públicos, riquíssimos, mas poeirentos, cheios de mofo. Não existia Internet, não existia Word, Excel ou banco de dados. Trabalhar com números [falava-se em *história quantitativa*, como se existisse uma *história qualitativa*] significava fazer milhares, milhões de contas, quase uma por uma... Não existia microcomputador, existiam calculadoras Texas (havia também as HP, mas eram muito caras). Não existia *copy* nem *paste*, era preciso copiar os números a lápis, com grande cuidado para não errar, somar na calculadora, conferir e reconferir as somas quando havia qualquer diferença. Construir as tabelas, e fazer anotações em papel, criando nossos próprios fichários logo ensebados por nossos próprios dedos. Havia também a gostosa sensação de receber pelo correio um livro novo, encomendado e ansiosamente esperado. Que hoje a gente compra e recebe com um clique.

Não sou saudosista – hoje é tudo muito mais fácil, mas antigamente era uma aventura diferente, mais sensual... No fundo, no fundo, bom mesmo era ter 25, 30 anos, ficar estudando, e fazendo tudo isso junto com a Duca. Era ótimo, a gente até trabalhava um pouco.

Sumário

Time on the Cross and the New Economic History: An Interim Assessment	11
Fogel and Engerman on the Exploitation of Slaves.....	21
Interpreting Export-Led Growth: Theoretical Models and the Brazilian Experience	27
A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX	43
Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited.....	129
A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX.....	217
Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora.....	241
Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX Outra Vez	293
Tschudi, Halfeld, Wagner e a Geografia de Minas Gerais no Século XIX.....	333
Uma Mina de História: Paul Ferrand e Seu L'Or à Minas Geraes	371
Affirmative Action and the Quest for Racial Justice in Brazil.....	375
A Historiografia Sobre o Século XIX em Minas Gerais: Notas Para um Debate.....	393
Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão Racial: Um Sumário da Experiência Brasileira Recente	437
Prefácio ao Livro de Carlos Alberto Medeiros, <i>Na Lei e Na Raça</i>	529
A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: Impactos Sobre Minas Gerais	537
Prefácio para <i>Noções Geográficas e Administrativas de Minas Gerais</i> , por Henrique Gerber	561
Vila Rica, Vila Pobre: Dilema de uma Historiografia de Aluvião	569
“Se Deus Quiser Semana que Vem... ou na Outra...” O Direito de Não Fazer Nada	631
Tesouro Revelado	683
A Obsessão com o Tráfico, a Legislação Escravista e os Códigos Negreiros Portugueses	705
Códigos Negros e Políticas Pronatalistas em Cuba Colonial	735

Apresentação no Lançamento do Livro <i>Crescendo em Silêncio</i>	761
Navegar Não é Preciso: Os Mineiros e o Tráfico de Escravos nos Séculos XVIII e XIX	769
A Constituinte de 1823 e o Mito do Patriarca Abolicionista.....	841
Gripes, Micróbios e Lombrigas: Nota Sobre a Primeira Globalização da Era Moderna	881
Sobre o Autor.....	891

Time on the Cross and the New Economic History: An Interim Assessment*

Roberto B. Martins
Fall 1974

If there is a subject about which it is difficult to be original these days, it is certainly that of slavery. There is hardly any position or opinion, however awkward or outlandish, that has not been considered worth holding by somebody. From the bitter debates of the Antebellum era to present-day academic battlefields, the Peculiar Institution has been recurrently portrayed as an ordeal and as a blessing for the blacks, from a savage to a civilizing social order, from an island of peace and progress to a hellhole of hatred and stagnation. The Southern slaveholder has been viewed as a benevolent patriarch, a sadist, a ruthless capitalist, a romantic knight, a feudal lord, an antiquated agrarian, a scourge, and a victim. The description of the slave has ranged from a childish, uncle-Tomish docile victim, to a stubborn, fierce, resourceful, and sometimes violent, rebellious fighter.

* *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*, de Robert Fogel e Stanley Engerman, foi um dos mais importantes, e seguramente o mais polêmico livro sobre escravidão publicado nos Estados Unidos no século XX. Passados 50 anos ainda tenho uma lembrança viva do furor causado por seu lançamento, em 1974. Todos tomavam partido: ou se era contra ou a favor, ou se amava, ou se odiava o livro, não havia meio termo.

Lembro-me também, com uma saudade imensa, de minha pequena participação nessa festa. Sabendo com antecedência da publicação (pela *New York Review of Books*), encomendei e recebi o livro antes que chegasse às livrarias. Isso me permitiu escrever uma resenha, que apresentei em um curso de História Econômica dos Estados Unidos, antes do professor conhecê-lo. Recebi a nota 96, que achei muito injusta.

Relendo o artigo, me dou conta de nossas idades. Ele é do tempo em que os computadores ainda chocalhavam (rattled) como cascavéis (rattlesnakes). E como ainda assustavam muita gente.

The effect of the regime on individual players has been scrutinized from nearly every possible angle, and all kinds of diagnoses have been offered.

Antebellum Southern development — level, rates, and prospects — has been thoroughly examined. People of every color, background and ideological affiliation have been taking overviews, close-ups, and x-rays of these questions for more than a century, and a bewildering array of arguments has been raised to support a bewildering collection of conclusions. Quite often, the same arguments have been claimed to support opposite theses and identical conclusions have been said to follow from opposite reasonings.

One would think that the set of conceivable opinions had been exhausted and that nothing more could still upset the elders of the guild, callous as they are to all sorts of visions, revisions, paradoxes, and puzzles. Yet somebody got something new to say.

Time on the Cross was published in the Spring of 1974¹ and its impact immediately overflowed the borders of historical scholarship. The popular press took notice, a paperback edition followed briskly, and the reviews started pouring in. In its few months of existence, the book has already been reviewed by at least seven prominent historians and economists, in both professional and non-academic journals.² Paul David, from Stanford University, and Peter Temin, from the Massachusetts Institute of Technology,³ have dedicated to it one of the longest reviews of all times — almost a book in its own. It has already been the object of courses, seminars, symposia, and roundtables all over the country and one academic journal is dedicating a whole issue to its discussion.⁴

-
- 1 Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. 2 vols. Boston and Toronto: Little, Brown and Co., 1974.
 - 2 C. Vann Woodward, "The Jolly Institution." *The New York Review of Books*, XXI (May 2, 1974), p. 3; David Brion Davis, "Slavery and the Post-World War II Historians." *Daedalus*, vol. 103, n. 2 (Spring 1974), pp. 1-16.
 - 3 Paul David and Peter Temin, "Slavery: The Progressive institution?" *The Journal of Economic History*, vol. XXXIV, n. 3 (set. 1974). Unfortunately, I had no time to check the journals of Black studies.
 - 4 The forthcoming December issue (vol. 2, n. 4) of *Reviews in American History* will be featuring review essays by Bertram Wyatt-Brown, Stephen DeCanio, and William N. Parker.

This paper is neither a review of *Time on the Cross*, nor a survey of the controversy presently raging around it.⁵ It is rather an attempt to evaluate the first reactions of the academic world to it and to speculate about its long-run impact on the American historiography of the field.

It is my opinion that the main shock from the book does not stem from its conclusions. These are startling enough, to be sure, and although some of the reviewers rushed to point out that they are not all that original, some of them are certainly at odds with most of the established views. It is true that, after Conrad and Meyer's influential essay,⁶ it became commonplace to argue that investment in slaves was more profitable than most contemporary investment opportunities in manufacturing. The proposition that the material conditions of life of the slaves compared favorably with those of contemporary Southern, Northern or European free urban workers is at least as old as any other proslavery argument. Also, Fogel and Engerman certainly were not the first to challenge the myth that slaves were unfitted for industrial work and the associated corollary that this was one of the reasons for the lack of diversification of the Southern economy.⁷ All these arguments (and the corresponding categorical denials) have appeared recurrently in the copious literature on the subject.

Yet, Fogel and Engerman changed the tone of these statements and added some new shocking ones. It is clear that they are not just harping on the same old string when they say that the South was thriving in prosperity in the years that preceded the Civil War. Or when they contend that Southern slave agriculture was by far more efficient than the Northern

5 There is a number of good surveys of the literature on the economic aspects of slavery. I would send the reader to Fogel and Engerman's comprehensive examination in appendix C (Notes on the Evolution of the Traditional Interpretation of the Slave Economy, 1865-1956), pp. 168-248 of the supplementary volume of *Time on the Cross*. For a non-partisan, but older survey, see Harold D. Woodman, "The Profitability of Slavery. A Historical Perennial." *Journal of Southern History*, vol. XXIX (1963). A broader, and excellent review of the recent trends can be found in David B. Davis's article referred in footnote 2, above.

6 Alfred H. Conrad and John F. Meyer, "The Economics of Slavery in the Ante Bellum South." *Journal of Political Economy* 66 (April 1958), pp. 95-130.

7 See, for instance, Robert S. Starobin. *Industrial Slavery in the South*, New York: Oxford University Press, 1970; and Richard C. Wade. *Slavery in the Cities. The South 1820-1860*. London, Oxford, and New York: Oxford University Press, 1964.

system of family farming. The ideas that the slave field hand was “harder working and more efficient than his white counterpart,” or that “slaves employed in industry compared favorably with free workers in diligence and efficiency”⁸ cannot be found anywhere in the literature, even among those who, zeroing in on the racist taints so often present in the discussion, strived to rescue the image of the slave as a worker.

Finally, the ninth point of their revisionist decalogue — that the rate of expropriation of the slaves’ product was much lower than has generally been presumed [and that] over the course of his lifetime, the typical field hand slave received about 90 percent of the income he produced,⁹ is absolutely singular (and will probably bring them more trouble than they asked for).

It is clear that these conclusions are controversial enough to produce some scattered thunderstorms, but are they sufficient to explain the earthquake brought about by *Time on the Cross*? I’m sure they are not. It is the methodology, rather than the results, that is the key to the scandal caused by the book. That Fogel and Engerman were perfectly aware of this is proclaimed loudly in the opening chapter of the main volume. There they proudly undertake the task of presenting it as the ripe fruit of the Cliometric Revolution. The tone in which they talk about the huge masses of data, the sophisticated analytical techniques, the sweeping revisionism brought about by the New Economic History, together with their implicit contempt for the old-fashioned approaches, is viewed by many as just plain arrogance. As a “conventional” historian puts it, “to the quaking and besieged humanist, Fogel and Engerman speak casually of their legions of research assistants, of their mobile SAM computers, of their electronic weaponry, of their occupation of every hidden and unknown strategic site — in short, we are told that we are encircled, cut off, and cannot fight back unless we have weapons-systems equal to those of the Cliometricians.”¹⁰ Whether or not these remarks are exact is not to be decided here, but they may be reflecting quite well the prevailing mood in the historical academia.

8 Fogel and Engerman. *Time on the Cross*, pp. 4-6.

9 Fogel and Engerman. *Time on the Cross*, pp. 5-6.

10 David Brion Davis, “Slavery and the Post-World War Historians,” p. 12.

Though Fogel and Engerman have good claims to be placed among the founding fathers, *Time on the Cross* did not invent cliometrics, nor did it open the debate about it. Much to the contrary, the *methodenstreit* is now more than fifteen years old — if we place its origin at the publication of Conrad and Meyer’s work (or even older, if we count from Kuznets’ quantitative historical studies and the first reactions of historians to them).¹¹

However, between the first skirmishes, or even the hot debates of the mid-sixties that followed the publication of Fogel’s and Fishlow’s books on railroads and American development¹² and the current controversy centering upon *Time on the Cross*, there is a world of difference. The clue to this difference lies in the status the cliometric approach acquired in the meantime.

In the polemics about the use of the counterfactual hypothesis,¹³ the established scholarship could scorn the newcomers, calling them “cliomagicians”¹⁴ and could simply discard their results as “figments,”¹⁵ “figmentary history,” “fictitious history”¹⁶ and “if history.” Since then, econometric history has become such a marketable merchandise that

11 For this first stage of the debate see, for instance, the article by Simon Kuznets in *The Journal of Economic History*, vol. XVII, n^o. 4, (December 1957); and Barry Supple. “Economic History and Economic Growth.” *The Journal of Economic History*, vol. XX, n^o. 4, (December 1960), pp. 48-56.

12 Robert W. Fogel. *Railroads and Economic Growth. Essays in Econometric History*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins Press, 1964; A. Fishlow. *American Railroads and the Transformation of the Ante-Bellum Economy*. Cambridge, Mass.: Harvard U. Press, 1965. Harry N. Scheiber, “On the New Economic History and its Limitations: A Review Essay. *Agricultural History*, vol. XLI, n^o. 4, (Oct. 1967), provides a good check list for the ensuing controversy up to 1967. For later articles see Ralph Andreano (ed.). *The New Economic History: Recent Papers on Methodology*, New York: John Wiley and Sons, 1970.

13 Most of the controversy in the mid and late-sixties hinges upon the use of the ‘counterfactual’ hypothesis in economic history. It is important to observe that now the focus seems to lie much more on the scope and adequacy of the econometric methods themselves. There is no fussing with ‘counterfactuals’ in *Time on the Cross*.

14 Quoted by Harry Scheiber, “On the New Economic History - and its Limitations,” p. 383.

15 Fritz Redlich, “Potentialities and Pitfalls in Economic History.” *Explorations in Entrepreneurial History*, vol. 6, n^o. 1, (1968), p. 91 (reprinted in Andreano, *The New Economic History*).

16 Fritz Redlich, *idem*, p. 91.

mockery and disdain gave place to increasing fears of obsolescence and displacement in the “traditional” side. They feel that neither the old and vague arguments about the “complexities” of the historian’s task nor those about the “instinctive” gifts that distinguish them from the rest of us, nor the self-righteous decrees regulating what is history and what is not history, are no longer sufficient to hold off the hordes of cliometricians. They suspect that the question once raised by Fritz Redlich in this connection — “who is the master and who is the maid?”¹⁷ — at best no longer admits an easy answer.

The facts that “Robert Fogel’s name is anathema to some historians”¹⁸ and that *Time in the Cross* is a current champion of the mounting tide of cliometrics go a long way in explaining the uneasiness one can feel in the air. The sample presently available is too small to warrant solid conclusions, but I would risk the opinion that there is already a discernible pattern in the reactions of traditional historians to the challenge. So far, their reviews did not address themselves to specific points, or to specific results presented by the book. In accordance with the interpretation suggested here — that they seem to be readier to accept (or less willing to question) the conclusions than the methodology — they have rather restated their reservations about the scope of the approach employed, voiced their doubts about the broad lines of the “new slavery” depicted by Fogel and Engerman, and left the minute examination of the arguments to others. C. Vann Woodward, in a paragraph that most historians would have considered unthinkable five years ago — because of the virtual surrender contained in it — may well have captured the current feelings of the class: “Their findings, their data and their methods should have the most thorough and unsparing criticism, especially by those who speak their own language.”¹⁹

It is not surprising, therefore, that the most damaging assault so far raised against *Time on the Cross* has come from people who are not in-

17 Fritz Redlich, *ibidem*, p. 95.

18 Lance E. Davis, “And it will never be literature. The New Economic History: A Critique.” *Explorations in Entrepreneurial History*, vol. 6, n^o. 1 (1968), p. 76. (also rep. in Andreano, *The New Economic History*).

19 C. Vann Woodward. “The Jolly Institution,” p. 6.

timidated by the rattle of the computers. In their recent article in the *Journal of Economic History*, David and Temin provide not only a skillful cliometric review, but also an excellent conceptual critique of Fogel and Engerman's work. After a quite detailed examination of the evidence adduced and the methods employed by the authors, they conclude that the most important results of the book "appear to lack an adequate scientific foundation [and that] this is not just a matter of undue literary license having been taken in restating esoteric technical findings for popular consumption. The seemingly 'neutral' numbers generated by Fogel and Engerman's quantitative methods carry a persistent bias, portraying slave-owners, the conditions and the work performance of the blacks they held in bondage, in a more favorable light than would be cast by a more complete analysis."²⁰

According to them, the greatest flaw of *Time on the Cross* is not a cliometrician's sin, but an economist's one: "many of the defects revealed by a close reading of the supporting technical volume *turn out to be conceptual, rather than narrowly methodological*. No greater degree of analytical rigor or meticulousness of scholarship on the author's part could really have redeemed the claim to have arrived at an ethically neutral economic appraisal of the "performance" of a social institution, let alone the institution of chattel slavery. The entire conception of producing a "scientifically objective" or "value free" reappraisal of the economic welfare consequences of slavery seems to us to be peculiarly ill-founded. For the ethical and behavioral premises upon which modern economic welfare analysis rests are immediately unconsonant with the degree of personal involition which remains the defining attribute of the institution in question.²¹ Far from being ethically neutral, the welfare analysis of *Time on the Cross* implicitly adopts the viewpoint of the slaveholder, and therefore it is not surprising that the picture that emerges from it is one that, to use Brion Davis's words, "in most respects would bring a smile of approval from the grim lips of John C. Calhoun."²²

20 David and Temin, "Slavery, the Progressive Institution?" p. 740.

21 David and Temin, *idem*, p. 748. The italics are mine.

22 David Brion Davis. "Slavery and Post-World War II Historians," p. 11.

At the beginning of this century, as he gave up the attempt to measure the profitability of slavery, an American historian remarked that “no matter what contemporaries or present-day authorities conclude, the problem is not one to be mathematically settled.”²³ It is already clear that *Time on the Cross* did not settle this problem, and raised many others, instead. Yet we can be sure that it will be read, quoted, and remembered for a long time to come, but I think that its importance comes less from its substantive content, than from the new vigor it is blowing into the controversy about econometric history. Its impact is likely to be felt much beyond the issue of slavery, as it will certainly provoke further and more careful reflection on the power and the scope of the whole “New Economic History.” With *Time on the Cross* the new approach reached an adult age and showed that it came to stay. But there are no signs that the “traditional” side is giving up. On the contrary, it is alive and well: there could be no better proof of that than Eugene Genovese’s wonderful *Roll Jordan, Roll*.²⁴ The coming war will be a fierce and, may be, a fruitful one.

Vanderbilt University, October 1974

23 Anthony Harrison Texler. *Slavery in Missouri, 1804-1865*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1914, p. 56 (quoted in Fogel and Engerman. *Time on the Cross. A Supplement*, p. 178. It is fair to say that Texler’s disenchantment was not with the epistemological and conceptual shortcomings of the approach, but rather with the contemporary inability to cope with large amounts of unorganized data, i.e., precisely the problem which the cliometricians claim to have overcome.

24 Eugene D. Genovese. *Roll Jordan Roll. The World the Slaves Made*. New York: Pantheon, 1974.

REFERENCES

Andreano, Ralph (ed.). *The New Economic History: Recent Papers on Methodology*. New York: John Wiley and Sons, 1970.

Conrad, Alfred H., and John F. Meyer. The Economics of Slavery in the Ante Bellum South. *Journal of Political Economy* 66 (April 1958).

David, Paul, and Peter Temin. Slavery: The Progressive institution? *The Journal of Economic History*, vol. XXXIV, n. 3 (Sep. 1974).

Davis, David Brion. Slavery and the Post-World War II Historians. *Daedalus*, vol. 103, n. 2 (spring 1974).

Davis, Lance E. And it will never be literature. The New Economic History: A Critique. *Explorations in Entrepreneurial History*, vol. 6, n. 1 (1968).

Fishlow, Alfred. *American Railroads and the Transformation of the Ante-Bellum Economy*. Cambridge, Mass.: Harvard U. Press, 1965.

Fogel, Robert W.. *Railroads and Economic Growth. Essays in Econometric History*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins Press, 1964.

Fogel, Robert William and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. 2 vols. Boston and Toronto: Little, Brown and Co., 1974.

Genovese, Eugene D. *Roll Jordan Roll. The World the Slaves Made*. New York: Pantheon, 1974.

Kuznets, Simon. Summary of Discussion and Postscript. *The Journal of Economic History*, vol. XVII, n. 4 (December 1957).

Redlich, Fritz. Potentialities and Pitfalls in Economic History. *Explorations in Entrepreneurial History*, vol. 6, n. 1, (1968).

Scheiber, Harry N. On the New Economic History and its Limitations: A Review Essay. *Agricultural History*, vol. XLI, n. 4, (Oct. 1967).

Starobin, Robert S. *Industrial Slavery in the South*. New York: Oxford University Press, 1970.

Supple, Barry. Economic History and Economic Growth. *The Journal of Economic History*, vol. XX, n. 4 (December 1960).

Texler, Anthony Harrison. *Slavery in Missouri, 1804-1865*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1914.

Wade, Richard C. *Slavery in the Cities. The South 1820-1860*. London, Oxford, and New York: Oxford University Press, 1964.

Woodman, Harold D. The Profitability of Slavery. A Historical Perennial. *Journal of Southern History*, vol. XXIX (1963).

Woodward, C. Vann. The Jolly Institution. *The New York Review of Books* XXI (May 2, 1974).

Wyatt-Brown, Bertram; Stephen DeCanio and William N. Parker. *Reviews in American History*. vol. 2, n. 4 (December 1974).

Fogel and Engerman on the Exploitation of Slaves*

Roberto B. Martins

Some of the reviewers of *Time on the Cross*¹ pointed out that the authors adopted the standpoint of the slaveholders in their analysis. Perhaps nowhere in the book this is more evident than in the discussion of exploitation, where, in spite of their repeated protests of sympathy toward the slaves, Fogel and Engerman fell prey of an analytical apparatus which is particularly ill-suited to the purpose of that discussion.

The capital theory model they use does provide some good insights on the behavior of profit-maximizing slaveholders but has nothing whatsoever to do with the welfare of the slaves or their exploitation by the masters. This can hardly be surprising, for, after all, capital theory was not intended to provide any insights from the point of view of the machines.

These and several other interesting objections, such as the implications of their assumptions about the intergenerational transfers of income, or of the discounting scheme they adopt, have already been raised by the reviewers.² Many others could be added. In this paper I will focus on the specific problems that arise from their use of the Robinsonian concept of exploitation.

* Este pequeno artigo foi um dos trabalhos que apresentei em um seminário sobre *Methodological Issues in Economic History*, na primavera de 1975, durante o doutorado na Universidade de Vanderbilt.

1 Robert W. Fogel and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. Boston and Toronto: Little, Brown and Company, 1974.

2 On this problem see especially P. David and P. Temin. "Slavery: The Progressive Institution?." *The Journal of Economic History*, vol. XXXIV, n. 3 (Sept. 1974); and Stephen DeCanio, "A New Economic History of Slavery in the United States". *Reviews in American History*, vol. 2, n. 4 (Dec. 1974).

It will be argued that the use of this concept meant the implicit adoption of a counterfactual hypothesis which is quite unacceptable and which, together with other things, led them to produce a highly distorted picture of the issue of the exploitation.

The definition of exploitation adopted by Fogel and Engerman, and which we are going to examine in this paper, is summarized in the formula:³

$$E_x = \frac{B}{\sum_{t=0}^n \frac{\lambda_t R_t}{(1+i)^t}}$$

Where:

$$B = \sum_{t=0}^n \frac{\lambda_t (R_t - M_t)}{(1+i)^t}$$

and:

$$R_t = \alpha_1 P_{ct} Q_t L_t^{-1}$$

λ_t = probability that a slave will live through year t

M_t = maintenance cost or annual income of a slave of age t

i = *discount rate*

The definition is thus seen to be based upon the Robinsonian concept of exploitation, which is the term $(R_t - M_t)$.

The discussion of exploitation presented by Joan Robinson⁴ was aimed at showing how deviations from perfect competition in commodity and/or factor markets would affect the distribution of income among the factors of production. In a perfectly competitive environment, the reward

3 Fogel and Engerman, *Time on the Cross*, vol. II, pp. 119, 124.

4 Joan Robinson, *The Economics of Imperfect Competition*, London: The Macmillan Press Ltd., 1933, Book IX, chap. 25 and 26.

to each factor just equals the value of its marginal product, otherwise it does not. The difference (value of marginal product of labor minus wage, in the case of labor) which she unfortunately decided to baptize with the ethically loaded term “exploitation” — was then shown to be the result of optimizing decisions made by the employers and by the workers, in a context of imperfect competition.

As presented by Mrs. Robinson the concept did not have any claims to be a measure of social justice. Indeed, it is a technical concept, which acquires an ethical content only if one decides to regard the outcome of perfect competition as the standard for distributive justice. The fact that it had such a fate, and that the equality between value of marginal product and wage came to be elevated to the respectability of a Solomonic rule owes much more to the peculiarities of the development of some branches of economic thought than to any defensible theory or doctrine of social justice.

But, even if one is prepared to accept such an arbitrary definition of justice, it still could not be applied to slavery. *Slavery is not an extreme case of imperfect competition in the labor market.* Given the involition involved in slave labor one could say that, *in a slave economy, there is no labor market as usually conceived, but instead an input market which is formally identical to a capital goods market.* In such a system one can meaningfully speak of optimizing decisions by the slaveholders only, and any concept resting upon optimizing decisions made by the slaves is bound to be nonsensical.

This is not the only objection that must be raised against the use of the Robinsonian definition. Much more fundamental is the fact that, because it is based on the marginal productivity theory of distribution, this definition is essentially static and ahistorical.

The marginal productivity theory of distribution is concerned with explaining how the functional distribution of income is determined starting *from given tastes, given technology and given pattern of ownership of productive resources.* The question of how the distribution of property is brought about is neither asked nor answered by this theory. The historian cannot settle for that — some things which the economist may treat as exogenous in his modeling, cannot be exogenous for the disciples of Clio.

If he wants to talk about people's welfare, or income distribution, or exploitation, he must examine how the existing structure of property was historically generated.

The income of a person is not made only by the rewards she gets as a worker, but rather by the sum of the rewards of all the resources she owns. To assert that if a slave were free his income would be the value of the marginal product of his labor is equivalent to assume that he could have no property other than his own labor.

To use the language of the *New Economic History*, Fogel and Engerman's adoption of the Robinsonian definition of exploitation means that they assume, as an *implicit counterfactual hypothesis*, that, if they were free, slaves would still be plantation field hands. Only if this assumption is made it makes sense to claim that they were exploited just to the extent that their reward fell short of the value of the marginal product of plantation labor.

This counterfactual hypothesis is clearly unacceptable. Even if we want to restrict ourselves to the examination of the economic exploitation, a much more reasonable counterfactual question to be asked is — how would the slaves' lifetime income profile be if they had had access to unrestricted freedom, including access to land and other property ownership, full civil rights, education, political participation, full spatial and sectoral mobility, full freedom in their work-leisure decisions, etc., etc., and so had their fathers, their grandfathers and their great grandfathers? All these routes to economic improvement were too real in nineteenth-century United States to be dismissed.

If we do not adhere to some racist theory of black inferiority, we must believe that they would have done as well as any other group of initially penniless and uneducated immigrants did. Some would have been beggars, some would have been plantation workers, but doubtless some would have been planters, railroad tycoons or financial czars. Most would have acquired some education, some skills, maybe some land and capital, and would have enjoyed the fairly comfortable standard of living attained by the rest of the American population.

There is no point in pushing these conjectures any further. I do not claim that the relevant counterfactual is exactly like the one suggested above. I merely want to call attention to the fact that, using the value of the marginal product of plantation labor as the standard for comparison, Fogel and Engerman implicitly made an arbitrary and quite unreasonable counterfactual assumption. Even if their “measurement” did not have any other shortcomings, their conclusion about the exploitation of the slaves would have been a highly distorted one. Having compared the slaves to a hypothetical miserable landless peasant, it is not surprising that they arrived at a rate of exploitation *as low as twelve percent!*

One can just wonder about how different a picture would emerge if full account was taken of all the relevant aspects of a historically relevant comparison.

Spring 1975

REFERENCES

Fogel, Robert W. and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross. The Economics of American Negro Slavery*. Boston and Toronto: Little, Brown and Company, 1974.

DeCanio, Stephen. “A New Economic History of Slavery in the United States.” *Reviews in American History*, vol. 2, n. 4 (Dec. 1974).

David, Paul and Peter Temin. Slavery: The Progressive institution? *The Journal of Economic History*, vol. XXXIV, n. 3 (Sept. 1974).

Robinson, Joan. *The Economics of Imperfect Competition*. Book IX. London: The Macmillan Press Ltd., 1933.

Interpreting Export-led Growth: Theoretical Models and the Brazilian Experience*

Roberto B. Martins

Along the eighty years ranging from the 1850's to the Great Depression, the production of coffee for export dominated the Brazilian economic scene. During the first three decades of this century, together with the zenith of the "coffee age," Brazil experienced some economic diversification, which manifested itself mainly by the rise of a manufacturing sector in the urban centers of its Southeastern region.

Both contemporary observers and early Brazilian economic historians tended to dismiss the importance of export growth as a promoter of economic diversification, and to present the emergence of manufacture as an outgrowth of the crises experienced by the export sector (such as those caused by World War I and the Great Depression) rather than by its booms. This view was shaped by Celso Furtado and the staff of the Economic Commission for Latin America into what is known as the *hacia afuera* model of growth and its fitness to the Brazilian experience remained unchallenged until quite recently.¹

In recent years, a wave of revisionism has invaded the field. Following Warren Dean's first attacks on the traditional interpretation in 1964, a host

* Este artigo foi apresentado em um seminário de história econômica, no primeiro semestre de 1975, durante o doutorado em Vanderbilt.

1 The theory of the "external" or "adverse shocks" can be traced back to earlier Brazilian economic historians, as for instance, the late Roberto C. Simonsen. But the first formal statement of what I am calling the "ECLA-Furtado" theory is to be found in Celso Furtado. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

of scholars, Brazilian and foreign, joined the revisionist side. They tend to emphasize the industrialization that had already taken place prior to World War I, under the push of export growth, and to downplay the effect of the import-substitutive inducements generated by the crises. It is not denied that such inducements were created in the demand side, but they argue that domestic supply could not have tapped them because of the lack of access to imported equipment and intermediate goods. Therefore, according to this view, the disturbances caused by the crises of the export sector (especially the war) were an annoyance rather than a stimulus to manufacturing growth.²

The purpose of this paper is to describe the theoretical models underlying the arguments of each side. The controversy is, in my opinion, far from settled, but no effort is made here to discuss the specific arguments or the empirical data that have been used by the contenders. Our attention will rather be focused on the broad conceptions of the process of export-led growth that supports each group's view of the Brazilian experience.

As mentioned above, the "traditional" interpretation is based upon the *hacia afuera* or "ECLA-Furtado" model of growth. This model was born out of the Latin American historical experience and is basically skeptical with regard to the ultimate results of export-led growth. Although it is acknowledged that the expansion of exports induces some diversification of domestic activity, the reach and endurance of these stimuli are seen with great discredit.

The revisionists see the diversification of the domestic economy as a natural consequence of export expansion. Their views have been based, whether explicitly or not, on models of the type that has been used to

2 Villela, A.V. "Industrial Growth and Industrialization: Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development." *Journal of Developing Areas*, Jan. 1973; A.V. Villela and W. Suzigan. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. A good discussion of the arguments of both sides, tending to be critical about some of the revisionist arguments, can be found in Albert Fishlow, "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil." University of California, Berkeley, Working Paper No. 12, Sept. 1971. For a survey of the controversy see also F. R. Versiani and M. T. R. O. Versiani. "A industrialização brasileira antes de 1930: Uma contribuição". Universidade de Brasília, Depto. de Economia. *Textos para Discussão*, nº. 22 (out. 1974).

explain the growth of “newly settled regions,” which have been grouped together under the label of *staple models of growth*. We examine each of these models in the coming sections.

1. THE STAPLE THEORY

The staple approach was introduced by early Canadian historians and geographers and was initially intended as a tool to analyze Canadian economic history. In the late 1950's it began to get attention from non-Canadian scholars, to receive their contributions and to extend its claims to other areas of recent settlement.³ Since then it became so widely known that we need only to recall some of its central features here. A “staple” is defined as a product intensive in natural resources and “the fundamental assumption of the staple theory is that staple exports are the leading sectors of the economy and set the pace for economic growth. The limited — at first possibly non-existent — domestic market, and the factor proportions — an abundance of land relative to labor and capital — create a comparative advantage in resource-intensive exports, or staples. Economic development will be a process of diversification around an export base.

*“The central concept of a staple theory, therefore, are the spread effects of the export sector, that is, the impact of export activity on domestic economy and society. To construct a staple theory, then, it is necessary to classify these spread effects and indicate their determinants.”*⁴

The nature and intensity of the spread effects emanating from the export sector are, under some *coeteris paribus* conditions, considered to be determined by the nature of the staple itself and the characteristics of its production function. In this respect the theory is largely indebted to the contribution of Robert Baldwin.⁵ He made explicit the analytical connections

3 A good exposition of the staple theory is in Melville H. Watkins. “A Staple Theory of Economic Growth.” *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, vol. XXIX, no. 2, (May 1963). He also provides an excellent survey of the literature on the subject, from the pioneering works of Harold Innis to the publication of his article.

4 Watkins. “A Staple Theory...,” emphasis added.

5 Robert E. Baldwin. “Patterns of Development in Newly settled Regions.” *The Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 24, (May 1956).

between the attributes of the staple, its production function and its potentialities as a stimulant of domestic activity. The production function, Baldwin argued, will determine how much room there will be for the rise of local concerns supplying inputs to the export sector. Much of the possibilities of local processing will depend on the nature of the staple. Furthermore, he emphasized the links between the production function and the distribution of income which is likely to result from the export activity. Since the structure of demand for consumer goods is tied to the distribution of income, he established another analytical bridge between the staple's production function and the possibilities of a domestic response to demand generated in the export sector.

In effect, Baldwin did more than that, and went as far as to outline the broad contours of the societies expected to arise from the two polar cases he considered — a small farm economy and a plantation economy. These two structures, according to him, would result in different attitudes toward social mobility, education, technical innovation, entrepreneurship, etc., which would, in turn, influence the possibilities of domestic activity from the supply side.⁶ Thus, the building block of the staple approach consists in the analysis of the linkages stemming from the export sector. Backward

6 I think that the emphasis put by Baldwin on the production function renders his model somehow inadequate for purposes of historical explanation. Baldwin took the production function as the only relevant trait given exogenously (attached to each staple) and made everything else deductible from it, including things like the pattern of landholding, the distribution of income, social attitudes, and even the labor supply. However useful this may be for the economist; I think that the historian should be reluctant to accept this chain of causation. In particular, in the Brazilian case, it seems quite clear that the way in which the export sector was organized did not result from technical characteristics of the production of coffee. "*There was no technological rationale for the organization of the production of coffee in large units as it happened in Brazil.* It is interesting to note that this fact seems to be widely misunderstood by many students of the Brazilian economy... There is a widespread view that the existence of considerable economies of scale and large needs of initial capital outlays precluded the appearance of small coffee production units in Brazil..." *The author I am quoting goes on to remark that at this time, in Colombia, coffee was considered to be ideally suited to small-scale, peasant farming and concludes that "as a matter of fact, the main cause for the large-scale units in Brazil was the land monopoly" inherited from the past.* The quotation is from Rogério L. F. Werneck. "Unsuccessful Export-led Growth: The Brazilian Coffee Economy, 1820-1913". unpublished paper, Harvard University, 1972.

and forward linkages are treated in the usual way, and special attention is paid to what was termed the “final demand linkage.”⁷

The analysis of the final demand linkage is carried out in Baldwin’s terms as mentioned above, but in this connection the contribution of Jonathan Levin is also important.⁸ Levin, in his study of the Peruvian guano economy and the Burmese rice sector, classified the flows of income generated in the export sector as income going to “domestic factors” and income going to “foreign factors” according to whether it is spent domestically or remitted abroad. Consumption expenditures, on the other hand, were classified as “luxury imports” or as mass consumption. Using these categories, Levin suggested that “the existence of foreign factors and luxury imports...goes a long way in explaining the pattern of development, or lack of development, in many of the export economies”, and that the variable to be looked at is the distribution of income among the different types of factors and consumers.⁹

The staple theory has also been concerned with the impact of the export sector on domestic activity from the supply side, but here the analytical grip is much looser. The typical treatment consists of trying to relate the broad characteristics of the export sector with the supplies of entrepreneurship, skilled labor, resources for investment in activities for the domestic market, etc., which it is likely to produce. Following the path set by Baldwin, the plantation economy is contrasted with the small farm case; the first is considered to be conducive to a set of institutions and attitudes detrimental to entrepreneurship outside the export sector, to an open educational system, and to social mobility. An “export mentality” is likely to develop in such a plantation society, which may lead to distortions in the allocation of private investment (a bias in favor of the export sector). And, if the planters get a hold on the government, economic policy and the allocation of public funds (especially resources for investment in social overhead capital) may discriminate against the domestic sector, and thus cause further distortions in private investment.

7 Watkins. “A Staple Theory...”

8 Jonathan Levin. *The Export Economies, their pattern of development in historical perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard U. Press, 1960.

9 Levin. *The Export Economies*, pp. 6-10.

In a more recent article, in which he attempted to extend his analytical argument to subsistence economies, Baldwin compared the impact of mining sectors and plantations on some African countries, and came out with the conclusion that plantations, being better adapted to the existing factor endowments, absorbed more local factors and stimulated the creation of markets for domestic goods better than mining did. From the viewpoint of the improvement of the skills of the population, however, he found that the spillovers from mining were stronger, though confined to a small number of people.¹⁰ Important contributions to the staple approach came also from the work of some regional economists. From their criticism of Rostow's "stages" approach evolved the so-called "export-base" theory of regional growth, which is, except for the jargon of their trade, essentially the same analytical construct as the staple theory.¹¹

More recently some authors started to claim that the staple model could be useful in explaining the development of export economies other than the "areas of recent settlement." Baldwin, in his second article mentioned above¹² applied what are essentially the tools of the staple theory to the analysis of subsistence economies. Richard Caves contended that the staple model — built to explain export-led growth in the newly settled regions — and the models of the "vent-for-surplus" type — built to explain export-led growth in some tropical areas — "bear a basic structural similarity" and that the differences between them "lie in the trimmings and not in the basic logical structure".¹³

Finally, in a recent article, Caves argued that any region in which a major part of the "disturbances impinging on the region's resource allocation and rewards to factors of production" can be imputed to the expansion

10 R. E. Baldwin. "Export Technology and Development from a Subsistence Level." *The Economic Journal* (March 1963).

11 The leading name behind the "export-base" theory is that of Douglas North. His contributions in this connection are to be found in his "Location Theory and Regional Economic Growth." *Journal of Political Economy*, vol. 63 (June 1955), and "Agriculture in Regional Economic Growth". *Journal of Farm Economics* (Dec. 1959).

12 Baldwin, "Export Technology...."

13 Richard E. Caves. "Vent for Surplus Models of Trade and Growth." In: R. E. Baldwin *et al.*, *Trade, Growth and the Balance of Payments: Essays in Honor of Gottfried Haberler*. Chicago and Amsterdam: Rand McNally and North-Holland Pub. Co., 1965.

of exports, is at least a potential candidate for the application of the staple model. This criterion, he said, “specifies both a source of disturbance and a response mechanism and cannot be expected to show any explanatory power unless both are present...and becomes crucial when one considers the problems of testing the export-led model against alternative explanations of the course of an area’s development”.¹⁴

Caves emphasis on the identification of the source of disturbance probably results from the discussion surrounding the Canadian case, particularly the suggestion by critics of the staple theory that the contribution of exports to growth and diversification in the Canadian economy has been overstated. For some underdeveloped countries, in which the identification of the engine of growth is much less equivocal, I think that the crucial point is the operation of the transmission mechanism, that is, whether or not the diversification, or the lack of it, can be imputed to the characteristics of the export sector, or must be attributed to other causes.

Not all staple theorists think that the model fits all cases of export-led growth. Some have been very careful, indeed, to restrict its field of safe application to the countries of recent settlement. Watkins emphasized the importance of a favorable land/labor ratio to characterize the staple economy and suggested that models of the type of Lewis “unlimited supplies of labor” or Myint’s “vent-for-surplus- are better fitted to explain the cases where an export sector is imposed on an economy with a large subsistence sector: “The limitations of the staple theory emerge most clearly when we consider the case where export production is superimposed on a pre-existing subsistence economy. For the staple economy, the export sector can be an engine of growth; for the subsistence sector, increases in productivity in the export industry will not bring increases in real wages. These depend on raising productivity in the subsistence sector, and to this, exports make little or no contribution. The country might have been better off if it had never exported in the first place.”¹⁵

14 Richard E. Caves, “Export-led Growth and the New Economic History,” ch.19, in Jagdish Bhagwati (ed.) *Trade, Balance of Payments and Growth. Essays in Honor of Charles P. Kindleberger*. London: North-Holland, 1971.

15 Watkins. “A Staple Theory...”

As far as the analysis of backward and forward linkages is concerned, the staple model seems to be pretty well equipped to deal with both successes and failures, with “new areas” and subsistence economies. It specifies a set of conditions under which these linkages will stimulate the diversification of the export economy. However, to examine the final demand linkage and the creation of markets for consumer goods in a subsistence economy, the model needs to incorporate some of the propositions of the “surplus labor” models. As we will see below, Furtado’s model is a pioneering work in this respect, for it is a model of export-led growth with unlimited supplies of labor.

2. THE “HACIA AFUERA” MODEL

In their attempts to explain the historical pattern of development of Latin American countries, especially of Brazil, Latin American economists produced a model which bears a striking resemblance to the staple model. This model resulted largely from the independent work of Celso Furtado¹⁶ and, although other ECLA staff members contributed to its development, it remained essentially unaltered in its fundamentals.

To identify the export sector as the engine of growth of the economy was only natural for Latin Americans. Much less obvious, however, were the analytical connections between the staple’s production function and the spread effects emanating from the export sector, which constitute, after Baldwin’s contribution, the core of the staple theory. Furtado clearly understood these connections and produced a clear statement of them. In his examination of the three major export booms in Brazilian history, he carefully scrutinized the nature of the staples and the characteristics of their production functions, in order to detect the demands that each of these export sectors directed toward other sectors of the economy. He focused his attention on the staple’s requirements of labor and capital, the resulting income distribution, and its effect on the formation (or expansion) of the domestic market.¹⁷

16 Celso Furtado. *A Economia Brasileira*. The approach was further developed in his *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

17 Furtado. *A Economia Brasileira*, pp. 51-94; Furtado. *The Economic Growth of Brazil*, pp. 43-58, 79-92, 165-177.

A clear distinction was drawn between the impact of a mining sector, requiring large amounts of capital, technology and other inputs not suited to local production, and that of an agricultural export sector, demanding large amounts of unskilled labor.¹⁸ Furtado was fully aware of the differences between the establishment of an export sector in a previously unsettled region and the superimposition of export production to a subsistence economy. These differences played a major role in his analysis.¹⁹ The first two export booms in Brazil had occurred in empty areas, thus configuring “newly settled regions” cases. However, in the coffee boom it was no longer so. In this case there was a vast subsistence economy resulting from the decadence of the mining region and when the coffee expansion gained momentum it had at its disposal a large pool of underutilized labor. To explain why, in such a context, the coffee sector had only a limited impact upon the rest of the economy, Furtado built what is essentially a model of export-led growth-*cum*-unlimited supplies of labor. He argued that “from a country almost entirely depopulated, Brazil had been transformed into a region with a large subsistence economy... This population was not organized in an economic system capable of transforming itself through its own forces. It was rather a mere reservoir of labor which, under the push of the expanding international economy, was to undergo a new stage in its development... The movements of the labor force within the economy take place independently of whether or not real wages are increasing in the sectors or regions which are attracting the workers. The coffee sector was able to keep

18 Furtado. *A Economia Brasileira*, pp. 53-54.

19 Furtado. *A Economia Brasileira*, pp. 51-52. It is also interesting to note that to explain why slavery was brought to Brazil, Furtado produced a quite finished version of what is known today as the “Domar-Nieboer hypothesis”: “if labor is scarce the system of salaried labor becomes impossible. The pressure of the demand for labor will push wages up to the point where the entrepreneurs would have to surrender to the workers the entirety of their profits. In such a context there will be a tendency to split landholdings and the productive unit will become identified with the familiar unit... the history of the settlement of the United States is illustrative in this respect. In the northern region... the settlement companies — which hoped to use salaried labor — were a complete failure. The tendency was towards the division of land property and the establishment of family farms. In the southern part of the country... it was necessary to introduce slavery.” Furtado. *A Economia Brasileira*, pp. 87-88. Compare with Evsey Domar. “The causes of Slavery or serfdom: A Hypothesis.” *The Journal of Economic History*, vol. XXX, n^o.1, (March 1970).

real wages stable for a long period of time. For the displacement of the labor force to take place it is sufficient that wages are higher, in absolute terms, in the expanding sector than those prevailing in the other sectors. ... On the other hand, the very possibility of these labor movements is in itself an impediment to the rise of real wages in the sector in expansion. Thus, the existence of this large pool of labor... is of fundamental importance in the development of the new colonial economy in Brazil, based on free labor. If the coffee sector had to rely only on foreign immigrant labor, wages would have increased much more, as it occurred in Australia and even in Argentina.”²⁰

Other Latin American authors also made use of approaches very similar to the staple model. Describing the *hacia afuera* pattern of development a well-known ECLA study states that “... in Latin America exports were not only the single autonomous component of income growth but also the export sector was the dynamic center of the whole economy... its impact upon the system, from the point of view of the diversification of the productive capacity, was necessarily limited by virtue of the narrow basis on which it depended, i.e., only one or two primary products... its possibilities of affecting the rest of the economy depended on several factors, among which we may single out the kind of production function adopted and whether or not the sector was an enclave owned by foreigners. This is to say that the spread of the export activities over the rest of the economies was determined by the characteristics of the productive processes of the primary goods and the resulting multiplier effect and income distribution.”²¹

The two models do not go all the way together. They were shaped after different historical realities and reflect these differences. The staple model was built to explain success stories, while the *hacia_afuera* model had to

20 Furtado. *A Economia Brasileira*, pp. 91-92. The similarity of some points of Furtado's reasoning with the main line of the argument in Lewis' "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor" is striking. Since Furtado's work was finished in October 1953, he should perhaps be credited with the independent development of a version of that celebrated model.

21 Maria da Conceição Tavares. "Auge y Declinación del Proceso de Sustitución de Importaciones en el Brasil". *Boletín Económico de América Latina*, vol IX, no. 1, (marzo 1964).

tell why exports failed to lead Latin America into a self-sustained process of growth. Its conclusions are, thus, very close to an overall indictment of export-led growth. In this indictment, Furtado emphasized, as we saw above, the fact that the export sector was superimposed to a vast subsistence economy. Others focused on the behavior of the exogenous variable itself — exports — which was deemed unsatisfactory because of its fluctuations, its sensitivity to the crises in the “central economies,” and its long-run performance under conditions of low-income elasticities of primary products and deteriorating terms of trade.

These later aspects seem to have been overemphasized both by some in the ECLA group and by their critics, and both failed to give due attention to the internal characteristics of the export economies they were discussing — mainly to the distribution of property, income and economic opportunity — which, with any given behavior of exports, may be largely responsible for the success or failure in the process of growth and diversification.

For the staple theory the diversification of economic activity and industrialization are consequences that follow smoothly from the successful export growth “up to the point where the appellation ‘staple economy’ no longer suffices”.²² The Latin American model does not deny that continued growth of exports *might* set into motion forces making for deep structural changes in the economy. What they do contend is that the process, *as it occurred in Latin America*, was not heading for such a happy end. They saw the forces making for the maintenance of the “*hacia afuera*” pattern as stronger than those making for economic diversification. This is why they pointed to the disruption of this pattern, caused by events exogenous to the Latin American economies, as the key to understanding the emergence of manufacturing.

The “external shocks” hypothesis, which came to constitute the “traditional” explanation for the issue, ascribes the rise of the manufacturing sectors in these countries (especially in Brazil) to a succession of waves of import substitution under the impact of the crises faced by the export sectors. This explanation was already common currency in Latin American economic and historical literature when ECLA and Furtado came into

22 Watkins. “A staple theory...”

being, but it was them who made it a cornerstone of their model and developed its analytical rationale.²³ An “external shock” is anything that interferes with the export economy’s access to imports. The hypothesis states that, if an external shock occurs and if, for some reason, the level of activity and income in the export sector is maintained (or at least not badly hurt) the pressure of the demand dammed within the domestic economy will cause drastic changes in relative prices and create strong incentives for the reorientation of the economic activity toward import substitution. One possible case in which the level of income could be maintained in the export sector would be that of an external shock not connected with the country’s exports (say, a war involving the country’s suppliers of manufactures but not affecting adversely their demands for primary products). Another possibility would be that, even if the sudden lack of access to imports is due to a recession in exports, economic policy measures are taken so that the domestic purchasing power of the export sector is maintained, and the import substitution process is set into motion.

3. FINAL REMARKS

The analytical framework of the two models is, as we have seen, pretty much the same. In their attempts to establish the relationship between export growth and economic diversification they deal with the same variables and check the same kind of linkages. When applied to the same historical situations they should produce the same results. The gloomy outlook of the *hacia afuera* model on the process of export-led growth as it actually occurred in Latin America does not preclude the fact that, as a theoretical model, it leaves the way open to success as well as to failures. The *staple model*, on the other hand, does not predict that all export booms, however strong and long-lasting, will put the economy on the route to diversifica-

23 An early statement of the “external shocks” interpretation can be found in Robert C. Simonsen. *A Evolução Industrial do Brasil* [julho de 1939], reprinted in Edgard Carone, (ed.) *A Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. Other historians who have adopted it were, for instance, Caio Prado Junior. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959; and Nícia Vilela Luz. *A luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

tion and self-sustained growth. Much to the contrary it poses a quite stringent set of requirements that must be fulfilled before one may claim that a particular case is to be labeled a success. I hope that this discussion helps to shed light on the counterfactual nature of the problem being discussed. The big questions that are being implicitly asked are: was the coffee boom leading Brazil to self-sustained growth and diversification when it was hit by the crises? What would have happened if there had been no World War I and no Great Depression? It doesn't really matter that some industrialization was already under way prior to the war. What must be determined is which would have been its fate in the absence of the external shocks. Would it have gained momentum and spread? Or would it fade and remain confined to a few light consumer goods? There is no urge on my part to join the current fads in economic history. The above are legitimate and self-imposing counterfactual questions. To assert that we cannot avoid them is a mere recognition of the fact that, to establish causal relationships in a non-experimental science we must try to simulate hypothetical developments under alternative sets of parameters. It is clear that fighting overestimates (especially ill-supported ones) of the industrial growth that took place before, during or after the crises will provide no answer to these questions. If we want to use any of the two models to substantiate any hypothesis, we must turn to the examination of the linkage effects that constitute the core of them both. To make good their claims that Brazil was about to follow a path similar to the "areas of recent settlement" the revisionists must show that the coffee boom and the associated processes of immigration and urbanization were having the spread effects the theory requires. In other words, they must show that the export activity was having the "right" impact on the absorption of labor, the distribution of income, the supply of entrepreneurship, and so on. They must not forget the sociological and political problems of the export economy. They have to show that economic policy making was not hopelessly dominated by an "export mentality" and that the prevailing attitudes towards education, social mobility and political participation were not counteracting whatever positive impacts they find. So far, they haven't even touched upon these points. This is not to say that the other interpretation has provided a satisfactory empirical basis for their contentions. Because of their greater attachment to the Latin American historical process, they have been more sensitive to some of the points

listed above but are still far from sound empirical support. In particular, their emphasis on the existence of a vast subsistence sector is appealing and could prove crucial to the differentiation from the “areas of recent settlement” but as it stands up to now it is no more than a conjecture. One has not to use either of the models discussed here to explain what was happening in Brazil at the beginning of the twentieth century. As a matter of fact, I think that, as any other model, they both put too much stress on some particular variables while leaving others entirely unaccounted for. But, if one chooses to stick to one of them there is no way he can circumvent tasks like those outlined above.

Vanderbilt, spring 1975

REFERENCES

Baldwin, R. E. “Export Technology and Development from a Subsistence Level.” *The Economic Journal* (March 1963).

Baldwin, Robert E. “Patterns of Development in Newly settled Regions.” *The Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 24 (May 1956).

Caves, Richard E. “Export-led Growth and the New Economic History.” In: Jagdish Bhagwati (ed.) *Trade, Balance of Payments and Growth. Essays in Honor of Charles P. Kindleberger*. London: North-Holland, 1971.

Caves, Richard E. “Vent for Surplus Models of Trade and Growth.” In: R. E. Baldwin *et al.* *Trade, Growth and the Balance of Payments: Essays in Honor of Gottfried Haberler*. Chicago: Rand McNally and Amsterdam: North-Holland Pub. Co., 1965.

Domar, Evsey. “The causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis.” *The Journal of Economic History*, vol. XXX, n^o.1 (March 1970).

Fishlow, Albert. “Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil.” University of California, Berkeley, Working Paper n. 12 (Sept. 1971).

Furtado, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

Furtado, Celso. *The Economic Growth of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1963.

Levin, Jonathan. *The Export Economies, their pattern of development in historical perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard U. Press, 1960.

Lewis, W. Arthur. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor." *The Manchester School of Economics and Social Studies*, vol. 22 (May 1954).

Luz, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

North, Douglas. "Agriculture in Regional Economic Growth." *Journal of Farm Economics* (Dec. 1959).

North, Douglas. "Location Theory and Regional Economic Growth." *Journal of Political Economy*, vol. 63 (June 1955).

Prado Junior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasileira, 1959.

Simonsen, Roberto C. *A Evolução Industrial do Brasil* [julho de 1939], reprinted in: Edgard Carone, (ed.) *A Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Tavares, Maria da Conceição. "Auge y Declinación del Proceso de Sustitución de Importaciones en el Brasil". *Boletín Económico de América Latina*, vol IX, no. 1 (marzo 1964).

Versiani, F. R. and M. T. R. O. Versiani, "A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição". Universidade de Brasília, Depto. de Economia. *Textos para Discussão*, nº. 22, out. 1974.

Villela, A.V. "Industrial Growth and Industrialization: Revisions in the Stages of Brazil's Economic Development." *Journal of Developing Areas* (Jan. 1973).

Villela, A.V. and W. Suzigan. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

Watkins, Melville H. "A Staple Theory of Economic Growth." *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, vol. XXIX, n. 2 (May 1963).

Werneck, Rogério L. F. "Unsuccessful Export-led Growth: The Brazilian Coffee Economy, 1820-1913", unpublished paper, Harvard University, 1972.

A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*

Roberto B. Martins

I

O sistema escravista de Minas Gerais no século dezenove foi o maior que existiu em toda a história do Brasil. Durante todo o século, sua população escrava superou a de qualquer outra província, e apresentou, além disso, um vigoroso crescimento: de aproximadamente 170 mil indivíduos em 1819, passou a mais de 380 mil em 1873.

Nessa data, Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas ao norte da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas. Seu contingente servil era maior que o de qualquer outra sociedade do Novo Mundo em qualquer época, com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti nos seus pontos máximos.¹

* Este artigo foi a primeira divulgação, em português e no Brasil, da minha tese de doutorado — *Growing in Silence. The slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil* — defendida pouco antes na Universidade de Vanderbilt. Eu havia retornado dos Estados Unidos em outubro e, instado por dirigentes do Cedeplar para apresentar algum trabalho no Encontro da ANPEC que se aproximava, escrevi este resumo, concluído em novembro de 1980. Submetido à comissão organizadora, ele foi recusado, tendo sido considerado pela senhora Liana Aureliano, da Unicamp, como “de interesse apenas local, e não nacional”. Foi divulgado como *Caderno para discussão n. 10*. Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, novembro de 1980.

1 Com exceção dos Estados Unidos e do Brasil, as maiores populações escravas da América foram: Cuba (436.495) em 1841, Haiti (434.424) em 1789, e Jamaica (345.252) em 1817. Franklin Knight. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Cen-*

Em face de sua evidente importância na história da escravidão na América, é surpreendente verificar quão pouco se pesquisou sobre ela. Não existe um único estudo sistemático sobre seu sistema escravista, e os dados mais elementares, nos quais se deveria basear qualquer interpretação histórica, têm sido completamente ignorados. Os trabalhos de âmbito nacional sobre a escravidão brasileira no último século, incluindo algumas contribuições recentes e bem documentadas a respeito de outras áreas, não contêm senão ligeiras referências a Minas e as fontes mineiras estão conspicuamente ausentes de todos eles.² O resultado desse desinteresse tem sido a perpetuação de um grande número de noções falsas sobre a história de Minas.

A escassez de pesquisas não se limita à questão da escravidão. A economia e a sociedade da província, de uma maneira geral, não receberam melhor tratamento dos historiadores. Exceção feita ao seu próprio livro, a queixa de Francisco Iglésias seria tão justificada hoje como foi há mais de vinte anos: “a falta de bibliografia sobre o período é verdadeiramente chocante ... A vida provincial mineira quase não existe como tema para o historiador”.³

Parte da culpa é dos próprios mineiros. A maioria dos historiadores nativos se deixou imobilizar pelo esplendor da idade do ouro — o século dezoito — quando Minas era o centro nevrálgico do império português. O início do período republicano viu a região ascender novamente a uma posição de relevo na vida política nacional e também tem tido seus cultores. Assim, enquanto a capitania e o estado receberam alguma atenção, a província foi completamente ignorada.

ury (Madison 1970), p. 22; David Cohen e Jack Greene, eds., *Neither Slave nor Free: The Freedmen of African Descent in the Slave Societies of the New World* (Baltimore, 1972, p. 337); B.W. Higman. *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807–1834* (Cambridge, 1976), p. 256.

2 Veja, por exemplo, Robert Conrad. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888* (Berkeley, 1972); Robert Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil* (Nova Iorque, 1972), e Robert Slenes. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888*. (Tese de doutorado, Stanford University, 1976).

3 Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835 -1889)*. (Rio, 1958).

Entretanto, o maior obstáculo para um melhor conhecimento de Minas oitocentista tem sido uma enraizada distorção que permeia toda a historiografia econômica brasileira, a maior parte da qual está ainda hoje enredada na noção, herdada do colonizador, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa. A evolução econômica do país é descrita como uma série de “ciclos de exportação”: açúcar no Nordeste nos primeiros séculos, ouro em Minas Gerais no século dezoito, e café no Centro-Sul nos séculos dezenove e vinte.

Em todos esses períodos, as regiões à margem do *boom* exportador são sumariamente excluídas como “decadentes”, ou “estagnadas”. Uma identidade econômica é negada a essas áreas que, quando muito, são tratadas como “periféricas”, “dependentes”, meros apêndices dos setores exportadores. Se de todo tal conexão não pode ser estabelecida, a região é colocada na mais desprezível de todas as categorias – economia de subsistência – e é condenada ao esquecimento.⁴

A escassa atenção dedicada à economia mineira no século passado tem se concentrado, naturalmente, em seu setor exportador. Isso não significa, entretanto, que esse setor tenha sido suficientemente pesquisado: a maioria dos historiadores da escravidão no Brasil – brasileiros e brasilianistas – tem se contentado em projetar sobre Minas Gerais seus achados e opiniões sobre São Paulo e o Rio de Janeiro. O tratamento típico consiste em incluir a província num pacote rotulado como “províncias cafeeiras” e, enquanto se examinam os desenvolvimentos paulista e fluminense, aparentemente se espera que o caso mineiro fique elucidado por analogia. Assim, como a expansão do regime servil naquelas duas unidades foi claramente associada ao crescimento da indústria cafeeira, tem-se como ponto pacífico que o mesmo é verdadeiro em relação a Minas Gerais.

As linhas principais da interpretação prevalecente podem ser resumidas como abaixo. Durante o século dezoito, em consequência da mineração, reuniu-se em Minas um grande contingente de mão de obra escrava. Quando o ciclo minerador entrou em decadência, os escravos se

4 O trabalho mais conhecido nessa linha é, naturalmente, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Seu tratamento de Minas Gerais, especialmente das transformações ocorridas depois do ciclo do ouro, é particularmente sem qualidade, desinformado e carente de pesquisa.

dispersaram pelo interior da capitania, retirando-se com seus senhores para o setor de subsistência, tornando-se economicamente “redundantes” ou “subutilizados”. A economia regional entrou em letargia até ser despertada, décadas mais tarde, pela emergência da lavoura cafeeira. Os escravos foram então transferidos em massa para o café, que tornou-se o bastião da instituição servil na província.

As partes não-cafeeiras de Minas, apressadamente reunidas sob o rótulo de “áreas mineradoras decadentes”, são apresentadas como um reservatório de mão de obra escrava, não só para a zona cafeeira da própria Minas, mas também para as das províncias do Rio e de São Paulo. Afirmase que essas áreas não-cafeeiras eram menos comprometidas com o regime servil do que a região de plantation, e que “a manumissão se tinha tornado claramente mais frequente ... no velho estado minerador de Minas do que no Rio de Janeiro e São Paulo”.⁵

Em resumo, o sentido geral da historiografia existente é o de que em Minas, à semelhança do Rio e de São Paulo, o café “explica” a direção tomada pela escravidão no século dezanove. Muitos autores parecem ter aceitado literalmente a afirmação de Capistrano de Abreu de que “o Sul, no fundo, é São Paulo”.⁶ As poucas vozes dissidentes, como a de Daniel de Carvalho — que pugnou repetidamente contra o viés exportador da historiografia brasileira e pelo reconhecimento da identidade histórica da província mineira — permaneceram completamente ignoradas.⁷

Os resultados apresentados neste trabalho chocam-se frontalmente com quase todos os aspectos da interpretação acima resumida. Na seção II mostramos que no início do período em estudo o episódio minerador já estava praticamente encerrado. Durante todo o século dezanove, a mine-

5 Os principais trabalhos em que esse sumário é baseado são referidos nos lugares apropriados do texto. A citação sobre manumissões é de Thomas Merrick e Douglas Graham. *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the Present* (Baltimore, 1979), p.70.

6 Capistrano de Abreu, introdução a Alfred W. Sellin. *Geographia Geral do Brasil* (Rio, 1889).

7 Veja Daniel de Carvalho. Formação Histórica das Minas Gerais. In: Universidade de Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros* (Belo Horizonte, 1957), esp. p. 25; *Ensaio de Crítica e História* (Rio de Janeiro, 1964); e *Estudos e Depoimentos* (1ª. Série) (Rio de Janeiro, 1953).

ração foi um setor de importância menor na economia provincial, especialmente no tocante ao emprego de escravos. Mostramos também que a população servil de Minas não era uma herança da época do ouro, mas sim o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineratória.

Na seção III analisamos a indústria cafeeira. Argumentamos que a associação entre escravidão e café ou, na verdade, entre escravidão e qualquer forma de agricultura de plantation, não foi, nem de longe, tão forte como tem sido afirmado. Até a metade do século o setor cafeeiro tinha dimensões extremamente acanhadas e seu crescimento decididamente não constitui explicação para o grande aumento da população escrava no período. Nas quatro décadas seguintes, o café se expandiu rapidamente, atingindo um tamanho absoluto considerável. Não obstante, mesmo no seu apogeu, durante o império o setor permaneceu pequeno em comparação com o conjunto da economia provincial e empregava apenas uma fração modesta da força de trabalho escrava.

Descrever a história da escravidão em Minas como uma transferência da mineração para o café é um engano grosseiro, envolvendo erros nos dois lados da jornada: a grande maioria dos escravos mineiros no século dezanove nunca esteve em uma mina nem em uma fazenda de café. No início da década de setenta o contingente escravo de Minas *não* engajado na agricultura de exportação ou na mineração era muito mais numeroso que a população escrava total do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, ou ainda da maioria das sociedades escravistas nacionais do Novo Mundo em qualquer momento de suas histórias.

O crescimento da população servil de Minas no século dezanove e a participação da província no tráfico de escravos são examinados na seção IV. Aí mostramos que Minas não foi um fornecedor de mão de obra cativa para outras áreas e, em particular, que a ideia de que a decolagem do setor cafeeiro se fez com escravos mineiros redundantes é francamente delirante. Minas Gerais foi, ao contrário, um pesado importador líquido durante este século, possivelmente o maior dentre todas as províncias brasileiras. Nos anos setenta e oitenta, o tráfico é analisado no nível dos municípios. Os resultados obtidos indicam que a afirmação de que a zona cafeeira estava esvaziando a população escrava do resto da província não

tem base factual. Os dados disponíveis sobre alforrias mostram que Minas Gerais tinha as mais baixas taxas de manumissão no país durante o período para o qual tais taxas podem ser calculadas.

Na seção V mostramos que o grosso da economia mineira, onde trabalhava a maior parte dos escravos, não era constituído por plantations nem era orientado para a exportação. Isolamento de mercados externos à província, diversificação interna e autossuficiência eram suas características principais. Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capita no país e, fora da região cafeeira este nível declinou em termos reais no decorrer do século. A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida, e teve pouca influência sobre a vida econômica do resto da província. A economia provincial era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente — fazendas, sítios e roças — produzindo para autoconsumo e para venda em mercados locais.

Por ser essencialmente inconspícuo e legar poucos registros para a posteridade, esse vasto complexo agrícola tem sido sistematicamente ignorado pela historiografia econômica. A produção para subsistência e para comércio local não gera fluxos altamente visíveis de mercadorias, receitas fiscais, ferrovias e baronatos comparáveis àqueles gerados pela grande lavoura. Não sendo vinculada a mercados internacionais, essa economia não era suscetível à ocorrência de *booms* e depressões dramáticas. Era natural, portanto, que os contemporâneos, em consonância com o quadro ideológico da época, vissem tais atividades com desprezo ou, simplesmente, não conseguissem perceber sua extensão e importância. Os mesmos enganos e preconceitos são muito menos desculpáveis num historiador moderno.

Embora a agricultura fosse o principal setor de emprego da força de trabalho escrava, os cativos eram também utilizados numa variedade de outras ocupações, incluindo a pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras. Em algumas destas, como a indústria têxtil e a siderurgia, o emprego de escravos parece ter sido considerável. A distribuição ocupacional da força de trabalho escrava em Minas era claramente mais diversificada do que nas verdadeiras províncias cafeeiras, São Paulo e Rio de Janeiro.

A maioria dos historiadores se acostumou de tal forma com a associação entre trabalho forçado e o sistema de plantation, que a simples menção

da escravidão na América lhes traz à mente a ilha-fábrica do Caribe, a plantation algodoeira do Sul dos Estados Unidos e a fazenda de café ou engenho de açúcar do Brasil. A existência de “um produto cujo cultivo demande combinação e organização do trabalho numa escala extensiva”, e conexões com mercados internacionais ou, numa palavra, a existência da plantation exportadora é considerada condição *sine qua non* para a viabilidade e sobrevivência da escravidão como sistema de trabalho.

Por outro lado, o cultivo de cereais, a pecuária e as atividades manufatureiras, especialmente quando orientadas para o mercado interno, como foi o caso de Minas, têm sido frequentemente reputados incompatíveis com o trabalho forçado.⁸ A existência de um vasto sistema escravista que sobreviveu e se expandiu por mais de um século sem nenhuma associação com a plantation exportadora tem, portanto, uma importância que transcende o âmbito da história de Minas e do Brasil.

Na seção VI sugerimos uma explicação para o prolongado apego de Minas Gerais ao regime servil. O caso mineiro se ajusta extremamente bem à hipótese proposta no século passado por E. G. Wakefield e por vários outros autores. Não havia uma oferta de trabalho assalariado porque a fronteira agrícola estava aberta e os camponeses livres tinham franco acesso a terras não ocupadas, das quais podiam extrair uma subsistência independente. Nesse contexto, uma classe de proprietários não-trabalhadores só poderia sobreviver através do recurso continuado ao trabalho forçado.

O caso aqui estudado também coloca questões importantes com relação ao papel desempenhado pelo latifúndio na história brasileira. Sempre se acreditou que a prevalência de grande propriedade territorial e a exclusão dos camponeses da terra foram forças maiores na formação da estrutura socioeconômica do Brasil rural. Isso pode ter sido verdadeiro, durante o século dezenove, no nordeste do país, onde a maioria das terras cultiváveis já tinha sido apropriada e a população camponesa já estava reduzida a um status de dependência dos senhores da terra, que possibilitou, inclusive, o abandono gradual do regime servil.

8 O *locus classicus* desse argumento é John Elliot Cairnes. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs* (reeditado: New York, 1969). A citação é da p. 46.

Entretanto, a extrapolação dessa situação para Minas Gerais (e, certamente, para grande parte do Brasil central e meridional) é claramente espúria. O latifúndio não era menos comum nessas áreas, mas controlava apenas uma fração das terras, não podendo, por essa razão, controlar os camponeses. A existência de camponeses livres e economicamente independentes e a permanência do regime escravista são faces complementares da mesma realidade social, cujo determinante principal era a impossibilidade de controlar o acesso à terra.

II

No início do século dezanove, Minas não mais poderia ser caracterizada como uma economia mineratória. A produção de ouro, que atingira uma média anual de 10.036 quilos em 1736–51, declinou drasticamente na segunda metade do século, alcançando apenas 1.883 quilos por ano no período 1801–20.⁹

Os centros mineradores estavam parcialmente desertos e a população tinha se dispersado pela zona rural, dedicando-se, principalmente, à agricultura e à pecuária. Singer sugeriu que, já em 1776, aproximadamente 80 por cento da força de trabalho, livre e escrava, não mais trabalhavam na mineração.¹⁰ Menos de trinta anos mais tarde, na segunda década do século passado, a dissociação entre a mineração de ouro e a escravidão estava praticamente completa.

As lavras em operação em 1814 eram apenas pálidas sombras do que tinham sido poucas décadas antes. O número médio de escravos por lavra era 12,6 e a vasta maioria empregava menos que a média: dois terços delas tinham 10 escravos ou menos; apenas uma, a famosa mina de Morro Velho em Congonhas do Sabará, tinha mais de cem.

9 W. L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis* (São Paulo, 1944), vol. 1, pp. 364–70. Arrobas convertidas em quilos à razão de 1 arroba = 14,689 quilos.

10 Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (São Paulo, 1968), p. 204.

Tabela 1
 Minas Gerais: Força de Trabalho na Mineração
 de Ouro, 1810 e 1814

	1810	1814
Lavras em operação	631	517
Escravos empregados nas lavras	10.603	6.535
Livres empregados nas lavras	335	197
Faíscadores escravos	2.048	2.057
Faíscadores livres	3.291	3.604

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Na maioria dessas empresas, os escravos eram apenas parcialmente empregados na mineração, dedicando vários meses por ano ao cultivo de gêneros de subsistência. A produtividade média por trabalhador (livre ou escravo) era de 59,3 gramas de ouro por ano e em 76 por cento das lavras, estava abaixo de 70 gramas, menos portanto que a produtividade média dos faíscadores no mesmo período.¹¹

Tendo em vista que, segundo a unanimidade dos depoimentos contemporâneos, a renda dos faíscadores não ultrapassava o nível de subsistência,¹² fica claro que a maior parte das unidades não era capaz de realizar lucro. O ouro superficial já havia sido coletado e a operação remuneradora das lavras exigia, já nessa época, recursos técnicos e financeiros acima das possibilidades dos mineiros.

Não surpreende, portanto, que o declínio do setor minerador nativo continuasse de forma acelerada pelo século adentro. Eschwege observou

11 Dados originais em Eschwege. *Pluto*, vol. 2, pp. 34–63.

12 Eschwege. *Pluto*, vol. 2, p. 65. Sobre o padrão de vida dos faíscadores veja o próprio Eschwege, vol.1, pp. 309–10; vol. 2, pp. 10–11, 16–17 e 21–22; Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (Rio, 1938), vol.1, pp.143, 152, 224–26; George Gardner. *Viagens pelo Brasil* (São Paulo, 1942), p. 424; J. B. von Spix e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil* (Rio de Janeiro, 1938), vol.1, pp. 314–332; Hermann Burmeister. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (São Paulo, 1952), pp.181-82; Conde Suzannet. *O Brasil em 1845* (Rio de Janeiro, 1954), pp. 90–91, 99; Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829* (Londres, 1830), vol. 1, p. 200.

que o número de lavras diminuía “extraordinariamente” entre 1814 e 1820, e que, mesmo entre as sobreviventes, o nível de atividade tinha sido muito reduzido. O mesmo autor estimou que a força de trabalho total (escravos e livres) na mineração de ouro não ultrapassava 6.000 indivíduos no início da década de 20.¹³

A extração de diamantes constituía, além do ouro, a única atividade mineratória de importância. Como foi monopólio da coroa até depois da independência, é relativamente fácil avaliar o emprego de escravos nessa indústria no fim do período colonial. A Real Extração iniciou suas operações em 1772 com 3.610 escravos. Entre essa data e 1795, empregava usualmente 500 cativos durante a estação seca e 4.200 a 4.400 durante a estação das chuvas. Entre 1795 e 1801 a força de trabalho escrava oscilou entre 1.500 e 1.700, crescendo para 2.100–2.800 no período 1801–1814, caindo depois para 1.600–1.800 nos anos 1814–1817. O último dado oficial disponível indica o emprego de 1.200 escravos em 1818.¹⁴ Esses números são confirmados pelos relatos dos viajantes que visitaram o distrito diamantino na época. Mawe, Pohl e Freireyss registraram 2.000 escravos ao tempo de suas visitas. Saint-Hilaire encontrou o número reduzido a cerca de 1.000. Poucos anos depois, D’Orbigny estimou que seriam umas poucas centenas, no máximo.¹⁵

Vê-se, portanto, que o número total de escravos empregados em todos os tipos de mineração no final do período colonial dificilmente teria alcançado 10.000, o que representaria 5,9 por cento da população servil de Minas na época.

Logo após a independência, a mineração entrou numa fase de profunda modificação, com a entrada dos ingleses no setor. A primeira com-

13 Eschwege. *Pluto*, vol. 1, pp. 361–62; vol. 2, p. 64.

14 Joaquim Felício dos Santos. *Le Diamant au Brésil* (Paris, 1931), p. 186; Pizarro e Araújo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (Rio, 1948), vol. 8, tomo 2, pp. 113–14, 242; Spix e Martius. *Viagem*, vol. 2, p. 109.

15 John Mawe. *Travels in the Interior of Brazil* (Filadelfia, 1816), p. 265; Johann Emanuel Pohl. *Viagem no Interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821* (Rio, 1951), vol. 2, p. 405; G.W. Freireyss. *Viagem no Interior do Brasil nos annos de 1814–1815*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XI, (1906), p. 190; Saint Hilaire, *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (São Paulo, 1941), p. 9; Alcide d’Orbigny, *Voyage dans les Deux Ameriques* (Paris, 1853), p. 163.

panhia inglesa, a Imperial Brazilian Mining Association foi organizada em 1824 e iniciou suas operações em 1826, na mina de Gongo Sôco, em Santa Bárbara. Durante o restante do império, pelo menos treze outras companhias inglesas, duas francesas e umas poucas brasileiras foram constituídas para explorar jazidas auríferas em Minas.¹⁶

A entrada das empresas estrangeiras não reverteu o declínio secular da mineração, embora tenha desacelerado o processo. A produção média anual de ouro em Minas caiu para 1.635 quilos nos anos 1821–60, crescendo ligeiramente para 2.174 quilos, no período 1860–84.¹⁷

Sobretudo, a presença inglesa não restaurou a antiga importância da mineração como setor de emprego de trabalho escravo. Consideradas individualmente, várias dessas companhias foram grandes empregadores de cativos: a Saint John del Rey, por exemplo, foi aparentemente a maior empresa escravista privada em toda a história de Minas. Mas, em conjunto, e contra o pano de fundo da população servil da província, o plantel das companhias mineradoras foi totalmente sem importância. Embora operassem em escala muito maior que as antigas lavras, o uso de escravos por essas empresas foi reduzido porque sua tecnologia era muito mais intensiva em capital e, em sua maioria, elas tiveram existência efêmera, constituindo-se, com poucas exceções, em notáveis fiascos.¹⁸

No início da década de 1840, com quatro companhias inglesas em atividade, o número total de escravos empregados era cerca de 1.750 (500 em Morro Velho, 300 em Cocais, 450 em Cata Branca e 500 em Gongo Sôco). Na metade do século, o contingente estava em torno de 2.000 cativos, no máximo: Morro Velho estava em franca expansão, mas Cata Branca tinha falido e as outras companhias estavam em dificuldades. A partir dessa época, o emprego total de escravos pelas companhias estrangeiras caiu

16 Para uma lista e uma descrição individual das companhias estrangeiras na mineração, veja Roberto B. Martins. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. (Tese de Doutorado. Depto. de Economia, Vanderbilt University, 1980).

17 William Jory Henwood. Observations on Metalliferous Deposits. *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall* 8 (1871), pp. 367–69.

18 Descrições dos desempenhos individuais das companhias, bem como uma discussão das inovações por elas introduzidas e dos enormes ganhos na produtividade do trabalho estão em Martins. *Growing in Silence*.

para não mais se recuperar, com o fechamento de Gongo Sôco e a lenta agonia de Cocais, apesar da continuação do crescimento do plantel servil de Morro Velho até 1863, e da formação de novas companhias.¹⁹

Não há dados satisfatórios para a população servil da província em meados do século. Aplicando ao contingente de 1819 a taxa de crescimento observada entre aquele ano e 1873, obtemos 269.550 escravos em 1850, número que é provavelmente uma subestimação, uma vez que essa população deve ter crescido a uma taxa mais alta enquanto o tráfico atlântico permaneceu aberto. Os 2.000 escravos empregados por todas as companhias inglesas no período não representariam, portanto, mais que 0,7 por cento da população escrava de Minas. É difícil avaliar a força de trabalho escrava do setor nativo da mineração de ouro, mas pode-se afirmar com segurança que ela era muito pequena. Esse setor estava declinando rapidamente na virada do século e não há nenhuma evidência de uma reversão dessa tendência. Existem, ao contrário, várias razões para se acreditar que sua decadência se acelerou e que, com exceção da faiscagem, o setor tinha praticamente desaparecido.

A mineração de diamantes também sofreu grandes mudanças no século dezanove. Na década de 1830, o monopólio real deu lugar a um sistema de exploração livre, desencadeando um período de forte expansão na produção e, provavelmente, no emprego de escravos. Esse segundo *boom* diamantino foi, entretanto, extremamente curto e localizado. As descobertas na África do Sul saturaram o mercado internacional, expelindo a maioria dos produtores brasileiros. Toda a evidência disponível indica que, nos anos 60, as áreas diamantinas de Minas já estavam em profunda depressão.

No terceiro quartel do século a utilização de escravos na mineração tinha diminuído ainda mais. O censo de 1872 (que em Minas só se realizou em 1873) registrou o número máximo de 1.625 escravos empregados em todos os tipos de mineração, dos quais 351 (21,6 por cento) estavam em áreas de mineração de ouro e 1.274 (78,4 por cento) estavam em áreas

19 Martins. *Growing in Silence*. Douglas C. Libby. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho* (Tese de Mestrado, Depto. de Ciência Política, UFMG, 1979) discute detalhadamente a evolução da força de trabalho servil da Saint John del Rey.

principalmente diamantinas. Dos 72 municípios da província, apenas 12 tinham escravos nessa categoria ocupacional e, com poucas exceções, estes representavam uma parcela insignificante do plantel servil de cada município. Na província inteira, o setor minerador detinha, no máximo, 0,44 por cento da população e 0,72 por cento da força de trabalho escravas.²⁰

Em 1873, a Assembleia Provincial criou um imposto de dois milréis por ano sobre cada escravo direta ou indiretamente empregado na mineração de ouro. A tabela 2, computada a partir da receita desse imposto, mostra a evolução da força escrava do setor no período final da escravidão. Os 644 escravos empregados em 1882–83 representavam 0,21 por cento da população servil de Minas nesse ano.

O esgotamento das jazidas de aluvião e a transferência da população para outras atividades foram consequências perfeitamente naturais do ciclo do ouro. Na verdade, esse epílogo não teria apresentado nada de notável se não tivesse sido acompanhado de um forte crescimento da população escrava.

Foi no fundo da crise da mineração, num período descrito por Furtado como um “processo de involução” sem paralelo entre as economias ocidentais, que o contingente escravo de Minas passou por um ponto de inflexão e iniciou uma expansão que se prolongaria pela maior parte do século dezanove.

A população servil da capitania seguiu de perto o ciclo minerador em sua fase ascensional, crescendo rapidamente até o final dos anos 1730, declinando, depois, ligeiramente, até 1749, quando o rush se desacelerava. Porém, a partir do terceiro quartel do século, a mineração e a população escrava tomaram rumos radicalmente diferentes. Em 1786, o número de escravos era mais do que o dobro daquele registrado em 1749. Seguiu-se um período curto de declínio, mas na segunda década do século dezanove o crescimento já tinha sido retomado.

20 Esse é o número máximo porque a categoria ocupacional que inclui os mineiros também inclui calceteiros, cavouqueiros e canteiros. O dado é dos quadros paroquiais do censo. O quadro provincial de profissões contém enormes erros, como se verá adiante.

Tabela 2
 Minas Gerais: Escravos Empregados na
 Mineração de Ouro, 1872–1883

Ano Fiscal	Escravos
1873–74	917
1874–75	798
1875–76	688
1876–77	644
1877–78	902
1878–79	857
1879–80	818
1880–81	634
1881–82	653
1882–83	644

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

No princípio do século, Minas já tinha a maior população escrava do Brasil e sua evolução nas décadas seguintes reforçou sobremaneira essa posição: a fatia mineira aumentou de 15,2 por cento em 1819 para 24,7 por cento em 1872. No mesmo período, o plantel escravo de Minas cresceu a uma taxa duas vezes e meia maior que a média nacional, e seu crescimento absoluto só foi igualado pelo do Rio de Janeiro, sendo ambos quase três vezes maiores que o de qualquer outra província.

É fundamental compreender que a grande população servil de Minas no princípio do século dezenove não era uma herança do rush do ouro. Esses escravos não eram os remanescentes daqueles importados para a mineração, nem os seus descendentes: eram, isso sim, o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora. Não há evidências diretas suficientes para se medir as importações de escravos nesse período remoto, mas o fluxo pode ser avaliado através de métodos indiretos.²¹

21 A metodologia, as fórmulas e os cálculos das importações de escravos são descritos em detalhe em Martins. *Growing in Silence*, apêndice B.

Tabela 3
 Minas Gerais: Evolução da População Escrava, 1717–1819

Ano	Escravos	Taxa de crescimento (% por ano)
1717	33.000	
1749	88.286	3,1
1786	188.941	2,1
1808	148.772	-1,1
1819	168.543	1,1

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

A tabela 5 deixa claro que as estimativas são muito sensíveis à taxa de crescimento natural, um parâmetro sobre o qual não temos senão informações vagas. Pode-se, entretanto, afirmar com segurança que essa taxa era fortemente negativa no período em questão. A mortalidade era certamente muito alta: com o tráfico atlântico a todo vapor, a proporção de escravos africanos — isto é, a parcela da população sujeita à sobre-mortalidade da migração — era mantida permanentemente alta.²² Só esse fator já seria suficiente para gerar uma alta taxa de mortalidade global. Havia, além disso, concordância geral entre os contemporâneos em que as condições de vida e de trabalho eram muito mais duras na mineração do

que na agricultura. A fecundidade, por seu turno, era forçosamente baixa, em consequência da alta morbidade e do enorme desequilíbrio entre os sexos. As estimativas disponíveis sugerem que a taxa de crescimento natural da população escrava de Minas até o início do século dezenove era substancialmente menor que - 0,02 por ano.²³

22 Sobre os aspectos epidemiológicos e a sobremortalidade do tráfico, veja Philip D. Curtin. *Epidemiology and the Slave Trade*. *Political Science Quarterly* 83 (junho 1968).

23 Mauricio Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo, 1975), p.168; e W. L. von Eschwege. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV (1899) p. 741.

Tabela 4
 Brasil: Crescimento da População Escrava, por Províncias, 1819–1872

Províncias	Escravos em 1819	Escravos em 1872	Crescimento (% por ano)
Amazonas	6.040	979	-3,37
Pará	33.000	27.458	-3,34
Maranhão	133.334	75.272	1,07
Piauí	12.045	23.924	1,30
Ceará	55.439	31.913	-1,03
Rio Grande do Norte	9.109	13.020	0,67
Paraíba	16.723	21.526	0,47
Pernambuco	97.633	89.028	-0,17
Alagoas	69.094	35.741	-1,23
Sergipe	26.213	30.119	0,26
Bahia	147.263	167.824	0,24
Minas Gerais	168.543	381.893	1,53
Espírito Santo	20.272	22.659	0,21
Rio de Janeiro	91.070	306.425	2,31
Corte	55.090	48.939	-0,22
São Paulo	77.667	156.612	1,28
Paraná	10.191	10.560	0,06
Santa Catarina	9.172	14.984	0,93
Rio Grande do Sul	28.253	69.685	1,72
Goiás	26.800	10.652	-1,73
Mato Grosso	14.180	6.667	-1,41
Brasil	1.107.131	1.545.880	0,63

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Tabela 5
 Minas Gerais: Estimativas Mínimas das Importações Líquidas
 de Escravos, com Taxas Hipotéticas de Crescimento Natural,
 1717–1808. Médias Anuais por Períodos.

Período	$r = - 0,2$	$r = - 0,3$	$r = - 0,4$
1717–1749	3.065	3.858	4.765
1749–1786	5.799	7.613	9.746
1786–1808	1.568	3.311	5.114

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Como não havia escravização de pessoas livres, a taxa de manumissão era positiva por definição, e as importações líquidas reais eram necessariamente maiores que as estimadas. Isso é especialmente verdadeiro para o período 1749–1786 quando, conforme se mostrará abaixo, o nível de alforrias parece ter sido considerável.

As estimativas da tabela 5 mostram que a população escrava não acompanhou a mineração na sua decadência. As importações líquidas de escravos aumentaram na segunda metade do século, apesar da crise do setor minerador. Mesmo no período 1786–1808, quando a população escrava diminuiu, as importações mantiveram-se num nível bastante alto.

O comportamento das alforrias no tempo confirma amplamente que a escravidão tinha adquirido uma nova vitalidade nas últimas décadas do século dezoito. Não há, mais uma vez, dados diretos sobre manumissões nesse período, mas a evolução da população livre de cor não deixa margem a dúvidas. Esses dados sugerem que a ideia, bastante frequente na literatura, de que a economia mineratória oferecia amplas oportunidades para o escravo obter sua libertação não tem suporte empírico. A incidência de manumissão durante a fase ascensional do ciclo do ouro parece ter sido muito baixa.

Entre 1735 e 1749 o número de pretos e mulatos livres era muito pequeno e decresceu durante o período. Somente depois que começou a decadência é que a tendência se modificou. A extraordinariamente alta taxa de crescimento do grupo livre de cor no período 1749–1786 indica um

aumento abrupto na concessão de alforrias, mesmo considerando que a reprodução natural dos libertos também contribuiu para esse crescimento.²⁴

Tabela 6
Minas Gerais: Evolução da População Livre de Cor, 1735–1873

Ano	Pretos e mulatos livres	Livres de cor por 100 escravos	Crescimento (por 100 por ano)
1735	1.420	1,5	
1749	961	1,1	-2,7
1786	123.048	70,7	14,0
1821	201.178	110,6	1,4
1873	805.967	217,5	2,7

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

A explosão nas manumissões não durou muito tempo. À medida que a economia regional se afastava da mineração, a taxa de crescimento do grupo livre de cor caiu verticalmente. Entre 1786 e 1821, a taxa caiu a um décimo do nível atingido no período anterior. De 1821 a 1873, a população livre de cor cresceu num ritmo muito inferior ao da população branca. O sistema escravista provincial estava reestruturado e no pleno vigor de sua força.

III

A maioria dos historiadores concordaria que a evolução da população escrava de Minas no século dezenove não pode ser explicada pela agonizante mineração, mas não hesitaria em atribuir ao cultivo do café o papel principal no renascimento escravista da região. A indústria cafeeira é geralmente apresentada como a atividade que resgatou a província — e mesmo o império — de um impasse econômico, inaugurou uma nova era e

24 Compare com as taxas de crescimento de outros segmentos da população: entre 1776 e 1786 a população total de Minas cresceu a 1,27 por cento por ano, enquanto a população branca decresceu a 0,72 por cento por ano.

deu um novo sopro de vida à instituição servil. Já indicamos que, pelo menos no que diz respeito a Minas, essa visão é altamente duvidosa. No tocante à história econômica da província, é uma visão míope, que reproduz sem nenhuma reflexão a perspectiva do colonizador. Mais especificamente, do ponto de vista da história da escravidão em Minas, ela simplesmente não tem base nos fatos.

O café foi cultivado desde o século dezoito na região central de Minas como uma planta de jardim, para consumo doméstico. O cultivo comercial só foi iniciado nas primeiras décadas do século passado, como resultado da expansão da seção fluminense do Vale do Paraíba. Apesar de ter crescido rapidamente durante a primeira metade do século, o setor era ainda extremamente pequeno em torno de 1850. As exportações de café mineiro cresceram de uma média anual de 472 toneladas em 1819–25 para 7.212 toneladas em 1846–51. Estima-se que no início dos anos 60 não existiam na província mais do que 300 cafeicultores.²⁵ A expansão acelerou-se muito na segunda metade do século. No período 1852–1870, o setor cafeeiro de Minas cresceu mais rapidamente que qualquer outra área cafeeira do Brasil. Nas duas décadas seguintes ele foi ultrapassado, tanto em termos da produção total quanto das taxas de crescimento, pelo Oeste Paulista, mas continuou a se expandir vigorosamente, enquanto as áreas antigas do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro e em São Paulo permaneciam estagnadas, como, aliás, tinham estado desde a metade do século.

Durante o império, a produção comercial de café em Minas ficou circunscrita a uma parcela pequena do território provincial. Era uma estreita faixa de terra, na direção sudoeste-nordeste, acompanhando a fronteira com o Rio de Janeiro e limitada ao norte pelas serras da Mantiqueira, da Gameleira e do Caparaó, na zona da Mata mineira. O território além da Mantiqueira prestava-se bem ao cultivo do café, mas os custos de transporte impossibilitavam a produção em escala comercial. Mesmo na Mata, nem todos os municípios eram cafeeiros: apesar de não haver dados sistemáticos da produção durante o século dezanove, fontes contemporâneas

25 Aristóteles Alvim. Confrontos e Deduções. In: *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil* (Belo Horizonte, 1929), p. 80–83, e Marcos Carneiro de Mendonça. *A Economia Mineira no Século XIX*. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros* (Belo Horizonte, 1957), p.141.

revelam claramente que os municípios interiores da zona — Ponte Nova, Piranga e Santa Rita do Turvo — estavam além da fronteira cafeeira pelo menos até os anos oitenta. Nos últimos anos do império, toda a zona cafeeira de Minas não ocupava mais do que 4 por cento da superfície da província.²⁶

Tabela 7
Brasil: Crescimento das Principais Áreas Cafeeiras, 1852–1888
(Exportações Médias Anuais em Toneladas)

Período	Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo Vale do Paraíba		São Paulo Oeste	
	tons.	índice	tons.	índice	tons.	índice	tons.	índice
1852–1855	10.264	100	117.372	100	18.790	100	9.369	100
1856–1860	12.958	126	119.272	102	17.191	91	14.302	153
1861–1865	16.460	160	85.442	73	14.886	79	19.871	212
1866–1870	31.532	307	117.841	100	18.014	96	28.213	301
1871–1875	32.472	316	106.610	91	17.206	92	35.250	376
1876–1880	46.022	448	116.521	99	20.379	108	58.318	622
1881–1885	65.902	642	131.572	112	23.368	124	106.647	1.138
1886–1888	82.829	807	97.995	83	15.382	82	117.797	1.257

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

A exportação de café era sujeita a um imposto durante todo o período em estudo. Os registros das estações fiscais da província permitem reconstituir com bastante precisão as origens regionais das exportações mineiras do produto.²⁷

26 A delimitação da região cafeeira é baseada em C. F. van Delden Laerne. *Brazil and Java. Report of Coffee Culture in America, Asia and Africa* (Londres e Haia, 1885) e José Joaquim da Silva. *Tratado de Geographia Descriptiva Especial da Província de Minas Geraes* (Rio, 1878). Sua superfície foi estimada por Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - A Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 257 (1962).

27 As exportações de café por recebedorias são apresentadas em Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 8
 Minas Gerais: Composição Regional das Exportações de Café, 1818–1884.
 Anos Selecionados (Porcentagens do volume físico total da província)

Período	Zona da Mata	Zona Sul	Resto da província
1818–19	99,7	0,0	0,3
1842–43	99,9	0,1	*
1844–45	100,0	0,0	*
1847–48	99,8	0,2	*
1850–51	99,8	0,2	*
1867–68	99,7	0,3	*
1881–82	97,0	2,8	0,2
1882–83	97,0	2,8	0,2
1883–84	93,1	6,5	0,4

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Em face dos dados da tabela 8, é quase inacreditável verificar quão disseminada é a noção de que a zona Sul foi uma área cafeeira importante durante o período imperial. Esse erro é frequentemente repetido na literatura recente e é muitas vezes agravado pela afirmação de que a região atraiu grande número de escravos para trabalhar em seus cafezais.²⁸

Durante a maior parte do império, a zona Sul era uma região esparsamente povoada, isolada da costa por uma formidável barreira natural e destituída de qualquer via exportadora de importância.²⁹ A primeira ferrovia a penetrar a região, a *Minas and Rio Company*, só foi aberta ao tráfego em 1884 e, decididamente, não atravessava território cafeeiro. Um obser-

28 Veja, por exemplo, Herbert Klein. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade* (Princeton, 1978), p. 114; Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia* (São Paulo, 1966), p. 110; John Wirth. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937* (Stanford, 1977), p. 21.

29 A zona sul exportava alguns alimentos, principalmente gado e porcos em pé, para o Rio. A importância dessas exportações, do ponto de vista da economia mineira, tem sido muito exagerada, mesmo na literatura recente. Veja por exemplo Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação* (São Paulo, 1979).

vador contemporâneo comentou que a linha era “absolutamente supérflua uma vez que percorria uma zona relativamente despovoada”. Em seu primeiro ano de operação, a ferrovia transportou apenas 24 toneladas de café e funcionou, principalmente, como um “substituto para o transporte de gado em pé”.³⁰

Foi somente depois que a Mogiana conectou a sua parte ocidental com o porto de Santos que a zona Sul iniciou o cultivo de café em grande escala – um desenvolvimento que pertence, portanto, ao período republicano.

O papel do setor cafeeiro de Minas como empregador de mão de obra escrava tem sido muito exagerado na literatura. As estimativas apresentadas abaixo mostram que em nenhum momento esse setor empregou mais do que uma parcela relativamente pequena da força de trabalho servil, mesmo nos anos finais da escravidão, quando o cultivo do café se expandia rapidamente e a população escrava diminuía também de forma acelerada.

O procedimento consiste em estimar um coeficiente de trabalho por unidade de café produzido, obtendo em seguida, a partir da produção total, os requisitos de mão de obra em cada momento, sob a hipótese realista de que as mudanças na tecnologia e na produtividade ocorridas ao longo do período foram desprezíveis.³¹

Usando dados de diversas fontes contemporâneas, estimamos que no início da década de 80, a produtividade média na zona da Mata mineira era de 36 arrobas de café processado por mil pés. Esta estimativa é algo mais alta que aquela adotada por Laerne no seu clássico relatório sobre o café no Brasil e frequentemente encontrada na literatura. A divergência não constitui surpresa: Laerne estimou a produtividade do conjunto da Zona do Rio (Vale do Paraíba), usando dados de fazendas situadas no Rio de

30 Laerne. *Brazil and Java*, p. 178; Richard Graham. *Britain and Onset of Modernization in Brazil, 1850–1914* (Cambridge, 1972), pp. 58–59. Veja também James W. Wells. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil* (Londres, 1887), vol. 2, p. 339.

31 Esse procedimento foi tradicionalmente adotado tanto por contemporâneos quanto por historiadores. Veja por exemplo, Laerne. *Brazil and Java*, p. 336–38; J. J. von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo* (São Paulo, 1953), pp.46–47,50 e Thomas H. Holloway. *Migration and Mobility: Immigrants as Laborers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1886–1934* (Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1974), pp. 152–53.

Janeiro e em alguns dos mais antigos distritos cafeeiros de Minas, ou seja, de áreas que já no tempo de seu estudo achavam-se em avançado estágio de decadência. As seções paulista e fluminense do Vale dispunham de pouca terra virgem, os cafezais estavam velhos e a produtividade ia em franco declínio. As duas áreas, conforme mostra a tabela 7, permaneceram estagnadas desde a metade do século. É um engano associar o setor cafeeiro mineiro com o quadro sombrio do resto da Zona do Rio. O setor mineiro tinha à sua disposição uma abundantíssima oferta de terras virgens e estava crescendo vigorosamente. A fronteira cafeeira permaneceu aberta pelo século vinte adentro: ao final da República Velha, Minas exportava três vezes mais café que no final do Império. A evidência mostra que a produtividade média por cafeeiro permaneceu elevada, como seria de se esperar num sistema em expansão, onde a queda no rendimento das áreas antigas era continuamente compensada pela alta produtividade das novas plantações.

Dados de 153 fazendas de café, localizadas em onze municípios mineiros, em 1883, indicam que o número médio de pés por escravo era 3.706. Isso implica, junto com a estimativa de 36 arrobas por 1000 pés, que um escravo produzia 134 arrobas de café por ano.³²

Essas estimativas deixam claro que o papel da indústria cafeeira foi muito limitado, mesmo nos anos finais da escravidão. A expansão cafeeira não pode, de nenhuma forma, explicar a sobrevivência, e muito menos o crescimento do plantel servil de Minas.

Além daqueles empregados diretamente no cultivo, utilizavam-se escravos também para o transporte do produto para o Rio de Janeiro, o que era feito, durante a maior parte do período estudado, por meio de tropas de mulas. A organização das tropas, a capacidade de carga das mulas e os coeficientes de mão de obra envolvidos são bem documentados e permitem estimar a força de trabalho requerida por essa atividade. Informações colhidas de um grande número de fontes contemporâneas conduzem à estimativa de que um tocador escravo (com sete mulas) transportava 672

32 Veja Martins. *Growing in Silence*, para uma discussão detalhada dessas estimativas, bem como das fontes de dados. A população escrava foi estimada usando os dados para 1819, 1873, 1880, 1884, 1886 e 1887 e, para os anos intermediários, aplicando a taxa de crescimento observada no período apropriado.

arrobas de café por ano. Usando este coeficiente, e supondo que todos os tocadores eram escravos, estimamos que o número total de cativos empregados no transporte do café cresceu de 48 por ano, no período 1819–25, para 1.313 por ano no período 1856–60. A partir dos anos sessenta, os requisitos de mão de obra nessa atividade foram drasticamente reduzidos, primeiro pela abertura da estrada União e Indústria, em 1861, e depois, pela introdução da ferrovia em 1869.³³

Tabela 9
 Minas Gerais: Escravos Empregados no
 Setor Cafeeiro, 1820–1887.
 Médias anuais, por Períodos.

Período	Escravos empregados	% da população escrava
1820–25	264	0,15
1826–30	548	0,28
1831–35	1.037	0,50
1836–40	1.624	0,72
1841–45	2.282	0,94
1846–50	3.351	1,28
1851–55	5.269	1,87
1856–60	6.629	2,18
1861–65	8.474	2,58
1866–70	15.788	4,46
1871–75	16.428	4,30
1876–80	23.683	6,96
1881–85	33.879	11,10
1886–87	36.069	15,38

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

33 Para os coeficientes técnicos no transporte do café, bem como as fontes utilizadas e demais detalhes da estimativa, veja Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 10
 Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo:
 Uma Comparação do Emprego de Escravos no Setor Cafeeiro.
 Anos Selecionados.

	MG 1873	RJ 1872	SP 1874	MG 1884	RJ 1882	SP 1883	MG 1887	RJ 1887	SP 1887
<i>Escravos empregados no café como %</i>									
Da força de trabalho escrava	5,6	44,3	28,5	13,3	52,3	49,4	18,9	63,0	88,9
Do número de escravos lavradores	13,5	65,1	39,3	*	62,6	*	23,6	68,3	99,4
Da força de trabalho escrava da região cafeeira	27,0	92,6	33,1	43,5	90,3	55,4	*	100,0	95,3
<i>Escravos fora do café</i>									
Na força de trabalho	266.716	116.045	83.462	237.796	113.734	82.698	155.750	60.145	11.870
Na província	354.688	200.418	123.319	262.386	144.157	93.832	155.750	60.145	11.870

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Para os anos setenta e oitenta, existem dados muito mais detalhados sobre a população escrava, permitindo uma melhor apreciação do papel do setor cafeeiro. Os resultados apresentados na tabela 10 desmentem qualquer tentativa de identificar a escravidão mineira com o café, mesmo nos anos finais. A comparação com São Paulo e Rio de Janeiro mostra notáveis diferenças entre Minas e aquelas unidades, evidenciando o enorme engano que representa a apressada inclusão de Minas no pacote das “províncias cafeeiras”.

IV

O papel de Minas no tráfico de escravos no século dezenove nunca foi estudado. Apesar disso, muitos autores não têm dúvidas em apresentar a província como importante fornecedor de mão de obra servil para as regiões vizinhas. Na esteira da mineração, reza o argumento, ficou um grande estoque de escravos subutilizados, do qual os setores cafeeiros de São Paulo, do Rio de Janeiro e da própria Minas retiraram a força de trabalho requerida para sua implantação e expansão. Nessa linha, Furtado decretou que

nas áreas próximas ao Rio de Janeiro existia uma oferta relativamente abundante de mão de obra em consequência da decadência da mineração ... Portanto a primeira fase da expansão cafeeira foi feita com a utilização de recursos pré-existentes e subutilizados.³⁴

Eulália Lobo bate na mesma tecla, dizendo que a abundância de mão de obra escrava barata, devida ao declínio da mineração, favoreceu o desenvolvimento da agricultura tropical e que o deslocamento de escravos de Minas Gerais contribuiu para impedir a queda da população do Rio de Janeiro.³⁵ Emília Viotti da Costa argumentou que, para os fazendeiros mineiros,

34 Celso Furtado. *The Economic Growth of Brazil* (Berkeley, 1963) p.123–24.

35 Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Economia do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. In: Paulo Neuhaus (coord.) *Economia Brasileira: Uma visão histórica* (Rio de Janeiro, 1980), pp. 140–47.

o problema da mão de obra agrícola não era tão urgente como no Rio e, particularmente em São Paulo. A mineração tinha resultado na concentração de uma grande massa de escravos. No início do século dezanove, com a decadência das minas, havia abundância de mão de obra disponível. O desenvolvimento do café deflagrou a migração interna. Primeiro os senhores migraram com seus escravos para região fluminense, e mais tarde se dirigiram para as áreas cafeeiras paulistas. Ao mesmo tempo, a zona da Mata mineira era povoada por pessoas das antigas zonas mineradoras.

E prossegue, afirmando que o “êxodo dos negros em direção às áreas cafeeiras” estava esvaziando algumas regiões da província.³⁶ Luiz Amaral sugeriu uma transferência direta da mineração para o café, afirmando, num lirismo de gosto altamente duvidoso, que “ao invés de se estiolarem nas escuras, úmidas e podres galerias subterrâneas, os escravos passaram a cantar, por entre as aleias dos alegres, ensolarados e saudáveis cafezais”.³⁷ Francisco Iglésias e outros autores mineiros também afirmam que a decadente indústria mineradora foi a fonte da força de trabalho empregada no setor cafeeiro da Mata e do Sul.³⁸

A atenção dos brasilianistas se concentrou, de um modo geral, na segunda metade do século. Richard Morse argumentou que

à medida em que o centro de gravidade econômica do Brasil se deslocou para o sul, para as terras cafeeiras paulistas, milhares de escravos foram transferidos, a preços exorbitantes, de Minas Gerais e do Norte.³⁹

36 Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pp. 60–61, 132.

37 Luis Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira* (São Paulo, 1940), vol. 3, p. 87.

38 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 130–31. Veja também Norma de Goes Monteiro. *Imigração e Colonização em Minas, 1889–1930* (Belo Horizonte, 1973), p. 1; João Heraldo Lima. *Café e Indústria em Minas, 1870–1920*. Tese de Mestrado (Universidade de Campinas, 1977), p. 2, 12; Peter Blasenheim. *Uma História Regional da Zona da Mata Mineira* (Mimeo, junho 1977), p. 3; Evantina P. Vieira. *Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850–1889)*. Tese de Mestrado (Universidade Federal do Paraná, 1978), p. 56.

39 Richard M. Morse. *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil* (Gainesville, 1958).

Robert Slenes argumenta que, nos anos setenta e oitenta, em Minas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, os municípios onde predominava a agricultura de plantation foram importadores líquidos de escravos, enquanto aqueles onde a grande lavoura não era importante “tenderam a ser exportadores líquidos”.⁴⁰

A concentração da escravaria nas províncias cafeeiras introduziu uma profunda fissura regional no anteriormente monolítico suporte à escravidão. Segundo Robert Conrad, as diferenças em comprometimento com o regime podiam ser observadas não só entre províncias cafeeiras e não-cafeeiras, mas também dentro das próprias províncias cafeeiras: aí também, a escravidão permanecia hegemônica nos distritos cafeeiros e perdia apoio rapidamente nas demais áreas:

Isso era particularmente verdadeiro na vasta e populosa Minas Gerais, que continha uma pequena zona cafeeira pró-escravidão ... onde uma grande parte da população escrava da província estava concentrada. Mais para o interior, entretanto, estavam regiões mais pobres, de mineração e de pecuária que, como o Nordeste, haviam perdido escravos para a zona cafeeira e continuaram a fazê-lo em grande escala durante os últimos anos da escravidão. Dentro de Minas Gerais, portanto, o interesse no sistema servil variava da mesma forma que no império como um todo — distritos cafeeiros defendendo o sistema, áreas não-cafeeiras maiores, porém mais pobres, mostrando menos preocupação por sua sobrevivência ou mesmo ansiosas para ver seu fim.⁴¹

A província, ou pelos menos a sua parte não-cafeeira, tem sido, portanto, colocada num papel muito semelhante àquele dos chamados *breeding states* do sul dos Estados Unidos: uma economia decadente, onde à escravidão tinha cessado de ser rentável, e que exportava seus escravos redundantes para as áreas de plantation mais dinâmicas e orientadas para o mercado externo.

Segundo toda a evidência que foi possível reunir, as ideias de que Minas Gerais tenha fornecido escravos para a decolagem do setor cafeeiro ou

40 Slenes. *The Demography*, p. 208.

41 Conrad. *The Destruction*, pp. 127–28

de quaisquer exportações consideráveis de cativos da província existem apenas na imaginação de alguns historiadores. Um exame da literatura de viagem e de documentos governamentais contemporâneos não produziu, com respeito à primeira metade do século dezanove, uma única alusão a exportações de escravos ou à existência de mão de obra redundante. Ao contrário, queixas sobre o alto preço dos cativos e sua escassez, e referências a importações de escravos são frequentemente encontradas.

O naturalista Freireyss, por exemplo, anotou, em 1815, que a agricultura mineira sofria com a falta de braços e que entre 1803 e 1815, a província importava mais de quatro mil escravos por ano.⁴² Comentários do mesmo teor, referentes à segunda e à terceira décadas do século, são encontrados em diversos relatos de Spix e Martius, Eschwege, Saint-Hilaire, Pohl e Debret.⁴³

Um jornal de Ouro Preto denunciava, em 1835, que apesar da lei de 1831, o tráfico prosseguia e que amiúde viam-se “grandes comboios dessa gente infeliz” sendo conduzidos para Minas.⁴⁴ Alcyr Lenharo levantou documentos, cobrindo aproximadamente o mesmo período, mostrando frequentes remessas de escravos por casas comerciais do Rio de Janeiro para Minas, bem como uma animada participação de tropeiros nesse comércio.⁴⁵ No início dos anos quarenta, Suzannet registrou a introdução de escravos africanos através da Bahia, nas áreas diamantinas por ele visitadas.⁴⁶

Os dados disponíveis indicam que, pelo menos enquanto o tráfico atlântico permaneceu aberto, os escravos custavam mais barato no Rio de Janeiro que em Minas Gerais. Um grupo de mineiros queixava-se à Coroa, em 1810, que não se podia comprar um escravo em Minas por menos de

42 Freireyss. *Viagem*, p.126

43 Spix e Martius. *Viagem*, vol. 1, pp. 208–209; vol. 2, pp. 241–42; Eschwege. *Notícias e reflexões*, p.747; Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias*, vol. 1, p. 71 e *Viagens pelo Distrito*, pp. 48–49; Pohl, *Viagem*, vol.1, pp. 197, 204–205; vol. 2, p. 441; Jean Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (São Paulo, 1940) vol. 1, p. 189.

44 *O Universal*, 10/4/1835, citado por Marina de Avelar Sena. *Compra e Venda de Escravos* (em Minas Gerais) (Belo Horizonte, 1977), p. 109.

45 Lenharo. *As Tropas*, p. 102,111, 112, 119

46 Suzannet. *O Brasil*, p. 145, 162.

240 a 280 mil-réis, enquanto uma amostra de vendas de cativos no Rio, de 1807 a 1812, dá os preços médios de 145 mil-réis para os homens e 123 mil-réis para as mulheres.⁴⁷

A Saint John del Rey, uma companhia notada por seu tino comercial, se dirigia consistentemente ao mercado da Corte para suas compras maiores de escravos nos anos 30 e 40. Essa política parece plenamente justificada: durante 1835, a empresa comprou 42 escravos no Rio a 500 milréis cada, enquanto 17 outros adquiridos na sua vizinhança custaram 574 milréis, em média. Noventa escravos foram comprados no Rio, em 1839, por um preço médio de 478 milréis, ao passo que os 36 comprados na própria região, em 1841, custaram 600 milréis por cabeça.⁴⁸ Essas diferenças de preço podem ter sido, em parte, devidas ao fato dos escravos comprados no Rio serem provavelmente boçais; entretanto, anúncios como este abaixo, publicado em *O Universal* de Ouro Preto em 1835 revelam que os ladinos também alcançavam preços mais altos em Minas: “Antonio Pereira Cardozo, novamente chegado do Rio de Janeiro, traz não pequena quantidade de negros ladinos ... os venderá em leilão ... nesta cidade.”⁴⁹

Tais peças de evidência direta, mesmo sendo fragmentárias, não deixam dúvidas quanto à direção do fluxo. Os escravos estavam sendo transferidos do Rio de Janeiro (ou melhor, da África, via Rio de Janeiro) para Minas Gerais, e não no sentido inverso. Em particular, as fazendas de café do Vale do Paraíba, fossem elas no Rio, em São Paulo, ou na Zona da Mata mineira, não estavam sendo equipadas com escravos da antiga zona de mineração.

Durante a primeira metade do século dezenove, o Brasil importou, aproximadamente, 1,5 milhão de africanos, dos quais pelo menos 84 por cento se dirigiram a portos situados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Somente através dessa última província, mais de um milhão de escravos

47 Vicissitudes da Indústria Mineira (1810). *Revista do Arquivo Público Mineiro* 3 (1898), p. 80; Mary Catherine Karasch. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850*. (Tese de doutorado, University of Wisconsin, 1972), pp. 525–27.

48 Dados de documentos não publicados da Saint John del Rey Mining Company, gentilmente cedidos por Douglas Cole Libby.

49 *O Universal*, 23/9/1835, citado por Sena. *Compra e Venda*, p. 5.

foram introduzidos nos primeiros cinquenta anos do século.⁵⁰ Essa, e não os pretensamente “redundantes” escravos de Minas, foi a fonte de mão de obra para a implantação do setor cafeeiro.

O único suporte para o argumento da origem “mineradora” da força de trabalho das áreas cafeeiras, apresentado até o presente, é o fato de que algumas famílias do centro de Minas migraram para zonas de fronteira no Vale do Paraíba onde, eventualmente, vieram a integrar o núcleo da plantocracia cafeeira. Embora seja provável que os migrantes tenham levado seus escravos consigo, não se apresentou ainda nenhuma evidência de transferências significativas de cativos das áreas mineradoras para as cafeeiras. O volume dessas migrações nunca foi avaliado e, em muitos casos, a própria origem “mineradora” das famílias migrantes não foi estabelecida a contento.⁵¹

Em seu estudo sobre Vassouras, Stanley Stein mostra muitas conexões entre os primeiros cafeicultores e famílias mineiras abastadas, mas não menciona nenhuma transferência de escravos de Minas. Os laços de família dos pioneiros representavam, isso sim, fontes de capital e de crédito com as quais eles adquiriam escravos no mercado do Rio de Janeiro. Um fazendeiro, por exemplo, tomou emprestados com seus parentes mineiros, fundos “para comprar doze escravos africanos recém-chegados”. Os principais fornecedores de escravos para os fazendeiros do distrito eram os comissários no Rio, que “enviavam provisões e créditos e, logicamente, assu-

50 Usando dados de diversos autores estimamos em 1.493.224 as importações de escravos pelo Brasil entre 1801 e 1851. O *Foreign Office* britânico registrou 1.308 tumbeiros que se dirigiram ao Brasil entre 1817 e 1843, carregando um total de 517.300 escravos. Os portos de destino de 491.100 destes foram determinados: 76,9 por cento desembarcaram no Rio, e 7,1 por cento em portos paulistas. As fontes são: Klein, *The Middle Passage*, p. 55; Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), p.234; David Eltis, *The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper*. In: H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. Nova Iorque, 1979, p. 289; Karasch. *Slave Life*, pp.140–41.

51 Veja Martins. *Growing in Silence*, cap. 4.

miram a função de fornecer escravos *dos mercados litorâneos* para seus clientes do interior”.⁵²

A inescapável lógica do crescimento populacional também não permite dúvidas quanto à posição de Minas no tráfico durante as sete primeiras décadas do século. Já mostramos acima que a população escrava da província se expandiu vigorosamente, especialmente quando comparada com a evolução de outras unidades do império. Na tabela 11 são apresentadas as estimativas dos níveis mínimos de importações líquidas de escravos necessárias para sustentar o crescimento observado da população, sob várias hipóteses alternativas de crescimento natural.

O número de escravos importados é, naturalmente, muito sensível à taxa de crescimento natural, mas a direção do fluxo do tráfico é óbvia. A província teria sido um pesado importador líquido, mesmo se a sua população escrava tivesse crescimento natural positivo. Para ser um exportador de modestas proporções, Minas teria de ter duplicado, ou mesmo superado, a singular experiência da população servil dos Estados Unidos, que apresentou um crescimento natural fortemente positivo no século dezanove.⁵³

As histórias demográficas de todas as outras sociedades escravistas da América são diametralmente opostas. Em todos os países do Caribe a taxa de *declínio natural* parece ter sido bastante superior a 10 por mil por ano e, segundo uma autoridade, “mesmo não se podendo estabelecer solidamente uma taxa, o fato de declínio natural é confirmado”.⁵⁴

52 Stanley J. Stein. *Vassouras, a Brazilian Coffee County, 1850–1890* (Nova Iorque, 1976), p. 18, 73–75. Os grifos são meus. Veja também Orlando Valverde. *La Fazenda de Café Escravista en el Brasil. Cuadernos Geográficos 3* (Universidad de los Andes, Venezuela, 1965), p.10.

53 A população escrava dos Estados Unidos apresentou uma taxa de crescimento interno de 23,9 por mil por ano entre 1820 e 1860. Cláudia Goldin. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History* (Chicago, 1975), p. 57. Para que Minas pudesse ter exportado um por cento de sua população escrava por ano, a taxa de crescimento interno dessa população teria que ter sido de 22 por mil, entre 1808 e 1819, e de 26 por mil por ano, entre 1819 e 1873. Veja Martins. *Growing in Silence*.

54 Curtin. *Epidemiology*, pp. 214–16. Para uma discussão da experiência demográfica dos escravos no Caribe veja Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 11
 Minas Gerais: Estimativas Mínimas das Importações Líquidas de Escravos,
 com Taxas Hipotéticas de Crescimento Natural, 1808–1819 e 1819–1873

Taxa de crescimento natural	1808–1819		1819–1873	
	Importações líquidas	Média anual	Importações líquidas	Média anual
10	2.426	221	71.431	1.323
5	11.073	1.007	140.939	2.610
0	19.771	1.797	213.350	3.951
-5	28.528	2.593	290.030	5.371
-10	37.350	3.395	372.459	6.897
-15	46.246	4.204	462.263	8.560
-20	55.224	5.020	560.728	10.384

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

A experiência brasileira, embora menos dramática que a do Caribe, não constitui exceção a esse padrão. Usando duas hipóteses diferentes a respeito da distribuição das importações no tempo, estimamos a taxa de crescimento interno da população escrava do Brasil em -8,9 e -9,3 por mil por ano, no período 1819–1873.⁵⁵ Esses resultados são fortemente consistentes com a estimativa de Robert Slenes que, usando uma abordagem diferente, determinou o intervalo de -5 a -15 por mil por ano para essa taxa.⁵⁶

Com relação a Minas, embora a taxa de declínio provavelmente tenha baixado com relação aos níveis do século dezoito, não há nenhuma razão para supor que ela fosse menor que em outras partes do Brasil. Na verdade, como Minas importava mais africanos que a maioria das províncias, sua taxa de declínio deve ter sido maior que a média nacional.⁵⁷

É, portanto, perfeitamente razoável concluir que Minas Gerais importou mais de 400 mil escravos entre 1800 e 1873, em termos líquidos. Isso coloca a província na posição de maior importador de cativos, por larga

55 Martins. *Growing in Silence*.

56 Slenes. *The Demography*, pp. 363–65

57 Veja nota 22, acima.

margem, dentre todas as províncias brasileiras, no período. Se, como parece ter sido o caso, a maioria dessas importações ocorreu durante a vigência do tráfico internacional, dentre todas as regiões da América, Minas terá sido superada apenas por Cuba como local de destino dos africanos que cruzaram o Atlântico no século dezanove.⁵⁸

A estimativa acima cobre dois períodos bastante heterogêneos. No primeiro, terminado em 1851, o quadro é dominado pelo tráfico internacional e as transferências interprovinciais parecem ter sido de menor importância. Com o fechamento do tráfico africano, o comércio de escravos entre as províncias ganhou vida, os cativos sendo transferidos em números crescentes do nordeste e do sul para a região centro-sul. Estudos recentes mostram, entretanto, que até os anos setenta, o fluxo não atingiu, nem de longe, as proporções que lhe costumavam ser atribuídas.⁵⁹

É difícil estabelecer com segurança o papel de Minas no período entre o fim do tráfico e o censo de 1873, por falta de dados para a população escrava em meados do século nos quais se possa ancorar uma estimativa

58 Para estimativas das importações de escravos por outras províncias brasileiras, veja Martins. *Growing in Silence*. Segundo Curtin. *The Atlantic Slave Trade*, p. 40, Cuba importou 616.200 africanos entre 1801 e 1865.

59 Não se pode deixar de criticar de forma veemente a análise feita por Merrick e Graham. Usando as grosseiras estimativas de Thomaz Pompeo de Souza Brazil para as populações escravas provinciais em 1864, esses demógrafos concluíram que “ainda em 1864 a velha região Nordeste tinha aproximadamente metade do número total de escravos no país e mais que a região cafeeira do Sudeste. Em 1872, essas posições relativas tinham mudado abruptamente, com o Sudeste compreendendo quase 60 por cento da população escrava e o Nordeste apenas 32 por cento. Portanto, o momento mais intenso das transferências inter-regionais de escravos no Brasil ocorreu na década de 1860 e no início da de 1870”. Merrick e Graham. *Population*, pp. 65–66. Os autores decidiram ignorar (e não se incomodaram em alertar o leitor) uma forte advertência sobre a má qualidade dos dados, colocada na mesma página que contém as estimativas. Se essas estimativas fossem corretas, a implicação seria de que pelo menos 360 mil escravos teriam sido transferidos entre as províncias entre 1864 e 1872. Pernambuco e Bahia, por exemplo, teriam perdido algo como 153 e 108 mil escravos, respectivamente, enquanto Minas teria importado 164 mil cativos, no curto período de oito anos. Essas implicações absurdas devem ser comparadas com as recentes estimativas de que, em todo o período 1850–1880, o tráfico entre o centro-sul e o resto do país não envolveu mais de 200 mil migrantes, ou com o fato de que, em 1873, só havia em Minas 8.578 escravos nascidos em outras províncias. Veja Slenes. *The Demography*, pp. 136–38; Klein. *The Middle Passage*, p. 98, e Martins. *Growing in Silence*.

confiável. A evidência disponível para o período é indireta, fragmentária e contraditória. Alguns observadores contemporâneos mencionam exportações para outras províncias, mas a informação extraída de dados populacionais incompletos para os anos 50 e do censo de 1873 indica que a província ou era um importador líquido ou um insignificante exportador.

Ferreira Soares relata que um pequeno número de escravos mineiros era enviado ao mercado do Rio de Janeiro durante a década de 50. Richard Burton foi informado, em 1867, em São João del Rey, em Diamantina e em Januária que os cativos locais estavam sendo vendidos para as “províncias cafeeiras”, especialmente o Rio de Janeiro.⁶⁰

Na segunda metade dos anos 60, há indicações de que escravos mineiros estavam sendo utilizados na lavoura cafeeira paulista. O Dr. Gaston, que visitou São Paulo como enviado de um grupo de emigrantes confederados, foi informado por um fazendeiro que turmas de escravos de Minas podiam ser contratadas para a formação de cafezais. Outro proprietário aduziu que escravos mineiros podiam ser alugados por 40 a 60 dólares por ano.⁶¹

O relatório de João Pedro Carvalho de Moraes, em 1870, confirma que alguns dos formadores de cafezal eram mineiros que “tinham migrado com seus cativos”.⁶² Warren Dean localizou em Rio Claro contratos “para o plantio de mais de um milhão de pés de café por empreiteiros, que introduziram 332 escravos no município, no período de 1864 a 1878.”⁶³ À afirmação de Dean de que eles foram levados “de áreas menos favorecidas como o centro de Minas Gerais”, pode-se contrapor o testemunho do Dr. Gaston, segundo o qual “esses negros (tinham) sido até então empregados em

60 Sebastião Ferreira Soares. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (Rio, 1977), p. 135; Richard F. Burton. *Explorations of the Highlands of the Brazil* (Londres, 1869), vol. 1, pp. 114–15; vol. 2, pp. 104, 260. A informação de Burton é flagrantemente errada, pelo menos com respeito a São João del Rei. Veja Martins. *Growing in Silence*.

61 J. McFaden Gaston. *Hunting a Home in Brazil* (Philadelphia, 1867), pp.125 e 193.

62 João Pedro Carvalho de Moraes. *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas* (Rio, 1870), p. 69.

63 Warren Dean. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System* (Stanford, 1976), pp. 35, 55, 205. Não é claro, entretanto, que esses escravos eram originários de Minas Gerais, e muito menos de suas partes não-cafeeiras.

fazendas de café que cessaram de ser lucrativas naquela região (Minas)”.⁶⁴ Outras fontes indicam, como dissemos acima, uma situação bem diferente. Estimativas baseadas em dados para 27 municípios em 1854 e no censo de 72, resultam em um saldo de importação de 82.512 indivíduos.⁶⁵

Os dados sobre a província de nascimento dos escravos brasileiros sugerem que Minas pode ter tido um ligeiro excesso de exportações sobre importações nos anos que precederam o censo. Em 1873, havia 8.578 escravos nascidos em outras províncias residindo em Minas Gerais, enquanto 11.560 escravos mineiros viviam em outras províncias. Se considerarmos negligíveis as transferências interprovinciais antes de 1851, os dois contingentes de migrantes sobreviventes seriam o resultado de um fluxo de exportações de, aproximadamente, 15 mil escravos, e um fluxo de importações de cerca de 11 mil cativos no período de 1851 a 1873. O saldo resultante representaria uma média de exportações líquidas de menos de 200 escravos por ano, aproximadamente 0,05 por cento do estoque mineiro em 1873.⁶⁶

O padrão de comércio revelado pelo censo é bastante diferente daquele encontrado na literatura. Antes de mais nada, fica desmentida a ideia de que Minas era fornecedora de escravos para a lavoura cafeeira do Rio: na verdade, havia tantos escravos fluminenses em Minas quanto mineiros no Rio de Janeiro. A grande maioria dos escravos mineiros fora de Minas (96,9 por cento do total) residia em províncias limítrofes, em muitos casos em municípios junto à fronteira. Os dados sugerem que, ao invés de um ativo tráfico, com mão única em direção às áreas cafeeiras, o que estava ocorrendo era um sonolento comércio de fronteira, e que uma parcela considerável das transferências interprovinciais de cativos mineiros era associada com migrações de pequenos senhores de escravos. Em São Paulo, pelo menos 36 por cento dos escravos mineiros não residiam em zonas de café. A região de maior concentração — a Mogiana — estava apenas sendo desbravada e era uma área favorita de migração dos mineiros livres —

64 Dean. *Rio Claro*, p. 35; Gaston. *Hunting a home*, p. 125.

65 Martins. *Growing in Silence*.

66 Martins. *Growing in Silence*.

sitiantes e criadores de gado, mas não cafeicultores.⁶⁷ Na província paulista, como nas do Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, observam-se altíssimas correlações entre a presença de escravos mineiros e a de mineiros livres nos municípios.

Por causa da natureza seletiva do tráfico (forte concentração no sexo masculino, na faixa de 10 a 39 anos de idade), a distribuição etária do censo oferece importantes informações adicionais. O fato de Minas ter uma proporção de escravos homens no grupo de 11 a 40 anos mais alta que em qualquer outra província indica que ela não deveria estar perdendo escravos através do comércio interprovincial. Internamente, a distribuição etária era notavelmente uniforme. A Mata ocupava a sexta posição entre as nove regiões, em termos da porcentagem de cativos na faixa etária mais susceptível ao tráfico, mostrando ser extremamente improvável que estivesse em andamento qualquer redistribuição ponderável na direção da área cafeeira.⁶⁸

Tabela 12.1
Províncias de Residência dos Escravos Nascidos em Minas,
Segundo o Censo de 1872.

Província de residência	Escravos	%
São Paulo	4.018	1,16
Rio de Janeiro	3.074	0,89
Goiás	1.311	0,38
Espírito Santo	756	0,22
Município Neutro	728	0,21
Bahia	542	0,16
Outras províncias	1.131	0,33
Total residente fora de Minas	11.560	3,35
Residentes em Minas Gerais	333.853	96,65
Total nascidos em Minas	345.413	100,00

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

67 Martins. *Growing in Silence*. Sobre as migrações de mineiros para São Paulo, veja Pi-erre Monbeig. *Pionniers et Planteurs de São Paulo* (Paris, 1952), p. 116–20, e Mário Leite. *Paulistas e Mineiros, plantadores de cidades* (São Paulo, 1961), 2ª. parte. O grande refluxo.

68 Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 12.2
Províncias de Nascimento dos Escravos Residentes em Minas,
Segundo o Censo de 1872.

Província de residência	Escravos	%
São Paulo	1.309	0,35
Rio de Janeiro	3.757	1,01
Goiás	185	0,05
Espírito Santo	97	0,03
Bahia	2.094	0,57
Pernambuco	667	0,18
Outras províncias	469	0,13
Total nascido em outras províncias	8.578	2,32
Minas Gerais	333.853	90,14
África	27.946	7,55
População escrava de Minas	370.377	100,00

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

A partir de 1873 são disponíveis, pela primeira vez, dados seguros sobre a população escrava de Minas por municípios, permitindo uma análise do tráfico intraprovincial. Nessa data, a distribuição dos escravos pelas regiões de Minas seguia de perto a da população livre, e daí até 1884, a tabela mostra uma concentração na zona da Mata — a zona cafeeira da província. Entretanto, como procedimento para detectar fluxos migratórios, a simples comparação dos estoques em diferentes momentos é claramente insuficiente. Não considerando o efeito das mortes e manumissões, essa comparação tem um viés no sentido de exagerar as perdas das zonas exportadoras e de diminuir os ganhos das áreas importadoras.

Foram exercícios apressados desse tipo que levaram alguns autores a concluir que a área cafeeira estava drenando toda a força de trabalho servil das regiões não cafeeiras.⁶⁹ As estimativas apresentadas abaixo, usando mais uma vez o método dos sobreviventes, configuram uma situação bastante diferente. Para o período 1873–1880, usou-se o mesmo procedi-

69 Veja, por exemplo, Conrad. *The Destruction*, p. 293.

mento descrito nas notas à tabela 5. As manumissões, estimadas em 7.700 para toda a província, foram alocadas para cada município em proporção à população de cada um no momento inicial. Usamos uma taxa de crescimento natural de -23 por mil por ano, calculada por Robert Slenes para a região central de São Paulo no mesmo período. Essa taxa reflete apenas a *mortalidade* dos escravos, uma vez que estava em vigor desde 1871, a lei do ventre livre.⁷⁰

A tabela 14 mostra que o impacto líquido na província como um todo foi bastante reduzido. O saldo de importação de 7.059 escravos equivale a apenas 1,8 por cento da população servil de Minas em 1873. Esse resultado é altamente consistente com os dados sobre as mudanças de domicílio municipal dos escravos no período: entre setembro de 1873 e junho de 1881 entraram nos municípios mineiros 64.718 escravos, enquanto 58.782 saídas foram registradas, deixando um saldo positivo de 5.936 no conjunto da província.⁷¹

Dentro de Minas, a Mata era o principal importador, mas cinco outras regiões também tiveram saldos positivos. Dos 34 municípios importadores, apenas seis eram cafeeiros, os restantes estavam localizados fora da zona de plantation. A análise de contingência revela uma associação muito fraca entre o sinal do saldo migratório e a caracterização econômica dos municípios (cafeeiros × não-cafeeiros, mineradores ou com passado minerador × não-mineradores).⁷²

70 Slenes. *The Demography*, pp. 341–46. As estimativas do tráfico por município nesse período e nos seguintes estão em Martins. *Growing in Silence*, apêndice B.

71 *Relatório Agricultura*, Ministro Henrique d'Ávila, 10/5/1883, p.10.

72 Veja Martins. *Growing in Silence*, para essa análise, bem como para um teste da confiabilidade dos sinais das estimativas por municípios. O teste mostra que, mesmo sendo as *quantidades* estimadas bastante voláteis (por serem sensíveis à taxa de crescimento natural adotada), o sentido dos fluxos é altamente confiável.

Tabela 13
 Minas Gerais: População escrava, por regiões, 1873–1886

Regiões	1873		1880		1884		1886		% da população livre em 1873
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	
Metalúrgica-Mantiqueira	95.401	24,7	63.160	19,5	51.820	17,3	49.436	17,3	24,7
Mata Sul	100.776	26,1	100.248	30,9	106.939	35,8	104.360	36,4	16,8
Alto Paranaíba	85.511	22,1	71.682	22,1	63.982	21,4	61.270	21,4	19,0
Oeste	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5	5,2
Triângulo	33.711	8,7	29.806	9,2	24.440	8,2	23.152	8,1	10,1
São Francisco-Montes Claros	7.966	2,1	9.436	2,9	5.921	2,0	5.522	1,9	2,1
Paracatu	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6	4,9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5	1,9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	34.160	8,8	28.551	8,8	26.225	8,8	23.794	8,3	15,3
Minas Gerais	386.640	100,0	324.538	100,0	298.931	100,0	286.491	100,0	100,0

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Tabela 14
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos,
 1873–1880

Regiões	Munic. expor- tadores	Munic. impor- tadores	Exportações líquidas dos municípios	Importações líquidas dos municípios	Saldo da região
Metalúrgica-Mantiqueira	10	4	19.388	1.889	-17.499
Mata	3	8	1.680	19.568	17.888
Sul	9	9	8.075	12.341	4.266
Oeste	5	3	1.988	3.927	1.939
Alto Paranaíba	3	2	4.631	558	-4.073
Triângulo	1	2	768	2.601	1.833
S. Francisco-Montes Claros	1	3	5.108	5.279	171
Paracatu	1	0	520	0	-520
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	4	3	506	3.560	3.054
Minas Gerais	37	34	42.664	49.723	7.059

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Em dezembro de 1880 e janeiro de 1881, as assembleias legislativas de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, temendo que a concentração dos escravos na região centro-sul acabasse por alienar o apoio das outras províncias à instituição servil, resolveram impor severas restrições ao tráfico interprovincial, gravando com pesados impostos as importações de escravos para suas províncias. Essa ação concertada dos membros da “trindade negra” praticamente congelou a distribuição espacial (regional) da população servil do império. Do ponto de vista que nos interessa no momento, o resultado foi o “fechamento” efetivo da população escrava de Minas. Por essa razão, as estimativas do tráfico intraprovincial apresentadas abaixo não são baseadas, como antes, em taxas de crescimento natural calculadas exogenamente. O procedimento adotado para a década de oitenta é a versão tradicional do método dos sobreviventes.

Como se poderia esperar, a legislação acima mencionada gerou uma intensificação do tráfico intraprovincial. Os registros de mudança de domicílio mostram que, entre 1881 e 1884, uma média anual de 12.636 escravos

foram transferidos entre os municípios mineiros — um número pelo menos 56 por cento mais alto que a média dos anos 1873 a 1881.⁷³

No nível de agregação usado na tabela 15, as estimativas parecem indicar que a região cafeeira estava drenando os escravos de quase todas as outras áreas. Entretanto, a análise ao nível dos municípios revela que o padrão não era tão simples. Um respeitável número de municípios não-cafeeiros continuou a ter um saldo positivo e, uma vez mais, a análise de contingência resulta numa baixa associação entre a direção do tráfico e as características econômicas dos municípios.

Após 1884, houve sensível queda no volume do tráfico intraprovincial. Além das sombrias perspectivas políticas da escravidão, o período assistiu a um declínio do preço do café e a uma desaceleração no crescimento desse setor. A média de importações líquidas anuais da Mata em 1884–86 caiu a um quarto do nível do período anterior. No conjunto dos municípios, de junho de 84 a junho de 85, foram registradas apenas 4.989 entradas de escravos, pouco mais que um terço da média anual do triênio anterior.⁷⁴ Nesse período, as perdas de escravos se concentraram num pequeno número de lugares e a maioria dos municípios apresentou saldos positivos.

A vitalidade da instituição servil em Minas, tanto na área cafeeira como naquelas não-vinculadas à grande lavoura, não é indicada apenas pela análise de sua participação no tráfico. Os senhores da província, longe de estarem *ansiosos para ver o fim do cativo*, não só seguiram comprando escravos, como também detiveram a duvidosa glória de apresentar as mais baixas taxas de manumissão do país durante os anos finais da escravidão.⁷⁵

73 Dos 8.089 escravos entrados nos municípios, por ano, durante 1873–80, uma parcela desconhecida, mas provavelmente considerável veio de fora da província, enquanto todos os 12.636 entrados por ano no período 1881–84 vieram de outros municípios de Minas. As fontes são: *Relatório Agricultura*, Ministro Henrique d'Ávila, 1883, p. 10 e *Relatório Agricultura*, Ministro João Ferreira de Moura, 1885, p. 372.

74 *Relatório Agricultura*, Ministro Antonio da Silva Prado, 14/5/1886, p. 34.

75 Merrick e Graham afirmam que a manumissão era mais frequente em Minas que no Rio ou São Paulo. Não apresentam nenhum suporte para essa afirmação. Veja as notas 5 e 60, acima.

Tabela 15.1
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, 1880–84

Regiões	Munic. expor- tadores	Munic. impor- tadores	Exportações líquidas dos municípios	Importações líquidas dos municípios	Saldo da região
Metalúrgica-Mantiqueira	11	3	7.434	811	-6.623
Mata	1	8	814	16.028	15.214
Sul	9	7	5.558	3.428	-2.130
Oeste	6	2	3.333	190	-3.143
Alto Paranaíba	3	2	424	156	-268
Triângulo	2	2	505	406	-99
S. Francisco-Montes Claros	3	4	1.446	1.370	-76
Paracatu	0	1	0	9	9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	3	0	2.887	0	-2.887
Minas Gerais	38	29	22.401	22.398	-3

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Tabela 15.2
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, 1884–86

Regiões	Munic. expor- tadores	Munic. impor- tadores	Exportações líquidas dos municípios	Importações líquidas dos municípios	Saldo da região
Metalúrgica-Mantiqueira	4	10	1.241	1.008	-233
Mata	2	7	1.220	4.132	2.912
Sul	8	8	2.943	2.893	-50
Oeste	2	6	1.181	904	-277
Alto Paranaíba	2	3	209	199	-10
Triângulo	2	2	66	221	155
S. Francisco-Montes Claros	5	2	2.701	333	-2.368
Paracatu	0	1	0	27	27
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	2	1	180	23	-157
Minas Gerais	27	40	9.741	9.740	-1

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Tabela 16
 Brasil: Manumissão de Escravos, por Províncias,
 1877–81 e 1873–85

Províncias	Taxa anual de manumissão					Manumissão em 1873–85 (%)
	1877	1878	1879	1880	1881	
Amazonas	7,7	6,1	7,2	14,4	69,8	*
Pará	17,8	18,1	16,0	19,5	20,4	25,4
Alagoas	6,2	5,5	5,4	10,1	6,9	8,7
Bahia	11,8	10,1	10,5	11,5	16,9	9,2
Ceará	12,2	13,1	10,9	13,5	31,8	*
Maranhão	9,3	7,8	10,7	10,2	11,2	7,4
Paraíba	*	*	*	*	*	6,2
Pernambuco	5,4	5,0	6,5	8,7	8,4	11,4
Piauí	12,7	9,5	10,2	15,5	11,8	13,3
Rio G. do Norte	9,9	10,7	10,3	12,7	10,1	12,4
Sergipe	9,2	5,8	5,7	7,6	6,7	8,8
Paraná	13,1	22,6	20,5	36,9	18,7	20,4
Sta. Catarina	8,2	11,2	19,7	30,1	14,5	24,5
Rio G. do Sul	10,2	10,9	13,9	15,9	18,0	47,1
Goiás	6,6	6,7	5,4	12,9	5,8	12,2
Mato Grosso	3,7	13,2	12,1	25,6	8,3	13,6
Mun. Neutro	20,6	19,0	26,0	33,5	33,3	32,2
Espírito Santo	5,2	5,9	7,1	8,2	7,4	9,6
Rio de Janeiro	4,5	3,9	5,1	5,5	5,8	6,9
São Paulo	3,9	3,5	3,7	4,7	5,6	9,8
Minas Gerais	3,9	3,0	3,2	5,3	5,1	5,0
Brasil	7,0	6,3	7,1	9,1	11,1	11,8

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

As baixas taxas de alforria em Minas não podem ser explicadas apenas pelo comportamento da zona cafeeira. A taxa provincial é uma média ponderada das taxas das diversas regiões e, portanto, como grande parcela da população servil estava na zona não-cafeeira, as baixas taxas provinciais implicam, necessariamente, uma baixa incidência de manumissões tam-

bém nessa zona. Usando níveis hipotéticos de alforria para a área cafeeira, podemos avaliar os níveis correspondentes ao restante da província.⁷⁶

Tabela 17
Taxas de Manumissão na Área Não-Cafeeira de Minas, 1877–1881

Taxas hipotéticas de manumissão na zona cafeeira de Minas	Taxas de manumissão resultantes na zona não-cafeeira				
	1877	1878	1879	1880	1881
Mesma taxa que São Paulo	3,9	2,8	3,0	5,5	4,9
Metade da taxa de São Paulo	4,5	3,4	3,6	6,2	6,8

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Se a zona cafeeira mineira libertasse seus escravos à mesma taxa que São Paulo (a mais baixa entre as províncias cafeeiras), a taxa resultante para o resto da província ainda seria a mais baixa do país. Mesmo no evento improvável de que a região cafeeira alforriasse a uma taxa igual à metade da taxa paulista, a frequência de manumissões na área não-cafeeira ainda seria comparável à das províncias cafeeiras e muito mais baixa que aquelas que prevaleciam em outras regiões do Brasil.

V

Nas seções anteriores afirmamos que a Minas do século dezenove não pode ser identificada nem com o café nem com a mineração. Mostramos que esses dois setores tiveram papéis relativamente menores na vida econômica da província como um todo e que, em particular, eles não podem explicar o tamanho absoluto da população escrava, nem o seu crescimento. O que era, então, a economia provincial? Quais eram as ocupações de seu vasto contingente escravo?

76 Se M, Mc e Mn são respectivamente as taxas de manumissão da província inteira, da zona cafeeira e da região não-cafeeira, então a última é dada por $Mn = (M - Mc \times Sc) / Sn$ onde Sc e Sn são as percentagens das duas regiões na população escrava provincial.

Nessa seção, tentamos responder a essas questões. Argumentamos que em Minas, fora do setor cafeeiro da Mata, as exportações eram a exceção e não a regra e que a maior parte da economia mineira era a antítese da economia de plantation exportadora. Ela consistia, sobretudo, de unidades agrícolas produzindo para autoconsumo, ou vendendo em mercados locais. Algumas áreas da província supriam mercados externos⁷⁷ — especialmente a cidade do Rio de Janeiro — de alguns alimentos básicos, laticínios, carnes e produtos suínos, mas essas exportações eram ínfimas em comparação com a produção provincial desses bens.

A unidade rural típica, embora compreendesse muitas vezes vastas extensões de terra e numerosos escravos, não era parte da *grande lavoura*. A ela faltavam praticamente todas as características definidoras da plantation: a monocultura, a organização e a disciplina quase fabris e, acima de tudo, a orientação e a mentalidade exportadoras. As fazendas mineiras eram, ao contrário, unidades autossuficientes, espalhadas por um vasto território, isoladas dos mercados importantes e, em algumas regiões, apenas parcialmente integradas na economia monetária. Sua tecnologia era extremamente primitiva e sua produção muito diversificada. Ela incluía frequentemente, produtos “coloniais”, do tipo tradicionalmente associado com a plantation exportadora, como açúcar e algodão, mas, em Minas esses artigos eram produzidos quase exclusivamente para consumo local.

Mais afastados ainda do paradigma primário-exportador estavam os sítios, as roças de subsistência e as fazendas de gado que, junto com as demais fazendas, continuaram a ser a essência da vida econômica de Minas, mesmo no auge do *boom* cafeeiro.

Resumir a história econômica mineira no século passado como uma mudança da mineração para o café é um erro grosseiro. Caracterizar a província como “província cafeeira” é privilegiar o apêndice, desprezando o corpo principal — e a alma.

77 Veja Lenharo. *As Tropas*. Já indicamos acima que esse estudo coloca excessiva ênfase no significado do mercado carioca para a economia mineira.

Não é fácil sintetizar a vida econômica da província, pois a simplicidade estrutural da economia exportadora não é encontrada em parte alguma. Desde o início de sua ocupação, Minas Gerais

apresentou características que contrastavam profundamente com a economia latifundiária de plantation do litoral. Os descobrimentos de ouro criaram, pela primeira vez, a centenas de milhas da costa, novos mercados para produtos como cachaça e açúcar, que até então só tinham sido exportados. Logo, os próprios mineiros começaram a produzir localmente alguns produtos básicos, essenciais para o provisãoamento dos campos mineiros em expansão.⁷⁸

A primeira etapa da diversificação da economia regional foi, portanto, concomitante com o crescimento da mineração e o processo associado de urbanização. A crise da mineração, na segunda metade do século dezoito, acelerou a diversificação e colocou a economia no rumo de um crescente isolamento dos mercados externos, na medida em que o declínio de produção aurífera reduzia continuamente a capacidade de importar.

A tendência é claramente visível na arrecadação dos direitos de entradas, que reflete essencialmente o volume físico das importações de Minas. De um índice igual a 100 no seu ponto máximo em 1751–70, a média da arrecadação anual cai para 64,1 na última década do século. Em 1818–19, o volume das importações tinha aumentado ligeiramente, mas ainda estava abaixo do nível de meados do século anterior. Em termos per capita o índice baixou de 100, em 1776, para 79 em 1786, 73 em 1818–19 e para apenas 29 em 1844–45.⁷⁹

O acesso cada vez menor aos produtos importados desencadeou um processo de substituição de importações de profundas consequências para a região. Atividades que tinham sido ancilares à mineração passaram a ter papéis centrais na economia mineira. Pelo final do século dezoito, Minas tinha alcançado a autossuficiência na produção de alimentos e começado a exportar um excedente, principalmente para o mercado urbano do Rio,

78 Kenneth Maxwell. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808* (Cambridge), p. 87.

79 Martins. *Growing in Silence*.

mas também para a Bahia e Pernambuco. A pauta de importações consistia, quase que exclusivamente, de sal, manufaturas europeias, algumas matérias primas, alimentos de luxo como vinhos, azeitonas e azeite, vinagre etc., e, naturalmente, escravos.⁸⁰

Na frente manufatureira, o escopo da substituição era mais limitado, mas mesmo assim a resposta foi bastante impressionante, para a época e o lugar. Forjas de ferro surgiram por toda parte e começaram a produzir substitutos para as ferramentas essenciais à mineração e à agricultura. Seu desenvolvimento foi tal que, segundo Mafalda Zemella, quando a coroa resolveu levantar a proibição de produção de ferro ela estava apenas curvando-se a uma situação de fato.⁸¹

Mais importante foi a indústria têxtil. Seu desenvolvimento foi encarrado pela metrópole como uma das causas do declínio da mineração e uma grave ameaça ao plano mercantilista do império português. São bem conhecidos os alarmados comentários das autoridades coloniais e metropolitanas sobre o crescimento dessa indústria e o famoso alvará de 1785, de que ela era o principal alvo. A tenaz oposição da metrópole não conseguiu inibir a sua expansão. No início do século, sua produção era grande bastante para suprir a massa da população mineira e exportar para outras províncias o que pareceu a um observador contemporâneo “uma quantidade colossal” de tecidos de algodão.⁸²

A introversão da economia mineira após o apogeu da mineração não foi um arranjo temporário, uma pausa para meditação, um momento de estupor entre dois ciclos exportadores. A estrutura econômica que tomou forma no fim do *settecento* permaneceu essencialmente inalterada e suas linhas mestras — autossuficiência e desligamento de mercados externos — foram reforçadas no decorrer do século dezenove. Na maior parte da pro-

80 Eschwege. Notícias, p. 747; Pohl. *Viagem*, vol. I, p. 190; Spix e Martius. *Viagem*, vol. I, p. 187; vol. 2, pp. 236, 241–48.

81 Mafalda Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII* (São Paulo, 1951), p. 254.

82 Spix e Martius. *Viagem*, vol. 1, p. 118. Vários outros viajantes relatam o desenvolvimento dessa indústria no início do século. Lobo. *Economia do Rio de Janeiro*, pp. 136, 140, anota que os comerciantes do Rio se queixavam da concorrência que o tecido mineiro fazia ao produto importado.

víncia essa estrutura sobreviveu ao Império, e persistiu pelo presente século adentro. As tentativas, muitas vezes ridículas, de reintegrar a província ao comércio internacional incluíram experimentos com vários tipos de chá, trigo, cevada, centeio, vinho, bicho da seda, cochonilhas, lhamas, alpacas, camelos e dromedários, e resultaram em completos fracassos.⁸³ Minas reteve o seu caráter não-exportador.

A emergência do setor cafeeiro e seu rápido crescimento após a metade do século não alteraram o quadro. A região cafeeira foi, desde o início, um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província – era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro.

O tamanho absoluto do setor cafeeiro e a participação do café nas exportações mineiras são frequentemente invocadas para arguir a importância dessa indústria. Numa análise menos superficial, que inclua um mínimo de informação sobre o resto de Minas Gerais, o que esses dados revelam é, na verdade, a falta de importância do setor exportador no contexto da economia provincial. A parte não-cafeeira de Minas, que nos anos 70 compreendia aproximadamente 96 por cento do seu território, 79 por cento dos escravos e mais de 80 por cento da população livre, gerou consideravelmente menos de 30 por cento das exportações no período 1850–1888.⁸⁴ A evolução das exportações não-cafeeiras representa muito melhor o comportamento exportador de Minas, porque ela conta a história do corpo principal da província.

83 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 70–81 e segs. Para uma análise da economia mineira na República Velha, desenfazendo o café e focalizando sua diversificação interna, veja Amilcar Martins Filho. *Minas e São Paulo na Primeira República Brasileira: A política 'Café com Leite' (1900–1930)*. Tese de Mestrado. Depto. de Ciência Política, UFMG, 1978).

84 Martins. *Growing in Silence*. As exportações não-cafeeiras constituíram 31 por cento do valor total das exportações no período 1850–88, mas uma grande parte delas era produzida na zona cafeeira.

Tabela 18
 Minas Gerais: Exportações *per capita*, 1819–1888. Anos Selecionados.

Anos	Valor nominal das exportações per capita (milréis correntes)			Valor real das exportações per capita (milréis de 1819)		
	Café	Não café	Total	Café	Não café	Total
1819	0,05	2,60	2,65	0,05	2,60	2,65
1845	0,78	1,86	2,60	0,58	1,30	1,88
1868	6,20	3,18	9,38	2,02	0,90	2,92
1882	10,60	3,33	13,90	2,77	0,68	3,45
1888	13,60	3,36	16,96	2,63	0,60	3,23

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Os valores *per capita*⁸⁵ das exportações não-cafeeiras eram extremamente baixos, e seu crescimento lento e inseguro. Em termos reais, houve um acentuado declínio ao longo do período e, no caso de vários produtos, como queijos, porcos, algodão, açúcar, toucinho, carne de porco e têxteis de algodão, as quantidades totais exportadas diminuíram, especialmente na segunda metade do século.

Para os observadores contemporâneos, era evidente que Minas não era uma economia exportadora, nem uma economia de plantation. Sua imagem como “província cafeeira”, é obra dos historiadores do século vinte. Tollenare, que viveu no Brasil de 1816 a 1818, foi direto ao ponto quando observou que

a província mais interessante é a de Minas, que tem um milhão de habitantes, fornece poucas mercadorias para o comércio, mas produz muito para seu consumo interno ... Concebe-se que não é apenas com a extração de ... ouro que se ocupa toda aquela

85 Para as fontes dos dados de população e dos dados originais utilizados na computação do índice de preços das exportações veja Martins. *Growing in Silence*. O deflator usado foi o índice ideal de Fisher, incluindo os seguintes produtos: fumo, gado, porcos, carne de porco e toucinho, queijo, algodão e têxteis de algodão. Esses produtos correspondiam a 84,6 por cento do valor total exportado (não-café) em 1819 e a mais de 90 por cento dos demais anos.

gente, mas sim com a pequena lavoura, que nós europeus, com olhos apenas para o açúcar, o algodão e o café, desprezamos.⁸⁶

As corografias sobre Minas Gerais na primeira metade do século confirmam essa descrição. Na maioria dos lugares a base da economia era o cultivo de gêneros “comuns” e a criação de gado para consumo local e para venda nas cidades vizinhas. A manufatura em pequena escala, também para mercados locais, é frequentemente mencionada. Em muito poucos casos, a produção era orientada para mercados fora da província. Entre estes, o mais notável foi o curto *boom* nas exportações de algodão nas duas primeiras décadas do século. Gado, porcos, fumo e têxteis de algodão foram exportados em quantidades relativamente grandes durante a maior parte do período, mas mesmo esses setores eram baseados, primordialmente, no mercado doméstico.⁸⁷

Na segunda metade do século, vários observadores registraram a emergência do setor cafeeiro, mas indicaram que nada se alterara no resto da província. Minas era, nas palavras de um deputado provincial em 1875,

prodigiosamente fértil ... em todos os seus municípios o café, o algodão e a cana de açúcar produzem abundantemente ... No entanto, não exportamos uma única arroba de açúcar, um único litro de aguardente. Na verdade, não exportamos senão algum café desses ricos municípios da Mata, que estão em contato com a província do Rio de Janeiro e mais perto do mercado da Corte. A razão de tudo isso é a falta de estradas ...⁸⁸

As observações de James Wells sobre São José, no centro de Minas, em 1873, serviriam para muitas outras localidades mineiras:

86 Louis François de Tollenare. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818* (Salvador, 1956), p. 313.

87 Gado em pé, porcos e produtos pecuários, como toucinho, banha, carne de porco, queijo e couros responderam por aproximadamente 70 por cento do valor das exportações não-cafeeiras durante todo o período. Para uma análise das exportações mineiras, bem como evidências sobre o uso de escravos na pecuária, veja Martins. *Growing in Silence*.

88 Citado por Miguel Costa Filho. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais* (Rio, 1963), p. 216.

não se exporta efetivamente nenhum excedente, pois quase toda a produção é consumida localmente; alguns artigos indispensáveis são importados de Barbacena ..., mas o mistério é saber como se obtêm os meios para pagar por eles.⁸⁹

Mais para o interior, no vale do São Francisco, Wells comentou que mesmo o comércio local era limitado:

todos produzem as mesmas coisas e sabem que, se as demandas dos pequenos mercados locais são excedidas os preços deixam de ser remuneradores. Se a estação foi má, aqueles que por sorte dispõem de algum excedente são compensados por altos preços; se foi boa, eles acumulam estoques para o ano seguinte, mas recebem fraca recompensa pelo excedente, pois todo mundo está na mesma situação ...⁹⁰

Em 1883, o presidente Gonçalves Chaves descrevia Minas como dividida, “como todos sabem”, em duas zonas distintas: a Mata, caracterizada pela grande lavoura, e os campos, onde a população se ocupava “quase exclusivamente” da pecuária e da pequena lavoura, produzindo, quase que unicamente, para consumo local. “Nossa agricultura”, lamentava o presidente, “com a exceção do café, ainda não ultrapassou o chamado período doméstico”.⁹¹

Em 1887, o cônsul inglês no Rio informava que a província do Rio de Janeiro, “com uma população muito menor, gera uma receita muito maior que Minas”. E explicava que “esse estado de coisas pode ser atribuído, em grande medida, ao fato de que, no Rio, os habitantes estão em sua maioria, engajados em plantations de café e açúcar, enquanto em Minas a maior parte se ocupa na criação, nas fazendas e nas posses de subsistência.”⁹²

O cônsul Ricketts não poderia ter sido mais preciso em seu diagnóstico. Com o rudimentar aparelho fiscal da época, as receitas governa-

89 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. I, p.111.

90 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. 1, pp. 297–98.

91 *Falla ...* presidente Antonio Gonçalves Chaves, 1883, pp. 37–38.

92 Great Britain. Foreign Office 1887. Miscellaneous Series. No. 58. Reports on Subjects of General and Commercial Interest. Brazil. *Report on the Province of Minas Geraes*. British Sessional Papers. House of Commons, 1887. vol. 82, nº. 58.

mentais eram altamente dependentes da taxaço do comércio de mercadorias, especialmente do comércio de longa distância. Num sistema econômico como o de Minas, o coletor, necessariamente, passava por um mau pedaço. No final da década de 80, Minas Gerais apresentava o mais baixo nível de arrecadação per capita, com exceção apenas de Goiás, dentre todas as províncias. Mesmo em termos de arrecadação total, apesar de ter a maior população do país, Minas se colocava em sétimo lugar, abaixo de São Paulo, Bahia, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.⁹³

Tabela 19
Brasil: Exportações per capita, por regiões, 1869–73 e 1879–82.
Médias Anuais, em mil-réis.

Regiões	1869–1873		1879–1882	
	Exportações <i>per capita</i>	Índice	Exportações <i>per capita</i>	Índice
Norte	38,0	57,9	71,2	101,2
Nordeste	21,2	32,3	15,6	22,2
Sul	39,7	60,5	26,8	38,1
Centro-Sul excl. Minas	65,6	100,0	70,3	100,0
Minas Gerais	8,5	12,9	11,9	16,9
Região cafeeira	39,9	60,8	68,8	97,9
Resto da Província	4,0	6,1	3,8	5,4

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Os números da tabela 19 subestimam a diferença entre Minas Gerais e o resto do país e, dentro de Minas, entre a zona cafeeira e o resto da

93 No ano fiscal de 1886–87, a arrecadação per capita (incluindo as receitas provinciais e do governo central) em Minas foi de 1,59 mil-réis. Compare com os dados de algumas outras províncias: Maiores arrecadações: 39,54 (Pará), 19,60 (Amazonas), 12,46 (Pernambuco), 11,35 (Rio Grande do Sul), 10,75 (São Paulo), 8,32 (Rio de Janeiro). Menores arrecadações: 2,66 (Ceará), 2,12 (Rio Grande do Norte), 2,03 (Piauí), 2,01 (Paraíba) e 1,32 (Goiás). Computado a partir de dados em *Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias organizado por ordem de S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros*. Rio, 1887), tabela n. 3; e *Recenseamento de 1890*. A situação era semelhante com respeito às exportações.

província, pelas seguintes razões. As exportações mineiras incluem todas as mercadorias que deixaram o território provincial, ao passo que as das outras províncias incluem apenas as exportações por via marítima (longo curso e cabotagem), deixando fora, portanto, todo o comércio terrestre. Os dados para Minas não permitem uma identificação acurada da procedência das exportações não cafeeiras. Por essa razão, alocamos todas as exportações de café para a região cafeeira (onde ele era efetivamente produzido) e toda a exportação não-cafeeira para o resto da província. Pode-se demonstrar, entretanto, que uma parte substancial das exportações não-cafeeiras se originava na região cafeeira. Isso implica que os coeficientes dessa região estão subestimados na tabela acima, enquanto os do resto da província estão inflados.

Em marcante contraste com o paradigma da economia exportadora, Minas exportava apenas o excedente do seu consumo interno. Com exceção do setor cafeeiro, de partes das indústrias do fumo, pecuária, e do algodão durante um curto período, nenhum produto era cultivado com vistas à exportação. A importância do mercado do Rio de Janeiro para a economia mineira tem sido muito exagerada, sugerindo uma espécie de divisão do trabalho dentro do Centro-Sul: o Rio e São Paulo se especializavam na produção para o mercado internacional, enquanto a Minas tocava a produzir os alimentos. Segundo essa visão, a província teria desempenhado o papel de uma periferia coadjuvante do setor exportador, semelhante àquele usualmente atribuído na historiografia ao Rio Grande do Sul, com relação aos setores minerador e cafeeiro, ou ao interior do Nordeste, com relação à indústria açucareira.

A realidade era bem outra. A razão de ser da economia mineira era a própria Minas. Qualquer que tenha sido a importância das exportações mineiras no suprimento do Rio de Janeiro, elas representavam uma parcela mínima da produção provincial da maior parte desses bens. Dentro da província, a área não-cafeeira também não era um fornecedor de alimentos para a região exportadora: a própria Mata era um grande produtor de cereais, açúcar, fumo, suínos, gado e laticínios, e um exportador líquido desses artigos.

Tabela 20
 Minas Gerais: Consumo Interno como porcentagem da produção total¹
 de alguns produtos. Anos Selecionados

Produto	1819	1840	1845	1868	1882
Açúcar	68,70	91,96	91,08	95,27	*
Aguardente	99,75	100,00	100,00	100,00	99,42
Rapadura	100,00	98,15	99,80	85,28	88,73
Arroz	99,99	99,97	99,99	99,96	99,89
Feijão	99,91	99,16	99,85	99,64	99,13
Milho	99,99	99,92	99,89	99,85	99,93
Farinha de Mandioca	97,04	99,97	99,98	99,87	99,61
Porcos	76,85	89,31	80,46	92,91	95,10
Bois	52,58	64,87	65,14	73,92	80,27
Algodão ²	33,27	83,39	75,49	76,52	96,96
Óleo de Mamona	99,07	99,36	99,26	99,90	100,00

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

Durante o século dezanove, a grande maioria dos mineiros vivia na zona rural. Isso era especialmente verdadeiro com relação à população escrava: o único dado agregado disponível sobre o período mostra que, no último ano da escravidão, apenas 5,2 por cento dos cativos vivia nas vilas e cidades da província.⁹⁴ Na zona rural, as fazendas congregavam a maior parte da população servil.

A fazenda mineira não era uma plantation. Suas principais características eram autossuficiência e diversificação interna. Sua produção mercantil era limitada, e ela praticamente não tinha ligações com mercados distantes. A fazenda mineira não era uma empresa: ela nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado. O absenteísmo era raro, a própria fazenda constituía o centro da vida social da classe dominante. Crises e

94 *Relatório Agricultura*, Ministro Rodrigo Silva, 1888, p. 24.

booms econômicos, revoluções no Haiti, ou quebras na colheita de Java não afetavam sua vida, que atravessou o século essencialmente inalterada.

“A fazenda é qualquer coisa de intermediário entre uma família e um reino”, escreveu um observador no início do século vinte, acrescentando que

Foi em Minas que existiram outrora, e onde talvez ainda possam ser encontradas, essas fazendas onde uma família vive na abundância, mas sem fortuna, exportando pouco, demandando poucas coisas do resto do mundo, praticamente intocada, em sua vida isolada, pelas ondas de choque das revoluções econômicas que conturbam mercados distantes.⁹⁵

Descrições detalhadas das fazendas mineiras são disponíveis para diferentes períodos do século dezenove. Na segunda década, Pohl descreveu uma propriedade no nordeste da província com muitos escravos, uma destilaria de aguardente e engenhos de açúcar e óleo de mamona. Criava gado, porcos e carneiros. Plantava trigo, café e também milho e mandioca, que eram transformados em farinha, e tinha sua própria fundição de ferro.⁹⁶

Na mesma época, no extremo oposto de Minas, Spix e Martius visitaram uma fazenda que cultivava milho, mandioca, feijão e cana. O engenho era pequeno: além de um pouco de açúcar, produzia aguardente e rapadura, “tudo vendido na vizinhança”. Seiscentas cabeças de gado supriam “a economia doméstica” com carne, leite, queijos e couros. O estabelecimento era inteiramente autossuficiente, e tinha muitos escravos. Mais tarde, esses autores anotaram que

as fazendas isoladas não dispõem de qualquer ajuda dos centros mais populosos. Todo fazendeiro abastado é, portanto, forçado a suprir, por seus próprios meios, as necessidades da casa, providenciando para que seus escravos aprendam os diversos ofícios. Geralmente se encontram nas fazendas sapateiros, alfaiates, te-

95 Pierre Denis. *Le Brésil au XXe Siècle* (Paris, 1909), pp. 6–7.

96 Pohl. *Viagem*, vol. 2, p. 287. Esse autor descreve outras fazendas em vol. I, pp. 217–18; vol. 2, pp. 229, 375.

celões, ferreiros, oleiros, pedreiros, caçadores, mineiros e lavradores, bem como as oficinas necessárias para esses trabalhos.⁹⁷

Saint-Hilaire descreveu várias fazendas em diferentes partes de Minas. Em Itacambira, por exemplo, ele visitou uma propriedade onde se plantavam cana, arroz, feijão, milho e algodão. O algodão era tecido em casa e todo o ferro necessário era produzido na fazenda. Um grande pomar fornecia uvas e café. O proprietário, como muitos outros da região, só comprava sal.⁹⁸

Mesmo as plantations de café eram bastante diversificadas, aparentemente muito mais que suas congêneres do Rio e de São Paulo. No início dos anos 40, a fazenda do Capitão Francisco Leite, “talvez o homem mais rico dessa parte do país”, produzia grandes quantidades de queijo, açúcar e cachaça, além de onze mil arrobas de café por ano.⁹⁹ A fazenda Soledade, perto de Paraibuna, cultivava café, milho, arroz, cana e algodão e tinha engenhos de açúcar e de farinha, bem como alambique. Seus duzentos escravos eram vestidos pelos teares domésticos, que também produziam a sacaria para o café.¹⁰⁰

O caráter da fazenda não mudou ao longo do século. Em 1867, Richard Burton deu sua versão da fazenda mineira típica:

Essas fazendas são aldeias isoladas numa escala pequena. Suprem a vizinhança de suas necessidades simples, carne seca, carne de porco e toucinho, farinha de mandioca e milho, açúcar e aguardente, fumo e óleo de mamona, tecidos grosseiros e fio de algodão, café e vários tipos de chá ... Importam somente ferro para ferraduras, sal, vinho, cerveja, charutos, porcelana, remédios e outras miudezas. Geralmente há uma ferraria, uma tenda de carpintaria, uma oficina de sapateiro, um chiqueiro ... e um amplo galinheiro.¹⁰¹

97 Spix e Martius. *Viagem*, vol. I, pp. 84–85, 279.

98 Saint-Hilaire. *Viagem às Províncias*, vol. 2, p. 286.

99 Gardner, *Viagem*, pp. 447–48.

100 Francis Castelnau. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (São Paulo, 1949), vol. 2, pp.122–23.

101 Burton. *Explorations*, vol. 2, pp. 39–40.

Em meados da década de setenta, James Wells descreveu a pequena fazenda onde se hospedou enquanto trabalhava no projeto de uma ferrovia. O estabelecimento tinha vários escravos e “era moderadamente próspero”. No final das contas, pensava Wells, “existem muitos lugares e muitas vidas piores do que a velha fazenda Mesquita e seus afáveis e relaxados ocupantes”. Não obstante,

as operações da fazenda não podem ser consideradas lucrativas; elas proporcionam apenas uma subsistência simples; não há aluguéis, impostos ou salários a pagar, e o pequeno excedente da produção da fazenda, ou a venda ocasional de um boi, proporcionam meios suficientes para a compra das poucas e simples necessidades não produzidas no estabelecimento, como uma peça de pano estampado, chapéus, alguns utensílios de ferro para a cozinha, ou para contratar um carpinteiro para reparar algum estrago na carruagem da família — o carro de boi.¹⁰²

Embora a agricultura fosse, por larga margem, o setor de maior emprego de escravos, a mão de obra servil era também utilizada em várias formas de manufatura. A indústria têxtil doméstica foi certamente a mais importante atividade manufatureira da província. A história do algodão — por excelência um produto associado à plantation escravista em outras partes da América — ilustra, talvez melhor que a de qualquer outro produto, a peculiaridade do caso mineiro e seu afastamento do paradigma primário-exportador. Depois de um curto *boom* de exportação (esgotado já na segunda década do século), o algodão produzido em Minas passou a ser quase totalmente manufaturado, na própria província, em teares domésticos.¹⁰³ A maior parte da produção têxtil era consumida internamente, mas um respeitável excedente era exportado para outras províncias, onde era utilizado para vestuário da população de baixa renda e dos escravos. As

102 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. I, pp. 163–65. Para outras descrições de fazendas e sítios veja vol. I, pp. 105, 125–27, 134, 160–61, 202, 209, 224, 258, 275–76, 301–302, 315–16. As excelentes descrições que Wells fez de várias outras fazendas enfatizam, sem exceção, que o excedente era comercializado em mercados locais.

103 O impacto da Guerra Civil nos Estados Unidos foi muito limitado em Minas. As exportações provinciais de algodão em rama tiveram um sensível aumento por um curto período, mas nunca chegaram a atingir dois por cento das exportações brasileiras. Veja Martins. *Growing in Silence* para uma análise das exportações mineiras de algodão.

exportações se mantiveram em um nível bastante elevado até pelo menos o final dos anos 60, especialmente para o Rio de Janeiro, de onde eram distribuídas para uma vasta área. Segundo observadores contemporâneos, o mercado para os panos de Minas se estendia até o Rio Grande do Sul e Buenos Aires no início da década de 20.¹⁰⁴

Apesar do volume elevado das exportações, o grosso da produção têxtil era consumido localmente. Em 1828, os tecidos produzidos e consumidos dentro de Minas foram estimados em 5,3 milhões de metros, enquanto outros 2,1 milhões eram exportados para o Rio, apenas. A produção total da província era, portanto, de pelo menos 7,4 milhões de metros de pano, não contados outros produtos têxteis como toalhas, cobertores etc. Para colocar esse dado em perspectiva, é suficiente notar que ele é quase *o dobro* da produção total de todas as fábricas de tecidos do Brasil quase quatro décadas mais tarde, em 1866, ou equivale a quase 20 por cento da média anual das importações brasileiras de tecidos de algodão ingleses no quinquênio 1827–1831.¹⁰⁵

Tabela 21
Minas Gerais: Exportações de Algodão em Rama e de
Tecidos de Algodão. Anos Seleccionados.

Ano	Tecidos (1.000 metros)	Algodão em rama	
		Toneladas	% do Brasil
1819	1.354,4	1.379,9	11,43
1828	2.139,3	120,9	0,97
1840	1.115,4	23,1	0,22
1843	1.359,3	5,0	0,05
1845	2.082,6	19,1	0,16
1868	1.568,3	387,4	0,93
1883	189,5	1,1	*

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

104 Spix e Martius. *Viagem*, vol. I, pp. 120, 148, 187.

105 J. J. Sturz. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources* (Londres, 1837), pp. 104–105, 111; John Casper Branner. *Cotton in the Empire of Brazil* (Washington, 1885), p. 41.

No terceiro quartel do século, a indústria doméstica começou a declinar, sendo eventualmente substituída pela produção fabril, embora tenha sobrevivido até o presente século.¹⁰⁶ Pelo volume de sua produção e da força de trabalho por ela empregada, a indústria têxtil doméstica de Minas pode facilmente ter sido a mais importante atividade manufatureira do Brasil na primeira metade do século dezanove.

A maior parte dos trabalhadores na produção doméstica de têxteis era livre — a indústria era basicamente uma indústria camponesa — mas, aparentemente, os escravos foram também largamente utilizados. Em 1873, num período em que o setor já estava em decadência, o censo registrou 67.620 tecelões em Minas, dos quais 6.455 eram escravos. A quase totalidade desses trabalhadores era vinculada à indústria doméstica, pois nessa época a província tinha no máximo três fábricas de tecidos em operação, as quais não empregavam mais do que umas duzentas pessoas no total. Os tecelões de Minas representavam 49,7 por cento do total empregado na indústria têxtil do Brasil (49,1 por cento dos livres e 55,5 por cento dos escravos).¹⁰⁷ O emprego de escravos aparentemente foi menor nas *fábricas* de tecidos em Minas — cuja força de trabalho era constituída, principalmente, por mulheres e crianças desvalidas — mas sabe-se com segurança de pelo menos um caso de utilização do trabalho de ingênuos.¹⁰⁸

Outro setor industrial que fez largo uso de escravos foi a siderurgia, em todas as empresas, grandes e pequenas. Os dados que coletamos referem-se apenas àquelas de maior porte. Nas forjas do Girau, metade dos trabalhadores eram escravos. Nas do Bonfim, o proprietário tinha tentado, sem sucesso, empregar apenas homens livres: ao tempo da visita de Saint-Hilaire a maioria da força de trabalho era servil. Eschwege também tentou utilizar só trabalho livre, mas logo recorreu a escravos, que foram treinados e empregados em todos os trabalhos da fundição. A força inicial foi de 20 cativos, aumentada, poucos anos depois, para 50. Morro do Pilar usava

106 Sobre a decadência e a sobrevivência da indústria têxtil doméstica e a emergência das fábricas de tecidos, veja Martins. *Growing in Silence*, e Daniel de Carvalho. *Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas* (Rio, 1916).

107 Martins. *Growing in Silence*.

108 *Falla...*pres. Gonçalves Chaves, 1883, pp. 41–44; *Falla...*pres. Gonçalves Chaves, 1884, p. 72; Carvalho, *Notícia*, p. 26.

escravos alugados: durante certo período a empresa tinha, além do pessoal regular, uma força suplementar de 120 escravos. Monlevade empregava 150 cativos em São Miguel do Piracicaba em 1853. Quando morreu, em 1872, seu espólio incluía nada menos de 200 escravos, muitos dos quais mestres fundidores.¹⁰⁹

O censo de 1872 é a única fonte de dados sistemáticos sobre as ocupações dos escravos no século dezenove. A comparação entre Minas e as províncias cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo acusa diferenças notáveis. A distribuição mineira reflete claramente sua estrutura econômica mais diversificada. Os escravos eram muito menos concentrados na agricultura, e as categorias artesanais e manufatureiras ocupavam uma parcela substancialmente maior em Minas que nas duas outras províncias. A alta concentração no serviço doméstico sugere que a vida econômica era mais concentrada na unidade familiar e menos dirigida para a produção mercantil.

Tabela 22
Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: Distribuição Ocupacional da Força de Trabalho Escrava: Recenseamento de 1872.

Ocupação	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Agricultura	45,3	69,9	68,9
Artesanato e Manufatura	10,6	3,7	6,4
Criados e Jornaleiros	11,0	12,8	7,2
Serviço Doméstico	32,5	13,4	17,2
Outras ocupações	0,6	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Veja apêndice “Fontes e Notas das tabelas”.

109 Martins. *Growing in Silence*. Em 1883, um professor da recém-criada Escola de Minas informava que a maior parte das fundições ainda dependia do trabalho escravo. Ig-lésias. *Política Econômica*, p. 97.

Robert Conrad, Robert Slenes e outros autores, que analisaram as ocupações escravas com base no censo de 72, apresentam um quadro radicalmente diferente. Segundo eles 75,2 por cento dos escravos mineiros, ou 85,5 por cento daqueles com ocupações declaradas, eram lavradores. Esses autores reproduziram os enormes e evidentes erros do quadro provincial de ocupações.¹¹⁰

A caracterização de Minas oitocentista como uma “ilha econômica” pode envolver um certo exagero, especialmente em vista das grandes importações de mão-de-obra escrava, mas é, certamente, muito mais próxima da realidade que a imagem de uma economia exportadora, ou uma província cafeeira. Era a ilha decadente, ou estagnada? Somente aos olhos da mentalidade “colonial”, para quem a visão de comunidades autocontidas – “meros arranhadores do solo” – sempre foi ofensiva, bem como das correntes historiográficas presas na mesma camisa de força. O padrão monótono de expansão — continuidade estrutural, sem perturbações notáveis — levou muitos observadores a detectar estagnação onde havia apenas falta de mudança.

A ocupação territorial expandiu-se continuamente ao longo do século, e a população aumentou em ritmo acelerado: entre 1819 e 1890, a taxa de crescimento populacional em Minas foi substancialmente mais alta que a média nacional.¹¹¹ Os três milhões de mineiros do fim do Império eram tão autossuficientes na produção de suas necessidades básicas como os seiscentos mil habitantes tinham sido no final da Colônia. O padrão de vida era baixo, mas não mais baixo que em outras regiões do Brasil e, certamente, mais alto que em várias delas. Não há nenhuma evidência de que ele tenha

110 Conrad. *The Destruction*, pp. 65, 300; Slenes. *The Demography*, p.79. Embora esses autores não sejam responsáveis pelos erros do censo, algumas inconsistências evidentes deveriam tê-los alertado para os problemas. Os quase 280 mil escravos lavradores de Minas significariam que virtualmente todos os escravos entre 11 e 60 anos estavam empregados nesse setor. Os 326.142 escravos com profissões declaradas implicariam que praticamente todos os escravos com mais de 6 anos tinham uma profissão específica, incluindo 35 mil acima de 60 anos. O primeiro autor a apontar os enormes erros da tabela provincial de ocupações do censo de 72 foi Amilcar Martins Filho.

111 Entre 1819 e 1890 a população de Minas cresceu a uma taxa de 2,3 por cento ao ano, enquanto a população brasileira cresceu a 1,6 por cento ao ano.

baixado durante o século. O comentário de Richard Burton é típico das avaliações contemporâneas sobre a economia de Minas: “Não existe miséria, muito menos destituição; nem existe abastança, muito menos fortuna”.¹¹²

VI

Por que razão Minas se apegou tão tenazmente e por tanto tempo ao regime servil? Foi esse um caso *sui generis*, que desafia o nosso entendimento da escravidão? Não nos parece assim: na verdade, o caso mineiro é um paradoxo apenas para aqueles que pensam que a escravidão só poderia sobreviver se marchasse de mãos dadas com a plantation exportadora. Devemos, então, buscar a resposta *no amor pela dominação*,¹¹³ ou num enraizado estilo de vida? Fatores culturais sempre têm um papel na vida das instituições, mas a questão claramente envolve algo mais fundamental que ideologia ou preconceito. Se assim não fosse, como poderíamos explicar que indivíduos estranhos a essa cultura tenham se rendido tão facilmente a uma tradição que eles muitas vezes repudiavam no plano moral, e tão frequentemente redescobriram a “*instituição peculiar*”? Considere-se, por exemplo as companhias inglesas: Como chegaram elas à esquizofrênica situação de serem capitalistas e escravistas, modernas e arcaicas, seguindo uma cartilha na Europa e outra no trópico? Por que razão o inglês despiu sua recém-adquirida consciência antiescravista ao cruzar o Equador?

A questão vincula-se claramente “não ao vício ou à virtude, mas à produção”.¹¹⁴ A escravidão era necessária, do ponto de vista da classe proprietária, porque não havia uma oferta voluntária de trabalho assalariado. Durante todo o século havia abundância de gente, mas, para desespero dos empregadores potenciais, braços de aluguel eram crônicamente escassos. O camponês livre aceitava tarefas ocasionais, ou mesmo alguns empregos de natureza mais independente, como os de vaqueiro ou tropeiro — entretanto não havia como persuadi-lo a se engajar, numa

112 Burton. *Explorations*, vol. 2, p. 62.

113 Adam Smith. *The Wealth of Nations* (Nova Iorque, 1937), p. 365.

114 E. G. Wakefield. *A View of the Art of Colonization* (Nova Iorque, 1969), p. 323.

base permanente, para trabalhar para os outros – “com constância e em combinação”.¹¹⁵

No início do século, Eschwege, um estrangeiro que, de bom grado teria sido um capitalista, justificou sua conversão ao regime servil:

A princípio, não comprei escravos porque, ainda imbuído da mentalidade europeia, eu acreditava que só deveria empregar homens livres ... O resultado de minha atitude foi que os anos se passaram sem que fosse possível treinar um único mestre fundidor ou aprendiz ... tão logo tinham aprendido o trabalho os trabalhadores debandavam ... Finalmente cheguei à conclusão que era absolutamente necessário adquirir escravos. A partir de então pude operar muito melhor. É virtualmente impossível fazer prosperar qualquer indústria no Brasil quando se depende do homem livre.

Não só o industrial, explicava ele, mas também o proprietário de terras ou de minas “desperdiçaria seu tempo andando pela vizinhança ... à procura de homens livres dispostos a trabalhar ... A única solução é alugar ou comprar escravos. Só assim ele poderá contar com trabalho permanente”.¹¹⁶ No mesmo período, Saint-Hilaire observou que “ninguém aceitava trabalho permanente, mesmo sendo leve, por dinheiro” e sua própria experiência lhe ensinou que era necessário “sujeitar-se ao aborrecimento de ser servido por escravos ou se colocar à mercê dos homens livres”. O proprietário das forjas do Bonfim contou-lhe que, quando as operações foram iniciadas,

ele queria só homens livres como trabalhadores, mas não conseguiu levar o projeto adiante. Os homens livres e pobres nessa região dispõem de meios muito fáceis de viver sem trabalhar, para se submeter ao árduo trabalho das forjas.

Do Morro do Pilar, Saint-Hilaire escreveu que “nada é tão difícil como reter os trabalhadores livres”: com uma força de trabalho de mais ou menos cem jornaleiros, a empresa registrava mil ausências por mês, ou uma

115 Wakefield. *A View*, p. 324.

116 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, pp. 421-22, 447.

taxa de absenteísmo de quase metade das jornadas.¹¹⁷ Spix e Martius observaram que o maior problema na fundição do Prata era “a repugnância da classe pobre do povo em se engajar numa ocupação fixa.”¹¹⁸

Várias décadas mais tarde a situação não tinha se alterado. James Wells esbarrou no mesmo problema sempre que tentava recrutar trabalhadores. Uma vez contratado, o camponês era, em sua opinião, excelente trabalhador, mas a dificuldade está em induzi-lo a aceitar, pois ele não trabalha por salário a não ser quando compelido pelo desejo de uma pequena soma para comprar alguma coisa para si ou para sua família. Do contrário, ele se balança em sua rede, fuma seu cigarro, e dedilha o violão ou dorme, informando que está “muito ocupado” e talvez possa vir, se Deus quiser, na semana que vem ou na outra.

Wells ficou surpreso ao verificar que o valor do salário não era o centro da questão: “embora pagasse o dobro dos salários locais, eu não fiquei, de modo nenhum, assoberbado com pedidos de emprego” e, se era possível engajar uns poucos homens de vez em quando, ele era sempre “informado que o seu trabalho ... devia ser considerado um favor”.¹¹⁹

Os camponeses, altamente ciosos de sua liberdade, eram uma gente ativa. Suas maneiras, sua independência e sua autossuficiência irritavam o europeu da classe dominante, já desacostumado à visão de um campesinato livre: “Todo mundo se considera absolutamente livre e independente ... Mesmos os criados não toleram um tom imperativo de seus patrões”, escreveu o barão von Eschwege, “não sou escravo, é a resposta imediata, e não há nada que possamos fazer, senão nos tornarmos os obedientes criados de nossos criados”.¹²⁰ Nos anos setenta, outro observador anotou que os camponeses “não possuíam nem mesmo uma colher ou um garfo de ferro” e eram

tão inúteis como se não existissem. Eles nada têm para vender, nem meios para comprar coisa alguma, seu pouco trabalho é

117 Saint-Hilaire. *Viagem às Nascentes*, vol. I, pp. 24, 163; *Viagem às Províncias*, vol. 2, p. 237, vol. 1, p. 263.

118 Spix e Martius. *Viagem*, vol. I, pp. 368–69.

119 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. 1, pp. 168, 103, 267.

120 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, pp. 422–23. Ênfase no original.

gasto no cultivo de uns poucos vegetais, na pesca e na construção de uma choça ... No entanto são o mais independente dos povos, orgulhosos de seu direito de não fazer nada, o que fazem com a maior eficiência.¹²¹

Assim como tradição e inércia são invocadas para justificar o apego da classe proprietária ao regime servil, uma explicação culturalista é frequentemente proposta para a aversão do campesinato ao trabalho contínuo e supervisionado. Diz-se que a escravidão degradava o trabalho e que o camponês livre, ao recusar o trabalho assalariado, estaria tentando se dissociar da imagem do escravo. A associação entre algumas formas de trabalho, especialmente o trabalho do eito, e o status servil era indubitavelmente forte na cultura brasileira, como em qualquer outra cultura escravista. Mas não é possível aceitar isso como a causa da rejeição do trabalho assalariado pela população livre, a menos que se esteja preparado para acreditar que o homem livre e sua família poderiam viver de orgulho apenas.

O camponês não se submetia ao trabalho assalariado porque tinha acesso a outras alternativas econômicas. A hipótese levantada há mais de um século por Wakefield, e subsequentemente desenvolvida por Merivale, Marx, Nieboer e outros, e recentemente redescoberta por Domar oferece uma explicação muito mais convincente para a “rebeldia” da população livre e sua contrapartida, a prolongada existência da escravidão. Na verdade, a ideia tem raízes muito anteriores à época de Wakefield: ela parece ter sido bastante popular pelo menos desde o século dezoito. Uma versão extremamente clara da “hipótese de Wakefield” foi publicada, por exemplo, em 1798, pelo bispo-economista Azeredo Coutinho.¹²²

121 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. 2, p. 71.

122 Veja a esse respeito: E. Wakefield. *A View*; Wakefield. *England and America* (Nova Iorque, 1967); Marx. *O Capital*; Herman Merivale. *Lectures on Colonization and Colonies* (Nova Iorque, 1967); H. J. Nieboer. *Slavery as an Industrial System: Ethnological Researches* (Haia, 1900); Achille Loria. *Le Basi Economiche della Costituzione Sociale* (Turim, 1913), Willemina Kloosterboer. *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery* (Leiden, 1960); Evsey Domar. The Causes of Slavery and Serfdom: A Hypothesis. *Journal of Economic History* 30 (Março 1970). Segundo Marx a hipótese de Wakefield já havia sido formulada por Mirabeau Père e por economistas ingleses do século dezoito.

Não havia uma oferta voluntária de trabalho em Minas porque a maior parte das terras ainda não havia sido apropriada ou, como Marx o diria, o processo de acumulação primitiva não havia se completado. Cada família camponesa poderia se apossar de um pedaço de terra, cultivá-lo, e subsistir sem ter que vender seu trabalho. Na ausência de alguma forma de coerção, o sistema econômico se reduziria (como efetivamente aconteceu com o seu setor livre) a uma constelação de unidades familiares independentes. Ninguém — cafeicultor, fazendeiro, industrial ou mineiro — poderia dispor de um criado “para fazer sua cama ou buscar lhe água no rio”,¹²³ muito menos para labutar no campo de sol a sol. Minas, no dizer de um dos seus presidentes já no século atual, era um estado “curto em trabalho e comprido em terras”.¹²⁴ Na verdade, ele era curto em trabalho *porque* era comprido em terras.

No século dezanove, uma grande parcela da província permaneceu em estado completamente selvagem. Uma grande extensão de terras não tinha proprietários e, mesmo nas partes já apropriadas, a propriedade era muitas vezes mais nominal que efetiva. Por causa de sua vastidão, as terras eram muito baratas. Já bem avançado o século, nos anos 70, Wells comentou, do norte de Minas, que “as terras podem ser adquiridas mais ou menos em qualquer quantidade ou qualidade, por uma mera bagatela”.¹²⁵ Outro observador anotou, em 1879, que “de fato, a terra tem muito pouco valor aqui. Os proprietários a dão de graça aos camponeses pobres, que ainda podem obter tanto quanto queiram derrubando a floresta.”¹²⁶

Proposições muito semelhantes, focando a relação entre altos salários e terras livres são encontradas nos escritos dos *founding fathers* americanos. Entre autores brasileiros, veja José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho* (1974–1804) (São Paulo, 1966), p. 255; e José da Silva Lisboa. *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil* (1811), citado por Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)* (Rio, 1978) vol. 1, p. 106.

123 A citação é de Wakefield. *England and America*, p. 217.

124 Arthur Bernardes, citado por Wirth. *Minas Gerais*, p. 16.

125 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. 2, p. 5.

126 Theodoro Sampaio. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (Salvador, 1938), p. 132.

Na verdade, além da fronteira de ocupação, a terra era mais do que barata: ela era livre. Tudo que o camponês tinha de fazer era mover-se para um pedaço não apropriado, construir sua cafuná e plantar sua roça. Era praticamente impossível impedir as posses, mesmo nas terras já reclamadas. Os camponeses poderiam ser expulsos de suas roças, mas

quem vai impedir esses habitantes da floresta de avançar umas poucas léguas adiante, de desaparecer na mata e de fazer a queimada debaixo da neblina, quando a polícia não pode ver a fumaça, e lá permanecer por dois anos se contentando com sua ração de mandioca?¹²⁷

Em 1845, era estimado que 45 por cento da área da província era ocupada por posses.¹²⁸ A vasta fronteira incluía não só áreas dentro de Minas Gerais, mas também nas províncias vizinhas. Em 1870, o presidente provincial reclamava que um dos maiores problemas da agricultura mineira era “a migração da população trabalhadora para os sertões da província e também para os de Goiás e Mato Grosso”. O presidente sugeria que “para preencher o vazio deixado pelo decréscimo gradual dos escravos”, *uma das coisas a fazer era pôr fim a essas migrações*.¹²⁹ Durante o século ocorreram movimentos semelhantes em direção a São Paulo e ao Espírito Santo. Era a esse acesso à terra que o camponês mineiro devia sua liberdade de escolha e a escravidão sua persistência.

Porque iria um homem livre se submeter a trabalhar o ano todo para um estranho, se ele vive numa região ... onde qualquer terra pode ser cultivada e ninguém tem que trabalhar mais que quatro semanas por ano para ganhar sua subsistência, sem perder sua liberdade?¹³⁰

Essa pergunta, feita na década de 1820 por Eschwege, permaneceu válida até o fim do século. Nos anos setenta e oitenta, todo camponês livre

127 Deputado Manuel Antônio Galvão, em 1843, citado por Warren Dean. *Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil*. *Hispanic American Historical Review* 41 (Novembro 1971), p. 612.

128 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 66–67.

129 *Relatório* pres... Ferreira Bretas, 1870, p.10.

130 Eschwege. *Pluto*, vol. 2, p. 449.

ainda possuía o que impressionou um observador estrangeiro como “verdadeiros três acres e uma vaca”: “todo mundo, não importa quão pobre, tem uma roça de milho em algum lugar”. Isso era verdadeiro mesmo em relação aos moradores das vilas, onde “praticamente todas as famílias têm sua roça na vizinhança, um porco e galinhas no quintal.”¹³¹ Em 1879, outro comentarista observou, no Vale do São Francisco, que, se um fazendeiro precisasse vender seus escravos, ele não conseguiria substituí-los por trabalhadores livres. E explicava que “nesses sertões o pobre nunca é tão pobre que precise trabalhar por salários. O país aqui é largo demais para fazer alguém sentir a pressão da necessidade. A natureza pródiga impede a verdadeira pobreza, aquela que compele ao trabalho e mantém a disciplina pela necessidade de sobreviver”.¹³²

Seria absurdo conjurar visões de um paraíso agrário em Minas no século passado. Tal imagem seria completamente falsa: o padrão de vida era baixo, e o campesinato era atormentado por doenças. Não tinha acesso à educação e à justiça. O sufrágio e vários outros direitos elementares lhes eram negados. É importante, entretanto, que não se deixe isso obscurecer, como frequentemente acontece, o fato básico de que *o camponês livre não era um proletário*. Ele tinha acesso aos meios de subsistência e, portanto, controlava a mais fundamental de suas decisões econômicas.

Nessa realidade — terras livres e um campesinato independente — repousa a explicação para a sobrevivência e a expansão da escravidão em Minas, porque ela implicava que o escravo continuava a ser a única alternativa para todos aqueles — cafeicultores ou não, que não se dispunham a ganhar a vida pelo suor de suas próprias costas.

Novembro de 1980

131 Wells. *Exploring and Travelling*, vol. 1, pp. 104, 168, 390.

132 Sampaio. *O Rio São Francisco*, p. 105.

REFERÊNCIAS

Abreu, Capistrano de. Introdução a Alfred W. Sellin. *Geographia geral do Brasil; traduzida e consideravelmente augmentada*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves, 1889.

Alvim, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: Secretaria da Agricultura. *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727–1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

Alvim, Sócrates. Projeção Econômica e Social da Lavoura Cafeeira em Minas. In: Secretaria da Agricultura. *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727–1927)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

Amaral, Luis. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

Blasenheim, Peter. Uma História Regional da Zona da Mata Mineira. Artigo não publicado, junho de 1977.

Boxer, Charles Ralph. *The Golden Age of Brazil, 1695–1750. Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley: University of California Press, 1969.

Branner, John Casper. *Cotton in the Empire of Brazil. The antiquity, methods and the extent of its cultivation, together with statistics of exportation and home consumption*. Department of Agriculture. Miscellaneous. Special Report n.º. 8. Washington: Government Printing Office, 1885.

Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1.º de agosto de 1872*. 23 vols. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873–1876.

Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.

Brazil, Thomaz Pompeo de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. [sem local]: Typographia de B. de Mattos, 1863.

Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias, organizada por ordem de S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil; with a full account of the gold and diamond mines*. London: Tinsley Brothers, 1869.

Cairnes, John Elliot. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs: Being an Attempt to Explain the Real Issues Involved in the American Contest*. London: Parker, Son and Bourn, 1862. Reprinted: New York: Negro Universities Press, 1969.

Carvalho, Daniel de. *Ensaaios de Crítica e História*. Edição do autor. Rio de Janeiro, 1964.

Carvalho, Daniel de. *Estudos e Depoimentos (1ª. Série)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

Carvalho, Daniel de. Formação Histórica das Minas Gerais. In: Universidade de Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UMG, 1957.

Carvalho, Daniel de. *Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1916.

Castelnau, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

Cohen, David W. and Jack P. Greene (eds.). *Neither Slave nor Free. The Freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972.

Conrad, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888*. Berkeley: University of California Press, 1972.

Costa Filho, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2^a. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982.

Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794–1804)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

Curtin, Philip D. Epidemiology and the Slave Trade. *Political Science Quarterly* 83 (June 1968).

Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

Dafert, F. W. Quadro Estatístico da Produção de Café no Estado de São Paulo no anno de 1886. In: F. W. Dafert. *Coleção dos Trabalhos Agrícolas Extraídos dos Relatórios Annuais de 1888–1893*. São Paulo: Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo, 1895.

d'Orbigny, Alcide. *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*. Paris: Chez L. Tenré, Libraire-Editeur et chez Henri Dupuy, 1836.

Dean, Warren K. Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil. *Hispanic American Historical Review* 51 (November 1971).

Dean, Warren K. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Debret, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

Dennis, Pierre. *Le Brésil au XX^e Siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1909.

Domar, Evsey. The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis. *The Journal of Economic History*, vol. 30, n. 1 (March 1970).

Eltis, David. The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper. In: H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.

Eschwege, W. L. von. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV (1899).

Eschwege, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Falla ... presidente da província Soares d'Andrea, 1844.

Falla ... presidente da província Quintiliano José da Silva, 1846.

Falla ... presidente da província Sá e Benevides, 1869.

Falla ... presidente da província Sant'Ana, 1880.

Falla ... presidente da província Gonçalves Chaves, 1883.

Falla ... presidente da província Gonçalves Chaves, 1884.

Falla ... presidente da província Alves de Brito, 1885.

Freireyss, G.W. Viagem ao Interior do Brasil nos Anos de 1814–1815. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XI, 1906 (São Paulo, 1907).

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Furtado, Celso. *The Economic Growth of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1963.

Gardner, George. *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

Gaston, J. McFaden. *Hunting a Home in Brazil*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867.

Goldin, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Goulart, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3ª. edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Graham, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850–1914*. Cambridge: At the University Press, 1972.

Great Britain. Foreign Office 1887. Miscellaneous Series. No. 58. Reports on Subjects of General and Commercial Interest. Brazil. *Report on the Province of Minas Geraes*. British Sessional Papers. House of Commons, 1887. vol. 82, nº. 58.

Henwood, William Jory. Observations on Metalliferous Deposits. *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall*, vol. 8, t. 1 (1871).

Higman, B. W. *Slave Population and Economy in Jamaica 1807–1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

Holloway, Thomas H. *Migration and Mobility: Immigrants as Laborers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1886–1934*. Tese de Doutorado. University of Wisconsin, 1974.

Iglésias, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835–1889*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958.

Karasch, Mary Catherine. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850*. Tese de doutorado. University of Wisconsin, 1972.

Klein, Herbert. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Kloosterboer, Willemina. *Involuntary Labour since the Abolition of Slavery. A Survey of Compulsory Labour Throughout the World*. Leiden, Netherlands: E. J. Brill, 1960.

Knight, Franklin. *Slave Society in Cuba During the Nineteenth Century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

Laerne, C. F. van Delden. *Brazil and Java. Report on Coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen and Co. and The Hague: Martinus Nijhoff, 1885.

Leite, Mário. *Paulistas e Mineiros, Plantadores de Cidades*. São Paulo: Edart, 1961.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808–1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Libby, Douglas C. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. Tese de Mestrado. Depto. de Ciência Política, UFMG, 1979.

Lima, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas, 1870–1920*. Tese de Mestrado. Universidade de Campinas, 1977.

Lisboa, José da Silva. *Observações sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brazil*. Bahia: Na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811.

Livro da Lei Mineira. Publicação anual, criada pela Lei provincial nº. 1, de 9 de março de 1835. Esta lei está publicada no próprio *Livro da Lei Mineira*, tomo I, parte I, folha 1. Ouro Preto: Tipografia (sic) do Universal, 1835.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. Economia do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. In: Paulo Neuhaus (coord.) *Economia Brasileira: Uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Loria, Achille. *Le Basi Economiche della Costituzione Sociale* (1893). 4^a. edição. Torino: Fratelli Bocca, 1913.

Marcílio, Maria Luiza. Evolução da População Brasileira através dos Censos até 1872. *Anais de História de Assis* 6 (1974).

Martins Filho, Amilcar. *Minas e São Paulo na Primeira República Brasileira: A política 'Café com Leite' (1900–1930)*. Tese de Mestrado. Depto. de Ciência Política, UFMG, 1978.

Martins, Roberto B. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado. Depto. de Economia, Vanderbilt University, 1980.

Marx, Karl. *Capital. A Critique of Political Economy*. New York: International Publishers, 1967.

Mawe, John. *Travels in the Interior of Brazil*. Philadelphia: M. Carey and Boston: Wells and Lilly, 1816.

Maxwell, Kenneth R. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: At the University Press, 1973.

Mello, Pedro Carvalho de. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888*. Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1977.

Mendonça, Marcos Carneiro de. A Economia Mineira no século XIX. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora da UMG, 1957.

Merivale, Herman. *Lectures on Colonization and Colonies, delivered before the University of Oxford in 1839, 1840 and 1841* [1841]. rep. New York: Augustus M. Kelley, 1967.

Merrick, Thomas e Douglas Graham. *Population and Economic Development in Brasil, 1800 to the Present*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979.

Monbeig, Pierre. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

Monteiro, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas, 1889–1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

Moraes, João Pedro Carvalho de. *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

Morse, Richard M. *From Community to Metropolis: A Biography of Sao Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

Nieboer, H. J. *Slavery as an Industrial System. Ethnological Researches [1900]*. 2nd. revised edition. The Hague: Martinus Nijhoff, 1910, reprinted: New York: Burt Franklin, 1971.

O Universal. Jornal publicado em Ouro Preto entre 1825 e 1842.

Oliveira Viana, Francisco José. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. In: Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil 1920*, v.1. Rio de Janeiro, 1922.

Pedrosa, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 257 (Outubro-dezembro de 1962).

Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil [1822]*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV (1899).

Relatório ... presidente da província Ferreira Bretas, 1870.

Relatório ... presidente da província Souza Magalhães, 1887.

Relatório Agricultura, Ministro Antonio da Silva Prado, 1886.

Relatório Agricultura, Ministro Henrique d'Ávila, 1883.

Relatório Agricultura, Ministro João Ferreira de Moura, 1885.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

Sampaio, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Editora Cruzeiro, 1938.

Santos, Joaquim Felício dos. *Le Diamant au Brésil*. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1931.

Sellin, Alfred W. *Geographia geral do Brasil; traduzida e consideravelmente augmentada*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves, 1889.

Sena, Marina de Avelar. *Compra e Venda de Escravos*. Belo Horizonte: Edição da autora, 1977.

Silva, José Joaquim da. *Tratado de Geographia Descriptiva Especial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de E. e H. Laemmert, 1878.

Singer, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Cia. Editora Nacional e EDUSP, 1968.

Slenes, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888*. Tese de doutorado, Stanford University, 1976.

Smith, Adam. *The Wealth of Nations*. New York: The Modern Library, 1937.

Soares, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

Souza e Silva, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Memória anexa ao Relatório do Ministério do Império, apresentado em 1870 pelo titular da mesma pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Stein, Stanley J. *Vassouras. A Brazilian coffee county, 1850–1890*. New York: Atheneum, 1970.

Sturz, Johann Jakob. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources, together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation*. London: Effingham Wilson, 1837.

Suzannet, Conde de. *O Brasil em 1845*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

Taunay, Affonso de E. *História do Café no Brasil*. 15 vols. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1939–1941.

Tollenare, Louis François de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

Toplin, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.

Tschudi, J. J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

Valverde, Orlando. *La Fazenda de Café Esclavista em el Brasil. Cuadernos Geográficos 3*. Universidad de los Andes, Venezuela, 1965.

Vicissitudes da Indústria Mineira (1810). *Revista do Arquivo Público Mineiro* III (1898).

Vieira, Evantina P. *Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira (1850–1889)*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1978.

Wakefield, E. G. *A View of the Art of Colonization, with Present Reference to the British Empire* [1849], reprinted: New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1969.

Wakefield, E. G. *England and America. A comparison of the social and political state of both nations* [1834]. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1967.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Wells, James W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil*. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, 1887.

Wirth, John. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University Press, 1977.

Zemella, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. Tese de doutorado. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1951.

Tabela 1. Minas Gerais: Força de Trabalho na Mineração de Ouro, 1810 e 1814. Fonte: Dados originais em W.L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, pp. 34–63 e 244. Essa fonte lista 557 lavras em 1814, 40 das quais estavam paralisadas.

Tabela 2. Escravos empregados na mineração de ouro, 1873–1883. Fonte: *Falla ...* Pres. Antonio Gonçalves Chaves, 1/8/1884. O imposto foi criado pela lei provincial 2024 de 1/12/1873. *Livro da Lei Mineira*, tomo 40, parte 1., p. 106.

Tabela 3. Minas Gerais: Evolução da População Escrava, 1717–1819. Fonte: 1717–49: Maurício Goulart. *A Escravidão no Brasil*, pp. 139–41; 1786–1808: População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV (1899), pp. 294–296; 1819: Estimativa do conselheiro Velloso de Oliveira, reproduzida em Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Memória anexa ao *Relatório do Ministério do Império de 1870*, p. 152. Em 1786, numa população total de 393.698 apenas 362.847 indivíduos tiveram seu status especificado, dos quais 174.135 (48 por cento) eram escravos. Presumindo que a mesma proporção ocorria na população total, obtém-se 188.941 escravos.

Tabela 4. Brasil: Crescimento da População Escrava, por Províncias, 1819–1872. Fonte: 1819: Veja tabela 3. 1872: Dados corrigidos do censo de 1872, em Maria Luiza Marcilio. *Evolução da População Brasileira através dos Censos até 1872*. *Anais de História de Assis* 6 (1974), p. 127. Em Minas, São Paulo e Mato Grosso o censo não se realizou na data prevista. A fonte para 1819 dá 146.160 escravos, como a população servil da Corte e da província do Rio de Janeiro, conjuntamente. Desse número subtraímos 55.090 (população escrava da Corte em 1821, segundo Oliveira Vianna. *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil*. In: Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920*, vol. 1, p. 425, para obter o dado para o Rio de Janeiro. Nos dois casos usamos $t=53$ para computar as taxas de crescimento.

Tabela 5. Minas Gerais: Estimativas mínimas das importações líquidas de escravos, com taxas hipotéticas de crescimento natural, 1717–1808. (Médias anuais por períodos). Fonte e metodologia: Dados originais da tabela 4. As estimativas resultam das soluções para T da equação $P_t = P_0 \cdot s + (T - M) \cdot \sqrt{s}$, onde $s = (1+r)^t$, P_t e P_0 as populações escravas no fim e no início do período respectivamente, r é a taxa anual de crescimento natural, t a duração do período em anos, T as importações líquidas totais no período e M , o número de manumissões no período. As estimativas são mínimas porque as manumissões foram consideradas nulas. O método é discutido em detalhe em Martins. *Growing in Silence*, apêndice B.

Tabela 6. Minas Gerais: Evolução da População Livre de Cor, 1735–1873. Fonte: 1735, 1749: Charles Ralph Boxer. *The Golden Age of Brazil, 1695–1750*, pp. 341,346; 1786,1821: População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, pp. 294–95; 1873: *Recenseamento de 1872*.

Tabela 7. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: Evolução das exportações de café, 1852–1888. Médias anuais, em toneladas. Fonte: Minas Gerais: Aristóteles Alvim. *Confrontos e Deduções*. In: Secretaria da Agricultura. *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. pp. 80–83; Rio de Janeiro e São Paulo (V. do Paraíba): 1852–70: Affonso de Taunay. *História do Café no Brasil*, vol. 6, pp. 316–19; São Paulo (Oeste): 1853–70: C. F. Van Delden Laerne. *Brazil and Java. Report on Coffee-culture in America, Asia and Africa*, p. 400; 1871–88: Pedro Carvalho de Mello. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888*. Tese de doutorado, University of Chicago, 1977, pp. 32–33. Arrobas convertidas em quilogramas à razão de 1 arroba = 14,689 quilos. Os dados foram transformados de anos comerciais em anos-calendário.

Tabela 8. Minas Gerais: Composição Regional das Exportações de Café, 1818–1884. Anos Selecionados (Porcentagens do volume físico total da província). (x) Significa positivo, mas menor que 0,1 por cento. As porcentagens nem sempre somam 100 por causa de arredondamentos. Fonte: 1818–19: W. L. von Eschwege. *Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV (1899), pp.

748–49; 1842–43: Falla ... Pres. Soares d'Andrea, 1844; 1844–45: *Falla ...pres.* Quintiliano José da Silva, 1846; 847–48 e 1850–51: Sócrates Alvim. *Projeção Econômica e Social da Lavoura Cafeeira em Minas*. In: *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727–1927)*. p. 46; 1867–68: *Falla ...pres.* Sá e Benevides, 1869; 1881–82: *Falla ...pres.* Gonçalves Chaves, 1883; 1882–83: *Falla ...pres.* Gonçalves Chaves, 1884; 1883–84: *Falla ...pres.* Alves de Brito, 1885.

Tabela 9. Minas Gerais: Escravos empregados no setor cafeeiro, 1820–1887. Médias anuais, por períodos. Fonte: Dados de produção em Alvim. *Confrontos e Deduções*, pp. 80–83. Metodologia: veja texto. Estimativas da população escrava: veja nota 33. As percentagens se referem à população no ponto médio de cada período.

Tabela 10. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: Comparação do emprego de escravos no setor cafeeiro. Anos selecionados. Fontes e metodologia: o emprego de escravos no café no Rio de Janeiro e em São Paulo foi estimado através de procedimento semelhante ao descrito acima para Minas Gerais. As estimativas da produtividade por escravo nessas províncias são apresentadas em Martins. *Growing in Silence*. A força de trabalho escrava foi definida como todos os escravos entre 11 e 60 anos de idade. As fontes dos dados de população escrava, força de trabalho e escravos na agricultura são: 1872, 1873 e 1874: *Recenseamento 1872* (dados não ajustados); 1887: *Relatório Agricultura*, 1888; São Paulo (1883) e Rio de Janeiro (1882): Laerne. *Brazil and Java*; Minas Gerais (1884): Tabela abaixo. Os dados da produção de café do Rio de Janeiro e São Paulo são de: Mello. *The Economics of Labor*, Taunay. *História do Café*, e F. W. Dafert. *Quadro Estatístico da Produção de Café no Estado de São Paulo no ano de 1886*. In: Dafert. *Coleção dos Trabalhos Agrícolas Extraídos dos Relatórios Anuais de 1888–1893*. Na delimitação das zonas cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo seguimos, respectivamente, Mello. *The Economics of Labor* e Thomas H. Holloway. *The coffee colono of São Paulo, Brazil: migration and mobility, 1880–1930*. In: Kenneth Duncan and Ian Rutledge (eds.). *Land and Labour in Latin America. Essays on the Development of Agrarian Capitalism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Uma discussão detalhada de todas as estimativas apresentadas na tabela 10 está em Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 11. Minas Gerais: Estimativas mínimas das importações líquidas de escravos, com taxas hipotéticas de crescimento natural, 1808–1819 e 1819–1873. Fonte: Dados de população das tabelas 3 e 4. A metodologia é a mesma da tabela 5.

Tabela 12.1. Províncias de residência dos escravos nascidos em Minas, segundo o Censo de 1872. Fonte: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso: Quadros paroquiais. Recenseamento de 1872. Todas as outras províncias: Quadros provinciais. *Recenseamento de 1872*.

Tabela 12.2. Províncias de nascimento dos escravos residentes em Minas, segundo o Censo de 1872. Os escravos nascidos no Município Neutro foram listados no Rio de Janeiro. Há pequenas discrepâncias entre as tabelas do censo. Na maior parte delas, o total para Minas é dado como 370.459 escravos. Esse número foi ajustado mais tarde para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Fonte: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso: Quadros paroquiais. Recenseamento de 1872. Todas as outras províncias: Quadros provinciais. *Recenseamento de 1872*.

Tabela 13. Minas Gerais: População escrava, por regiões, 1873–1886. Fonte: *Recenseamento de 1872*; *Falla ... Pres. Sant'Ana*, 1880, pp. 25–26; *Falla ... Pres. Gonçalves Chaves*, 1884, pp. 63–64; *Relatório ... Pres. Souza Magalhães*, 1887, pp. 32–34. Nota: O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado para 381.893 para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população dos municípios incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 386.640 que é 1,2 por cento maior que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para dez municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. Todos esses ajustamentos estão em Martins. *Growing in Silence*, apêndice B.

Tabela 14. Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, 1873–1880. Fonte: As mesmas da tabela 13. Os municípios de 1880 foram tornados comparáveis aos de 1873, agregando-se de volta a suas origens todos os municípios criados durante o período. A consolidação de Guaicuí e Montes Claros eliminou um dos 72 municípios listados no censo.

Tabela 15.1. Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, 1880–1884. Fonte: As mesmas da tabela 13. Alguns dos municípios criados no período compunham-se de partes de vários municípios. Nesses casos tivemos de usar conglomerados de municípios, reduzindo o número de unidades para 67. As transferências líquidas não somam zero, devido a arredondamentos.

Tabela 15.2. Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, 1884–1886. Fonte: As mesmas da tabela 13. Alguns dos municípios criados no período compunham-se de partes de vários municípios. Nesses casos tivemos de usar conglomerados de municípios, reduzindo o número de unidades para 67. As transferências líquidas não somam zero, devido a arredondamentos.

Tabela 16. Brasil: Manumissão de Escravos, por Províncias, 1877–81 e 1873–85. A taxa anual de manumissão é definida como as manumissões ocorridas no ano por 1.000 escravos existentes no início do ano. A manumissão em 1873–1885 é a porcentagem da população escrava de 1873 manumitida no período 1873–1885. (x) Significa dado não disponível. Fonte: Relatório da Secção de Estatística, 10/5/1883 e *Relatório Agricultura*, Ministro Antônio da Silva Prado, 1886, p. 34.

Tabela 17. Taxas de Manumissão na Área Não-Cafeeira de Minas, 1877–1881. Fonte e Metodologia: Tabela 16 e nota 77.

Tabela 18. Minas Gerais: Exportações per capita, 1819–1888. Anos Selecionados. Fonte: Exportações: Eschwege. Notícias, pp. 748–49 e Alvim. Confrontos e Deduções, pp. 80–83. População e índices de preços: nota 86.

Tabela 19. Brasil: Exportações per capita, por regiões, 1869–73 e 1879–82. Médias Anuais, em milréis. Fonte: 1869–73: Adaptado, com correções, de Slenes. *The Demography*, p. 219; 1879–82: Dados originais em Laerne. *Brazil and Java*, pp. 196 e 201. Os dados para Minas são de Alvim. Confrontos e Deduções, pp. 80–83. Os dados da população e a metodologia utilizada estão em Martins. *Growing in Silence*.

Tabela 20. Minas Gerais: Consumo Interno como porcentagem da produção total de alguns produtos. Anos Selecionados. Fontes e Metodologia: Veja Martins. *Growing in Silence*. O consumo interno foi calculado a partir de coeficientes de consumo per capita estimados para a primeira metade do século. (1) A produção total foi definida como consumo interno mais exportações. Não foram consideradas variações em estoques. (2) As exportações de algodão incluem algodão bruto e na forma de tecidos. Em 1883–84 só incluem tecidos. Não se exportou algodão em rama neste ano. (*) Significa dado não disponível.

Tabela 21. Minas Gerais: Exportações de Algodão em Rama e de Tecidos de Algodão. Anos Selecionados. Fonte: Adaptado de Martins. *Growing in Silence*. Em 1828 são exportações para o Rio de Janeiro apenas. (x) Significa menos de 0,01 por cento.

Tabela 22. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: Distribuição percentual dos escravos com ocupação conhecida. Fonte: *Recenseamento de 1872*. Minas Gerais: Quadros paroquiais, São Paulo e Rio de Janeiro: Quadros provinciais.

**Slavery in a Nonexport Economy:
Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited***
(including Comments, Reply, and References)

Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited.....	130
Comments on “Slavery in a Nonexport Economy”	
Robert W. Slenes.....	169
Warren Dean.....	184
Stanley Engerman and Eugene D. Genovese	187
Slavery in a Nonexport Economy: A Reply	194
References	207

* Este artigo foi escrito em 1982 e foi publicado em número especial da *Hispanic American Historical Review* (vol. 63, nº. 3, agosto de 1983). Recebeu *Comments* de quatro notáveis historiadores — dois dos mais destacados brasilianistas, Robert Slenes e Warren Dean, e dois dos principais especialistas contemporâneos sobre a escravidão, Stanley Engerman e Eugene Genovese — que foram publicados no mesmo número da revista. A *HAHR* publicou também, na edição seguinte (vol. 64, nº. 1, fevereiro de 1984) um *Reply*, de nossa autoria.

Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*

Amilcar Martins Filho
Roberto B. Martins

I

The history of slavery in nineteenth-century Brazil is usually associated with the coffee economy of the central-southern region of the country, particularly in the provinces of Rio de Janeiro, São Paulo and Minas Gerais. In the three decades following 1850 and the closing of the African slave trade, slaves were transferred from the southern and northeastern provinces to the coffee region on such a scale that the three major coffee provinces alone had almost two-thirds of the empire's slave population in the year before abolition. Inside the coffee region itself, a similar movement took place. In the last years of slavery, about 90 percent of the slaves of São Paulo lived in the coffee districts and, of those, almost all were employed in the coffee fields. A similar, if less spectacular, trend occurred in Rio de Janeiro province.

For Minas Gerais, which had by far the largest slave population of the empire throughout the century, very little research has been done. While most Mineiro historians seem to have been charmed by the splendor of the golden age, the majority of the historians of slavery in Brazil — Brazilians and Brazilianists — have been content with projecting onto nineteenth-century Minas their findings about São Paulo and Rio de Janeiro.

* Maria do Carmo S. Martins did the research on the provincial origins and the age structure of the slave population.

We thank Professor Joseph L. Love for his many suggestions and encouragement, as well as Professors Amilcar V. Martins, Francisco Iglésias, Maurício B. de Paula Pinto, Peter Eisenberg, Eul-Soo Pang, José Murilo de Carvalho, Augusto César de Oliveira, Mr. Hélio Gravatá of the Arquivo Público Mineiro, and Douglas C. Libby for kindly making available to us some of the materials used.

The main lines of the existing interpretation can be summarized as follows: in the eighteenth century, owing to the gold and diamond rushes, a large contingent of slaves was gathered in Minas Gerais. As the mining boom faded, the slaves scattered throughout the countryside, retreating with their masters into the subsistence sector, where they became economically “redundant” or “underutilized.” In the nineteenth century, after a few decades of economic soul-searching, coffee became the dominant industry in the provincial economy, and the bondsmen were transferred en masse from the subsistence sector to the mushrooming coffee plantations. It has also been argued that slaves from the mining region of Minas Gerais were exported to the coffee fields of São Paulo and Rio de Janeiro and were an important source of labor in the formative years of the coffee industry in those provinces.¹

The findings presented in this article are at odds with most of the preceding contentions. We argue that in nineteenth-century Minas Gerais the association between slavery and coffee culture, or indeed, between slavery, and any form of export-oriented activity, was not as pronounced as has been asserted.

Nonetheless, in spite of its almost absolute dissociation with the export sector of the province, as will be shown, the slave population of Minas Gerais was not just large, but expanding vigorously: from approximately 170,000 in 1819 it grew to more than 380,000 in 1873. By this latter date, Minas Gerais alone had, *outside the grande lavoura* and mining, far more slaves than were to be found in any slave society south of the Rio Grande, with the exceptions of Cuba and Saint Domingue in their heydays. This contingent of nonplantation and nonmining slaves also outnumbered the total slave population of any other Brazilian province and

1 See, for instance, Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia* (São Paulo, 1966), pp. 60–62; Herbert S. Klein. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade* (Princeton, 1978), pp. 111–113; Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835–1889)* (Rio de Janeiro, 1958), pp. 130–131; Luís Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríptico Aspecto Político-Social Econômico*. 3 vols. (São Paulo, 1939–40), III, p. 87; Celso Furtado. *The Economic Growth of Brazil* (Berkeley, 1963), pp. 123–124; Richard M. Morse. *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil* (Gainesville, 1958), pp. 114–115; Robert Conrad. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888* (Berkeley, 1972), pp. 127–128.

even of all the ten provinces north of Bahia, plus Goiás, Mato Grosso, and Paraná combined.

The occurrence of a major slave system not associated with export-oriented activities, like the one described here, has been so far rejected by most historians of slavery in the New World. Likewise, the existence of “a crop, the cultivation of which demands combination” and organization of labor on an extensive scale, and close ties with international markets, or, in a phrase, the existence of the export-oriented plantation, has been claimed to be a *sine qua non* for the feasibility and survival of slavery as a labor system.² The purpose of this article is to attempt to explain, from a study of nineteenth-century slavery in Minas Gerais, this “apparent” paradox: the survival and continuous growth of a major slave system in a largely nonexport economy.

In section II, we show that, in the nineteenth century, the mining industry was a minor sector in the provincial economy and, in particular, that its importance as an employer of slaves was very limited. The growth of the Mineiro slave population in the nineteenth century and the participation of the province in the slave trade are studied in sections III and V. Minas, the largest of the Brazilian provinces, was not a supplier of slave labor for other areas, but rather, a heavy net importer during most of the century. In section IV the coffee sector of Minas Gerais is analyzed. We argue that the Mineiro coffee plantations, being essentially an export enclave, with a very limited, if any, impact on the provincial economy, cannot explain the survival and growth of the slave system of the province. In section VI we show that the bulk of the Mineiro economy, where the vast majority of the slaves were employed, did not consist of plantations and was not export-oriented. Isolation from external markets, diversification, and self-sufficiency were its chief characteristics. Finally, in section VII we suggest an explanation for the prolonged attachment of the province to the slave system. We argue that there is nothing paradoxical about it, as soon as one realizes that the crucial condition for the survival of slavery is not the existence of the plantation, but, as E. G. Wakefield and others advanced a long time ago, the availability of free land.

2 The *locus classicus* of this argument is found in John Elliot Cairnes. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs* (New York, 1969). The quotation is from p. 96.

II

By the beginning of the nineteenth century, Minas Gerais could no longer be characterized as a mining economy. The output of gold, which had reached a maximum annual average of 10,036 kilograms in 1736–51, declined steadily throughout the second half of the century, to only 1,883 kilograms per year in the period 1801–20.³ The mining towns were partially deserted and decaying; most gold diggings had been abandoned. The population was thinly scattered throughout the countryside, where it engaged mainly in cattle raising and subsistence farming. It has been estimated that, as early as 1776, not more than 20 percent of the labor force, free and slave, was employed in mining.⁴ Thirty years later the dissociation between gold mining and slavery was almost complete. Only, 517 *lavras* remained in operation in 1814 and they were only pale shadows of what they had been a few decades before. Two-thirds of the *lavras* had ten slaves or fewer, and in most of them the slaves were only part-time miners, spending several months of the year in the cultivation of subsistence crops. W. L. Eschwege reported that between 1814 and 1820 the number of *lavras* in operation declined “extraordinarily” and estimated that in the early 1820s no more than 6,000 workers, slave and free, were engaged in gold mining.⁵

Table 1: Minas Gerais: Labor Force Employed in Gold Mining,
1810 and 1814.

	1810	814
Gold <i>Lavras</i> in Operation	631	517
Slaves in the <i>Lavras</i>	10,603	6,535
Free Workers in the <i>Lavras</i>	335	197
Slave <i>Faiscadores</i>	2,048	2,057
Free <i>Faiscadores</i>	3,291	3,604

Source: Adapted from Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, II, pp. 34–63, 249. *Lavra* was the generic name used to designate all types of explorations. *Faiscadores* are placer miners.

3 W. L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. (São Paulo, 1944), I, pp. 364–370.

4 Paul Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (São Paulo, 1968), p. 204.

5 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, I, pp. 361–370; II, pp. 34–63, 294.

The picture of the diamond district was as gloomy as that of the gold areas. Output had been declining steadily for decades, and in the last years of the colonial period, was only slightly over one-tenth of what it had been by the mid-eighteenth century. The number of slaves employed, which may have been as high as 5,000 when the *Real Extração* began its operations, was, in the first two decades of the nineteenth century, well below 2,000.⁶ It thus can be seen that the total number of bondsmen employed in mining at the close of the colonial period would hardly reach 10,000, representing at most 6 percent of the slave population of Minas Gerais in the period (see Table 2). Shortly after independence, the British started to take an interest in the mining industry. The first English company, the Imperial Brazilian Mining Company, began operations in 1826 at its Gongo Soco mine in Santa Bárbara. During the empire, at least thirteen other British and a few Brazilian companies were formed to seek out and develop gold mines in Minas.⁷ Their efforts slowed the decline of the industry, but the overall trend was not reversed.

The average annual output of gold of Minas Gerais declined to 1,635 kilograms in the years 1821–60, and increased slightly, to 2,174 kilograms in the period 1860–84. Above all, the presence of these companies did not reverse the ever-widening divorce between slavery and mining.⁸ Individually considered, each of these companies was a large employer of slaves, and the Saint John del Rey may well have been the all-time largest slave-based enterprise in Minas Gerais. Taken together and viewed against the background of the provincial slave population, however, the slave labor force of the English companies was utterly unimportant. The reason for

6 Charles R. Boxer. *The Golden Age of Brazil, 1695–1750* (Berkeley, 1962), p. 220; Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, II, pp. 190–191; John Mawe. *Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country* (Philadelphia, 1816), p. 265; Johann Baptist von Spix and C. F. P. Martius. *Viagem pelo Brasil*, 4 vols. (Rio de Janeiro, 1938), II, p. 109; Augusto de Saint-Hilaire. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (São Paulo, 1991), p. 9.

7 Paul Ferrand. *L'Or à Minas Geraes, Brésil*, 2 vols. (Ouro Preto, 1894), I, pp. 100–147; Sir Richard Francis Burton. *Explorations of the Highlands of Brazil; with a Full Account of the Gold and Diamond Mines*, 2 vols. (London, 1869), I, pp. 211–219; Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, 2 vols. (London, 1830), II, pp. 90, 111, 116.

8 William Jory Henwood, "Observations on Metalliferous Deposits". *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall (Penzance)*, 8 (1871), pp. 361–369.

Table 2: Minas Gerais: Growth of the Slave Population, 1717–1873.

Year	Slaves	Absolute increase	Rate of growth (percent per year)
1717	33,000	-	-
1749	88,286	55,286	3.1
1786	188,941	100,655	2.1
1808	148,772	- 40,169	-1.1
1819	168,543	19,771	1.1
1873	381,893	213,350	1.5

Source: Mauricio Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo, 1975), pp. 139–141; “População da Província de Minas Gerais”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 4 (1899), pp. 294–295; Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os Recenseamentos da População do Império* (Rio de Janeiro, 1870), p. 152; Maria Luiza Marcílio. “Evolução da População Brasileira através dos Censos até 1872”. *Anais de História de Assis*, 6 (1974).

these companies’ trifling impact on the employment of slaves is that they were few, used much more capital-intensive technology than had the old lavras, and were, with very, few exceptions, short-lived, unmitigated fiascos. In the early 1840s, when four companies were active, the total number of slaves employed by them did not exceed 1,750 (500 in Morro Velho, 300 in Cocais, 450 in Cata Branca, and 500 in Gongo Soco). By mid-century, with Cata Branca out of business, the number of slaves employed in mining probably did not exceed 2,000. From then on, with the closing of Gongo Soco and the slow death of Cocais, the number certainly declined, in spite of the growth of Morro Velho and the formation of some new companies.⁹

We have no reliable data for the provincial slave population at mid-century. Our estimate, based on the annual rate of growth of the slave population between 1819 and 1873, gives 269,550 slaves in 1850; this is probably low since the slave population in all likelihood increased faster before the close of the African slave trade than after it. The upper estimate

9 Douglas C. Libby. “O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho”. (M.A. Thesis, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979), pp. 167–168; George Gardner. *Viagens no Brasil* (São Paulo, 1992), pp. 905–906; Francis Castelnau. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, 2 vols. (São Paulo, 1999), I, p. 160.

of 2,000 slaves employed by the English mining companies represents 0.7 percent of this probable underestimate of the slave population.

The 1872 census of the empire (which in Minas was taken in 1873) shows that, at most, 1,625 slaves were employed in all kinds of mining in Minas Gerais. Of the 72 municípios of the province, only twelve had slaves in this occupation and, with few exceptions, they represented an insignificant percentage of slaves in a given município. In the entire province, the mining sector employed at most 0.44 percent of the slave population.¹⁰ In 1873, a provincial tax was levied on slaves directly or indirectly employed in gold mining. The tax returns show that the number of slaves in the sector decreased steadily, from 972 in 1872–73 to 649 in 1882–83, when they represented only 0.21 percent of the province's slave population.¹¹ In 1887, the occupational analysis of slave registration did not even include the mining sector.

III

The playing out of the mines and the transfer of the population into other economic activities were natural results of the gold rush. In fact, the process would hardly have been remarkable had it not been accompanied by a strong growth of the slave population. It was at the depth of the crisis of the mining sector, in a period described by Celso Furtado as a “process of involution” unparalleled among Western economic systems, that the slave population of Minas Gerais reached an inflection point and started an expansion that lasted until the final years of slavery.¹²

The expansion of the slave population closely followed the gold cycle, increasing at a very high rate, then declining as the gold rush lost momentum. At some point during the third quarter of the century, gold mining and slavery parted company for good. By 1786, the number of slaves had

10 The occupational category that included slave miners also included those employed as quarriers and diggers.

11 *Falla que o exm. sr. dr. Antônio Gonçalves Chaves dirigio à Assembléa Provincial de Minas Gerais na 1ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1884* (Ouro Preto, 1884).

12 Furtado. *The Economic Growth of Brazil*, p. 94.

more than doubled with respect to the 1749 population. The next two decades witnessed a decline in the servile population, but by 1808 the upward trend had resumed. By the beginning of the nineteenth century, Minas Gerais already had the largest slave population of the empire; and its fast growth in the following decades reinforced that position: between 1819 and 1872, the province's share of the slave population of Brazil increased from 15.2 to 24.7 percent. In the same period, the Mineiro slave population grew at a rate almost two and a half times greater than the national average, and below only those of Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul.

It is important to realize that the large and rapidly growing slave population of Minas in the early nineteenth century was not a heritage of the gold rush. These slaves were neither the remnants of those imported for the mining sector nor their descendants; they were the result of fresh imports. Direct evidence of the magnitude of slave imports in this early period is scanty and unreliable, but indirect methods permit us to gauge the flow.

Table 3: Minas Gerais: Lower Bound Estimates of Slave Imports, under Hypothetical Rates of Natural Growth, 1717–1808. Annual Averages.

Period	$r = -.02$	$r = -.03$	$r = -.04$
1717–1749	3,066	3,858	4,765
1749–1786	5,779	7,613	9,746
1786–1808	1,568	3,311	5,114

Source: Population data from Table 2. For the methodology used in the estimates, see Roberto B. Martins. "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil" (Ph.D. Diss., Vanderbilt University, 1980), Appendix B.

It is clear from Table 3 that the import estimates are very sensitive to the rate of natural growth, a variable for which we have only sketchy information. It is safe to assume, however, that it was strongly negative. Mortality was certainly very high: with the African trade going at full speed, the proportion of African-born—that is, the portion of the slave population subjected to an entirely new disease environment - was kept very large. This

alone would have sufficed to maintain a high death rate.¹³ There was, in addition, general agreement among contemporaries that working and living conditions for slaves were considerably harsher in mining areas than in agricultural ones. Fertility was bound to be low, if for no other reasons than the high morbidity rate and the tremendous imbalance between the sexes. Available estimates of the rate of natural growth of the Mineiro slave population in this period suggest that it was substantially below -.02. Goulart places it at -.03 for the years 1717–23, decreasing to -.04 in 1723–35. Eschwege estimated that around 1820 the rate was -.022 for the mulatto and -.039 for the Black slaves.¹⁴ Since the manumission rate was positive at all times, actual imports must have been above the estimated figures in all periods.

These estimates show that slavery did not follow mining in its decline. Imports actually increased after mid-century despite the crisis in the mining sector. Even in the period 1786–1808, when the slave population fell, they were maintained at a fairly high level.

IV

Most historians, while agreeing that the large and growing slave population of Minas Gerais cannot be accounted for in the nineteenth century by the collapse of the mining industry, have not hesitated to assign that leading role to coffee cultivation. The coffee industry has been commonly described as the activity that rescued the province, and indeed the empire, from an economic impasse, inaugurating a new era and giving a new lease on life to the institution of slavery. The exports of Mineiro coffee increased from an annual average of 472 tons in 1819–25 to only 7,212 tons in 1846–51. It has been estimated that in the early 1860s there were no more than

13 On the epidemiologic aspects of the slave trade and the higher death rate of the African-born, see Philip D. Curtin, "Epidemiology and the Slave Trade." *Political Science Quarterly* (New York), 83 (June 1968).

14 Maurício Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil* (São Paulo, 1975), p. 168; W. L. von Eschwege. "Notícias e Reflexões Estatísticas da Província de Minas Geraes." *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Belo Horizonte), 4 (1899), p. 741.

Table 4: Brazil: Growth of Major Coffee Areas, 1852–88.
Annual Average Exports in Metric Tons.

Period	Minas Gerais		Rio de Janeiro		São Paulo (Paraíba Valley)		São Paulo (West)	
	Tons	Index	Tons	Index	Tons	Index	Tons	Index
1852–55	10,264	100.0	117,372	100.0	18,790	100.0	9,369 ¹	100.0
1856–60	12,958	126.2	119,272	101.6	17,191	91.5	14,302	152.6
1861–65	16,548	161.2	85,442	72.8	14,886	79.2	19,871	212.1
1866–70	31,532	307.2	117,841	100.4	18,014	95.9	28,213	301.1
1871–75	32,472	316.4	106,610	90.8	17,206	91.6	35,250	376.2
1876–80	46,022	448.4	116,521	99.3	20,379	108.4	58,318	622.4
1881–85	65,887	641.9	131,572	112.1	23,368	124.4	106,647	1,138.3
1886–88	81,960 ²	798.5	97,995	83.5	15,382	81.9	117,797	1,257.3

1 Average 1853–55.

2 Average of 1886 and 1888.

Sources: Alvim. “Confrontos e Deduções”, pp. 80–83; Affonso E. Taunay. *História do Café no Brasil*, 15 vols. (Rio de Janeiro, 1939–41), VI, pp. 316–319; Pedro Carvalho de Mello. “The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888” (Ph.D. Diss., University of Chicago, 1977), pp. 32–33; C. F. van Delden Laerne. *Brazil and Java* (London, 1885), p. 400.

300 coffee growers in the province.¹⁵ In the period between the end of the African slave trade and the final abolition of slavery, the expansion accelerated. From 1852 to 1870, the Mineiro sector was growing faster than any other coffee area in Brazil. In the next two decades it was surpassed, both in quantities produced and rates of growth, by the Paulista West, but continued to expand strongly, while the old coffee areas of the Paraíba Valley in Rio de Janeiro and São Paulo were stagnant, as they had been since mid-century. During the empire, commercial coffee production in Minas Gerais was limited to a very small portion of the province’s area, located in a narrow strip of land in the so-called Zona da Mata. In the last years of the imperial period, the coffee zone of Minas Gerais did not comprise more than

15 Aristóteles Alvim. “Confrontos e Deduções.” In: *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil*. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1929), pp. 80–83.

4 percent of the province's territory.¹⁶ Using the returns from the toll stations scattered along the borders of the province, we can reconstitute with reasonable accuracy the regional origin of the Mineiro coffee exports for virtually the entire period under study.

In light of the data in Table 5, it is surprising to find how widespread is the notion that the Zona Sul was an important coffee producer during the empire. This error has been repeated often in recent literature; and it is frequently compounded by saying that the region attracted large numbers of slaves to work its coffee fields.¹⁷

Table 5: Minas Gerais: Regional Shares of Coffee Exports, 1818–84, Selected Years (Percentages of the Provincial Total).

Years	Zona da Mata	Zona Sul	Rest of the province
1818–19	99.7	0.0	0.3
1842–43	99.9	0.1	*
1844–45	100.0	0.0	*
1847–48	99.8	0.2	*
1850–51	99.8	0.2	*
1867–68	99.7	0.2	*
1881–82	97.0	2.8	0.2
1882–83	97.0	2.8	0.2
1883–84	93.1	6.9	0.4

* Means positive, but less than 0.1 percent. Percentages do not add to 100 because of rounding.

Source: Martins. "Growing in Silence", p. 109.

16 Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. "Zona Silenciosa da Historiografia Mineira: A Zona da Mata." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro), 257 (Oct.-Dec. 1962), p. 157.

17 See, for instance, Klein. *The Middle Passage*, p. 119; Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*, p. 110; and John D. Wirth. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937* (Stanford, 1977), p. 21.

Figure 1 - Regions of Minas Gerais



1. Metalúrgica-Mantiqueira; 2. Mata; 3. Sul; 4. Oeste; 5. Alto Paranaíba;
6. Triângulo; 7. São Francisco-Montes Claros; 8. Paracatu;
9. Jequitinhonha-Mucuri-Doce.

There are no direct statistics on the employment of slaves in the coffee sector. We have calculated this employment using the following procedure: we estimated a labor coefficient per unit of coffee produced and then obtained the total manpower requirements from the output data at different points in time, under the realistic assumption that changes in technology were negligible. Using data from several contemporary sources, we have estimated that in the early 1880s the average yield in the Zona da Mata was 36 arrobas per one thousand coffee trees. Data from 1883 for 153 plantations, located in eleven different municípios of Minas Gerais, show that the average number of coffee trees per slave was 3, 706. The two estimates above suggest that on average, one slave produced 134 arrobas of coffee per year. These estimates make clear that the role of the coffee industry was a

relatively minor one, even in the final decades of slavery.¹⁸ There is no way in which the expansion of coffee can explain the survival, let alone the growth, of the institution. At the beginning of the period analyzed, the employment of slaves in coffee represented no more than 0.1 percent of the provincial slave population. Around mid-century, the contingent employed in coffee could not have exceeded 2 percent of that population.

Table 6: Minas Gerais: Estimated Slave Labor in Coffee Culture, 1820–87 (Annual Averages).

Period	Slaves employed	Period	Slaves employed
1820–25	264	1856–60	6,629
1826–30	548	1861–65	8,474
1831–35	1,037	1866–70	15,788
1836–40	1,624	1871–75	16,428
1841–45	2,282	1876–80	23,683
1846–50	3,351	1881–85	33,879
1851–55	5,269	1886–87	36,069

Source: Output data from Alvim. “Confrontos e Deduções”, pp. 80–83, transformed into calendar years and divided by 134 arrobas.

The availability of much more detailed data on the slave population in the 1870s and 1880s permits a better appreciation of the role of the coffee sector. The results presented in Table 7 seriously undermine any attempt to equate slavery with the coffee industry in Minas Gerais, even in those final years. The comparison with Rio de Janeiro and São Paulo is striking. Let it serve as a plea against the inclusion, so often found in the literature, of Minas Gerais in “the coffee provinces.”

18 A detailed discussion of this productivity estimate for the Mineiro coffee sector and the sources on which it is based is in Roberto B. Martins. “Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil” (Ph.D. Diss., Vanderbilt University, 1980), chap. 3.

Table 7: Minas Gerais, Rio de Janeiro, and São Paulo: A Comparison of the Employment of Slaves in the Coffee Sector. Selected Years.

Province and year	% of slave labor force in coffee	% of agricultural slaves in coffee	% of labor force of coffee region in coffee	Slaves in the labor force <i>not</i> in coffee	Total slaves <i>not</i> in coffee
Minas Gerais (1873)	5.6	13.5	27.0	266,716	354,688
Rio de Janeiro (1872)	44.3	65.1	92.6	116,045	200,418
São Paulo (1874)	28.5	39.3	33.1	83,462	123,319
Minas Gerais (1884)	13.3	*	43.5	237,796	262,386
Rio de Janeiro (1882)	52.3	62.6	90.3	113,734	144,157
São Paulo (1883)	49.4	*	55.4	82,698	93,832
Minas Gerais (1887)	18.9	23.6	*	155,750	155,750
Rio de Janeiro (1887)	63.0	68.3	100.0	60,145	60,145
São Paulo (1887)	88.9	99.4	95.3	11,870	11,870

* Means that data are not available.

Sources and Methodology: Martins, "Growing in Silence," chap. 3.

V

There has been no study to date of the role of Minas Gerais in the slave trade during the nineteenth century. Our survey of the contemporary literature and government documents failed to produce a single allusion to exports of bondsmen, or to the existence of surplus slaves in Minas in this period. The opposite — complaints about the high prices of slaves, their scarcity, and references to imports — was frequently observed. Such evidence leaves little doubt about the direction of the flow. Slaves were being sent from Rio de Janeiro (or rather, from Africa via Rio de Janeiro) to Minas Gerais, and not from Minas Gerais to the other provinces. In particular, the coffee plantations of the Paraíba Valley, whether in Rio de Janeiro, São Paulo, or the Mineiro Zona da Mata, were not being manned with slaves from central Minas. Between 1801 and 1851, some 1.5 million Africans were imported into Brazil, of whom more than 80 percent went to the south-

eastern provinces.¹⁹ This, and not the allegedly underutilized slaves of Minas Gerais, was the source of labor for the take-off of the coffee industry.

We have already shown the strong growth of the Mineiro slave population from the turn of the century to 1872. Using hypothetical rates of natural growth and assuming again that no manumissions took place, the *minimum* estimates of the net imports of slaves are those shown in Table 8.

Table 8: Minas Gerais: Lower Bound Estimates of Net Imports of Slaves under Hypothetical Rates of Natural Growth, 1808–73.

Rate of natural growth	1808–19		1819–73	
	Total imports	Annual average	Total imports	Annual average
+ .01	2,426	221	71,431	1,323
.00	19,771	1,797	213,351	3,951
– .01	37,350	3,395	372,459	6,897
– .02	55,224	5,020	560,728	10,384

Source: Data from Table 2.

Methodology: see Martins, “Growing in Silence”. Appendix B.

The number of slaves imported is, of course, very sensitive to the rate of natural growth, but the direction of the trade flow is not, over a wide range of rates. The province would have been a large net importer of bondsmen in both periods, even with a stable or naturally, increasing slave population. In fact, in order to have been even a minor exporter of slaves, Minas Gerais would have to have been a true breeder, duplicating or even surpassing the unique demographic performance of the servile population

19 Data in Klein. *The Middle Passage*, p. 55; Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), p. 234; David Eltis. “The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1895 Parliamentary Paper.” In: H. A. Gernery and J. S. Hogendorn, eds., *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York, 1979), p. 289; and Mary C. Karasch. “Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850.” (Ph.D. Diss., University of Wisconsin, 1972), pp. 140–141, show that at least 1,493,224 slaves were imported into Brazil during this period. The distribution by ports of destination is found in Curtin. *The Atlantic Slave Trade*, p. 240.

of the United States.²⁰ The demographic ordeal of the Brazilian slave population in the nineteenth century does not seem to have been as drastic as that found in the Caribbean societies but was no exception to it. There, too, the slave population was not capable of maintaining itself without continuous replenishments from the Atlantic trade.

We have estimated that between 1819 and 1872 the annual rate of internal growth of the slave population was -9.32 per thousand for Brazil as a whole. This figure is consistent with the results presented by Robert Slenes, who, using an entirely different approach, arrived at the range from 0 to -15 per thousand per year from 1850 to 1870.²¹ There is no reason to suppose that the Mineiro rate of decline was significantly lower than that of the rest of Brazil. Actually, because Minas was a far heavier importer than most provinces, its overall slave death rate may have been higher than elsewhere, other things being equal. It is not unreasonable, therefore, to suppose that Minas Gerais imported more than 400,000 slaves in the first seven decades of the nineteenth century. If, as seems to be the case, almost all these imports occurred while the African trade was still open, then Minas is very likely to have been the largest provincial importer of Africans in the nineteenth century, with a share of at least 30 percent of the total Brazilian imports. After the closing of the African trade, in the early 1850s, the interprovincial trade gained momentum. The western Paulista coffee region was by far the leading importer: between 1854 and 1874 São Paulo imported almost as many bondsmen as during the previous thirty-five years. The Fluminense coffee sector remained stagnant throughout the remainder of the empire and was, owing to its participation in the African trade, well stocked with slaves. The slave population of Rio de Janeiro remained practically unchanged between 1850 and 1872.

Because of the lack of data for the 1850s, it is difficult to assess the role of Minas Gerais in the interprovincial slave transfers from the end of the African trade to the census of 1872–74. On the one hand, we find in this period for the first time references to slave exports from the province. Sir

20 From 1820 to 1860 the rate of internal growth of the slave population of the United States was +23.9 per thousand per year, according to the US census figures.

21 Robert W. Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888". (Ph.D. Diss., Stanford University, 1975), pp. 364–365.

Richard Burton, for example, was told in São João del Rei in 1867 that the slave population was rapidly decreasing, the hands having “mostly been sold off to the agricultural districts of Rio de Janeiro”. In Diamantina he heard that the slaves had been “traded off to the coffee growing provinces”, and from Januária he reported that “for some time past the serviles have been traded off to Rio de Janeiro.” In 1865, Dr. J. McFadden Gaston, a South Carolinian visiting São Paulo as a scout for Confederate emigration, learned from one planter that gangs of slaves from Minas could be contracted to lay out new coffee groves, and, from another, that Mineiro slaves could be hired at rates ranging from 40 to 60 dollars a year.²² Other data, however, suggest that the involvement of Minas Gerais in the interprovincial trade before 1872 was very slight. The census registered the place of birth of the slaves, and from these data we can sketch the pattern of the trade up to 1872.

The place-of-birth data confirm the minor involvement of Minas Gerais. In 1873 there were 11,560 Mineiro-born slaves living outside the province (3.3 percent of all Mineiro-born slaves), while 8,578 slaves born in other provinces were living in Minas Gerais (2.3 percent of all slaves living in Minas Gerais).²³ There were about as many Mineiro-born slaves in Rio de Janeiro as Fluminense-born slaves in Minas. The contingent of Mineiro bondsmen living outside Minas was well distributed among the provinces with which Minas had common borders. The impression these data give is that far from there being a unilateral flow toward the coffee areas, what was taking place within the Center-South was a rather sleepy border trade, through which a limited number of bondsmen was filtering across the provincial borders. In the case of Minas Gerais, a considerable part of the transfers seems to have been the result of migrations of small slaveowners who moved to unreclaimed districts beyond the coffee zone in São Paulo or

22 Burton. *Explorations*, I, p. 115; II, pp. 104, 260; J. McFadden Gaston, *Hunting a Home in Brazil* (Philadelphia, 1867), pp. 125, 193.

23 The 1872 census table on the place of birth of the slaves living in Minas Gerais contains grave aggregation errors. Instead of the correct total of 8,578 slaves born in other provinces (obtained by the correct addition of the individual parish data), it gives only 793. For examples of recent works in which important conclusions are based on the defective provincial table, see Klein. *The Middle Passage*, pp. 112–113; Slenes, “The Demography”, p. 135; and Thomas Merrick and Douglas H. Graham. *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the Present* (Baltimore, 1979), p. 73.

to Goiás, Mato Grosso, and Espírito Santo, and settled into subsistence farming and stock raising.

The interprovincial slave trade had a strong sex-and-age bias, being heavily concentrated in young to prime-age males. Using a relatively large sample of data, Slenes has shown that 85 percent of the slaves sold in the largest slave market of Brazil in the 1860s and 1870s (Campinas) were between 10 and 39 years old.²⁴ It would be reasonable, therefore, to expect to find this bias reflected in the sex-age structure of any geographic unit heavily involved in the traffic of bondsmen. It turns out that, according to the census, the proportion of males between 11 and 40 years was, in Minas, higher than in any other province. Considering both sexes, Minas ranked second from the top in this ratio. From data relating to the province itself, we learn that the age distribution was remarkably uniform across the regions: the percentage of the 11 to 40 age group varied only between 57.7 and 63.1, with the exception of the Triângulo zone, where it was 49.5. In the Zona da Mata, the proportion was 59.9, ranking it sixth among the nine regions. These results strongly suggest that Minas could not be losing significant numbers of slaves to its neighbors and that there was no major redistribution of the slave population within the province in the years preceding the census. It is also very unlikely, that Mineiro slaves were being hired out to other provinces in significant numbers: in 1873, according to the census, only 2,876 bondsmen were absent from their *parishes* of residence. Of these, 1,776 were males, 90 percent of whom were in an age bracket compatible with sustained field work. Keeping in mind that many of these slaves were probably hired out to other parishes within the same município, or to other Mineiro *municípios*, and, also, that their absence might not have been related to hiring at all, it is evident that the potential number of out-of-the-province hirings was insignificant.

For the 1870s and 1880s, slave population data are available *município* by *município*, which allows us to look more closely at distribution of that population within the province. In 1873, the distribution of the slave population by regions in Minas closely followed that of the free population. The concentration in the plantation area, the Zona da Mata, was slight.

24 Slenes. "The Demography", p. 620.

Only in the three regions north of the nineteenth parallel was the percentage of the slaves significantly lower than that of the free population. These areas, with the exception of some portions of the Jequitinhonha River Valley, were frontier zones or sparsely settled districts, many of which remained so until the present century. The data show an increasing concentration of slaves in the Mata toward the end of the period. As a procedure to gauge the interregional flows of slaves, however, the simple comparison of the slave populations of the regions at the different dates is clearly insufficient. Indeed, because it does not allow for the facts that slaves died and were manumitted, this comparison is downright misleading, with a built-in bias toward the exaggeration of the losses of the exporting zones and the understatement of the gains of the importing areas. We have estimated the net transfers of slaves of each município in the periods 1873–80, 1880–84, and 1884–86, using a methodology similar to that employed in the computations in Tables 3 and 8. For the years 1880 to 1886, when the provincial slave population was closed for all practical purposes, the procedure is equivalent to the demographer's census survival method: the rate of internal growth (changes due to death and manumission) observed for the whole province was assumed uniform across all municípios. For the period 1873–80, we used a death rate (identical to the rate of natural decline, because of the "Free Womb" law of 1871) of 23 per 1,000 per year, as estimated by Slenes for some estates in central São Paulo during the same period. Manumissions, estimated as 7,700 in the entire province during the seven-year period, were assumed to be proportional to the initial slave population of each *município*.²⁵ These estimates reveal a pattern of trade much more complex than that suggested in the literature. It is true that the Zona da Mata was the leading importer, but the pattern cannot be described as one in which the coffee zone was depleting the rest of the province of its slaves. Most regions were net importers of bondsmen. Of the thirty-four importing municípios, only six were coffee districts; in a few others along the São Paulo border, coffee cultivation was just beginning; and the remainder were scattered outside the coffee region.

25 Alternative assumptions about the distribution of manumissions across municípios were tested, and their impact on the trade estimates was negligible. For the estimate of the manumissions, see Martins, "Growing in Silence", pp. 240–247.

Table 9: Minas Gerais: Slave Population, by Regions, 1873–86

Region	1873		1880		1884		1886		Percent of 1873 free population
	Slaves	%	Slaves	%	Slaves	%	Slaves	%	
Metalúrgica-Mantiqueira	95,401	24.9	63,160	19.5	51,820	17.3	49,436	17.3	24.7
Mata	100,776	26.3	100,248	30.9	106,939	35.8	104,360	36.4	16.8
Sul	81,511	21.3	71,682	22.1	63,982	21.4	61,270	21.4	19.0
Alto Paranaíba	18,493	4.8	11,616	3.6	10,443	3.5	9,998	3.5	5.2
Oeste	33,711	8.8	29,806	9.2	24,440	8.2	23,152	8.1	10.1
Triângulo	7,966	2.1	9,436	2.9	5,921	2.0	5,522	1.9	2.1
São Francisco-Montes Claros	7,983	2.1	8,325	2.6	7,574	2.5	7,411	2.6	4.9
Paracatu	2,639	0.7	1,714	0.5	1,587	0.5	1,548	0.5	1.9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	34,160	8.9	28,551	8.8	26,225	8.8	23,794	8.3	15.3
Minas Gerais	382,640	100.0	324,538	100.0	298,931	100.0	286,491	100.0	100.0

Source: Recenseamento, 1872; Falla...Pres. Sant'Ana, 1880, pp. 25–26; Falla...Pres. Gonçalves Chaves, 1884, pp. 63–64; Relatório...Pres. Souza Magalhães, 1887, pp. 32–34.

Note: The 1873 total given by the census was 370,459. Later it was revised to 381,893, to include 14 parishes that had been left out. Since the revision was not tabulated by municípios, we had to estimate, using other sources, the population of the municípios incompletely covered by census. Our estimate resulted in a total of 382,640, which is 0.2 percent higher than the revised total. The 1880 figures for ten municípios not included in the source were estimated by interpolation between 1873 and the first available figure after 1880. For these adjustments and for the regional division of Minas, see Martins. “Growing in Silence.”

Table 10: Minas Gerais: Estimated Net Interregional Transfers of Slaves, 1873–80

Region	Exporting Municípios	Importing Municípios	Net exports of municípios	Net imports of municípios	Net transfer of region
Metalúrgica-Mantiqueira	10	4	19.388	1.889	-17.499
Mata	3	8	1.680	19.568	17.888
Sul	9	9	8.075	12.341	4.266
Oeste	5	3	1.988	3.927	1.939
Alto Paranaíba	3	2	4.631	558	-4.073
Triângulo	1	2	768	2.601	1.833
São Francisco-Montes Claros	1	3	5.108	5.279	171
Paracatu	1	0	520	0	-520
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	4	3	506	3.560	3.054
Minas Gerais	37	34	42.664	49.723	7.059

Source: *Recenseamento*, 1872; *Falla...* Pres. Sant'Ana, 1880, pp. 25–26; *Falla...* Pres. Gonçalves Chaves, 1884, pp. 63–64; *Relatório...* Pres. Souza Magalhães, 1887, pp. 32–34. Methodology: see Table 3 and text above.

Contingency analysis shows that neither mining nor coffee culture can explain the pattern of the slave trade in this period. The *municípios* were classified as importers or exporters of slaves, on the one hand, and as mining or nonmining, on the other. Three different definitions of a “mining” *município* were tried: those with gold *lavras* in operation in 1814, those with slaves employed in mining in 1873, and those with anyone employed in mining in 1873. The resulting contingency coefficients were, respectively, 0.25, 0.14, and 0.18. Classifying the *municípios* as coffee or noncoffee producers versus importers or exporters of slaves yields a contingency coefficient of 0.19. The aggregation of the net transfers of the *municípios* shows that the province as a whole was a very slight net importer of bondsmen in this period. This result is consistent with another body of evidence available for those years: the *município* entry-exit records. After the slave *matrícula* of 1873, it was required by law that alterations in the slave population, due to death, manumission, or change of residence, be reported to the authorities. According to these records, between September 1873 and June 1881, 64,718 entries and 58,782 exits were reported in the *municípios* of Minas Gerais, leaving a positive balance of 5,936 slaves entering the province in the period. Both entries and exits were known to be underreported, and it is likely that the underreporting of exits was somewhat greater than that of entries. The actual net number imported, therefore, may have been smaller than the one recorded.²⁶ The procedure employed cannot be used to determine the number of slaves imported and exported. It can only yield the net balance of these flows, which is, of course, consistent with an infinity of pairs of quantities imported and exported.

It is thus possible, and indeed highly probable, that the pattern of trade was more roundabout, and the gross involvement of Minas in the interprovincial traffic somewhat heavier, than the net figures suggest. The regions of the province were not economically integrated and the communications between them notoriously poor. In fact, it would have been much more natural for some regions to do most of their trade with other provinces than with other regions of Minas. The São Francisco Valley had had closer commercial ties with Bahia and Pernambuco than with the rest of Minas since colonial times, as did the Paracatu zone with Goiás, and the

26 *Relatório Ministério da Agricultura* (Rio de Janeiro), 1883, p. 10.

Sul with São Paulo and Rio de Janeiro. The Mata, in particular, was strongly connected with Rio de Janeiro. It was linked by rail to the imperial capital from the late 1860s and exported all its coffee and a variety of other commodities to that market.

The claim, made in 1885 by future President Prudente José de Morais, “that half or even more of the slaves in Minas Gerais and São Paulo have been acquired from the North since 1871”, is certainly an enormous exaggeration, but the inflow was large enough to worry the provincial lawmakers. In December 1880, the mineiro legislature, fearing that the excessive concentration of slaves in the Center-South might undermine the commitment of the rest of the empire to the institution, decided to impose severe restrictions on further imports of bondsmen from other provinces.²⁷ Rio de Janeiro and São Paulo enacted similar measures in December 1880 and January 1881. The 1880 law effectively ended the importation of slaves into Minas; no revenue was ever generated from the import duty. The entry-exit records suggest that the province became a slight net exporter of bondsmen; the number exported, however, seems to have been very small. For all practical purposes, the Mineiro slave population became “closed” after 1880.²⁸

Between 1880 and 1884 there was a slight intensification of the intraprovincial slave trade. The coffee zone had been deprived of its external sources of supply, whereas the Paulista and Fluminense markets were closed to the exporting areas. Most of the legal trade now had to take place within the provinces. The entry-exit data indicate that the number of slaves transferred among the Mineiro municípios was on average a little higher than in the previous seven years. The pattern of this trade was not, however, significantly different. The Mata continued to be the leading importer, but, with the exception of the Triângulo, the losses of the exporting regions were small relative to their slave populations. At the level of

27 Conrad. *The Destruction*, p. 131; Provincial Law No. 2716, of Dec. 18, 1880, in *Coleção das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Gerais no ano de 1880* (Ouro Preto, 1881), 47:62–75.

28 Recorded exits from the Mineiro municípios exceeded recorded entries by 717 during the period June 1881 and June 1884. *Relatório Ministério da Agricultura* (Rio de Janeiro), 1885, p. 372.

Table 11a: Minas Gerais: Estimated Net Interregional Transfers of Slaves, 1880–84

Region	Exporting Municípios	Importing Municípios	Net exports of municípios	Net imports of municípios	Net transfer of region
Metalúrgica-Mantiqueira	11	3	7.434	811	-6.623
Mata	1	8	814	16.028	15.214
Sul	9	7	5.558	3.428	-2.130
Oeste	6	2	3.333	190	-3.143
Alto Paranaíba	3	2	424	156	-268
São Francisco-Montes Claros	2	2	505	406	-99
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	3	4	1.446	1.370	-76
Paracatu	0	1	0	9	9
Triângulo	3	0	2.887	0	-2.887
Minas Gerais*	38	29	22.401	22.398	-3

Source: *Recenseamento*, 1872; *Falla...Pres. Sant'Ana*, 1880, pp. 25–26; *Falla...Pres. Gonçalves Chaves*, 1884, pp. 63–64; *Relatório...Pres. Souza Magalhães*, 1887, pp. 32–34. Some of the municípios created during this period were made of parts of different municípios. In those cases, we had to work with clusters of municípios, thus reducing their number to 67.

(*) The net transfers of the municípios do not add to zero because of rounding.

Table 11b: Minas Gerais: Estimated Net Interregional Transfers of Slaves, 1884–86

Region	Exporting Municípios	Importing Municípios	Net exports of municípios	Net imports of municípios	Net transfer of region
Metalúrgica-Mantiqueira	4	10	1.241	1.008	-233
Mata	2	7	1.220	4.132	2.912
Sul	8	8	2.943	2.893	-50
Oeste	2	6	1.181	904	-277
Alto Paranaíba	2	3	209	199	-10
São Francisco-Montes Claros	2	2	66	221	155
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	5	2	2.701	333	-2.368
Paracatu	0	1	0	27	27
Triângulo	2	1	180	23	-157
Minas Gerais*	27	40	9.741	9.740	-1

Source: *Recenseamento*, 1872; *Falla...Pres. Sant'Ana*, 1880, pp. 25–26; *Falla...Pres. Gonçalves Chaves*, 1884, pp. 63–64; *Relatório...Pres. Souza Magalhães*, 1887, pp. 32–34. Some of the municípios created during this period were made of parts of different municípios. In those cases, we had to work with clusters of municípios, thus reducing their number to 67.

(*) The net transfers of the municípios do not add to zero because of rounding.

aggregation used in Table 11, the estimates seem to show a very skewed pattern of trade, with the coffee area siphoning off slaves from nearly all other regions. The analysis at the município level shows, again, that it was more complex than this. The coffee districts resorted to other parts of the province more intensely than before, but so did many non-coffee municípios. Of the twenty-nine net importers of slaves, only nine were coffee municípios; seven were established producers in the Mata, while in two others in the Sul, the industry was incipient. Again, there is no association between being or not being a coffee producer and the sign of the net trade. The contingency coefficient is equal to 0.18.

VI

We have argued that nineteenth-century Minas Gerais cannot be described either as a mining or as a plantation economy. We have shown that both sectors played relatively minor roles in the economic life of the province and that they cannot “explain” the large slave population of Minas. What, then, constituted the provincial economy? What occupied its vast contingent of bondsmen? What were the economic activities of its large free population?

The provincial economy consisted mainly of the cultivation of basic staples and stock raising for local consumption or for sale in the neighboring towns. Small manufacturing, also for local markets, is often mentioned. In very few instances the production was directed toward markets located outside the province. Among these, besides coffee, the most important was the short-lived boom in the exports of raw cotton in the first two decades of the century. Cattle, hogs, tobacco, and cotton textiles were exported in fairly large quantities during most of the period, but all these industries were primarily home-based, and exports were clearly secondary to internal consumption. Some areas of the province supplied urban markets outside Minas — especially the city of Rio de Janeiro — throughout the century with basic foodstuffs, notably dairy products, pork, and beef; but these exports were of a vent-for-surplus nature and the flows were quite small in comparison with the provincial output of these commodities. Furthermore, the units in which they were produced were what contemporaries called

pequena lavoura. Their technology was extremely backward and their output highly diversified. It often included “colonial” articles traditionally associated with the export plantation, such as sugar and cotton, but in Minas these items were grown almost exclusively for local consumption. The Mineiro fazendas, although frequently large land holdings, sometimes with large numbers of slaves, were not grande lavoura, or plantations. They lacked most or all of the defining features of a plantation: the concentration on one crop, the factory-like discipline and management, and, above all, the export orientation and mentality.

To contemporary observers, it was clear that Minas was neither an export nor a plantation economy. Louis François de Tollenare, who lived in Brazil from 1816 to 1818, went straight to the point as he observed that

the most interesting province is Minas, which has one million inhabitants, supplies few commodities for the trade, but produces a lot for its internal consumption...It is reckoned that it is not just the extraction of gold that keeps all that people busy, but rather the *pequena lavoura*, which we Europeans despise, with eyes only for sugar, cotton, and coffee among the products of America.”²⁹

For the same period, Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, a French botanist, made the same remarks and explained that it was “not profitable to cultivate corn [as well as sugar and coffee] beyond the quantity required for the consumption of their own households... as long as they have to be transported on mule back”.³⁰ As late as 1875, the provincial deputy Batista Pinto agreed with the explanation advanced by Saint-Hilaire at the beginning of the century. After saying that “Minas is prodigiously fertile... in all municípios coffee, cotton and sugarcane produce bounteously... Nonetheless, we don’t export one single *arroba* of sugar, one single liter of brandy. In fact, we don’t export anything but some coffee from the rich municípios of the Mata, which are in contact with the province of Rio de Janeiro.” He added that the reason was that ‘the cost of

29 Louis François de Tollenare. *Notas Dominicais Tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brazil em 1816, 1817 e 1818* (Salvador, 1956), p. 313.

30 Augusto de Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*, 2 vols. (São Paulo, 1938), II, p. 154.

transportation absorbs the whole price”.³¹ Also in the 1870s, in his description of São José, at the heart of the province, James Wells observed “there is really no exportation of surplus production, as nearly the whole of the produce is locally consumed.”³²

We do not mean to suggest that Minas Gerais did not have a plantation sector — obviously it did, and a large one, for that matter. After all, the province was one of the largest coffee producers of the empire, and this coffee was grown on plantations. The Mineiro coffee plantation was very similar to its Paulista and Fluminense counterparts. They, had about the same size slave labor force, the same number of coffee trees, and used the same technology.³³ Viewed against the background of the entire province, however, the plantation sector of Minas Gerais shows some important differences: unlike those of Rio de Janeiro and São Paulo, it was small in comparison with the provincial economy; it was concentrated in a small area; and, most important of all, it had but a limited impact on the economic life of the rest of the province. Even as the coffee boom reached its apogee, the *fazenda*, the *sítio*, the subsistence *roça*, and the cattle ranch, not the plantation, formed the core and the bulk of the economic life of Minas. Being essentially inconspicuous and leaving few records for posterity, however, this agricultural complex has been ignored by most historians.

Because of the relatively small size of the Mineiro export sector, some commentators of earlier versions of this paper have manifested a skeptical view of the province’s capacity to pay for the large imports of slaves shown by our estimates. One must bear in mind, in the first place, that a particular province or region does not have to produce itself the foreign currency needed to finance its imports. In fact, Minas Gerais might not have had an export sector at all, and still have bought large numbers of slaves in the Rio market, paying for them in *milréis*, as was the case during the entire period in question. To finance these investments, all that was needed was a

31 Provincial Deputy Batista Pinto, quoted by Miguel Costa Filho. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais* (Rio de Janeiro, 1963), p. 216.

32 James W. Wells. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão*, 2 vols. (London, 1887), I, p. 111.

33 See C. F. van Delden Laerne. *Brazil and Java* (London, 1885), chapter on Coffee Planting, esp. pp. 328–329, 334–335.

surplus in the sectors that were importing the slaves — a surplus not necessarily generated by overseas exports.

Besides, it is important to note that, contrary to what could be argued by those who associate the occurrence of slavery with an export-oriented economy, the self-contained nature of the Mineiro economy did not threaten the existence of the large slave system of the province. Quite to the contrary, it was exactly its almost absolute self-sufficiency that permitted the survival of the slave institution in Minas Gerais. If, on the one hand, the province consumed internally most of its production, exporting only a small surplus, on the other, it did not depend on the exterior for much of anything, needing to import only a few items, such as gunpowder, some hardware, wine, salt, and slaves. With such a restrictive composition of imports, it is not surprising that even having the lowest value of per capita exports among all Brazilian regions (as shown in Table 12), its capacity to import was sufficient to maintain and even increase its slave population.

Table 12: Brazil: Value of Exports, per Capita and per Slave, by regions.
Annual averages, 1869–73, in Mil-réis.

	Per capita exports	Index	Exports per slave	Index
Northern Provinces	31.4	56.0	367.5	172.2
Northeastern Provinces	21.2	37.8	204.7	95.9
Southern Provinces	39.7	70.8	306.8	143.8
São Paulo, Rio de Janeiro, and Côte	56.1	100.0	213.4	100.0
Minas Gerais	8.5	15.1	46.8	21.9
Coffee Zone	39.9	71.1	133.8	62.7
Rest of the Province	4.0	7.1	24.0	11.2

Sources: Minas Gerais: Computed from data in Alvim. “Confrontos e Deduções”, pp. 80–83, and Recenseamento 1872. Other regions: adapted from the estimates in Slenes, “The Demography”, p. 219.

In his description of some fazendas in Itacambira and Montes Claros, Saint-Hilaire observed that they had to buy only salt from the outside.³⁴

³⁴ Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias*, II, p. 286.

Describing the economy of the Upper Rio Grande region in the southern half of the province, he noted that, although more market-oriented than the north, it was still very much self-contained, with only a small part of the output exported, the proceeds being used to pay for the things they could not produce, mainly slaves, salt, and a few manufactures.³⁵ In 1867, Sir Richard Burton described the “typical Mineiro estate” saying that “these fazendas are isolated villages on a small scale. They supply the neighborhood with its simple wants... they import only iron... salt, wine and beer, cigars, butter, porcelain, drugs and other ‘notions’.”³⁶ In the 1870s, James Wells observed that “the little surplus of production of the farm, or the occasional sale of a bullock, affords sufficient means to purchase the few homely necessities that the farm does not produce.”³⁷

“The fazenda is something between a family and a kingdom”, wrote Pierre Denis in the early twentieth century, adding that

it is in Minas that once existed, and perhaps one can still find, those fazendas where a family lives in plenty but without affluence, exporting little, demanding few things from the rest of the world...³⁸ But perhaps the best observation on the province’s remarkable capacity for isolated life was made by Saint-Hilaire when he wrote that “If there is a region that could ever do without the rest of the world, this would certainly be the province of Minas.”³⁹

From the very onset of settlement, Minas Gerais

presented features which contrasted markedly with the plantation and latifundia economy of the littoral. The gold strikes created for the first time hundreds of miles from the coast new markets for products such as brandy and sugar, which until then had only been exported. Very soon the miners themselves had begun to produce

35 Augusto de Saint-Hilaire. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, 2 vols. (São Paulo, 1944), I, pp. 69–81, 89, 116, 118–119, and *idem*. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*, 2nd. ed. (São Paulo, 1938), pp. 68–69, 75, 84, 90–92, 94, 98, 102–104.

36 Burton. *Explorations*, II, pp. 39–40.

37 Wells. *Exploring*, I, pp. 163–165.

38 Pierre Denis. *Le Brésil au XXe siècle* (Paris, 1909), pp. 6–7.

39 Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias*, I, p. 86.

locally certain basic commodities essential to the provisioning of the expanding mining camps.”⁴⁰

The diversification of the regional economy was thus concomitant with the expansion of mining and was, at first, a result of the demand generated in the urban and mining sectors. In some places the establishment of farms and cattle ranches even preceded the mineral discoveries. The crisis of the mining industry, in the third and fourth quarters of the eighteenth century, strongly spurred the diversification process and steered the economy toward an increasing isolation from external markets, as the decline in gold production steadily decreased the capacity to import. The increasingly restricted access to imported goods set in motion an import-substitution process of far-reaching consequences for the Mineiro economy. Activities that had been ancillary to the mining industry became the mainstream of provincial economic life. The process was accompanied by the dispersal of the population throughout the countryside: the main focus of economic activity shifted from the towns and villages to the farms, cattle ranches, and subsistence *roças*, which dotted the vast territory of the province. Toward the end of the eighteenth century, Minas Gerais had become self-sufficient in food production, and it began to export a small surplus, mostly to the urban market of Rio de Janeiro. The import bill of 1818–19 shows that the captaincy did not import any food staple, only a few luxury food items and salt. In the manufacturing sector import substitution was much more limited, yet the production of local substitutes, especially of cotton textiles and iron products, was large enough to worry the metropolitan authorities “that soon the inhabitants of the captaincy would become independent from those [manufactures] of the kingdom.”⁴¹

It is fundamental to realize that the transformation through which the Mineiro economy passed after the apogee of mining was not an interim arrangement, not an intermission for economic soul-searching, *not* a temporary stupor that was ended by the rise of the coffee sector. The main lines of the economic structure that was taking shape by the early 1800s

40 Kenneth R. Maxwell. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808* (Cambridge, 1973), pp. 87–90.

41 Mafalda P. Zemella. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII* (São Paulo, 1951), pp. 255–256.

remained essentially unchanged, or were reinforced, in most parts of the province as the century unfolded. In many of its regions, this structure outlived the empire and persisted well into the present century.⁴² The desperate and often unrealistic attempts of the administration to reintegrate the province in the export trade reflected the “colonial” mentality of the time, and, without exception, resulted in complete failures.⁴³ Minas Gerais remained an overwhelmingly nonexport economy and had the lowest level of per capita exports among all regions of Brazil. The coffee sector provided 69 percent of the Mineiro exports in the period 1850–89, but what this figure actually underscores is the lack of importance of the export sector in the economic life of the province as a whole. The noncoffee portion of Minas, which comprised, in the last decades of the empire, about 96 percent of the territory, 79 percent of the slaves, and more than 80 percent of the free population, generated substantially less than 30 percent of the exports (in nominal values).⁴⁴ The coffee area was from the beginning, and remained throughout the empire, an export-plantation enclave in the province, which had little, if any, impact on the economic structure of the Mineiro heartland.

The behavior of the noncoffee exports is, for this reason, much more representative of the province’s economic reality. The per capita value of those exports was extremely low and declined sharply in real terms throughout the century. In the cases of several commodities, like cheese, hogs, cotton, sugar, pork and bacon, and cotton textiles, the total volume exported decreased, especially after mid-century.⁴⁵

Even though agriculture was the major field of employment of slaves in Minas, they were also used in a variety of other occupations. In some of them, such as cotton textile and iron manufacture, a considerable number

42 For a work emphasizing the diversification of the Mineiro economy during the First Republic, see Amílcar Martins Filho. *A Economia Política do Café com Leite, 1900–1930* (Belo Horizonte, 1981).

43 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 70–81, e segs.

44 Recenseamento, 1872 (Rio de Janeiro); Alvim, “Confrontos e Deduções,” pp. 80–83. Noncoffee exports accounted for 31 percent of the value of all exports during the years 1850 to 1889, but a large part of them came from the coffee region.

45 See Martins. “Growing in Silence.”

Table 13: Minas Gerais: Exports Per Capita, 1819–88. Selected Years.⁴⁶

	Nominal value (Current Milréis)				Real value (Milréis of 1819)			
	1819	1854	1873	1888	1819	1854	1873	1888
Coffee Exports	0.05	2.74	5.73	13.52	0.05	1.01	1.74	2.62
Noncoffee Exports	2.60	2.18	3.49	3.34	2.60	0.93	0.84	0.60
All exports	2.65	4.92	9.22	16.86	2.65	1.94	2.58	3.22

Note: Exports include all goods that left the province, either sent abroad or to other provinces. For the price indexes used to deflate the nominal values, see footnote 46. In terms of United States dollars, per capita exports of coffee increased from 6 cents to 6.21 dollars from 1819 to 1888, while those of noncoffee items decreased from 3.25 to 1.53 dollars in the same period.

Sources: Eschwege, “Notícias e Reflexões,” pp. 748–749; Alvim, “Confrontos e Deduções,” pp. 80–83.

of slaves was employed, many times more than in the mining industry. The large provincial output of cotton was consumed internally. Everywhere in the province cotton cloth and yarn were manufactured at home for domestic and local consumption, and a considerable surplus was exported to the neighboring provinces, where the coarse homespun, known as “Minas cloth,” was appreciated for its strength and durability. In 1827–28, the cotton cloth produced and consumed in Minas was estimated at 5,3 million meters, while another 2,1 million were exported to Rio de Janeiro alone. This gives a provincial output of at least 7,4 million meters,⁴⁷ almost twice the total production of *all* Brazilian textile mills forty years later, in 1866. Slaves were generally employed in the Mineiro textile industry. In 1873, the census recorded 62,873 free persons and 8,031 slaves working in the textile industry in Minas, scattered throughout a large number of parishes. The

46 Coffee exports were deflated by an index of coffee prices computed from data in Alvim. “Confrontos e Deduções,” pp. 80–83. The price index used to deflate noncoffee exports (Fischer’s ideal index) includes tobacco, cattle, hogs, pork, lard, bacon, cheese, cotton cloth, and raw cotton. These commodities accounted for 84.6 percent of the value of noncoffee exports in 1818–19, and for more than 90 percent in the other years. The data used in the index are in the reports of the provincial presidents for 1846, 1869, and 1883, and in Eschwege. “Notícias e Reflexões,” pp. 748–749.

47 Johann Jakob Sturz. *A Review, Financial, Statistical, and Commercial, of the Empire of Brazil and Its Resources* (London, 1837), p. 111.

Mineiro textile labor force represented 49.8 percent of the free and 60.9 percent of the slave textile workers recorded in all Brazil.⁴⁸The iron industry was an activity almost entirely based on slave labor. When Eschwege arrived in Minas in 1811, he noted that a large number of estates had their own shops, where, using the skills of African slaves, iron

Table 14: Minas Gerais, Rio de Janeiro, and São Paulo: Occupational Distribution of the Slave Labor Force, 1872 Census.

	Percentages of the slaves with known occupations		
	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Agriculture	45.4	69.9	68.9
Crafts and manufacturing	10.6	3.7	6.4
Servants and Day Laborers	11.0	12.7	7.1
Domestic Service	32.5	13.4	17.2
Other Occupations	0.6	0.2	0.3
Total	100.0	100.0	100.0

Source: *Recenseamento*, 1872. In Minas Gerais, Rio de Janeiro, and São Paulo. Respectively, 32.0, 30.8, and 21.6 percent of the slave population were registered by the census as “sem profissão.”

was obtained and worked into mining and agricultural tools, horseshoes, and a variety of other items. In the 1810s, owing to the efforts of Eschwege and of the Intendente Câmara (Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá), a period of rapid development was inaugurated in this industry. These men established the first large-scale iron works, which served as models for several smaller ones. In 1815 it was estimated that upward of 70 percent of the iron previously imported was being locally produced.⁴⁹ Another large mill was established in 1831 by Jean de Monlevade in São Miguel de Piracicaba. It was soon producing hoes, axes, knives, domestic utensils, as well as parts for sugar mills, sawmills, and stamp-heads for the Morro

48 Recenseamento, 1872 (Rio de Janeiro), parish tables.

49 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, II, pp. 340–356, 418–949; Iglésias. *Política Econômica*, p. 96; João Dornas Filho. *O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania* (São Paulo, 1957), pp. 152–181; Marcos Carneiro de Mendonça. “A Economia Mineira no Século XIX”. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros* (Belo Horizonte, 1957), p. 133.

Velho mine.⁵⁰ There were 84 ironworks in Central Minas Gerais in 1853, “not counting the numerous small shops,” employing about 2,000 workers, slave and free, and producing more than 2,000 tons of iron per year. The reports of the provincial presidents mention 120 works in 1864, and between 100 and 150 in 1873.⁵¹ Slaves were extensively employed in all the works, large and small. Eschwege initially attempted to employ only free men, but soon turned to slaves, whom he trained and employed in all kinds of jobs, menial as well as skilled. Câmara and Monlevade also used large numbers of them: upon the death of the latter in 1872, his estate included no fewer than 200 bondsmen, many of whom were skilled iron makers. As late as 1883, a professor of the newly founded school of mining engineering reported that most iron makers still relied on slaves.⁵²

The 1872 census provides the only systematic body of data on slave occupations in Minas Gerais, or, indeed, in any Brazilian province. A comparison between Minas and the plantation provinces of Rio de Janeiro and São Paulo shows remarkable differences in the occupational distributions of the slave labor force. The Mineiro distribution reflects clearly the more diversified economic structure of the province. The slaves were not nearly as concentrated in agriculture; and other occupations, like crafts and manufacturing, had a substantially larger share in Minas than in the coffee provinces. The high concentration in domestic service suggests that economic life was more centered around the household and less oriented toward production for the market.

VII

Ulrich B. Phillips once wrote that the plantation system “was less dependent upon slavery than slavery was upon it; and the plantation regime has persisted on a considerable scale... in spite of the destruction of

50 Dornas Filho. *O Ouro das Gerais*, p. 199; Mendonça. “A Economia Mineira,” pp.133–134; Burton. *Explorations*, I, p. 255.

51 Iglésias. *Política Econômica*, pp. 96–97.

52 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, II, pp. 349–358; Dornas Filho. *O Ouro das Gerais*, pp. 208–209; Iglésias. *Política Econômica*, p. 97.

slavery.”⁵³ He was referring specifically to the South of the United States, but identical views have always been widely held with respect to the rest of the New World as well. Most historians have grown so used to the close relationship between forced labor and the plantation system that the simple mention of New World slavery brings to mind the Caribbean factory island, the cotton plantation of the Old South, and the coffee fazenda or the sugar *engenho* of Brazil. On the other hand, the cultivation of cereal crops, stock raising, and manufacturing activities, oriented toward the domestic market, such as those found to prevail in Minas, have frequently been considered incompatible with forced labor. The peculiar slave economy of nineteenth-century Minas Gerais is not a *curiosum*, a perverse or short-lived case in some out-of-the-way place. It was the major slave system of Brazil, and one that survived and expanded in areas where the plantation system never existed. The slaves were employed in a variety of nonplantation jobs, and the nonplantation areas were net importers of bondsmen up to the very eve of abolition. Far from being “eager to see its end”, the Mineiro slaveowners actively clung to the institution: in the 1870s and 1880s, Minas held the dubious honor of having the lowest manumission rates in Brazil.⁵⁴

Why did Minas cling so tenaciously to slavery, for so long? We do not think it was *sui generis*, a perversity that defies explanation. In fact, the Mineiro case challenges only the theory that the export plantation and the slave regime must always have marched hand in hand, and that the latter could not survive without the former.

The survival and growth of a large slave system in Minas Gerais shows that the crucial condition for the existence of slavery was not the production of plantation crops for exportation, but, as Wakefield, Nieboer, Domar, and others have argued, the existence of free land.⁵⁵ There was no

53 Ulrich B. Phillips. *The Slave Economy of the Old South* (Baton Rouge, 1968), p. 245.

54 See Martins. “Growing in Silence.”

55 See E. G. Wakefield. *England and America* (New York, 1967); Karl Marx. *Capital*, 3 vols. (New York, 1967), I; Herman Merivale. *Lectures on Colonization and Colonies* (New York, 1967); H. J. Nieboer. *Slavery as an Industrial System: Ethnological Researches* (The Hague, 1900); Willemina Kloosterboer. *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery* (Leiden, 1960); and Evsey, Domar. “The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis”. *Journal of Economic History* (Wilmington, Del.), 30 (Mar. 1970).

voluntary supply of wage labor in Minas Gerais because the agricultural frontier was wide open and the free peasants had plenty of land from which to obtain an independent subsistence. In this context, a class of nonworking landlords could have survived only by continuing to rely on coerced labor.

Throughout the century there were plenty of people in Minas Gerais, but, to the exasperation of would-be employers, *braços* for hire were chronically in short supply. The free peasants did take on occasional jobs, such as land clearing, or, the more peripatetic ones, the works of cowboy or *tropeiro*; they would not be persuaded, however, to engage themselves permanently to work for others “with constancy and in combination.”⁵⁶ There was no voluntary supply of labor because most lands had not been privately appropriated, or, as Marx put it, the process of primitive accumulation had not been completed. A large portion of the vast provincial territory was then in a state of absolute wilderness. The population was sparse: even in the settled parts of the province in the late nineteenth century, one could travel for days without meeting a soul or seeing a house. A large portion of the land did not have private owners; even in the appropriated parts, ownership was sometimes more nominal than effective, because property rights often were not enforceable.

Land was so plentiful as to be exceedingly cheap in many settled regions. Saint-Hilaire estimated that good lands in the São Francisco Valley cost about one-three hundredth of the price of the same area in the region of Boulogne, in France, which was “famous for its barrenness.”⁵⁷ In the 1870s, Wells reported from northern Minas Gerais, that “land can be obtained here...in almost any quantity and quality, forest, grass or scrub, for a mere bagatelle.”⁵⁸ Beyond the frontier, land was cheaper than that: it was free. Another observer remarked, still from northern Minas, in 1879: “In fact, land has very little value here. The proprietors give it free to the poor peasants for their plantings, and the latter can also obtain as much as they

56 The quotation is from E. G. Wakefield. *A View of the Art of Colonization* (New York, 1969), p. 324.

57 Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias*, II, p. 331–334.

58 Wells. *Exploring*, II, p. 5.

want by clearing the forests.”⁵⁹ As late as 1920, President Arthur da Silva Bernardes described Minas Gerais as a state “short on labor and long on land.”⁶⁰ All a peasant had to do was to move into an unclaimed spot, build his hut, and plant his *roça*.⁶¹ It was practically impossible to prevent squatting, even in appropriated lands. The peasants could be expelled from their plots, but “who is to stop these inhabitants of the forest from going a few leagues farther on, from disappearing into the forest and making their clearing when the fog comes, so that the police won’t see the smoke, and then remaining there two years planting and contenting themselves with their manioc bread?”⁶² In 1845, it was estimated by Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos that 45 percent of the area of the province was held by squatters.⁶³ The open frontier included vast areas not only within Minas, but also in the neighboring provinces, such as Goiás and Mato Grosso.⁶⁴ Every peasant family could take a piece of land, cultivate it, and subsist without having to sell their labor to others. In the absence of some form of coercion, the economy could only, (as its free sector did) collapse into a constellation of family-sized independent units. Nobody — planter, farmer, industrialist, or miner — would have a servant “to make his bed or to fetch him water from the river”, let alone to till his fields from dawn to dusk, day in and day out. “Why would a free man submit to work all year around for a stranger, if he lives in a country...where any land can be cultivated and nobody has to work more than four weeks to obtain his subsistence, without giving up his freedom?”⁶⁵ This statement was made in the 1820s by Eschwege, but the reasoning remained true until the end of the century. In

59 Theodoro P. Sampaio. *O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina* (Salvador, 1938), p. 132.

60 President Arthur Bernardes quoted by Wirth. *Minas Gerais*, p. 16.

61 A good summary of the development of land policies and land-tenure systems in Brazil is found in Warren Dean. “Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil”. *HAHR* 51 (Nov. 1971), pp. 606–625. The author emphasizes the difficulty of enforcing property rights on land.

62 Deputy Manuel Antonio Galvão in 1843, quoted by Dean, “Latifundia”, p. 612.

63 Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, quoted by Iglésias. *Política Econômica*, pp. 66–67.

64 *Relatório...*apresentado pelo Presidente Ferreira Bretas (Ouro Preto), 1870, p. 10.

65 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, II, p. 449.

the 1870s and 1880s, every free peasant still possessed what struck an observer as “a veritable three acres and a cow”. “Everyone, no matter how poor, has somewhere a patch of Indian corn”. This was true even for village dwellers, for among them, too, “almost every household has its *roça*... in the near neighborhood, a pig, and fowls in the yard.”⁶⁶ The peasants were found “destitute of even an iron spoon or fork”, observed James Wells, “or means for purchase; their little labor is expended in raising a few vegetables, fishing, and in building a poor hut...Yet withal, they, are the most independent of all peoples, proud of their right to do nothing, and they do it most effectually.”⁶⁷

Free land, and its implication — the economic independence of the juridically free peasant — explain the continued attachment of the propertied class to slavery. It meant that the slave continued to be the only resource available to all those, planters or others, not willing to earn livings by the sweat of their brows.

66 Wells. *Exploring*, I, pp. 104, 168, 390.

67 *Ibid.*, II, 71.

Comments on “Slavery in a Nonexport Economy”*

I

ROBERT W. SLENES

When submitted to the organizers of an economic history conference in São Paulo, an earlier draft of the Martins' article was rejected on the grounds that it was only of regional, not national, importance.⁶⁸ The criticism could scarcely be less justified, and only, confirms the Martins' assertion that scholars have tended to equate the slave system with the plantation and to neglect the analysis of other economic contexts in which the institution was significant. Without a doubt, the article is of unusual interest for challenging this bias in theory and research. The authors' painstaking and original work in a variety of published primary sources offers new insights and provocative conclusions.

Some of these conclusions I find convincing; others I do not. The Martins' evaluation of the size of the African slave trade to Minas from the late eighteenth to the mid-eighteenth centuries appears to be correct, and it is a major contribution. To be sure, one might question the accuracy of the population data on which they rely. The 1873 census in Minas was characterized by the provincial president as no more than a “trial run” (*ensaio*).⁶⁹ Still, the concurrent 1872–73 *matrícula* (“slave registration”), while yielding a total below that of the census, confirms that the slave population in Minas was very large, greater than that of any other province.⁷⁰ The information for the late eighteenth and early nineteenth centuries is probably

* These Comments were published in the *Hispanic American Historical Review* 63(3), 1983, pp. 569–590.

68 Personal communication from Roberto Martins.

69 Minas Gerais (Province). Relatório [Presidencial], Setp. 9, 1873, p. 13.

70 On the *matrícula* and the other published data for the study of population movements the 1870s and 1880s, see this author's “O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX.” *Estudos Econômicos* (São Paulo) (Mar. 1983).

less reliable. Nonetheless, even if the highest of the figures the Martins cite were only 50 percent of the real population, Minas would have had about the same number of slaves at the beginning of the period under study, as in 1873. Unless slave births equalled or exceeded deaths which is not likely, given the evidence from other areas and periods—this would still imply at least a moderate importation of slaves during the nineteenth century. It would also point to an extraordinary influx of bondsmen during the preceding century, which would pose another problem needing explanation. It is hard to escape the conclusion that Minas was unusual in the nineteenth century, either in the enthusiasm of its free people for slaves, or in the vital rates of its bondsmen.

There is additional evidence, however, that supports the Martins' case. Recent studies of the 1804 slave population of several Mineiro townships, most of them former mining centers, have found that a substantial proportion of bondsmen were Africans. High masculinity ratios among young adults and age pyramids with a small base and an unusual concentration of people in their twenties and thirties were also common — clear evidence of a sizable recent importation of slaves.⁷¹ At the other end of the period under study, the 1872 census data on bondsmen of African origin likewise point to a strong Mineiro part in the slave trade. At that time, 20 percent of African slaves were in Minas, compared to 41 percent in Rio de Janeiro and 9 percent in Sao Paulo.⁷² There is considerable question whether all African slaves were registered as non-Brazilians, but there is no reason to believe that the degree of undercounting varied greatly from province to province. More problematic is that these are data from the summary provincial tables, which, the Martins caution, may contain serious errors of addition. Still, the 1872 information is roughly in accord with other data on the distribution of Africans brought to Brazil in the nineteenth century, which argues in favor of its reliability. According to the census, 87 percent

71 Iraci del Nero da Costa. *Vila Rica: População (1719–1826)* (São Paulo, 1979), and *Populações Mineiras* (São Paulo, 1981); Francisco Vidal Luna. *Minas Gerais: Escravos e Senhores* (São Paulo, 1981).

72 *Recenseamento da População do Imperio do Brazil a que se Procedeu no Dia 1º de Agosto de 1872*, 22 vols. (Rio de Janeiro, 1873–76), provincial data in national tables. Data on African freedmen could not be analyzed at this time; however, the distribution of these people appears to be similar to that of African slaves.

of African slaves were concentrated in the provinces of the Southeast, South, and West. D. Eltis's study of the transatlantic trade indicates that 73 percent of Africans who entered Brazil between 1821 and 1873 landed south of Bahia.⁷³ The higher figure for 1872 is consistent with the especially intense movement of slaves to the Southeast in the late 1830s and 1840s and with the subsequent transfer of many Africans to the coffee areas from the North and Northeast through the internal slave trade. The 1872 data do not support the Martins' conclusion that more Africans were brought to Minas than to Rio; nonetheless, 20 percent of all slaves who entered Brasil between 1819 and 1850 is 219,000, an average of about 7,000 per year, which is in accord with the Martins' middle-range estimates of imports to Minas for this period.⁷⁴

Could the Mineiro economy have paid for so many slaves? The Martins' data on the per capita value of "exports," or goods shipped out of the province (see their Table 13), along with Stanley Stein's series of slave prices in Vassouras, in Rio province, provide a tentative answer to this question. If we calculate the total value of Mineiro exports for 1822, 1836, and 1850, and compare the results with the cost of 7,000 slaves at Vassouras prices in the same years, we find that the bill for bondsmen equals, respectively, 52, 77, and 70 percent of the value of exports.⁷⁵ Slave prices in Minas, of course, would have been higher than in Vassouras because of extra transportation and factor costs. At the same time, however, as I will show later, the data on Mineiro exports are probably underreported. Thus, the percentages I have calculated may not be unreasonable.

73 My calculations from the graphs in D. Eltis. "The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper," in Hery A. Gemery and Jan Hogendorn, eds., *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York, 1979), pp. 272–301.

74 Calculated from a total of 1,096,000, based on estimates by Philip Curtin. *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), p. 234, and Eltis's revision of Curtin's figures for 1821–43.

75 Stanley J. Stein. *Vassouras: A Brazilian Coffee Country* (Cambridge, Mass., 1957) p. 229. Stein's data begin in 1822. I calculated total exports for 1819 and 1854 from per capita exports and total population (estimating the population for 1854 from the census data of 1819 and 1873, assuming a constant rate of growth over this period). I then calculated the export totals for 1822, 1836, and 1850, again assuming an uniform rate of growth.

What this exercise suggests is that it would not have been impossible for Minas to import large numbers of Africans, but that the cost of doing so would have been much higher, relative to the value of exports, than it was in the rest of Brazil. (Recently, Luiz Felipe de Alencastro has estimated that between 1841 and 1849 the cost of slave imports to the whole country equaled about 34 percent of the value of its exports abroad.)⁷⁶ This latter conclusion, however, is consistent with the Martins' portrayal of Minas as a relatively self-sufficient economy. After buying their slaves, Mineiros would have had the wherewithal to import little else.

The Martins, in a sense, have done for Minas what Eltis did for the rest of Brazil outside the southeast. Before Eltis's revision of the estimates of the British Parliamentary Paper of 1845, it appeared that the African trade to Brazil in the nineteenth century was firmly wed to the expansion of coffee culture; after all, the British figures showed that between 1819 and 1843, 85 percent of Africans in ships with destination known landed south of Bahia (all but 1 percent in Rio and São Paulo). Eltis's estimate, cited above, brings this figure down considerably. In sum, Eltis brought about a partial estrangement of the African trade from coffee. Still, it could be argued that those Africans who did not go to Rio and São Paulo went primarily to the sugar-producing areas of the Northeast and North. It remained for the Martins to break the necessary union between the slave trade and the export economy.

Does this case of Minas actually imply this divorce? And if so, does it really confirm the marriage between slavery and free land? The answer to the first question is complicated by the fact that the Martins, at crucial points in their argument, adopt an unusual definition of "export economy". They imply at times that an export economy is one in which a large percentage of workers is directly engaged in the production of items for sale to other economies.

The problem with this definition is especially apparent in their discussion of the 1870s and 1880s. They write that "the role of the coffee industry [in the Mineiro economy] was a relatively minor one, even in the final

76 Luiz Felipe de Alencastro. "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne." *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, 60:244-245 (1976), 396-419.

decades of slavery” — and indeed, their Table 7 seems to confirm this, since it shows that only 5.6 percent of bondsmen in the province worked in coffee production. I have no quibble with the accuracy of the figures in the table, based as they are on data gathered during the 1880s by C. F. Van Delden Laerne, an unusually acute student of the coffee industry.⁷⁷ Nonetheless, it is important to note that Laerne’s productivity estimates for slaves are based on the total number of bondsmen on the plantations he studied, not just the number of fieldworkers. Should the slave muleteers, carpenters, and cooks on these plantations, people who are included in Laerne’s figures, be considered by the Martins as slaves “in coffee”? Of course. But what about the bondsmen of neighboring farmers who do not grow this crop, but who raise hogs, corn, and beans to supply the fazendas and their attendant towns? Clearly, these slaves should also be considered as working “in coffee,” at least in the present context. If we were debating the degree to which properties using slave labor were specialized in the production of coffee, the data in Table 7 would be extremely relevant; the Martins make an important contribution in noting the striking difference in this respect between the Rio de Janeiro coffee region and those of Minas and São Paulo. But the question at issue is a different one: what was the “dynamic center” of the slave economy, the productive activity that determined to a large extent the demand for goods and the employment of bondsmen?⁷⁸

There can be little doubt that coffee culture in the 1870s and 1880s was the dynamic center of the economy of the Zona da Mata, virtually coterminous with the Minas “coffee region.” The Mata in 1873 included 26 percent of Minas slaves, and by the mid-1880s had 35 percent. Let this serve as a plea for characterizing Minas during this period as at least one-fourth to one-third of a coffee province.⁷⁹ In fact, the impact of coffee on

77 C. F. Van Delden Laerne. *Brazil and Java* (London, 1885), pp. 218–223, 328–329, 334–335.

78 “Dynamic center” is Celso Furtado’s phrase; see Furtado. *The Economic Growth of Brazil* (Berkeley, 1971), especially chap. 36.

79 Actually, the Martins raise a false issue here, since historians who call Minas a “coffee province” do so because of its large coffee exports, not because of assumptions about the role of this crop within the Mineiro economy. It is worth noting also that slavery scholars have long been aware of the relative distribution of slaves within Minas; no one suggested that during the nineteenth century slaves were transferred en masse

the provincial economy was considerably more than these percentages suggest, since the combined demand of the coffee areas of Rio, São Paulo, and the Zona da Mata, including their urban centers, must have had an effect on the structure of slave employment in other parts of Minas.

This demand is well documented. The plantation areas consumed Mineiro livestock, cheese, bacon, and other food products, and large amounts of Mineiro cottons for making slave clothing and sacks for transporting coffee.⁸⁰ The city of Rio de Janeiro and its environs, with 266,000 people at mid-century, was also a large market for Minas's exports. Indeed, this was the case even before the coffee boom. Alcir Lenharo has documented the importance of the Sul de Minas as a major supplier of livestock and other foodstuffs to the of Rio in the early nineteenth century. According to this author, many Mineiro ranches in the Sul used slaves in large numbers, and were clearly commercial enterprises, orienting the bulk of their production for the market. Their proprietors developed strong commercial and political ties the Corte, to such an extent that they were the major landed interest group behind the Moderados, the party that rose to power in 1831 upon the abdication of Pedro I.⁸¹ The Sul's production for the urban market may also have been production for export to other countries: between 1840 and 1811, dried hides and other leather products constituted almost a fourth of the capital's exports, by value.⁸² In any case, even at this time the dynamic center of the city's economy, the factor that made it a major market for the Sul's products, was the export trade abroad. Between

from the former mining areas to the coffee zones. Likewise, although Furtado argues that slaves from mining regions were of major importance in providing plantations labor early in the coffee boom, I know of no specialists in slavery who repeat this lapse.

80 See Stein. *Vassouras*, p. 180, on cottons. According to a Vassouras plantation owner in 1852, the fazendas "do not raise hogs but always buy them in large quantities from the Mineiro merchants, in order to prepare the bacon with which they flavor the food of the family and the slaves." (Cartório do Primeiro Ofício de Vassouras, Inventário, 1850 [deceased: Fernando Luiz dos Santos Werneck], fol. 478.) See also Emílio Zaluar's description of trade from Northwestern São Paulo, the Triângulo Mineiro, and beyond to central-western São Paulo, in *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-61)* (São Paulo, 1953), pp. 137-138.

81 Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842* (São Paulo, 1979).

82 José Jobson de A. Arruda. *O Brasil no Comércio Colonial* (São Paulo, 1980), p. 181.

1796 and 1811, well before the coffee boom, the port of Rio accounted for one-third of the value Brazil's exports.⁸³

These considerations, however, would appear to mean nothing in view of the data in the Martins' Table 12 on the value of exports per capita (exports again defined as goods shipped out of a province) in 1869–73. The parts of Minas outside the coffee zone appear to export virtually nothing, relative to the size of their population, when they are compared to other areas in Brazil. I have reservations, however, about the accuracy of these data. First, it appears that the Mineiro estimates are based on official statistics collected at stations on the borders of the province where "export" taxes were charged. The data for the other provinces, however, refer to goods shipped from ports. This difference creates problems for comparison; as the inspector of the Treasury of Bahia noted in 1876, the slave export tax suffers a great reduction in the interior of the province, "since slave dealers headed for Rio and São Paulo could more easily evade the fiscal agents when they travelled by land than when they dispatched bondsmen by sea."⁸⁴ I suspect that Mineiro muleteers carrying goods for Rio and São Paulo were as resourceful as the Bahia slave merchants in avoiding taxes. A second caveat about the data is that they catch Minas at a time when its noncoffee export sector was economically depressed, relative to its level at the beginning of the century. As the Martins, the real value of noncoffee exports, in per capita terms, fell dramatically between 1819 and 1873. Thus, this does not permit generalizations about the Mineiro economy in an earlier period.

The most telling criticism of this table, however, is that it does not directly address the question at issue. Given Minas's large slave population and its apparently very low per capita and per-slave exports the implications of the table seem to be: (1) that the value of the product of the slave sector for consumption in the household or for within Minas was much greater than for export; and (2) that slaves were concentrated largely in activities oriented toward subsistence and internal market. Even if these conclusions were correct, however, it would not necessarily follow that the

83 *Ibid.*, p. 146.

84 Bahia (Province), Relatório [do Inspetor da Tesouraria Provincial], 1876, p. 11. See Lenharo. *As Tropas*, pp. 58–59, on export-tax evasion in Minas in the eighteenth century.

export sector was of little importance, or indeed, that it was not the dynamic center of the Mineiro economy. Once again, what is important in this context is not the percentage of slaves engaged directly in production for export; nor is the crucial issue the value of the export product relative to that of the domestic product. To measure the role of the export sector in the Mineiro economy, we need to be able to trace the linkages between this sector and production for the internal market.

The Martins, for example, show that in 1873 a large number of free people, although relatively few slaves, were employed directly in the Mineiro textile industry. I have some questions about these data: since this was a cottage industry, it is quite possible that many slave women registered in the census as domestic servants were actually full- or part-time seamstresses. In any case, the Martins' own research indicates that cotton exports were responsible for a significant part of the employment of textile workers, particularly of those who produced cloth for the market. This export sector, in turn, had an impact on the internal economy. The people in it needed to eat, and probably purchased at least part of their food. Furthermore, the transportation of cotton goods to the coffee regions gave employment to muleteers, free and slave, who in turn stimulated the domestic market for corn, horseshoes, nails and also cottons. The production of cheese, livestock, and bacon for the coffee areas and their urban centers had similar primary and secondary linkages to the domestic economy, increasing the demand for foodstuffs, hardware, and cottons, and stimulating employment in these sectors and in transportation, which in turn gave an additional impetus to the market for agricultural and manufactured goods. And then there were tertiary linkages; the supplying of the muleteers and hog and cattle drivers in the export sector and the provisioning of the farmers that raised foodstuffs for these workers, created more jobs in transportation, which further stimulated domestic demand.

Without research in local archives, we can only speculate about the linkages and multiplier effects of the export economy in Minas. Whatever the eventual results of this research, however, neither abundant land — undoubtedly important in this case — nor export linkages, nor a vigorous domestic market, nor all of these together, would have been sufficient to explain the dynamics of the Mineiro slave system before 1850. These factors could only, have been responsible for the demand for slaves; and this

demand would not have produced a large influx of bondsmen had it not been for the peculiar characteristics of African supply.

More than 1.5 million Africans entered Brazil between 1801 and 1850; at the extremities of this period the entire Brazilian population was only 3.3 and 7.2 million. During the course of these years, Brazilians bid up the price of bondsmen (or the cost of enslaving Africans increased), but there is every indication that the slave supply curve was relatively “flat” compared to what it was after 1850; that is, even a large increase in demand had a relatively minor effect on slave prices. Brazilian coffee and sugar exports expanded rapidly during the period and contemporary accounts indicate that the return on investments in slave labor in coffee were very large. Profits may have been lower in other activities, but the important thing is that plantation owners, given the conditions of African supply, did not bid all other potential buyers of slaves out of the market. The Martins’ findings are consistent with other peculiarities of Brazilian slavery during the period, as revealed by recent research: the extraordinary concentration of slaves in the Corte at mid-century (about 110,000); the participation of bondsmen in the cattle industry of the northeastern backlands, from which traditional historiography had excluded them; Lenharo’s findings about the use of slaves in the Sul de Minas; and Stuart Schwartz’s conclusion that throughout Brazil the average slaveholding tended to be small, and that slaveownership was widely distributed among the free population.⁸⁵ In short, Brazilians before 1850 faced a situation not only of free land, but also of abundant slave labor, accessible to many people who did not have the capital to be planters. Seen in this context, Minas was not the exception, but the rule.

With the end of the African trade, the supply of bondsmen was suddenly restricted. What apparently had been a national market (with slave prices near the coast virtually everywhere the same) became fragmented into various regional or provincial markets, reflecting local conditions of

85 Mary Karasch. “Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850” (Ph.D. Diss. University of Wisconsin, 1972); Luiz Mott. “Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado do Piauí Colonial: Um Caso de Povoamento Rural Centrífugo”. *Ciência e Cultura*, 30 (1979), pp. 1196–1210; Stuart B. Schwartz. “Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil”. *American Historical Review* 87 (Feb. 1982), pp. 55–86.

slave supply and demand as well as the impingement of conditions elsewhere.⁸⁶ Significant price differentials appeared among markets, and an internal slave trade resulted. Other things being equal, one might expect that this situation of rising prices and the appearance of price differentials were closely tied to the returns that could be made on slave labor. In this case, the transfer of bondsmen would have been out of activities oriented toward the maintenance of the household (subsistence agriculture and domestic service) and into the commercial sector, particularly into those industries that were able to bid the highest for slave labor (presumably, in this case, export agriculture). The large internal slave trade after 1850 directed toward the coffee plantations, and the Martins' data on the growing concentration of slaves in the plantation zones of the Southeast between 1873 and the mid-1880s, are consistent with this expectation. Nonetheless, other things in the slave market were not equal, since local slave supply-and-demand curves were determined not only by the possibilities for the commercial use of bondsmen but also by the availability of free labor as a substitute. As in the United States South, this consideration probably explains in part the more rapid decline of slavery in the Corte and in cities in general, where a free labor market existed, than in rural areas of the

86 Slave price series for the pre-1850 period exist only for Vassouras (Stein, Vassouras, p. 229) and the city of Bahia (Maria José de Souza Andrade. "A Mão de Obra Escrava em Salvador de 1811 a 1860. Um Estudo de História Quantitativa". [M.A. Thesis, Universidade Federal da Bahia, 1975], statistical appendix. I have averaged Andrade's prices for African and Brazilian male and female "moços" to compare with Stein's data.) The two series, however, are virtually identical from the earliest point of comparison in 1822 to the early 1840s, diverging only after that; thus, the change pointed to here may have begun somewhat before the end of the African trade. After 1850, slave prices in Bahia and Pernambuco were quite different from those in the Southeast, responding to changes in sugar prices rather than coffee prices. Pedro Carvalho de Mello and Robert W. Slenes. "Análise Econômica da Escravidão no Brasil", in Paulo Neuhaus, ed. *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica*. (Rio de Janeiro 1980), pp. 99–100. The coincidence of prices before the early 1840s may be explained by the ability of slave merchants to shop freely in the available African markets and sell freely within Brazil, without incurring markedly different transportation costs. Thus, African supply and Brazilian demand summed, respectively, into national supply-and-demand curves. After mid-century, factor and transportation costs often provided a buffer between markets, conserving to a considerable extent their independence. In this respect, Brazil differed from the American South, where regional slave prices, despite the existence of differentials, moved approximately in tandem and responded essentially to cotton prices. See Ulrich B. Phillips. *Life and Labor in the Old South* (Boston, 1991), p. 177.

country, where Wakefield's principles tended to hold sway.⁸⁷ What the Martins argue, in effect, is that in Minas, outside the Mata, the Wakefield factor was so strong that it compensated for the limited possibilities for the commercial use of forced labor and kept the demand for slaves so “inelastic” that large transfers of bondsmen to the coffee regions did not take place.

In support of this argument, the Martins attempt to estimate migration flows into and out of Minas, and also within the province. Their information for the 1850–70 period is sparse, but merits two comments. First, I would not place much confidence in the 1872 census data on the provincial origins of slaves. My research on the manuscript slave *matrícula* lists in Campinas, São Paulo, shows that “out-of-province” slaves were much more common in that município than the census parish tables indicate.⁸⁸ While it is true that few Mineiro slaves were present in Campinas in 1872–73 or were sold in that município in the 1860s and 1870s, the true test of the Martins’ argument will come from local research in the Rio coffee areas, and especially in the Zona da Mata, markets that were closer to the interior of Minas and more likely to have received slaves sold from this region. Second, a small outflow of bondsmen to the coffee areas of Rio during this period would not be unduly surprising, since there were strong limits to the prices that planters were willing to pay for slaves (limits set by relatively worn out land, low coffee prices, and high transportation costs), while at the same time there was a large pool of slave labor not yet engaged in export agriculture close at hand. (Significantly, a majority of the slaves sold in Campinas during the 1860s was from Rio, São Paulo, and the Corte.) I would expect that migration within Minas to the Zona da Mata was substantial during the 1850s and 1860s, but at present there are no data available to test this hypothesis.

87 Claudia Goldin. *Urban Slavery in the South, 1820–1860* (Chicago, 1976), argues that the demand for slave labor was more elastic in North American cities than in the countryside. Gavin Wright. *The Political Economy of the Cotton South: Households, Markets, and Wealth in the Nineteenth Century* (New York, 1978), chap. 9, explains Goldin's results in terms similar to those of Wakefield.

88 The following discussion is based on Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850–1888”. (Ph.D. Diss., Stanford University, 1976). The conclusion regarding slave origins is based on research in progress on a much larger sample of slave *matrícula* lists than that which I analyzed in my dissertation.

It is with respect to the 1870s, however, that the Martins' argument, if correct, would be truly surprising. From the late 1860s on, a rise in coffee prices and the construction of railroads in Rio and São Paulo substantially increased the demand for, and the price of, slaves in the coffee zones. At the same time, the drastic fall of sugar prices in the Northeast, the terrible drought in certain provinces in that region at the end of the 1870s and the decline of the *charque* (beef jerky) industry in Rio Grande do Sul dramatically lowered slave prices in many areas outside the Southeast. The result, in Rio and São Paulo, was a considerable expansion of the slave market and an even larger increase in the trade in bondsmen from other parts of Brazil. The profile of the Campinas market changed radically; a relatively small proportion of slaves sold during the 1870s came from within the Southeast. The weakening of slavery in the Northeast and far South probably kept slave prices in the coffee zones from increasing more than they did, and thus reduced the effect of planter demand on the Mineiro slave market. Still, if the planters were now buying more slaves and paying higher prices for them, and if coffee was expanding rapidly in the Mata and São Paulo, why were the noncoffee regions of Minas not more affected?

A closer look at the Martins' migration estimates for the 1870s (Table 10) suggests that, in fact, the impact on some of these regions was considerable. Elsewhere, I have calculated the net slave transfers of the Brazilian provinces between 1872–73 and 1886–87, using a method similar to that of the Martins. Since the markets of the Southeast became closed in 1880–81, these estimates may be used as approximations of the transfers that took place before the 1880s and may be set beside the Martins' data for the Mineiro regions for the same period. The comparison shows that the areas in Minas that had negative net transfers of slaves were among the largest exporters of bondsmen in the nation. The Metalúrgica-Mantiqueira, the Alto Paranaíba, and Paracatu lost slaves at about the same high rate as the drought-stricken province of Paraíba in the Northeast or the Corte. In absolute terms, the loss of bondsmen from the Metalúrgica-Mantiqueira, the heartland of the former mining regions, was considerably larger than that of any province.⁸⁹ In sum, the Martins have not overturned the view,

89 The provincial estimates are in *Ibid.*, pp. 616–617. Like the Martins' figures, they were obtained using the global intercensal survival method, modified to take into account

common in the literature, that the old mining areas tended to be large net exporters of slaves.

On the other hand, the Martins show convincingly that not just the Mata but several noncoffee regions in Minas were substantial net importers of bondsmen. Indeed, it would appear that by the 1870s there were two “slave systems” in the province, one in disintegration, the other still in expansion. Since abundant land presumably existed in both, we must look to other factors for an explanation for their differences. The Martins apply contingency analysis to their data on migration and conclude that coffee culture cannot provide this explanation. I question, however, whether contingency analysis is the appropriate statistical tool. It treats net migration as a dichotomous variable (population transfers are either positive or negative) and thus gives the same weight to a município importing 2,000 people as to one with a gain of two. In addition, it classifies municípios as coffee growers or non-coffee growers, and as a result is insensitive to all but the most direct involvement of a county in the export economy. The Martins’ own data, in Table 10, show that the Mata, where coffee was the dynamic center of the economy, accounted for 61 percent of the net influx of slaves to regions that gained bondsmen during this period. And what of the remaining 39 percent? While coffee was not grown in significant amounts in the Sul, Oeste, and Triângulo, it was nonetheless expanding rapidly in northwestern São Paulo and reaching lands not far from the borders of these regions. I think it likely that it was the strengthening of traditional linkages with the Paulista coffee zones (or, in the case of the Sul, the

the effects of manumission, for which data existed at the provincial level. Combining my estimates with those of the Martins, the eight geographical units that suffered the largest losses of bondsmen (expressed as a percentage of their 1872–73 slave population) are the following. Ceará (-28.9%), Rio Grande do Norte (-25.1), Alto Paranaíba (-22.0), Corte (-20.0), Paracatu (-19.7), Paraíba (-18.5), Metalúrgica-Mantiqueira (-18.3), Rio Grande do Sul (-13.5). In absolute terms, the largest exporting province was Rio Grande do Sul, which showed a net loss of about 11,200 bondsmen, compared to the Metalúrgica-Mantiqueira's 17,500. It should be noted that after 1880–81, slave migration may have continued within or between regions outside the Southeast. If so, it was most likely directed from provinces that lost a relatively large proportion of their slaves in the 1870s to those that lost a small percentage, or had a net gain; that is, the percentages given here may exaggerate the degree of decline of the large exporting provinces during the 1870s, in which case the Mineiro regions would rank even higher as net losers of bondsmen.

persistence of ties with the national capital)⁹⁰ that accounts for a considerable part of the movement of bondsmen to these regions. This explanation will not do for the case of the Jequitinhonha-Mucuri-Doce. (The Martins' data show that this area was an importer of bondsmen — with a positive net transfer equal to 8.9 percent of its 1873 slave population — not an exporter, as they indicate by mistake in their table.) Still, it may be that linkages with the Bahian sugar economy, which Lenharo notes existed earlier in the century, accounted for migration to this area. In the regions that lost slaves, on the other hand, I suspect that population transfers were caused by the weakening of export linkages: the decline of the Mineiro cottage textile industry, concentrated to a considerable extent in the Metalúrgica-Mantiqueira, and the loss of markets in Rio and São Paulo to the Mata and the other Mineiro regions bordering on these provinces.

This interpretation suggests that Mineiro slavery ultimately was part of the plantation complex. If so, the Minas case would no longer appear paradoxical, but it would not cease to be surprising. Most historians, myself included, have assumed that agricultural enterprises not oriented toward the foreign market were at a strong disadvantage in the competition for slave labor, at least after 1850. The Martins' findings, however, that as late as 1873 most slaves in the São Paulo and Mata plantation zones were not “in coffee”, and that slavery in much of Minas was still an expanding institution, suggest that this model of the slave labor market is too simplistic. I agree with the Martins that one key to resolving the problem is the availability of abundant land and the consequent inexistence of a free labor market, which must have caused nonplanters in Minas and elsewhere to remain attached to slavery longer than they would have otherwise. But this explanation is not sufficient. A second key may be the sharp rise in food prices that occurred throughout Brazil in the 1850s and that, judging from Stein's data, in the Rio zone more or less paralleled the increase in the price of bondsmen.⁹¹ While in the coffee areas this development may have been

90 Lenharo. *As Tropas*, pp. 92–93, cites evidence from the 1860s that suggests that these ties continued.

91 Relative in each case to a base price index of 100 in 1850–51, slave prices in Vassouras in 1860–61 equaled 257, Vassouras retail food prices in the same year equaled 901, and wholesale food prices in the Corte in 1858–59 were 219. Stein. *Vassouras*, un-weighted averages of the indices for foodstuffs on p. 49, and p. 229.

provoked in part by the inflation of slave prices and the more intensive use of plantation slaves in export agriculture that seems to have occurred as a result, it may also have protected masters in the Southeast who used bondsmen to produce for the internal market. A third key may be Gavin Wright's theoretical model of peasant behavior within a context of abundant land and lack of free workers for hire. In this situation, according to Wright, peasants face severe labor constraints to the expansion of their output, and tend, for good economic reasons, to look first to their own subsistence, sending only what exceeds this to the market.⁹² The mechanization of agriculture, combined with good river systems and then railroads, permitted the family farm in the American Middle West to overcome these constraints and produce a large surplus for the cities of the South and East. This did not happen in Brazil, where, if Wright's argument is applicable, most free peasants probably continued for some time after 1850 to produce relatively little for the market. To put this another way, the rise in food prices after 1850 may have been caused primarily by the increase in slave labor costs to the nonpeasant sector that produced food for sale. Thus, not only might the Wakefield hypothesis explain the lack of alternative labor, which gave nonplanters in Brazil a reason to cling to slavery, but also the commercial possibilities that existed for slaveowners in the production of foodstuffs, which I suspect ultimately made this unwillingness to "let go" economically viable.

I have taken issue with the Martins on a number of points. Nonetheless, thanks to their work, the historian's view of nineteenth-century Minas has changed significantly. Whatever the combination in Minas of export linkages, abundant land, and local markets, we are no longer looking at an economy that was stagnant and of no significance to the rest of Brazil. In calling attention to the size and dynamic nature of Mineiro slavery, the Martins complement the research of Karasch, Lenharo, Mott, and Schwartz, and, along with these authors, point to the importance of forced labor in activities not directly oriented toward production for foreign markets. The agenda for future research is clear; to understand Brazilian slavery, and resolve the questions now at issue, we need more local studies and less emphasis on the plantation.

92 Wright. *The Political Economy*, chap. 3.

II

WARREN DEAN

The authors have demonstrated conclusively a very significant historical reality: in the center of the Brazilian empire an immense African slave population persisted for a century following the collapse of an export system based on mining. Up to now, historians have tended to regard Brazilian slavery as an intrinsic part of the export sector and inseparable from it; therefore, we have been avoiding a confrontation with this phenomenon. Martins and Martins Filho have rubbed our noses in it.

As is usual in efforts of historical demolition, even well-aimed ones, the authors in places overstate their case. For them there is “no way” that coffee can be shown to have contributed to the survival of slavery in nineteenth-century Minas, and they counsel us to cease thinking of Minas as a coffee province. Nevertheless, according to their Table 4, it supplied 17 percent of the coffee exports of the three southeastern provinces, an output twice as great as that of the Paulista side of the Paraíba Valley at the time. Although the minimum requirements for tending the coffee groves, as the authors calculate them, represented a small percentage of the provincial slave population (Table 6), nevertheless the slave labor force of the Zona da Mata amounted in 1873 to 26 percent of the provincial total and, even more significant, it held its own in absolute terms, rising to 36 percent of the province’s slave population by the time of abolition. It is clear that even though coffee did not exercise a “leading role” in the growth of the slave population, neither was its role minor.

There is, it must be conceded, a degree of logic behind the conceptual linkage of African slavery and plantation or mining exports, since the Africans could not reproduce themselves as slaves and the continuous fresh levies of African captives had somehow to be paid for in “coin of the realm”. It is difficult to imagine, in political even more than in economic terms, that the export sector would permit profits to be diverted to the nonexporting sector to satisfy its labor demands. Studies of slavery in other plantation economies have generally assumed that when the labor force is imported, what it produces is destined essentially for the export sector. On

the other hand, when the labor force is native, even though it is enslaved, the connection is not as necessary or as exclusive. That is certainly true of Amerindian slavery in Brazil, which was a practice at least as common in colonial times as African slavery, and which, it has been noted, was devoted in considerable degree to tasks involving local markets or mere subsistence.

The authors want to show that the growth of the Mineiro slave population was due, up to 1850, principally to an influx of slaves from Africa via the Rio de Janeiro slave markets. They see no problem in Minas participating in this market, since payment could be made in mil-réis. The authors show that the noncoffee sector had in fact extremely little surplus from its foreign and interregional trade to devote to such a purpose. In reviewing their data, I would guess that in 1850, if the entire proceeds of that surplus had been available to pay for regional imports and had in fact been expended for slaves, including the surplus of free households, then the noncoffee region would have been able to afford to import about 4,000 slaves. But these assumptions are exceedingly unlikely. In any case, the purchase of even a very limited quantity of goods from outside the province — a few boxes of matches, a few pounds of salt and gunpowder, and a bottle or two of medicine-by each free person in the noncoffee producing region would exhaust that tiny fund of 2 mil-réis (4 shillings 8 pence) per capita.

I would like to suggest that the fact of a growing slave population in Minas can be better explained if the authors would abandon their assumption of excessive mortality rates. It seems more likely, under the conditions they set forth, that, while the slave population of the coffee-producing Zona da Mata grew principally through importation, the slave population of the noncoffee region did so through natural increase. The free population of nineteenth-century Brazil seems to have grown at about 1.5 percent a year, excluding immigration. If the slave population of the noncoffee region grew at a rate somewhat lower than that, the assumption of slave imports is obviated. This hypothesis coincides with some of the authors' own arguments. They imply that the elimination of the import of slaves would have in itself reduced slave mortality rates locally and that the decline of the mining industry reduced the harshness of the work regime. Slave owners outside the export sector may have had a different attitude toward the

survival of their own slave work force when confronted by the rise in slave prices, of which, according to the authors, they constantly complained.

The authors' explanation for the phenomenon seems disappointingly abstract and incomplete. It is incomplete because it does not make explicit Wakefield's presumption of an aristocratic ruling class, which wishes to install itself in the countryside and enjoy a lordly style of consumption without itself undertaking any productive tasks. Wakefield was promoting an immigration-scheme to Australia that was designed to permit an émigré English would-be aristocracy to realize its ambitions at the cost of a transported, oppressible working class. He regarded slavery as a perversion of the proper role of the lower class but thought it inevitable where land was free. He sought to avoid this outcome by artificially elevating land prices. His theory, therefore, was only partly about land; it was also about class relations. His scheme failed in Australia, after all, because of the uncooperativeness of the transportees and the embourgeoisement of the would-be aristocrats.

In Brazil that process of transformation seems to have been quite incomplete, but land was certainly not free, at least not to the lower class. The ruling class set up a system of land titles that restricted ownership to its members or to those whom they wished to favor. Those who preferred squatting on land they could not hope to claim, as opposed to accepting the status of a peon on someone else's property, were utterly marginalized — socially, economically, and physically. The concept of “free land” is excessively abstract in another sense as well. It does not encompass the reality of an agricultural regime that devastated soil resources with astonishing speed. Squatting did not provide a smallholding class with independence and a patrimony; it was as itinerant and miserable as the contraband gold panning that persisted in the region. Most of Minas was converted from primeval forest to scrub grassland so unproductive that one finds barely ten cows to the square kilometer, and in a very brief period of time. Outside of the Zona da Mata and the Sul de Minas, furthermore; forested land suitable for slash-and-burn agriculture was limited. The noncoffee region was originally savanna.

Despite these complaints, I wish to make clear that I consider this article both valid and useful. Slavery in nineteenth-century Minas Gerais was

surely unlike that of the coastal areas. We are all greatly indebted to the authors for setting this before us, and I look forward to the result of their further researches into the history of the economy and society of the Brazilian heartland.

III

STANLEY ENGERMAN
EUGENE D. GENOVESE

The authors of this stimulating article raise several important questions about the use of slave labor in Minas Gerais, and they offer challenging, if challengeable, hypotheses about the theoretical context in which their questions and their impressive empirical work should be understood. We wish briefly to comment upon their specific descriptions of the uses of slave labor in Minas Gerais and then upon the theoretical implications.

The authors make a significant observation about the slave-based economy of Minas Gerais: it was divided regionally into an export-oriented coffee zone that included about one-quarter of the provincial slave population in 1873, and a larger zone in which the slaves worked in a diversified economy that produced little for overseas markets. For each zone they raise important questions, which require discrete attention since they are of a different order.

The authors present estimates, based on the “labor coefficient per unit of coffee produced” of the “estimated slave labor in coffee culture” (Table 6), and then claim that even as late as the 1870s and 1880s coffee represents only a relatively small amount of the slave population and its labor input. In general, such estimates significantly understate the actual use of labor and its time in production.⁹³ More to the point, it is necessary to

93 For the use of such a procedure for the antebellum South, which leads to rather low estimates of labor input from slaves, see Forrest McDonald and Grady McWhiney. “The South from Self-Sufficiency to Peonage: An Interpretation”. *American Historical Review*, 85 (Dec. 1980), pp. 1095–1118, and the discussion in the “*AHR Forum*” by Stanley L. Engerman, *ibid.*, pp. 1159–1161.

distinguish production of the export crop from the full range of agricultural production on the slave plantation, including foodstuffs for slave consumption.⁹⁴ The presence of various skilled and domestic workers on these plantations compels us to make allowance for the share of the slave population doing these specific forms of labor. It is also necessary to distinguish between full hands and those capable of producing only a fraction of “full” production, as well as the children and superannuated slaves on the plantations. Once allowance has been made for all of these, the probable share of slaves in the coffee zone who lived on plantations seems remarkably high in comparison even with the cotton belt of the United States. Thus, for the coffee-producing area in the Zona da Mata, the authors remind us that the slave population produced considerably more than just the export crop, and that slave labor produced a broad range of agricultural and other products. Since the authors suggest that these plantations produced their own food, the importance of slave plantations here seems comparable to what they regard as the standard version of the nature of slave economies. If, however, they do not mean to suggest that the plantations were producing their own food, then we must ask whether food came from the free farms in the region or from slave production elsewhere in the province.

For the noncoffee zone the calculations are especially intriguing and provocative since there are no obvious export crops to explain the continued importance of slavery. Apparently, there was some export of foodstuffs to Rio and to the coffee-producing region, some sale of textiles, and some local sale of sugar and other plantation crops, but in general the authors argue that the region was autarkic.⁹⁵ While in some respects puzzling, this

94 Thus, for example, it is estimated that on southern cotton plantations, only about one third of the labor time went for cotton production, with the remainder accounted for by care of livestock and the production of corn and other foodstuffs, plus various other skilled and domestic labor chores. See Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross: Evidence and Methods* (Boston, 1974), pp. 92–93.

95 As nonspecialists, we are puzzled by one implication of Table 14, in which for Minas Gerais the share of the 1872 slave labor force with known occupations in agriculture is given as 45.4 percent, with 32.5 percent in domestic service. If so, this large domestic servant component would seem to point to a particular use of slave labor there. Yet in works of other scholars the share of the Minas Gerais slave labor force in agriculture is considerably higher. While showing the same percentage as the authors for the other two provinces listed in Table 14, Merrick and Graham place the percentage of the Minas Gerais slave labor force in agriculture at 85 percent; Thomas W. Merrick and Douglas

economic condition seems to us less exceptional than the authors think. In 1860, Virginia still had more slaves than any other state. Although it had some regional concentration in tobacco production, in many respects it resembled the noncoffee parts of Minas Gerais: small units and few exports. And although Virginia may have been exporting some foodstuffs, including some wheat, as well as exporting slaves to the Lower South, someone who looked at Virginia — as well as at Kentucky and North Carolina — in isolation might have been puzzled about the role of slavery and the reasons for its long persistence and survival. That someone might then have asked whether Virginia could have maintained slavery in the face of a rising tide of northern opposition or, more to the point, whether the survival of slavery did not depend upon the extent of its integration into a larger export-based economy of slave-produced commodities.⁹⁶ Certainly, the authors' data on the absence of slave exports from Minas Gerais introduce an important variation from the Virginia case, but we fail to see that that absence can carry the weight of the theoretical assertions the authors make.

The large number of slaves in the noncoffee area of Minas Gerais poses additional questions. What was the size of the units on which slaves worked? Were they family-sized units or larger, even if not generally large enough to qualify as plantations? Did they produce the same commodities as were being produced by free farmers? The authors point out that free land makes slaveownership desirable, but in the absence of any scale effects, slavery need not be the outcome of such a condition. In the northern United States, for example, free land led to an outcome radically different from that which developed in the southern states.

Such questions lead us to confront the authors, primary theoretical argument, which we find unacceptable. Nothing in this paper refutes the

H. Graham. *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the Present* (Baltimore, 1979), p. 73. See also Robert Conrad. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888* (Berkeley, 1972), p. 300. Although these higher estimates for the share in agriculture would not change the important points raised by Martins Filho and Martins, it would be helpful to clear up this discrepancy.

96 For data that show that even in the sugar-growing regions of Brazil there were many small slaveholding units linked into the export economy, see Stuart B. Schwartz. "Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil". *American Historical Review*, 87 (Feb. 1982), pp. 55–86.

widely accepted thesis that, in the authors, paraphrase, “the existence of the export-oriented plantation” has constituted “a sine e qua non for the feasibility and survival of slavery as a labor system”. Rather, the authors have demonstrated that the thesis against which they argue must be understood in a broader context than is generally provided. In trying to move from that valuable demonstration to their extreme conclusion, they fall, literally, as well as figuratively, into a provincialism unworthy of the sophistication they normally display.

They write: “The Mineiro case challenges only the theory that the export plantation and the slave regime must have always marched hand in hand, and that the latter could not survive without the former.” Challenges, yes. Qualifies, yes. Refutes, no. They do prove — at least to the satisfaction of those of us who are unprepared to go behind their data that the provincial economy rested, for the most part, on subsistence production and local markets; that it nonetheless exhibited a steady demand for slave labor; and that free land and an untamed peasantry made possible a slave system largely outside the world market. They do not begin to prove — and we have every reason to doubt that they could — that this provincial slave system could have long survived the absence of a world market for plantation staples.

For their demonstration of the dependence of the system on the African slave trade demonstrates, *pari passu*, that the economy of Minas Gerais, however autarkic, must be analyzed within the context of Brazilian society as a whole. The very supply of slaves, which they acknowledge as vital to the provincial economy, would have been unthinkable without the export-oriented plantation system in the other provinces. Possibly, economics alone would have sufficed to undermine the provincial slave system. What, for example, would the price schedule for slaves have looked like if Brazilian slavery as a whole had had the characteristics of the economy of Minas Gerais? And if, as the authors plausibly argue, the slaveholders of Minas Gerais could pay for slave imports in mil-réis, did not their ability to do so depend upon a convertibility into international currencies that were available primarily through the returns in the export sector? Although it is correct that foreign exchange need not have been generated from foreign exports to enable the Minas Gerais slaveowners to purchase

slaves and various commodities, funds must have been obtained either from sales in Brazil or from sales to local residents who might have been tied into larger markets. For, if not, there must have been a withdrawal of wealth previously acquired by the slaveholders. Thus, the issue of sources of funds and their possible international implications remains. And since Brazilian slave prices remained high through 1880, the issue of what the slaves produced and if (and where) slave-produced commodities were sold also remains, at least if we are to understand the behavior and economic fortunes of the slaveowner. If the authors wish to contest the probable effects of economic counterfactuals, let them try a different kind of counterfactual: do they wish us to believe that the continuation of such a system would have been politically possible and socially and ideologically acceptable if much of the rest of Brazil had not been commanded by slaveholders?

Since the authors invoke Marx, they might do well to ponder the striking insight he offers in the *Grundrisse*:

*Negro slavery — a purely industrial slavery — which is, besides, incompatible with the development of bourgeois society and disappears with it, presupposes wage labor, and if other, free states with wage labor did not exist alongside it, if, instead the Negro states were isolated, then all the social conditions there would immediately turn into pre-civilized forms.*⁹⁷

The “pre-civilized forms” to which Marx refers undoubtedly include a pronounced relapse into natural economy. The description and analysis of the economy of Minas Gerais presented by the authors offer an analogy to and, more important, an enrichment of Marx’s insight. The world market, or, more precisely, the bourgeois who commanded it, generated the modern slave systems. A total collapse of that market would have propelled the slaveholders of the New World toward some form of natural economy and, probably, toward more appropriate means of organizing and coercing labor. In that vital sense, slavery, and even such pronounced slave societies as that of the southern states of the North American Union, always remained enmeshed in the capitalist mode of production and could not

97 Karl Marx. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy* (New York. 1973), p. 224. (Emphasis in original.)

generate an alternate slave mode of production reminiscent of that of the ancient world. The authors have demonstrated not that a slave system could exist without the world market, but that a slave system — in this case that of Brazil as a whole, which did depend upon the world market — could extrude and sustain economic subsystems based upon slavery and yet isolated from the market sector.

And, in the end, the authors themselves waver and argue that the landlords had to rely on “coerced labor”. Very well. But coerced labor need not be slave labor, which has, in fact, had a restricted, if occasionally epoch-making life. Indeed, at the very moment that the demand for colonial staples in western Europe was generating a vast new system of slavery in the New World, it was encouraging the second serfdom in eastern Europe. From late Roman to modern times, coercion under conditions of local and largely noncommodity production has taken forms other than slavery, which historically, in the ancient world as well as the modern, has accompanied commodity production for distant markets. Serfdom and a wide variety of dependency relations have proven much more adaptable than slavery to the kind of conditions portrayed here for Minas Gerais.

Since the survival of slavery in Minas Gerais depended upon the survival of slavery in the plantation-export sector of the wider Brazilian economy, and since the specific conditions of the provincial economy might have been expected to generate nonslave forms of labor coercion, a different question arises: why did slavery persist instead of giving way to the alternatives that proved more attractive to lords and laborers alike in other historical periods and in other parts of the world? The answer to that question will have to come from specialists like the authors and from fresh empirical investigations, but that answer may well lie more in the juro-political than in the economic realm.

In the old sugar-producing areas of the Northeast slave and seigneurial relations had long coexisted, so that the transition from one form of coerced labor to another did not directly challenge the power of the *senhores de engenho*. If, however, the legal and political conditions in Minas Gerais were, as the authors appear to suggest, less than favorable to the propertied classes, then their insistence upon direct ownership of the labor force presents no special problem.

And at that, another gnawing question remains: what kind of slavery existed in the heartland of Minas Gerais? Let us grant that, in some essential and brutal respects, slavery was slavery — that the vast effects, psychological and ideological as well as political and economic, of one man's ability to own another's body took a similar toll everywhere. Yet, in daily practice, in contradistinction to legal theory and even ultimate legal practice, history reveals many instances in which formal slavery passed into some form of serfdom slowly and almost imperceptibly over time. When the authors quote Saint-Hilaire and Burton as testifying to “family” — it would have been more accurate to say “household” — and “village”, they raise suspicions about the actual character of social relations. We do not mean that slavery, even in a fully commercialized plantation system, cannot profitably be viewed as a “household” — it can be⁹⁸ — but that the sense of “household” invoked here is of a special order and, therefore, is properly linked to “village”. For what the authors of this paper so tantalizingly offer conjures up nothing so much as the society of Europe during the long transition from slavery to serfdom. The society of Minas Gerais may look different when we have detailed studies of its social relations.

We trust that, in making these criticisms and in suggesting some questions for further study, we have made clear our conviction that the paper substantially advances our understanding of the complexity of modern slavery and provides a strong basis for the further work that seems necessary.

98 See Elizabeth Fox-Genovese. “Antebellum Southern Households. A New Perspective on Familiar Questions” (forthcoming). If, as we believe, the perspective advanced in this article proves unusually fruitful for an understanding of North American slavery, it should do no less for an understanding of Brazilian.

Slavery in a Nonexport Economy: A Reply*

Roberto B. Martins
Amilcar Martins Filho

While agreeing with main thrust of our article – that nineteenth-century Minas Gerais, with a large and expanding slave system not identified with the export plantation, constitutes a highly unusual case in the history of modern slavery – Professors Slenes, Dean, Engerman, and Genovese offer a number of penetrating comments that invite a response. We will, in our reply, focus only on those aspects we consider most important to our conclusions, leaving unanswered, for the time being, several relevant questions raised by them.⁹⁹

Our findings regarding the slave trade to Minas have convinced Slenes, who also indicates that the Mineiro exports could have paid for the imports of bondsmen. He questions, however, the accuracy of the underlying population data. In the opinion of a leading Brazilian demographer, “the inquiry of 1872 was a true census, conducted in a systematic and uniform manner... over the entire territory of the empire.”¹⁰⁰ The 1819 estimate was based on church records and is generally regarded as the best available

* This Reply was written in 1983, and published in the *Hispanic American Historical Review* 64(1), 1984, pp. 135–146.

99 We refer the interested reader to Roberto B. Martins. “Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil.” (Ph. D. Diss., Vanderbilt University, 1980), for some of these answers as well as for additional evidence on the issues being debated.

100 Giorgio Mortara. “Demographic Studies in Brazil”, in P. M. Hauser and O. D. Duncan, eds. *The Study of Population* (Chicago, 1959), pp. 235–236. In spite of the quality of its data, the 1872 census contains large errors in the summation of the parish figures to get the provincial totals. Our work is based on the correct sums of the parish data, while Conrad, Klein, Merrick and Graham, and others used the distorted provincial tables. A thorough revision of this census is under way at Cedeplar/UFGM, by Roberto B. Martins, Clotilde A. Paiva, and Maria do Carmo S. Martins, and a corrected version will be available in 1984.

for that time – almost a true census, according to Souza e Silva, a nineteenth-century expert. We know of six other estimates of the Mineiro slave population for this early period: four of them yield net imports within 2 percent of ours; the other two result in figures that are only 6 and 14 percents lower, respectively.¹⁰¹

Warren Dean objects to our finding of slave imports by the nonexport areas and suggests that “while the slave population of the coffee-producing Zona da Mata grew principally through importation, the slave population of the noncoffee region did so through natural increase.” That would have been the case only if the noncoffee slave contingent had had a rate of internal growth of about 1.39 percent a year for several decades. Since they were manumissions, its rate of natural increase had to be somewhat higher than that, practically identical to that of the Brazilian free population and well above those of all western European countries in the mid-1800s.¹⁰² This is a question to be settled on empirical grounds, and much more research is needed. We can affirm, however, that Dean’s thesis contradicts all contemporary opinion and all known evidence. The rate of natural growth of the Brazilian slave population from 1819 to 1872 was lower than - 0.9 percent per year. For Minas Gerais this rate was estimated at -2.67 percent per year, by W. L. von Eschwege, circa 1820, before the rise of the coffee industry.¹⁰³ However crude this estimate may be, it suggests that a shift to a highly positive rate in the following decades would imply such a gigantic demographic transition that we find it hard to believe.

101 Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de Cada Província de Per Se Tentados desde os Tempos Coloniaes até Hoje* (Rio de Janeiro, 1870). See also, F. J. Oliveira Vianna. “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil,” in *Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil Realizado em 1.º de Setembro de 1920* (Rio de Janeiro, 1922–29), pp. 404–495. For the other early century estimates, see Martins. “Growing in Silence,” Appendix A.

102 The rate of 1.39 was computed assuming that the slaves not employed in coffee were 168,543 in 1819 and 354,688 in 1873. The Western European rates are in Simon Kuznets. *Modern Economic Growth* (New Haven, 1966), pp. 42–44.

103 For a discussion of this issue, see Roberto B. Martins. “Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora” *Estudos Econômicos* 13 (1983), pp. 181–209, and Martins. “Growing in Silence”, pp. 171–178.

There is consensus among the commentators that the growth of the Mineiro slave population cannot be explained by the direct labor demand of the only plantation sector of the province, the coffee industry. Indeed, the evidence on this point is overwhelming. The dynamic labor requirements of the coffee plantation sector (the annual increase in the number of slaves needed, considering the growth of the output and a generous allowance for replacements) increased from the annual average of 105 slaves in 1819–30, to 285 in 1831–40, 661 in 1841–50, 1,142 in 1851–60, and 2,324 in 1861–73.¹⁰⁴ The underlying productivity coefficient is based on the total number of slaves, of both sexes and all ages, existing at the 153 Mineiro coffee plantations of Laerne's sample. That means, as shown below, that these labor requirements include not only fieldwork in coffee, but also harvesting and processing the crop, the production of food and some manufactures for the plantation population, domestic labor, fazenda maintenance, and probably the production of a surplus of several food staples. To account for the transportation of the crop to the seaport, using the extreme assumption that all muleteers were slaves, we have to add 20 percent to the labor requirements in the period up to 1860 and 10 percent in the years after that date. Land clearing and the planting of new coffee groves were not performed by slaves.

Recalling that Minas Gerais imported, in net terms, the annual average of 6,897 slaves in 1819–73, we see that the coffee sector was directly responsible for only 1.8 percent of the slave imports in 1819–30, 4.9 percent in 1831–40, 10.7 percent in 1841–50, 19.9 percent in 1851–60, and 37.0 percent in 1861–73. For the entire period 1861–73 the importation of slaves for the coffee industry represents 15.9 percent of the provincial total and was certainly negligible in the years 1801–18, during which the province imported some 61,000 bondsmen. We can conclude, therefore, that the labor demand generated directly by the coffee sector does not explain

104 The duration of slaves in the field has been estimated from seven to fifteen years. We assumed that one-seventh of all plantation slaves had to be replaced every year. The number of *new* slaves needed in year t was then estimated as $R_t - .86R_{t-1}$ (where R_t is the labor required in year t). The labor requirements for transportation were drastically reduced by the opening of the União e Indústria highway in 1861 and the arrival of the railroad tracks to the coffee zone in 1869. The estimations of R_t and of the transportation requirements are found in Martins. *Growing in Silence*, pp. 120–146.

more than 13.7 percent of the Mineiro imports of slaves during the first seven decades of the nineteenth century.

Engerman and Genovese are satisfied with our demonstration that “the provincial economy rested, for the most part, on subsistence production and local markets; that it nonetheless exhibited a steady demand for slave labor; and that free land and an untamed peasantry made possible a slave system largely outside the world market”; that is, everything that we set out to prove. What they question is the possibility of survival of such a system, had it not been part of a larger one that was integrated in the world market for plantation staples. They point out that, if it had not been so, the supply of foreign slaves, on which Minas depended critically, would have been “unthinkable” and that the system would have been ideologically and politically infeasible in a milieu hostile to slavery.¹⁰⁵ In short, were it not surrounded by an export-oriented slave system, the Mineiro economy would have collapsed into some sort of natural economy or had to find some other form of coerced labor.

We have not addressed ourselves to this question in the original paper but have no quarrel with their argument. In fact, one should even ask whether such a slave system would have arisen at all if it had not been preceded by a century of slave-based gold and diamond mining. It was the “gold cycle” that implanted the institution in the Mineiro heartland, created a propertied ruling class, as well as the urban concentrations and local markets. In its absence the pace and pattern of settlement would certainly have been entirely different, probably based in family farms and subsistence agriculture, with little or no slave labor at all, along the lines followed by other nonexport areas in Brazil and elsewhere in America. Given the sparseness of the native population, it is difficult to think even of the “hacienda” type of settlement of Spanish America.

Much less appealing is their suggestion that the explanation for the persistence of slavery (as opposed to nonslave forms of labor coercion) in Minas may “lie more in the juro-political than in the economic realm” and, particularly, the comparison they propose with the northeastern transition

105 This last difficulty has nothing to do with the nonexport character of the economy. Even a booming export system like that of São Paulo had to give up slavery when the institution lost its ideological and political support in the rest of the country and in urban areas.

from slave to seigneurial labor relations. The difference between the Northeast (a plantation region) and Minas Gerais (and, for that matter, São Paulo, another plantation area) lies not in the juro-political framework, but rather in the kingdom of the Wakefield-Nieboer-Domar hypothesis.

There are fascinating, though not adequately tapped,¹⁰⁶ indications that by the beginning of last century most agricultural lands in the Northeast had already been appropriated and that a large mass of free landless peasants had come into being. It was this circumstance – the existence of an economically dependent peasantry – that permitted the gradual abandonment of slavery (which started long before abolition) and the development of “seigneurial” labor relations that eventually evolved into a wage system. The process was accelerated in the second half of the century by the occurrence of severe droughts (and the possibility of exporting the slaves to the coffee areas), which, by shrinking the subsistence lands of the *sertão*, sent thousands of migrants to join the labor force of the coastal plantation areas. The comparison between the Northeast and the Center-South reinforces the idea that it is the evolution of the land-labor situation, rather than the presence or absence of the export plantation, that is crucial to the survival or disappearance of the slave system in a given region.

The boldest attempt to rescue the association between large-scale slavery and an export-oriented economy in the Mineiro case comes from Slenes. He begins by questioning our low export figures. Since our data are based on fiscal records, Slenes reminds us of the possibility of smuggling. It seems very unlikely that anything, but a negligible part of the provincial exports could have bypassed the fiscal stations. The Mineiro road system was inherited from the colonial days and was designed to prevent the smuggling of gold and diamonds. Portuguese colonial policy and the rugged topography of the region (particularly along the Fluminense and the Paulista borders) concurred to keep the number of outlets at a minimum and to make it one of the worst transportation systems in the country. It is easy to imagine what a smuggler would have to face, at a time when the main routes were considered almost impassable mountain trails. In the

106 Exceptions to this statement are Peter Eisenberg's *The Sugar Industry of Pernambuco: Modernisation without Change* (Berkeley, 1974) and the works of Jaime Reis.

case of some commodities, like cattle, for instance, a contraband trade was physically impossible.

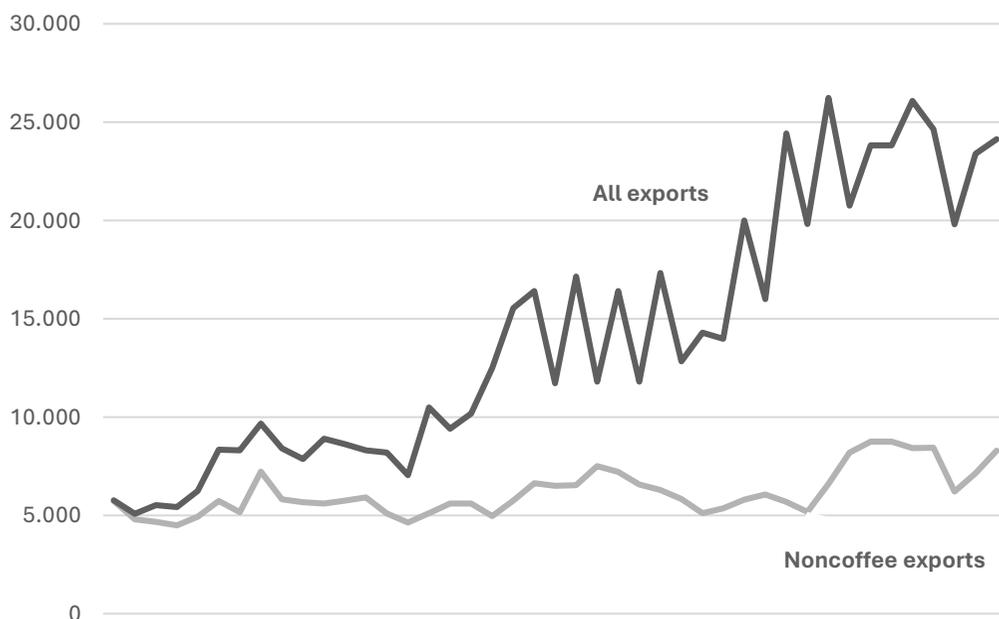
Furthermore, one must keep in mind that *fubá* is not exactly gold dust. The bulk of the Mineiro export trade in the nineteenth century consisted of products of very low value per weight or volume, the smuggling of which would have been uneconomical. The increase in the cost of transportation to bypass the toll stations would easily overcome the value of the tax avoided. We estimated that in 1859, for instance, the maximum profitable detour was 36.2 miles long for cotton cloth; 17.6 for coffee; 10.4 for cheese; 5.8 for bacon and tobacco; 4.1 for rice; 2.2 for beans; 1.2 for corn; and 0.8 for corn flour.¹⁰⁷ This reasoning assumes, of course, that alternative routes existed, that the cost of transportation over them was the same as in the main roads, and that the risk involved had a zero price.

Slenes also suggests that our comparison between Minas Gerais and other Brazilian regions in 1869–73 is misleading because these data “catch Minas at a time when its noncoffee export sector was economically depressed.” There is nothing special about Minas in that period: as a matter of fact, it was chosen because of the availability of the data for the other regions. After the article was written, new research was completed, using Mineiro archival sources. It was possible to retrieve detailed export data for forty-two of the fifty fiscal years from 1839 to 1889 and to construct better series than any previously available.¹⁰⁸

107 We used the cost per ton/kilometer of muleback transportation over the route Rio Claro-Santos, estimated for 1859 by Warren Dean. *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820–1920* (Stanford, 1976), p. 40. There is no reason to believe that this cost was lower in Minas Gerais. The source of the values of the export taxes is found in note 10, *infra*.

108 Roberto B. Martins and Maria do Carmo S. Martins. “As Exportações de Minas Gerais no Século XIX. Versão Preliminar,” paper presented at the first Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina, Sept. 1982).

Figure 1
 Minas Gerais: Real Value of Exports, 1818–1892
 (Thousands of Contos de Réis, at 1860 Prices)



The new data confirm our previous findings. The real value of noncoffee exports¹⁰⁹ remained stagnant during most of the century, oscillating without a trend around its 1818–19 level. Only after the mid-1880s did noncoffee exports show some sustained growth. The bulk of these exports consisted of a few commodities of low labor-intensity-like cattle, hogs, bacon, and cheese, plus cotton cloth and tobacco, all of which were nonplantation goods produced not only by slaves but, also, to a large extent, by free labor.¹¹⁰ The exports of agricultural food staples like rice, beans, corn, corn flour, corn meal, manioc flour, and sugar were trifling.

109 Throughout this article, “Mineiro exports” means all goods shipped out of the province, either for consumption in other provinces or for exportation to foreign markets.

110 The six commodities mentioned accounted for the following percentages of the value of noncoffee exports: 62.1 in 1818–19; 93.0 in 1839–48; 93.4 in 1850–59; 80.6 in 1860–69; 93.9 in 1870–79; and 94.1 in 1880–89. Raw cotton was important during a short period in the early part of the century. Lenharo’s contention, mentioned by Slenes, that “many Mineiro ranches in the Sul used slaves in large numbers” should be confronted with Auguste de Saint-Hilaire’s description of that cattle-producing area, where he

Table 1: Minas Gerais: Real Value of Exports Per Capita, 1818–1889.
Selected years and annual averages, in Réis, at 1860 prices

	All exports	Index	Noncoffee exports	Index
1818–19	9,125	100.0	9,071	100.0
1827–28	6,574	72.0	6,205	68.4
1839–40	5,469	59.9	4,624	51.0
1840s (*)	5,825	63.8	4,430	48.8
1850s (*)	5,927	64.9	4,006	44.2
1860s (*)	6,773	74.2	3,169	34.9
1870s (*)	6,774	74.2	2,805	30.9
1880s (*)	8,629	94.6	2,636	29.0

(*) Annual average.

Source: Roberto B. Martins and Maria do Carmo S. Martins. “As Exportações de Minas Gerais no Século XIX. Versão Preliminar”.

Per capita noncoffee exports decreased steadily, in real terms, as shown in Table 1. The years 1869–73 were not a time of depression in the noncoffee export sector: in spite of a strong long-term downward trend, the average per capita value in this period was higher than in the previous and in the following five-year periods by 6.1 and 36.0 percent, respectively.

In his effort to bring the Mineiro case back on the tracks, Slenes also postulates a regional division of labor, in which the slaves in the coffee sector specialize in the production for the world market, while those not engaged in that activity are responsible for the supply of food and other commodities to the export plantation sector. The employment of slaves in the noncoffee region of Minas would, therefore, be the result of demands generated in the coffee areas of Rio de Janeiro, São Paulo, and the Zona da Mata (including their urban centers). This interpretation, though more roundabout than the simple slavery/export-plantation model, would, nonetheless reestablish the coffee sector (or the world demand for coffee) in its role of engine of growth or “dynamic center” of the entire system.

observed that slaves were few, being outnumbered by free workers by three to one, and that the farmers and their families engaged in all the stages of stock raising, including the production of cheeses and bacon, and the transportation of these commodities, cattle and hogs on the hoof, to the Rio market. See Auguste de Saint-Hilaire. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. (Belo Horizonte, 1974), p. 54.

The trouble with this view is that it lacks empirical support. There is no doubt that almost all Mineiro noncoffee exports went to Rio de Janeiro and, to a much smaller extent, to São Paulo.¹¹¹ Yet, as our export data show, the flow was so small that it could not have played the role proposed by Slenes.¹¹² In the case of the basic agricultural food staples (rice, beans, corn, and manioc flour) the quantities exported were systematically less than one-tenth of one percent of the estimated internal consumption of Minas.¹¹³ In the cases of cattle, hogs, bacon, and coarse cottons this ratio was certainly much higher, but still internal consumption was much larger than exports and, as mentioned above, these are products with a low labor content and not easily identifiable with slave labor.¹¹⁴

Viewed from the Paulista and Fluminense sides the flows of most Mineiro products were not of much importance either, except, perhaps, with respect to coarse cotton cloth and some foodstuffs for the urban market of Rio de Janeiro. Around 1850, for instance, the Mineiro exports of corn, beans, rice, and manioc flour would represent the consumption of these articles by 890, 5,553, 309, and 2,554 persons, respectively. The highest of these numbers, that corresponding to beans, represents 1.2 percent of the combined *slave* population of Rio de Janeiro, São Paulo, and the Corte.¹¹⁵ Of the basic items of the diet of the rural population (slave and free) of those provinces, Mineiro supply may have been of some signifi-

111 A considerable part of the Minas cotton cloth sent to Rio was reexported to the southern provinces. The contemporary observations of Spix and Martius and of Saint Hilaire show that its market reached Rio Grande do Sul and the River Plate area in the early nineteenth century. See Roberto B. Martins. "A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX", working paper, Cedeplar/UFMG, 1982.

112 It would be incorrect to impute all noncoffee exports to the noncoffee region. A considerable, though impossible to determine at present, part of them was produced in the coffee zone.

113 Mineiro internal consumption was estimated using per capita consumption figures for São Paulo in 1836. The sources and the defense of this procedure are in Martins. "Growing in Silence", p. 284.

114 The Mineiro textile sector employed slaves but was also a peasant industry, to a large extent. It exported between one-third and one-fourth of its output. Martins. "A Indústria Têxtil Doméstica".

115 We used the per capita consumption coefficients mentioned in note 15, *supra*. These coefficients are not available for the other relevant products.

cance only in the case of bacon, but even here its importance should not be exaggerated.¹¹⁶

Table 2: Changes in Mineiro Exports of Foodstuffs and Food Prices in Rio de Janeiro and Vassouras, after 1850

Product	Index ¹ of quantity exported in 1856–60	Index ¹ of Rio wholesale price in 1858–59	Index ¹ of Vassouras retail price in 1860–61
Corn	110.4	326	500
Rice	94.0	217	400
Beans	126.8	216	–
Manioc flour	46.5	–	–
Corn flour	106.0	–	–
Cheese	99.8	–	200
Sugar	47.5	212	400
Bacon	96.8	240	444
Hogs	89.1	–	–
Cattle	106.5	–	364 ²

(-) Means data not available

(1) 1851–55 = 100

(2) Index of price of fresh meat

Sources: Quantities exported: Martins and Martins, “As Exportações de Minas Gerais”; prices: Stein, Vassouras, p. 49.

The Fluminense and Paulista coffee plantations were largely self-sufficient in foodstuffs and other inputs, at least, during the first half of the century (the period of fast growth of the Mineiro slave population).¹¹⁷

116 Fresh meat and pork were seldom consumed by slaves or the rural poor. The jerked meat consumed on plantations was imported from Rio Grande do Sul or from abroad. Probably most of the cattle exported from Minas went to urban markets.

117 “Before the early 1890s both large coffee planters and small agriculturists had grown foodstuffs for personal consumption, with the surplus going to the local markets.” Stanley J. Stein. *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850–1890* (New York, 1976), p. 47. “The plantations of Rio Claro were largely self-sufficient in foodstuffs, construction materials, draft animals, and some handcrafts.” Dean. *Rio Claro*, p. 38; see also pp. 39, 64.

After the end of the African slave trade in the early 1850s, there seems to have been a tendency toward specialization in coffee, which brought about sharp increases in food prices in both rural and urban areas.¹¹⁸ More research is needed on this topic, but this alleged trend should be viewed with caution. Writing in 1883, Laerne observed that, in spite of the planters' "violent passion for planting", a slave employed in coffee fieldwork, "besides maintaining the roads and bridges, [had] to attend to the planting of maize, beans, manioc, batatas, in short, all that is needed on a fazenda for the consumption of the workpeople."¹¹⁹

It is also very interesting to note that during the 1850s, while food prices increased by leaps and bounds in the plantation areas and in the city of Rio, the real value of the Mineiro noncoffee exports declined from an index of 100 in 1851–55 to 81.2 in 1856–60. The quantities of basic food staples exported from Minas either increased very slightly or, in most cases, declined in this period.

What about intraprovincial flows of commodities in Minas, from the noncoffee region to the plantations in the Zona de Mata? The sheer smallness of the slave labor force of the coffee sector, for one thing, would prevent the possibility of large such flows. It would seem very odd if the economic *raison d'être* of some 200,000 to 300,000 Mineiro slaves was the production of a surplus with which to support a few thousand bondsmen employed in the export sector. That would have been a truly infeasible economic system.

Furthermore, there is no reason whatsoever to suppose that the coffee plantations of Minas were less self-sufficient than their Paulista and Fluminense counterparts. The opposite seems to have been true. The Soladade plantation near Paraibuna, for instance, grew coffee, corn, rice, sugarcane, and cotton, and had sugar and farinha mills, as well as a distillery. Its two hundred slaves were clothed by the domestic looms, which also

118 Dean. *Rio Claro*, p. 38; Stein. *Vassouras*, pp. 47–48; Sebastião Ferreira Soares. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1977), pp. 132–134.

119 C. F van Delden Laerne. *Brazil and Java: Report on Coffee Culture in America, Asia and Africa* (London, 1885), p. 290.

produced bagging for coffee.¹²⁰ The Zona de Mata as a whole, and many of its plantations, were not just self-sufficient; they also produced an exportable surplus of several commodities besides their main crop.¹²¹

Fazendas outside the coffee region were even more diversified than those within it but were oriented toward subsistence and local markets. The famous Fazenda da Jaguará combined a wide variety of agricultural crops with stock raising, sugar mills, tanneries, cotton weaving, and mining. The production of its five hundred slaves was not exported or sold to the coffee zone but consumed at home and retailed in the neighboring town of Sabará.¹²² In the mid-1870s, James Wells stayed at the Fazenda Mesquita, a small estate that had several slaves and was moderately prosperous. There he noted that

the farming operations cannot be considered as remunerative occupations, they afford just a bare homely subsistence; there is no rent or taxes or wages to pay, and the little surplus production of the farm, or the occasional sale of a bullock, affords sufficient means to purchase the few homely requisites that the farm does not produce, such as a piece of printed calico or sheeting, hats, a few iron kitchen utensils, or to engage a carpenter to repair any damage to the family chariot — the bullock-cart.¹²³

In 1867 the typical Mineiro slave fazenda was described by Sir Richard Burton:

These fazendas are isolated villages on a small scale. They supply the neighborhood with its simple wants, dry beef, pork and lard, flour of manioc and of maize, sugar and spirits, tobacco and oil, coarse cloth and cotton thread; coffee and various teas of Caparosa and orange-leaf. They, import only iron to turn into horse-shoes; salt, wine and beer, cigars, butter, porcelain, drugs, and

120 Francis Castelnau. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*, 2 vols. (São Paulo, 1949), II, pp. 122–123.

121 In the early 1840s, the plantation of Capitão Francisco Leite, for instance, produced large quantities of cheese, sugar, and brandy, besides 11,000 arrobas of coffee per year. George Gardner. *Viagens no Brasil* (São Paulo, 1840s), pp. 447–448.

122 See Martins. “Growing in Silence”, p. 320.

123 James Wells. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil*, 2 vols. (London, 1877), I, pp. 163–165.

other “notions.” There is generally a smithy, a carpenter’s shed, a shoemaker’s shop, a piggery ... and an ample poultry yard.¹²⁴

The linkages from the coffee sector to the rest of the province were further weakened by the Zona da Mata’s proximity and commercial ties with Rio de Janeiro. It was easier for it to obtain the goods it did not produce from the capital’s market than from the Mineiro hinterland. The (slave-based) iron industry is a case in point: it supplied most of the province with horseshoes, agricultural tools, and other iron goods; but southward its market went only as far as Barbacena, where the competition of foreign articles began to be felt.¹²⁵

It is clear that the debate over the slave system of Minas Gerais or, in a broader sense, over the nature of nonplantation slavery is only beginning.¹²⁶ Yet, the comments of these highly respected specialists convinced us that our paper achieved its main goal: to call the attention of students of slavery and of Brazilian history to this important area, the neglect of which has resulted in an enormous lacuna in our understanding of the Brazilian past and of modern slavery. We totally agree with the agenda set forth by them, which asks for more local studies and less emphasis on the plantation and would like to add our own plea for more empirical research and fewer sweeping generalizations.

124 Sir Richard F. Burton. *Explorations of the Highlands of Brazil*, 2 vols. (London, 1869). II, pp. 39–40.

125 See Martins. “Growing in Silence”, p. 312.

126 Regarding the relationship between slavery and the plantation in Brazil, we would call attention to Schwartz’s recent article on the slave-based economy of the Bahian Recôncavo in the late colonial period: the author reaches some conclusions strikingly similar to our own findings about nineteenth-century Minas Gerais. In spite of the fact that the Recôncavo was a major sugar plantation region during that period, Schwartz argues that “aside from the planter class there also existed a broad minority of slaveholders, hundreds of individuals or families with one or two or five slaves, whose investment in slavery was quantitatively small but whose attachment to the institution was no less real. They were the majority of the slaveholders, and they controlled a substantial portion of the slaves”. Moreover, according to Schwartz, the “majority of slaveowners were not active in sugar production but were, instead, involved in other economic activities or in urban settings, which had much lower concentrations of wealth in slaves.” He concludes that, contrary to the prevailing historiography, “by the end of the colonial era, neither Brazil as a whole nor its Bahian Recôncavo was simply a sugar plantation writ large.” See Stuart B. Schwartz. “Patterns of Slave holdings in the Americas: New Evidence from Brazil”. *American Historical Review* 83 (Feb. 1982), pp. 62, 84.

References*

Alencastro, Luiz Felipe de. La traite négrière et l'unité nationale brésilienne. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer* 60 (Paris, 1976).

Alvim, Aristóteles. Confrontos e Deduções. In: *Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1929.

Amaral, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Social Econômico*. 3 vols. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

Andrade, Maria José de Souza. A Mão de Obra Escrava em Salvador de 1811 a 1860. Um Estudo de História Quantitativa. M.A. Thesis, Universidade Federal da Bahia, 1975.

Arruda, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática Editora, 1980.

Boxer, Charles R. *The Golden Age of Brasil, 1695–1750. Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1962.

Brazil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1^o. de Agosto de 1872*. 23 vols. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873–1876.

Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil: with a full account of the gold and diamond mines*. 2 vols. London: Tinsley Brothers, 1869.

Cairnes, John Elliot. *The Slave Power. Its character, career and probable designs*. London: Parker, Son and Bourn, 1862.

* These references include the main article “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited,” as well as the Comments and the Reply. They are not part of the original publication in the *Hispanic American Historical Review*.

Castelnau, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul*. 2 vols. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

Coleção das Leis, Resoluções e Regulamentos da Província de Minas Gerais no ano de 1880. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1881.

Conrad, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888*. Berkeley: University of California Press, 1972.

Costa Filho, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

Costa, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

Costa, Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719–1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979.

Curtin, Philip D. Epidemiology and the Slave Trade. *Political Science Quarterly* 83 (New York, June 1968).

Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

Dean, Warren. Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil. *Hispanic American Historical Review* 51 (Nov. 1971).

Dean, Warren. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Denis, Pierre. *Le Brésil au XX siècle*. Paris: Librairie Armand Colin 1909.

Domar, Evsey. The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis. *Journal of Economic History* 30 (Wilmington, Del., Mar. 1970).

Dornas Filho, João. *O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

Eisenberg, Peter. *The Sugar Industry of Pernambuco. Modernization without Change, 1840–1910*. Berkeley: University of California Press, 1974.

Eltis, David. The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper. In: H. A.

Gemery and J. S. Hogendorn (eds.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.

Eschwege, W. L. von. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro* IV (Belo Horizonte, 1899).

Eschwege, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio em 25 de setembro de 1880 o exm. sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º. vice-presidente da mesma provincia, por ocasião da abertura da 1ª. sessão ordinaria da 23ª. legislatura. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1880.

Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 1ª. sessão da 25ª. legislatura em 1º. de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884.

Ferrand, Paul. *L'Or à Minas Geraes, Brésil*. 2 vols. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894.

Fogel, Robert William and Stanley L. Engerman. *Time on the Cross: Evidence and Methods*. Boston and Toronto: Little, Brown and Company, 1974.

Fox-Genovese, Elizabeth. Antebellum Southern Households. A New Perspective on Familiar Questions, (forthcoming).

Furtado, Celso. *The Economic Growth of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1963.

Gardner, George. *Viagens pelo Brasil. Principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836–1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

Gaston, J. McFaden. *Hunting a Home in Brazil*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867.

Gemery, H. A. and J. S. Hogendorn, eds. *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.

Goldin, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Goulart, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil. das Origens à Extinção do Tráfico*. 3^a. ed. revista. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Henwood, William Jory. Observations on Metalliferous Deposits. *Transactions of the Royal Geological Society of Cornwall*, vol. 8, t. 1 (Penzance, 1871).

Iglésias, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835–1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.

Karasch, Mary Catherine. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850*. Ph.D. Diss. University of Wisconsin, 1972.

Klein, Herbert S. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Kloosterboer, Willemina. *Involuntary Labour since the Abolition of Slavery. A Survey of Compulsory Labour Throughout the World*. Leiden, Netherlands: E. J. Brill, 1960.

Kuznets, Simon. *Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread*. New Haven: Yale University Press, 1966.

Laerne, C. F van Delden. *Brazil and Java: Report on Coffee Culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen and Co. and The Hague: Martinus Nijhoff, 1885.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808–1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Libby, Douglas C. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. M.A. Thesis, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

Luna, Francisco Vidal. *Minas Gerais : escravos e senhores, análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718–1804)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1981.

Martins Filho, Amilcar. *A Economia Política do Café com Leite, 1900–1930*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1981.

Martins, Roberto B. A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX. Working paper, Cedeplar/UFMG, 1982.

Martins, Roberto B. and Maria do Carmo S. Martins. As Exportações de Minas Gerais no Século XIX. Versão Preliminar. Paper presented at the I Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina, Sept. 1982).

Martins, Roberto B. Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil. Ph.D. Diss., Vanderbilt University, 1980.

Martins, Roberto B. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora. São Paulo: *Estudos Econômicos* 13 (1983).

Marx, Karl. *Capital. A Critique of Political Economy*. New York: International Publishers, 1967.

Marx, Karl. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. New York: Vintage Books, 1973.

Mawe, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal: including a voyage to the Rio de la Plata and an historical sketch of the revolution of Buenos Aires*. Philadelphia: M. Carey and Boston: Wells and Lilly, 1816.

Maxwell, Kenneth R. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: At the University Press, 1973.

McDonald, Forrest and Grady McWhiney. The South from Self-Sufficiency to Peonage: An Interpretation. *American Historical Review* 85 (Dec. 1980).

Mello, Pedro Carvalho de and Robert W. Slenes. Análise Econômica da Escravidão no Brasil. In: Paulo Neuhaus (org.) *Economia Brasileira: Uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

Mello, Pedro Carvalho de. The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888. Ph.D. Diss., University of Chicago, 1977.

Mendonça, Marcos Carneiro de. A Economia Mineira no século XIX. In: UFMG: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Editora da UMG, 1957

Merivale, Herman. *Lectures on Colonization and Colonies, delivered before the University of Oxford in 1839, 1840 and 1841* [1841]. rep. New York: Augustus M. Kelley, 1967.

Merrick, Thomas and Douglas Graham. *Population and Economic Development in Brasil, 1800 to the Present*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979.

Morse, Richard M. *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

Mortara, Giorgio. Demographic Studies in Brazil. In: Philip M. Hauser and Otis D. Duncan (eds.) *The Study of Population*. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.

Mott, Luiz. Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado do Piauí Colonial: Um Caso de Povoamento Rural Centrífugo. *Ciência e Cultura* 30. São Paulo, 1978.

Nieboer, H. J. *Slavery as an Industrial System. Ethnological Researches*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1900. reprinted: New York: Burt Franklin, 1971.

Oliveira Vianna, Francisco José. Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil. In: Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1º. de Setembro de 1920*, vol. 1. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1922.

Pedrosa, Manoel Xavier de Vasconcellos. Zona Silenciosa da Historiografia Mineira: A Zona da Mata. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 257. Rio de Janeiro, Oct.-Dec. 1962.

Phillips, Ulrich Bonnell. *Life and Labor in the Old South* [1929]. Boston and Toronto: Little, Brown and Company, 1963.

Phillips, Ulrich Bonnell. *The Slave Economy of the Old South. Selected Essays in Economic and Social History*. ed. by Eugene D. Genovese. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1968.

Relatório apresentado à Assembléa Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, João Ferreira de Moura (1884), publicado em 1885. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

Relatório apresentado à Assembléa Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Henrique Francisco d'Avila (1882), publicado em 1883. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870.

Relatório que ao exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, presidente da província de Minas Geraes, apresentou o exm. sr. dr. Antônio Teixeira de Souza Magalhães, 1º. vice-presidente da província, ao passar-lhe a administração, em 4 de fevereiro de 1887. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1887.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

Sampaio, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Editora Cruzeiro, 1938.

Schwartz, Stuart B. Patterns of Slaveholding in the Americas: New Evidence from Brazil. *American Historical Review* 87 (1). (Feb. 1982).

Silva, Joaquim Norberto de Souza e. Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje. In: Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza. Anexo D, pp. 269–433. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

Singer, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Cia. Editora Nacional e EDUSP, 1968.

Slenes, Robert W. O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Mar. 1983.

Slenes, Robert W. The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850–1888. Ph.D. Diss., Stanford University, 1976.

Soares, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

Spix, Johann Baptist von and C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Stein, Stanley J. *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850–1890*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

Stein, Stanley J. *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850–1890*. New York: Atheneum, 1970.

Sturz, Johann Jakob. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources, together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation*. London: Effingham Wilsson, 1837.

Taunay, Affonso d'Escagnolle. *História do Café no Brasil*. 15 vols. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939–1941.

Tollenare, Louis François de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

U. S. Bureau of the Census. *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1957*. Washington: Government Printing Office, 1960.

Viotti da Costa, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

Wakefield, E. G. *A View of the Art of Colonization, with Present Reference to the British Empire* [1849]. reprinted: New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1969.

Wakefield, E. G. *England and America. A comparison of the social and political state of both nations* [1834]. Reprinted: New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1967.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Wells, James W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão*. 2 vols. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, 1887.

Wirth, John D. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889–1937*. Stanford: Stanford University Press, 1977.

Wright, Gavin. *The Political Economy of the Cotton South: Households, Markets, and Wealth in the Nineteenth Century*. New York: W. W. Norton, 1978.

Zaluar, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860–61)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

Zemella, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. Tese de doutorado. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1951.

A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX*

Roberto B. Martins

No seu conhecido trabalho sobre a formação econômica do Brasil, Celso Furtado afirmou que, no período colonial,

[um] conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno, isto é — com base em seu próprio mercado — da região mineira, foi praticamente nulo. É fácil compreender que a atividade mineratória haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial. É menos fácil explicar, entretanto, que, uma vez estabelecidos os centros urbanos, não se hajam desenvolvido suficientes atividades manufatureiras de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subsequente de dificuldades de importação.¹

Em trabalhos anteriores já mostramos que a ideia de que o apogeu da mineração foi seguido de atrofia econômica generalizada em Minas carece de fundamento. A economia mineira, mesmo na fase ascendente do “ciclo do ouro” apresentou tendência à diversificação, tendência essa que foi acentuada quando sobreveio a crise da mineração. Essa diversificação atingiu tanto a produção agrícola quanto a atividade manufatureira, e se baseava principalmente no mercado interno da região.

* Este artigo foi escrito em 1982 e apresentado no *II Seminário sobre a Economia Mineira*, promovido pelo Cedeplar/UFMG, em Diamantina, 1983.

1 Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, p. 86.

Neste artigo apresentamos um estudo exploratório sobre a indústria têxtil doméstica que se desenvolveu em Minas e que certamente foi uma das atividades manufatureiras mais importantes do Brasil até a metade do século XIX.

O SETOR ALGODOEIRO

O cultivo do algodão em Minas é tão antigo como a própria colonização da região, tendo se iniciado no princípio do século dezoito.² Essa cultura cresceu ininterruptamente e na virada do século já era muito disseminada.

Os primeiros viajantes estrangeiros mencionam o plantio em larga escala em Itabira, Queluz e Carandaí, além de São João del Rei e outras partes da Comarca do Rio das Mortes.³ No vale do São Francisco era cultivado no vasto território de Abaeté até Pirapora e a foz do Rio das Velhas.⁴ A principal área produtora era o termo de Minas Novas, nos vales do Jequitinhonha e do Araçuaí. Fanado, Água Suja, Peçanha, São Domingos, Chapada, Sucuriú, Bom Jardim e São Miguel eram todos produtores de porte.⁵

Existem evidências do emprego de escravos no algodão, mas esta era principalmente uma cultura camponesa. O investimento era mínimo e o trabalho requerido tão pouco que o algodão não interferia com o cultivo de alimentos para subsistência.

Em Minas Novas, Saint-Hilaire observou que “nada custa tão pouco (...) como o plantio do algodão, e nada produz tão bem”. Enquanto cultivava um alqueire de algodão um trabalhador poderia cuidar da mesma área plantada em milho e feijão.⁶ O algodão era, por essas razões, perfeitamente

2 Informação do Barão do Serro, em Branner. *Cotton in the Empire*, p. 65.

3 Saint-Hilaire. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, pp. 186, 207; *Viagem às Províncias*, 1:230, Spix e Martius. *Viagem*, 1:293; Pohl, *Viagem* 1:201–202.

4 Pohl. *Viagem*, 2:256, 259–61, 272, 274, 281.

5 Saint-Hilaire. *Viagem às Províncias*, 1:289, 337–39; 2:16, 90–216; Spix e Martius. *Viagem*, 2:141, 148–50, Pohl. *Viagem*, 2:297–312, 342, 362.

6 Saint-Hilaire. *Viagem às Províncias*, 1:339–40.

adequado como um produto mercantil suplementar numa agricultura camponesa.⁷

Mesmo no pico do *boom* algodoeiro, na região de Minas Novas o algodão era cultivado principalmente por colonos que tinham poucos ou nenhum escravo. Não havia plantadores ricos nessa área. Em todo o termo, em 1812, não existiam mais de mil escravos, que representavam cerca de 4,1 por cento da população.⁸

Mais tarde, Richard Burton observou que em Minas o algodão era uma “lavoura de pobre”.⁹ Nos anos setenta, James Wells anotou que uma das maiores fábricas da província recebia “o algodão bruto, entregue na porta pela gente da vizinhança, que o cultiva em pequenas roças no vizinho vale do Rio das Velhas”.¹⁰

No início do século dezenove Minas Gerais era um grande exportador de algodão e seu produto gozava de alta reputação, por sua qualidade, entre os importadores de Liverpool. Agentes das casas importadoras inglesas costumavam fazer a longa viagem do Rio de Janeiro até Minas Novas para comprar as colheitas *in loco*. O algodão era embrulhado em bruacas de couro e transportado por mulas até o Rio de Janeiro ou, numa proporção bem menor, por via fluvial, através do Jequitinhonha até a Bahia.

Nesse período Minas Novas era a principal região algodoeira do sul do Brasil e fornecia a maior parte do algodão exportado pelo Rio de Janeiro. Esse produto era, de longe, o principal item da pauta de exportação mineira, de cujo valor representava 22 por cento em 1818–19.¹¹

7 Para evidências de que o algodão era principalmente uma cultura camponesa no início do século XIX, veja: Spix e Martius. *Viagem*, 2:166–67; Pohl. *Viagem*, 2:272.342; Saint-Hilaire. *Viagem às Províncias*, 1:350; 2:17, 41, 128, 159, 199, 216. Esses autores também mencionam o emprego de escravos em alguns lugares.

8 Spix e Martius. *Viagem*, 2:166–67.

9 Burton. *Explorations*, 1:106.

10 Wells. *Exploring and Travelling*, 1:214. A respeito de outras partes do Brasil, veja: Braner. *Cotton*, p. 36; Stein. *The Brazilian Cotton Manufacture*, p. 47; Andrade. *A Terra e o Homem*, p. 150–55; e Cunniff. *The Great Drought*.

11 As informações sobre o comércio algodoeiro de Minas, sua importância nas exportações mineiras, as rotas comerciais, etc., são de Spix e Martius. *Viagem*, 1:120, 148;

Tabela 1
 Minas Gerais: Exportações de algodão em rama,
 1819–1888, em toneladas

Ano	tons.	% do Brasil	Ano	tons.	% do Brasil	Ano	tons.	% do Brasil
1819	1.379,9	11,43	1855	4,0	0,03	1873	210,5	0,46
1820	1.034,0	8,56	1857	4,5	0,03	1874	107,1	0,19
1823	1.485,0	11,79	1858	2,7	0,02	1875	73,9	0,17
1828	120,9	0,97	1860	0,7	*	1876	35,3	0,13
1829	105,0	0,78	1861	0,4	*	1877	15,0	0,05
1840	23,1	0,22	1865	502,8	1,98	1878	12,5	0,07
1843	5,0	0,05	1866	679,4	1,59	1879	3,4	0,01
1845	19,1	0,16	1867	323,6	0,82	1880	4,6	0,04
1850	2,4	0,01	1868	387,4	0,93	1881	16,5	0,13
1851	5,0	0,04	1869	400,3	1,02	1882	5,1	0,02
1852	10,7	0,08	1870	531,1	1,23	1883	1,1	*
1853	5,1	0,03	1871	455,6	1,03	1888	0,5	*
1854	3,0	0,02	1872	508,6	0,65			

Fontes: Minas Gerais: 1820: Spix e Martius. *Viagem*, vol. 1, p. 118; 1828: Sturz. *A Review*, p. 111; 1840: *Falla...*pres. Pereira Pinto, 1841, mapa 5. Todos os outros anos: Carvalho. *Notícia Histórica*, pp. 19–20. Brasil: Stein. *The Brazilian Cotton Manufacture*, p. 198.

Notas: O total do Brasil não é disponível para 1819 e 1820. Usamos a média de 1821, 1822 e 1823 para calcular as duas porcentagens. 1828: exportação apenas para o Rio de Janeiro. 1 arroba = 14,69 quilos.

(*) Significa valor positivo mas menor que 0,01.

O *boom* da exportação de algodão foi muito efêmero: tendo começado, segundo Saint-Hilaire, em torno de 1808, pelo final dos anos vinte já estava inteiramente esgotado. As razões do declínio abrupto são bastante claras. O enorme crescimento da oferta norte-americana e, em menor escala, da produção do Egito (a qual, por suas características técnicas competia mais

2:140–150, 164; Saint-Hilaire. *Viagem às Províncias*, 2:16, 199; e de Salazar Martins e Martins. *As Exportações de Minas Gerais no Século XIX*. Segundo Lewis Gray, nesse período o algodão brasileiro era considerado inferior apenas ao egípcio, em termos de finura e comprimento da fibra. Em 1816–20 o Brasil detinha quase 30 por cento do mercado britânico, enquanto os Estados Unidos tinham cerca de 50 por cento. Veja Gray. *History of Agriculture*, 2: 693.

diretamente com o produto brasileiro) deprimiu o preço internacional e colocou o algodão mineiro numa posição inframarginal. De quase 35 centavos de dólar por libra em 1818 o preço caiu para cerca de 11 centavos em 1825. Entre 1829 e 1831 permaneceu abaixo de 10 centavos por libra. Depois de breve recuperação nos anos trinta, a tendência declinante retornou, com o preço atingindo 5 centavos por libra em 1842 e 1844. De 1845 a 1860 a libra de algodão oscilou entre 5 e 12 centavos de dólar.¹²

As províncias do Nordeste mantiveram o volume de suas exportações praticamente inalterado até a década de 1860, mas o algodão de Minas, pesadamente onerado pelos custos de transporte, foi inteiramente excluído do mercado internacional.¹³ A explicação, sugerida por Luís Amaral, de que o declínio das exportações mineiras se deveu ao deslocamento do algodão pelo setor cafeeiro emergente nos anos 20, é inteiramente destituída de fundamento.¹⁴

O mercado internacional não foi a causa do surgimento do algodão em Minas, e a queda da exportação não significou o seu fim. Aparentemente a produção decaiu na área de Minas Novas, a principal região exportadora, mas a lavoura algodoeira sobreviveu e espalhou-se para outras partes da província. No meado dos anos 40, uma sinopse econômica de vinte e oito municípios registrou o cultivo do algodão em Bonfim, Queluz, Barbacena,

12 Esses são preços de exportação do algodão americano de fibra curta, segundo Gray. *History of Agriculture*, 2:697. Os preços do algodão brasileiro podem ter divergido um pouco, mas a tendência certamente foi a mesma.

13 As exportações brasileiras de algodão oscilaram, sem uma tendência definida, entre 12 e 17 mil toneladas do início da década de 1820 até o fim dos anos 50. Stein. *The Brazilian Cotton Manufacture*, p. 198.

14 Luís Amaral. *História Geral da Agricultura*, 2:235. Amaral se baseia no comentário de Daniel de Carvalho. *Notícia Histórica*, p. 17, de que é “curioso” notar o contraste entre a queda na exportação de algodão e o crescimento do café, e Antônio de Castro, nos *Sete Ensaios*, p. 45, repete o argumento de Amaral. Já mostramos em outro trabalho que o setor cafeeiro de Minas era muito pequeno nesse período e não teria empregado mais de um milheiro de escravos até a metade da década de 1830. O café não competiu com o algodão por mão-de-obra (que no algodão era principalmente livre), nem por terras, que eram abundantes (as zonas cafeeira e algodoeira eram completamente distintas). Veja Martins. *Growing in Silence*, cap. 3.

Pitangui, Três Pontas, Aiuruoca, Jacuí, Caldas e Araxá.¹⁵ Em 1851 Burmeister observou essa cultura em Pomba e Lagoa Santa.¹⁶

As exportações voltaram a crescer rapidamente nos anos 60, estimuladas pela *cotton famine* que se abateu sobre o mercado internacional em virtude da Guerra de Secessão americana. Mas o segundo *boom* foi curto e não teve o vigor do primeiro: no seu ponto máximo, em 1865–66, a província exportou apenas 679 toneladas. Já no início da década de 70 veio a decadência, que foi, mais uma vez, fulminante. A participação de Minas nas exportações brasileiras de algodão nesse período nunca chegou a atingir 2 por cento.

A exportação permaneceu insignificante até o final do século e Minas tornou-se um importador de algodão quando se acelerou o desenvolvimento da indústria têxtil fabril. O algodão, entretanto, continuou a ser cultivado. Nos anos 70 o vale do Rio das Velhas era uma região cotonífera importante. Em 1878, Pitangui, Tamanduá, Baependi, Bonfim, Santa Luzia, Alfenas, Três Pontas, Curvelo, Sacramento, Pará e Abaeté foram listados como produtores, bem como Araçuaí, Minas Novas e São João Batista, em 1879. Quatro anos mais tarde Montes Claros, Grão Mogol, Rio Pardo e Salinas foram mencionados como áreas algodoeiras em documento oficial.¹⁷

A INDÚSTRIA TÊXTEL DOMÉSTICA

Durante a maior parte do século dezenove quase todo o algodão produzido em Minas era manufaturado na própria província. O desenvolvimento fabril bem-sucedido só começou no terceiro quartel do século, mas a região tinha uma vasta indústria têxtil doméstica, cujas raízes remontam pelo menos à metade do século dezoito.

15 “Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da província”, em *Falla... Quintiliano José da Silva*, 1846, pp. 28–59.

16 Burmeister. *Viagem*, pp. 169, 234.

17 *Silva. Tratado de Geographia; Relatório... pres. Rebello Horta*, 1879, pp. 47–48; *Falla... pres. Gonçalves Chaves*, 1883, pp. 37–38.

São escassas as informações sobre os primórdios dessa indústria, mas é certo que em 1775 ela já tinha crescido o bastante para preocupar a administração colonial portuguesa. Nesse ano o governador D. Antônio de Noronha manifestou o receio de que a capitania pudesse se tornar independente das manufaturas do Reino, tal o estado de desenvolvimento em que suas manufaturas se encontravam. Em seu relatório de transmissão do cargo a D. Luiz de Vasconcellos, em 1779, o Marquês do Lavradio insiste no tema, salientando a “independência com que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si e à sua família e escravatura, fazendo panos e estopa e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã”.¹⁸

O alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibiu a manufatura de tecidos na colônia, embora seja considerado a quintessência da opressão metropolitana, parece quase nada ter afetado a indústria têxtil mineira. Em primeiro lugar porque a proibição excetuava os teares “em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão que servem para uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar fazendas e para outras misteres semelhantes”, que constituíam certamente o grosso da produção da capitania. Além disso, essa atividade era de tal forma pulverizada e dispersa pelo território mineiro, que a execução do alvará era impraticável, fosse “pela brandura ou por violência”, como recomendavam as instruções que o acompanhavam.¹⁹

Tanto foi assim que três anos mais tarde, em 1788, Martinho de Mello e Castro voltou a condenar o desenvolvimento manufatureiro de Minas em sua instrução para o governador Luiz Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena.²⁰ E, em 1802, o governador Pedro Maria Xavier de Athayde Mello recebeu nova ordem régia determinando “que procure

18 Carvalho. *Notícia Histórica*, pp. 8–9 ; Maxwell. *Conflicts and Conspiracies*, pp. 62–63.

19 O Alvará de 5 de janeiro de 1785, de D. Maria I, é muito conhecido, e encontrado em várias fontes. Uma reprodução fac-similar pode ser vista na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XL (1995), pp. 155–159.

20 O texto integral da Instrução de Martinho de Mello e Castro para o visconde de Barbacena pode ser encontrado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº. 21 (Abril de 1844), pp. 3–59.

evitar que nesta Capitania se faça uso de qualquer manufatura que não seja de Portugal, não consentindo que alguém se lhe apresente sem ser vestido de tecidos manufaturados no Reino ou em seus domínios da Ásia”.²¹

Assim, no início do século dezenove a indústria têxtil doméstica estava em franca prosperidade. O algodão era fiado e tecido por toda parte na província, não só nas fazendas mas também no setor camponês e nas áreas urbanas, empregando um grande número de pessoas.

Essa atividade era a base econômica de aldeias e vilas inteiras. “Quase todas as mulheres de Sucuriú fiam o algodão e na maioria das casas dessa aldeia são tecidos panos de algodão... Os artigos mais finos são consumidos pela família e o restante é vendido”, escreveu Saint-Hilaire no nordeste de Minas. Ainda nessa região, observou que “o que sustenta a maioria dos habitantes de Água Suja e sua vizinhança é a manufatura de cobertores e panos grosseiros”, e na Vila do Fanado notou que o povo era geralmente bem vestido porque “o pano de algodão é barato e um grande número de pessoas o fábrica em suas casas”. Em Conceição, no centro de Minas, o mesmo autor registrou que “quase todo mundo fabrica pano de algodão, cobertores, colchas e toalhas, que são consumidos no local ou exportados para o Rio”, o que já tinha sido observado anos antes por John Mawe.²²

Na mesma época, São João del Rei era o centro de uma área têxtil importante, segundo Mawe, Pohl e Luccock. Esse último autor anotou que nos arredores dessa cidade se fazia “uma grande quantidade de tecidos de algodão, à custa de matéria-prima nativa”.²³

A manufatura doméstica foi observada ainda por esses viajantes em Barbacena, nas regiões de Itambé, de Patrocínio, na grande fazenda do Crasto, próxima a Piranga e na área de Vila Rica, considerada por Luccock “alguns passos à frente do restante de seus conterrâneos (o povo das pro-

21 Carvalho. *Notícia Histórica*, pp. 10–11.

22 John Mawe. *Viagens*, p. 149; e Saint-Hilaire. *Viagem ao Distrito*, p. 75, e *Viagem às Províncias*, 2:84, 212, 216. Nesse último livro veja também 1:230, 337 e 2:73, 98 e 199.

23 Mawe. *Viagens*, p. 182; Pohl. *Viagem*, 1:201–202; e Luccock. *Notas*, p. 305.

víncias costeiras) no que tange à indústria”, embora avaliasse a tecnologia empregada como extremamente rudimentar.²⁴

Assim, mesmo durante o *boom* das exportações de algodão no início do século, a indústria doméstica prosperava e uma grande parte da produção algodoeira era manufaturada localmente. Parece que a competição do mercado internacional de algodão e a liberação do comércio colonial criaram embaraços para alguns experimentos fabris, como foi registrado por Luccock em sua visita ao estabelecimento do Padre Rodrigues, no Registro Velho.²⁵ A tecelagem estava arruinada e o proprietário se queixava de que

as matérias-primas de que precisava eram vendidas na capital com um aumento de trezentos por cento sobre o que dantes por elas pagava, com a importante vantagem para o produtor do pagamento à vista em vez de crédito por dez a doze meses. Os tecidos ingleses, por outro lado, começavam a assediar o país... sendo oferecidos aqui a preço muito inferior ao dos gêneros cujo lugar pretendiam usurpar.²⁶

Alguns anos mais tarde ainda se ouviam queixas contra a concorrência que o produto estrangeiro fazia à produção local de tecidos mais finos, mas se ressalvava que “a tecelagem do algodão grosso ainda está em bom pé e ocupa um grande número de braços”, embora nessa área também se sentisse a pressão gerada “pela introdução dos canamaços e outros tecidos grossos estrangeiros” para sacaria.²⁷

A queda do preço internacional do algodão e o declínio das exportações mineiras trouxeram novo estímulo para a manufatura local. Na abertura do Conselho Geral de sua província, em 1829, o presidente de São Paulo, José Carlos Pereira de Almeida Torres, relatou que “a província de Minas Gerais, muito mais adiantada que esta em vários ramos da indústria fabril, é quem nos fornece obras de lã manufaturadas em suas fábricas, que

24 Mawe. *Viagens*, pp. 138–39, 147; Pohl. *Viagem*, 1:229 e Luccock. *Notas*, p. 337, 355. A tecnologia da fiação e tecelagem domésticas é descrita por Carvalho. *Notícia Histórica*, pp. 22–25.

25 Cunha Matos. *Corografia Histórica*, vol. II, pp. 101–102.

26 Luccock. *Notas*, p. 356.

27 Cunha Matos. *Corografia Histórica*, pp. 101–102.

vão em grande prosperidade”.²⁸ Em 1836 um observador notou que “nas partes mais remotas da província de Minas não vale a pena coletar o algodão bruto para exportação... sua transformação, portanto, em pano grosseiro para consumo doméstico e para exportação para a costa se torna quase uma questão de necessidade”, comentando ainda que a “imensa quantidade” de algodão consumida no interior era “quase incrível”.²⁹

De qualquer modo, a indústria parece ter se expandido pelo menos até o meado do século. O “Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da Província”, de 1846, aponta doze dos 28 municípios examinados como produtores de têxteis, entre eles alguns não mencionados por fontes anteriores.³⁰ Além disso, embora a maior parte da produção fosse constituída de pano grosseiro, usado para vestuário de escravos e da população pobre, algumas fontes indicam uma considerável diversificação e afirmam que as qualidades mais finas eram usadas para a confecção de roupas masculinas e roupas de baixo, além das conhecidas toalhas de mesa, lençóis e colchas. Segundo essas fontes a produção de alguns lugares rivalizava em qualidade com as mais finas importações.

Quando o Conselho Provincial se reuniu em 1831 alguns deputados estavam vestidos com o “algodão de Minas”, e anos mais tarde o deputado Martinho Campos era conhecido na Corte por suas calças de tecido de Pitangui.³¹

Alguns autores acreditam que nos anos 60 a indústria doméstica entrou em decadência, sucumbindo “às investidas de imitações inglesas importadas e à produção das poucas fábricas brasileiras”. Escrevendo em 1862, Tavares Bastos atribuiu o declínio ao desenvolvimento dos trans-

28 Discurso do Exm. Sr. Presidente d’esta Província, na abertura do Conselho Geral no dia 1º. de dezembro de 1829. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Tomo XXXVI. Parte primeira. Rio de Janeiro 1873, p. 258-59.

29 Sturz. *Review*, pp. 81,111.

30 Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da Província. In: *Falla... pres. Quintiliano José da Silva, 1846*, pp. 28-59. Os municípios listados como produtores de tecidos de algodão são: Queluz, Piranga, Barbacena, Sabará, Três Pontas, Aiuruoca, S. João del Rei, Oliveira, Caldas, Pium-í, Araxá e Montes Claros. Esse inquérito econômico foi incompleto. Veja também Saint-Adolphe. *Diccionario*.

31 Silva. *Tratado*, pp. 56-177; Iglésias. *Política Econômica*, p. 106; Dornas Filho. *Aspectos*, p. 173; Carvalho. *Notícia*, pp. 21-22; Gerber. *Noções*, p. 38 e Wells. *Exploring*, 1:132.

portes entre Minas e o Rio de Janeiro, que facilitava a remessa de mercadorias para o interior.³²

Outro observador menciona que durante a guerra do Paraguai o setor estava decadente, mas ajunta que ele sobrevivia nas fazendas e nas localidades remotas. Em 1869, o presidente provincial lamentava o fato de que “a indústria manufatureira já prosperou na Província mais do que hoje, e tende a decair cada vez mais, com a concorrência dos produtos estrangeiros mais perfeitos e menos custosos que a facilidade das vias de comunicação vai introduzindo na província”.³³

Essas opiniões claramente subestimam a resistência do “pano de Minas”. Durante toda a década de 60 e parte da seguinte ele continuou sendo largamente consumido internamente e suas exportações mantiveram-se num nível alto. Em 1863, Gerber indicou que a indústria doméstica continuava “em todas as partes da província, de preferência porém nos municípios de Queluz, Bonfim, Pitangui, Desemboque, Pium-í, Tamanduá e outras daquele lado”.³⁴ Segundo Luís Amaral, a Guerra Civil nos Estados unidos provocou um surto de prosperidade na produção doméstica mineira: “quando nos demais estados algodoeiros se incrementava a exportação da matéria-prima, no Estado Central os teares gemiam noite e dia: cada dona de casa chegava a tecer de 6 a 10 metros de pano, diariamente, exportando-se a produção dessa indústria para o Rio de Janeiro”.³⁵

Cruzando a província em 1867, Richard Burton encontrou com frequência rodas de fiar e teares manuais, e anotou que o fabrico caseiro de pano “era um *passe-temps* tão geral em Minas como na França antiga”. Observou, entretanto, que embora o pano doméstico fosse forte e durasse mais que as espécies fabris, ele era caro e a oferta não conseguia acompanhar o crescimento da demanda. Em Morro Velho, Burton visitou um

32 Stein. *The Brazilian Cotton Manufacture*, e Tavares Bastos. *Cartas do solitário*, p. 432.

33 Taunay. *A Marcha das Forças*, p. 105, citado por Dornas Filho. *Aspectos*, pp. 173–74 e *Relatório... pres. Andrade Figueira, 1869*, citado por Iglésias. *Política Econômica*, p. 107.

34 Gerber. *Noções*, p. 38.

35 Amaral. *História*, 2:57.

grande departamento de fiação e tecelagem mantido pela companhia, que empregava os filhos dos escravos e meninas livres da vizinhança.³⁶

Na década de 70, James Wells registrou o fabrico de tecido doméstico em vários lugares, e indicou que ele era “largamente usado pelos habitantes”.³⁷ Uma corografia de 1878 informava que a indústria caseira do algodão prosperava em quase todos os municípios da província, sendo vinte e dois deles apontados como grandes produtores, não contando aqueles onde havia fábricas têxteis em operação. Esses municípios eram: Queluz, Barbacena, Bonfim, São João del Rei, São José, Lavras, Oliveira, Pitangui, Bonsucesso, Tamanduá, Campo Belo, Formiga, Pium-í, Araxá, Patrocínio, Bagagem, Uberaba, Paracatu, Passos, Sabará, Aiuruoca e Pará.³⁸ A informação está em linha com os resultados do Censo do Império (realizado em Minas em 1873), cuja distribuição ocupacional mostra pessoas classificadas como “operários em tecidos” em 55 dos 72 municípios de Minas.³⁹

Em 1883–84, trabalhando nos vales dos rios Pará e Camapuão, o engenheiro inglês Charles Hastings Dent documentou a indústria caseira e comentou que a colheita de algodão estava sendo fiada “em cada casebre da vila” do Brumado do Suaçuí.⁴⁰

Nos anos 80 o “pano de Minas” tinha perdido definitivamente os mercados externos à província, e certamente não podia competir com a emergente indústria têxtil fabril. Não obstante, a indústria doméstica não desapareceu pelo menos até a Primeira Grande Guerra. A monografia de Daniel de Carvalho, escrita em 1916, afirma que a maioria dos municípios mantinha a tradição dos teares domésticos e lista 17 deles como produtores comerciais.⁴¹

36 Burton. *Explorations*, 1:133–34, 157, 242–43.

37 Wells. *Exploring*, 1:100, 104, 131–32, 164.

38 Silva. *Tratado*, pp. 41, 56–177.

39 Veja a tabela abaixo.

40 Dent. *A Year in Brazil*, pp. 137, 145, 173.

41 Carvalho. *Notícia*, pp. 21–22.

EXPORTAÇÕES E ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO

Grande parte da produção doméstica de tecidos era consumida, sem dúvida, pelos próprios produtores, suas famílias, ou pela população escrava das fazendas onde era produzida. A indústria não era, entretanto, uma “indústria de subsistência”, no sentido proposto por Antônio de Castro.⁴²

Boa parte do produto era mercantilizada. Além das vendas nos mercados da própria província, a indústria exportava para outras províncias o que pareceu a observadores do início do século XIX “uma colossal quantidade de pano de algodão muito grosseiro, que se emprega para a roupa dos escravos e da gente pobre da roça”.⁴³

Como afirmamos acima, as exportações de algodão em pano e outros produtos têxteis, constituíram uma parcela ponderável do valor das exportações mineiras, especialmente durante a primeira metade do século. Os panos, colchas, toalhas e mantas de algodão eram transportados em tropas de mulas para o Rio de Janeiro, de onde eram distribuídos para as outras províncias. O mercado consumidor do “pano de Minas” no início do século dezenove se estendia até o Rio Grande do Sul e mesmo Buenos Aires. Quantidades menores eram enviadas para São Paulo, Bahia e Goiás.⁴⁴

As exportações mantiveram-se elevadas durante os três primeiros quartéis do século, acima de 1,5 milhão de metros na maior parte do tempo, e atingindo 2 a 2,5 milhões em alguns anos.

Na metade da década de 70 a quantidade exportada caiu verticalmente, permanecendo deprimida até o final do período em estudo. É bastante provável que a partir dessa época o principal componente dessas exportações não mais fosse o produto artesanal, mas sim aquele produzido no setor têxtil fabril que começava a se firmar na província.

42 Veja Castro. *Sete Ensaio*s, 2:103.

43 Spix e Martius. *Viagem*, 1:118.

44 Spix e Martius. *Viagem*, 1:120, 148, 187. Todos os viajantes do período mencionam os tecidos como um importante item do comércio de Minas e descrevem as tropas usadas no seu transporte.

Tabela 2
 Minas Gerais: Exportações de têxteis de algodão,
 1818–1892 ¹

Ano	Pano de Algodão ² (Metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (Unidades)
1818–19	1.366.797	11.677
1827–28 ³	2.139.335	105
1839–40	1.125.672	1.393
1842–43	1.371.732	2.561
1844–45	2.101.666	9.967
1847–48	2.594.834	6.082
1850–51	2.062.959	8.562
1851–52	2.413.780	6.099
1852–53	2.322.106	7.766
1853–54	1.848.185	2.694
1854–55	1.787.776	1.300
1855–56	2.156.331	730
1856–57	1.844.411	*
1857–58	1.631.730	1.027
1858–59	1.503.548	357
1859–60	1.249.317	102
1860–61	1.571.818	68
1861–62	1.977.264	1.541
1865–66	1.934.156	*
1866–67	1.414.250	*
1867–68	1.725.178	208
1868–69	2.102.432	188
1869–70	1.548.409	681
1870–71	1.326.413	362
1871–72	1.866.363	907
1872–73	1.507.383	291
1873–74	1.566.510	876
1874–75	1.270.801	479
1875–76	538.170	1.075

(continua)

Tabela 2
 Minas Gerais: Exportações de têxteis de algodão,
 1818–1892 ¹

(conclusão)

Ano	Pano de Algodão ² (Metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (Unidades)
1876–77	244.272	*
1877–78	321.942	*
1878–79	177.599	*
1879–80	198.678	*
1880–81	230.319	*
1881–82	148.946	*
1882–83	189.487	*
1883–84	188.546	*
1885–86	312.900	*
1886–87 ⁴	853.440	*
1888	359.695	*
1889	626.703	*
1890	251.298	*
1891	45.006	*
1892	9.377	*

Fonte: Salazar Martins e Martins, "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

(*) Significa dado não-disponível.

(1) Toda a produção que saiu do território mineiro através das recebedorias, para qualquer destino.

(2) Inclui pano de algodão, pano de algodão riscado e pano de algodão trançado. 1 yard = 0,9144 metros; 1 vara = 1,1 metros.

(3) Exportação para o Rio de Janeiro apenas.

(4) O ano financeiro de 1886-87 foi prorrogado até o final de 1887, incluindo, portanto, 18 meses.

Tabela 3
 Minas Gerais: Porcentagens do valor total das exportações,
 1818–1884, por produtos.

Produtos	1818–19	1839–40	1842–43	1844–45	1867–68	1882–83	1883–84
Café	1,7	19,3	22,6	27,5	63,1	78,3	69,3
Gado vacuum	14,8	26,7	19,5	19,6	13,0	10,0	16,6
Toucinho	17,4	15,3	18,9	16,2	8,0	4,3	4,7
Porcos em pé	7,2	4,6	8,6	7,8	1,8	1,0	1,2
Queijos	6,3	4,2	3,9	3,5	2,1	1,4	2,1
Açúcar	2,7	0,5	0,1	0,4	0,1	*	*
Rapaduras	*	+	0,0	+	0,1	0,1	0,1
Pano de algodão	11,1	8,7	8,6	11,2	2,0	0,1	0,1
Algodão em rama	22,0	0,2	0,0	0,1	1,0	+	*
Fumo	4,2	14,1	13,2	9,9	7,3	3,0	4,6
Outros produtos	12,4	6,4	4,5	3,7	1,6	1,8	1,3
Valor total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Significa dado não disponível.

(+) Significa valor positivo mas menor que 0,1.

Fontes, notas e metodologia: veja o Apêndice C de *Crescendo em Silêncio*.

A série estatística de exportações é bastante completa, mas dados sobre a produção total da manufatura doméstica são extremamente escassos e imprecisos. Segundo Sturz, no ano fiscal de 1827–28, a quantidade produzida e consumida internamente na província era estimada em cerca de 5.800.000 jardas, ou seja, um pouco mais de 5.300.000 metros. Juntandose a isso a exportação (para o Rio de Janeiro) de 2.140.000 metros, obtemos a estimativa de 7.440.000 metros para a produção total do setor nesse ano.⁴⁵

Alguns anos mais tarde, em sua *Corografia Histórica*, de 1837, Cunha Matos afirmava que “o algodão tecido que se consome em Minas Gerais, não é talvez menos de 4 milhões de varas” (4.400.000 metros).⁴⁶ Já na

45 Sturz. *Review*, p. 111. 1 jarda = 0,9144 metros.

46 Cunha Matos. *Corografia Histórica*, p. 102. 1 vara = 1,20 jardas = 1,1 metros.

segunda metade do século, em 1863, Gerber estimava a produção da indústria doméstica em 4 milhões de varas e 10.000 peças de colchas por ano, não explicando se os números referem-se à produção consumida internamente ou se incluem também as exportações.⁴⁷ Observando que até a década de 70 as exportações situavam-se na faixa de 1,5 a 2 milhões de metros por ano, é razoável concluir que, se as estimativas contemporâneas não estiverem muito fora da realidade, a produção total do setor era da ordem de 6 a 7 milhões de metros de tecido por ano.

Para se ter uma ideia do que essa quantidade representa, basta notar que ela é consideravelmente superior à produção total de todas as fábricas têxteis do Brasil em 1866 (cerca de 3,9 milhões).

A produção doméstica mineira estimada para 1827–28 é equivalente a quase 20 por cento das importações brasileiras médias de tecidos de algodão inglês no período 1827–1831.⁴⁸

FORÇA DE TRABALHO

Vários observadores indicam que a indústria doméstica empregava grande número de braços, mas também neste ponto as informações são escassas e vagas.

Pode-se entretanto afirmar com certeza que a indústria era constituída por dois setores de características bastante distintas quanto à mão-de-obra empregada. Nos teares das grandes propriedades rurais certamente o grosso da força de trabalho era constituído por escravas adultas e crianças escravas com supervisão e ocasional participação das mulheres da família. No setor camponês (posseiros e pequenos sitiantes) bem como nas aldeias e vilas, o trabalho era feito sobretudo pela parte feminina da família, ocupando-se as crianças mais jovens de tarefas auxiliares.

47 Gerber. *Noções*, p. 38.

48 Branner. *Cotton*, p. 41 e Sturz. *Review*, p. 104–105. Segundo essa última fonte o Brasil importou da Inglaterra, em média, 40,7 milhões de metros de tecido de algodão por ano, entre 1827 e 1831.

Tabela 4
Brasil e Minas Gerais, por regiões: Operários em tecidos, 1872

Regiões de Minas ¹	Operários em tecidos			Mun. com operários em tecidos	Número total de municípios
	Livres	Escravos	Total		
Metalúrgica-Mantiqueira	21.355	1.997	23.352	10	14
Mata	7.002	774	7.776	9	11
Sul	7.355	1.078	8.433	12	18
Oeste	8.060	695	8.755	7	8
Alto Paranaíba	5.234	652	5.886	5	5
Triângulo	49	15	64	1	3
São Francisco-Montes Claros	2.152	67	2.219	4	5
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	8.527	1.141	9.668	6	7
Paracatu	1.431	36	1.467	1	1
Total de Minas Gerais ²	61.165	6.455	67.620	55	72
Total de outras províncias	63.273	5.165	68.438	*	*
Total do Brasil	124.438	11.620	136.058	*	*
Minas Gerais como % do Brasil	49	56	50	*	*

Fonte: Recenseamento de 1872. Minas Gerais: Tabelas paroquiais; outras províncias: Quadros Gerais do Império.

(1) Veja os municípios que compõem cada uma das regiões no Apêndice B de Crescendo em Silêncio.

(2) O total de Minas Gerais na tabela acima (67.620) é o número obtido pela soma das tabelas paroquiais. As diferentes tabelas do Censo nunca são congruentes. As tabelas agregadas dão 64.003 trabalhadores têxteis livres e 6.454 escravos, ou sejam, 70.457 no total.

(*) Significa dado não disponível.

A única fonte segura sobre a força de trabalho empregada na indústria doméstica é o recenseamento do Império, realizado em Minas Gerais em 1873. As pessoas ocupadas na fabricação de tecidos foram registradas indistintamente, sem outras especificações, mas podemos estar certos de que sua quase totalidade estava na indústria doméstica, pois nesse ano Minas tinha, no máximo, três fábricas têxteis em operação, as quais conjuntamente não empregavam mais do que umas duzentas pessoas.

O censo mostra a enorme disseminação da indústria pelo território provincial: foram registrados trabalhadores têxteis em nada menos de 55 dos 72 municípios existentes. Indica ainda uma grande preponderância dos livres sobre os escravos e das mulheres sobre os homens. De cada seis mulheres livres com profissão declarada uma era tecelã, o mesmo ocorrendo com uma dentre cada 11 mulheres com idades entre 11 e 60 anos. O número de pessoas efetivamente empregadas na produção artesanal pode ser maior que aquele indicado pelo censo, porque as atividades de fiar e tecer eram de tal forma entrelaçadas com a rotina doméstica das mulheres, que em muitos casos podem ter sido enquadradas na categoria de “serviço doméstico”.

Os 70.457 tecelões de Minas (64.003 livres e 6.454 escravos) representavam 52 por cento de *toda* a força de trabalho do setor têxtil do Brasil.

Outubro de 1982

REFERÊNCIAS

- Amaral, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*. 3 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.
- Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- Branner, John Casper. *Cotton in the Empire of Brazil. The antiquity, methods and the extent of its cultivation, together with statistics of exportation and home consumption*. Department of Agriculture. Miscellaneous. Special Report n. 8. Washington: Government Printing Office, 1885.
- Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil: with a full account of the gold and diamond mines*. 2 vols. London: Tinsley Brothers, 1869.
- Carvalho, Daniel de. *Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas*. Rio de Janeiro: Typografia do *Jornal do Comércio*, 1916.
- Castro, Antonio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971.
- Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979–1981.
- Cunniff, Roger L. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877–1880*. Ph.D. Dissertation. University of Texas, 1970.
- Dent, Hastings Charles. *A Year in Brazil. With notes on the abolition of slavery, the finances of the Empire, religion, meteorology, natural history, etc.* London: Kegan Paul, Trench and Co., 1886.
- Dornas Filho, João. *Aspectos da Economia Colonial [1958]*. 2^a. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- Eschwege, W. L. von. Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro* IV (1899).

Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da província.” In: *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva*. Ouro Preto. Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1846.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7^a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Gerber, Henrique. *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Georges Leuzinger, 1863.

Gray, Lewis Cecil. *History of Agriculture in the Southern United States to 1860 [1932]*. 2 vols. Reedição. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1958.

Iglesias, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835–1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.

Martins, Roberto Borges. *Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. Dissertation. Vanderbilt University, 1980.

Maxwell, Kenneth R. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: At the University Press, 1973.

Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

Saint-Adolphe, Jean Claude Rose Milliet de. *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil*. trad. Caetano Lopes de Moura. 2 vols. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

Salazar Martins, Maria do Carmo e Roberto Borges Martins. *As Exportações de Minas Gerais no Século XIX*. Apresentado ao *I Seminário sobre a*

Economia Mineira, promovido pelo Cedeplar/UFMG, em Diamantina, 1982.

Silva, José Joaquim da. *Tratado de Geographia Descriptiva Especial da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de E. e H. Laemmert, 1878.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Stein, Stanley J. *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850–1950*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

Sturz, Johann Jakob. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources, together with a suggestion of the expediency and mode of admitting Brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation*. London: Effingham Wilson, 1837.

Taunay, Visconde de. *A Marcha das Forças*. São Paulo: Weisflog Irmãos, s.d.

Tavares Bastos, Aureliano Cândido. *Cartas do Solitário [1862]*. Reedição: São Paulo: Cia. Editora Nacional / INL, 1975.

Wells, James W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil*. 2 vols. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, 1887.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da sessão ordinária no anno de 1841 pelo presidente da mesma província, o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ouro Preto: Typ. do Universal, 1841.

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da provincia,

Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1846.

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província de Minas Geraes apresentou, no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1869.

Relatorio à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2^a. sessão da 22^a. legislatura a 15 de outubro de 1879 pelo illm. e exm. sr. dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. da Actualidade, 1879.

Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2^a. sessão da 24^a. legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto: Tipographia do Liberal Mineiro, 1883.

Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora*

Roberto Borges Martins

O papel de Minas Gerais no tráfico de escravos no século dezanove ainda não foi estudado de forma satisfatória. Apesar disso encontra-se frequentemente na literatura a afirmação de que a província foi importante fornecedor de mão-de-obra cativa no período, ou seja, um exportador líquido de escravos para as regiões vizinhas. O argumento comumente encontrado é o de que a decadência da mineração legara um grande estoque de escravos ociosos ou subutilizados, que serviu de base ao desenvolvimento dos setores cafeeiros do Rio de Janeiro, de São Paulo e da própria Minas, tanto na sua fase de implantação quanto na sua expansão posterior. Celso Furtado, por exemplo, afirmou que

existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. (...) Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços.¹

Referindo-se a um período posterior, Richard Morse observou que “à medida que o centro econômico de gravidade do Brasil se deslocava para o

* Este artigo foi publicado na revista *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1) (jan-abr 1983).

1 Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 122–23.

sul, em direção às áreas cafeeiras paulistas, milhares de escravos eram transferidos, e preços exorbitantes, de Minas Gerais e do Norte”.²

Vários autores afirmam que o mesmo ocorria dentro de Minas Gerais. Emília Viotti da Costa escreveu que a mineração tinha resultado numa grande concentração de escravos em Minas e que, ao iniciar-se o século passado havia abundância de trabalho na região. O desenvolvimento da lavoura cafeeira desencadeou a migração interna. Os senhores de escravos moveram-se primeiro para a zona cafeeira fluminense e mais tarde para São Paulo. Ao mesmo tempo, a Mata mineira era colonizada por migrantes da antiga região mineradora. Mais adiante a autora afirma que “o êxodo dos negros em direção às áreas cafeeiras” estava esvaziando a força de trabalho de outras áreas da província.³

Estudando o tráfico interno de escravos no Brasil no século dezanove, Herbert Klein concluiu que em Minas Gerais o setor cafeeiro “parece ter sido capaz de satisfazer suas necessidades de mão-de-obra através do crescimento interno e da redistribuição da força de trabalho escrava dentro dos vastos limites da província.”⁴ Francisco Iglésias e outros autores mineiros também afirmam que o trabalho empregado na lavoura cafeeira da Mata e do sul de Minas teve sua origem na mineração decadente,⁵ e o historiador da agricultura Luís Amaral descreveu essa migração num tom lírico que lembra os apologistas contemporâneos da “instituição peculiar”: “O ouro

2 Morse, Richard M. *From community to metropolis: A biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

3 Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 60–1. Na página 132, esta autora afirma que, na década de 1870, Minas forneceu grande número de escravos para o setor cafeeiro paulista.

4 Klein, Herbert. The internal trade in nineteenth-century Brazil. In: *The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 111–13.

5 Iglésias, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835–1889)*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 130–131. Veja também Monteiro, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889–1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973, p. 16; Lima, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870 a 1920*. Tese de Mestrado, Universidade de Campinas, 1977. p. 2, 12; Vieira, Evantina Pereira. *Economia Cafeeira e processo político: transformações na população eleitoral da Zona da Mata mineira (1850–1889)*. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1978. p. 56.

verde dos cafezais iria substituir o ouro fulvo das minerações. Em vez de estiolar-se dentro de escuras e úmidas e podres galerias subterrâneas, os escravos iriam cantar por entre aléias de cafezais ensolarados e álares e salubres.”⁶ Ainda nessa linha, Robert Slenes anotou que em Minas, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos anos 1870 e 1880, os municípios onde imperava a *plantation* eram importadores líquidos de escravos, enquanto aqueles em que não predominava a grande lavoura “tenderam a ser perdedores líquidos de cativos”.⁷

Robert Conrad mostrou que a concentração dos escravos nas províncias cafeeiras criou uma profunda clivagem regional no até então monolítico apoio à escravidão. Diferentes graus de compromisso com o sistema escravista podiam ser observados não apenas entre as províncias não-cafeeiras e cafeeiras, mas também, dentro das últimas: aqui também a escravidão era mais forte nos distritos cafeeiros e estava perdendo suporte rapidamente nas demais áreas.

Isto era particularmente verdadeiro na vasta e populosa Minas Gerais, que continha uma pequena zona cafeeira pró-escravidão, fronteira a áreas semelhantes do Rio de Janeiro e São Paulo, onde uma grande parte da população escrava da província estava concentrada. Mais para o interior, entretanto, jaziam regiões mais pobres, de mineração e pecuária, que, como o Nordeste, tinham perdido escravos para a zona cafeeira e continuaram a fazê-lo em larga escala durante os últimos anos da escravidão. Dentro de Minas Gerais, portanto, o interesse no sistema servil variava tanto quanto no Império como um todo — os distritos cafeeiros defendiam o sistema e as áreas não-cafeeiras, maiores porém mais pobres, mostravam-se menos preocupadas com sua sobrevivência ou estavam até ansiosas para ver seu fim.⁸

Logo, a província mineira, ou pelo menos a parte não-cafeeira dela (que constituía 96% de seu território no final do Império, tem sido

6 Amaral, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*. 3 vols. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940, vol.3, p. 87.

7 Slenes, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850–1888*. Tese de Doutorado, Stanford University, 1976, p. 208.

8 Conrad, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850–1888*. Berkeley: University of California Press, 1972, p. 127–28.

sistematicamente apresentada na literatura num papel muito semelhante àquele dos chamados “breeding states” do Sul dos Estados Unidos: uma economia estagnada, onde a escravidão tinha deixado de ser lucrativa e que exportava os seus redundantes escravos para as áreas mais dinâmicas, onde predominava a grande lavoura exportadora.

Já mostramos em trabalho anterior que a hipótese de uma transferência significativa de escravos da mineração para a lavoura cafeeira pode ser completamente descartada. Desde o início do século dezenove, várias décadas antes do setor cafeeiro assumir qualquer dimensão considerável, o contingente de escravos empregado na mineração já era irrisório. Nos últimos anos do período colonial esse número não seria superior a dez mil (cerca de 5% da população servil de Minas). Nas décadas seguintes, a despeito da instalação das companhias estrangeiras — que eram empregadoras de mão-de-obra cativa — o número diminuiu bastante, situando-se entre 2.000 e 2.500 indivíduos na mineração de ouro, entre 1850 e 1860. O censo do Império revelou que no máximo 1.625 escravos eram empregados em todos os tipos de mineração em 1873, constituindo 0,44% da população escrava da província. No setor aurífero apenas 972 escravos foram registrados no ano fiscal de 1872–73 (0,25% de população escrava), caindo para 420 em 1885–86 (0,15%) e para apenas 30 em 1888.

O setor cafeeiro, por seu lado, só veio a empregar mais de mil escravos na década de 1830.

Na metade do século essa lavoura ocupava cerca de cinco mil cativos (cerca de 1,8% de população servil). Com o rápido crescimento do setor, esse número aumentou também rapidamente, sem, contudo, ultrapassar a cifra de 30 e 35 mil indivíduos no seu ponto máximo, nos últimos anos do regime escravista (entre 10 e 15% da população escrava).⁹

Torna-se claro, portanto, que a ideia de que a história da escravidão na Minas oitocentista possa ser sintetizada como uma passagem da mineração ao café é francamente absurda. Na verdade, a esmagadora maioria dos escravos mineiros nunca esteve numa mina ou numa fazenda de café.

9 Para uma descrição detalhada dessas estimativas, das fontes dos dados e da metodologia utilizada, bem como uma avaliação crítica de sua confiabilidade, veja Martins. *Growing in silence...*, capítulos 2 e 3.

No ano do censo imperial, por exemplo, nossas estimativas mostram que mais de 95% de população servil da província não estava empregada nessas duas atividades. Esse contingente, de cerca de 360 mil indivíduos, era maior que a população escrava total de qualquer outra província brasileira, incluindo as grandes províncias cafeeiras.

Neste trabalho examinaremos a participação de Minas nos tráficos de escravos internacional e interprovincial no século dezanove, bem como a distribuição da população servil dentro do território da província, à luz das teses expostas acima, a saber: a) de que Minas foi um grande exportador de escravos no período; b) de que esses escravos serviram de base à decolagem do setor cafeeiro; e c) de que as áreas não-cafeeiras da província foram esvaziadas de sua força de trabalho servil pela drenagem das zonas de grande lavoura.

A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Um extenso levantamento da literatura contemporânea e de documentos oficiais da época não produziu, nesse período, uma única alusão à exportação de escravos ou à existência de trabalho servil redundante em Minas. O contrário — queixas sobre o alto preço dos escravos à sua escassez e referências à importação de cativos — foi frequentemente encontrado.

O naturalista Freireyss anotou, em 1815, que a agricultura de Minas padecia de falta de braços e que entre 1803 e 1815 a capitania importava mais de 4 mil escravos por ano.¹⁰

Spix e Martius observaram que os escravos eram um dos principais artigos importados por Minas, do Rio de Janeiro. Essa informação é confirmada por Eschwege: dados incompletos, para o período de julho de 1818 a junho de 1819, mostram que foram importados 1.963 escravos “novos”, ou seja, africanos, a maior parte através do Rio.¹¹ Saint-Hilaire

10 Freireyss, G.W. *Viagem ao interior do Brasil nos annos de 1814–1815*. Trad. Alberto Lofgren. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (11): 216, 1906.

11 Spix, J.B. von e Martius, C.F.P. von. *Viagens pelo Brasil*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1: p. 208–209, 312; v. 2: p. 241–42, e

provavelmente conheceu Minas melhor do que qualquer outro viajante e a maioria dos nativos. Em seus vários livros sobre a capitania ele nunca mencionou qualquer *surplus* de escravos, referindo-se várias vezes, entretanto, à escassez de mão-de-obra. Em sua primeira viagem a Minas, encontrou um grupo de africanos recém-chegados sendo conduzidos do Rio para o interior. No distrito diamantino observou que “para um grande número de habitantes do Tijuco a compra de escravos é um meio fácil de empregar seu capital”.¹²

Johann Emmanuel Pohl, que visitou Minas duas vezes entre 1818 e 1821, também lista os escravos entre as importações mineiras. Em Barbacena e em São José del Rei ouviu queixas sobre a escassez de mão-de-obra e anotou que a falta de braços escravos impedia a expansão da agricultura e prejudicava a mineração. Na estrada, encontrou um grupo de trinta jovens africanos comprados no Rio, a caminho de Minas.¹³

Nos anos 20, Debret observou que a depreciação do papel moeda tornara os escravos mais caros para os residentes no Rio, mas que os paulistas e mineiros, que pagavam em moeda metálica, continuavam a comprá-los. No seu famoso desenho do mercado negreiro do Valongo, no Rio, o comprador que conversa com o negociante de escravos é, significativamente, um mineiro.¹⁴

Mesmo depois da lei de 7 de novembro de 1831, os africanos continuaram vindo em grande número. Em 1835, em um artigo em *O Universal* de Ouro Preto, o autor denunciava que o tráfico continuava a todo pano e que se podia ver a todo momento “grandes comboios dessa gente infeliz” sendo

Eschwege, W.L. von. Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (4): 747, 1899.

12 Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, (v. 1: p. 171); e *Viagens pelo distrito de diamantes e litoral do Brasil*. Trad. Leonam de Azeredo Pena. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941, p. 48–49.

13 Pohl, Johann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. (v. 1: p. 197, 204–205; v. 2: p. 441).

14 Debret, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins. 1940, (v. 1: p. 189 e prancha 23).

conduzidos para Minas Gerais¹⁵. Cunha Matos afirmava, em 1837, que a balança do comércio de Minas com as cidades litorâneas era desfavorável à primeira devido às importações de escravos e que “se não entrassem anualmente para as Minas muitos milhares de africanos a suprir o lugar daqueles que sucumbem ao peso dos trabalhos (...) a província de Minas estaria unicamente ocupada pela raça branca.¹⁶ No início dos anos 40, Suzannet informava que escravos africanos estavam sendo introduzidos, através da Bahia, nas áreas diamantinas de Minas.¹⁷

Toda a evidência disponível indica que, pelo menos enquanto o tráfico africano permaneceu aberto, os escravos eram mais caros em Minas do que no Rio de Janeiro. Freireyss observou que os crioulos custavam, em geral, mais que os africanos. Fontes mineiras contemporâneas afirmam que, em 1810, não se podia comprar um escravo por menos de 240 a 280 mil-réis, enquanto uma amostra de vendas de cativos no Rio de Janeiro, entre 1807 e 1812, fornece os preços médios de 145 mil-réis para os homens e de 123 mil-réis para as mulheres.¹⁸ A Saint John del Rey Mining Company se dirigia sistematicamente ao mercado do Rio para suas maiores compras de escravos na década de 1830 e no início da década de 1840. E tinha boas razões para fazê-lo: em 1835, a empresa comprou um lote de 42 cativos no Rio a 500 mil-réis cada, enquanto 17 outros comprados na vizinhança de Morro Velho custaram em média 574 mil-réis. Noventa escravos adquiridos no Rio em 1839 custaram 478 mil-réis em média, ao passo que 36

15 *O Universal* (Ouro Preto), 10 de abril de 1835, citado por Sena, Marina de Avelar, *Compra e venda de escravos (em Minas Gerais)*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1977, p. 109.

16 Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979–1981, vol. II, p. 81–82.

17 Conde de Suzannet. *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947, p. 145, 162.

18 Freireyss. *Viagem...*, p. 222; *Vicissitudes da Industria Mineira* (1810). *Revista do Arquivo Público Mineiro* III (1898), p. 80. Os preços de escravos no Rio de Janeiro são de Karasch, Mary Catherine. *Slave life in Rio de Janeiro. 1808–1850*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin. 1972, p. 525–27. No cálculo da média do preço dos homens foi excluído um escravo vendido em 1807 por 12.800 réis, porque esse preço parece anormalmente baixo.

cativos comprados na própria região da mina custaram 600 mil-réis por cabeça em 1841.¹⁹

Essas diferenças de preço podem ter sido devidas, em parte, ao fato de que os escravos do Rio eram provavelmente boçais, mas há indícios de que os ladinos também obtinham preços mais altos em Minas, como exemplifica o anúncio abaixo, estampado em 1831 no *Universal* de Ouro Preto:

Antônio Pereira Cardoso, novamente chegado do Rio de Janeiro, traz uma não pequena porção de negros, ladinos (...) O anunciante os pretende vender em leilão (...) na Praça da Alegria, esquina da Ladeira de Simão da Rocha, nesta cidade.²⁰

Tais peças da evidência direta, mesmo sendo fragmentadas, deixam pouca dúvida a respeito do sentido do fluxo de tráfico. Os escravos estavam sendo mandados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais, e não na direção oposta. Durante a primeira metade do século dezenove o Brasil importou mais escravos africanos do que em qualquer outro período de sua História. As melhores estimativas disponíveis indicam que pelo menos 1,5 milhão de africanos entrou no país entre 1801 e 1851.²¹

A grande maioria desses escravos se dirigiu à região centro-sul. Os registros do British Foreign Office, analisados por Curtin, mostram que, no período 1817–1843, das cargas humanas cujos portos de destino eram conhecidos, 76,9% desembarcaram no Rio de Janeiro e 7,1% foram para

19 Esses dados são de documentos não publicados da Saint John del Rey Mining Co., pesquisados por Douglas Cole Libby.

20 *O Universal* (Ouro Preto), 23 de setembro de 1831, citado por Sena, *Compra e Venda de escravos*, p. 5.

21 Klein. The trade in African slaves to Rio de Janeiro. In: *The middle passage*, p. 55; Curtin, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969, p. 234; Eltis, David. The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821–1843. A Revision of the 1845 parliamentary paper. In: Gemery, H.A. e Hogendorn, J.S. (eds.) *The uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. New York: Academic Press, 1979, p. 289; Karasch. Slave life in Rio de Janeiro..., p. 140–41. Essas fontes combinadas dão um total de 1.493.224 africanos no período 1801–1851, mas para os anos 1801–1810 e 1844–1851 incluem somente as importações via Rio.

portos localizados no litoral paulista. Nos anos finais do tráfico, a porcentagem do Rio de Janeiro aparentemente cresceu.

Isso significa que um número bem superior a um milhão de africanos entrou nos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo na primeira metade do século.²² Essa, e não os supostamente “redundantes” escravos de Minas Gerais, foi a fonte de mão-de-obra para o período formativo do setor cafeeiro.

O tráfico oceânico de escravos e os primórdios da grande lavoura cafeeira são intimamente relacionados. Vários cafeicultores importantes, como Vergueiro, de São Paulo, eram ou tinham sido grandes traficantes, e pelo menos um — Souza Breves, do Rio de Janeiro — tinha suas próprias instalações portuárias e importava diretamente da África para suas grandes propriedades. Até mesmo em Minas podem ser encontrados exemplos de fazendeiros que acumularam seu capital através do tráfico.²³

Alguns autores enfatizaram exageradamente a migração de algumas famílias das áreas mineradoras decadentes, no final do século dezoito e início do século seguinte, para zonas de fronteira no Vale do Paraíba fluminense, paulista e mineiro, onde se tornaram um dos núcleos da aristocracia cafeeira. Esse tem sido até hoje o único argumento usado para sustentar a tese da “origem mineira” da escravaria empregada na implantação da lavoura cafeeira.

Não há dúvida de que tal migração ocorreu e, muito provavelmente, as famílias migrantes levaram seus escravos consigo, mas nunca foi apresentada alguma evidência de transferências significativas de escravos. O volume dessas migrações nunca foi estimado e, em alguns casos, e própria origem “mineradora” das famílias migrantes não foi adequadamente estabelecida.

22 Curtin. *The Atlantic slave trade...*, p. 240. Essa estimativa é perfeitamente compatível com outra fonte: apenas para as importações do Rio de Janeiro, nesse período, Karasch indica um mínimo de 895.949 escravos. A fonte usada pela autora para os anos 1817–43 foi corrigida recentemente, para cima, em 30%, por novas evidências apresentadas por Eltis. Karasch. *Slave life...*, p. 105–106; Eltis. *Direction and fluctuation...*, p. 289.

23 Dean, Warren. *Rio Claro. A Brazilian plantation system, 1820–1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976, p. 48; Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, (v. 8: p. 267, 270); Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944, p. 343.

Em seu estudo sobre a município de Vassouras, Stanley Stein mostra muitas ligações entre os pioneiros do café e famílias abastadas de Minas, mas não menciona transferências de escravos de Minas. Na verdade, as relações familiares dos pioneiros representavam fontes de capital e de crédito, com os quais eles compravam escravos no mercado do Rio de Janeiro. Um fazendeiro, por exemplo, obteve um empréstimo de seus parentes mineiros “para comprar doze escravos africanos recém-chegados”.

Os comissários do Rio de Janeiro “enviavam provisões e créditos, e logicamente assumiram a função de fornecer escravos dos mercados costeiros para seus clientes do interior.”²⁴ Outro estudo sobre o Vale do Paraíba descreve o surto cafeeiro como o resultado da convergência de dois fluxos migratórios: “os cafeeiros e os escravos vieram do litoral (Rio de Janeiro) para o interior, os empresários se moveram do interior para a costa, nativos que eram, em sua maioria, de Minas Gerais.”²⁵

A ideia de que Minas tenha sido um exportador de escravos na primeira metade do século é contestada, mais que por qualquer outra evidência, pelo vigoroso crescimento da população escrava da província. Em 1808, Minas tinha 148.772 escravos, contingente esse que cresceu para 168.543 em 1819, constituindo-se na maior população cativa do Brasil e representando 15,2% do total.²⁶ Seu rápido crescimento entre 1819 e 1872 reforçou essa posição e a participação nessa última data passou a 24,7%. Nesse período, a população escrava de Minas cresceu e uma taxa cerca de duas vezes e meia maior que a média nacional e o seu aumento absoluto foi igualado apenas pelo do Rio de Janeiro. Na época do censo, Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias ao norte da Bahia, mais Goiás, Mato Grosso e Paraná, somados.

24 Stein, Stanley J. *Vassouras. A Brazilian coffee county. 1850–1900*. New York: Atheneum, 1970, p. 18, 73–75.

25 Valverde, Orlando. La Fazenda de café esclavista en el Brasil. *Cuadernos Geograficos*. Venezuela: Universidad de Los Andes, 3: 10, 1965.

26 1808: População da província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 4, 1899, p. 295; 1819: veja a tabela1, abaixo.

A mera comparação das populações em dois pontos do tempo, claramente não é suficiente para determinar as migrações que ocorreram no período. Porque não isola o efeito do crescimento natural (e no caso de escravos, das manumissões) daquele causado pela migração (pelo tráfico, no caso de populações cativas), essa comparação, na verdade, pode ser muito enganosa. Para evitar isso usamos um método análogo à “técnica dos sobreviventes” dos demógrafos e estimamos as transferências líquidas de escravos de Minas Gerais nos períodos 1808–1819 e 1819–1873.²⁷

O método empregado depende criticamente da taxa de crescimento natural da população escrava, um parâmetro para o qual não temos informações diretas confiáveis nesse período. Por essa razão, computamos estimativas para um intervalo razoavelmente grande dessa taxa. Então, determinando através de evidência indireta o intervalo provável do parâmetro, poderemos balizar o volume verdadeiro do tráfico.

É claro que a quantidade de escravos importados é muito sensível à taxa de crescimento natural adotada, mas a direção do tráfico é absolutamente inequívoca. A província teria sido um considerável importador líquido de escravos, mesmo com uma população estável ou naturalmente crescente. Invertendo as estimativas da tabela 2, podemos concluir que, mesmo se postularmos exportações de escravos extremamente baixas, as taxas implícitas de crescimento natural ainda seriam muito maiores do que aquelas observadas em qualquer sociedade escravista da América, com exceção dos Estados Unidos.

27 O método não permite estimar separadamente os fluxos de importações e exportações, mas apenas o saldo migratório líquido. Seria desejável ter um corte diferente nos dados, de modo a poder separar os efeitos do tráfico internacional, que permaneceu aberto até 1850, e do tráfico interprovincial, que ganhou importância a partir de então. Infelizmente, não há dados confiáveis para a população escrava de Minas no início da década de 1850. As estimativas resultam da solução para T da equação $P_t = P_0 \times S + (T - M) \times S$, onde $S = (1+r)^t$, P_t e P_0 , as populações escravas no fim e no início do período, respectivamente, r é a taxa anual de crescimento natural, t a duração do período, e M o número de manumissões no período. Essa estimativa assenta-se na hipótese de que todo o tráfico ocorreu no ponto médio do período em questão. Estimativas baseadas na hipótese de que o tráfico ocorreu uniformemente ao longo do período apresentam diferenças desprezíveis das apresentadas acima. A metodologia é discutida em detalhe em Martins, *Growing in silence...*, apêndice B.

Tabela 1
 Brasil: Taxas de crescimento da população escrava,
 por províncias, 1819–1872

Província	Escravos em 1819	Escravos em 1872	Taxas (% por ano)
Amazonas	6.040	979	- 3,37
Pará	33.000	27.458	- 0,34
Maranhão	133.334	75.272	-1,07
Piauí	12.045	23.924	+1,30
Ceará	55.439	31.913	-1,03
Rio Grande do Norte	9.109	13.020	+0,67
Paraíba	16.723	21.526	+0,47
Pernambuco	97.633	89.028	-0,17
Alagoas	69.094	35.741	-1,23
Sergipe	26.213	30.119	+0,26
Bahia	147.263	167.824	+0,24
Minas Gerais	168.543	381.893	+1,53
Espírito Santo	20.272	22.659	+0,21
Rio de Janeiro	91.070	306.425	+2,31
Corte	55.090	48.939	-0,22
São Paulo	77.667	156.612	+1,28
Paraná	10.191	10.560	+0,66
Santa Catarina	9.172	14.984	+0,93
Rio Grande do Sul	28.253	69.685	+1,72
Goiás	26.800	10.652	-1,73
Mato Grosso	14.180	6.667	-1,41
Brasil	1.107.389	1.546.880	+0,63

Fontes:

1819: Estimativas de Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, reproduzidas por Vianna F. J. Oliveira. *Resumo histórico dos Inquéritos censitários realizados no Brasil In: Brasil. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922–29. v. 1, p. 405.

1872: Dados corrigidos do censo de 1872, em Marcílio, Maria Luiza. *Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. Anais de História de Assis* 6, p. 127, 1974.

Tabela 2
 Minas Gerais: Estimativas Mínimas* das Importações Líquidas
 de Escravos, com Taxas Hipotéticas de Crescimento Natural,
 1808–1819 e 1819–1873.

Taxa de crescimento natural	1808–1819		1819–1873	
	Importações líquidas	Média anual	Importações líquidas	Média anual
10	2.426	221	71.431	1.323
5	11.073	1.007	140.939	2.610
0	19.771	1.797	213.350	3.951
-5	28.528	2.593	290.030	5.371
-10	37.350	3.395	372.459	6.897
-15	46.246	4.204	462.263	8.560
-20	55.224	5.020	560.728	10.384

(*) As estimativas são mínimas porque as manumissões foram consideradas nulas.

Fonte dos dados originais: Nota 26 e tabela 1.

A população escrava dos Estados Unidos cresceu a uma taxa de 23,9 por mil por ano entre 1820 e 1860, um período em que o tráfico internacional para aquele país já estava fechado e taxa de manumissão era muito baixa.²⁸ Em todas as outras sociedades escravistas da América, a população servil apresentou crescimento natural negativo. Nas Índias Ocidentais, a taxa natural de declínio (por mil por ano) variava entre 20 e 50 no século dezoito, segundo observadores contemporâneos.²⁹ No século dezenove, essa taxa tendeu a diminuir em alguns lugares, mas, na esmagadora maio-

28 A taxa bruta de crescimento da população escrava nos Estados Unidos foi computada a partir de dados dos censos, reproduzidos por Claudia Dale Goldin. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976, p. 67. Como o tráfico internacional para os Estados Unidos já estava fechado há mais de dez anos, e as manumissões eram muito poucas, esta taxa é também a taxa de crescimento interno, e é muito próxima à taxa de crescimento natural.

29 Curtin, Philip D. Epidemiology and the slave trade. *Political Science Quarterly* (83), p. 214, June 1968.

ria dos casos, a transição para o crescimento positivo não se consumou sob o regime da escravidão.³⁰

Em Cuba, a taxa de declínio era estimada entre 30 e 50, por volta da metade do século dezanove.³¹ Na Martinica, a taxa observada entre 1835 e 1848 foi de 11,1. As matrículas de escravos da Jamaica mostram taxas de declínio variando entre 0,7 e 4,8 entre 1817 e 1832. É preciso notar, nesse caso, que no início do período, o tráfico para a ilha já tinha cessado havia dez anos, e todos os africanos existentes já tinham ultrapassado de muito o período de adaptação social e imunológica no qual se verificavam as taxas mais altas de morbidade e mortalidade. De acordo com uma autoridade no assunto. “mesmo não tendo uma taxa solidamente estabelecida, o fato do declínio natural é confirmado também para as outras ilhas do Caribe.”³² A situação era semelhante no continente. No Suriname e na Guiana Inglesa, as taxas naturais de declínio foram de 13,2 entre 1830 e 1863, e de 11 por mil por ano entre 1817 e 1829, respectivamente.³³

A experiência brasileira não foi diferente. Em 1819 havia 1.107.389 escravos no Brasil e, entre essa data e 1851, foram importados cerca de 1.192.642 africanos. Ainda assim, em 1872, a população servil atingia apenas o número de 1.546.880 escravos. Usando esses dados e duas hipóteses diferentes sobre a distribuição das importações no tempo, estimei a taxa de crescimento interno da população escrava do Brasil entre 1819 e 1872, obtendo -8,9 e -9,32 por mil por ano.³⁴

30 A única exceção é o caso de Barbados, cuja população servil atingiu o crescimento positivo pouco depois de 1808. Para uma discussão das peculiaridades desse caso veja Curtin. *Epidemiology...*, p. 215.

31 Knight. Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

32 Cohen, David W. e Greene, Jack P. (eds.) *Neither slave nor free: the freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972, p. 337; Higman, B.W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807–1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. p. 102; Curtin. *Epidemiology...*, p.124

33 Cohen e Greene (eds.) *Neither slave...*, p. 336; Curtin. *Epidemiology...*, p. 216.

34 A primeira hipótese, de que todas as importações ocorreram no ponto médio do período 1819–1851, gerou a taxa de -8,9. A segunda, e mais realista, foi de que as importações se distribuíram uniformemente nesse período e resultou na taxa de -9,32. Como

Estes resultados são inteiramente consistentes com os de Slenes que, usando uma abordagem diferente, concluiu que a taxa de crescimento natural era negativa e que a taxa de crescimento interno situava-se no intervalo de 0 a -15 por mil por ano.³⁵

Não há qualquer razão para supor que a taxa de crescimento em Minas era maior do que em outras partes do Brasil. Na verdade, considerando que Minas importava mais africanos do que a maioria das outras províncias, sua taxa de crescimento era provavelmente menor que a média brasileira. A maior proporção de africanos, com sua fertilidade menor e mortalidade maior, certamente deprimia a taxa de crescimento da população cativa da província.³⁶

É perfeitamente razoável, portanto, supor que a taxa de declínio natural da população escrava de Minas nas primeiras sete décadas do século dezanove se situava em torno de 10 por mil por ano, o que significa que a província importou cerca de 400 mil escravos, em termos líquidos, nesse período. Se, como provavelmente ocorreu, a grande maioria dessas importações teve lugar enquanto o tráfico internacional estava aberto, então Minas foi certamente o maior importador provincial de africanos no século dezanove, com uma fatia de cerca de 30% das importações totais brasileiras. Os dados disponíveis sobre a população escrava das outras províncias confirmam essa conclusão: sem uma grande participação de Minas Gerais, uma parcela considerável dos quase 1.200 mil escravos importados pelo Brasil não poderia ser “explicada”.³⁷

a taxa de manumissão era baixa, a taxa de crescimento interno é muito próxima da taxa de crescimento natural. Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 176–77.

35 Slenes. *The Demography...*, p. 363–365.

36 Eschwege estimou a taxa de declínio dos escravos mulatos em 22 por mil por ano, em torno de 1820, e dos pretos em 39 por mil por ano, resultando numa taxa de declínio de 36,7 por mil por ano para o conjunto de população escrava da província. Herbert Klein, por outro lado, parece estar persuadido de que a população escrava de Minas tinha um crescimento natural positivo. Usando dados para um único ano (1811), concluiu que a taxa de crescimento natural era de 5 por mil por ano. Além do fato de que as mortes de escravos eram notoriamente sub-registradas, há outras razões para rejeitar a conclusão de Klein. Martins. *Growing in silence...*, p. 177–78.

37 Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 180.

Tabela 3
 Estimativas da taxa de crescimento natural da população escrava de Minas Gerais, com níveis hipotéticos de exportações de escravos da província, 1808–1819 e 1819–1873

Porcentagem da população escrava exportada anualmente em termos líquidos durante o período (q)	Taxa implícita de crescimento natural (por mil por ano)	
	1808–1819	1819–1873
0,0	11	15
0,5	16	20
1,0	22	26
1,5	27	31
2,0	32	36

Fonte: idem tabela 2. A metodologia é uma variante daquela descrita na nota 27, onde o resultado líquido do tráfico entra como parâmetro e a equação é resolvida para r. A hipótese adotada é a de que $T_j = -q \times P_j$, isto é, as exportações líquidas em cada ano eram uma porcentagem constante de população daquele ano. Veja Martins. *Growing in silence*, p. 172–74 e apêndice B.

DO FIM DO TRÁFICO AFRICANO AO CENSO DO IMPÉRIO

O fim do tráfico internacional desencadeou transferências interprovinciais de escravos de proporções sem precedentes. Com o fechamento da fonte africana, as diferentes condições econômicas das diversas regiões do país necessariamente provocariam a realocação do estoque existente.

A agricultura estava em franca expansão no Centro-Sul: os setores cafeeiros de Minas e do Oeste Paulista cresciam rapidamente e havia crescimento localizado mesmo no Vale do Paraíba. As regiões mais antigas estavam decadentes desde a metade do século, mas terras cafeeiras novas estavam sendo abertas na parte ocidental do Vale fluminense, em áreas fronteiriças a Minas e ao Espírito Santo. As condições eram diversas no Nordeste, onde a principal indústria exportadora — o açúcar — permanecia emaranhada numa crise crônica. Além disso — e mais importante que a crise do açúcar — as províncias nordestinas começaram, nessa época, a substituir os escravos por trabalhadores livres numa taxa relativamente

rápida. Pelo meado do século, a maior parte das terras cultiváveis já tinha sido apropriada e já havia claros sinais de pressão populacional sobre os recursos naturais. A massa de camponeses sem terra tornou-se um reservatório de trabalho assalariado voluntário e barato, que permitiu aos senhores de terras se desvencilharem gradualmente de seus escravos, vendendo-os em quantidades crescentes aos vorazes mercados do Centro-Sul. Entretanto, até a década de 70, esse fluxo não parece ter sido, nem de longe, tão volumoso quanto se costumava acreditar.³⁸

Rio de Janeiro e São Paulo foram os principais importadores nesse período. O setor cafeeiro fluminense permanecia estagnado, mas, apenas para manter a força de trabalho estabilizada, era necessário um alto nível de importações. Em São Paulo, a expansão cafeeira gerou forte demanda por novos escravos: sua população servil aumentou em um terço entre 1854 e 1874. O mesmo ocorria no Espírito Santo, que quase dobrou seu pequeno plantel escravo entre 1857 e 1872. Do outro lado, a maior parte das províncias do Nordeste parece ter perdido escravos no período, com Pernambuco e Bahia liderando as exportações.³⁹

Por causa da inexistência de dados confiáveis para a população escrava de Minas no meado do século, é extremamente difícil determinar a posição da província no tráfico, no período em questão. A evidência disponível é indireta, fragmentada e frequentemente contraditória. As condições econômicas variavam bastante dentro do “mosaico mineiro” e o padrão do

38 Veja a esse respeito Martins. *Growing in silence...*, p. 182–84; Slenes. *The demography...*, p. 136–38 e Klein. *The internal slave trade...*, p. 98. Baseados nas estimativas grosseiramente equivocadas das populações escravas provinciais em 1864, de Tomaz Pompeo de Souza Brazil, Thomas Merrick e Douglas Graham concluíram que o “ponto alto da transferência inter-regional de escravos no Brasil ocorreu nos anos 60 e início dos 70”. Merrick & Graham. *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979, p. 65–66. Se os dados do padre Pompeo estivessem corretos (e a própria fonte faz severa advertência sobre sua confiabilidade), isso implicaria, por exemplo, que o Nordeste teria perdido, em termos líquidos, cerca de 287 mil escravos entre 1864 e 1872, e que Minas teria ganho, no mesmo período, 164 mil cativos. Compare-se isso com os fatos de que no ano do censo havia apenas 18.513 escravos nascidos nas províncias do Norte e do Nordeste vivendo no Centro-Sul, e que em Minas residiam apenas 8.578 escravos nascidos em outras províncias.

39 Martins. *Growing in silence...*, p. 182–83.

tráfico era, aparentemente, bastante complexo. O impacto líquido das transferências sobre a população escrava provincial, embora difícil de ser determinado com precisão, parece ter sido pequeno.

Nesse período encontramos, pela primeira vez, referências a exportações de escravos de Minas. Ferreira Soares afirma que um pequeno número de escravos mineiros foi vendido no mercado do Rio de Janeiro na década de 50.⁴⁰

Richard Burton foi informado, em 1867, que em São João del Rei os escravos eram “um elemento em rápido declínio,” tendo sido em sua maioria vendidos aos distritos agrícolas do Rio de Janeiro. Em Diamantina colheu a mesma informação e observou que os donos de lavras estavam animados com a propalada possibilidade de uma imigração de confederados americanos: “Que Deus os traga,” diziam, “e eles logo empregarão nossos inúteis escravos”. De Januária, Burton escreveu que “os cativos vinham sendo vendidos já há algum tempo para o Rio de Janeiro”.⁴¹

Burton estava completamente errado sobre São João del Rei: longe dos 1.350 escravos registrados por ele em 1867, o censo mostrou que o município tinha 8.092 cativos em 1873, e nossas estimativas colocam-no claramente como um importador líquido entre as décadas de 50 e 70. Mas estava provavelmente certo sobre a região diamantina, que passou por uma crise profunda nesse período. O segundo *rush* de diamantes terminara abruptamente com as descobertas na África do Sul e o *boom* algodoeiro se dissipara com a recuperação da oferta norte-americana. A rapidez desses acontecimentos, conjugada à falta de alternativas numa região pouco dotada para a agricultura, resultou no desemprego generalizado da força de trabalho escrava. Essa situação — uma crise local que tornou os escravos redundantes, gerada por condições adversas em mercados externos — era completamente atípica no cenário econômico de Minas. Como mostramos em outro trabalho, a economia provincial (com exceção do setor cafeeiro)

40 Soares, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p. 135.

41 Burton, Richard F. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. (v. 1: p. 114–15; v. 2: p. 104, 269) London: Tinsley Brothers, 1869,

era quase totalmente orientada para o autoconsumo e o comércio local e não era, portanto, vulnerável às flutuações dos mercados de exportação.⁴²

A partir da segunda metade da década de 60, há indicações de que escravos mineiros estavam sendo alugados para o setor cafeeiro de São Paulo.

O doutor Gaston, da Carolina do Sul, visitou aquela província em 1865, e foi informado por fazendeiros que turmas de escravos de Minas podiam ser contratadas para a derrubada das matas e plantação dos cafezais.⁴³ O relatório de Carvalho de Moraes, sobre as condições de trabalho na zona cafeeira paulista em 1670, também afirma que muitos empreiteiros de formação de cafezais eram mineiros que tinham migrado com seus escravos.⁴⁴ Warren Dean localizou em Rio Claro contratos “para o plantio de mais de um milhão de pés [de café] por empreiteiros, os quais trouxeram mais de 332 escravos para o município...entre 1864 e 1878”.⁴⁵

Não está claro, contudo, se esses escravos estavam vindo das áreas não-cafeeiras de Minas. À afirmação de Dean, de que eles eram trazidos “de regiões menos favorecidas como o centro de Minas”, pode-se contrapor a do doutor Gaston, segundo o qual “esses negros tinham sido até então empregados em fazendas de café que tinham deixado de ser lucrativas naquela região.”⁴⁶

A despeito desses depoimentos, outras evidências sugerem que Minas não pode ter sido, nesse período, exportador líquido de um número significativo de escravos. Estimativas baseadas no censo do Império e em dados da população escrava para 27 municípios, de um total de 52, em 1854, mostram que esses municípios importaram, em termos líquidos, pelo menos 82.512 escravos nesses dezenove anos. Essa estimativa é parcial, mas dificilmente a inclusão dos outros 25 municípios reverteria a situação, princi-

42 Martins. *Growing in silence...*, cap. 5.

43 Gaston, J. McFaden. *Hunting a home in Brazil*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867, p. 125, 193.

44 Moraes, João Pedro Carvalho de. *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 69.

45 Dean. *Rio Claro...*, p. 35, 55, 205.

46 Dean. *Rio Claro...*, p. 35; Gaston. *Hunting a home...*, p. 125.

palmente quando se considera que entre estes últimos estavam municípios cafeeiros em franca expansão, como Leopoldina, Muriaé, Juiz de Fora e Rio Preto, além de vários municípios prósperos da Zona Sul, que provavelmente também eram importadores líquidos.⁴⁷

O censo de 1872 registrou a província de nascimento dos escravos. Esses dados mostram que havia em Minas 8.578 escravos nascidos em outras províncias, enquanto 11.560 escravos mineiros residiam fora de Minas Gerais. Mostrou também que, acima de qualquer dúvida, o envolvimento da província no tráfico nos anos que precederam o censo foi pequeno: se considerarmos que as transferências interprovinciais eram desprezíveis antes de 1851, os dois contingentes de migrantes sobreviventes, acima mencionados, corresponderiam aproximadamente ao total de 15.000 escravos exportados e 11.000 escravos importados entre 1851 e 1873.⁴⁸

O padrão de comércio indicado por esses dados é bastante diferente daquele sugerido na literatura. Os números desmentem a ideia de que Minas tenha sido um grande fornecedor de escravos para a lavoura cafeeira fluminense: na verdade havia tantos escravos mineiros naquela província quanto escravos fluminenses em Minas. A grande maioria (96,9%) dos escravos mineiros residentes fora de Minas estava em províncias limítrofes, em muitos casos, em municípios que tinham fronteiras com Minas. Longe de ser um fluxo de tráfico convergindo fortemente para as áreas cafeeiras, o que esses dados mostram é que uma parcela considerável das transferências de escravos mineiros era associada a migrações de pequenos proprietários.

Em São Paulo, pelo menos 36% dos escravos mineiros não estavam em áreas cafeeiras. Dos quinze municípios paulistas que tinham mais escravos de Minas, sete se localizavam além da fronteira do café. Na região de maior concentração — a Mogiana — a colonização estava apenas começando, e esta era a área favorita dos migrantes livres de Minas. A coloni-

47 Veja Martins, *Growing in silence...*, p. 188–91.

48 O censo registra um número muito pequeno de escravos africanos em Minas (27.946). Entretanto, como o tráfico internacional era ilegal desde 1831, é de se supor que os proprietários tenham escondido a origem africana de seus escravos. As estimativas dos fluxos de importação e exportação estão em Martins, *Growing in silence...*, p. 193.

zação desta zona foi em grande parte feita por mineiros sitiantes e criadores — mas não cafeicultores — que abriam terras além da fronteira do café e se dedicavam à agricultura de subsistência e pecuária. A maioria dos municípios com números relativamente altos de escravos mineiros se localizava nessa zona (São João da Boa Vista, Mococa, Batatais, Mogi-Mirim, Franca, Caconde). Todos esses lugares tinham sido colonizados por mineiros e eram áreas de intensa imigração de mineiros. Outros lugares com muitos escravos de Minas, como Rio Verde, Botucatu e Sorocaba (na zona Sorocabana), ou São Carlos do Pinhal (na Paulista), também eram áreas de colonização mineira. Outros ainda, como Itatiba, Taubaté, Belém do Descalvado e Brotas, não nasceram de colonização mineira, mas eram zonas de imigração relativamente intensa de mineiros livres. No conjunto de São Paulo, a correlação (por regiões) entre a presença de mineiros livres e de escravos mineiros era bastante alta ($r = 0,72$), e (por municípios) na Mogiana era ainda maior ($r = 0,84$).⁴⁹

Tabela 4.1
Províncias de Residência dos Escravos Nascidos em Minas,
segundo o Censo de 1872.

Província de residência	Escravos	%
São Paulo	4.018	1,16
Rio de Janeiro	3.074	0,89
Goiás	1.311	0,38
Espírito Santo	756	0,22
Município Neutro	728	0,21
Bahia	542	0,16
Outras províncias	1.131	0,33
Total residente fora de Minas	11.560	3,35
Residentes em Minas Gerais	333.853	96,65
Total nascidos em Minas	345.413	100,00

Fonte: Recenseamento de 1872.

49 Todos os dados são do Recenseamento de 1872. Sobre a colonização mineira em zonas pioneiras de São Paulo, veja Monbeig, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952, p. 116–20; e Leite, Mário. *Paulistas e mineiros, plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961, p. 165–257.

Tabela 4.2
 Províncias de Nascimento dos Escravos Residentes em Minas,
 segundo o Censo de 1872.

Província de nascimento	Escravos	%
São Paulo	1.309	0,35
Rio de Janeiro ^a	3.757	1,01
Goiás	185	0,05
Espírito Santo	97	0,03
Bahia	2.094	0,57
Pernambuco	667	0,18
Outras províncias	469	0,13
Total nascido em outras províncias	8.578	2,32
Minas Gerais	333.853	90,14
África	27.946	7,55
População escrava de Minas ^b	370.377	100,00

Fonte: Recenseamento de 1872.

(a) Os escravos nascidos no Município Neutro foram listados no Rio de Janeiro.

(b) Há pequenas discrepâncias entre as tabelas do censo. Na maior parte delas, o total para Minas é dado como 370.459 escravos. Esse número foi ajustado mais tarde para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas.

Estudos sobre a zona cafeeira paulista, por outro lado, mostram que nesse período o recrutamento de escravos para o café era principalmente de fontes intraprovinciais, sobretudo através de transferências urbano-rurais e da pequena para a grande lavoura. As importações de cativos de Minas eram, aparentemente, desprezíveis. Em Campinas, por exemplo, que era o mercado escravista mais ativo da província, em uma amostra de 523 escravos pertencentes a cinco grandes fazendas, havia 47% de São Paulo, 31,7% de várias outras províncias, 19,9% da África e apenas 1,3% de Minas.⁵⁰

50 Veja Lowrie, Samuel. O Elemento negro na população de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (48), p. 13–15, junho de 1938; Soares. *Notas estatísticas...*, p. 137; Dean. *Rio Claro...*, p.54; Slenes. *The demography...*, p. 113–34.

Tabela 5
 Brasil: Características de sexo e idade da população escrava*
 por províncias ou regiões

Província de Residência	Homens	Escravos	Razão de Masculinidade dos Escravos			
	11-40 como % do total	11-40 como % do total	Idades 11-40 (3)	Nascidos na província de residência (4)	Nascidos em outras províncias (5)	Todos os escravos da província (6)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Minas Gerais	60,3	60,6	1,15	1,14	1,31	1,16
São Paulo	58,2	58,1	1,30	1,20	1,52	1,30
Rio de Janeiro ^a	51,1	51,3	1,24	1,15	-	1,25
Norte e Nordeste ^b	54,8	55,7	1,03	1,03	1,08	1,06
Outras Províncias	51,2	53,8	0,98	1,05	1,39	1,09
Brasil	55,4	56,1	1,12	1,10	1,31	1,14

Fonte: Recenseamento de 1872.

(*) População escrava presente nas paróquias no momento do recenseamento.

(-) Significa dado não disponível.

(a) Colunas (1) a (3) incluem o Município Neutro, mas as colunas (4) e (6) o excluem.

(b) Colunas (1) a (3) não incluem o Maranhão.

Em outras províncias, a presença de escravos mineiros também era fortemente associada com a de mineiros livres. Goiás era outra área de intensa imigração de mineiros, e o coeficiente de correlação, por municípios, entre mineiros livres e escravos era igual a 0,80. No Espírito Santo, 96,3% dos escravos de Minas se concentravam em dois municípios (Itapemirim e Cachoeiro do Itapemirim), que também tinham 77,3% dos mineiros livres. No conjunto da província, o coeficiente de correlação (por municípios) entre escravos e livres de Minas Gerais era igual a 0,98. Em Mato Grosso esse coeficiente era igual a 0,93.

O tráfico interprovincial tinha um acentuado viés em relação ao sexo e à idade. Nas importações pelo porto do Rio de Janeiro, em 1852, os homens superavam as mulheres à razão de dois por um, e os escravos entre 10 e 39 anos constituíam 84% do total. A amostra de vendas de escravos no mercado de Campinas nos anos 60 e 70, coletada por Slenes, tem a mesma

estrutura etária: 85% das vendas envolviam cativos no intervalo 10–39 anos. Em 1872, dentre os escravos que residiam fora de suas províncias de nascimento, os homens excediam as mulheres em 31%.⁵¹

Por causa dessa natureza seletiva, pode-se esperar que as distorções causadas pelo tráfico se expressassem, no caso de uma província exportadora, sob a forma de uma razão de masculinidade mais baixa, especialmente nos grupos etários mais suscetíveis de serem negociados, e de uma relativa rarefação de escravos nesse grupo, especialmente entre os homens. Como o crescimento natural dos dois sexos tende a ser equilibrado, uma razão de masculinidade anormalmente baixa entre os escravos nativos de uma província seria, certamente, um indicador de que havia exportação líquida desses escravos.

O censo confirma claramente essas hipóteses. As diferenças observadas entre as províncias são inteiramente consistentes com o que se conhece sobre o tráfico interprovincial nesse período. Nas províncias do Norte, Nordeste, Sul e no Município Neutro, todos os indicadores relevantes estão abaixo da média nacional, substancialmente em alguns casos, indicando que essas províncias eram exportadores líquidos. Por outro lado, os coeficientes para São Paulo refletem o fato de que ela era um grande importador. No caso do Rio de Janeiro, outro grande importador, a porcentagem do grupo etário de 11 a 40 anos é surpreendentemente baixa. A falsificação das idades dos africanos pode ser a explicação: todas as importações de africanos entre 1831 e 1851 (muitos dos quais teriam entre 20 e 40 anos em 1872) eram ilegais, e grande parte delas foi registrada como sendo acima de 40 anos. Essa fraude ocorreu também nos outros lugares, mas no Rio de Janeiro, que tinha de longe o maior contingente africano, ela certamente distorceu a distribuição etária mais do que em outras províncias. Todos os outros indicadores para o Rio de Janeiro são consideravelmente acima de média nacional. À luz desses dados, é, mais uma vez, muito difícil acreditar que Minas possa ter sido um exportador líquido de escravos no período anterior ao censo. Ela tinha as maiores porcentagens de escravos na faixa 11–40 anos, dos dois sexos, e todos os outros coeficientes estavam acima da média nacional.

51 Klein. *The internal slave trade...*, p. 102; Slenes. *The demography...*, p. 473–74; Recenseamento 1872.

O mesmo raciocínio pode ser usado para detectar realocações de escravos dentro de Minas Gerais. A estrutura de sexo e idade das populações escravas por municípios sugere fortemente que não ocorreram migrações substanciais nos anos anteriores ao censo. A nata da força de trabalho servil, os homens na faixa 11–40 anos, estavam uniformemente distribuídos pelas regiões. Na verdade, várias áreas não-cafeeiras apresentavam uma estrutura sexo-etária da população escrava melhor, como força de trabalho, do que a da zona cafeeira.⁵²

O censo também registrou os escravos ausentes de suas paróquias de residência (o domicílio de seus donos). Eram 2.876, dos quais 1.776 homens e 1.110 mulheres. Dada a natureza do trabalho de formação de cafezais, especialmente a árdua tarefa de abate das florestas, é altamente improvável que mulheres tenham sido empregadas. Dentre os homens ausentes, 97,3% (1.551 indivíduos) estavam entre 15 e 50 anos, ou seja, a faixa de idade compatível com esse tipo de trabalho. Esse número pode ser tomado como o máximo potencial de escravos alugados para o cultivo do café fora da província. O número real era necessariamente menor, por várias razões. Em primeiro lugar, esses escravos estavam ausentes de suas paróquias, mas não necessariamente do município ou da província de residência. Há indicações de que os proprietários eram relutantes em alugar seus cativos para lugares longínquos. Além disso, muitos dos escravos alugados certamente não estavam no café: o governo e os empreiteiros de obras públicas geralmente alugavam escravos para várias tarefas, sobretudo para obras de estradas e ferrovias. Nos anos 60 e 70, cativos alugados foram largamente utilizados na construção das primeiras ferrovias de Minas. As companhias inglesas de mineração, proibidas de comprar escravos pela lei britânica, eram também grandes usuários de trabalho servil alugado.

Finalmente, muitos dos escravos ausentes de suas paróquias, certamente, não estavam alugados: poderiam estar acompanhando os senhores em viagem, ou trabalhando como tropeiros, por exemplo. E claro, portanto, que apenas uma fração insignificante dos escravos mineiros poderia ter sido alugada para a zona cafeeira paulista nesse período.

52 Recenseamento 1872.

OS ANOS 70

A década de 1870 assistiu a uma intensificação do tráfico interprovincial, com o Centro-Sul absorvendo mais escravos do Nordeste e do Sul do que em qualquer outro período.

Os contrastes econômicos regionais acentuaram-se profundamente. Na primeira metade da década, os preços do café atingiram níveis recorde, estimulando grande expansão do plantio. No início dos anos 80, a produção cafeeira tinha quadruplicado no Oeste Paulista e mais que dobrado em Minas Gerais, com respeito ao início da década anterior. Mesmo no Vale do Paraíba, o crescimento foi considerável: o produto aumentou em 23% no Rio de Janeiro e em 35% na seção Paulista do Vale.

No Nordeste, a transição para o trabalho livre continuava e foi muito acelerada pela grande seca de 1877–79. O frágil equilíbrio entre a população e os recursos naturais foi irremediavelmente quebrado no sertão, forçando centenas de milhares de sertanejos a buscar a sobrevivência no litoral. A seca estimulou a liberação de escravos para o Centro-Sul de duas maneiras: por um lado, ela aniquilou temporariamente a economia do sertão, tornando-lhe impossível reter quaisquer escravos que ainda possuísse, por outro, fez expandir enormemente a oferta de mão-de-obra assalariada (e barata) na zona açucareira do litoral.⁵³

Os anos 70 também assistiram o fim do surto algodoeiro causado pela guerra civil norte-americana. Em tempos normais, o algodão era essencialmente uma cultura camponesa do sertão, mas, nos anos do *boom*, algumas fazendas de açúcar se voltaram parcialmente para essa cultura, alocando terras e escravos para a produção de algodão. Com a recuperação da oferta americana, as exportações do Brasil (que se originavam sobretudo no Nordeste) caíram vertiginosamente de um máximo de 717 mil fardos em 1872 para apenas 77 mil em 1879.⁵⁴ O extremo Sul também tinha

53 Veja, a esse respeito, particularmente Cunniff, Roger L. *The great drought: northeast Brazil, 1877–1880*. Tese de doutorado, University of Texas, 1970. Cunniff documenta a migração para o litoral, e mostra seu impacto sobre a oferta de trabalho e sobre o nível salarial na zona açucareira.

54 Wright, Gavin. Cotton competition and the post-bellum recovery of the American South. *Journal of Economic History*, 34 (3): 611. September 1974.

seus problemas. Aí a escravidão estava concentrada no Rio Grande do Sul, onde a maior parte da força de trabalho escrava era empregada na indústria do charque. Estimulada pela crescente demanda da região cafeeira, esta indústria se expandira rapidamente no terceiro quartel do século, mas no final dos anos 70 se encontrava numa crise terminal. Economicamente, ela não podia competir com os *saladeros* do Prata, e politicamente era incapaz de assegurar proteção tarifária do governo imperial, dominado pela grande lavoura.⁵⁵

O resultado disso tudo foi a intensificação do fluxo de escravos para o Centro-Sul. Slenes estimou as importações médias dessa região em mais de 11 mil por ano, entre 1873 e 1881, mais do dobro da média anual estimada para o período 1850–1872.⁵⁶

A avaliação do papel de Minas Gerais nesse período varia muito. Emília Viotti da Costa afirma que, depois que a assembleia paulista suprimiu o imposto de importação de escravos, em 1873, o fluxo de escravos mineiros para as áreas cafeeiras de São Paulo tornou-se grande. Herbert Klein sustenta que Minas “perdeu escravos através da migração” nos anos 1872–1876. Warren Dean encontrou evidências da venda de escravos mineiros em Rio Claro, e informa que uma firma de Minas era um dos principais negociantes de escravos do município nessa década.⁵⁷

A maioria dos contemporâneos, entretanto, sustentava que grande número de escravos continuava a ser importado por Minas. Prudente de Moraes afirmou no parlamento, em 1885, que “metade ou mais da metade” dos escravos de Minas Gerais e São Paulo tinham sido adquiridos do Norte desde 1871. “Na mesma ocasião”, relata Conrad, “outro futuro presidente, Campos Sales, concordou que ‘certamente mais da metade’ tinha sido importada das províncias setentrionais.”⁵⁸ Um engenheiro do governo, traba-

55 Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962

56 Slenes. *The demography...*, p.124,136–38, 188–90, 196.

57 Costa. *Da senzala à colônia...*, p. 132; Klein. *The Internal slave trade...*, p. 98; Dean. *Rio Claro...*, p. 56–57.

58 Conrad. *The Destruction...*, p. 131.

lhando no rio São Francisco relata, em 1879, que grandes comboios de escravos eram enviados rio acima, da Bahia para Minas Gerais. A. Scott Blacklaw, um correspondente estrangeiro, escreveu no início da década de 80 que “nos últimos oito anos ocorreu uma migração geral da população escrava do Norte para as três províncias cafeeiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.”⁵⁹

O fluxo de escravos para Minas foi grande bastante para induzir a Assembleia Provincial a impor um imposto de importação proibitivo em 1880. Comentando a implementação da medida, dois relatórios presidenciais em 1881 informam que ela encontrou forte oposição nos círculos de traficantes no Rio, e indicam que, antes de sua adoção, pelo menos a Mata era um grande importador.⁶⁰ Os dados levantados por Slenes não corroboram a tese de que Minas exportava muitos escravos para São Paulo nesse período. Uma grande amostra de vendas no mercado de Campinas, o maior da província, nos anos 1875, 1877, 1878 e 1879, mostra que dentre os escravos cuja origem provincial era conhecida, apenas 1,6% (35 indivíduos) vinha de Minas Gerais, enquanto 53,5% vinham do Nordeste e 21,2% do Sul. Ele também coletou evidências de que um “número substancial” dos escravos que entraram no porto do Rio de Janeiro “estavam, na verdade, a caminho de Minas Gerais e de São Paulo.” Suas próprias estimativas situam Minas como um dos maiores importadores no período 1873–1887.⁶¹

A partir dos anos 70, há dados muito melhores sobre a população escrava, permitindo uma análise mais acurada do tráfico. Pela primeira vez tornam-se disponíveis dados confiáveis para os municípios.

Em 1873, a distribuição dos escravos pelas regiões de Minas seguia de perto a da população livre: a correlação entre livres e escravos era igual a 0,92. Apenas duas regiões, a Mata e o Sul, detinham uma porcentagem maior de escravos que de livres, mas a concentração era leve.

59 Sampaio, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Editora Cruzeiro, 1938, p. 105; Blacklaw, A. Scott. Slavery in Brazil. *South American Journal and River Plate Mail*, July 6, 1882.

60 Lei provincial n. 2.716, de 8 de dezembro de 1880. Veja também: *Relatório...* pres. José Francisco Netto, 4/5/1881, p. 19; *Relatório...* pres. Freire de Vasconcellos, 7/8/1881, Anexo n. 5, p. 81.

61 Slenes. *The demography...*, p. 800, 627–28, 660.

Tabela 6
 Minas Gerais: População escrava, por regiões, 1873–1886

Região	1873		1880		1884		1886		% da pop. livre em 1873
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	
Metalúrgica-Mantiqueira	95.401	24,7	63.160	19,5	51.820	17,3	49.436	17,3	24,7
Mata	100.776	26,1	100.248	30,9	106.939	35,8	104.360	36,4	16,8
Sul	85.511	22,1	71.682	22,1	63.982	21,4	61.270	21,4	19,0
Alto Paranaíba	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5	5,2
Oeste	33.711	8,7	29.806	9,2	24.440	8,2	23.152	8,1	10,1
Triângulo	7.966	2,1	9.436	2,9	5.921	2,0	5.522	1,9	2,1
São Francisco-Montes Claros	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6	4,9
Paracatu	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5	1,9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	34.160	8,8	28.551	8,8	26.225	8,8	23.794	8,3	15,3
Minas Gerais	386.640	100,0	324.538	100,0	298.931	100,0	286.491	100,0	100,0

Obs.: O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado, pela própria DGE, para 381.893, para incluir 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população daqueles incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 386.640, que é 1,2% maior do que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para dez municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. Todos esses ajustamentos estão descritos em Martins. *Growing in Silence*, apêndice B.

Os dados de população mostram uma crescente concentração dos escravos na Zona da Mata ao longo do período. Entretanto, como já indicamos anteriormente, e simples comparação dos estoques em diferentes momentos não é aceitável como procedimento para detectar fluxos migratórios. Por não levar em conta a mortalidade e as alforrias, essa comparação distorce a realidade, exagerando as perdas das áreas exportadoras e subestimando os ganhos das áreas importadoras. Foram comparações desse tipo que levaram alguns autores a concluir que a escravidão estava em extinção nas partes não-cafeeiras de Minas, porque todas essas regiões pareciam estar exportando cativos.⁶²

A aplicação da técnica dos sobreviventes às populações escravas dos municípios mineiros gerou os resultados apresentados na tabela 7. Para o período 1873–80, usamos a taxa bruta de mortalidade de -23 por mil por ano, estimada por Slenes para a região central de São Paulo para o mesmo período.⁶³ Não há qualquer razão para supor que o padrão de mortalidade em Minas diferia significativamente da amostra de Slenes: a estrutura etária dos escravos era bastante semelhante, as duas populações estavam expostas ao mesmo ambiente sanitário e suas condições de vida eram similares. As manumissões totais da província entre 1873 e 1880 foram estimadas em 7.700 e foi feita a hipótese de que, em cada município, elas foram proporcionais a população escrava do município no início do período.⁶⁴

Agregando as transferências líquidas dos municípios, obtemos a estimativa de uma importação líquida de 7.059 escravos, indicando um pe-

62 Veja, por exemplo, Conrad. *The Destruction...*, tabela n. 12, p. 293.

63 Desde a entrada em vigor da Lei Rio Branco, em setembro de 1871, a taxa bruta de mortalidade tornou-se idêntica à taxa de crescimento natural da população escrava. Veja Slenes. *The demography...*, p. 341–46 e Martins. *Growing in silence...*, p. 215–16

64 Pelo menos parte das manumissões dos municípios — a parte paga pelo Fundo Imperial de Emancipação — era proporcional às populações escravas dos mesmos, uma vez que as quotas do fundo eram distribuídas segundo esse critério. Testamos maneiras alternativas de alocar entre os municípios as alforrias totais estimadas, e verificamos que o impacto das diferentes hipóteses sobre as estimativas do tráfico é mínimo. As manumissões eram um vazamento de tal forma insignificante que os ganhos que seriam obtidos refinando o procedimento nessa direção são desprezíveis.

queno impacto *líquido* do tráfico interprovincial sobre a província nesse período.

Esse resultado é altamente consistente com os registros de mudança de domicílio dos cativos, que passaram a ser exigidos por lei, a partir da matrícula de 1873. Segundo esses registros, entre setembro de 1873 e junho de 1881, 64.718 escravos entraram nos municípios mineiros, enquanto outros 58.782 saíram deles, deixando o saldo de 5.936 indivíduos importados, em termos líquidos, pelo conjunto da província.⁶⁵

As duas estimativas apresentadas acima indicam um pequeno saldo líquido de importações favorável a Minas. Isso não significa, entretanto, que o envolvimento total da província no tráfico era necessariamente pequeno nesse período: nos dois casos, o resultado líquido obtido é perfeitamente consistente com fluxos de exportação e importação de qualquer tamanho absoluto. De fato, há várias razões para presumir que a participação bruta de Minas era muito maior do que aquela sugerida pelo saldo líquido.

As regiões da província eram fracamente integradas e as comunicações entre elas notoriamente deficientes. Era muito mais natural que algumas áreas fizessem seu comércio de escravos com outras províncias do que com outras partes de Minas, como acontecia com o comércio de mercadorias. Desde o período colonial, o vale do São Francisco tinha relações comerciais mais estreitas com a Bahia e Pernambuco do que com o resto da província. O mesmo era verdadeiro para a zona de Paracatu com relação a Goiás, e para a zona Sul com respeito a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

A zona da Mata, em particular, era fortemente ligada à capital do império. Durante todo o século, ela exportou todo o seu café para o mercado do Rio, e era o seu principal fornecedor de vários produtos. Depois da aber-

65 *Relatório da Agricultura*. Ministro Henrique d'Ávila, 10 de maio de 1883, p. 10. Cinco municípios (5,6% do total) não reportaram os dados. Infelizmente, os registros individuais dos municípios não puderam ser localizados. A única outra estimativa existente do tráfico interprovincial de Minas nessa época é a de Slenes, que concluiu que a província importou 23.745 escravos entre 1873 e 1887. Como desde o início de 1881 as importações de Minas foram efetivamente interrompidas, o período coberto pelas duas estimativas é o mesmo, e a discrepância entre elas precisa ser explicada. Acredito que a estimativa de Slenes é exagerada, por ser baseada nos dados da matrícula de 1873, que é absolutamente incompleta no caso de Minas Gerais. Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 616,700–701.

tura da União e Indústria, em 1861, e especialmente depois da ligação ferroviária ser completada no final dessa década, a Mata ficou distante apenas algumas horas da capital.

O Rio de Janeiro, por seu turno, era um importante entreposto de escravos vindos do Nordeste, ao qual estava ligado por telégrafo desde 1874. A viagem marítima entre Salvador e Rio de Janeiro levava menos de quatro dias e, segundo Slenes, “o custo da passagem era mínimo”. A tarifa para transporte de um escravo entre esses dois portos “em 1877 era de 10 a 15 mil-réis, menos de 1% do preço que um escravo jovem, do sexo masculino, obtinha na época nos mercados do Centro-Sul”.⁶⁶

Além disso, o preço médio dos escravos no Nordeste e na maioria das outras províncias era muito menor do que os preços observados em qualquer das regiões mineiras.⁶⁷ Embora mais pesquisa seja necessária para sustentar conclusões seguras, em vista da estrutura de preços relativos e dos outros argumentos apresentados acima, não seria surpresa verificar que algumas áreas de Minas, particularmente a zona cafeeira (Mata), importavam quantidades consideráveis de escravos do Nordeste. As transferências do Nordeste para a Mata eram muito mais fáceis e tinham um custo menor do que as de outras regiões de Minas. Por outro lado, é possível que, ao mesmo tempo, outras partes da província estivessem exportando escravos, especialmente para São Paulo. Esse padrão mais complexo poderia, incidentalmente, explicar, pelo menos em parte, a ocorrência de avaliações tão conflitantes da posição de Minas no tráfico na década de 70.

66 Slenes. *The Demography...*, p. 150–52.

67 O custo médio das manumissões pelo Fundo Imperial de Emancipação é a única fonte sistemática de preços de escravos disponível para todas as províncias. Esse custo pode não refletir adequadamente o preço absoluto do escravo jovem do sexo masculino, mas há fortes razões para acreditar que ele é perfeitamente aceitável como um índice dos preços relativos regionais. Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 222–23.

Tabela 7
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, por Municípios
 1873–80, 1880–84, 1884–86

Região e Municípios	1873–80		1880–84		1884–86	
	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*
Metalúrgica-Mantiqueira	-17.499		-6.623		-233	
Barbacena	+419	-16,9	+98	-17,5	+175	-10,6
Bonfim	-715	-43,0	-1.443	-123,6	+438	+64,0
Caeté	-82	-27,9	-846	-134,9	-116	-68,2
Conceição	+228	-15,6	-298	-39,5	+24	-17,5
Itabira	-691	-37,4	-17	-21,1	+03	-20,7
Mariana	-1.708	-57,8	-276	-33,6	+29	-17,9
Ouro Preto	-2.088	-93,6	-87	-28,5	-375	-100,6
Queluz	-4.516	-82,3	-373	-33,3	+29	-18,8
Sabará	-3.848	-109,2	-750	-74,6	+179	+10,2
Santa Bárbara	-2.782	-92,2	-412	-49,6	+46	-13,6
Santa Luzia	-2.927	-125,7	+341	+16,2	+06	-19,8
São João Del Rei	-31	-23,6	+2.473	-132,4	+79	-10,6
São José del Rei	+806	+9,6	-459	-54,8	-722	-156,6
Sete Lagoas	+426	+3,2	+372	+18,6	-28	-26,8
Mata	+17.888		+15.214		+1.912	
Juiz de Fora	+5.022	+12,6	+2.609	+10,3	+226	-15,8
Leopoldina	+4.541	+17,2				
Ubá	-112	-25,4	+4.518	+15,5	-2.217	-55,9
São Paulo do Muriaé	+1.539	+5,3				
Mar de Espanha	+4.190	+21,2	+5.252	+61,9	+2.328	+40,7
Ponte Nova	+1.010	-3,8	+1.004	+13,2	+536	+13,4
Piranga	+1.408	+21,7	+395	+0,1	+69	-13,9
Pomba	+853	-5,4	+197	-12,8	-03	-21,3
Rio Novo	+1.005	-2,3	+1.288	+25,4	+695	+24,8
Rio Preto	-44	-24,1	+765	+15,2	+113	-10,9
Santa Rita do Turvo	-1.524	-62,7	-814	-75,3	+165	+6,1

(continua)

Tabela 7
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, por Municípios
 1873-80, 1880-84, 1884-86

(continuação)

Região e Municípios	1873-80		1880-84		1884-86	
	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*
Sul	+4.266		-2.130		-50	
Aiuruoca	+755	+6,6	-435	-52,2	-68	-32,5
Alfenas	+1.827	+33,3	-44	-22,5	-239	-46,7
Baependi	-1.391	-48,2	+72	-18,8	+12	-20,5
Cristina	+1.974	+32,9				
Cabo Verde	+1.121	+63,7	+652	+45,4	+642	+90,1
Caldas	+635	+8,6	-175	-36,0	+69	-7,6
Campanha	-301	-29,9	-2.424	-82,4	+780	+27,9
Pouso Alegre	+2.436	+49,9				
Dores de Boa Esperança	-1.513	-81,1	+101	-10,5	+125	+4,1
Itajubá	+508	-6,5	+173	-10,0	+169	+0,2
Jaguari	+456	+32,0	+25	-15,2	-128	-74,7
Lavras	-292	-28,4	-138	-25,7	-489	-62,4
Ouro Fino	-943	-69,9	-703	-120,0	+56	+0,8
Passos	+2.629	+54,7	+1.440	+37,6	-597	-66,4
São José do Paraíso	-911	-60,6	-636	-89,2	-90	-46,2
São Sebastião do Paraíso	-198	-29,4	-712	-71,9	-471	-108,1
Três Pontas	-1.866	-79,6	-291	-43,9	+1.040	-153,9
Turvo	-660	-53,4	+965	+68,4	-861	-168,1
Oeste	+1.939		-3.143		-277	
Bonsucesso	+739	+19,7	-499	-73,2	+16	-17,0
Formiga	+751	+6,0	-608	-65,1	+228	+18,5
Marmelada	-488	-53,8	+106	-5,4	+322	+68,0
Oliveira	-168	-26,3	-342	-34,2	+132	-9,2
Pitangui	+2.437	+25,7	-1.539	-75,7	-1.141	-128,1
Pium-I	-1.072	-70,3	-148	-36,8	+166	+19,4
Santo Antônio do Monte	-188	-39,4	+84	-4,8	+40	-6,0
Tamanduá		-25,3	-197	-33,5	-40	-27,0

(continua)

Tabela 7
 Minas Gerais: Transferências Líquidas de Escravos, por Municípios
 1873–80, 1880–84, 1884–86

(conclusão)

Região e Municípios	1873-80		1880-84		1884-86	
	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*	Transf. líquida	r*
Triângulo	-3.054		-2.887		-157	
Monte Alegre	-506	-55,0	-369	-79,1	-19	-28,5
Prata	+2.620	-109,8	-2.293	-214,7	-161	-74,5
Uberaba	+945	+15,6	-225	-36,6	+23	-17,2
Alto Paranaíba	-4.073		-268		-10	
Araxá	-228	-67,3	-109	-28,7	+59	-11,2
Bagagem	+570	-2,8	-262	-43,8	-184	-58,9
Patrocínio	-3.806	-137,8	+95	-10,6	+120	+4,2
SS. Sacramento	-537	-58,5	+61	-10,9	+20	-15,0
Santo Antônio dos Patos	+18	-21,0	-53	-31,9	-25	-33,5
São Francisco-Montes Claros	+1.833		-99		+155	
Curvelo	+2.310	+102,3	-308	-42,3	+68	-10,3
Januária	+239	+6,8	-197	-67,3	-17	-30,4
Montes Claros	-768	-51,3	+393	+10,9	+153	+2,6
São Romão	+52	-5,4	+13	-10,6	-49	-85,9
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	+171		-76		-1.368	
Diamantina	+4.476	+93,7	-71	-22,8	-608	-66,4
Grão Mogol	-1.099	-76,5	+506	+37,0	-580	-151,1
Minas Novas	-234	-31,5	+627	+24,1	-293	-61,4
Rio Pardo	-2.083	-79,4	-16	-21,4	+256	+16,2
São João Batista	+398		+144	-6,9	-02	-21,3
Serro	-1.692	-53,2	-1.359	-81,0	-218	-45,7
Paracatu	-520		+09		+27	
Paracatu	-520	-56,4	+09	-19,1	+27	-12,4
Minas Gerais	+7.059		-03		-01	

Obs.: As transferências líquidas em 1880–84 e 1884–86 não somam zero por causa de arredondamentos.

Fonte e Metodologia: Martins. Growing in silence, apêndice B. Nota: O município de Santo Antônio do Araçuaí foi excluído por falta de dados adequados.

Tabela 8
Preço médio dos escravos libertados pelo Fundo Imperial de Emancipação
por províncias, regiões e por regiões de Minas Gerais, 1875–1880

	Escravos comprados	Preço médio (Milréis)	Índice do preço Nordeste = 100
Norte ^a	136	493	78,0
Nordeste ^b	2.008	632	100,0
Sul ^c	278	784	124,0
São Paulo	413	954	150,9
Rio de Janeiro	775	887	140,3
Outras Províncias ^d	330	733	116,0
Minas Gerais	629	976	154,4
Metalúrgica	167	926	146,5
Mata	165	1.109	175,5
Sul	157	865	136,9
Demais regiões de Minas	140	1.004	158,9

Fonte: Martins. *Growing in silence*, p. 222.

(a) Amazonas e Pará.

(b) Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

(c) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(d) Espírito Santo, Corte, Goiás e Mato Grosso.

Olhando para dentro da província, vemos claramente que as estimativas do tráfico nesse período não sustentam a tese de que a escravidão só permanecia forte na região da grande lavoura, ou que esta atraía cativos de todas as outras áreas. A Mata era, de fato, o maior importador líquido, mas cinco outras regiões também tiveram saldos de importação positivos entre 1873 e 1880. No nível dos municípios, os dados são ainda mais incisivos: a importação de escravos não era, de modo algum, associada apenas com a lavoura cafeeira.

Nesse período, e zona cafeeira de Minas se restringia apenas à Mata. Mesmo dentro dessa região, nem todos os municípios eram cafeeiros: os municípios interiores (Ponte Nova, Piranga e Santa Rita do Turvo) estavam além da fronteira do café. Os oito municípios cafeeiros de Mata constituíam a única área de Minas onde existia a grande lavoura exportadora. O Sul

não tinha, nessa época, importância alguma como produtor de café: até o final da década de 60, essa região nunca exportou mais de 0,2% do total de Minas Gerais. Essa porcentagem cresceu na década seguinte, não chegando, contudo, a atingir 3% do café exportado pela província em 1881–82 e 1882–83.⁶⁸

Dos 34 importadores líquidos, somente seis eram municípios cafeeiros estabelecidos e em alguns outros, ao longo da fronteira de São Paulo, essa cultura era incipiente. A maioria dos municípios importadores situava-se fora da região de grande lavoura. Municípios não-cafeeiros importaram, em termos líquidos, um número de escravos muito superior àquele importado pelos municípios cafeeiros.

Como já foi notado anteriormente, as *quantidades* estimadas de escravos transferidos pelos municípios são algo voláteis, porque são bastante sensíveis a variações da taxa de crescimento natural adotada. Os *sinais* dos saldos líquidos (portanto, a identificação de importadores e exportadores líquidos), entretanto, são muito estáveis. Usando os *valores críticos* da taxa de crescimento natural (r^*), podemos determinar, para cada município, quanto a taxa verdadeira poderia divergir da taxa adotada sem reverter o sinal do saldo líquido estimado.

A taxa de crescimento natural adotada na estimativa divide, portanto, os municípios em importadores e exportadores líquidos: aqueles cujo r^* é menor do que a taxa adotada são exportadores, os demais são importadores.⁶⁹

Uma inspeção da tabela 7 mostra que variações relativamente grandes da taxa adotada afetariam os sinais de apenas um pequeno número de

68 Apesar de frequentemente referida na literatura como área cafeeira, as exportações de zona Sul de Minas até a década de 1870 eram equivalentes à produção de uma única fazenda de tamanho médio. Nos anos 80 elas cresceram bastante, mas mesmo então correspondiam à produção de um punhado de fazendas grandes. A emergência do Sul como um grande produtor de café é fenômeno que pertence ao período republicano. Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 100–112.

69 O valor crítico da taxa de crescimento natural, r^* , é a solução para r da equação $P_t = P_0 \cdot s + (T-M) \cdot \sqrt{s}$, fazendo-se $T=0$. Na equação $s = (1+r)^t$, P_t e P_0 são as populações escravas no fim e no início do período respectivamente, r é a taxa anual de crescimento natural, t a duração do período em anos, T as importações líquidas totais no período e M , o número de manumissões no período.

saldos migratórios municipais. Por exemplo, se as taxas verdadeiras de crescimento natural se situassem em qualquer lugar dentro de um intervalo de 50% em torno de taxa adotada (-17 a -29 por mil), poderiam ser invertidos os sinais de, no máximo, oito municípios, enquanto os 63 restantes não seriam afetados. Da mesma forma, variações da taxa verdadeira num intervalo de 120% (-9 a -37 por mil) deixariam inalterados os sinais dos saldos de pelo menos 58 municípios.⁷⁰

Identificados com razoável segurança os importadores e os exportadores de escravos no período 1873–1880, por um lado, e os municípios cafeeiros e não-cafeeiros, por outro, analisamos a associação entre os dois conjuntos de atributos. Incluindo apenas os 63 municípios com sinais estáveis para variações de 50% em torno de -23/1000, obtemos o coeficiente de contingência $C = 0,29$, indicando que o fato de um município produzir ou não produzir café pouco tinha a ver com seu papel (importador/exportador) no tráfico de escravos nesse período.⁷¹

Similarmente, a exportação de escravos não se relacionava com a mineração. A caracterização dos distritos exportadores como áreas mineradoras decadentes não tem base factual. É verdade que muitos dos exportadores líquidos, como a maioria dos lugares de Minas, tiveram um passado minerador, mas em quase todos os casos, esse passado já se havia dissipado há muitas décadas. Por outro lado, as estimativas mostram que muitos municípios que tiveram suas raízes na mineração colonial foram importadores líquidos durante 1873–1880.

Usando quatro definições diferentes de “município minerador” e incluindo apenas os 63 municípios com sinais estáveis para variações de 50% em torno de -23 por mil, obtemos coeficientes de contingência que vão de 0,19 a 0,26, indicando que a posição de importador ou exportador de

70 Martins. *Growing in silence...*, p. 224–26.

71 Não existem dados da produção cafeeira por municípios em Minas Gerais no século XIX. Na identificação dos municípios cafeeiros seguimos Laerne, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report on coffee culture in America Asia and Africa*. London: W.H. Allen, 1885, p. 118. Sobre a análise de contingência, veja Siegel, Sidney. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1958, p. 196–202. Incluindo todos os municípios obtém-se $C = 0,19$.

escravos era ainda menos associada com a mineração do que com a cultura cafeeira.⁷²

A DÉCADA DE 1880

Em dezembro de 1880, a Assembleia Provincial de Minas Gerais, temendo que a excessiva concentração dos escravos no Centro-Sul pudesse alienar o apoio do resto do Império à instituição servil, aprovou lei impondo severas restrições à importação de cativos. Cada escravo trazido de outra província para Minas foi taxado em dois contos de réis (mais do que o preço de mercado de um jovem adulto do sexo masculino), enquanto o imposto sobre a venda de escravos e a licença para esse comércio foram aumentados.⁷³

Uma medida semelhante havia sido adotada pelo Rio de Janeiro poucas semanas antes, e foi imitada por São Paulo em janeiro do ano seguinte. Essa ação concertada fechou simultaneamente os três maiores mercados importadores provinciais e parece ter efetivamente congelado a distribuição regional da população servil do Brasil. Depois de 1881, “virtualmente nenhum escravo entrou nos dois portos (Santos e Rio) consignado para venda”.⁷⁴

No longo prazo, entretanto, a legislação antitráfico da “trindade negra” claramente saiu pela culatra: em vez de fortalecer o compromisso nacional com a sobrevivência do regime escravista, ela aprofundou a clivagem regional e terminou favorecendo a causa da emancipação. Os legisladores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, mesmo se estivessem certos

72 As definições utilizadas para classificar os municípios como “mineradores” foram: 1. Município com escravos na mineração segundo o censo de 1873; 2. Municípios com escravos na mineração de ouro em 1881–82; 3. Municípios com quaisquer trabalhadores na mineração em 1873; e 4. Municípios que tinham lavras em operação em 1814. Incluindo todos os municípios obtemos coeficientes de contingência variando entre 0,17 e 0,25.

73 Lei provincial n. 2.716, de 8 de dezembro de 1880.

74 Slenes. *The demography...*, p. 123. Outras análises bem documentadas dessa questão podem ser encontradas em Conrad. *The Destruction...*, p. 170–74; Blacklaw, *Slavery in Brazil...*, p. 9; Laerne. *Brazil and Java ...*, p. 85; e Toplin. Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, p. 88–91.

em seu cálculo político, não se deram conta, ou subestimaram os aspectos econômicos da questão. Nas províncias exportadoras, os preços dos escravos eram, em grande medida, sustentados pela demanda da região cafeeira. O fechamento abrupto dos mercados do Centro-Sul causou uma queda drástica no valor da propriedade escrava e, portanto, no interesse econômico na sobrevivência da instituição em quase todo o resto do país. Em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, os preços dos escravos subiram depois da passagem das leis antitráfico, aumentando ainda mais a distância em relação às demais províncias.⁷⁵

A lei de 1880 interrompeu de fato as importações de escravos para Minas. Nenhuma receita jamais foi arrecadada pelo imposto de importação. As leis paulista e fluminense, por seu lado, interromperam a possibilidade de vazamento de escravos mineiros para essas províncias. Alguns mercados menores permaneceram abertos nas províncias de Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo, e podem ter importado um pequeno número de escravos de Minas depois de 1880. Entre junho de 1881 e junho de 1884, as saídas registradas de escravos dos municípios mineiros excederam as entradas registradas em 717 indivíduos. Há razões para acreditar que nesse período as entradas foram sub-registradas mas, mesmo se os dados forem exatos, o saldo negativo é desprezível. Para qualquer propósito prático, a população escrava de Minas tornou-se “fechada” na década de 80.⁷⁶

Como seria de esperar, no período 1880–1884, houve uma intensificação do tráfico intraprovincial. A zona cafeeira e os outros importadores tinham sido privados de suas fontes externas de fornecimento, enquanto os mercados paulista e fluminense foram fechados às áreas exportadoras. A quase totalidade do tráfico legal agora tinha de ser feita dentro das fronteiras provinciais. O registro de mudança de domicílio mostra que, entre

75 Martins. *Growing in silence...*, p. 231–33.

76 *Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias, organizada por ordem de S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, informação n. 4, tabela 3. Os registros de mudança de domicílio estão em *Relatório Agricultura*, Ministro Henrique d’Ávila, 1883, p. 10, e *Relatório Agricultura*, Ministro João Ferreira de Moura, 1885. p. 372. Sobre o sub-registro das entradas nos municípios mineiros: Martins. *Growing in silence...*, p. 218–19. Toplin apresenta evidência do contrabando de escravos para o Oeste Paulista depois de 1881, mas não dá qualquer indicação do volume desse tráfico. Toplin. *The Abolition...*, p. 91.

1881 e 1884, uma média anual de 12.636 escravos foi transferida entre os municípios mineiros, um número pelo menos 56% maior do que a média dos anos 1873–1881.

O padrão de tráfico revelado pelo método dos sobreviventes⁷⁷ não é significativamente diferente do período anterior. No período 1880–84, 38 municípios foram exportadores líquidos de escravos, enquanto 29 foram importadores.⁷⁸ Dentre os últimos, apenas oito eram cafeeiros (seis na Mata e dois produtores incipientes no Sul), os outros 21 estavam fora da zona do café.

Mais uma vez os sinais dos saldos migratórios dos municípios são altamente confiáveis. Flutuações da taxa verdadeira, num intervalo de 50% em torno da taxa usada nas estimativas (-20 por mil, a taxa de crescimento interno da província no período), poderiam inverter os sinais de, no máximo, nove municípios. Alargando esse intervalo para -12 por mil e -28 por mil (80% em torno da taxa usada) ameaçaria os sinais de só mais três municípios. A análise de contingência revela que, também nesse período, era fraquíssima a associação entre o fato de ser ou não produtor de café ou minerador, e o papel no tráfico intraprovincial.⁷⁹

Após 1884, houve uma queda vertical no volume do tráfico intraprovincial. Os escravos continuaram a ser transferidos em todas as direções, através da província, mas em quantidades muito menores. Além das sombrias perspectivas políticas para o regime servil, esse foi um período de

77 Como a população escrava da província tornou-se fechada após 1880, nas estimativas para 1880–84 e 1884–86 não tivemos de usar uma taxa de crescimento natural estimada independentemente. Computamos a taxa de crescimento interno para o conjunto da província (implícita nos dados dessa população) e fizemos a hipótese usual do método dos sobreviventes, de que essa taxa era uniforme através dos municípios.

78 Alguns municípios criados nesse período eram compostos de distritos desmembrados de diferentes municípios. Nesses casos, tivemos de trabalhar com *clusters* de municípios, reduzindo o número de unidades de análise para 67.

79 Incluindo na análise apenas os 8 municípios com sinais estáveis para flutuações de 50% em torno da taxa utilizada, obtemos os seguintes coeficientes de contingência: para a associação entre produção de café e tráfico $C = 0,15$ e para a associação entre mineração e tráfico $C = 0,23$ e $C = 0,24$, dependendo da definição de município minerador. Incluindo todos os municípios, os coeficientes são, respectivamente: 0,18, 0,21 e 0,14. Veja Martins. *Growing in silence...*, p. 238–39.

preços declinantes do café e de desaceleração na expansão do setor. Na Mata, as importações líquidas médias anuais entre 1884 e 1886 atingiram apenas 1/4 do nível dos quatro anos anteriores. Em todos os municípios da província, de junho de 1884 a junho de 1885, apenas 4.989 entradas de escravos foram registradas. A arrecadação do imposto sobre vendas de escravos caiu da média de 295 contos de réis, nos anos fiscais 1879–80/1882–83, para 160 contos em 1883–84, 118 contos em 1884–85 e 115 contos em 1885–86. A arrecadação da licença para comerciantes de escravos caiu da média de 44 contos por ano, na década de 70, para 18 contos por ano no período de 1881–84, para dois contos em 1884–85 e um conto em 1885–86.⁸⁰

No período 1884–86, as perdas líquidas de escravos se concentraram em relativamente poucos lugares, e 40 municípios foram importadores líquidos. Desses, 7 eram cafeeiros e 33 eram não-cafeeiros.

Os sinais dos saldos líquidos de pelo menos 56 municípios resistiriam a qualquer variação da taxa verdadeira num intervalo de 50% em torno da taxa usada nas estimativas. Variações num intervalo de 80% não afetariam os sinais de pelo menos 50 municípios.

A associação entre o papel de importador ou exportador de escravos e a lavoura cafeeira ou a mineração, nesse período, é ainda menor do que nos anteriores: todos os coeficientes de contingência calculados ficaram abaixo de 0,1.⁸¹

MANUMISSÃO E O APEGO DE MINAS À ESCRAVIDÃO

O comportamento da província com respeito às manumissões revela, por outro ângulo, o apego de Minas à escravidão.

Os dados disponíveis para as províncias brasileiras nos anos 70 e 80 mostram que o nível de manumissão era inversamente associado à vitalidade do regime servil. As mais altas taxas de alforria correspondem às

80 Tabela demonstrativa da receita arrecadada nos vinte últimos exercícios, compreendida a dos depósitos. Arquivo Público Mineiro. *Balanços e Tabelas, 1881–1894*.

81 Martins. *Growing in silence...*, p. 242.

áreas em que a disponibilidade de fontes alternativas de mão-de-obra tornou os escravos menos necessários, como o Nordeste ou a Capital do Império. Ou ainda àquelas em que a base econômica do sistema escravista estava se esfacelando, como nos casos do Rio Grande do Sul e das províncias nordestinas atingidas pela seca dos 70. Baixos níveis de manumissão são observáveis em províncias prósperas e fortemente pró-escravidão, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

É, portanto, altamente significativo verificar que Minas Gerais apresentou, ao longo de todo o período para o qual essas taxas podem ser computadas, *as mais baixas taxas de manumissão do Brasil*.⁸² As manumissões não são disponíveis por municípios, mas as baixas taxas de Minas Gerais não podem ser atribuídas ao comportamento da zona cafeeira, apenas. A taxa provincial é, por definição, uma média ponderada das taxas das regiões da província. Portanto, devido à grande porcentagem da população escrava na área não-cafeeira, as baixas taxas observadas no conjunto da província implicam necessariamente em um baixo nível de manumissões nessa área. Se a zona cafeeira de Minas tivesse a mesma taxa de manumissão que São Paulo (a menor entre províncias cafeeiras), a taxa da área não-cafeeira da província ainda seria a mais baixa do País.⁸³

82 Thomas Merrick e Douglas Graham afirmaram recentemente que “a manumissão tinha-se tornado claramente mais extensa no Nordeste (e no velho estado minerador de Minas Gerais) que no Rio de Janeiro e São Paulo”. Merrick, T. & Graham. D. *Population and economic development...*, p. 70. Os autores não apresentam qualquer evidência ou referência em suporte e essa afirmação.

83 Martins. *Growing in silence...*, p. 246–47

Tabela 9
Brasil: Manumissão de Escravos, por Províncias, 1877–81 e 1873–85

Províncias	Taxa anual de manumissão*					% Manumissão em 1873–1885
	1877	1878	1879	1880	1881	
Amazonas	7,7	6,1	7,2	14,4	69,8	–
Pará	17,8	18,1	16,0	19,5	20,4	25,4
Alagoas	6,2	5,5	5,4	10,1	6,9	8,7
Bahia	11,8	10,1	10,5	11,5	16,9	9,2
Ceará	12,2	13,1	10,9	13,5	31,8	–
Maranhão	9,3	7,8	10,7	10,2	11,2	7,4
Paraíba	–	–	–	–	–	6,2
Pernambuco	5,4	5,0	6,5	8,7	8,4	11,4
Piauí	12,7	9,5	10,2	15,5	11,8	13,3
Rio Grande do Norte	9,9	10,7	10,3	12,7	10,1	12,4
Sergipe	9,2	5,8	5,7	7,6	6,7	8,8
Paraná	13,1	22,6	20,5	36,9	18,7	20,4
Santa Catarina	8,2	11,2	19,7	30,1	14,5	24,5
Rio Grande do Sul	10,2	10,9	13,9	15,9	18,0	47,1
Goiás	6,6	6,7	5,4	12,9	5,8	12,2
Mato Grosso	3,7	13,2	12,1	25,6	8,3	13,6
Município Neutro	20,6	19,0	26,0	33,5	33,3	32,2
Espírito Santo	5,2	5,9	7,1	8,2	7,4	9,6
Rio de Janeiro	4,5	3,9	5,1	5,5	5,8	6,9
São Paulo	3,9	3,5	3,7	4,7	5,6	9,8
Minas Gerais	3,9	3,0	3,2	5,3	5,1	5,0
Brasil	7,0	6,3	7,1	9,1	11,1	11,8

Fonte: Relatório da Secção de Estatística, 10/5/1883 e *Relatório Agricultura*. Ministro Antônio da Silva Prado, 1886 p. 34.

(*) Manumissões por 1.000 escravos existentes no início do ano.

(–) Significa dado não disponível.

CONCLUSÃO

A análise apresentada acima mostra que Minas permaneceu fortemente apegada ao regime servil até o momento final deste. Sua grande população escrava não era uma herança do período minerador e nem cumpriu o papel de um reservatório de mão-de-obra para a expansão da indústria cafeeira do Centro-Sul. Muito pelo contrário, a evidência empírica mostra que Minas importou, nesse século, em termos líquidos, mais escravos do que qualquer outra província brasileira. Na verdade, se as estimativas atualmente disponíveis do tráfico atlântico são corretas, Minas só foi superada por Cuba como lugar de destino dos africanos que cruzaram o oceano no século dezenove.⁸⁴

O *timing* das importações mineiras é muito significativo. O maior influxo ocorreu enquanto o tráfico africano estava aberto, isto é, em um período no qual a mineração estava moribunda, o setor cafeeiro ainda engatinhava, e nenhum dos dois empregava mais do que uns poucos milhares de cativos. Depois da metade do século, a grande lavoura cafeeira adquiriu uma dimensão considerável, mas ainda assim não explica o padrão do tráfico de Minas.

Nossas estimativas confirmam que as áreas cafeeiras foram os principais importadores de cativos entre 1873 e 1886. A despeito disso, a grande maioria dos escravos permaneceu fora da zona de plantation. Longe de estarem “ansiosas para ver o seu fim”, as áreas não-cafeeiras agarraram-se à escravidão, retiveram um numeroso contingente servil e muitas delas continuaram sendo importadores ativos até os últimos anos. Em marcante contraste com as partes do país em que a escravidão estava realmente sendo desmantelada, os preços dos escravos em todas as regiões de Minas permaneceram, até o fim, entre os mais altos do Brasil, em níveis comparáveis aos que prevaleciam nas zonas cafeeiras. A evolução da escravidão em Minas no século dezenove coloca-nos diante de algumas questões novas. A existência de “um produto cujo cultivo exija combinação e organização do trabalho numa escala extensiva”, e a vinculação com mercados internacionais ou, numa palavra, a existência da *plantation* exportadora,

84 Cuba importou 616.200 africanos entre 1801 e 1865. Curtin. *The Atlantic slave trade...*, p. 40.

tem sido quase sempre apontada como condição *sine qua non* para a viabilidade e a sobrevivência do sistema escravista. Por outro lado, o cultivo de cereais, a pecuária e as atividades manufatureiras orientadas para o mercado doméstico sempre foram consideradas incompatíveis com o trabalho servil.⁸⁵

O grosso da economia de Minas no século dezanove, onde a vasta maioria dos escravos estava empregada, não se compunha de *plantations* nem era orientado para exportações. Isolamento de mercados externos à província, diversificação e autossuficiência eram suas características principais. Minas tinha um dos mais baixos níveis de exportações *per capita* no País, e esse nível declinou em termos reais ao longo do século. A grande lavoura exportadora permaneceu confinada a uma pequena área, e o cerne da economia provincial consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente, produzindo para seu próprio consumo e vendendo os excedentes em mercados locais e regionais.⁸⁶

O fato de um sistema escravista com essas características ter sobrevivido e se expandido vigorosamente, por mais de um século, tem uma importância que transcende o escopo da história de Minas Gerais. Ele revela uma situação que tem sido rejeitada pela maioria dos historiadores da escravidão, e merece ser mais bem estudada.

Novembro de 1982

85 O *locus classicus* desse argumento é Cairnes, John Elliot. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs: Being an Attempt to Explain the Real Issues Involved in the American Contest*. London: Parker, Son and Bourn, 1862. Reprinted: New York: Negro Universities Press, 1969. A citação acima está na página 46.

86 Essa caracterização da economia mineira no século XIX é sustentada em Martins. *Growing in silence...*, capítulo 5.

REFERÊNCIAS

Amaral, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*. 3 vols. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

Blacklaw, A. Scott. Slavery in Brazil. *South American Journal and River Plate Mail*. July 6, 1882.

Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922-29.

Brazil, Tomaz Pompeo de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Typographia de B. de Mattos, 1863.

Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias, organizada por ordem de S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe, Presidente do Conselho de Ministros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Burton, Richard F. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. London: Tinsley Brothers, 1869.

Cairnes, John Elliot. *The Slave Power. Its Character, Career and Probable Designs. Being an Attempt to Explain the Real Issues involved in the American Contest*. London: Parker, Son and Bourn, 1862. Reprinted: New York: Negro Universities Press, 1969.

Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

Chavagnes, Louis de (Conde de Suzannet). *O Brasil em 1845*. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

Cohen, David W. e Greene, Jack P. (eds.) *Neither slave nor free: the freedmen of African descent in the slave societies of the New World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972.

Conrad, Robert. *The destruction of Brazilian slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press, 1972.

Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979-1981.

Cunniff, Roger L. *The great drought: northeast Brazil, 1877-1880*. Tese de doutorado, University of Texas, 1970.

Curtin, Philip D. *Epidemiology and the slave trade*. *Political Science Quarterly* 83. June 1968.

Curtin, Philip D. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

Dean, Warren. *Rio Claro. A Brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Debret, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

Eltis, David. *The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843. A Revision of the 1845 parliamentary paper*. In: Gemery, H.A. e J.S. Hogendorn (eds.) *The Uncommon Market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. New York: Academic Press, 1979.

Eschwege, W.L. von. *Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais*. *Revista do Arquivo Público Mineiro* IV, 1899.

Freireyss, G.W. *Viagem ao interior do Brasil nos annos de 1814-1815*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (11) 1906.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Gaston, J. McFaden. *Hunting a home in Brazil*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867.

Goldin, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Higman, B.W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

Iglésias, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958.

Karasch, Mary Catherine. *Slave life in Rio de Janeiro. 1808-1850*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin. 1972.

Klein, Herbert. *The Internal Slave Trade in Nineteenth Century Brazil*. In: Herbert Klein. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Klein, Herbert S. *The Trade in African Slaves to Rio de Janeiro*. In: Herbert Klein. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Klein, Herbert. *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Knight, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

Laerne, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report on coffee culture in America Asia and Africa*. London: W.H. Allen, 1885.

Leite, Mário. *Paulistas e mineiros, plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961.

Lima, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais, 1870 a 1920*. Tese de Mestrado, Universidade de Campinas, 1977.

Lowrie, Samuel. O Elemento negro na população de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (48), junho de 1938.

Marcílio, Maria Luiza. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. *Anais de História de Assis* 6, 1974.

Martins, Roberto B. Growing in silence. The slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil. Tese de doutorado, Vanderbilt University, 1980.

Merrick, Thomas e Douglas Graham. *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.

Monbeig, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

Monteiro, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

Moraes, João Pedro Carvalho de. *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

Morse, Richard M. *From community to metropolis: A biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

O Universal (Ouro Preto), 10 de abril de 1835.

Pohl, Johann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

População de província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro* IV, 1899.

Relatório Agricultura. Ministro Henrique d'Ávila, 1883.

Relatório Agricultura. Ministro João Ferreira de Moura, 1885.

- Relatório Agricultura*. Ministro António da Silva Prado, 1886.
- Relatório...*presidente da província José Francisco Netto, 4/5/1881.
- Relatório...*presidente da província Freire de Vasconcellos, 7/8/1881.
- Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagens pelo distrito de diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- Sampaio, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Bahia: Editora Cruzeiro, 1938.
- Sena, Marina de Avelar. *Compra e venda de escravos (em Minas Gerais)*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1977.
- Siegel, Sidney. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1958.
- Slenes, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976.
- Soares, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- Spix, J.B. von e C.F.P. von Martius. *Viagens pelo Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- Stein, Stanley J. Vassouras. *A Brazilian coffee country. 1850-1900*. New York: Atheneum, 1970.

Tabela demonstrativa da receita arrecadada nos vinte últimos exercícios, compreendida a dos depósitos. Arquivo Público Mineiro. *Balanços e Tabelas, 1881-1894*.

Taunay, Affonso de. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939.

Toplin, Robert Brent. *The abolition of slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.

Valverde, Orlando. La Fazenda de café esclavista en el Brasil. *Cuadernos Geograficos*. Venezuela: Universidad de Los Andes, 3, 1965.

Vianna, F. J. Oliveira. Resumo histórico dos Inquéritos censitários realizados no Brasil In: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922-29. v. 1, p. 405.

Vicissitudes da Industria Mineira (1810). *Revista do Arquivo Público Mineiro* III, 1898.

Vieira, Evantina Pereira. Economia Cafeeira e processo político: transformações na população eleitoral da Zona da Mata mineira (1850-1889). Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1978.

Wright, Gavin. Cotton competition and the post-bellum recovery of the American South. *Journal of Economic History* 34 (3). September 1974.

Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX Outra Vez*

Roberto B. Martins

Em trabalhos anteriores¹ demonstramos que Minas Gerais manteve uma forte demanda por mão-de-obra cativa ao longo do século XIX e um enorme apego à instituição servil até o momento da abolição.

Os resultados obtidos chocam-se frontalmente com a tese, então corrente na historiografia, de que escravos “redundantes” ou “semi-ociosos”, remanescentes do ciclo do ouro, tinham constituído um reservatório de trabalhadores que facilitou, ou mesmo viabilizou, a decolagem e a expansão do café no Vale do Paraíba e, mais tarde, no Oeste paulista.²

Utilizando técnicas análogas ao método dos sobreviventes intercensitários, estimamos que a província importou, em termos líquidos, mais de 400 mil escravos nas sete primeiras décadas do século, situando-se como

* Este artigo foi escrito em 1992. Foi publicado em Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1996, e em *História e Perspectivas* (Uberlândia), n. 11 (jul.-dez.1994).

1 Veja Roberto B. Martins. “Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil” (tese de doutorado, Vanderbilt University, 1980); e “Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não Exportadora”, *Estudos Econômicos*, 13:1 (1983); A.V. Martins Filho e R. B. Martins. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais revisited”. *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983).

2 Veja, por exemplo, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*; Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*; Luís Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira*; e diversos trabalhos de Francisco Iglésias, Herbert Klein. Sérgio Silva, Robert Conrad, Leslie Bethell, e outros.

uma das principais, se não a principal, regiões importadoras do Brasil, bem como um dos maiores destinatários do tráfico atlântico nessa época.

Demonstramos ainda que esse volume de importações — que permitiu a Minas manter um plantel crescente e maior que o de qualquer outra unidade do império, não se explica pela demanda de seu setor cafeeiro e que, pelo contrário, destinou-se, em sua maior parte, a outras regiões e outras atividades econômicas da província.

A inexistência de dados confiáveis sobre a população de Minas no meado do século determinou que as estimativas se referissem ao intervalo 1819–1873, não possibilitando a separação dos fluxos ocorridos antes e depois da abolição efetiva do tráfico internacional para o Brasil.

Essa limitação era significativa, pois o fim do tráfico atlântico representou, na história da escravidão brasileira, como na de outras sociedades americanas, um importante ponto de inflexão que acarretou, entre outros impactos, mudanças decisivas na dinâmica demográfica e pesadas realocações regionais e setoriais da população escrava.

A POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS EM 1855

A construção de uma estimativa detalhada da população mineira em 1855 permite algum avanço com relação à limitação mencionada acima.

Essa estimativa é baseada em centenas de documentos manuscritos inéditos existentes no Arquivo Público Mineiro, gerados por autoridades municipais, paroquiais, e distritais em resposta às tentativas de recenseamento feitas pelo governo provincial nos anos 1854–1857. Subsidiariamente, para preencher lacunas e corroborar resultados, foi utilizado um conjunto semelhante de documentos, referentes a 1861–1862.

Com esse material foi possível reconstituir a população dos 50 municípios existentes em Minas no início de 1855, em muitos casos, desagregada até o nível de freguesias ou de distritos de paz. O resultado, resumido por regiões, é apresentado na tabela 1.

Tabela 1
 Minas Gerais: População em 1855, por regiões

Regiões*	Livres	%	Escravos	%	Escravos/ total (%)
Metalúrgica- Mantiqueira	240.426	24,4	80.934	25,5	25,2
Mata	95.279	9,7	61.502	19,4	39,2
Sul	185.306	18,8	76.085	23,9	29,1
Oeste	100.544	10,2	33.739	10,6	25,1
Triângulo	24.835	2,5	8.804	2,8	26,2
Alto Paranaíba	45.431	4,6	10.486	3,3	18,7
São Francisco-Montes Claros	85.934	8,7	7.815	2,5	8,3
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	177.900	18,1	35.352	11,1	16,6
Paracatu	28.737	2,9	3.043	0,9	9,6
Minas Gerais	984.392	100,0	317.760	100,0	24,4

* Veja a listagem dos municípios que compõem cada região na tabela 7.

Fonte: Martins, Maria do Carmo Salazar e Roberto B. Martins. A População de Minas Gerais em 1855. Relatório de pesquisa não publicado.

Os novos dados permitem estimativas e análises mais detalhadas dos movimentos da população escrava de Minas, entre o início do século e o censo do império, que são o objeto do presente estudo.

AS IMPORTAÇÕES DE ESCRAVOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO

A metodologia utilizada nas estimativas abaixo é a mesma empregada nos trabalhos anteriores, e tem seu fundamento lógico no fato de que a diferença observada em qualquer população em dois momentos no tempo tem que ser, necessariamente, imputada ao seu crescimento natural e aos movimentos migratórios. Ou seja, uma vez estabelecido o impacto numérico dos nascimentos e das mortes, qualquer diferença que persistir entre a população inicial e a final representa o remanescente das migrações ocorridas no período. Tratando-se, como é o caso em foco, de uma população de escravos, é preciso levar em conta o efeito das alforrias, o qual, do ponto

de vista das estimativas, é rigorosamente equivalente ao das mortes e da emigração.

Além disso, escravos não migram voluntariamente. Como nesse período no Brasil as transferências resultantes de migrações dos senhores podem ser consideradas numericamente irrelevantes, a estimativa representa uma boa aproximação do resultado líquido do tráfico, isto é, das transferências ocorridas através da compra e venda de escravos em cada período. As fugas, embora aparentemente constituam um vazamento da população escrava, não devem nos preocupar, pois, além de certamente insignificantes nessa época, os escravos fugidos eram rotineiramente incluídos nos registros e nas contagens do contingente cativo. Ou seja, podia-se fugir de um dono ou de uma propriedade, mas não da condição de escravo.³

A taxa de crescimento interno (englobando o efeito do crescimento natural e das alforrias) adotada foi de -13,9 por mil por ano, observada no conjunto da população cativa do Brasil, no período 1819–1854.⁴

As estimativas indicam que a província importou aproximadamente 320 mil escravos na primeira metade do século XIX, cabendo-lhe uma fatia de cerca de 19% do total do tráfico atlântico para o Brasil entre 1800 e 1852. Elas colocam Minas entre os maiores importadores provinciais nesse período, superando a Bahia, Pernambuco, São Paulo, a Corte e o Rio Grande do Sul, e sendo superado apenas pela província do Rio de Janeiro, que

3 Uma descrição completa e detalhada da metodologia usada nas estimativas das importações de escravos pode ser encontrada em Roberto B. Martins. *Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil*. Apêndice B.

Há duas hipóteses implícitas no modelo. A primeira é a de que todo o tráfico ocorreu no ponto médio do período, ou seja, no momento $t/2$. Foram testadas outras hipóteses sobre o *timing* das migrações, com impactos insignificantes sobre os resultados. A segunda hipótese é a de que as taxas de crescimento da população existente e do contingente migrante eram idênticas. Como a taxa dos migrantes, pelo menos no período de vigência do tráfico atlântico, era certamente menor (mais negativa) que a dos demais, essa hipótese deprime o valor dos saldos migratórios líquidos.

4 Nos cálculos foi utilizada a taxa $r = -0,0138972$, implícita no fato de que os 1.107.389 escravos existentes em 1819 “transformaram-se” em 1.663.110 em 1854, tendo sido importados, no período 1819–1852, 1.249.021 africanos, com a hipótese de que as importações ocorreram no ponto médio. A utilização da taxa observada no conjunto do país implica em aceitar que a taxa vigente em Minas (e em cada província em particular) não diferia significativamente dela.

nessa época implantava e expandia rapidamente seu setor cafeeiro, e cuja fatia do tráfico ultrapassou 25% do total importado pelo Brasil.⁵

Tabela 2
Minas Gerais: Importação líquida de escravos, 1786–1855, por períodos

Período	População inicial	População final	Importação líquida	Média anual	% da importação total do Brasil
1786–1808	188.940	148.772	11.549	525	2,3
1808–1819	148.772	168.543	44.278	4.025	12,0
1819–1855	168.543	317.760	277.778	7.716	23,4

Fontes: “População da Província de Minas Geraes”. Revista do Arquivo Público Mineiro 4 (1899), pp. 294–95; F. J. Oliveira Vianna. “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil”, p. 405; Maria do Carmo Salazar Martins e Roberto B. Martins. “A População de Minas Gerais em 1855”. Importação total do Brasil: David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Trans-Atlantic Slave Trade*. Tabela A.1. Annual imports of slaves into Brazil, 1781–1856, pp. 243–44.

Metodologia: veja texto e notas.

Com relação ao total do tráfico atlântico no século XIX, a parcela de Minas se situa em torno de 11%, abaixo apenas de Cuba, que recebeu quase 25% desse total, e da província do Rio de Janeiro, que importou cerca de 15%. Vale a pena notar que essas duas últimas regiões continham nessa época os setores exportadores mais dinâmicos da América, excetuando-se apenas a área algodoeira dos Estados Unidos.⁶

A conclusão de que Minas era um grande importador de escravos, e mesmo os resultados quantitativos alcançados, encontram forte respaldo nas evidências e opiniões contemporâneas.

5 Nossas estimativas indicam que, entre 1801 e 1852, o Brasil importou cerca de 1.697 mil africanos, enquanto, entre 1819 e 1854, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Corte e Rio Grande do Sul importaram, respectivamente, 202 mil, 108 mil, 89 mil, 88 mil e 68 mil escravos, aproximadamente. O Rio de Janeiro importou, nesse período, cerca de 304 mil cativos, e provavelmente mais de 450 mil entre 1801 e 1852.

6 Veja David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987, p. 249.

Mais de uma década de pesquisa envolvendo fontes governamentais e privadas, relatos e descrições de viajantes e residentes, jornais e uma grande variedade de documentos manuscritos e impressos, não revelou uma única menção ou indício de exportação de escravos da província, ou da existência de cativos “redundantes”, “sub-utilizados”, ou “ociosos”, na primeira metade do século. Pelo contrário, os mineiros e outros observadores da época foram unânimes em registrar a escassez de escravos, seu alto preço, e as volumosas importações da província.

Assim, por exemplo, todos os visitantes estrangeiros que se referiram ao assunto — em particular Freireyss, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Pohl, Debret, Walsh, Holman, Suzannet e Gardner — anotaram, em diferentes momentos e diferentes regiões de Minas, as constantes reclamações sobre a “falta de braços”, a importância desse item na pauta das importações mineiras, e foram testemunhas oculares de grandes comboios de escravos “novos” — africanos recém chegados — a caminho do interior da província, antes e depois da ilegalidade do tráfico, no início dos anos trinta.⁷

Os mesmos fatos são atestados por extensos e minuciosos relatos de Cunha Matos e de Eschwege, e por jornais da época.⁸

Os cativos importados vinham em sua grande maioria do Rio de Janeiro, e também da Bahia, que era o principal fornecedor da região diamantina e, em menor escala, de São Paulo.⁹

Havia na Corte, traficantes de porte especializados na reexportação de africanos para Minas. Seus negócios eram vultosos, altamente lucrativos, e mais seguros que os dos negreiros oceânicos, “porque em terra não se naufraga e não há quem prenda ou queira mal àqueles que nos fazem bem”.¹⁰

7 Veja as citações e as referências em Martins. “Growing in Silence”, pp. 159–165; e Martins. “Minas Gerais, Século XIX”, pp.184–185. A referência a James Holman está em R. Conrad. *Tumbeiros*, pp.135–136.

8 Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837), p. 67, 82; W.L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, diversos lugares; e, por exemplo, *O Universal* (Ouro Preto), 10/4/1835 e 23/9/1831.

9 Veja as diversas referências das notas 6 e 7.

10 Francisco de Paula Ferreira de Rezende. *Minhas Recordações*, p. 343. Veja também Afonso de E. Taunay. *História do Café no Brasil*, t. II, vol. 4, pp. 245–249.

A distribuição pelo interior era feita por comboieiros, por mascates de escravos e pelos tropeiros, que levavam ao Rio os produtos de Minas e, de torna viagem, traziam negros novos, por encomenda ou por conta própria, às vezes em lotes consideráveis, como mostrou a rica documentação levantada por Lenharo.¹¹

Quem podia eliminar os intermediários ia direto ao mercado da Corte. Foi lá que a St. John d'El Rey Mining Company, de Morro Velho, comprou quase a metade dos quinhentos escravos que adquiriu entre o início de suas operações, em 1830, e a passagem do Brougham Act, em 1843 (a outra metade constituiu-se sobretudo de cativos de outras minerações inglesas falidas na região). De todos os escravos cuja origem era conhecida, adquiridos pela St. John no Rio ou em Minas, 87 % eram africanos.¹²

Os políticos mineiros na Corte também se abasteciam nesse mercado: só em 1829 e 1830, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, o padre José Custódio Dias, o Conde de Linhares e o Conde de Valença enviaram 69 escravos novos do Rio para suas propriedades em Minas.¹³

É interessante observar que, se eram detentores de um estoque de escravos redundantes, os mineiros agiram sistematicamente contra seus próprios interesses, pois se opuseram tenazmente ao tratado abolicionista de 1826 e à lei de 7 de novembro de 1831.

Em janeiro de 1829, antes do tratado entrar em vigor, o Conselho Geral da Província pleiteou seu adiamento por três anos, alegando que “a súbita abolição da importação de escravos” produziria necessariamente “o pasmo dos serviços, principalmente minerais”, e seria “fatal a Minas Gerais”.¹⁴ Foram também mineiros os políticos que lideraram a luta pela restauração da legalidade do tráfico internacional. O senador Felisberto

11 Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação*, pp. 102–112; João Dornas Filho, “Tropas e tropeiros”, p. 110.

12 Marshall C. Eakin. *British Enterprise in Brazil*, pp. 172–174, 195.

13 Lenharo. *As Tropas*, p.119.

14 Reproduzido em José Pedro Xavier da Veiga. *Ephemérides Mineiras (1664–1897)*, vol. I, pp. 103–104. O Conselho Geral era o órgão legislativo da província, antes da criação das Assembleias Legislativas Provinciais, pelo Ato Adicional de 1834.

Caldeira Brant, marquês de Barbacena, foi o autor do projeto apresentado em 1837, que anulava na prática a lei de 1831 e legalizava todas as importações ocorridas em sua vigência. Bernardo Pereira de Vasconcelos combateu, desde o início, o tratado com a Inglaterra, e também apresentou, em 1835, um projeto revogando a lei de 31. O gabinete de 19 de setembro de 1837, liderado por ele, como ministro do Império e da Justiça, foi abertamente a favor do tráfico, e permitiu que ele tivesse grande expansão, apesar de ilegal.¹⁵

Em agosto de 1838, a Câmara Municipal de Barbacena, movida pelo "amor da paz e a glória e prosperidade da pátria", representou à Assembleia Geral, pedindo o restabelecimento do tráfico africano, e no início dos anos quarenta, o "Gabinete da Maioridade", de tendência abolicionista, teve que enfrentar fortes pressões das assembleias provinciais de Minas, do Rio de Janeiro e da Bahia.¹⁶

No tocante às quantidades importadas, as avaliações contemporâneas também são confortavelmente consistentes com as estimativas da tabela 2.

O naturalista Freireyss registrou em 1815 que, entre 1803 e essa data, a província recebia mais de 4 mil escravos por ano.¹⁷ Eschwege, que viveu no Brasil de 1810 a 1821, avaliou que nessa época Minas importava anualmente 5 a 6 mil cativos. A arrecadação de tributos no registro do Paraibuna, anotada por ele, demonstra que, em 1810, só por esta barreira foram introduzidos cerca de 3.700 negros novos.¹⁸

Em sua *Corografia Histórica*, concluída em 1837, o brigadeiro Cunha Matos afirma que todo ano entravam para Minas “muitos milhares de africanos”, enquanto o rendimento dos registros, mencionado pelo Conselho Geral, permite avaliar em 9 mil o número de escravos importados anualmente pela província no final da década de 20, ao se aproximar a vigência

15 Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, pp. 81–84.

16 *O Universal* (Ouro Preto), 5/8/1838, citado por Xavier da Veiga. *Ephemérides*, vol. III, p. 212; Bethell. *The Abolition*, pp. 86–87; Joaquim Nabuco. *O Abolicionismo*, pp. 117–118.

17 G.W. Freireyss. “Viagem ao Interior do Brasil nos annos de 1814–1815”. *RIHGSP* 11 (1906), p. 216.

18 Eschwege. *Pluto Brasiliensis*, vol. II, p. 265; e *Diário de uma Viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*, p. 16.

do tratado de 1826.¹⁹ Isso sugere que em Minas, como em outras partes do Brasil, a iminência da ilegalidade do tráfico gerou um aumento especulativo nas importações de africanos.²⁰

Na maior parte da história da escravidão moderna, as oscilações da demanda por cativos nas diversas regiões guardam uma estreita relação com os *booms* e crises de seus setores exportadores. Assim ocorreu, em diferentes épocas, com o Nordeste açucareiro, o café no Rio de Janeiro e em São Paulo, a indústria do charque no Sul, e o próprio ciclo do ouro no século XVIII, para ficar apenas em alguns exemplos brasileiros.

Na Minas oitocentista não se encontra essa associação: as importações de escravos não se vinculam à evolução de um único produto, setor ou região. Em particular, elas não se explicam apenas pelo desenvolvimento da indústria cafeeira, mas antes pela demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada e que se expandia, embora com oscilações e ritmos diferenciados entre os setores e regiões. A diversidade mineira incluía a mineração de ouro e de diamantes, a agricultura de exportação de diversos produtos, a agricultura e a pecuária comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a produção de subsistência, algumas manufaturas (em especial o fabrico de ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços.

A tabela 2 indica que, nos primeiros anos do século, ainda predominava a profunda crise da mineração colonial, e as importações de escravos foram muito reduzidas. A partir da segunda década houve um aumento vigoroso no volume importado, devido à conjugação de vários fatores de natureza externa e interna.

Entre os primeiros avulta o desaparecimento da demanda de Saint Domingue, dos Estados Unidos e das colônias inglesas, holandesas e dina-

19 Cunha Matos. *Corografia Histórica*, vol. I, p. 298 e vol. II, pp. 67 e 82; Xavier da Veiga. *Ephemerides*, vol. I, pp. 103, 104.

20 Veja Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. 2, pp. 321–322 e David Eltis, “The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper”, p. 280. Em todo o Brasil as importações de escravos passaram de 181,2 mil em 1821–25, para 250,2 mil em 1826–30. O mercado ficou de tal forma saturado que o volume importado caiu para 93,7 mil no quinquênio seguinte. Eltis. *Economic Growth*. pp. 243–44.

marquesas, que, nas três décadas entre 1781 e 1810 tinha representado, respectivamente, 60,4%, 46,5% e 43,5% do total de africanos importados pelas Américas.

Com o colapso da economia haitiana e a supressão dos tráficos inglês, norte-americano, holandês e dinamarquês, essa fatia se reduziu subitamente para menos de 2% em 1811–20, criando uma superoferta e reduzindo significativamente o preço dos escravos nas fontes africanas.²¹ Entre as causas internas está certamente o crescimento da agricultura e da pecuária de alimentos, estimuladas pela expansão do mercado do Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa. Nesse período, de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, ocorreu também um nítido surto nas exportações mineiras de algodão em rama, panos de algodão e fumo.²² E, sem dúvida mais importante ainda como fonte de demanda por escravos foi o aumento da demanda interna da própria província. A população livre teve sua taxa de crescimento triplicada (de 1,5 % ao ano em 1786–1808 para 4,5 % em 1808–1819), e a da população total passou de cerca de 0,5 para 3,5 % ao ano no mesmo período. Em 1819 Minas tinha seguramente as maiores populações livre e escrava do país. A demanda dessa população por alimentos e vários outros bens finais era, nessa época e em todo o resto do século XIX,²³ satisfeita pela oferta interna da província, que necessariamente se expandiu, fazendo crescer as demandas por insumos locais e importados, entre estes os escravos, que eram o principal item da pauta de importações.

Nos anos 20, 30 e 40 verifica-se um novo e significativo aumento na média anual importada, que quase dobrou em relação ao período anterior, atingindo cerca de 7.700 escravos/ano. Nessa época (1819–1855) Minas foi o segundo maior importador do país, com uma fatia de 23,4 % do total do Brasil, quase igual à do Rio de Janeiro (cerca de 25%), cujo setor cafeeiro

21 Eltis. *Economic Growth*. pp. 41, 249.

22 Roberto B. Martins e Maria do Carmo S. Martins. "As Exportações de Minas Gerais no século XIX", Cedeplar/UFMG — I Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 1982).

23 Martins. "Growing in Silence", cap. V.

passava por sua fase de maior crescimento e se tornava o mais importante núcleo exportador da economia brasileira.²⁴

A população mineira continuou crescendo num ritmo relativamente alto e mais que duplicou no intervalo 1819–1855. Apesar da propalada "decadência urbana" de Minas, várias cidades e vilas — como Campanha, São João del Rei, Barbacena, Diamantina, Ouro Preto e outras — estavam em franca prosperidade e constituíam mercados razoavelmente importantes, que geravam um comércio interno complexo e animado. Além da produção agrícola e pecuária para o mercado interno, a demanda provincial sustentava milhares de engenhos de cana, e manufaturas de ferro e panos de algodão relativamente extensas.

As exportações interprovinciais de gado bovino, suínos e queijos mantiveram-se estáveis, no mesmo patamar do final dos anos 10, enquanto as de toucinho, fumo e pano de algodão cresceram nessas décadas. Vale lembrar que esses dois últimos itens eram largamente utilizados como artigos de escambo no tráfico negreiro.²⁵

Nos anos que se seguiram à Independência, a província entrou no seu "segundo ciclo do ouro", com o surgimento da primeira geração de companhias inglesas de mineração. Além disso, pesquisas mais recentes têm indicado que o setor aurífero nacional, embora muito menor que no século XVIII, não havia sido reduzido à faiscagem, e manteve, pelo menos até os anos 50, um nível de atividade e de emprego maior do que havíamos suposto nos trabalhos anteriores. No seu conjunto o setor produtor de ouro parece ter mantido, com sua demanda direta por mão-de-obra e,

24 Segundo nossas estimativas seguiram-se a Bahia, com cerca de 17 %, Pernambuco, com 9 %, e São Paulo e o município da Corte, com cerca de 7 % cada. Essas porcentagens foram calculadas sobre o total de 1.188 mil escravos importados pelo Brasil entre 1819 e 1855, estimado por Eltis em *Economic Growth*, pp. 243–44.

25 Em 1855 a Câmara Municipal de Cristina oficiou ao presidente da província informando que o comércio do município estava em decadência e apontando, entre outras causas, a “baixa do preço que há três anos sucessivos sofreu o fumo, principal gênero de exportação desse país”. No mesmo ano, a Câmara de Curvelo comunicou que “[a indústria] de pano de algodão fabricado no país tem, depois da cessação do tráfico, decaído a ponto de ameaçar a ruína dos fabricantes e comerciantes”. Os dois ofícios, dirigidos ao presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, estão no Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial, códice n.º 570.

sobretudo, com a compra de insumos em sua área de influência, um emprego de trabalho cativo algo superior ao que anteriormente supúnhamos.²⁶

A partir de 1832, o dismantelamento progressivo do monopólio estatal dos diamantes deflagrou um grande surto de atividade em toda a região diamantina. A produção registrada de pedras deu um salto impressionante, passando da média anual de 14.800 quilates em 1796–1827 para 208.000 quilates em 1828–1849. O *boom* não se limitou ao antigo distrito diamantino, atingindo outras áreas, como Abaeté, Indaiá, Itacambira, Rio Pardo e Grão Mogol (e mais tarde a região da Bagagem), e durou mais de três décadas. No centro da agitação, a cidade de Diamantina viveu uma época de muito brilho e prosperidade, e seu mercado polarizava a produção de um vasto território.

Finalmente, as décadas de 1830 e 1840 constituem o período formativo do setor cafeeiro de Minas. No início dos anos 20 ele era praticamente inexistente, exportando menos de 300 toneladas/ano. Em 1831–35 as exportações mal ultrapassavam 2.000 toneladas/ano, representando apenas 4,3% do café escoado pelo porto do Rio de Janeiro e em 1852–55 a exportação mineira tinha atingido a média anual de 10.264 toneladas, respondendo por cerca de 7% do café produzido na Zona do Rio. Apesar da expansão ter sido vigorosa, na metade dos anos 50 o setor ainda era muito pequeno, e representou um papel bastante limitado nas importações mineiras de escravos até essa época.

É verdade que a área geográfica que estava se transformando na zona cafeeira (a região constituída pelos territórios *de 1855* dos municípios de Leopoldina, Mar de Espanha, Santo Antônio do Paraibuna, Ubá e Pomba)²⁷ teve uma ocupação acelerada entre 1835 e 1855 e recebeu um saldo

26 Veja Roberto B. Martins e Octavio Elísio A. de Brito. *História da Mineração no Brasil* (São Paulo, 1989); Eakin. *British Enterprise*; e Douglas Cole Libby. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. (São Paulo, 1988).

27 A região produtora de café para exportação em Minas não ultrapassou, até a década de 1880, a área constituída pelos territórios de 1855 desses cinco municípios. Na divisão usada neste trabalho essa região coincide com a zona da Mata, exceto o município de Piranga. Com o passar dos anos esses cinco municípios se desdobraram em vários outros. Veja, a respeito, Martins. “Growing in Silence”, cap. III, e Martins e Martins. “As Exportações de Minas Gerais no Século XIX”.

migratório positivo relativamente grande. Sua população livre triplicou, passando de menos de 27 mil pessoas para cerca de 80 mil. A estimativa apresentada na tabela 3 indica que, no tocante aos escravos, a importação líquida da região foi também importante, representando quase um terço do total da província.

Entretanto, não é correto identificar nem o estoque nem as importações de escravos da região cafeeira com a produção de café. Os cinco municípios que a formavam tinham, ao longo de todo o período em foco, uma agricultura diversificada, que exportava seus produtos tanto para o Rio de Janeiro como para o interior. A força de trabalho empregada na produção e transporte do café não passava de 1.600 escravos em 1835 (8,5% do plantel da região cafeeira, e 0,6% do total da província) e, em 1855 não chegava a 7.000 (12,7% da região cafeeira e 2,2% da província).²⁸

Tabela 3
Minas Gerais: Importação líquida de escravos, 1835–1855,
Estimativa preliminar*

	População escrava 1835	População escrava 1855	Importação líquida	%
Região cafeeira**	18.825	54.888	46.766	32,4
Resto da província	235.707	262.872	97.435	67,6
Minas Gerais	254.532	317.760	144.201	100,0

* A estimativa é preliminar porque a estimativa da população de 1835 é preliminar. A metodologia é a mesma utilizada na tabela 2.

** Para a definição de “região cafeeira” veja a nota 25.

Fontes: População em 1835: dados estimados a partir de Maria do Carmo Salazar Martins. “Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833–35”. População em 1855: Maria do Carmo Salazar Martins e Roberto B. Martins. “A População de Minas Gerais em 1855”.

28 As estimativas de Et, o estoque de escravos necessários na cafeicultura comercial mineira no ano t, estão em Martins. “Growing in Silence”, pp. 113–146.

Da mesma forma, apenas uma pequena parcela dos escravos importados pela área cafeeira nesse período pode ser imputada à demanda da lavoura do café, como mostra a tabela 4, onde são estimados os fluxos de “novos” escravos necessários para o setor, entre 1820 e 1855. As estimativas contemplam tanto a expansão da produção como a reposição do plantel, utilizando as duas hipóteses extremas sobre a vida útil dos escravos na cafeicultura, encontradas na literatura contemporânea.²⁹

Tabela 4
Minas Gerais: Demanda estimada de escravos pelo setor cafeeiro, por períodos

Período	Novos escravos necessários no período			
	Número		% da Importação mineira no período	
	(A)	(B)	(A)	(B)
1820–1835	1.625	2.430	0,1	0,2
1836–1855	6.338	12.713	4,4	8,8
1820–1855	7.863	15.143	2,8	5,4

(A) Vida útil dos escravos na cafeicultura estimada em 30 anos.

(B) Vida útil dos escravos na cafeicultura estimada em 7 anos.

Fontes e metodologia: veja nota n.º 29

A tabela 3 sugere ainda que a média anual das importações mineiras entre 1835 e 1855 (cerca de 6.800) foi menor que a do período 1819–1834 (cerca de 8.300). Além do período 1835–1855 incluir alguns anos posteriores ao fechamento do tráfico atlântico para o Brasil, essa queda pode ser o reflexo do significativo aumento do preço dos escravos importados, que cresceu cerca de 31 % entre a década de 1831–40 e a de 1841–50.³⁰ Sendo assim, e considerando que, como veremos adiante, as importações

29 O número de novos escravos necessários no ano t é dado por $Et - (v-1/v) Et-1$, onde Et é a força de trabalho necessária no ano t ; e v é a vida útil do escravo na cafeicultura, em anos. Sobre esse último parâmetro veja Pedro Carvalho de Mello. “Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX”, p. 156.

30 Eltis. *Economic Growth*. p. 280.

mineiras não passaram da média de 5.200 cativos por ano entre 1855 e 1873, anote-se que o pico das importações de escravos em Minas Gerais em todos os tempos parece ter ocorrido após o encerramento do “ciclo do ouro” e antes da decolagem do “ciclo do café”.³¹

DO FIM DO TRÁFICO ATÉ O CENSO DO IMPÉRIO

Entre as importantes mudanças ocasionadas pelo fim do tráfico internacional, a partir de 1852, destaca-se um sensível aumento no crescimento natural da população escravizada. Sua taxa média de crescimento interno (que engloba a reprodução natural e as alforrias), embora tenha permanecido negativa até o censo, tornou-se bem menos negativa, passando, segundo nossas estimativas, de cerca de -14 por mil por ano em 1819–54, para a vizinhança de - 4 por mil em 1854–1872.³²

Essa mudança está perfeitamente alinhada com a experiência de outras populações escravas americanas, cujas taxas vitais apresentaram movimentos semelhantes após o término do tráfico, embora, na maioria dos casos, a transição para uma reprodução autossustentada não tenha se completado antes da emancipação final.

No caso do Brasil, o fenômeno não pode ser explicado por mudanças no comportamento dos senhores, do tipo das políticas *de amelioration* adotadas no Caribe britânico. Embora o tema estivesse presente no discurso da época, não há nenhuma evidência séria de melhorias no tratamento dos cativos. De qualquer forma, mesmo que elas tivessem ocorrido, dificilmente poderiam resultar, no prazo em questão, em qualquer impacto mensurável na fecundidade dos escravos.³³

É muito mais provável que a queda no ritmo de declínio natural se deva à mudança na composição da população escrava na qual, com o

31 Em nenhum período do século XVIII a média anual de escravos importados por Minas passou de 6.500. Veja Maurício Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil*. pp.165–70.

32 A taxa de crescimento interno (abrangendo o crescimento natural e as manumissões) consistente com as populações escravas existentes no Brasil em 1854 e 1872 é igual a -3,8825 por mil por ano.

33 Veja, a respeito, Mello. “Estimativa da Longevidade”, esp. pp.162–163.

término das importações, os africanos novos passaram a constituir parcelas progressivamente menores. Como a mortalidade desse segmento era muito maior (a sobremortalidade da migração) que a dos crioulos e dos africanos ladinos, a taxa média de declínio da população foi se reduzindo ao longo do tempo.

Além disso, o fim do tráfico, os aumentos no preço dos cativos, e as diferentes situações econômicas das regiões se conjugaram para dar início a um amplo processo de realocação da população escrava, que prosseguiu até os últimos anos do regime.

As linhas gerais desse processo são bem conhecidas: os escravos foram transferidos das cidades e das ocupações urbanas para as áreas rurais, e de várias atividades econômicas para a agricultura de exportação, em especial para a produção do café. Essas realocações envolveram também, é claro, grandes transferências interprovinciais e inter-regionais de cativos.

Tabela 5
Brasil: População escrava e importações de cativos por regiões,
1854–1872

Região*	População 1854	%	População 1872	%	Importações líquidas 1854–1872
Norte e Nordeste	699.495	42,1	516.804	33,3	-140.211
Sudeste	846.512	50,9	921.280	59,4	+136.720
Sul	95.264	5,7	95.229	6,1	+ 6.635
Centro Oeste	21.839	1,3	17.319	1,2	- 3.152
Brasil	1.663.110	100,0	1.550.632	100,0	- 8**

* *Norte e Nordeste*: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. *Sudeste*: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Corte, São Paulo e Minas Gerais, *Sul*: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Centro Oeste*: Goiás, e Mato Grosso.

** A soma não é zero devido a arredondamentos nas parcelas provinciais.

Fontes: População 1854: várias fontes especialmente F. J. Oliveira Vianna. “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários”; População 1872: Dados corrigidos do Recenseamento do Império. Metodologia: Veja a nota n.º 3.

Dos dados populacionais disponíveis se pode deduzir que, entre 1854 e 1872, pelo menos 200 mil escravos trocaram de província, enquanto cerca de 140 mil mudaram de região, a grande maioria dos quais foi transferida do Norte e do Nordeste para as províncias do Sudeste, excluído o município da Corte.³⁴

Várias províncias do Norte e Nordeste, entre elas a Bahia e Pernambuco, que haviam importado grandes contingentes na primeira metade do século, tiveram seus papéis invertidos, tornando-se exportadores líquidos.³⁵ O Sul manteve seu plantel inalterado, com um pequeno saldo importador líquido. O declínio de seu principal setor escravista e as exportações de seus escravos para o “norte” só adquiriram vulto a partir dos anos 70.³⁶

Na região Sudeste, cujas estimativas são apresentadas na tabela 6, todas as unidades foram pesados importadores, à exceção do Município Neutro, que exportou nesse período quase a metade de seu estoque inicial de cativos.

No Rio de Janeiro as exportações de café ficaram estagnadas, oscilando entre 6 e 8 milhões de arrobas/ano, nas duas décadas que se seguiram ao fim do tráfico de africanos. Mesmo assim apenas para repor sua força de trabalho, o setor cafeeiro precisou absorver um mínimo de 60 mil novos escravos.³⁷ Essa estimativa confirma a tese de que, além das importações de outras províncias (e certamente da capital do império), uma grande parte desse contingente foi recrutada em fontes intraprovinciais, através da drenagem da escravaria de outros setores, particularmente da

34 Essas estimativas se baseiam na metodologia descrita na nota 3, aplicada às populações escravas das províncias em 1854 e 1872. Usando procedimentos diferentes, Robert Slenes estimou que o Sudeste importou, entre 1850 e 1872, cerca de 110 mil escravos. Veja Slenes. “The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888”, pp.136- 138.

35 Veja Martins. “Growing in Silence”, pp.179–184, para comentários e referências sobre as exportações de escravos e a transição para o trabalho livre no Nordeste nessa época.

36 Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (São Paulo, 1962), esp. pp. 207–208.

37 Estimativa baseada, com $v = 30$, na metodologia descrita na nota 29 e dados em “Growing in Silence”, cap. III.

“pequena lavoura”, como demonstraram, na época, Sebastião Ferreira Soares e, recentemente, vários outros autores.³⁸

Tabela 6
Região Sudeste: População escrava e importações de cativos, por províncias, 1854–1872

Províncias	População 1854	População 1872	Importação líquida 1854–72 (T)	(T) como % da população de 1854
Espírito Santo	12.269	22,659	+ 11.620	94,7
Corte	102.899	48.939	- 48.676	47,3
Rio de Janeiro	295.853	306.425	+ 31.670	10,7
São Paulo	117.731	156.612	+ 48.512	41,2
Minas Gerais	317.760	386.645	+ 93.594	29,4
Sudeste	846.512	921.280	+ 136.720	16,1

Fontes e metodologia: as mesmas da tabela 5.

O mesmo parece ter ocorrido, de forma menos drástica *nesse período*, em São Paulo. A demanda por mão-de-obra escrava do conjunto de seu setor cafeeiro (a seção paulista do “Vale”, que permaneceu estagnada em torno de 1,2 milhões de arrobas/ano, mais as novas áreas do “Oeste”, que quase quadruplicaram suas exportações) situou-se entre 27 mil e 80 mil indivíduos (dependendo da hipótese adotada sobre a vida útil dos escravos) e provavelmente superou as importações interprovinciais, configurando, como no Rio de Janeiro, uma situação de pressão sobre os demais setores da economia.³⁹

38 Sebastião Ferreira Soares. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil* [1860]; Stanley J. Stein. *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850–1890*; Ismênia Lima Martins “Problemas da Extinção do Tráfico Africano na Província do Rio de Janeiro”; Hebe Maria Mattos de Castro. “Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brazil during the Second Half of the Nineteenth Century”.

39 Veja a nota 37, acima; e Warren Dean. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*.

O maior importador desse período foi, por larga margem, a província de Minas Gerais, que recebeu 46,5 % de todas as transferências interprovinciais líquidas.⁴⁰

A ênfase que alguns pesquisadores colocaram, talvez pela maior disponibilidade de registros, no fluxo marítimo de escravos do Norte com destino ao porto do Rio de Janeiro, pode resultar na impressão de que a massa dos cativos transferidos se dirigia para aquela província.

É óbvio, entretanto que nessa época, como no tempo do tráfico atlântico, *o Rio de Janeiro era também o porto marítimo de Minas Gerais*, e que uma grande parte — aparentemente a maior — dessa carga humana se destinava, de fato, à província mediterrânea.

Havia além disso um outro fluxo, terrestre, do Nordeste para Minas, de quantificação difícil, mas provavelmente importante, a julgar pelas frequentes menções e descrições contemporâneas.⁴¹

Um fazendeiro de Carangola, por exemplo, registrou em suas cartas as visitas do traficante pedestre: “Vinha geralmente das províncias do norte com sua tropa de infelizes... que ele tentava vender ao longo de todo o seu caminho. A caravana percorria assim centenas de quilômetros até que a mercadoria fosse vendida. O mercador voltava então para o norte a fim de se reabastecer.”⁴²

Nessa época, embora o café já desempenhe um papel mais importante, não é possível atribuir a ele, ou mesmo ao conjunto das exportações provinciais, mais do que uma fatia relativamente modesta das importações de escravos.

40 Esse resultado constitui a principal revisão das nossas conclusões anteriores, expostas em “Growing in Silence” e “Minas Gerais, Século XIX”, quando, à luz dos dados então disponíveis, acreditávamos que Minas Gerais tivera pequeno envolvimento no tráfico interprovincial entre o fim do tráfico atlântico e o censo, e que os principais importadores nesse período haviam sido o Rio de Janeiro e São Paulo.

41 Veja, a respeito, Robert E. Conrad. *Tumbeiros*, pp.187 e segs.; e Robert E. Conrad (ed.). *Children of God's Fire. A Documentary History of Black Slavery in Brazil* (Princeton, 1983).

42 Françoise Massa. Alexandre Brethel, pharmacien et planteur français au Carangola. Recherche sur sa correspondance brésilienne, 1862–1901 (Paris, 1977), cit. por Frédéric Mauro. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*, p. 99.

Nas duas décadas após o fim do tráfico a produção cafeeira de Minas teve um crescimento acelerado, rivalizando em ritmo e em volume com o Oeste paulista. Na verdade, entre 1852 e 1870, as exportações de café mineiro triplicaram, crescendo a taxas mais altas que as de qualquer outra área do país. Ainda assim, sua demanda por novos escravos, entre 1855 e 1873, situou-se entre 16 e 37 mil indivíduos, que representariam entre 17% e 39% do saldo importador da província, com a fatia mais provável situando-se em torno de 30%. As exportações de outros produtos permaneceram estagnadas durante a maior parte dos anos 50 e 60, apesar da ocorrência de um pequeno *boom* algodoeiro, estimulado pelo colapso da oferta norte-americana. A partir de 1867–68 a série apresenta algum crescimento, liderado pela expansão das vendas de fumo, gado bovino e queijos. No seu conjunto, as exportações mineiras não-café passaram, em termos reais, do índice 100,0 em 1854–59 para 100,1 em 1860–67, e 127,2 em 1868–73. Apesar do crescimento no final do período, essas exportações tinham um peso muito pequeno no produto regional, e não se pode imputar a elas nenhum papel preponderante na demanda por escravos.⁴³

A mineração de ouro teve sua importância reduzida como empregador de escravos. Tanto o segmento nacional como as companhias inglesas continuaram empregando cativos direta e indiretamente, mas, embora a produção média anual tenha crescido cerca de 30% em 1860–84, com relação a 1820–60, a demanda total por trabalho do setor declinou, em virtude da crescente utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Na mineração de diamantes o nível de atividade continuou alto, não só no antigo distrito diamantino como nas novas áreas, em especial na região da Bagagem, no Alto Paranaíba, onde importantes descobertas no início dos anos 50 deflagraram uma corrida de proporções consideráveis. Na década de 60 as jazidas já davam sinais de esgotamento e o setor foi duramente atingido, a partir de 1867, pela descoberta dos imensos depósitos da África do Sul, que abarrotaram o mercado mundial, deslocando a produção brasileira para uma posição inframarginal.⁴⁴

43 Martins, “Growing in Silence”, cap. V; Martins Filho e Martins. “Slavery in a Nonexport Economy”; e Martins e Martins Filho. “Slavery in a Nonexport Economy: A Reply”.

44 Martins e Brito. *História da Mineração*. Veja também Ayres da Mata Machado Filho. *Arraial do Tejuco, Cidade de Diamantina*.

Nesse terceiro quartel do século a demanda interna da província seguramente continuou a representar o principal papel na geração da demanda por trabalho escravo. A população total de Minas cresceu à taxa de 2,8 % ao ano entre 1855 e 1873, ultrapassando no censo a cifra de dois milhões de habitantes, que representavam mais de um quinto da população do Império. A província continuou sendo, ao longo desse período (e pelo menos até os anos 90), inteiramente autossuficiente na produção de alimentos e de vários outros bens. Seu mercado interno continuou sustentando uma produção de panos de algodão bastante grande e uma indústria de artefatos de ferro com mais de uma centena de fundições amplamente baseadas no trabalho escravo.

A EVOLUÇÃO DA ESCRAVIDÃO NOS MUNICÍPIOS E REGIÕES DE MINAS GERAIS

Como já foi observado anteriormente, a metodologia utilizada nas estimativas do tráfico produz apenas os saldos migratórios líquidos, não permitindo a discriminação dos fluxos de imigração e emigração.

Contudo, podemos estar seguros de que nesse período o fluxo bruto de importações foi maior que o saldo líquido, porque, a partir do meado dos anos 50, temos pela primeira vez indicações claras da exportação de escravos mineiros para outras províncias.

Nas respostas aos inquéritos do governo provincial em 1854 e 1855, quase todos os municípios acusam a escassez de braços gerada pelo fim do tráfico e *cinco* deles (de um total de 50) afirmaram estar perdendo trabalhadores cativos.

As autoridades de *Caeté* informaram que “parte [dos escravos] tem saído para outras províncias”, e as de *Januária* comunicaram que o município “[exportava] anualmente trinta cativos”. De *Paracatu* veio a notícia de que “a escravatura sofre grande diminuição pelo alto preço que dão aos escravos na Mata do Rio de Janeiro”. Um mapa do comércio de *Pitangui* sugere uma exportação líquida de 40 a 50 cativos por ano em 1852, 1853 e 1854, e *São João del Rei* informou que havia “emigração de fazendeiros” e “venda de escravos para a província do Rio de Janeiro”. Além desses

municípios, o distrito de Santana dos Ferros, em Itabira, comunicou que os escravos “tem saído” para o Rio de Janeiro.⁴⁵

Em seu conhecido livro de 1860, Sebastião Ferreira Soares afirma que, entre 1852 e 1859, cerca de 305 escravos foram levados por ano de Minas e do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro.⁴⁶ Em 1867 disseram a Richard Burton, em São João del Rei, que os escravos estavam “em rápido declínio”, tendo sido “em sua maioria vendidos aos distritos agrícolas do Rio de Janeiro”. Em Diamantina soube que os “cativos tinham sido exportados para as províncias cafeeiras” e que os mineiros esperavam ansiosos pela anunciada chegada de Confederados norte-americanos, que poderiam absorver seus “inúteis” escravos. De Januária, Burton escreveu que “de algum tempo para cá os servos vinham sendo vendidos para o Rio de Janeiro”.⁴⁷

A partir da segunda metade dos anos 60 encontramos notícias de que escravos mineiros estavam sendo alugados ou transferidos para as áreas cafeeiras de São Paulo.

Em sua visita de prospecção para a imigração confederada, em 1865, J. McFaden Gaston foi informado que turmas de escravos de Minas, de “fazendas de café que tinham deixado de ser lucrativas”, podiam ser contratados para as derrubadas e para o plantio de cafezais. O relatório Carvalho de Moraes, de 1870, também afirma que muitos “empreiteiros de formação” eram mineiros que haviam migrado com seus escravos. Nessa mesma linha, Warren Dean localizou, em Rio Claro, contratos para o plantio de mais de um milhão de pés de café, por empreiteiros que trouxeram, entre 1864 e 1878, cerca de 332 escravos para o município, dos quais pelo menos parte vinha de Minas Gerais.⁴⁸

45 Documentos manuscritos do Arquivo Público Mineiro, especialmente nos códices n.º 570, 609, 610, 654 e 657 da Seção Provincial.

46 Ferreira Soares. *Notas Estatísticas*, p.135.

47 Richard F. Burton. *Explorations of the Highlands of the Brazil* (Londres, 1869), vol. I, pp.114–115, vol. II, pp.104 e 260.

48 J. McFaden Gaston. *Hunting a Home in Brazil* (Filadélfia, 1867), pp. 125 e 193; João Pedro Carvalho de Moraes. *Relatório apresentado ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (Rio, 1870); Dean. *Rio Claro*, pp. 35, 55 e 205.

No censo do império, os registros do local de nascimento da população recenseada, embora claramente deficientes, mostram que alguns milhares de escravos nascidos em Minas viviam em outras províncias, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.⁴⁹

Essas informações, juntamente com as estimativas apresentadas acima, sugerem que nesse período o padrão do tráfico mineiro (e o das outras províncias também) era mais complexo do que um simples fluxo unidirecional, líquido, das províncias exportadoras para as importadoras. Com toda a certeza as províncias trocaram mais escravos entre si do que os resultados líquidos nos levariam a crer.

No caso mineiro, esse padrão pode ser melhor compreendido examinando-se as estimativas do tráfico desagregadas no nível dos municípios e das regiões, apresentadas nas tabelas 7 e 8.

A metodologia utilizada é a mesma descrita na nota 3, e a taxa de crescimento interno adotada é $r = - 3,88$ por mil por ano, observada no conjunto da população escrava brasileira no mesmo período. As unidades territoriais foram mantidas constantes, com a população de cada uma das 370 freguesias existentes em 1º de agosto de 1873 sendo alocada ao município ao qual seu território pertencia no início de 1855.

Esse é um cuidado essencial, cuja negligência pode conduzir a erros consideráveis, pois a divisão administrativa de Minas sofreu grandes mudanças no período, com o número de municípios passando de 50 para 72. Assim, por exemplo, a população de Caldas em 1855 não pode ser comparada apenas com a de Caldas em 1873, mas sim com a do aglomerado (Caldas 1873 + Cabo Verde 1873 + parte de Alfenas 1873). Da mesma forma, o território de Mariana 1855 é igual ao de Mariana 1873 mais Ponte Nova 1873 mais parte de Santa Rita do Turvo 1873; Sabará 1855 corresponde a Sabará 1873 mais Santa Luzia 1873 mais parte de Sete Lagoas 1873; e assim por diante. Erros desse tipo têm conduzido a algumas conclusões equivocadas, especialmente no que diz respeito ao suposto “esvaziamento” da escravidão nas “antigas áreas mineradoras”.

49 Veja “Growing in Silence”, pp.191–199.

Tabela 7
 Minas Gerais: Importações de Escravos pelos Municípios e Regiões, 1855–1873

Municípios e Regiões *	T (Importações líquidas)	T'	T''	r* (x 1000)	P0/P0*
Barbacena	5.528	4.864	6.201	30	0,55
Bonfim	1.199	820	1.582	8	0,80
Caeté	498	233	764	3	0,88
Conceição	729	349	1.111	4	0,87
Itabira	1.229	651	1.812	4	0,86
Mariana	8.700	7.684	9.731	31	0,54
Ouro Preto	1.463	1.107	1.822	12	0,75
Queluz	6.221	5.520	6.932	32	0,53
Sabará	4.371	3.345	5.407	13	0,74
Santa Bárbara	1.117	766	1.473	9	0,80
São João del Rei	1.109	599	1.623	5	0,86
São José del Rei	-249	-591	94	-7	1,05
<i>Metalúrgica - Mantiqueira</i>	<i>31.915</i>	<i>25.347</i>	<i>38.552</i>	<i>15</i>	<i>0,71</i>
Sto. Antônio do Paraibuna	9.140	7.715	10.583	22	0,63
Leopoldina	10.661	9.550	11.789	35	0,50
Ubá	6.562	5.592	7.542	23	0,61
Mar de Espanha	6.051	5.103	7.011	21	0,64
Piranga	151	-301	606	-3	0,98
Pomba	1.947	1.507	2.392	14	0,73
<i>Mata</i>	<i>34.512</i>	<i>29.166</i>	<i>39.923</i>	<i>22</i>	<i>0,63</i>
Aiuruoca	-1.702	-2.285	-1.117	-15	1,23
Baependi	-2.962	-3.730	-2.195	-19	1,31
Cristina	440	167	714	2	0,89
Caldas	2.236	1.824	2.652	18	0,68
Campanha	-2.185	-2.854	-1.517	-17	1,26
Pouso Alegre	7.054	6.472	7.647	47	0,41
Itajubá	851	555	1.149	7	0,82

(continua)

Tabela 7
 Minas Gerais: Importações de Escravos pelos Municípios e Regiões, 1855–1873

(continuação)

Municípios e Regiões *	T (Importações líquidas)	T'	T''	r* (x 1000)	P0/P0*
Jaguari	-952	-1.087	-817	-31	1,66
Lavras	2.148	1.689	2.612	15	0,72
Passos	-356	-701	-12	-8	1,07
Três Pontas	3.983	3.424	4.550	25	0,60
Jacuí	1.065	669	1.463	7	0,83
<i>Sul</i>	9.620	4.143	15.129	3	0,88
Formiga	-437	-747	-128	-9	1,1
Dores do Indaiá	784	619	951	15	0,72
Oliveira	2.160	1.394	2.933	7	0,82
Pitangui	-1.634	-2.170	-1.097	-16	1,24
Pium-i	2.230	2.018	2.445	40	0,46
Tamanduá	696	273	1.122	3	0,89
Oeste	3.799	1.387	6.226	2	0,89
Uberaba	-252	-838	338	-6	1,03
<i>Triângulo</i>	-252	-838	338	-6	1,03
Araxá	1.099	821	1.378	12	0,76
Patrocínio	6.852	6.259	7.455	45	0,43
Desemboque	1.067	917	1.217	25	0,60
<i>Alto Paranaíba</i>	9.018	7.997	10.050	32	0,53
Curvelo	383	164	603	3	0,88
Januária	-679	-785	-575	-30	1,59
Montes Claros	3.717	3.424	4.015	50	0,39
São Romão	-178	-201	-154	-33	1,73
<i>São Francisco – Montes Claros</i>	3.243	2.602	3.889	16	0,7

(continua)

Tabela 7
 Minas Gerais: Importações de Escravos pelos Municípios e Regiões, 1855–1873

(conclusão)

Municípios e Regiões *	T (Importações líquidas)	T'	T''	r* (x 1000)	P0/P0*
Diamantina	-1.913	-2.509	-1.316	-16	1,25
Grão Mogol	-261	-456	-64	-9	1,10
Minas Novas	280	-406	969	-2	0,97
Rio Pardo	4.513	4.187	4.847	55	0,35
Serro	-677	-1.330	-23	-8	1,08
<i>Jequitinhonha – Mucuri - Doce</i>	1.942	-514	4.413	-1	0,95
Paracatu	-206	-405	-8	-8	1,08
<i>Paracatu</i>	-206	-405	-8	-8	1,08
<i>Minas Gerais</i>	93.591 **	68.885	118.512	11	0,77

* No início de 1855 Minas Gerais tinha 50 municípios e em 1873 tinha 72 municípios. A população das paróquias de 1873 foi alocada aos municípios a cujos territórios pertenciam em 1855.

** A diferença com o número da tabela 6 se deve aos arredondamentos das parcelas municipais.

Fontes: População em 1855: Maria do Carmo Salazar Martins e Roberto B. Martins. “A população de Minas Gerais em 1855”; População em 1873: Dados corrigidos do recenseamento do império. Em Minas esse censo foi realizado em 1º de agosto de 1873.

A tabela 8 apresenta as estimativas do tráfico agrupadas segundo as regiões geográficas, junto com informações adicionais sobre a distribuição regional da população escrava.

Antes de analisar esses resultados, é interessante discutir sua confiabilidade. É óbvio que os números obtidos dependem crucialmente de três parâmetros: as populações inicial e final (P_0 e P_t), e a taxa de crescimento interno (r).

Tabela 8
 Minas Gerais: População Escrava e Importações de Cativos, por regiões, 1855–1873

Regiões	População 1855	%	População 1873	%	Importação Líquida	Municípios Importadores	Municípios Exportadores
Metalúrgica-Mantiqueira	80.934	25,5	106.281	27,5	31.915	11	1
Mata	61.502	19,3	90.668	23,4	34.512	6	0
Sul	76.085	23,9	80.228	20,7	9.620	7	5
Oeste	33.739	10,6	35.126	9,0	3.799	4	2
Triângulo	8.804	2,8	7.966	2,1	- 252	0	1
Alto Paranaíba	10.486	3,3	18.483	4,8	9.018	3	0
São Francisco- Montes Claros	7.815	2,5	10.417	2,7	3.243	2	2
Jequitinhonha-Mucuri- Doce	35.352	11,1	34.838	9,1	1.942	2	3
Paracatu	3.043	1,0	2.638	0,7	-206	0	1
Minas Gerais	317.760	100,0	386.645	100,0	93.591	35	15

Fontes: as mesmas da tabela 7.

Para balizar o impacto de r sobre as estimativas, calculamos a coluna T' (na tabela 7), que fornece os saldos migratórios líquidos na hipótese $r = 0$ (o que significaria um crescimento natural moderadamente positivo, uma vez que a taxa de manumissão era certamente moderadamente positiva), e a coluna T'' , que apresenta os saldos líquidos na hipótese $r = -7,76$ por mil (que significaria um declínio anual duas vezes maior que a taxa adotada).

As colunas T' e T'' permitem concluir imediatamente que variações de até 100 %, nas duas direções, em torno da taxa nacional (variações no intervalo de 0 a -7,76 por mil por ano) afetariam os sinais das estimativas de, no máximo, quatro municípios. Na verdade, como mostra a coluna r^* (o valor crítico de r , que resulta em $T=0$),⁵⁰ os sinais dos saldos líquidos municipais resistiriam, na sua maioria, a variações bem maiores que essas. Ou seja, mesmo variações relativamente grandes entre as condições demográficas dos municípios, ou divergências relativamente grandes entre a taxa “verdadeira” de um município e a taxa usada na estimativa, teriam impactos limitados nas quantidades líquidas estimadas, e dificilmente invertiriam o sentido do tráfico líquido dos municípios.

Além disso, as balizas T' e T'' demonstram que, mesmo que as taxas dos municípios estivessem *todas* subestimadas ou *todas* superestimadas em 100 %, o saldo migratório líquido da província só variaria entre +68.885 e +118.512, e ela continuaria a ser, por larga margem, o maior importador nesse período. Minas Gerais só não teria sido um importador líquido nessa época se sua população escrava estivesse *crescendo* a uma taxa algo superior a 11 por mil por ano, dado que havia alforrias e não havia escravização de pessoas livres.

As populações dos municípios em 1873 resultam do censo do império e são os melhores dados demográficos disponíveis para todo o século XIX, mas as populações de 1855 foram compiladas a partir de informações municipais bem menos precisas. A coluna P_0/P_0^* mostra a distância existente entre a população adotada na estimativa (P_0) e o valor crítico da população inicial (P_0^*), ou seja, aquele que resultaria em $T=0$, mantidos os valores de

50 Os valores de r^* foram multiplicados por mil e arredondados para o inteiro mais próximo.

r e P_t . Esses números indicam que variações de até dez pontos percentuais, nos dois sentidos, em P_o , afetariam, no *máximo*, os sinais de oito municípios e que, na maioria dos casos, seriam necessárias variações bem superiores para inverter o sentido do fluxo. A província como um todo só não teria sido um importador líquido (mantidos r e P_t) se sua população escrava em 1855 tivesse ultrapassado 414.689 indivíduos, ou seja, se nossa estimativa estiver errada em 30%.

O exame das tabelas 7 e 8 mostra, de imediato, que não houve nenhuma redistribuição significativa da população escrava entre as regiões nesse período. O maior ganho relativo ocorreu na Mata e a maior perda relativa aconteceu no Sul, mas as variações das fatias regionais foram pequenas. Na maioria das regiões o contingente escravo aumentou em termos absolutos, e nas três em que a população diminuiu a queda foi muito pequena, ou seja, os ganhos das regiões que ganharam cativos não ocorreram às custas das regiões que os perderam, mas, quase exclusivamente, através de importações de fora da província.

Todos os municípios da Mata, do Alto Paranaíba e mesmo, como veremos abaixo, da Metalúrgica-Mantiqueira, foram importadores líquidos, e os exportadores líquidos se concentraram nas regiões Sul e Jequitinhonha-Mucuri-Doce.

A região Metalúrgica-Mantiqueira, que abrigava a maior parte das antigas áreas mineradoras — ditas decadentes e, portanto, exportadoras de escravos — teve uma importação líquida de 31.915 indivíduos, equivalentes a quase 40 % de sua população inicial, e a 34 % do total importado pela província. Onze de seus doze municípios seguramente tiveram saldos migratórios positivos, e três deles figuram entre os dez maiores importadores. Mesmo o município de São José del Rei, que aparece com sinal negativo nas estimativas, pode não ter sido um exportador líquido. Seu contingente escravo de 1873 não inclui a população do distrito da Capela Nova do Desterro, que pertencia a São José em 1855, mas foi transferido para a paróquia de Nossa Senhora da Piedade das Gerais, município de Bonfim, por volta de 1860. Capela Nova tinha 265 escravos em 1861 e não aparece discriminado no censo por se tratar de um distrito.

Nenhum dos três lugares mencionados em 1855 como exportadores de cativos aparece como tal nas nossas estimativas. Caeté dificilmente perdeu

escravos no período em foco, pois seu plantel cresceu continuamente até o censo, passando de 3.661 em 1855, para 3.685 em 56, 3.777 em 61, e 3.894 em 1873. O distrito de Santana dos Ferros, em Itabira, aparentemente exportou escravos nos anos 50 (o plantel caiu de 1.166 em 1855 para 881 em 1857), mas os recuperou em seguida, tornando-se um importador líquido, pois sua população cativa atingiu 1.288 indivíduos no censo.

E, finalmente, São João del Rei, cujas autoridades apontavam a decadência da agricultura em 1856, pode ter perdido escravos nos anos 50 e no início da década seguinte (seus escravos diminuem de 6.985 em 56 para 6.220 em 1861), mas em 1873 tinha 7.584 cativos e seguramente foi um importador líquido no período. Essas últimas observações sugerem que esses municípios perderam escravos nos primeiros anos após o fim do tráfico, possivelmente como um ajustamento de curto prazo, mas os recuperaram posteriormente, quando se estabeleceu um mercado inter-regional organizado.

A Mata foi o maior importador entre as regiões de Minas, apresentando um saldo líquido positivo de 34.512 escravos (37 % do total provincial, e 56 % de seu plantel inicial). Todos os seus municípios têm saldos líquidos positivos e quatro dos cinco municípios cafeeiros estão entre os dez maiores importadores da província.

Isso se deve, sem dúvida, à rápida expansão do café nessa época, mas é interessante observar que os cinco municípios cafeeiros importaram, de fora da região, mais de 34 mil cativos, um número superior aos requisitos da produção de café. Esse resultado sugere que em Minas, nesse período, diferentemente de São Paulo e do Rio de Janeiro, a indústria do café cresceu sem pressionar outras atividades econômicas no que diz respeito à mão-de-obra. De fato, a região cafeeira da Mata mineira manteve uma agricultura diversificada mesmo no apogeu do café, não apresentando em nenhum momento o alto grau de especialização das outras áreas produtoras, tanto no nível regional como no da unidade produtiva.

A região Sul, apesar de ter tido o terceiro maior saldo importador (9.620 escravos, que representam 10,3 % das importações líquidas da província e 12,6 % do plantel inicial da região), apresenta saldos líquidos negativos em cinco de seus doze municípios, incluindo-se entre eles o

primeiro, o segundo e o quarto maiores exportadores líquidos, em números absolutos.

As perdas de escravos por esses municípios (Aiuruoca, Baependi, Campanha, Jaguari e Passos), conjugadas com as informações contemporâneas originadas em São Paulo, mencionadas acima, e com a presença de escravos “mineiros” em áreas paulistas revelada pelo censo, sugerem que eles podem, de fato, ter exportado alguns milhares de cativos nesse período, para a província vizinha.

O fim do tráfico parece ter atingido a região de forma diversificada: enquanto alguns municípios exportadores de fumo se declaravam em crise, em 1855, outros, de agricultura mais diversificada, estavam prósperos, com o “comércio animado” pela alta dos preços de seus produtos.⁵¹ Por outro lado, a zona Sul não teve nenhuma participação no *boom* cafeeiro. Na verdade, ela produziu quantidades insignificantes de café nessa época e até os anos 80 nunca contribuiu com mais do que 0,3 % das exportações mineiras desse produto.⁵²

Todos os municípios sul-mineiros com saldos líquidos negativos eram próximos à fronteira paulista, e o censo registrou 4.018 escravos nascidos em Minas e residentes em São Paulo (contra 1.309 nascidos em São Paulo e residentes em Minas).⁵³ Cerca de 64 % deles estavam em áreas cafeeiras, como Campinas e Limeira, mas o restante se localizava em municípios além da fronteira do café. A maior concentração ocorria em municípios da Mogiana – São João da Boa Vista, Mococa, Batatais, Mogi-mirim, Franca, Caconde – que estava sendo colonizada nessa época por imigrantes de Minas Gerais. Outras áreas com contingentes notáveis de escravos mineiros, como Rio Verde, Botucatu e Sorocaba (na Sorocabana), ou São Carlos do

51 Veja, por exemplo, a correspondência das câmaras municipais de Aiuruoca, Campanha, Cristina e Lavras para a presidência da província, em 1855, no Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, especialmente no código n. 570.

52 Martins e Martins. “As Exportações de Minas Gerais no Século XIX”.

53 Dos escravos nascidos em São Paulo e residentes em Minas, 37,8 % estavam na Zona da Mata, 33,2 % no Sul e 12,3 % na Metalúrgica-Mantiqueira. Havia mais escravos nascidos no Rio de Janeiro residindo em Minas (3.757) do que mineiros residindo no Rio (3.704). Dos fluminenses em Minas, a grande maioria residia na Mata (62 %), seguida pelo Sul (12 %) e pelas regiões Metalúrgica-Mantiqueira e Oeste (cerca de 10 %, cada uma).

Pinhal (na Paulista) também eram áreas de colonização mineira. Outras ainda, como Itatiba, Taubaté, Belém do Descalvado e Brotas, não eram resultantes de colonização mineira, mas eram recipientes de migração mineira relativamente intensa. Há, sem nenhuma dúvida, uma alta correlação entre a presença de escravos mineiros e a de mineiros livres nos municípios paulistas.⁵⁴ É bastante clara a sugestão de que, além das transferências motivadas pela demanda do café, uma parcela ponderável da migração de cativos mineiros para São Paulo se relaciona com as migrações de mineiros livres, participantes do “grande refluxo” – provavelmente pequenos proprietários que se dirigiram para zonas pioneiras, além da fronteira da grande lavoura exportadora.

De qualquer forma, os dois fluxos são relativamente pequenos e parcialmente compensados por um fluxo de escravos paulistas para Minas Gerais. Seu maior interesse está na indicação de que, além dos grandes movimentos inter-regionais, ocorriam paralelamente movimentos menores, mesmo através das fronteiras de províncias fortemente importadoras.

A região do Alto Paranaíba foi o maior importador de escravos, em termos proporcionais, com um saldo líquido de 9.018 indivíduos, que representavam 86 % do seu plantel inicial. Sua população cativa teve um incremento de 76 %, o maior entre todas as regiões. Nos anos 50 e 60 essa área passou por um rápido crescimento demográfico, recebendo uma corrente migratória considerável: entre 1855 e 1873 sua população livre cresceu à taxa de 4,5 % ao ano, muito superior à média da província.

Para isso concorreu, sem dúvida, o surto diamantino da Bagagem, que a partir das primeiras descobertas, em 1851, e sobretudo depois dos achados do “Estrela do Sul” (1853) e do “English Dresden” (1854), deflagrou forte imigração para a área. O garimpo da Bagagem, inicialmente no município de Patrocínio, foi elevado a distrito de paz em 1852, a freguesia em 54, a vila em 56, e à categoria de cidade em 1861, percorrendo em nove anos uma trajetória que muitas localidades levaram até dois ou três séculos para completar. Em 1855 as autoridades locais informavam que a exportação de diamantes era “incalculável”, e que a povoação em breve rivalizaria

54 Veja “Growing in Silence”, cap. IV.

com as principais vilas da província, e mesmo com as maiores cidades do litoral.

Não é preciso dizer que essa previsão não se realizou, mas, enquanto durou o surto, a região atraiu levas de migrantes livres e escravos, e galvanizou a produção e o comércio de um vasto território.⁵⁵

As estimativas populacionais, tanto para 1855 como para 1873, para os municípios da região Jequitinhonha-Mucuri-Doce são as mais problemáticas de toda a província,⁵⁶ mas mesmo assim, em linhas gerais, os resultados estimados do tráfico estão de acordo com o que se conhece sobre a evolução econômica dessa área no período em foco.

No início dos anos 70 a economia diamantina estava mergulhando numa profunda crise, espremida entre o esgotamento progressivo de suas jazidas e a aparição no mercado mundial da imensa oferta sul-africana, a partir das descobertas nos rios Orange e Vaal, em 1867, e, em 1870, das minas de Kimberley, em Jagersfontein e Dutoitspan. Estava superado também nessa altura o pequeno surto de exportações de algodão, propiciado pela guerra civil dos Estados Unidos e a “cotton famine” da indústria têxtil inglesa, e que se eclipsou totalmente com a rápida recuperação da oferta norte-americana no pós-guerra.

Não surpreende, portanto, que seus municípios tenham se tornado exportadores de cativos. É bastante provável, inclusive, que o numeroso contingente importado por Rio Pardo, segundo as estimativas, se deva principalmente a uma subestimação da população de 1855.

A maior parte dos outros exportadores, como Januária, São Romão e Paracatu, eram municípios mais afastados dos centros principais, com conexões de mercado mais fracas, e que parecem ter começado a perder seus cativos imediatamente após o fim do tráfico.

55 Veja a correspondência das autoridades do município de Patrocínio, do distrito da Bagagem e do município de Paracatu com a presidência da província, em 1855, em Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, código n.º 570.

56 Das 14 freguesias não recenseadas em 1873 em Minas (3,8 % do total), e cujas populações foram estimadas, seis se localizavam nessa região. Nas estimativas para 1855 o município de Rio Pardo é o mais problemático, pela escassez de informações.

No caso de Paracatu, embora suas autoridades informassem em 1855 e 1858 que os escravos estavam sendo vendidos para o Rio, é mais provável que eles tenham sido transferidos para o garimpo da Bagagem, acompanhando a migração de seus donos.⁵⁷

CONCLUSÕES

As evidências apresentadas neste trabalho confirmam algumas conclusões anteriores, especialmente no que se refere à primeira metade do século XIX, e oferecem alguns resultados novos, relativos ao período transcorrido entre 1850 e o censo do império.

As novas estimativas confirmam e dão expressão quantitativa para a conclusão de que Minas foi um expressivo importador de escravos enquanto durou o tráfico atlântico.

É totalmente fora de cogitação que a província tenha contribuído com mão-de-obra cativa para o surgimento e a expansão da indústria cafeeira do Vale do Paraíba. Na verdade, é muito pouco provável que na primeira metade do século tenham ocorrido quaisquer transferências significativas de escravos entre as províncias brasileiras, sobretudo porque não havia razão para isso. Enquanto existiu o tráfico atlântico, o grande *pool* de trabalho abundante e barato, para o café, o açúcar, a mineração, ou qualquer outra atividade, foi a África, e esse *pool* foi suficiente para abastecer as diversas áreas sem gerar tensões inter-regionais no mercado brasileiro de trabalho cativo.⁵⁸

Mesmo dentro de Minas Gerais, a demanda do setor cafeeiro não provocou realocações perceptíveis da mão-de-obra cativa, sendo atendida, com folga, pelas importações internacionais. Aparentemente todas as regiões da província foram importadoras e tudo indica que a atividade cafeeira não foi sequer a principal fonte de demanda por escravos nesse período.

57 Ofícios das autoridades de Paracatu à presidência da província. Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial. Códices 570 (1855) e 715 (1858).

58 Excetuando-se, é claro, a grande pressão e os deslocamentos causados nos primeiros anos após a descoberta do ouro no final do século XVII, em Minas.

Interrompido o acesso à oferta africana, o papel de abastecedor da região Sudeste em expansão foi assumido pelas províncias do Norte e do Nordeste. Longe de se tornar um fornecedor de escravos para outras províncias, Minas foi, pelo menos até o início dos anos 70, a província que mais escravos importou.

Nessa época, novamente, quase todas as regiões mineiras foram importadoras líquidas e, diferentemente do que ocorreu no Rio e em São Paulo, o café cresceu sem pressionar outras áreas e outras atividades econômicas.

Em particular, a população escrava da antiga região mineradora de ouro (a região Metalúrgica-Mantiqueira) não foi drenada para a área cafeeira. Além da região diamantina, que parece ter perdido escravos em função de vicissitudes peculiares de sua atividade econômica, e de uns poucos municípios de economia marginal, os candidatos mais prováveis a exportadores de escravos nesse período são alguns municípios do Sul, vizinhos das áreas cafeeiras e das zonas pioneiras de São Paulo.

REFERÊNCIAS

Amaral, Luis. *História Geral da Agricultura Brasileira*. 3 vols. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970.

Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil: with a full account of the gold and diamond mines*. 2 vols. London: Tinsley Brothers, 1869.

Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

Castro, Hebe Maria Mattos de. "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brazil during the Second Half of the

Nineteenth Century”. *Hispanic American Historical Review* 68 (3) (1988).

Conrad, Robert Edgar (ed.). *Children of God's Fire. A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

Conrad, Robert Edgar. *Tumbeiros. O tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2^a. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982.

Dean, Warren K. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Eakin, Marshall C. *British Enterprise in Brazil. The Saint John d'El Rey Mining Company and the Morro Velho Mine, 1830–1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989.

Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

Eltis, David. The Direction and Fluctuation of the Transatlantic Slave Trade, 1821–1843: A Revision of the 1845 Parliamentary Paper. In: H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.

Eschwege, W. L. von. *Diário de uma Viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, no anno de 1811*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1936.

Eschwege, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Filho, Ayres da Mata Machado. *Arraial do Tejuco, Cidade Diamantina*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1957.

Filho, João Dornas. Tropas e Tropeiros. In: Universidade de Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da UMG, 1957.

Freireyss, G.W. “Viagem ao Interior do Brasil nos annos de 1814–1815”. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo* 11 (1906).

Furtado, Celso. *Formação Econômica da Brasil*. 7^a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Gaston, J. McFaden. *Hunting a Home in Brazil*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867.

Goulart, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3^a. edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808–1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Libby, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Martins Filho, Amilcar Vianna e Roberto B. Martins. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais revisited”. *Hispanic American Historical Review*, 63:3 (1983).

Martins, Ismênia de Lima. Os Problemas da Extinção do Tráfico Africano na Província do Rio de Janeiro: Uma Tentativa de Análise das Dificuldades de Reposição de Mão de Obra na Grande Lavoura Fluminense. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1973.

Martins, Maria do Carmo Salazar e Roberto B. Martins. As Exportações de Minas Gerais no Século XIX. In: Cedeplar-UFMG. *I Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 1982) e Revista Brasileira de Estudos Políticos* 58 (1984).

Martins, Maria do Carmo Salazar e Roberto B. Martins. Estimativa da população de Minas Gerais, por municípios, em 1855. Relatório de pesquisa não publicado, 1992.

Martins, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833–35. In: Cedeplar-UFMG. V Seminário sobre Economia Mineira (Diamantina 1990).

Martins, Roberto B. “Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil”. Tese de doutorado, Vanderbilt University, 1980.

Martins, Roberto B. “Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia não exportadora”. *Estudos Econômicos*, 13:1 (1983).

Martins, Roberto B. e Octávio Elíseo Alves de Brito. *História da Mineração no Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

Massa, Françoise. *Alexandre Brethel, pharmacien et planteur français au Carangola. Recherche sur sa correspondance brésilienne, 1862–1901* (Paris, 1977).

Matos, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979–1981.

Mauro, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Mello, Pedro Carvalho de. Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do Século XIX. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1) 1983, p. 169.

Mello, Pedro Carvalho de. The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888. Tese de doutorado, University of Chicago, 1977.

Moraes, João Pedro Carvalho de. *Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

O Universal (Ouro Preto).

Oliveira Vianna, Francisco José. *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil*. In: Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1^o. de setembro de 1920*, vol. 1. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1922.

População da Província de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro* IV (1899).

Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

Slenes, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888*. Tese de doutorado, Stanford University, 1975

Soares, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil (1860)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

Stein, Stanley J. *Vassouras. A Brazilian coffee county, 1850–1890* [1957]. New York: Atheneum, 1970.

Taunay, Affonso d'Escragnolle. *História do Café no Brasil*. 15 vols. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939–1941.

Veiga, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras 1664–1897*. 4 vols. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1897.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Tschudi, Halfeld, Wagner e a Geografia de Minas Gerais no Século XIX*

Roberto Borges Martins

O mapa de Minas Gerais e o artigo publicados em 1862 pela casa editora Justus Perthes e aqui traduzidos pela primeira vez, são o resultado do trabalho de três indivíduos de origem germânica, cujos caminhos se cruzaram no Brasil, no século XIX.

Dois deles, o hanoveriano Halfeld e o boêmio Wagner migraram logo depois da independência e se fixaram em Minas pelo resto de suas vidas, onde prestaram relevantes serviços ao governo provincial.

O engenheiro Halfeld foi uma figura de destaque na província e no império, e é bem conhecido, não só por seu trabalho técnico e intelectual, mas também como fundador da cidade de Juiz de Fora.

O desenhista e cartógrafo Wagner foi um funcionário modesto do governo provincial e seu nome foi praticamente esquecido.

O terceiro, o naturalista, etnólogo e diplomata suíço Tschudi, visitou Minas Gerais só uma vez, em 1858. Embora tenha sido um cientista importante e uma personalidade de relevo no seu tempo na Europa, sua biografia e sua obra são pouco disseminadas entre nós. Ele é comumente lembrado

* Este artigo foi escrito como uma introdução para a publicação de *A Província Brasileira de Minas Gerais*, de Johann Jakob von Tschudi e o mapa de Henrique Halfeld e Frederico Wagner, pela Fundação João Pinheiro em 1998. O original do opúsculo, *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, editado na Alemanha em 1862, foi o primeiro compêndio publicado sobre a geografia de Minas.

na historiografia brasileira apenas pelo seu envolvimento com a questão da imigração suíça e alemã e a polêmica sobre as *colônias de parceria* na cafeicultura paulista, mas suas viagens e seus trabalhos sobre o Brasil são muito mais abrangentes do que isso.

TSCHUDI

Johann Jakob von Tschudi nasceu no cantão de Glarus, na Suíça, em 25 de julho de 1818, em uma família abastada e com antiga tradição de atividade intelectual.¹

Um de seus antepassados, Giles Tschudi (1502–1572), é considerado o pai da *historiografia suíça*, apontado como responsável pela elevação da lenda de Guilherme Tell ao status de verdade histórica.

Tschudi formou-se como naturalista entre 1834 e 1838, em Zurique, Leiden e Paris. Estudou com Louis Agassiz em Neuenburg e teve contato, como estudante e como pesquisador, com alguns dos grandes nomes das ciências naturais germânicas de sua época. Seu principal interesse era então a zoologia, área em que desenvolveu seus primeiros trabalhos — uma monografia sobre os répteis da Suíça e outra sobre a classificação dos batráquios — apresentados em 1837 e 1838.

Nesse último ano recebeu o título de doutor em filosofia pela Universidade de Zurique e incorporou-se à expedição do *Edmond* para uma longa viagem de investigação científica, cujo roteiro incluía a África, a Austrália, a Nova Zelândia, o Pacífico e toda a banda ocidental do continente americano, do Chile até a Califórnia.

Em novembro de 1838, colhido por azar num conflito entre o Chile e o Peru, o *Edmond* teve de zarpar às pressas do porto de Callao, abandonando Tschudi em Lima. O jovem cientista se manteve por alguns meses

1 Os dados biográficos de Tschudi são baseados em Paul-Émile Schazmann, *Johann Jakob von Tschudi. Forscher, Arzt, Diplomat* (Zurique, 1956), gentilmente enviado pela embaixada da Suíça e sumariado em português pela professora Tarcísia Ribeiro, e na extensa nota biográfica por Carl Troll e Hanno Beck, no vol. I da reedição das *Reisen durch Sudamerika* (Stuttgart, 1971), traduzida pelo professor Fábio Alves da Silva Jr.

na capital peruana e, em março de 1839, decidiu partir para uma excursão de estudos pelos Andes.

Por três anos e meio, até agosto de 1842, Tschudi permaneceu na cordilheira, em condições extremamente adversas, quase inteiramente só, integralmente aplicado à coleta de espécimes zoológicos e botânicos, e a estudos antropológicos, arqueológicos, etnológicos e linguísticos sobre a América pré-colombiana e a civilização inca, assuntos em que se tornou um dos maiores especialistas europeus do século XIX.

De volta à Europa em 1843, dedicou os anos seguintes, em Paris, em Neuenburg, em Berlim e em Viena, à organização de suas coleções e à preparação dos manuscritos de uma *Fauna Peruana* que, publicada em 1844 e 1845, garantiu-lhe considerável prestígio no mundo científico europeu, especialmente na Inglaterra, na Alemanha e na Rússia. Em 1844 retomou os estudos de medicina e obteve o diploma de médico pela Universidade de Würzburg. Em 1846 publicou seus *Esboços de Viagem*, em dois volumes, que, assim como a *Fauna Peruana*, foram traduzidas para o inglês em 1848.

Em 1849 terminou um grande estudo sobre o *quetchua*, a língua geral do antigo império inca e tornou-se responsável pelas seções de ornitologia e de antropologia da Academia de Ciências de Viena. Seu principal trabalho sobre a América pré-colombiana, as *Antiguedades Peruanas*, escritas em colaboração com o peruano Mariano Eduardo de Rivero, foi entregue ao prelo em 1852.

Quando resolveu excursionar pelo Brasil, pela região platina e novamente pelos Andes, no final dos anos 50, Tschudi já era, portanto, um cientista maduro, com reputação estabelecida em diversas disciplinas, e um naturalista viajante experimentado.

Partiu de Hamburgo no final de outubro de 1857, no *Teutonia*, “grande navio a vapor, de ferro, movido a hélice”, e, depois de tocar em Southampton, em Lisboa, em Tenerife, em Pernambuco e na Bahia, chegou ao Rio de Janeiro, em 26 de novembro.²

2 Em vista do quase completo desconhecimento das duas grandes viagens de Tschudi pelo Brasil (em 1857–58 e em 1860–61) por parte do público brasileiro,

Após menos de um mês na capital do império, seguiu para o interior, pela rota usual da Serra da Estrela. Visitou Petrópolis e sua colônia alemã, rumando em seguida para Minas, nos últimos dias do ano. Entrou na província em 1º de janeiro de 1858, e no dia seguinte estava na cidade de Paraiibuna, onde fez uma visita ao engenheiro Halfeld, em sua fazenda Juiz de Fora, percorreu a estrada União e Indústria ainda em construção, e conheceu a colônia alemã D. Pedro II.

Prosegiu para o norte, por Chapéu d’Uvas, João Gomes, Registro Velho, Barbacena, Ressaquinha, Carandaí e Queluz e, depois de vencer a Serra do Deus Te Livre, ou do Ouro Branco, chegou à capital mineira. Na curta estadia em Ouro Preto, ainda em janeiro de 1858, encontrou-se com o presidente Carlos Carneiro de Campos e conheceu o *desenhador* Frederico Wagner, coautor do mapa de Minas, e Henrique Gerber, engenheiro da província e autor de outro mapa e de um compêndio de geografia mineira, que seriam publicados em 1863.

Da capital continuou, em ritmo acelerado, para nordeste através de Passagem, Mariana, Camargos, Bento Rodrigues, Inficionado e Água Quente, em busca das áreas mineradoras do vale do Piracicaba — Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itabira e Itambé de Mato Dentro. Chegou, mais adiante, às ruínas da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar e à cidade de Conceição do Mato Dentro, seguindo depois para o Serro, por Santo Antônio do Rio do Peixe, e para o coração do distrito diamantino, por Três Barras e São Gonçalo do Rio das Pedras.

Na primeira quinzena de fevereiro estava em Diamantina. A cidade — que vivia o auge do *boom* deflagrado pela liberação da mineração de diamantes, em 1832, e encerrado com a descoberta das jazidas sul-africanas, nos anos 60 — muito o impressionou pela prosperidade, pelo movimento do comércio e pela animação da vida cultural e social. Tschudi chegou a afirmar que a estrada entre Diamantina e o Rio de Janeiro era a principal rota comercial do império.

achei interessante oferecer um relato detalhado dos trajetos dessas viagens. Esse roteiro é baseado na versão preliminar da tradução de parte das *Reisen durch Sudamerika*, pelo professor Fábio Alves da Silva Jr. Há alguma imprecisão nas datas, pois o autor passa, às vezes, longos trechos sem referi-las.

Examinou, nos arredores de Diamantina, as lavras da Chapada e de São João do Barro, e seguiu para o vale do Araçuaí, através de Mendanha, Rio Manso e São Gonçalo do Rio Preto. Encontrou as famosas forjas do Bonfim já decadentes, mas ainda em funcionamento e, passando por São João Batista de Minas Novas, Capelinha de Nossa Senhora da Graça e Setubinha, entrou no vale do Mucuri, chegando a Filadélfia, às margens do Rio Todos os Santos, ainda em fevereiro de 1858.

Filadélfia era o núcleo central da Companhia do Mucuri, empresa de colonização fundada pelos irmãos Ottoni em 1851. Os primeiros imigrantes haviam chegado no meado de 1856 e foram empregados na construção da ligação terrestre entre a povoação e o porto de Santa Clara, onde começa o trecho navegável do Rio Mucuri. No início de 1858 os colonos tinham recebido as primeiras glebas de terra, e o suíço lá permaneceu por alguns dias, conhecendo o projeto e percorrendo assentamentos de famílias suíças e alemãs.

De Filadélfia seguiu por terra, em companhia de Teófilo Ottoni, até a Colônia Militar do Urucu e Santa Clara, onde embarcaram no pequeno vapor da companhia, o *Peruípe*, para uma viagem de sete horas e meia, que os levou a São José do Porto Alegre, na foz do Mucuri, no Oceano Atlântico. Sua avaliação do projeto Mucuri seria posteriormente objeto de uma acirrada polêmica com o médico alemão Robert Avé-Lallemant.

Antes de embarcar para a capital do império, Tschudi conheceu ainda as cidades de Caravelas e Viçosa, no litoral sul da Bahia, e a Colônia Leopoldina, no Rio Perúpe, que era o núcleo colonial germânico mais antigo do Brasil, fundado em 1818 por um grupo do qual participava o naturalista Freireyss. Pouco depois estava de volta ao Rio de Janeiro, após ter tocado rapidamente em Vitória, no Espírito Santo.

Logo partiu outra vez, por mar, para Santos, de onde foi a São Paulo, Cotia, Sorocaba, São João do Ipanema, local da malograda fábrica de ferro de Varnhagem, e São Roque. A 4 de maio de 1858 embarcou novamente em Santos, seguindo para o sul, com escalas em Cananéia, Paranaguá, Antonina e na ilha de Santa Catarina, antes de chegar à cidade portuária de Rio Grande, encerrando a etapa brasileira da viagem.

Na região platina esteve em Montevideu e em Buenos Aires, por poucos dias no início de junho de 1858. Daí foi a Rosário, Córdoba e Catamarca, e atravessou os Andes e o deserto de Atacama em pleno inverno, de julho até agosto. Entre agosto e novembro percorreu partes do Chile, da Bolívia e do Peru, passou por Guaiquil, no Equador e cruzou o istmo do Panamá nos primeiros dias de dezembro, tomando o navio de volta para a Europa e concluindo sua segunda grande jornada americana.

Na década de 1840, as crescentes pressões da Inglaterra para a abolição do tráfico atlântico de escravos para o Brasil coincidiram com um período de grande expansão do setor cafeeiro de São Paulo, que começava um forte movimento de migração do Vale do Paraíba para o chamado *Oeste paulista*. Essas áreas viviam então a transição da cana de açúcar e da pequena agricultura para a grande lavoura cafeeira e seriam, nas décadas seguintes, as principais zonas produtoras e a principal fronteira de expansão do café no Brasil.

A perspectiva de fechamento da fonte africana e a necessidade de garantir um suprimento de mão de obra fizeram surgir as primeiras experiências de importação de trabalhadores pobres da Europa do norte — que até então só haviam imigrado para o Brasil em projetos baseados na pequena propriedade agrícola — para as *plantations* cafeeiras em vertiginoso crescimento.

O modelo adotado — as *colônias de parceria* — consistia essencialmente no financiamento, pelo cafeeicultor, dos custos de transporte, instalação e manutenção inicial dos imigrantes, seguido da partilha anual das colheitas entre colonos e proprietários. A dívida inicial seria progressivamente abatida através dessas partilhas e toda a família do colono era solidariamente responsável pelo débito, ficando todos vinculados à colônia até que este fosse inteiramente liquidado.

Embora o sistema, seu introdutor — o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro — e seus praticantes fossem festejados por muito tempo pela historiografia paulista como a inauguração do *trabalho livre* no Brasil, e até mesmo como os arautos de uma suposta ponta de lança capitalista nas relações de trabalho herdadas da era colonial, as colônias de parceria não apresentavam nada de novo e, sobretudo, nada tinham que pudesse caracterizá-las como *livres* ou *capitalistas*.

Vergueiro era, na verdade, o maior traficante de escravos da província de São Paulo e seu sistema não era senão mais uma versão dos conhecidos regimes de *indenture*, *contract labor*, *debt slavery* ou *travail engagé*, largamente praticados em várias partes do mundo em várias épocas, especialmente nos Estados Unidos no período colonial, no Caribe e na Guiana após a abolição do tráfico africano (1807) e a emancipação dos escravos nas colônias inglesas (1833). Essas regiões foram invadidas, nas áreas onde persistiu a *plantation* exportadora, por levas de *coolies* chineses e indianos e por *africanos livres*, engajados numa variedade de modalidades que tinham como característica comum o fato de serem todos sistemas de trabalho coercitivo, ou involuntário, mesmo quando a adesão original ao contrato fosse voluntária.³

As colônias de parceria tiveram rápida disseminação no planalto paulista — Campinas, Rio Claro, Limeira, Amparo, Jundiá, Itu, Mogi Mirim, Piracicaba e áreas vizinhas — mas continham tantos elementos de exploração e de coerção que não tardaram a degenerar em sistemas compulsórios mais ou menos abertos e a gerar numerosos conflitos, o mais famoso dos quais ocorreu em 1857, na fazenda Ibicaba, em Limeira, que pertencia ao próprio Vergueiro e que se tornou o *locus classicus* para o estudo do sistema e de suas tensões.⁴

Esses conflitos, envolvendo imigrantes europeus brancos, e não mais escravos africanos negros, tiveram ampla repercussão na Europa, especialmente na Suíça e nos estados germânicos, de onde provinha a grande maioria dos colonos.

3 Para um panorama geral desses sistemas de trabalho involuntário não-escravista veja, por exemplo, W. Kloosterboer, *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery*; Sidney W. Mintz, *Caribbean Transformations*; Alan H. Adamson, *Sugar Without Slaves. The Political Economy of British Guiana, 1838–1904* e Peter Gutkind, Robin Cohen e Jean Copans (eds.) *African Labor History*.

4 O sistema da parceria na cafeicultura paulista é um tema muito abordado na historiografia econômica e social brasileira. As *Memórias de um Colono no Brasil*, de Thomas Davatz e o ensaio introdutório de Sérgio Buarque de Holanda são leitura obrigatória nesse assunto. Veja também Warren Dean, *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Os dois livros oferecem excelente bibliografia sobre o tema, tanto contemporânea quanto historiográfica.

Tschudi, que na sua primeira viagem havia sido apenas um observador privado da colonização europeia, acabou por se envolver oficialmente e profundamente na questão, e apenas por esse envolvimento é mencionado na historiografia brasileira, que praticamente desconhece os outros aspectos de suas viagens e de sua obra sobre o Brasil.

Depois da divulgação, em setembro de 1859, de um relato de sua autoria sobre a situação dos colonos no Brasil,⁵ passou a ser considerado uma autoridade nesse assunto e, em fevereiro de 1860, foi nomeado ministro e enviado plenipotenciário da Confederação Helvética à Corte do Rio de Janeiro, onde desembarcou novamente em 13 de maio, com a missão específica de examinar de perto os núcleos coloniais e de negociar junto ao governo imperial melhorias nas condições de vida e de trabalho dos imigrantes, consideradas muito ruins na Suíça e em toda a Europa, especialmente após os acontecimentos de Ibicaba.

Em 21 de julho de 1860 embarcou para Santos e daí foi a São Paulo, lá permanecendo por alguns dias em entrevistas com ex-colonos egressos do sistema, e em 1º de agosto seguiu para o interior, para examinar *in loco* as polêmicas colônias. Percorreu durante um mês os núcleos localizados em Jundiá, Campinas, Amparo, Limeira, Rio Claro, Piracicaba, Capivari e Itu, retornando ao Rio de Janeiro em 6 de setembro.

Além das colônias de parceria, Tschudi também inspecionou minuciosamente os núcleos do sistema tradicional, de pequena propriedade familiar. Em 25 de outubro partiu para o Espírito Santo, onde visitou Vitória, as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina e, seguindo para o sul, passou por Itapemirim, Guarapari, Benevente e Piúma, examinou a colônia Rio Novo e rumou, por terra, para o Rio Itabapoana, fronteira com a província do Rio de Janeiro.

Chegando ao Paraíba do Sul, visitou Campos e São Fidélis (28 de novembro de 1860) e prosseguiu por Aldeia da Pedra (São José de Leonissa) e Cantagalo, para chegar a Morro Queimado, ou Nova Friburgo, antiga zona de colonização germânica. Saiu de Friburgo em 2 de dezembro, foi a Cachoeira do Macacu, daí de trem até o Porto das Caixas e, alcançando

5 *Bericht über die Verhältnisse der Colonisten in Brasilien*, publicado em 1860.

Santo Antônio de Sá, ou Vila de Macacu, no rio desse nome, tomou o vapor que logo entrou na baía de Guanabara e o devolveu ao Rio de Janeiro.

A etapa seguinte levou o embaixador às zonas coloniais de Santa Catarina, aparentemente no primeiro semestre de 1861. Viajou por mar até São Francisco, no litoral norte dessa província, foi à colônia Dona Francisca (Joinville), percorreu núcleos belgas e alemães no vale do Itajaí (inclusive a famosa colônia do Dr. Hermann Blumenau), as colônias Santa Isabel e Teresópolis, no Itajaí-mirim, e chegou à capital, Desterro, de onde partiu para o Rio Grande do Sul.

Entrou na província gaúcha pelo porto de Rio Grande, foi a Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e outras colônias vizinhas, passou por Rio Pardo e pelos núcleos coloniais de Santa Cruz, Santo Ângelo e Santa Maria, e retornou a Rio Grande, embarcando de volta ao Rio. Em 21 de outubro de 1861 apresentou suas despedidas ao imperador e dois dias depois deixou pela última vez o Brasil, regressando à Europa.

A missão de Tschudi logrou algum êxito, pois conseguiu ampliar, por convenção assinada com o governo brasileiro, os direitos civis e religiosos dos imigrantes, garantindo-lhes ainda uma assistência consular mais efetiva. Sua avaliação geral da questão, entretanto, levantaria polêmica na Europa, pois, se não isentava de culpa os fazendeiros e o governo imperial, não deixava de criticar também os agentes recrutadores e as próprias comunidades suíças e alemães, as quais, no seu entender, enviavam ao Brasil proletários urbanos totalmente despreparados para a colonização agrícola e até mesmo indivíduos criminosos e condenados, considerados indesejáveis em seus lugares de origem.

No caso da Companhia do Mucuri, Tschudi assumiu a defesa aberta de Teófilo Ottoni, denunciando como caluniosa e sensacionalista a campanha contra ele movida no Brasil e na Europa, sobretudo pelos escritos de Avé-Lallemant.⁶ Essas posições lhe valeram muitas críticas e acusações de subserviência à elite latifundiária do império brasileiro.

6 Sobre essa questão Tschudi publicou, além do artigo citado na nota acima e de vários trechos em *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes* e nas *Reisen durch Südamerika*, o folheto *Bericht des schweizerischen ausserordentlichen Gesandten*

Em 1862 publicou o *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, texto que acompanha o mapa de Minas no *Peterman's Geographischen Mittheilungen* e, entre 1866 e 1869, um extenso relato de suas viagens pelo Brasil e pelas repúblicas platinas e andinas, sob o título de *Reisen durch Sudamerika*, em cinco volumes ilustrados que se inscrevem, sem sombra de dúvida, na melhor literatura de viagem do século XIX e no primeiro escalão da xenobibliografia sobre o Brasil oitocentista.⁷

Em 1868, Tschudi foi nomeado embaixador da Suíça em Viena, posto que ocupou até o final de 1882, quando, retirando-se da vida pública, voltou à sua propriedade rural de Jakobshof, onde permaneceu imerso em seus estudos e escritos sobre o Peru antigo até falecer, em 8 de agosto de 1889, aos 71 anos de idade.

HALFELD

Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld nasceu a 23 de fevereiro de 1797, na cidade de Clausthal, Reino de Hanover, no coração da importante região

(Rio de Janeiro, 1860), e o artigo “Parceria — Carta de J. J. Tschudi”, no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 25/10/1858. As publicações de Avé-Lallemant sobre o assunto (*Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle die es angeht* (Hamburgo, 1859) e *Berichte betreffend die Mucury-Kolonie, u.s.w.* (Hamburgo, 1859), foram os principais responsáveis pela promulgação do Édito de Heydt, que restringiu a emigração alemã para o Brasil.

- 7 Johann Jakob von Tschudi. *Reisen durch Südamerika*, 5 volumes. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866–1869. Em 1971 apareceu uma reedição facsimilar, em Stuttgart, pela mesma editora, com introdução de Carl Troll e Hanno Beck. O livro trata de sua segunda (1857–1858) e terceira (1860–1861) viagens à América do Sul. A organização dos capítulos é a seguinte: *vol. I*: 1. Hamburgo ao Rio de Janeiro, 2. Rio de Janeiro, 3. Petrópolis, 4. Petrópolis a Ouro Preto. *Vol. II*: 1. Ouro Preto a Diamantina, 2. Diamantina, 3. Diamantina ao Mucuri, 4. Filadélfia, 5. Retorno ao Rio de Janeiro. *Vol. III*: 1. Espírito Santo (1860), 2. Através da província do Rio de Janeiro (1860), 3. Visita às colônias de parceria em São Paulo (1860), 4. Santa Catarina (1861). *Vol. IV*: 1. Rio Grande do Sul (1861), 2. Viagem marítima do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul (1858), 3. Rio Grande do Sul a Rosário (1858), 4. Rosário a Catamarca (1858). *Vol. V*: 1. Catamarca a Cobija (1858), 2. Cobija a Tacna (1858), 3. Tacna a Arequipa (1858), 4. Arequipa a Southampton (1858). Apenas os capítulos 2 e 3 do volume III foram traduzidos e publicados em português, com o título *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, (São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953).

mineradora do Harz.⁸ Trabalhou desde cedo em atividades de mineração e formou-se em engenharia na Bergakademie Clausthal, a segunda mais antiga escola de minas da Alemanha. Em 1815, recém-formado, alistou-se no exército prussiano em campanha contra Napoleão e participou da batalha de Waterloo, onde foi ferido na cabeça.

Em 1824 casou-se com Dorothea Augusta Filippina e no ano seguinte emigrou para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1825, como oficial mercenário do corpo de estrangeiros do nascente exército imperial, engajado pelo major Georg Anton Schaeffer, agente do governo brasileiro para o recrutamento de soldados e de colonos na Europa.⁹

As informações dos biógrafos de Halfeld sobre seus primeiros anos no Brasil são escassas e imprecisas. Apenas registram que ele não demorou a dar baixa do exército e que se dirigiu para Minas, em companhia de Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca, cuja família era proprietária de lavras na comarca do Rio das Mortes; e que teria trabalhado nas empresas de mineração de São José del Rei, do Gongo Soco e da Serra de Cocais.¹⁰

8 A principal biografia de Halfeld é a de Wilson de Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Sua vida, sua obra, sua descendência*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1975. Veja também, do mesmo autor, a nota biográfica introdutória à reedição facsimilar do *Atlas e Relatório* de Halfeld, publicada pela Empresa das Artes em 1994. Outras notícias biográficas de Halfeld podem ser encontradas em Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, vol. 3, pp. 223–24, e em Xavier da Veiga, *Ephemérides Mineiras*, efeméride de 22 de novembro de 1873.

9 Arquivo Nacional. *Registro de Estrangeiros, 1808–1822*. A afirmação está na introdução de Guilherme Auler, à p. 16. Alguns descendentes de Halfeld, citados por Lima Bastos, afirmam que ele veio para o Brasil a convite do Imperador Pedro II para efetuar o levantamento do Rio São Francisco. Isso é uma absoluta impossibilidade, já que Pedro II ainda não havia nascido quando Halfeld aqui chegou. A exploração do Rio São Francisco foi, de fato, feita por ele, mas só ocorreu em 1852–54.

10 Wilson de Lima Bastos, na notícia biográfica referida na nota 8, acima, afirma que Halfeld deu baixa do exército em 1830, indo trabalhar na Saint John d`El Rey Mining Company, onde permaneceu até 1834. A St. John d`El Rey foi fundada em 5/4/1830, em Londres, iniciou suas operações em agosto desse mesmo ano na região de São João e de São José del Rei e, não obtendo os resultados esperados, encerrou as atividades nessa área no meado de 1832. Como se verá adiante, nesse período Halfeld trabalhava, com absoluta certeza, na mina do Gongo Soco. No final

Felizmente, para compensar a escassez de outras fontes, o engenheiro Halfeld teve dezesseis filhos, e através dos registros de seus nascimentos é possível retrair com razoável precisão seus passos em Minas Gerais.

Data e local de nascimento dos filhos do engenheiro Halfeld

Nome	Data de Nasc.	Local
1. Pedro Maria	05/07/1825	A bordo do <i>Doris</i> , no mar
2. Ana Antônia	11/05/1827	São José del Rei
3. Francisco Mariano	03/11/1828	São José del Rei
4. Josefina Antônia	28/12/1830	Gongo Soco
5. Fernando Feliciano	11/09/1832	Gongo Soco
6. Guilherme Justino	12/10/1834	Cocais
7. Antônio Amálio	13/09/1837	Ouro Preto
8. Dorothea Ana Petronilha	12/05/1839	Ouro Preto
9. Carlos Antônio	18/10/1840	Juiz de Fora
10. Bernardo Mariano	03/09/1842	Juiz de Fora
11. Emília	27/10/1844	Juiz de Fora
12. Luis Joaquim	27/03/1846	Juiz de Fora
13. Henrique Guilherme	24/05/1847	Juiz de Fora
14. Júlio	20/01/1849	Juiz de Fora
15. José Antônio	24/05/1852	Juiz de Fora
16. Maria Bertha	02/01/1873	Juiz de Fora

Fonte: Wilson de Lima Bastos. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, pp. 36–38.

Seu primogênito nasceu a bordo do *Doris*, navio que o trouxe ao Brasil, na altura dos Abrolhos, poucos dias antes de desembarcar no Rio. Em 1827 e 1828, Halfeld estava em São José del Rei, provavelmente

de 1834 a St. John comprou a Mina de Morro Velho, em Congonhas do Sabará, transferindo para lá suas operações. Tudo indica que nessa época Halfeld estava na mina da Serra de Cocais, pertencente à National Brazilian Mining Association. Ele só poderia ter trabalhado para a St. John por um breve período entre 1834 e sua contratação pela província, em maio de 1836, mas não há nenhuma evidência disso.

trabalhando na General Mining Association. Essa empresa foi fundada em Londres, em 1827, e adquiriu a concessão dada a José Alexandre Carneiro Leão, pelo decreto imperial de 3/3/1825, para explorar minas de ouro e outros metais na província de Minas Gerais.

Segundo o reverendo Robert Walsh, que visitou a região em 1829, George Vincent Duval, um dos seus diretores, foi encarregado de examinar as terras adquiridas pela companhia, o que fez “acompanhado por um competente mineiro das montanhas do Harz, na Alemanha”. Desse levantamento resultou a decisão de estabelecer a empresa em São José del Rei, e Duval partiu para recrutar mineiros no Harz, considerados tão bons quanto os ingleses e muito mais baratos que aqueles. O primeiro contingente chegou ao Rio em abril de 1828 e logo se dirigiu para São José, iniciando imediatamente os trabalhos. Ao tempo da visita de Walsh, no início de 1829, a companhia já estava operando quatro minas — Rezende, Luzia, Vicente e Pacu, nos dois lados da Serra de São José.¹¹

É muito provável que o “competente mineiro” mencionado por Walsh fosse Henrique Halfeld, que era engenheiro de minas, originário do Harz e estava em São José em 1827 e 1828, como atestam os nascimentos de Ana Antônia e de Francisco Mariano.

De 1830 a 1832 vamos encontrar o engenheiro no Gongo Soco, a serviço da Imperial Brazilian Mining Association. Além de dois de seus filhos — Josefina Antônia e Fernando Feliciano — terem nascido no Gongo, em dezembro de 1830 e em setembro de 1832, sua presença e sua atuação na empresa estão bem documentadas nos registros da companhia e num arrolamento populacional datado de outubro de 1831.

A primeira referência a Halfeld nos relatórios da Imperial Brazilian aparece no segundo semestre de 1830, quando foi relatado que

Colonel Skerrett visited both estates in the month of November last, accompanied by Mr. Halfeld, a scientific gentleman whom he has engaged in the service of the Association in Brazil, and who has sent

11 Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. II, pp. 116–120. No original Walsh escreve “a skilful miner from the Hartz mountains”, que pode ser traduzido tanto por *mineiro* como por *minerador*. George Duval foi posteriormente superintendente da Imperial Brazilian Mining Association, em 1840–42.

*home a well-executed plan of Antonio Pereira ... The Directors have also received a valuable and well finished surface plan of Gongo Soco, drawn by the same gentleman.*¹²

Skerrett era o Tenente coronel James Marcus Annesley Skerrett, que sucedeu ao Capitão George Francis Lyon como *chief commissioner* da empresa no Brasil, e assumiu o cargo em 19 de março de 1830. Halfeld parece ter se tornado uma espécie de curinga na companhia, pois nesse mesmo relatório é mencionado várias vezes exercendo atividades relacionadas com diferentes especialidades da engenharia: como engenheiro de minas (avaliação da mina de Antônio Pereira, que havia sido sinistrada), como engenheiro civil (reforma do antigo sistema de regos condutores de água), como engenheiro mecânico (construção de uma *stamp mill*) e como topógrafo e desenhista (autor de vários levantamentos e plantas).¹³

Tudo indica também que desfrutava de grande prestígio e confiança junto a Skerrett. Nos relatórios seguintes, além de ser mencionado como químico-metalurgista (“Mr. Halfeld understands the amalgamation system perfectly”), e novamente como engenheiro mecânico (construtor de uma “machine for measuring under ground”), ele é alvo frequente de rasgados elogios do superintendente:

*Mr. Halfeld, whom I estimate more highly every day ... I have consulted Mr. Halfeld, who confirms my ideas in every point ... I beg to give Mr. Halfeld the merit of the new strakes ... All the machinery of a very fine engine-shaft has been completed ... and does great credit to Mr. Halfeld, who commenced, and to Mr. Baird, who finished it ... I am obliged to put Mr. Halfeld to surveying, drawing and miscellaneous purposes, for which he is eminently qualified.*¹⁴

As últimas referências a Halfeld ocorrem no *Thirteenth Report*, que cobre o primeiro semestre de 1832, e a partir daí seu nome desaparece por

12 *Tenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half yearly general meeting, on thursday, May 12th, 1831* (London, 1831), p. 20. Antônio Pereira foi uma das minas adquiridas pela companhia. Os grifos são meus.

13 *Tenth Report ... May 12th, 1831*, pp. 39–40,46,48 e 54.

14 *Eleventh Report ... November 3rd, 1831* (London, 1831) (referente ao primeiro semestre de 1831), pp. 31, 34, 36, 38 e 40; *Twelfth Report ... May 10th, 1832* (London, 1832) (referente ao segundo semestre de 1831), pp. 20,29,30,52 e 56.

completo dos registros do Gongo Soco.¹⁵ Não há nenhuma informação sobre a época precisa em que deixou a empresa, nem as razões porque o fez. O ano de 1834 foi um período de queda na produção e de redução do pessoal no Gongo, inclusive nos escalões superiores, mas aparentemente Halfeld já tinha deixado a companhia desde o final de 1832.

Na lista nominativa dos moradores do distrito da Capela de Nossa Senhora do Socorro, datada de 25 de outubro de 1831, onde ficavam a mina e o arraial do Gongo Soco, encontramos mais informações sobre Halfeld e mais indicações sobre sua posição na empresa.

Os fogos de número 68 a 98 são todos referentes a empregados da Imperial Brazilian Mining Association. No fogo nº 68 morava a família do Cel. Skerrett, no nº 69 encontramos a família do Dr. Robert W. MacFarlane, médico da companhia, e no de nº 70 a família de William Baird, engenheiro-chefe da empresa. O fogo nº 71 era a residência da família Halfeld.

A relação abaixo indica que Halfeld, além de desfrutar de razoável status na companhia (sugerido pela posição de seu domicílio na listagem, junto dos fogos dos principais dirigentes),¹⁶ já tinha acumulado um patrimônio considerável, constituído por seis escravos jovens, com idades entre 17 e 23 anos. Em Minas Gerais, em 1831, apenas um terço dos domicílios possuía escravos, e menos de um terço destes possuía seis ou mais cativos. O plantel de Halfeld o colocava, portanto, quase no decil superior da província, em termos de riqueza medida pela propriedade escravista.¹⁷

15 *Thirteenth Report ... November 8th, 1832* (London, 1832) (referente ao primeiro semestre de 1832), pp. 22 e 45.

16 O fogo nº 72 lista os “*caixeiros*” (certamente uma tradução de *clerks*) da companhia. Nele aparece um “*Sturtz, alemão, branco, 29 anos, solteiro*”, que é Johann Jakob Sturz, futuro cônsul do império do Brasil na Prússia e autor de vários livros sobre o Brasil. Os fogos 73 a 97 eram ocupados por mineiros e outros empregados ingleses, inclusive os *mining captains*, com suas famílias ou em grupos de solteiros. No fogo nº 98 estão listados todos os “*escravos da companhia*”, que totalizam 328 adultos e 66 crianças.

17 Douglas Cole Libby. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*, p. 379. O cálculo de Libby é baseado numa amostra de 19.801 fogos, retirada das listas nominativas de 1831–32.

Moradores do fogo nº 71 do distrito da Capela de N.S. do Socorro,
em 25 de outubro de 1831

01. Mr. F. Halfeld (alemão), branco, 30 anos, casado, engenheiro
 02. Mrs. Halfeld, branca, 27 anos, casada
 03. Pedro Halfeld, branco, 7 anos
 04. Francisco Halfeld, branco, 3 anos
 05. Ana Halfeld, branca, 4 anos
 06. Josefina Halfeld, branca, 1 ano
 07. Mariana, preta, cativa, 23 anos, criada
 08. Bento, preto, cativo, 18 anos, criado
 09. Luiz, preto, cativo, 18 anos, criado
 10. Joaquina, preta, cativa, 17 anos, criada
 11. Joana, preta, cativa, 18 anos, criada
 12. Felicidade, preta, cativa, 18 anos, criada
 13. Mr. Halfeld Snr., branco, 62 anos, capitão de minas
-

Fonte: “Relação dos Habitantes do Districto da Capella de Nossa Senhora do Socorro, filial da Parochia de São João do Morro Grande, Termo da Villa de Caethé. 25 de outubro de 1831”. Manuscrito. APM, Seção Provincial, Mapas de População, pasta nº 12. As idades de Halfeld, sua esposa e seu filho Pedro estão incorretas. Em outubro de 1831 eles tinham, respectivamente, 34, 30 e 6 anos de idade.

A lista nominativa revela ainda um outro fato que não é mencionado pelos biógrafos de Halfeld. É a presença de um “Mr. Halfeld senior”, provavelmente seu pai, de 62 anos e listado com a ocupação de “capitão de minas”. Halfeld pai é também citado no *Twelfth Report* da Imperial Brazilian, chefiando uma equipe de 14 homens no serviço de manutenção do sistema de regos.¹⁸

Retomando a listagem da prole, verificamos que a família Halfeld se encontrava em Cocais no final de 1834, pois lá nasceu Guilherme Justino, em 12 de outubro desse ano. Isso é consistente com a informação de que

18 *Twelfth Report ... May 10th, 1832* (London, 1832), pp. 33 e 54. A posição de “capitão de minas” e a função atribuída a Halfeld senior sugerem que ele não era uma pessoa abastada e nem de educação superior.

Halfeld teria trabalhado para a companhia inglesa de Cocais, e com o *ti-
ming* da formação dessa empresa.

A mina da Serra de Cocais se localizava no distrito da Capela de N. S. do Rosário de Cocais, na mesma freguesia de São João do Morro Grande e na mesma formação montanhosa do Gongo Soco, de que distava apenas oito milhas. Os terrenos, cujo principal proprietário era José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (futuro Barão de Cocais e padrinho de Josefina Antônia) foram levantados por Halfeld em 1830 e, em 1833, foram arrendados por 50 anos pela National Brazilian Mining Association, atraída pelo estrondoso sucesso da vizinha mina do Gongo Soco.

As operações começaram em junho de 1834, sob o comando de Mr. MacDonald, *chief commissioner*, e de Thomas Treloar, *mining captain*. Desde o início enfrentaram graves problemas de infiltração de água e, em 1846, foram encerradas, em virtude de um desmoronamento generalizado na mina. A empresa ainda se arrastou por vários anos antes do fechamento definitivo, explorando, sem sucesso, as minas de Cuiabá e de Brucutu, mas foi um grande desastre financeiro.¹⁹

Em 13 de maio de 1836, Halfeld assinou um contrato com o governo mineiro e foi nomeado, por ato do desembargador Antônio da Costa Pinto, vice-presidente em exercício, para o cargo de engenheiro da província.²⁰

Pelo contrato, aprovado pela lei provincial nº 81, de 13 de abril de 1837, o engenheiro receberia a remuneração anual de dois contos e oitocentos mil réis, e se obrigava

não só aos deveres impostos pelas leis aos engenheiros das estradas, mas ainda a levantar a carta geográfica e topográfica da

19 Richard Burton, *Explorations of the Highlands of the Brasil*, vol. I, pp. 215,441–42; Paul Ferrand, *L'Or à Minas Geraes*, vol. I, pp. 126–27; George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil*, p. 219. Segundo Burton o desmoronamento ocorreu em 1851.

20 Wilson de Lima Bastos. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, p. 42, reproduz na íntegra o ato de nomeação.

província, e a copiar e corrigir quaisquer cartas, mapas ou plantas, segundo as ordens superiores.²¹

Halfeld mudou-se para a capital da província, onde permaneceu até o final de 1839, e onde nasceram seu sétimo e oitavo filhos. Dentre os diversos trabalhos de sua nova função, o mais importante foi a construção da nova estrada do Paraibuna, que foi por mais de uma década a principal obra do governo provincial.²²

Em 1839 naturalizou-se brasileiro, adotando o nome de Henrique Guilherme Fernando e, em 1840, cerca de oito meses após a morte de sua primeira esposa, casou-se com Cândida Maria Carlota, da importante família Tostes, de Santo Antônio do Paraibuna. Com esse casamento, e posteriormente por compra das partes de seus cunhados, tornou-se proprietário da Fazenda Juiz de Fora, onde se estabeleceu definitivamente, e onde nasceram seus últimos oito filhos.

Halfeld dedicou-se intensamente à promoção do desenvolvimento da localidade, e a ele é creditada a *fundação* da cidade de Juiz de Fora, ou seja, o impulso inicial da transformação do pequeno povoado de Paraibuna no principal centro urbano, comercial e industrial da província.²³

21 *Falla... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa*, 3/2/1844. O general d'Andréa, futuro Barão de Caçapava, era cartógrafo, e ironizou as obrigações assumidas por Halfeld anotando: “É isto, com efeito, tomar sobre si o trabalho de muitas dúzias de homens hábeis e expeditos”.

22 Todos os *Relatórios* e *Falas* presidenciais no período de 1836 a 1845 mencionam a estrada do Paraibuna como a grande obra em andamento na província. A *Falla* do presidente Bernardo Jacinto da Veiga, de 1º de fevereiro de 1839, traz grandes elogios a Halfeld e propõe o aumento de seus vencimentos.

23 É evidente que o crescimento de Juiz de Fora foi muito estimulado também pela criação da Companhia União e Indústria e pela construção da estrada de mesmo nome, por Mariano Procópio Ferreira Lage. A primazia da liderança — Halfeld ou Mariano Procópio — é evidentemente uma questão menor, mas tem sido, ao longo dos anos, objeto de acirradas polêmicas entre os cultores da história local.

Na Revolução Liberal de 1842 atuou ao lado das forças legalistas como capitão de artilharia em comissão, participou da batalha final de Santa Luzia e, após o confronto, desenhou uma planta do teatro das operações.²⁴

Em 1852 desligou-se do serviço provincial, comissionado pelo governo imperial para realizar o levantamento do Rio São Francisco. O trabalho de campo foi realizado entre 1852 e 1854 e seu resultado — um atlas detalhado com 30 pranchas, na escala 1:71.250 e um relatório descrevendo, légua por légua, o rio e os terrenos adjacentes, publicados alguns anos mais tarde — valeu a Halfeld grande reputação como cartógrafo e como explorador.²⁵

Prestigiado, ostentando o título de comendador da Ordem da Rosa e o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, Henrique Halfeld passou os últimos anos de sua vida em Juiz de Fora, onde exerceu várias funções na política e na comunidade locais.

Sua casa tornou-se parada obrigatória dos visitantes ilustres que chegavam a Minas pela rota do Paraibuna. Em 1858, Tschudi o encontrou atarefado com a finalização dos mapas do São Francisco.²⁶ Alguns anos depois, em maio de 1865, foi o antigo professor de Tschudi em Neuenburg, Louis Agassiz, então chefiando a expedição Thayer ao Brasil, que passou um dia “na hospitaleira casa do Sr. Halfeld, engenheiro alemão, que obteve honrosa notoriedade por suas explorações no interior”.²⁷

24 *Planta do Arraial de Santa Luzia e suas imediações...*. Esta planta está reproduzida nos livros do Cônego J. A. Marinho e de Bernardo Xavier Pinto de Souza sobre a Revolução Liberal de 1842.

25 *Atlas e Relatório concernente à Exploração do Rio São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II, pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854, e mandado lithographar na Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg*. Rio de Janeiro, 1860. Além das pranchas mencionadas, o *Atlas* contém ainda: Planta da Cachoeira de Sobradinho, Planta da Barra do Rio de São Francisco, Planta Geral do Rio de São Francisco (escala 1:712.500), Perfil longitudinal do Rio de São Francisco, Planta do Rio Grande desde a Villa do Campo Largo até a sua confluência com o Rio de São Francisco (1859), duas vistas da Cachoeira de Paulo Afonso e Planta da Cachoeira de Paulo Afonso.

26 Tschudi, *Reisen durch Sudamerika*, vol. I capítulo 4.

27 Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz. *Viagem ao Brasil, 1865–1866*, p. 65–66. A narradora, Mrs. Agassiz, registrou que o trabalho de Halfeld sobre o Rio São Francisco era bem conhecido pelo marido.

Em junho de 1867 foi Richard Burton que lá esteve, registrando em seu relato que “*he told me, when taking leave of us, that he, aged seventy-two, was about to marry a young person of sixteen. May the result be satisfactory!*”²⁸

De fato, poucos dias depois, em 13 de julho de 1867, novamente viúvo desde 1866, Halfeld voltou a se casar, aos setenta anos de idade, com Maria Luiza da Cunha Pinto Coelho, de menos de vinte anos.

Burton não foi inteiramente explícito em sua ironia sobre o velho comendador, mas se se referia ao que estamos todos pensando, o resultado pode ser considerado razoavelmente bom. Em fevereiro de 1873, o engenheiro inglês James Wells esteve em Juiz de Fora e anotou em seu diário que

Fomos visitar o veterano pioneiro, M. Halfeld, que orgulhosamente exibiu seu filho mais novo. O velho senhor se casara novamente com uma esposa bem jovem, uns três anos antes. Ele é autor do relatório admiravelmente completo e minuciosamente detalhado sobre o Rio São Francisco... Estava em ótima forma, apesar de seus quase 80 anos de idade.²⁹

Pouco tempo depois, no dia 22 do mesmo mês, o engenheiro Halfeld morreu em Juiz de Fora.

WAGNER

Diferentemente de Halfeld e de Tschudi, Frederico Wagner era um modesto funcionário do governo provincial, e não teve biógrafo. As informações sobre sua vida são muito escassas.

28 Richard Burton, *Explorations of the Highlands*, vol. I, p. 53. No volume II, Burton faz inúmeras referências ao trabalho de Halfeld sobre o Rio São Francisco.

29 James W. Wells, *Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*, vol. I, p. 69. O filho referido era a menina Maria Bertha, nascida a 2 de janeiro de 1873. Hermann Burmeister em sua *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 230, também relata uma visita a Halfeld, em Ouro Preto, em maio de 1851.

Sabemos apenas que nasceu na Boêmia, filho de pais saxões, que participou das guerras napoleônicas como tenente do exército austríaco e que trabalhou em mineração antes de emigrar para o Brasil.³⁰

As atividades que aqui exerceu indicam que tinha habilidades técnicas em várias áreas e provavelmente um bom nível cultural, mas nada sabemos sobre sua educação formal. Apesar de ser mencionado em diversas ocasiões como engenheiro, geógrafo, cartógrafo, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior.³¹

Aparentemente veio para o Brasil logo depois da independência,³² seguindo para Minas Gerais no início de 1824, com uma modesta bolsa do governo imperial para desenvolver pesquisas minerais, como se depreende do ofício enviado ao governo provincial, em 3 de fevereiro desse ano, por João Severiano Maciel da Costa, ministro do Império e futuro marquês de Queluz:

Manda S.M. o imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, comunicar ao governo provisório da província de Minas Gerais que o meteorologista Andreas Augustin e o mineralogista Frederico Wagner vão para aquela província com o fim de serem ocupados no serviço que for conveniente, em benefício público ou de particulares, levando mil réis diários enquanto não se empregam, e há o mesmo senhor por bem recomendar ao dito governo toda a proteção a favor destes naturalistas, atenta a sua aptidão. Palácio do Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1824. João Severiano Maciel da Costa.³³

30 Essas informações estão em Tschudi, *Reisen duch Sudamerika*, vol. II, capítulo 1. Tschudi se encontrou com Frederico Wagner em Ouro Preto, em janeiro de 1858.

31 O ofício do ministro do Império, de 3/2/1824, citado abaixo, se refere a Wagner como mineralogista e naturalista. Burmeister, *Viagem ao Brasil*, p. 228 o menciona como geógrafo e professor do liceu de Ouro Preto, e Tschudi, *Reisen*, vol. II, cap. 1, o qualifica como geógrafo e como engenheiro. Nos relatórios dos presidentes da província Wagner é mencionado uma vez como engenheiro, mas em todos os demais é citado como desenhista.

32 Essa informação não é segura, Wagner pode ter migrado nos últimos anos do período colonial.

33 Xavier da Veiga. *Ephemérides Mineiras*, vol. I, efeméride de 3/2/1824. Tschudi, *Reisen*, vol. II, capítulo 1, registra a presença de Wagner em Ouro Preto em 1823, mas, em vista do ofício ministerial mencionado acima, sua datação parece estar errada.

No diário de sua segunda viagem a Minas, Langsdorff registrou, em Santa Luzia, no dia 9 de outubro de 1824, que “o Sr. Wagner, um fiscal de mineração alemão, chegou aqui hoje, dia 9, de uma pequena viagem mineralógica”³⁴ e Cunha Matos anotou em sua *Corografia Histórica*, escrita antes de 1837, que “nos trabalhos mineralógicos foram empregados pelo governo o barão de Eschwege, e depois dele Frederico Wagner, Monlevade e Augustin”.³⁵

Não sabemos quando Wagner se radicou definitivamente em Minas e nem o que fez no final dos anos 20 e no início dos anos 30. A próxima referência encontrada sobre ele é de 1838, quando celebrou contrato (datado de 19/2/1838) com o governo provincial pelo qual se obrigava

ao desenho de mapas, cópias de memórias e mais trabalhos dessa natureza, segundo lhe fosse determinado pela Comissão de Geografia ou pelo engenheiro Halfeld, e a fazer as medições, exames de localidades e confrontações de quaisquer mapas, quando a Comissão o julgasse necessário.³⁶

Embora fosse ocasionalmente mencionado, mesmo em documentos oficiais, como engenheiro e como geógrafo, tanto o contrato quanto a documentação subsequente deixam claro que a ocupação principal de Wagner era a de *desenhador*, função na qual era considerado “*muito hábil*”, mesmo na opinião do general d`Andrea, presidente da província, engenheiro militar e cartógrafo, que era extremamente crítico com relação ao serviço cartográfico de Minas.³⁷

Nos documentos dos anos 40 e 50 Wagner nunca aparece relacionado entre os engenheiros da província. É sempre mencionado à parte, como *desenhador*, e seu salário era muito inferior aos vencimentos daqueles: em 1853 e 1854, por exemplo, enquanto os engenheiros estrangeiros venciam

34 Langsdorff. *Diários*, vol. 1, p. 163. Langsdorff afirma, neste local e na página 173, que Wagner descobriu carvão de pedra de ótima qualidade em Minas, o que é um equívoco.

35 Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, vol. II, p. 93.

36 Falla... presidente Francisco José de Souza Soares d` Andrea, 3/2/1844.

37 Falla... presidente Francisco José de Souza Soares d` Andrea, 3/2/1844.

3.200 milréis e os engenheiros brasileiros ganhavam 2.400 milréis, o desenhista alemão percebia apenas 1.200 milréis por ano. Em junho de 1856 renovou seu contrato com o governo e passou a ganhar 1.600 milréis por ano, quantia ainda muito abaixo da remuneração dos engenheiros.³⁸

Em sua longa passagem pelo serviço provincial Wagner fez alguns levantamentos de campo, mas parece ter trabalhado principalmente na prancheta, desenhando mapas, fazendo cópias, ampliações, reduções e sobretudo no desenho da interminável carta geral da província, cuja elaboração se arrastou por muitos anos, e na qual teve um papel central.³⁹ O naturalista alemão Hermann Burmeister, que esteve em Ouro Preto em maio de 1851, informa que Wagner era também professor de geografia no liceu de Ouro Preto.⁴⁰

No ano em que completou o mapa da província (1855), Wagner já devia ser muito idoso, pois Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos registrou, em seu relatório de 25 de março de 1855, que uma das razões da lentidão na elaboração da carta era que “posto seja ele empregado zeloso, sua idade é não pequeno embaraço para um serviço que exige muita assiduidade e condições de robustez que já lhe faltam”.⁴¹

No relatório datado de 22 de abril de 1860 o presidente Carlos Carneiro de Campos informou que “o desenhador Frederico Wagner, que com o maior zelo, inteligência e dedicação se empregava nos trabalhos concernentes à sua arte, sucumbiu no dia 18 do corrente, ficando assim a província privada desse excelente funcionário”.⁴²

38 *Relatório ... vice-presidente José Lopes da Silva Viana*, 22/10/1853 e 6/11/1854; *Relatório ... presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luiz*, 12/11/1857.

39 Na *Falla* do presidente Soares d’Andrea, de 3/2/1844, está anexado um pequeno mapa de Wagner intitulado *Carta de Hua Parte das Províncias de Minas Gerais e Espírito Santo para mostrar a utilidade das estradas novamente projectadas*. A lei nº 481, de 19/6/1850, autoriza o pagamento de 178 milréis a Wagner pelas despesas feitas no levantamento da carta do município de Tamanduá. Os *Relatórios* do presidente Luiz Antônio Barboza de 25/3/1852 e de 11/4/1853 mencionam mapas de Tamanduá e de Oliveira, plantas e projetos de obras de autoria de Wagner. Sobre seu papel na elaboração do mapa da província veja a próxima seção.

40 Burmeister, *Viagem ao Brasil*, p. 228.

41 *Relatório ... presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*, 25/3/1855, p. 32.

42 *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos*, 22/4/1860, p. 38.

O MAPA DE HALFELD-WAGNER E O TEXTO DE TSCHUDI.

Até os últimos anos do período colonial, Minas Gerais não dispunha de nenhum mapa geral de qualidade sequer mediana de seu território. As poucas cartas produzidas no século XVIII e no início do século XIX eram manuscritas e de padrão muito rudimentar em relação à cartografia da época, mesmo no Brasil.⁴³

Às vésperas da independência, em 1821, Eschwege concluiu o seu *Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*, de qualidade nitidamente superior aos anteriores, mas não conseguiu fazer com que ele fosse gravado e impresso.⁴⁴

Uma das primeiras leis votadas pela Assembléia Legislativa Provincial, logo depois de instalada nos moldes definidos pelo Ato Adicional de 1834, a lei mineira nº 18, de 1º de abril de 1835, determinou que fosse levantada “uma Carta Geográfica e Topográfica desta província, nomeando um Geógrafo ... e ministrando-lhe os instrumentos, coadjuvadores e quanto mais preciso for para as observações astronômicas e operações geodésicas.”⁴⁵

Em 1836, Henrique Halfeld foi contratado como engenheiro da província, com atribuições que incluíam, entre várias outras, o levantamento do mapa geral determinado pela lei. Em 26 de setembro de 1837, foi instalada em Ouro Preto uma *Comissão de Geografia*, constituída, além do próprio Halfeld, pelo secretário da presidência da província e pelo major Luiz

43 Até essa época só existia o *Mapa da Capitania de Minas Geraes, com a deviza de suas comarcas*, feito por José Joaquim da Rocha em 1778, e pouquíssimos outros, também manuscritos e provavelmente dele derivados. A única carta geral de Minas impressa até o aparecimento dos mapas de Halfeld-Wagner (na Alemanha, em 1862) e de Gerber (em 1863), parece ter sido a *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*, muito rudimentar, de autoria desconhecida e data imprecisa (entre 1781 e 1816), gravada em Mannheim, por R. Schlicht.

44 Caio Boschi localizou uma cópia manuscrita, de boa qualidade, desse mapa no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, em Lisboa. Veja Boschi, *Fontes Primárias*, p. 74. Embora datado de 1821, provavelmente foi concluído bem antes dessa data, pois não inclui as regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba, anexadas a Minas Gerais em 1816, e que eram muito bem conhecidas por Eschwege.

45 Lei nº18, de 1/4/1835, artigo 56, parágrafo 3º. *Livro da Lei Mineira, 1835*, tomo 1º, parte 1ª, p. 80.

Maria da Silva Pinto⁴⁶ (que prestavam serviço voluntário na comissão), auxiliados por “dois ajudantes que vencem módicas gratificações” e, em 1838, Frederico Wagner foi incorporado à equipe, contratado como cartógrafo-desenhador.⁴⁷

A lei nº 70, de 3 de março de 1837, autorizou o governo “a mandar vir da Europa os instrumentos necessários para levantar uma carta geográfica e topográfica da província”.

Apesar da determinação legal de 1835 e das providências tomadas entre 1836 e 1838, a carta de Minas ainda estava longe de se tornar realidade. Os recursos humanos (especialmente técnicos) e materiais do governo provincial eram modestíssimos. Embora Minas Gerais estivesse certamente entre as províncias mais ricas do império, sua estrutura econômica não-exportadora não era, dadas a doutrina e o aparato fiscal da época, capaz de gerar receitas adequadas.

Pelo que se pode ver nos relatórios presidenciais, em nenhum momento dos anos 30 ou 40 a província contou com mais do que dois ou três engenheiros, e só em alguns anos da década de 50 esse número alcançou

46 O major Luiz Maria da Silva Pinto foi um dos intelectuais mais notáveis da província e o pioneiro da estatística demográfica e da imprensa em Minas Gerais. Nasceu em Goiás, por volta de 1778 e entrou para o serviço público mineiro ainda no tempo da colônia. Foi secretário do Governo Provincial por muitos anos e ocupou ainda os cargos de Diretor do Censo Provincial, Vice-diretor da Instrução Pública, Diretor do Liceu Mineiro e outros. Devem-se a ele *todos* os trabalhos demográficos realizados em Minas na primeira metade do século XIX, planos de divisão administrativa e judiciária, projetos de reforma do ensino público da província e um mapa manuscrito, elaborado a partir da carta de 1821, de Eschwege. São também dele o segundo dicionário da língua portuguesa elaborado no Brasil (o primeiro a ser impresso aqui, por ele próprio, na tipografia de sua propriedade em Ouro Preto) e o primeiro jornal da província, o *Compilador Mineiro*, de 1823. Morreu em Ouro Preto, em 19/12/1869. Uma boa (e rara) nota biográfica sobre Silva Pinto, de autoria de Tarquínio José Barbosa de Oliveira, pode ser encontrada na “Introdução ao 2º volume” da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, de Cunha Matos, vol. II, pp. XII-XV.

47 *Falla ... presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto*, 4/2/1841; *Falla ... vice-presidente Herculano Ferreira Penna*, 3/5/1842 e *Falla ... presidente Francisco José da Souza Soares d’Andrea*, 3/2/1844. Na *Exposição ... presidente José Pedro Dias de Carvalho*, 10/4/1848, Wagner é mencionado como “encarregado da comissão de Geografia”.

cerca de meia dúzia. O pessoal técnico de apoio era igualmente muito reduzido e a organização dos serviços de engenharia era muito precária.

Esses escassos recursos eram quase totalmente absorvidos por uns poucos projetos e obras viárias, algumas edificações e algumas explorações e levantamentos de rios, com vistas a uma navegação que nunca chegou a se tornar realidade. Apesar do recorrente discurso oficial sobre a imperiosa necessidade da representação cartográfica do território, a carta geral da província nunca recebeu uma prioridade muito alta. A documentação disponível deixa bem claro que, pelo contrário, essa tarefa não era a única e nem mesmo a principal atribuição do minguado corpo técnico do governo.

Halfeld era encarregado de uma variedade de serviços e de obras e, por mais de uma década, sua ocupação maior foi a construção da nova estrada do Paraibuna. Os outros técnicos também eram empregados em diversas atividades, tais como desenhos e cópias de cartas parciais ou levantamentos de campo (Wagner e Silva Theodoro), exploração de rios e construção de estradas (Renault), e levantamentos estatísticos e demográficos (Silva Pinto).

O aparato estabelecido pelo governo provincial para a elaboração da carta geral era claramente desproporcional à magnitude da tarefa, e estava longe de se constituir num serviço cartográfico mesmo modesto, como observou o presidente General d'Andrea em seus relatórios de 1843 e 1844, onde critica asperamente a organização desses trabalhos, e propõe, sem sucesso, a criação de “uma verdadeira comissão de geografia” e de um “arquivo militar”, voltados, em tempo integral e com os meios adequados, para o levantamento sistemático do território.⁴⁸

Não é de surpreender, portanto, que o projeto tenha avançado muito lentamente. Os relatórios presidenciais iam noticiando, penosamente, os avanços (e mais frequentemente os atrasos) dos trabalhos, e só em fevereiro de 1856, mais de vinte anos depois da lei nº 18, o presidente

48 *Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andrea, 17/5/1843 e Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andrea, 3/2/1844.*

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos pode, “com bastante prazer”, anunciar “a conclusão da carta geográfica da província”.⁴⁹

Os relatórios deixam claro também que a missão da comissão de geografia não era a de fazer um levantamento sistemático, completo e original do território mineiro, mas antes coletar, compilar e adaptar cartas existentes, reduzindo-as à escala da carta geral pretendida, e acrescentando, à medida em que se tornassem disponíveis, correções e novas observações levantadas pelos engenheiros em seus serviços através da província.

Essa prática, comum a todos os trabalhos cartográficos da época (e mesmo de períodos posteriores), implicava que todos os mapas fossem construções cumulativas e coletivas, ou — como dizia d’Andrea, resultado da “tradição sucessiva de diversas cartas” anteriores⁵⁰ — e coloca óbvias questões referentes à autoria de qualquer um deles.

No caso específico do mapa de 1855, é evidente (e fartamente documentado nos relatórios presidenciais) que ele recebeu subsídios não só dos mapas gerais mais antigos, como também de numerosas cartas parciais e de levantamentos contemporâneos efetuados por vários engenheiros e técnicos em atividade no serviço provincial nesse período, como, aliás, está corretamente registrado em sua cartela.

Assim, além do trabalho de Halfeld, ele incorporou, sem nenhuma dúvida, os levantamentos dos rios Mucuri, Todos os Santos, Paracatu, Prata e Escuro, feitos por Pedro Victor Renault nos anos 30; os mapas de Tamanduá, de Oliveira e de partes do leste mineiro devidos a Frederico Wagner; e as cartas do Presídio, de São João Nepomuceno, de Pomba, de regiões do Mucuri e da comarca do Jequitinhonha levantadas por João José da Silva Theodoro nos anos 40. No início dos anos 50 recebeu contribuições explícitas de Júlio Borell du Vernay, que explorou o Rio Doce e a zona fronteira com o Espírito Santo; de E. de la Martinière, que levantou o Rio das Velhas; e provavelmente também de Bruno de Sperling, Francisco Eduardo

49 *Exposição...presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*, 2/2/1856. Curiosamente, a *Falla ... presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto*, 4/2/1841 anuncia a conclusão do mapa da província. Ou era rebate falso ou se tratava de alguma versão que foi descartada, pois logo em seguida os relatórios voltam a afirmar que a carta ainda não estava pronta.

50 *Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d’Andréa*, 17/5/1843, pp.74–75.

de Paula Aroeira, Henrique Dumont, L. d'Ordan, Thomaz Heráclio de Oliveira Fontoura, e dos ingleses Thomaz Martins (sic) e João Hitchens, todos engenheiros que serviram à província antes de sua conclusão, e que tinham instruções expressas para coletar e reportar observações geodésicas sobre os lugares que percorriam.⁵¹

O desenho e a “organização” da carta estiveram todo o tempo sob a responsabilidade exclusiva de Wagner.⁵² O relatório presidencial de 10 de abril de 1848 já o menciona como “encarregado da Comissão de Geografia”, e todos os subsequentes o apontam como responsável pelo trabalho, incluindo o de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos que, ao anunciar sua conclusão, explicita claramente, mais uma vez, que sua “organização se achava a cargo do desenhador Frederico Wagner”.

Alguns autores e os biógrafos de Halfeld, entretanto, não hesitaram em atribuir a ele a autoria principal, ou mesmo exclusiva, desse mapa, reservando a Wagner um papel secundário, de “colaborador”.⁵³

Não paira nenhuma dúvida quanto à capacidade de Halfeld como cartógrafo, como topógrafo ou como desenhista, que é amplamente evidenciada em seus trabalhos anteriores e, sobretudo no primoroso *Atlas* do Rio São Francisco. Mais ainda, seu contrato com a província deixa claro que era sua a incumbência de produzir o mapa de Minas, e além disso ele é citado em diversas ocasiões como engenheiro-chefe e como superior hierárquico de Wagner e dos outros engenheiros.

Mas não se encontra, por outro lado, nenhuma evidência que autorize conferir-lhe qualquer exclusividade ou mesmo centralidade nesse trabalho. Na verdade, pelas notícias coletadas nos relatórios presidenciais, fica-se com a nítida impressão de que Halfeld esteve bastante ausente da elaboração do mapa, sobretudo nos anos finais do processo.

51 Diversos relatórios presidenciais do período 1835–1856, especialmente *Relatório ... presidente Luiz Antônio Barboza*, 11/4/1853.

52 Aparentemente o outro “desenhador” da província, João José da Silva Theodoro, teve uma pequena participação no desenho do mapa.

53 Veja, por exemplo, Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, p. 17.

A atribuição de autoria exclusiva ou principal não encontra, portanto, respaldo nos fatos e deve ser revista, à luz das informações resenhadas acima, no sentido de se creditar a Frederico Wagner, *no mínimo*, a coautoria da carta de 1855.

Esta é, por exemplo, a opinião de Tschudi, que em seu texto no *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes* afirma que o mapa é “o resultado de longos anos de trabalho do engenheiro civil Sr. Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, de Juiz de Fora, e do geógrafo da província de Minas Gerais, Sr. Friedrich Wagner”; e mais adiante, nas notas do mesmo trabalho, se refere a Wagner como “um dos autores do mapa anexo”.⁵⁴

É interessante observar ainda que vários autores do século XIX e do início do século XX se referem a esse mapa *sempre* como “a carta de Wagner”, raramente se encontrando alguém que o mencione como a carta ou o mapa de Halfeld.⁵⁵

Tschudi elogiou a carta de Halfeld-Wagner como “o mapa mais exato disponível sobre qualquer província brasileira”. Da mesma forma, ao ser anunciada sua conclusão, no início de 1856, ela era festejada como “a mais exata e minuciosa que até hoje tenhamos (sic) possuído”⁵⁶, mas não foi gravada de imediato e, curiosamente, já em 1857 começou a ser objeto de críticas nos próprios relatórios presidenciais:

Esta carta achava-se levantada na escala de 1:1.050.692, mas foi reduzida à de 1:2.000.000 e assim não pode ser facilmente litografada como convém. É, pois, indispensável que seja novamente

54 Tschudi, *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*. Veja também Tschudi, *Reisen durch Sudamerika*, vol. II, cap. 1.

55 Veja, por exemplo, Richard Burton, *Explorations*, vol. I, p. 433 e José Joaquim da Silva, *Tratado de Geografia Descritiva*, p. 31, entre os autores do século XIX; e Nelson de Sena, *A Terra Mineira*, vol. I, p. 13 e Daniel de Carvalho, *Estudos e Depoimentos*, p. 84, entre os autores do século XX. Cândido Mendes de Almeida, no *Atlas do Império do Brasil*, Xavier da Veiga, nas *Ephemérides Mineiras* e Sacramento Blake, no *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*, atribuem a autoria a Halfeld, mas sua fonte já é a própria carta publicada em 1862 por Justus Perthes.

56 *Exposição ... presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*, 2/2/1856.

levantada em maior escala, e durante esse trabalho ... poderão ser feitas muitas correções de que ainda carece.⁵⁷

Nos anos seguintes as críticas se repetiram e se aguçaram e, embora ainda se falasse em litografar a carta de 1855, os relatórios revelam que já se estava providenciando sua correção e ampliação, ou mesmo o levantamento de uma nova carta.⁵⁸

Em 17 de dezembro de 1861 a província firmou contrato com o engenheiro Henrique Gerber para “mandar litografar na Europa a Carta Corográfica da Província que ele organizou”.⁵⁹

O mapa de Gerber, desenhado na escala 1: 1.500.000 e litografado por C. Flemming, em Glogau, na Silésia, foi publicado em 1863,⁶⁰ acompanhado pelas *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Geraes*, do mesmo autor.⁶¹

A nova carta teve ampla circulação em Minas e no Brasil, relegando o mapa de 1855 ao esquecimento, o que causou indignação em alguns autores (entre eles o biógrafo de Halfeld), que passaram a acusar Gerber de

57 *Relatório ... presidente Herculano Ferreira Pena*, 28/4/1857.

58 Veja *Relatório ... presidente Herculano Ferreira Pena*, 28/4/1857, p. 58; *Relatório ... presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*, 12/11/1857, pp. 19–20; *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos*, 25/3/1858, p. 35; *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos*, 6/4/1859, pp. 25–26 (e pp. 4–5 do relatório sobre Obras Públicas a ele anexo); *Relatório ... presidente Vicente Pires da Motta*, 4/8/1861, p. 16.

59 *Exposição ... presidente José Bento da Cunha Figueiredo*, 17/5/1862, pp. 6–7. Não consegui encontrar nenhuma referência ao comissionamento ou contrato de Gerber para levantar ou desenhar esse mapa, a não ser as vagas notícias, mencionadas acima, de que um novo mapa estaria em preparação, para substituir a carta de Halfeld-Wagner. A primeira referência a essa nova carta já a dá como pronta. *Exposição ... presidente José Bento da Cunha Figueiredo*, 17/5/1862, pp. 6–7.

60 *Carta da Província de Minas Geraes, coordenada por ordem do Exm. Sr. Condeheiro José Bento da Cunha Figueiredo, segundo os dados officiaes existentes e muitas próprias observações por Henrique Gerber, engenheiro da mesma província*, 1862. Litografada por C. Flemming, em Glogau, na Silésia.

61 *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Geraes, por Henrique Gerber, engenheiro da mesma província*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.

plagiário e de usurpador, dizendo que sua carta não passava de uma ampliação da de Halfeld.⁶²

A acusação é, evidentemente, descabida. O mapa de Gerber, desenhado com dados levantados pelo autor e “também coligindo os trabalhos existentes no arquivo público”,⁶³ é fruto, assim como o de Halfeld-Wagner, de todos os anteriores e muitos posteriores, da mesma “tradição sucessiva” de que falava o marechal d`Andrea, prática considerada normal e eticamente aceitável na cultura cartográfica da época. Gerber plagiou e usurpou de Halfeld (e de Wagner, é sempre bom lembrar) exatamente na mesma medida em que Halfeld e Wagner plagiaram e usurparam dos que os antecederam.

Mesmo tendo sua publicação inviabilizada no Brasil,⁶⁴ a carta de Halfeld-Wagner não desapareceu e acabou sendo impressa alguns anos mais tarde, na Alemanha. Um exemplar manuscrito foi enviado em 1860 por Halfeld à editora Justus Perthes que, “em seu incansável esforço para a disseminação do conhecimento geográfico, mandou que ela fosse gravada para torná-la disponível para o grande público”.⁶⁵

O artigo escrito por Tschudi (aparentemente convidado pela editora) para acompanhar a publicação do mapa, é um resumo das observações coletadas durante sua viagem de 1858 (que seriam expandidas mais tarde nas *Reisen durch Sudamerika*) e constitui uma boa síntese dos aspectos

62 Veja Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, pp. 16–17; Sacramento Blake, *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*, vol. III, pp. 223–24 e José Veríssimo da Costa Pereira, “A Geografia no Brasil”, em Fernando de Azevedo (org.), *As Ciências no Brasil*, vol. I, pp. 351–52.

63 *Relatório ... vice-presidente Joaquim Camillo Teixeira da Motta*, 1/8/1862.

64 Nelson de Sena, em *A Terra Mineira*, vol. I, p. 13, afirma que a “(Carta Corográfica da Província de Minas, por Frederico Wagner (Ouro Preto, 1855)” foi gravada no Rio de Janeiro, em 1863, por Álvaro Rodrigues. Essa referência parece ser incorreta, pois nunca consegui encontrar nenhum vestígio dessa carta ou qualquer outra menção a ela.

65 Ao descrever seu encontro com Halfeld, em Juiz de Fora, em 2/1/1858, Tschudi não faz qualquer referência ao mapa de Minas. Ele tomou conhecimento desse mapa em Ouro Preto, na casa de Frederico Wagner, mas aí também não menciona qualquer tentativa para sua publicação. A afirmativa de que foi o próprio Halfeld que o enviou para a editora Justus Perthes, em 1860, está em *Reisen durch Südamerika*, vol. II, cap.1.

geográficos, históricos, econômicos e administrativos da província no meado do século XIX.

Ele apresenta o interesse adicional de ter sido o primeiro compêndio publicado, em qualquer língua, sobre Minas Gerais, já que antecede as *Noções Geographicas e Administrativas* de Gerber, que apareceram em português em 1863, e em inglês em 1874, com o título de “Geographical Notes on the Province of Minas Geraes”, traduzidas pelo legendário Richard Burton.⁶⁶

As deficiências que o texto apresenta se concentram sobretudo na parte referente às vilas e freguesias da província e resultam, quase invariavelmente, da excessiva confiança que Tschudi depositou no *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil*, de Milliet de Saint-Adolphe, no qual baseia esta seção, repetindo vários dos seus inúmeros erros.⁶⁷

Os dois trabalhos — a *originalkarte* de Halfeld-Wagner e o *beschreibender text* de Tschudi — foram publicados em 1862, com o título *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, como suplemento da prestigiosa *Petermann’s Geographischen Mittheilungen*,⁶⁸ uma das mais importantes

66 Burton traduziu o livro de Gerber sem a autorização do autor e pretendia incluí-lo como um apêndice no *Explorations of the Highlands of the Brazil* (1869), o que, por razões desconhecidas, não ocorreu. A tradução apareceu em parte no *Journal of the Royal Geographical Society*, vol. XLIV (1874), pp. 263–300. As seções excluídas dessa publicação apareceram com o título “The Primordial Inhabitants of Minas Geraes, and the Occupations of the Present Inhabitants”, no *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. 2 (1873), pp. 407–23. Embora a autoria seja atribuída ao *Captain R. F. Burton, F.R.G.S., H.B.M. Consul, Trieste*, a publicação é aberta com uma nota informando que *the following papers are translated from the meritorious labours of M. Henriquez Gerber upon “Minas Geraes,” the great central province of Brazil*.

67 Jean-Claude Rose Milliet de Saint-Adolphe, *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil*, traduzido do manuscrito francês inédito por Caetano Lopes de Moura e publicado em Paris por J. P. Aillaud, em 1845.

68 *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes. Originalkarte nach den offiziellen aufnahmen des Civil-Ingenieurs H.G.F. Halfeld, 1836–1855, unter benutzung älterer vermessungen und karten gezeichnet von Friedrich Wagner. Beschreibender Text von J.J. von Tschudi, 1862. Ergänzungsheft n° 9 zu Petermann’s Geographischen Mittheilungen. Gotha: Justus Perthes, 1862. O mapa foi publicado na escala 1:2.000.000, litografado por C. Hellfarth, em Gotha. Na sua cartela se lê: “Mapa da*

revistas geográficas do mundo, editada pela casa Justus Perthes, de Gotha, que era, por sua vez, uma das mais respeitadas editoras da Europa, especialmente nos campos da geografia e da cartografia.⁶⁹

Fundação João Pinheiro, 1998

província brasileira de Minas Gerais levantado por ordem do Governo Provincial nos anos 1836–1855, utilizando mapas anteriores e levantamentos e observações recentes, sob a supervisão especial do engenheiro civil H.G.F. Halfeld, organizado e desenhado por F. Wagner”.

69 A editora Justus Perthes foi fundada em 1785 por Johann Georg Justus Perthes. Na segunda década do século XIX ela entrou no ramo das publicações geográficas, com o lançamento de um atlas e posteriormente se associou com August Petermann, editor da *Petermann’s Geographischen Mittheilungen*.

REFERÊNCIAS

Adamson, Alan H. *Sugar without slaves. The Political Economy of British Guyana, 1838–1904*. New Haven: Yale University Press, 1972.

Agassiz, Louis e Elizabeth Cary Agassiz. *Viagem ao Brasil, 1868–1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

Arquivo Nacional. *Registro de Estrangeiros, 1808–1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

Avé-Lallemant, Robert. *Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle die es angeht*. Hamburgo, 1859.

Avé-Lallemant, Robert. *Berichte betreffend die Mucury-kolonie, u.s.w.* Hamburgo, 1859.

Bastos, Wilson de Lima. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Sua vida, sua obra, sua descendência*. Juiz de Fora: Edições Paraiibuna, 1975.

Boschi, Caio César. *Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 2ª edição revista: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873–1876. 23 vols.

Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

Burton, Richard Francis. The Primordial Inhabitants of Minas Geraes and the occupations of the present inhabitants. *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. II (1873).

Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. 2 vols. Londres: Tinsley Brothers, 1869.

Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. 2 vols. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro/Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. I: 1979; vol. II: 1981.

Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Introdução de Sérgio Buarque de Holanda. 2ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

Dean, Warren K. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

Ferrand, Paul. *L'Or à Minas Geraes*. 2 vols. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894.

Gardner, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e dos diamantes, durante os anos 1836–1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

Gerber, Henrique. Geographical Notes on the Province of Minas Geraes. *Journal of the Royal Geographical Society*, vol. XLIV (1874).

Gerber, Henrique. *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.

Gutkind, Peter, Robin Cohen e Jean Copans (eds.). *African Labor History*. Beverly Hills: Sage Books, 1978.

Halfeld, H.G.F. e J. J. von Tschudi. *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*. Ergänzungsheft n° 9 zu *Petermann's Geographischen Mittheilungen*. Gotha: Justus Perthes, 1862.

Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente à Exploração do Rio de São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II, pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854, e mandado lithographar na Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg*. Rio de Janeiro, 1860. 2ª edição facsimilar: São Paulo: Empresa das Artes, 1994.

Imperial Brazilian Mining Association. *Eleventh Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, Nov. 3rd, 1831*. Londres, 1831.

Imperial Brazilian Mining Association. *Tenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, May 12th, 1831*. Londres, 1831.

Imperial Brazilian Mining Association. *Thirteenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, November 8th, 1832*. Londres, 1832.

Imperial Brazilian Mining Association. *Twelfth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, May 10th, 1832*. Londres, 1832.

Kloosterboer, Willemina. *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery*. Leiden: E. J. Brill, 1960.

Langsdorff, George Heinrich von. *Os Diários de Langsdorff*. Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.). 3 vols. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff e Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

Libby, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Mintz, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974.

Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883–1902.

Saint-Adolphe, Jean-Claude Rose Milliet de. *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil*, traduzido do manuscrito francês inédito por Caetano Lopes de Moura e publicado em Paris por J. P. Aillaud, em 1845.

Schazmann, Paul-Émile. *Johann Jakob von Tschudi. Forscher, Arzt, Diplomat*. Zurich: Verlag Mensch und Arbeit Zürich, 1956.

Senna, Nelson de. *A Terra Mineira*. 2 vols. 2^a edição: Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1926.

Tschudi, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. 5 vols. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866–1869.

Tschudi, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. 2ª edição facsimilar, com introdução por Carl Troll e Hanno Beck. 5 vols. Stuttgart: F. A. Brockhaus, 1971.

Tschudi, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. Londres: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Wells, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*. 2 vols. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

Xavier da Veiga, José Pedro. *Ephemerides Mineiras (1664–1897)*. 4 vols. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Exposição com que José Pedro Dias de Carvalho passou a 10 de abril de 1848, a administração da Província ao Doutor Manoel José Gomes Rebello Horta. Manuscrito. [10/4/1848]

Exposição que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna apresentou no acto de passar-lhe a Administração da província de Minas Geraes, o ex-presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856. [2/2/1856]

Exposição que ao Illm. e Exm. Sr. Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, 3º vice-presidente, apresentou, no acto de passar-lhe a Administração da província de Minas Geraes, o Presidente, Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1862. [17/5/1862]

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1844, pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1844. [3/2/1844]

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão Ordinária do Anno de 1839 pelo Presidente da província, Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1839. [1/2/1839]

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1841, pelo Presidente da Província, o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1841. [4/2/1841]

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1842, pelo Vice-Presidente da província, Herculano Ferreira Penna. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1842. [3/5/1842]

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1843, pelo Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1843. [17/5/1843]

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou, no acto de passar-lhe a administração da Província de Minas Geraes, o vice-presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1857. [12/11/1857]

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, muito digno Presidente d'esta Província, apresentou no acto de passar-lhe a Administração, o 1º Vice-presidente Doutor José Lopes da Silva Vianna. Ouro Preto: Typ. de Soares, 1853. [22/10/1853]

Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, muito digno Presidente desta Província apresentou ao passar-lhe a Administração, o 1º Vice-presidente, Desembargador José Lopes da Silva Vianna. Ouro Preto: Typ. do Bom Senso, 1854. [6/11/1854]

Uma Mina de História: Paul Ferrand e Seu *L'Or à Minas Geraes**

Roberto Borges Martins

Quando chegou ao Brasil, em 1882, Paul Ferrand tinha 27 anos, e era recém graduado pela École Nationale Supérieure des Mines de Paris. O jovem engenheiro veio se juntar a um pequeno grupo de franceses e brasileiros, composto por Arthur Thiré, Armand de Bovet, Leônidas Damásio, Archias Medrado, e outros que, sob a liderança de Claude Henri Gorceix, estava promovendo, *cum mente et malleo*, uma autêntica revolução no ensino da ciência e da tecnologia no Brasil agrário, escravista e intelectualmente colonizado do terceiro quartel do século XIX.

O *locus* dessa revolução era a Escola de Minas de Ouro Preto, que fora inaugurada em 1876 e que, ao implantar, ao lado de rigoroso ensino das ciências básicas, a prática do laboratório, da oficina, da experimentação e da pesquisa de campo, criou uma importante ruptura com a tradição retórica e bacharelesca herdada do colonizador ibérico, assentando as bases para o surgimento de uma geologia, de uma mineralogia e de uma metalurgia científicas no Brasil.

* *O Ouro em Minas Gerais* é a tradução de *L'Or à Minas Geraes*, de Paul Ferrand, que foi publicado em francês em 1894, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Esta apresentação foi escrita para a bela edição da Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro, em 1998, coordenada por Eleonora Santa Rosa e Júnia Ferreira Furtado. Teve tradução Júlio de Castanõn Guimarães e João Henrique Grossi Sad, e foi enriquecida com notas e estudos críticos por Friedrich E. Renger, João Henrique Grossi Sad, Juvenil Félix e Ronald Fleischer.

Além de lecionar cadeiras básicas e aplicadas em diversas áreas do currículo da escola, Ferrand foi ainda um pesquisador ativo e abrangente, sobre a indústria do ferro em Minas e no Brasil, a mineração do ouro em seus aspectos geológicos, técnicos e econômicos, e vários outros temas de engenharia civil e de minas, que publicou no *Le Génie Civil*, na *Revista de Engenharia*, na *Revista Industrial de Minas Gerais*, nos *Anais da Escola de Minas*, na *Revista Brasileira*, e em outros periódicos franceses e brasileiros.

Seu principal trabalho, *L'Or à Minas Geraes*, forma, como corretamente observou Friedrich Renger, com o *Pluto Brasiliensis*, de Eschwege, e com os escritos de William Jory Henwood, a mais importante trilogia sobre a mineração de ouro em Minas Gerais, leitura obrigatória para qualquer pesquisador desse capítulo de nossa história econômica, social e cultural.

O texto de Ferrand reúne artigos que vinham sendo publicados, desde 1890, no *Le Génie Civil – revue générale hebdomaire des industries françaises et étrangères* – de Paris, e é o resultado parcial de um plano muito mais ambicioso, que previa dois grandes blocos de estudos. O primeiro cobriria as *exploitations anciennes*, ou do período colonial, e o segundo cuidaria das *exploitations modernes*, ou do século XIX, compreendendo, além de um *vol d'oiseau* sobre as minas e as empresas do período nacional, “o estudo individual de cada uma das companhias mineradoras em atividade, e a legislação referente às minas de ouro desde a Independência do Brasil até os nossos dias”.

Ferrand foi colhido por um mal súbito e morreu prematuramente, antes de completar 40 anos, em 18 de julho de 1895, tendo cumprido apenas parte do projeto. Ficamos privados do que seria, certamente, uma obra monumental, mas o que foi concluído já é um dos melhores registros existentes sobre a mineração no *settecento* e no *ottocento*, e uma fonte indispensável de informação histórica sobre Minas Gerais.

O necrológico, publicado em 1896, na *Revista Brasileira*, observava que *on peut dès maintenant affirmer que L'Or à Minas Geraes est le travail le plus complet qui ait été publié sur ce sujet, et mérite d'être considéré*

comme classique. Sem medo de errar, podemos acrescentar que esta afirmação continua rigorosamente válida até hoje, mais de cem anos depois.

O primeiro volume, finalizado em julho de 1894, contém a parte relativa à colônia (história e geografia dos descobrimentos, tipos de jazidas, métodos antigos de mineração e de processamento, os sistemas de tributação e a legislação colonial sobre o setor), e um *aperçu général sur les mines d'or et les compagnies des mines*, que constitui o primeiro capítulo da segunda parte do plano.

No *aperçu*, Ferrand compila todos os autores relevantes sobre o assunto e oferece um resumo precioso e único da história de quase todas as empresas auríferas que atuaram em Minas no período nacional, desde a pioneira Imperial Brazilian Mining Association, do Gongo Soco, até as companhias em atividade no início da era republicana.

As únicas lacunas no seu levantamento são a General Mining Association, que operou quatro minas em São José del Rei a partir de 1827, a Serra da Candonga Company, ativa no Serro por pouco tempo a partir de 1834, e alguns empreendimentos brasileiros de porte médio que mereceriam menção.

No volume dois, do qual só saiu o primeiro fascículo, concluído em setembro de 1894, Ferrand publicou um longo estudo sobre a velha Mina da Passagem de Mariana, então pertencente à Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltd., escolhida para inaugurar a série de estudos individuais por ser, em sua opinião, a mina mais importante de Minas naquele momento, com Morro Velho ainda convalescente do grande *cave-in* de 1886.

L'Or à Minas Geraes foi publicado apenas em francês, em 1894, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, por decisão da comissão nomeada pelo presidente Afonso Pena para organizar a participação de Minas na *Exposición de Minería y Metalurgia* de Santiago, no Chile. Só teve uma reimpressão, em 1913, também em francês.

A tradução de Júlio Castanõn Guimarães foi revista em seus aspectos técnicos pelo geólogo João Henrique Grossi Saad que, entusiasta da obra de Ferrand, também coordenou uma pequena equipe de experts. Friedrich E. Renger, do Instituto de Geociências da UFMG, dividiu com o professor Saad a tarefa de elaborar as notas explicativas, e Juvenil Félix e Ronald

Fleischer somaram-se aos dois primeiros para produzir os quatro estudos críticos que introduzem o autor e a obra.

A Universidade Federal de Ouro Preto gentilmente cedeu exemplares da primeira edição para a reprodução do material iconográfico que acompanha o texto e a FAPEMIG, parceira constante da Coleção Mineiriana, apoiou financeiramente a publicação. Que Deus conserve!

Fundação João Pinheiro, 1998

Affirmative Action and the Quest for Racial Justice in Brazil*

Roberto Borges Martins

HISTORICAL BACKGROUND

During nearly four fifths of its 500-year history after European colonization, slavery was the dominant labor regime in Brazil. Both as a Portuguese colony and as an independent nation (after 1822), Brazil played a very prominent role in the Atlantic slave trade. It was, by far, the all-time leading importer, taking more than 45 percent of all the Africans that reached the Western shores of the Atlantic basin, from the sixteenth to the nineteenth centuries.

Slave ownership was widely disseminated in Brazilian society. The system spanned the entire territory of the country, and enjoyed strong ethical, social, political, and religious support until very late in the nineteenth century. Brazil was the last Western nation to abolish legal slavery.

The nearly four centuries of slavery and the massive import of Africans left definite imprints on Brazilian society and culture, the most obvious of which is its large population of African descent.

* This article was presented at the Regional Workshop on Strategies for the Adoption and Implementation of Policies of Affirmative Action for People of African Descent of the Latin America and Caribbean Region, sponsored by the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights. Montevideo, 7–9 May 2003.

It is important to remember that all the statistics are dated, and changed in the two decades since it was concluded.

The table below shows that, according to the latest demographic census, taken in the year of 2000, over 45 percent of all Brazilians declare themselves Afrodescendants. In the Northern and Northeastern regions, this proportion reaches almost 70 percent.

Brazil: Population by race and region (thousands), 2000

Region	Whites (1)	“Pretos” and “pardos” (2)	Others (3)	Total (4)	% (1)	% (2)
North	3.781	8.740	229	12.750	30	69
Northeast	15.209	31.918	242	47.369	32	67
Southeast	44.916	26.289	730	71.935	62	37
South	21.062	3.763	187	25.011	84	15
Center West	5.680	5.710	181	11.570	49	49
Brazil	90.647	76.419	1.568	168.635	54	45

(2) “Pretos” and “pardos” are the Afrodescendants.

(3) Include “amarelos” (Asian) and Indians.

(4) Total with race known. Color/race is missing for 1.164 thousand persons.

The 76 million “pretos” and “pardos” mean that Brazil holds *the second largest population of African descent in the entire world*, including the African continent itself. Nigeria is the only nation with more people of African origin than Brazil.

THE PAST THAT WON’T GO AWAY

Modern slavery was one of the most oppressive systems of exploitation ever invented by man. Besides many other hardships, the slaves were excluded from all forms of economic and social advancement, including landownership and other forms of property, access to education, to citizenship, to political representation and power, as well as, of course, to the appropriation of the fruits of their own labor.

In Brazil, the slaves and their descendants did manage to preserve a great deal of their cultural heritage and sometimes even to achieve some material and intellectual progress. But during almost 400 years, every inch of it had to be conquered in an uphill struggle fought either at the fringes of, or frontally against the system.

When abolition finally came about, they were given *nothing but freedom*. The emancipation bill (the so-called “Golden Law” of May 13, 1888) did not include any provision for land distribution, education, or any other form of compensation or measure designed to promote the inclusion of the freedmen and their descendants into effective citizenship.

Thus, the second and most critical consequence of this historical process is that, despite all their contribution to the material and cultural building of the nation, a huge gap was created between the socioeconomic conditions of Black Brazilians and those of other groups in society.

The large disadvantages faced today by this group are, beyond any doubt, the direct result of the brutal original exclusions of the slave system, transmitted across the generations, and permanently reinforced by the persistence of several, though sometimes elusive, forms of racism and racial prejudice.

Just to mention a few numbers, one may point out that, in the year 2001, more than a century after emancipation, the average household per capita income of black families was only 43 percent of that of white families. The average earnings of labor of black workers were just 50 percent of those of white workers. Recent studies have shown that part of this difference can be ascribed to educational differentials, but most of it must be imputed to outright discrimination in the labor market. Black women, caught at the crossing of gender and race discrimination, suffer appalling rates of unemployment and, when they do get a job, their paychecks are less than half the amount paid to white men *with the same education*.

While 22 percent and 8 percent, respectively, of the white population lay below the poverty and the extreme poverty lines, these proportions reached, respectively, 47 and 22 percent of the black population. Blacks comprise 45 percent of the total population of Brazil but represent no less than 68 percent of the country's indigent population.

The infant mortality rate, in the year 2000, was 26 per thousand for white children and 39 per thousand for black children. The illiteracy rate (of people 15 years and older) in 2001 was 7,7 percent among whites and 18,2 percent among blacks.

In this same year, 10,2 percent of the white adult population (25 years and older) had a college degree, while only 2,5 percent of black adults had achieved this level of schooling.

A racial survey conducted at Brazil's largest public university, the University of São Paulo, has just shown that among its 39 thousand undergraduate students only 1,3 percent are black. In Bahia, where, according to the census, 76% of the population is Afrodescendant, the black graduates of the State University are just 2% of the total.

While 19 percent of white Brazilians have a personal computer in their homes, only 5 percent of the black population have this appliance in theirs. By contrast, only 7 percent of the white population live in homes without a safe water supply, while 23 percent of the blacks face such condition.

Even more disturbing (at least for those who believe that equality is a goal to be pursued) than the existence and the huge size of the gap itself, is the fact that the unfolding of time is not closing it. Statistical series produced by IPEA (a leading research institute of the Federal Government), starting as far back as reliable data can be obtained, clearly show that, in spite of the overall improvement in Brazil's social conditions, the distance between the races is not shortening.

Even where there has been general progress for both blacks and whites, as was the case in the fields of income, poverty reduction, education, housing conditions, and others, the differentials between them are not, with very few exceptions, decreasing.

At the rates of change observed along the last decade some of these gaps will keep on widening, others will remain intact, and the few ones that showed any reduction at all, will take at least several decades to disappear.

The persistence of such large inequalities through a period of real social progress for the nation as a whole, seriously undermines the most optimistic beliefs and exposes some fallacious tenets.

The widely held hopes that general growth, social development, and re-democratization (after two decades of military dictatorship) would automatically bring about equality (or at least perceptible decreases in inequality) have proved themselves sadly unfounded.

During the first and most brilliant phase (1994–1998) of the *Plano Real*, the successful stabilization program launched in 1994, real per capita family income increased 30 percent, and the average earnings of labor increased 26 percent in real terms. The incidence of poverty, on the other hand, dropped by 11 full percentage points, rescuing at least 14 million people from below the poverty line.

In other important fields, progress has been even more remarkable and sustained. The annual social expenditures of the Federal Government increased 40 percent in real terms between 1993 and 1998, to reach 14% of the country's GDP, and stayed at that level for the remainder of Fernando Henrique Cardoso's presidential term.

Achievements in education and in health have been huge, by any standards. The infant mortality rate dropped from 39 in 1991, to 32 per thousand in 2000. The percentage of children aged 7 to 13 not attending school declined from 12 in 1992 to 2,9 in 2001. These positive changes benefited both blacks and whites, yet the large differences between the two groups remained practically untouched.

In particular, the developments of recent years have exposed the extreme limitations of the so-called *universalistic* social policies in terms of their capability to reduce inequalities and to reverse the consequences of past exclusions.

Thus, the experience of the nineties strongly suggests that there is a crucial need for *targeted* social policies, that is, for programs and projects designed to dispense different treatment to different people, to compensate for the structural handicaps inherited from the past.

Brazil: Selected socioeconomic indicators, 1992 and 2001

	1992			2001		
	Brazil	White	Black ¹	Brazil	White	Black ¹
Real household per capita income (<i>Reais</i>)	273	363	161	356	482	205
Real average earnings of labor (<i>Reais</i>)	575	729	360	677	861	419
% of pop. below the poverty line	41	29	55	34	22	47
% of pop. below the extreme poverty line	19	12	29	15	8	22
% of pop. ² with < 4 years of schooling	42	32	56	33	25	43
% of pop. ² with > 15 years of schooling	5	8	2	7	10	3
% Illiteracy rate (pop. 15 years and older)	17	11	26	12	8	18
% of children 7 to 13 not attending school	12	8	16	3	2	4
Per thousand infant mortality rate	39	35	56	32	26	39
% of pop. without safe water supply	25	13	39	15	7	23

(1) Black includes all Afrodescendants.

(2) Population 25 years and older.

There is a need, particularly in the fields of education, job opportunities and political empowerment, for *policies capable of going beyond the classic (and naïve) republican ideal of strict equality before the law*. For ideas and attitudes capable of injecting some concrete content into the otherwise merely rhetorical concept of “equal opportunity.” There is, in a word, a need for the so-called *Affirmative Action* policies, to use the term coined some forty years ago in the United States.

AN UPHILL CRUSADE AGAINST INDIFFERENCE AND DENIAL

The main obstacle to the adoption of such policies in Brazil has been, so far (along with an almost unbelievable tolerance towards inequality in general), a persistent and widespread denial of the very issue they are supposed to address.

Brazilian society, by and large, refuses to admit the existence of any form of racial discrimination, to acknowledge it has any sort of a “racial problem”, and much less that it owes any redress to the black population. Widespread miscegenation, easy going relations between the races,

relatively low levels of interracial violence and of overt forms of racism (which are all true and positive traits of Brazilian society), together with the absence of legal segregation, have led the vast majority of (white) Brazilians to overlook, or to dismiss entirely, the role of race as a component of the appalling degree of inequality that prevails in their country. Even amidst blatant inequity, in a country rife with racial injustice, most Brazilians still cling tenaciously to the deep-rooted belief that their society is a “racial democracy,” offering equal opportunities for all, regardless of race or skin color.

The same is true, to a large extent, with respect to many key organizations of civil society, like political parties (including the left), labor unions, the Catholic and the Protestant churches, church-based popular movements, women’s organizations, and many others, even those sincerely committed to the quest for democracy and for social justice. Rare dissenting voices, as those of a few black intellectuals and black organizations remained almost entirely confined to their own circles and went largely unheeded.

The Brazilian state was a military dictatorship from 1964 to the late 1980s. The military regime actively promoted the myth of racial democracy and was openly hostile, and repressive, to any attempt to denounce it. Black leaders and black organizations were often regarded with suspicion and harassed by the government. Official denial of the racial question culminated with the suppression of the color/race variable from the national census of 1970.

Ironically, the rulers of the time were so sure that Brazil didn’t bear any guilt in this area, that they didn’t have any trouble ratifying ILO’s Convention 111, UNESCO’s 1960 Convention against discrimination in education and the UN’s General Convention for the Elimination of All Forms of Racism (1966), or even in pointing an accusatorial finger at South Africa’s apartheid regime, at the first two Global Conferences against Racism.

Only in the mid-80s, with the onset of re-democratization, and later, with the adoption of the 1988 new federal constitution, this picture began to show some feeble signs of change.

Starting with São Paulo, in 1984, some of the new democratically elected state governments began to create agencies and bureaus of “Black community affairs”, with mandates to monitor and fight racial discrimination, to promote Afro Brazilian culture and, somewhat vaguely, to foster the integration and the advancement of the Black population.

These initiatives were significant, as they denoted a changing attitude, but accomplished very little in concrete terms. The agencies remained very much as “black ghettos” within the framework of the governments. They had ill-defined mandates, poor funding, and no effective access to the real decision-making centers.

The centennial celebration of the abolition of slavery, in 1988, gave occasion to some mobilization around Afro Brazilian themes, and resulted in the creation, by the Federal Government, of the Fundação Cultural Palmares (named in honor of the Quilombo dos Palmares, the greatest episode of slave resistance in Brazilian history) and in the nomination of its leader, Zumbi dos Palmares, as a national hero.

The 1988 Constitution, which replaced the ones bestowed by the military, expressed the nation’s recognition for the “cultural” contribution of Afro Brazilians and, more importantly, redefined acts of racism and racial discrimination as felonies (“crimes”), instead of mere misdemeanors (“contravenções”), as they were classified in previous legislation.

In retrospective, the action of the state in this period (mid 1980s to early 1990s) can be summarized as evolving along two main lines:

a) a soft “cultural” approach, consisting in an increased promotion and praise of Afro Brazilian history, art, and culture, stressing the symbolic content of slave resistance and dignity (including the recognition of ancestral rights to Quilombo lands) and

b) a discrete upgrade of the state apparatus (and resolve) to take notice of and to repress acts of flagrant racial discrimination, embodied in a few legislative measures, and in the establishment of the agencies, councils and ombudsmanships mentioned above.

There was, however, no official admission or disclosure of the brutal racial inequalities (nor, of course, of the need to address them) nor any

hard action in the fields of education, the labor market or any other area critical to the effective promotion of the equality of income and of standards of living between blacks and whites.

These comments are not meant to belittle the importance of these advances, nor to diminish in any way the role of the brave bunch of men and women who dared the ocean of indifference and the subtleties of Brazilian racism. They were no doubt valiant fighters who marshalled the breaking of important new ground and deserve all praise and gratitude.

But, nonetheless, it is important to underscore some lessons to be learned from this period. For it shows how much easier it is to build consensus around the celebration of ethnic or cultural diversity and the proclamation of pride for the nation's African heritage, than to enter the much more controversial and conflictive terrain of affirmative action or positive discrimination. The "cultural" approach, important as it may be, is harmless, in the sense that it poses no threat (at least no immediate threat) to the established order, and can, therefore, be easily absorbed, or just ignored.

In a similar way, the condemnation (and eventually the punishment) of *explicit acts of racism* has never raised any serious opposition. Quite to the contrary, *overt* forms of racism and racial intolerance, especially in the shape of violent manifestations, have always been rejected by Brazilian culture, and their repression is always very likely to win widespread approval and applause.

Now, to push for income equality, for fairness in the job market, for truly equal opportunity in education, for more black doctors, lawyers, professors, entrepreneurs, businessmen, judges, diplomats and generals is a quite different thing. This is to push for the redistribution of income, wealth, and power, and shakes the very foundations of the ages old Brazilian social and economic hierarchy. This is something Brazilians are much less willing to do, or to accept.

HOPE AND FRUSTRATION

Fernando Henrique Cardoso was elected president at the end of 1994. As a young sociologist he had played a prominent role in the demolition of the myth of racial democracy, and addressed the question right in his inauguration speech, recognizing racial inequality as a major component of social injustice in Brazil, and as a problem to be tackled.

Simple as it may appear, this was the first time ever a Brazilian president spoke openly about this national taboo, and the fact was bound to raise a great deal of expectation about the government's attitude towards the issue.

Some months later, on November 20, 1995, the capital watched the largest demonstration against racism ever held in Brazil. The "Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida", gathered tens of thousands at the main Brasília mall, to press for government action, and prompted the creation, in the same day, of an ambitious working group, involving several ministries and civil society, with the assignment to study and to propose measures for the promotion of racial equality.

Despite the high hopes surrounding its birth, the "GTI População Negra" had much the same fate of its predecessors at the state level, basically for the same set of reasons: loose definitions, poor funding and, above all, no authority. It held many meetings and scored some points, particularly in combating racial prejudice and racist stereotypes in school curricula and textbooks, but this was about all. To put it plainly, the whole thing was, again, regarded more as a nuisance than as a priority by most of the ministries and agencies involved.

The First National Human Rights Plan, launched in 1996, had a chapter dedicated to the racial problem, but was centered in other aspects of human rights promotion. Similarly, a set of initiatives started by the Labor Ministry at about the same time, with the avowed purpose of combating discriminatory practices in the labor market, ended up by focusing much more on the needs of the handicapped than on the promotion of equal opportunity for Black people.

Looking back at the meager results of The GTI População Negra, as well as those of the few other actions endeavored, it is apparent that the record of Cardoso's first presidential term, with respect to the racial problem, was very poor indeed, and bound to frustrate much of the hopes it had raised.

Nevertheless, he inaugurated a new openness in the attitude of the Brazilian state towards race, racial inequalities and racial discrimination, that was soon to bear fruit, helped, to a large extent, by the realization of the III World Conference against Racism, which coincided with his second term, and gave a significant boost to the issue in the national agenda.

WINDS FROM AFRICA

The preparation for Durban, the Conference itself and its aftermath propitiated a true escalation in mobilization and awareness, within the government, in the media, as well as in society at large, triggering a chain of events that raised the questions of race and of racial equality to novel heights in Brazil. A new pattern of dialogue between the government and civil society was established, with a mixed preparatory committee and several rounds of meetings, consultations and events held all over the country. The intense participation in this process can be gauged by the large size of the Brazilian delegation at Durban, which comprised more than 500 members, between official delegates and NGOs.

A policy of full disclosure of the bleak situation of the Afro Brazilian community was adopted, for the first time in Brazil. IPEA, the main research institute of the Federal Government, started, with personal support and encouragement from the president himself, the regular production of socioeconomic data disaggregated by race, giving statistical precision and official status to the indictment of the huge racial inequalities. Deliberate and widespread dissemination of these data called the attention of the media and helped to enhance the empowerment of Afro Brazilian organizations and other advocacy groups in civil society.

At the Regional Preparatory Conference in Santiago and at Durban, Brazil acknowledged officially, for the first time in an international forum,

the existence of structural racism, and backed the resolution recognizing slavery and the slave trade as crimes against mankind.

The official position adopted also supported the thesis of compensating the descendants of the victims of slavery through targeted public policies, and the official document brought to Durban mentioned explicitly, with the personal approval of the president, the policy of establishing quotas for Afrodescendants in Brazilian universities.

After Durban, the debate over the racial question entered the national agenda with an unprecedented force, drawing more attention from the governments (executive, legislative and judiciary branches, at the federal, state, and local levels), more media coverage, and more participation from the general public than ever before.

A national council against discrimination (CNCD) was created, and new important actors came into the stage. The Ministério Público Federal (Attorney General's Office), the Ministério Público do Trabalho (Federal Attorney's Office for Labor Relations) and the Tribunal Superior do Trabalho (Federal High Court of Labor) intensified their action in that area, taking increasingly active stands against discrimination and for the promotion of racial equality.

On November 20, 2001, the president of the Supremo Tribunal Federal (the Brazilian Supreme Court), Minister Marco Aurélio Mello surprised the nation with a strong public defense of affirmative action policies. He sustained, in a remarkable speech, the thesis that the Federal Constitution not only provides legal support for this concept, but *positively induces* this line of action, inasmuch as it determines the *active promotion*, by the state, of socioeconomic equality for all Brazilians.

This period also witnessed the first Brazilian experiments with affirmative action programs for Afrodescendants. The ministries of Land Reform, of Justice, of Culture, and the Tribunal Superior do Trabalho started pilot projects designed to increase the number of blacks in their senior managerial staffs (through the establishment of quantitative quotas) and began to require policies of racial diversity from their suppliers.

The Ministry of Foreign Affairs launched a scholarship program to prepare black candidates for admission into the Instituto Rio Branco, the

Brazilian academy of diplomatic service. Apart from its intrinsic importance, this initiative has a symbolic meaning of great significance.

Brazil has never had a black career ambassador. Itamaraty has always been regarded as a conservative stronghold of the white Brazilian elite and is often accused of trying to project onto the world a “white image” of the country. Although these charges can no longer, for many years now, claim a sound foundation (and when they could it was just a reflection of the widespread “whitening” ideology” of the Brazilian elite), the fact remains that the presence of black men and women in the diplomatic service is very scanty. At any rate, the decision to tackle the problem squarely shows an openness and a deliberation hard to find anywhere in Brazil.

A presidential decree on May 13, 2002, created the National Program of Affirmative Action with the aim of extending the pilot programs of the ministries to the entire executive branch of the Federal Government. This program determined the establishment of quantitative quotas for Afro-descendants and for women at the upper levels of the administration, and its implementation began with the realization of the Racial Census of the Federal Government, still under way.

All these were significant steps forward but, probably owing to their localized and/or incipient character, they went mostly unnoticed by the general public and did not elicit a great deal of controversy or opposition. In Brazil, as elsewhere, the privilege of stirring public opinion and firing a fierce national debate was reserved to the issue of university quotas for *black people*.

In the past couple of years several public and private universities, began, at last, to discuss the prospect of adopting affirmative action policies, through the introduction of quota systems, that is, by earmarking, in their competitive admission mechanisms, a number of places for Afro-descendants (a few already had, for some years, quotas for indigenous people and/or for handicapped people).

In their 2003 admission rounds, the state universities of Bahia (UNEB) and Rio de Janeiro (UERJ and UENF) forged ahead of the flock, applying, for the first time in Brazil, positive discrimination rules based on race. In both cases the racial criterion was combined with the additional

requisite that the candidate be a graduate from a state public school. The “public school” requirement is intended to sharpen the targeting mechanism, closing the focus on the lower income groups.

This produced an instant national commotion and heated debates in the media. The ensuing legal dispute has already reached the Supreme Court, which will, incidentally, have a chance to confirm or to reject, in the coming few months, the widely publicized position of its president.

The raging controversy contains, to be sure, the whole array of traditional arguments pro and against the quota system. Much of it merely reproduces the never ending and well-known discussion about fairness, legality, constitutionality, effectiveness, and the like, that has everywhere surrounded the issue of affirmative action, and doesn’t need to be addressed in this short paper.

In the Brazilian edition, however, the opponents of affirmative action have produced two specific reasonings that deserve notice. The first is that this whole business of affirmative action, in general, and of quotas, in particular, are imported solutions to a false (or also imported) problem. Brazil should stop monkeying the United States and seek autochthonous answers to its own problems. The criticism goes on to say that any attempt to impose these exotic projects on Brazilian society is bound to backfire and will only arouse racial hatred where there was none.

This line of reasoning is too blatantly *ad hoc* to deserve much of an answer. It may suffice to comment that I have never seen such nationalistic zeal applied to the condemnation of truly imported things, as Coca Cola, the internet, or rock’ n roll.

The other argument peculiar to the Brazilian debate is the contention that in Brazil, unlike the United States and elsewhere, miscegenation was so intense that it became virtually impossible to identify blacks, or Afrodescendants, or, in short, the target population of positive discrimination. Some cases of fraud in a recent episode in Rio de Janeiro are brandished as the ultimate proofs of the thesis. The premise of this argument is true, the conclusion is not. The identification of the beneficiaries and the prevention of fraud are not problems specific to affirmative action, but inherent to any targeted policy. And like in any targeted policy they can be

solved or at least cut down to acceptable limits. Self-declaration subjected to some sort of social or community control will do the job in most cases.

At any rate, this cannot serve as an excuse for not doing anything. It is not credible that a society that has been for centuries perfectly capable of pinpointing the Afrodescendants for every sort of exclusion and prejudice, cannot do the same when the time comes for inclusion.

Or, as an old Black lady told me in a public debate: “You need not worry about this problem. Just go ahead, set up your affirmative action policy, and *call the police*. They will tell you, precisely, who is black and who is white.”

CONCLUSION AND PROSPECTS

The balance that emerges from this short review of the last decades is moderately positive.

On the positive side, it can be said that the veil of silence was, to a large extent, lifted. Racial inequalities and racial discrimination have been thrown wide open in the face of Brazilian society, as never before. The debate is now reaching more people than at any other time, and the issue is solidly implanted in the national agenda.

The attitude of the state underwent important changes, going from active denial and cover up, to active disclosure and full recognition of existence of racism and of the large socioeconomic gaps between the races. The Brazilian state is now clearly more open, more aware and more willing to act in the promotion of racial equality than ever.

On the negative side, one cannot avoid the impression that Brazilian society is lagging behind in almost every aspect of this struggle. The private business sector, with very few exceptions, insists on ignoring the question and, worse than that, often persists in adopting discriminatory practices in the labor market.

Many key organizations, like churches, labor unions and political parties are not, definitely, doing even a trifle of what they could and should do for the promotion of racial equality and justice. There is still a lot of indifference, denial, or outright resistance in the society at large.

There was progress, but there is still, obviously, a long way to go.

The recent presidential campaign provides a good illustration of this point. It was almost funny to watch the truly pathetic efforts *of all the candidates* to avoid the issue of race and, when confronted with it, the contortions they made not to commit themselves to any clear proposition or project. This is not to say that they didn't have ideas or opinions on the theme, but rather that they were uncertain about the voters' convictions and chose to play on the safe side.

President Luís Inácio Lula da Silva took office in January, on top of an immense wave of expectation and hope. His first attitudes regarding race were clearly positive: he set a historical record appointing three black ministers, created a Secretary for the Promotion of Racial Equality and appointed to it a black woman with an impeccable record of militancy and service to the black cause. There are insistent rumors that he will soon appoint the first black justice to the Supreme Court.

At the policy making level, however, the prospects for affirmative action are not so bright. The Ministry of Education is clearly uneasy and hesitant on the question of quotas, and at least one top ranking member of the government is openly opposed to them.

More than that, the very concept of *targeted social policies* (of which affirmative action is a chapter) is right now under heavy fire from some of the top guns of the government's party. The response from the other side has been so far rather timid, seeming more than just a little overcautious, compared to the boldness displayed in other questions. The outcome is uncertain, but a retreat to the old policies of fighting racial discrimination and promoting Afro Brazilian culture is not out of question. We all learned recently how deadly friendly fire can be.

POST SCRIPTUM IN 2014

- 1) Curtin's estimates for the Atlantic slave trade have been superseded by a monumental study, developed along many years, by a team of experts from several universities in various continents. The current state of the art in this matter indicates that Brazil received 4.9 or

46% of the 10.7 million Africans which arrived alive in America for the duration of the Atlantic trade (1501–1866).

See more at <http://www.slavevoyages.org/>

- 2) According to the 2010 demographic census, the Afrodescendant population (*pardos* and *pretos*) of Brazil reached 96.8 million, constituting 50.7 percent of the total resident population with declaration of color or race.
- 3) Since this work was concluded, in 2003, several of its statistics became outdated. It is certain, however, that the many differences between Whites and Blacks remained essentially unaltered. Later data, as well as the reiteration of many of its conclusions, can be found in the report on racism in Brazil, presented at the 14th Session (March 31 to April 4, in Geneva) of the Working Group of Five Experts on People of African Descent of the Office of the High Commissioner of Human Rights of the United Nations, of which I was a member in 2002–2005.

A Historiografia Sobre o Século XIX em Minas Gerais: Notas Para um Debate*

Roberto Borges Martins

INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende examinar brevemente a historiografia sobre o século XIX em Minas Gerais. Como se verá abaixo, em virtude da minha própria (de)formação profissional, ele é fortemente enviesado pela ótica da história econômica. É desnecessário dizer que sua única pretensão é a de provocar o debate sobre o tema, e ainda que muitas das opiniões e interpretações nele expressas são de natureza muito pessoal.

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O SÉCULO XIX MINEIRO ANTERIOR À DÉCADA DE 1980

Escrevendo em 1953, ao justificar a escolha da província como o período focado em sua tese de livre-docência, Francisco Iglésias reclamava vivamente da pobreza da historiografia sobre Minas, em geral, e muito especialmente da carência de estudos e da falta de atenção dos historiadores com relação ao século XIX mineiro. A história de Minas, dizia ele,

está por ser feita: a que se conhece é parcial, incompleta em toda a linha. De fato, até agora só se atentou para os primeiros tempos. A Capitania foi estudada, a Província, no entanto, não constituiu motivo de cogitação. E mesmo no estudo da Capitania, apenas se

* Uma versão anterior deste ensaio foi apresentada no Seminário Internacional sobre a Historiografia de Minas Gerais, promovido pelo Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM). Belo Horizonte, 19 a 21 de julho de 2004.

lançou o arcabouço: alguns problemas fundamentais mal foram aflorados, como os referentes ao elemento humano, à organização social, às técnicas de trabalho. De seu exame é possível que se modifique o esquema até agora aceito.

É tempo de repor a Minas setecentista no lugar que lhe cabe, despojando-a das lendas ou do fantástico, que a enfeitam, mas lhe deformam a fisionomia, é tempo de buscar no seu passado — tão próximo, afinal, pois tem pouco mais de duzentos e cinquenta anos — respostas exatas ou figuras vivas, em lugar de suspiros e sombras. O papel do historiador, portanto, é colocar o assunto no domínio da pesquisa e das noções objetivas, pondo de lado o saudosismo romântico e ingênuo.

Mas, se criticava a qualidade e o rigor da produção historiográfica sobre o setecentos, apontava uma situação muito mais grave no que concerne ao século seguinte:

Embora deficientemente, a Capitania foi estudada, enquanto a Província não mereceu atenção (...) os que se dedicam à história mineira continuam a preferir os séculos XVII e XVIII.

Compreende-se a insistência: nessa época, com fisionomia vistosa e legislação especial, Minas tem mais interesse. A Capitania distingue-se de todas as outras, tem várias características que a singularizam, enquanto a Província nada tem que a distinga: com um desenvolvimento tranquilo, sem pompas ou misérias muito assinaláveis, rege-se por leis que regem também as outras províncias.

No Império não há distinções especiais. Minas deixa-se viver como as outras unidades, ao compasso centralizador do governo central. Já é terra que se diz modesta e ordeira — excetuada a Revolução de 1842, as lutas, os descontentamentos políticos e as tramas partidárias não têm força para perturbações violentas — que o convencionalismo irá estereotipar depois. Assim, os interessados na sua história recuam e vão à Capitania.

Confessava-se assustado diante da empreitada que tinha pela frente: “tudo estava por fazer. É verdadeiramente chocante a ausência de bibliografia para essa fase: nada de estudos gerais, pouco de aspectos. A vida provincial mineira ainda não existe como tema para o historiador”.

Mas à vista da pobreza da historiografia “quase inexistente”, animava-se “com a ideia de que qualquer esforço teria sentido (...) Estaremos satisfeitos e recompensados se a exposição despertar curiosidade para o tema e para a ideia de que Minas viveu também o século XIX. Já é tempo de incorporar a Província à história”.¹

Mesmo concordando com o charme e a importância excepcional do século XVIII — afinal, nessa centúria, a Minas do ouro, dos diamantes, do barroco, da Inconfidência, com sua singular rede de cidades e vilas e seus intelectuais iluministas, era o centro do Império colonial português — e mesmo reconhecendo seu fascínio quase irresistível para os historiadores antigos, não creio que esta seja a única, e nem sequer a principal, razão da escassez de pesquisas sobre o século XIX.

O desinteresse, corretamente registrado por Iglésias, me parece antes resultar de um fenômeno mais amplo, presente em toda a historiografia econômica brasileira tradicional, que é a verdadeira fixação nas regiões e nos períodos onde predominava a exportação para os mercados internacionais — a chamada *obsessão agrário-plantacionista-exportadora*.

É a essa distorção — uma visão claramente herdada do colonizador, e da qual não escapou praticamente nenhum dos nossos historiadores ditos “clássicos” (aqueles que forjaram, em diferentes épocas as interpretações dominantes da evolução histórica da economia brasileira) — que se deve atribuir o esquecimento do século XIX mineiro.

É daí que vem, sem a menor dúvida, a famosa e persistente periodização da história brasileira em “ciclos” de produtos exportáveis — ciclo do açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café — que até hoje ainda pode ser encontrada nos livros-texto e no ensino de história em geral.

É também essa a origem do chamado “trinômio clássico da economia brasileira” — *monocultura, latifúndio e escravidão* — com que se pretendia explicar todos os aspectos da formação econômica e social do país. Era

1 Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835–1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958, pp.10–15. (Iglésias informa, na p. 9, que o estudo data de 1953).

esse o grande nexos organizador da interpretação historiográfica, do qual decorria, como corolário, todo o resto.²

Prosseguindo nessa linha, ainda que com um jargão e um instrumental supostamente mais “modernos”, Celso Furtado e a escola da CEPAL criaram, e aplicaram ao Brasil e a outras áreas da América Latina, o modelo de *crescimento primário-exportador*, ou *desenvolvimento hacia afuera*, no qual os momentos de “perda de dinamismo” das exportações nada mais eram que interlúdios de retrocesso na sucessão dos ciclos, finalmente quebrada pelos “choques adversos” do início do século XX e o advento do processo de industrialização e do *desenvolvimento hacia adentro*.

As atividades não diretamente ligadas à exportação, especialmente aquelas desenvolvidas à margem da *plantation* exportadora e/ou voltadas para o atendimento do mercado interno, eram amplamente desprezadas — na melhor das hipóteses tratadas sumariamente como acessórias, secundárias ou exceções localizadas. Assim, as regiões que não desenvolveram setores exportadores — “meros arranhadores de terra” — como as chamou E. G. Wakefield, no contexto do sistema colonial britânico, ou mesmo as regiões exportadoras em períodos de retração, eram desconsideradas, rotuladas como “decadentes” ou “marginais”, e abandonadas como se simplesmente não tivessem história. Aparentemente nunca passou pela cabeça dessa gente que mesmo quem não produzia cana, café ou algodão para os mercados europeus, também comia, vestia, morava, comprava, vendia, matava, morria, fazia amor e se reproduzia.

É da aplicação desse paradigma à história de Minas Gerais que resultou, naturalmente, a exclusão quase completa do século XIX mineiro da historiografia econômica brasileira.

Até muito recentemente, a visão *dominante, uniforme e incontestada* sobre a evolução histórica de Minas se resumia num esquema bem simples e comportadamente enquadrado no cânon historiográfico dos “ciclos”, ou

2 Para citar apenas um exemplo, vários historiadores, como Afonso de E. Taunay, Roberto Simonsen e outros, ao tentar avaliar o volume do tráfico atlântico para o Brasil, em vez de buscar fontes diretas e adequadas, não hesitaram em basear suas estimativas das importações de escravos africanos em diferentes períodos e regiões, nas quantidades exportadas de açúcar, de ouro e de café, postulando explicitamente que as duas séries eram perfeitamente correlacionadas.

da economia primário-exportadora. Essa visão não se encontra em um único livro ou texto sobre a história de Minas, mas dispersa nos trabalhos de vários autores que, escrevendo obras gerais sobre o Brasil, ou sobre tópicos específicos da história brasileira (escravidão, abolição, economia cafeeira, etc.) se referiram, *en passant*, a Minas Gerais. Vejamos seus traços principais.

Descoberto o ouro no final do século XVII, a região foi rapidamente colonizada no início do XVIII, tornou-se capitania, recebeu um forte aparato burocrático, administrativo e fiscal, e desenvolveu uma importante rede urbana constituída por arraiais, vilas e cidades. Atraiu levas de migrantes do Reino e de outras partes da colônia, e logo se transformou no principal foco da importação de escravos africanos, acumulando, com a passagem do tempo, as maiores populações livre e escrava dentre todas as capitanias.

A concentração de população e de atividade econômica foi tão intensa que deslocou o “centro de gravidade” do Brasil em direção ao sul, fazendo do Rio de Janeiro o principal centro urbano e administrativo, o principal porto do comércio de mercadorias e do tráfico atlântico e, finalmente, a capital da colônia, em 1763.

Alguns autores sustentam ainda que o “ciclo do ouro” teve importante papel na “articulação” da economia colonial, gerando atividade produtiva em outras áreas e interligando-as numa divisão regional do trabalho, já que os núcleos mineradores, inteiramente dedicados à sua atividade central, precisavam ser abastecidos de fora, tanto de alimentos quanto de outros bens de consumo e insumos.

A produção aurífera (acrescida da de diamantes por volta de 1730) cresceu ininterruptamente até a sexta década do século, quando as jazidas aluviais de fácil exploração começaram a escassear, trazendo um rápido declínio do volume produzido e dos quintos arrecadados, e a conseqüente decadência da região mineradora.

A rede urbana entrou em retração (ou mesmo em colapso, nas versões mais radicais), instalando-se um processo de ruralização, com uma crescente dispersão da população pelo território, voltando-se agora para a lavoura e a pecuária de subsistência, até então suprida pelas importações.

A grande massa de escravos atraída pela fase ascendente da mineração tornou-se “redundante”, “ociosa” ou “subutilizada”. Ao iniciar-se, algumas décadas mais tarde, o “ciclo do café” no vale do Paraíba fluminense e paulista, os escravos “liberados” pela mineração decadente passaram a ser transferidos para essas regiões. A disponibilidade desse *pool* de mão-de-obra ter-se-ia constituído em um elemento crucial, decisivo mesmo, para a decolagem do setor cafeeiro.

De acordo com essa visão, a crise e a involução da economia mineira ter-se-iam prolongado até o meado do século, quando a província começou a desenvolver sua própria região cafeeira, ensejando novas transferências de cativos “ociosos” da mineração para o café e reintegrando-se, portanto, ainda que parcialmente, no “ciclo exportador” e no fio condutor da narrativa histórica. Em Minas, como no resto do sudeste brasileiro, a área cafeeira ter-se-ia transformado no “setor dinâmico” da economia e no grande reduto da escravidão, que seguia sua trajetória de declínio nas “antigas regiões mineradoras” e no restante da província.

Mais tarde ainda, já na segunda metade do século, quando o café começou a se expandir para o chamado “Oeste Paulista”, o suprimento de mão-de-obra teria vindo, uma vez mais, dos inesgotáveis estoques de cativos remanescentes da interminável agonia do setor minerador.

Assim, espremida entre o declínio da mineração e a emergência do café, durante boa parte do século XIX, Minas não tem história, e grande parte de seu território (aquelas áreas que não se tornaram cafeeiras) não a tem durante todo o século. Mesmo a região cafeeira, quando recupera seu status de objeto historiográfico, o faz de maneira derivada, como se toda a sua história não passasse de um reflexo, ou de um transbordamento da história das áreas contíguas do Vale do Paraíba.

É verdadeiramente impressionante como essa visão (declínio do ouro, decadência econômica e exportação dos escravos ociosos) era consensual e partilhada por historiadores das mais diferentes épocas, tendências e formações. O português Oliveira Martins, por exemplo, afirmava em 1880:

Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína, os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos (sic) cada vez menos produtivos, e a

da agricultura prometedora; e as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios (sic) difíceis de serras bravias, definhavam.

Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica, miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos, habitavam em palácios carunchosos.

(...) Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuía.

Oscilando entre a esperança vã de um retorno das maravilhas mineiras e a fatalidade de um regresso à vida agrícola, o proprietário, indeciso, mole, arrastava uma existência quase miserável.

(...) A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era de terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrados, saturada de imundícies, e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. Por camas tinham enxergas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada de crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres enfezadas e pobrememente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalhinho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro.³

Escrevendo várias décadas depois, Celso Furtado produziu o que é, provavelmente, a versão mais radical e mais conhecida da tese do aniquilamento da economia mineira, que pinta com cores tão fortes quanto o autor português da virada do século. Em um capítulo de duas páginas apenas — Regressão Econômica e Expansão da Área de Subsistência — sem mencionar um único dado, número ou fonte, decreta a radical e completa decadência de Minas Gerais, que a seu ver se transformou em uma economia de subsistência e em um fornecedor de escravos para as áreas cafeeiras em formação. A citação é extensa, mas vale a pena, para caracterizar a visão

3 Oliveira Martins. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 7^a. edição, 1978, pp. 84–85.

contida naquele que é, ainda hoje, o principal livro-texto dos cursos de história econômica no Brasil.

Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno - isto é, com base no seu próprio mercado - da região mineira, foi praticamente nulo.

(...) Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica - à exceção de alguma agricultura de subsistência - era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples fiscoadores.

Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição do seu ativo, antes de transferir qualquer saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.

(...) a rentabilidade tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total. Muitos dos antigos empresários transformavam-se em simples fiscoadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros.

(...) a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso, envolveu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência.

Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.(...) Na região do ouro a depressão é particularmente profunda e se estenderá pela primeira metade do século seguinte.

(...) Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão de obra, em consequência da desagregação da economia mineira (...) Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados.

(...) Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão de obra escrava subutilizada na região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços.⁴

Como perfeitamente alinhados com essa interpretação, podemos citar ainda, entre vários outros, historiadores tão diversos como

Luís Amaral:

O ouro verde dos cafezais iria substituir o ouro fulvo das minerações. Em vez de estiolar-se dentro de escuras e úmidas e podres galerias subterrâneas, os escravos iriam cantar por entre aleias de cafezais ensolarados e álacres e salubres.

Roger Bastide e Florestan Fernandes:

Os poucos dados sobre a população no século XVIII ... deixam patente que se processou um verdadeiro refluxo da população livre e escrava das zonas das minas para a Capitania de São Paulo... À medida em que a produção aurífera declina, porém, observa-se, a partir do terceiro quartel desse século, um progressivo aumento da população livre e escrava, ligado com os deslocamentos demográficos produzidos pela crise da mineração.

4 Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. 7a. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, pp. 86, 91–93, 99–100, 122–123.

Emília Viotti da Costa:

Tudo isso mudará radicalmente com o desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba e, mais tarde, do Centro e do Oeste Paulista, o que coincide com a decadência definitiva das Minas e o refluxo da população escrava dessas áreas para as regiões promissoras.

Nelson Werneck Sodré:

Tendo herdado da mineração as disponibilidades de mão de obra que lhe permitem o primeiro impulso, o café, à medida em que se interna, cresce em volume e valor.

Wilson Cano:

A região próxima ao Rio de Janeiro proporcionava as terras necessárias ao latifúndio cafeeiro, particularmente aquelas situadas no Vale do Paraíba. A questão da mão-de-obra foi resolvida pela “solução” escravista, aproveitando-se, de início, de remanescentes da mineração.⁵

Dentre os historiadores considerados “clássicos”, a única exceção, embora parcial, à tese “dura” dos ciclos primário-exportadores é Caio Prado Jr.

Apesar de defender, como os demais, a visão geral de que o latifúndio exportador, monocultor e escravista é o pilar estruturante da formação econômica brasileira, Caio Prado introduz algumas nuances importantes. Faz um esforço sincero de inclusão, em sua narrativa, de outras regiões além daquelas da grande lavoura exportadora e menciona atividades e produtos variados como, por exemplo, a manufatura têxtil, a metalurgia, a extração vegetal, o charque, o fumo e o algodão, mesmo qualificando-as como

5 Luís Amaral. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2ª. ed. 1940, p.231; Roger Bastide e Florestan Fernandes. *Branços e Negros em São Paulo*. 3ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, pp. 32 e 36; Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982, pp. XV e XVI; Nelson Werneck Sodré. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6a. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 220.; Wilson Cano. *Ensaio sobre a Formação Econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002, p. 50.

secundárias e/ou localizadas. No caso de Minas, reconhece a concomitância da agricultura e da pecuária com a mineração, e não exagera na tese da decadência generalizada após o declínio do ciclo do ouro. Observa uma certa reação à crise, baseada na diversificação agrícola (fumo, algodão), na pecuária, na produção de queijos em escala comercial e de alguma manufatura têxtil e metalúrgica, embora circunscreva essa reação basicamente à região que denomina “Sul de Minas”.⁶

Os próprios mineiros subscreviam, sem nenhuma contestação, essa visão estereotipada. Francisco Iglésias afirmava, nos anos 50, que

Minas contava com apreciável população servil — a maior do país — pois desde os primeiros tempos recebeu africanos em grande número, que vinham para os trabalhos do ouro. Decadente a mineração, foram aproveitados na lavoura: a mão-de-obra para as culturas de café, que se desenvolvem no Sul e na zona da Mata (...) tem aí a sua fonte.

Duas décadas depois, Norma de Góes Monteiro repetia que

ao contrário de outras províncias do país, em Minas não foi grave o problema da mão-de-obra no século XIX. Possuindo a maior população escrava, foi fácil seu deslocamento para a lavoura cafeeira da Mata e Sul.

E mais tarde, João Heraldo Lima registrava, no mesmo tom, que a rápida expansão do café na Mata mineira deveu-se à disponibilidade de terras apropriadas, ao elevado preço atingido pelo produto e “à abundância de braços que a mineração dispensara”.⁷

As únicas vozes discordantes dessa interpretação, em toda a historiografia mineira (e na brasileira, com a mencionada exceção parcial de Caio Prado Jr.) anteriores à década de 1980 foram as do político, ensaísta e

6 Caio Prado Jr. *História Econômica do Brasil*. 18ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 63, 85–86, 106–107, 118 e 169.

7 Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835–1889*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958, p. 130; Norma de Góes Monteiro. *Imigração e Colonização em Minas, 1889–1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1974, p. 16; João Heraldo Lima. *Café e Indústria em Minas Gerais, 1870–1920*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 14.

historiador não acadêmico, hoje quase totalmente esquecido, Daniel de Carvalho e a conhecida historiadora Maria Yedda Leite Linhares, hoje professora emérita da UFRJ.

Em diferentes escritos, que vão desde a década de 1910 até a de 1960, Carvalho protestou reiteradamente contra a negação da identidade histórica de Minas no século XIX e apresentou uma visão radicalmente diversa do paradigma tradicional.

Comentando a tese de Iglésias, observa, com precisão, que

esta fase da história mineira (o século XIX) tem sofrido a nefasta influência da escola dominante que só se ocupa dos ciclos do açúcar, do ouro e do café. Como no período da Província a mineração do ouro entrara em decadência e ainda não se alargara o plantio do café, não tem ele despertado o interesse dos cabouqueiros dos arquivos. É lamentável a penúria da bibliografia referente a essa época.

Contesta a existência da *plantation* monocultora em Minas:

As fazendas primitivas, de caráter misto, lavoura de cereais e criação de gado, se destinavam a suprir os mercados locais (...) Não praticamos, por isso, em Minas no século do ouro, a monocultura. Mesmo depois, com o advento do plantio do algodão, da cana, do fumo e finalmente do café, não tivemos, em regra, fazendas exclusivas de um desses produtos (...) Prevaleceu em Minas a tradição das fazendas mistas de agricultura e pecuária. Enganam-se, por conseguinte, os escritores que colocam a agricultura mineira no quadro geral da estrutura agrária do Brasil com os três caracteres fundamentais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

E percebe, com clareza, a marcada diferença da estrutura social de Minas, com relação às regiões agrário-exportadoras do litoral, que identifica, ingenuamente, como evidência de uma “democracia econômica”:

Persuado-me de que ficarão maravilhados os exploradores desse rico filão com os tesouros enterrados no esquecimento. Descortinarão o panorama inesperado de uma democracia econômica com a riqueza distribuída entre muitos. Nem o luxo dos rajás nem

a miséria dos párias da Índia (...) O panorama histórico de Minas apresenta, em verdade, figuras e cores bem diversas desse painel. Em lugar da oligarquia de alguns senhores de engenho, barões feudais absolutos no domínio de escravos e servos, em Minas havia muitas cidades e vilas, com centenas de homens livres, alguns mais ricos que os fazendeiros, que deles dependiam para o financiamento das lavouras e a venda da produção. Os negociantes, o vigário, o padre-mestre, o boticário, os mestres e oficiais de artesanato eram ‘homens bons’, que ombreavam com os fazendeiros nas eleições das irmandades ou do Senado da Câmara.

Investe vigorosamente contra Gilberto Freyre, por seu desconhecimento sobre Minas Gerais e por sua insistência no modelo agrário-plantacionista-patriarcal como padrão interpretativo geral, aplicável a todo o Brasil. Insiste na especificidade e na diversidade da economia mineira tanto no século XVIII como no XIX, na precocidade da agricultura, na importância do comércio interno, da rede de cidades e da economia urbana.

No estudo da economia brasileira, de que a de Minas Gerais é um capítulo interessante pelas suas peculiaridades (“Colmeia de trabalho variado cujos produtos se destinavam mais ao consumo interno que à exportação”) só se tem levado em conta a produção exportável. Não se toma conhecimento do comércio interno e muito menos da produção para consumo das fazendas e das famílias patriarcais das cidades. Nunca esquecer a observação, lembrada por P. J. Proudhon no *Système des Contradictions Economiques*, de que somente os sapateiros da França produziam dez vezes mais do que as minas reunidas do Peru, Brasil e México.

Mas, apesar de toda a lucidez de sua percepção, Daniel de Carvalho também não conseguiu escapar do sentimento de decadência da província quando comparada à capitania:

Tivemos um século de opulência e outro de pobreza (...) Durante século XIX vivemos de sonho e de esperança, apesar dos insucessos e desenganos. Debalde revolvíamos as catas antigas e os rios já empobrecidos dos aluviões auríferos. Debalde abríamos o ventre das montanhas atrás do veeiro fugidio do ouro. Aproveitamos as várzeas para os canaviais e as manchas de terras férteis para cafezais. Tentamos o plantio do algodão e variadas culturas em nossas terras pobres. Transformamos as capoeiras, cerrados

e campos nativos em pastagens. Importamos o zebu da Índia para base da pecuária de corte e raças holandesas, suíças e inglesas para o gado leiteiro. Nunca perdemos a fé no trabalho e aprendemos o que vale a economia de vinténs.⁸

A professora Maria Yedda, que desde os anos 70 liderou vários projetos de estudos sobre a economia agrária brasileira, foi o primeiro historiador importante do Brasil a se insurgir de forma clara contra a “*obsessão plantacionista exportadora*” e a teoria dos “ciclos de exportação”, insistindo na importância do mercado interno como fonte de atividade econômica, de demanda, de acumulação de capitais e de poder econômico.

Ao seu trabalho pessoal e aos do grupo por ela liderado, que floresceu de maneira brilhante a partir dos anos 90, devemos reinterpretações decisivas, que marcaram de forma definitiva a historiografia brasileira.

Com relação a Minas Gerais, em um importante artigo de 1978, Maria Yedda Linhares questionou a “visão indiferenciada de uma decadência inexorável e monolítica” após o ciclo do ouro, e cobrou dos pesquisadores estudos mais pormenorizados.⁹

A entrada em cena dos Brazilianistas pouco contribuiu para alterar esse panorama. A geração que começou a publicar antes de 1980 (com a exceção de Charles Boxer), quase não se ocupou de Minas, e nenhum deles estudou especificamente o oitocentos mineiro. Em sua maior parte, incluindo aqueles que tiveram contribuição relevante e original para a historiografia de outras áreas ou de temas específicos sobre o Brasil, contentaram-se, nas poucas referências que fizeram ao século XIX mineiro, em repetir acriticamente a visão padronizada, os lugares comuns e os equívocos pro-

8 Daniel Serapião de Carvalho. *A Formação Histórica das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e Cultura, 1956, pp. 45–49; e *Ensaios de Crítica e História*. Edição do Autor. Rio de Janeiro, 1964, pp. 47 a 85. A dura crítica que fez a Gilberto Freyre custou a Daniel de Carvalho a recusa da publicação dos *Ensaios de Crítica e História*, por José Olympio, seu editor há mais de 10 anos.

9 Maria Yedda Linhares. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. *Seminário sobre a Cultura Mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. Veja também: Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

duzidos pelos próprios brasileiros. Alguns exemplos bastarão para ilustrar esse ponto.

Leslie Bethell, falando do surgimento do setor cafeeiro no Vale do Paraíba, sustenta que “muitos escravos foram obtidos através do tráfico interno entre diferentes áreas dentro do próprio Brasil (Minas Gerais, por exemplo, tinha mão-de obra subutilizada)”.

Robert Conrad, ao analisar o período final do regime escravista no Brasil, afirma que mesmo dentro das províncias cafeeiras o interesse pela escravidão apresentava grandes variações:

Isso era particularmente verdadeiro dentro da vasta e populosa Minas Gerais, que continha, na fronteira com áreas similares do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma pequena área cafeeira pró-escravidão, na qual estava concentrada uma grande parte da população escrava da província. Mais para o interior, entretanto, ficavam regiões mineradoras e criadoras de gado mais pobres que, como o Nordeste, tinham perdido escravos para as áreas cafeeiras e continuavam a fazê-lo em larga escala durante os últimos anos da escravidão. Dentro de Minas Gerais, portanto, o interesse no regime servil variava tanto quanto no conjunto do Império — as zonas cafeeiras defendendo o sistema, e regiões não-cafeeiras, maiores, mas mais pobres, menos preocupadas com sua sobrevivência, ou mesmo ansiosas para ver o seu fim.

Robert Toplin, referindo-se ao mesmo período, escreve que

a maior parte do núcleo escravocrata “duro” dispunha de um suprimento adequado de cativos nos anos 1880: o grupo do Vale do Paraíba os havia adquirido através dos tráficos atlântico e interprovincial, enquanto os cafeicultores mineiros tinham obtido seus escravos nas regiões mineradoras decadentes de sua província.¹⁰

10 Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970, p. 74; Robert Edgar Conrad. *The Destruction of Brazilian Slavery*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1972, p. 127; Robert Brent Toplin. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972, p. 148. Todas as traduções utilizadas neste artigo são de minha autoria.

As únicas exceções, entre os Brazilianistas dessa fase, são os trabalhos de Stanley Stein, de Kenneth Maxwell e, mais tarde, de Herbert Klein.

Ao estudar o período formativo do complexo cafeeiro fluminense, em seu merecidamente clássico *Vassouras*, Stein relata com grande lucidez a participação dos mineiros nesse processo. Descreve a migração de clãs tradicionais das áreas mineradoras para a fronteira do café e registra, com detalhes, seu papel pioneiro, tanto como formadores de fazendas e plantadores, quanto como fornecedores de capital e de crédito. Tem clareza de seu status de elite econômica, financeira, social e política. Os migrantes pioneiros de Minas são descritos como comerciantes abastados (ou membros de redes familiares e comerciais economicamente sólidas e prósperas, baseadas em Minas Gerais) e nunca como bandos de desvalidos ou de mineiros arruinados. Não faz qualquer menção à suposta pauperização de suas regiões de origem.

No capítulo *Plantation Labor*, fala da obtenção da mão-de-obra para o período formativo, sem uma única referência a qualquer transferência de escravos “ociosos” da mineração. Ressalta, sim, o papel dos mineiros como supridores de crédito para a compra de escravos “novos”, e oferece interessantes *hints* (que seriam explorados e confirmados mais tarde) sobre a participação dos mineiros no tráfico interno a partir do porto do Rio de Janeiro.¹¹

Maxwell, como é sabido, não estudou o século XIX mineiro, mas percebeu, como ninguém, as singularidades da economia e da sociedade mineiras desde seus primórdios no século XVIII e, muito especialmente para o que nos interessa aqui, as características do seu processo de transição e de acomodação na fase declinante do ciclo do ouro. Pelo estudo minucioso de fontes primárias e pela análise competente de dados empíricos, escapou como nenhum outro brazilianista (ou historiador brasileiro) aos lugares comuns e à repetição mecânica dos equívocos consagrados da historiografia dominante.

O deslocamento da população para o sul era uma indicação das profundas mudanças, no destino e nas funções econômicas, que

11 Stanley J. Stein. *Vassouras. A Brazilian Coffee County*. Cambridge: Harvard U. Press, 1957.

Minas Gerais tinha experimentado após a década de 1760. O declínio de Vila Rica e a ascensão do sul refletiam o ocaso do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pecuárias.

A mudança foi gradual, e o fato de uma economia predominantemente mineradora ter se transformado em uma economia predominantemente agrícola, não significa que elas fossem mutuamente excludentes no passado. Na verdade, o próprio processo de mudança, especialmente por volta de 1780, tinha gerado uma notável diversificação na economia regional.

(...) Minas Gerais apresentou, desde os primeiros anos, características que contrastavam fortemente com a economia latifundiária e monocultora do litoral. As descobertas de ouro criaram, pela primeira vez, a centenas de quilômetros da costa, novos mercados para produtos como cachaça e açúcar, que até então só tinham sido exportados. Muito cedo os próprios mineiros começaram a produzir localmente alguns itens básicos, essenciais para o abastecimento dos núcleos mineradores em expansão.

(...) Com a construção de engenhos de cana e uma substancial demanda urbana, surgiu em Minas Gerais um tipo especial de estabelecimento rural, diferente tanto das plantations monocultoras do litoral quanto das fazendas de gado das áreas interiores mais antigas.

A fazenda mineira frequentemente combinava engenho de cana e lavra, ou lavra com criação de gado, ou ainda engenho e pecuária. Muitas delas possuíam lavras de ouro, plantações, gado e engenhos de farinha e de cana.

(...) Os produtos das fazendas mineiras alimentavam fluxos de comércio tanto dentro da própria capitania como em direção às capitanias vizinhas, através dos vales dos rios.

(...) A economia regional e seus estabelecimentos rurais horizontalmente integrados estavam especialmente bem preparados para absorver o choque da transformação causada pelo esgotamento do ouro de aluvião. Ambos foram capazes de responder positivamente ao estímulo da demanda interna, à medida em que o forte fluxo de comércio com o Rio de Janeiro foi se esfacelando junto com o declínio da produção de ouro. Depois de 1760, qualquer produto local tinha vantagem competitiva sobre os artigos importados, e a resistência da economia regional diante da

catastrófica redução no volume do comércio exterior é demonstrada pelas trajetórias divergentes das receitas dos dízimos e das entradas. Enquanto a queda das últimas é bem conhecida hoje, a arrecadação dos primeiros se manteve em níveis basicamente inalterados desde os anos 1750.

(...) O setor minerador tinha, na verdade, se tornado presa de uma espiral descendente, da qual seria extremamente difícil de escapar. A imperiosa necessidade de reduzir seus custos de produção obrigou cada vez mais os empresários e os burocratas a buscar substitutos locais.

(...) Minas Gerais era, entretanto, e permaneceu durante o último quartel do século XVIII, uma sociedade essencialmente urbana, e o desenvolvimento da economia regional foi, ele próprio, o resultado da demanda urbana. A sociedade mineira do setecentos nunca foi constituída apenas por senhores e escravos, pelo menos no sentido em que esses termos são aplicados às grandes plantations das regiões costeiras. Em Minas, a situação urbana das cidades situadas nas montanhas criava um ambiente diferente, e apesar de manterem importantes interesses na mineração e na agricultura fora das sedes municipais, era na casa da cidade que se situava o foco cultural das atividades e do ethos dos brancos urbanos mais ricos.

A sociedade não era, além disso, tão exclusivamente patriarcal com a das demais regiões.¹²

Klein, apesar de acompanhar a tradição equivocada da suposta “decaência urbana”, percebeu a diversificação e a prosperidade da economia regional:

Apesar dessas mudanças, entretanto, a velha região mineradora de Minas Gerais continuou a ter, ao longo do século XIX, uma população escrava maior que a de qualquer outro estado (*sic*) brasileiro. Embora as minas de ouro desta área tenham sofrido um sério declínio desde o meado do século XVIII, Minas Gerais foi capaz de desenvolver uma próspera e diversificada economia, baseada na pecuária, na produção de açúcar e de café, e na agricultura

12 Kenneth R. Maxwell. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: At the University Press, 1973, pp. 87–90.

comercial de alimentos — que absorvia, no seu conjunto, cerca de 370.000 escravos na década de 1870.¹³

Depois, bem mais tarde, reconheceu a continuidade das importações de escravos durante o século XIX e o vigoroso crescimento da população cativa da província:

Na primeira década do século XIX, havia apenas 10.600 escravos nas lavras, outros 2.000 trabalhando como faiscadores (e) apenas cerca de dois mil na extração de diamantes. Ainda assim, a população escrava da província se mantinha acima de 150 mil pessoas nessa época. O grande mistério é saber como eram empregados os restantes 135 mil escravos. A decadência urbana havia se estabelecido com o declínio da extração mineral, diminuindo ainda mais as oportunidades para a utilização de escravos.

Mesmo assim, as importações de escravos continuaram em ritmo constante no século XIX, e à época da abolição (...) a população escrava havia mais que dobrado, o que significa que, tanto no início quanto no final do século XIX, Minas Gerais tinha a maior população escrava dentre todas as províncias brasileiras.”¹⁴

É interessante observar ainda que as teses da decadência mineira, da atrofia urbana, da “involução” econômica e da exportação de escravaria redundante, não são desmentidas apenas pelos dados hoje disponíveis, mas são construções da historiografia do século XX que, quando foram formuladas já estavam em aberto conflito com o panorama revelado pelas fontes mais óbvias do próprio século XIX.

Os relatos contemporâneos (de viajantes estrangeiros, de cronistas locais, de funcionários públicos e dos historiadores da época) e a documentação disponível descrevem a província como rica, populosa, com comércio animado e atividade econômica viva e diversificada. Registram, sim, a crise da mineração de ouro, mas nenhum deles menciona qualquer cenário de ruína e de decadência generalizada. Depoimentos dessa natureza são

13 Herbert Klein. *The Middle Passage. Comparative Studies in the African Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 17.

14 Herbert S. Klein. *African Slavery in Latin América and the Caribbean*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 80.

encontrados ao longo de todo o século, sobretudo na sua primeira metade, quando seria mais profunda a crise, a se acreditar na historiografia dominante no século XX.¹⁵

John Mawe (1809), o primeiro inglês a visitar legalmente a região, não encontrou em Vila Rica (que já tinha tido, segundo ele, a reputação de ser o lugar mais opulento da Terra) o Eldorado que fantasiava, e descreve a cidade como decadente e esvaziada. Mas registra que as casas das classes abastadas eram melhores e mais bem mobiliadas que as que vira no Rio e em São Paulo. Na sua opinião, o Tejuco era “*um lugar florescente*”, pela circulação de riquezas gerada pela exploração dos diamantes: “As lojas estão abarrotadas de mercadorias inglesas, como queijos, presuntos, manteiga, cerveja e outros”. São João del Rei era o “celeiro” de sua comarca, e mantinha um volumoso comércio com o interior da capitania e com o Rio de Janeiro.¹⁶

Spix e Martius percorreram grande parte do país entre 1817 e 1820, e anotaram que,

entre todas as cidades do interior do Brasil nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. (Há estradas em várias direções) ..., porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro (...) Quase todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc., para a capital, e voltam trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos, etc.¹⁷

15 Ao fazer esta afirmação não estamos ignorando os conhecidos relatórios e memórias sobre as “cadavéricas minas”, sua decadência e “os meios para remediá-la”, produzidos por funcionários e autoridades coloniais, como Basílio Teixeira de Savedra, Azeredo Coutinho e outros, das últimas décadas do século XVIII até o início do XIX. Esses diagnósticos não se preocupam em descrever a economia da região no seu conjunto: eles focalizam exclusivamente o declínio (real) da produção de ouro e das receitas fiscais, e não revelam mais do que o pânico e o desalento da coroa portuguesa diante da acelerada perda do seu Potosí.

16 John Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1978, pp. 141, 158 e 182. (A primeira edição é de 1812).

17 J. B. von Spix e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil (1817–1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1981, 3 vols., vol. I, p. 205.

Jean Baptiste Debret, que manteve longa residência no Brasil (1816 a 1831) observou sobre Minas que:

mais feliz que Goiás e Mato Grosso, esta província vê a indústria aumentar os recursos da natureza. Rica como elas, pelas minas de ouro e pedras preciosas, cultiva ainda o algodão e o milho, dedica-se à criação de aves e animais, abastece de queijo o Rio de Janeiro, e possui fábricas de tecidos, chapéus e roupas brancas.¹⁸

Robert Walsh (1828–1829) refere-se à região como “*a rica província de Minas Gerais*”. De Ouro Preto comenta que a decadência gerada pelo declínio do ouro estava superada e que a cidade era agora “*um lugar próspero e laborioso*” cuja população se ocupava de outros afazeres além da mineração. Sobre São João del Rei anota que

a maioria das casas são lojas bem arrumadas e bem supridas de diferentes artigos, particularmente ferragens e tecidos ingleses. Fardos de tecidos e de chapéus grosseiros fabricados na província, e outros produtos da indústria de Minas Gerais também se encontram estocados, e o conjunto tem a aparência de uma cidade próspera e opulenta.¹⁹

Johann Jakob Sturz também residiu aqui por vários anos e, no seu livro de 1837, informa que Minas Gerais absorvia metade de todas as importações que chegavam ao porto do Rio de Janeiro e que

o comércio desta província tem sido sempre considerado como seguro e baseado em sólidos alicerces. (...) fortes indicações de riqueza e de opulência se espalham por toda a sua extensão, e em parte alguma do Brasil, nem mesmo nas suas cidades portuárias apresentam um caráter tão substancial como na cidade do Tejuco, agora denominada Vila Diamantina.²⁰

18 Jean Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 6a. Edição. São Paulo e Brasília: Martins / INL, 1975, vol. I, p. 101.

19 Reverend Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol. II, pp. 101 e 133.

20 J. J. Sturz. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources*. London: Effingham Wilson, 1837, p. 143.

George Gardner (1836–1841), Hermann Burmeister (1850–1852), Louis de Chavagnes (Conde de Suzannet) (1843), e Charles Frederick Hartt (1865–1866), também descrevem Minas Gerais, uniformemente, como “a *província mais rica e mais populosa do Brasil*”.²¹

E finalmente, Louis François de Tollenare, que viveu no Brasil entre 1816 e 1818, vai direto ao ponto que aqui defendemos ao observar que

a província mais interessante é a de Minas Gerais, que conta um milhão de habitantes, fornece poucos gêneros para o comércio, mas produz muitos para o consumo interno. Fabricam-se ali alguns tecidos de algodão. Concebe-se que não é só com a extração de 30.000 marcos de ouro que se ocupa toda aquela população, e sim com a pequena lavoura que nós, europeus, acostumados a ver nos produtos da América apenas açúcar, café e algodão, desdenhamos.²²

Como se pode ver, a ideia de que a província estava em profunda decadência, ou mesmo que passava por uma grave crise, simplesmente não existia no século XIX.

Ainda mais distante da opinião e da evidência contemporânea é a lenda, também criada na historiografia do século XX, de que o declínio da mineração gerou um exército de escravos descartáveis, fazendo de Minas um exportador de cativos para outras províncias.

21 George Gardner. *Viagem ao Interior do Brasil*, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836–1841. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1975, p. 191; Hermann Burmeister. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1980, p. 363; L. de Chavagnes (Suzannet). “Le Brésil en 1844”. *Révue des Deux Mondes* (1845), p. 68; Charles Frederick Hartt. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941 (edição original, 1870), p. 157. Relatos semelhantes, tanto sobre a economia da região quanto sobre a situação de suas principais vilas e cidades, são encontrados também em outros viajantes conhecidos como Tschudi, Pohl, Saint Hilaire, Castelnau, Avé-Lallemant, Burton, etc., e ainda em observadores residentes criteriosos e detalhistas como Eschwege e Cunha Matos.

22 Louis François de Tollenare. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil*, durante os anos de 1816, 1817 e 1818. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p. 315.

Em quase trinta anos de pesquisa sobre o tema nunca encontrei *uma única referência* sequer sobre exportações de cativos mineiros enquanto durou o tráfico atlântico, até 1850.²³

Todas as fontes afirmam, sem exceção, que havia escassez de mão-de-obra na província e que ela importava anualmente milhares de escravos *africanos novos* ao longo da primeira metade do século XIX, e várias registram, inclusive, sua obstinada resistência às tentativas de extinção do tráfico atlântico.

Para verificar a unanimidade da assertiva, basta ver, entre vários outros, os depoimentos de observadores tão diversos como o desembargador Teixeira Coelho (que foi Intendente em Vila Rica por 11 anos, e cuja memória é de 1780); de W. L. Eschwege (estatístico, cartógrafo, engenheiro, mineralogista, metalurgista e geógrafo, residente em Minas de 1811 a 1821); do Marechal Cunha Matos (cuja importante *Corografia* é datada de 1837), de naturalistas viajantes como Auguste de Saint-Hilaire (1816–1822), Johann Emmanuel Pohl (1818–1821), G. W. Freireyss (1814–1815) e o suíço J. J. von Tschudi (1858), e de outros visitantes como o Reverendo Robert Walsh (1828–1829), ou o famoso *globe-trotter* cego James Holman (1828–1829).²⁴

23 Nota acrescentada em 2024: Isso foi escrito em 2004, e a afirmação se sustenta nessas duas décadas.

24 José João Teixeira Coelho. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994; W. L. von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1979, vol. II, p. 265; W. L. von Eschwege. *Brasil, Novo Mundo*. 2 vols. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001, vol. II, pp. 148–149; W. L. von Eschwege. “Notícias, e Reflexões Estadísticas a Respeito da Província de Minas Geraes”. *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa, 1825; Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. 2 vols., 1979 e 1981, vol. II, pp. 51, 52 e 82; Johann Emmanuel Pohl. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1951. 2 vols. (vol. I: pp. 197, 204–205; vol. II: p. 441); G.W. Freireyss, “Viagem ao Interior do Brasil nos annos de 1814–1815”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 11 (1906), p. 216; Johann Jakob von Tschudi. *Reisen durch Sudamerika*. 5 vols. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1866–1869; H. G. F. Halfeld e J. J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 106; Reverend Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830; James Holman. *A Voyage round the*

Em retrospectiva, fica claro que, a historiografia econômica brasileira (assim como a produzida pelos Brazilianistas), até poucas décadas atrás, pouco se ocupou do século XIX em Minas e, quando o fez repetiu monotonamente o enredo, grosseiramente equivocado, do declínio do ciclo do ouro e da posterior transformação (parcial e coadjuvante) de Minas em uma das “províncias cafeeiras”.

Afora os tópicos centrais desse enredo (declínio da mineração, decadência geral da região, transferências de escravos para o café e posterior reintegração parcial na economia exportadora) são raríssimas as referências de qualquer natureza à província mineira, apesar de sua óbvia importância demográfica, política e econômica no contexto do Império.

Na verdade, em vão se procura na historiografia econômica brasileira tradicional livros, capítulos ou artigos específicos sobre o oitocentos mineiro.

Em vão se procura nos seus “grandes clássicos” qualquer referência a dados e fatos básicos e elementares sobre a província como, por exemplo, a simples afirmação, reiteradamente revelada em todos os inquéritos populacionais coevos, de que Minas manteve, através de todo o século, a maior população livre e um plantel escravo crescente e superior ao de todas as outras províncias do Império. Ou que essa população cativa não estava, em sua grande maioria, vinculada a qualquer atividade relacionada com a exportação.

Mesmo sabendo que boa parte dessa historiografia resulta de um ensaísmo autossuficiente e fortemente refratário à pesquisa empírica e às fontes primárias (do qual a obra de Celso Furtado é um exemplo extremo), fica-se com a impressão de que tais fatos eram descartados (talvez mesmo quando conhecidos) por representarem um estorvo e um desafio, já que não se enquadravam no enredo básico dominante.

Enredo esse que, aliás, parecia fazer sentido e tinha ainda o mérito de encaixar Minas Gerais no paradigma geral de uma interpretação histo-

World (...) from 1827 to 1832. 4 vols. London: Smith, Elder and Co., Cornhill, 1834–1835, vol. II, p. 46.

riográfica válida para todo o Brasil. Seu único problema é que ele era completamente inventado, fantasioso e sem nenhuma sustentação empírica.

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA POSTERIOR A 1980

A partir do início dos anos 80 esse panorama começou a apresentar profundas mudanças, originadas em diferentes grupos de causas.

O mais importante deles, que afetou não só a historiografia sobre Minas Gerais, mas toda a produção historiográfica brasileira, foram as rápidas transformações ocorridas no campo dos estudos históricos e na profissão do historiador.

Os cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), que já vinham sendo implantados nas principais universidades desde o final dos anos 60, consolidaram-se nesse período, passando a formar, pela primeira vez no Brasil, professores/pesquisadores profissionais de história, familiarizados com métodos e técnicas de pesquisa e com a utilização sistemática e crítica de fontes primárias, arquivísticas e de outras naturezas.

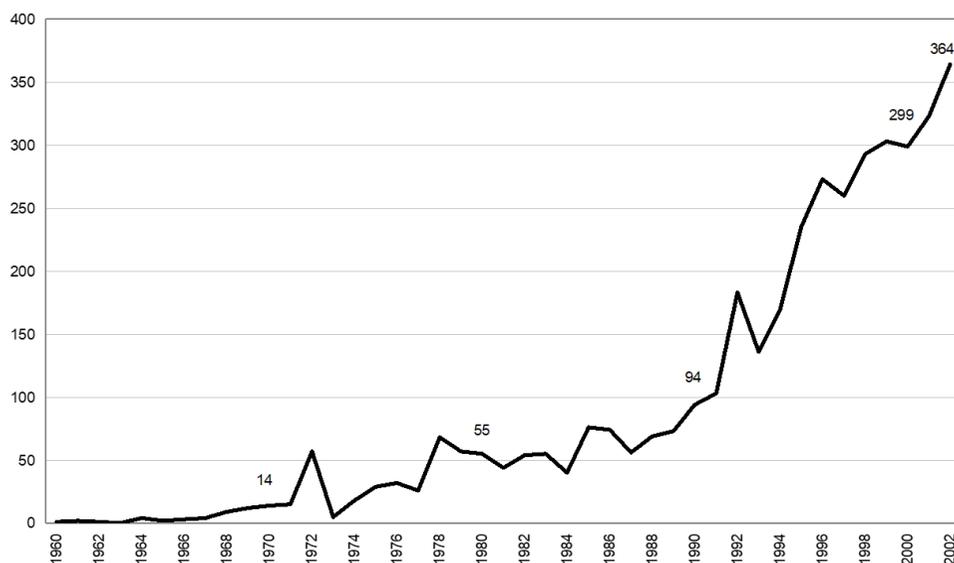
No espaço de pouco mais de 30 anos foram criados 54 programas de pós-graduação *strictu sensu* (32 mestrados acadêmicos, 21 doutorados e 1 mestrado profissional), distribuídos por 32 instituições de ensino superior, em 16 estados do Brasil.

Dentro da “grande área” de Ciências Humanas (segundo a classificação da CAPES) esse número só é superado hoje pelos programas de pós-graduação em Educação (101) e em Psicologia (70).

Um levantamento incompleto, em apenas algumas instituições selecionadas, revela um crescimento exponencial do número de dissertações e teses defendidas, que mudou radicalmente o cenário da produção historiográfica brasileira.²⁵

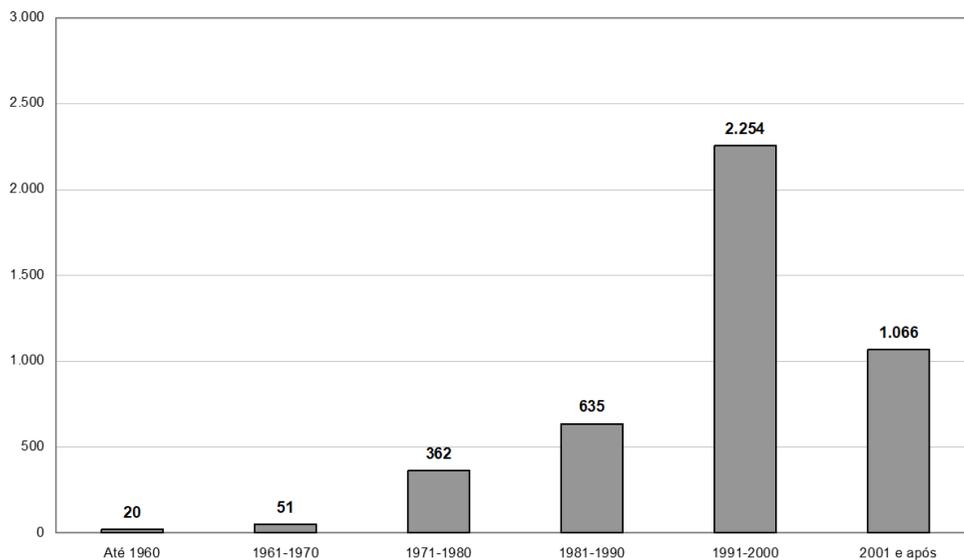
25 O levantamento é incompleto por causa da irregularidade das listas obtidas.

Dissertações e teses em História, por ano, 1960–2002*



* Só nos departamentos de História. Até cerca de 1970 são sobretudo teses de livre-docência e de cátedra. UFRJ, USP, UFF, UFMG, UERJ, UNESP, UNICAMP, UnB, PUC-Rio e USS.

Dissertações e teses em História, por períodos*



* Só nos departamentos de História. Até cerca de 1970 são sobretudo teses de livre-docência e de cátedra. UFRJ, USP, UFF, UFMG, UERJ, UNESP, UNICAMP, UnB, PUC-Rio e USS.

A outra sequência de eventos que influenciou decisivamente nos rumos e no volume da historiografia sobre o século XIX em Minas, foi a divulgação, em 1980, de minha tese de doutorado (“Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil”), a publicação de alguns artigos dela derivados, e o amplo e fecundo debate por eles deflagrado.

Esta tese apresentou a primeira contestação aberta e frontal à interpretação dominante sobre o oitocentos mineiro, em todos os seus aspectos. Nela se demonstrou que a província não estava em decadência e que, ao invés de exportar escravos remanescentes da mineração, como afirmava a literatura, Minas Gerais foi, *também no século XIX*, um vigoroso importador líquido de cativos, provavelmente o maior dentre todas as províncias brasileiras. Demonstrou-se ainda que o contingente servil mineiro (de longe o maior do Império) ocupado na mineração era bastante reduzido, e que, embora a província tenha desenvolvido (especialmente na segunda metade do século) um setor cafeeiro de porte, este setor era geograficamente circunscrito a uma pequena parte do território e que em nenhum momento (mesmo nos anos finais do regime) empregou mais do que uma parcela relativamente pequena da força de trabalho escrava provincial. Esse fato, por si só, já seria suficiente para diferenciar Minas Gerais radicalmente das “verdadeiras” províncias cafeeiras, o Rio de Janeiro e São Paulo.

A maior parte dos escravos de Minas no século XIX jamais trabalhou em uma lavra ou em uma *plantation*, de café ou de qualquer outra coisa. Estava relativamente bem distribuída pelo território, empregada em atividades diversificadas, como a agricultura de alimentos e o seu processamento, a pecuária e seus derivados, as manufaturas têxtil e metalúrgica, os serviços e várias atividades urbanas.

Além da diversificação das atividades (interna e externa às unidades produtivas) e do pequeno peso da *plantation* monocultora, a principal característica da economia provincial mineira eram suas fracas ligações com os mercados internacionais e seu foco nos mercados internos, especialmente os da própria província.

Ao demonstrar a existência e a vitalidade de uma vasta economia escravista não-exportadora, a tese confrontou-se ainda com um dos principais postulados da historiografia sobre a escravidão moderna, qual seja,

a suposta indissociabilidade entre a utilização de trabalho escravo em larga escala e a *plantation* monocultora de produtos tropicais para exportação.²⁶

Na época em que escrevia minha tese, Alcir Lenharo publicou um importante livro, do qual infelizmente só tomei conhecimento mais tarde. Nele, Lenharo defende claramente a não-decadência e a diversificação da economia mineira e a existência de um pujante setor de “subsistência mercantil escravista”, capaz de acumular capitais e de influenciar de modo importante o quadro político da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência. Entretanto, diferentemente do meu trabalho, Lenharo restringe sua análise geograficamente, *à la* Caio Prado Jr., identificando como região diversificada e dinâmica apenas o que chama de “Sul de Minas”, e temporalmente, postulando que esse surto de desenvolvimento durou apenas entre o final do século XVIII e o meado do XIX, quando teria sido sufocado

26 Roberto Borges Martins. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado não publicada. Depto. de Economia, Vanderbilt University, 1980. A primeira indicação que tive de que, ao contrário da tradição historiográfica, os escravos mineiros não estavam concentrados na área cafeeira (Zona da Mata) foi no artigo de Amílcar Vianna Martins Filho, “Escravidão e *Plantation* em Minas Gerais, 1872–1888 — Uma Hipótese Revisionista”. Dept. of History, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1979. Por incrível que pareça (e altamente indicativo do forte consenso então vigente) Amílcar foi o primeiro pesquisador que se preocupou em “abrir” o Censo do Império por paróquias e municípios mineiros, constatando imediatamente, para grande espanto seu e meu, que a grande maioria da população cativa estava localizada em municípios fora da zona do café. Essa surpresa foi decisiva para todo o meu trabalho subsequente.

Veja também: Roberto B. Martins. *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para Discussão n. 10, Cedeplar, UFMG, 1980; Roberto B. Martins. “A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no século XIX”. *II Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 1983; e Maria do Carmo Salazar Martins e Roberto B. Martins. “As Exportações de Minas Gerais no século XIX”. *I Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 1982 e *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 58 (1984).

O núcleo de estudos históricos que se formou no Cedeplar nessa época e os vários Seminários sobre a Economia Mineira por ele promovidos em Diamantina, a partir de 1981 e 82, têm sido fóruns importantes desse debate.

Não posso deixar de registrar também que o artigo contido no Texto para Discussão n. 10 do Cedeplar, mencionado acima, e que foi a primeira versão em língua portuguesa das propostas revisionistas de minha tese de doutorado, foi recusado na sessão de História Econômica da ANPEC em 1980, sob a alegação de que se tratava de matéria de interesse local, e não nacional.

ou engolfado pelo surgimento do setor cafeeiro. Não toca na questão das grandes importações de escravos por Minas Gerais, (embora sugira, corretamente, que alguns dos empresários mineiros estavam envolvidos com o tráfico interno) e se concentra exclusivamente na função de abastecimento da Corte, sem nenhuma atenção ao papel, que julgo ser fundamental, dos mercados internos da própria província.²⁷

A controvérsia que se seguiu, e que se prolonga até hoje, foi acirrada, teve ampla participação de historiadores brasileiros e estrangeiros, e contribuiu, sem dúvida, para colocar definitivamente o século XIX na agenda da pesquisa histórica sobre Minas Gerais.

Sua primeira manifestação explícita foi a publicação, pela *Hispanic American Historical Review*, do artigo “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”, acompanhado, no mesmo número, por comentários críticos de Stanley Engerman, Eugene Genovese, Warren Dean e Robert Slenes, e no número seguinte de um “Reply”, de nossa autoria.²⁸

Na sequência do debate e em desdobramentos não especificamente vinculados a ele, mas importantes para a revisão da história oitocentista mineira, tiveram participação ativa Roberto Martins, Douglas Libby, Clotilde Paiva, Herbert Klein, Maria do Carmo Salazar Martins, Robert Slenes, Wilson Cano, Francisco Vidal Luna, Tarcísio Botelho e, mais tarde Afonso de Alencastro Graça Filho, Mônica Ribeiro de Oliveira, Marcelo Godoy, para citar apenas alguns dos nomes principais, além de vários estu-

27 Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808–1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Meu trabalho é também concomitante e tem muitos pontos de convergência, embora seja inteiramente independente, com os do grupo de Maria Yedda Linhares, que cuidou sobretudo da província do Rio de Janeiro e da Corte, e que geraria mais tarde importantes teses e livros de João Fragoso, de Manolo Florentino e outros.

28 Amilcar Martins Filho e Roberto B. Martins. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983, pp. 537–568; Stanley Engerman, Eugene Genovese, Warren Dean e Robert Slenes. “Comments to Slavery in a Nonexport Economy”. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983, pp. 569–590; e Roberto B. Martins e Amilcar Martins Filho. “Slavery in a Nonexport Economy: A Reply”. *Hispanic American Historical Review* 64 (1), 1984, pp. 135–146.

dantes de graduação, mestrado e doutorado, que produziram monografias, artigos, dissertações e teses sob a orientação dos participantes mais graduados.²⁹

Sem desconhecer a riqueza dessa controvérsia, e correndo o risco de cometer injustiças e erros de avaliação, gostaria de destacar algumas das contribuições mais instigantes, aquelas que me parecem mais ter influenciado as novas visões sobre o século XIX mineiro e indicado rumos mais promissores para a pesquisa subsequente.

Slenes aceita a tese das importações de escravos por Minas Gerais no século XIX, mas insiste na multiplicidade dos *linkages* existentes, tentando demonstrar que meus trabalhos iniciais “subestimam em muito a impor-

29 Veja, por exemplo, Roberto B. Martins. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora.” *Estudos Econômicos* 13 (1), 1983; Roberto B. Martins. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”, em Tamás Szmrecsányi e J. R. Amaral Lapa (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 1996; Douglas C. Libby. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; Douglas C. Libby. “Historiografia e a formação social escravista mineira”. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, jan-jun 1988; Clotilde A. Paiva. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado não publicada, Depto. de História, USP, 1996; Clotilde Paiva e Tarcísio Rodrigues Botelho. “População e Espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas”. *VI Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar UFGM, 1992; Maria do Carmo Salazar Martins. “Anotações sobre a organização administrativa da Província de Minas Gerais”. *VI Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar UFGM, 1992; Maria do Carmo Salazar Martins. “Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833–35”. *V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar UFGM, 1990; Robert W. Slenes. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH UNICAMP* 17, 1985; Francisco Vidal Luna e Wilson Cano. “A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX); Uma Hipótese”. *Cadernos IFCH UNICAMP* 8. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano. “Economia escravista em Minas Gerais”. *Cadernos IFCH UNICAMP* 10, 1983; Afonso de Alencastro Graça Filho. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002; Mônica Ribeiro de Oliveira. *Negócios de Família: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira (1780–1870)*. Tese de doutorado não publicada, Depto. de História, UFF, 1999; Marcelo Magalhães Godoy. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucazeiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutorado não publicada, Depto. de História, USP, 2004.

tância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província”. Segundo ele, “as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico — e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia — que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século.³⁰

Libby produziu, em sua tese de doutorado de 1987, pela diversidade de setores que estudou e pela quantidade de dados empíricos originais que utilizou, o mais detalhado panorama da economia escravista mercantil não-exportadora e, na minha opinião, (embora ainda longe disso) o estudo que mais se aproxima de uma “história econômica geral” de Minas no período provincial.³¹

Graça Filho realizou um primoroso estudo sobre a elite da Comarca do Rio das Mortes, detalhando suas redes familiares, a diversidade de suas atividades agrícolas, comerciais, financeiras e creditícias, suas relações com as praças comerciais dentro e fora da província (inclusive e importantemente a da Corte), e sua capacidade de *networking* e de acumulação de capitais. Nesse estudo sobre os nossos “homens de grossa aventura”, avança significativamente em relação às conhecidas sugestões de Stein e de Lenharo e indica importantes rumos para a pesquisa, não só na própria região das Vertentes, como em toda a província. Pois também há grandes potentados comerciais e financeiros nas comarcas de Sabará, de Vila Rica, e outras, a demandar atenção e pesquisas semelhantes.³²

Mônica Ribeiro de Oliveira, também explorou, com grande riqueza de detalhes e de pesquisa original, as relações entre a elite do Rio das Mortes e a emergente elite cafeicultora da Mata, demonstrando as peculiaridades

30 Robert W. Slenes. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH UNICAMP* 17, 1985, p. 9.

31 Douglas Cole Libby. População e mão-de-obra industrial na província de Minas Gerais, 1830–1889. Tese de doutorado, Depto. de História, USP, 1987, depois publicada como *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

32 Afonso de Alencastro Graça Filho. A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei (1831–1888). Tese de doutorado, Depto. de História, UFRJ, 1998, depois publicada como *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

da formação do complexo cafeeiro mineiro e (o que é muito importante) fixando sua identidade própria, diferente dos processos ocorridos no Vale do Paraíba fluminense.³³

Finalmente, para finalizar esta listagem que pretende apenas oferecer alguns exemplos da onda revisionista, Marcelo Godoy, com base num exaustivo levantamento da documentação sobre engenhos e casas de negócio de 1836, combinado com outras bases de dados econômicos e demográficos, finalizou um trabalho em que apresenta outra dimensão interessante e até então muito pouco conhecida da economia provincial mineira. Em sua tese de doutorado demonstra que Minas Gerais tinha um imenso setor canavieiro, com milhares de engenhos e engenhocas que produziam, utilizando trabalho escravo, açúcar, rapadura e cachaça em escala comparável com a das províncias ditas “açucareiras”, e que, ao contrário delas, não exportava senão uma parte ínfima dessa produção, consumindo internamente a quase totalidade desses produtos.³⁴

Devo mencionar ainda que, em 1999, o pesquisador americano Laird Bergad publicou um livro em que pretende analisar quase dois séculos de história econômica e demográfica de Minas Gerais, e que contém severas (e por vezes grosseiras) críticas ao meu trabalho pessoal. Por essa razão, e por conter uma imensa quantidade de erros empíricos, factuais e metodológicos, faço esse registro, mas deixo de comentá-lo nesta curta resenha, reservando meus reparos e minhas críticas para outra ocasião mais adequada.³⁵

Outra importante contribuição da controvérsia sobre o século XIX mineiro, foi o levantamento sistemático, por ela provocado, de enormes bases

33 Mônica Ribeiro de Oliveira. *Negócios de Família: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira (1780–1870)*. Tese de doutorado não publicada, Depto. de História, UFF, 1999.

34 Marcelo Magalhães Godoy. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutorado não publicada, Depto. de História, USP, 2004.

35 Laird W. Bergad. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*. Cambridge University Press, 1999.

de dados empíricos (sobretudo demográficos, econômicos e administrativos) sobre o período.

A busca de argumentos pelas partes em debate (associada à mudança tecnológica das últimas décadas, com o advento do computador pessoal e a possibilidade de estocar e processar individualmente grandes massas de dados) gerou vários projetos de coleta e digitalização de bancos de dados de grande envergadura em vários arquivos, que tiveram, em diferentes momentos, o apoio e a participação do Cedeplar da UFMG, do IPEA, do Centro de Estudos Mineiros da UFMG, do LIPHis da UFRJ, e a coordenação de Maria do Carmo Salazar Martins, Marcelo Godoy, Clotilde Paiva, Douglas Libby, Roberto Martins, Tarcísio Botelho, João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira.

Esses bancos de dados, juntamente com os acervos (de natureza arquivística, cartorária, eclesiástica e outras) coletados por outros pesquisadores e estudantes no curso de seus trabalhos de tese e de seus projetos pessoais, dão hoje à pesquisa sobre o século XIX mineiro uma base empírica infinitamente mais sólida do que naquele longínquo 1980, e estão seguramente entre os melhores e mais completos disponíveis no Brasil.³⁶

A polêmica sobre o século XIX mineiro e suas consequências para a historiografia do Brasil e da escravidão moderna está (felizmente) longe de chegar ao fim. Ela continua viva, constantemente enriquecida com a entrada de novos atores, novos argumentos e novas evidências empíricas.

Continua enriquecendo a historiografia mineira e brasileira com novos debates, artigos, livros e teses de mestrado e doutorado sobre regiões, termos, distritos e/ou aspectos específicos da economia, da sociedade e da demografia da província.

36 Entre essas bases de dados estão: a) listas nominativas de habitantes para 1804, 1819–22, 1831–32, 1838–40; b) centenas de mapas de população referentes a diferentes distritos, freguesias, termos e comarcas da província em várias datas do século XIX; c) o censo provincial de 1833–35; d) as listas de engenhos e casas de negócio de 1836; e) o banco de dados da Intendência de Polícia da Corte com os despachos e passaportes de escravos para as províncias, 1809–1833; f) tabelas e quadros sobre a divisão administrativa da província em diferentes épocas; e g) séries estatísticas das exportações provinciais e da arrecadação de alguns tributos cobrindo vários períodos do século XIX; entre outras.

Persistem ainda grandes divergências, principalmente sobre a caracterização da economia provincial e sobre a natureza do crescimento da população servil (ainda existem núcleos de resistência à tese das grandes importações de escravos por Minas Gerais no século XIX).

Mas é importante ressaltar que vários consensos já foram formados, podendo-se mesmo afirmar que já se estabeleceram os contornos de um novo paradigma historiográfico, radicalmente diferente do anterior, e que conta com um suporte empírico extremamente mais rico e sólido.

Dentre os pontos que já não constituem mais objeto de controvérsia podemos listar:

- *A não-decadência generalizada da economia provincial* e a manutenção de níveis relativamente altos (e até crescentes) de atividade econômica em vários setores e regiões.
- *A não-decadência generalizada de seus núcleos urbanos*. Vários deles deixaram de ser a sede de núcleos mineradores, mas mantiveram e até ampliaram suas funções como polos administrativos, comerciais e de serviços. A maioria das vilas e cidades mineiras nascidas no período colonial eram maiores em população, mais complexas e mais prósperas no século XIX que em qualquer momento do século XVIII. Algumas, como São João del Rei, São José, Caeté, Sabará, Diamantina, e a própria Ouro Preto, continuaram sendo, além das outras funções urbanas que exerciam, polos de distritos mineradores de relativa importância. Outras, como Minas Novas e vários pequenos núcleos da Zona da Mata, surgiram e/ou cresceram rapidamente em função de novas atividades econômicas, como o comércio de algodão e o plantio de café.
- *O contínuo e vigoroso crescimento de sua população livre e, embora permaneça algum debate sobre suas causas, de sua população escrava*. Nos dois casos Minas Gerais foi a província mais populosa do Brasil, durante todo o século. Em 1819 detinha 19% dos livres e 15% dos escravos. Essas percentagens cresceram para 20% dos livres e 25% dos escravos no Censo do Império, em 1872, mesmo desconsiderando o fato de que o recenseamento foi mais incompleto em Minas do que nas outras províncias. Na última

matrícula dos escravos do Império, encerrada em 30 de março de 1887, Minas Gerais tinha mais de 26% da população servil total.

- *A falsidade da tese das exportações de escravos “ociosos”, liberados pelo declínio da mineração.* A massa de evidência nesse sentido, tanto contemporânea quanto atual, é avassaladora. Na verdade, enquanto durou o tráfico atlântico, as transferências de cativos entre as províncias foram insignificantes: todas as áreas e todas as atividades econômicas (inclusive o nascente setor cafeeiro do Vale do Paraíba) se abasteciam de escravos nas fontes africanas. Após sua cessação foi iniciado um processo complexo de redistribuição da escravaria entre as diversas regiões e províncias, que durou até o final do período escravista, e no qual Minas Gerais foi um *importador líquido*, e não um exportador, mesmo sabendo que na fase de expansão do café para o “Oeste” paulista houve transferências de cativos mineiros para as áreas pioneiras, principalmente acompanhando seus senhores que migravam para a fronteira agrícola. É interessante, e até engraçado, registrar que, para que esses escravos fossem remanescentes da mineração decadente, eles teriam que ter sobrevivido até as idades de 80, 90 e até 100 anos.
- *A disseminação geográfica e ocupacional da população escrava mineira e a sua não-concentração nas áreas de plantation cafeeira (Zona da Mata),* mesmo no final do período escravista, quando o setor cafeeiro já tinha adquirido uma dimensão razoavelmente grande. Minhas estimativas indicam que no meado do século não mais que 17% dos escravos mineiros se encontravam nos municípios que começavam a desenvolver a cultura do café. Esse percentual cresceu para 26% em 1873, e para 36% em 1886, quando a província tinha um setor cafeeiro plenamente desenvolvido. A proporção da população escrava total da província efetivamente empregada na produção de café não passaria de 2% em 1855, 5,6% em 1873 e 18,9% em 1886. Esses números devem ser comparados com 88,9% e 63%, que eram as porcentagens de cativos empregados no café em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Na época do censo do Império havia em Minas quatro vezes mais escravos não empregados no café do que a população cativa total de

Pernambuco, duas vezes mais que os totais da Bahia ou de São Paulo, e 15% mais que a população servil total da província do Rio de Janeiro.

- *A grande disseminação da propriedade de escravos*, em marcado contraste com as regiões escravistas primário-exportadoras no Brasil e no restante da América, com a prevalência de pequenos plantéis, e *a extrema raridade de grandes posses de cativos*. Em 1831–32 (período para o qual as bases de dados são mais completas), nada menos de 33% dos domicílios (fogos) mineiros possuíam escravos. Desses, 24% tinham apenas 1 cativo, 42% detinham de 2 a 5, enquanto apenas 5,8% tinham mais de 20, 0,9% mais de 50; e só 0,1% (30 fogos) possuíam mais de 100 escravos.
- *A acentuada diversificação (para os padrões da época) da atividade econômica e do emprego de escravos* (inclusive em diversas atividades manufatureiras) e *a relativa desimportância do setor de plantations monocultoras e exportadoras para mercados internacionais*, tanto em comparação com as regiões cafeeiras e açucareiras, quanto com a economia da própria província.
- *O grande peso, extremamente peculiar em termos da história da escravidão moderna, das atividades escravistas voltadas para o mercado interno*, em oposição ao mercado internacional. Persiste, entretanto, o debate em torno da importância relativa do mercado interno da própria província *vis-a-vis* os mercados das demais províncias e da Corte. Acredito existir hoje um razoável consenso em termos do fato de que a economia escravista mineira do oitocentos realmente representa um desafio para o paradigma clássico (de J. E. Cairnes, U. B. Phillips e muitos outros autores) de que o trabalho escravo em grande escala e a *plantation* exportadora para o mercado internacional são componentes indissociáveis na história da escravidão moderna.

Hoje já é possível que a Prof. Maria Yedda Linhares não se contente apenas em apontar caminhos e desafios para o historiador de Minas, mas afirme que, em face do novo conhecimento que já se construiu, que a história do oitocentos mineiro não é nem uma história de decadência, nem a

de “uma sociedade rural de caráter aristocrático e escravista voltada para o mundo atlântico”:

Minas Gerais não se apresenta mais envolta naquela aura de riqueza possível pelo ouro e pelos diamantes de um século de grandezas e, logo em seguida, mergulhada na mais profunda decadência de suas elites e de sua bela arquitetura barroca. Sua história se prolonga pelo século XIX e chega ao século XXI cheia de vida e de realizações, em que pobreza e riqueza se entrelaçam e se entrecrocaram no difícil cotidiano de um povo que, a duras penas, constrói seu presente. (...) Do final do século XVIII até o início do século XX, destaca-se Minas Gerais não como o cenário de uma província marcada pela lembrança de passado faustoso e, sim, como parte de um país que se constrói no cotidiano da atividade agrícola, do mercado interno, de múltiplas atividades de natureza econômica.³⁷

Maio de 2004

REFERÊNCIAS

Amaral, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2a. ed. 1940.

Bastide, Roger e Florestan Fernandes. *Branços e Negros em São Paulo*. 3a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

Bergad, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*. Cambridge University Press, 1999.

Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970.

37 Maria Yedda Linhares. “Prefácio”, em Afonso de Alencastro Graça Filho. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002

Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1980.

Cano, Wilson. *Ensaio sobre a Formação Econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

Carvalho, Daniel Serapião de. *A Formação Histórica das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

Carvalho, Daniel Serapião de. *Ensaio de Crítica e História*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964.

Chavagnes, Louis de (Suzannet). “Le Brésil en 1844”. *Révue des Deux Mondes* (1845).

Conrad, Robert Edgar. *The Destruction of Brazilian Slavery*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1972.

Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. 2 vols., 1979 e 1981.

Debret, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 6a. edição. São Paulo e Brasília: Martins / INL, 1975.

Engerman, Stanley, Eugene Genovese, Warren Dean e Robert Slenes. “Comments to Slavery in a Nonexport Economy”. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Eschwege, W. L. von. *Brasil, Novo Mundo*. 2 vols. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001.

Eschwege, W. L. von. “Notícias, e Reflexões Estadísticas a Respeito da Província de Minas Geraes”. *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa, 1825.

Eschwege, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1979.

Freireyss, G.W. “Viagem ao Interior do Brasil nos annos de 1814–1815”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 11 (1906).

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7a. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

Gardner, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os annos de 1836–1841*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp, 1975.

Godoy, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese de doutorado não publicada. Depto. de História. USP, 2004.

Graça Filho, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

Graça Filho, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei (1831–1888)*. Tese de doutorado, Depto. de História, UFRJ, 1998.

Halfeld, H.G.F. e J.J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Hartt, Charles Frederick. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

Holman, James. *A Voyage round the World including travels in Africa, Asia, Australasia, America, etc., etc. from 1827 to 1832. By James Holman. R.N., F.R.S., etc. etc.* 4 vols. London: Smith, Elder and Co., Cornhill, 1834–1835.

Iglésias, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835–1889)*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.

Klein, Herbert S. *African Slavery in Latin América and the Caribbean*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1986.

Klein, Herbert S. *The Middle Passage. Comparative Studies in the African Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808–1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Libby, Douglas C. “Historiografia e a formação social escravista mineira”. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (jan.–jun. 1988).

Libby, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Libby, Douglas Cole. População e mão-de-obra industrial na província de Minas Gerais, 1830–1889. Tese de doutorado, Depto. de História, USP, 1987.

Libby, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Lima, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais, 1870–1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Linhares, Maria Yedda e Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Linhares, Maria Yedda. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. *Seminário sobre a Cultura Mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

Linhares, Maria Yedda. Prefácio. In: Afonso de Alencastro Graça Filho. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

Luna, Francisco Vidal e Wilson Cano. “A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX). Uma Hipótese”. *Cadernos IFCH Unicamp*, 1983.

Luna, Francisco Vidal e Wilson Cano. “Economia escravista em Minas Gerais”. *Cadernos IFCH Unicamp*, 1983.

Martins Filho, Amílcar e Roberto B. Martins. “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited”. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Martins Filho, Amílcar Vianna, “Escravidão e Plantation em Minas Gerais, 1872–1888 — Uma Hipótese Revisionista”. Dept. of History, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1979.

Martins, Roberto B. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In: Tamás Szmrecsányi e J. R. Amaral Lapa (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 1996.

Martins, Roberto B. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 13 (1), 1983.

Martins, Roberto B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para Discussão n. 10. Cedeplar, UFMG, 1980.

Martins, Roberto B. e Amílcar Martins Filho. “Slavery in a Nonexport Economy: A Reply”. *Hispanic American Historical Review* 64 (1), 1984.

Martins, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutorado não publicada. Depto. de Economia, Vanderbilt University, 1980.

Mawe, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1978.

Maxwell, Kenneth R. *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal, 1750–1808*. Cambridge: At the University Press, 1973.

Monteiro, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas, 1889–1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1974.

Oliveira Martins, Joaquim Pedro. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 7a. edição, 1978.

Oliveira, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Família: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira (1780–1870)*. Tese de doutorado não publicada. Depto. de História, UFF, 1999.

Paiva, Clotilde A. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado não publicada. Depto. de História, USP, 1996.

Paiva, Clotilde e Tarcísio Rodrigues Botelho. “População e Espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas”. VI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina. Cedeplar UFMG, 1992.

Pohl, Johann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1951. 2 vols.

Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 18^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

Martins, Roberto B. “A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no século XIX”. II Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 1983.

Salazar Martins, Maria do Carmo e Roberto B. Martins. “As Exportações de Minas Gerais no século XIX”. I Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar, 1982 e *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 58 (1984).

Salazar Martins, Maria do Carmo. “Anotações sobre a organização administrativa da Província de Minas Gerais”. VI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina. Cedeplar UFMG, 1992.

Salazar Martins, Maria do Carmo. “Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833–35”. V Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina. Cedeplar UFMG, 1990.

Slenes, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH Unicamp* 17, 1985.

Sodré, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil (1817–1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1981.

Stein, Stanley J. *Vassouras. A Brazilian Coffee County*. Cambridge: Harvard U. Press, 1957.

Sturz, Johann Jacob. *A Review, Financial, Statistical and Commercial of the Empire of Brazil and its Resources*. London: Effingham Wilson, 1837.

Teixeira Coelho, José João. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

Tollenare, Louis François de. *Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, durante os anos de 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

Toplin, Robert Brent. *The Abolition of Slavery in Brazil*. New York: Atheneum, 1972.

Tschudi, Johann Jakob von. *Reisen durch Sudamerika*. 5 vols. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1866–1869.

Viotti da Costa, Emília. *Da Senzala à Colônia*. 2a. ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. 2 vols. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

Desigualdades Raciais e Políticas de Inclusão Racial: Um Sumário da Experiência Brasileira Recente

*Roberto Borges Martins**

Quando assumi a presidência do IPEA, em 1999, o instituto já tinha uma grande tradição na medição e na análise da concentração e da desigualdade de renda no Brasil. O que fiz foi direcionar essa competência para o estudo da pobreza e das desigualdades raciais em suas várias dimensões. O texto abaixo contém um sumário desses resultados, bem como de minhas posições sobre a questão.

Ao concluir esse trabalho, em 2003, suas estatísticas eram muito atualizadas e precisas. Agora, mais de 20 anos depois, alguns desses dados, como os de população, de escolaridade, de renda, de pobreza e indigência, de moradia e posse de bens duráveis (especialmente os bens e serviços relacionados com a informática), e mesmo algumas estatísticas históricas, como as do tráfico atlântico de escravos, estão caducas. Entretanto, as diferenças entre as raças não se alteraram, em geral. Alguns hiatos, como os da escolaridade e da exclusão digital, foram reduzidos, mas a maior parte das desigualdades vale ainda hoje: o abismo não se fechou.

* Membro do WGPAD - *Working Group of Five Independent Experts on People of African Descent*, of the Office of the High Commissioner of Human Rights of the United Nations (Genebra, 2002-2005); Membro titular do CNCD - Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2001); Vice-presidente do Programa Nacional de Ações Afirmativas (2002); Professor da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais; Presidente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1999-2002); Presidente da FJP – Fundação João Pinheiro (1995-1998); consultor da OIT (2003).

Não sou apenas estudioso das desigualdades raciais – tenho sido um ativista da luta pela igualdade. Fiz mais de 100 palestras e debates sobre a questão, em todos os estados, em vários países e organismos das Nações Unidas, em escolas, universidades, assembleias legislativas, no Congresso Nacional, no Itamarati, nos Ministérios, em organismos do Poder Judiciário, em organizações sindicais, em entidades da sociedade civil, jornais, programas de televisão, e muitos outros ambientes, denunciando, com números oficiais, a desigualdade, e defendendo as cotas para estudantes negros nas Universidades Públicas. Escrevi muito sobre o tema, esse é só um exemplo.

Este texto foi escrito para a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Organização das Nações Unidas, em virtude do *Special Service Agreement no. 4482/2003*. Foi publicado na *Serie Políticas Sociales*, no. 82, Santiago de Chile, abril de 2004.

SUMÁRIO

Introdução	441
Um pouco de história	444
A escravidão no Brasil	445
O legado da escravidão	449
Um sumário das desigualdades raciais no Brasil	451
Educação	452
Exclusão digital	463
Mercado de Trabalho	464
Desemprego	464
Renda do trabalho	469
Informalidade do emprego e precarização da ocupação	484
Renda das famílias e distribuição da renda	488
Pobreza e extrema pobreza	491
Desenvolvimento Humano	496
Mortalidade e sobrevivência	498
Condições habitacionais e posse de bens duráveis	499
As políticas sociais e as lições da história recente	507
O Estado brasileiro e a questão racial	510
Políticas raciais na transição para a democracia	512
Políticas raciais no governo Fernando Henrique Cardoso	514
O impacto da Conferência de Durban	516
O novo governo e a questão racial	519
Acontecimentos recentes e perspectivas	521
Anexo: Resumo dos principais indicadores por raça	524
Referências	526

INTRODUÇÃO

O Brasil adquiriu em décadas recentes a triste reputação de ser um dos países mais desiguais do planeta. Estudos realizados nos últimos vinte anos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, vinculados a organismos internacionais e a institutos nacionais de pesquisa (em especial ao IPEA), tem revelado consistentemente uma extrema concentração da renda, da riqueza e de outras distribuições, como educação e capital humano, configurando um quadro de profundas desigualdades socioeconômicas.¹

Estas desigualdades vêm demonstrando uma grande persistência, tendo atravessado, sem alteração perceptível, períodos de crescimento acelerado e de estagnação; de inflação galopante e de completa estabilidade de preços, bem como de rápidas e profundas mudanças demográficas e tecnológicas.

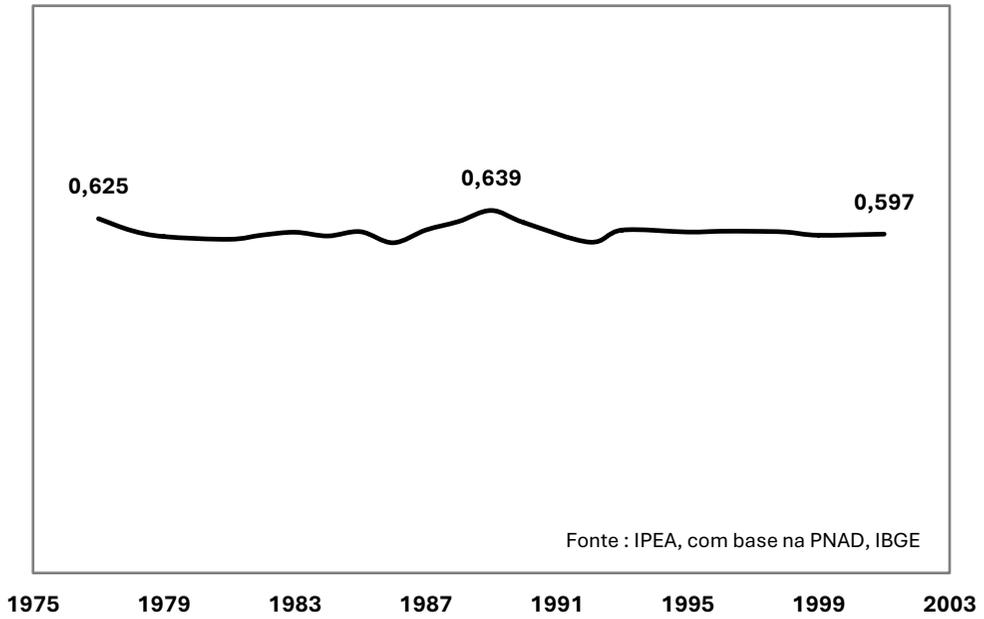
No plano político-institucional, os altos níveis de desigualdade se mantiveram sem modificações notáveis através de períodos de ditadura militar e de total redemocratização, de fechamento e de abertura ao comércio internacional e à circulação de capitais, de intensa estatização e de sucessivas ondas de privatização da economia.

No rico e variado universo das desigualdades brasileiras, são bastante conhecidas e estudadas as desigualdades entre as regiões, entre as áreas urbanas e rurais, as disparidades intrametropolitanas e as grandes iniquidades presentes na distribuição interpessoal de renda.

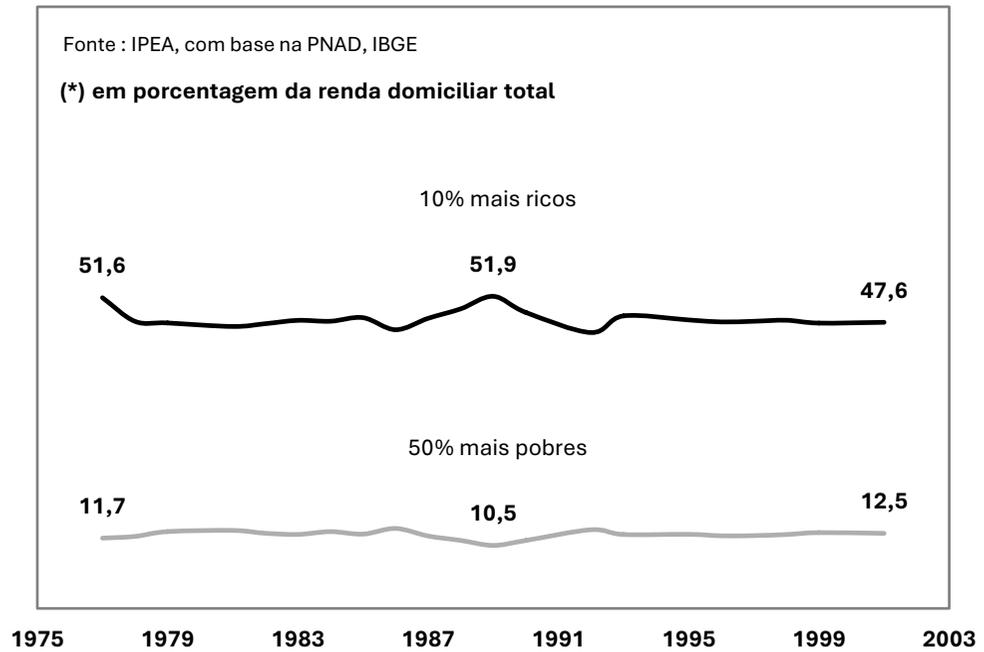
Assim, todo mundo sabe, no Brasil e fora dele, que o Nordeste e o Norte são muito mais pobres que o Sul e o Sudeste, que as áreas rurais contém inúmeros bolsões de extrema pobreza, e que as áreas metropolitanas encerram imensas desigualdades, podendo-se percorrer em qualquer grande cidade brasileira, em poucos quarteirões, trajetos que vão desde condições socioeconômicas europeias até padrões africanos, em termos de renda, de pobreza, de habitação, de saneamento, etc.

1 Um bom panorama desses trabalhos pode ser encontrado em Ricardo Henriques (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Veja também Sonia Rocha. *Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Coeficiente de Gini, 1977-2001



Renda apropriada* pelos 10% mais ricos e 50% mais pobres, 1977-2001



Muito menos estudadas e divulgadas, mas extremamente importantes como uma das dimensões fundadoras da desigualdade brasileira, são as disparidades que se observam *entre as raças*.

A intensa miscigenação da população, a ausência de ódio racial ostensivo, de manifestações abertas de racismo e de segregação legal ou explícita – enfim a aparência de “democracia racial” da sociedade -- ocultam aos olhos do observador externo, e mesmo de muitos brasileiros, o grande abismo existente entre as condições econômicas e sociais dos seus dois maiores grupos étnicos: os *brancos*, de origem europeia e os *negros*, ou afrodescendentes.

É claro que as marcas dessas disparidades são visíveis por toda parte, e se manifestam com grande clareza, tanto na *presença maciça* dos negros nas situações *indesejáveis* (como, por exemplo, nas favelas, nos bolsões de miséria, nas piores ocupações, etc.) como na sua *ausência quase absoluta* nos lugares e situações sociais mais *desejáveis* (como os bairros ricos ou de classe média alta, as universidades, as posições de comando e decisão, as ocupações de prestígio e de alta remuneração, etc.).

Apesar disso, entretanto, só muito recentemente as desigualdades raciais começaram a adquirir expressão estatística clara, através de levantamentos e medições sistemáticas, e a ser regularmente divulgadas com a chancela dos órgãos governamentais.

Até pouco tempo atrás o tratamento desta questão pelo estado brasileiro oscilava entre uma desatenção negligente e uma ativa negação de sua extensão ou relevância, como ficou patente, por exemplo, na supressão do quesito sobre cor/raça no Censo Demográfico de 1970.

A prática regular de desagregação dos indicadores socioeconômicos por raça foi iniciada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, do Ministério do Planejamento, no ano 2000, e vem desde então se tornando mais frequente.

Em 2002, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE introduziu o quesito em sua pesquisa mensal de emprego (PME) e, em 2003 divulgou, pela primeira vez, estatísticas desagregadas por raça em sua síntese anual de indicadores sociais.

Mesmo hoje, entretanto, essa prática continua incipiente e não constitui uma norma, permanecendo grandes lacunas em várias áreas, especialmente nas estatísticas educacionais. Um grande número de cadastros públicos e privados, de registros administrativos e de inquéritos socioeconômicos ainda não inclui a identificação racial dos indivíduos. O próprio censo demográfico decenal só contempla a questão no seu questionário amostral, o que impõe severas limitações para a desagregação dos resultados.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Toda e qualquer disparidade socioeconômica sistemática e persistente observada entre diferentes grupos de uma sociedade tem componentes históricos fundadores, mecanismos de propagação e transmissão, e processos de sustentação através do tempo.

A origem das desigualdades raciais observadas no Brasil atual é bem fácil de ser detectada. Elas têm como raiz o fato óbvio de que o país adotou, durante quase 80% de sua história pós “descobrimento”, o regime de trabalho escravo.

A chamada “escravidão moderna” – a versão do escravismo recriada pelos europeus para a colonização da América – foi uma das formas mais radicais de exclusão jamais inventadas pelo homem.

Nela eram negadas ao cativo não só a remuneração do trabalho e as liberdades de escolha próprias do homem livre, mas também toda e qualquer possibilidade de aquisição e de acumulação de riqueza, de propriedade, de terra, de educação, e outros ativos. O escravo não tinha direitos civis, nem políticos, nem econômicos, nem sociais. Não tinha sequer o status jurídico de pessoa, mas sim o de um *bem semovente*, como os bois e os cavalos.

Escravos podiam ser comprados, vendidos, alugados, taxados, penhorados, legados como herança ou sequestrados como pagamento de dívidas. A condição servil era transmitida à descendência pela linha materna. As variações regionais, as exceções pontuais ou as pequenas fraturas ocasio-

nais desse padrão, algumas vezes apontadas pelos historiadores, não chegam sequer a arranhar a configuração básica do sistema.

É certo que os escravos resistiram, individual ou coletivamente, buscando preservar sua herança cultural, adquirir capital humano e material, e ampliar, de modo geral, seu leque de franquias e opções. Isso foi feito através de uma variedade de formas criativas de negociação, através da construção de mundos paralelos invisíveis aos sentidos do opressor e, no limite, através dos milhares de episódios de confrontação aberta e resistência armada, coletivos e solitários, que pontilham a história do Brasil e de toda a América escravista.

Assim, alguns indivíduos e grupos conseguiram escapar parcialmente, ou temporariamente, de algumas das limitações impostas pelo status servil, mas vistos em retrospectiva, esses episódios apenas atestam a dignidade dos oprimidos, não chegando a se constituir em vias reais de libertação ou de efetivo progresso socioeconômico.

O desequilíbrio de forças era intransponível, as chances de sucesso pela confrontação eram praticamente nulas (a revolta do Haiti no final do século XVIII foi o único caso de vitória completa, em que os escravos se autoliberaram pela força das armas). As possibilidades reais de desenvolvimento econômico, social ou intelectual do conjunto da população escrava eram inexistentes.

Foi através desse regime que os africanos e seus descendentes foram incorporados à população e ao processo de construção daquilo que viria a ser o Brasil.

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

O Brasil foi a maior nação escravista do “Novo Mundo”, desde seus primórdios, no século XVI, até o final do século XVIII. Sua população cativa só foi superada pela dos Estados Unidos, e mesmo assim apenas durante as poucas décadas entre o início do século XIX e a guerra civil americana.

Foi também o mais ativo participante do tráfico atlântico de escravos e, desde o começo do século XVII, o maior importador de africanos, em

todos os períodos. Foi o penúltimo país (ou colônia) do hemisfério a abolir o comércio internacional de seres humanos, o que só ocorreu em 1850, sob intensa pressão diplomática e militar inglesa.

Tráfico atlântico de escravos, por períodos e regiões de destino, em milhares, 1451- 1870

Destino	1451-1600	1601-1700	1701-1810	1811-1870	Total	Total (%)
Estados Unidos (1)	0	0	376	51	427	4
América Espanhola (2)	75	293	579	606	1.552	16
Caribe Britânico	0	264	1.401	0	1.665	17
Caribe Francês	0	156	1.320	96	1.572	16
Brasil	50	560	1.891	1.145	3.647	38
Outros destinos (3)	150	69	484	0	703	7
Total	275	1.341	6.052	1.898	9.566	100
Brasil (%)	18	42	31	60	38	38

(1) Inclui a Luisiana

(2) Inclui áreas continentais e ilhas do Caribe

(3) Caribe Holandês, Caribe Dinamarquês e Europa

Fonte : Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade. A Census.* (Madison, 1969), p. 88

No total, segundo a estimativa clássica de Philip Curtin, o Brasil recebeu cerca de 3.600 mil africanos escravizados, superando por larga margem todas as outras regiões importadoras. Quase 4 em cada 10 africanos que chegaram com vida à América durante os quatro séculos do tráfico (c.1450 – c.1870) desembarcaram em portos brasileiros.²

O regime servil se estendia por todo o território brasileiro: aqui não havia, como em outras partes da América, regiões ou “santuários” de trabalho exclusivamente livre. O censo do Império, único recenseamento completo realizado no período escravista, registrou, em 1872, escravos em todos os 643 municípios do país.

2 As principais referências sobre as estimativas do tráfico atlântico são: Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade. A Census.* Madison: University of Wisconsin Press, 1969; e David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade.* New York: Oxford University Press, 1987.

A propriedade de escravos era *largamente disseminada na sociedade brasileira*, muito mais do que nos Estados Unidos ou no Caribe. Embora ocorressem variações no tempo e no espaço, pode-se afirmar com segurança que a posse de escravos não era restrita a uma pequena elite de grandes senhores de terras, de engenhos ou de minas de ouro. Havia, de fato, proprietários com centenas e até milhares de cativos, mas esses eram apenas o topo de uma pirâmide que tinha uma larga base, onde a imensa maioria dos plantéis era pequena, com menos de cinco indivíduos.

Possuíam escravos, tanto o grande fazendeiro, o grande minerador, o grande comerciante, o general, o bispo e a alta burocracia, como o pequeno agricultor, o faiscador de ouro, o pequeno funcionário, o artesão, o vendeiro, o cura da aldeia e a viúva pobre. O governo tinha cativos (chamados de “escravos da nação”), assim como as ordens religiosas, os conventos, a família imperial, companhias mineradoras inglesas e empresas industriais.

Persiste ainda hoje o mito de que o escravo só prestava ao trabalho braçal repetitivo, sob estreita supervisão e coerção física permanente. Esta crença tem como corolário a ideia de que a escravidão só se estabelecia como regime dominante e economicamente viável nas regiões onde predominava a *plantation* exportadora (de açúcar, de café ou de algodão) ou a mineração em larga escala.

As duas noções são inteiramente falsas. O escravo foi, sem dúvida, o trabalhador braçal da mina, do engenho e do eito, o carregador e o estivador. Mas foi também músico, pintor, escultor, artesão, pedreiro, marceneiro, ferreiro, tropeiro, alfaiate, ourives, mecânico, gerente, administrador, marinheiro, soldado, vaqueiro, e muito mais. Exerceu todos os tipos de ocupação urbana e rural, e foi empregado, sistematicamente e com sucesso, na indústria – na manufatura têxtil, na construção naval, na siderurgia, e em outras atividades industriais.

O maior sistema escravista regional do Brasil em todos os tempos pouco teve a ver com a *plantation* exportadora de produtos tropicais. Esse sistema ocorreu em Minas Gerais, onde, desde o meado do século XVIII desenvolveu-se uma economia diversificada, que incluía um setor minerador de ouro e de diamantes e (mais tarde) um setor cafeeiro, mas se baseava sobretudo na produção de alimentos, de ferro, de tecidos artesanais e de produtos pecuários *para o mercado interno*. Foi essa economia, e não

as áreas exportadoras de açúcar e de café, que mais importou escravos nos séculos XVIII e XIX, e que teve, de longe, a maior população cativa de todas as províncias brasileiras, desde o “ciclo do ouro” (século XVIII) até a abolição final.

Em 1819, Minas Gerais detinha 15,2% da população escrava do país (contra 13,3% da Bahia, 12% do Maranhão e 8,8% de Pernambuco). Essa liderança se ampliou, atingindo 24,7% no Censo do Império, em 1872 (contra 19,8% do Rio de Janeiro, 10,9% da Bahia e 10,1% de São Paulo), e chegando a 26,5% do total de escravos brasileiros na última matrícula da população servil, em 1887 (contra 22,5% do Rio de Janeiro e 14,8% de São Paulo).

Em 1831, 34% dos domicílios mineiros possuíam escravos (com plantéis de 1 a 5 indivíduos em 2/3 desses domicílios). Em 1862, mais de uma década depois da extinção do tráfico internacional e já bem perto da abolição, 25% dos domicílios da província ainda eram detentores de cativos.³ Com tal amplitude e tal disseminação, não surpreende que o regime tenha logrado uma ampla base de sustentação social, política, ideológica e religiosa por quase quatro séculos.

Ao contrário da visão legada pela literatura abolicionista, *a sociedade brasileira não rejeitava eticamente a escravidão*. Possuir escravos, ou traficar com escravos, não era vergonhoso, nem estigmatizante, mas sim um sinal de status, de riqueza e de prestígio. Boa parte dos grandes traficantes e dos grandes proprietários recebeu títulos de nobreza no Império. Até o final da Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança), em 1870, não se encontra nenhum questionamento sério ao regime servil, nem na literatura, nem na imprensa, na jurisprudência ou no parlamento. A Igreja Católica nunca combateu a escravidão negra nem o tráfico, e não participou do movimento abolicionista.

3 Roberto B. Martins. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. dissertation. Department of Economics, Vanderbilt University, 1980; e Roberto B. Martins e Amilcar Vianna Martins Filho. “Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited”. *Hispanic American Historical Review* (63), nº 3 (agosto de 1983).

O LEGADO DA ESCRAVIDÃO

O Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, já no limiar do século XX.

Depois da emancipação, em 13 de maio de 1888, os libertos foram lançados à sua própria sorte, sem nenhuma compensação ou qualquer projeto de integração à sociedade ou ao mercado de trabalho. Durante algum tempo discutiu-se a tese da indenização aos ex-proprietários, mas nunca se cogitou de qualquer ressarcimento ou apoio aos ex-escravos, como aconteceu, por exemplo, no período da Reconstrução no Sul dos Estados Unidos.

No Nordeste, a maior parte das terras agricultáveis do litoral úmido já estava apropriada, e desde o meado do século os escravos já vinham sendo progressivamente substituídos por trabalhadores assalariados e vendidos para as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Quando sobreveio a abolição, a região detinha apenas 28% da população escrava do Brasil. Sem alternativa econômica, restou aos libertos se incorporarem à massa proletária miseravelmente paga dos engenhos e plantações de cana, ou se tornarem “moradores de condição”, trabalhando em terras alheias, como meeiros em uma agricultura de baixíssima produtividade.

A região Sudeste concentrava quase 70% do contingente servil do país no momento da emancipação. Lá ainda existia grande extensão de terras livres, e o setor exportador de café, que vivia um período de *boom*, era inteiramente dependente do trabalho compulsório. Diante da perspectiva real de uma pressão de demanda sobre o mercado de trabalho, e consequente elevação dos níveis de remuneração, o governo passou a subsidiar pesadamente a imigração. Os escravos foram deslocados da lavoura cafeeira por levas de colonos italianos, sem outra alternativa senão se acomodar na agricultura de subsistência em terras devolutas, ou migrar para a economia informal e o subemprego da periferia dos maiores centros urbanos. Data desse período o surgimento das primeiras grandes favelas do Rio de Janeiro.

Mais de um século depois da abolição, as consequências da escravidão continuam conspicuamente presentes na sociedade brasileira.

O mais óbvio desses legados é sua grande população afrodescendente, que atingiu 76 milhões de indivíduos no Censo de 2000, e representa 45%

da população total. Em algumas regiões essa proporção chega quase a 70%. O Brasil tem hoje a *segunda maior população negra do mundo*, só sendo superado pela Nigéria.

População por cor ou raça e por Grandes Regiões (em milhares), 2000

	Branços		Negros (1)		Outros (2)		Total (3)	
	número	%	número	%	número	%	número	%
Norte	3.781	29,7	8.740	68,5	229	1,8	12.750	100
Nordeste	15.209	32,1	31.918	67,4	242	0,5	47.369	100
Sudeste	44.916	62,4	26.289	36,5	730	1,0	71.935	100
Sul	21.062	84,2	3.763	15,0	187	0,7	25.011	100
Centro Oeste	5.680	49,1	5.710	49,3	181	1,6	11.570	100
Brasil	90.647	53,8	76.419	45,3	1.568	0,9	168.635	100

(1) Inclui todas as pessoas que se declararam "pretos" ou "pardos"

(2) Inclui todas as pessoas que se declararam "amarelos" ou "indígenas"

(3) Não inclui 1.164 mil indivíduos sem declaração de cor ou raça

Fonte : IBGE, Censo Demográfico de 2000

A segunda herança da escravidão são as imensas desigualdades raciais observadas no Brasil atual. Elas nada mais são do que o resultado das brutais desvantagens e exclusões originais geradas pelo regime escravista, transmitidas através das gerações, e realimentadas cotidianamente pela ação de preconceitos e discriminações racistas, também originados no passado escravocrata, mas que continuam vivos e atuantes. Essas disparidades se manifestam sistematicamente em todos os aspectos da vida econômica e social do país, e em todas as regiões e unidades da federação brasileira.⁴

É extremamente preocupante o fato de que, além de serem muito grandes, as desigualdades raciais não estão se reduzindo com a passagem do tempo. As séries estatísticas agora disponíveis mostram que mesmo em

4 Neste trabalho apresentamos apenas indicadores e estatísticas agregadas para o Brasil. Ricos acervos de estatísticas sobre desigualdades raciais desagregadas por unidades da federação (estados) estão disponíveis em Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin. *Desigualdades Raciais no Brasil. Um Balanço da Intervenção Governamental*. Brasília: IPEA, 2002 (anexo estatístico em CD Rom); e em IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*, produzido por Eduardo Borges Martins, a ser disponibilizado brevemente on line na internet e em CD Rom).

períodos de melhoria generalizada nas condições sociais de toda a população, como, por exemplo, nos anos 90 (em especial na primeira fase do Plano Real, de 1994 a 1998), as distâncias entre as raças não se reduziram e, em alguns casos, aumentaram.

UM SUMÁRIO DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

Apresentamos a seguir a evolução dos principais indicadores referentes às áreas de educação, mercado de trabalho, renda e pobreza, desenvolvimento humano, sobrevivência e mortalidade, condições habitacionais e acesso a alguns bens e serviços. Deixamos de apresentar, por falta de dados estatísticos confiáveis, várias outras áreas importantes, tais como acesso à justiça, exposição à violência estatal e privada, representação política e participação nas decisões.

O período enfocado compreende a década de 1990, chegando até os dados estatísticos disponíveis mais recentes, que são referentes ao ano de 2001. A principal fonte dos dados primários utilizados é a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* realizada anualmente pelo IBGE.

As informações (microdados) da PNAD são disponíveis para todos os anos do período, exceto para 1991 e 2000, por serem anos censitários nos quais não se realiza a pesquisa e, por outras razões, para o ano de 1994. Além da PNAD, também foram usados indicadores construídos a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000.

A amostra da PNAD cobre todo o território nacional, com exceção das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Esta não é uma deficiência grave para o objetivo deste trabalho: com os dados do Censo de 2000 podemos estimar que a população excluída do plano amostral da PNAD representa menos de 2% da população do Brasil. De qualquer modo é uma lacuna com a qual temos de conviver.

As categorias de raça ou cor adotadas são baseadas na classificação do IBGE que, nos seus inquéritos censitários e amostrais, divide a população em “brancos”, “pretos”, “pardos”, “amarelos” e “indígenas”, através de autodeclaração do entrevistado. Partindo da classificação do IBGE, os

indicadores apresentados foram agrupados em duas grandes categorias de raça ou cor: os *brancos* e os *negros*.

“Branco” é a própria categoria primária do IBGE, e é constituída pelos indivíduos que assim se autodeclararam. A categoria “negro” é composta pela soma dos indivíduos que se declararam “pretos” e “pardos”, e é usada para designar todos os *afrodescendentes*.

Ela envolve, obviamente, pessoas com diferentes graus de miscigenação, mas sua utilização é consagrada por estudiosos e especialistas em relações raciais, além de ser plenamente aceita e adotada também pelos movimentos sociais representativos dos afro-brasileiros. Não é, portanto, uma classificação ofensiva ou politicamente incorreta. Pode-se acrescentar ainda o argumento de que a homogeneidade observada, em vários campos temáticos, nos indicadores dos dois grupos reforça a presunção de adequação desta agregação. Esses dois grandes grupamentos compreendem, no Censo de 2000, 99,1% da população residente total do Brasil (brancos: 53,8% e negros: 45,3%).

As categorias “amarelos” e “indígenas” não foram incluídas na análise. Esses grupos, tanto individualmente quanto somados, representam parcelas muito pequenas da população, do ponto de vista estatístico. Juntos atingem 0,6% no Censo de 1991 e 0,9% no Censo de 2000. Nas populações pesquisadas pelas PNAD eles nunca ultrapassam 0,8% do total.

Em se tratando de dados amostrais (e vale lembrar que mesmo no Censo o quesito raça/cor só existe no questionário da amostra e não no do universo) seria metodologicamente temerário analisar esses grupos individualmente (ou mesmo agrupá-los em uma categoria residual, como “outros”), pois a amostra se torna extremamente rarefeita, conduzindo a distorções nos valores médios e na interpretação dos resultados.

EDUCAÇÃO

A educação é um componente básico na determinação de várias características socioeconômicas da população. Os atributos educacionais dos indivíduos definem, em grande medida, suas oportunidades de emprego e de

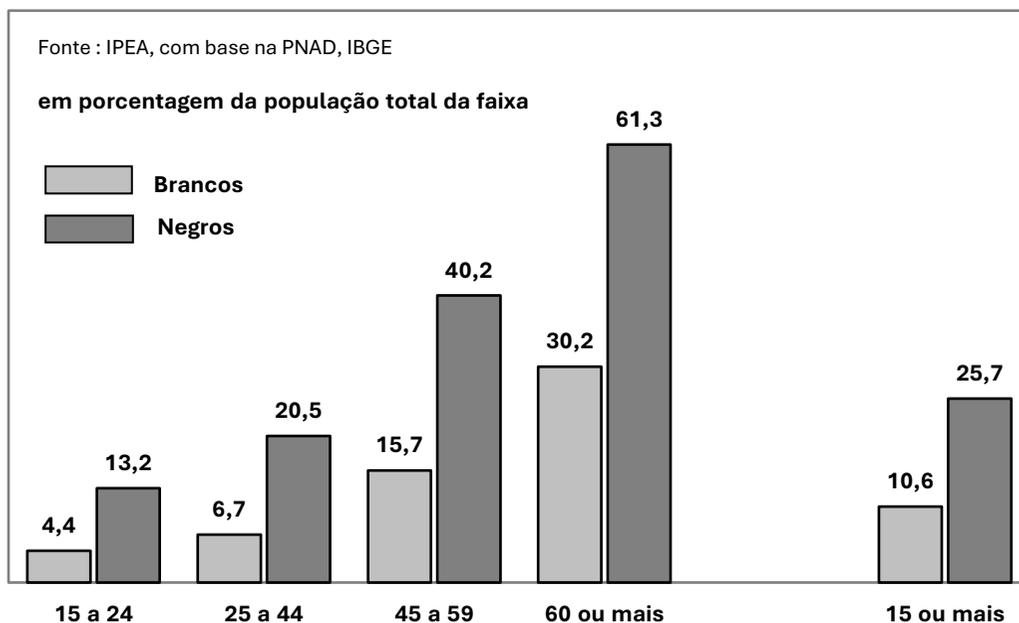
renda, e afetam decisivamente suas condições de bem-estar e sua inserção econômica, social e política.

Não existe sociedade igualitária com grandes disparidades educacionais, assim como não existe sociedade desigual em que elas não estejam fortemente presentes.

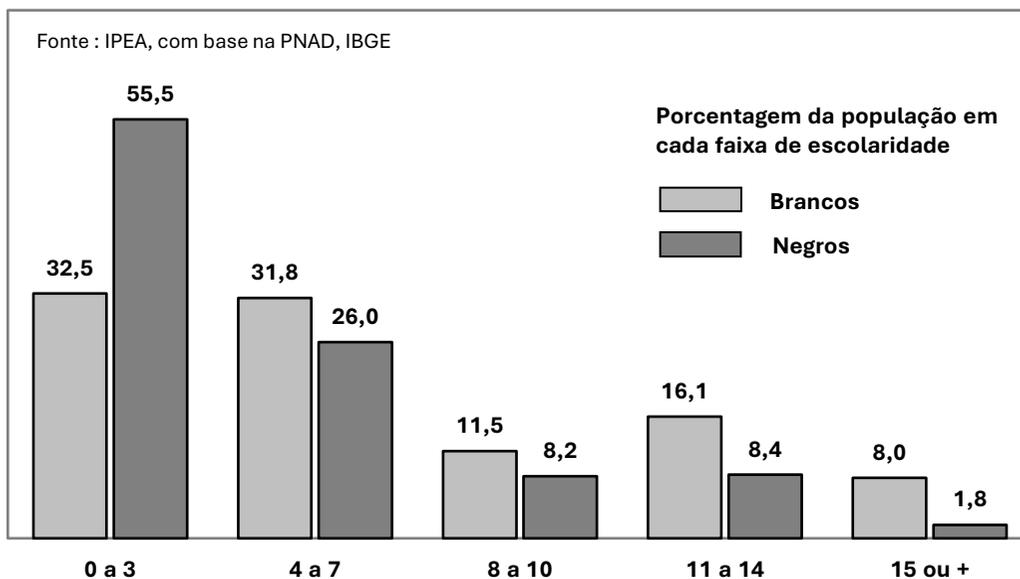
Assim, pelo seu papel estratégico como determinante da distribuição de outras variáveis, o sistema educacional pode, em qualquer sociedade, se constituir em um poderoso agente de inclusão e de promoção da igualdade, como pode, ao contrário, atuar no sentido de gerar, de manter, ou de ampliar as disparidades socioeconômicas.

No caso brasileiro, tudo indica que ele se aproxima mais da segunda hipótese do que da primeira, pelo menos no que diz respeito às desigualdades entre as raças. A comparação dos perfis de escolaridade de negros e brancos demonstra, além de qualquer dúvida, que o sistema educacional não tem sido capaz de superar ou, pelo menos, de amenizar significativamente as imensas iniquidades geradas pelos séculos de exclusão escravista, seguidos por mais de um século de negligência e de discriminação.

Taxa de analfabetismo, por raça e faixa etária, 1992



Perfil educacional da população de 25 anos ou mais, por raça, 1992



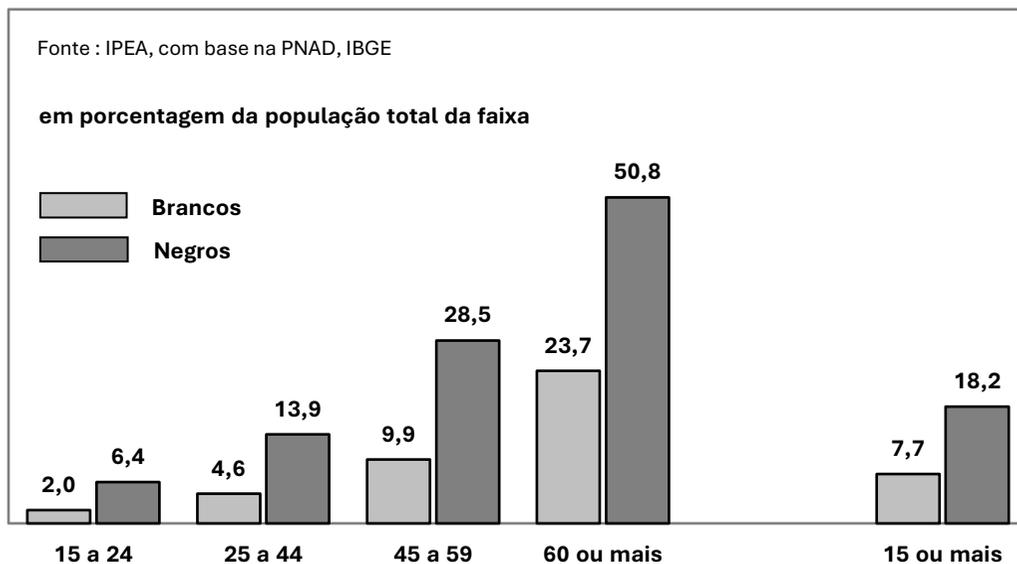
No início da década de 90 as taxas de analfabetismo da população negra se situavam em patamares duas ou três vezes mais altos que as da população branca, atingindo na faixa mais jovem (15 a 24 anos), o triplo da taxa dos brancos. No conjunto da população de 15 anos ou mais, mais de 25% dos negros eram analfabetos (contra cerca de 10% dos brancos).

Mais da metade da população negra adulta (25 anos ou mais) tinha menos de 4 anos de estudo, situando-se, portanto, na categoria de analfabetos funcionais; 82% (contra menos de 2/3 dos brancos) não havia completado o primeiro grau (8 anos de estudo); e 90% (contra 3/4 dos brancos) não havia completado o ensino médio, ou segundo grau (11 anos de estudo). Menos de 2 em cada 100 negros adultos haviam completado 4 anos de ensino superior (contra 8% dos brancos).

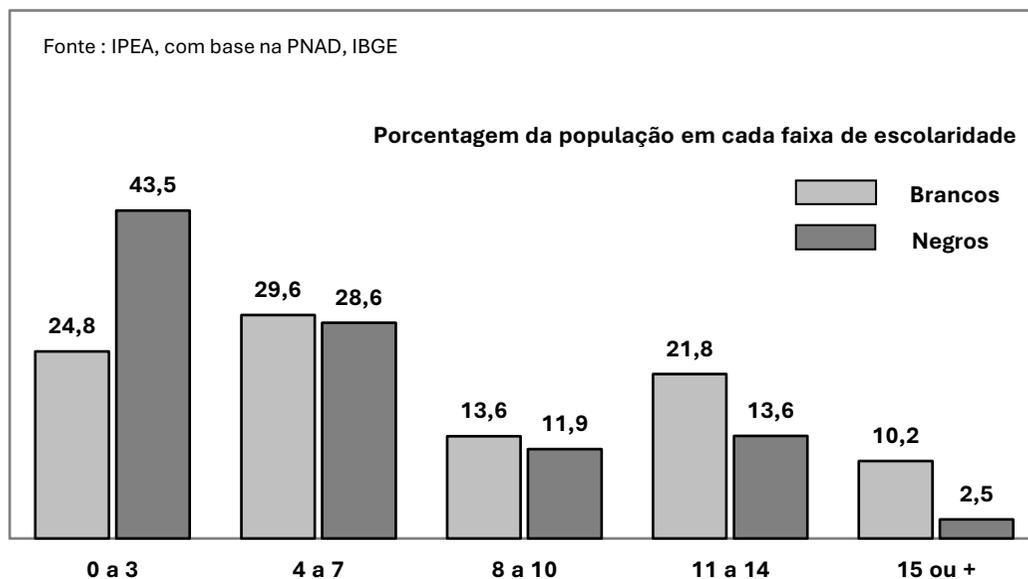
O grande, e bem-sucedido, esforço educacional brasileiro na segunda metade dos anos 90, foi capaz de reduzir substancialmente as taxas de analfabetismo (principalmente entre a população jovem) e de ampliar sobremaneira o acesso da população a todos os níveis de ensino, produzindo uma sensível melhoria no perfil de escolaridade do país. Essa melhoria atingiu tanto a população branca quanto a negra, mas não se distribuiu

igualmente entre as duas, beneficiando muito mais a primeira que a segunda e ampliando, em alguns casos, a distância educacional entre elas.

Taxa de analfabetismo, por raça e faixa etária, 2001

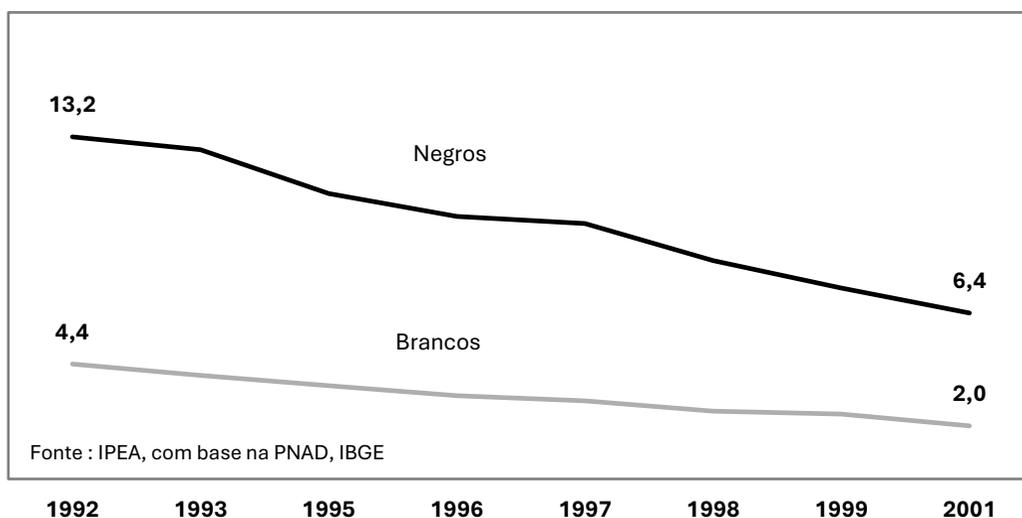


Perfil educacional da população de 25 anos ou mais, por raça, 2001

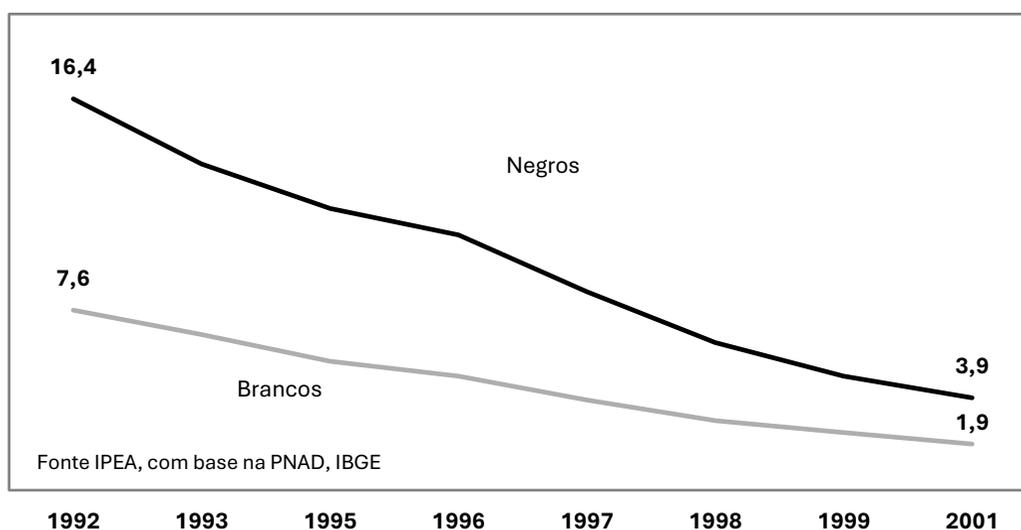


Apesar do avanço generalizado, apenas no analfabetismo jovem (que tende para uma rápida erradicação) e no acesso ao nível inicial de escolarização (que se aproximou da universalização no final do período) houve alguma convergência entre os indicadores educacionais dos dois grupos. Nos níveis médio e superior, embora os dois grupos tenham melhorado suas posições, as diferenças não só permaneceram muito elevadas, como se ampliaram ao longo da década.

Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 a 24 anos), 1992-2001



Porcentagem da população de 7 a 13 anos que não frequenta escola, 1992-2001



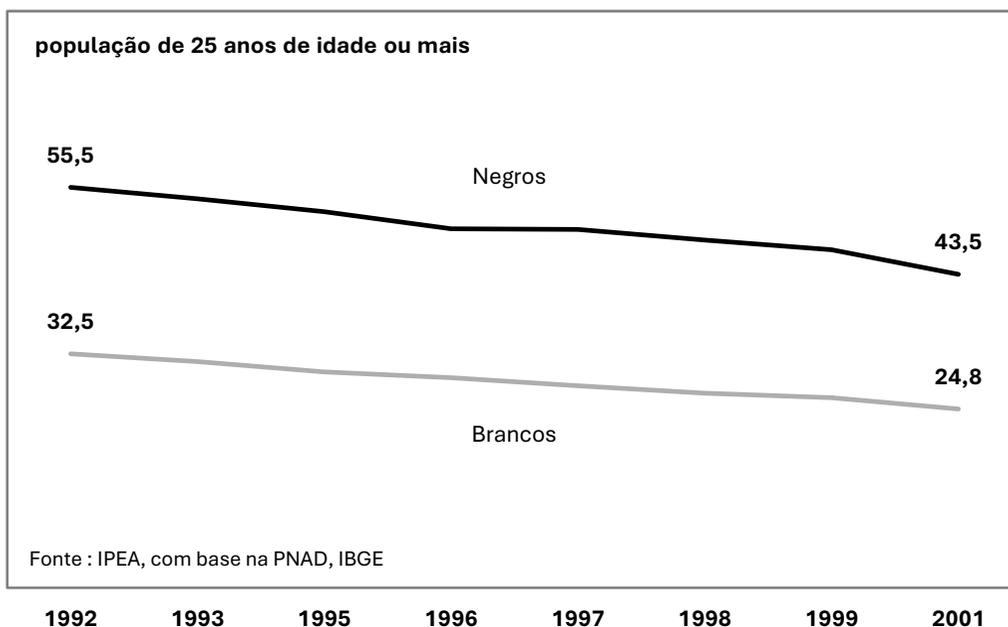
**Porcentagem da população de 25 anos de idade ou mais por faixas de escolaridade,
1992-2001**

	Menos de 4 anos		8 anos ou mais		11 anos ou mais		15 anos ou mais	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
1992	32,5	55,5	35,7	18,4	24,2	10,2	8,0	1,8
1993	31,4	53,9	36,0	19,5	24,4	10,8	8,1	1,9
1995	29,9	52,2	37,7	20,6	25,6	11,7	8,7	2,0
1996	29,1	49,8	39,2	22,8	26,2	12,4	8,8	2,1
1997	28,0	49,7	40,5	22,6	27,6	12,8	9,4	2,2
1998	27,0	48,2	41,9	23,9	28,6	13,3	9,7	2,2
1999	26,4	46,9	42,6	24,7	29,4	14,0	9,8	2,3
2001	24,8	43,5	45,6	27,9	32,0	16,1	10,2	2,5

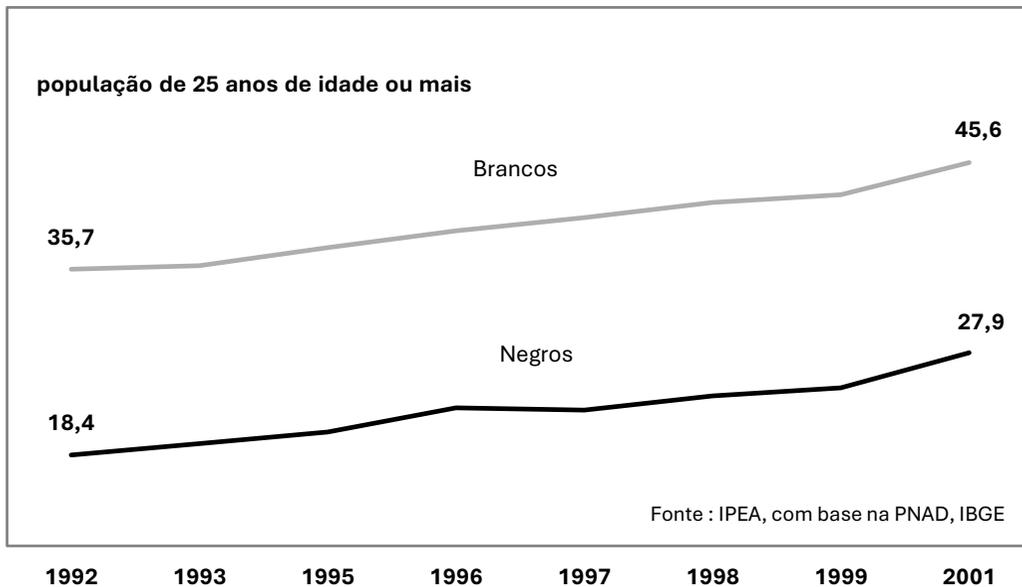
(1) No sistema educacional brasileiro 8 anos correspondem ao primeiro grau completo, 11 anos correspondem ao segundo grau completo, e 15 anos correspondem ao terceiro grau (universidade, no nível de graduação)

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE.

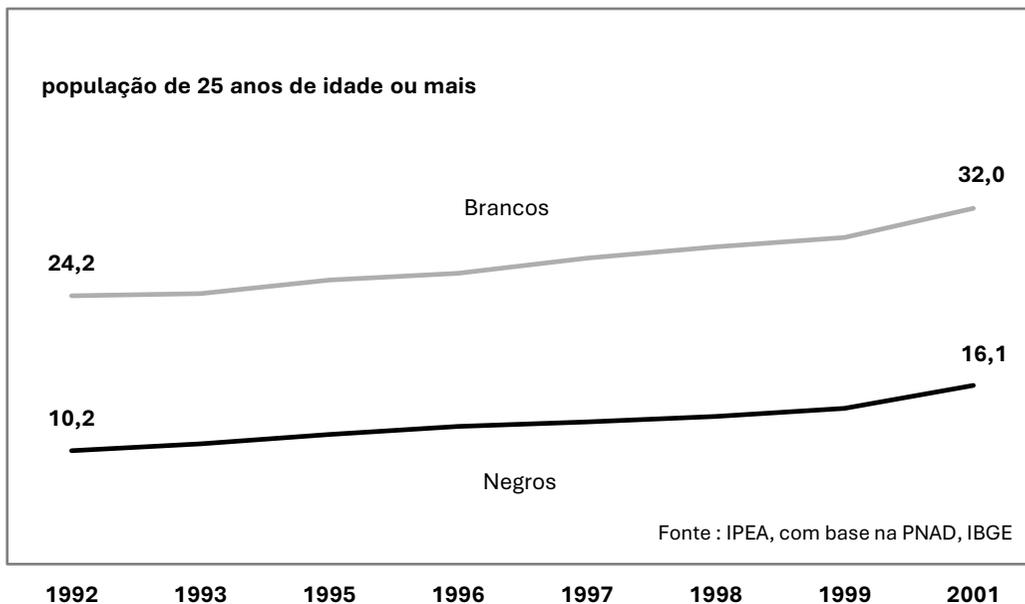
**Porcentagem da população adulta com menos de 4 anos de estudo,
1992-2001**



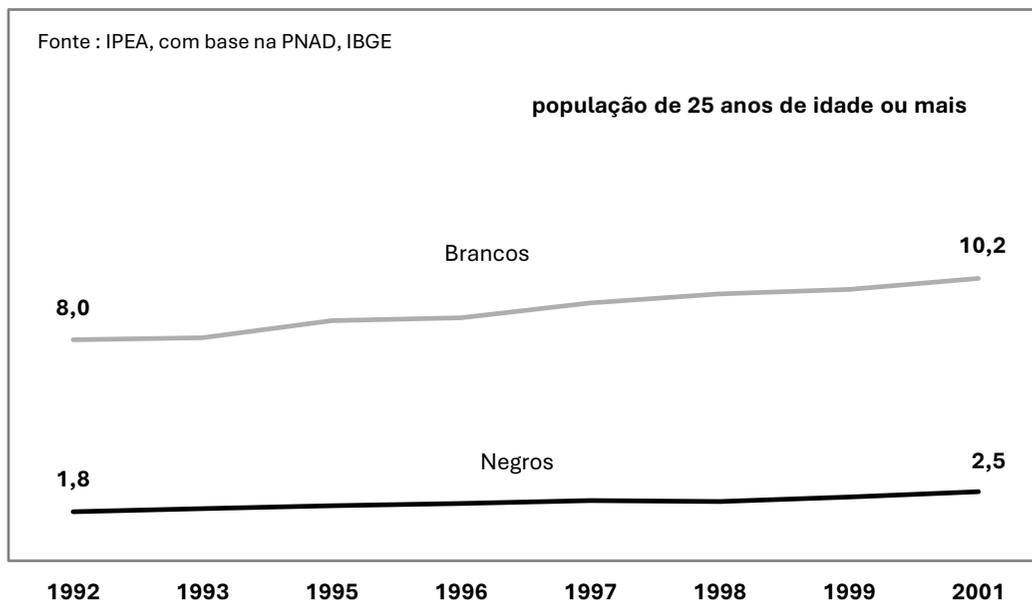
**Porcentagem da população adulta com 8 anos de estudo ou mais,
1992-2001**



**Porcentagem da população adulta com 11 anos de estudo ou mais,
1992-2001**



**Porcentagem da população adulta com 15 anos de estudo ou mais,
1992-2001**



É particularmente preocupante a extensão e a persistência da exclusão da população afrodescendente do nível superior de educação, pois ela significa o seu virtual alijamento das ocupações de maior prestígio e remuneração, das posições de comando e deliberação, das camadas dirigentes tanto no setor público quanto no setor privado, e das atividades culturais e científicas que demandam educação formal, com graves reflexos não só para suas condições materiais de vida, mas também para sua autoestima e bem estar psicológico.

Como vimos acima, no início da década apenas 1,8% da população adulta negra tinha alcançado 15 anos ou mais de escolaridade (que no sistema brasileiro corresponde a pelo menos o diploma universitário de graduação), contra 8,2% dos brancos. Ao final do período, apesar dos avanços registrados, essa porcentagem atingiu somente 2,5%, contra 10,2% dos brancos.

É interessante registrar que a porcentagem de adultos negros com grau universitário ou superior observada no Brasil em 2001 (2,5%) foi atingida nos Estados Unidos em 1947, ou seja, em plena era de segregação,

intolerância e violência racial aberta, anterior ao crescimento do movimento de direitos civis, às principais decisões integracionistas da Suprema Corte, e muito antes do surgimento das políticas de ação afirmativa na educação. A porcentagem dos brancos brasileiros com educação superior em 2001 (10,2%) foi atingida pelos brancos americanos em meados da década de 60.⁵

Ainda mais chocante é constatar que na África do Sul, em 1995, 2,2% da população negra de 30 a 49 anos de idade era portadora do grau universitário, enquanto no Brasil, no mesmo ano e na mesma faixa etária, esse índice atingia tão somente 2,9%. Como o regime do Apartheid só foi derubado em 1994, podemos concluir que o sistema universitário desse regime foi capaz de produzir, para a população negra, resultados muito semelhantes aos do sistema educacional supostamente integrado, aberto, universalista e racialmente democrático do Brasil.⁶

A evolução recente da universidade brasileira fornece uma boa ilustração da falência das políticas universalistas (“color blind”) na promoção da inclusão racial, ou na superação de desigualdades geradas por exclusões passadas.

Evolução da população universitária* brasileira, por raça, 1991-2000

	Número (milhares)		Porcentagem		Índice	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Branco	1.104	2.355	78,3	78,8	100	213
Negro	277	576	19,7	19,3	100	208
Total	1.409	2.990	100,0	100,0	100	212

(*) Estudantes de graduação, com 18 anos ou mais.

Fonte : IPEA / FJP / PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*

5 US Census Bureau. Percent of People 25 Years Old and Over Who Have Completed High School or College, by Race, Hispanic Origin and Sex: Selected Years 1940 to 2002. (Internet Release Date: March 21, 2003).

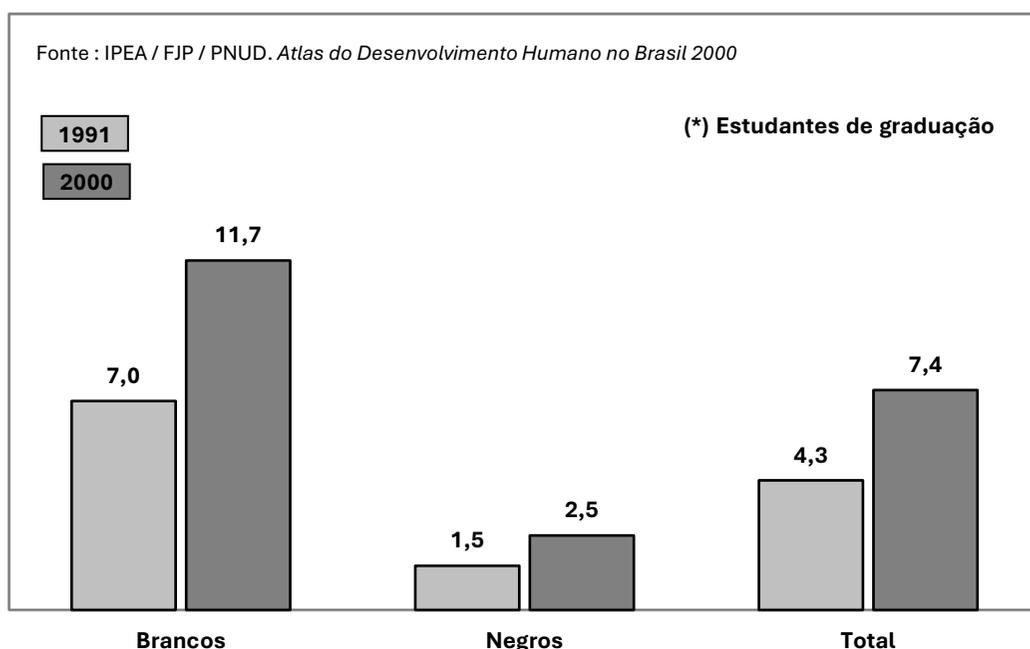
6 David Lam. *Generating Extreme Inequality: Schooling, Earnings and Intergenerational Transmission of Human Capital in South Africa and Brazil*. Report n° 99-439. Population Studies Center. University of Michigan (August 1999).

Entre 1991 e 2000, enquanto o sistema universitário mais que dobrou em tamanho absoluto (medido pelo número de estudantes de graduação, de 18 anos ou mais), passando de 1,4 milhões para quase 3 milhões de matriculados, a participação dos negros (que constituem cerca de 43% da população total dessa faixa etária) se reduziu, de 19,7% para 19,3%.

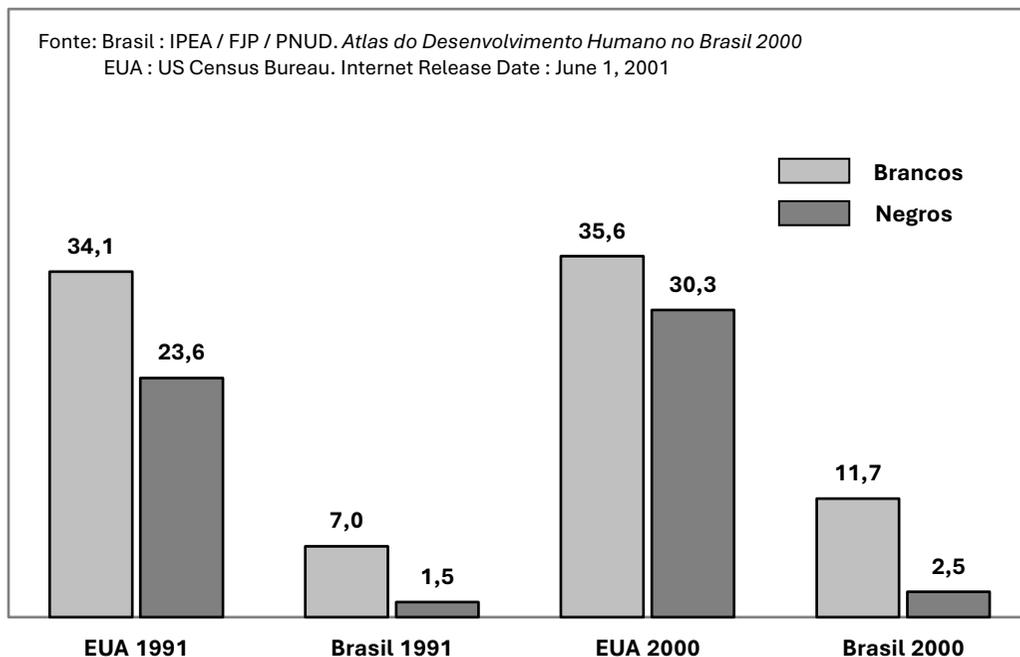
Considerando apenas a população de 18 a 24 anos de idade, os negros (48% da população total desta faixa etária) tiveram sua participação reduzida de 16,7 para 15,9%. Essa redução ocorreu em todas as unidades da federação (estados e Distrito Federal) exceto em São Paulo, onde ficou inalterada, e no Mato Grosso do Sul, onde cresceu menos de um ponto percentual.

No período entre os dois recenseamentos, a proporção de jovens brancos (de 18 a 24 anos) matriculada na universidade cresceu de 7 para 11,7%, enquanto a dos jovens negros se elevou em apenas 1 ponto percentual, de 1,5 para 2,5%.

Porcentagem da população de 18 a 24 anos matriculada na universidade*, 1991 e 2000



**Porcentagem da população de 18-24 anos matriculada na universidade,
1991 e 2000**



A comparação com os Estados Unidos revela, além da óbvia e imensa distância educacional entre os dois países, a enorme diferença no patamar de equidade racial dos dois sistemas universitários.

É importante ressaltar ainda dois aspectos da exclusão racial na universidade brasileira. O primeiro é que a pequena participação dos negros é fortemente concentrada nos cursos de menor prestígio. O nível de agregação dos dados disponíveis não nos permite enxergar o fato, evidente em qualquer campus universitário do país, de que a presença negra nas faculdades e cursos mais demandados e prestigiados, como medicina, direito e engenharia, é ainda mais rarefeita do que aquela revelada pelas estatísticas agregadas.

Em segundo lugar, pode-se especular com bastante segurança que a participação dos negros só não se reduziu ainda mais ao longo da década porque a maior parte da expansão do sistema universitário ocorreu no seu setor privado, que cresceu 88% contra uma ampliação de 53% do setor público.

Nas universidades públicas, que no Brasil são gratuitas e de qualidade muito superior às do setor privado, a disputa pelas vagas é muito mais acirrada e a exclusão racial é claramente muito maior do que na universidade privada.

Vale a pena registrar ainda que a situação não é diferente entre os professores dessas universidades. A UnB tem apenas 14 negros em seu corpo docente de 1.400 professores. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP é, com 540 professores, provavelmente o maior e mais importante centro de ensino e pesquisa em humanidades no país e tem apenas dois docentes negros em seu quadro: um deles é brasileiro e o outro nasceu no Zaire.⁷

EXCLUSÃO DIGITAL

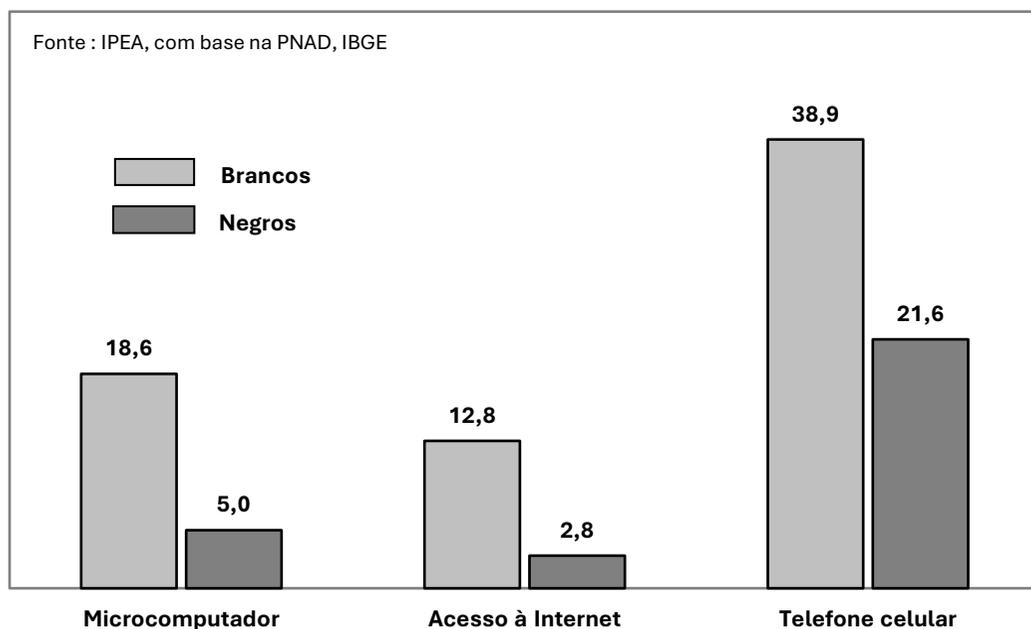
A familiaridade com as novas tecnologias digitais (em particular o acesso aos microcomputadores e à internet) é consensualmente considerada como uma habilidade decisiva para o sucesso educacional, as oportunidades no mercado de trabalho e as possibilidades de progresso econômico, social e cultural, em geral.

Esse quesito foi incluído pela primeira vez na PNAD no levantamento realizado em 2001, os resultados são apresentados no gráfico abaixo.

Os diferenciais observados são preocupantes, pois, se não forem rapidamente revertidos, certamente se constituirão em mais um poderoso mecanismo de geração de outras desigualdades e de ampliação das exclusões já existentes.

7 José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato. *Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília*. Brasília, 2002.

Porcentagem de pessoas vivendo em domicílios com acesso a tecnologias digitais, por raça, 2001



MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho é examinado através dos enfoques tradicionais do acesso (emprego e desemprego), da *remuneração*, e da *qualidade do trabalho* (informalidade e outras formas de precarização).⁸

DESEMPREGO

A taxa média de desemprego no Brasil, medida pela PNAD, variou entre os limites de 6% e cerca de 9% da população economicamente ativa entre 1992 e 2001.

8 A principal fonte dos dados utilizados nesta seção é Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no Final do Século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003). Secundariamente foram utilizados dados de Luciana de Barros Jaccoud e Nathalie Beghin (op. cit.).

Como seria presumível, a taxa média encerra amplas variações entre os diferentes grupos. Não é, portanto, nenhuma surpresa que sua desagregação revele grandes disparidades, tanto entre os gêneros quanto entre os grupos raciais, com as mulheres e os negros apresentando taxas de desemprego *sempre muito mais altas* do que, respectivamente, os homens e os brancos.

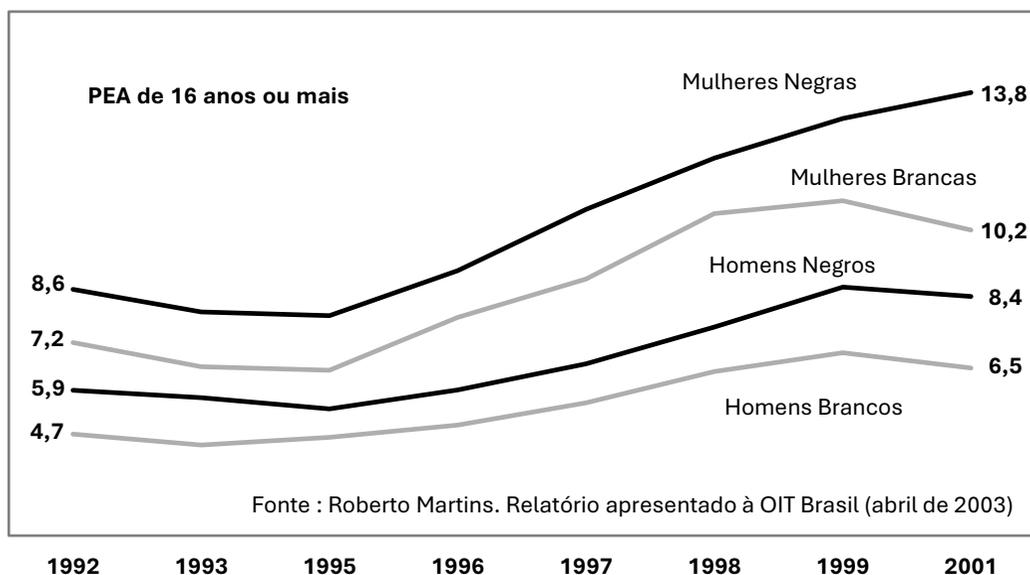
A disparidade entre as raças se repete, também sem exceção, dentro de cada gênero, e o hiato entre os gêneros ocorre, da mesma forma, no interior de cada grupo racial. Ou seja, os homens negros têm sempre taxas superiores às dos homens brancos, assim como as mulheres negras comparadas às mulheres brancas; as mulheres negras comparadas aos homens negros e as mulheres brancas comparadas aos homens brancos.

Taxa de desemprego, por gênero e raça, PEA de 16 anos ou mais, 1992-2001

	Todos brancos	Todos negros	Homens brancos	Mulheres brancas	Homens negros	Mulheres negras
1992	5,7	6,9	4,7	7,2	5,9	8,6
1993	5,3	6,6	4,4	6,5	5,7	8,0
1995	5,4	6,4	4,6	6,4	5,4	7,9
1996	6,1	7,1	5,0	7,8	5,9	9,1
1997	6,9	8,2	5,5	8,9	6,6	10,7
1998	8,1	9,4	6,4	10,6	7,6	12,1
1999	8,6	10,5	6,9	10,9	8,6	13,1
2001	8,1	10,6	6,5	10,2	8,4	13,8

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Taxa desemprego, por gênero e raça, 1992-2001



As tabelas seguintes, referentes às faixas etárias de 16 a 24 anos e de 25 anos ou mais, demonstram que, apesar da mudança de escala (a faixa mais jovem apresentando, como seria de se esperar, taxas consideravelmente mais altas que a faixa dos adultos) a hierarquia das taxas entre homens e mulheres, brancos e negros, e em todas as combinações de raça e gênero, se mantém absolutamente intacta, em todos os anos da série.

Taxa de desemprego, por gênero e raça, PEA de 25 anos ou mais, 1992-2001

	Todos brancos	Todos negros	Homens brancos	Mulheres brancas	Homens negros	Mulheres negras
1992	3,9	4,8	3,3	4,8	4,1	5,8
1993	3,5	4,5	2,9	4,3	4,0	5,4
1995	3,7	4,4	3,1	4,5	3,8	5,1
1996	4,3	5,1	3,4	5,6	4,2	6,5
1997	4,9	5,9	3,8	6,3	4,7	7,6
1998	5,6	6,4	4,3	7,4	5,1	8,3
1999	6,0	7,3	4,7	7,7	6,0	9,3
2001	5,6	7,5	4,4	7,2	5,8	10,0

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Taxa de desemprego, por gênero e raça, PEA de 16 a 24 anos, 1992-2001

	Todos brancos	Todos negros	Homens brancos	Mulheres brancas	Homens negros	Mulheres negras
1992	11,2	12,3	9,1	14,1	10,2	15,8
1993	10,9	11,7	9,2	13,2	9,8	14,9
1995	10,9	11,8	9,7	12,7	9,3	15,9
1996	12,0	12,6	10,0	14,9	10,2	16,5
1997	13,9	14,5	11,4	17,2	11,5	19,5
1998	16,6	17,3	13,3	21,0	13,8	23,0
1999	17,4	18,9	14,3	21,4	15,5	24,4
2001	16,4	19,2	13,6	19,9	15,4	25,0

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

A interação entre escolaridade e empregabilidade no Brasil dos anos 90 é bastante complexa. Não se observa empiricamente nenhuma relação simples, direta ou inversa, entre as duas variáveis. O padrão que emerge dos dados da PNAD sugere que, em todos os grupos de gênero e raça e em todas as faixas etárias, a taxa de desemprego aumenta com a escolaridade até atingir um máximo na faixa de 8 a 10 anos de estudo e declina, sucessivamente, nas faixas de 11 a 14 e de 15 anos ou mais, atingindo nesta última o seu ponto mínimo.

Apesar disso, a existência de hiatos sistemáticos entre as taxas de desemprego de grupos situados nas mesmas faixas de escolaridade é significativa, sugerindo fortemente a ocorrência de discriminação racial.

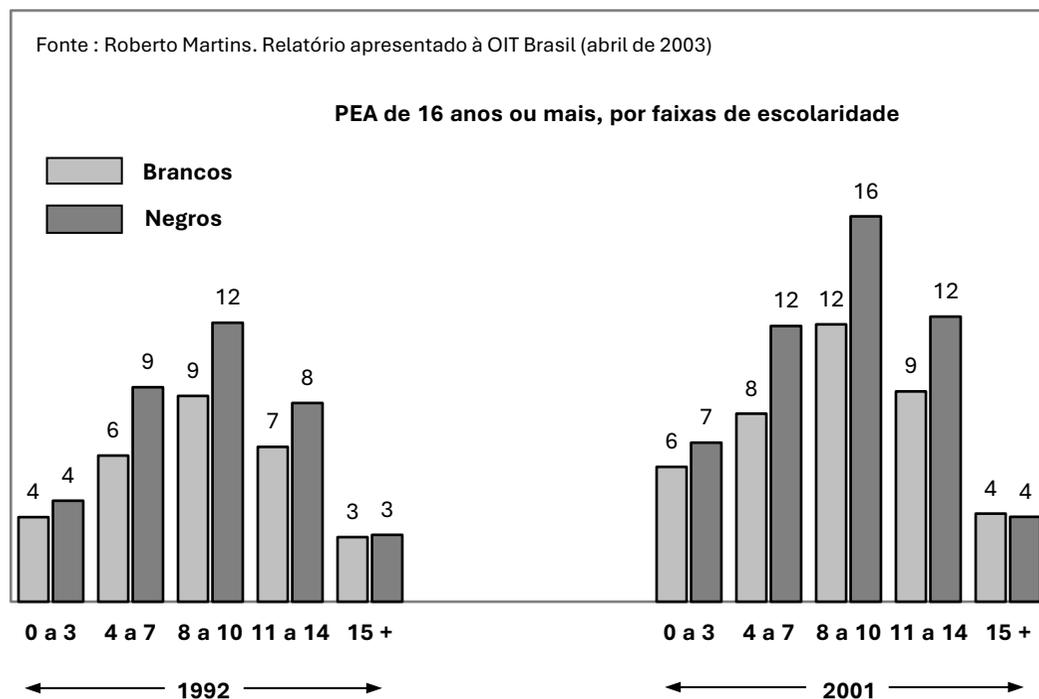
O padrão de hierarquização das taxas referido acima (HB < MB, HN < MN, B < N, HB < HN, MB < MN) se repete com uma regularidade impressionante, em todos os anos da série. Na tabela e no gráfico abaixo apresentamos apenas os números referentes aos dois anos extremos, mas essa hierarquia se mantém com grande regularidade ao longo de todo o período analisado.

Taxa de desemprego (PEA de 16 anos ou mais), por gênero, raça e escolaridade, 1992 e 2001

	Escolaridade (em anos)	Todos Brancos	Todos Negros	Homens brancos	Mulheres brancas	Homens negros	Mulheres negras
1992	0 a 3	3,6	4,3	3,1	4,4	3,9	5,0
	4 a 7	6,2	9,1	5,5	7,4	7,9	11,0
	8 a 10	8,7	11,8	6,4	12,2	9,3	15,6
	11 a 14	6,5	8,4	5,2	8,0	6,2	10,5
	15 ou mais	2,7	2,8	2,4	3,1	3,1	2,5
2001	0 a 3	5,7	6,7	4,7	7,4	5,5	9,0
	4 a 7	7,9	11,7	6,9	9,6	9,5	15,1
	8 a 10	11,7	16,3	9,0	15,5	13,2	20,6
	11 a 14	8,9	12,1	6,8	11,0	9,0	15,0
	15 ou mais	3,7	3,6	2,6	4,8	1,8	5,1

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Taxa de desemprego, por raça e escolaridade, 1992 e 2001



RENDA DO TRABALHO

As desigualdades raciais se revelam com mais clareza ainda quando examinamos a renda do trabalho. A magnitude e a regularidade dos hiatos de remuneração é verdadeiramente impressionante. Em nenhum ano da série a remuneração dos negros ultrapassa 51% da renda dos brancos.

Desagregando por sexo verifica-se que a renda dos homens negros nunca alcança a metade da remuneração dos homens brancos. Entre as mulheres o hiato é ligeiramente menor, mas mesmo assim a renda média das negras não atinge mais que 53% da renda das brancas em nenhum momento.

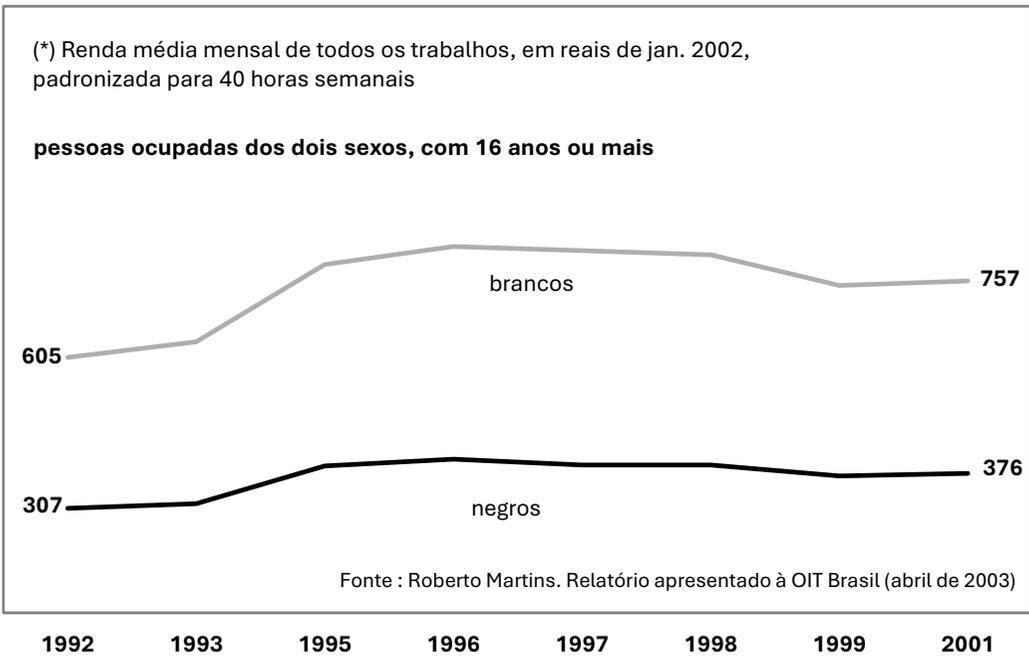
A desagregação por faixas etárias não altera esse padrão. O diferencial é menor na faixa mais jovem (16 a 24 anos), mas mesmo aqui os negros nunca alcançam 2/3 da renda dos brancos, nem entre os homens nem entre as mulheres.

**Renda* de todos os trabalhos, ocupados de 16 anos ou mais,
por gênero e raça, 1992-2001**

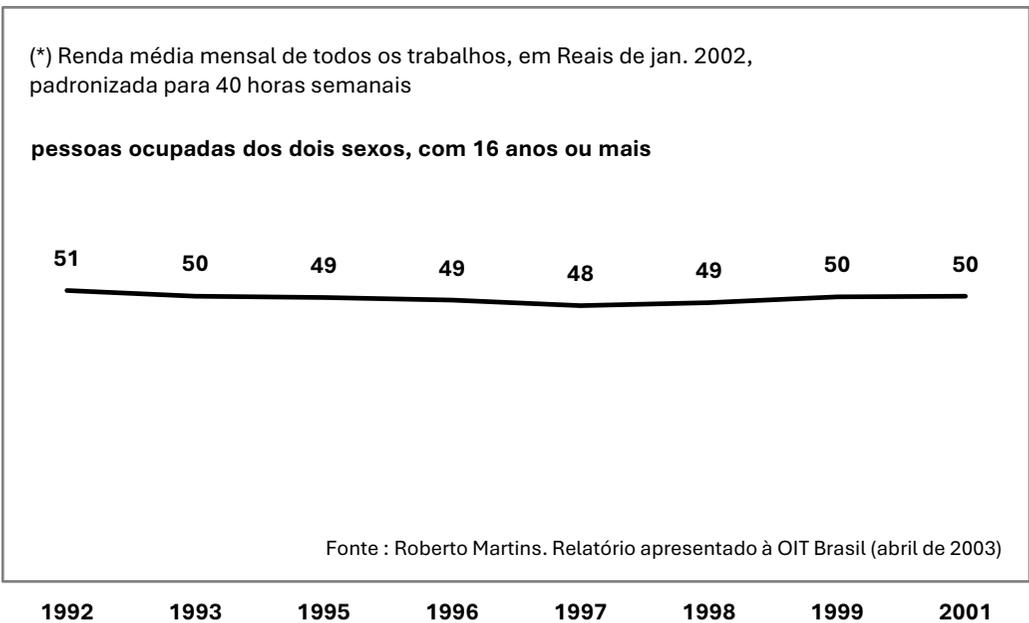
	Todos Brancos	Todos Negros	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
1992	605	307	691	342	475	250
1993	636	316	733	354	491	255
1995	789	391	909	431	618	328
1996	825	404	915	440	691	347
1997	816	392	922	427	663	336
1998	808	392	902	423	670	344
1999	748	371	827	402	637	323
2001	757	376	847	402	634	336

(*) Renda média mensal, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais
Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

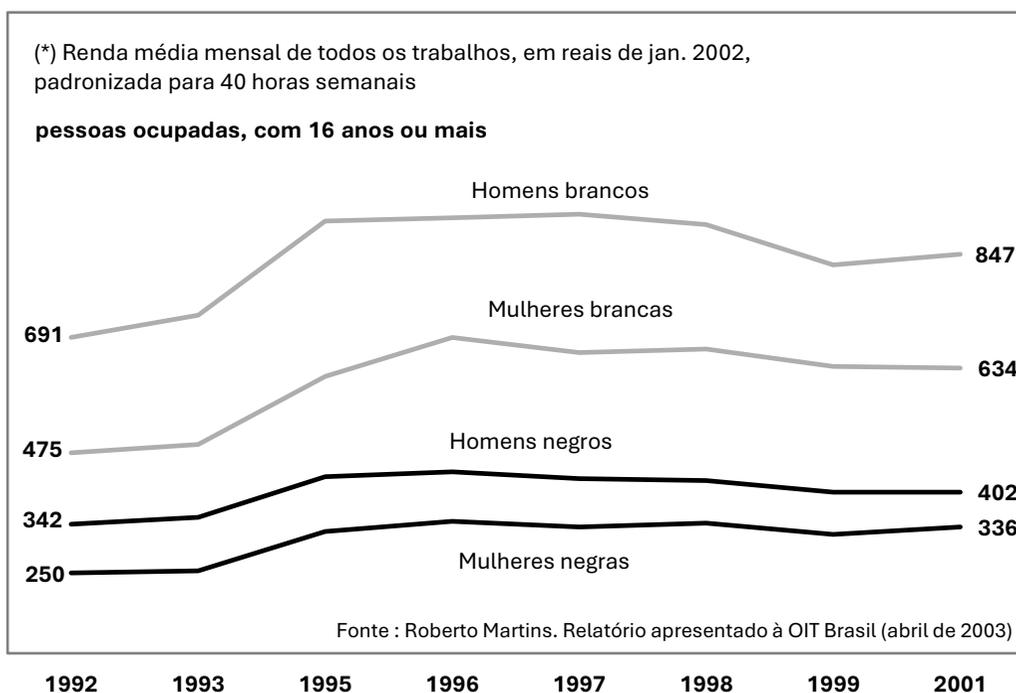
Renda média* do trabalho, por raça, 1992-2001



Renda do trabalho* dos negros como porcentagem dos brancos, 1992-2001



Renda média* do trabalho, por gênero e raça, 1992-2001



Renda* de todos os trabalhos: negros como % dos brancos da mesma faixa etária, 1992-2001

	16 anos ou mais			25 anos ou mais			16 a 24 anos		
	Todos	Homens	Mulheres	Todos	Homens	Mulheres	Todos	Homens	Mulheres
1992	51	49	53	50	49	52	63	64	60
1993	50	48	52	49	48	51	61	62	58
1995	49	47	53	49	47	52	61	61	60
1996	49	48	50	48	48	49	62	62	60
1997	48	46	51	47	46	50	62	61	62
1998	49	47	51	48	46	50	62	63	59
1999	50	49	51	49	48	49	62	62	61
2001	50	47	53	49	47	52	63	63	63

(*) Renda média mensal, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais
 Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

As tabelas e gráficos seguintes mostram a remuneração dos brancos e dos negros desagregadas por grandes grupos ocupacionais.

Nelas se pode observar que *em absolutamente todas as categorias ocupacionais (pelo menos no presente nível de desagregação), em todas as faixas de idade, e em todos os anos da série, a remuneração do trabalho dos negros é nitidamente inferior à dos brancos.*

Nas faixas de 16 e de 25 anos ou mais, só no serviço doméstico encontramos um hiato inferior a 25 pontos percentuais. Na categoria seguinte, dos empregados agrícolas, as diferenças se mantêm entre 1/4 e 1/3 e, em todos os outros tipos de ocupação a remuneração dos brancos supera a dos negros por larga margem, que varia de 50 até 100%. Na faixa de 16 a 24 anos as disparidades são menores, mas devemos lembrar que nesta faixa etária e neste nível de desagregação a redução pode ser fruto de problemas amostrais.

Os maiores hiatos raciais de renda ocorrem na categoria dos “conta própria”. Isso acontece em virtude de ser muito pequena a porcentagem de profissionais e técnicos entre os negros autoempregados. Entre os homens negros ela não chega a 3% em nenhum dos anos estudados e entre as mulheres negras atinge, no máximo o nível de 5%. Entre os “conta própria” brancos esta proporção é duas a três vezes mais alta, gerando a grande disparidade observada na média da ocupação.

A magnitude dos hiatos observados no serviço público é algo surpreendente. Entre todos os ocupados no setor, a remuneração média dos negros não atinge 2/3 da remuneração dos brancos e mesmo entre os funcionários estatutários e militares essa porcentagem não chega a 70%.

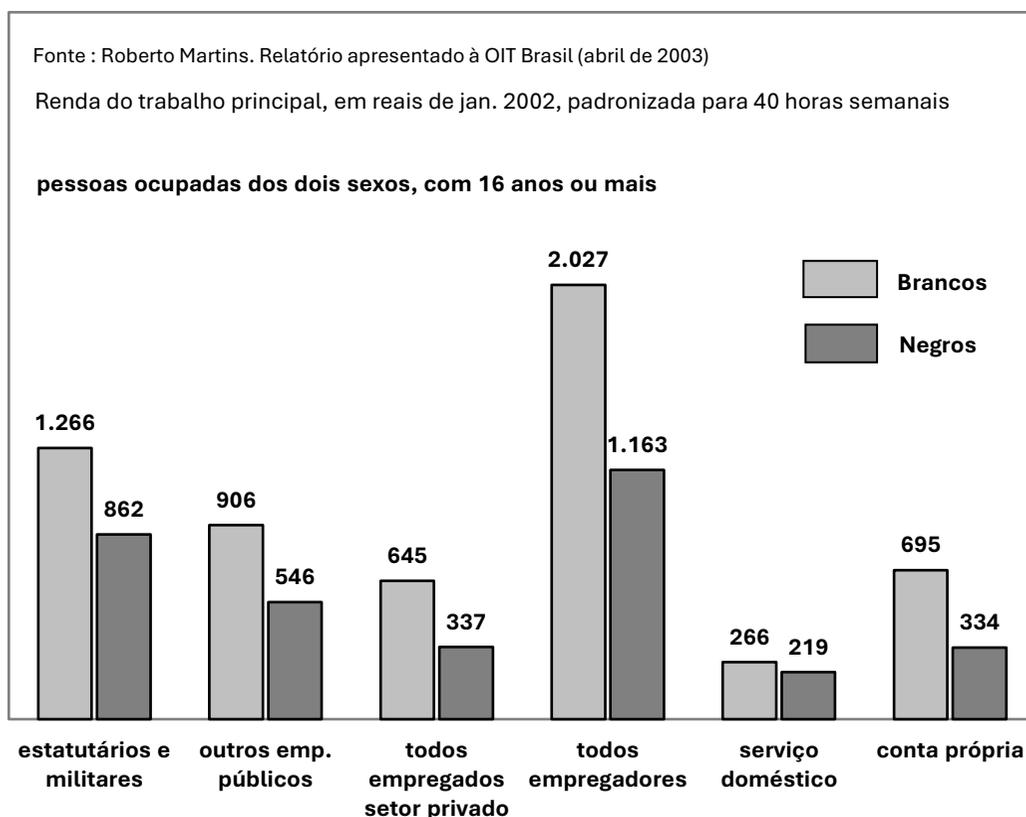
Dado o grau de codificação das normas de remuneração e de carreira vigentes na administração pública, é difícil acreditar que aí se encontre uma situação de discriminação salarial aberta, mas os dados indicam que ela está presente, provavelmente dissimulada em formas mais sutis, de segmentação ocupacional ou discriminação funcional.

A extrema rarefação da presença de negros nos escalões médios e altos, nas carreiras de maior prestígio e de maior remuneração, nos cargos comissionados, nas chefias e nos níveis mais elevados das carreiras

públicas, em todos os poderes e em todos os níveis de governo, é notória e visível a olho nu.

Entretanto, apesar de todas as evidências de sua existência, os caminhos e os mecanismos da exclusão racial no serviço público brasileiro são ainda pouco conhecidos e precisam ser mais bem estudados. Um passo importante nesta direção foi dado com a realização, no final do governo passado, do Censo Racial do Executivo Federal, ainda não divulgado pelo atual governo.

Renda média do trabalho*, por raça, por tipo de ocupação, 2001



Renda do trabalho*, ocupados de 16 anos ou mais, por gênero, raça e tipo de ocupação, 1992 e 2001

Tipo de ocupação		Todos brancos	Todos negros	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
1992	Funcionários públicos estatutários e militares	937	594	1.047	652	850	537
	Outros empregados no setor público	934	485	1.162	591	709	370
	Empregados em empresas não agrícolas	601	350	653	365	493	304
	Empregados em empresas agrícolas	203	138	208	142	168	111
	Todos empregadores no setor privado	1.513	876	1.555	871	1.311	909
	Todos empregados em serviço doméstico	178	140	232	163	175	139
	Todos ocupados por conta própria	528	284	553	300	466	245
2001	Funcionários públicos estatutários e militares	1.266	862	1.471	979	1.111	750
	Outros empregados no setor público	906	546	1.115	654	757	457
	Empregados em empresas não agrícolas	685	377	730	389	606	346
	Empregados em empresas agrícolas	235	170	238	173	213	145
	Todos empregadores no setor privado	2.027	1.163	2.130	1.135	1.711	1.286
	Todos empregados em serviço doméstico	266	219	306	215	263	220
	Todos ocupados por conta própria	695	334	699	338	686	323

(*) Renda média mensal da ocupação principal, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado*

Brasileiro de Trabalho no final do século XX. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Renda do trabalho* : negros como porcentagem dos brancos, por tipo de ocupação, 1992-2001

Faixa etária e tipo de ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
16 anos ou mais								
Empregados em serviço doméstico	79	81	80	80	81	82	80	82
Empregados em empresas agrícolas	68	72	75	69	72	69	76	72
Funcionários estatutários e militares	63	67	64	64	66	65	64	68
Outros empregados no setor público	52	50	52	49	50	50	50	60
Empregadores no setor privado	58	60	65	60	55	52	59	57
Empregados em empresas não agrícolas	58	55	55	54	56	56	57	55
Todos ocupados por conta própria	54	51	50	53	46	49	49	48
25 anos ou mais								
Empregados em serviço doméstico	82	83	82	85	84	86	82	85
Empregados em empresas agrícolas	67	70	75	67	70	67	75	71
Funcionários estatutários e militares	64	68	64	65	66	64	64	68
Outros empregados no setor público	52	50	53	49	48	50	49	60
Empregadores no setor privado	57	61	65	60	55	53	60	57
Empregados em empresas não agrícolas	56	53	53	52	53	54	55	52
Todos ocupados por conta própria	54	51	50	53	46	49	48	48
16 a 24 anos								
Empregados em serviço doméstico	73	74	76	70	75	75	70	85
Empregados em empresas agrícolas	75	81	80	75	81	75	79	82
Funcionários estatutários e militares	75	48	92	80	77	37	46	78
Outros empregados no setor público	71	80	76	77	83	75	80	77
Empregadores no setor privado	60	61	55	62	74	62	65	72
Empregados em empresas não agrícolas	72	68	67	67	69	70	70	69
Todos ocupados por conta própria	60	57	57	59	50	56	57	52

(*) Renda média mensal da ocupação principal, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

(1) Brancos e negros dos dois sexos, ocupados com remuneração

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Dadas as grandes disparidades educacionais entre brancos e negros, e dado o fato de que a remuneração do trabalho é uma função crescente da escolaridade, é claro que o fator educação tem uma participação importante na geração das desigualdades de renda. Mas, com absoluta certeza, não se pode atribuir exclusivamente a esta causa toda a amplitude das diferenças encontradas.

É difícil acreditar, por exemplo, que possam ser imputadas à educação as disparidades de renda entre brancos e negros empregados no serviço doméstico ou na agricultura, ocupados como conta própria não profissionais ou técnicos, ou mesmo no conjunto dos assalariados informais. Essas categorias são notoriamente pouco exigentes em seus requisitos educacionais, e é pouco provável que os brancos nelas incluídos tenham níveis de escolaridade significativamente diferentes daqueles dos negros nas mesmas ocupações.

**Renda* do trabalho : negros como porcentagem dos brancos,
ocupações selecionadas, 1992-2001**

	Demais conta própria (1)			Serviço doméstico			Assalariados informais (2)		
	16 +	25 +	16-24	16 +	25 +	16-24	16 +	25 +	16-24
1992	59	59	64	79	82	75	60	57	69
1993	57	58	56	81	83	81	56	53	68
1995	58	58	60	80	82	80	55	53	64
1996	58	59	62	80	85	75	56	55	63
1997	53	53	55	81	84	81	57	54	68
1998	56	56	58	82	86	75	55	52	67
1999	55	55	58	80	82	79	57	54	68
2001	54	55	58	82	85	82	55	52	66

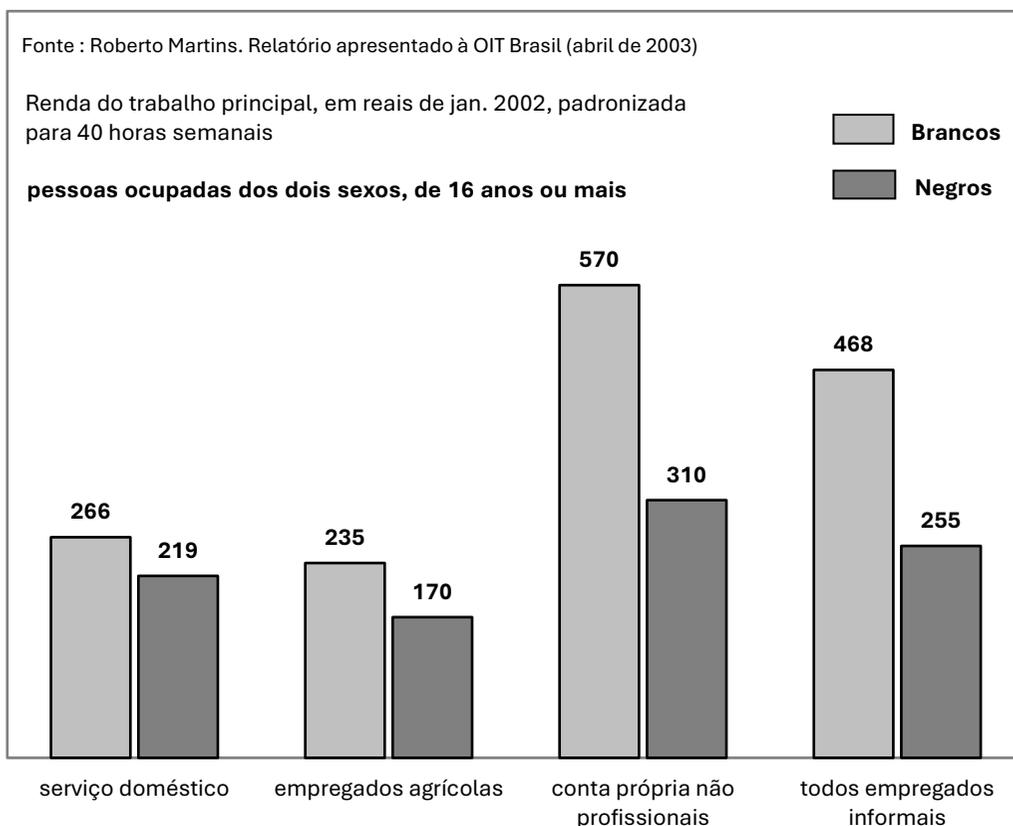
(*) Renda média mensal da ocupação principal, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

(1) Todos os ocupados por conta própria exceto os profissionais e técnicos

(2) Todos os assalariados sem carteira assinada, inclusive os do setor público

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Renda média do trabalho*, por raça, ocupações selecionadas, 2001



As tabelas seguintes acrescentam informações importantes para a conclusão de que as disparidades educacionais não explicam por si só as diferenças de rendimento observadas no mercado de trabalho. Aí se demonstra que em todos os níveis de escolaridade, nos dois sexos, e em todos os anos da série, a remuneração dos negros se situa entre 60 e 80% da renda dos brancos com o mesmo nível educacional.

Esses dados sugerem fortemente a ocorrência de discriminação salarial, e são ainda mais reforçados pela observação, apresentada abaixo, de algumas situações de remuneração mais alta dos brancos mesmo quando comparados a negros com níveis mais altos de escolaridade. É importante notar também que as séries temporais não indicam nenhuma tendência de convergência dos níveis de remuneração.

**Renda* do trabalho, ocupados de 16 anos ou mais, por gênero,
raça e escolaridade, 1992-2001**

	Escolaridade (em anos)	Todos Brancos	Todos Negros	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
1992	0 a 3	281	199	318	221	218	159
	4 a 7	400	291	470	336	283	213
	8 a 10	556	391	638	452	423	290
	11 a 14	878	624	1.051	758	675	490
	15 ou mais	1.911	1.408	2.397	1.744	1.362	1.097
	Todas	605	307	691	342	475	250
2001	0 a 3	316	223	341	232	274	206
	4 a 7	424	313	481	341	332	264
	8 a 10	533	390	608	446	420	307
	11 a 14	866	589	1.047	704	673	474
	15 ou mais	2.343	1.714	2.937	2.138	1.769	1.348
	Todas	757	376	847	402	634	336

(*) Renda média mensal de todos os trabalhos, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

**Renda* do trabalho : negros como porcentagem dos brancos do mesmo sexo,
por escolaridade, 1992-2001**

Gênero e faixa de escolaridade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Todos Negros								
0 a 3 anos	71	71	66	69	68	70	69	71
4 a 7 anos	73	70	74	70	71	72	72	74
8 a 10 anos	70	72	78	72	69	74	74	73
11 a 14 anos	71	70	69	68	66	68	69	68
15 anos ou mais	74	77	72	72	74	74	77	73
Homens Negros								
0 a 3 anos	70	69	62	66	67	68	68	68
4 a 7 anos	71	70	73	69	71	72	71	71
8 a 10 anos	71	71	78	74	67	72	73	73
11 a 14 anos	72	71	70	70	67	69	72	67
15 anos ou mais	73	76	71	74	73	76	84	73
Mulheres Negras								
0 a 3 anos	73	72	72	74	72	72	70	75
4 a 7 anos	75	73	74	72	73	75	74	79
8 a 10 anos	69	76	79	71	76	80	76	73
11 a 14 anos	73	70	70	69	68	69	68	70
15 anos ou mais	81	84	78	70	79	74	73	76

(*) Renda média mensal de todos os trabalhos, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

Inclui todos os ocupados com remuneração, de 16 anos ou mais

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Renda* do trabalho, por gênero e raça, com escolaridade defasada, 1992-2001

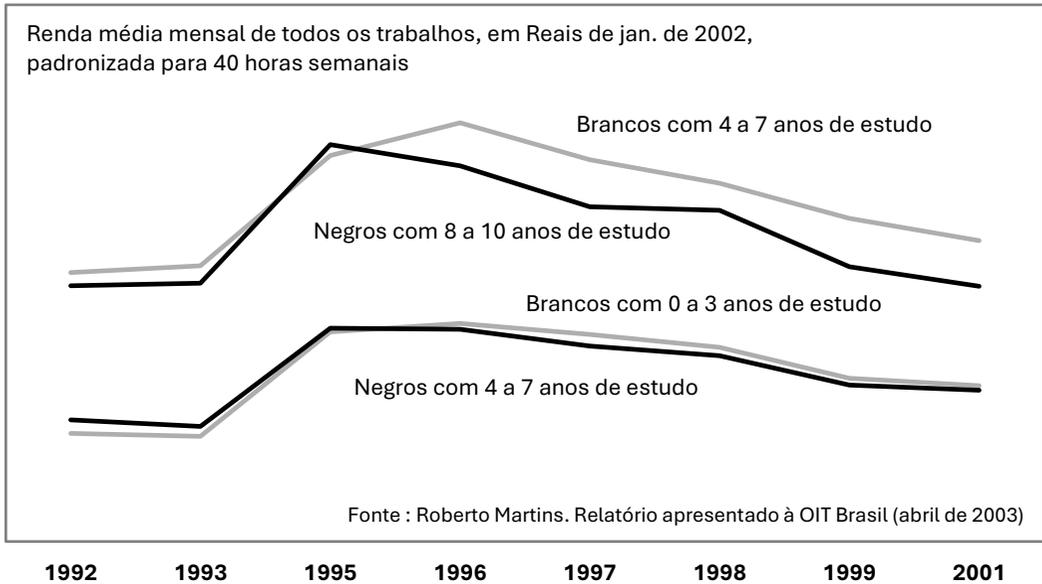
	Homens Branco 0 a 3	Homens Negro 4 a 7	%	Homens Branco 4 a 7	Homens Negro 8 a 10	%	Mulheres Branca 0 a 3	Mulheres Negra 4 a 7	%	Mulheres Branca 4 a 7	Mulheres Negra 8 a 10	%
1992	318	336	106	470	452	96	218	213	98	283	290	102
1993	318	334	105	478	456	96	214	205	96	283	294	104
1995	404	411	102	561	588	105	279	273	98	370	360	97
1996	398	405	102	584	568	97	300	280	93	391	352	90
1997	389	394	101	558	513	92	295	263	89	359	352	98
1998	370	382	103	531	507	95	300	267	89	357	358	100
1999	341	354	104	500	466	93	289	255	88	343	313	91
2001	341	341	100	481	446	93	274	264	96	332	307	92

(1) Renda média mensal de todos os trabalhos, em reais de janeiro de 2002, padronizada para 40 horas semanais

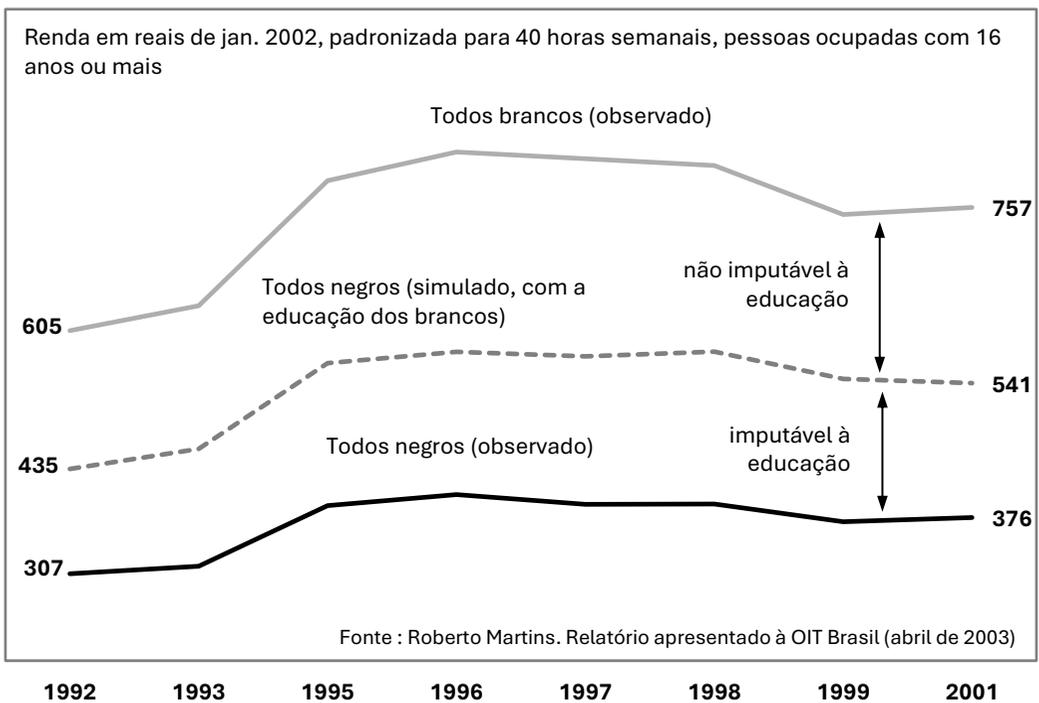
(2) Inclui todos os ocupados com remuneração, de 16 anos ou mais

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Renda do trabalho: negros como % dos brancos, com escolaridade defasada, 1992-2001



Simulação contrafactual: Todos negros x Todos brancos



Percentuais dos hiatos de renda do trabalho não causados pelas diferenças educacionais**

	Todos negros x Todos brancos	Homens negros x Homens brancos	Mulheres negras x Mulheres brancas
1992	57	56	53
1993	55	54	51
1995	56	55	54
1996	58	55	59
1997	57	57	54
1998	55	52	55
1999	54	48	58
2001	57	56	55

(*) Simulação : Renda média dos negros, com o perfil educacional dos brancos do mesmo sexo e sua própria remuneração em cada faixa de escolaridade

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

As simulações demonstram que as disparidades educacionais (que são geradas fora do mercado de trabalho), embora grandes e persistentes, são responsáveis por menos da metade dos hiatos observados na remuneração média. A maior parcela dessas diferenças é gerada no mercado de trabalho, e é causada por outros fatores, entre os quais se incluem certamente a segmentação ocupacional e um forte componente de discriminação salarial baseada na raça.⁹

De uma perspectiva mais ampla, entretanto, pode-se afirmar que as diferenças de renda são, sem nenhuma dúvida, integralmente causadas por discriminação e exclusão racial. Ao tentar sua decomposição analítica, em parcelas imputáveis à educação e parcelas imputáveis a outros fatores, o que estamos fazendo, na verdade é, pura e simplesmente, tentando separar

9 Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no Final do Século XX*. Sergei Soares, utilizando técnicas econométricas muito mais sofisticadas, chega a conclusões muito semelhantes às aqui apresentadas. Veja Sergei Suarez Dillon Soares. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão n. 769 (novembro de 2000).

os efeitos da discriminação ou exclusão presente dos efeitos da discriminação ou exclusão pretérita.

Pois a disparidade hoje observada na educação não é outra coisa senão a manifestação presente de exclusões ancestrais, de discriminações passadas transmitidas de geração a geração, em cadeias de causalidade que remontam à época do tráfico e da escravidão, e que incluem não apenas a negação do acesso à educação, mas também à renda, à propriedade, à acumulação de riqueza, ao poder político e à própria cidadania.

Não obstante, a decomposição é importante. Não se trata de hierarquizar, em uma escala ética, mazelas do presente e mazelas do passado, e sim de identificar dimensões distintas de um mesmo problema, que se interpenetram e se combinam para gerar as iniquidades de hoje, mas que certamente demandam abordagens e políticas distintas para seu enfrentamento.

O mercado nacional de trabalho não é homogêneo. As conhecidas disparidades regionais de desenvolvimento econômico e social obviamente se manifestam também nos mercados regionais de trabalho, sob a forma de níveis diferenciados de produtividade e de remuneração dos trabalhadores.

Tampouco é homogênea a distribuição regional, por raça, da PEA e da população ocupada. A população negra é relativamente mais concentrada no Nordeste e no Norte, que são as regiões com menores níveis de renda e de remuneração do trabalho.

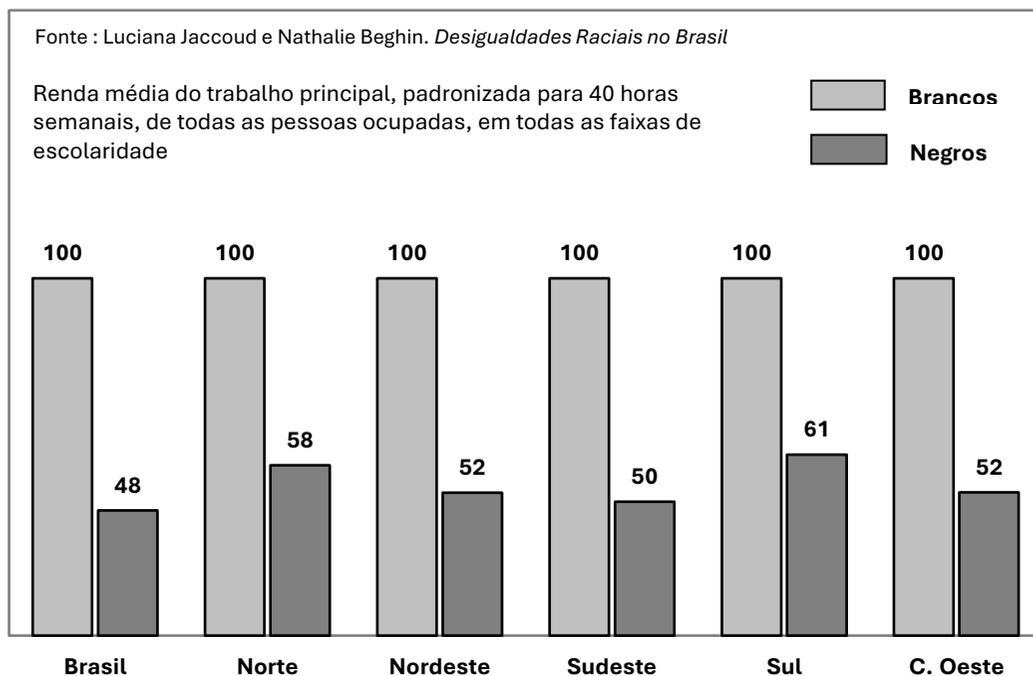
Assim, torna-se necessário verificar se as disparidades encontradas nas médias nacionais de remuneração são devidas à heterogeneidade da distribuição espacial das raças, ou se elas permanecem quando esse fator é considerado.

Renda* do trabalho : negros como porcentagem dos brancos, por regiões, 1992-2001

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
1992	49	59	53	52	58	54
1993	48	58	49	52	55	57
1995	47	64	53	52	60	56
1996	47	57	52	51	55	56
1997	45	57	50	49	57	54
1998	46	60	48	50	61	53
1999	47	60	51	51	54	53
2001	48	58	52	50	61	52

(*) Renda média da ocupação principal, de todos os ocupados, em reais de janeiro de 2002
 Fonte : Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin. *Desigualdades Raciais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2002.

Renda do trabalho dos negros como porcentagem dos brancos, por regiões, 2001



Os números acima são bastante claros. O hiato entre negros e brancos não só está presente em todas as regiões, independentemente do seu nível de desenvolvimento ou das condições específicas do seu mercado de tra-

balho, como também apresenta variações regionais relativamente pequenas em torno da média nacional. Isso nos permite concluir que a heterogeneidade da distribuição racial da população no território brasileiro não pode ser responsabilizada pelas disparidades de renda observadas entre as raças.

INFORMALIDADE DO EMPREGO E PRECARIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

A informalidade é uma das formas de inserção precária no mercado de trabalho. A definição de informalidade aqui adotada se refere apenas aos empregados assalariados, e a taxa de informalidade é definida como a porcentagem de empregados “sem carteira assinada” (inclusive os do setor público) no total dos empregados públicos ou privados, aí incluídos os funcionários públicos estatutários e militares.

Da ótica jurídica esta é uma situação ilegal e, do ponto de vista social, constitui uma modalidade de inserção precária, por negar ao trabalhador a proteção da legislação trabalhista e previdenciária e submetê-lo a níveis de insegurança e de instabilidade muito maiores do que aqueles enfrentados pelos empregados formais, ou “com carteira assinada”.

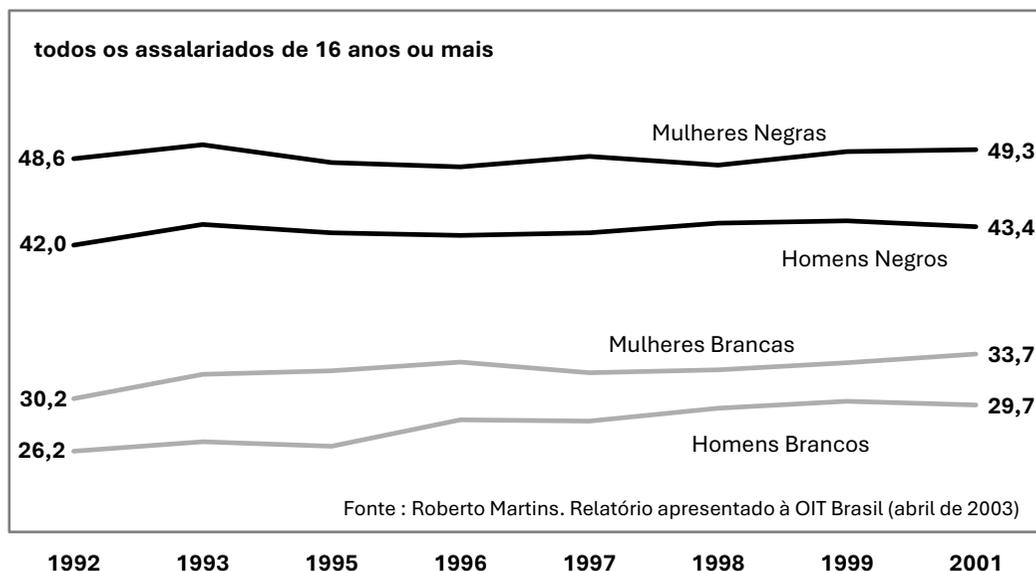
Taxa de informalidade dos assalariados*, por raça e faixa etária, 1992-2001

	16 anos ou mais		25 anos ou mais		16 a 24 anos	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
1992	28	44	24	38	39	59
1993	29	46	25	39	41	60
1995	29	45	25	39	39	59
1996	30	45	26	39	42	58
1997	30	45	27	40	40	58
1998	31	45	27	40	41	60
1999	31	46	28	41	41	59
2001	31	46	28	41	41	59

(*) Inclui todos os assalariados ou empregados "sem carteira assinada", inclusive os do setor público

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Taxa de informalidade no emprego, por gênero e raça, 1992-2001



Como se pode observar na tabela, a taxa de informalidade no mercado brasileiro de trabalho apresentou níveis elevados no período em estudo, sobretudo na faixa etária mais jovem (16 a 24 anos), mas permaneceu relativamente estável, com uma tendência ascendente muito moderada.

A taxa de informalidade das mulheres é sempre mais alta que a dos homens, mas as diferenças não chegam a ultrapassar o nível de um dígito (em pontos percentuais), mesmo na faixa etária mais jovem, onde os níveis absolutos são bem mais elevados.

As desigualdades entre as raças são muito mais pronunciadas. O grau de informalidade dos trabalhadores negros é significativamente mais alto que o dos trabalhadores brancos, tanto para o conjunto de cada raça, como no caso de cada sexo tomado separadamente. Em nenhum ano da série o hiato de informalidade entre as raças se situa abaixo de dois dígitos, mesmo entre os adultos de 25 anos ou mais. Entre os jovens de 16 a 24 anos essas disparidades se mantêm sempre em torno de 20 pontos percentuais.

O gráfico mostra um rígido padrão de hierarquização das taxas de informalidade, com dominância principal do critério raça, seguido do critério gênero, invariável ao longo de toda a série. Ou seja, em todos os anos, as taxas têm a mesma ordenação: negros acima de brancos, independentemente do sexo, e dentro de cada raça, as mulheres acima dos homens.

O conceito de precarização da ocupação adotado pela OIT é bem mais abrangente que o conceito de informalidade acima mencionado, e tem como referência toda a população ocupada, e não apenas os empregados assalariados.

Traduzido em termos das categorias ocupacionais da PNAD, esse conceito inclui como ocupações precárias: o emprego assalariado sem carteira assinada (os trabalhadores informais), a ocupação por conta própria não profissional ou técnica, todas as ocupações sem remuneração (que na classificação usada neste estudo são representadas pela soma das ocupações para uso ou para consumo próprio, com as “demais ocupações sem remuneração”), e ainda os empregados em empresas com cinco empregados ou menos, mesmo que tenham carteira de trabalho assinada.

A tabela e o gráfico abaixo apresentam um sumário da precarização do trabalho no Brasil na década de 90, mostrando que a proporção de trabalhadores com inserção precária foi extremamente elevada. Em nenhum ano da série, em nenhuma faixa etária, e em nenhuma combinação de gênero e raça, a taxa de precarização apresenta um valor inferior a 50% da população ocupada.

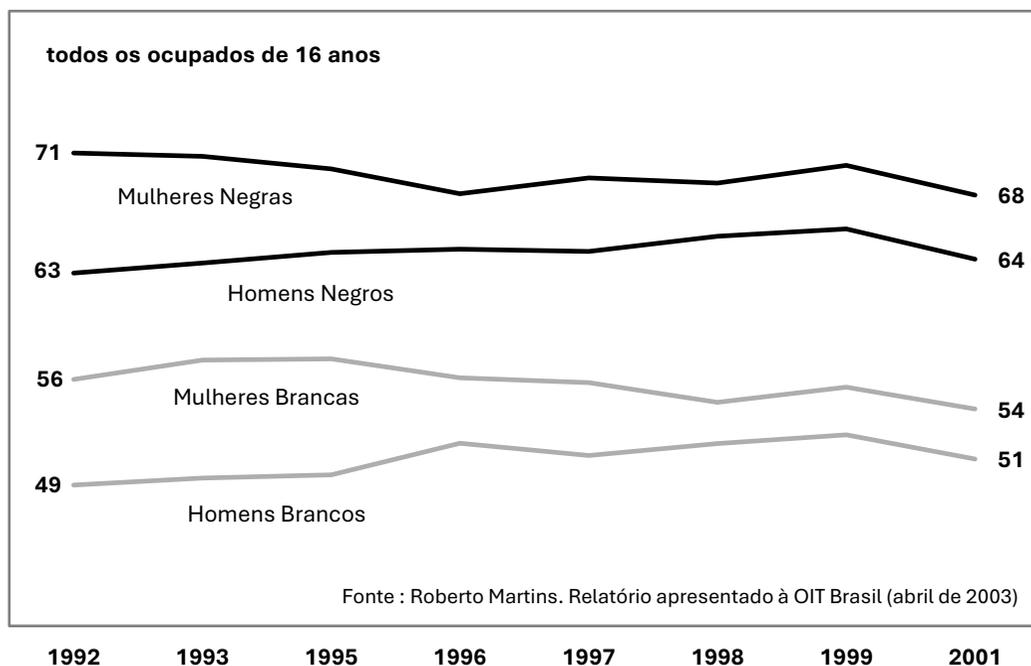
Taxa de precarização da ocupação* (conceito OIT), por raça e faixa etária raça, 1992-2001

	16 anos ou mais		25 anos ou mais		16 a 24 anos	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
1992	52	66	50	63	58	73
1993	53	66	51	63	59	74
1995	53	66	51	64	58	73
1996	54	66	49	61	60	73
1997	53	66	52	64	58	73
1998	53	67	51	64	59	74
1999	54	67	52	65	59	75
2001	52	65	51	63	57	72

(*) Porcentagem de trabalhadores em ocupações precárias sobre o total de ocupados. Veja o texto para o conceito de "ocupações precárias" adotado pela OIT.

Fonte : Roberto B. Martins. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no final do século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003)

Taxa de precarização da ocupação (conceito OIT)*, por gênero e raça, 1992-2001



Examinando o problema pela ótica de gênero e de raça, podemos ver que o rígido padrão de ordenação (com dominância do fator raça e secundariamente do fator gênero) observado nas taxas de informalidade é integralmente repetido aqui: as taxas dos negros são mais altas que as dos brancos, independentemente do gênero, e no interior de cada grupo racial, as mulheres sempre suplantam os homens em termos desse indicador. A ligeira tendência ao declínio nas taxas femininas (tanto entre as brancas quanto entre as negras, se deve a uma notável redução no componente “ocupados sem remuneração”).

O nível de precarização dos trabalhadores negros é sensivelmente mais alto que o dos brancos, em todos os anos, nos dois sexos e em todas as faixas etárias, situando-se sempre em torno de 2/3 ou mais da população ocupada. Na faixa de 16 a 24 anos a taxa dos negros é sempre superior a 70%, e chega a atingir 76% no caso das mulheres negras.

RENDA DAS FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

A renda domiciliar *per capita* (RDPC) das famílias brasileiras teve um crescimento significativo na década em foco, especialmente na primeira fase do Plano Real, de 1994 a 1998, atingindo nesse último ano um valor real 35% superior ao de 1992. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso sua trajetória apresentou oscilações, mas, em 2001 (último dado disponível) ainda se situava em um patamar 30% mais alto que no início da década.

Assim como no caso da educação, esse crescimento beneficiou tanto brancos quanto negros, mas de forma desigual: no final do período a RDPC dos brancos atingiu o índice de 133, enquanto a das famílias negras chegou apenas a 127% do valor real de 1992.

Assim, o hiato entre a renda *per capita* dos dois grupos, que já era muito grande, se ampliou ligeiramente, passando de 56 pontos percentuais em 1992 para 57 pontos em 2001.

Renda domiciliar real *per capita, por raça, 1992-2001**

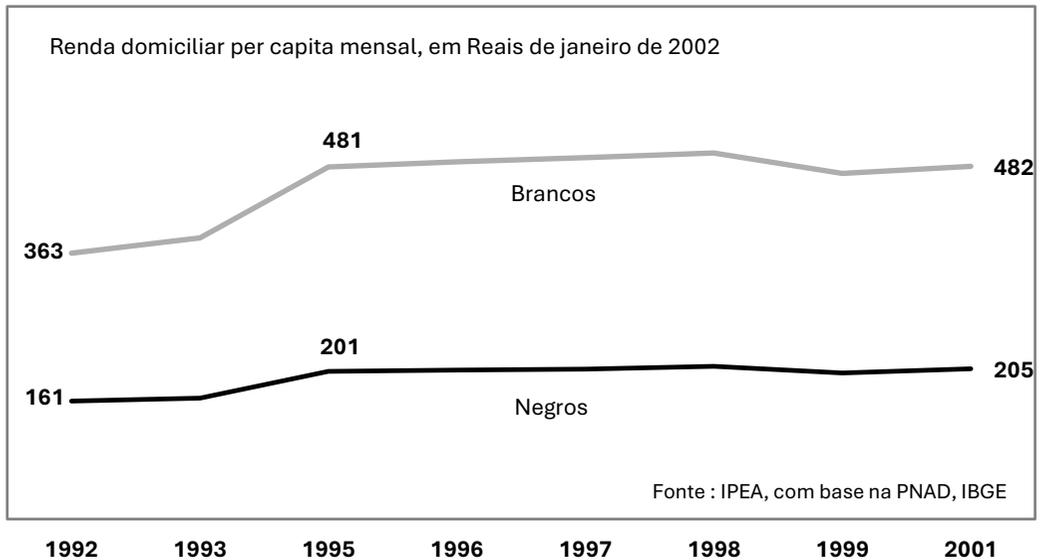
	Reais de janeiro de 2002			Índice (1992 = 100)			Porcentagem
	Branco	Negro	Total**	Branco	Negro	Total**	Negro / Branco
1992	363	161	273	100	100	100	44
1993	384	165	288	106	102	105	43
1995	481	201	357	132	125	130	42
1996	488	203	364	134	126	133	42
1997	494	205	365	136	127	134	42
1998	500	209	370	138	129	135	42
1999	472	200	350	130	124	128	42
2001	482	205	356	133	127	130	43

(*) Renda domiciliar *per capita* mensal, em reais de janeiro de 2002

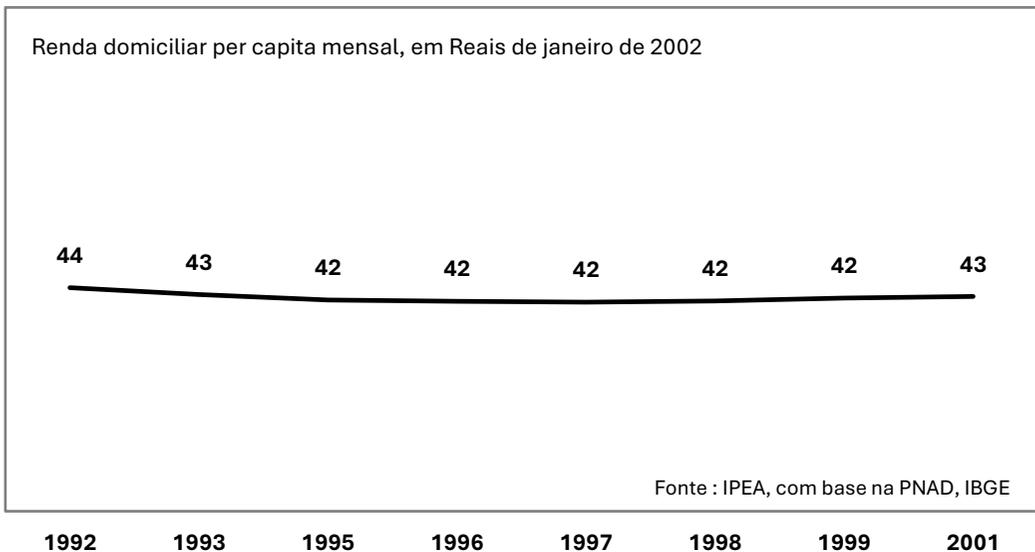
(**) Total inclui todas as categorias de cor/raça

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE

Renda domiciliar real per capita, por raça, 1992-2001



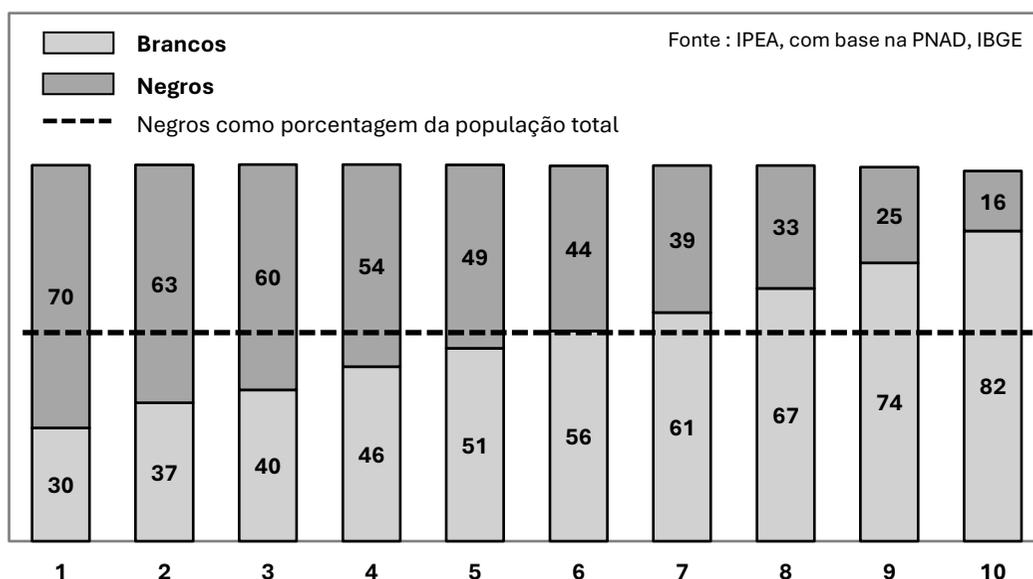
Renda domiciliar real per capita dos negros como % dos brancos, 1992-2001



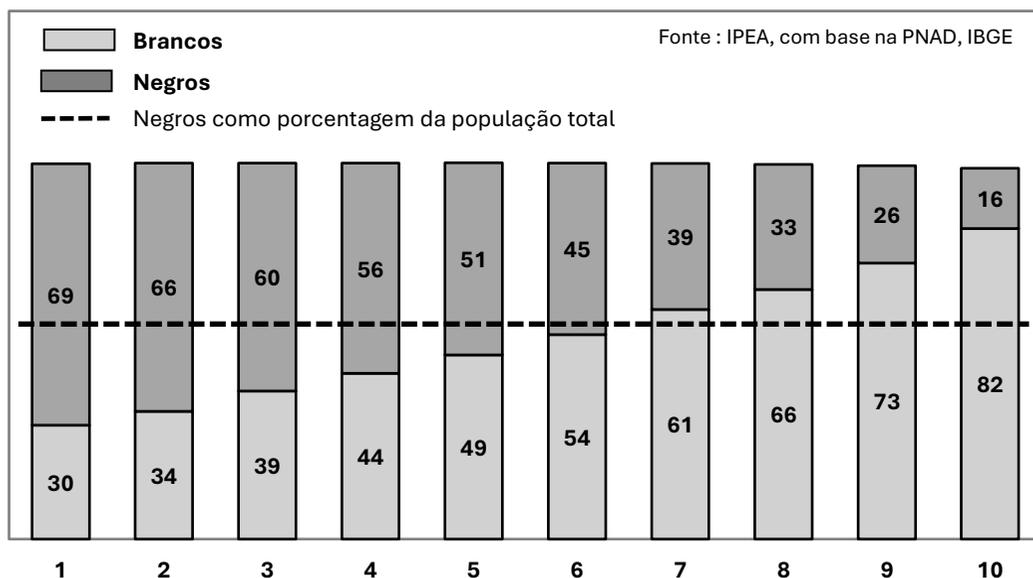
Desagregando por raça os dados da distribuição de renda, pode-se verificar que os negros estão fortemente super-representados nos decis inferiores e fortemente sub-representados nos decis superiores. Embora sejam cerca de 46% da população total, sua participação chega a 70% no primeiro

decil (os 10% mais pobres). À medida em que avançamos em direção aos estratos mais altos, a presença dos negros diminui progressivamente, até atingir apenas 16% no último decil (os 10% mais ricos). Essa configuração permaneceu praticamente inalterada ao longo de todo o período analisado.

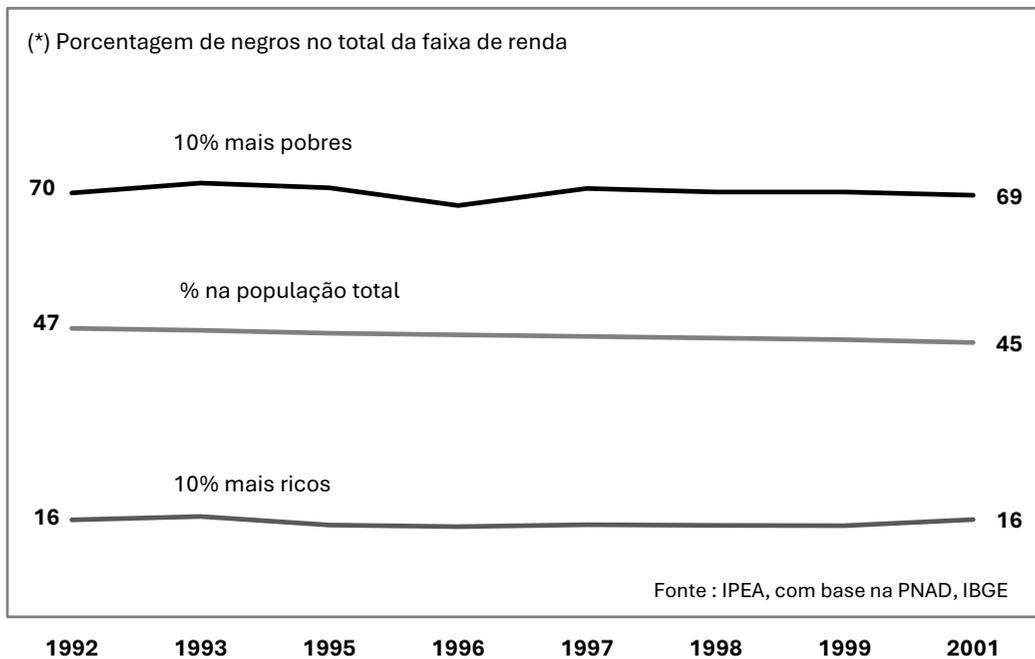
Perfil racial da distribuição da renda, por decis, 1992



Perfil racial da distribuição da renda, por decis, 2001



Participação da população negra* na distribuição de renda, 1992-2001



POBREZA E EXTREMA POBREZA

Em vista das enormes desigualdades de renda, não constitui nenhuma surpresa o fato de que a incidência de pobreza e de extrema pobreza (ou indigência) seja muito mais alta entre os negros do que entre os brancos.

No início da década, mais da metade da população negra se situava abaixo da linha de pobreza (contra cerca de 30% dos brancos) e quase 30% se situava abaixo da linha de indigência (contra 12% dos brancos).

Os afrodescendentes representavam, como já vimos, cerca de 47% da população brasileira, mas eram 56% da população pobre e 60% da população extremamente pobre. No conjunto da população havia 91 negros para cada 100 brancos, mas para 100 brasileiros brancos pobres havia 159 brasileiros negros pobres, e para cada 100 brasileiros brancos indigentes havia 202 brasileiros negros na mesma situação.

Proporção e número de pobres, por raça, 1992-2001

	Proporção de pobres*			Número de pobres (milhões)			% de Negros	Negros por 100 Brancos
	Branços	Negros	Total**	Branços	Negros	Total**		
1992	29	55	41	22,0	35,1	63,0	56	159
1993	29	57	42	22,8	36,3	65,2	56	160
1995	22	48	34	18,0	32,0	53,6	60	178
1996	22	48	34	18,5	31,4	54,1	58	169
1997	22	48	34	18,2	33,1	55,5	60	182
1998	21	46	33	17,7	32,1	54,4	59	181
1999	23	48	34	19,0	33,6	57,5	59	177
2001	22	47	34	19,7	35,5	58,3	61	181

(*) Percentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo das linhas de pobreza do IPEA

(**) Total inclui todas as categorias de cor/raça

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE

Proporção e número de indigentes, por raça, 1992-2001

	Proporção de indigentes*			Número de indigentes (milhões)			% de Negros	Negros por 100 Brancos
	Branços	Negros	Total**	Branços	Negros	Total**		
1992	12	28	19	8,9	18,0	30,0	60	202
1993	11	30	20	8,6	19,0	30,6	62	220
1995	8	22	15	6,5	15,0	22,9	65	229
1996	9	23	15	7,2	15,1	24,0	63	210
1997	8	23	15	6,7	15,7	24,3	65	234
1998	8	21	14	6,5	14,8	23,2	64	229
1999	8	22	14	6,9	15,4	24,3	63	224
2001	8	22	15	7,4	16,6	25,3	66	224

(*) Percentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo das linhas de indigência do IPEA

(**) Total inclui todas as categorias de cor/raça

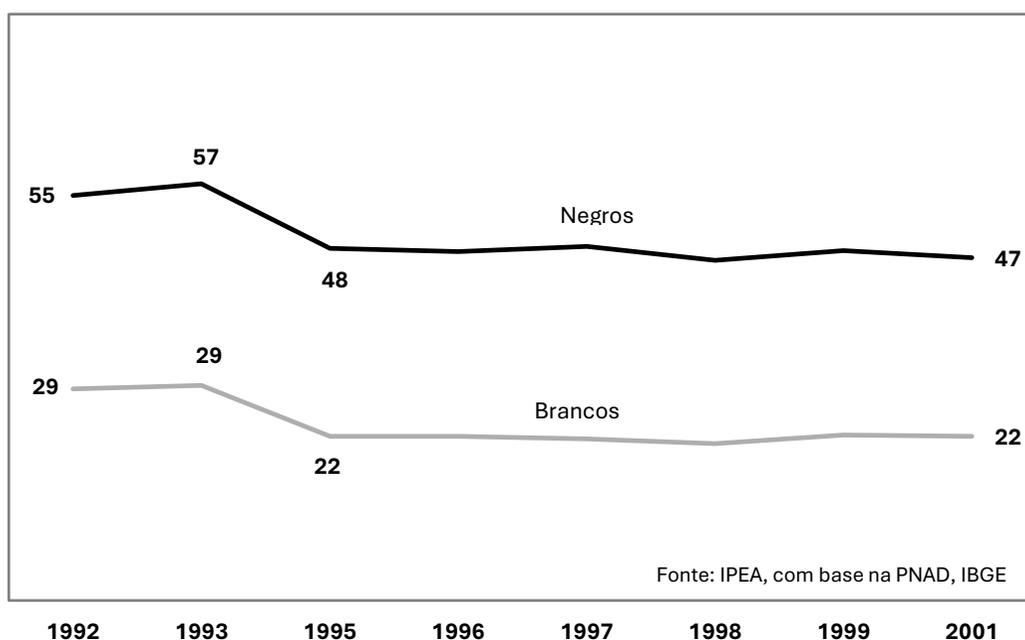
Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE

Ao longo dos anos 90, o Brasil conseguiu significativas reduções tanto da pobreza como da extrema pobreza. O bem-sucedido programa de estabilização da economia (Plano Real) e um notável incremento no volume e na efetividade das políticas sociais (especialmente nos programas de transferência de renda, como a Previdência Rural, o Programa Bolsa Escola, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros do gênero) lograram reduzir a proporção de pobres do patamar de 42% (1993) para 33% (1998), e a de indigentes de 20% (1993) para 14% (1998).

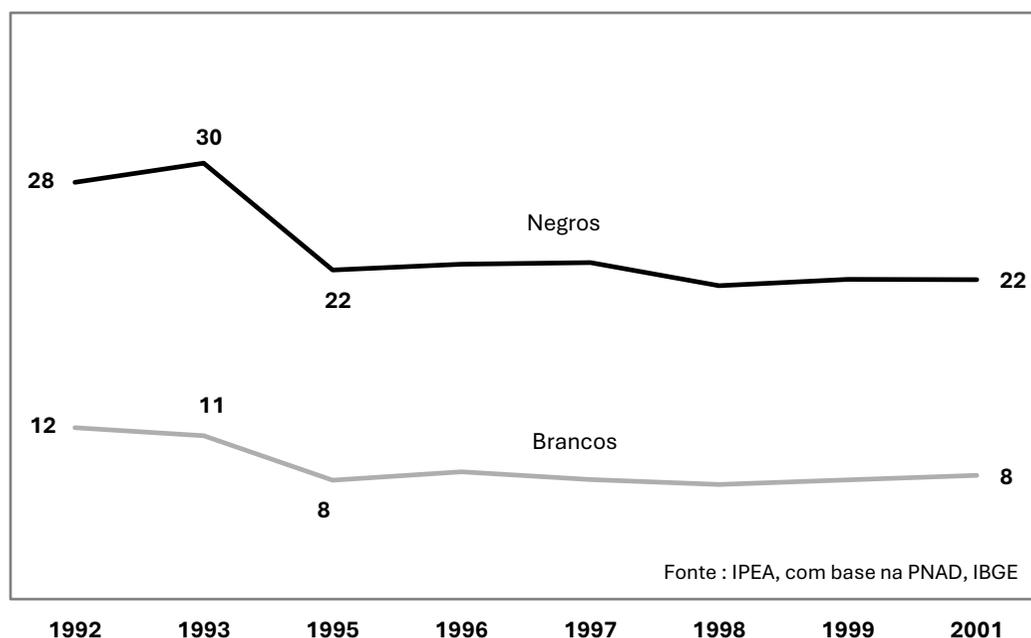
As turbulências econômicas e as baixas taxas de crescimento que marcaram o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso interromperam a trajetória de declínio, mas, mesmo assim, os ganhos do período inicial foram integralmente mantidos, com os indicadores de pobreza e de indigência chegando a 2001 no mesmo nível observado em 1995.

Segundo o *Panorama Social de América Latina*, da CEPAL, o Brasil conseguiu, nessa década, reduzir a pobreza em um ritmo três vezes mais rápido que o de qualquer dos seus vizinhos da região.

Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza, por raça, 1992-2001



Porcentagem da população abaixo da linha de indigência, por raça, 1992-2001

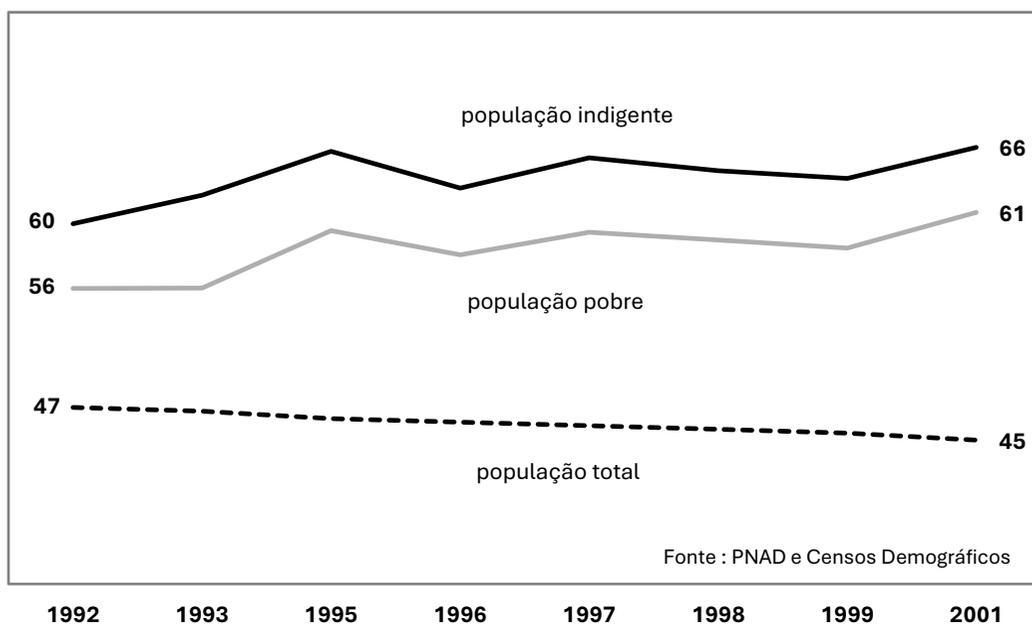


Entretanto, uma vez mais, pode-se constatar que a melhoria atingiu mais intensamente os brancos do que os negros. Em 2001, a proporção de negros abaixo da linha de pobreza havia diminuído, mas ainda alcançava 47% da população negra (contra 22% da população branca). A proporção de indigentes negros se reduziu para 22%, contra 8% dos brancos.

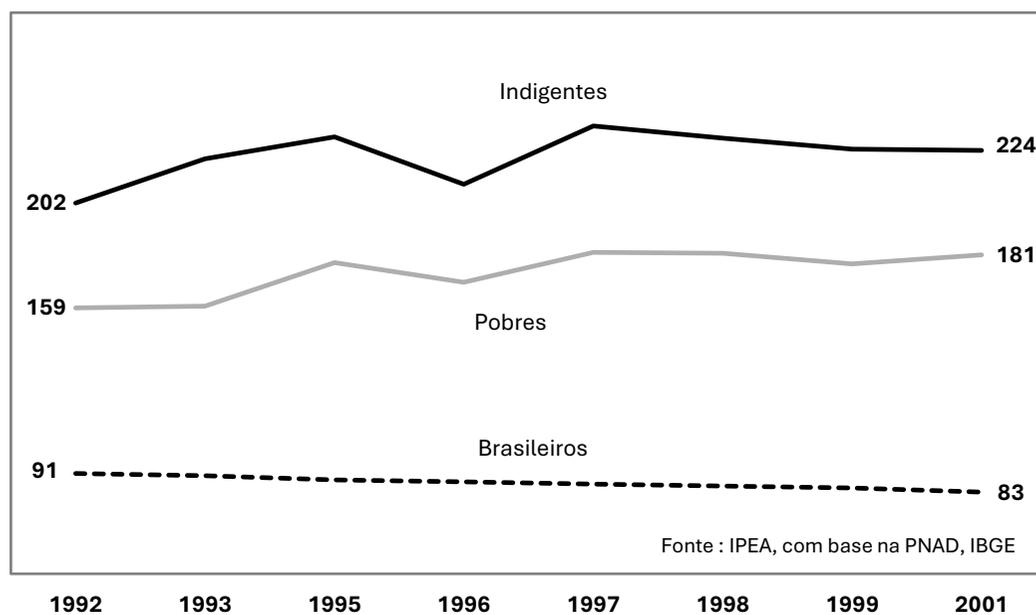
Apesar da população negra ter crescido a uma taxa menor que a da população branca, diminuindo sua participação na população total de 47 para 45%, os negros passaram a representar uma parcela ainda maior das populações de pobres e de indigentes (61% e 66%, respectivamente). No final do período havia apenas 83 negros para cada 100 brancos na população total, mas agora existiam 181 negros pobres para cada 100 brancos pobres e 224 negros indigentes para cada 100 brancos em condições de extrema pobreza.

Entre 1992 e 2001, o número absoluto de brasileiros pobres se reduziu em quase 5 milhões de pessoas, mas essa redução ocorreu exclusivamente entre os brancos e as outras categorias raciais. O número absoluto de negros em situação de pobreza, ao contrário, cresceu em quase 500 mil indivíduos.

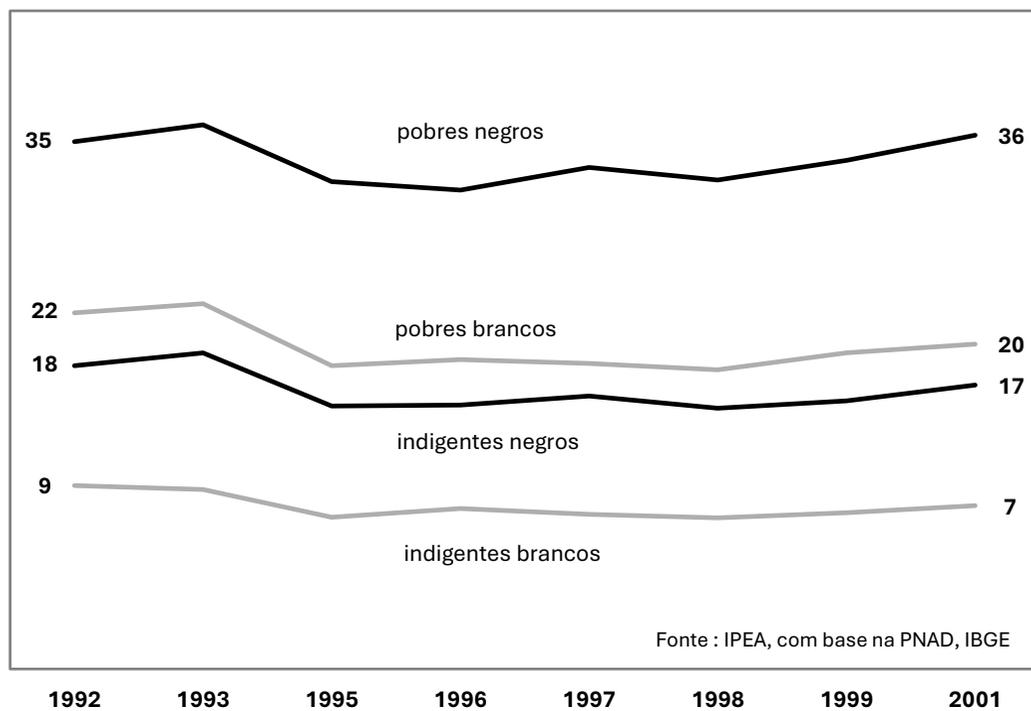
Negros como porcentagem de populações selecionadas, 1992-2001



Número de negros por 100 brancos na mesma condição, 1992-2001



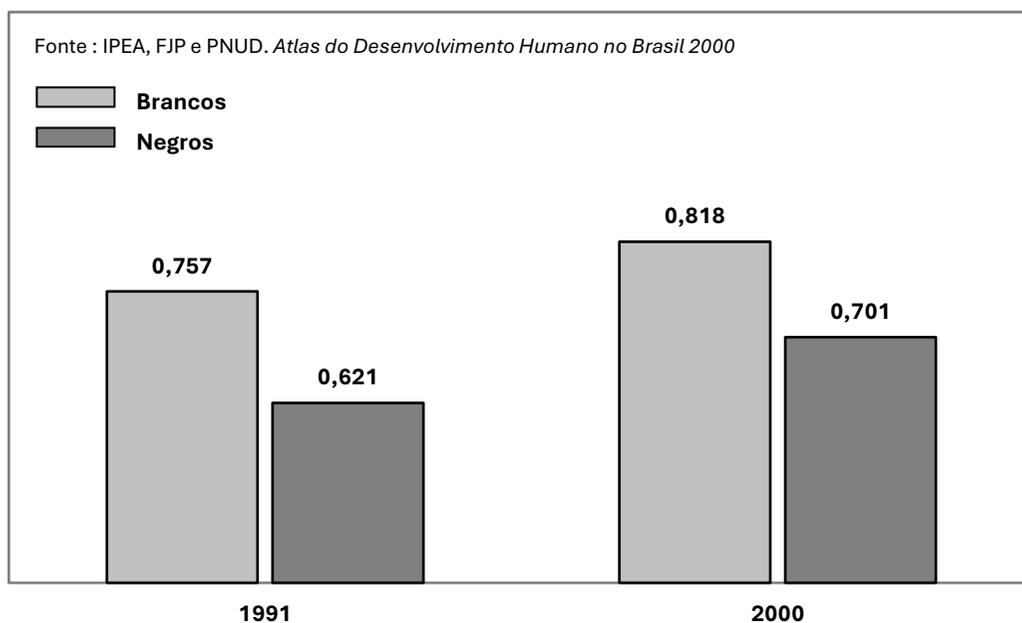
Número absoluto de pobres e de indigentes, em milhões, por raça, 1992-2001



DESENVOLVIMENTO HUMANO

O cálculo dos índices de desenvolvimento humano (IDH) por raça foi feito pela primeira vez no Brasil pelo economista Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000* (produzido através de uma parceria entre o IPEA, a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais e o PNUD), recentemente concluído, com dados referentes aos anos censitários de 1991 e 2000, o IDH e seus componentes foram desagregados por raça e por unidades da federação. Os resultados agregados para o Brasil são apresentados no gráfico e na tabela abaixo.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por raça, 1991 e 2000



Índice de desenvolvimento humano (IDH) e seus componentes, por raça, 1991 e 2000

	1991			2000		
	Branco	Negro	N / B (%)	Branco	Negro	N / B (%)
Renda familiar per capita*	317	129	41	407	163	40
Taxa de frequência bruta à escola	69,6	58,3	84	84,9	79,0	93
Taxa de alfabetização (15 anos ou mais)	88,1	71,7	81	91,2	80,3	88
Esperança de vida ao nascer (anos)	68,1	61,4	90	71,0	65,7	92
Índice de Desenvolvimento Humano	0,757	0,621	82	0,818	0,701	86

(*) Em Reais de agosto de 2000

Fonte : IPEA, FJP e PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*

A tabela mostra que, no período entre os dois censos, as diferenças entre a renda familiar *per capita* e a longevidade dos brancos e dos negros se mantiveram inalteradas, ocorrendo uma pequena aproximação apenas nos dois indicadores que compõem a dimensão educacional do índice. A ligeira convergência observada entre o IDH dos dois grupos raciais deve-se exclusivamente a esse fator.

Mais precisamente, pode-se afirmar que o pequeno encurtamento da distância é fruto de uma característica bem particular do índice, que inclui no seu componente educacional exatamente aqueles indicadores para os quais houve, como indicamos acima, uma aproximação efetiva entre brancos e negros.

A disparidade, entretanto, permanece muito grande. O IDH dos negros em 2000 os coloca na faixa de *médio desenvolvimento humano*, e é comparável ao de El Salvador. O índice dos brancos é próximo do da Costa Rica, e os enquadra na classe de *alto desenvolvimento humano*. Numa escala formada pelos estados brasileiros, o desenvolvimento humano da população branca se situa entre o Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto o da população negra se coloca entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Note-se ainda que o índice dos negros em 2000 é significativamente inferior ao nível atingido pelos brancos no recenseamento da década anterior.

MORTALIDADE E SOBREVIVÊNCIA

Melhorias generalizadas nas condições de mortalidade e de sobrevivência da população brasileira na década de 90 reduziram ligeiramente as desigualdades entre os indicadores demográficos de brancos e negros, mas as diferenças se mantêm em níveis ainda muito elevados.

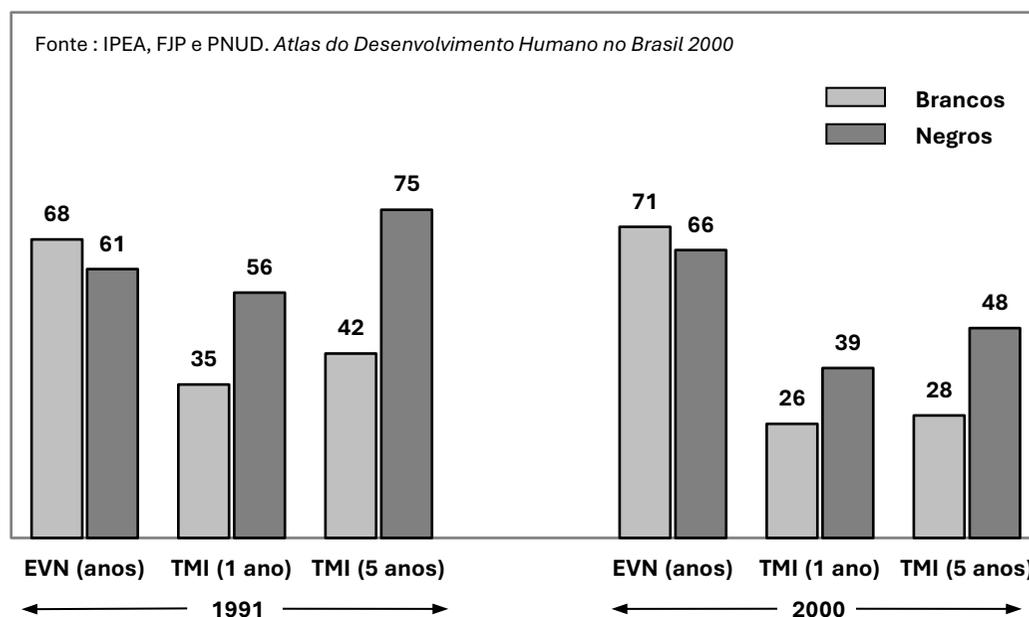
Alguns indicadores demográficos, por raça, 1991 e 2000

	1991			2000		
	Branços	Negros	Total*	Branços	Negros	Total*
Taxa de mortalidade até 1 ano (por mil)	35,1	56,0	38,8	26,1	38,8	32,5
Taxa de mortalidade até 5 anos (por mil)	42,1	75,0	48,0	28,0	47,9	38,1
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,1	61,4	66,8	71,0	65,7	68,1
Probabilidade de sobreviver até 40 anos	90,6	83,9	89,3	93,2	88,8	90,9
Probabilidade de sobreviver até 60 anos	77,4	65,0	74,9	82,4	72,7	77,2

(*) Total inclui todas as categorias de cor/raça

Fonte : IPEA, FJP e PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000*

Alguns indicadores demográficos, por raça, 1991 e 2000



A esperança de vida ao nascer dos brancos em 2000 era equivalente à do México ou da Hungria, enquanto a dos negros era comparável à da Guatemala ou da Índia. Apesar de ter tido um incremento de cinco anos no período intercensitário, a expectativa de vida dos negros ainda permanecia inferior à dos brancos na década anterior.

A taxa de mortalidade das crianças negras no primeiro ano de vida caiu de 56 por mil para 39 por mil entre 1991 e 2000, mas nesse último ano ainda era mais alta que a das crianças brancas na década anterior, e igual à taxa média do estado do Piauí, um dos mais pobres do Brasil. A taxa de mortalidade até 1 ano das crianças brancas era apenas ligeiramente superior à média do estado do Rio de Janeiro.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS E POSSE DE BENS DURÁVEIS

As grandes disparidades na renda e na incidência de pobreza observadas entre os brancos e os negros se refletem, como não podia deixar de ser, em suas condições de moradia, de acesso a serviços básicos e de acesso à propriedade de bens de consumo durável.

Em 1991, a porcentagem de negros vivendo em *aglomerados subnormais* (a expressão utilizada pelo IBGE para designar as favelas, mocambos, palafitas e aglomerados similares localizados sobretudo nas áreas urbanas e metropolitanas) era mais de duas vezes superior à porcentagem de brancos vivendo nas mesmas situações. Embora representassem menos da metade da população total, os negros constituíam 2/3 da população “favelada” do Brasil.

As condições dos dois grupos melhoraram ao longo da década, e a disparidade apresentou um ligeiro declínio (devido em parte à redução da participação negra na população urbana), mas, em 2000, a proporção de negros nesses aglomerados ainda era quase o dobro da proporção de brancos.

População em aglomerados subnormais (AS)*, por raça, 1991 e 2000

	1991	2000
Porcentagem da população branca vivendo em AS	3,1	2,8
Porcentagem da população negra vivendo em AS	6,6	5,1
Porcentagem da população total vivendo em AS	4,8	3,9
Negros como porcentagem da população dos AS	65,6	59,7
Negros como porcentagem da população urbana	43,7	42,4
Negros como porcentagem da população total	47,4	45,3

(*) Aglomerados subnormais são favelas, mocambos, palafitas e similares
 Fonte : IPEA, a partir dos Censos Demográficos do IBGE

A mesma trajetória pode ser observada quando consideramos as condições físicas da habitação, suas condições de ocupação e o acesso dos moradores a serviços básicos tais como saneamento e energia. No conjunto, melhorou sensivelmente a cobertura dos serviços de água, esgoto e energia elétrica, e diminuiu a proporção da população vivendo em habitações rústicas ou com taxas de ocupação superiores a duas pessoas por dormitório.

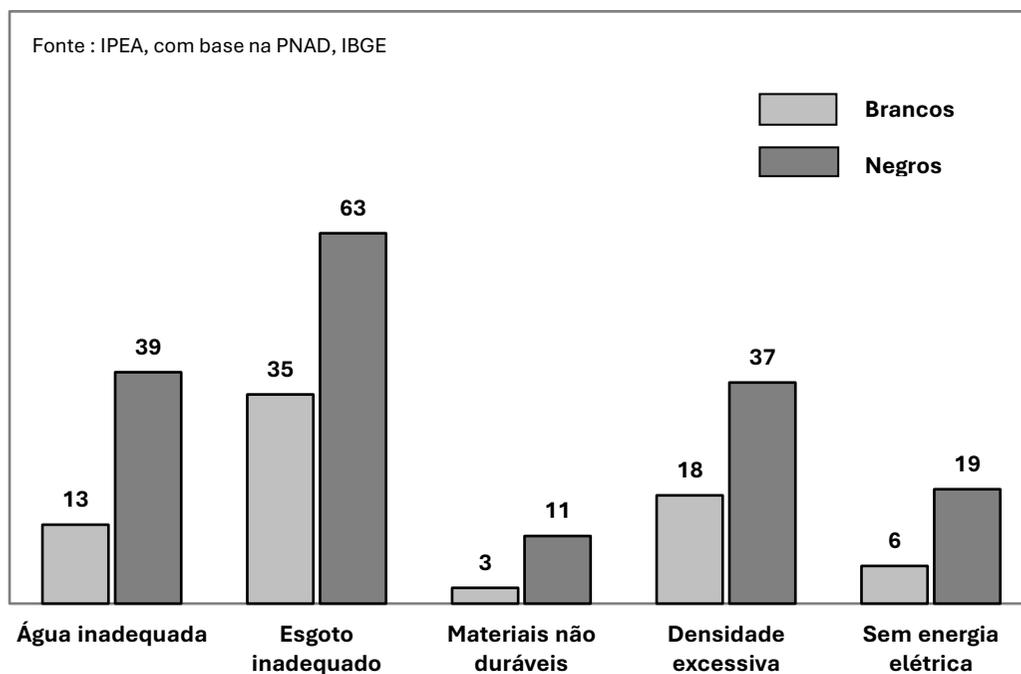
As distâncias entre brancos e negros se reduziram em todos os aspectos analisados, mas, com exceção do acesso à energia elétrica se mantiveram em patamares ainda muito elevados.

**Porcentagem da população em condições inadequadas de moradia,
por raça, 1992 e 2001**

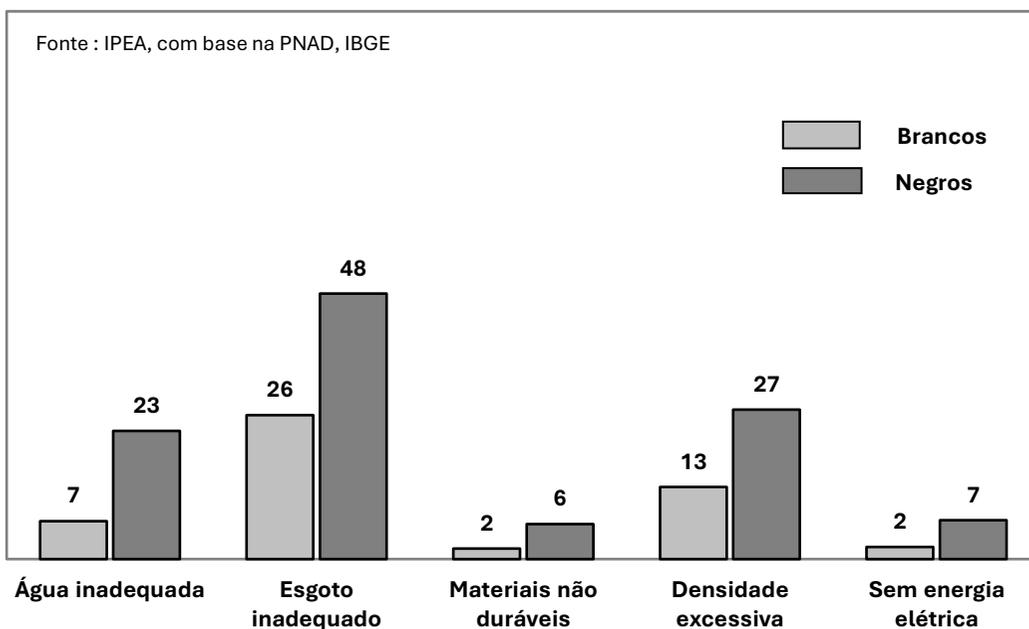
	1992		2001	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Abastecimento inadequado de água	13,3	39,0	6,9	23,4
Esgoto sanitário inadequado	35,3	62,5	26,3	48,4
Construção com materiais não duráveis	2,7	11,4	1,9	6,4
Densidade excessiva de ocupação	18,3	37,3	13,2	27,3
Domicílio sem energia elétrica	6,4	19,3	2,2	7,1

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE

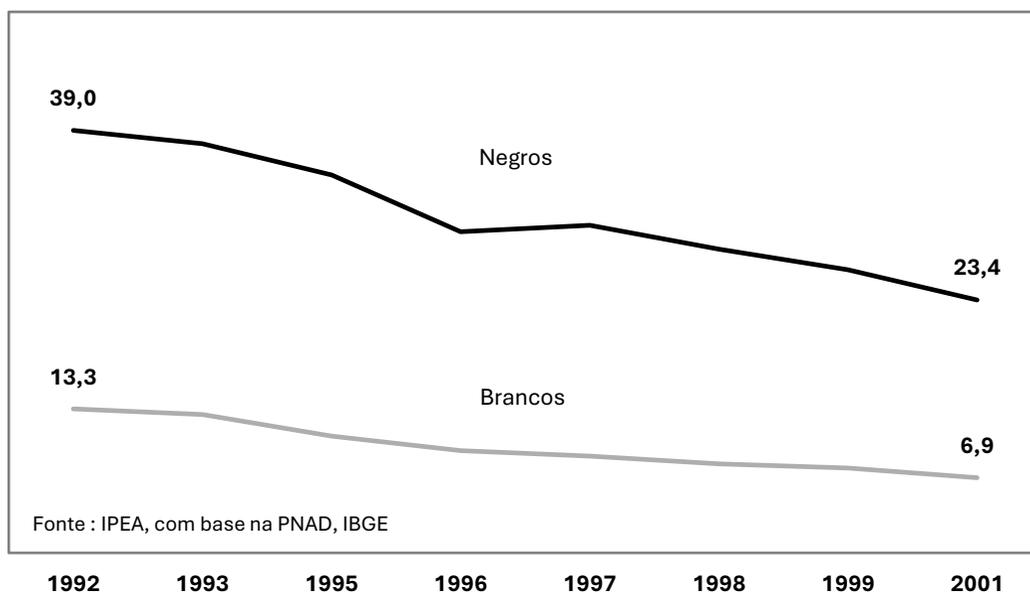
**Porcentagem da população em condições inadequadas de moradia,
por raça, 1992**



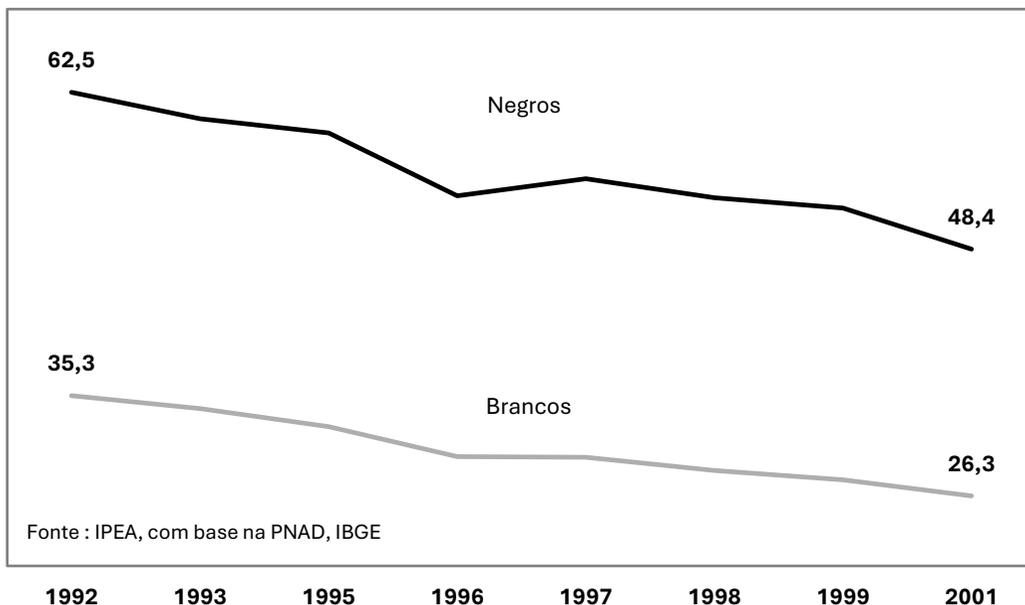
Porcentagem da população em condições inadequadas de moradia, por raça, 2001



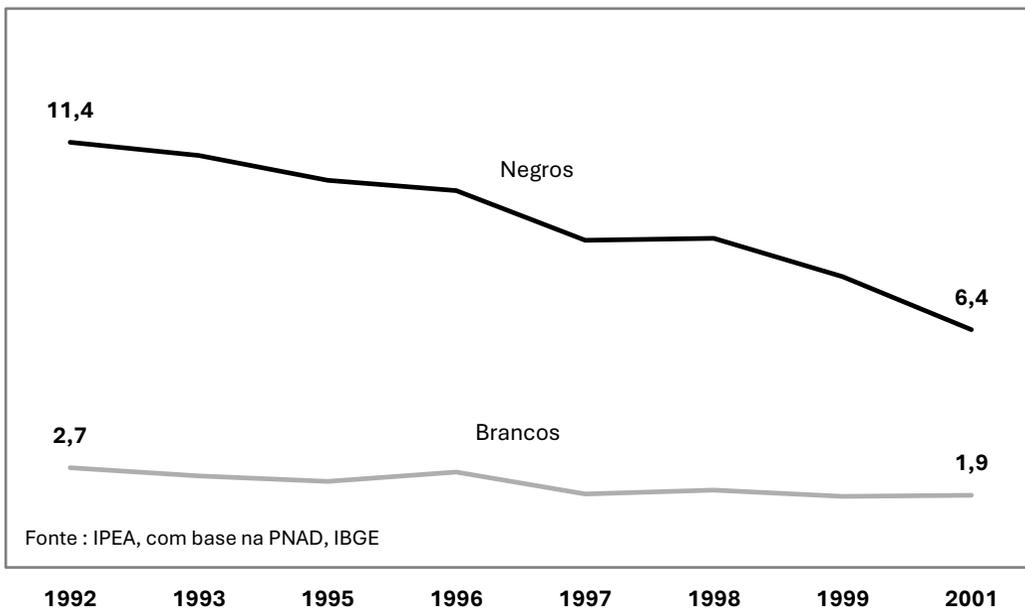
% da população em domicílios com suprimento de água inadequado, 1992-2001



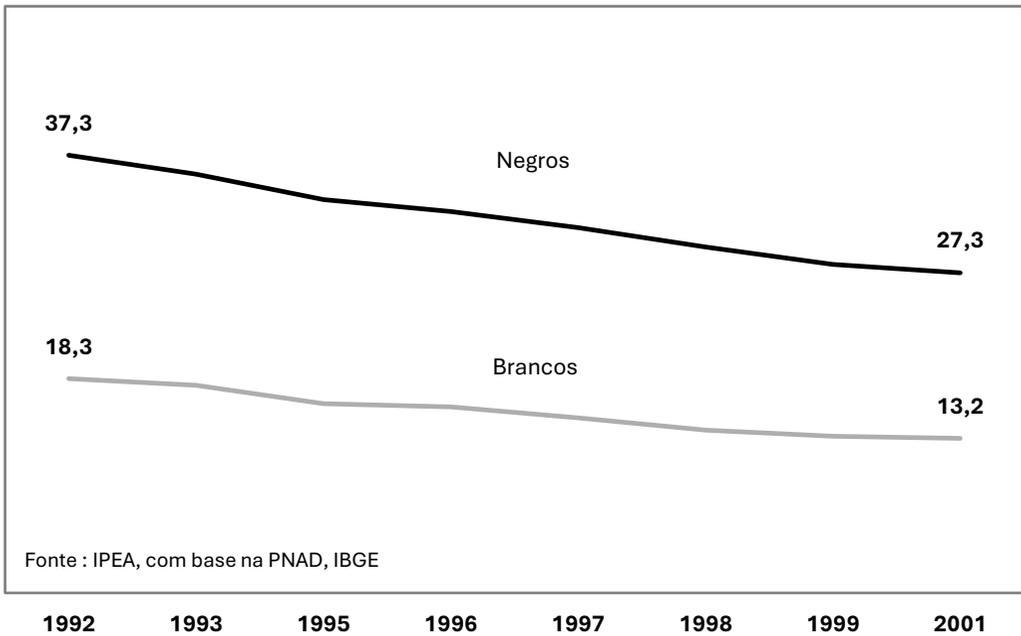
**% da população em domicílios com esgoto sanitário inadequado,
1992-2001**



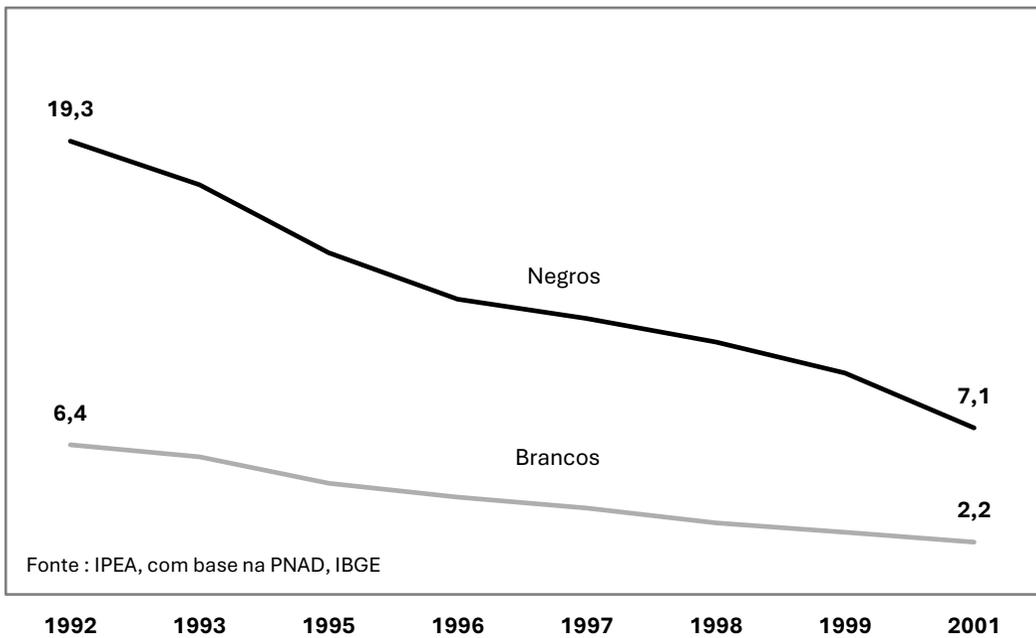
**% da população em domicílios feitos com materiais não duráveis,
1992-2001**



% da população em domicílios com densidade excessiva, 1992-2001



% da população em domicílios sem energia elétrica, 1992-2001



Também não surpreende, dadas as diferenças de renda entre os dois grupos, que seu acesso à propriedade de bens duráveis seja bastante diferenciado, com grande desvantagem para os negros.

Já mencionamos anteriormente a enorme e grave disparidade na propriedade de microcomputadores. A tabela e os gráficos abaixo mostram e evolução da situação com relação a alguns outros bens duráveis.

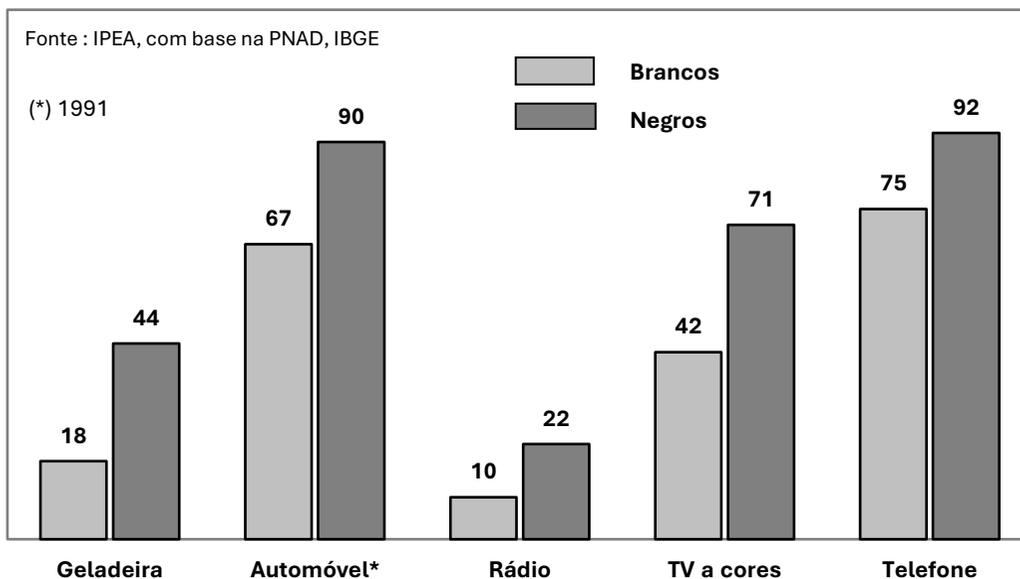
Bens duráveis : porcentagem da população em domicílios que não os possuem, por raça, 1992-2001

	Geladeira		Rádio		TV a cores		Telefone		Automóvel*	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
1992	18	44	10	22	42	71	75	92	67	90
1993	18	44	9	21	39	68	74	91		
1995	15	40	7	16	28	56	71	90		
1996	13	35	6	13	22	45	68	87		
1997	11	32	6	13	17	38	64	85		
1998	10	30	6	13	14	33	60	82		
1999	10	28	7	14	13	30	54	77		
2001	8	24	8	16	11	25	39	62	56	82

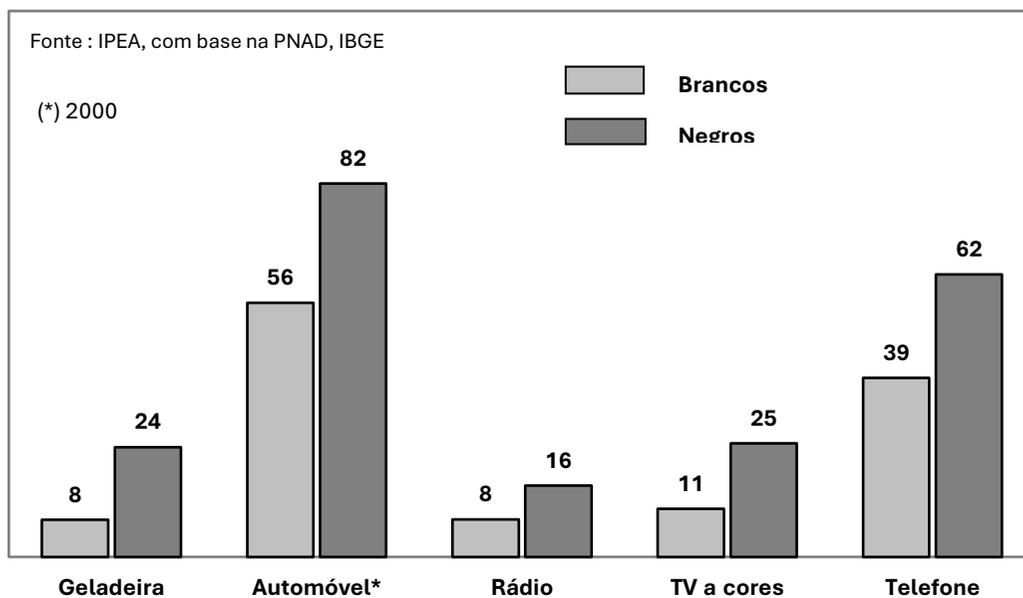
(*) Os dados sobre propriedade de automóveis são dos censos demográficos e se referem a 1991 e 2000

Fonte : IPEA, com base na PNAD, IBGE.

**Porcentagem da população em domicílios que não possuem o bem,
por raça, 1992**



**Porcentagem da população em domicílios que não possuem o bem,
por raça, 2001**



A permanência de tamanhas desigualdades raciais, especialmente ao longo de períodos de efetivo progresso social para o conjunto do país, encerra algumas lições importantes e desmente algumas crenças falaciosas.

A esperança generalizada de que o crescimento econômico, o desenvolvimento social e, sobretudo, o retorno à democracia depois de duas décadas de ditadura militar, reduziriam naturalmente as desigualdades raciais (e as disparidades sociais, em geral) revelou-se tristemente infundada.

Como vimos acima, durante a primeira fase do Plano Real (1994-1998) a renda domiciliar real *per capita* cresceu quase 30%, e a renda real média do trabalho cresceu 26% (com relação ao nível de 1993). A proporção de pobres, por outro lado, caiu mais de 9 pontos percentuais no mesmo período, fazendo com que pelo menos 11 milhões de pessoas superassem a linha de pobreza. Vimos também que, apesar das oscilações econômicas dos anos seguintes, essas conquistas não foram revertidas e se mantiveram até o final da década.

Em outras importantes áreas o progresso foi ainda maior e mais sustentado. O gasto social do Governo Federal cresceu 40% em termos reais entre 1993 e 1998, atingindo a marca de 14% do PIB brasileiro, e permaneceu nesse patamar até o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Os avanços na educação e na saúde foram notáveis, por qualquer padrão de medida. A taxa de mortalidade infantil caiu de 39 por mil, em 1991, para 32 por mil, em 2000. A porcentagem de crianças de 7 a 13 anos que não frequentam a escola declinou de 12, em 1992, para 2,9 em 2001, para mencionar apenas alguns exemplos.

A redemocratização foi completa, com eleições absolutamente livres, ampla liberdade de expressão e de organização política e social, e trouxe uma significativa ampliação da participação da sociedade civil no processo político.

Essas mudanças beneficiaram, como vimos, toda a população, mas as grandes disparidades entre brancos e negros permaneceram praticamente intocadas, e até aumentaram em alguns casos.

O que a história brasileira recente nos revela é, portanto, a extrema limitação das políticas sociais ditas “universalistas” no que se refere à sua capacidade de reduzir desigualdades, ou de reverter as consequências de exclusões passadas. Ela sugere enfaticamente que a igualdade não se produz naturalmente, e que as desigualdades que foram historicamente construídas (e consolidadas ao longo de séculos) tem que ser *ativamente desconstruídas*, através de deliberação consciente da sociedade e usando instrumentos políticos adequados e eficazes.

Em particular, a experiência dos anos 90 demonstra a necessidade de adotar políticas focalizadas de promoção da igualdade, oferecendo, através de discriminação positiva, compensações para os grupos negativamente discriminados e excluídos no passado, visando restabelecer (ou estabelecer) condições de competição verdadeiramente igualitárias.

As regras de competição social e as noções de justiça competitiva (especialmente o princípio da estrita “igualdade de todos perante a lei”) dominantes em nossa cultura ainda são aquelas herdadas do liberalismo clássico (tanto político quanto econômico). São essencialmente os códigos do mercado liberal, que preconizam a completa “neutralidade” ou “isenção” do Estado diante dos competidores.

Essas regras não são, obviamente, capazes de produzir a *igualdade como resultado*. Muito pelo contrário, elas têm a *igualdade como um pressuposto*: expressam, o ideal de justiça de uma república abstrata, de cidadãos abstratos, teoricamente iguais. São fundamentalmente a-históricas e seriam justas, talvez, em uma sociedade hipotética, onde as pessoas fossem rigorosamente iguais. Ou seja, em uma sociedade que nunca existiu. Em sociedades como a brasileira, onde as pessoas são brutalmente desiguais, elas são simplesmente *hipócritas* e tem como resultado a perpetuação e a ampliação das diferenças.

A essência da chamada “ação afirmativa” é, portanto, simplesmente, a decisão consciente da sociedade de colocar limites à “lei do mais forte”, e

*tratar os desiguais de maneira desigual, com o objetivo de promover a igualdade.*¹⁰

O principal obstáculo à adoção de tais políticas no Brasil tem sido, até o presente (juntamente com uma tolerância quase inacreditável da sociedade com relação à desigualdade em geral) uma persistente *negação da própria questão racial*.

A sociedade brasileira se recusa a admitir a existência de qualquer forma de preconceito ou discriminação racial, a reconhecer que o país possa ter qualquer tipo de “problema racial” e, é claro, que a nação seja devedora de qualquer reparação à sua população negra. A mera discussão da questão enfrenta resistências generalizadas.

Como apontamos anteriormente, a miscigenação, o relacionamento “cordial” entre as raças, os níveis relativamente baixos de violência inter-racial e de manifestações abertas de racismo e a ausência de segregação legal ou explícita (que são traços verdadeiros e positivos da sociedade brasileira) faz com que a maioria dos brasileiros brancos tenda a subestimar, ou mesmo a descartar inteiramente, o papel do componente racial na geração e na manutenção dos altíssimos níveis de desigualdade que se observam no país.

Apesar de conviver cotidianamente com disparidades flagrantes e permanentemente reiteradas, grande parte dos brasileiros ainda se apegam tenazmente ao mito, profundamente arraigado, de que seu país é uma “democracia racial”, com oportunidades iguais para todos, independentemente de sua raça ou cor da pele.

O mesmo acontece, em grande medida, em muitas organizações e instituições-chave da sociedade civil, como os partidos políticos (incluindo a

10 Excelentes apresentações do conceito, bem como dos resultados da adoção de políticas afirmativas na educação superior nos Estados Unidos estão em Lyndon B. Johnson. Commencement Address at Howard University: “To fulfill these rights” (June 4, 1965). *Public Papers of the Presidents of the United States: Lyndon B. Johnson, 1965*. Volume II, entry 301, pp. 635-640. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1966; William G. Bowen e Derek Bok. *The Shape of the River. Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton: Princeton University Press, 1998; e John David Skrentny. *The Ironies of Affirmative Action. Politics, Culture and Justice in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

esquerda), os sindicatos, as igrejas e os movimentos populares, mesmo aqueles genuinamente comprometidos com a luta pela democracia e pela justiça social. As raras vozes dissidentes, como alguns poucos intelectuais e organizações negras, permanecem circunscritas a esferas bastante limitadas. São frequentemente considerados, e algumas vezes acusados, como portadores de visões exóticas, “importadas” e certamente “não brasileiras”.

O ESTADO BRASILEIRO E A QUESTÃO RACIAL

Desde o final do Império até muito recentemente, o Estado brasileiro teve um papel de liderança nesse pacto de silêncio e negação. A jovem república, proclamada e controlada por ex-senhores inconformados com a abolição da escravidão, inaugurou um padrão de exaltação oficial da herança indígena (subitamente elevada à condição de símbolo da brasilidade) e de desprezo pelos pretos e pelos mestiços (subitamente eleitos como responsáveis pela “indolência” e pelo “atraso” do país).

As teorias racistas pseudocientíficas do século XIX preconizavam uma rígida hierarquia das raças (os brancos no topo, com a responsabilidade de dominar e de “civilizar” as raças “inferiores”) e condenavam veementemente a miscigenação como um fator de degeneração, fatal para o processo “civilizatório” e o “avanço” dos povos. A elite brasileira passou toda a Primeira República (1889-1930) assombrada por estas teorias, profundamente envergonhada de sua herança africana e ibérica, e da mestiçagem da população. Desenvolveu e financiou, com recursos públicos, vários projetos de atração de imigrantes europeus, não só em busca da mão de obra que considerava mais desejável, mas também em perseguição de um fantástico ideal de “embranquecimento nacional”.¹¹

A chamada Revolução de 30, supostamente modernizante e destinada a substituir no poder as velhas oligarquias da “velha república”, nenhuma mudança trouxe na visão das elites ou na postura do Estado sobre a questão racial.

11 Veja, por exemplo, Thomas E. Skidmore. *Black into White. Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York: Oxford University Press, 1974.

O regime por ela implantado nutria, especialmente em sua fase ditatorial mais dura (o “Estado Novo”, de 1937 a 1945), abertas simpatias pelos regimes nazifascistas que floresciam na Europa e por seu ideário racista de supremacia ariana. Macaqueando ideias e práticas do III Reich, desenvolvia projetos de educação física, ginástica e desportos voltados para a “eugenia” e a “melhoria da raça”.

Seu nacionalismo, sua estética oficial e sua busca de raízes “autênticas” incluía, mais uma vez, os indígenas e o folclore popular, mas não tinha lugar para os negros nem para o rico componente africano da cultura brasileira. Foi uma época marcada por avanços importantes na área dos direitos trabalhistas, pela supressão de liberdades políticas e graves violações dos direitos humanos, e por um completo descaso com relação às desigualdades raciais.

No plano das ideias, esse período assistiu o nascimento de uma reação intelectual contra o racismo “científico” e a tese da “danação nacional” pela mestiçagem. O grande protagonista desse movimento, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, gerou forte comoção no pensamento social brasileiro ao fazer o elogio aberto da miscigenação, da herança cultural africana e do que chamou de “gênio colonial português”. Sua obra, entretanto, é inteiramente impregnada por uma visão idílica, quase edênica, de uma suposta sociedade escravista patriarcal e pela mentira da escravidão benevolente ou cordial, constituindo-se, até hoje, no grande pilar intelectual do mito da democracia racial no Brasil.¹²

Os governos populistas-desenvolvimentistas do interregno democrático 1945-1964 se preocuparam obsessivamente com a industrialização e o crescimento econômico. Com exceção das disparidades regionais, que mereceram alguma atenção, pouco se importaram com as iniquidades sociais, e muito menos com seu componente racial.

A grande efervescência reformista-revolucionária do final desse período (governo João Goulart) moldou-se inteiramente por uma visão

12 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala. Introdução à História da Sociedade Patriarcal do Brasil* (1933). O livro já teve mais de 40 edições no Brasil e foi traduzido para diversas línguas. Uma versão mais antiga, e ainda mais radical dessa visão pode ser encontrada em Gilberto Freyre. “Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century”. *Hispanic American Historical Review* (1922).

marxista da sociedade, baseada exclusivamente no modelo ortodoxo da luta de classes, sem nenhum espaço para considerações sobre gênero, raça, ou qualquer outra dimensão da desigualdade ou da justiça social.

A ditadura militar (1964 até o final dos anos 80) era totalmente refratária ao tema da desigualdade e promovia ativamente o mito da democracia racial. Os líderes e as organizações negras eram vistos com suspeição e foram muitas vezes perseguidos como esquerdistas ou “subversivos”. A negação oficial do problema racial no Brasil atingiu seu ponto culminante, como anotamos acima, com a supressão do quesito sobre raça no Censo Demográfico de 1970.

Aparentemente, o regime dos generais, tinha tanta convicção da “inocência” do Brasil nesta questão, que não teve nenhuma dificuldade em ratificar a Convenção 111 da OIT, a Convenção de 1960 da UNESCO contra a discriminação na educação, e a Convenção Geral das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Racismo (1966), ou mesmo em participar ativamente da condenação do Apartheid sul-africano nos fóruns internacionais e nas duas primeiras conferências mundiais contra o racismo.

POLÍTICAS RACIAIS NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

Só no meado dos anos 80, com o início da redemocratização, e um pouco mais tarde, com a nova Constituição Federal de 1988, começaram a surgir alguns sinais de mudança nesse quadro.

Partindo de São Paulo, em 1984, os novos governos estaduais democraticamente eleitos iniciaram a criação de agências e conselhos “da comunidade negra”, com a missão de monitorar e combater a discriminação racial, de divulgar a cultura afro-brasileira e, de maneira meio vaga, de promover a inclusão e o progresso da população negra.

Essas iniciativas foram importantes, na medida em que significaram uma mudança de atitude, mas geraram poucos resultados concretos. As agências tinham mandatos mal definidos, financiamento inadequado e nenhum acesso aos centros reais de decisão. Permaneceram, quase sem exceção, como “guetos negros” encravados na estrutura dos respectivos governos.

A comemoração do centenário da abolição, em 1988, ensejou alguma mobilização sobre temas afro-brasileiros, e resultou na criação, pelo governo José Sarney, da Fundação Cultural Palmares (assim denominada em homenagem ao Quilombo dos Palmares, o maior episódio de resistência escrava da história do Brasil) e na proclamação de seu líder, Zumbi dos Palmares, como herói nacional.

A Constituição de 1988, que substituiu as cartas outorgadas pelos militares, além de expressar, em seu preâmbulo, o “reconhecimento da nação pela contribuição cultural” dos afro-brasileiros, redefiniu os atos de racismo e de discriminação racial como *crimes*, ao invés de simples *contra-venções*, como eram tipificados na legislação anterior.

Em retrospectiva, a ação do Estado nesse período (meados dos 80 ao início dos 90) pode ser descrita como girando em torno de duas linhas principais:

a) uma vertente “cultural”, que consistiu em uma crescente promoção e valorização da história, da cultura e da arte afro-brasileiras, enfatizando o conteúdo simbólico da resistência e da dignidade dos escravos (inclusive através do reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas às suas terras ancestrais) e,

b) uma vertente de combate à discriminação, que envolveu um discreto incremento no aparato e na disposição do Estado para registrar e reprimir atos de discriminação racial flagrante, através de algumas medidas legislativas e do estabelecimento das agências, conselhos e ouvidorias acima mencionados.

Não houve, contudo, nenhuma admissão ou divulgação oficial das brutais desigualdades raciais (nem, é claro, da necessidade de enfrentá-las), ou qualquer ação concreta, nos campos da educação, do mercado de trabalho ou qualquer outro, no sentido de promover a redução das disparidades de renda, de educação, ou dos padrões de vida entre brancos e negros.

Mesmo sem querer diminuir a importância dos avanços conquistados nesta fase da transição para a democracia, é preciso observar que o período contém alguns ensinamentos importantes. Ele nos mostra, por exemplo, que é muito mais fácil construir consensos em torno da celebração da

diversidade étnica, ou do orgulho pela herança cultural africana, do que se aventurar no terreno controverso e conflituoso da ação afirmativa ou da discriminação positiva. Por mais importante que seja, a abordagem cultural é inofensiva, no sentido de não representar ameaça, pelo menos imediata, à ordem estabelecida, podendo, portanto, ser facilmente absorvida ou simplesmente ignorada.

Do mesmo modo, a condenação moral e, eventualmente, a punição de atos explícitos de discriminação nunca enfrentou nenhuma oposição séria no Brasil. Muito pelo contrário, os brasileiros têm um enorme apreço pela fantasia da democracia racial. As manifestações abertas de racismo e de intolerância racial, sobretudo em suas formas violentas, sempre foram claramente rejeitadas pela cultura brasileira contemporânea, e sua repressão sempre foi amplamente apoiada e aplaudida.

Bem diferente, e infinitamente mais difícil, é pressionar por oportunidades realmente iguais na educação e no mercado de trabalho, por mais médicos, advogados, juizes, empresários, cientistas, professores, diplomatas e generais negros. Isso implica em pressionar pela redistribuição da renda, da riqueza e do poder, e ameaça as próprias fundações de uma hierarquia econômica, social (e racial) estabelecida há séculos. É algo que os brasileiros estão muito menos propensos a fazer. Ou a aceitar.

POLÍTICAS RACIAIS NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

A transição democrática se completou e se consolidou com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, no final de 1994. Mais que qualquer de seus antecessores, o presidente eleito tinha formação e motivação para incluir a questão racial na agenda de seu governo, portador que era de sólidas credenciais como sociólogo destacado, historiador da escravidão, estudioso das relações raciais, e importante liderança na luta pela democratização. Como um jovem pesquisador, teve um papel proeminente na demolição (acadêmica) do mito da democracia racial.¹³

13 O trabalho de Fernando Henrique Cardoso nessa área foi parte de um importante projeto sobre relações raciais no Brasil, comissionado pela UNESCO, nos anos 1950, que

Fernando Henrique abordou o tema já em seu discurso de posse, apontando a desigualdade racial como um dos pilares fundadores da desigualdade no Brasil, e um problema a ser enfrentado com urgência e energia. Essa foi a primeira vez que um presidente brasileiro falou abertamente sobre esse tabu nacional.

Alguns meses mais tarde, Brasília assistiu à maior manifestação pela igualdade racial jamais vista no país. A Esplanada dos Ministérios foi tomada por dezenas de milhares de manifestantes que exigiam posicionamento e ação do governo, na “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, em 20 de novembro de 1995. A manifestação resultou na criação, no mesmo dia, de uma ambiciosa força tarefa, que reunia vários ministérios e recebeu a missão de realizar estudos e propor medidas para a promoção da igualdade racial.

Apesar das expectativas que cercaram seu nascimento, o Grupo de Trabalho Interministerial da População Negra (GTI População Negra), teve um destino bem semelhante ao dos seus antecessores nos níveis estadual e local, basicamente pelo mesmo conjunto de razões: definições genéricas e vagas, falta de foco, problemas de financiamento e, acima de tudo, nenhuma autoridade ou peso político real. O grupo realizou várias reuniões e obteve algumas vitórias, particularmente na eliminação de estereótipos e abordagens racistas dos currículos e livros escolares, mas pouco conseguiu avançar além disso.

O desdém brasileiro pela desigualdade racial prevaleceu mais uma vez, e logo ficou evidente que a maior parte dos ministérios e das agências governamentais envolvidas encaravam o GTI População Negra mais como um aborrecimento do que como uma prioridade.

O Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), lançado em 1996, incluiu um capítulo sobre a questão racial, todavia seu foco principal estava voltado para a promoção de outros aspectos dos direitos humanos. O Ministério do Trabalho lançou, na mesma época, um conjunto

teve a participação de notáveis cientistas sociais, como Roger Bastide, Octávio Ianni, Ruth Leite Cardoso, e outros, coordenados por Florestan Fernandes. Gerou várias publicações, entre as quais Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul (1962)*. 2a. edição: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

de programas destinados a combater a discriminação no mercado laboral, que também incluía a discriminação racial entre seus alvos, mas que, a exemplo da área de direitos humanos, terminou por priorizar outros enfoques, enfatizando as questões de gênero e os problemas dos portadores de deficiências.

Um balanço retrospectivo dos poucos resultados, tanto do GTI População Negra quanto das demais iniciativas ensaiadas, deixa claro que o desempenho do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso no campo dos problemas raciais foi, de fato, muito pobre, e inevitavelmente frustrante em comparação com as altas expectativas que haviam sido levantadas.

Mesmo assim, o presidente inaugurou uma era de abertura e transparência na atitude do Estado brasileiro com relação às desigualdades raciais e ao racismo, que iria produzir frutos importantes logo adiante, com o auxílio da convocação, pelas Nações Unidas, da III Conferência Mundial contra o Racismo. A Conferência de Durban coincidiu com seu segundo mandato e contribuiu decisivamente para impulsionar o tema na agenda nacional.¹⁴

O IMPACTO DA CONFERÊNCIA DE DURBAN

A preparação para Durban, a própria conferência, e seus desdobramentos geraram uma autêntica escalada na mobilização e na tomada de consciência, dentro do governo, na mídia e, em menor escala, na própria sociedade, desencadeando uma sucessão de eventos que colocou a questão da raça e da igualdade racial em um patamar inédito na história do Brasil moderno.

Um novo padrão de diálogo entre o governo e a sociedade civil foi estabelecido, com a criação de comissões paritárias e a realização de várias rodadas de reuniões, consultas e eventos em todas as regiões do país. A

14 Veja Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin (op. cit.) e Roberto B. Martins. "Affirmative Action and the Quest for Racial Justice in Brazil". Paper presented at the Regional Workshop on Strategies for the Adoption and Implementation of Policies of Affirmative Action for People of African Descent of the Latin America and Caribbean Region (Montevideu, maio de 2003).

intensidade da participação da sociedade no processo preparatório pode ser inferida pelo tamanho da delegação brasileira presente em Durban, que reuniu mais de 500 pessoas, entre delegados oficiais e membros de organizações não-governamentais.¹⁵

O governo brasileiro adotou, pela primeira vez na história, uma postura de absoluta transparência e de divulgação ativa e realista das desigualdades raciais. Com o apoio e o estímulo pessoal do Presidente da República, o IPEA iniciou a produção regular de indicadores e de análises desagregadas por raça, conferindo precisão estatística e chancela oficial ao dramático quadro tantas vezes denunciado sem sucesso pela militância negra.

Uma política deliberada de ampla divulgação desses dados conseguiu captar a atenção da grande imprensa e da opinião pública, e contribuiu significativamente para o “empowerment” das organizações do movimento negro, que passaram a tê-los como referência em suas denúncias e reivindicações.

Na conferência regional preparatória, em Santiago, e novamente em Durban, o Brasil teve um papel protagonista, com posições avançadas em vários temas. Admitiu, pela primeira vez perante fóruns internacionais, a existência de formas estruturais de racismo no país e apoiou a resolução reconhecendo a escravidão e o tráfico de escravos como crimes contra a humanidade, bem como a tese da reparação aos descendentes das vítimas da escravidão através de políticas compensatórias focalizadas. Entre essas políticas, o documento oficial brasileiro propunha explicitamente, com a aprovação pessoal do presidente Fernando Henrique, a política de quotas para afrodescendentes nas universidades.

Na esteira de Durban, o debate sobre a questão racial entrou na agenda nacional com uma força sem precedentes, atraindo mais atenção dos governos (executivo, legislativo e judiciário, nos níveis federal,

15 Gilberto Vergne Saboia (organizador). *Anais dos Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

estadual e municipal), mais cobertura da mídia e mais participação do público em geral, do que em qualquer época anterior.

O período assistiu à criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), com representantes do governo e da sociedade civil, assim como a entrada em cena de novos e importantes atores. O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho intensificaram muito suas ações nessa área, adotando posturas crescentemente ativas contra a discriminação e pela promoção da igualdade racial. Registrou-se também um sensível aumento de interesse sobre o tema no âmbito do legislativo, com apresentação e discussão de vários projetos de lei, tanto no Congresso Nacional como nas assembleias estaduais e câmaras municipais.

Ainda no ano de 2001 ocorreram os primeiros experimentos brasileiros com programas de ação afirmativa envolvendo a discriminação positiva de afrodescendentes. Os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e da Cultura, e o Tribunal Superior do Trabalho lançaram projetos piloto visando ampliar a participação de negros nas funções comissionadas de direção e assessoramento (DAS) e começaram a exigir políticas de diversidade racial de seus fornecedores de bens e serviços.

Em 20 de novembro de 2001, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mello, surpreendeu a nação com uma calorosa defesa pública da ação afirmativa, sustentando, em um pronunciamento memorável, a tese de que a Constituição Federal não apenas *garante suporte legal* como também *positivamente induz* essa linha de políticas públicas, na medida em que determina ao Estado a *promoção ativa* da igualdade socioeconômica entre todos os brasileiros.¹⁶

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) iniciou um programa de bolsas destinado a reforçar a preparação de candidatos negros ao disputado exame de admissão ao Instituto Rio Branco, a academia brasileira do serviço diplomático. Essa iniciativa abriga, além de sua óbvia importância intrínseca, um significado simbólico de grande envergadura.

16 Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. “Ótica Constitucional: A Igualdade e as Ações Afirmativas”, em Tribunal Superior do Trabalho. *Discriminação e Sistema Legal Brasileiro*. Brasília: TST, 2002

Apesar de existirem alguns negros na carreira diplomática, o Brasil nunca teve, em toda a sua história, um embaixador de carreira negro. O Itamaraty sempre foi visto como um reduto conservador exclusivo da elite branca e foi muitas vezes acusado no passado de tentar projetar para o mundo uma imagem “branca” do país. Embora essas acusações já não tenham, há bastante tempo, qualquer fundamento real, o fato de que a presença de negros e negras nos quadros da diplomacia brasileira, principalmente em seus escalões superiores, é extremamente rarefeita, segue sendo absolutamente verdadeiro. A decisão do MRE de reconhecer o problema e de enfrentá-lo abertamente denota uma nova postura e uma transparência ainda muito raras no serviço público e na sociedade brasileira.

Um decreto presidencial de 13 de maio de 2002 criou o Programa Nacional de Ações Afirmativas com o objetivo de estender ao conjunto do governo federal os projetos piloto lançados pelos ministérios acima mencionados, através do estabelecimento de quotas quantitativas para afrodescendentes e para mulheres nos cargos superiores de direção e assessoramento de toda a administração do poder executivo federal. Sua implementação foi iniciada no final de 2002, com a realização do Censo Racial do Serviço Público Federal, cujos resultados ainda não foram divulgados.

Todos esses avanços foram importantes, mas, em virtude de seu caráter localizado e incipiente, passaram quase inteiramente despercebidos pelo grande público e não geraram grandes controvérsias ou oposição. No Brasil, como em outros lugares, o privilégio de sacudir a opinião pública e deflagrar debates amplos e acirrados estava reservado à questão das quotas raciais nas universidades, como se verá adiante.

O NOVO GOVERNO E A QUESTÃO RACIAL

O presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2003, em meio a uma imensa onda de expectativa e de esperança. Chegou ao poder com um discurso altamente crítico ao governo anterior, a promessa de transformações profundas na vida nacional e uma história de vida – nordestino, de origem humilde, líder sindical metalúrgico – que o

credenciava a encarnar a imagem de grandes mudanças: é o primeiro presidente brasileiro nascido e formado ao largo das elites tradicionais.

Embora tenha adotado políticas econômicas (de ortodoxia monetária e fiscal) idênticas às do governo que tanto criticava, com reflexos duramente negativos sobre a atividade econômica e o emprego, os projetos que declarou prioritários – a completa erradicação da fome, as reformas previdenciária e tributária, e a retomada do “espetáculo” do crescimento econômico – continuam sustentando, e até reforçaram, a expectativa de mudanças.

As primeiras atitudes do novo governo com relação à questão racial foram claramente positivas. Seu ministério incluiu três ministros negros (da Cultura, da Assistência Social e do Meio Ambiente) e, em março de 2003, foi criada uma secretaria especial, com status ministerial, para a elaboração e a coordenação de políticas de promoção da igualdade racial. Para esta secretaria (SEPPIR) foi nomeada uma mulher negra com credenciais impecáveis de militância na luta da comunidade afro-brasileira.

Em maio, ao indicar o jurista Joaquim Barbosa para o Supremo Tribunal Federal, o presidente fez história, colocando o primeiro ministro negro na mais alta corte de justiça do país.

Um bom começo, sem dúvida. Mas é preciso observar que esses atos, em si, não asseguram a adoção, e muito menos o sucesso, de políticas eficazes para a redução das desigualdades raciais. A experiência demonstra fartamente, em todas as partes do mundo, que a criação de órgãos, agências ou comissões, mesmo em alto nível hierárquico, nada garante por si só.

No caso específico da luta contra a discriminação e pela igualdade racial no Brasil, a história recente, esboçada acima, é rica em frustrações e em lições que não devem ser ignoradas. Muito além da mera criação dos órgãos, é preciso garantir sua inserção real nos centros de decisão, sua influência política e os recursos humanos e materiais necessários à sua atuação. Nada disso está claro no caso presente.

A opção por ações afirmativas (políticas que envolvam discriminação positiva a favor da população negra) está longe de ser consensual ou tranquila dentro do governo ou dentro do partido do governo. É óbvia, por

exemplo, e muito preocupante, a posição vacilante do Ministério da Educação na questão de quotas raciais nas universidades públicas. Ou os pesados ataques lançados há pouco tempo contra o próprio conceito de políticas sociais focalizadas (do qual as ações afirmativas são um caso particular) por intelectuais orgânicos altamente influentes no partido do governo.

ACONTECIMENTOS RECENTES E PERSPECTIVAS

O mais importante avanço a registrar em 2003 é o progresso do debate sobre ações afirmativas no âmbito das universidades. Ele se deve, ao lado da ação do governo federal (iniciada no mandato anterior e continuada no atual), à intensificação da atuação do movimento negro, a mobilizações específicas de grupos e de governos locais, e tem como pano de fundo o novo patamar de consciência e de visibilidade das desigualdades raciais que se construiu nos últimos anos, sobretudo a partir da Conferência de Durban e seus desdobramentos.

Nos dois últimos anos várias universidades públicas brasileiras haviam começado, finalmente, a discutir a possibilidade de incluir critérios de ação afirmativa para negros, ou outros mecanismos de inclusão étnica e social em geral, em seus sistemas de admissão aos cursos de graduação. Algumas já vinham, há algum tempo, reservando vagas para candidatos indígenas ou portadores de deficiências físicas.

No início de 2003 esse processo teve grande aceleração com a introdução, pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF) e pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de quotas para afrodescendentes em seus exames vestibulares. Nos dois casos o critério racial se combinou com um critério socioeconômico, representado pelo requisito do candidato ser oriundo de escola secundária pública, numa tentativa de colocar um foco mais preciso nos estratos de renda mais baixa.

A experiência produziu instantaneamente um debate acirrado, com ampla cobertura da grande imprensa e das redes nacionais de televisão. A “quota” passou a ser assunto em toda parte: pela primeira vez se viu nas ruas, nos bares, nos aeroportos e nas filas dos bancos, pessoas discutindo

acaloradamente os “prós” e os “contras” da ação afirmativa. Desencadeou também várias disputas judiciais, algumas das quais já chegaram ao Supremo Tribunal Federal, que dentro de pouco tempo terá a oportunidade de confirmar, ou de rejeitar, a posição amplamente divulgada de seu ex-presidente.

No dia 6 de junho de 2003, a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se a primeira universidade *federal* brasileira a aprovar um projeto de ação afirmativa, reservando uma quota de 20% das vagas para candidatos negros, a ser aplicada já no vestibular de 2004. O projeto terá a duração inicial de 10 anos, e prevê ainda uma quota, a ser definida, para candidatos indígenas. A decisão da UnB foi tomada de maneira inteiramente autônoma por sua Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (por 24 votos a favor, um contrário e uma abstenção), sem nenhuma participação do Ministério da Educação ou do Conselho Federal de Educação.¹⁷

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também já decidiu adotar um programa de quotas para afrodescendentes e há mobilizações e propostas de ações afirmativas em curso, em diferentes estágios de desenvolvimento, nas universidades federais da Bahia (UFBA), Minas Gerais (UFMG), Fluminense (UFF), São Paulo (UNIFESP), Paraná (UFPR), Goiás (UFG), Amazonas (UFAM), Amapá (UNIFAP), Roraima (UFRR), e provavelmente em outras.

No setor das universidades públicas estaduais, além das pioneiras UERJ, UENF e UNEB, o movimento se estende a várias outras, como a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), que já mantém uma política de quotas para indígenas, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O governo do estado de São Paulo, cujo sistema universitário estadual (constituído pela Universidade de São Paulo – USP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Universidade do Estado de São Paulo – UNESP) é o maior e mais prestigiado do país, está estudando a adoção de políticas afirmativas no conjunto das três universidades. Sua Secretaria de

17 José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato. *Síntese da Proposta de Ação Afirmativa para Estudantes Negros, Índios e Egressos da Escola Pública na Universidade de Brasília*. Brasília, junho de 2003.

Justiça e de Defesa da Cidadania criou uma Comissão de Promoção das Ações Afirmativas, vai realizar um censo racial dos servidores públicos do estado e já iniciou uma ampla programação de workshops e congressos focalizando a questão da inclusão racial.

Essas mobilizações, especialmente o modelo de decisão independente inaugurado pela UnB, indicam que o processo adquiriu dinâmica e autonomia próprias e já começam a produzir resultados, rompendo o imobilismo do Ministério da Educação. Foi em resposta a essas pressões que o Ministro da Educação e a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial publicaram a Portaria Conjunta no. 2.430, em 9 de setembro de 2003, criando um Grupo de Trabalho “com o objetivo de elaborar proposta para o estabelecimento de políticas públicas de ação afirmativa que permitam o acesso e a permanência de negros nas instituições federais de ensino superior”.¹⁸

É também visível a maior atenção dos escritórios brasileiros das agências do sistema das Nações Unidas para o tema das desigualdades raciais e as políticas de inclusão racial nos últimos anos. O PNUD estabeleceu desde 2001 um programa de cooperação com o IPEA para a produção de estudos e estatísticas sobre a questão. A OIT produziu um extenso relatório sobre discriminação de gênero e de raça no mercado brasileiro de trabalho (em 2003) e a UNESCO criou em seu staff brasileiro um ponto focal sobre os problemas raciais.

O ano de 2003 assistiu ainda às primeiras movimentações do setor empresarial privado nessa área. Em agosto, a ONG empresarial Integrare, a American Chamber of Commerce de São Paulo e a Congressional Black Caucus Foundation (dos Estados Unidos) realizaram um interessante seminário sobre inclusão racial através dos negócios, com a participação de empresários negros norte-americanos e brasileiros e a apresentação de *cases* de programas de ação afirmativa no ambiente corporativo.

Tudo indica, portanto, que o restante de 2003 e os próximos anos trarão importantes novidades nestas áreas.

18 *Diário Oficial da União*, edição de 10/09/2003. Portaria conjunta (Ministério da Educação e SEPPPIR) no. 2.430, de 9 de setembro de 2003

Brasil : Indicadores socioeconômicos selecionados, por raça, 1992 e 2001

	1992		2001	
	Branços	Negros	Branços	Negros
Indicadores do mercado de trabalho				
Taxa de desemprego (PEA de 16 anos ou mais) (%)	5,7	6,9	8,1	10,6
Renda real* média do trabalho (16 anos ou mais) (<i>Reais</i>)	605	307	757	376
Taxa de informalidade (16 anos ou mais) (%)	28	44	31	46
Taxa de precarização da ocupação (16 anos ou mais) (%)	52	66	52	65
Indicadores de renda, pobreza e extrema pobreza				
Renda domiciliar real* per capita (<i>Reais</i>)	363	161	482	205
População abaixo da linha de pobreza (%)	29	55	22	47
População abaixo da linha de indigência (%)	12	28	8	22
Indicadores de educação e alfabetização				
População** com menos de 4 anos de estudo (%)	32	56	25	43
População** com menos de 8 anos de estudo (%)	64	82	54	72
População** com 11 anos de estudo ou mais (%)	24	10	32	16
População** com 15 anos de estudo ou mais (%)	8	2	10	3
População de 7 a 13 anos que não frequenta escola (%)	8	16	2	4
População de 18 a 24 anos cursando universidade*** (%)	7	1	12	3
Taxa de analfabetismo (15 a 24 anos) (%)	4	13	2	6
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (%)	11	26	8	18

(continua)

Brasil : Indicadores socioeconômicos selecionados, por raça, 1992 e 2001

(conclusão)

	1992		2001	
	Branços	Negros	Branços	Negros
Indicadores de inclusão digital				
População em domicílios que tem computador (%)			18,6	5,0
População em domicílios que tem acesso à internet (%)			12,8	2,8
Indicador de desenvolvimento humano				
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH***	0,757	0,621	0,818	0,701
Indicadores de habitação e acesso a serviços básicos				
População vivendo em aglomerados subnormais (%)	3,1	6,6	2,8	5,1
População com abastecimento inadequado de água (%)	13,3	39,0	6,9	23,4
População com esgoto sanitário inadequado (%)	35,3	62,5	26,3	48,4
População em domicílios sem energia elétrica (%)	6,4	19,3	2,2	7,1
Indicadores de sobrevivência e mortalidade				
Esperança de vida ao nascer*** (anos)	68,1	61,4	71,0	65,7
Probabilidade de sobreviver até 40 anos de idade*** (%)	90,6	83,9	93,2	88,8
Probabilidade de sobreviver até 60 anos de idade*** (%)	77,4	65,0	82,4	72,7
Taxa de mortalidade até 1 ano de idade*** (por 1000)	35,1	56,0	26,1	38,8
Taxa de mortalidade até 5 anos de idade*** (por 1000)	42,1	75,0	28,0	47,9

(*) Valores mensais, em *Reais* de janeiro de 2002

(**) População de 25 anos de idade ou mais

(***) Dados referentes a 1991 e 2000

Fontes e definições: Veja as seções correspondentes do texto.

REFERÊNCIAS

- Bowen, William G. e Derek Bok. *The Shape of the River. Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962). 2ª. edição: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Carvalho, José Jorge de e Rita Laura Segato. *Síntese da Proposta de Ação Afirmativa para Estudantes Negros, Índios e Egressos da Escola Pública na Universidade de Brasília*. Brasília, junho de 2003.
- Carvalho, José Jorge e Rita Laura Segato. *Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília*. Brasília, 2002.
- Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.
- Diário Oficial da União*, edição de 10/09/2003. Portaria conjunta (Ministério da Educação e SEPPIR) n. 2.430, de 9 de setembro de 2003.
- Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987.
- Freyre, Gilberto. "Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century". *Hispanic American Historical Review*, vol. 5, nº. 4 (Nov. 1922).
- Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarcal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt Ltda. 1933
- Henriques, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- IPEA, Fundação João Pinheiro e PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000* (a ser disponibilizado brevemente *on line* na internet e em CD Rom).

Jaccoud, Luciana de Barros e Nathalie Beghin. *Desigualdades Raciais no Brasil. Um Balanço da Intervenção Governamental*. Brasília: IPEA, 2002 (anexo estatístico em CD Rom).

Johnson, Lyndon B. Commencement Address at Howard University. “To fulfill these rights” (June 4, 1965). *Public Papers of the Presidents of the United States: Lyndon B. Johnson, 1965*. Vol. II. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1966.

Lam, David. *Generating Extreme Inequality: Schooling, Earnings and Intergenerational Transmission of Human Capital in South Africa and Brazil*. Report nº 99-439. Population Studies Center. University of Michigan (August 1999).

Martins Filho, Amilcar Vianna e Roberto B. Martins. “Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth Century Minas Gerais Revisited”. *Hispanic American Historical Review* (63), nº 3 (agosto de 1983).

Martins, Roberto B. “Affirmative Action and the Quest for Racial Justice in Brazil”. Paper presented at the Regional Workshop on Strategies for the Adoption and Implementation of Policies of Affirmative Action for People of African Descent of the Latin America and Caribbean Region (Montevideo, maio de 2003).

Martins, Roberto B. *Desigualdades e Discriminação de Gênero e de Raça no Mercado Brasileiro de Trabalho no Final do Século XX*. Relatório apresentado à OIT Brasil (abril de 2003).

Martins, Roberto B. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. dissertation. Department of Economics, Vanderbilt University, 1980.

Mello, Marco Aurélio Mendes de Farias. “Ótica Constitucional: A Igualdade e as Ações Afirmativas”, em Tribunal Superior do Trabalho. *Discriminação e Sistema Legal Brasileiro*. Brasília: TST, 2002.

Rocha, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata?*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Saboia, Gilberto Vergne (org.). *Anais dos Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

Skidmore, Thomas E. *Black into White. Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York: Oxford University Press, 1974.

Skrentny, John David. *The Ironies of Affirmative Action. Politics, Culture and Justice in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Soares, Sergei Suarez Dillon. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão n. 769 (novembro de 2000).

U.S. Census Bureau. *Percent of People 25 Years Old and Over Who Have Completed High School or College, by Race, Hispanic Origin and Sex: Selected Years 1940 to 2002*. (Internet Release Date: March 21, 2003).

Prefácio ao Livro de Carlos Alberto Medeiros, *Na Lei e na Raça**

Roberto Borges Martins

O brutal panorama das desigualdades e das injustiças raciais no Brasil tem sido marcado, nos últimos anos, pela convivência paradoxal de duas tendências aparentemente opostas.

De um lado, observamos muitas permanências — aspectos de um passado perverso que insiste em não morrer — e de outro, várias mudanças fundamentais, que nos permitem vislumbrar, ao longe, alguma luz no fim do tenebroso túnel das relações raciais em nosso país.

Do lado desse passado vergonhoso e pegajoso, assistimos à sobrevivência de imensas desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos, cada vez mais claras, escancaradas e medidas com crescente precisão, e que têm sido capazes de se manter mesmo em períodos de avanço social generalizado no Brasil.

Assim, por exemplo, desde que o nosso aparato estatístico nos permite medi-las com segurança, a renda *per capita* das famílias negras se situa sistematicamente em torno de apenas 40% da renda das famílias brancas. A incidência de pobreza e de indigência na população negra é invariavelmente duas a três vezes mais alta do que entre os brancos.

* A referência completa do livro é: Carlos Alberto Medeiros. *Na Lei e na Raça, legislação e relações raciais Brasil- Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Conheci Carlos Alberto Medeiros há mais de vinte anos, num debate que tive com ele e com Cláudio Moura Castro, no congresso de História Econômica da ABPHE, em Cambu, em 2003. Lembro-me claramente como fiquei encantado com a clareza e a força de sua argumentação naquela ocasião. Pouco tempo depois, Medeiros me honrou com o convite para prefaciar seu excelente livro, o que fiz com muito prazer.

No campo da educação o quadro é ainda mais preocupante. Embora a taxa geral de analfabetismo tenha caído significativamente nas últimas décadas, a dos negros se manteve em patamares duas a três vezes mais altos que a dos brancos, em todas as faixas etárias.

Da mesma forma, apesar dos grandes avanços na inclusão educacional em todos os níveis, os perfis da escolaridade de brancos e negros se distanciaram nos anos 90, ou seja, a inclusão dos brancos ocorreu mais rapidamente que a dos negros. Só nos níveis elementares de educação houve uma ligeira convergência. Nos níveis médio e superior as distâncias aumentaram claramente nesse período.

A universidade brasileira (especialmente a universidade pública, supostamente aberta a todos, integrada e racialmente democrática) continua literalmente fechada aos jovens negros. No seu conjunto, o sistema universitário brasileiro (medido em número de matrículas) mais que dobrou em tamanho absoluto entre os censos de 1991 e de 2000, mas tornou-se proporcionalmente ainda mais branco do que já era: a percentagem de negros na população universitária *diminuiu* ao invés de aumentar.

Em 2001, enquanto 10,2% dos brasileiros brancos adultos (com 25 anos ou mais) tinha alcançado 15 anos ou mais de educação formal, entre os negros adultos esse percentual chegava apenas a 2,5%.

É chocante verificar que nos Estados Unidos esse coeficiente de escolaridade superior entre os negros foi atingido em 1947, em plena era da segregação, muito antes das decisões integracionistas da Suprema Corte, das vitórias dos movimentos de direitos civis e do advento das políticas de ação afirmativa.

Essas disparidades obviamente se refletem no mercado de trabalho, que é sem dúvida o principal determinante da renda das famílias. As taxas de desemprego, de informalidade e de precarização dos trabalhadores negros são absurda e sistematicamente mais altas que a dos brancos, desde que existem estatísticas sobre essas variáveis.

A remuneração do trabalhador negro é, em média, e em todas as regiões do país, cerca de metade daquela do trabalhador branco, e este hiato está crescendo com a passagem do tempo, refletindo claramente o aumento dos hiatos de escolaridade.

Outros indicadores, referentes à saúde, longevidade, mortalidade, condições habitacionais, exclusão digital, etc., repetem, monotonamente, a mesma história, para não falar de exposição à violência estatal e privada, acesso à justiça e participação na representação política e nos centros de decisão e de poder.

Ainda no lado das permanências herdadas do passado, podemos ver que o preconceito e a discriminação racial continuam em pleno vigor. Os dados do mercado de trabalho demonstram que, entre brancos e negros *com a mesma escolaridade*, os últimos ganham cerca de um terço menos que os primeiros, e que os negros são nitidamente mais mal remunerados mesmo nas ocupações mais rústicas (que não requerem escolaridade alguma) tais como serviço doméstico e trabalho braçal na agricultura. Um grande número de ocupações continua fechado a eles simplesmente em virtude de sua cor.

Em outras áreas, episódios como o recente assassinato do jovem dentista negro em São Paulo, ou o constrangimento sofrido pelo grupo de lideranças femininas negras no Hotel Nacional em Brasília, falam por si só. Esses fatos específicos alcançaram as manchetes da grande mídia, mas casos idênticos se repetem diariamente em todos os cantos do Brasil.

O próprio mito da “democracia racial”, que tantos males tem causado ao país e à sua população negra, permanece bem vivo. Apesar de totalmente desmoralizada por décadas de estudos científicos e pela onipresença das brutais desigualdades, a mentira entronizada por Gilberto Freyre na cultura brasileira ainda é amplamente disseminada na população branca, como revelam as recentes e raivosas reações à mera discussão sobre ações afirmativas ou cotas universitárias.

A negação da existência de um “problema racial” no Brasil ainda é dominante, e os que discordam dela são acusados ainda hoje, exatamente como Freyre, intelectuais e políticos da esquerda, da direita e do centro, e a opinião pública em geral, acusavam Abdias do Nascimento nos anos 1940, de importar questões exóticas, não-brasileiras e até impatrióticas. Se o discordante for negro é logo acusado de *racista às avessas* (como se o racismo tivesse um lado direito) e de *americanófilo*. Caso seja branco, aos mimos podem ser acrescentados até o de *negrófilo*, esse sim, sem dúvida

um termo importado, pois não é outra coisa senão o *nigger lover*, dos escravocratas do *Old South* americano e do Ku Klux Klan.

Diante de tudo isso, poder-se-ia pensar que nada mudou nesse campo no Brasil, que tudo continua como dantes no quartel de Abrantes.

Mas isso seria um grave engano. Há transformações fundamentais em curso, e elas são muito importantes para quem consegue enxergar a sociedade com um mínimo de perspectiva histórica.

Em primeiro lugar há o crescimento do movimento negro, que dia a dia se avoluma em variedade de tendências, de tamanho, de organização, de poder de fogo e de capacidade de articulação tanto interna como internacional. Longe estão os dias em que uns poucos líderes solitários, pregavam, por pura teimosia, num deserto de indiferença, sem serem ouvidos sequer por seus próprios irmãos de cor.

Hoje podemos falar de entidades como CEERT, CEAP, AMAFRO, Geledés, Fala Preta, Educafro, para citar apenas algumas das mais famosas, dentre as milhares que existem em todos os cantos do Brasil e marcam diariamente sua presença, seja através da ação direta nas comunidades, da promoção da cultura afro-brasileira, do estudo e da pesquisa, da pressão parlamentar e da articulação política. E sobretudo do seu inconformismo com o *status quo* herdado do passado.

Outra novidade importante é a gradual mudança de atitude do Estado brasileiro. Em todos os níveis e esferas de governo — Executivo Federal, Executivos estaduais e municipais, nos Poderes Legislativo e Judiciário, no Ministério Público Federal, no Ministério Público do Trabalho, pode-se observar, com ritmos e intensidades diferentes, mas com bastante clareza, a passagem da antiga postura de negação da questão racial e de defesa da “democracia racial”, para posições de crescente reconhecimento, transparência, e até de ações concretas na promoção da igualdade racial.

Esse processo teve início nos anos 80, quando os novos governos estaduais democraticamente eleitos começaram a criar agências e conselhos da comunidade negra, com a missão de monitorar e combater a discriminação racial. Prosseguiu com a criação da Fundação Palmares no governo Sarney, e com as importantes mudanças introduzidas na Constituição Federal de 1988.

Um salto qualitativo importante ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso. Durante a preparação para Durban, na própria conferência e nos seus desdobramentos, o Estado brasileiro passou a reconhecer oficialmente, pela primeira vez na história, internamente e em fóruns internacionais, a existência de racismo estrutural.

Com o apoio pessoal do presidente da república (eu estava lá e vi com meus próprios olhos), o IPEA começou a produzir regularmente indicadores socioeconômicos desagregados por raça, revelando ao país e ao mundo a verdadeira dimensão do *apartheid* social que separa o Brasil branco do Brasil negro, tantas vezes denunciada sem sucesso pelo movimento negro. Esses dados, agora lastreados na chancela oficial e no grande prestígio internacional do IPEA, não mais poderiam ser simplesmente descartados ou desqualificados pelos críticos, prática anteriormente comum, como nos mostra Medeiros. Sua ampla (e deliberada) divulgação, pelo próprio IPEA, pelo Itamaraty e por outros órgãos do governo, chamou a atenção da grande mídia e contribuiu, de fato, para a mobilização e o *empowerment* da militância negra. O período assistiu ainda aos primeiros ensaios de ações afirmativas voltadas para a população negra.

O governo Lula prosseguiu e aprofundou esses avanços. Nomeou vários ministros negros, criou a Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e marcou um importante lugar na história ao indicar o primeiro ministro negro — o jurista Joaquim Barbosa Gomes — para o Supremo Tribunal Federal.

Algumas universidades públicas, lideradas pela UERJ, pela UNESB e pela UnB, iniciaram programas de cotas para negros, e muitas outras estão em estágios avançados de conscientização e de deliberação sobre projetos semelhantes.

O governo discute e anuncia várias propostas e me parece (a mim, que não faço parte dele nem de seu partido) sinceramente atribuir uma alta prioridade à questão.

Finalmente, e pelo menos tão importante quanto os progressos relatados acima, temos a eclosão de um novo protagonismo intelectual negro. Apesar de todas as formidáveis barreiras, as últimas décadas assistiram à entrada em cena de uma geração de

negros e negras altamente qualificados e titulados, que “passam a falar em seu próprio nome, sem necessidade de tradutores, intérpretes ou outros intermediários, como Gilberto Freyre, Jorge Amado, Darcy Ribeiro e outros tantos que, a partir de um lugar racialmente privilegiado nesta sociedade, pretendiam conhecer e entender os profundos anseios e aspirações dos negros, dos quais costumavam apresentar-se como simpáticos porta-vozes — por acaso sempre minimizando o conflito e defendendo, explicitamente ou não, o status quo, em nome, obviamente dos interesses do conjunto da população brasileira.¹

E aqui não estamos falando mais de uma meia dúzia de bravos como Abdias do Nascimento, Joel Rufino ou Guerreiro Ramos, que eram (e ainda são) intelectualmente grandes e heroicos em sua resistência solitária, mas *eram* irremediavelmente poucos.

Refiro-me agora a dezenas, ou centenas, de intelectuais, professores, pesquisadores, técnicos de nível superior e *policy-makers*, que surgiram com grande vigor no cenário acadêmico e no debate político brasileiros, em todas as áreas de conhecimento, e muito especialmente nas ciências humanas e sociais, na história, e no estudo das relações raciais.

Trata-se, sem dúvida, como bem registrou Medeiros, do surgimento de “uma nova *intelligentia* afro-brasileira”, da qual, mesmo perfeitamente consciente das omissões que serão cometidas, não posso deixar de citar nomes como os de Hélio Santos, Hédio da Silva Jr., Sueli Carneiro, Diva Moreira, Wania Sant’Anna, Joaquim Barbosa Gomes, Marcelo Paixão, Edna Rolland, Maria Aparecida Silva Bento, Maria Aparecida Silva, Humberto Adami, Matilde Ribeiro, Ubiratan Castro de Araújo, Marcos Cardoso, Jorge da Silva, Zélia Amador, Benilda Regina, Iris Amâncio, Eliane Cavallero, Nilma Lino Gomes, Ivete Sacramento, Edson Cardoso, Ivair Augusto dos Santos, Zezão, Aleixo Paraguassú, Carlos Alberto Reis de Paula, Tereza Santos, Maria Helena Theodoro, Vera Benedito, Lucila Beato, Luiza Bairros, Dalmi Francisco, Luiz Cláudio Barcelos, Luiz Alberto Rodrigues, Júlio César de Tavares, Carlos Alberto Caó, Wilson Prudêncio, Petronilha Gonçalves e Silva, Fátima Oliveira, Fernanda Lopes, Jurema Werneck, Maria do Carmo Rebouças, Joelzito Araújo, Muniz Sodré, João Jorge

1 Medeiros. *Na Lei e na Raça*, p.140.

Rodrigues, para mencionar apenas uns tantos que aliam sua formação acadêmica a uma consciência negra inabalável e a uma incansável militância, com os quais tive a honra e o prazer de cruzar e de interagir, trocando tapas e beijos, nos últimos anos.

É, sem dúvida, o negro se tornando *sujeito* de seus assuntos, e não mais aquele mero *objeto* de estudos e paciente passivo de políticas, de que há tempos nos falava Abdias. E que ninguém se iluda: essa novidade é uma verdadeira revolução que modifica, de forma irreversível, os rumos e as perspectivas do debate brasileiro sobre raça e racismo.

Mas não entendam errado: ao registrar esse fato histórico, não estou descartando, dispensando ou desqualificando, de qualquer maneira o trabalho acadêmico e a contribuição política de intelectuais e pesquisadores brancos que tem se dedicado ao tema. Me coloco, obstinadamente, entre aqueles que acreditam que as desigualdades e as injustiças raciais não são, e não podem ser, um problema apenas dos negros, mas sim de todo o Brasil e de todos os brasileiros. Acredito, com a mais profunda convicção, que este país jamais passará perto de ser uma democracia verdadeira, daquelas que têm cidadania e justiça social, se não enfrentar e resolver a mais antiga e mais grave de todas as suas muitas desigualdades, que é a desigualdade racial.

É nesse contexto que surge, com grande brilho, a tese, agora livro, de Carlos Alberto Medeiros. Jamais me esquecerei da sensação de verdadeiro encantamento, pela clareza e pela objetividade, que experimentei ao vê-lo expor, em uma palestra curta, o conteúdo do trabalho, ora colocado na íntegra à disposição de todos.

É muito difícil resistir ao desejo de entrar mais fundo na discussão das fascinantes questões colocadas e tratadas pelo autor, mas isso não compete ao prefaciador. Prefácio não é *book review*, e nem resumo do texto.

Por isso registro apenas que nesse livro o leitor encontrará uma pesquisa histórica rigorosa sobre a evolução da questão racial, inclusive sobre a legislação e os compromissos internacionais do Brasil.

Encontrará uma valiosa perspectiva comparativa com outras sociedades e um tratamento competente da difícil questão de conceituar e definir raça.

Verá uma crítica corajosa e lúcida do trabalho de Gilberto Freyre, incluindo a demonstração, que certamente chocará a muitos, de sua falta de originalidade, e do contágio que suas teses exerceram sobre outros “democratas raciais” famosos, como Darcy Ribeiro e Jorge Amado.

Achará uma crítica dura e contundente do besteirol de Bourdieu e Wacquant e uma denúncia importante do surgimento de um “neo-freyriano” (e eu acrescentaria, até mesmo um inacreditável renascimento da tese da “escravidão cordial”) no exato momento em que o Brasil começa a discutir, pela primeira vez, de forma ainda tímida, mas séria, as políticas de compensação à população negra pelos séculos de violência e de exclusão a que foi submetida no nosso processo de formação histórica.

Sua descrição e sua discussão das políticas de ação afirmativa são, na minha opinião, as mais claras e mais bem organizadas disponíveis na língua portuguesa.

Aprendi muito com a leitura desse livro, com os debates e com o convívio que tenho tido com seu autor. Obrigado, Medeiros, por tê-lo escrito, para os brasileiros de todas as cores.

A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: Impactos sobre Minas Gerais*

Roberto Borges Martins

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, cujo bicentenário comemoramos agora em 2008, representou um dramático ponto de inflexão, com repercussões profundas e duradouras, não só na nossa própria história, como também nos futuros desenvolvimentos de Portugal, da América e até mesmo da Europa. Afetou tão intensamente tantos aspectos da vida brasileira – economia, política, sociedade, cultura, comportamento e outros – que alguns historiadores a ela se referem como a “segunda descoberta do Brasil”.

Apesar da amplitude da questão e da riqueza das abordagens possíveis, tanto a historiografia tradicional quanto a mais recente¹ tendem a se concentrar em algumas poucas questões (fuga ou estratégia planejada, abertura dos portos às nações amigas, elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, política externa do período joanino, bem como a própria figura e a vida pessoal de D. João, regente e depois monarca do império luso).

* Este artigo foi apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, do Cedeplar/UFMG, em agosto de 2008, em Diamantina.

1 A referência clássica sobre esse assunto continua sendo Manoel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*, publicado originalmente em 1908. Podemos citar, como exemplos da historiografia recente, os trabalhos de Manerba, Wilcken e Gomes.

Do ponto de vista geográfico, a historiografia tende a privilegiar o estudo dos impactos sobre a cidade do Rio de Janeiro, que, com a mudança, assumiu o papel de “Corte”, ou sede da Coroa. Essa concentração de enfoques, que nos tem sido ensinada desde os primeiros livros escolares, é compreensível.

Afinal de contas, a “abertura dos portos” (em 28 de janeiro de 1808), ao acabar com o exclusivo comercial metropolitano, rompeu de forma irreversível com um dos pilares fundamentais do sistema colonial e, juntamente com os tratados de 1810, escancarou o Brasil ao predomínio econômico da Inglaterra.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815, representou também uma mudança de status tão crucial, que sua tentativa de reversão pelas Cortes portuguesas em 1821 e 1822 é considerada como uma das causas imediatas da independência.

Na verdade, esses fatos representaram rupturas e inversões tão drásticas na relação metrópole – colônia, que muitos historiadores questionam o próprio significado do “grito do Ipiranga”, argumentando que a emancipação do Brasil não ocorreu em 1822, “mas em 1808 ou, pelo menos, em 1815.”²

Também se pode entender o foco concentrado sobre o Rio de Janeiro. Ao se tornar sede da Corte e centro político-administrativo do Império português, a cidade, que já era capital da colônia desde 1763, sofreu tamanhas e tão rápidas transformações que se tornou em pouco tempo um dos principais núcleos urbanos das Américas e um dos maiores centros comerciais do Atlântico Sul. Alguns poucos exemplos serão suficientes para ilustrar esse ponto. O impacto migratório causado pela vinda da Corte – imediato e no médio prazo, tanto de estrangeiros quanto de portugueses e de brasileiros – quase dobrou sua população, que passou de cerca de 60 mil para 112 mil pessoas, entre 1808 e 1821.

A rápida transposição do aparato burocrático e administrativo do estado português, compreendendo, entre outras instituições, o Erário Real (28/6/1808), a Imprensa Régia (13/5/1808), o Conselho Supremo Militar

2 Uma discussão sobre essa questão pode ser encontrada em Manchester (a), pp. 204-205, em Graham, pp. 222-224, e em Silva Dias, p.11.

(1/4/1808), o Conselho da Real Fazenda (28/6/1808), as Mesas do Desembargo do Paço e de Consciência e Ordens (22/4/1808), e o Registro das Mercês (9/5/1808), lá fixou o principal centro político e decisório, um grande contingente de funcionários de diversos escalões e uma enorme população parasitária, dependente dos cofres públicos.

A esses órgãos foram incorporados vários outros, tais como a Intendência Geral de Polícia da Corte (um misto de secretaria de segurança pública e prefeitura da cidade, criada em 10/5/1808), a Casa de Suplicação do Brasil (10/5/1808), a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Brasil (23/8/1808) e o Banco do Brasil (criado pela primeira vez em 12/10/1808).

Além da grande quantidade de altos burocratas e nobres, a Corte tornou-se ainda mais atraente e cosmopolita pela intensificação do comércio internacional e pela presença de várias legações estrangeiras. Como centro educacional e cultural, a cidade se beneficiou com a instalação da Real Academia Militar (cursos de engenharia, física e ciências), da Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, da Real Biblioteca (aberta ao público em 29/10/1810), do Teatro Real de São João (12/10/1813), do Jardim Botânico e, mais tarde, em 1815/1816, com a vinda da Missão Artística Francesa e a Academia de Belas Artes.³

À medida em que se prolongava a permanência da Corte, a paisagem carioca foi se transformando, dos pontos de vista urbanístico e arquitetônico. Prédios públicos e palácios foram construídos e surgiu um grande número de palacetes e residências luxuosas, nos quais moravam a nobreza, a alta burocracia e os comerciantes ricos.

Sob o comando do operoso Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, surgiram novos bairros e arruamentos, pântanos foram drenados, o abastecimento de água, a coleta de lixo, o calçamento e a iluminação pública tiveram consideráveis avanços.⁴ Em suma, mais do que qualquer

3 A listagem e as datas de criação e/ou de instalação desses órgãos estão em Manchester (a), pp. 200-202, e Wilcken, p. 115.

4 Sobre as construções dos palácios e residências, e sobre os melhoramentos arquitetônicos e urbanísticos do Rio de Janeiro, veja Wilcken, Gomes e Malerba, várias partes, e também Cavalcanti (a).

outro lugar do Brasil, o Rio de Janeiro cresceu em tamanho, em importância política e como núcleo de funções urbanas. A cidade tornou-se mais cosmopolita e recebeu, mais que qualquer outra, o impacto direto das mudanças econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, apesar da óbvia importância do Rio de Janeiro como palco principal dos acontecimentos e dos efeitos cruciais dessas medidas políticas mais famosas, a transferência da Corte e sua longa permanência no Brasil geraram consequências decisivas sobre o conjunto da colônia e sobre cada uma de suas regiões. Afinal, não se tratou meramente de uma “Corte no exílio”, mas do transplante de toda a estrutura do estado português e de uma mudança radical de perspectiva, que envolvia nada menos que a tentativa de reconstruir e reorganizar o Império a partir de um novo centro.

Isso acarretou não só as mudanças político-institucionais mais conhecidas, mas também uma vasta gama de planos e iniciativas de desenvolvimento da colônia – agora sede do Império – compreendendo vários projetos de infraestrutura, de incentivo à produção e ao comércio, e de integração das diversas regiões, cujo impacto se fez sentir, em diferentes graus, sobre cada uma delas.

Este artigo busca identificar alguns desses impactos sobre a Capitania de Minas Gerais, contribuindo assim para uma visão mais ampla do marcante episódio da transferência da Corte. Antes, porém, uma pequena digressão sobre a ideia do império luso-brasileiro centrado no Brasil e a participação de atores mineiros na evolução desse processo.

OS MINEIROS E A IDEIA DO IMPÉRIO LUSO BRASILEIRO

Nos primeiros anos do século XIX, tanto os planos de políticas coloniais “ilustradas”, como a própria proposta de um império com sede no Brasil não eram novidades em Portugal. Pelo contrário, eram ideias antigas e recorrentes em setores da elite dirigente lusa, que afluíam em períodos de crise ou de ameaças externas.⁵

Assim, quando se abateu sobre Portugal o impacto das guerras napoleônicas o país já contava com uma considerável bagagem de planos e

5 Veja Lyra e Maxwell.

projetos referentes à transplantação da Corte e do estado, bem como a respeito da promoção do desenvolvimento de sua principal colônia.

É bastante conhecido o fato de que os principais mentores desses planos já vinham, há mais de uma década, se cercado de intelectuais e cientistas brasileiros, aos quais incumbiam de realizar estudos e projetos, e de identificar pontos de estrangulamento e potencialidades dos principais setores da economia colonial. Muitos desses estudiosos eram originários de Minas Gerais.

Luis Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão, tornou-se, em 1788, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Além de já ter conhecimento pessoal do Brasil (fora governador do Mato Grosso de 1769 a 1772), D. Luis assessorou-se de intelectuais brasileiros e enviou dois deles, o mineiro Manuel Ferreira da Câmara e o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, para uma longa viagem de estudos mineralógicos e metalúrgicos nos centros mais avançados da Europa nessas áreas.

Quando Martinho de Melo e Castro morreu, em março de 1795, Luis Pinto de Sousa tornou-se secretário interino dos Negócios Ultramarinos e, já em maio do mesmo ano, enviava uma circular aos governadores do Brasil criticando a política colonial pregressa e anunciando a intenção de extinguir o monopólio do sal e de estimular a mineração e a produção de ferro na colônia.⁶

Em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho assumiu a pasta do Ultramar, com a missão de formular programas e de implementar as reformas propostas por Luis Pinto de Sousa.⁷ Assim como seu antecessor, D. Rodrigo se fez assessorar por vários estudiosos brasileiros (e mineiros) e, com base em seus estudos, logo começou a produzir projetos de mudanças na política mineral da Coroa, de desenvolvimento de outras riquezas naturais e, de um modo mais amplo, de toda a política colonial com relação ao Brasil.

De seu círculo de assessores fizeram parte os mineiros José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, José Vieira Couto, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, José Elói Ottoni e Joaquim Veloso de Miranda, bem como Manuel

6 Maxwell, pp. 130-133.

7 Maxwell, p. 133.

Ferreira da Câmara (que já havia servido sob D. Luis Pinto de Sousa), além de José Bonifácio, João Manso Pereira e vários outros.⁸

Em 1800, D. Rodrigo foi nomeado presidente do Erário Real e nesta posição privilegiada pode efetivar várias reformas, inclusive aquelas sugeridas por D. Luis Pinto em 1795, que foram objeto do Decreto Real de 24 de abril de 1801, o qual abolia o monopólio do sal e permitia a mineração e o fabrico de ferro no Brasil.⁹ Manuel Ferreira da Câmara foi nomeado Intendente Geral do Distrito Diamantino, Silva Pontes, Governador do Espírito Santo e José Bonifácio, Intendente das Minas de Portugal.

Já nessa época D. Rodrigo era o líder incontestado “partido inglês” na Corte portuguesa e o principal defensor do projeto de transferência da sede do Império para o Brasil, que defendia abertamente e em detalhes, em dois documentos escritos em 1798 e em 1803.¹⁰

Além do assessoramento que recebia de seus “consultores” mineiros, D. Rodrigo tinha, ele próprio, fortes conexões com a capitania de Minas Gerais. Era descendente de um dos pioneiros da colonização mineira, Matias Barbosa da Silva, que veio para Minas Gerais por volta de 1700, tornou-se Mestre de Campo e, ao falecer em 1742, havia se transformado em um verdadeiro potentado, riquíssimo possuidor de sesmarias, propriedades rurais, minas e ouro acumulado. Esse parentesco fez de D. Rodrigo um grande proprietário na capitania, incluindo as fazendas do Barro e do Crasto, fundadas por Matias Barbosa na região de Barra Longa.¹¹

Ao se consumir a invasão napoleônica e a migração da Corte, a posição política de D. Rodrigo ficou, obviamente, muito fortalecida. No Brasil

8 Maxwell, pp. 135-137.

9 Maxwell, p. 139.

10 Maxwell, pp. 137 e 140.

11 As fontes em que me baseei para descrever a ligação de D. Rodrigo com Minas Gerais são confusas a respeito de seu exato parentesco com Matias Babosa. Segundo Maxwell, p. 132, ele era “aparentado por casamento” com Matias Barbosa. Segundo Costa Filho, pp. 96-97, era descendente da viúva de Matias Barbosa, casada em segundas núpcias. De acordo com Mawe, pp. 131-132, Matias Barbosa mandou educar sua filha única em Portugal, onde, após a morte do pai, herdou suas propriedades e desposou um membro da família Sousa, dela descendendo D. Rodrigo, conde de Linhares e D. Domingos da Sousa Coutinho, 1º marquês de Funchal.

ele se tornou, em 17/12/1808, conde de Linhares (o primeiro da linhagem moderna desse título), o principal ministro do Príncipe Regente e, até sua morte em 1812, o mais importante formulador de políticas e ações administrativas, muitas das quais se referiam a Minas Gerais.

ABERTURA DO TERRITÓRIO

Uma das primeiras consequências foi a abertura do território brasileiro (e mineiro) para visitantes estrangeiros. Os segredos e as riquezas que durante séculos haviam sido zelosamente ocultados de outras nações foram agora franqueados e, em alguns casos, a própria Coroa estimulou e até patrocinou as expedições.¹²

O primeiro inglês a penetrar legalmente no território de Minas Gerais foi o mineralogista John Mawe, que, em 1809 obteve autorização pessoal do conde de Linhares para visitar os distritos do ouro e dos diamantes.¹³ A ele seguiram-se vários outros estrangeiros, como G. W. Freyreiss, Friedrich Sellow, Ignace Olfers, Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, John Luccock, Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich von Martius, Alexander Caldcleugh, Louis François de Tollenare, Maximilian Wied-Neuwied, para nomear apenas alguns dos mais conhecidos, que estiveram em Minas *durante* a época joanina, sem mencionar os muitos que aqui estiveram na década seguinte e nas subsequentes.

Vários desses visitantes, alguns deles grandes cientistas, outros comerciantes, simples viajantes ou aventureiros, aqui permaneceram durante anos e muito contribuíram para o conhecimento e a cartografia do território, de sua fauna, sua flora, e também de sua história, costumes, condições sociais e econômicas, tendo vários deles deixado importantes relatos e coleções de plantas, animais e minerais.

12 Para avaliar o rigor do fechamento das fronteiras aos estrangeiros, basta lembrar a ordem de prisão expedida poucos anos antes contra Alexander von Humboldt, um dos maiores cientistas de todos os tempos, caso ele botasse os pés em território brasileiro. A mudança de atitude fica clara com a concessão de bolsa de 400 mil-réis anuais para os naturalistas Freyreiss e Sellow. Oliveira Lima, p. 556.

13 Mawe, p. 107.

ESTÍMULO À MINERAÇÃO E À SIDERURGIA

Pouco depois de chegar ao Rio de Janeiro, D. João divulgou a Carta Régia de 1º de abril de 1808, na qual se revogavam as proibições do Alvará de 5 de janeiro de 1785 e se estabelecia a liberdade da manufatura no Brasil.¹⁴ Como mencionado acima, a extração do minério e o fabrico do ferro já eram permitidos desde 1801.

Mas agora a realidade era outra. Não se tratava mais de simplesmente permitir. Agora era preciso estimular ativamente, fazer acontecer. Dentro da nova perspectiva, o gabinete liderado por D. Rodrigo pôs mãos à obra e tomou várias iniciativas no sentido de fomentar a construção de estradas e outras obras de infraestrutura, e de incentivar diversos setores produtivos, o comércio e a integração das capitanias. São especialmente importantes para Minas Gerais as medidas destinadas a desenvolver a mineração e a siderurgia.

A capitania produziu ferro por métodos artesanais durante boa parte do século XVIII, mas a primeira tentativa em escala industrial ocorreu através da Carta Régia de 10 de outubro de 1808, na qual o Intendente dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara foi autorizado a utilizar recursos da Real Extração Diamantina para levantar uma fábrica de ferro no Serro do Frio.¹⁵

Câmara tinha planos grandiosos e, em abril de 1809, iniciou a construção de um grande estabelecimento no Morro do Pilar, ou de Gaspar Soares, com o qual tinha a intenção de suprir a demanda dos serviços diamantinos, de outras atividades da colônia e até de exportar ferro para o exterior. As primeiras barras do Morro do Pilar foram fundidas em 1815, mas o empreendimento foi malsucedido, tanto técnica quanto financeiramente, funcionando de maneira irregular até ser encerrado em 1831.¹⁶

14 Manchester (a), p. 201.

15 Oliveira Lima, p. 554 e Veiga, Efeméride de 10/10/1808, p. 886. Em 1810, também por iniciativa do Conde de Linhares foi mandada estabelecer a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (Sorocaba), que resultou em um fracasso, sendo fechada em 1832, e nunca conseguiu bons resultados, apesar de várias tentativas de reabertura ao longo do século XIX. Baer, pp. 75-76.

16 Baer, pp. 74-75.

A medida mais importante para o fomento da mineração e da siderurgia, foi a decisão a Coroa de enviar para Minas Gerais o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Eschwege nasceu em Hessen, na Alemanha, formou-se nas universidades de Gottingen e de Marburg, e na Academia de Minas de Clausthal. Em 1802, foi contratado pelo governo português, tendo trabalhado sob a direção de José Bonifácio, então Intendente Geral das Minas e Metais do Reino.

Quando a Corte migrou para o Brasil, o barão permaneceu na Europa e participou da luta contra os franceses, como capitão de artilharia do exército português. No início de 1810 embarcou para o Rio de Janeiro, onde chegou em 29 de março, recebendo a patente de Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros. Ao longo de 1810 e 1811 elaborou, junto com o conde de Linhares, um programa de trabalho visando o estudo e o melhoramento dos métodos de lavra das jazidas de ouro em Minas Gerais.

Em julho de 1811 foi enviado para Minas com uma Carta Régia de recomendação ao conde da Palma, governador da Capitania, pela qual era incumbido de examinar toda a mineração de ouro, prata, mercúrio e ferro. Em 11 de agosto chegou a Vila Rica, e nos dez anos que permaneceu em Minas, Eschwege prestou enormes serviços em diversos setores. No campo científico realizou importantes trabalhos nas áreas de geologia, mineralogia, cartografia, história, estatística econômica e demográfica.

Na área da mineração lutou intensamente para disseminar avanços tecnológicos, como baterias de pilões hidráulicos para a redução do minério, métodos de esgotamento das águas das jazidas e outros, além da aplicação da ciência “montanística” ao setor. Produziu um mapa da capitania (1821) muito superior aos então existentes, teve importante papel na anexação do Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) ao território de Minas, em 1816, e é considerado o mentor da Carta Régia de 12/8/1817, pela qual passou a ser permitida a formação de sociedade de ações para explorar minas de ouro.¹⁷ Foi também um empreendedor que buscava disseminar tecnologia e conhecimento através de exemplos práticos.

Pouco depois de sua chegada a Minas foi enviada a Linhares uma proposta do conde de Palma, inspirada por Eschwege, de se criar uma

17 Oliveira Lima, p. 554 e Renger, p. 395.

sociedade para erigir uma fábrica de ferro. A ideia não contemplava a criação de uma empresa estatal, mas sim de uma sociedade por quotas, que foram subscritas por altas autoridades, ricos proprietários mineiros e pelo próprio Eschwege.¹⁸

Aprovado o projeto pela Carta Régia de 30/8/1811, Eschwege fundou a Sociedade Patriótica de Vila Rica e construiu, em Congonhas do Campo, em terras pertencentes aos Monteiro de Barros, em 1811-1812, a Fábrica de Ferro do Prata. Em 17/12/1812, lá produziu o primeiro ferro industrial fabricado no Brasil. O estabelecimento prosperou e até se expandiu nos anos subsequentes, mas na década de 20, com o retorno de Eschwege à Europa, perdeu competitividade e faliu.¹⁹

O barão era radicalmente contrário à ideia de se construírem grandes plantas siderúrgicas para produzir em larga escala, defendendo o modelo de pequenas e médias fundições para atender aos mercados locais e regionais. Sob sua orientação foram construídas e operadas com sucesso dezenas de pequenas fábricas particulares.

Em 1819, utilizando-se da legislação que ele próprio inspirara, criou uma associação, a Sociedade Mineralógica da Passagem, para explorar a mina de ouro do Fundão, próxima a Mariana. Foi também uma iniciativa pioneira que apontou novos rumos para o desenvolvimento da mineração aurífera ao longo do século XIX.²⁰ Eschwege retornou à Europa em julho de 1821, menos de três meses após a partida da família real. Continuou servindo à Corte portuguesa por vários anos e publicou importantes livros sobre Minas Gerais.²¹ Ainda no período joanino, em 1817, chegou a Minas Gerais, com permissão e apoio do governo, o jovem engenheiro francês

18 Eram sócios do empreendimento, o Conde da Barca, com uma quota, o próprio Eschwege, com duas, e as sete quotas restantes pertenciam aos irmãos Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba) e Lucas Antônio Monteiro de Barros (Barão de Congonhas do Campo).

19 Veja Barbosa, pp. 15-16, Renger, p. 394 e Baer, p. 76-77.

20 Barbosa, p. 22 Renger, p. 396.

21 Sobre a biografia de Eschwege, seus trabalhos e suas obras no Brasil e na Europa, veja Barbosa, Sommer, e os ensaios de João Antônio de Paula, Douglas Cole Libby (a) e Friedrich Renger, nos livros de Eschwege publicados pela Fundação João Pinheiro.

Jean de Monlevade, que viria a ser o principal fabricante de ferro da província e do Império nas décadas seguintes.²²

MINAS E O ABASTECIMENTO DA CORTE

De todas as consequências da mudança da Corte sobre Minas Gerais, provavelmente a mais importante e de efeito mais duradouro, foi o grande incremento da participação da capitania no abastecimento do Rio de Janeiro e de sua integração física, política e comercial com aquele mercado.

Décadas antes da chegada da família real, Minas já vinha passando por grandes transformações, diversificando sua economia e adaptando-se ao declínio da mineração, com base, sobretudo, em seu amplo mercado interno. No final do século XVIII já era autossuficiente na produção de alimentos básicos e outros produtos, e já exportava para o Rio e outras partes do Brasil diversos itens como gado em pé, porcos, toucinho, galinhas, algodão em rama e em pano, fumo, etc.²³

Apesar disso a mudança da Corte representou um poderoso impulso, no curtíssimo, no médio e no longo prazo.²⁴ O impacto imediato resultou, naturalmente, da própria chegada da comitiva real. Embora haja controvérsia sobre o número de pessoas que acompanhou o Regente na viagem, estima-se que cerca de dez mil indivíduos aportaram com ele no Rio.²⁵

Existem também divergências sobre a população residente no Rio no momento da chegada. O estudo mais detalhado sobre a cidade nesse período, o de Nireu Cavalcanti, apresenta o número de 60.163 habitantes, no que é acompanhado por alguns outros autores. Spix e Martius que lá

22 Veiga, na Efeméride de 9/9/1817, registra o Aviso do Ministério do Reino ao Governador de Minas, mandando “facilitar os trabalhos de M. Monlevade”, mas, curiosamente, “desviando-o, todavia de ir ao Distrito Diamantino do Tijuco”.

23 Veja a esse respeito os trabalhos de Libby (b), Graça Filho e Martins (a), que rechaçam a tese da decadência de Minas no final do século XVIII e início do XIX.

24 O trabalho pioneiro e até hoje clássico sobre essa questão é naturalmente o de Alcir Lenharo. Sobre esse assunto veja também Cunha.

25 Segundo Manchester (a), p. 183, “variam muito as estimativas, mas aproximadamente umas dez mil pessoas tomaram os navios entre a manhã de 25 e a noite de 27 de novembro”. Na nota 28, p. 209 do mesmo artigo o autor apresenta um leque de estimativas que variam entre oito e quinze mil pessoas.

estiveram em 1817, apresentam, para 1808, a estimativa de 50.000 moradores. De qualquer modo pode-se afirmar que a população carioca teve um acréscimo, de um dia para o outro, de pelo menos 17 a 20 por cento.²⁶

Avisado com pequena antecedência da iminente chegada, o conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil, entrou em frenética atividade, tomando providências que incluíam, entre outras, ordens urgentes aos portos e capitanias mais próximos, para “socorrer a cidade de mantimentos”. Logo começaram a ser enviados de Minas, de São Paulo e de alguns municípios fluminenses consideráveis quantidades de gado, porcos e outros gêneros.

Essas remessas inicialmente eram voluntárias e gratuitas, feitas por súditos interessados em atrair a atenção e as boas graças do Príncipe Regente. É bem conhecido o caso de D. Joaquina de Pompeu, rica proprietária na região de Pitangui e tradicional vendedora de gado para o Rio, que enviou 200 reses.²⁷

A generosidade e o interesse dos súditos foram capazes de absorver o impacto imediato, mas com a permanência da Corte e o continuado crescimento populacional da cidade, logo ficou claro que esse sistema não seria suficiente para garantir um fluxo regular de gêneros. O Rio começou a viver sucessivas crises de abastecimento, que iriam demandar medidas mais eficazes no médio prazo.

Há também discrepâncias nas estimativas da população do Rio em 1821, mas, de um modo geral existe algum consenso de que ela atingiu cerca do dobro da existente em 1808, através, sobretudo, da migração de portugueses, de estrangeiros e também de muitos brasileiros das capitanias, que desejavam se aproveitar do novo ambiente de negócios e oportunidades criadas pela presença da Corte, além de um grande número de africanos, como veremos adiante.

Segundo Spix e Martius, “antes da vinda do Rei consistia o total da população do Rio numas 50 mil almas...em 1817, em compensação contava a cidade...mais de 110 mil habitantes...do ano de 1808 em diante para aqui vieram da Europa uns 24 mil portugueses...além de bom número de

26 Cavalcanti (b), pp. 253-258, Wilcken, p. 113; e Lenharo, p. 42. Veja também Spix e Martius, vol. 1, p. 52.

27 Wilcken, p. 103; Lenharo, pp. 42-43.

ingleses, holandeses, alemães e italianos, que depois da abertura dos portos aqui se estabeleceram, quer como negociantes quer como artesãos”.²⁸ Com esse número concordam, *grosso modo*, Nireu Cavalcanti e outras fontes, que apresentam a cifra de 112.695 almas, em 1821.²⁹

O retorno da Corte à Europa não interrompeu o crescimento demográfico da capital, que atingiu 146.608 habitantes em 1838, e 226.466 em 1849, entre brasileiros livres, estrangeiros e escravos, sustentando por várias décadas uma crescente demanda por alimentos.³⁰

Dentre as medidas, ainda paliativas, destinadas a regularizar o abastecimento, podem-se mencionar alguns melhoramentos na infraestrutura de armazenamento e estocagem das mercadorias, e as decisões do governo de 23/12/1808; 18/1/1809 e 4/12/1810, que determinavam a isenção do recrutamento militar “para tropeiros, condutores de gado e mantimentos para a Corte, e até mesmo para agricultores mineiros”.³¹

Assim, a partir de 1808 cresceu muito a presença e a importância econômica e política dos pecuaristas, tropeiros e fazendeiros de Minas Gerais no cenário da Corte, especialmente os da Comarca do Rio das Mortes e de São João del Rei, que era o grande centro coletor e distribuidor das mercadorias de uma vasta região.

Invernistas mineiros, como Antônio Francisco de Azevedo, Francisco José de Mello e Souza e os irmãos José Custódio Dias e Custódio José Dias, enviavam milhares de cabeças de gado por ano e “o mercado distribuidor de carne no Rio era de tal modo favorável à concentração monopolística dos negócios, que alguns dos grandes pecuaristas mineiros não resistiram ao impulso de se infiltrar no setor”, concentrando assim as tarefas de criação, transporte e a própria comercialização da carne no mercado carioca.³²

Embora já ocorresse desde o século XVIII, nessa época também se intensificou sobremaneira a presença de comerciantes mineiros no Rio, seja

28 Spix e Martius, vol. 1, p. 52.

29 Cavalcanti (b), pp. 253-258 e Souza e Silva, p. 99.

30 Souza e Silva, pp. 99-100 e p. 104.

31 Lenharo, p. 50.

32 Lenharo, pp. 54, 87, 99 e 106.

pela abertura de suas próprias empresas, seja pela associação com comerciantes estabelecidos naquela praça. “Os grandes negociantes, além de seus estabelecimentos em São João del Rei, fundaram casas com parentes e filhos na Corte, com o propósito de facilitar a intermediação entre as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casas...recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas...” Operaram desta forma importantes empresários como José Maximiniano Batista Machado, Batista Caetano de Almeida e vários outros, tanto nessa época como em décadas posteriores.³³

Mas não só de São João vinham os grandes comerciantes mineiros abastecedores da Corte. Um dos mais notáveis é José Francisco de Mesquita, futuro Marquês de Bonfim, que era natural de Congonhas do Campo, onde nasceu em 1790. Aos dez anos de idade foi para o Rio de Janeiro, empregando-se com o tio, abastado comerciante. Manteve seus laços com Minas Gerais, de onde recebia mercadorias e gado e para onde enviava escravos. Nos anos 20 associou-se a Domingos Custódio Guimarães, de São João del Rei e futuro Visconde do Rio Preto. A firma Mesquita e Guimarães manteve a ligação com suas fontes mineiras, fazendo grandes remessas de gado para a Corte e continuou a ser um dos principais remetentes de cativos para Minas.

“A instalação no mercado carioca da firma Mesquita e Guimarães constituiu-se numa demonstração de como a descida de mineiros ligados à produção de gêneros para o abastecimento do Rio de Janeiro ia se firmando”.³⁴ Assim como Mesquita e Domingos Custódio, diversos outros comerciantes mineiros se estabeleceram ou criaram fortes conexões com o mercado da Corte, tanto como abastecedores de alimentos, quanto como remetentes de escravos para Minas. Entre eles se incluíam membros de famílias da elite, como os Leite Ribeiro, Ferreira Leite, Ferreira Armond e Monteiro de Barros, vários dos quais se enriqueceram nessas atividades, e vieram a ser mais tarde pioneiros do café no Rio e em Minas.

33 Graça Filho, pp. 81 e 100.

34 Veiga, Efeméride de 11/12/1872, p. 1.044 e Lenharo, pp. 76 e 102.

Os produtores mineiros mostraram-se capazes de responder à crescente demanda por abastecimento de alimentos e outros produtos. A primeira estatística razoavelmente confiável sobre as exportações mineiras se refere ao ano fiscal de 1818-19, e registra remessas de 62.106 bois, 40.169 porcos, 145.478 arrobas de toucinho e 114.654 galinhas, além de grandes quantidades de queijos, pano de algodão, fumo e outros produtos. No ano de 1828, esses números atingiram 72.799 reses, 48.559 suínos, 193.480 arrobas de toucinho e 103.676 galinhas, e se mantiveram em níveis elevados ao longo das décadas seguintes.³⁵

Mas permanecia um estrangulamento estrutural: a precariedade das comunicações e do sistema viário que ligava a capitania a outras regiões. Esse gargalo era fruto da própria política colonial, que proibia severamente a abertura de estradas para evitar os “descaminhos” do ouro e dos diamantes. Até mesmo as comunicações postais eram restritas e controladas.

Tais restrições eram frequentemente burladas por tropeiros e viajantes, que abriam picadas e atalhos clandestinos, mas foi a instalação da Corte no Rio de Janeiro que inverteu oficialmente essa atitude, passando agora o governo a incentivar a construção de novos caminhos e mesmo assumindo a tarefa de executar as principais obras.

Foram rapidamente elaborados vários projetos visando ligar Minas à Bahia, ao Espírito Santo e à região de Campos dos Goitacazes. Esses projetos, iniciados ainda em 1808 e 1809, foram articulados entre si pela Carta Régia de 4/12/1816, que determinava diversas providências para a abertura de estradas no interior de Minas, ao longo da fronteira capixaba, com vistas ao povoamento e ao desenvolvimento da mineração e da agricultura.³⁶

Isso, entretanto, não resolvia o estrangulamento mais crítico – a ligação de Minas (especialmente de sua região Sul) com a Corte – que

35 Veja Eschwege, e a *Tabella Demonstrativa da Exportação* que fez no Anno de 1828 a Província de Minas Geraes para as Províncias Limítrofes. Essas quantidades se referem ao total das exportações mineiras, mas sabe-se com certeza que, de longe, o principal destino era o Rio de Janeiro.

36 Lenharo, pp. 57-59.

continuava dependendo basicamente do Caminho Novo, construído ainda no início do século XVIII. Para enfrentar esse problema, a Real Junta do Comércio, já mencionada, iniciou, em 1811, o projeto de uma nova via, que viria a ser conhecida como Estrada do Comércio ou Estrada da Corte para São João del Rei.

Seu traçado partia do Rio, atravessava o vale do Paraíba, entrava em Minas por Rio Preto, seguindo por Bom Jardim, Turvo, Madre de Deus e chegando a São João del Rei. Sua construção, que encurtava em dezoito léguas o percurso da Corte a São João, foi iniciada em 1812 e, em 1817, mesmo incompleta, já estava aberta ao tráfego, sendo utilizada por tropeiros e viajantes.³⁷

O outro grande projeto viário de ligação do Sul de Minas com o Rio, também motivado pela necessidade de abastecimento, foi a Estrada da Polícia, assim chamada por ter sido construída pela Intendência de Polícia da Corte, por ordem do Príncipe Regente. Sua rota seguia a Estrada do Comércio até Iguaçú, depois Sacra Família e Vassouras, desviava-se para oeste, e passava por Valença até terminar no Presídio do Rio Preto. A Estrada da Polícia teve sua construção iniciada em 1816 e foi concluída em 1820.³⁸

Resta ainda mencionar a Estrada do Picu, fruto da iniciativa particular de proprietários de Campanha, Baependi e Pouso Alegre, que, insatisfeitos com o traçado da Estrada da Polícia, decidiram abrir outra que, atravessando a Mantiqueira em Picu, atendia melhor aos interesses da parte mais ocidental da região do Rio das Mortes. Essa estrada ficou pronta em 1822.³⁹

As estradas do Comércio e da Polícia, consideradas por Lenharo como os projetos de infraestrutura mais ambiciosos do governo joanino no Brasil,⁴⁰ além de caminhos de abastecimento eram também vias de ocupação do território, do desenvolvimento agrícola e da integração do Centro-Sul. Elas contribuíram de forma decisiva para a colonização do vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira, através de farta concessão de sesmarias ao

37 Sobre a Estrada do Comércio veja Lenharo, pp. 57-71; e Giovanini, pp. 77-78.

38 Lenharo, pp. 57-71; e Giovanini, p. 79.

39 Lenharo, p. 63.

40 Lenharo, p. 63.

longo dos seus percursos, não só aos altos burocratas, comerciantes e favoritos da Corte, como também a muitos membros da elite de Minas. Só em território mineiro foram concedidas, entre 1808 e 1821, nada menos de 856 sesmarias, atingindo uma média anual 55% superior às concessões do período 1801-1807 e 47% maior que as dos anos 1822 a 1835.⁴¹

A obtenção de sesmarias, a produção e o comércio de abastecimento, as empreitadas de obras públicas, e o tráfico interno de escravos, se constituíram em poderosos instrumentos de acumulação e concentração de capitais para muitos membros da elite mineira, vários dos quais se tornariam pioneiros e potentados do ciclo do café, comerciantes de “grossa aventura”, financistas e empresários. Veja-se, por exemplo, o caso de Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca, ativo remetente de escravos e que, antes de se tornar grande cafeicultor, “passou longo tempo dedicando-se ao serviço de obras públicas, rasgando estradas, construindo pontes, etc.”⁴²

MINAS E O TRÁFICO DE ESCRAVOS NO PERÍODO JOANINO

Finalmente é importante registrar que a transferência da Corte para o Brasil ocorreu em um período no qual vários fatores da conjuntura internacional se conjugaram para gerar incentivos, diretos ou indiretos, para o crescimento econômico do Brasil.

Tivemos, em primeiro lugar, a revolta dos escravos de Saint Domingue, iniciada em 1798 e que, depois de vários anos de luta, culminou com a vitória dos cativos, a proclamação da república do Haiti, em 1804, e o completo aniquilamento do sistema de *plantations* daquela colônia francesa. Saint Domingue era, até a revolução, a “pérola do Caribe”, a mais produtiva colônia do mundo, e o maior produtor mundial de açúcar, algodão e café simultaneamente, respondendo pelo suprimento de metade da demanda

41 Calculado a partir dos dados em “Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais”, pp. 317-473.

42 Lenharo, p. 68.

européia desses gêneros. No seu apogeu, na década de 1781-1790, importou nada menos de 319 mil escravos, superando inclusive o Brasil.⁴³

É fácil imaginar o enorme impacto causado pelo desaparecimento da oferta haitiana no mercado mundial dessas *commodities* e as grandes oportunidades criadas por essas lacunas para outros produtores desses artigos. Esse efeito, conjugado com a abertura dos portos e outros estímulos causados pela chegada da Corte, foi extremamente favorável ao Brasil, que passou a exportar maiores quantidades não só de açúcar, algodão e café, mas também de outros produtos como aguardente, cacau, fumo, sebo, etc.⁴⁴

Outro fator relevante foi a enorme mudança na estrutura do tráfico atlântico de escravos, que nessa época assistiu, além da anulação da demanda haitiana, às abolições dos tráficos para os Estados Unidos e para as colônias inglesas, holandesas e dinamarquesas no Caribe. A parcela absorvida por esses importadores, que nas três décadas entre 1781 e 1810 representara 51% do total de cativos importados pelas Américas, reduziu-se, num curto espaço de tempo, para menos de 2% desse total, gerando excesso de oferta e queda dos preços nas fontes africanas.⁴⁵

O Brasil recuperou a primazia que havia perdido para Saint Domingue, voltando a ser o principal destino mundial de escravos africanos. Nos 27 anos (1771-1807) que antecederam a transferência da Corte, tinha recebido 556.600 escravos, numa média anual de 20.615. Na época joanina (1808-1821) esse número atingiu 444.400, com a média anual de 31.743 (54% maior que a anterior) e de 1822 até o fim efetivo do tráfico, em 1852, importou 1.113.000 africanos (média de 35.903 por ano), apesar desse último período compreender mais de 20 anos de ilegalidade do comércio transatlântico de almas.⁴⁶

43 Sobre a prosperidade de Saint Domingue e sua importância no contexto colonial no final do século XVIII, veja, por exemplo, Williams (a), pp. 122-123; Williams (b), esp. p. 237 e seguintes; e James. Sobre as importações de escravos, veja Eltis, p. 249.

44 Oliveira Lima, p. 137; e Manchester (b), p. 74.

45 Eltis, pp. 41 e 249.

46 Eltis, pp. 243-244.

O Rio de Janeiro se manteve como o maior porto escravista do mundo, recebendo mais de um milhão de cativos da chegada da Corte até a abolição final do tráfico negreiro para o Brasil, chegando a absorver, em determinados períodos, mais de 70% do total brasileiro e cerca da metade do total do tráfico atlântico.⁴⁷ Já demonstramos alhures, com base na documentação da Intendência de Polícia da Corte, que o destino final da maior parte dos africanos lá desembarcados nessa época foi Minas Gerais, que recebeu mais de 40% do total chegado a esse porto, entre 1809 e 1832.⁴⁸

E também que, pelo menos nesse período, a distribuição interna dos escravos em todo o sudeste do Brasil teve uma grande liderança de tropeiros, comerciantes e fazendeiros de Minas, entre os quais se incluíam muitos membros das principais famílias da elite.⁴⁹

Membros da família Leite Ribeiro, originária de São João, entre os quais se incluíam Antônio Leite Ribeiro, Floriano Leite Ribeiro (fazendeiros em Nazaré), Francisco Leite Ribeiro (grande fazendeiro no Cágado) e Luciano Leite Ribeiro (comerciante na Corte), enviaram pelo menos 1.164 escravos, em 73 remessas para o interior, boa parte das quais para destinos fora de Minas Gerais.

Já os da família Ferreira Armond, de Barbacena, incluindo entre outros, Marcelino José Ferreira Armond, barão de Pitanguí (comerciante em Barbacena); Honório José Ferreira Armond, 2º barão de Pitanguí (comerciante em Mariana) e Lino Ferreira Armond, comerciante e tropeiro em Curral Novo, fizeram 58 remessas totalizando 1.245 cativos.

Os Monteiro de Barros, originalmente de São João del Rei, entre os quais José Joaquim Monteiro de Barros, (fazendeiro em Congonhas do Campo), e Romualdo José Monteiro de Barros, barão de Paraopeba, (minerador em Boa Morte), enviaram 621 escravos em 24 remessas.

47 Eltis, p. 249.

48 Martins (b), a partir dos dados em Fragoso e Ferreira. Esses dados cobrem, além do período joanino no Brasil, também cerca de uma década após o retorno da Corte a Portugal.

49 Parte das remessas de escravos mencionadas abaixo foi feita no período joanino (1808-1821). As demais foram feitas na década seguinte. Compilado a partir dos dados citados na nota 48. Muitos dos títulos de nobreza mencionados foram concedidos depois do período em foco.

Membros da família Silva Pinto, como por exemplo, José Antônio da Silva Pinto, barão de Bertioga e comerciante em São João del Rei, despacharam 243 indivíduos em 34 remessas, e os da família Nogueira da Gama, remeteram 96 cativos, em 10 lotes.

O já mencionado José Francisco de Mesquita, de Congonhas do Campo, Marquês de Bonfim e membro da elite comercial da Corte foi um dos maiores traficantes internos, enviando 577 escravos, em 45 remessas.

E ainda, Manoel Carneiro Santiago, grande tropeiro, comerciante e fazendeiro em Baependi (286 escravos em 11 remessas), Custódio Ferreira Leite, natural de São João del Rei e barão de Aiuruoca (267 escravos em 8 remessas), José Peixoto de Souza, grande comerciante e financista em Ouro Preto (168 escravos em 6 remessas); Francisco José de Vasconcelos Lessa, barão de Diamantina, político e comerciante em Diamantina (168 escravos em 8 remessas), Batista Caetano de Almeida, político e comerciante em São João del Rei (96 escravos em 6 remessas), Francisco de Paula Santos, comerciante e financista em Ouro Preto, avô de Santos Dumont (80 escravos em 5 remessas), Manoel Antônio Pacheco, barão de Sabará (221 escravos em 5 remessas) e muitos outros.

Assim, além dos impactos diretos (os incentivos à atividade econômica, a integração física, política e comercial gerada pelo abastecimento do Rio de Janeiro e as empreitadas de obras públicas), a transferência da Corte e a conjuntura em que ela ocorreu, criaram, através da intensificação do tráfico atlântico, mais um importante mecanismo de enriquecimento e de acumulação de capital para os mineiros na primeira metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

- Baer, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- Barbosa, Waldemar de Almeida. *Barão de Eschwege*. Belo Horizonte: Editora Casa de Eschwege, 1977.
- Cavalcanti (a), Nireu. “Arquitetura do Improviso”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n. 28 (janeiro de 2008).
- Cavalcanti (b), Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista. A Vida e a Construção da Cidade, da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- Costa Filho, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- Cunha, Alexandre Mendes. “Tropa em Marcha, Mesa Farta”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, n. 28 (janeiro de 2008).
- Eltis, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- Eschwege, W. L. von. “Notícias e Reflexões Estadísticas a respeito da Província de Minas Gerais, por Guilherme, Barão d’Eschwege”. *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo IX, Lisboa, 1825.
- Fragoso, João Luis Ribeiro e Roberto Guedes Ferreira. Relatório Final e Banco de Dados do Projeto Ipea/Liphis: “Tráfico de Escravos e Relações Comerciais no Sudeste do Brasil: Primeira Metade do século XIX”, 2002.
- Giovanini, Rafael Rangel. *Regiões em Movimento. Um Olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira, 1808-1897*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, UFMG, 2006.
- Graça Filho, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

Graham, Richard. “Comentário” [ao artigo de Manchester (a), citado abaixo].

Gomes, Laurentino. *1808*. São Paulo: Editora Planeta, 2007.

James, C.L.R. *The Black Jacobins*. New York: Vintage Books, 1963.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.

Libby (a), Douglas Cole. “Eschwege e os primeiros anos no Brasil”. In: Eschwege, W.L. von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

Libby (b), Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1994.

Malerba, Jurandir. *A Corte no Exílio: Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Manchester (a), Alan K. “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro”. In: Keith, H. H. e S.F. Edwards (orgs.) *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Ensaio*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

Manchester (b), Alan K. *British Preeminence in Brazil. Its Rise and Decline*. New York: Octagon Books, 1972.

Martins (a), Roberto Borges. *Growing in Silence. The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Vanderbilt University, 1980.

Martins (b), Roberto Borges. “A Controvérsia sobre a População Escrava de Minas Gerais no Século XIX”. Apresentação feita na VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei (24 de novembro de 2006).

Maxwell, Kenneth. “The Generation of the 1790s and the Idea of Luso-Brazilian Empire”. In: Alden, Dauril (ed.) *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

Mawe, John. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1978.

Oliveira Lima, Manoel de. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Paula, João Antônio de. “Estudo Crítico”. In: Eschwege, W.L. von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II (janeiro a junho de 1900). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1900.

Renger (a), Friedrich E. “Resumo Biográfico de Wilhelm Ludwig Barão von Eschwege (1777-1855)”. In: Eschwege, W.L. von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

Renger (b), Friedrich E. “Eschwege, o Brazilianista”. In: Eschwege, W.L. von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

Renger (c), Friedrich E. “Estudo Introdutório”. In: Eschwege, W.L. von. *Brasil, Novo Mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001.

Silva Dias, Maria Odila Leite da. “A Interiorização da Metrópole”. In: Silva Dias, Maria Odila Leite da. *A Interiorização da Metrópole e outros Estudos*. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

Souza e Silva, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada Província de per si Tentados desde Os Tempos Coloniais até hoje*. Reedição Fac-similada: São Paulo: IPE/USP, 1986.

Sommer, Frederico. *Guilherme Luís, Barão de Eschwege*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1952.

Spix, J.B. von e Martius, C.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. 3 vols. Belo Horizonte: Editora Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1981.

Tabella Demonstrativa da Exportação que fez no Anno de 1828 a Província de Minas Gerais para as Províncias Limítrofes. Arquivo Público Mineiro. SP PP1/6, caixa 1, doc. 18.

Wilcken, Patrick. *Império à Deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

Williams (a), Eric. *Capitalism and Slavery*. New York: Capricorn Books, 1966.

Williams (b), Eric. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper and Row, 1973.

Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras, 1664-1897*. Reedição. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

**Prefácio para *Noções Geográficas e Administrativas de Minas Gerais*,
por Henrique Gerber***

Roberto Borges Martins

É uma grande alegria poder participar do final de uma jornada que tive o privilégio de iniciar há cerca de quinze anos: o resgate e a reedição, pela Fundação João Pinheiro, do livro e do mapa de Henrique Gerber, publicados originalmente em 1863.

Me lembro com saudade do tempo em que Friedrich Renger e eu perseguíamos, mundo afora, esse esquivo alemão, cuja biografia era indispensável para a publicação de seu livro, no alto padrão da Coleção Mineiriana.

Sabíamos muito sobre sua atuação como engenheiro da Província, suas obras e seus projetos, entre 1857 e 1867. Mas nada sabíamos do seu antes, nem do seu depois, nem de onde veio nem para onde foi. Através de Richard Burton soubemos que ele se licenciara do governo de Minas para visitar a Exposição Mundial de Paris, em 1867. Depois virou fumaça. Desapareceu sem deixar rastro e sumiu de todos os registros mineiros e brasileiros.

Naqueles tempos, sem Google e sem Wikipedia, em vão reviramos livros e revolvemos arquivos. Até nas listas telefônicas procuramos por

* Este artigo foi escrito em 2012, como prefácio para a reedição de *Noções Geográficas e Administrativas de Minas Gerais*, por Henrique Gerber, publicado originalmente como Henrique Gerber. *Noções geográficas e administrativas da província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1863, e reeditado pela Fundação João Pinheiro em 2013.

alguém do mesmo sobrenome que, quem sabe, pudesse nos dar notícia do antepassado ilustre. Não achamos nada. Eu desisti e tomei outros rumos.

Mas não é fácil escapar de um caçador competente, implacável, e obstinado como Friedrich. Ele o encontrou e o traz para nós, num retrato de corpo inteiro. Seu excelente ensaio introdutório nos oferece não só a biografia de Gerber, mas também uma minuciosa descrição comentada de seus trabalhos, seus escritos e seus estudos, como se verá.

Assim, me resta apenas acrescentar algumas notas sobre o significado e a importância que tiveram e que têm, ontem e hoje, essas preciosidades com as quais a Mineiriana nos presenteia agora.

O mapa foi a segunda carta geográfica de Minas Gerais, de boa qualidade, publicada na forma impressa, e a primeira gravada em língua portuguesa. Só foi antecedida, no formato impresso, pelo mapa de Halfeld-Wagner, publicado em alemão, juntamente com o artigo, também em alemão, de J. J. von Tschudi, *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, em 1862.¹

As Noções Geographicas e Administrativas são nada menos que o primeiro compêndio sobre a geografia de Minas Gerais publicado na língua portuguesa, em qualquer época. Por esta razão, por sua qualidade, e por ter sido editado no Brasil (no Rio de Janeiro, por Georges Leuzinger) teve ampla circulação, tornou-se a referência maior em sua área e foi largamente utilizado por várias gerações, desde sua publicação até bem entrado o século XX.

Richard Burton, um dos maiores exploradores e *globetrotters* de todos os tempos, usou o livro e o mapa em suas jornadas por Minas Gerais, em 1867.

O Capitão Burton, também famoso como escritor, como linguista e como tradutor genial (são de sua autoria as versões inglesas dos *Lusíadas*, das *Mil e Uma Noites*, e do *Kama Sutra*, entre muitas outras), traduziu o

1 H.G.F. Halfeld e J.J. von Tschudi. Die Brasilianische Provinz Minas Geraes. Ergänzungsheft n° 9 zu *Petermann's Geographischen Mittheilungen*. Gotha: Justus Perthes, 1862. Publicado em português como H.G.F. Halfeld e J.J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

livro de Gerber e pretendia incluí-lo como um apêndice em seu *Explorations of the Highlands of the Brazil*:

O apêndice contém a tradução de uma monografia do Sr. Gerber, engenheiro civil, descrevendo Minas Gerais, uma das províncias típicas do Império do Cruzeiro do Sul.

(...) Não consegui me encontrar com o distinto autor em Ouro Preto, e tenho o dever de lhe pedir desculpas por tê-lo traduzido sem sua permissão expressa.²

Apesar do anúncio feito pelo próprio autor na introdução do livro, o texto de Gerber não foi incluído na edição original de Tinsley Brothers, em 1869, nem em nenhuma outra subsequente.

Isso pode ser certamente explicado como mais uma das trapalhadas de Isabel Arundell, a complicada esposa de Burton. Como o irrequieto Capitão estava perambulando pelos campos de batalha da Guerra do Paraguai, foi ela quem levou os originais para a Inglaterra e ficou encarregada da edição e da revisão das provas.³

Pouco depois, em 1873, parte da tradução apareceu no *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland* com o título de “The primordial inhabitants of Minas Geraes and the occupations of the present inhabitants.”⁴

No ano seguinte, 1874, o restante do texto foi publicado no altamente prestigioso *Journal of The Royal Geographical Society*, sob o título

2 Richard F. Burton. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. London: Tinsley Brothers, 1869, vol. I, pp. 12–13. (tradução do autor).

3 Este foi apenas um pequeno delito entre os muitos praticados por Isabel Burton. Foi totalmente sem importância se comparado ao verdadeiro crime cometido por esta estranha mulher – católica e beata – que ateou fogo em grande parte da fabulosa biblioteca do marido logo após sua morte, por considerá-la imoral e pornográfica, privando o mundo de inestimáveis manuscritos inéditos de Burton.

4 “The primordial inhabitants of Minas Geraes and the occupations of the present inhabitants”. *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. London 1873, vol. 2, pp. 407–23.

“Geographical notes on the Province of Minas Geraes, by Henrique Gerber, translated and communicated by Capitain Richard F. Burton”.⁵

O que restou da biblioteca de Burton, depois da pira “purificadora” promovida por Isabel, e de vários bombardeios sofridos durante a Segunda Grande Guerra, está hoje sob a custódia da Huntington Library, em San Marino, Califórnia. Lá podemos encontrar, além das traduções publicadas por Sir Richard, dois exemplares da edição original das *Noções Geográficas e Administrativas*, com anotações de seu próprio punho, e um exemplar da *Carta da Província de Minas Geraes, coordenada por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da Província (...) por H. Gerber, 1862*.⁶

Também contemporâneo de Gerber foi o geólogo e geógrafo canadense-americano Charles Frederick Hartt, que percorreu partes do Brasil como membro da (exageradamente) famosa Expedição Thayer, liderada pelo ictiólogo suíço-americano Louis Agassiz, em 1865–66. Hartt voltou outras vezes ao Brasil, inclusive no comando das duas Expedições Morgan, em 1870 e 1871, e aqui se radicou, de 1874 até sua morte em 1878, no Rio de Janeiro.

Convidado por D. Pedro II (que era deslumbrado por qualquer cientista ou intelectual estrangeiro), organizou e dirigiu a Comissão Geológica do Império do Brasil, de 1875 até 1877, e foi também chefe, por um curto período, em 1876, da Secção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional.

Suas observações sobre a geografia de Minas, feitas durante a Expedição Thayer, foram incluídas no festejadíssimo livro *Geology and Physical Geography of Brazil*, publicado em 1870. Nesse trabalho Hartt se refere repetidamente ao mapa de Gerber, e também constantemente ao seu livro, do qual transcreve extensos trechos. No capítulo sobre as minas de ouro do

5 “Geographical notes on the Province of Minas Geraes, by Henrique Gerber, translated and communicated by Captain Richard F. Burton”. *Journal of The Royal Geographical Society*, vol. XLIV (1874), pp. 263–300. Segundo James A. Casada, Burton incluiu uma “Preliminary Note”, na p. 262. James A. Casada. *Sir Richard F. Burton. A Biobibliographical Study*. Boston: G. K. Hall, 1990, p. 96, verbete 322.

6 Verbetes 1.821 (p. 117) e 2.464 (p. 155) de B. J. Kirkpatrick. *A catalogue of the library of Sir Richard Burton, K.C.M.G., held by the Royal Anthropological Institute*. London: Royal Anthropological Institute, 1978.

Brasil, Hartt insere uma longa descrição de Gerber sobre Morro Velho, e no capítulo sobre os botocudos volta a citar várias vezes o engenheiro alemão.⁷

Nas primeiras décadas do século passado o livro ainda retinha seu prestígio. Em seu também famoso *Minas Geraes no XX^o século*, o professor, historiador e intelectual mineiro, Rodolpho Jacob usa extensamente a geografia de Gerber, da qual retira centenas de citações.

Da mesma forma, no trabalho *L'État de Minas Geraes (Brésil)*, escrito para ser oferecido ao Rei Alberto da Bélgica em sua visita a Belo Horizonte, em 1920, grande parte das informações geográficas tem Gerber como fonte.⁸

Finalmente, Nelson de Senna, na segunda edição de seu também clássico *A Terra Mineira*, publicada em 1926, mais de sessenta anos depois do livro de Gerber, faz várias referências ultra elogiosas às *Noções Geographicas*. Sobre o mapa afirma que ainda era o melhor disponível, superior a trabalhos cartográficos que foram feitos depois dele, inclusive (com grande exagero, na minha opinião) ao de Crockatt de Sá (1896), que classifica como mera ampliação da carta de Gerber, e com grandes lacunas.⁹

A longevidade desse pequeno compêndio não foi obra do acaso. Ele cobre grande variedade de temas importantes, com uma organização claramente superior às obras de seu tempo e mesmo a várias posteriores.

Sua utilização de estatísticas em forma tabular, e não no texto, foi extremamente inovadora e moderna para a época. Seus dados demográficos apresentam deficiências (ele subestima a participação dos escravos no total

7 Thayer Expedition. *Scientific results of a journey in Brazil*, by Louis Agassiz and his travelling companions. *Geology and Physical Geography of Brazil*, by Ch. Fred. Hartt. Boston: Fields, Osgood and Co., 1870. Publicado no Brasil como *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1941.

8 Rodolpho Jacob. *Minas Geraes no XX^o século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão e C., 1911, e Rodolphe Jacob. *L'État de Minas Geraes (Brésil), Ouvrage dédié a Sa Majesté Albert I, Roi des Belges, en souvenir de sa visite à l'État de Minas Geraes (2 Octobre 1920)*. Belo Horizonte (État de Minas Geraes), 1920.

9 Nelson de Senna. *A Terra Mineira* 2^a edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1926, esp. Tomo primeiro, p. 12.

da população e superestima sua participação na Mata cafeeira), mas não contém erros grosseiros. Gerber usou com correção os dados da melhor fonte disponível à época (o Major Luiz Maria da Silva Pinto) e as imperfeições são aquelas inevitáveis, resultantes da falta de levantamentos censitários.

Sua distribuição da superfície da província pelas comarcas e pelas bacias hidrográficas foi original, e seria abundantemente citada nas várias décadas seguintes.

Suas seções sobre mineração, metalurgia, agricultura e pecuária são sumárias (o livro é compacto), mas informativas e essencialmente corretas, assim como aquela referente à indústria manufatureira e fabril. São também bastante precisas, à luz das fontes que dispomos hoje, suas estatísticas sobre o comércio externo da província.

Enfim, um pequeno grande livro.

Sua reedição, juntamente com o competente ensaio crítico de Friedrich Renger, lhe dará, como merece, um novo sopro de vida, e fará dele um precioso instrumento de pesquisa sobre várias dimensões do passado de Minas Gerais.

Parabéns, amigo Renger, parabéns à Fundação João Pinheiro por mais esse capítulo no maravilhoso resgate da história de nossa pátria mineira, que é a Coleção Mineiriana.

Outubro de 2012

REFERÊNCIAS

Gerber, Henrique. *Noções Geográficas e Administrativas de Minas Gerais, por Henrique Gerber*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Gerber, Henrique. *Noções geographicas e administrativas da província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1863.

Halfeld, H.G.F. e J.J. von Tschudi. *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*. Ergänzungsheft n^o 9 zu Petermann's Geographischen Mittheilungen. Gotha: Justus Perthes, 1862.

Halfeld, H.G.F. e J.J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

Burton, Richard F. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. London: Tinsley Brothers, 1869.

Burton, Richard F. [Henrique Gerber]. The primordial inhabitants of Minas Geraes and the occupations of the present inhabitants. *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. London, 1873.

Henrique Gerber. Geographical notes on the Province of Minas Geraes, by Henrique Gerber, translated and communicated by Captain Richard F. Burton. *Journal of The Royal Geographical Society*, vol. XLIV (1874).

Casada, James A. *Sir Richard F. Burton. A Biobibliographical Study*. Boston: G. K. Hall, 1990.

Kirkpatrick, B. J. *A catalogue of the library of Sir Richard Burton, K.C.M.G., held by the Royal Anthropological Institute*. London: Royal Anthropological Institute, 1978.

Agassiz, Louis. *Thayer Expedition. Scientific results of a journey in Brazil, by Louis Agassiz and his travelling companions*. Boston: Fields, Osgood and Co., 1870.

Hartt, Ch. Fred. *Thayer Expedition. Geology and Physical Geography of Brazil*, by Ch. Fred. Hartt. Boston: Fields, Osgood and Co., 1870.

Hartt, Ch. Fred. *Geologia e Geografia Física do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1941.

Jacob, Rodolpho. *Minas Geraes no XX^o século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão e C., 1911.

Jacob, Rodolphe. *L'État de Minas Geraes (Brésil), Ouvrage dédié a Sa Majesté Albert I, Roi des Belges, en souvenir de sa visite à l'État de Minas Geraes (2 Octobre 1920)*. Belo Horizonte (État de Minas Geraes), 1920.

Senna, Nelson de. *A Terra Mineira*, 2^a edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1926.

Vila Rica, Vila Pobre: Dilema de uma Historiografia de Aluvião*

Roberto Borges Martins

Durante a maior parte do século XX, os principais historiadores da economia brasileira afirmaram que o declínio da produção aurífera, ao longo da segunda metade do século XVIII, teria lançado Minas Gerais numa decadência severa e prolongada.

Segundo esses autores a crise teria se manifestado principalmente através de uma profunda depressão, da involução da economia para uma agricultura de subsistência “de baixíssima produtividade”, e do dramático empobrecimento da população. Sem condições de repor ou mesmo de manter seus plantéis, os mineradores os dizimavam na esperança vã de encontrar novos filões, ou vendiam os escravos, agora ociosos, para o novo setor exportador que despontava no Vale do Paraíba. De maior importador de cativos da colônia, Minas teria se transformado em um grande exportador, em tal volume que teria garantido a decolagem da lavoura cafeeira.

Um corolário muito repetido desta tese é o de que a regressão da economia teria sido acompanhada pelo definhamento da importante rede urbana estabelecida na fase ascensional do “ciclo”. O declínio da mineração teria forçado a população a abandonar as áreas urbanas, dispersando-se pelo meio rural. Semidesertas e sem alternativas produtivas, as vilas e os

* Este artigo foi apresentado no XVI Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2014) e publicado em *História e Economia* - revista interdisciplinar. São Paulo. v. 17, n. 2 (2016).

arraiais do ouro teriam entrado em um processo de atrofia, e de deterioração econômica, social e física.

Aparentemente quem inaugurou esta visão sombria foi o historiador português Joaquim Pedro Oliveira Martins¹ quando escreveu, em 1880, que:

Ainda nos primeiros anos da nossa era, a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína: os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedoras; as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palácios carunchosos.

(...) viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuía. (...) A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. Por camas, tinham enxergas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as

1 Atribuo a Oliveira Martins a autoria original da tese do colapso da economia e da decadência urbana de Minas porque não encontrei esta visão radical em escritos anteriores. As memórias e relatórios produzidos por administradores coloniais, bem como as dos letrados brasileiros comissionados pelo governo português, no final da era colonial, enfocam invariavelmente o declínio da produção de ouro, os meios de remediá-la e de recuperar as receitas da Real Fazenda. Seu tom é dramático e alarmado — “cadavéricas minas” — mas não apontam nenhuma crise geral da economia, nem miséria generalizada da população, nem ruína das cidades. Na introdução de *Minas e Currais*, Angelo Carrara oferece uma excelente análise do significado dos queixumes e choradeiras sobre a “decadência” e “miséria” de Minas Gerais desde a primeira metade do setecentos, na qual salienta o problema de “conferir fidedignidade a discursos ideológicos” (Carrara, 2007, 21–31). Vejam-se também os “textos da decadência”, de José Vieira Couto, José Manuel de Sequeira, D. Rodrigo José de Menezes, Basílio Teixeira de Sá Vedra, José Elói Ottoni, José João Teixeira Coelho, e a própria “Instrução para o Visconde de Barbacena”, de Martinho de Melo e Castro, entre outros.

mulheres enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente embrulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros, lavando o cascalho com a sempre mantida esperança da descoberta de um depósito abundante de ouro (Oliveira Martins, 1978, 83–85).

Oliveira Martins foi um destacado membro do “decadentismo português” do século XIX e da “geração dos 70” — um grupo de intelectuais que se autodenominava “vencidos na vida” e que viveu assombrado entre o fantasma de um passado brilhante e a angustiante realidade do presente medíocre e sem perspectiva do seu país.

Destemperado e adjetivoso *ad nauseam*, sua narrativa histórica é um exercício de ficção, comprometido apenas com seus ódios e suas paixões. Demonstra em várias passagens de seu texto uma grosseira ignorância sobre fatos básicos da história do Brasil² e sua única fonte de informação sobre Minas Gerais é o relato de John Mawe, que distorce de maneira radical e desonesta. A ferocidade vazia de sua visão sobre Minas revela um rancor atávico contra uma colônia que, tendo sustentado o luxo e a ostentação, de repente passara a negar oxigênio a um Portugal sufocado. O rancor de quem sabia que não haveria novos Conventos de Mafra, e que se Lisboa tivesse sido novamente chacoalhada, chacoalhada teria ficado. Enfim, um demente, que não deveria ter sido levado a sério, mas que acabou influenciando toda a historiografia econômica brasileira do século XX.

O responsável por isto foi Roberto Simonsen que, em sua *História Econômica do Brasil* (1937), transcreveu na íntegra o trecho citado acima, endossando sem qualquer questionamento a descrição do autor português sobre o aniquilamento da economia mineira. (Simonsen, 1978, 292–94, 404) Pouco mais tarde, em 1940, Simonsen lançou a lenda da transferência dos escravos da mineração para o café, de sua própria lavra, que se tornaria um mantra repetido por gerações de historiadores (Simonsen, 1973, 172–73, 180).

2 “Xavier, o Tira-Dentes, Maciel do Rio, Freire de Andrade, eram os chefes da conspiração que foi abortada. Pagaram no patíbulo a sua audácia.” (Oliveira Martins, 1978, 95). Este é apenas um exemplo da ignorância de Oliveira Martins sobre a história do Brasil.

Celso Furtado estava apenas repetindo Simonsen (e através dele Oliveira Martins) ao escrever que Minas Gerais regrediu para uma economia natural, que as cidades entraram em declínio, e que os escravos foram vendidos para as áreas cafeeiras no final do ciclo do ouro. Na *Formação Econômica do Brasil*, que declarou ter escrito em três meses, nas “sobras de tempo que ia furtando” de outros trabalhos (Aguilar, 1997, I, 331–32), o economista paraibano teve Simonsen como única fonte de informação sobre Minas, e produziu, em quarenta e oito linhas, a versão mais radical da *via crucis* da capitania, mesmo adotando uma linguagem “mais técnica” e menos colorida que a de seus antecessores.

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica - à exceção de alguma agricultura de subsistência - era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região (...). Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.³ (Furtado, 1967, 91–93, 122–23).

O enorme sucesso de *Formação Econômica do Brasil* entronizou na historiografia brasileira a tese da bancarrota de Minas Gerais, que passou a ser repetida sem contestação — *magister dixit* — por quase todos os historiadores subsequentes, durante várias décadas.

Embora ainda circule entre leigos e ainda esteja presente em livros didáticos e em salas de aula, esta visão é hoje amplamente rejeitada por historiadores e pesquisadores acadêmicos. Graças a uma nova historiografia,

3 Os três capítulos que compõem a terceira parte do livro — Economia escravista mineira (século XVIII) — contêm apenas quatro notas de rodapé. Nenhuma delas tem qualquer relação com a economia de Minas Gerais. Furtado não apresenta, nem no texto nem nas notas, qualquer evidência empírica, documental, ou mesmo qualquer citação bibliográfica, em suporte às afirmações, frequentemente ousadas e grosseiramente erradas, que faz. Tudo indica que não leu nada além da História Econômica de Simonsen, nem mesmo a obra básica de Caio Prado Júnior.

surgida no final do século passado e no início do atual, com base em pesquisa primária e em farta evidência documental e empírica, sabemos que a economia mineira passou por uma intensa diversificação *desde seus primeiros anos*, que não sofreu nenhum colapso no final do século XVIII ou no início do XIX, que a importação de escravos nunca foi interrompida, e que Minas nunca foi um fornecedor de cativos para outras regiões.

Persiste, entretanto, alguma crença na tese da decadência urbana.⁴ Esta visão tem sido revista e já foi descartada em alguns casos, mas a mais importante das cidades da Minas colonial ainda permanece sob o estigma da prostração e do definhamento.

O texto abaixo, publicado em 2009 e 2011, por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, é um exemplo disso.

O quadro desta área mineira, no alvorecer do século XIX revelava-se desolador. Superada a “febre” do ouro a economia estagnou-se e apresentava-se, nos núcleos urbanos, franca recessão populacional. Nos seus arredores descortinavam-se campos desertos, sem lavouras ou rebanhos. Dos morros, esgaravatados até a rocha, havia-se eliminado a vida vegetal; neles restavam montes de cascalho e casas, na maioria, em ruínas. A pobreza dos habitantes remanescentes, as existências de ruas inteiras quase abandonadas provocavam imediata admiração nos visitantes que passavam por Vila Rica. Das duas mil casas — na sua maioria construídas de barro e malconservadas, a atestar os poucos recursos de seus donos —, quantidade considerável não estava ocupada, o aluguel mostrava-se cadente; nas transações imobiliárias a queda dos preços alcançou 50%. A população que somara, como atesta Saint-Hilaire, vinte mil pessoas, reduzira-se a oito milhares; tal

4 Esse era o estado da arte até o final do século XX. Eu mesmo, apesar de ter proposto uma visão fortemente revisionista sobre a decadência de Minas em minha tese de doutorado (Martins, 1980), mencionei várias vezes o colapso dos núcleos urbanos e a diáspora rural da população mineira. Mas mesmo antes dessa época já havia quem manifestasse reservas sobre essas teses. Lawrence Nielsen, por exemplo, fez um estudo em profundidade sobre a região de Sabará, e já alertava, em 1975, que “a magnitude do êxodo das áreas mineradoras ainda está por ser determinada. Existe evidência de que a maioria dos mineiros não abandonou a região depois que suas explorações tinham se esgotado. Informações sobre o declínio demográfico encontradas nos relatos de viajantes nas primeiras décadas do século dezenove devem, portanto, ser usadas com cautela até que sejam feitas pesquisas adequadas” (Nielsen, 1975, 38–39).

quebra no número de habitantes teria sido ainda maior, não fosse Vila Rica a capital da capitania, centro político-administrativo e residência de um regimento.(...) A paisagem das velhas cidades, construídas enquanto cresciam os mananciais de riqueza, com suas belas igrejas barrocas, os sobradões debruçados diretamente sobre as ruas estreitas, as praças apertadas, os chafarizes outrora borbulhantes, lá estão hoje, preservados no tempo como mensagem histórica a documentar a realidade social vivida no passado. A decadência muito rápida, a excelência dos materiais, não deram margem à deterioração, às marcas da miséria a se arrastar ao longo dos anos, frutos de paulatino apoucar de recursos.⁵ (Costa, 2011, 183–84)

Vila Rica é, sem dúvida, o lugar mais emblemático do “ciclo do ouro”. Foi palco da descoberta da primeira jazida e logo se transformou em uma área mineradora de primeira grandeza. Criada vila em 1711, já em 1720 foi elevada à condição de capital do país das minas. Apesar de só ter recebido formalmente o título de cidade — Imperial Cidade do Ouro Preto — em 1823, foi desde muito cedo um dos maiores núcleos urbanos do Brasil, e um espaço econômico, comercial, administrativo e político de importância central no império português do setecentos, que tinha em Minas Gerais a sua joia mais preciosa.

Rica e próspera, Vila Rica se destacava também pela cultura, pela arquitetura e pelas artes, e foi palco de processos e eventos políticos notáveis, até hoje lembrados e festejados pelos mineiros.

Foi durante todo o século XVIII, e além dele, o símbolo da opulência — “um Potosí de ouro (...) mais soberba e opulenta de todas, assim pela frequência de comerciantes, como pela abundância de suas minas” (Brito, 1732, 18–19) — e a grande referência do Eldorado que incendiava as

5 Esse texto é quase idêntico a aquele publicado em (Luna e Costa, 2009, 41–42). Embora não tenha nenhuma vinculação com a obra de Oliveira Martins, o trecho é fortemente reminescente, até no estilo empolado, do texto de 1880 do autor português citado acima. Se tal descrição de Vila Rica pode ser considerada extravagante no autor do século XIX, torna-se francamente anacrônica em historiadores do século XXI. A descrição é baseada exclusivamente em uma leitura parcial de John Mawe e no relato de Saint-Hilaire, e apesar de publicada (ou republicada) em 2009 e 2011, nos remete à pré-infância da pesquisa histórica no Brasil, tempo em que os relatos dos visitantes estrangeiros eram considerados fontes suficientes, sofisticadas e definitivas.

fantasias e a cobiça dos coloniais, dos portugueses e da Europa inteira. Muito mais tarde, certamente em virtude de seu próprio caráter emblemático, a imagem de Vila Rica foi apropriada por defensores da tese da decadência como símbolo do declínio de Minas Gerais.

O propósito deste trabalho é examinar o panorama econômico e social de Vila Rica no alvorecer do século XIX, com vistas a obter elementos que nos permitam avaliar de forma objetiva a tese de sua decadência.

Para isto utilizaremos duas fontes. A primeira delas, o levantamento censitário realizado em 1804, é conhecido, mas pouco explorado. Abrange os seis distritos urbanos do termo e foi publicado em 1969 pelo Arquivo Nacional (Mathias, 1969). A outra é constituída por três códices de documentos inéditos sob custódia do Arquivo Público Mineiro, que contém registros do donativo voluntário estabelecido pela Carta Régia de 6 de abril de 1804, e outros documentos sobre o mesmo assunto, também depositados no APM.

Esses dois conjuntos documentais derivam do mesmo fato gerador: a solicitação feita a seus súditos brasileiros pelo Príncipe Regente D. João, de doações espontâneas à coroa portuguesa, em dificuldades financeiras causadas pelas guerras napoleônicas.

O momento focalizado por estes documentos não poderia ser mais adequado ao nosso propósito. Em 1804, a produção de ouro (medida pela arrecadação dos quintos) se encontrava muito próxima de seu ponto mais baixo, e a economia da capitania ainda não tinha começado a receber os estímulos que receberia com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Ou seja, Minas Gerais deveria estar no fundo do poço, de acordo com a visão dos historiadores decadentistas.

O RECENSEAMENTO DE 1804

O censo de 1804 cobre os seis distritos urbanos do termo (Ouro Preto, Antônio Dias, Alto da Cruz, Cabeças, Morro e Padre Faria/Água Limpa/Taquaral) e é organizado por domicílios ou fogos. Traz, para cada domicílio, o nome do chefe e a listagem dos seus moradores, com condição, sexo, idade, relação de parentesco e raça. Os escravos têm sua nacionalidade

registrada em 91% dos casos. As ocupações de 75% dos chefes de fogo e de muitos dos moradores adultos livres são especificadas. No distrito de Ouro Preto quase todos os escravos adultos têm sua ocupação registrada, nos demais essa informação é praticamente inexistente.

Tabela 1
Vila Rica: população por distritos urbanos e por condição, 1804

Distritos	Livres	Escravos	Total	% Escravos
Ouro Preto	1.819	1.043	2.862	36
Antônio Dias	1.100	598	1.698	35
Cabeças	950	448	1.398	32
Morro	946	328	1.274	26
Alto da Cruz	824	290	1.114	26
Padre Faria	458	161	619	26
Total	6.097	2.868	8.965	32

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Foram arrolados 1.671 fogos, com 8.965 habitantes, sendo 6.097 livres e 2.868 escravos.⁶ É impossível determinar com precisão se estava ocorrendo aumento ou diminuição da população total porque não existem dados seguros para qualquer período anterior.⁷ Essa carência não é só de Vila

6 Há pequenas discrepâncias, tanto nos totais como nos diversos recortes por sexo, condição, idades, nacionalidades, ocupações etc., entre as compilações do censo feitas por Donald Ramos, Iraci del Nero da Costa, Herculano Gomes Mathias e a minha própria. Essas diferenças são, em geral, desprezíveis.

7 Em 1816, Saint-Hilaire afirmou que a população da cidade atingira 20 mil moradores em alguma época passada, mas não indica quando. (Saint-Hilaire, 1975, 69–70). John Mawe afirmou que eram 20 mil nas duas freguesias (Ouro Preto e Antônio Dias) quando lá esteve, em 1809, mas o censo de 1804 contou apenas cerca de nove mil habitantes nos seis distritos urbanos. (Mawe, 1812, 167). Todos os números anteriores ao recenseamento de 1804, são meros palpites, sem qualquer fonte ou evidência que os sustente. Existe, além disso, muita confusão entre a população da cidade, do termo, e até da comarca. Mesmo em autores do século XX, encontram-se grandes disparates sobre a população de Vila Rica. Em sua Formação Histórica do Brasil, João Pandiá Calógeras lhe atribuiu 100 mil moradores (Vasconcellos, 1956, 51). O geógrafo francês Pierre

Rica, mas de toda Minas Gerais. Qualquer comparação temporal das populações de distritos, termos ou comarcas da capitania, se não for conduzida com extremo cuidado, torna-se um exercício temerário, que pode resultar em erros grosseiros, porque além da falta de estatísticas confiáveis é também muito difícil garantir a comparabilidade das unidades territoriais ou administrativas.

Donald Ramos, um dos raros pesquisadores que utilizaram o censo em profundidade, usa a baixa razão de masculinidade da população livre (80 homens por 100 mulheres) e a alta porcentagem de domicílios chefiados por mulheres (45%) para argumentar que provavelmente teria ocorrido emigração de homens em períodos anteriores ao censo. (Ramos, 1975; Ramos, 1979)

Isso é bem possível. A porcentagem de fogos chefiados por mulheres é, de fato, muito alta, bem maior, por exemplo, do que os 26% observados no conjunto da província, tanto em 1831–32 quanto em 1838–40, e realmente sugere alguma perda de população adulta do sexo masculino.⁸ (APM. Listas Nominativas de 1831–32; APM. Listas Nominativas de 1838–40).

Na falta de estatísticas diretas, a razão de masculinidade é um bom indicador de fluxos migratórios, pela simples razão de que as migrações não são neutras em termos de gênero, e os homens migram muito mais que as mulheres.

Em populações “fechadas”, onde não ocorrem migrações (ou onde esses movimentos são estatisticamente insignificantes), a razão de masculinidade situa-se sempre um pouco abaixo de 100, por causa da sobremortalidade masculina, que é observável em todos os lugares e em todos os tempos.⁹ Mas, como as regiões de *destino* das migrações recebem mais homens do que mulheres, suas razões de masculinidade serão superiores a

Deffontaines, em celebrado estudo sobre a formação das cidades brasileiras, também afirmou que Vila Rica “contou até 100.000 habitantes (...)” (Deffontaines, 1944, 144).

8 Em 1838 havia 34% de fogos chefiados por mulheres no distrito de Ouro Preto.

9 Na população brasileira atual, por exemplo, que pode ser considerada uma população “fechada” em termos de movimentos migratórios (não tem emigração nem imigração estatisticamente significativas), a razão de masculinidade é igual a 94,3 (IBGE, 2012).

100, e serão tanto mais altas quanto maior for o desequilíbrio de sexo dos contingentes migrantes e a intensidade do movimento migratório. Inversamente, as regiões *emissoras* de fluxos migratórios, perderão mais habitantes masculinos do que femininos, e terão, portanto, razões de masculinidade mais baixas.

Pequenas variações do índice em torno do seu patamar “normal” (seu valor nas populações fechadas) não autorizam quaisquer conclusões sobre migrações. Mas, se os dados são de boa qualidade, grandes desequilíbrios de sexo, para um ou para outro lado, indicam, efetivamente, a ocorrência de movimentos de população. As estatísticas de 1804 para os distritos urbanos de Vila Rica têm sua origem em um levantamento censitário minucioso, coletado domicílio a domicílio, e parecem perfeitamente confiáveis. A razão de masculinidade de 80 homens livres por 100 mulheres livres é realmente baixa e sugere que, de fato, a cidade perdeu alguma população masculina em períodos anteriores à realização do censo.

O exame das razões de masculinidade específicas por faixas etárias reforça esta conclusão, revelando que o déficit do sexo masculino era fortemente concentrado na faixa de 20 a 39 anos (razão igual a 64) e ainda mais especialmente na faixa de 20 a 29 anos (razão igual a 56). Jovens adultos do sexo masculino são, em qualquer sociedade e em qualquer época, o grupo mais propenso, ou mais disposto, a migrar, por várias razões, especialmente de ordem econômica. Essa migração teria ocorrido algum tempo antes do recenseamento, e Vila Rica teria perdido, no máximo, umas poucas centenas de habitantes do sexo masculino.

A ideia ganha reforço com dados da freguesia da Matriz do Pilar de Ouro Preto, que continha a maior parte da população da cidade. Esses números demonstram que a razão de masculinidade dos livres dessa paróquia já era igual a 82, 82 e 83, em 1796, 1797 e 1798, respectivamente.¹⁰ Tudo

10 Mapas da População da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica do Ouro Preto (...) 1796, 1797 e 1798. Assinados por Vidal José do Valle, vigário colado da freguesia. APM. Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.367; APM. Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.364; APM Casa dos Contos. Cx. 94, planilha 20.364.

indica, portanto, que na época do censo a população de Vila Rica já tinha se estabilizado.¹¹

Tabela 2
Vila Rica: Razão de masculinidade da população livre por faixas etárias, 1804

Faixas de idade	Homens livres	Mulheres livres	Homens por 100 mulheres
00 - 09	658	665	99
10 - 19	539	567	95
20 - 29	347	620	56
30 - 39	355	482	74
40 - 49	280	371	75
50 - 59	207	266	78
60 - 69	149	194	77
70 +	118	149	79
Total com idade conhecida	2.653	3.314	80

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

O contingente escravo, principal forma de acumulação de riqueza na época, era considerável, chegando a 32% da população total. Sua posse era amplamente disseminada — estavam presentes em nada menos do que 43% dos fogos da cidade, um índice altíssimo. Nos dois distritos mais importantes, Ouro Preto e Antônio Dias, mais da metade dos domicílios possuía pelo menos um cativo (50% e 54% respectivamente).¹²

11 Donald Ramos, que tem uma visão da situação de Vila Rica diferente da que será apresentada neste trabalho, concorda com esta estabilização. “The period under examination is precisely in the midst of this stage of stable depression (...) presumably those who could leave had already abandoned the area for the economically expanding coastal areas” (Ramos, 1979, 496).

12 Para comparação: em 1808, na Capitania de São Paulo, 23,9% dos domicílios possuíam escravos (Marcílio, 2000, 109). Em 1831–32, na província de Minas Gerais esse índice

Tabela 3
Vila Rica: disseminação da propriedade escrava pelos distritos e fogos, 1804

Distritos	Fogos	Escravos	Fogos com escravos	% de fogos com escravos	Escravos por fogo
Ouro Preto	537	1.043	271	50	3,8
Antônio Dias	273	598	147	54	4,1
Cabeças	261	448	93	36	4,8
Morro	247	328	78	32	4,2
Alto da Cruz	221	290	80	36	3,6
Padre Faria	132	161	42	32	3,8
Total	1.671	2.868	711	43	4,0

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Cerca de 80% dos 711 proprietários tinham até cinco escravos e apenas 9% possuíam mais de dez. O tamanho médio dos plantéis era de quatro escravos por fogo. Esta prevalência de pequenos plantéis está perfeitamente alinhada com o padrão da escravidão urbana em várias partes da América. A média observada em Vila Rica era maior do que os plantéis médios de Havana (3,1 em 1857), e de importantes cidades escravistas dos Estados Unidos, como Saint Louis (2,5), New Orleans (3,0) ou Louisville (3,3) em 1850, e apenas ligeiramente inferior às médias da grande cidade portuária de Mobile, Alabama (4,6) e de Richmond, Virginia, a capital industrial do *Old South* (5,9), também em 1850. (Knight, 1970, 134–35; Goldin, 1976, 20; Wade, 1964).

Comparando com cidades brasileiras, era maior que as médias das cidades de São Paulo e Santos (1,28 e 3,06, respectivamente) em 1836, e das freguesias urbanas do Rio de Janeiro (2,9 em 1779–89 e 3,6 em 1821). (Muller, 1978, 132–147; Anônimo, 1884, 27–29; Silva, 1986, 99).

A razão de masculinidade dos escravos (139 homens por 100 mulheres) (Ramos, 1979, 520) era muito elevada, considerando o caráter

era de 31% (APM. Listas Nominativas de 1831–32. A comparação não é precisa por envolver áreas urbanas e rurais, mas serve para realçar a extrema disseminação da propriedade de escravos em Vila Rica.

exclusivamente urbano desta população. Em Cuba a razão de masculinidade dos escravos das áreas urbanas, em 1855, não passava de 88, e nas treze maiores cidades do Caribe Britânico, incluindo Kingston, na Jamaica, variava entre 72 e 99 homens por 100 mulheres em 1813–1819. (Knight 1970, 79; Higman, 1995, 118)

No Brasil, o coeficiente atingia 103 na cidade de São Paulo em 1836. Em 1779–89, na vila de São Salvador de Campos, principal área exportadora do Sudeste na época, a razão era de 141, pouco mais alta que em Vila Rica. No mesmo período, nas freguesias urbanas de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1779–89 havia 136 escravos homens por 100 mulheres, e em 1838, quando a cidade, além de ser a corte e a capital do Império, era o maior porto escravista do mundo, essa razão atingiu 148 homens por 100 mulheres (Muller, 1978, 132–147; Anônimo, 1884, 27–29; Silva, 1986, 99–100).

A baixa razão de masculinidade dos contingentes cativos urbanos refletia, em geral, o fato destas populações incluírem um expressivo componente de mulheres escravas empregadas no serviço doméstico (Higman, 1995, 118). O nível bem mais alto observado em Vila Rica sugere fortemente que, além do trabalho doméstico, havia escravos ocupados em outras atividades produtivas.

E, muito mais importante para a avaliação das condições econômicas da cidade, a alta proporção de escravos do sexo masculino é uma indicação segura de que Vila Rica continuava importando escravos na época do recenseamento, ou que o fizera em períodos muito próximos a ele.

O diferencial de mortalidade entre homens e mulheres — uma taxa de mortalidade masculina muito mais alta que a feminina — é um fato solidamente estabelecido na história de todas as populações cativas da escravidão moderna.

Portanto, na ausência de importações, ou mesmo com importações moderadas, a razão de masculinidade convergia rapidamente para o equilíbrio, e logo para uma maioria de mulheres. A evidência empírica desse processo é absolutamente inequívoca, nos Estados Unidos, em todas as colônias do Caribe e em todas as regiões do Brasil.

Por outro lado, é também firmemente estabelecida a existência de um forte desequilíbrio entre os sexos — uma ampla maioria de homens — nas importações de escravos, em todos os períodos e em todos os lugares, tanto no tráfico atlântico quanto nos tráficos internos, onde quer que tenham ocorrido.

Assim, a permanência de uma proporção maior, mesmo moderadamente maior, de escravos do sexo masculino, dependia crucialmente de contínuas importações e, portanto, a manutenção de uma razão de sexo maior do que 100 é um seguro indicador de importações constantes e recentes.

A estrutura etária da população escrava apresentava uma deformação — um estreitamento na faixa mais jovem, e um inchaço nas idades produtivas — bem característica das áreas importadoras: o grupo de 0 a 9 anos representava apenas 14%, enquanto a faixa de 10 a 49 anos englobava 72% do total. Essa distorção na distribuição das idades indica que a população não se reproduzia endogenamente, e que recebia migrações (que no caso de escravos são importações) de indivíduos já adolescentes e jovens adultos.

As importações eram indispensáveis para sustentar o contingente cativo da cidade, pois as escravas eram muito inférteis: a razão criança/mulher (número de crianças de zero a quatro anos por mil mulheres de 15 a 44 anos), que pode ser usada como um índice de fertilidade (Higman, 1995, 356; Sutch, 1975, 183), era extremamente baixa, atingindo somente 228. Para avaliar o significado deste número, anote-se que nos Estados Unidos, única população escrava das Américas que apresentou reprodução natural positiva consistente, a razão criança/mulher era superior a 750, em 1850 e 1860 (U. S. Bureau of the Census, 1960, 10–11).

Quase metade da população escrava (48%) era constituída por africanos (Ramos, 1979, 518). Essa proporção é maior do que a observada em algumas regiões fortemente importadoras, e reforça a hipótese de que a cidade importava africanos nessa época.

Em todas as sociedades escravistas da América, a taxa de mortalidade dos africanos era brutalmente alta, sobretudo nos seus primeiros anos em

território americano, sendo muito maior que a taxa de mortalidade dos escravos crioulos.¹³

Por isso, a menos que houvesse importações muito intensas, era inexorável a ocorrência de um contínuo processo de “crioulização” da população cativa (redução da proporção de africanos e consequente aumento da proporção de nativos, ou crioulos). Esse processo poderia ocorrer com bastante rapidez mesmo diante de constantes importações.¹⁴

Assim, a permanência de um nível de “africanidade” alto como esse observado em Vila Rica é um indicador seguro de que esta sociedade continuava a receber escravos importados.

A estrutura etária dos africanos indica que houve um decréscimo nessas importações no período imediatamente anterior ao recenseamento, mas que elas não foram interrompidas. Mais de 35% dos africanos tinham menos de 30 anos e, portanto, tinham sido importados nas duas últimas décadas (era extremamente raro importar escravos com menos de dez anos). Mas desses, pouco mais de um quarto tinha chegado ao Brasil nos últimos dez anos. Considerando a altíssima taxa de mortalidade dos africanos no período do *seasoning* (veja a nota 13) pode-se especular que Vila Rica havia importado mais de duas centenas de novos cativos africanos nos

13 Joseph Miller estima que de todos os africanos que chegavam aos seus destinos finais no interior do sudeste brasileiro (depois de sobreviverem à captura no interior da África, à jornada até o litoral, à permanência nos barracões de entreposto na costa africana, à travessia do Atlântico, à permanência nos depósitos do Valongo, e à viagem até seu destino final), metade morria nos primeiros quatro anos em solo brasileiro (Miller, 1988, 438–41). Fogel e Engerman afirmam que a taxa de mortalidade dos africanos nos primeiros dez anos nos Estados Unidos era três vezes maior que a taxa de mortalidade dos escravos nascidos em solo americano (Fogel e Engerman, 1974, II, 32). Para mais evidências sobre a altíssima mortalidade dos africanos “novos” e a sobremortalidade dos africanos em geral, no Caribe Britânico, em Saint Domingue, em Cuba e no Brasil, relatadas por contemporâneos e por historiadores, veja (Martins, 2016).

14 O caso da Jamaica, para o qual existem bons dados estatísticos, ilustra bem esse processo. Em 1750, 78% dos escravos da colônia eram africanos. Entre essa data e a abolição do tráfico no Império Britânico, em 1807, foram importados 673 mil africanos, ou cerca de 11,8 mil por ano, em média. Apesar disso, a proporção de africanos caiu para 45%. Depois do final do tráfico, obviamente a porcentagem continuou caindo, e atingiu 25% em 1832, dois anos antes da abolição da escravidão. (Craton, 1975, 284; Higman, 1976, 75–78); www.slavevoyages.org. The Trans-Atlantic Slave Trade Database.

dez anos anteriores ao censo, dos quais os 117 indivíduos recenseados com 19 anos ou menos seriam os sobreviventes.

Tabela 4
Vila Rica: Distribuição etária da população escrava, por origem, 1804
(escravos com idade e origem conhecida)

Idades	Brasileiros	Africanos	Total	%		%
				Brasileiros	Africanos	
00-09	313	19	332	25,0	1,6	13,8
10-19	277	98	375	22,1	8,5	15,6
20-29	296	293	589	23,6	25,4	24,5
30-39	189	241	430	15,1	20,9	17,9
40-49	96	241	337	7,7	20,9	14,0
50-59	46	128	174	3,7	11,1	7,2
60 +	36	132	168	2,9	11,5	7,0
Total	1.253	1.152	2.405	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Um grande número de nações e etnias africanas (angola, xambá, nagô, benguela, cabinda, congo, rebole, mina, cassange, cabundá, mofumbe, ganguela, quissamã, camondongo, cabo verde e outras) estava presente nas escravarias da cidade, revelando, mais uma vez, sua intimidade com o tráfico atlântico.

Lembrando que a propriedade de escravos era um importante indício de riqueza, a alta proporção de cativos na população e a grande disseminação de sua posse sugerem um considerável nível de prosperidade, e uma não desprezível difusão dessa prosperidade por boa parte dos habitantes. A forte presença africana, a deformação da estrutura etária, e a alta razão de masculinidade denunciam importações continuadas e relativamente recentes. Os proprietários de Vila Rica, assim como os do resto da capitania, não estavam liquidando seus plantéis cativos, como afirma a literatura decadentista.

A análise da estrutura ocupacional nos permite descartar, de imediato, outra tese que também se tornou corrente na literatura — a de que a única sustentação de Vila Rica, que lhe garantia um sopro de vida, vinha do fato de ser a capital e sede do governo da capitania.

Vila Rica atravessava em 1804 uma fase de estagnação. As lavras exaustas haviam reduzido grande parte da população a um estado muito próximo da miséria (...) Da famosa Idade do Ouro restavam, praticamente, os vestígios materiais nos morros esburacados e nos córregos sinuosos onde renitentes faiscadores teimavam em buscar recursos para sobrevivência. Dava-lhe certo alento a circunstância de ser a capital administrativa da Capitania o que implicava na presença obrigatória de funcionários civis e militares com seu séquito de familiares e dependentes. (Mathias, 1969, IV)

Vila Rica de Ouro Preto, a capital da capitania e da comarca, reteve alguma importância como um centro comercial por causa de sua população burocrática e militar, e seu papel tradicional de entreposto regional do comércio de longa distância com Goiás e Mato Grosso. Mas muita gente abandonou a cidade e ruas inteiras estavam vazias nos anos 1810. (Brown, 1986, 464–65)

Há várias razões para se imaginar que na Vila Rica de 1804 houvesse uma concentração de forças militares e um robusto aparelho burocrático, fiscal e policial. Ela era a capital de uma capitania de grande importância estratégica. Por sua posição central no continente não era vulnerável a inimigos externos, mas continha a maior população livre, a maior população escrava, e tinha sido, durante todo o século anterior, o principal manancial de riquezas do império português. O forte declínio na arrecadação dos quintos causava grande apreensão à coroa, que vivia assombrada pela paranoia de sonegações e descaminhos do ouro. Pouco tempo antes tinha sido o foco de uma tentativa de revolta que, embora malograda e pouco expressiva, gerara grande comoção na metrópole.

Entretanto, no censo podemos verificar que o aparato administrativo e militar sediado na cidade era surpreendentemente pequeno. O número total de funcionários, de todos os poderes e de *todos os escalões*, era apenas 81, dos quais 65 eram chefes de fogo, que representavam somente 3,9% desta categoria. Da mesma forma, era bem reduzida a presença dos

militares. Eles eram 134, de *todas as patentes*, incluindo oficiais, suboficiais e soldados (das tropas regulares e das milícias), dos quais 76 eram cabeças de fogo, constituindo 4,5% desse grupo.¹⁵

Além de serem numericamente muito poucos, é importante registrar que apenas a “Tropa Paga, Regular ou de Primeira Linha, recebia soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência hospitalar”. Os outros dois corpos, os “Auxiliares ou Milicianos”, e as “Ordenanças, Paisanos Armados ou Tropas Irregulares”, eram instâncias de segunda e terceira linha: seus membros eram civis, moradores comuns, livres e forros, que viviam ocupados com seus próprios afazeres e, com exceção dos oficiais superiores, não recebiam nenhum soldo — nem mesmo fardamento, armamento, alimentação ou montaria. Seriam, quando muito, o que hoje chamamos de militares da reserva. Mesmo no caso dos oficiais, “os postos de ordenanças e milícias acabavam por ser mais propriamente títulos de prestígio e promoção social do que propriamente cargos públicos”. (Cotta, 2002) Em nenhuma hipótese suas rendas e suas demandas poderiam ser atribuídas à sua condição de “militares”.

É oportuno lembrar ainda que no Brasil colonial, ostentar uma patente não significava uma carreira militar. Em Vila Rica havia nesse ano 150 indivíduos com títulos de coronel, capitão, tenente, alferes, furriel e outros, que ganhavam a vida como funcionários, mineradores, comerciantes, alfaiates, sapateiros, seleiros, boticários, e até toucinheiro, cabelereiro e sacristão. O grande pintor sacro Manoel da Costa Ataíde, por exemplo, carregava a patente de alferes.

É óbvio que não era para atender à demanda apenas das famílias desse punhado de funcionários e militares que existiam, como veremos, quase 200 comerciantes, mais de 100 alfaiates, mais de 100 costureiras ou mais de 120 sapateiros.

15 Nesse número estão incluídos vários músicos, além de outros indivíduos que tinham cargos nas corporações, como “secretário do regimento” ou “ajudante de cirurgia”, mas não eram militares. Usando critérios diferentes, Herculano Gomes Mathias encontrou apenas 99 militares, entre chefes e não chefes de fogos. (Mathias, 1969, IX).

Tabela 5
 Vila Rica: Chefes de domicílio funcionários públicos e militares,
 por distrito, 1804

Distritos	Fogos	Chefe Funcionário	Chefe Militar	% Chefe Funcionário	% Chefe Militar
Antônio Dias	273	23	28	8,4	10,3
Ouro Preto	537	34	40	6,3	7,4
Alto da Cruz	221	1	5	0,5	2,3
Cabeças	261	5	3	1,9	1,1
Padre Faria	132	0	0	0,0	0,0
Morro	247	2	0	0,8	0,0
Total	1.671	65	76	3,9	4,5

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

Vila Rica sediava o poder executivo, o poder judiciário, a administração fazendária e o comando militar da capitania, mas *não era*, com certeza, apenas uma cidade burocrática, ou castrense — nem mesmo era sede do regimento de cavalaria que, desde 1779, ficava em Cachoeira do Campo, no quartel construído por D. Antônio de Noronha. Era, pelo contrário, uma urbe complexa, multifuncional, viva e muito diversificada. Além da função administrativa ela tinha uma economia multissetorial e oferecia serviços de saúde, educação, cultura, religião e outros.

Chamam a atenção a dimensão e a estrutura do setor comércio. Era alto o número de negociantes de fazenda seca, que lidavam com tecidos importados e outros produtos não comestíveis, como chapéus, artigos de louça e vidro, ferro, aço, cobre, chumbo e estanho, em chapas, barras e em obras, remédios de botica, armas de fogo etc., em geral em lojas de porte considerável. Pelo menos um deles, Manoel de Magalhães Gomes, era também negociante de “negros novos”, ou seja, importador de escravos recém-chegados da África.

Havia vários comerciantes de “molhados do Reino e da terra”, que vendiam alimentos e bebidas, muitas vezes importados e de luxo, como peixe salgado, queijos, presuntos e paios, passas e figos, azeitonas, azeite doce, vinagre, vinhos, aguardente do Reino, cervejas e licores.

Várias lojas eram especializadas em um único artigo (tabaco, couros, açúcar, bestas, madeiras e outros), o que denota a existência de um mercado amplo. Havia dez negociantes que vendiam exclusivamente toucinho.

As vendas e botequins, que trabalhavam com “efeitos da terra”, eram 110. Seus proprietários eram muitas vezes mulheres, várias delas forras, e sua clientela era formada pela classe mais pobre. Eram locais de socialização de pobres livres, forros e escravos ou, na visão de um membro da elite, “tabernas fedorentas” que não tinham “outros mais sortimentos que não fossem os queijos, a cachaça e o negro fumo”. (Gonzaga, 1996, 829)

Os sete tropeiros “com tropa no caminho do Rio” nos lembram que Vila Rica reteve a função, que exercia desde o *boom* minerador, de entreposto do comércio de longa distância (com o Rio de Janeiro, o litoral, o vasto interior da capitania, e o Brasil central) e de centro de distribuição de escravos. Isso foi observado, pouco tempo depois, pelo inglês John Mawe,¹⁶ o primeiro estrangeiro autorizado a visitar Minas Gerais, que lá esteve em 1809:

Os tecidos de lã inglesa não eram caros; panos finos e pesados (...) eram tão baratos quanto na Inglaterra, [havia] estampados comuns de algodão (...) chapéus, lenços, casimiras e produtos baratos de Manchester em grande abundância. Parecia haver grande quantidade de mercadorias e produtos ingleses de todos os tipos, exceto louças, presuntos, cerveja e manteiga, que eram muito caros por causa dos riscos de transporte. [Os principais comerciantes] não nos encaravam como estranhos, pois muitos deles já haviam visto ingleses em seu frequente intercâmbio com o Rio de Janeiro. (Mawe, 1812, 168–69)

16 Em seu livro Mawe afirma que Vila Rica perdera população, que havia muitas casas desertas e pessoas sem emprego, e que ficara surpreso com a “pobreza comparativa” da cidade, que conservava “apenas uma sombra de seu antigo esplendor”. Comerciantes locais lhe disseram Vila Rica deveria ter seu nome mudado, passando a chamar-se Vila Pobre. Mas seu relato é sóbrio e equilibrado, descrevendo a cidade como bonita e bem cuidada, com um sistema de distribuição de água nas residências e com jardins cheios de flores. Menciona seu animado comércio, o grande número de comerciantes e profissionais de ofícios, e o luxo das classes abastadas. Sua descrição é radicalmente diferente do texto de Oliveira Martins, que afirma ter se baseado nele. O livro teve várias edições e foi traduzido para o alemão, o francês, o italiano, o espanhol o russo, e o português, permanecendo como o principal formador de opinião sobre Minas Gerais na Europa durante algumas décadas.

Alguns anos depois, em 1818, os cientistas bávaros Spix e Martius confirmaram e expandiram a observação de Mawe, descrevendo Vila Rica como um grande centro de coleta e de distribuição comercial, que polarizava uma vasta região.

Entre todas as cidades do interior do Brasil nenhuma tem comércio tão animado como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João del Rei; por Minas Novas para a Bahia; por São Romão, Tejuco e Malhada para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro etc., para a capital, e voltam trazendo sal, vinho, chitas, panos, presuntos, espelhos, artigos de ferro, novos escravos para a exploração das minas de ouro etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se este até além do Rio São Francisco, por quase toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias europeias adquiridas no Rio de Janeiro, mas também com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toucinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província. (Spix e Martius, 1981, I, 205–06)

Além de várias profissões de colarinho-branco, o recenseamento registrou mais de quarenta ocupações manuais e mecânicas, que eram exercidos por mais de 700 artistas, artesãos, oficiais, mestres e trabalhadores não especializados. O número efetivo destes profissionais era certamente muito maior, pois eles eram muitas vezes escravos, e só foram registradas as ocupações dos cativos do distrito de Ouro Preto.¹⁷

17 No distrito de Ouro Preto havia escravos que exerciam os ofícios de alfaiate, barbeiro, cabelereiro, carpinteiro, costureira, ferreiro, latoeiro, pedreiro, relojoeiro, sapateiro, seleiro e serralheiro. Nos demais distritos foram registradas as profissões de apenas dezessete dos 1.825 escravos existentes. Podemos ter absoluta certeza de que muitos deles também eram profissionais.

Nos seis distritos urbanos cobertos pelo censo trabalhavam 86 costureiras, 97 alfaiates e 114 sapateiros. Se a clientela potencial dos alfaiates fosse constituída por todos os homens adultos (15 anos ou mais) livres teríamos, pelo menos, um alfaiate para cada 17 clientes. A quantidade de sapateiros (numa sociedade onde os escravos e os pobres andavam descalços), bem como as de ferreiros (40), de latoeiros (43), de carpinteiros (61) e de seleiros (10) é também surpreendente, e sugere que os mercados destes profissionais ultrapassavam os limites da cidade.

Além destes, e dos usuais marceneiros, pedreiros, serralheiros e fiadeiras, o mercado era amplo bastante para sustentar a oferta de serviços mais especializados, como, por exemplo, os de dois fogueteiros, dois chupeteiros e um fundidor de sinos. Havia na cidade riqueza suficiente para demandar os trabalhos de sete cabelereiros, um carpinteiro de seges, dois cirigueiros e três relojoeiros, que eram, sem dúvida, especialidades de luxo.¹⁸ Esse luxo também foi registrado por Mawe:

Nas festas vespertinas para as quais fui convidado (...), observei que predominava a moda inglesa, especialmente entre as senhoras. As casas das classes altas em Vila Rica são muito melhores e mais bem mobiliadas do que as que vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, são mantidas em perfeita ordem. Seus leitos me pareceram tão elegantes que os considerei dignos de uma descrição mais detalhada (...). Sem excluir as últimas novidades nesta peça de mobília, nunca vi camas tão magníficas quanto as dos opulentos desta capitania.¹⁹ (Mawe, 1812, 200)

18 Seges não são carroças, mas carruagens fechadas, puxadas por dois cavalos, razoavelmente luxuosas. Segundo Bluteau, cirigueiro, sirigueiro ou sirgueiro, é um profissional que trabalha com seda ou lã, produzindo franjas, borlas e outros adereços para roupas de luxo ou uniformes militares. Pode ser também um chapeleiro ou vendedor de chapéus.

19 É interessante contrastar este trecho mais uma vez com a descrição de Oliveira Martins, acima.

Tabela 6
Ocupações e profissões em Vila Rica, 1804, segundo o Recenseamento

Ocupação	No.	Ocupação	No.
Entalhador	1	Doceira	1
Escultores	3	Padeiras	3
Pintores sacros	3	Quitadeiras e quitandeiros	35
Músicos	43	Cozinheiros e cozinheiras	10
Cerieiro	1	Boleiro	1
Chupeteiros	2	Criados (não inclui escravos domésticos)	2
Cirurgueiro	1	Lavadeiras	25
Esteireiro	1	Capineiros, lenheiros e carvoeiros	42
Fogueteiros	2	Carreiros	12
Pintores	6	Chacareiros, hortelões, lavradores e roceiros	(*)
Relojoeiros	3	Caixeiros de loja ou venda	18
Sirgueiro	1	Negociantes com estanque de tabaco	2
Carpinteiros	61	Negociantes de fazenda seca	19
Carpinteiro de seges	1	Negociantes de fazenda seca e molhados	2
Marceneiros	8	Negociante de fazenda seca e negros novos	1
Alfaiates	97	Negociantes de molhados do Reino e da terra	7
Costureiras	86	Negociantes com negócio de cortes	3
Sapateiros	114	Negociantes de toucinho	10
Sombreireiro	1	Negociantes de couros, açúcar, bestas, madeiras etc.	13
Tintureiros	2	Negociantes com venda de efeitos da terra	110
Fiadeiras	25	Estalajadeiros	8
Rendeiras	3	Tropeiros com tropa no caminho do Rio	7
Tecedeiras	8	Boticários, enfermeiros, parteiras, cirurgiões e médico	22
Caldeireiros	4	Faiscadores e faiscadeiras	142
Ferradores	8	Mineiros	47
Ferreiros	40	Jornaleiros ou alugados livres	4
Fundidor de sinos	1	Burocratas e administradores privados	11
Funileiro	1	Advogados, rúbulas, solicitadores e cobradores	26
Latoeiros	43	Livreiro (encadernador)	1
Serralheiros	4	Professores de primeiras letras	4
Torneiros	3	Feitores	6
Canteiro	1	Eclesiásticos (padres e sacristãos))	46
Oleiro	1	Funcionários públicos de todos os escalões	81
Pedreiros	26	Militares de todas as patentes exclusive músicos	118
Correieiro	1	Capitalistas (vive de rendas ou aluguéis)	9
Seleiros	10	Suas agências, sem negócio e ocupação não registrada	512
Barbeiros	9	Outras ocupações	8
Cabelereiros	7	Vive pobre e vive de esmolas (chefes de fogo)	172

Fonte: Recenseamento de Vila Rica, 1804

É evidente que a economia de Vila Rica era completamente mercantilizada. Ninguém vive de cortar seu próprio cabelo ou de costurar para si mesmo. Não existe sapateiro ou carpinteiro de subsistência, e nenhum comerciante sobrevive sem clientes. Os ofícios, as lojas e as vendas arroladas no censo pressupõem a existência de um mercado, com consumidores e com renda suficiente para pagar pela grande variedade de bens e de serviços oferecidos, muitos dos quais sofisticados e até supérfluos.

O setor saúde também era bastante desenvolvido. A cidade tinha dois hospitais, (o Hospital Real Militar e a Santa Casa de Misericórdia) e os serviços de saúde eram prestados por cinco boticários, duas parteiras, três enfermeiros, nove cirurgiões e ajudantes de cirurgia, e pelo Dr. Tomás de Aquino Belo, de 79 anos, médico que já aparece em uma lista nominativa de 1769.

A Santa Casa de Misericórdia existia desde 1735, e o Hospital Real Militar de Vila Rica foi criado em 1781, só sendo precedido no Brasil por seu congênere da capital da colônia (1768), e antecedendo em vários anos os hospitais militares da Bahia (1799) e de São Paulo (c. 1802). Foi chefiado, desde sua fundação, pelo Cirurgião Mor do Regimento de Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais, Antônio José Vieira de Carvalho. Entre outros serviços, Vieira de Carvalho traduziu o livro *Observações sobre as Enfermidades dos Negros*, do médico colonial francês Jean Barthélemy Dazille, tradução essa que foi publicada em Lisboa, em 1801, pela Tipografia do Arco do Cego.²⁰ (Carvalho, 1801) Isso lhe valeu a nomeação como Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações, na primeira “Aula” desta matéria criada na colônia, por Carta Régia de 17 de junho do mesmo ano. Com essa função, o Hospital Real Militar de Vila Rica tornou-se um precursor dos hospitais-escola de hoje, muitos anos antes da institucionalização dos cursos de medicina.

Vila Rica era uma cidade, e como toda cidade, não produzia os alimentos que consumia. Tinha algumas atividades agrícolas, mas sua maior parte era restrita à horticultura.

20 Antônio José Vieira de Carvalho foi recenseado em 1804 no fogo 272, do distrito de Antônio Dias, como Cirurgião Mor. Possuía uma chácara em Saramenha e 19 escravos. Na relação dos donativos de 1804, comparece com uma vultosa doação de 200 mil-réis.

É difícil determinar, nos registros do censo, exatamente quantas pessoas se ocupavam na produção de alimentos, porque tanto os chefes dos fogos registrados com atividades no setor (roceiro, chacareiro ou hortelão) quanto seus escravos, parentes ou agregados tinham, várias vezes, ocupações múltiplas. Assim, por exemplo, o Alferes Antônio Gonçalves, tinha uma chácara em Padre Faria, com onze escravos, mas eles se empregavam também em “conduzir água”. Ana Machada, do distrito de Ouro Preto, “vive de sua chácara e de padeira”, enquanto um de seus escravos, o africano João, de mais de 80 anos, “vive ocupado com sua velhice”. O Alferes Manoel Pinto Cardoso, de Antônio Dias, tinha dez escravos, mas declarava viver “de estalagem, roça e lavra”. Ou ainda o Doutor Tomás de Aquino Belo, médico e chacareiro no Ouro Preto, que possuía 18 escravos, mas eles se ocupavam na chácara e no serviço doméstico.

O censo registrou diferentes tipos de propriedades agrícolas, tais como roças, chácaras e hortas. Entre as roças havia propriedades de porte pequeno, médio, e pelo menos duas de grande porte, julgando pelo tamanho de suas escravarias. No distrito de Padre Faria, 23 mulheres africanas ou crioulas, algumas delas forras, e um homem preto, declararam ser “roceiros”. Nenhuma dessas pessoas possuía nenhum escravo e aparentemente, mas não necessariamente, produziam para consumo próprio. O Capitão José Marques Guimarães, “ocupado na Contadoria”, tinha uma propriedade rural pequena, com quatro escravos roceiros. O Reverendo José Vidal do Vale, pároco da freguesia do Pilar, possuía uma roça, com 12 escravos, na Aplicação da Capela de Santa Quitéria da Boa Vista, filial de sua paróquia. O Capitão Jerônimo Fernandes da Silva Macedo se declarou “lavrador” e mantinha 28 escravos em sua propriedade nas Cabeças. Entre os chefes de fogo identificados como agricultores, a maior escravaria era a do Capitão Francisco Caetano Ribeiro, morador no Alto da Cruz. Ele declarou ao recenseamento que “vive de sua roça”, mas os seus 62 escravos “roceiros” estavam na fazenda da Piedade (termo de Mariana) e no distrito de Itatiaia.

Espalhadas pelos diversos distritos havia várias chácaras, de diferentes dimensões. A maioria delas tinha escravos, e iam desde a do Alferes Antônio Inácio da Silveira, que “vive com sua chacrinha” e seus três africanos, até algumas bem grandes, como as do Cirurgião Mor Antônio José

Vieira de Carvalho, com 12 escravos em Saramenha, a de Domingos de Castro Novais, com 16 escravos, nas Cabeças, a de Dona Clara Maria de Castro, com 17 escravos, em Antônio Dias, e a do Doutor Tomás de Aquino Belo, com 18 cativos, no distrito de Ouro Preto. Pelo tamanho de suas forças de trabalho, fica claro que a produção dessas chácaras se destinava ao mercado, e não apenas para o consumo de seus proprietários e suas famílias.

Dois outros produtores urbanos de alimentos se apresentaram ao censo como “hortelões”. Um deles, Nicolau Pacheco, “vive de Hortelão” e tinha um único escravo, “Francisco Monjolo, ocupado no mesmo ministério de horta”. O outro era claramente um produtor comercial: era o Tenente João Nepomuceno Simões, “ocupado na Contadoria” e com oito escravos, “todos ocupados na horta”.

Além disso, havia os quintais que, segundo José Newton Coelho Meneses, eram uma presença ubíqua nas cidades mineiras setecentistas.

Quintais são, em síntese, pequenas quintas. Assim os definem os dicionários antigos e contemporâneos. Eles se constroem atrás das casas e se prestam, ao primeiro olhar, para suprir as demandas alimentares do domicílio e da vizinhança. São, como mencionamos, parte das moradas. (...) os quintais são espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades. Harmonizam-se aí, canteiros de hortaliças, pomar de frutas (de espinho, mucilaginosas, goiabeiras, bananeiras), produção de ervas medicinais, especiarias para temperos e conservação dos alimentos, espaço para cucurbitáceas (abóboras e morangas), criação de porcos e de aves para o consumo domiciliar e pequeno comércio do excedente. (Meneses, 2012, 6)

De acordo com Sylvio de Vasconcellos:

Nos arrabaldes dispõem as residências de grandes terrenos, que são aproveitados para chácaras, pequenas lavouras ou pastos, que na periferia da povoação, já com testadas em arruamentos, se tornam menores, mas permitidas ainda, não só pelo afastamento das construções como pela ausência de ruas paralelas às testadas, que limitassem suas profundidades. Para a sua mais fácil utilização, corrigindo a acidentada topografia local, prateleiras sucessivas são obtidas por meio de cortes e aterros, sustentados por fortes muros de pedra, vencidos por escadarias a eles encos-

tadas ou neles entaladas (...). Tanto os jardins como as hortas e os pomares domésticos que suprem as deficiências do comércio local cultivam não só as espécies nativas como as alienígenas (...) (Vasconcellos, 1956, 153–55)

Os jardins de Vila Rica, plantados em terraços por causa do terreno acidentado, pareceram a Mawe, “o próprio reino de Flora”, pois nunca tinha visto antes “tal profusão de flores delicadas”. E tinham também “exce-lentes vegetais, tais como alcachofras, aspargos, espinafres, repolhos, fei-jões e batatas”, além de várias frutas nativas e pêssegos. (Mawe, 1812, 167–68)

Conforme uma memória escrita em 1788, pelo geógrafo José Joaquim da Rocha, a produção dessas chácaras, hortas e quintais era suficiente para abastecer Vila Rica de hortaliças, legumes e frutas.

A situação desta terra é bastantemente desagradável, não só pela arquitetura das casas, mas ainda pelo elevado de suas ruas, que fatigam todos aqueles que as passeiam, porém é abundante de todos os víveres necessários para passar a vida, e as terras produzem muita hortaliça, como couves, repolhos, alfaces e cebolas, que fertilizam todas as Minas, por falta de produção delas nas mais partes. As frutas têm igual produção e se dão com abundância, principalmente os pêssegos, marmelos, limas, limões, laranjas e juazes.²¹ (Rocha, 1995, 105)

Entretanto, em termos de alimentos básicos, como milho, feijão, arroz, farinhas e toucinho, a cidade não se bastava, sendo suprida por um animado comércio com seus distritos rurais, outros termos e outras comarcas.

(...) esta comarca é de pouca extensão e por isso falta de víveres, ainda que os seus habitantes não a experimentam, por concor-

21 A Geografia Histórica, a Descrição Geográfica, e a Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. são diferentes versões de um mesmo trabalho. A Geografia Histórica foi concluída em 1780, a Descrição Geográfica foi escrita em 1781–83 e a Memória Histórica foi concluída em 1788. Em 1809, John Mawe teve uma percepção diferente do abastecimento da cidade. Em flagrante contradição com sua observação anterior, afirma que: “O mercado de Vila Rica era mal abastecido, apesar da fertilidade do território em torno. Legumes e verduras eram muito escassos” (no original: pulse and vegetables). (Mawe, 1812, 168)

rerem das mais comarcas, todos os dias, imensidade de tropas carregadas de mantimentos, como toucinhos, queijos, farinha, arroz, milho e feijão, de que se utilizam os moradores de Vila Rica e mais povoações da sua Comarca.

O termo de Mariana e a Comarca do Rio das Mortes concorrem com mais abundância para esta e para as mais terras que têm falta de todos os víveres, por serem abundantes os matos nos quais os seus comarcãos fazem roças para plantarem toda a qualidade de planta necessária para a sua sustentação e ainda para venderem, que ordinariamente não passam os seus preços de 450 réis a farinha de milho, a de mandioca, 600 réis, feijão, 450 réis, arroz, 900 réis o alqueire, toucinho a 1.800 réis a arroba, queijos a 1.200 réis a dúzia, os quais somente se fabricam na Comarca do Rio das Mortes.²² (Rocha, 1995, 105)

Além destes produtos, como indicado pela presença de várias lojas de “molhados do Reino e da terra”, a cidade também importava da Europa, via Rio de Janeiro, alimentos e bebidas de luxo, como azeite de oliva, azeitonas, vinagre, bacalhau, farinha de trigo, queijo do Reino, presuntos e paíes, passas e figos, aguardente do Reino, vinhos, cervejas e licores.

Como qualquer área urbana, Vila Rica participava de uma divisão de trabalho, por meio da qual recebia comida e outros produtos rurais, oferecendo em troca serviços administrativos, de justiça, de saúde, de cultura e entretenimento, e de comércio, além dos produtos de seus oficiais e artífices. Não houve, pelo menos a partir da segunda metade do século XVIII, nenhuma crise ou período de desabastecimento, escassez, e muito menos de fome, na cidade (e em toda Minas Gerais). Todas as fontes apontam, pelo contrário, para um cenário de abundância e preços de alimentos estáveis.

Na segunda metade do século XVIII, graças ao fluxo de alimentos provenientes de outras regiões e à própria estruturação dos setores produtivos locais, os preços da maior parte dos gêneros de primeira necessidade no mercado de Vila Rica estabilizaram-se, a ponto de não haver quase nenhuma variação importante durante

22 O texto de Rocha também indica que Vila Rica era um empório comercial de mantimentos para outras localidades.

todo o período. Em 1751, parecia haver já uma relativa abundância de víveres naquele mercado, pois nele iam se abastecer os moradores do termo de Mariana. (Silva, 2008, 239)

A mineração, que foi a origem de tudo, não desaparecera, mas estava muito combalida. Os 47 mineiros distribuídos por todos os distritos, com exceção de Ouro Preto, empregavam pouco mais de 300 escravos. Seus plantéis eram, em geral, pequenos e muito desiguais: dezessete mineradores não possuíam nenhum cativo, apenas quatro possuíam mais de dez, e somente um, o famoso Coronel José Veloso Carmo, minerava com uma “fábrica” de 126 escravos. A “lavra do Veloso” é frequentemente mencionada nos relatos dos viajantes, e os “mundéus do Veloso” podem ser vistos até hoje nas Cabeças.

No afã de demonstrar a derrocada da economia de Minas Gerais, um dos argumentos prediletos dos decadentistas é o de que os antigos mineradores foram progressivamente perdendo substância até se transformarem em pobres faiscadores que lutavam para arrancar, na gandaia, sua sobrevivência. Celso Furtado, o mais radical dos apocalípticos, afirmou que “as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores”. (Furtado, 1967, 91)

A faiscagem parecia ser, de fato, uma atividade de subsistência, mas o perfil dos faiscadores sugere que eles não eram mineiros decaídos, e sim gente originária das classes mais pobres, com uma grande maioria de africanos, crioulos, pardos e pretos. Entre os 109 homens, vários eram escravos em fogos cujos chefes não eram ocupados na mineração, ou eram quartos ou forros. Muitos eram agregados em domicílios também não ligados à atividade minerária, e outros eram filhos de cabeças de fogo forros, pobres e muito pobres. O maior número era formado por chefes de fogo crioulos, pardos ou pretos que não possuíam nenhum escravo. Quase nenhum

deles tinha um perfil compatível com aquele que se costuma atribuir aos grandes ou mesmo aos médios mineradores do passado.²³

Quase todas as 33 mulheres arroladas na faiscagem eram de origem africana. Havia algumas forras das nações benguela, angola e mina, ao lado de um numeroso grupo de crioulas e pretas. Várias eram muito idosas, como por exemplo, Vitória crioula (75), Arcanja crioula (77), Rita preta (77) e Domingas preta (77), que pelejavam no distrito do Morro.

Pessoas como essas viviam provavelmente no limite da subsistência, mas tinham ocupação, trabalhavam, e não eram completamente desvalidas. Para os indivíduos em situação de extrema miséria, o censo reserva expressões como “vive pobre”, “muito pobre”, “vive de pedir esmolas” e outras equivalentes, todas significando pobreza extrema ou indigência. Nesta categoria foram enquadrados 172 chefes de fogo.

Na Vila Rica de 1804, como no Brasil de hoje, a pobreza extrema não era *color blind*, pois dentre os indigentes cuja raça foi registrada, 127 (88%) eram africanos ou seus descendentes (pretos, crioulos e pardos), contra apenas 18 brancos (12%).

Também não é surpresa que o sexo fosse outra característica definidora do perfil dos domicílios pobres, 79% dos quais eram chefiados por mulheres. Dentre as chefes de fogo pobres cuja raça foi registrada 94% eram africanas ou afro-brasileiras.

Um terceiro fator era a idade: 64% dos chefes pobres tinham mais de 50 anos. A velhice podia ser trágica mesmo para gente famosa, como o compositor Jerônimo de Souza Lobo, que aos 83 anos, vivia pobre, em um fogo com mais oito agregados forros, todos pobres. Esse fator era especialmente importante na pobreza extrema dos brancos, mulheres e homens, mas principalmente dos últimos. Oito dos 11 chefes brancos do sexo masculino nessa categoria tinham 70 anos ou mais, e somente um, Veríssimo Pereira dos Santos, que era cego, tinha menos de 50. Grande parte dos

23 Segundo a amostra estudada por Flávia Maria da Mata Reis, 95,6% dos empresários mineradores do século dezoito eram homens, e quase 70% eram de origem portuguesa. “A população de cor e a nascida no Brasil (fosse ela branca, negra ou mestiça) também tinham acesso à mineração”, mas eram minoritárias. A quase totalidade dos indivíduos de sua amostra era livre, e só duas mulheres (2,9% do total) eram forras. (Reis, 2007).

chefes de fogo pobres do sexo feminino também era constituída por pessoas idosas ou muito idosas, pelos padrões da época: mais de 40% tinham mais de 60 anos, e mais de 20% tinham mais de 70.²⁴

Vários indigentes eram ex-escravos que haviam sido simplesmente descartados por seus donos, como Manoel do Carmo, angola, de 100 anos; Ana Maria Antunes, preta mina, de 90 anos, que “vive só”; Zacarias preto angola forro de 80, ou Andresa mina, cega, de 86 anos. Cegueira, aleijão, loucura e doença eram causas mais igualitárias de pobreza, atingindo pretos e brancos, idosos e jovens, como por exemplo, Antônio Francisco, branco, cego, 88 anos; José Caetano, pardo, aleijado de 40; Simplício, crioulo, solteiro de 35, que “vive de esmolas por ser doente”; ou Ana Maria de Freitas, “mulher louca” de 76 anos. A viuvez também poderia condenar à miséria, sem respeitar idade ou raça. Viviam igualmente de esmolas Maria da Costa Silva, branca, viúva, de 70 anos; e Joana Roiz da Silva, parda, viúva, com 32 anos e três filhos pequenos.

Outro tipo de indigência registrado pelo censo era constituído por mulheres abandonadas com filhos, que viviam “ausentes” de seus maridos, ou que eram mães solteiras, como, por exemplo, Anastácia Maria Antônia, parda, solteira, de 35 anos com dois filhos pequenos, ou como a moradora nas Cabeças, crioula, solteira, de 36 anos, que tinha nove filhos e se chamava — benza Deus! — Ana Felizarda.

Os “mendigos” de Vila Rica não moravam em “palácios carunchosos”. Muitos pobres moravam de aluguel, e o censo registra apenas uma, Luzia Felícia, preta mina, solteira de 16 anos, morando numa “casa de capim”.

Os exemplos citados são pungentes, mas não podem ocultar o fato de que a pobreza extrema registrada por este inquérito era pequena comparada com a população total da cidade. É impossível determinar qual o critério usado pelos recenseadores (ou mesmo se tiveram critérios objetivos e uniformes) para a inclusão de um chefe de fogo nesta categoria. Medições de pobreza são até hoje extremamente polêmicas e, mesmo entre especialistas, ninguém concorda com a “linha de pobreza” do outro.

24 Em torno do ano 1800, a esperança de vida ao nascer de uma mulher inglesa era de 30 anos. Meio século depois, em 1850, essa expectativa era de 43 anos para uma mulher branca nos Estados Unidos. (Smith, 2008, II, 38; Evans Jr., 1962, 212).

Não temos meios de avaliar qual era o padrão de vida material de muitas famílias cujos chefes não foram incluídos no grupo situado “abaixo da linha”, mas, tomando a classificação dos agentes censitários por seu valor de face, temos de concluir que os domicílios cujos chefes viviam em extrema pobreza constituíam apenas 10,3% do total dos 1.671 fogos arrolados, um índice muito reduzido. Com as hipóteses adicionais de que todos os moradores livres dos domicílios chefiados por pobres fossem também pobres, que não houvesse livres pobres nos domicílios chefiados por não-pobres, e que os fogos com chefes pobres e não-pobres tivessem a mesma média de moradores livres, chegamos à estimativa de 624 como o número total de pessoas livres indigentes em Vila Rica.

Por seus atributos pessoais — por serem mulheres, africanas, ex-escravas, idosas, doentes, viúvas ou vivendo sós; crioulas forras ou livres, mães solteiras com filhos pequenos, homens pretos ou pardos idosos, aleijados, ou por várias outras combinações dessas características — a maior parte das pessoas classificadas como pobres pelo recenseamento teria grande probabilidade de ser pobre em qualquer parte da colônia, em qualquer lugar nos sistemas coloniais da época, ou até mesmo no Brasil de hoje.²⁵ Decididamente, a pobreza desses indivíduos não pode ser atribuída a um suposto colapso ou decadência econômica da cidade ou da região em que viviam.

Seja como for, pode-se afirmar com segurança que o panorama socioeconômico de Vila Rica estava muito distante do cenário de miséria generalizada descrito por alguns visitantes europeus, que certamente utilizavam outros gabaritos²⁶, ou por alguns historiadores poucos afeitos à crítica das fontes.

25 Não incorro em anacronismo ao fazer esta afirmação. Tenho plena consciência de que pobreza e riqueza são conceitos e padrões social, cultural e historicamente referenciados. A métrica da pobreza pode ter mudado com o tempo, mas no Brasil o perfil dos pobres pouco se alterou nos dois últimos séculos.

26 Veja adiante alguns comentários sobre prováveis vieses nas percepções de visitantes europeus por suas decepções com fantasias e expectativas frustradas.

Existe uma forte correlação entre a prosperidade econômica e o desenvolvimento das letras e das artes. Na maré montante da produção de ouro, Vila Rica já era um polo cultural importante na colônia, mas foi exatamente no final do século XVIII que seu desenvolvimento nesta área atingiu o apogeu.

Em 1770 foi inaugurada a Casa de Ópera, com 400 lugares, construída pelo contratador de impostos João de Souza Lisboa, com o apoio do governador José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, conde de Valadares (1768–1773), e de seu secretário Cláudio Manoel da Costa. O teatro mantinha uma movimentada programação de óperas, música, peças teatrais e poesia dramatizada e ali, pela primeira vez no Brasil, os papéis femininos foram representados por mulheres, e não por falsetistas travestidos. No início do século XIX continuava com intensa atividade, reunindo grandes artistas brasileiros e estrangeiros. Só em 1811 foram apresentadas 45 peças.

No último quartel do século XVIII Vila Rica era um dos principais centros de criação literária no Brasil. O simpático governador D. Rodrigo José de Menezes (1780–1782) e sua mulher, Dona Maria José Ferreira de Eça e Bourbon abriam sua casa para a elite da capitania, da qual participavam Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e vários outros poetas e intelectuais, em animados saraus de poesia e de “conversa deleitosa”, que tanta saudade deixaram no autor das *Cartas Chilenas*. Foi tão importante a produção da capital de Minas nessa época, que os estudiosos da literatura brasileira consideram que ela configura uma escola literária, uma Arcádia, em pleno Brasil central.²⁷

A existência de um livreiro encadernador indica, com certeza, a presença de livros. Os autos de sequestro dos bens dos inconfidentes, por exemplo, revelaram bibliotecas bastante sofisticadas para a época. Em Vila Rica foi feito um dos primeiros ensaios de tipografia na colônia, com a impressão do *Canto Encomiástico*, panegírico escrito para o Governador

27 Veja-se sobre isso Proença Filho, 1996, os belos ensaios que acompanham esta edição, e também Alcides, 2003.

Ataíde e Melo por Diogo Pereira de Vasconcelos, e impresso por Viegas de Menezes em 1806, antes da instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro.

Minas Gerais foi a primeira região das Américas onde surgiu uma classe de músicos urbanos profissionais. Eram principalmente homens pardos que, através de sua arte e da filiação às irmandades leigas, atingiram boa posição social. Alguns eram razoavelmente abastados, possuindo alguns escravos, casas de morada, roças e até, pelo menos em um caso, lavras de mineração de ouro. (Precioso, 2009) Muitas vezes se alistavam em corporações militares porque os rendimentos da carreira independente nem sempre eram suficientes ou estáveis, ou ainda pela distinção conferida pela patente.

“Em 1780, dada a efervescência da atividade musical, havia mais músicos em Minas Gerais do que em Portugal inteiro”²⁸ (Castagna e Coelho, 2011) e muitos deles moravam e trabalhavam em Vila Rica.

Em 1804 foram recenseados 43 músicos profissionais, entre civis e militares. Entre eles se encontravam importantes compositores barrocos,²⁹ como Francisco Gomes da Rocha (50 anos, timbaleiro da Tropa de Linha); Marcos Coelho Neto, pai (58 anos, trombeta do Primeiro Regimento de Milícias); Marcos Coelho Neto, filho (28 anos, timbaleiro do mesmo regimento); Florêncio José Ferreira Coutinho (53, trombeta do Regimento de

28 A afirmação original é de José João Teixeira Coelho, na sua Instrução para o Governo da Capitania, de 1780. Seu texto exato é: “Aqueles mulatos que não se fazem absolutamente ociosos se empregam no exercício de músicos, os quais são tantos na Capitania de Minas que, certamente excedem o número dos que há em todo o Reino”. (Teixeira Coelho, 1994, 255)

29 A classificação da música sacra mineira do século XVIII é envolta em animada controvérsia. Curt Lange, que inicialmente a classificara como barroca, repudiou essa classificação, que foi depois reabilitada por alguns autores e rechaçada por outros. Entre esses, Precioso cita Otto Maria Carpeaux: “Habitualmente fala-se em ‘música mineira barroca’. O termo é inexato. O estilo das obras em causa é o da música sacra italianizante de Haydn, do qual também se executavam em Minas os quartetos de cordas; os compositores mineiros certamente ignoravam a arte barroca de Bach e Handel; mas descobrem-se neles resíduos do estilo de Pergolesi, além de uma indubitável originalidade brasileira na melodia e até na harmonia”. (Precioso, 2009, 2–3). Por mais fascinante que seja esta porfia, ela pouco importa para o problema aqui discutido. Seguidores de Haydn ou de Bach, o que se produzia e se executava em Minas e em Vila Rica era música erudita de alta qualidade.

Linha), Francisco Leite Esquerdo (47, trombeta do Regimento de Linha), Gabriel de Castro Lobo (41, trombeta do Regimento de Linha), e Jerônimo de Souza Lobo, de 83 anos, compositor e antigo organista da Matriz do Pilar que, como anotado acima, estava reduzido à pobreza. O mais famoso dos compositores mineiros da época colonial, José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, era do Serro, mas em 1800 mudou-se para Vila Rica, onde morou por algum tempo e foi mestre de capela da Matriz do Pilar e regente do coro da igreja do Carmo.

Vila Rica era um local de convergência de músicos porque lá estava estabelecido o maior mercado musical da capitania, e um dos maiores do Brasil. No final do século XVIII e início do XIX este setor estava em plena atividade, contratando compositores, regentes, músicos, cantores, orquestras e outras formações menores, que executavam tanto a produção local quanto músicas europeias. O governo e a câmara encomendavam trabalhos para festas cívicas; as irmandades e as ordens terceiras pagavam aos músicos para compor obras inéditas e para tocá-las nas missas, ladainhas, novenas e nos grandes eventos do calendário religioso. Várias das principais peças do barroco brasileiro como, por exemplo, *Maria Mater Gratiae* e a *Ladainha de Nossa Senhora*, de Marcos Coelho Neto filho, foram compostas nessa época, em Vila Rica. Embora seja menos documentada e menos estudada que a produção de música sacra, hoje se sabe que também se produzia muita música profana, tocada na Casa de Ópera (que tinha seu próprio corpo musical), em outros lugares públicos e em residências.³⁰

Um estudo de Antônio Campos apresenta um pequeno panorama da música profana que era composta e/ou executada nesse período na capital de Minas, e mostra que, assim como os poetas, os músicos também produziam peças encomiásticas:

Uma ideia da música apresentada em Vila Rica ao final do século XVIII nos fornece o inventário musical do músico e compositor Florêncio José Ferreira Coutinho (1750–1819). O inventário possuía três divisões: “Árias Italianas”, “Música Portuguesa” e “Grades por Florêncio José Ferreira”. Na de “Música Portuguesa”,

30 Veja-se sobre este assunto (Castagna, s/d; e Viana, 2012). Segundo Fábio Henrique Viana existia todo um sistema de encomendas, de produção e de execução de música sacra, além de grande e variada produção de música profana.

figuravam obras de compositores portugueses e mineiros (pois os nascidos no Brasil eram considerados portugueses), entre os quais Ignácio Parreiras Neves, José Joaquim Emerico (Lobo de Mesquita), e ele próprio. As “Grades por Florêncio José Ferreira” eram compostas por 73 obras religiosas, 35 marchas militares e 149 “Pedaços de Música”, sendo estes os mais interessantes para o assunto que tratamos.

Entre os “Pedaços”, algumas obras-primas da bajulação política, como “Os Dois Meneses” (governadores de Minas), “Nobre Assembleia” e “Das três nações”. O restante era constituído por “modinhas”, que na época faziam mais sucesso na Europa que a bossa-nova atual. Entre os títulos: Querida Aspásia; O Menino Quer Nanar; Oráculo do Amor; Se Queres Vida Folgada; Não Me Deixes, Ingrata; Ah! Que Lindas Cadelinhas; O Veneno Hei Bebido, e Ao Rogo e Pranto Teu (sem violinos), sugerindo que era comum que fossem acompanhadas por este instrumento.³¹ (Campos, 2011)

Também foram recenseados em 1804, um entalhador, três escultores (um dos quais, Manoel Francisco Lisboa, era filho do Aleijadinho) e os pintores sacros Manoel da Costa Ataíde, Manoel Ribeiro Rosa e José Gervásio de Souza Lobo.³² Certamente havia vários outros arquitetos e artistas não identificados no censo por suas ocupações, pois prosseguiram nessa época os trabalhos de complementação e decoração interna de diversas igrejas, como as de N. S. do Rosário e N. S. do Carmo, e também de construção, como a de São Francisco de Paula, iniciada em 1804. São ainda desse período, uma extensa reforma na Matriz do Pilar (1781), o início das obras da Casa de Câmara e Cadeia (1785) e a reconstrução de seu largo, empreitada com José Ribeiro Carvalhais em 1797, que constitui ainda hoje o espaço cívico mais importante da cidade (Praça Tiradentes).

31 Nesse artigo o autor apresenta também esboços biográficos e extensa listagem das obras de música sacra de vários compositores mineiros do período colonial.

32 Segundo Adalgisa Arantes Campos, José Gervásio de Souza Lobo é o indivíduo que aparece no censo, como “Capitão José Gervásio”, morador no distrito de Ouro Preto, 46 anos, pintor (p. 93 da publicação do Arquivo Nacional). (Campos, 2012). No mesmo recenseamento há também um “Furriel Gervásio de Souza Lobo”, morador nas Cabeças, militar, branco, solteiro, com 65 anos e três escravos (p. 178).

Foram arrolados outros intelectuais notáveis, como José Joaquim Viagas de Menezes, fundador da imprensa em Minas Gerais, com o jornal *Compilador Mineiro*, de 1823, e Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, escritor e historiador, pai do grande estadista do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, registrado no censo com nove anos de idade. E ainda o Reverendo Dr. Joaquim Veloso de Miranda, secretário do governo da capitania, e nome de destaque na *scientia amabilis* no Brasil. Era doutor pela Universidade de Coimbra, onde foi também professor. Foi membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, autor de importantes trabalhos botânicos e responsável pela implantação e funcionamento do Horto Botânico de Vila Rica, criado por ordem régia em 1799. O já mencionado cirurgião-mor Antônio José Vieira de Carvalho, era tradutor de um compêndio de medicina e professor de anatomia e cirurgia; e o velho e culto Doutor Tomás de Aquino Belo era formado em Coimbra em 1748, e tradutor do poema épico *Henriade*, de Voltaire.³³ Na última década do século dezoito também residia e estava em atividade na cidade o famoso cartógrafo, estatístico e autor de memórias notáveis sobre Minas Gerais, José Joaquim da Rocha, que não aparece no censo, por ter falecido em 1804, antes de sua realização.

Algumas atividades, como os saraus literários, eram privadas e exclusivas de uma pequena elite, mas várias outras, como os eventos teatrais e, sobretudo, a música de alta qualidade tocada nas igrejas, eram públicas e usufruídas pela população. A facies cultural e artística de Vila Rica nessa época não era, definitivamente, a de uma sociedade em ruínas.

O DONATIVO VOLUNTÁRIO DE 1804

Em Carta Régia enviada ao governador de Minas Gerais, D. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em 6 de abril de 1804, o Príncipe Regente D. João confessava que, diante da “geral e prolongada perturbação de toda a Europa”, a coroa não estava conseguindo fazer face “às despesas exorbitantíssimas” que o momento exigia, sendo, portanto, “forçado a procurar novos recursos”. Consciente da “fidelidade e zelo” de seus súditos coloniais,

33 Segundo José Ferreira Carrato, é a ele que se refere Gonzaga nas Cartas Chilenas, quando diz: “Há nesta terra um homem sábio/e o único doutor em medicina...” (Carrato, 1967, 207-08).

“que em todas as crises da nação puseram sempre à disposição do seu Soberano suas vidas e fazendas”, considerava indelicado “exigir por ordens positivas aquilo mesmo que por livre arbítrio têm constantemente praticado”.

Por esta razão, encarregou o governador de convocar “as pessoas competentes dessa Capitania”, para lhes dar ciência dos problemas, de modo que pudessem ajudar “espontaneamente com o que lhes for possível contribuir”. Para não se sentirem envergonhados de doar “aquilo que couber nas suas privativas faculdades, conviria talvez pôr limite à sua generosidade e estabelecer por tarifa (...) seiscentos réis por cabeça de cada escravo”. Para que ninguém sofresse vexações ordenava “positivamente que esta voluntária contribuição não haja de ter lugar senão por esta vez somente, e que vos limiteis, em todo o caso a aceitar o que cada um quiser livremente oferecer”. Recomendava, a título de incentivo, “que havendo quem se distinga sobre este objeto, Me deis conta em particular, para que o haja de atender e remunerar com despachos honoríficos”. (APM. SC-294, 14)

Assim, além de estabelecer uma nova capitação de 600 réis por escravo, a carta régia convocava novamente os mineiros, que já tinham socorrido a coroa, através de subsídios “voluntários”, na reconstrução de Lisboa após o “terramoto” de 1755, na construção do Palácio da Ajuda, depois do incêndio da Real Barraca em 1794, e em vários outros apertos, a fazer novos donativos, agora para enfrentar a crise financeira causada pelas guerras napoleônicas, acenando com recompensas em mercês e títulos honoríficos.

D. Pedro Maria pôs mãos à obra e, apesar do “suposto estado decadente do país”, em menos de um ano arrecadou contribuições no valor de 252 contos de réis, como nos informa, em depoimento de 1807, o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, alto funcionário do governo da capitania e testemunha ocular dos fatos.³⁴ (Vasconcelos, 1994, 114–15) Essas doações, remetidas para Portugal em barras de ouro, ouro em pó e em moedas, são equivalentes a quase seis anos dos donativos, também “voluntários”,

34 Veja também: (Biblioteca Nacional, 1986) e (Anônimo, 1866, 54).

enviados pelas câmaras da capitania de Minas para a reconstrução de Lisboa, depois do terremoto.³⁵ (Teixeira Coelho, 1994, 223)

É interessante registrar que, tendo recebido a mesma comunicação, o governador da capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, explicou que não iria cobrar a taxa sobre os escravos porque a escravatura em São Paulo era muito diminuta (...) Não havia na capitania “minas permanentes, nem a posse de escravos estava “na razão direta dos haveres de cada um”. Franca e Horta organizou algumas cobranças, mas esquivou-se do compromisso, alegando “as poucas forças dos seus habitantes pela estreiteza do seu comércio e atraso da agricultura”. (Silva, 2005, 258–59).

Algumas listas de pessoas que fizeram estes donativos sobreviveram até os nossos dias e encontram-se preservadas no Arquivo Público Mineiro. Os registros localizados até o presente são claramente incompletos, cobrindo apenas parte do valor total arrecadado, mas oferecem uma excelente amostra dos doadores. Os códices 2202 e 2203 incluem alguns registros para Sabará e outros termos, mas concentram-se na comarca de Vila Rica. Há um número considerável de registros para a Cidade Mariana e alguns distritos de seu termo, como Inficionado, Catas Altas e Passagem, porém para outros, como Guarapiranga, Antônio Pereira e Barra Longa, os dados são escassos e parecem muito fragmentários. A melhor cobertura desses códices é, felizmente para este trabalho, a de Vila Rica e seu termo. O códice 1610 lista doadores do termo de São João del Rei, incluindo tanto sua sede, a Vila de São João, como as freguesias de Lavras, Carrancas e Dores do Pântano, compreendendo áreas urbanas e rurais. Mais recentemente foram também localizados vários documentos avulsos com informações sobre os donativos voluntários de Paracatu, Caeté, Sabará, Tejuco, Vila do Príncipe, Queluz, Pitangui, São Romão, e outras localidades. Desses achados recentes, até o momento só foi possível fazer uma compilação preliminar da lista de doadores da Vila de Paracatu e seu termo.³⁶ (APM CC 2202; APM CC 2203; APM CC 1610 e APM Ofício Navarro 1805)

35 Teixeira Coelho apresenta o “Cálculo das remessas que se fizeram para a Corte do subsídio voluntário oferecido pelas Câmaras da Capitania de Minas Gerais para a reedificação da cidade de Lisboa, em cada um dos anos em que se pagou o mesmo subsídio”.

36 A compilação de todos os códices e todos os documentos avulsos referentes ao Donativo Voluntário de 1804 é de minha autoria.

O códice 2202 contém 1.098 registros de donativos feitos entre 17 de agosto e 29 de dezembro de 1804. Cada lançamento traz a data, o nome do doador e frequentemente seu local de residência. Muitas vezes o nome é precedido de um título (capitão, coronel, reverendo, doutor, dona etc.) e nos casos de funcionários, militares e eclesiásticos as ocupações e os cargos são registrados. Alguns são acompanhados por anotações como “preto”, “preto forro” ou “preta forra”. Os registros são padronizados, discriminando com clareza as contribuições referentes à posse de escravos (sempre um múltiplo de 600 réis) e aquelas feitas “por si”, expressão empregada para designar os donativos voluntários, também chamados de “gratuitos”.

O códice 2203 parece ser um rascunho do 2202. A caligrafia é muito pior, as informações são mais precárias e muitos nomes são repetidos, mas ele contém registros dos primeiros meses de 1805, que não aparecem no códice anterior.

A compilação minuciosa, registro por registro, dos dois códices, resultou na identificação de 627 doadores individuais (foram excluídas umas poucas doações coletivas e institucionais) residentes no termo de Vila Rica, dos quais 285 moravam na cidade, e 342 em outros distritos (Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Casa Branca, São Bartolomeu e outras localidades). Através da conjugação de informações dos códices, do censo de 1804 e de outras fontes, foi possível estabelecer com segurança os locais de residência de 86% dessas pessoas, bem como as ocupações de 69% delas.

O povo de Vila Rica foi muito generoso com as aflições do príncipe. Não só acudiu em grande número ao seu chamado, como também ofereceu quantias vultosas. A elite talvez tenha tido uma dupla motivação: a isca dos títulos e honrarias pode ter sido reforçada pela ânsia de prestar vassalagem e reafirmar sua lealdade à metrópole. A Inconfidência era muito recente, muitos haviam convivido com os conjurados, vários tinham sido camaradas do Alferes no regimento de cavalaria. Mas nada disso explica o apoio do povão, dos muitos que deram alguns mil-réis, do preto forro ou da vendedeira parda que doaram uma ou duas patacas. A adesão dos mineiros ao pedido da coroa é um tema instigante e que merece estudo, mas não nos interessa neste momento. Aqui usaremos os registros do donativo

voluntário apenas para mostrar que havia dinheiro, muito dinheiro, em Vila Rica.

Adotando a hipótese extrema de que todos os doadores fossem chefes de domicílio, concluímos que 17% dos 1.671 cabeças de fogo da cidade fizeram doações. Como 251 deles eram do sexo masculino e os fogos chefiados por homens eram 919, chegamos ao impressionante resultado de que mais de um quarto (27,3%), dos homens chefes de fogo, de todas as raças, ocupações e níveis socioeconômicos, fizeram donativos. Qualquer que seja a margem de erro desta estimativa, não há como escapar à conclusão de que a participação dos moradores de Vila Rica foi incrivelmente alta.

Tabela 7
Vila Rica: Donativo voluntário de 1804, por distritos urbanos

Localidades	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doado como gratuito
Ouro Preto	149	63.451	59.501	138	93	94
Antônio Dias	36	49.321	45.954	33	92	93
Alto da Cruz	15	14.507	12.427	11	73	86
Cabeças	30	45.723	40.183	22	73	88
Padre Faria	5	31.980	30.780	5	100	96
Morro	9	6.211	3.411	5	56	55
Não especificadas	41	92.503	85.449	39	95	92
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

A tabela 7 nos mostra que o donativo médio da cidade foi de 59 mil-réis. Esse valor é significativamente mais alto que os observados em outras áreas urbanas, superando o da Cidade de Mariana (36 mil-réis) em mais de 60%, e o da Vila de Sabará (28 mil-réis, com apenas 69 casos) em mais de 100%. É três vezes maior que o donativo médio (incluindo áreas urbanas e rurais) do restante da capitania. No distrito de Ouro Preto, onde estava o maior número de doadores, atingiu mais de 63 mil mil-réis, e a média mais

alta ocorre na classe de moradores em áreas não especificadas, porque nela estão incluídos vários grandes doadores que moravam, com certeza, na cidade, mas cujo distrito de residência não foi possível determinar com segurança.

A compilação do códice 1610, referente ao termo de São João del Rei, resultou em 2.506 doadores, residentes tanto na Vila de São João quanto nas freguesias de Lavras, Carrancas e Dores do Pântano. O donativo total médio (englobando a contribuição pelos escravos e a contribuição voluntária) foi de 7.056 réis, e o donativo gratuito médio foi de 4.760 réis.

Mesmo considerando que esses números incluem moradores urbanos e rurais, fica claro que as doações são muito mais modestas que as da capital. O valor do donativo total é equivalente a apenas 12%, enquanto o gratuito atinge somente 9% dos valores correspondentes doados na área urbana de Vila Rica.³⁷

Vale a pena lembrar que a historiografia aponta, com bastante ênfase, que a comarca do Rio das Mortes era a mais rica e próspera da capitania nesse período. Afirma que ela era mais diversificada, que foi muito menos afetada pelo declínio da mineração, e que foi um destino de retirantes das “áreas mineradoras empobrecidas”.

A compilação preliminar da lista de Paracatu revela 169 doadores, com um donativo total médio de 19.889 réis, ou seja, um terço do donativo total médio de Vila Rica.

Os resultados até agora disponíveis sobre o donativo voluntário de 1804 indicam, portanto, que as doações médias de Vila Rica foram mais altas que as de todas as outras localidades, e é pouco provável que esse resultado venha a ser revertido pela descoberta de novos dados.³⁸

37 O valor do donativo total médio no conjunto do termo de Vila Rica (distritos urbanos e distritos rurais), foi de 31.936 réis, cinco vezes maior que o correspondente do termo de São João del Rei. A doação média dos dez maiores doadores de Vila Rica foi de 1.097 mil-réis, a de São João del Rei foi de 127 mil-réis.

38 Diogo Ribeiro Pereira de Vasconcelos, no Canto Encomiástico, registra que, entre as comarcas, a maior doação global foi a da comarca do Rio das Mortes. Isto se deve, evidentemente, ao peso demográfico desta comarca em relação às demais. (Biblioteca Nacional, 1986, 65)

Tabela 8
Vila Rica: Donativo Voluntário de 1804 — Exemplos de doadores

Nome do doador	Cargo ou atividade	Donativo por escravos (réis)	Donativo gratuito (réis)	Donativo total (réis)
Dr. Inácio José de Souza Rebelo	Procurador da Junta da Fazenda	69.000	1.600.000	1.669.000
Cap. Florêncio Guedes Pinto de Souza	Comandante da tropa regular	5.400	1.600.000	1.605.400
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo	Governador da Capitania	2.400	1.200.000	1.202.400
José Ribeiro Carvalhais	Neg. fazenda seca e empreiteiro	6.600	1.000.000	1.006.600
José Veloso Carmo	Vive de minerar, com fábrica	120.000	680.000	800.000
Des. Francisco de Morais Pimentel	Intendente do Ouro de Vila Rica	600	600.000	600.600
Rev. Dr. Joaquim Veloso de Miranda	Botânico e Secretário do Governo	13.800	400.000	413.800
Dr. Lucas Antônio Monteiro de Barros	Ouvidor Geral da Comarca	7.200	309.600	316.800
Cirurgião Mor A. J. V. de Carvalho	Vive de cirurgião e chacareiro	11.400	188.600	200.000
Alferes Manoel Dias do Couto	Negociante de molhados	1.200	128.800	130.000
Capitão Carlos de Assis Figueiredo	Negociante de fazenda seca	1.200	98.800	100.000
Antônio José de Souza	Negociante de fazenda seca	2.400	57.600	60.000
Rev. João Antônio Pinto Moreira	Vigário de Antônio Dias	3.000	47.000	50.000
Capitão Libório Martins Machado	Fiscal da Intendência desta Vila	1.200	18.800	20.000
Caetano José Cardoso	Ajudante de Cirurgia da Cavalaria	3.600	12.400	16.000
Marcos Coelho Neto, filho	Compositor, Trombeta da Cavalaria	0	8.000	8.000
Rosa Maria Gomes Caldas	Crioula forra	3.000	3.000	6.000
Furriel Faustino Vieira de Souza	Vive de sapateiro e botequim	3.600	2.400	6.000
Alferes Manoel da Costa Ataíde	Vive da arte da pintura	2.400	2.400	4.800
João Ribeiro da Luz	Tem negócio de toucinheiro	0	2.400	2.400
Joaquim de Souza Machado	Preto forro, vive de barbeiro	600	1.800	2.400
João da Silva de Figueiredo	Soldado do Regimento de Linha	1.800	0	1.800
Inês Josefa Maria	Viúva pobre	0	1.800	1.800
Antônia da Rocha Pereira	Preta forra c/ escravas quitandeiras	1.200	0	1.200
Isabel Feliciano	Vive de suas costuras	1.200	0	1.200
João Roiz da Silva	Funcionário, pedestre do correio	0	810	810
Antônia Francisca do Nascimento	Vive de suas costuras (80 anos)	600	0	600
Joaquina Rosa	Vive com negócio de venda	0	600	600
Florência Ribeira	Crioula, mineradora sem escravos	0	300	300

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

Na tabela 8 podemos ver que os grandes da terra doaram pequenas fortunas. Com um único desses grandes donativos o príncipe poderia, se não estivesse apertado por outras “percisões do Estado”, comprar cerca de 20 escravos, ou mais de 23 toneladas de carne de vaca (ao preço de 1820), ou ainda sustentar o Bispo de Mariana por quase dois anos.

Mas não foram só os altos funcionários, os grandes empresários e os comandantes militares que atenderam ao chamamento. Como se pode ver na tabela de exemplos, muito mais gente, de todas as classes, ocupações e cores, também fez donativos. Médios e pequenos funcionários; médios, pequenos e micro comerciantes; oficiais inferiores e soldados; profissionais, artesãos, forros e forras, e até pobres, doaram, cada um dentro de “suas privativas faculdades”.

A tabela 9 separa os donativos por faixas de valor e os compara com os vencimentos da alta elite do serviço público (o Intendente do Ouro de Vila Rica e o Ouvidor Geral da Comarca), de outros funcionários graduados (procuradores da Real Fazenda e procuradores da Câmara de Vila Rica), e ainda com as cômputas da mais alta autoridade religiosa (o Bispo da diocese de Mariana) e dos vigários da capitania, que não eram simples padres, mas titulares das paróquias. Os valores dessas remunerações são exatos e se referem exatamente ao período aqui focado. (Vasconcelos, 1994, 83–91)

Cada um dos donativos da faixa mais alta poderia remunerar, como já observamos, o Intendente do Ouro que, excetuado o Governador, tinha o maior salário da capitania, por quase um ano, o Ouvidor geral por mais de trinta meses, um Procurador da Real Fazenda por mais de quarenta, e um Procurador da Câmara por mais de dez anos. A quarta faixa de donativo ainda manteria o Bispo por cerca de dois meses, o Ouvidor Geral por cerca de um trimestre, e um vigário por mais de um semestre. A média das doações, que inclui todas as contribuições de ricos, remediados e pobres, ainda seria capaz de manter o Ouvidor por um mês e meio, e um vigário por mais de um trimestre.

Os valores das faixas mais baixas são pequenos comparados aos salários da elite da burocracia, mas nem por isso deixam de ser significativos. As doações mais modestas demonstram simplesmente que as pessoas mais modestas também queriam doar, e o fizeram porque podiam. Só doa quem tem, quem não tem não pode dar.

Tabela 9
Vila Rica: Donativo de 1804 comparado com as remunerações de funcionários e eclesiásticos

Faixas do donativo (em réis)	Doadores (número)	Donativo médio (réis)	Equivalente em meses de salário de					
			IOVR	BDM	OGVR	PRF	VCM	PCVR
Mais de 1 conto	4	1.370.850	10,3	20,5	32,6	41,5	80,6	124,6
400.000 a 800.000	3	604.800	4,5	9,0	14,4	18,3	35,6	55,0
200.000 a 317.000	12	244.897	1,8	3,7	5,8	7,4	14,4	22,3
100.00 a 180.000	24	121.392	0,9	1,8	2,9	3,7	7,1	11,0
50.000 a 99.000	26	61.447	0,5	0,9	1,5	1,9	3,6	5,6
20.000 a 40.000	43	27.187	0,2	0,4	0,6	0,8	1,6	2,5
10.000 a 18.000	35	13.386	0,1	0,2	0,3	0,4	0,8	1,2
6.000 a 9.500	31	7.279	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7
1.000 a 5.400	79	2.535	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Menos de 1.000	28	588	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Total	285	59.044	0,4	0,9	1,4	1,8	3,5	5,4

IORV = Intendente do Ouro de Vila Rica; BDM = Bispo da Diocese de Mariana (côngrua)

OGRV = Ouvidor Geral de Vila Rica; PRF = Procurador da Real Fazenda

VCM = Vigários da capitania de Minas (côngrua); PCVR = Procurador da Câmara de Vila Rica

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804.

Não é necessário repetir o exercício de bispos e funcionários para constatar que as doações médias de algumas categorias ocupacionais foram muito elevadas. Entretanto essas médias têm pouca representatividade. A divisão da amostra em grupos ocupacionais torna alguns deles pequenos (com poucos casos) e como a dispersão é grande, o valor médio é muito influenciado por poucos grandes doadores. Isso é especialmente grave no grupo dos mineradores, onde uma única doação (do Coronel Velloso) arrasta a média para cima, mas ocorre também em outras categorias.

Excluindo os mineiros, a média mais alta é, sem nenhuma surpresa, a dos funcionários, seguida pelos negociantes e pelos militares. A contribuição dos eclesiásticos é surpreendentemente baixa, sendo quase equiparada pela dos artistas e artesãos. Também não surpreende que as médias dos vendedores e dos pobres sejam as mais baixas.

É importante registrar que altas doações de muitos funcionários, assim como, as de vários militares, não se devem apenas aos seus cargos ou patentes. Vários deles possuíam grandes escravarias (de dezenas e até mais de cem cativos), e tinham rendas e atividades paralelas, como mineração, agricultura e comércio. Muitos eclesiásticos estavam nesta mesma situação, como o padre José Botelho Borges, Chantre da Sé de Mariana, que tinha 30 escravos e era dono da famosa mina da Passagem. Entre os doadores de Vila Rica em 1804, nenhum religioso era grande proprietário, mas encontramos, entre outros, o padre Vidal José do Vale, pároco da matriz do Pilar de Ouro Preto, que possuía 15 cativos e tinha uma roça na Boa Vista, e o padre Domingos Francisco de Carvalho, com 10 escravos e uma chácara na Saramenha.

Tudo confirma que a contribuição pela posse de escravos foi uma verdadeira *capitação*. A própria carta régia determinou que se estabelecesse uma *tarifa* por cada cabeça de escravo. Em sua carta de apoio à solicitação do Príncipe Regente, o Ouvidor Geral da comarca, Lucas Antônio Monteiro de Barros, se refere explicitamente ao *imposto* de 600 réis por escravo (APM. CMOP) e *todos* os doadores que declararam possuir cativos pagaram exatamente 600 réis por cada um deles.

Alguns grandes senhores pagaram quantias vultosas por seus plantéis. O Coronel Francisco de Abreu Guimarães, do distrito de Matosinhos, em Sabará, teve de pagar 429 mil-réis pelos 715 escravos do Vínculo da

Jaguara. Em Vila Rica, o Coronel José Veloso Carmo, minerador nas Cabeças, pagou 120 mil-réis pelos 200 cativos que trabalhavam em sua lavra.³⁹ Porém, em todos os lugares esse componente foi apenas uma pequena parte da doação total. No restante da capitania representou 24% do total doado, e no termo de Vila Rica foi responsável por apenas 12,8% deste valor. Nos distritos urbanos da cidade as contribuições pelos escravos não passaram de 7% do total arrecadado.

Os donativos a título gratuito são os que ultrapassam o obrigatório e, portanto, são os que revelam verdadeiramente a vontade e a capacidade financeira de contribuir. Os registros mostram que em Vila Rica havia, sem dúvida alguma, essa vontade e essa capacidade, não só entre os ricos, mas em diversas faixas socioeconômicas médias e até entre os mais pobres.

Entre os dez maiores doadores “por si” da capitania, só não moravam na capital Dom Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana, que fez um donativo gratuito de 1 conto e 400 mil-réis; o Sargento Mor Antônio Caetano Pinto Coelho, riquíssimo proprietário da mina de Cocais, em Caeté, que doou gratuitamente 1 conto de réis; e o já mencionado Coronel Francisco de Abreu Guimarães, administrador da Jaguara, em Matosinhos, que doou 771 mil-réis por si.

Na tabela 10 podemos ver que cerca de nove em cada dez doadores da cidade fez doações gratuitas e que 93% de todo o dinheiro foi doado através desta modalidade. A tabela revela que *todos* os eclesiásticos, funcionários, mineiros, negociantes e vendedores da amostra fizeram doações por si, e que mais de 95% dos totais doados por funcionários, militares e negociantes foi por meio de doações gratuitas.

Os ricos fizeram doações polpudas, mas além dessas houve muitos donativos gratuitos grandes e médios feitos sobretudo por funcionários de menor escalão, negociantes de porte médio e militares.

Descendo a escala vêm as pequenas quantias doadas por pessoas mais pobres, como vendedores e artesãos, e também por funcionários e eclesiásticos sovinas.

39 O censo registrou apenas 126 escravos na fábrica do Coronel Veloso, mas em seu donativo ele próprio declarou que eram 200.

Tabela 10
Vila Rica: Donativo voluntário de 1804, por ocupações

Localidades	Doadores (número)	Donativo total médio (réis)	Donativo gratuito médio (réis)	Doadores gratuitos (número)	% de doadores gratuitos	% do total doador como gratuito
Eclesiásticos	10	20.940	15.120	10	100	72
Funcionários	64	121.829	115.304	64	100	95
Militares	52	83.413	79.686	49	94	96
Mineiros*	6	149.783	124.983	6	100	83
Negociantes	18	97.322	95.356	18	100	98
Vendeiros	11	3.818	3.164	11	100	83
Artes e ofícios	25	18.432	15.816	22	88	86
Pobres	3	1.000	600	1	33	60
Outras e ignoradas	96	13.825	10.700	72	75	77
Vila Rica (cidade)	285	59.044	54.736	253	89	93

(*) inclui faiscadores.

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Códices referentes ao Donativo Voluntário de 1804

Fechando a lista, aparecem os comoventes donativos gratuitos de gente muito pobre, que não tinha nenhum escravo e, portanto, nenhuma obrigação. Como as de Anacleto Ferreira, do Morro de São João, ou da nossa conhecida Florência Ribeira, a mineradora pobre do Taquaral, que doaram 300 réis cada um, para ajudar a bancar a neutralidade de Portugal, perdido como um cego no tiroteio da Europa convulsionada pelo Corso. Florência não tinha, com certeza, nenhuma aspiração às grandezas prometidas pelo príncipe, mas teve, como muitos habitantes de Vila Rica, a vontade e o dinheiro para contribuir.

CONCLUSÃO

Não podemos concluir se Vila Rica havia decaído ou não, porque simplesmente não sabemos como ela era antes. Não existe nenhum dado ou baliza concreta que permita comparar *objetivamente* a situação econômica

e social (ou mesmo populacional) da cidade no final do século XVIII com o período do auge da mineração — um tempo “mitológico” (Carrara, 2007, 21) ou uma nebulosa idade de ouro, “que ninguém sabe o que seja”.⁴⁰

Expressões etéreas como “o antigo esplendor”, ou “a idade em que o lobo pastava entre as ovelhas” (Costa, 1996, 318) são completamente vagas e em nada ajudam nesse confronto. Memórias nostálgicas de “tempos melhores”, opiniões retrospectivas de viajantes estrangeiros e depoimentos de história oral não são precisos nem confiáveis.

Qualquer historiador, como qualquer jurista, sabe que “a testemunha é a prostituta das provas”. Pior ainda no caso de visitantes fugazes, que não podem oferecer mais do que depoimentos “por ouvir dizer”, ou repassar o que alguém lhes contou. Não tem nenhuma autoridade ou qualificação para validar dados ou estatísticas e, principalmente, para passar julgamento e pontificar sobre condições políticas, econômicas, sociais, ou “morais”, como gostavam muito de fazer.

Os bons relatos, de cientistas, intelectuais ou outros observadores sabidamente competentes, podem, é claro, ter utilidade para a reconstrução histórica, mas têm, como quaisquer outros depoimentos, de ser confrontados com outras fontes e evidências. Têm que ser sempre tratados *cum grano salis*, nunca com o deslumbramento reverencial que recebiam na minoridade da pesquisa histórica no Brasil.

No caso específico do país das minas, cujos tesouros foram zelosamente escondidos e envoltos em mistério por tanto tempo, a expectativa dos viajantes do início do século XIX, era formada, muitas vezes explicitamente, por suas particulares fantasias do Eldorado. Seus relatos só poderiam registrar a inevitável decepção com a Vila Rica e a Minas Gerais reais que encontraram.

John Mawe, o pioneiro visitante inglês, é um bom exemplo disso:

Apesar do cansaço da viagem (...) minha mente foi tomada pela meditação sobre o lugar a que chegáramos e que por tanto tempo

40 A expressão é de Cecília Meireles: “Pois se atreveram a falar em liberdade, que ninguém sabe o que seja”, no Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência, do Romanceiro da Inconfidência.

tinha sido objeto de nosso deslumbramento e especulação. Vila Rica — a rica vila! Capital da província de Minas Gerais e sede do seu governo, por muitos anos considerada o lugar mais rico do Brasil, para onde era levado todo o ouro encontrado na vasta região em seu redor. Impaciente para ver sinais do esplendor que este nome implica, dormi pouco e levantei-me cedo. (Mawe, 1812, 165)

Visitando a região em 1814, Georg Freireyss também ficou decepcionado com a dissipação de seu sonho:

(...) eu fantasiava grandes estabelecimentos mineradores; enorme, porém, foi minha surpresa quando me mostraram, aqui e acolá, uns poucos negros nus, sem outras ferramentas (...) além de uma enxada, uma gamela de madeira e uns trapos de pano. (Freireyss 1906, 178)

Mesmo com as fantasias à parte, opiniões são sempre subjetivas, e não são boas balizas para avaliações. Vejam-se, por exemplo, as divergências entre as percepções de Mawe (1809), Freireyss (1814), Saint Hilaire (1816) e Spix e Martius (1818) sobre questões simples, como a aparência das casas e a paisagem urbana de Vila Rica, e ver-se-ão as dificuldades em usá-las para julgamentos muito mais complexos, como as condições de sua economia, e mais ainda de sua evolução através dos tempos.

O relato do *Triunfo Eucarístico*, (Machado, 1734) impregnado de exageros, fervor religioso e exaltação ufanista, pode incendiar imaginações barrocas, mas definitivamente não serve para ancorar comparações de riqueza e de bem-estar da comunidade. A grande festa de 1733, com seu luxo, sua suntuosidade real e ilusória, suas alegorias e ornamentos ricos e ingênuos, seu exibicionismo, e seu entusiasmo chapa-branca, celebra o sucesso da economia mineradora no seu auge, mas não fornece nenhum elemento ou informação objetiva que permita cotejar esse momento com qualquer outro período da história.

Falso ou verdadeiro, o fausto exibido pelo *Triunfo Eucarístico* é totalmente inútil para comparações econômicas objetivas, não-impressionistas. Avaliar a prosperidade passada de Vila Rica com base nesse espasmo de euforia seria como estimar o PIB do Rio de Janeiro com base no desfile da Marquês de Sapucaí.

Em defesa de sua visão sobre a decadência de Vila Rica, Iraci del Nero da Costa quer que se compare a opulência relatada no *Triunfo* (publicado em 1734) com a crônica de miséria que pensa ver destilada nas *Cartas Chilenas* (escritas em 1788–89).

O encanto chegara ao fim — Vila Rica — “pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil” — transformara-se em ‘pobre Aldeia’, “terra decadente”, “Humilde povoado, onde os grandes moram em casas de madeira a pique.”⁴¹ (Machado, 1734, 25) e (Gonzaga, 1996, 814–15)

Já impugnamos o *Triunfo* como régua para medir a prosperidade pretérita de Vila Rica. Seria válido o depoimento de Gonzaga sobre sua pobreza presente?

As expressões selecionadas como testemunho do poeta sobre a penúria da cidade são pinçadas de versos da Carta Terceira, e são um caso típico de descontextualização, que distorce o sentido e a intenção do autor. Devolvidas ao seu contexto no poema, estas expressões pouco ou nada significam para qualquer avaliação de prosperidade ou de pobreza de Vila Rica.

As *Cartas Chilenas* são poemas satíricos compostos exclusivamente para criticar o Governador Luís da Cunha Meneses. São, mais que qualquer outra coisa, uma lamúria pessoal, nostálgica do prestígio que o autor gozava no tempo de D. Rodrigo de Meneses, e cheia de ressentimento e mágoa pelo tratamento que recebia de seu sucessor. O poema é a desforra de um ego ferido pelas desfeitas e pelo rebaixamento social e político imposto ao poeta e a seus amigos pelo segundo Meneses. A sensação de ruína, de decaimento e de desclassificação expressa por Gonzaga é, antes de tudo, um sentimento pessoal, que projeta sobre a cidade e a sociedade.

Exagera nas cores e nas palavras — tudo que servir para vituperar o Fanfarrão Minésio cabe na sátira. Para Critilo, todo o presente de Vila Rica sob o governo de Cunha Meneses era miséria e desgraça e ranger de dentes, em comparação com o passado de bonança, riqueza e felicidade, que vigorara até ontem, no termo de D. Rodrigo. É de se duvidar se Gonzaga teria

41 Estes são os versos 85, 89, 90 e 123 da Carta Terceira — “Em que se contam as injustiças e violências que o Fanfarrão executou por causa de uma cadeia, a que deu princípio”, das *Cartas Chilenas*.

tido essa sensação de decadência da cidade poucos anos antes, durante o governo do amigo.

A “Carta Terceira”, em particular, é focada na crítica do projeto de construção da Casa de Câmara e Cadeia (hoje Museu da Inconfidência), iniciada em 1785 e só concluída no século XIX. Seu monumental exagero na descrição do edifício, que compara em pretensão à torre de Babel e às pirâmides do Egito, pode nos servir de medida para seu exagero na descrição do acanhamento e da pobreza da cidade, que usa como contraponto para realçar o que considerava excessivo e ostentatório no projeto, incluindo uma magnífica e suntuosa fachada que nunca existiu, a não ser no seu poema.

Nem um nem outro polo. Nem o *Triunfo*, nem as *Cartas Chilenas*. Nem a euforia de Simão Machado nem a depressão de Tomás Gonzaga são boas conselheiras sobre a riqueza ou a pobreza da cidade.

No mundo real, fora da esfera da revanche literária, Vila Rica não era, com certeza, um “humilde povoado”, nem um lugar onde os grandes moravam em “casas de madeira a pique”.⁴² Seria uma “terra decadente”?

Não temos elementos para fazer comparações no tempo, mas os dados disponíveis permitem uma análise “no ponto”, ou seja, podemos examinar

42 Na verdade, nem “os grandes”, nem a população em geral, moravam “em casas de madeira a pique”. Segundo um dos maiores especialistas na arquitetura colonial de Vila Rica, “preferem-se nas construções ou, pelo menos nas paredes mestras, pilares, etc., as alvenarias de pedra, reservando-se as madeiras (...) para as divisões internas ou pavimentos elevados, onde seu pouco peso aconselhava maior aplicação deste material. É claro também que a princípio, por mais econômicas, devem ter prevalecido as técnicas construtivas mais ligadas ao barro e à madeira”, mas já por volta da década de 1740 começaram a prevalecer as construções de pedra e cal nas edificações residenciais. “Aliás, em relação às povoações da mesma época em Minas, talvez seja Vila Rica a que mais se valeu da pedra em suas construções, e essa assertiva, até hoje facilmente comprovável, aflora de vários testemunhos antigos. ‘As casas são construídas de pedra’, consignam Spix e Martius; ‘de pedra com sobrado’, acrescentaria Caldcleugh”. Vasconcellos acrescenta que apenas Saint-Hilaire discrepa dessas observações, afirmando que a maioria das casas era construída de barro, e que Afonso de E. Taunay escreve que “em Vila Rica são na maioria de pedra e de sobrado, apenas as mais pobres de pau a pique”. (Vasconcellos, 1956, 167–69) Conforme citado acima, John Mawe também registrou, com ênfase, a boa qualidade das casas das classes abastadas de Vila Rica.

o presente de Vila Rica em 1804 e avaliar, com razoável objetividade, sua situação naquele momento.

Com base no material apresentado acima, acredito que, no período enfocado neste trabalho, Vila Rica não passava por nenhuma crise ou processo de degradação. O setor minerador de ouro era sim, apenas “uma pálida sombra de seu antigo esplendor”, mas isso não significou nenhuma catástrofe para a cidade. Muito pelo contrário, ela apresentava, assim como o resto da capitania, uma economia diversificada e em pleno funcionamento. Exercia seu papel de capital e era, além disso, uma cidade viva e multifuncional. Julgando pelas evidências empíricas obtidas, era bastante próspera. Suas condições econômicas, sociais e culturais fariam inveja à grande maioria das cidades da colônia. Estava bem longe da ruína que lhe atribuía a historiografia econômica do século XX, rudimentar e superficial — de aluvião.

Maio de 2014

REFERÊNCIAS

Aguiar, Rosa Freire d'. (ed.). *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

Alcides, Sergio. *Estes Penhascos. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753–1773*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

Anônimo. “Descobrimto de Minas Gerais”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIX, parte primeira: Rio de Janeiro, 1866.

Anônimo. “Descrição dos sertões de Minas, despovoação, suas causas, e meios de os fazer florentes”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 25 (1862), pp. 430–35.

Anônimo. “Discurso sobre as causas que impedem a prosperidade da colônia de Minas, sobre a utilidade que se nos seguiria de fazer prosperar as nossas colônias, e sobre os meios de conseguir este louvável fim”. *Revista do Arquivo Público Mineiro* III (1898), pp. 682–93.

Anônimo. “Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 47 (1884).

APM. CMOP caixa 78, doc. 05. Solicitação do cumprimento da Carta Régia de 06/04/1804, que estabelece o imposto de 600 reis pela posse de escravos e pelo donativo voluntário.

APM. Códice CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril de 1804 na Comarca do Rio das Mortes.

APM. Códice CC 2202. Livro de registro de receita e despesas dos donativos e ofertas instituídos pela Carta Régia de 06/04/1804.

APM. Códice CC 2203. Livro das contas correntes dos donativos e ofertas instituídas por Carta Régia de 06/04/1804.

APM. Listas Nominativas de 145 distritos de paz em 1838–40, elaboradas pelos juizes de paz em cumprimento à Portaria do Presidente da Província Bernardo Jacinto da Veiga, de 8 de maio de 1838. APM MP; APM SP PP. Diversas caixas.

APM. Listas Nominativas de 260 distritos de paz em 1831–32, elaboradas pelos juizes de paz em cumprimento ao Ofício Circular do Presidente da Província Manoel Ignacio de Mello e Souza, em 25 de agosto de 1831. APM MP; APM SP PP; APM CMC e APM CC. Diversas caixas.

APM. Ofício de José Gregório de Moraes Navarro, Ouvidor da Comarca de Paracatu, ao Governador, em 07/01/1805, enviando a lista das pessoas de Paracatu do Príncipe e seu termo que ofereceram donativos voluntários.

APM. SC-294. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. Carta Régia de 6 de abril de 1804, ao Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, solicitando donativos voluntários dos mineiros.

Biblioteca Nacional. *Uma raridade bibliográfica: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional e São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986.

Brito, Francisco Tavares de. *Itinerário Geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras, que há da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as minas do ouro. Composto por Francisco Tavares de Brito*. Sevilha, na Oficina de Antônio da Silva, 1732.

Brown, Larissa Virginia. *Internal commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and its hinterland, 1790–1822*. Ph. D. dissertation, University of Virginia, 1986.

Campos, Adalgisa Arantes. “Notas sobre um pintor lusobrasileiro e a iconografia dos novíssimos (A Morte, O Juízo, Inferno e O Paraíso) em fins da época colonial”. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia. Ano IX, v. 9, n. 2 (2012).

Campos, Antônio. A Música Barroca de Minas Gerais. *www.movimento.com* (escrito em 22 de setembro de 2011). Acessado em 3 de agosto de 2015.

Carrara, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674–1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

Carrato, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

Carvalho, Antônio José Vieira de. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos e os meios de as prevenir. Por Mr. Dazille (...) traduzidas na língua portuguesa, debaixo dos auspícios e ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente N. S. por Antonio José Vieira de Carvalho, Cirurgião Mor do Regimento de Cavalleria Regular da Capitania de Minas Geraes; e Lente de Anatomia, Cirurgia e Operações no Hospital Real Militar de Villa Rica*. Lisboa, na Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

Castagna, Paulo e João Marcos Coelho. “A pauta restaurada do som das cidades”. *O Estado de São Paulo*, 12 de novembro de 2011.

Castagna, Paulo. “A Música Religiosa Mineira no século XVIII e primeira metade do século XIX”. UNESP: Apostila do curso História da Música Brasileira. Instituto de Artes da UNESP s/d.

Castro, Martinho de Melo. “Instrução para o Visconde de Barbacena (1788)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 21 (abril de 1844), pp. 3–59.

Costa, Cláudio Manoel da. “Fundamento Histórico”, do poema Vila Rica, oferecido ao Conde de Bobadela, 1773.

Costa, Cláudio Manoel da. “O Parnaso obsequioso”. In: Proença Filho, Domício (org.) *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

Costa, Iraci del Nero da. “As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica”. *Revista Crítica Histórica*. Ano II, nº 4, dezembro de 2011.

Cotta, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 3, n. 6 (out-nov. de 2002).

Coutinho, D. Rodrigo de Souza. “Discurso sobre a verdadeira influencia das minas dos metaes preciozos na indústria das nações que as possuem e, especialmente da portugueza”. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*. Tomo I (1789), pp. 237–243.

Couto, José Vieira. “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores de Minas Gerais, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 25 (1862), pp. 421–2.

Craton, Michael. “Jamaican Slavery”. In: Stanley L. Engerman and Eugene D. Genovese (eds.). *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

Deffontaines, Pierre. “Como se constituiu no Brasil a rede das cidades”. *Boletim Geográfico* (São Paulo). Ano II, no. 14, parte I, maio de 1944.

Evans Jr., Robert. “The Economics of American Negro Slavery, 1830–1860”. In: Universities-National Bureau Committee for Economic Research. *Aspects of Labor Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

Freireyss, G. W. “Viagem ao interior do Brasil, nos annos de 1814–1815”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* XI (1906).

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 7ª. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967 (1ª. edição 1959).

Goldin, Claudia Dale. *Urban slavery in the American South, 1820–1860: a quantitative history*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

Gonzaga, Tomás Antônio. Cartas Chilenas. In: Proença Filho, Domicio (org.). *A Poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

Higman, B. W. *Slave Population and Economy in Jamaica 1807–1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

Higman, B. W. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807–1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011. *Síntese de Indicadores Sociais*, 2012.

Knight, Franklin W. *Slave society in Cuba during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

Leme, Antônio Pires da Silva Pontes. “Memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares que mineram atualmente no Brasil”. *Revista do Arquivo Público Mineiro* I (1896), pp. 417–26.

Luna, Francisco Vidal e Iraci del Nero da Costa. “Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX”. In: Luna, Francisco Vidal, Iraci del Nero da Costa e Herbert Klein. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Machado, Simão Ferreira. *Triunfo Eucarístico. Exemplar da Cristandade Lusitana*. Lisboa: Oficina da Música, 1734.

Marcílio, Maria Luíza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1770–1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

Martins, Roberto Borges. “Notas sobre a demografia das populações escravas da América”. In: Cedeplar/UFMG. XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2016.

Martins, Roberto Borges. *Growing in silence. The Slave Economy of Nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. Dissertation, Dept. of Economics, Vanderbilt University, 1980.

Mathias, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica — 1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1969.

Mawe, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1812.

Meneses, José Newton Coelho. Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: Cedep/UFMG. XV Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2012.

Menezes, D. Rodrigo José de. “Exposição do Governador D. Rodrigo José de Menezes sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remedia-lo”. (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro* II (1897) pp. 311–327.

Miller, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

Muller, Daniel Pedro. *Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. 3ª. edição facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Nielsen, Lawrence James. *Of gentry, peasants and slaves: Rural society in Sabará and its Hinterland, 1780–1930*. Ph.D. Dissertation, University of California/Davis, 1975.

Oliveira Martins, Joaquim Pedro de. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1978. (1ª. edição 1880).

Otoni, José Elói. Memória sobre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais, por José Elói Otoni, estando em Lisboa no ano de 1798”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* XXX (1908), pp. 301–318.

Precioso, Daniel. Os músicos pardos em Vila Rica (c.1770-c.1809). AN-PUH. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

Ramos, Donald. “Marriage and the family in colonial Vila Rica”. *Hispanic American Historical Review*, 55:2 (maio 1975).

Ramos, Donald. “Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center”. *The Americas* (abril 1979).

Reis, Flávia Maria da Mata. *Entre fisqueiras, catas e galerias: Explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do século XVIII (1702–1762)*. Dissertação de mestrado, História, UFMG, 2007.

Rocha, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais; Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania de Minas Gerais e Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1975.

Sequeira, José Manuel de. “Memória sobre a decadência das três Capitânicas e os meios de as reparar.” (1802). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 203 (1949), pp. 95–108.

Silva, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder. A política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Simonsen, Roberto C. “Aspectos da História Econômica do Café”. In: Carone, Edgard (comp.). *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional e Editora da USP, 1973. Originalmente publicado na *Revista do Arquivo*, n. LXV (São Paulo, 1940).

Simonsen, Roberto C. *História Econômica do Brasil, 1500–1820*. 8ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978 (1ª. edição 1937).

Smith, Bonnie G. (ed.) *The Oxford Encyclopedia of Women in World History*. Oxford: Oxford U. Press, 2008.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil (1817–1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1981.

Sutch, Richard. “The breeding of slaves for sale and the westward expansion of slavery, 1850–1860”. In: Engerman, Stanley L. and Eugene D. Genovese (eds.). *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975.

Teixeira Coelho, José João. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais [1780]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

U. S. Bureau of the Census. *Historical Statistics of the United States. Colonial Times to 1957*. Washington: Government Printing Office, 1960.

Vasconcellos, Sylvio. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento-Residências*. Rio de Janeiro: INL, 1956.

Vasconcelos, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

Vedra, Basílio Teixeira de Sá. “Informação da Capitania de Minas Gerais dada em 1805 ...”. *Revista do Arquivo Público Mineiro* II (1897), pp. 673–83.

Viana, Fábio Henrique. *A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711–1822)*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

Wade, Richard C. *Slavery in the Cities. The South 1820–1860*. London, Oxford and New York: Oxford University Press, 1964.

“Se Deus Quiser, Semana Que Vem... ou na Outra...” O Direito de Não Fazer Nada*

Roberto Borges Martins

(...) não possuíam nem mesmo uma colher ou um garfo de ferro (...) eram tão inúteis como se não existissem (...) nada têm para vender, nem meios para comprar coisa alguma, seu pouco trabalho é gasto no cultivo de uns poucos vegetais, na pesca e na construção de uma choça (...) No entanto são o mais independente dos povos, orgulhosos de seu direito de não fazer nada, o que fazem com a maior eficiência. (Wells, 1887, vol. 2, p. 71)

Na primeira parte do artigo apresento uma resenha das teorias econômicas da escravidão da linhagem wakefieldiana, incluindo alguns comentários sobre sua influência no Brasil e, em seguida, faço um breve ensaio de sua aplicação à análise da transição brasileira para o trabalho livre.

TEORIAS DA ESCRAVIDÃO

Garantir um fluxo de trabalho barato para os capitalistas nas novas colônias da Austrália colocava-se como um problema crucial para a política colonial britânica na primeira metade do século XIX. As soluções adotadas nos primeiros séculos da construção do império — a servidão de europeus

* Uma versão anterior deste artigo, com o título de “Se Deus quiser, semana que vem... ou na outra...” — Terra, trabalho e liberdade, foi apresentada ao XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas (AB-PHE), em setembro de 2015, em Vitória.

e a escravidão de africanos — haviam se tornado politicamente inviáveis. Dentre os muitos pensadores, funcionários e homens de negócios que se debruçaram sobre essa questão, destaca-se Edward Gibbon Wakefield. Economista clássico, político e *colonial promoter*, Wakefield foi o autor não só dos famosos esquemas de “colonização sistemática”, mas também dos fundamentos de uma teoria econômica da escravidão, até hoje relevante para a explicação do surgimento e do declínio desta instituição. (Wakefield, 1829, 1834, 1849)¹

Sua tese se baseia na relação entre a população e a disponibilidade (ou apropriação) dos recursos produtivos, especialmente da terra, e criou uma linhagem teórica, da qual fazem parte Herman Merivale, Karl Marx, Achille Loria, Herman Nieboer, Evsey Domar e outros.

É claro que, como sempre acontece na história das ideias, a teoria de Wakefield não nasceu no vácuo. Pelo contrário, a percepção de que havia uma conexão entre terras livres, escassez de trabalhadores e trabalho compulsório, é muito antiga, e parece ter sido uma noção trivial, amplamente disseminada desde, pelo menos, o século XVIII. Marx, por exemplo, questionou a originalidade das teses de Wakefield dizendo que “suas poucas pinceladas sobre a questão da colonização moderna foram totalmente antecipadas por Mirabeau Père, o fisiocrata (Mirabeau, 1756), e mesmo muito antes por economistas ingleses”. (Marx, 1967, v. I, p. 766)

Os *founding fathers* dos Estados Unidos referiram-se repetidamente à relação entre terras livres e escassez de mão de obra. Benjamin Franklin escreveu, em 1760, que “nenhum homem que tenha um pedaço de terra suficiente para subsistir com fartura, é pobre bastante para ser um operário e trabalhar para um patrão” (Wright, 1978, p. 112–13) Thomas Jefferson e Alexander Hamilton escreveram coisas semelhantes.

Uma formulação completa e extraordinariamente clara da mesma tese foi publicada, em 1798, pelo bispo e economista brasileiro José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho:

O trabalho exposto às inclemências do tempo é sempre obrigado pela força; ou seja de um estranho, ou seja da fome; daí vem que

1 Todas as traduções utilizadas no artigo são de minha autoria.

entre as nações em que há muitas terras devolutas e poucos habitantes relativamente, onde cada um pode ser proprietário de terras, se acha estabelecida, como justa, a escravidão. Tais são as nações da África, da Ásia e da América; e entre as nações em que há poucas ou nenhuma terras devolutas e sem proprietários particulares, se acha estabelecida a liberdade, assim como na maior parte das nações da Europa; mas esta chamada liberdade não é devida às luzes ou a maior grau de civilização das nações: é, sim, devida ao maior ou menor número de habitantes relativamente ao terreno que ocupa esta nação; por isso vemos que a Dinamarca, a Hungria, a Polônia e a Rússia (nações sem dúvida mais iluminadas que os reformadores da França e que querem ser de todo o mundo), vão dando a liberdade aos seus escravos à proporção que a sua população se aumenta relativamente às suas terras, assim como praticou a França nos princípios do século XIV (...) O homem que só tem o seu braço, se vê obrigado pela fome a pedir ao proprietário que o deixe cultivar a terra de que ele é proprietário, para do trabalho do seu braço viverem ambos; logo, um tal trabalhador é livre só de nome, mas, na realidade, escravo da força da fome, pois que, ainda que lhe seja livre o mudar de amo, por não dizer de senhor, a sua condição, contudo, é sempre a mesma, e muito inferior à de seu amo: um vive no meio da abundância, do luxo e da moleza, o outro rebentado com trabalho, exposto a todas as inclemências do tempo para ter o absolutamente necessário para sustentar a vida (...) (Coutinho, 1966, p. 255–56)

Em 1833, o barão von Eschwege, geólogo, mineralogista e empresário alemão, que trabalhou em Minas Gerais de 1811 a 1821, escreveu no *Pluto Brasiliensis*:

Porque se sujeitaria o indivíduo livre a trabalhar o ano inteiro para um estranho, se vive num país como o Brasil, onde qualquer terra pode ser lavrada e ninguém precisa trabalhar mais do que quatro semanas, sem perder a liberdade? (...) Em tais circunstâncias, que poderá fazer o proprietário de terras, ou de minas, que vive isolado, embora disponha de recursos, se lhe falta mão de obra? Perder tempo a percorrer inutilmente as vizinhanças (...) em busca de homens livres que queiram trabalhar? (...) caso os encontrem, vê-los abandonar o serviço logo depois de engajados (...) Seu único recurso é alugar escravos, ou adquiri-los por compra. Só

neste caso é que poderá contar com um serviço permanente, que dá lucro. (Eschwege, 1944, v. 2, p. 446–49)

No mesmo período, Saint-Hilaire observou que “ninguém queria ter um trabalho permanente, mesmo leve, por dinheiro”, e sua própria experiência ensinou-lhe que o empregador tinha “que suportar o aborrecimento de ser servido por escravos ou colocar-se à mercê dos homens livres”. O dono da fundição do Bonfim lhe disse que,

[quando] começou as operações queria somente homens livres como trabalhadores, mas não conseguiu levar esse projeto adiante. Os homens livres e pobres têm, nessa região, meios muito fáceis de viver sem trabalhar, e por isso não se submetem ao duro trabalho das forjas. Somente adiantando dinheiro, dando-lhes roupas e tratando-os quase como iguais, conseguia manter uns poucos na fábrica.

Na fábrica de ferro do Morro do Pilar, o francês observou que “nada é tão difícil quanto reter trabalhadores livres”. Com uma força de trabalho livre de cerca de 100 jornaleiros, a empresa registrou mil ausências por mês, ou seja, uma taxa de absenteísmo de quase metade dos dias de trabalho.²

Pohl também relatou, de Oliveira, que os habitantes “preferiam o *dolce far niente* ao trabalho, ao qual somente podiam ser persuadidos, em caso de necessidade, com muitas súplicas e bom dinheiro”.³ Spix e Martius notaram que o principal problema enfrentado pela Fábrica do Prata era a “repugnância da classe pobre em se dedicar a ocupações fixas”.⁴

Alguns anos depois, em 1862, Tavares Bastos observou, nas *Cartas do Solitário*:

O Brasil é um país vastíssimo e raramente povoado. Como não tem população aglomerada, não pode ter cidades manufatureiras; pelos mesmos motivos o trabalho é caríssimo, o salário é pesado. Por outra parte, a terra é fertilíssima. Cada qual pode possuir não só muitas jeiras, como léguas de terra. Os rios, o mar, as

2 Saint-Hilaire, 1944, vol. 1, p. 124, 163; Saint-Hilaire, 1938, vol. 2, pp. 237, vol. 1, p. 263.

3 Pohl, 1951, vol. 1, p. 219.

4 Spix e Martius, 1938, vol. 1, p. 368–69.

florestas, facilitam a caça e a pesca. A vida para o miserável é barata, ainda que não seja cômoda. O proletarismo é, portanto, por agora, quase impossível. Há, e haverá, por muito tempo, falta de braços para a grande indústria do país, a agricultura. (Tavares Bastos, 1975, p. 279–80)

Em 1871, quando se discutia a Lei do Ventre Livre, encontra-se, na pena de um autor que se manteve anônimo sob a assinatura de *O Lavrador*, uma exposição tão detalhada do impacto das terras livres sobre o mercado de trabalho, que merece ser reproduzida em detalhe, apesar de sua extensão.

Todos os colonos engajados para serviços alugados na lavoura não têm cumprido esses engajamentos. Não é possível conseguir isso deles enquanto existem desocupadas essas grandes extensões que ainda temos de terrenos férteis, amenos, saudáveis. Nem os nossos naturais se prestarão, senão quando o aumento de número diminuir as facilidades que têm de viver. (...) não são como os livres pobres da Europa, que trabalham alugados por necessidade de se alimentarem; (...) A nossa gente do campo trabalha alugada por especulação, só com o fim de ganhar mais alguma coisa para algumas despesas que intenta fazer ... para sustento não precisa trabalhar alugada; a fertilidade natural, e a falta de população, que deixa vazios espaços imensos, lhes fornecem meios com abundância.

(...) Uma tarefa de terra pode produzir sem exageração, dez cargas de farinha: (...) O tempo que gastam na plantação desta tarefa, não passa de trinta dias de serviço (...) plantam também nesta tarefa, muito milho, feijões, abóboras, batatas e favas, pelo meio da mandioca, o que tudo sai bem, com bastante produção. Já se vê, pois, com o que fica dito, que um homem com três semanas de serviço pode plantar mandioca para o sustento de três anos; e legumes menores acima ditos, para comer, dar e vender.

(...) Desmanchar as mandiocas, isto é, fazer a farinha; poderá durar mais duas ou três semanas se tanto, (...) Das madeiras do roçado, fazem carvão.

(...) Faz, portanto, um homem, de três braças de carvão a oitenta mil réis, duzentos e quarenta mil réis, de vinte sacos de farinha, pelo menos cem mil réis, (...) dos milhos, abóboras etc. sessenta ou oitenta mil réis que podem dar. Fez, portanto, ao todo mais de quatrocentos mil réis de uma tarefa que cultivou; trabalhou cento

e vinte dias ou pouco mais, e teve pelo menos duzentos em inteiro ócio, que passou em passeios, divertimentos, caçadas e pescarias, e muitos a dormir.

(...) Isto para esta gente é uma grande riqueza; logo que tenham um cavalo para as cargas, e uma tarefa de terra assim cultivada, têm-se em conta de importantes pessoas; tornam-se altivos, insolentes; nada mais querem, nem precisam fazer.

(...) E não acontece isto assim, porque sejam preguiçosos, frouxos, ou incapazes do trabalho. Pelo contrário, são ótimos trabalhadores, quando por satisfazerem a alguém que lhes merece estima, ou por precisão do xale e saia para as mulheres se deliberam a fazer alguma coisa, faz gosto vê-los trabalhar, mediante alguma porção de aguardente, que os alegre, com seus cânticos campestres, atiram-se sobre o serviço como um tigre se lança à presa.

(...) Porém não é possível vencê-los; não querem porque não precisam: não têm ambições, nem conhecem precisões; satisfeita a necessidade da comida, nada mais lhes falta.

O Lavrador, 1871. O texto original é muito maior e mais detalhado.

Nessa mesma década, fazendo o levantamento topográfico para uma estrada de ferro, James Wells enfrentou o mesmo problema todas as vezes que tentou recrutar trabalhadores. Uma vez engajados, os camponeses eram, “em geral, sujeitos sérios, confiáveis e esforçados, que trabalhavam duro, do raiar do dia até o pôr do sol”. Mas,

a dificuldade é convencê-lo a aceitar, pois ele não trabalhará por um salário, a não ser compelido pela falta de um dinheirinho para comprar algo indispensável para si ou sua família; do contrário, ficará balançando na rede, pitando seu cigarro, dedilhando seu violão, ou dormindo, e dirá que está muito ocupado, e que talvez possa vir, quem sabe, se Deus quiser, na semana que vem ou na outra... (...) embora eu pagasse aos meus trabalhadores o dobro dos salários locais, nunca fiquei, de modo algum, sufocado por pedidos de emprego [e sempre] deixavam claro que seu trabalho (...) deveria ser considerado um grande favor.⁵

5 Wells, 1887, vol. 1, p. 168, 103, 267. As expressões *muito ocupado* e *se Deus quiser* estão em português no original.

Na verdade, é possível encontrar tantos comentários do mesmo teor em tantos observadores, políticos, gente letrada e iletrada, autores de todos os tipos, anteriores e posteriores a Wakefield, no Brasil e no estrangeiro, que é impossível citá-los todos. A noção era tão difundida que fica a impressão de que não era uma tese que tivesse autor ou dono, mas apenas senso comum, um conhecimento empírico corriqueiro. Mas foi Wakefield quem sistematizou essa ideia trivial, apresentando-a como uma teoria geral da escravidão.

Na busca das raízes do problema que estudava, entendeu que era essencial “determinar as causas da reinvenção da escravidão por todas as nações da Europa moderna que se envolveram com a colonização”. Rejeitou as teorias raciais, morais e religiosas então em voga, e concluiu que a escravidão não deve ser atribuída “à maldade do coração humano”, pois suas causas “não são morais, e sim econômicas — elas não se relacionam nem com o vício nem com a virtude, mas com a produção”. (Wakefield, 1849, p. 322–23) “A escravidão não existe para agradar aos corações dos homens cruéis, mas para encher os bolsos daqueles que sem ela seriam pobres e insignificantes”. (Wakefield, 1829, p. 36) As circunstâncias em que a escravidão aflora são aquelas

em que um homem acha difícil ou impossível conseguir que outros homens trabalhem por salários, sob seu comando. São circunstâncias (...) que impedem a combinação e a constância do trabalho, e as quais todas as nações civilizadas, conseguiram neutralizar (...) por meio de algum tipo de escravidão. Até hoje no mundo, o trabalho nunca foi empregado em qualquer escala considerável, com constância e em combinação, exceto por um dos dois meios: ou por um contrato ou por alguma forma de escravidão. (Wakefield, 1849, p. 323–24)

O recurso à escravidão “acontece sempre que a população é escassa em relação à terra (...) tem se restringido a países de população escassa, nunca existiu em países muito populosos, e extinguiu-se gradualmente nos países cuja população cresceu até o ponto de se tornar densa”. (Wakefield, 1849, p. 324) Se a terra é gratuita, ou puder ser facilmente adquirida, não haverá uma oferta voluntária de trabalho assalariado, porque em vez de se alugarem, os virtuais trabalhadores preferirão se apropriar de um pedaço

de terra, e cultivá-la por sua própria conta. Uma classe de proprietários não-trabalhadores só pode subsistir se conseguir mão de obra “com constância e em combinação”; e nesta situação a única maneira é se apropriar do próprio trabalhador, ou seja, escravizá-lo de algum modo. Na presença de terras livres, portanto, a sociedade assumirá uma das três formas: ou será um sistema de trabalho compulsório, ou uma constelação de pequenas propriedades familiares operadas pelos donos e suas famílias, ou uma justaposição das duas anteriores. Nesse último caso, se o setor escravista conseguir um suprimento externo adequado de escravos, os *freeholders* poderão até ser empurrados para além da fronteira da agricultura escravista ou para seus interstícios, mas não serão perturbados em sua liberdade. De qualquer modo, não existirá oferta voluntária, nem empreendimentos trabalhados por assalariados.⁶

“Que outra causa teve a reinvenção da escravidão pelos cristãos, que não fosse a descoberta de países desocupados, e a desproporção que existe nesses países entre a demanda e a oferta de trabalho?” (Wakefield, 1829, p. 36)

Nas regiões de “colonização recente”, com fronteiras agrícolas abertas, o fazendeiro-capitalista em vão tentará importar homens livres para seu serviço, pois em pouco tempo descobrirá que seus trabalhadores também se tornaram proprietários, e também estarão ansiosos para obter trabalhadores para suas recém-adquiridas fazendas.

Esse pesadelo burguês ficaria famoso ao ser repetido por Marx no *Capital* onde, ao comentar o fracasso da colonização no rio Swan, na Austrália Ocidental, relata a história contada por Wakefield, de que

aqueles que vieram como trabalhadores, tão logo chegaram à colônia foram tentados, pela superabundância de boas terras, a se tornar proprietários. Um dos seus fundadores, Mr. Peel, o qual, segundo se diz, trouxe um capital de 50.000 libras e trezentas pessoas da classe trabalhadora (...) teria ficado sem um único

6 Em todas as sociedades escravistas ou escravistas/camponesas sempre existiu uma “brecha assalariada”, de trabalhadores livres, jornaleiros ou diaristas. São trabalhadores eventuais, especializados ou não, por conta própria ou supervisionados, remunerados por jornada, por tarefa ou por empreitada, mas sem vínculo contínuo ou relação contratual permanente.

criado que lhe arrumasse a cama, ou lhe buscasse água do rio.⁷
(Wakefield, 1834, p. 217; Marx, 1967, v. I, p. 766)

Neste contexto, Wakefield não tinha dúvida de que “uma autorização para obter escravos na África seria muito benéfica (...) para estas colônias, e que, se a Austrália se tornasse independente amanhã, essa gente encontraria uma maneira de estabelecer a escravidão, apesar de todos os *saints*”.⁸ (Wakefield, 1829, p. 38–39)

A dispersão dos trabalhadores e sua transformação em proprietários, era vista com grande preocupação. A colonização deveria ser um processo “civilizatório”, que exigia que as colônias fossem réplicas perfeitas da sociedade metropolitana. Permitir que proletários se transformassem em *landlords*, significava girar para trás os ponteiros da história e da civilização. Para que uma colônia tivesse qualquer chance de “prosperar”, para não se transformar em uma comunidade de “meros arranhadores de terra” (Merivale, 1841, p. 262; Wakefield, 1834, p. 226), era imperativo impedir o surgimento de uma *yeomanry*, uma classe de pequenos proprietários rurais independentes. Teria que ser criada, a qualquer custo, uma classe de proletários — gente pobre, sem terra, que aceitasse trabalhar sob o comando da classe proprietária.

No passado, e em várias regiões ainda esparsamente povoadas no tempo de Wakefield, o problema foi resolvido através da escravidão ou de alguma outra forma de coerção direta sobre os trabalhadores. “O que fez do Lord (...) um *gentleman* rico, bem-educado e agradável? Foi o suor, o sangue e as lágrimas dos escravos, seus e do seu pai, na Jamaica! Se a escravidão nunca tivesse existido, ele teria sido, na marcha normal da história, um pequeno fazendeiro das Antilhas, semialfabetizado talvez, mas certamente inadequado como membro da sociedade civilizada”. (Wakefield, 1829, p. 35)

Mas na Inglaterra de 1834, ano da abolição da escravidão no império, era impossível sugerir a restauração desse regime, ainda que fosse nos confins da Terra. Caminhos mais sutis teriam de ser encontrados. A alter-

7 Marx cita Wakefield erradamente, dizendo que Mr. Peel importara 3.000 trabalhadores.

8 *Saints* era o apelido dos abolicionistas ingleses nos séculos XVII e XIX, especialmente dos militantes pela abolição do tráfico.

nativa proposta por Wakefield é uma decorrência direta de seu diagnóstico. Se o acesso indiscriminado à terra era a causa da escassez de trabalhadores, que bloqueava a empresa capitalista ou a empurrava para o escravismo, então a terra teria de ser, ela própria, controlada. Barrados do acesso aos meios de subsistência, os trabalhadores iriam, “voluntariamente”, buscar emprego com os patrões.

A essência do programa de “colonização sistemática” de Wakefield era, portanto, tornar a terra cara bastante para evitar a escassez de braços de aluguel. Ao disponibilizar as terras do domínio público nas colônias, o governo deveria fazê-lo a um preço alto bastante para colocá-las fora do alcance imediato da classe trabalhadora, assegurando assim um fluxo constante de trabalho assalariado “voluntário”. O *sufficient price* do esquema wakefieldiano deveria ser suficientemente alto para retardar por alguns anos a aquisição de terras pelos imigrantes pobres, prolongando sua permanência como assalariados. Ao mesmo tempo, a receita arrecadada com a venda de terras formaria um fundo para financiar a vinda de novos migrantes, para substituir aqueles que fossem se emancipando da condição de proletários.

A teoria do nascimento da escravidão é também, é claro, uma teoria do seu ocaso, pois enuncia igualmente as condições para seu declínio e desaparecimento: quando toda a terra cultivável tiver sido privadamente apropriada, desaparecerá a necessidade de coerção, e a instituição poderá ser descartada. A sociedade será então composta por apenas duas classes: os trabalhadores sem terra e os proprietários capitalistas.

“Podemos, sem dúvida, presumir que a escravidão vai florescer na América e na África do Sul até que não haja mais terras que possam ser adquiridas por quase nada (...) Digam-me quando vai desaparecer a desproporção entre a demanda e a oferta de trabalho na América e na África do Sul (...) e eu lhes direi quando a escravidão vai desaparecer” (Wakefield, 1829, p. 38)

O projeto de “colonização sistemática” foi oferecido aos Estados Unidos, como a única maneira de extinguir pacificamente a escravidão naquele país:

Irão os americanos libertar voluntariamente seus escravos, sem contar com algum substituto para seu trabalho combinado e constante? A resposta é não (...) porque, ao permitir que todo homem livre que o desejar se torne um proprietário independente, a superabundância de boas terras, continuará fazendo que os escravos sejam valiosos (...) se o preço das novas terras fosse elevado, de modo a impedir que estes trabalhadores se tornem proprietários até que outros tenham chegado para tomar seus lugares (...) então o trabalho livre poderia tomar o lugar do trabalho escravo, e os senhores de escravos e de terras poderiam libertar seus cativos sem prejuízo. (Wakefield, 1834, p. 220–24)

Em 1839, 1840 e 1841, Herman Merivale, professor de Economia Política em Oxford, e depois Subsecretário Permanente para as Colônias, dedicou grande parte de suas conferências na universidade à discussão das ideias de Wakefield, às quais acrescentou alguns refinamentos importantes. (Merivale, 1841)

Em primeiro lugar observou que, embora a ocupação dispersa ocorra em todas as colônias onde há terras livres, a consequente escassez de trabalho assalariado não terá a mesma importância para todas. Como muitos autores posteriores, Merivale não acreditava que a escravidão pudesse ser dissociada da grande lavoura exportadora. Apenas “naquelas colônias onde a principal atividade consiste em cultivar produtos básicos (*staples*) para mercados externos” é que seria crucial conseguir um grande suprimento de “trabalho combinado” e, portanto, somente nessas colônias surgiria a escravidão. Nas demais, “aquelas que não apresentavam vantagens específicas para a produção (...) de artigos de valor para o mercado externo”, a terra livre também bloquearia a oferta de trabalho assalariado, mas, como esses lugares não tinham interesse para a empresa capitalista, não haveria uma grande demanda por trabalho e, conseqüentemente, a sociedade de pequenos fazendeiros independentes provavelmente seria deixada em paz. (Merivale, 1841, p. 260–62)

Merivale também sugeriu que podemos verificar a hipótese de Wakefield, observando o que ocorre depois da abolição, e para ilustrar isso dividiu as colônias inglesas, onde a escravidão tinha sido abolida recentemente, em três grupos.

No primeiro grupo a transição foi suave e a libertação dos escravos não trouxe muita mudança. Eram colônias como, Barbados, Antigua, St. Vincent e Dominica, onde “a terra estava quase toda ocupada, a população extremamente adensada, o cultivo era antigo e o capital acumulado. Elas foram menos prejudicadas do que quaisquer outras pelo impacto imediato da emancipação, pois os negros não tinham outro recurso senão continuar trabalhando como antes. Não havia nenhuma terra desocupada da qual pudessem se apropriar, nenhum modo independente de obter sua subsistência. (...) Na pequena ilha de Antigua, densamente povoada (...), os senhores rejeitaram voluntariamente o *apprenticeship system*, e permitiram que seus escravos passassem imediatamente da servidão para a total liberdade (...) os negros estão todos empregados (...) com salários muito moderados, que não excedem de maneira alguma o custo anterior de sua manutenção (...) Não só a terra cultivável está toda ocupada, mas nos períodos de seca ninguém tem acesso à água doce, exceto aquela que é mantida nos reservatórios das *plantations*. Os negros são, portanto, totalmente dependentes dos donos da terra”.

No segundo e no terceiro grupos de colônias, aquelas onde a apropriação da terra ainda não estava completa, o panorama era inteiramente diferente. Ali, Merivale e seus contemporâneos assistiam, horrorizados, a história acontecendo às avessas. Sistemas de *plantations* que tinham sido outrora as mais belas joias da coroa britânica estavam se desintegrando, e os negros “regredindo” para uma economia de subsistência, ou para “uma vida selvagem”. O segundo grupo compreendia aquelas colônias nas quais os melhores solos estavam ocupados, mas ainda restava muita terra não apropriada. Tal foi o caso de algumas das Pequenas Antilhas e, particularmente, da Jamaica. Nessa última ilha os melhores terrenos para cana já vinham sendo “cultivados por mais de um século”, mas ainda havia uma “grande extensão de terra, desmatada ou em florestas, disponível para a cultura de mantimentos e outros produtos, suficiente para suprir as necessidades do trabalhador negro”. Os colonos, nesses lugares, estavam sofrendo “desde a emancipação, pela dificuldade em obrigar os negros a se engajarem no trabalho assalariado, já que tinham suas próprias roças de mantimentos, e outros recursos à sua disposição”. Pior ainda era a situação do terceiro grupo, que incluía colônias como Mauritius, no Oceano Índico,

Trinidad e, acima de todas, a Guiana.⁹ Nesses lugares havia tal abundância de terras férteis não apropriadas que mesmo antes da emancipação a escassez de trabalho já se fazia sentir. Depois da abolição, “os negros têm tido facilidade para obter sua subsistência, em regiões transbordando de riqueza natural”. Assim, “não estão dispostos ao trabalho, para o qual só podem ser atraídos por meio das mais exorbitantes ofertas de salários”.

Merivale alertava para os perigos dessa situação: o que estava em jogo era a sobrevivência do próprio regime capitalista nessa parte do império britânico.

Se não for introduzido um suprimento de trabalho razoavelmente barato, todo o sistema social entrará em colapso (...). Mas, argumentam alguns, é realmente necessário para o bem-estar das Índias Ocidentais e para a felicidade dos negros, que o vasto excedente que é atualmente exportado continue a ser produzido? Não emancipamos nossos escravos com o objetivo de que estas ilhas-fábrica continuem a florescer, mas para criar uma população livre, moralizada e satisfeita. Que as grandes *plantations* se arruinem, se preciso for — a perda será amplamente compensada pelo estabelecimento de um grande número de pequenos proprietários, cada um se mantendo através de seu próprio trabalho, e as turmas de escravos, tangidas no passado sob o chicote dos feitores, darão lugar a uma *yeomanry* independente (...) Não pode haver, receio, ilusão maior que essa (...) Cada negro poderá ser capaz de sustentar-se com razoável conforto mas, sem a ajuda do capital, não conseguirá produzir excedentes (*surplus wealth*). (Merivale, 1841, p. 314–20)

Em dezembro de 1849, dez meses depois da publicação do terceiro livro de Wakefield, o filósofo, ensaísta e historiador escocês Thomas Carlyle, um dos maiores expoentes do pensamento conservador do século XIX, publicou um artigo que causou comoção nos dois lados do Atlântico. (Carlyle, 1849) Carlyle atacou tão violentamente a abolição e os direitos dos negros, expressou um racismo tão virulento e investiu com tanta fúria contra a própria ideia de liberdade, que provocou uma resposta indignada do grande filósofo liberal John Stuart Mill, em um debate que se tornou histórico.¹⁰

9 A Guiana foi formada pela reunião de Demerara, Essequibo e Berbice, em 1831.

10 Sobre a polêmica Carlyle–Mill veja August, 2006.

(Mill, 1850) Nos Estados Unidos, como previu Stuart Mill, o artigo tornou-se uma cartilha do mal, e consolidou o escocês como ídolo dos escravocratas, especialmente de George Fitzhugh, o mais interessante pensador do campo escravista, que buscou nele muito da inspiração para seu clássico *Cannibals All!, or Slaves without Masters*.¹¹ (Woodward, 1973) O artigo de Carlyle tem o interesse adicional de ser o *locus primus* da expressão *dismal science*, que se tornou o mais famoso dentre os muitos xingamentos com que tem sido brindada a ciência econômica.¹²

Carlyle não escreveu uma peça teórica sobre a escravidão, mas sua visão sobre a crise do trabalho no Caribe pós-abolição revela uma percepção perfeitamente alinhada com as ideias de Wakefield e Merivale: os negros abandonavam as *plantations* porque dispunham de terras livres, das quais podiam viver sem se sujeitar ao trabalho assalariado.

Com uma imagem sarcástica — *Black Quashee with their beautiful muzzles up to the ears in pumpkins* (“Os negros com seus lindos focinhos atolados em abóboras até as orelhas”) — repetida como um bordão ao longo do texto, expressa sua intolerância com a facilidade com que os libertos obtinham a subsistência e, com ela, a independência.¹³

As Índias Ocidentais estão carentes de trabalho, como seria de esperar nestas circunstâncias, em que um negro, trabalhando meia hora por dia, com a ajuda do sol e da terra, pode ter quanta

11 Fitzhugh é também autor de *Sociology for the South, or The Failure of Free Society* (1854), que forma com *Cannibals All* a dupla de textos mais interessantes, na minha opinião, escritos em defesa da escravidão moderna. Veja McKittrick, 1963.

12 *Dismal* pode ser traduzido como sombrio, lúgubre, soturno ou desalentador. A expressão *dismal science* foi aplicada à ciência econômica por oposição a *gay science*, ou “ciência alegre”, como era chamada a arte da poesia. Ao contrário do que é frequentemente afirmado, a antipatia de Carlyle pela economia nada tem a ver com as sombrias projeções de Malthus, mas sim com sua repulsa pelo liberalismo e o igualitarismo analítico da economia clássica, “que enxerga na oferta e na demanda o segredo do universo”. Não foi por acaso que o ataque mais hidrófobo contra a ciência de Smith, Ricardo e Mill ocorreu no “Occasional Discourse”. Foi aí que Carlyle se deparou com uma situação concreta, na qual dois anátemas — o abolicionismo de Exeter Hall, e a odiada lei da oferta e da demanda — entraram em conluio para gerar uma abominação ainda maior: uma subversão da ordem “natural”, que permitiu ao negro impor sua vontade ao branco. Isso só poderia gerar uma explosão de insultos.

13 *Quashee* é uma designação genérica dos negros das Índias Ocidentais Britânicas.

abóbora quiser. [Assim] é bem provável que ele resista a pegar no trabalho pesado (...) O sol forte se oferece de graça, a terra fértil quase de graça nessas regiões despovoadas ou semi-povoadas — isto é a sua “oferta”, e meia hora diária aplicada a ela produzirá abóbora, que é sua “demanda”. O homem branco não consegue trabalhar nesse clima tropical, e “seu vizinho negro, rico em abóboras, não tem pressa alguma para ajudá-lo” (...) Mergulhado em abóbora até as orelhas, sorvendo seus sucos sacarinos, e muito à vontade no meio da Criação, ele pode escutar a demanda do menos afortunado homem branco, e só atendê-la na hora que quiser. (Carlyle, 1849, p. 672)

Irritado com o poder de barganha dos negros, acusa-os de chantagear os antigos donos.

Aumenta o salário, *massa*,¹⁴ aumenta mais, que sua colheita não pode esperar; mais alto ainda — até que nem a safra mais opulenta possa cobrir tais salários! No Demerara, (...) enquanto a maior parte da cana apodrece, os *gentlemen* negros, entrincheirados com suas abóboras, estão todos em greve, até que a ‘demanda’ suba um pouco.

Se a demanda é tão alta, e a oferta é tão inadequada (na verdade, igual a zero, em alguns lugares), então que se aumente a oferta, que se tragam mais negros para o mercado de trabalho, e o salário cairá, diz a ciência.

Mas Carlyle, como Wakefield e Merivale, sabia que enquanto a terra fosse livre e a subsistência tão fácil, isso não resolveria nada.

Se pudermos fazer que os africanos que já estão lá desistam de suas abóboras, e trabalhem para viver, teremos africanos bastantes. Se os novos africanos, depois de trabalhar um pouco, se entregarem às abóboras, como os outros, de que adiantaria? Só criaria uma Irlanda negra na Jamaica.¹⁵ (Carlyle, 1849, p. 672)

14 *Massa*, corruptela de *master*, é como os escravos chamavam os senhores nos países de língua inglesa.

15 Segundo Carlyle, cavalos, negros e irlandeses não tinham desenvolvimento mental para desejar nada além da mais reles subsistência. Um cavalo sempre prefere capim e liberdade a aveia e trabalho no arado. Por isso esses tipos sub-humanos só trabalhariam forçados pelo chicote.

A visão de um campesinato feliz e independente, produzindo sua subsistência em suas próprias terras, era ofensiva aos olhos do articulista. Como comentou Stuart Mill,

que os negros possam levar a vida com tão pouco trabalho, é um escândalo aos seus olhos, pior do que sua escravidão anterior. Algo que tem de ser impedido a qualquer preço (...) O *Quashee*, ‘enterrado até as orelhas em abóboras’ e ‘trabalhando meia hora por dia’, é para ele a abominação das abominações. (Mill, 1850, p. 26–27)

Era preciso não apenas fazê-los trabalhar, mas fazê-los trabalhar para o capital, para produzir *surplus wealth*, que possa ser apropriada pelos senhores. O negro, mesmo sendo livre, teria que se integrar ao mercado, teria que trabalhar com constância e disciplina, para produzir *spices* para o mercado internacional. O que Carlyle defende, diz Mill, é que “os trabalhadores negros sejam obrigados a cultivar especiarias que eles não querem” para “proprietários brancos que não trabalham trocarem essas especiarias por casas em Belgrave Square”.¹⁶ (Mill, 1850, p. 28)

As Índias Ocidentais (...) produzem abundantes abóboras; mas abóboras não são o único requisito para o bem-estar da humanidade. Não! Podem sê-lo para um porco, mas para um homem são apenas a primeira entre muitas necessidades. As ilhas são também propícias para pimenta, açúcar, sagu, araruta, talvez para canela e especiarias preciosas, coisas muito mais nobres que abóboras, e promotoras de comércios, artes e desenvolvimento político e social. (...) os deuses querem que além de abóboras, também sejam cultivadas especiarias e outros produtos valiosos nas suas Índias Ocidentais (...) infinitamente mais eles querem — que homens viris e industriais ocupem as suas Índias Ocidentais, não esse gado bípede indolente, por mais feliz que seja com sua fartura de abóboras. (Carlyle, 1849, p. 675)

Se *Quashee* não quiser se assalariar, deverá ser obrigado, pela negação da terra, ou pela coerção direta.

16 Belgrave Square era a região mais elegante de Londres, onde moravam os aristocratas e os ricos.

Nenhum homem negro que não trabalhe (...) tem qualquer direito de comer abóbora, ou de ter qualquer fração de terra que possa produzir abóbora, por mais fecunda que essa terra possa ser, mas tem, sim, o direito perpétuo e inquestionável de ser obrigado pelos verdadeiros donos da terra, a trabalhar o necessário para viver. (...) Os brancos das Índias Ocidentais recusarão ao negro qualquer regalia de abóboras até que ele concorde em trabalhar por elas. Nenhum homem negro terá uma única polegada quadrada do solo destas ilhas ferazes, compradas com sangue britânico, para plantar abóboras para si, exceto em termos que sejam justos com a Inglaterra (...) justo com a Inglaterra será que *Quashee* pague com trabalho pelo privilégio de plantar abóboras. Nem uma abóbora, *Quashee*, nem uma jarda quadrada de terra, até que você concorde em dar ao Estado tantos dias de serviço. Este solo lhe dará abóboras todo ano, mas todo ano, sem falta, você dará para seu dono os dias de trabalho prescritos. O Estado tem muita terra ociosa, mas o Estado, religiosamente, não lhe dará nenhuma em outros termos. O Estado quer açúcar dessas terras, e está decidido a tê-lo. (Carlyle, 1849, p. 676)

Se a supressão da terra não resolver, que seja obrigado então por meios mais diretos.

Se *Quashee* não ajudar a produzir as especiarias, ele vai fazer de si novamente um escravo (...) e, já que outros métodos não funcionam, será obrigado a trabalhar, com um benéfico chicote (...) Vocês não são escravos agora, nem eu quero, se puder ser evitado, vê-los novamente escravos, mas decididamente terão de ser servos daqueles que nasceram mais inteligentes que vocês, servos dos brancos — que nasceram para ser seus senhores. Isto, podem ter certeza meus amigos negros, é e sempre foi a Lei do Mundo, para vocês e para todos os homens: os mais estúpidos serem servos dos mais capazes.

Já se ouve falar do negro *adscripti glebae*, que parece um arranjo promissor (...) parece que os negros dos holandeses em Java já são um tipo de *adscritos*, seguindo o modelo dos antigos servos da Europa, obrigados, por autoridade real, a prestar tantos dias de trabalho por ano (...) Em qualquer lugar dos domínios britânicos onde existir um homem negro, e não puder ser extraída dele uma quantidade justa de trabalho, uma lei como esta, à falta de outra melhor, deveria se aplicar a este homem negro. (Carlyle, 1849, p. 677)

Apesar do menosprezo com que sempre se refere a Wakefield, Karl Marx achava-o importante bastante para merecer uma discussão detalhada, e dedicou-lhe um capítulo inteiro — A Moderna Teoria da Colonização — no *Capital*. (Marx, 1967, v. I, p. 765–74) O inglês estava certo, escreveu Marx, mas o que ele estava assistindo nas colônias não era nada de novo, nem era algo peculiar às sociedades coloniais. Ele apenas tinha diante de seus olhos uma reprise do processo histórico que antecede e prepara a instalação do capitalismo: o processo de acumulação primitiva, ou original.

O sistema capitalista pressupõe a completa separação dos trabalhadores de toda a propriedade dos meios de produção. Tão logo a produção capitalista esteja instalada, ela não somente mantém essa separação, mas a reproduz em uma escala continuamente crescente. O processo, portanto, que abre o caminho para o sistema capitalista não pode ser outro senão aquele que retira do trabalhador a posse de seus meios de produção; um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é do que o processo histórico que separa o produtor dos meios de produção.

A expropriação das terras dos camponeses estava quase completa na maior parte da Europa ocidental, particularmente na Inglaterra, no início do século XIX. Três séculos de *enclosures*, juntamente com a “legislação sangrenta contra os expropriados”, tinham transformado a massa de camponeses independentes em um proletariado rural, que não tinha outra escolha senão se oferecer como trabalhadores assalariados. A situação era diferente nas colônias: ali a acumulação primitiva não tinha cumprido todo seu curso e

o regime capitalista em toda parte entra em conflito com a resistência do produtor que, como dono de suas próprias condições de trabalho, emprega esse trabalho para enriquecer a si próprio, em vez do capitalista (...). O grande mérito de E. G. Wakefield não é ter descoberto qualquer coisa de novo sobre as colônias, mas ter descoberto, nas colônias, a verdade sobre as condições da produção capitalista na metrópole. (Marx, 1967, v. I. p. 714)

“A teoria da colonização de Wakefield (...) tentava fabricar assalariados nas colônias (...) Sua colonização sistemática é um mero *pis aller*, já que ele, infelizmente, tem que lidar com homens livres, e não com escravos”. (Marx, 1967, v. I, p. 766–68)

Marx é injusto, e até desonesto, ao insinuar que Wakefield não compreendia a abrangência histórica do assunto que abordava, e que sua visão era restrita ao mundo colonial. “Fabricar assalariados nas colônias” era precisamente o que Wakefield pretendia, exatamente por compreender muito bem a história da formação da classe proletária na Europa. Seu projeto não era outra coisa senão transplantar para as colônias a estrutura social que vigorava na Inglaterra, depois do processo de acumulação primitiva. Se na Europa a instalação do capitalismo exigiu que os camponeses fossem expulsos das terras, a proposta de Wakefield era impedir que nas colônias eles sequer se instalassem nelas. Sua colonização sistemática nada mais era do que uma *enclosure* preventiva, que permitiria atalhar o processo histórico, transferindo para as colônias uma estratificação capitalista já pronta, queimando um estágio que na Europa demorou séculos para ser cumprido.

Marx escreveu pouco sobre os modos de produção pré-capitalistas, e não era nenhum *expert* em escravidão.¹⁷ A teoria da acumulação primitiva, que é uma de suas principais contribuições para a história do capitalismo, foi, sem dúvida, inspirada por Wakefield, que a antecipou em várias décadas.

Na virada do século XX foram publicados mais dois importantes trabalhos na linha da hipótese de Wakefield. Um deles foi *Le Basi Economiche della Costituzione Sociale*, em 1893, pelo economista italiano Achille Loria. (Loria, 1893)

Neste livro, Loria descreveu os estágios pelos quais todas as sociedades deveriam passar, e sustentava que a forma de apropriação da terra não só explica a evolução dos tipos de coerção, mas também determina *toda* a organização econômica de *todas* as sociedades. (Loria, 1893, p. 1–4) O determinismo de Loria hoje seria, no mínimo, *naïf*, mas no tocante ao

17 Marx escreveu uma série de artigos sobre a guerra civil americana para o *New York Tribune* e o *Vienna Presse*, mas suas pautas quase nada tinham a ver com a escravidão. Veja Marx, Engels, 1974.

trabalho compulsório, ele introduziu uma qualificação interessante, argumentando que, como a qualidade das terras não é uniforme, seu cultivo demanda diferentes quantidades de capital. Nas terras mais férteis, um homem pode produzir sua subsistência usando apenas seu trabalho, mas à medida que nos movemos em direção às terras menos férteis, aumenta a quantidade de capital necessária para produzir o mesmo resultado. Em algum ponto ao longo do caminho será atingida uma fertilidade limite, abaixo da qual um homem não conseguirá produzir o bastante para subsistir, se não combinar seu trabalho com algum capital. Loria usou este raciocínio para argumentar que, para que seja gerada uma oferta voluntária de trabalho assalariado, nem todas as terras precisam estar ocupadas. Basta, para isso, que estejam apropriadas apenas aquelas que podem sustentar o trabalhador sem a ajuda do capital.

Em uma fase de população escassa, na qual a terra ocupada tem fertilidade alta e uniforme, e existe abundância de terra livre que pode ser cultivada apenas com trabalho, a supressão da liberdade de acesso à terra é obtida pela negação da liberdade jurídica do trabalhador, ou seja, reduzindo-o à escravidão (...) Em um estágio subsequente de densidade populacional, onde as primeiras diferenças de fertilidade entre as terras cultivadas começam a aparecer (...) a exclusão dos trabalhadores da propriedade de terras é efetuada através de sua redução à condição de servo (...) em uma terceira fase, na qual as terras livres remanescentes não podem ser cultivadas pelo trabalho somente, a negação do acesso a elas (...) é mantida, ou pela apropriação de grandes extensões pelos não-trabalhadores (deixando ao alcance dos trabalhadores apenas as terras mais estéreis, que requerem para seu cultivo capitais que estão além de suas possibilidades), ou pela redução dos salários ao nível da subsistência. (Loria, 1893, p. 3-4)

A suposta relação direta entre a fertilidade da terra e o grau ou modalidade da coerção (que justifica com o argumento de que a menor fertilidade tem que ser compensada por uma maior produtividade do trabalho, que seria obtida por meio de formas mais suaves de dominação), é discutível, mas a qualificação introduzida na condição para a emergência da oferta voluntária de trabalho é interessante.

No ano de 1900, o antropólogo holandês Herman Nieboer publicou um importante estudo, que renovou o interesse pela hipótese de Wakefield e Merivale. Nesse livro, Nieboer procurou determinar as causas da escravidão como um *sistema industrial*, isto é, um sistema no qual ela constitui a base da organização da economia, diferentemente de outras situações, nas quais o trabalho compulsório tem uma importância secundária, como, por exemplo, a escravidão doméstica, a escravidão militar etc. (Nieboer, 1900)

A vida social de todas as nações da antiguidade foi baseada na escravidão e, em muitas colônias, ela sobreviveu até bem tarde no século XIX. Por outro lado, nas nações civilizadas de hoje, todas as operações produtivas são executadas pelo trabalho livre. Onde está a diferença? Porque a escravidão e a servidão declinaram gradualmente ao longo da história europeia, de tal modo que no final da Idade Média já tinham, em grande medida, deixado de ser significativas? Estes problemas só poderão ser resolvidos se soubermos quais são as condições necessárias para o sucesso da escravidão como um sistema industrial, e quais são as condições inversas, sob as quais o trabalho escravo será substituído pelo trabalho livre. (Nieboer, 1900, p. xvi)

A hipótese central do trabalho, tomada por empréstimo a Wakefield, Merivale, Marx e Loria, e repetida *ad nauseam* ao longo de todo o livro, é que,

a principal causa interna que impede o surgimento da escravidão ou, ali onde existe a escravidão tende a fazê-la desaparecer, é a dependência de recursos fechados para a subsistência. O resultado mais importante de nossa investigação nos parece ser a divisão, não só de todas as tribos selvagens, mas de todos os povos da terra, em sociedades com recursos abertos e sociedades com recursos fechados. Entre as primeiras, o trabalho é o principal fator de produção, e um homem que não possui nada além de sua força e sua habilidade, é capaz de suprir a si próprio, sem depender de qualquer capitalista ou senhor de terras. O capital pode aumentar a produtividade do trabalho, e terrenos particularmente férteis ou favoravelmente localizados, podem trazer aos seus donos grandes vantagens, mas um homem pode se manter sem essas vantagens. Entre os povos com recursos fechados, a situação é outra. Aqui a subsistência depende de recursos materiais que já foram todos

apropriados. Esses recursos podem consistir em capital, cuja oferta é sempre limitada e, portanto, aqueles que não o possuem são dependentes dos capitalistas. Esses recursos podem também consistir em terra. Tal é o caso quando toda a terra tenha sido apropriada, e então as pessoas sem terra são dependentes dos proprietários da mesma. Quando a subsistência depende de recursos fechados, alguns escravos podem ser ocasionalmente mantidos, mas não é provável que a escravidão exista como um sistema industrial. (Nieboer, 1900. p. 418)

O trabalho empírico de Nieboer limitou-se ao que chamava de “sociedades selvagens”. Pesquisou minuciosamente mais de cem sociedades tribais da Oceania e obteve resultados geralmente consistentes com sua hipótese. Mas reivindicava uma validade muito mais abrangente para sua teoria:

Esta diferença entre países com recursos abertos e recursos fechados explica muito bem por que a escravidão (e a servidão, que é também uma forma de trabalho compulsório) desapareceu gradualmente na Europa civilizada, enquanto nos países de população rarefeita perdurou por muito mais tempo, e até hoje é introduzida, às vezes sob algum disfarce (tráfico de trabalhadores, *convict labor*, e expedientes semelhantes, usados nos trópicos). (Nieboer, 1900, p. 420)

Outros pontos merecem destaque no trabalho de Nieboer. Em primeiro lugar, mesmo mantendo que os “recursos abertos” são a causa primordial da escravidão, Nieboer sustenta que há fatores secundários que podem influir no aparecimento, ou não, de um sistema coercitivo. Entre aqueles que estimulam a adoção de trabalho compulsório, coloca grande ênfase no surgimento de um setor exportador. Em segundo lugar, Nieboer (como Marx e Loria), insiste que, embora a supressão do acesso à terra seja a condição primária para a criação de uma oferta espontânea de trabalho, é mais adequado referir-se à supressão do acesso aos meios de subsistência. Com esse cuidado abre-se espaço para a inclusão de capital ou outros recursos que podem ser cruciais em situações históricas específicas como, por exemplo, o acesso à água, mencionado por Merivale. Uma terceira observação, várias vezes reiterada por Nieboer, é que não se trata apenas de uma questão de densidade populacional ou de pressão demográfica

sobre os recursos naturais. O conceito chave para a aplicação de sua teoria é o grau em que os recursos foram apropriados, ou seja, tornaram-se propriedade de alguém. Propriedade, neste caso, não significa apenas propriedade formal ou mesmo legal. O conceito de propriedade relevante para esta teoria contempla essencialmente a capacidade, pelo proprietário, de efetivamente excluir os outros do uso ou da fruição da coisa possuída.

Durante a primeira metade do século XX, a hipótese de Wakefield-Merivale-Nieboer não teve maior destaque na literatura da escravidão, mas foi mantida viva por estudiosos holandeses, especialmente antropólogos e etnólogos, como J. J. Fahrenfort e H. Hoetink, para os quais o trabalho de Nieboer continuou sendo uma referência, e um objeto de debate. Também podem ser encontradas referências ocasionais a ela nos trabalhos de alguns historiadores do primeiro escalão. U. B. Phillips leu o livro de Nieboer, e escreveu que

relativamente à oferta de trabalho, as condições iniciais no novo mundo da América eram diferentes daquelas da Europa moderna, mas similares às da Ásia e da Europa em tempos primitivos. O antigo problema do trabalho renasceu nas colônias de *plantation*, porque a terra era abundante e livre, e os homens não trabalhavam voluntariamente como assalariados, empregados por outros homens, quando poderiam facilmente trabalhar com independência, para si mesmos. Havia uma grande demanda por trabalho nas propriedades coloniais e, quando se tornou claro que os homens livres não viriam trabalhar como alugados, desenvolveu-se uma demanda por trabalho servil. (Phillips, 1905)

Max Weber também leu Nieboer, e o cita em sua *General Economic History*. Lewis Gray dedicou uma pequena seção de sua celebrada *History of Agriculture*, de 1932, à discussão da “relação entre a economia do trabalho escravo e a oferta de terra”, e remete o leitor ao trabalho de Loria.¹⁸ (Gray, 1958, v. I, p. 475–76)

Foi também em 1932 que Edgar Tristram Thompson defendeu, na Universidade de Chicago, a tese de doutorado intitulada *The Plantation*,

18 Gray relata que George Tucker, em seu *Progress of the United States*, fez a curiosa previsão de que a escravidão nos Estados Unidos estaria moribunda quando a densidade populacional atingisse 66 habitantes por milha quadrada!

festejada por Sidney Mintz como um trabalho seminal, pioneiro sobre o tema, e “um documento importante na história intelectual americana”. (Mintz, “Introdução”, em Thompson, 2010) Nessa tese, que só foi publicada em 2010, Thompson utiliza largamente a dicotomia de Nieboer — recursos fechados *versus* recursos abertos — para explicar a reinvenção do trabalho compulsório na colonização da América. Sintetiza a questão com singeleza, dizendo que, no primeiro contexto teremos dois trabalhadores disputando um emprego, enquanto no segundo caso serão dois empregadores disputando um trabalhador, e aquele que conseguir pegá-lo não o deixará escapar.

A diferença entre a situação em que os empregadores procuram trabalhadores e a situação na qual os trabalhadores procuram empregos é exatamente a diferença entre o trabalho “coercitivo” e o trabalho “livre”. (Thompson, 2010, p. 12–13) Admirador do trabalho de Thompson, já em 1961 Mintz nos advertia que “a simplicidade dessa formulação não diminui sua utilidade para a compreensão das raízes econômicas da escravidão no Novo Mundo.” (Mintz, 1961, p. 580–81)

Eric Williams também discutiu brevemente as teorias de Wakefield e Merivale em seu famoso *Capitalism and Slavery* (Williams, 1944), e voltou ao assunto em *From Columbus to Castro*. Segundo ele, às vésperas da emancipação nas Índias Ocidentais Britânicas, em dezembro de 1832, Lord Howick (Charles Grey), o primeiro-ministro do Reino Unido que conduziu o processo da abolição, escreveu que

o grande problema a ser resolvido na formulação de qualquer projeto para a emancipação dos escravos nas nossas colônias, é encontrar um meio de induzi-los, quando livres do medo do feitor com seu chicote, a exercer o trabalho contínuo e regular que é indispensável para manter a produção de açúcar (...) A incapacidade dos planters para pagar altos salários parece fora de qualquer dúvida, mas, mesmo se fosse diferente, a experiência de outros países autoriza a pensar que, enquanto a terra for tão facilmente adquirível como é neste momento, mesmo salários liberais não serão capazes de comprar o tipo de trabalho que é necessário para o cultivo e o fabrico do açúcar (...) os exemplos dos estados ocidentais da América, do Canadá, do Cabo da Boa Esperança e das colônias australianas, podem todos ser citados para

demonstrar que mesmo entre populações com um estado de civilização muito mais alto que aquele atingido pelos escravos das Índias Ocidentais, a facilidade de obter terra efetivamente impede que qualquer empreendimento que exija a cooperação de muitos braços, se desenvolva por meio de trabalho voluntário.

É portanto impossível imaginar que os escravos (...), se libertados do controle, seriam induzidos, mesmo por altos salários, a continuarem a submeter-se a uma labuta que detestam, enquanto, sem precisar fazer isso, poderiam obter terra suficiente para seu sustento (...) Penso que seria excelente para a felicidade dos próprios negros, se o direito de adquirir terra pudesse ser restringido ao ponto de evitar, quando ocorrer a abolição, que abandonem seus hábitos de trabalho regular (...) Consequentemente, considero que a principal medida para permitir que o planter continue com seus trabalhos quando vier a abolição, é a imposição de um imposto considerável sobre a terra.

“A escravidão foi abolida”, escreveu Williams, “mas a *plantation* e a plantocracia permaneceram. Os libertos deveriam ser *adscripti glebae*, vinculados ao solo, mas ao solo da *plantation* açucareira, para serem obrigados, mesmo contra sua vontade, a produzir açúcar (...) Assim encorajados, os planters de Barbados, sugeriram que todas as roças de mantimentos dos ex-escravos deveriam ser arrasadas para forçá-los a trabalhar, enquanto seus colegas na Guiana Inglesa destruíram deliberadamente todas as árvores frutíferas, para privar os libertos de uma fonte de subsistência que competia com o emprego na *plantation*”. (Williams, 1973, p. 328–29)

Outro livro importante inspirado pelo trabalho de Nieboer — *Involuntary Labour since the Abolition of Slavery* — foi publicado, em 1960, por Willemina Kloosterboer, também holandesa. (Kloosterboer, 1960) Kloosterboer explorou a ideia de que

à luz desta teoria, a abolição da escravidão ao longo do século XIX, parece ter sido prematura. Pelas condições vigentes à época nas colônias, não se poderia esperar, de modo geral, o surgimento de uma oferta voluntária de trabalho.

Se a necessidade de coerção era fruto da existência de recursos abertos, então deveríamos constatar que a abolição legal do regime escravista

significaria o fim do trabalho compulsório somente naquelas sociedades onde os recursos relevantes já tivessem sido apropriados no momento da emancipação. Nos outros casos, ali onde após a abolição persistia uma situação de recursos abertos, deveria ser encontrada uma permanência do trabalho compulsório, em alguma modalidade alternativa.

Com esta hipótese, Kloosterboer examinou os períodos pós-abolição em diversas sociedades escravistas, no Caribe, na África, na Ásia, na América Latina e nos Estados Unidos (o Brasil não foi incluído). Os resultados de seu levantamento confirmam, com algumas qualificações, a tese de Nieboer. A hipótese se sustenta, mas não funciona automaticamente, e requer mediação política. “O impulso para a emancipação partiu de grupos não diretamente envolvidos com a escravidão. Os senhores de escravos eram violentamente contrários à abolição e, sendo derrotados, não levou muito tempo até que criassem novas formas de trabalho compulsório”. A escravidão e as diversas formas de coerção não têm vinculação nenhuma com o sistema colonial, com mercantilismo ou exportações, não se referem a qualquer época determinada, e não são algo antigo ou superado. A coerção surge sempre que determinados projetos de sociedade (onde há uma classe de não-trabalhadores) se chocam com determinadas condições objetivas (os trabalhadores têm ou podem vir a ter o controle dos meios de produção). A coerção sempre tem a participação do estado. Quando a expropriação não é completa, o estado interfere a favor da classe proprietária. (Kloosterboer, 1960, p. 208–09) Um caminho alternativo à coerção é controlar dos meios de produção ou, na linguagem da teoria de Nieboer, criar artificialmente a situação de recursos fechados, expropriando os camponeses, como ocorreu nas *enclosures*. (Kloosterboer, 1960, p. 214) Kloosterboer elaborou um longo catálogo de metamorfoses da escravidão, e demonstrou sua associação com os recursos abertos. Encontrou grande variedade de modalidades de trabalho compulsório, como, servidão por dívida (*debt peonage*), *contract labour*, *indentured labor* etc., e vários outros instrumentos de coerção, como a adoção de *vagrancy laws* (leis de vadiagem ou de vagabundagem), cobrança de impostos em moeda (para obrigar os trabalhadores a abandonar a subsistência e se integrarem na economia monetária), ou coerção simplesmente baseada na violência e no terror. Em vários casos a violência não foi dirigida diretamente contra os trabalhadores, mas contra seus meios de subsistência, como em colônias africanas onde os

ingleses assaltavam e queimavam as roças de mantimentos dos nativos, para forçá-los a trabalhar em suas *plantations* e minas. Devido à falta de espaço, não podemos acompanhá-la nesta fascinante viagem pelas formas de coerção no mundo pós-abolição legal da escravidão. Mas podemos indicar como boa companhia nessa jornada, alguns autores como Ransom e Sutch (1977); Lisa Yun (2008); Alan Adamson (1972); Hugh Tinker (1974); e vários dos autores presentes nos livros editados por Emmer (1986) e Engerman (1999).

Apesar de sua longa história e sua genealogia ilustre, as teorias da linhagem Wakefield-Merivale-Nieboer eram pouco conhecidas nos círculos acadêmicos de economia até os anos 70 do século passado. O trabalho que as popularizou nos arraiais da *dismal science* foi um artigo do economista russo-americano Evsey Domar, do Massachusetts Institute of Technology, famoso como coautor do modelo de crescimento Harrod-Domar. O artigo foi publicado no *Journal of Economic History*, em 1970 e, pelo prestígio de seu autor e da revista, circulou entre os economistas mais do que qualquer das versões anteriores da teoria. (Domar, 1970) Domar afirma ter se inspirado em uma descrição, de V. O. Kliuchevsky, da segunda servidão na Rússia, e que só anos depois de ter formulado sua hipótese tomou conhecimento do trabalho de Nieboer e, através dele, de Loria e de Wakefield. Sua versão tem a seguinte formulação:

Assuma que o trabalho e a terra são os únicos fatores de produção (não há nem capital nem gestão), e que as terras são ubíquas, sem diferenças de qualidade ou de localização. Não ocorrem rendimentos decrescentes na aplicação do trabalho à terra. As produtividades média e marginal do trabalho são constantes e iguais. Se a competição entre os empregadores elevar os salários até aquele nível (como seria esperado), não poderá ser extraída nenhuma renda da terra, como Ricardo demonstrou há muito tempo. Na ausência de alguma ação governamental específica em contrário, o país consistirá em fazendas familiares, porque o trabalho contratado, em qualquer modalidade, ou não será disponível, ou não será lucrativo: o salário de um homem alugado, ou a renda de um arrendatário, terá que ser pelo menos igual a aquilo que ele pode obter cultivando sua própria fazenda. Se ele receber esse valor, não sobrá nenhum excedente (*rent*) para seu empregador. Uma classe não-trabalhadora, de *servitors* ou outros,

poderia ser sustentada pelo governo através de taxas impostas aos camponeses, mas ela não poderia se manter com rendas da terra. (Domar, 1970, p. 19)

Suponha agora, que o governo decida criar uma classe de proprietários rurais não-trabalhadores. Como primeiro passo, ele dá aos membros desta classe o direito exclusivo da propriedade da terra. Os camponeses agora terão de trabalhar para os proprietários, mas, enquanto eles forem livres para se movimentar [entre empregos], a competição entre os empregadores fará o salário subir até o valor do produto marginal do trabalho. Como este é ainda bem próximo do valor do produto médio (por causa da abundância de terra) sobrarão apenas um pequeno excedente (...) O próximo, e definitivo, passo é a abolição do direito dos camponeses à mobilidade. Com o trabalho preso à terra ou ao proprietário, a competição entre os empregadores deixa de existir. Agora o empregador pode extrair uma renda (*rent*), não de sua terra, mas dos seus camponeses, apropriando-se da totalidade, ou da maior parte, de sua renda (*income*) acima do nível de subsistência. (Domar, 1970, p. 20)

Recapitulando, a versão forte dessa hipótese (sem capital, gestão etc.) conclui que, dos três elementos da estrutura agrícola aqui postulada — terra livre, camponeses livres, e uma classe de proprietários não-trabalhadores — quaisquer dois, mas nunca os três, poderão existir simultaneamente. A combinação a ser encontrada na realidade, dependerá do comportamento de fatores políticos, que aqui são tratados como exógenos. (Domar, 1970, p. 21)

Domar é taxativo ao afirmar que a situação de recursos abertos, não é suficiente para gerar a compulsão, e que o papel do governo é decisivo.¹⁹

Em 1974, o antropólogo Sidney Mintz, especialista na cultura e na história das sociedades do Caribe, publicou uma série de estudos, alguns dos quais têm como base a teoria da escravidão que estamos examinando. (Mintz, 1974) Em suas palavras: Na colonização do Novo Mundo,

o problema era tornar produtivas grandes extensões de terras, gratuitas ou quase gratuitas, mas carentes de um suprimento

19 Para uma forte crítica (que na minha opinião não se sustenta) a Domar e seu modelo, veja Patterson, 1977, p. 12–34 e Miers e Kopytoff, 1977, p. 66–69.

adequado de trabalho. (...) Homens livres só proporcionam oportunidades de lucro empresarial quando não tem acesso aos meios de produção, particularmente à terra, e precisam, portanto, vender seu trabalho no mercado. (...) Mas a situação (...) era de abundantes terras livres e trabalho escasso, na qual o empresário não poderia se apropriar nem de lucros derivados do emprego de trabalhadores, nem de rendas extraídas de recursos escassos.

Nos lembra que, dizimadas as populações nativas, os principais fluxos de trabalho para as colônias antilhanas foram europeus sob os regimes de *indenture* ou *travail engagé*. Eram imigrantes voluntários pobres, e também condenados, prisioneiros políticos ou por dívidas, e uma ampla gama de indivíduos social ou politicamente indesejáveis. Só no final do século XVII, os *indentured servants* e os *engagés* foram suplantados pelos africanos, e a escravidão se tornou dominante. Mintz analisa o trabalho compulsório no Caribe (especialmente em Porto Rico e na Jamaica), e oferece um interessante estudo de caso da formação do campesinato e da economia camponesa jamaicana no período pós-abolição.

A saga da família Wakefield não termina aqui. Um indicador seguro da perenidade e da relevância da hipótese que relaciona terras livres e trabalho compulsório é o fato dela nunca ter sido eliminada da agenda de trabalho dos historiadores, dos economistas e dos cientistas sociais em geral. Mais de 180 anos depois da publicação do primeiro livro de Wakefield (ou mais de dois séculos e meio depois das primeiras versões formais da tese) ela continua atraindo a atenção de acadêmicos, que a qualificam, restringem, ou criticam, mas que continuam tendo nela uma referência importante. Continua sendo objeto de dezenas de artigos e debates, uns mais próximos, outros mais distantes, mas todos pertencentes ao grande clã dos descendentes de Wakefield. Para alguns dos membros chegados nos últimos trinta anos, veja, por exemplo: (Fenoaltea, 1984), (Lagerlöf, 2006), (Conning, 2004), e (Acemoglu e Wolitzky, 2011).

WAKEFIELD E O BRASIL

Não só as ideias, mas a própria obra de Wakefield, estiveram explicitamente presentes no debate político brasileiro, no momento em que se começava a discutir a substituição do escravo. No segundo semestre de

1842, diante da pressão inglesa pelo fim do tráfico, o Conselho de Estado realizou várias reuniões, com a presença de conselheiros, ministros, e “sob a Augusta Presidência” do Imperador Pedro II, para elaborar um projeto de lei sobre terras públicas e colonização. O projeto teve como principais redatores dois mineiros, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro (ambos de Ouro Preto), e era explicitamente baseado no “Outline of a system of colonization”, publicado na Letter from *Sydney*.²⁰ (Wakefield, 1829, p. 222) Na longa tramitação na Assembleia Geral Legislativa, de 1843 até 1850, diversos parlamentares de várias províncias, nas duas casas, revelaram bom conhecimento da obra de Wakefield. Na primeira sessão de discussão na Câmara, em 21/7/1843, o deputado paraense Bernardo de Souza Franco referiu-se ao esquema com familiaridade, dizendo tratar-se “do *self-supporting system* de Wakefield”. Na sessão seguinte (24/7), o Ministro da Marinha, Rodrigues Torres, do Rio de Janeiro, fez uma exposição da lógica do projeto, tão clara que parecia ter saído das páginas do inglês. No mesmo dia, o mineiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos contou para seus confrades a história do infeliz Mr. Peel, no Swan River. Na sessão de 26/7, Souza Franco manifestou impaciência com um colega baiano que confessou não ter lido Wakefield. (Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 21/7/1843; 24/7/1843; 26/7/1843) Anos depois, já no Senado, em 15/7/1848, o visconde de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, diplomata culto e senador pela Bahia, requereu que se adiasse a discussão até ficar pronta a tradução “da obra de Wakefield”, mandada fazer pelo governo, “de uma utilidade indisputável” para a “inteligência da matéria”. A tradução foi publicada ainda em 1848, pela Tipografia de J. Villeneuve, como um opúsculo de 43 páginas, com o título: *Colonização. Artigo traduzido da obra England and América, attribuida a Wakefield e publicada em Nova-York em 1834*.²¹ Na sessão de 6/9/1848, no Senado, Bernardo Pereira de Vasconcelos citou Merivale para rebater um argumento do Senador Vergueiro. (Anais do Senado Federal, sessões

20 Veja sobre isso: Dean, 1971 e Mattos, 1987, pp. 239–50.

21 O Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu determinou “a impressão de mil exemplares para serem distribuídos convenientemente”. Um desses raros exemplares encontra-se hoje na biblioteca do ICAM — Instituto Cultural Amílcar Martins, em Belo Horizonte.

de 15/7/1848 e 6/9/1848). Nos anais da câmara e do senado encontram-se várias outras referências a Wakefield, até o final dos debates, em 1850.

O Brasil era grande e variado bastante para abrigar economias e sociedades escravistas regionais muito diferenciadas. As regiões estavam sujeitas ao mesmo governo central e à mesma legislação básica, mas apresentavam diferentes situações econômicas e de apropriação de recursos. Quando surgiram desafios à instituição servil, os sistemas regionais reagiram de maneiras diferentes. Apesar da carência, que persiste até hoje, de estudos sobre a pós-abolição no Brasil, e mesmo levando em conta as complexidades inerentes à interpretação de processos históricos reais (por oposição a modelos), é possível reconhecer nessa diversidade uma clara influência do fator Wakefield.

Eustáquio Reis foi o primeiro autor a sugerir, em 1974, que as diferenças regionais na transição para o trabalho livre no Brasil poderiam ser explicadas com base na hipótese de Domar-Nieboer. Muitos trabalhos posteriores, incluindo o meu próprio, os de Camargo e de Lago se beneficiaram de seus insights. Reis aceitou a crítica de Engerman (Engerman, 1973, p. 43–65) às teorias puramente econômicas da escravidão, e incluiu fatores políticos como variáveis endógenas. (Reis, 1974, 2004) Em 1977, José Márcio Camargo defendeu, no MIT, a tese de doutorado *The Role of Labor in the Transition to Capitalism: The Case of the Coffee Plantations of São Paulo, Brazil (1880–1925)*, onde estuda em profundidade a emergência do trabalho assalariado no setor cafeeiro paulista, na qual teve a orientação do próprio Evsey Domar. (Camargo, 1977, 1981) Em 1978, Luiz Corrêa do Lago defendeu em Harvard sua tese de doutorado, publicada no Brasil como *Da Escravidão ao Trabalho Livre. Brasil, 1550–1900* (Lago, 2014), na qual faz um estudo minucioso da transição nas regiões sudeste e sul, tendo “como fio condutor teórico” a hipótese de Domar.²² Em 1979, o sociólogo paulista José de Souza Martins cunhou uma síntese precisa e elegante dessa tese, ao dizer que para libertar o trabalho, foi preciso estabelecer o *cativeiro da terra*.²³ (Martins, 1979, p. 32) Em 1980, eu mesmo utilizei a

22 No caso de Minas Gerais, a análise de Lago foi muito prejudicada pela má qualidade da historiografia à sua disposição na época.

23 A frase exata de Souza Martins é: “num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha de ser cativa”.

teoria de Wakefield-Merivale-Nieboer-Domar em minha tese de doutorado na Universidade de Vanderbilt, para explicar a resiliência do regime escravista na economia não-exportadora e diversificada de Minas Gerais no século XIX. (Martins, 1980) Em 1989, Roberto Smith usou o mesmo esquema analítico para estudar as questões fundiárias e do trabalho, em tese defendida na Universidade de São Paulo, depois publicada em livro, em 1990. (Smith, 1990)

As pressões inglesas contra o tráfico já existiam desde o período colonial, e se intensificaram depois de 1822, com a exigência de medidas para a extinção do comércio negreiro como condição para o reconhecimento da independência. Disso resultaram a Convenção Anglo-Brasileira de 1826 e a Lei de 7 de novembro de 1831. (Bethell, 1970; Manchester, 1971)

A suspensão desse fluxo significava uma sentença de morte para o regime escravista, pois nenhum dos sistemas regionais era demograficamente sustentável. Mas a ameaça não gerou consequências no curto prazo, porque só se materializou algumas décadas mais tarde. Não foi preciso procurar outra fonte de mão de obra, promover realocações internas, ou criar outra modalidade de coerção. Nenhuma mudança se fez necessária porque nunca houve a intenção real de interromper as importações. Com as abolições de todos os outros tráficos nacionais, Cuba e Brasil ficaram sozinhos no mercado atlântico de escravos, podendo demandar grandes quantidades sem pressionar significativamente os preços, e nunca chegaram tantos africanos ao Brasil como nesse meio século. As principais regiões escravistas (o Nordeste, a economia diversificada de Minas Gerais e a região açucareira do Rio de Janeiro) continuaram importando grandes contingentes, e foi implantado um novo e voraz núcleo exportador: o setor cafeeiro, nas seções fluminense e paulista do vale do Paraíba (em Minas esse setor foi insignificante até a metade do século).

O segundo e decisivo golpe na instituição da escravidão veio com a abolição efetiva do tráfico atlântico. Após anos de pressões diplomáticas infrutíferas, o parlamento inglês aprovou, em 8 de agosto de 1845, o ato conhecido como *Bill Aberdeen*, especificamente desenhado para forçar o

Brasil a cumprir a convenção de 1826.²⁴ Diante da pressão, o parlamento brasileiro aprovou, em 4 de setembro de 1850, a lei 581, ou Lei Eusébio de Queirós, cujo cumprimento encerrou mais de três séculos de importação de africanos. A extinção definitiva do tráfico mudou de forma irreversível a equação do trabalho no Brasil, pois significava, nunca é demais insistir, que o escravismo estava condenado a desaparecer em pouco tempo, por falta de escravos ou, como disse John Elliot Cairnes, em 1862, no *Slave Power*, “pela destruição de suas vítimas”. (Cairnes, 1969, p. 72–73)

A primeira tentativa de ajuste à nova realidade visava impedir o acesso dos trabalhadores às terras públicas, e vinha sendo discutida desde 1842, antes mesmo do *Bill Aberdeen*, pois ninguém tinha dúvida sobre o desfecho do cabo-de-guerra sobre o tráfico atlântico. O projeto de lei mencionado acima foi sancionado em 18 de setembro de 1850, exatamente duas semanas depois da Lei Eusébio de Queiroz, tornando-se a lei 601, ou Lei de Terras. Seu artigo primeiro determinava que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”; e seu artigo segundo visava controlar e reprimir novas posses e invasões de terras devolutas ou que já tivessem sido apropriadas privadamente, com penalidades de despejo, perda de benfeitorias, multa e prisão. Embora fosse totalmente voltada, *a la Wakefield*, para a produção de “braços para a lavoura”, por razões que não podemos discutir neste espaço, essa lei foi inteiramente inócua com relação a esse objetivo.

Outra maneira de recrutar os trabalhadores negados pelo fim do tráfico seria a mobilização da massa de livres pobres e sua canalização para a lavoura. Mas esse recrutamento, segundo um experiente agricultor, era impossível por meios brandos — seria necessária boa dose de coerção.

A falta de braços é extrema, e os altos preços dos jornais aniquilam a nossa lavoura, quando por aquele meio queiram desenvolver seus estabelecimentos; e apesar da introdução de escravos que constantemente vêm das províncias do norte, a do Rio de Janeiro e parte da de Minas, já muito se ressentem desta falta.

24 O ato que ficou conhecido entre nós com o nome de Lord Aberdeen tem o título *An Act to amend an Act, intituled An Act to carry into execution a Convention between His Majesty and the Emperor of Brazil, for the Regulation and final Abolition of the African Slave Trade*; e invoca, na sua primeira linha, a Convenção de 23 de novembro de 1826.

Essa numerosa classe de infelizes, conhecidos com o nome de agregados, os quais por seus costumes pouco dados ao trabalho, não se querem prestar a serviços continuados, e quando algum obtém 8 ou 10\$000 de jornal, julga-se em abundância e abandona o trabalho; infelizmente essas pequenas quantias são logo consumidas em bebidas espirituosas, deixando fazer sua pobre família na miséria, que para viver vai esmolar ás freguesias, ou passam com batatas, canas, ou mesmo palmitos que vão buscar aos matos.

Este pequeno esboço apenas dá ideia da desgraça desta classe, que aliás poderia ser bem aproveitada se os poderes do Estado, por meio de um arrolamento dos inspetores, os obrigasse, conduzindo-os, como pela mão, a povoarem colônias brasileiras, impondo-lhes o rigoroso dever de trabalharem: teríamos então em todo o império, em lugar de vagabundos, malfeitores e famílias que ás vezes se assemelham a espectros, muitas centenas de milhares de cidadãos laboriosos e robustos, e quando fosse preciso, mais viveiros para reformar o exército e armada. (Silva, 1862, p. 349-52)

O articulista prossegue enumerando outras medidas para suprir de braços a lavoura:

Para suprir a primeira falta [de braços] lembrarei que se reduza em toda a parte os empregados públicos de todas as repartições ao número somente muito preciso, limite-se da mesma forma às casas de negócio de qualquer classe que seja o número de caixeiros muito necessários, a esses excessos junte-se os ociosos, os que se empregam em trabalhos frívolos, os mendigos que possam trabalhar, todos os colonos que vem chegando, todos os escravos existentes nas cidades e nas vilas, que delas devem ser banidos, e igualmente a classe dos agregados da lavoura de que acima falei.²⁵

A proposta de exercer pressão sobre o pobre livre do campo para forçá-lo ao trabalho assalariado está presente em quase todos os autores ou

25 Note-se que o autor, experiente fazendeiro, propõe várias estratagemas para enfrentar a crise de braços, mas sequer menciona a procriação dos cativos, numa época em que o regime escravista era ainda muito sólido, bem distante ainda da agitação abolicionista.

depoimentos do século XIX.²⁶ José Bonifácio recomendava aumentar a coerção e a repressão policial contra a “ociosidade” dos livres pobres, especialmente os pretos e os pardos.

Para que não faltem os braços necessários à agricultura e indústria, porá o Governo em execução ativa as leis policiais contra os vadios e mendigos, mormente sendo estes homens de cor. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, por José Bonifácio d’Andrada e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Paris: na Typographia de Firmin Didot, 1825, artigo 24, p. 33.

O maranhense Fábio Alexandrino Reis é mais brando — não tem o ranço racista do Patriarca — mas também aventa a hipótese de medidas mais duras.

Quem conhece os hábitos de ociosidade, isenção e ambulância das nossas classes proletárias (...) e a relutância com que se esquivam ao viver sedentário, quieto e paciente da lavoura, não pode deixar de considerar esta empresa tão quimérica como a primeira [o recrutamento dos indígenas] O nosso proletário contenta-se com pouco, e o que possui a sua espingarda, a sua faca de mato e o seu cão, não se verga ao trabalho rude e penoso do campo. Para obrigá-lo fora mister outro recrutamento ou nova caçada humana como essa que já nos tem feito tantos males, concorrendo para que essa classe se tenha tornado cada vez mais errante e ociosa.

Fábio Alexandrino de Carvalho Reis. Breves considerações sobre a lavoura. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Ano 1857. Edição 00005 (1), pp. 268–69.²⁷

Outra tentativa de enfrentar o fim do tráfico foram os experimentos conhecidos como “colônias de parceria”, que foram os únicos ensaios concretos de um sistema de *indenture* no Brasil. Antevendo o término do comércio negreiro, nos anos 1840, cafeicultores do Oeste Paulista,

26 A defesa da coerção sobre os livres pobres ainda é encontrada em autores, políticos e governantes de Minas até a primeira metade do século XX. Veja Amílcar Martins Filho. *Vai trabalhar vagabundo*. A ser publicado.

27 O autor se refere aqui ao recrutamento militar, que causava pânico e debandada nas populações pobres.

liderados pelo Senador Nicolau Vergueiro, importante proprietário na região de Campinas, começaram a recrutar imigrantes europeus para suas fazendas. No esquema adotado — um mal disfarçado contrato de *indenture*²⁸ (Dean, 1976, p. 88–123) — o fazendeiro pagava o transporte do imigrante e sua família da Europa até a fazenda, e adiantava recursos para mantê-los até sua primeira colheita de mantimentos. O colono recebia um lote de cafeeiros para cuidar, um pedaço de terra para plantar alimentos e uma casa de morada. O café colhido era entregue ao fazendeiro, que o comercializava e devolvia metade do lucro líquido ao “parceiro”. Com esta receita este deveria ressarcir o custo do transporte e do adiantamento, acrescido de juros sobre o saldo devedor, e só poderia mudar de empregador quando a dívida estivesse integralmente quitada. Sua renda raramente se situava acima do nível de subsistência, e como dependia da produtividade dos cafeeiros e dos preços vigentes no momento da venda, qualquer queda mais forte ou qualquer oscilação desfavorável do mercado, poderia transformar em desastre sua já precária situação. Os colonos não tinham nenhum controle sobre a venda do produto, eram totalmente indefesos contra fraudes, sendo também presa fácil do sistema do “barracão”, no qual suas contas eram mantidas permanentemente devedoras. Os débitos iniciais eram muito altos, e ele se via sempre enredado em uma autêntica servidão por dívida, além de ser vítima de maus-tratos e até castigos físicos. Em certa altura os contratos foram modificados, permitindo que o colono fosse unilateralmente transferido para outro fazendeiro, e outros abusos. (Dean, 1976, p. 94) “Em condições ideais seriam necessários vários anos para saldar a dívida com o proprietário, o que transformava o parceiro, efetivamente em um *indentured servant*”. (Holloway, 1977, p. 306)

A historiografia paulista gosta de celebrar as colônias de parceria e seu criador como os pioneiros da superação do escravismo e da inauguração do trabalho livre no Brasil. Em trecho carregado de ufanismo, Sérgio Buarque de Holanda afirma que “o sistema Vergueiro em pouco tempo chegará a ser adotado por quase todos os fazendeiros do Oeste paulista (...) tornando-se, por assim dizer, a forma peculiar do emprego do braço livre na grande

28 Warren Dean trata o projeto de Vergueiro sem nenhum eufemismo, como um sistema de *indenture*. Houve também algumas colônias de parceria na província do Rio de Janeiro.

lavoura da província”. Na verdade, o sistema não teve essa disseminação, além de ter sido muito efêmero. Logo após a revolta dos colonos, em 1857, a própria fazenda Ibicaba, e a maioria das outras que tinham aderido ao experimento, retornaram integralmente ao trabalho escravo. O próprio Buarque de Holanda, em diapasão mais contido, reconhece que “três anos depois, em 1860, ainda *vegetavam* na província vinte e nove colônias baseadas no sistema. Já em 1870 seu número estava reduzido a treze, e algumas tinham perdido muito de sua antiga importância.” (Holanda, 1967, tomo II, v. 3, p. 247, 257) C. F. Van Delden Laerne estimou que, em 1880, havia apenas cerca de mil famílias livres trabalhando na cafeicultura paulista, que representavam pouco mais de 3% da força de trabalho empregada no setor (Laerne, 1885, p. 139) A escravidão continuou a ser a forma dominante de trabalho até o momento da abolição. Longe de ser o arauto do trabalho livre no Brasil, Nicolau Vergueiro, era o maior traficante de escravos africanos da província de São Paulo. A transição que planejou foi, diante da abolição do tráfico africano, transformar-se em um traficante de *coolies* europeus.²⁹ (Dean, 1976, p. 48; Conrad, 1985, p. 128–29)

Ao se iniciar o terceiro quartel do século, a maior parte do Sudeste, estava em plena expansão. A demanda por mão de obra era alta e, na ausência de uma oferta voluntária de trabalho livre, a região continuava dependente da instituição servil. Tanto as novas áreas exportadoras de café (a Mata mineira e o Oeste paulista), quanto a parte não-cafeeira de Minas, tinham importado muitos africanos no período anterior, e continuavam demandando cativos. Mesmo as duas áreas cafeeiras antigas, as seções fluminense e paulista do vale do Paraíba, cuja produção estava estagnada, precisavam de novos contingentes apenas para manter o nível de atividade. Privado das fontes africanas, o Sudeste passou a importar cativos do Nordeste. Pela primeira vez, desde a corrida do ouro no início do século XVIII, ocorreram realocações significativas da população escrava entre as regiões do Brasil. Até então a fonte africana tinha sido suficiente para suprir *todas* as demandas. Escravos também foram drenados das áreas urbanas, principalmente da Corte, e de outras atividades para os setores exportadores, e

29 Os negócios negreiros de Vergueiro foram reportados pelo presidente da província ao Ministro da Justiça, em 23 de março de 1850. Vergueiro criou uma empresa, a Vergueiro & Cia., para recrutar e vender trabalhadores imigrantes aos cafeicultores. Dean, 1976, p. 48.

a remoção de cativos da produção de alimentos criou uma carestia generalizada no Sudeste. As transferências se intensificaram e, a partir dos anos 70, o Sul também passou a enviar escravos para o café. Lá também havia uma situação de recursos abertos, mas a crise no principal segmento escravista da economia (as charqueadas) liberou os cativos para exportação. O setor de pequena propriedade familiar, com presença significativa nas três províncias da região, e a pecuária extensiva do Rio Grande, não dependiam do trabalho escravo.

O Nordeste não enfrentou nenhuma escassez de mão de obra com a suspensão do tráfico, porque já vivia uma situação de recursos virtualmente fechados. Nesta região, por volta da metade do século, a maior parte das terras cultiváveis já tinha sido apropriada, e já havia claros sinais de pressão populacional sobre os recursos naturais, até mesmo nas áreas do sertão semiárido. A resultante massa de camponeses sem terra tornou-se uma fonte elástica de mão de obra voluntária e barata, com remuneração no nível de subsistência ou muito próxima a ele. Na década de 70 a transição para o trabalho livre continuou, e foi acelerada pela grande seca de 1877–79. O frágil equilíbrio entre a população e os recursos naturais no semiárido foi dramaticamente rompido, forçando muitos milhares de sertanejos a buscar sua sobrevivência nas áreas litorâneas, ampliando ainda mais a oferta de trabalho miserável nas regiões açucareiras. Esse período também assistiu à recuperação da oferta norte-americana, pondo fim ao breve *boom* algodoeiro deflagrado no nordeste do Brasil pela Guerra de Secessão, desempregando trabalhadores livres e liberando escravos que haviam sido temporariamente deslocados para essa cultura.

Em vez de um problema, a abolição das importações da África representou para os senhores nordestinos a oportunidade de se livrarem, sem nenhum custo, de um estoque de cativos que já não eram necessários. Foi como se tivessem recebido indenizações pelo valor de mercado de seus escravos pois, até 1881, puderam vendê-los para o Sudeste, a preços crescentes.³⁰

30 Algumas referências sobre a transição no Nordeste são: Eisenberg, 1974, Galloway, 1968, Cunniff, 1970, Wright, 1974 e Reis, 1974.

Em consequência da inqualificável imprevidência dos nossos legisladores, o Norte do Império despejou para o Sul a nefanda mercadoria, para, desembaraçado, com a bolsa recheada, poder exigir com indignação a abolição da nefanda escravidão, de cujo suor vivera até a última hora. Era a repetição exata do que se passara na América do Norte, mas os nossos parlamentares, não querendo aceitar a lição, deixaram livre o tráfego entre as antigas províncias. (Carmo, 1897, p. 38)

Na segunda metade dos anos 1880, quando o regime entrou na sua crise final, continuava prevalecendo no Sudeste a situação de recursos abertos, mantendo a questão da “falta de braços” na ordem do dia. Quando veio a abolição, os cafeicultores do vale do Paraíba, com suas terras cansadas, seus cafezais velhos e pouco produtivos, nada puderam fazer, a não ser assistir impotentes à dispersão de sua força de trabalho e o retalhamento de suas propriedades. A cafeicultura fluminense não desapareceu, mas a maioria das fazendas foi loteada, mudou de donos e de atividade econômica, passando a se dedicar à pecuária de leite e à agricultura de abastecimento, muito menos exigentes em termos de mão de obra. Os escravos migraram para as áreas urbanas, para ocupações eventuais e subemprego, principalmente na Corte. Parte deles permaneceu na zona rural, adquiriu pequenas propriedades, por posse ou compra das fazendas loteadas, onde praticava a agricultura de subsistência e/ou trabalhos assalariados eventuais. Muitos dos libertos que continuaram na cafeicultura passaram a trabalhar como meeiros, como aconteceu nas *plantations* sulistas de algodão depois da guerra civil. (Ransom e Sutch, 1977)

O Oeste Paulista era a área exportadora mais dinâmica do país, e a que mais demandava mão de obra para trabalhar “com constância e combinação”, no mar de cafeeiros que crescia sem cessar. Os recursos permaneciam “abertos” — era uma autêntica fronteira, com terras mais abundantes e posses mais fáceis que em algumas outras partes do Sudeste.

A solução encontrada pelos cafeicultores dessa região foi a importação de sucessivas levas de imigrantes, inundando a região de trabalhadores. A partir de 1887, entraram em São Paulo, todos os anos, muitas dezenas de milhares de imigrantes, especificamente destinados às plantações de café do Oeste. (Holloway, 1980, p. 179–81)

Os contratos não eram mais baseados em “parceria”: agora o colono recebia quantias fixas, proporcionais à participação da família no trato do cafezal e na colheita, e outros serviços eventuais. Esse sistema de remuneração, totalmente independente da produção e da venda do café, eliminava vários dos problemas que haviam azedado a relação colono-fazendeiro no sistema de parceria. (Holloway, 1980, p. 74–82) O maior problema do antigo arranjo, a amortização do custo da viagem da família, que gerava a servidão por dívida, foi resolvido pela socialização desse custo. Agora a imigração era “subsidiada”, ou melhor, custeada com recursos públicos e, portanto, não gerava nenhum devedor ou credor privado. Os recursos naturais continuavam abertos, e os imigrantes tinham acesso às terras, que continuavam abundantes e baratas. Poucos anos depois de iniciado o fluxo, um número considerável deles tinha adquirido propriedade, não só de fazendas familiares, mas também de pequenas e médias fazendas de café. A fronteira urbana também permanecia aberta, e oferecia grandes oportunidades no comércio, na indústria e nas profissões, com o espetacular crescimento da cidade de São Paulo. (Holloway, 1980, p. 68, 138–66)

Os vazamentos e a rotatividade eram grandes, mas não faltaram “braços” para o café, mesmo considerando que essa atividade se multiplicou por quase dez, entre 1886 e 1932. Entre 1893 e 1929, a quantidade de estrangeiros adultos que deixou a Hospedaria dos Imigrantes em direção aos cafezais do Oeste foi, em todos os períodos, muitas vezes superior às necessidades do setor. Entre 1901 e 1910, o número de imigrantes foi 9,5 vezes maior que o número de novos trabalhadores necessários. Mesmo no período de vertiginoso crescimento, de 1921 a 1929, os imigrantes disponíveis foram mais que o dobro dos trabalhadores requeridos. Os paulistas derrotaram Wakefield pela força dos números. (Holloway, 1980, p. 67–69)

Não se deve confundir Minas Gerais com a região cafeeira do Sudeste. Apesar de incluir um setor cafeeiro importante em seu território, na maior parte da província, onde vivia a imensa maioria de seus escravos até o momento da abolição, a economia se baseava na agricultura diversificada, na pecuária, na mineração e no processamento dos produtos desses três segmentos. A *plantation* monocultora era muito incomum no cenário mineiro, e a província era um caso raro de uma economia escravista

de grande porte, predominantemente não-exportadora. Como escreveu Warren Dean,

os historiadores têm considerado a escravidão brasileira como uma parte intrínseca e inseparável do setor exportador [e têm] evitado enfrentar esse fenômeno. Martins Filho e Martins o esfregaram nos nossos narizes. (Dean, 1983, p. 582)³¹

Embora abrigasse a maior população livre do império, tanto o setor exportador quanto o restante da economia mineira permaneceram dependentes da escravidão, em virtude da existência de uma vasta fronteira agrícola, à qual se somava, em algumas regiões, uma fronteira mineral, com possibilidade de subsistência na faiscagem. Estimativas baseadas na *Trans-Atlantic Slave Trade Database* e em Fragoso/ Ferreira³² (Fragoso, Ferreira, 2001) permitem concluir que Minas Gerais, mesmo tendo participado do tráfico atlântico durante apenas 150 anos, foi o principal destino dos africanos no Brasil, e um dos maiores importadores das Américas. Com isso, Minas manteve a maior população cativa do país ao longo de todo o século XIX. Depois de abolido o tráfico atlântico, a província continuou importando escravos, agora de outras regiões. Entre 1855 e 1872, seu plantel foi o que mais cresceu em termos absolutos entre todas as províncias, passando de 318 mil para mais de 380 mil indivíduos. (Martins, 1996)

O impacto da abolição sobre Minas Gerais foi diferente daqueles verificados no restante do Sudeste, porque lá menos de 20% dos escravos estavam empregados no café. Assim, quando os libertos abandonaram a zona rural, foi em grande parte sobre a agricultura de abastecimento que se abateu o estrago. Colheitas foram perdidas, e nesse período, pela primeira vez em quase duzentos anos, a província/estado precisou importar alguns alimentos básicos. O setor cafeeiro de Minas, como o de São Paulo, tinha uma zona “antiga”, a Mata (embora muito mais recente que as seções fluminense e paulista do ‘vale’) e uma zona “nova”, com cafezais jovens e terras virgens. Em parte da Mata o ajuste foi semelhante ao do vale

31 Veja também: Martins, 1980; Martins Filho e Martins 1983, p. 537–68; Slenes 1983, p. 569–81; Engerman, Genovese 1983, p. 585–90; Martins e Martins Filho 1984, p. 135–46.

32 Dados da Intendência de Polícia da Corte, analisados por Fragoso e Ferreira, mostram que 40% dos escravos novos despachados do Rio de Janeiro, no período 1809–1832, se destinaram a Minas Gerais.

fluminense: cafezais viraram pastagens, houve parcelamento de fazendas, conversão para a pecuária de leite e para a agricultura não-plantation. Nas zonas cafeeiras novas, no leste e no sul do estado, depois de uma breve retração, a produção voltou a crescer aceleradamente já por volta de 1894.

Dez anos depois da abolição, as exportações de café mineiro eram 60% maiores que no final da escravidão, crescendo também, é claro, a demanda por trabalho. Embora com uma escala muito mais modesta que a paulista, o governo de Minas também implantou um programa de imigração subsidiada. Entre 1894 e 1897, o estado recebeu cerca de 51 mil imigrantes, a maioria dos quais se dirigiu para a área cafeeira. Mas em Minas, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, a imigração não excluiu os escravos do trabalho no café. (Lago, 2014, p. 217–25)

A maioria dos libertos abandonou, num primeiro momento, as propriedades onde viviam, dirigindo-se para as vilas e cidades, mas essa migração não foi total nem muito duradoura. Muitos retornaram para o mundo rural, onde tinham ocupação, parentes e redes de relacionamento. Alguns adquiriram lotes de terra, por posse, compra ou doação, e se instalaram na produção para autoconsumo, ou em um mix de subsistência e trabalho remunerado eventual. Outros voltaram ao trabalho agrícola como jornaleiros, diaristas, tarefeiros, empreiteiros ou meeiros, mas sempre em arranjos que permitissem maior controle sobre a decisão renda/lazer, e se distanciassem o mais possível do trabalho em *gangs* no eito.

Quinca Fernandes, filho e neto de fazendeiros de café em Rio Novo, tinha 23 anos em 1888, e anotou em seu caderno de memórias que, logo depois da abolição,

saíram todos das fazendas (...) Nos dois e três primeiros anos, ‘os treze de maio’ pareciam tanajuras no mês de outubro, quando soltam o enxame. Era uns pula pra lá, outros pra cá, com as caixas e esteiras na cabeça, uns procurando patrão, outros mudando de um lugar para o outro.

E, como não havia quem colhesse o café que pendia das árvores, afogadas estas no mato que crescera por falta das capinas anuais que não mais se faziam, foram eles, os seus filhos, ajudados por um preto velho que fora pajem do meu pai no começo de sua vida,

e mais o irmão colaço de quem escreve estas linhas, que tiveram de fazer, bem ou mal, a colheita daquele café, nos anos de 1891 e 1892, a fim de que nem tudo se perdesse no meio de tão grande descalabro. (Rezende 1968, p. 73)³³

A movimentação dos libertos durou cerca de dois anos. Logo passaram a se fixar um pouco mais nas fazendas e sítios, foram se sujeitando aos patrões, e assim vieram se amoldando ao novo regime. Mas, “o lavrador perdeu quase que por completo a sua autonomia. [A abolição] insuflou empregado contra patrão, implantou o comunismo no Brasil”. Não se encontravam mais trabalhadores como antigamente. Era um desrespeito só. Os trabalhadores não permaneciam muito tempo no trabalho, e assim que ganhavam um dinheirinho, saíam em busca de diversão, e não pensavam no dia de amanhã. Chegavam ao ponto de escolher para quem queriam trabalhar! (Martins, 2010, p. 22, 23, 75, 77, 105)

Ao longo de toda a Primeira República, Wakefield continuou assombrando Minas Gerais. Para aflição das classes dominantes, a aversão pelo trabalho assalariado regular continuou sendo a norma entre a população rural. Os libertos se misturaram à população livre pobre, que continuou se apossando das terras devolutas, ainda abundantes, vivendo na economia de subsistência, e gozando a mobilidade recém conquistada. Como disse, em 1896, o senador, e futuro governador de Minas, Joaquim Cândido da Costa Sena, “não há número suficiente de mãos obedientes para trabalhar nos campos, mas há excesso de pernas.”

Quase uma década depois de abolição, os pobres, agora acrescidos dos libertos, continuavam subsistindo sem ter que vender seu trabalho. Um manual de agricultura de 1897 ainda precisava proclamar o mandamento: “Ensinem e *obriguem* a trabalhar que o país progredirá”. Seu autor, mineiro de Paraopeba, agricultor, e engenheiro agrônomo, afirmava que,

Em geral o nosso trabalhador rural possui terra, onde planta algum milho insuficiente para o sustento da família, de modo que é ele a um tempo proprietário e jornaleiro, segundo as necessidades do momento.

33 Cássio de Rezende era filho de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, cafeicultor em Leopoldina.

(...) feita a abolição em momento tão inoportuno, achou-se o nosso lavrador de mãos e pés atados, entregue à discreção do trabalhador rural, que outro não é senão o caipira e o escravo de ontem (...). Só quem vive da terra pode avaliar os suplícios por que passa o lavrador brasileiro na quadra atual! Os suplícios e humilhações começam no momento em que sai ele ou alguém por ele em procura de enxadeiros. Com prejuízo de tempo e dinheiro parte o lavrador ou empregado seu de palhoça em palhoça, rogando e implorando os serviços de todos os caipiras que conhece. Então roga, suplica e desvasia a bolsa com antecipação, na expectativa de ver reunido número avultado de enxadeiros; mas ilusão, no dia aprazado nem a metade comparece!

(...) o enxadeiro começa o serviço das 8 às 8 e meia da manhã, das 9 às 10 almoça, entre 10 e 11 mata o bicho, ao meio-dia toma café e descansa, enquanto faz e fuma um cigarrinho, às 2 nova dose de aguardente, às 3, jantar seguido de sobremesa, aguardente e café, às 4 recomeça o trabalho, para suspendê-lo entre 5 e 5 e meia da tarde. Nestas condições jamais o enxadeiro consegue trabalhar mais de 6 horas por dia. (Carmo, 1897, pp. 39–41)

De nada adiantaram as dezenas de propostas e projetos para criar leis de vadiagem e colônias correccionais para “desocupados”. Quem entendeu o matuto mineiro foi um burocrata da Secretaria de Agricultura, ao escrever no relatório daquela pasta, em 1892, que, “por se recusarem a trabalhar, vivem na miséria, mas são felizes”.³⁴ (Martins Filho, 2009, pp. 108–13)

REFERÊNCIAS

Acemoglu, Daron; Wolitzky, Alexander. The Economics of Labor Coercion. *Econometrica* 79 (2), 2011.

Adamson, Alan H. *Sugar without Slaves. The Political Economy of British Guiana, 1838–1904*. New Haven and London: Yale U. Press, 1972.

August, Eugene R. (ed.). *The Nigger Question and the Negro Question*. Whitefish, Montana: Kessinger Publishing, 2006.

34 Martins Filho, 2009, tem uma excelente discussão dessa questão na República Velha.

Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*. Cambridge: At the University Press, 1970.

Brasil. Câmara dos Deputados. *Anais*. Sessões de 21/7/1843; 24/7/1843; 26/7/1843.

Brasil. Senado Federal. *Anais*. Sessões de 15/7/1848 e 6/9/1848.

Cairnes, John Elliot [1862]. *The Slave Power: Its Character, Career and Probable Designs*. Rep.: New York: Negro Universities Press, 1969.

Camargo, José Márcio. *The Role of Labor in the Transition to Capitalism: The Case of the Coffee Plantations of São Paulo, Brazil (1880–1925)*. Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology, 1977.

Camargo, José Márcio. A transição para o capitalismo: uma análise teórica do aparecimento de trabalho assalariado. *Pesquisa e Planejamento Econômico* 11 (2), 1981.

Carlyle, Thomas. Occasional Discourse on the Negro Question. *Fraser's Magazine for Town and Country* XL. London, 1849.

Carmo, Antônio Gomes. *Reforma da Agricultura Brasileira*. Capital Federal: Imprensa da Casa da Moeda, 1897.

Conning, Jonathan. On 'The Causes of Slavery or Serfdom' and the Roads to Agrarian Capitalism: Domar's Hypothesis Revisited. Manuscript, Hunter College. [559] (2004).

Conrad, Robert Edgar. *Tumbeiros. O Tráfico de Escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Coutinho, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate dos Escravos da Costa da África [1798]. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794–180)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

Cunniff Roger L. *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877–1880*. Ph.D. Dissertation, University of Texas, 1970.

Dean, Warren. Comments on Slavery in a Nonexport Economy. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Dean, Warren. Latifundia and Land Policy in Nineteenth-century Brazil. *Hispanic American Historical Review* 51 (4), 1971.

Dean, Warren. *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820–1920*. Stanford: Stanford U. Press, 1976.

Domar, Evsey. The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis. *The Journal of Economic History* 30 (1), 1970.

Eisenberg, Peter L. *The Sugar Industry of Pernambuco. Modernization without Change, 1840–1910*. Berkeley: University of California Press, 1974.

Emmer, P. C. (ed.) *Colonialism and Migration; Indentured Labour before and after Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1986.

Engerman, Stanley L. (ed.) *Terms of Labor: Slavery, Serfdom, and Free Labor*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Engerman, Stanley L. Some Considerations relating to Property Rights in Men. *The Journal of Economic History* 33 (1), 1973.

Engerman, Stanley; Genovese, Eugene. Comments on Slavery in a Nonexport Economy. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Eschwege, W. L. von. *Pluto Brasiliensis* [1833]. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Fenoaltea, Stefano. Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model. *The Journal of Economic History* 44 (3), 1984.

Fitzhugh, George. *Cannibals All! or, Slaves without Masters* [1857]. Rep.: Cambridge: Belknap Press, 1973.

Fragoso, João Luis Ribeiro; Ferreira, Roberto Guedes. *Relatório final (apresentado ao IPEA). Projeto Tráfico de escravos e relações comerciais no Sudeste do Brasil*, 2001.

Galloway, John H. The Sugar Industry of Pernambuco during the Nineteenth Century. *Annals of the Association of American Geographers* 58 (2), 1968.

Gray, Lewis Cecil [1932]. *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*. Rep. Gloucester: Peter Smith, 1958.

Holanda, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Holloway, Thomas H. *Immigrants on the Land. Coffee and Society in São Paulo, 1886–1934*. Chapel Hill: U. of North Carolina Press, 1980.

Holloway, Thomas H. The coffee colono of São Paulo, Brazil: migration and mobility, 1880–1930. In: Duncan, Kenneth; Rutledge, Ian (eds.) *Land and Labour in Latin America. Essays on the Development of Agrarian Capitalism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

Kloosterboer, Willemina. *Involuntary Labour since the Abolition of Slavery. A Survey of Compulsory Labour throughout the World*. Leiden, Netherlands: E. J. Brill, 1960.

Laerne, C. F. Van Delden. *Brazil and Java. Report on Coffee-culture in America, Asia and Africa*. London: W. H. Allen and The Hague: Martinus Nijhoff, 1885.

Lagerlöf, Nils-Peter. Slavery and other property rights. Department of Economics working paper, Concordia University, Canada. Online at <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/372/> (2006).

Lago, Luiz Aranha Corrêa do. *Da Escravidão ao Trabalho Livre. Brasil, 1550–1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Lavrador, O. *Reflexões sobre a Emancipação em relação à Lavoura Pátria e sobre a mesma lavoura*. Bahia. Typographo Constitucional, ao Aljube, 1871 (Biblioteca Digital do Senado).

Loria, Achille. *Le Basi Economiche della Costituzione Sociale* [1893]. 4ª edição, Torino: Fratelli Bocca, 1913.

Manchester, Alan K. *Manchester, Alan K. British Preeminence in Brazil. Its Rise and Decline* [1933]. New York: Octagon Books, 1972.

Martins Filho, Amilcar; Martins, Roberto B. Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Martins Filho, Amilcar. *O Segredo de Minas. A origem do estilo mineiro de fazer política*. Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.

Martins, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

Martins, Maria do Carmo Salazar. *Memórias de Rio Novo. Notas de Joaquim José Fernandes da Silva, 1865–1953*. Belo Horizonte: ICAM, 2010.

Martins, Roberto B.; Martins Filho, Amilcar. Slavery in a Nonexport Economy: A Reply. *Hispanic American Historical Review* 64 (1), 1984.

Martins, Roberto B. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Ph.D. Dissertation, Vanderbilt University, 1980.

Martins, Roberto B. Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil. *The Journal of Economic History* 42 (1), 1982.

Martins, Roberto B. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez. In: Zmrecsányi, Tamás; Lapa, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Fapesp/ABPHE, 1996, e *História e Perspectivas* (Uberlândia) 11 (jul./dez. 1994).

Marx, Karl. *Capital, a Critique of Political Economy*. New York: International Publishers, 1967.

Marx, Karl; Engels, Frederick. *The Civil War in the United States*. New York: International Publishers, 1974.

- Mattos, Ilmar Roloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- Mckitrick, Eric L. (ed.) *Slavery Defended: the views of the Old South*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.
- Merivale, Herman. *Lectures on Colonization and Colonies, delivered before the University of Oxford in 1839, 1840 & 1841* [1841]. Rep. New York: Augustus M. Kelley, 1967.
- Miers, Suzanne; Kopytoff, Igor. *Slavery in Africa. Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: U. of Wisconsin Press, 1977.
- Mill, John Stuart. The Negro Question. *Fraser's Magazine for Town and Country* XLI. London, 1850.
- Mintz, Sidney. Book review of Stanley Elkins' *Slavery*. *American Anthropologist* 63, 1961.
- Mintz, Sidney. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974.
- Mirabeau, Victor Riqueti de. *L'Ami des Hommes, ou Traité de la Population*, 1756.
- Nieboer, Herman J. *Slavery as an Industrial System. Ethnological Researches* [1900]. The Hague: Martinus Nijhoff. Rep.: New York: Burt Franklin, 1971.
- Patterson, Orlando. The Structural Origins of Slavery: A Criticism of the Nieboer-Domar Hypothesis from a Comparative Perspective. *Annals of the New York Academy of Sciences* 292, 1977.
- Phillips, Ulrich Bonnell. The Economic Cost of Slaveholding in the Cotton Belt. *Political Science Quarterly* XX, 1905.
- Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. 2 vols. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.
- Ransom, Roger L.; Sutch, Richard. *One Kind of Freedom. The economic consequences of emancipation*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1977.
- Reis, Fábio Alexandrino de Carvalho. Breves considerações sobre a lavoura. *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Ano 1857. Edição 00005 (1).

Reis, Eustáquio J. *The Political Economy of Slavery Abolition in Brazil*. Unpublished term paper. Massachusetts Institute of Technology e Harvard University, 1974.

Reis, Eustáquio J. *Uma reinterpretação da história econômica brasileira*. Artigo não publicado, 2004.

Rezende, Cássio de. *Memórias de um médico*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. 2 vols. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

Silva, Joaquim Henrique da. *Considerações sobre a lavoura do Brazil*. *O Auxiliador da Indústria Nacional* 9 (setembro de 1862).

Silva, José Bonifácio d'Andrada e. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris: na Typographia de Firmin Didot, 1825.

Smith, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Slenes, Robert. *Comments on Slavery in a Nonexport Economy*. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Tavares Bastos, Aureliano Cândido. *Cartas do Solitário* [1862]. Rep: São Paulo: Cia. Editora Nacional / INL, 1975.

Thompson, Edgar Tristram. *The Plantation*. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 2010.

Tinker, Hugh. *A New System of Slavery: The Export of Indian Labor Overseas, 1830–1920*. London: Oxford U. Press, 1974.

Wakefield, Edward Gibbon. *A Letter from Sydney, the Principal Town of Australasia*. Edited by Robert Gouger. Together with an Outline of a System of Colonization [1829]. Rep.: San Bernardino: Ulan Press, 2015.

Wakefield, Edward Gibbon. *A View of the Art of Colonization, with present reference to the British Empire* [1849]. London: John W. Parker, 1849. Rep.: New York: Augustus M. Kelley, 1969.

Wakefield, Edward Gibbon. *England and America. A Comparison of the Social and Political State of Both Nations* [1834] New York: Harper and Brothers, 1834. Rep.: New York: Augustus M. Kelley, 1967.

Wells, James W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil*. London: Sampson Low, Marston, Searle and Rivington, 1887.

Williams, Eric. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 1944.

Williams, Eric. *From Columbus to Castro. The History of the Caribbean, 1492–1969*. New York: Harper and Row, 1973.

Woodward, C. Vann. George Fitzhugh, *Sui Generi*. In: Fitzhugh, George. *Cannibals All! or, Slaves without Masters* [1857]. rep.: Cambridge: Belknap Press, 1973.

Wright, Gavin. Cotton Competition and the Post-Bellum Recovery of the American South. *The Journal of Economic History* 34 (3), 1974.

Wright, Gavin. *The Political Economy of the Cotton South*. New York: W. W. Norton, 1978.

www.slavevoyages.org. *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*.

Yun, Lisa. *The Coolie Speaks. Chinese Indentured Laborers and African Slaves in Cuba*. Philadelphia: Temple U. Press, 2008.

Tesouro Revelado*

Roberto Borges Martins

*A meu entender, há oiro para muitos séculos*¹

Quando escrevi minha tese de doutorado, em 1979–80, usei apenas fontes impressas e publicadas. Não fiz nenhuma pesquisa em arquivo. Eu estava fora do Brasil, em um departamento de Economia, era o único estudante com área de concentração em História econômica e o único candidato ao doutorado que fazia uma tese nessa disciplina. Nem eu, nem meu orientador, ou qualquer outra pessoa no departamento, sequer cogitou que isso pudesse ser necessário. Acho que foi por coisas assim que Georges Clemenceau disse que a História Econômica é algo muito sério para ser deixada nas mãos dos economistas. (Ou algo parecido).

A Universidade de Vanderbilt tinha uma biblioteca brasileira fantástica, difícil de ser encontrada mesmo nas melhores universidades brasileiras. Havia uma grande quantidade de obras raras, livros de “brasilianistas” e publicações governamentais. Todos os viajantes “estrangeiros” estavam

* Este artigo foi escrito a convite do Arquivo Público Mineiro, para ser publicado em número especial de sua revista, como parte das comemorações dos 120 anos da instituição. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 51, nº.1 (janeiro-junho de 2015). Recebi, com muito prazer, a incumbência de comentar a importância do acervo do APM para o estudo da escravidão em Minas Gerais.

1 Autor desconhecido, em documento que acompanha carta para o Provedor da Coroa Belchior do Rego Andrade, de Vila Rica, em 11 de abril de 1734. Biblioteca Nacional de Lisboa. Coleção Pombalina. Cód. 738. Citado por João Lúcio de Azevedo. *Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira e Cia. (Filhos) Ltda. 3ª. edição, 1973.

lá — naquele tempo eu achava que eram fontes sofisticadas e importantes. Havia também coleções completas de revistas acadêmicas de História e de Economia, de vários países. Eu pensava que tinha tudo o que um pesquisador podia precisar. Comprei os microfimes do *Recenseamento do Império*, de 1872, na Library of Congress, e meti mãos à obra, escrevendo a tese, que defendi em outubro de 1980.

Na minha ingenuidade, achava que tinha feito uma profunda pesquisa. Só mais tarde comecei a perceber que para ser historiador, ou simplesmente para pesquisar História com seriedade, é preciso *pénir dans les archives*, como ensinava Fernand Braudel a seus alunos da Universidade de São Paulo, há quase um século.

A SEDUÇÃO DOS ARQUIVOS

Não fiz pesquisa em arquivos, mas morria de inveja de quem o fazia. O momento era o auge da *New Economic History*. Eu lia o *Time on the Cross*, lia seus críticos, acompanhava de perto o interminável debate sobre a rentabilidade da escravidão. Ficava encantado com as armas usadas nessas batalhas. Não eram simples opiniões, nem retórica literária. Os contendores esgrimiam argumentos cheios de pesquisa, ancorados em montanhas de dados. Não por acaso, o mote da *New Economic History* era — *it will never be literature*.

Não era só a riqueza dos dados dos cliometristas que me encantava. A historiografia tradicional também me cativava, pela massa de pesquisa e pelo intenso uso de fontes arquivísticas. Ulrich B. Phillips, o papa dos estudos sobre a escravidão na primeira metade do século passado, já lutava pelo emprego de métodos “científicos” na História quando começou a publicar, nos anos 1910. Fazia largo uso de dados censitários, arquivos locais e familiares, jornais e outras fontes primárias. Foi o grande pioneiro no movimento de coleta e preservação dos *plantation records* e da criação de arquivos históricos no Sul dos Estados Unidos. Frederic Bancroft, o grande historiador do tráfico interno, também era obcecado pela busca de dados e evidências. Seu clássico *Slave trading in the Old South*, de 1931, custou-lhe mais de 30 anos de pesquisas, e tanto coletou dados para o livro de seus

sonhos — uma história geral da escravidão nos Estados Unidos — que morreu antes de escrevê-lo.

Isso era algo que eu nunca tinha visto entre os historiadores da nossa economia. Superficialidade e ausência de pesquisa eram as marcas da indigente historiografia econômica brasileira do século XX, inteiramente dominada pela obsessão agrário-plantacionista-exportadora, pelos patéticos “ciclos” inventados por Roberto Simonsen e pelo ensaísmo presunçoso e desinformado de Celso Furtado, que nunca fez pesquisa alguma. Exceções como Alice Canabrava, Maria Yedda Linhares ou Maria Luiza Marcílio, eram raras, localizadas ou pouco conhecidas.

Mais do que tudo, eu sonhava com os *manuscript census schedules*, os formulários originais dos recenseamentos, utilizados por todos os historiadores norte-americanos. Preenchidos à mão pelos agentes censitários, neles eram anotados os dados de cada domicílio e seus residentes, com nome, sexo, idade, ocupação, local de nascimento etc. Mesmo antes da era da informática, qualquer pesquisador — e qualquer cidadão — podia ter acesso a esses formulários, obtendo aí uma porção de informações sobre qualquer pessoa recenseada, rica ou pobre, famosa ou anônima.

Assim, por exemplo, nos formulários do censo de 1850, para Springfield, Illinois, verificamos que o senhor Abraham Lincoln tinha 40 anos, era advogado e nascera no Kentucky. O campo destinado à anotação da propriedade de terras e imóveis está em branco, indicando que ele não possuía esses bens, ou que não os declarou. Sua mulher, Mary Lincoln, de 28 anos, também era natural do Kentucky, mas seu filho Robert, de sete anos, já tinha nascido em Illinois. Na casa morava ainda Catharine Gordon, de 18 anos, nascida na Irlanda, provavelmente uma criada. Pode-se também apurar que Robert ainda não frequentava escola e que quase todos os vizinhos declararam possuir mais bens do que o futuro presidente dos Estados Unidos. Tendo em mente que tudo isso foi obtido com uma rápida olhada em uma única folha do censo manuscrito, é fácil entender meu entusiasmo por essa fonte.

Mas não havia muita chance de encontrar *manuscript census schedules* no Brasil. Naquele tempo ainda se acreditava que Rui Barbosa tinha mandado queimar os arquivos do regime servil, “para apagar essa mancha

do nosso passado”. Isso não era verdade — Rui era prolixo, mas não era idiota de achar que quatro séculos de história pudessem ser deletados com uma penada —, mas a lenda se espalhou como fogo no capim e tinha, como tem até hoje, ampla circulação, até mesmo em alguns ambientes cultos. Mesmo materiais mais recentes não existiam mais. Vários anos antes, eu tentara localizar os originais do Recenseamento de 1920. Na consulta que fiz ao IBGE fui informado que, numa mudança de sede, o antigo órgão de estatística tinha vendido tudo como papel velho.

Em seu *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, Waldemar Almeida Barbosa se referia várias vezes — em 22 diferentes verbetes — a um misterioso “censo realizado em 1831”. Revirei todas as bibliotecas que pude — naquele tempo não existia Google, a gente tinha de revirar as bibliotecas —, mas não encontrei sequer uma referência ao tal censo. As únicas dicas dadas por Barbosa eram algumas alusões a “juízes de paz dos distritos” e a “avulsos APM”, que eu não sabia o que eram. Quando eu e Duca entramos pela primeira vez no Arquivo Público Mineiro (APM), no início de 1981, eu não sabia o que era um códice, ou um fundo. Nunca tinha tido na mão um documento histórico manuscrito, e não sabia direito o que era leitura paleográfica.

O TESOURO ESCONDIDO

Procurávamos um censo, e esperávamos encontrar um volume impresso, encadernado, com um monte de tabelas, e um título na capa e na lombada. Não encontramos esse volume, mas um dia, dispersos pelas caixas, começaram a aparecer uns documentos manuscritos em papel almaço, separados por “distritos de paz”, organizados por “fogos”, ou domicílios, com listagens de nomes e dados sobre condição, idade, sexo, raça, ocupação etc. Eram datados de 1831 e 1832, e logo ficou claro que eram parte de um conjunto. Tinham uma cara que me pareceu familiar: foi fácil perceber que eram os sonhados *manuscript census schedules*.

O que tínhamos achado eram as respostas dos juízes de paz a uma ordem do presidente da província, Manoel Ignacio de Mello e Souza, datada de 25 de agosto de 1831, para a elaboração de listas dos habitantes de seus

distritos, numa tentativa ingênua, mas comum naquela época, de realizar um recenseamento.

Convindo muito ao Serviço Nacional e ao bem dos povos, o exato e detalhado conhecimento do estado da população e da indústria de cada um dos Distritos da Província, o Presidente da mesma ordena ao Sr. Juiz de Paz do Distrito [...] que com a maior brevidade envie uma relação, conforme o exemplo seguinte, dos habitantes do mencionado Distrito, pela ordem dos respectivos quarteirões, ou quando estes não se acharem divididos, pela dos fogos, ou famílias, com o nome de cada um dos indivíduos delas, e declarações marginais das idades, condições, estados e ocupações em que se empregam, e dos que são libertos, ou cativos; assim mais outra relação pela qual se reconheça o número e qualidade das fábricas estabelecidas no Distrito, e o número das pessoas livres ou escravas nelas empregadas, e se os proprietários são nacionais ou estrangeiros. I. C. do Ouro Preto, 25 de agosto de 1831. Manoel Ignacio de Mello e Souza.

Clotilde Paiva, como Duca e eu, também do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), logo se juntou a nós, e em pouco tempo foi formada uma pequena equipe para a garimpagem de mais listas e a transcrição dos dados nelas contidos. Desse time faziam parte ainda dois jovens estagiários, Marcelo Godoy e Luiz Arnaut, hoje doutores e professores da UFMG.

A localização, transcrição, crítica, digitação das listas e organização dos bancos de dados prosseguiram por vários anos. Em 2001, duas décadas depois de iniciados os trabalhos haviam sido localizadas as listas nominativas de 263 distritos de paz referentes ao período 1831–1832, mais 145 listas de outro conjunto, referente ao período 1838–1840. Os documentos encontrados cobrem apenas parte da província. Um número indeterminado de distritos não enviou suas listas ao governo, ou o fez com atraso, apesar de repetidas cobranças.

Os juízes de paz tinham grandes dificuldades “logísticas”, como José da Silva Gomes, de São Domingos, distrito de Mariana, que se desculpou informando que “o primeiro mapa se desencaminhou no rio do Mainart, porque indo este dentro do saco de um tropeiro, aconteceu cair o animal dentro do rio, e [...] muito mal salvou o tropeiro o animal”. Ou como

Bernardo Alves Moreira, do curato de São Vicente Ferrer da Formiga, que disse ter se demorado “não por omissão, mas sim por ser o distrito longo, a estação chuvosa [...] e os córregos cheios, que proibiam o andamento aos encarregados de tal serviço”. Frequentemente tinham problemas até para a obtenção da relação, “pela repugnância das pessoas em darem suas listas sob frívolos pretextos”. Os mineiros sempre desconfiavam do recenseador, com medo de que por trás dele estivesse o recrutamento militar, ou pelo temor, atávico e justificado, de que fosse um espião do fisco.

Além das listas que não foram enviadas pelos distritos, outras podem não ter sobrevivido até nós, podendo haver ainda algumas não localizadas no APM. Nem o próprio presidente da província sabia exatamente quantos eram os seus distritos. Em seu relatório de 1835, Antônio Paulino Limpo de Abreu afirmou que “os termos foram divididos pelas Câmaras Municipais em diversos distritos, cujo número sobe ao de quatrocentos e vinte, pouco mais ou menos, não podendo fixar-se com exatidão, por faltarem algumas comunicações oficiais”. Seja qual for o número exato, a parcela do número total de distritos coberta pelas listas nominativas de 1831–1832 é muito alta. Maria do Carmo Salazar Martins, em trabalho que é a referência nessa questão, avaliou em 416 o número de distritos de paz existentes na província entre 1833 e 1835. Com base nessa estimativa, concluímos que os 263 distritos localizados representam nada menos do que 63% do total da província. Por outro lado, o major Luiz Maria da Silva Pinto, pai da estatística pública entre nós, e então secretário do governo provincial, estimou que, em 1826, havia 83.658 fogos (domicílios) em toda Minas Gerais. Portanto, os 64.562 fogos arrolados nas listas nominativas representariam não menos que 75% do total de domicílios da província. Em resumo, as listas localizadas não cobrem toda a província, mas têm excelente representatividade estatística, em virtude de seu grande volume e da boa distribuição espacial dos distritos incluídos, que se espalham por todos os 17 termos então existentes. Qualquer resultado obtido por meio dessas listas pode ser estendido ao universo da província, com absoluta confiança.

Considero uma sorte para o historiador o fato de vários juízes de paz não terem enviado as respostas com as listas de seus distritos. Se o recenseamento tivesse sido completado, certamente teria sido publicado, e hoje

teríamos apenas um monte de tabelas. Provavelmente a maior parte das informações teria sido jogada fora juntamente com as listas originais.

As listas nominativas são distritais, organizadas por fogos, nos quais são arrolados todos os residentes. Nas listas completas são registrados nome, sexo, idade, condição (livre, escravo, forro ou quartado), estado civil, relação com o chefe do fogo, raça, ocupação e nacionalidade de cada indivíduo. Apesar de toda a sua riqueza, as listas apresentam alguns problemas. O principal deles é a falta de padronização. As instruções do presidente Mello e Souza foram bastante explícitas e seu ofício era acompanhado por um modelo do formulário a ser usado. Mas as respostas foram elaboradas por diferentes pessoas e não havia normas para padronização das variáveis e seus descritores. Isso é particularmente visível no registro das ocupações. Como distinguir (ou não) entre “lavrador”, “agricultor”, “fazendeiro” e “roceiro”? Essas categorias podem abrigar enormes diferenças com relação à propriedade da terra, ao trabalho próprio e o da família, ou ao uso do trabalho de terceiros, à produção para autoconsumo ou para venda nos mercados, ao prestígio social etc.

Essa classificação, e outras, como raça e cor, são evidentemente influenciadas, na ausência de normatização, pela cultura local e pela subjetividade do agente recenseador. Além disso, as condições dos distritos espalhados pelo vasto território mineiro, eram demasiadamente diversificadas para permitir uma execução uniforme das instruções. Se alguns juizes de paz eram membros da elite local, provincial e até nacional, pode-se perceber facilmente pelas respostas, sobretudo pelos ofícios de encaminhamento, que muitos eram quase analfabetos. Assim, algumas listas são bem organizadas, com boa caligrafia e contêm todas as informações solicitadas, enquanto outras são verdadeiros garranchos, confusas e incompletas. Nas listas incompletas, as lacunas mais frequentes referem-se às ocupações — principalmente as de mulheres ou de escravos — e às nacionalidades.

Além dos dados populacionais, muitas das listas trazem anexas as relações de fábricas solicitadas pelo presidente, relatando a existência de engenhos, fábricas de ferro, fábricas de minerar, teares, fábricas de fumo etc. O emprego de mão de obra escrava nessas atividades, tantas vezes negado pela historiografia, é relatado nesses anexos.

Como mencionado acima, foi também localizado e coletado um conjunto de 145 listas nominativas distritais, referentes ao período 1838–1840, elaboradas pelos juizes de paz em resposta ao ofício de 8 de maio de 1838 do presidente Bernardo Jacinto da Veiga. Esses distritos estão distribuídos por 26 termos da província, e incluem 45.972 fogos, onde são arrolados 283.662 habitantes, sendo 197.306 livres e 86.356 escravos. As listas têm a mesma estrutura das de 1831–1832, acrescida do quesito “alfabetização”.

RIQUEZA E DIVERSIDADE DAS FONTES

A localização, coleta, transcrição e digitação do acervo de 1831–1832 foi um trabalho coletivo de vários anos, realizado por professores, pesquisadores e estagiários, integrantes e ex-integrantes do Cedeplar da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e do Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, com a colaboração inestimável de várias diretorias e do corpo técnico do APM, e o apoio financeiro do Cedeplar e do Programa Nacional de Pesquisa Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Isso permitiu a construção de vários bancos de dados informatizados, que são hoje os principais instrumentos para o estudo da escravidão em Minas na primeira metade do século XIX. São amplamente utilizados por estudantes e pesquisadores e têm servido de base a dezenas de teses, dissertações e artigos científicos. Esse material tem sido usado principalmente para trabalhos sobre a escravidão, mas inclui também grande quantidade de informações sobre a população livre, podendo ser utilizado para quaisquer estudos sobre a sociedade, a economia e a população da província.

Outro aspecto importante desse acervo é a sua raridade no cenário da documentação histórica existente no Brasil. Além das listas mineiras, existem apenas uns poucos documentos com características de listas nominativas recentemente descobertos no Pará, e o excelente conjunto da capitania e província de São Paulo (incluindo o Paraná, cujo território era uma comarca paulista, até 1853). Apesar de haver evidência de ordens de diversas autoridades para seu levantamento em várias partes da colônia, não foram encontradas, até o presente, listas referentes a qualquer outro dos atuais estados brasileiros, além dos mencionados.

As listas paulistas são muito mais ricas do que as mineiras. Elas começam em 1765, cobrem todos os municípios e são anuais. Inicialmente eram bastante simples, arrolando os habitantes livres e fornecendo apenas o total de escravos de cada domicílio, mas foram sendo progressivamente detalhadas. Além das informações demográficas, passaram a incluir as atividades econômicas dos fogos — com as quantidades de gêneros produzidos e transacionados —, prática que se tornou sistemática a partir de 1790. Em 1798, foi definitivamente incorporada a relação nominal dos escravos e suas características, permanecendo com esse formato até a última delas, levantada em 1836 pelo brigadeiro Daniel Pedro Muller. Apesar do verdadeiro tesouro que representam, essas listas têm sido pouco exploradas pelos historiadores paulistas e brasileiros. A única utilização sistemática que conheço desse acervo é a tese de livre docência de Maria Luiza Marcílio, de 1974, publicada em livro, em 2000 — o excelente *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. Os “maços de população”, como são chamados pelos paulistas, podem ser acessados no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). O que lá se encontra, entretanto, são apenas imagens escaneadas dos documentos, que podem ser lidos, mas que, com exceção de alguns poucos, não foram digitados e, portanto, não se prestam a trabalhos de maior envergadura.

Voltando às listas mineiras, podemos afirmar que proporcionam infinitas possibilidades de análise porque o que elas — ou os bancos de dados com elas construídos — nos oferecem são microdados. Ou seja, é a informação no nível mais desagregado possível, individualizada para cada uma das 424.836 pessoas recenseadas. Isso significa que podemos combinar essas informações do jeito que quisermos. Podemos usá-las individualmente ou fazer agregações simples segundo qualquer critério que escolhermos — por região, por domicílio, por sexo, ou por condição, raça etc. ou gerar agregações mais elaboradas, criando tabulações cruzadas — como sexo versus condição, ou ocupação versus raça, por exemplo. Essa riqueza de possibilidades não existe quando dispomos somente de um censo com dados pré-tabulados — tabelas prontas —, pois ficamos restritos às agregações e às associações que o organizador do censo quis oferecer.

Outra vantagem importante dos microdados é que eles permitem quantificar as variáveis com facilidade e precisão. A quantificação é

absolutamente necessária, especialmente em História Econômica e Demográfica. Variáveis como população, migração, produção, consumo, importação etc. exigem mensuração. Na verdade, não existe opção entre quantificar e não quantificar, entre fazer História com números ou fazê-la com prosa. Consciente ou inconscientemente, quantificamos o tempo todo. Ou o fazemos explicitamente, de maneira precisa, ou deixamos que as quantidades entrem sorrateiramente na História, de forma impressionista, através de adjetivos e advérbios, como “mais”, “menos”, “muito”, “pouco”, “maior”, “menor”, “grande”, “pequeno” etc. “Ou bem a história [...] inclui a medida, ou bem ela se perde na anedota”, já nos alertou Pierre Chaunu.

O potencial é ainda maior pelo fato de as listas serem nominativas, nas quais todas as informações são associadas ao nome do indivíduo a que se referem. Isso é uma bênção para a pesquisa histórica, pois nos permite ir muito além da simples análise estatística: podemos descrever ou calcular fatos e características e dar nomes a eles. Podemos dar nomes aos números e dar números aos nomes. E, melhor ainda, como mostraremos a seguir, podemos cruzar essas listas com outras bases nominativas de dados, e, assim, aprender mais coisas interessantes sobre personagens e processos históricos.

CONVERSANDO COM OS NÚMEROS

Vejamos alguns exemplos de como as listas nominativas podem ser usadas. Uma simples leitura da lista do distrito de Mercês do Cágado (atual Mar de Espanha), no termo de Barbacena, em 1831, nos informa que no fogo número 27, morava Francisco Leite Ribeiro, homem branco, de 49 anos. Era casado com D. Teresa, de 40 anos, com quem tinha dez filhos, cinco mulheres e cinco homens, com idades entre 1 e 17 anos. Francisco era um próspero agricultor com engenho de cana. Para trabalhar em sua propriedade, tinha nada menos que 205 escravos, além de dois “camaradas” livres. O plantel cativo era de alta qualidade: 153 homens contra apenas 52 mulheres — quase três homens para cada mulher, — sendo que 86% do total se situava nas faixas etárias mais produtivas, entre dez e 39 anos. Havia vários carpinteiros, três ferreiros, além de carreiros, arrieiros e um alfaiate. A maior parte era de africanos — 149 contra 56 crioulos — e a

grande maioria deles havia sido importada recentemente: 106 africanos tinham idades entre dez e 20 anos (era raríssimo importar africanos com menos de dez anos). A fazenda precisava importar escravos novos porque não conseguia reproduzi-los internamente. Tinha 37 escravas na faixa etária reprodutiva (15 a 44 anos), mas elas eram muito pouco férteis — no plantel só havia quatro crianças com um ano de idade ou menos. Isso significa que, de cada dez mulheres em idade fértil, apenas uma se tornara mãe — de uma criança que ainda estava viva — no último ano.

Encontramos Francisco Leite Ribeiro novamente em 1840, no mesmo distrito do Cágado, que agora pertencia à nova Vila da Pomba. Tinha então 59 anos e ficara viúvo. Nenhuma de suas filhas aparece no fogo: todas teriam agora mais de 15 anos, sendo provável que tivessem se casado. Joaquim, o filho mais velho, tinha 22 anos e era comerciante. Francisco estava então muito mais rico, pois já possuía 267 escravos. Apesar de o tráfico atlântico ter sido proibido em 1831, continuou importando negros novos. Em 1840 foram listados 167 africanos em seu plantel — antes eram 149 — e na lista há várias dezenas de africanos que não aparecem no rol anterior. A diminuição do ritmo das importações fez com que os sexos ficassem mais equilibrados. Agora, em 1840, foram registrados 2,47 homens para cada mulher. Dessas, havia 50 em idade reprodutiva, mas continuavam apresentando uma fertilidade muito baixa: havia apenas sete bebês com até um ano de idade. Na fazenda havia cinco homens livres “para todo serviço” e — um sinal de opulência — quatro ex-escravos, com idade entre 70 e 80 anos, tinham a ocupação de “lacaio”.

Cruzando com outras bases nominativas, descobrimos que Francisco Leite Ribeiro possuía 12 escravos em 1804, e que recebeu duas sesmarias, em 1816 e 1817. Em uma lista nominativa do Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, nós o encontramos no distrito de Remédios, da paróquia de Barbacena, em 1819. Contava então 37 anos, já era casado com D. Teresa, e era muito menos abastado do que seria mais tarde. Já era dono de um engenho, mas só possuía 36 escravos, dos quais apenas 13 eram africanos. Uma visita ao acervo da Intendência de Polícia da Corte, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ajuda-nos a entender como ele prosperou tanto e tão rapidamente. Lá verificamos que, ao lado de suas atividades agrícolas, Francisco Leite Ribeiro e vários de seus irmãos — entre eles Custódio

Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca — eram profundamente envolvidos com o lucrativo tráfico interno de africanos novos, recém-chegados ao porto do Rio. Entre 1809 e 1832, os irmãos Leite Ribeiro despacharam pelo menos 1.337 negros novos, em 72 remessas, um número muitas vezes maior que o necessário para suprir suas fazendas. Parte das remessas foi destinada à província de Rio de Janeiro. Outra razão do grande enriquecimento de Francisco foi o fato de ter sido um dos pioneiros no cultivo comercial de café. Nas *Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836*, pode-se ver, no distrito de Mercês do Cágado, ao lado do registro de que tinha um engenho de água, a anotação: “o proprietário passou-se para o café”.

Além de indivíduos e famílias, o exame das listas nos permite conhecer as histórias de grandes empresas de mineração brasileiras e inglesas, fábricas de ferro, fazendas de todos os tamanhos e instituições como o Colégio Caraça ou o Recolhimento de Macaúbas. É o caso da Imperial Brazilian Mining Association, por exemplo, que foi a primeira empresa estrangeira a se instalar no Brasil. Fundada na Inglaterra, em 1824, aqui chegou em 1826, para explorar a mina do Gongo Soco, no distrito de Socorro, paróquia de São João do Morro Grande. Em 1831, seu superintendente em Minas era o tenente-coronel James Marcus Annesley Skerrett. A companhia mantinha vários dirigentes e técnicos estrangeiros — entre os quais H.G.F. Halfeld — 205 mineiros ingleses e alemães e 392 escravos. A grande maioria dos cativos (82%) era africana e 41% mulheres, muitas das quais trabalhavam dentro da mina, como era usual na Cornualha, de onde veio a maior parte dos mineiros europeus. Os ingleses do Gongo Soco gostavam da brincadeira cruel de apelidar seus escravos com nomes de grandes guerreiros da História — Nelson, Wellington, Hannibal, Pliny, Scipio, Percival — ou personagens literários como Iago, Crusoe e Macbeth.

Os inquéritos censitários do século XIX nos mostraram, há muito tempo, que Minas abrigava a maior população escrava do Brasil. As listas nominativas revelam outras dimensões da instituição na província, como a extrema disseminação da propriedade de escravos e sua pulverização. Um em cada três (33,7%) habitantes de Minas era escravo. Dos 64.562 fogos arrolados, 21.355, ou 33,1%, possuíam escravos. O percentual de domicílios com cativos era maior do que em qualquer sociedade escravista

da América, em qualquer época. Nos Estados Unidos, em 1860, auge da escravidão naquele país, apenas 26% dos domicílios dos estados escravistas possuíam escravos. Em São Paulo, em 1828, essa porcentagem era 25,2. A disseminação da população escrava em Minas reflete a estrutura produtiva da província, que não era uma economia de grande lavoura monocultora e exportadora.

As listas mostram que em Minas nessa época gente de todos os tipos tinha escravos. Fossem muito ricos como o fazendeiro José Inácio Nogueira da Gama (394 cativos), e o minerador Romualdo José Monteiro de Barros (211); ou mesmo pobres, como a fiadeira Joana Maria Duarte (um) e a quitandeira Angélica Maria da Conceição (um). Santos, como D. Frei José da Santíssima Trindade, bispo de Mariana (proprietário de 11 negros) e D. Generosa Maria da Conceição, madre-regente do Recolhimento de Macaúbas (com 164); ou pecadores, como Luiza Francisca Borges, meretriz parda de Carmo do Pouso Alto (um); notáveis como o presidente da província, Manoel Inácio de Melo e Souza (131); ou anônimos como o fogueteiro Felisberto José da Silva (seis). Estrangeiros e brasileiros, brancos, pretos, mulatos e pardos, nobres e plebeus, livres e forros, homens e mulheres, gente do campo e da cidade, do norte, do sul, do leste e do oeste, todos possuíam cativos.

Outro exercício demonstra que os grandes plantéis eram raros e a propriedade escravista era muito pulverizada. Dentre os 21.355 fogos em que havia a presença de escravos, apenas 31 (0,11%) possuíam mais de 100 cativos; 0,7% tinham de 51 a 100; 4,9% de 21 a 50; 10,5% de 11 a 20; e 17,8% de seis a 10 escravos. Quase dois terços das posses estavam concentradas em plantéis muito pequenos: os de dois a cinco cativos eram 42% do total, e 23,9% dos proprietários tinham apenas um escravo.

Nas listas nominativas encontramos também várias evidências de que Minas era um pesado importador de africanos nessa época. O grande desequilíbrio entre os sexos é uma dessas evidências: enquanto entre os livres havia 97 homens para cada 100 mulheres, entre os escravos a razão de masculinidade era 161. Isso se devia à forte presença de africanos, entre os quais havia 290 homens por 100 mulheres, enquanto entre os escravos crioulos essa relação era de somente 104 homens por 100 mulheres. A “taxa de africanidade” na população escrava era alta, igual a 44%. Isso indica que

as importações eram recentes, pois quando essas eram interrompidas ou reduzidas, a proporção caía muito rapidamente, por ser a taxa de mortalidade dos africanos muito mais alta que a dos crioulos. A estrutura etária da população escrava apresentava forte anomalia, apontando na mesma direção: era muito rarefeita nas idades mais jovens e muito inflada nas faixas produtivas, indicando que havia constantes injeções de indivíduos nessas faixas. Isso é confirmado pela Intendência de Polícia da Corte, cujos registros demonstram que, entre 1809 e 1833, quase 40% de todos os escravos despachados do Rio de Janeiro — o maior porto escravista do mundo nessa época — veio para Minas, enquanto as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo ficaram com 34% e 16%, respectivamente.

O TRÁFICO INTERNO

Analisando essa fonte em conjugação com as listas nominativas, chegamos a resultados importantes e pouco conhecidos na história da escravidão no Brasil. Ficamos sabendo que os mineiros não só eram os maiores importadores, mas que também dominavam inteiramente a distribuição, para toda a região Sudeste, dos escravos que chegavam da África ao Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Entre os mais de 11 mil remetentes de escravos levantados por Fragozo e Ferreira vários milhares eram mineiros, muitos dos quais membros da elite. As listas nominativas nos permitem estimar que pelo menos 45% dos chefes de fogos onde havia mais de 50 escravos fizeram remessas, às vezes frequentes e volumosas, não só para Minas, mas também para as nascentes áreas cafeeiras do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Famílias da elite provincial e nacional, tais como os Ferreira Armond, de Barbacena, os Oliveira Pena, Monteiro de Barros e Nogueira da Gama, da região central, os Leite Ribeiro, Ferreira Leite e Teixeira Leite, do Campo das Vertentes, os Diniz Junqueira, Ribeiro de Carvalho, Souza Diniz, Ribeiro da Luz, Gomes Nogueira e Ribeiro da Silva, do sul, além de muitas outras, se envolveram profundamente nesse tráfico, e enviaram milhares de cativos em centenas de remessas.

Não só as grandes famílias, mas também miríades de outros mineiros se atolaram até o pescoço nesse comércio. Centenas de tropeiros traziam,

cotidianamente, lotes de africanos novos na torna-viagem do Rio. Muitos deles, da região sul, levavam fumo para a capital do Império e voltavam tangendo lotes de negros. Assim como fez Manoel Carneiro Santiago, que no começo do século era um jovem imigrante português pobre, mas que, já em 1831, era o homem mais rico do termo de Baependi, possuindo 161 escravos. Em 1839, Santiago era proprietário de 209 cativos, enquanto seus filhos, somados, tinham outros 149.

Grandes negociantes, como José Peixoto de Souza, Francisco de Paula Santos e João Batista Machado, mas também comerciantes médios e pequenos, e até camaradas de tropa e mascates, traficavam com escravos. O português José Lourenço Baeta Neves começou mascateando quinquilharias do Rio para Minas, logo passou a trazer escravos novos e nos anos 1830 vamos encontrá-lo afazendado, com engenho de água, em Queluz. Um grande número de porqueiros descia para o litoral tocando suas porcadas e subia de volta trazendo, viagem após viagem, um, dois ou mais africanos. O tráfico interno foi um poderoso mecanismo de acumulação em Minas Gerais, por meio do qual muita gente construiu, ampliou e consolidou fortunas, status e prestígio social.

RIQUEZA DE INFORMAÇÕES

Em minha opinião as listas nominativas são as fontes mais ricas existentes no APM para a pesquisa sobre a escravidão, mas com certeza existem muitas outras. É claro que não tentarei catalogar ou resumir os milhões de documentos manuscritos e impressos de interesse para o tema. Limito-me apenas a mencionar alguns itens que conheço, principalmente fontes de dados sobre a população — livre e escrava — e a economia de Minas Gerais no período em foco.

Informações sobre a população no século XVIII são muito escassas, em virtude da própria política de ocultação tenazmente praticada por Portugal, elo baixo que era na cadeia alimentar das potências coloniais. Mesmo dados gerais sobre o total da capitania são poucos e nada confiáveis. O levantamento mais conhecido, mais reproduzido, e provavelmente o melhor, é o *Mappa dos habitantes actuaes da Capitania de Minas Geraes e dos nascidos e falecidos no anno de 1776*. Coletado pelos párocos e autoridades

locais por ordem do governo metropolitano, é detalhado por comarcas, sexos, raças e faixas etárias, mas infelizmente não traz nenhuma informação sobre a população escrava. O governador D. Antônio de Noronha seguiu rigorosamente as minuciosas instruções recebidas de Martinho de Melo e Castro — secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar — e, como essas ordens não determinavam a discriminação entre livres e escravos, isso também foi lusitanamente obedecido.

Nos fundos *Casa dos Contos e Secretaria de Governo da Capitania*, do APM, existem centenas de mapas de população, com graus variados de detalhamento, cobertura e confiabilidade, para muitos distritos, freguesias, termos, ou para a capitania inteira, referentes aos anos de 1796–1798, 1805, 1808, 1813 e 1821. Considero especialmente interessante um conjunto com a data de 1808, que apresenta planilhas homogêneas, por termos, desagregadas por condição, cor, sexo, estado civil e faixas etárias. Foram localizados todos os termos da capitania, com exceção de Campanha.

Ainda com referência ao período colonial, vale a pena mencionar também 41 relações nominativas de distritos dos termos de Vila Rica e Mariana. Algumas são listas nominativas completas, outras só têm os dados necessários para a cobrança do imposto criado pela Carta Régia de 6 de abril de 1804. Nessa carta, o príncipe regente D. João solicitava que o governador de Minas recolhesse donativos voluntários dos mineiros, para socorrer a Coroa em dificuldades por causa das guerras napoleônicas. Entretanto, parte da contribuição, a taxa de 600 réis por escravo, era claramente impositiva, uma verdadeira capitação. Tudo indica que as listas acima referidas, bem como o censo de Vila Rica de 1804, foram feitos com a intenção de contabilizar os plantéis de cativos para a cobrança dessa taxa.

Foram também encontrados no APM três códices contendo relações nominais de mineiros que fizeram donativos voluntários. Elas cobrem principalmente os termos de Vila Rica, Mariana e São João del-Rei, mas incluem também doadores de Sabará, São José del-Rei, Queluz, Caeté, Pitangui e outros termos. Associando esses códices às listas nominativas e ao censo de Vila Rica, podemos descobrir coisas muito interessantes sobre os doadores, suas ocupações, seus plantéis de cativos e sobre a sociedade mineira da época.

Os anos que se seguiram à Independência assistiram a um grande esforço dos governos central e provincial no sentido de promover contagens da população e inquéritos sobre a economia, sobretudo para fins de recrutamento militar e de planejamento tributário. Não havendo organismos centrais capazes de executá-los, sucediam-se tentativas descentralizadas, com apelos aos párocos e autoridades locais. A frequência com que eram reiterados os pedidos, ofícios circulares e outras ordens, dá uma ideia do fracasso dessas iniciativas. De qualquer maneira, para o historiador ficou o legado de dados muito mais abundantes do que os do período colonial.

Na primeira metade do século XIX, além das listas nominativas solicitadas em 1831 e em 1838, houve uma tentativa de recenseamento, por meio do decreto de 17 de julho de 1832. Esse decreto determinou aos juizes de paz o preenchimento de um mapa-padrão impresso para informar sobre a população de seus distritos, desagregada por condição, cor, estado civil, sexo e faixa etária. Maria do Carmo Martins localizou, conseguiu recuperar e transcrever 330, de um total estimado de 416 desses mapas distritais, cujo preenchimento foi iniciado em 1833 e se prolongou até 1835.

Existem ainda na Seção Provincial do APM, muitos mapas avulsos da população de vários termos, desagregados por freguesias ou por distritos, com diferentes níveis de detalhamento, para diversos anos no período 1821–1836. Há também um grande número dos chamados “mapas de movimento da população” ou “mapas de nascimentos, casamentos e óbitos”. No que diz respeito aos escravos, esses mapas são notoriamente deficientes, porque a maior parte deles não era enterrada nas igrejas ou nos cemitérios públicos, mas em campos privados nas fazendas. Isso gerou um sub-registro sistemático de seus óbitos, que já induziu ao erro mais de um analista incauto.

No período de 1854 a 1862, o governo provincial dirigiu aos párocos e às autoridades locais grande número de consultas sobre diversos assuntos. As repostas a essas consultas, que Lidiany Silva Barbosa grupou sob a denominação de *Inquéritos provinciais das décadas de 1850 e 1860*, formam um conjunto riquíssimo de informações e comentários sobre a população e a economia da província, desagregados por freguesias e distritos. São centenas de documentos, preservados na Seção Provincial do APM, reu-

nidos nos códices 570, 609, 610, 612, 654, 655, 892, 893, 955, 956, 1005, 1006 e provavelmente em outros.

Não podemos esquecer os relatórios dos presidentes da província, especialmente a partir da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871. Nessa época foi criada uma seção permanente — “Elemento servil” — contendo informações sobre a distribuição das quotas do Fundo Imperial de Emancipação, as juntas de classificação, estatísticas sobre emancipações, portarias e medidas administrativas sobre a questão e estatísticas — bastante confusas — sobre a população servil e suas matrículas.

São também muito importantes os jornais do século XIX. Entre esses, conheço bem a coleção de *O Universal*, de Ouro Preto, publicado entre 1825 e 1842. Além dos indefectíveis anúncios de fugas e de aluguel de escravos, há muitas notícias interessantes sobre roubo de cativos, a polêmica sobre a convenção antitráfico de 1826, as diatribes de seu editor, Bernardo Pereira de Vasconcelos, contra a Imperial Brazilian Mining Association e os irmãos Nogueira da Gama, e muito mais.

Resta mencionar a própria *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Publicada desde 1896, a *RAPM* é uma fonte essencial para qualquer interessado na história de Minas, pelas importantes transcrições de documentos, pelos dados estatísticos e, mais recentemente, pela excelência dos artigos publicados. Em suma, o acervo do Arquivo Público Mineiro é riquíssimo e indispensável para qualquer estudo em profundidade sobre a escravidão em Minas.

Além de tudo o que já foi descoberto, há muito mais esperando pelos pesquisadores. Mas, como tudo que é precioso, esse acervo também não está se oferecendo na superfície, como pepitas de aluvião. Apesar de toda a organização, de todas as facilidades e de todo o apoio técnico que o APM hoje oferece, ainda é preciso minerar, com paciência e com perseverança. Há, sem dúvida, “ouro para muitos séculos”, mas é preciso achar o veio, persegui-lo, arrancar o minério da terra, e apurá-lo. O APM faz a sua parte. Há mais de um século, recolhe, organiza, cataloga e preserva a história de Minas, com competência e com carinho. O resto é por nossa conta.

RESUMO

No rico acervo do Arquivo Público Mineiro sobre a escravidão, destacam-se as listas nominativas. Seu grande potencial para a pesquisa histórica procede do fato de oferecerem ao pesquisador a informação no nível mais desagregado possível — os microdados — que podem ser agregados ou tabulados da maneira que quisermos. Além disso, por serem nominativos, esses elementos podem ser cruzados com outros registros também nominativos, ampliando ainda mais o seu potencial de análise.

Abril de 2015

REFERÊNCIAS

Abreu, Antônio Paulino Limpo de. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente da província, Antônio Paulino Limpo de Abreu, em 1º de fevereiro de 1835.*

ACMM. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Códice 657.

Aguiar, Rosa Freire d' (ed.). *Obra autobiográfica de Celso Furtado.* São Paulo: Paz e Terra, 1997.

AHU. Arquivo Histórico Ultramarino 8564, cx. 110, doc. 59. CD-ROM n. 59, depositado no APM.

Almeida, Barbosa, Waldemar de. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Promoção-da-Família Editora, 1971.

ANRJ. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 419. Registros de tropeiros vindos do interior com tropas em geral.

APM. Arquivo Público Mineiro. Códices CC 2202. Livro de registro de receita e despesas dos donativos e ofertas instituídos pela Carta Régia de 06/04/1804; CC 2203. Livro das contas correntes dos donativos e ofertas instituídas por Carta Régia de 06/04/1804; e CC 1610. Livro de registro de receita dos donativos gratuitos, de acordo com a Ordem Régia de 6 de abril

de 1804 na Comarca do Rio das Mortes. Os códices do Donativo Voluntário de 1804 foram localizados por Caio Boschi e compilados por Roberto Martins.

APM. Arquivo Público Mineiro. SC-21: Registro de cartas, ordens e proviões régias, avisos e cartas do Governador, 1775-1779.

APM. Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas régias e avisos. SC-294,

Azevedo, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira e Cia. (Filhos) Ltda. 3ª. edição, 1973.

Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História*, v. 14, n. 1. Juiz de Fora, 2008.

Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. IX, n. 1, 2013.

Barbosa, Lidiany Silva. Tropas e ferrovias em uma província não-exportadora. Estado, elites regionais e as contradições da política de transportes no início da modernização – Minas Gerais, 1835-1889. Tese de doutorado em História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

Carvalho, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos. Creações, suppressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de Comarcas e Termos, em Minas Geraes (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.

Chaunu, Pierre. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1978.

Davis, Lance E. And it will never be literature. The New Economic History: A Critique. *Explorations in Entrepreneurial History*, vol. 6, n. 1 (1968).

Fogel, Robert W. e Stanley L. Engerman. *Time on the Cross: the economics of American Negro slavery*. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

Lacombe, Américo Jacobina, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Brasília: Ministério da Justiça; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988

Marchant, Alexander. *From barter to slavery: the economic relations of Portuguese and Indians in the settlement of Brazil, 1500-1580*. Baltimore: The Johns Hopkins U. Press. 1942. Publicado no Brasil com o título *Do escambo à escravidão*. Trad. Carlos Lacerda. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

Marcílio, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

Martins, Maria do Carmo Salazar e Helenice Carvalho Cruz da Silva. Produção Econômica de Minas Gerais em meados do século XIX. In: ABPHE. V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas (Caxambu, setembro de 2003).

Martins, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: Cedeplar/UFMG. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina, 1990).

Martins, Roberto Borges. Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil. Ph. D. Dissertation, Department of Economics, Vanderbilt University, 1980.

Mathias, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica-1804*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1969.

Phillips, Ulrich B. *Life and labor in the Old South*. Boston: Little, Brown and Company, 1929.

Phillips, Ulrich Bonnell. *American Negro Slavery. A survey of the supply, employment and control of Negro labor as determined by the plantation regime*. New York and London: D. Appleton and Company, 1918.

Relação cronológica dos concessionários de sesmarias em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro* V, fascículos I e II (jan.-jun. 1900).

Smith, John David. *Slavery, race, and American History. Historical conflict, trends, and methods, 1866-1953*. Armonk, New York: M. E. Sharpe, 1999.

A Obsessão com o Tráfico, a Legislação Escravista e os Códigos Negreiros Portugueses*

Roberto Borges Martins

Usamos o excelente levantamento da legislação escravista portuguesa feito por Silvia Hunold Lara para avaliar as atitudes da nossa metrópole com relação à questão da mão de obra em sua colônia americana. O exame demonstra uma verdadeira obsessão com o tráfico de africanos e um completo descaso com a reprodução natural dos cativos. A legislação se preocupa, desde muito cedo, apenas em tornar o tráfico cada vez mais eficiente e mais rendoso, para os traficantes e para a Real Fazenda, e não demonstra nenhum interesse em adotar medidas que poderiam conduzir à conservação e à multiplicação da população escrava já instalada no Brasil. Não se encontra, diferentemente da postura das outras metrópoles coloniais, nenhuma medida visando a equalização dos sexos, a melhoria das condições de vida dos escravos, ou o incremento da fertilidade das mulheres cativas. Portugal permaneceu inteiramente apegado ao tráfico africano e, excetuando-se as tímidas e equivocadas tentativas do período joanino de atrair colonos livres europeus, nunca considerou qualquer outra alternativa para o suprimento de “braços para a lavoura”. A metrópole lusitana nunca nos outorgou nenhum *código negro* sobre a administração e o tratamento dos escravos. Suas incursões nessas áreas foram breves e cuidadosas, para não interferir no poder dominial dos senhores. Mas não deixou de produzir dois *códigos negreiros* completos, regulamentando o “resgate” de escravos

* Este trabalho foi apresentado ao XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, promovido pela ABPHE, em agosto de 2017, em Niterói.

da África, um deles no século XVII, e o outro no século XIX, apesar de ter assinado um tratado antitráfico com a Inglaterra.

“Nunca existiu na América portuguesa um código negro ou mesmo uma recolha de leis sobre a escravidão que funcionasse de modo similar a uma codificação”. (Lara 2000, p. 36) Isso não significa, entretanto, que a metrópole lusa tenha se absterido de regulamentar vários aspectos do regime servil em sua colônia do Novo Mundo. Em seu extenso levantamento da legislação portuguesa avulsa, dita extravagante, sobre o tema, Sílvia Hunold Lara encontrou grande quantidade de leis, cartas de lei, alvarás, regimentos, estatutos, cartas régias, decretos, provisões, avisos, resoluções e outras peças sobre a administração e a economia escravista de seu domínio americano.¹

Essa legislação tem um caráter essencialmente fiscalista e arrecadador, mas cobre diversos temas. Há disposições referentes à regulação e à taxação de atividades econômicas escravistas, como a produção de açúcar e o comércio colonial. São estabelecidos impostos sobre a propriedade e o emprego de escravos, sobre transações envolvendo cativos (*sizas*), as formas de sua arrecadação, multas e penalidades para os sonegadores.

No caso da mineração a coroa foi mais legiferante. Criou códigos para a atividade minerária, para a repartição das datas minerais, tributos explicitamente baseados na propriedade de escravos (como a *capitação*), mecanismos de proteção aos mineradores (isenção de execução de seus negros, como a *trintena*), e outras peças específicas.

Existem também os infalíveis dispositivos referentes à segurança pública e ao disciplinamento dos escravos, como proibição do porte de armas, controle de seus movimentos, tipificação de seus delitos e crimes, penalidades pelo acotamento de fugitivos, providências e normas para repressão aos quilombos e punição dos calhambolas.²

1 Além da legislação extravagante, Sílvia Hunold Lara arrola e examina também aspectos das *Ordenações do Reino*. Não os incluímos nesta análise porque eles pouco tratam dos temas aqui focalizados.

2 Esses temas eram frequentemente objeto de legislação local. Não examinamos, por escapar de longe ao escopo deste trabalho, a miríade de estatutos e posturas municipais.

Encontram-se ainda alguns desfrutáveis mandamentos sobre a moral pública e os bons costumes, que eram vistos como permanentemente ameaçados pelo regime escravista, sobretudo pela imoralidade dos bárbaros africanos e pela “lascividade” das mulheres escravas que, nas áreas urbanas, andavam à noite com grande “soltura”, trajadas de modo a “incitar para os pecados com os adornos custosos que vestem”.³

Não podia faltar alguma coisa relativa à religião: afinal a salvação pelo batismo foi uma das justificativas clássicas da escravidão negra, origem do eufemismo “resgate”, como era chamado o sequestro e escravização dos africanos. Mas, considerando a tradição beatorra da nação forjada nas lutas da Reconquista, essas determinações são poucas e pontuais. Tocam na obrigação do batismo e da catequese dos cativos, repreende padres que dificultavam a administração do viático aos escravos, e dá algumas providências para o custeio de enterros e missas por suas almas.⁴ São mencionadas as necessidades de haver clérigos nos navios negreiros, e dos negros serem batizados antes da travessia, “para evitar o perigo de poderem morrer na viagem com a perda infalível da sua salvação”.

Entretanto, neste emaranhado de leis e alvarás, há uma ausência conspícua de regulamentação e de normas a respeito da vida material dos escravos, e de melhorias ou outras medidas que pudessem criar condições favoráveis à sua reprodução natural. Ainda no século XVII, a França produziu o seu *Code Noir*, que continha instrumentos severos de repressão e controle, mas incluía também medidas regulatórias sobre o tratamento e direitos dos cativos. A Espanha criou várias *Cédulas e Reglamentos* fixando não só parâmetros sobre alimentação, vestuário e trabalho, mas também determinando a equalização dos sexos, o estímulo aos casamentos e à procriação dos escravos. No final do século XVIII e início do XIX, diante da abolição do seu tráfico atlântico, as colônias inglesas passaram a adotar

3 Veja-se, por exemplo, a Carta régia 23 de setembro de 1703, enviada por D. Pedro II ao governador do Rio de Janeiro, a instâncias do bispo da capitania. D. João V voltou ao assunto na Carta régia de 23 de fevereiro de 1709, ao governador geral do Estado do Brasil, Luís César de Meneses, mencionando, além do luxo, “os trajes lascivos das escravas”. (Lara 2000, pp. 222 e 229).

4 Segundo o historiador Arlindo Caldeira, citado por Inês Osório, o rei D. Pedro II mandava rezar anualmente duas mil missas pela alma dos negros falecidos no tráfico. (Osório 2015, p. 14)

as políticas de *amelioration* e medidas pronatalistas, que geraram melhorias nas condições de vida, reduções na mortalidade, bem como incentivos muito concretos aos casamentos, formação de famílias, e ao aumento da natalidade dos escravos. Nada disso se encontra na legislação colonial nem nas práticas da América portuguesa.⁵

Como bem observou Lara, a grande concentração da legislação escravista portuguesa diz respeito ao tráfico. Segundo a autora, “a legislação portuguesa metropolitana preocupou-se sobretudo com os aspectos práticos do controle do fluxo desta preciosa mercadoria”, ou seja, a com organização do comércio transatlântico de escravos, sua taxaço e a coleta dos impostos gerados por ele. (Lara 2000, pp. 27–28 e 37). Há uma razoável pletora de leis e normas sobre as viagens do resgate, licenças e proibiçoões sobre onde resgatar, quem podia fazê-lo, para onde se deviam levar os escravos, quotas para as diferentes regiões e atividades econômicas e, acima de todos os outros assuntos, uma grande quantidade de regras sobre a taxaço dos negros introduzidos, os valores, as formas de pagamento e os locais onde deveriam ser recolhidos. Os escravos novos eram tributados na origem africana, nas alfândegas dos portos de destino e no interior do Brasil.

Traficar escravos foi o grande negócio dos portugueses durante vários séculos, arrecadar tributos sobre esse tráfico e todas as atividades a ele encadeadas era a grande preocupação do estado lusitano. Escrevendo em 1792, Luiz Antônio de Oliveira Mendes afirmou que “dos transportes continuados” [de negros africanos] fazendo sucessivamente girar o comércio, e pôr em atividade a navegação, se percebem uns avultadíssimos direitos”. (Mendes 1793, p. 2) Em nenhuma matéria, com a possível exceção da cobrança dos quintos e do controle da mineração do ouro e dos diamantes, a coroa portuguesa foi tão prolífica, tão aplicada e tão minuciosa.

5 Veja, sobre a França: (Code Noir 1685). Sobre a América espanhola veja, entre outros: (Real Cedula 1789); (Leyes para los esclavos 1842) e (Martins 2017). Sobre as Índias Ocidentais Britânicas veja (Higman 1995, esp. pp. 348–54) e (Ward 1988). Sobre as colônias dinamarquesas veja: (Hall 1977). Um sumário sobre as políticas de *amelioration* e sobre as práticas pronatalistas nos vários sistemas escravistas americanos, incluindo os Estados Unidos, pode ser encontrado em (Martins 2016).

Além de dezenas de peças legislativas avulsas, a metrópole produziu dois detalhados regimentos de normas técnicas sobre o comércio negro, um em 1684, e outro já no Brasil, em 1813. Portanto, Portugal pode não nos ter legado nenhum *código negro*, mas, em vez disso, nos outorgou pelo menos dois *códigos negreiros* completos. A obsessão portuguesa com o tráfico era tal que esses códigos merecem um exame detalhado.

O primeiro século do tráfico atlântico foi inteiramente dominado por Portugal e Espanha, que foram responsáveis, respectivamente, por 53% e 46% de todos os africanos transportados para a América. Na primeira metade do século XVII, com a consolidação do setor açucareiro no nordeste do Brasil, Portugal abocanhou 70% desse total, deixando a Espanha para trás, e disparando na liderança do infame comércio, apesar do surgimento de novos concorrentes, como a Inglaterra e a Holanda, que começavam a implantar seus sistemas coloniais antilhanos.

Entre 1501 e 1600, a mortalidade no tráfico era assombrosa. A Espanha perdia nada menos do que 30% dos escravos embarcados na costa africana, ou seja, um em cada 3,3 africanos morria na travessia do Atlântico. Dos transportados em navios portugueses, perdiam-se 27%, ou um em cada 3,7 embarcados. Na primeira metade do século seguinte, de 1601 a 1650, essa taxa havia diminuído e apresentava uma tendência decrescente no tráfico português, mas a *middle passage* ainda matava quase 20%, ou 5 em cada 27 escravos embarcados na África.⁶

Não foi, portanto, sem motivo que D. Pedro II resolveu baixar, em 18 de março de 1684, um regulamento minucioso, de vinte e três artigos técnicos e normativos, com o objetivo explícito de tornar o tráfico mais eficiente (com menor perda de vidas), e/ou mais humano, como entendem alguns autores. Para isso, o regimento, que ficou conhecido como *Lei das*

6 O número de mortos é calculado como a diferença entre o número de indivíduos embarcados e o número de desembarcados, não incluindo portanto, as mortes ocorridas em nenhuma outra etapa do processo de escravização, como a captura no interior do continente, as penosas jornadas até o litoral, a permanência, por vezes longa e letal, nos barracões dos traficantes na costa africana, a permanência nos depósitos nos portos escravistas da América, nem o período de *seasoning*, ou sazonalização, no destino final. Todas as estimativas sobre o tráfico foram calculadas a partir dos dados em The Trans-Atlantic Slave Trade Database em www.slavevoyages.org.

*arqueações*⁷ (Lara 2000, p. 191), estabelecia normas para impedir a superlotação dos navios negreiros, bem como outras medidas para reduzir as mortes dos escravos em trânsito.⁸

7 *Arqueação* é uma medida do volume útil dos compartimentos internos de um navio, ou seja, uma medida da sua capacidade de carga. Nos sistemas antigos de medição, *arqueação* era sinônimo de *tonelagem*, porque a capacidade de carga era medida em *tonéis*. Como a *arqueação* era referida frequentemente como *tonelagem* (termo normalmente associado à tonelada de massa), ela é muitas vezes confundida com uma medida de massa ou de peso. No presente contexto o termo *tonelagem* refere-se ao *tonel*, uma antiga unidade de medida de volume através da qual os navios eram medidos pela sua capacidade de carregar tonéis-padrão. Os termos *arqueação* e *arquear* vem do fato de que a medição era feita usando-se *arcos de tonel*. Portanto, *arquear um navio em toneladas* significava medir quantos tonéis ele era capaz de transportar.

8 As últimas décadas assistiram ao desenvolvimento de uma posição que, contrariando a evidência histórica e a opinião contemporânea, sustentava que o *crowding* dos negreiros não tinha muita influência na mortalidade do tráfico. Seus autores afirmavam que “despite the long and continuing debate on tight packing versus loose packing of slaves, which refers to the range of slaves carried per ton or per unit of shipsize, “tighter” packing seems to have little impact on mortality”. (Klein, Engerman, Haines e Shlomowitz 2001, p. 103) O argumento usado, de que era grande a variedade de causas de mortes nas diversas etapas da escravização (a captura, a jornada até a costa, a espera nos barracões, doenças adquiridas antes ou durante a travessia, a permanência nos depósitos no destino etc.), e que a *middle passage*, com ou sem superlotação, era apenas uma delas, não me parece adequado, e nem é original. Como os autores citados bem sabiam, o famoso abolicionista Thomas Fowell Buxton já propunha esta decomposição em estágios desde 1839. Se estivermos considerando as causas de mortalidade ao longo de todo o processo de escravização, é óbvio que a travessia, ou a eventual superlotação, têm sua importância quantitativa reduzida. Mas se estamos falando especificamente de mortes em trânsito na *middle passage*, a superlotação, com suas consequências sobre a disponibilidade de água e comida, e a incidência de doenças, é com certeza um fator determinante, juntamente com a duração da viagem. Não terá sido sem motivo que as duas principais nações traficantes se preocuparam em legislar sobre isso: a obsessiva legislação portuguesa e o Dolben Act inglês, de 1788, foram feitos por gente que entendia do assunto. O depoimento de um planter, não-abolicionista, das Índias Ocidentais Britânicas, sobre o efeito devastador do *crowding* e a favor do Dolben Act, pode ser encontrado em (Collins 1803, pp. 48–50). Até mesmo o argumento empírico dos autores citados, de que não se encontra associação estatística entre *crowding* e taxas de mortalidade, já foi refutado. Um artigo publicado em 2014, mostrou que “studies finding no positive relation between vessel crowding and Middle Passage mortality relied on unrepresentative samples of slave voyages. The true relationship is obscured by missing observations on voyage duration (...) Using simple methods to correct for missing data on voyage duration, my analysis of the Trans-Atlantic Slave Trade Database shows a strong and robust association between crowded voyages and slave mortality, consistent with historical records”. (Duquette 2014, pp. 536–37 e 544) Joseph Mil-

Assim ordenava o rei:

informado que na condução dos negros cativos de Angola para o Estado do Brasil obram os carregadores e mestres dos navios a violência de os trazerem tão apertados uns com os outros, que não somente lhes falta o desafogo necessário para a vida, cuja conservação é comum e natural para todos, ou sejam livres ou escravos; mas, do aperto com que vêm suceder maltrataram-se de maneira que, morrendo muitos, chegam impiamente lastimosos os que ficam vivos. Mandando considerar esta matéria por pessoas de toda a satisfação, doutas, práticas e inteligentes nela, e querendo prover de remédio a tão grande dano, como é conveniente ao serviço de Deus nosso senhor e ao meu, tanto pelo que a experiência tem mostrado em os navios que carregam negros em Angola, como pelo que pode suceder em os que costumam também carregar em Cabo Verde, em São Tomé e nas mais Conquistas, fui servido resolver que daqui em diante se não possam carregar alguns negros em navios e quaisquer outras embarcações sem que, primeiro, em todos e cada um deles, se faça arqueação das toneladas que podem levar, com respeito dos agasalhados e cobertas para a gente e, do porão, para as aguadas e mantimentos (...) Lei das Arqueações.

Todos as embarcações que saíssem de qualquer porto do Reino, ou de qualquer dos seus domínios, para carregar negros em Angola ou qualquer das Conquistas africanas, teriam de ser arqueados em toneladas, por funcionários especificamente designados no instrumento, de acordo com normas especificadas segundo o tipo do navio, de modo a estabelecer as cargas máximas de escravos que poderiam transportar. A medição das toneladas seria feita por arcos de ferro padronizados que seriam remetidos a todos os portos de mar no Reino e nas Conquistas. As lotações são fixadas no artigo VI, que determina:

ler também faz a decomposição da mortalidade pelas diferentes etapas da escravização. (Miller 1988, pp. 437–42) Para a estimativa de Buxton das mortes em cada um dos estágios, veja (Buxton 1840, pp. 197–202). Uma detalhada descrição de cada uma das várias etapas da escravização pode ser encontrada na memória de Luiz Antônio de Oliveira Mendes, acima mencionada.

Sendo navios de cobertas e que nelas tenham portinholas, pelas quais os negros possam comodamente receber a viração necessária, se lotarão dentro das ditas cobertas sete cabeças em duas toneladas; e não tendo as ditas portinholas, se lotarão somente em cinco cabeças as mesmas duas toneladas. Nas partes superiores poderão levar, tanto uns como outros, cinco cabeças miúdas, de idade e nome de moleques, em cada uma tonelada, sem que por causa alguma se possa acrescentar este número ou se possam apertar mais as ditas toneladas. Lei das Arqueações.

“Serão obrigados os ditos navios e embarcações levar os mantimentos necessários para darem de comer aos ditos negros três vezes no dia e levar a água, que abunde, para lhes darem de beber em cada um dia uma canada, infalivelmente”. Para o cálculo da comida e das aguadas, obviamente relacionado com a duração das viagens, deveriam ser utilizados como gabarito os padrões de trinta e cinco dias de Angola para Pernambuco, quarenta dias para a Bahia, e cinquenta para o Rio de Janeiro.

Sobre a saúde dos transportados, a lei determinava que, “adoecendo alguns, se tratará deles com toda a caridade e amor de próximos; e serão levados e separados para aquela parte onde se lhes possam aplicar os remédios necessários para a vida”. Para o conforto espiritual ordenava-se que “todos estes navios serão obrigados levar um sacerdote, que sirva de capelão, para neles dizer missa ao menos os dias Santos” e assistir aos moribundos.

Deveria ser aberto um livro no qual se lançaria a arqueação do navio, e os despachos dos negros nele lotados, que deveria ser mantido no barco e apresentado pelo mestre ou capitão em todos os portos que tocasse. Este rol serviria para fiscalizar o cumprimento das normas de lotação e, apesar de não explicitado no texto da lei, tinha também o objetivo de facilitar a cobrança dos tributos.⁹

9 “Esta preocupação em burocratizar o tráfico, exigindo sempre a apresentação de prova documental nos portos de saída e chegada, tinha, além da atenção ao problema da mortalidade, o objectivo muito claro de garantir uma correcta cobrança dos direitos de escravos. Desde 1684, quando foi instituída uma nova taxa sobre cada cabeça de escravo, para ajudar a pagar o dote de D. Catarina [infanta de Portugal, irmã de Afonso VI e de Pedro II] noiva de Carlos II de Inglaterra, pagava-se 300 réis por peça de Índia e 150 réis por cada cria de pé até quatro palmos de altura, num sistema que deveria estar em vigor

Em Angola e nos outros portos negreiros deveria ser construída uma *Casa de Recebimento*, contígua ao local de despacho, “na qual se possam recolher os negros que se houverem de despachar e donde, sem outro divertimento, se possam carregar nos navios, logo que forem despachados”, ou seja, um barracão ou depósito oficial de escravos a serem transportados. Essa determinação se destinava a reduzir as grandes perdas que ocorriam nos barracões dos traficantes, onde os negros capturados no interior eram depositados em péssimas condições, às vezes por longos períodos, até o momento do embarque.

O descumprimento das normas de arqueação, era sancionado com penas pesadas. Funcionários omissos, negligentes ou corrompidos sobre as arqueações e as lotações dos navios, incorreriam nas penas de perdimento dos seus ofícios, de pesadas multas e de degredo de seis ou dez anos para o Estado da Índia, e seriam também punidas “as mais pessoas que assistirem as ditas arqueações, havendo-se com dolo e cometendo nelas erros de culpa notória (...) Os mestres e capitães dos navios e embarcações que carregarem mais negros que sua lotação e arqueação pagarão 2\$000 cruzados de penas e o dobro do valor dos ditos negros, a metade para Minha Fazenda e a outra metade para quem os denunciar ou acusar, e serão degradados dez anos para o Estado da Índia; e esta mesma pena haverão os senhores dos barcos e carregadores que levarem os ditos negros aos navios e embarcações (...) Os guardas que forem postos nos ditos navios e embarcações e forem cientes ou cúmplices do dito crime serão degradados toda a vida para o mesmo Estado da Índia”. Era ainda oferecida uma *delação premiada* aos “sócios da mesma culpa”, os quais seriam “admitidos por denunciante e acusadores (...) e não somente serão relevados dela, mas terão o mesmo prêmio dos mais denunciante, como se a não tiverem cometido”. (Lei das Arqueações)

Os portugueses, tendo no tráfico seu principal ramo de negócio, desenvolveram uma verdadeira obsessão com a sobrelotação dos navios negreiros e os prejuízos que daí advinham para seus comerciantes e para a Real Fazenda. Vinte anos antes da lei das arqueações, D. Afonso VI, irmão de Pedro II, já havia se dirigido ao tema, por meio da Provisão de 23 de

apenas até 1680, mas que acabou por permanecer pelo menos até 1688”. (Osório 2015, pp. 11–12).

setembro de 1664, na qual menciona explicitamente as perdas do comércio e dos tributos. O soberano afirmava que, tendo sido informado da prática de

despacharem os navios que saem do porto [de São Paulo da Assunção de Angola] com dobradas peças de escravos do que requerem suas capacidades; e (...) sem me fazer vistoria da aguada que levam, de que resultam consideráveis danos, com a morte e perda de tantos escravos, em que a tem muito grande os homens de negócio e os moradores daquele Reino, atenuando-se com isso muito comércio, em diminuição dos direitos de Minha Fazenda (...) hei por bem e mando ao meu governador do Reino de Angola e ao provedor de Minha Fazenda dele façam ter particular cuidado e vigilância no despacho dos ditos navios, para que nenhum possa sair do porto da cidade de São Paulo [de Angola] sem levar, para cada cem peças, vinte e cinco pipas de água, bem acondicionadas e arqueadas, e que nenhum leve mais peças do que seu porte pode levar, para que os ditos escravos possam ir à sua vontade e não haver tanta mortandade neles. (Provisão de 23 de setembro de 1664. Lara 2000, p. 174)

Poucos dias depois da promulgação da lei das arqueações, Pedro II enviou carta régia com cópias da mesma e ordens para sua fiel observação, ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil e a Duarte Teixeira Chaves, governador do Rio de Janeiro. (Carta régia de 29 de março de 1684. Lara 2000, p. 196).

D. João V, sucessor de Pedro II, ocupava o trono durante a fase ascendente da mineração em Minas Gerais, quando a importação de escravos mudou de patamar, atingindo níveis até então inéditos, e reiterou várias vezes as disposições da lei de seu pai. Em provisão de 20 de janeiro de 1719, enviada a Dom Sancho de Faro e Sousa, conde de Vimieiro, governador e capitão general do Estado do Brasil, mandava conferir se os negros correspondiam à arqueação, reprimir os abusos e punir os infratores. (Provisão de 20 de janeiro de 1719. Lara 2000, pp. 250–51). Menos de quatro meses depois voltou a insistir no assunto, em nova provisão, ao mesmo conde de Vimieiro, datada de 22 de agosto de 1719. (Provisão de 22 de agosto de 1719. Lara 2000, pp. 254–55), assim como fez na provisão de 25 de agosto de 1721, agora dirigida a Vasco Fernandes César de Meneses, futuro Conde da

Sabugosa, primeiro vice-rei do Estado do Brasil. (Provisão de 25 de agosto de 1721. Lara 2000, p. 261).

Em 1º de julho de 1730, D. João promulgou uma lei, na qual ordenava, entre outras coisas, “ao chanceler e desembargadores da Relação da Bahia, e bem assim a todos os mais ministros de Justiça do Estado do Brasil, Fazenda” e outras autoridades, que visitassem os navios

logo que chegarem, e antes de abrirem carga; e constando que trazem maior número de escravos [do que permitia a avaliação] serão confiscados e perdidos para a Minha Real Fazenda, não só os ditos escravos que excederem ao número, mais também a embarcação e toda a mais carga que pertencer aos donos e mandadores dela, ou a qualquer outra pessoa que constar ser transgressora desta minha lei, e uns e outros serão degradados para Angola por dez anos (...). (Lei de 1º de julho de 1730. Lara 2000, p. 287)

No Registro de Cartas Régias do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro encontra-se a referência a um Aviso de D. José I, datado 25 de janeiro de 1758, mandando manter na Secretaria de Estado as cópias de todas as leis expedidas sobre o transporte de escravos da Costa da África, com uma exata informação do modo porque neles se costumam arquear as embarcações. (Aviso de 25 de janeiro de 1758. Lara 2000, p. 335. O texto deste documento não foi localizado).

Em 1810, com a corte portuguesa já estabelecida no Brasil, o Príncipe Regente D. João, baixou um alvará criando normas para a quarentena dos navios que chegassem ao porto do Rio de Janeiro, com “suspeita ou certeza de infecção”. Os navios que “trouxerem carga de escravos” deveriam, em todos os casos, ser visitados pelos oficiais da saúde, que determinariam a duração do isolamento, “conforme as moléstias que trouxer, mortandade que tenha havido, e mais circunstâncias que ocorrerem”. E, mesmo não havendo doenças contagiosas a bordo, teriam de se submeter a um estágio obrigatório para guaribada dos escravos que traziam: “nunca terão de quarentena menos de oito dias, em que os negros estejam desembarcados e em terra na referida ilha¹⁰ para aí serem tratados, fazendo-os lavar, vestir rou-

10 Ilha de Jesus, hoje Ilha do Bom Jesus no campus da UFRJ.

pas novas e sustentar de alimentos frescos, depois do que se lhes dará bilhete da saúde e poderão entrar na cidade para se exporem à venda no sítio estabelecido do Valongo”.

O artigo VIII do alvará voltava à questão da arqueação, e do tratamento dos escravos na travessia:

Pelo livro da carga, certidão da matrícula das equipagens e da arqueação do navio e também por vistoria a que deve proceder na aguardente e mantimentos que restarem, averiguará o guardador se foram observadas as ordens que se acham estabelecidas sobre o número de escravos que somente deve trazer segundo a lotação, as quantidades da aguada e mantimentos com que foram tratados na viagem, se as moléstias se declararam na mar ou já os trouxeram de terra, e se os que adoeceram foram tratados, durante a viagem, como cumpria. E acerca disso procederá também a inquirir os oficiais do navio, aquelas pessoas da equipagem que lhe parecer que convém e, resultando culpa, remeterá o auto e inquirição às minhas justiças, para procederem contra os culpados como for direito (...). (Alvará de Regimento de 22 de janeiro de 1810. Lara 2000, p. 390)

Nesse mesmo ano, cada vez mais subordinado à Inglaterra, Portugal assinou com sua tutora o tratado de Aliança e Amizade, em cujo artigo décimo o Príncipe Regente declarava que “estando plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos (...) tem resolvido de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos.”¹¹

A disposição, no mínimo protelatória, da coroa portuguesa, já era evidente no próprio texto do tratado. Em 1811, quando enfrentava, nas Cortes de Cádiz, os liberais espanhóis que, também pressionados pela Inglaterra, queriam abolir o tráfico para Cuba, Arango y Parreño citava, irritado e invejoso, o exemplo de Portugal: “la corte del Brasil, sin embargo de ser hoy una provincia inglesa, no ha hecho otra cosa en el asunto que un ofrecimiento vago e indeterminado de abolir este comercio; y una declaración terminante de que siempre lo executará gradualmente y que seguirá por ahora

11 Tratado Anglo-português de 19 de fevereiro de 1810, artigo X. (Lara 2000, pp. 394–95)

en el propio pie que antes; esto es, sacando los negros de los mismos para-
ges de que acostumbraba sacarlos, y llevándolos donde les acomode, sin la
limitación siquiera de no conducir al extranjero esta negra mercancía”.
(Parreño 1811, p. 24))

Apesar de ter resguardado no acordo, “para os seus próprios vassallos
o direito de comprar e negociar em escravos nos domínios africanos da Co-
roa de Portugal”, não deixa de ser surpreendente que o mesmo regente te-
nha promulgado, em 24 de novembro de 1813, uma nova regulamentação
do tráfico negreiro, sugerindo intenções na direção oposta daquelas pro-
fessadas no tratado.

O regimento de 1813 traz no preâmbulo um fantástico discurso de re-
púdio ao comércio negreiro, onde usa expressões como “abominável trá-
fico” e “horror e indignação”, e não menciona uma única vez em seus pro-
lixos onze artigos, as palavras “cativo” ou “escravo”, que são substituídos
por eufemismos como “negros”, “braços”, “operários”, ou “indivíduos que
se exportam dos portos de África”, manobra talvez pensada como uma ar-
timanha – bem portuguesa, com certeza – para embromar um pouco mais
a velha Albion.¹²

Sabendo que a população escrava tinha crescimento natural negativo,
“não sendo por isso possível facilitar o suprimento dos operários que a en-
fermidade e a morte diariamente inabilitam ou extinguem”, D. João consi-
derava de “urgente necessidade” o Brasil continuar importando “braços”.
Mas, informado do tratamento “duro e inumano” que os negros sofriam
nas mãos de traficantes bárbaros e sórdidos, que sobrecarregavam os na-
vios e cometiam “manifesta transgressão dos direitos divino e natural, e
das régias disposições dos senhores reis meus augustos progenitores,
transcritas nos alvarás de 18 de março de 1684 e na carta de lei de 1º de
julho de 1730”, resolveu ordenar, mais uma vez, que os negros tivessem,
“durante a passagem, lugar suficiente em que possam recostar e gozar da-
quele descanso indispensável para a conservação deles”. Para tanto deter-
minava que a lotação dos negreiros não ultrapassasse “a proporção de

12 Alvará com força de lei de 24 de novembro de 1813. *Collecção das Leis do Brasil 1813*.
pp. 48–55. Também em Lara 2000, pp. 403–408

cinco negros por cada duas toneladas” até a ducentésima primeira, e a partir daí, apenas um escravo por tonelada adicional.

Para prevenir as fraudes na lotação dos navios, “e acautelar semelhantemente os extravios dos meus reais direitos (...) determino que cada embarcação haja de ter um livro de carga”, no qual deveriam ser registrados os negros, bem como as marcas distintivas de seus consignatários. Mas, “repugnando altamente aos sentimentos de humanidade que se permita que tais marcas se imprimam com ferro quente, determino que tão bárbaro invento mais não se pratique, devendo substituir-se por uma manilha ou coleira em que se grave a marca que haja de servir de distintivo (...). Determinava que os transgressores dessas ordens ficassem enquadrados nas penas da lei de 1º de julho de 1730, acima referida.

Ordenava que em cada navio houvesse um “cirurgião perito”, e que nas viagens que apresentassem uma taxa de mortalidade de até dois por cento, o mestre da embarcação recebesse um prêmio de 240\$000 réis, e o cirurgião um de 120\$00 réis. A recompensa deveria ser da metade desse valor caso a mortalidade atingisse no máximo três por cento. Se, ao contrário, a mortalidade fosse alta deveria ser aberta uma devassa para sua apuração e punição de eventuais culpados. Mandava estabelecer uma enfermaria a bordo para tratar os doentes e impedir os contágios, e proibia que qualquer pessoa doente fosse embarcada. Os negros que manifestassem alguma doença contagiosa antes da partida deveriam ser desembarcados. Os navios deveriam ser asseados e limpos, e

deverá o capitão ou mestre do navio ter particular cuidado em fazer amiudadamente renovar o ar, por meio de ventiladores que será obrigado a levar para aquele efeito, e deverá semelhantemente o mestre ou capitão do navio ou embarcação fazer conduzir de manhã e de tarde ao tombadilho os negros que trazer a bordo, a fim de respirarem um ar livre, facilitando-lhes todos os dias de manhã que forem de névoa, uma conveniente porção de aguardente para beberem, e obrigando-os a banharem-se pelo meio dia em água salgada. (...) (Alvará com força de lei de 24 de novembro de 1813. Collecção das Leis do Brasil 1813, pp. 48-55 e Lara 2000, pp. 403-408)

Esta visita ao tombadilho significava muito mais do que simplesmente uma oportunidade para “tomar a fresca”. Segundo Buxton, “food and exercise [were] deemed necessary to present the animal in good condition at the place of sale; still some of them will loathe their food, and be averse to exercise, [so] the negroes are sometimes compelled to dance and to sing, and if any reluctance is exhibited, the cat-o'-nine-tails is employed to enforce obedience (...) and eating and dancing in their fetters will be enforced by stripes”. (Buxton 1840, pp. 24 e 34) Foi sem dúvida esta imagem que inspirou o poeta a escrever: “Tinir de ferros... estalar de açoite... Legiões de homens negros como a noite, horrendos a dançar...”.¹³

No alvará eram também estabelecidas regras detalhadas sobre a alimentação dos cativos (alternando-se as rações de arroz, feijão, milho, peixe salgado e carne seca) e medidas para garantir sua boa qualidade e estado de conservação antes do embarque, impedindo que a *venalidade* e as *peitetas* aprovassem alimentos que deveriam ser rejeitados como nocivos. O novo regimento dobrava a quantidade de água que se deveria dar aos escravos (em relação à lei das arqueações) determinando que fossem “duas canadas por cabeça em cada um dia” e “querendo que mais se não pratique a barbaridade com que se procedia na distribuição da água, chegando a inumanidade ao ponto de espancar aqueles que, mais aflitos pela sede, vinham muito apressadamente saciar-se”, mandava que fosse distribuída ordenadamente “em ranchos de dez cada”. A estimativa da duração das viagens curiosamente permaneceu a mesma que em 1684 (trinta e cinco a quarenta dias no trajeto de Angola, Cabinda ou Benguela para Pernambuco ou Bahia e cinquenta para o Rio de Janeiro), sem a redução que seria de se esperar pelo progresso da tecnologia naval. Mas agora foi necessário estipular também a duração da rota bem mais longa, estimada em três meses, partindo de Moçambique, no Oceano Índico, que havia se tornado uma fonte importante de “braços”.

Em 1818, D. João, desde março de 1816 rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o título de João VI, a pretexto da necessidade de modificar as regras do comércio negreiro em virtude do Tratado de 22 de janeiro de 1815 (que proibiu o tráfico ao norte do Equador) e da Convenção

13 (Castro Alves. *O Navio Negroiro*)

Adicional de 28 de julho de 1817 (que estabeleceu e regulamentou, entre outros temas referentes ao tópico, o direito de visita aos navios suspeitos de tráfico e as comissões mistas),¹⁴ mas mais provavelmente por pressão dos interessados, recuou em algumas das estipulações do alvará de 1813, tornando-as menos “humanitárias” e mais adequadas aos interesses dos traficantes.

As modificações permitiram aumentar a lotação máxima dos tumbeiros, que passaram a ser de cinco escravos por duas toneladas, para qualquer tonelagem do navio (não mais existindo a redução para um por tonelada para as toneladas acima da ducentésima primeira); liberaram a marcação por queimadura no corpo dos escravos, desde que fossem feitas com “carimbos de prata”; e permitiram o emprego de caldeirões de ferro ou cobre, desde que sejam estanhados “de novo”. Revogaram ainda a exigência da presença do perito cirurgião a bordo dos navios, permitindo sua substituição por “pretos sangradores inteligentes e experimentados”, os quais, segundo Oliveira Mendes, não passavam de alveitares, ou seja, indivíduos que tratam das doenças dos animais de maneira empírica, sem os necessários conhecimentos de veterinária (cf. o dicionário Houaiss).¹⁵

14 O texto original do tratado de 22 de janeiro de 1815 pode ser encontrado em Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital, e também em Lara 2000, p. 412. Veja também a Convenção de 21 de janeiro de 1815, em (Lara 2000, p. 410), pela qual Portugal receberia 300.000 libras esterlinas para formar um fundo destinado a satisfazer as reclamações feitas por navios portugueses apresados por cruzadores britânicos antes do 1º de junho de 1814. A Convenção Adicional ao Tratado de 1815, datada de 28 de julho de 1817, também pode ser encontrada na Biblioteca Digital da Câmara, e em (Lara 2000, p. 418)

15 Alvará de 26 de janeiro de 1818, parágrafo sexto. *Collecção das Leis do Brazil 1818*, pp. 9–10. Segundo contemporâneos e historiadores, as leis de arqueações não eram cumpridas, e os tumbeiros portugueses e brasileiros (bem como os ingleses e espanhóis), viajavam sempre superlotados. Escrevendo em 1837, Thomas Fowell Buxton é particularmente enfático sobre essa questão. Segundo ele, “the first feature of this deadly passage which attracts our attention, is the evident insufficiency, in point of tonnage, of the vessels employed, for the cargoes of human beings which they are made to contain”. Seu clássico livro oferece mais de trinta páginas de relatos de casos de superlotação com trágicas consequências, no final do século XVIII e início do XIX. (Buxton 1840, p. 122). Sobre isso veja também (Osório 2015, p. 14). A própria reiteração obsessiva das normas (de 1664 até 1813) me parece uma forte evidência do seu não cumprimento. Em 1793, Luiz Antônio de Oliveira Mendes afirmava que “se abusa grandemente da lei de 18 de março de 1684”. O memorialista baiano diz também que, na falta dos médicos e cirurgiões, os pretos são entregues a “uma alveitaria, qual é a dos pretos sangradores” e

A historiografia do período joanino sempre dedicou grande atenção às importantes ações econômicas da administração portuguesa no Brasil: abertura dos portos, apoio à agricultura, liberação e estímulos às manufaturas, construção de estradas, e comunicações fluviais entre as capitânias. Um dos temas prediletos desta agenda (e dos historiadores) foi a chamada política de povoamento, ou a atração de açorianos, suíços e alemães, que foram assentados em núcleos coloniais como pequenos agricultores. Entretanto, a obsessão portuguesa com a eficiência do tráfico, descrita acima, renovada e fortalecida depois da transferência da corte, revela outra dimensão do projeto joanino de desenvolvimento. Sua insistência no aperfeiçoamento do comércio negreiro (juntamente com a tenaz resistência aos ditames da Inglaterra) indica que, além da obstinada proteção de um de seus principais ramos de comércio e de arrecadação, a metrópole lusa nunca cogitou seriamente de qualquer outro caminho para obter trabalhadores para sua colônia americana que não fosse a importação de africanos. A verdadeira política de ocupação do espaço econômico e de recrutamento de braços para a economia brasileira não foi, e nem poderia ter sido, a busca de imigrantes europeus livres, mas sim a intensificação do velho e bom tráfico negreiro, no qual Portugal tinha expertise imbatível.

Segundo as estimativas da Trans-Atlantic Slave Trade Database, nos catorze anos da época joanina, de 1808 a 1821, foram importados pelo Brasil 610.709 africanos (média anual de 43.622), que representaram 75% de todo o volume do tráfico atlântico do período, sendo 43% a mais do que o mesmo período imediatamente anterior, e maior do que qualquer período anterior com a mesma duração.

Mesmo diante da crescente pressão inglesa e da permanente iminência do fim do tráfico, não houve nenhuma tentativa de multiplicar endogenamente a força de trabalho escrava, de importar mais mulheres, promover o equilíbrio dos sexos, estimular os casamentos e a formação de famílias escravas, oferecer incentivos para os nascimentos, ou qualquer outra medida pronatalista.

que “esses sangradores são os péssimos cirurgiões, que embarcam para a costa do Leste”. (Mendes 1793, pp. 29–30 e 50–51).

Esta era uma postura não apenas do Estado, mas também da *intelligentsia* luso-brasileira da época. Diferentemente de todos os outros sistemas escravistas, não há, na incipiente literatura socioeconômica do período, mesmo em textos que tratam da escravidão, quase nenhuma sugestão de reprodução da população cativa. Os escritos dos ilustrados do final do século XVIII e início do XIX, como José da Silva Lisboa, seu irmão Baltazar, Azeredo Coutinho, Luís dos Santos Vilhena, ou Luiz Antônio de Oliveira Mendes, prescrevem, às vezes, melhorias no tratamento dos escravos, como melhor alimentação, moderação nos castigos, etc., mas seu foco é invariavelmente o aumento da eficiência produtiva, o controle e disciplinamento da força de trabalho, e ainda torná-los mais “duráveis” – nunca a multiplicação da população cativa. Mesmo quando recomendam que se promovam os casamentos dos escravos, seu objetivo explícito é torná-los mais dóceis, menos turbulentos e menos propensos a fugas e rebeliões. A posição típica é a de José da Silva Lisboa (futuro barão e visconde de Cairu) que preconiza a formação de famílias escravas, como um “excelente meio de lhes suavizar o jugo, e os ter com resignação sujeitos ao domínio, em razão da mulher e filhos, seus caros penhores, que os retém e consolam”.¹⁶ (Lisboa, José 1781, p. 105)

Em toda a legislação escravista portuguesa só encontrei uma única provisão referente ao casamento dos escravos. Em 27 de outubro de 1817, D. João oficiou aos ouvidores das comarcas de Ouro Preto, São Paulo, Itú, Paranaguá e Curitiba, Serro do Frio, Rio das Velhas e Rio das Mortes; e aos governadores e capitães gerais das capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, ordenando que promovessem “eficazmente o casamento dos escravos desta Comarca com o zelo e prudência que de vós confio”. Entretanto, a medida não tinha motivação pronatalista clara, mas antes uma intenção moralizante, pois o rei afirmava explicitamente que se destinava a evitar

16 Vale a pena atentar para o significado do termo *penhor*, que é usado por Lisboa e outros. Penhor significa algo que é dado como garantia de uma obrigação, é equivalente a réfém. Em sua análise sobre a motivação dos senhores norte-americanos na promoção dos casamentos entre escravos, Herbert Gutman tem o mesmo entendimento: “Only those slaves who lived in affective familial groupings (and especially the greatly prized slave husband and father) could respond to indirect and direct incentives that exploited their familial bonds” (Gutman 1977, p. 29). Esta posição é também muito frequente no pensamento luso-brasileiro desde pelo menos o século XVII. Veja, entre outros, (Lisboa, Balthezar 1786, pp. 52–53); (Matos 1979, vol. II, p. 81); (Schwartz 1985, p. 356).

“os males phisicos e moraes que aos povos resultam de se conservarem os escravos na vida libertina, que quasi todos teem, em consequencia do estado celibatario em que vivem”.¹⁷

Há assim um marcante contraste com as políticas de mão de obra que eram praticadas nos outros sistemas escravistas do período. Como já foi mencionado acima, no sistema colonial inglês, o tráfico havia sido extinto em 1807 e estavam em operação políticas de *amelioration* e medidas pronatalistas explícitas, que eram inclusive objeto de legislação. No sistema escravista dos estados do sul da União Americana o tráfico também estava extinto desde 1808 e também se adotavam práticas pronatalistas explícitas e já bem-sucedidas.¹⁸ Até mesmo a Espanha, embora resistindo ao fim do tráfico, e apesar das reações da sucrocracia cubana, tentava, pelo menos da boca pra fora, promover a reprodução natural dos cativos.¹⁹ Enquanto isso, Portugal tergiversava, insistia no tráfico e, ao invés de oferecer incentivos à natalidade dos escravos, oferecia prêmios para a redução da mortalidade nos navios negreiros.

Tampouco se pode dizer que tenha havido, em qualquer época do período colonial, uma política de bom tratamento ou de *amelioration*, com vistas a promover a conservação ou o crescimento da população escrava. Sílvia Hunold Lara observou que “paralelamente a esta preocupação administrativa com as colônias e o tráfico, a legislação sobre os escravos africanos e seus descendentes mostra-se sobretudo cuidadosa em não interferir no poder senhorial e no direito de propriedade e que “deixou intacto o poder de governar ‘de portas adentro’, sobre seus escravos, agregados e familiares”. (Lara 2000, p. 38).

Isto fica patente quando se compara o conjunto de normas portuguesas com a legislação de outras metrópoles para seus sistemas coloniais,

17 Provisão da Mesa do Desembargo do Paço de 27 de outubro de 1817. *Collecção das Leis do Império do Brazil, 1817*. Decisões de 1817, no. 44, p. 34.

18 Como também foi anotado acima, nesses dois sistemas os esforços pronatalistas incluíam recompensas à formação de casais e uniões estáveis, incentivos à fertilidade na forma de recompensas em dinheiro e redução de trabalho para as escravas prolíficas, e diversas medidas para incrementar a sobrevivência das crianças e dos escravos em geral.

19 Sobre os esforços do governo espanhol para promover a reprodução natural dos escravos em Cuba, veja (Martins 2016).

particularmente com a francesa e a espanhola. A coroa espanhola, através de vários instrumentos, especialmente da Real Cédula de 31 de maio de 1789, estabeleceu padrões detalhados sobre alimentação, vestuário, moradia, saúde, trabalho, descanso, educação religiosa, e várias outras questões do dia a dia dos escravos. E foi além, fixando direitos, como casamentos, formação de pecúlios e critérios para coartação. Criou a figura do procurador síndico dos escravos, limites para punições, mecanismos para aferir o comportamento dos senhores e penas para os transgressores.²⁰

Da mesma forma, o *Code Noir* francês, promulgado por Luís XIV em 1685, famoso pela dureza das penalidades prescritas para *marronage*, furtos e agressões aos senhores, também interferiu nas relações senhor-escravo, criando direitos e regras sobre variados aspectos do tratamento dos cativos. Seus artigos 22 e 25, por exemplo, estabelecem padrões mínimos para a alimentação e o vestuário.²¹ O artigo 26 autoriza os cativos a denunciar os senhores que não lhes fornecerem os alimentos, as roupas e o abrigo estipulados, bem como aqueles que os tratarem com excessiva crueldade. Tais prescrições, e muito menos ordenações positivas sobre o tratamento dos escravos, são raríssimas, quase inexistentes, na legislação escravista portuguesa levantada por Sílvia Lara.

Uma discussão importante e perene em todos os sistemas escravistas, era sobre qual a melhor e mais econômica maneira de alimentar os escravos: deviam os senhores distribuir-lhes rações por sua própria conta, ou deviam simplesmente alocar alguma terra aos escravos e dar-lhes algum tempo para trabalharem nela, produzindo seus próprios alimentos?²²

20 É importante ressaltar que os súditos coloniais, principalmente os cubanos resistiam ferozmente a estas interferências e frequentemente a legislação escravista não era cumprida.

21 O artigo 24 proíbe aos senhores de “se décharger de la nourriture et subsistance de leurs esclaves en leur permettant de travailler certain jour de la semaine pour leur compte particulier”, ou seja, de adotar o que era conhecido como o “sistema do Brasil” (Code Noir 1685).

22 Em todos os sistemas escravistas da América os escravos tiveram terrenos para fazer plantações, de alimentos ou outros produtos, algum tempo alocado para trabalhar nelas e, em graus variados, liberdade para comercializar seus excedentes. Em alguns sistemas, a produção do escravo era inteiramente responsável pelo seu sustento, em outros ela representava apenas um complemento, ou um *cash crop* para o cativo.

As legislações francesa e espanhola, e também a dinamarquesa, a partir de 1755, determinavam rações mínimas detalhadas e quotas mínimas de roupas a serem fornecidas aos escravos.²³

A legislação portuguesa fez apenas uma breve e tímida incursão nesta área. No início de 1701, D. Pedro II, tendo tomado conhecimento de que os senhores de engenho tinham o hábito de dar aos escravos apenas o sábado para a cultura de suas roças (o domingo e os dias santos eram obrigatoriamente reservados para a doutrina cristã e os ofícios divinos), considerou esta “matéria gravíssima” porque sabia das “mútuas e recíprocas obrigações, que há e sempre houve entre os senhores e os escravos”²⁴ e que “conforme o direito humano e divino, assim como os escravos são obrigados a servirem a seus senhores, também esses têm obrigação de lhe darem o necessário para que não morram”. Mas, mesmo atribuindo tamanha gravidade ao problema, o soberano foi muito cuidadoso e conciliador: ordenou a D. João de Lencastro, governador geral do Estado do Brasil, que obrigasse “aos senhores de engenho que, ou deem aos seus escravos o sustento necessário, ou lhes deem um dia na semana para o poderem com a sua indústria granjear, o que desta alternativa escolherem os ditos senhores de engenhos”.²⁵

Entretanto, mesmo tendo oferecido opções aos seus súditos, o rei não foi obedecido, pois em 1704, a infanta D. Catarina, então regente de Portugal²⁶ foi comunicada pelo governador da capitania de Pernambuco, que não conseguia obrigar “aos senhores dos engenhos e lavouras sustentem aos seus escravos do necessário”, apesar de ter sido este “o meio que os tais elegeram por mais fácil, que o de lhe darem mais um dia livre”. A regente

23 Nas colônias dinamarquesas a lei retrocedeu no final do século XVIII, deixando ao livre arbítrio dos senhores as questões de alimentação, vestuário e abrigo. Sobre o Regulamento de 1755 e a evolução das políticas de *amelioration* nas colônias dinamarquesas, veja (Hall 1977, pp. 197–211).

24 Manoel Ribeiro Rocha. *Ethiope resgatado, empenhado, sustentado, corregido, instruído e libertado*. Citado por (Lara 2000, p. 29).

25 Carta régia de 31 de janeiro de 1701. (Lara 2000, pp. 215–16.)

26 D. Catarina de Bragança, irmã de Pedro II, infanta de Portugal e ex-rainha consorte da Inglaterra, viúva de Carlos II, era regente nesse momento porque o rei se encontrava na Beira, à frente do exército, ocupado com a guerra da sucessão espanhola.

irritou-se e ordenou a Francisco de Castro Morais, que “vos informeis primeiro do que é necessário para o sustento destes cativos, com que possam passar comodamente, e chameis aos senhores dos engenhos e ajusteis com eles o que lhes devem dar, assim para a sua cobertura de noite, como para o sustento do dia, e aqueles que faltarem a este ajuste, sejam castigados com aquelas penas condignas à sua culpa, pois eles mesmos escolheram este meio, entendendo ser-lhes mais conveniente, que o darem-lhe mais um dia na semana”.²⁷

O tema não volta a aparecer na coletânea das leis, mas tudo indica que a coroa foi novamente desacatada, e que o assunto ficou por isso mesmo. Baltazar da Silva Lisboa criticava esse procedimento e afirmava, em seu livro publicado em 1786, que “praticam *ordinariamente* os senhores de engenho concederem a cada escravo o dia do sábado, para que consigam pelos trabalhos que nele exercerem, a sua sustentação, e vestuário”. (Lisboa, Balthazar 1786, p. 54) Em 1792, Oliveira Mendes escreveu, em Lisboa, que “os senhorios da escravatura naquele continente são fartos só do que nada lhes custa” e que “não lhe dão vestuário, nem sustento, e lhe dão o sábado livre e terras para poderem ganhar, e trabalhar para o sustento de toda a semana”. (Mendes 1793, p. 31)

Quase trinta anos depois, no ocaso do domínio português no Brasil, João Severiano Maciel da Costa, futuro marquês de Queluz, afirmou, usando sua peculiar grafia, em um opúsculo publicado em Coimbra:

Deve-se proscrever, como ruinosa e sujeita a péssimas consequências, a pratica de deixarem os Senhores aos escravos o cuidado de se alimentarem e vestirem, dando-lhes para isso um dia livre na semana; porque em uns a prigiça, em outros a inhabilidade, e na maior parte a libertinagem, são causa que elles não cultivem os viveres, e roubem o que podem aos vizinhos, e malnutridos sucumbão ao trabalho. E tal é a desgraça, que apesar d’estes inconvenientes é a prática seguida por toda parte com mui raras exceções. (Maciel da Costa 1821, p. 55)

27 Carta régia de 24 de julho de 1704. (Lara 2000, p. 224).

A liberdade para punir os escravos sem nenhuma interferência externa era também um direito considerado intocável pelos senhores, que julgavam que qualquer intervenção nessa prerrogativa não só feria seu poder dominial, como também colocava em risco a estabilidade e a segurança da própria sociedade escravista, por solapar sua autoridade. Na América espanhola, os proprietários reagiram violentamente e obrigaram a coroa a recuar nas tentativas de limitar as formas e a intensidade dos castigos físicos que aplicavam nos seus cativos.²⁸ A evolução desta questão na legislação portuguesa mostra que o estado luso também não conseguiu se impor aos seus súditos neste aspecto do tratamento da escravaria.

Em 20 de março de 1688, D. Pedro II enviou aos governadores do Estado do Brasil, e das capitanias do Rio de Janeiro e de Pernambuco, uma carta régia na qual dizia que, “por ser informado que muitos dos moradores dessa capitania que têm escravos lhes dão muito mau trato e os castigam com crueldade, o que não é lícito aos senhores dos tais escravos, porque só lhes podem dar aquele moderado castigo que é permitido pelas leis; e desejando evitar que os pobres escravos padeçam sobre lhes faltar a liberdade a vingança de seus senhores, sou servido que, de hoje em diante, em todas as devassas gerais que se tirarem nesse Estado, se pergunte pelos senhores que com crueldade castigarem seus escravos e que aqueles que o fizerem sejam obrigados a vendê-los a pessoas que lhes dêem bom trato” (...) As denúncias poderiam ser feitas por quaisquer pessoas, incluindo os próprios escravos castigados, que seriam protegidos de vingança de seus donos, mesmo “no caso que se não provem as denúncias”.²⁹

Três dias depois, o rei voltou a oficial aos mesmos governadores, reiterando as ordens e acrescentando outras sanções, além da obrigação de vender os escravos maltratados. Os governadores eram instruídos a, “achando que alguns excedem a moderação que lhes é permitida, os castigueis arbitrariamente e, quando acheis algum compreendido em excesso grave, o fareis processar sumariamente remetendo ao ouvidor-geral o conhecimento do excesso para que o sentencie camerariamente com ministros que lhes nomeardes por adjuntos”. Deveriam, entretanto, evitar,

28 Veja-se sobre isso, (Salmoral 1996).

29 Carta régia de 20 de março de 1688. (Lara 2000, p. 198.)

“quanto vos for possível que chegue à notícia dos escravos este remédio que se dá ao seu imoderado castigo, por se evitar que com menos justificada causa possam arguir a seus senhores”. Isso já representava uma clara concessão ao argumento de que os senhores não poderiam ter sua autoridade diminuída aos olhos dos escravos, sob pena de colocar em risco a ordem na colônia.³⁰

E foi, de fato, por esta razão que a coroa teve de recuar inteiramente em sua pretensão a este controle. Poucos meses depois, o rei recebeu informação do governador do Estado do Brasil, alertando-o sobre os “inconvenientes que de sua execução resultavam ao meu serviço e à conservação desse Estado”, motivo pelo qual resolveu reconsiderar a questão e ordenar, em fevereiro de 1689, “que não tenham efeito as ditas ordens de 20 e 23 de março (...) para que se evitem as perturbações que entre eles e seus senhores já começam a haver, com a notícia que tiveram das ordens que se nos haviam passado.”³¹

Esse era um dilema estrutural nas relações da metrópole com os colonos e com o sistema escravista. Passados quase dez anos, novamente informado de maus tratos praticados por senhores do Rio de Janeiro contra seus escravos, o bom rei, temeroso de desagradar os senhores, e de agradar demasiadamente os cativos, incitando a rebeldia de ambos, nada mais pôde fazer que ordenar ao governador que “com prudência e cautela procureis averiguar o que há nesta matéria exatamente e que, achando que assim é, o façais evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e eficazes, procurando que estes não causem alvoroço nos donos e que se consiga o fim que se pretende sem ruído ou alteração dos mesmos escravos.”³²

30 Carta Régia de 23 de março de 1688. (Lara 2000, p. 199.)

31 Carta régia de 23 de fevereiro de 1689. (Lara 2000, p. 201).

32 Carta régia de 7 de fevereiro de 1698. (Lara 2000, p. 211) Em nota Lara afirma que o governador da Paraíba e provavelmente o Governador Geral do Brasil, na Bahia, receberam idênticas comunicações. Em 1710, D. João V, preocupado com os maus tratos dos escravos na capitania do Rio de Janeiro, e com a impossibilidade que tinham esses cativos de se socorrerem da justiça, resolveu “encarregar ao procurador da Coroa e Fazenda dessa capitania o sê-lo também dos ditos escravos das suas causas, acrescentando-se um solicitador dos da Fazenda Real a quem se encarreguem as dos mesmos escravos dando-se a um e outro seu ordenado suficiente”. Recomendou ao governador que “tenhais todo o cuidado em examinares se continua o mau trato nos escravos, e

A única legislação humanitária que parece não ter levantado resistência entre os senhores foi a provisão de 1720, que determinava a obrigação dos proprietários de cuidar dos escravos incapacitados, por velhice ou doença. D. João V, tomando conhecimento de que

alguns dos maiores dessa capitania que costumam ter escravos, ou para serviço de suas fazendas ou das suas casas, se alguns, ou pelos anos ou pelos achaques, se incapacitam para ter-lhes préstimos, os deitam de si e os desamparam negando-se a sua sustentação (...) e que assim tinha sucedido já se achando alguns mortos pela rua ao desamparo. (...) Me pareceu ordenar-vos obri-gueis aos senhores de escravos que por seus achaques e anos se acham impossibilitados a servir os que os sustentem, por assim o pedir a razão e a piedade cristã, e quando o não façam, que vós arbitreis para o dos ditos escravos aquela porção que entenderdes poder ser necessária para comodamente viverem à custa dos bens e fazendas de seus mesmos senhores no que tereis um particular cuidado e vigilância como pede negócio tão pio”.³³

Esta provisão, presente também no *Code Noir* francês de 1685 (artigo 27) e na *Real Cedula* espanhola de 31 de maio de 1789 (capítulo VI), parece não ter provocado oposição ostensiva em nenhum lugar.

É óbvio que Portugal, de longe o líder absoluto entre as nações traficantes em todos os tempos, e detentor de ricas jazidas de africanos em suas possessões e feitorias na África, nunca teve a mais longínqua intenção de estimular ou induzir seus súditos coloniais a importar “fêmeas” ou a produzir escravos domesticamente. Os negros eram o principal artigo de “produção própria” que Portugal tinha para oferecer ao Brasil (e ao resto da América escravista).

Perto de seis milhões, ou 47 por cento dos 12,5 milhões de africanos embarcados para as Américas durante todo o tráfico atlântico foram transportados em navios de bandeira portuguesa ou brasileira. Antes de 1820, quando ainda não existia o auriverde pendão, foram 4,3 milhões, mas

que por todo o caminho o procureis evitar de maneira que cesse o clamor que sentem estes miseráveis”, mas não estabeleceu nenhuma sanção contra os senhores cruéis. Carta régia de 5 de novembro de 1710. (Lara 2000, p. 233.)

33 Provisão de 17 de abril de 1720. (Lara 2000, p. 259).

mesmo depois da independência, uma grande parte do tráfico para o Brasil continuou sendo feito por portugueses baseados no Rio de Janeiro e na Bahia. Traficantes portugueses baseados no Estados Unidos, na Europa e nas possessões africanas foram também muito ativos, como transportadores e intermediários no tráfico para Cuba.³⁴ Assim como o Brasil foi, de longe, o maior comprador de negros africanos, Portugal foi, também por larga margem, o maior vendedor e transportador de escravos de todos os tempos.³⁵

O resgate e venda de africanos era um negócio tão valioso para os traficantes portugueses e gerava tantas receitas para a Real Fazenda, que não é nenhum absurdo imaginar que, se este ramo de comércio começasse a ser ameaçado por produção local da colônia, a atividade poderia ter sido reprimida pela coroa, como aconteceu com outros artigos. Se os coloniais tivessem desejado ou tentado (o que não aconteceu) produzir escravos em casa, poderia facilmente ter surgido um *Alvará de Proibição da Criação de Pretos*, ordenando, talvez o extermínio dos crioulinhos e a destruição das matizes, como fez Maria I, a Louca, em 1785, com relação aos têxteis.

REFERÊNCIAS

(Buxton 1840) Thomas Fowell Buxton. *The African Slave Trade and its Remedy*. 2nd. ed. London: John Murray, 1840.

(Code Noir 1685) *Le Code Noir ou Édit du Roi, servant de règlement pour le Gouvernement et l'Administration de la Justice et la Police des Îles françoises de l'Amerique et pour la Discipline et le Commerce des nègres et Esclaves dans ledit Pays*. Donné à Versailles au mois de Mars 1685. Paris: Chez Claude Girard, 1735.

34 São muito abundantes a literatura e a documentação sobre a intensa participação portuguesa em todos os estágios do tráfico atlântico. Vejam-se, entre muitos: (Marques 2016); (Florentino 1995); (Fragoso (2001)); e a Trans-Atlantic Slave Trade Database.

35 As nações traficantes (*carriers*) foram, em porcentagens do tráfico total: Portugal/Brasil, 47; Grã-Bretanha, 26; França, 11; Espanha, 8; Holanda, 4; Estados Unidos, 2 e Dinamarca e outras nações, 1. Fonte: Trans-Atlantic Slave Trade Database. In: www.slavevoyages.or

(Coleção das Leis do Império do Brasil). Rio de Janeiro, vários anos.

(Collins 1803) *Practical Rules for the Management and Medical Treatment of the Negro Slaves in the Sugar Colonies by a Professional Planter*. London: Vernor and Hood, 1803.

(Duquette 2014) Nicolas J. Duquette. Revealing the Relationship between Ship Crowding and Slave Mortality. *The Journal of Economic History* vol. 74 no. 2 (June 2014).

(Florentino 1995) Manolo Garcia Florentino. *Em Costas Negras: Uma história do tráfico atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

(Fragoso 2001) João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira. Relatório final do projeto Tráfico de escravos e relações comerciais no Sudeste do Brasil, 1809–1833. Brasília: IPEA, 2001.

(Gutman 1977) Herbert G. Gutman. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750–1925*. New York: Vintage Books, 1977.

(Hall 1977) Neville Hall. Slave Laws of the Danish Virgin Islands in the Later Eighteenth Century. In: Comparative Perspectives on Slavery in the New World Plantation Societies. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 292 (June 1977).

(Higman 1995) B. W. Higman. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807–1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.

(Klein, Engerman, Haines e Shlomowitz 2001) Herbert S. Klein, Stanley L. Engerman, Robin Haines and Ralph Shlomowitz. Transoceanic Mortality: The Slave Trade in Comparative Perspective. *William and Mary Quarterly*, 3rd. series, volume LVIII, number 1 January 2001, pp. 93–117.

(Lara 2000) Silvia Hunold Lara. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: Andrés-Gallego, Jose (Coord). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom).

(Lei das Arqueações) Lei de 18 de março de 1684. Texto integral em Lara 2000, p. 191.

(Leyes para los esclavos 1842) *Leyes para los esclavos en Cuba (Reglamento)*. Dado por el Gobernador Capitán General de Cuba Gerónimo Valdés. La Habana, 14 noviembre 1842.

(Lisboa, Balthazar 1786) Balthazar da Silva Lisboa. *Discurso histórico, político e econômico sobre os progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa com algumas reflexões a respeito do Estado do Brasil*. Lisboa: Na Oficina de Antonio Gomes, 1786.

(Lisboa, José 1781) Carta de José da Silva Lisboa a Domingos Vandelli (1781). In: E. Vilhena de Moraes (org.) *Perfil de Cairu*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, vol. XLII, 1958.

(Maciel da Costa 1821) *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil; sobre o modo e as condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Por João Severiano Maciel da Costa, do Conselho de Sua Magestade, natural da Cidade Mariana em Minas Gerais. Oferecida aos Brasileiros seus Compatriotas. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821.

(Marques 2016) Leonardo Marques. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776–1867*. New Haven and London: Yale University Press, 2016.

(Martins 2016) Roberto Borges Martins. Notas sobre a demografia das populações escravas da América. In: Cedeplar/UFMG. XVII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2016).

(Martins 2017) Roberto Borges Martins. Códigos negros e políticas pronatalistas em Cuba colonial. Apresentado ao XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas (ABPHE), Niterói, agosto de 2017.

(Matos 1979) Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979–1981.

(Mendes 1793) Luiz Antônio de Oliveira Mendes. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura*. Memória apresentada na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 12 de maio de 1793, e publicada nas *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo IV. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1812. Teve outras publicações posteriores, que apresentam algumas variações no texto. As citações neste trabalho se referem à edição portuguesa de 1812, a não ser quando especificado diferentemente.

(Miller 1988) Joseph C. Miller. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730–1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

(Osório 2015) Inês Marinho Osório. “Transporte de escravos no Atlântico: arqueação e mortalidade nos navios negreiros”. In: IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna (Porto, 2015).

(Parreño 1811) Francisco de Arango y Parreño. Representación que por encargo del Ayuntamiento, Consulado y Sociedad patriótica de la Habana, hizo con este motivo el alférez mayor de aquella ciudad D. Francisco de Arango y Parreño y se elevó á las Cortes por los expresados cuerpos. *Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el trafico y esclavitud de los negros*. Madrid: Imprenta de Repulles, 1814.

(Real Cedula 1789) *Real Cedula de Su Majestad sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos en todos sus dominios de Indias e Islas Filipinas, bajo las reglas que se expresan*. Madrid, en la Imprenta de la Viuda de Ibarra, año de 1789.

(Salmoral 1996) Manuel Lucena Salmoral. “La instrucción sobre educación, trato y ocupaciones de los esclavos de 1789: una prueba del poder de los amos de esclavos frente a la debilidad de la corona española”. *Estudios de Historia Social y Económica de América*, no. 13, 1996.

(Schwartz 1985) Stuart B. Schwartz. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society. Bahia, 1550–1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

The Trans-Atlantic Slave Trade Database em www.slavevoyages.org

(Ward 1988) J. R. Ward. *British West Indian Slavery. The Process of Amelioration, 1750–1834*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1988.

Códigos Negros e Políticas Pronatalistas em Cuba Colonial*

Roberto Borges Martins

Neste artigo examinamos a evolução da escravidão, do tráfico negreiro e das políticas de trabalho em Cuba no século XIX, de um ângulo específico: a obsessão dos cubanos pelas fontes externas de trabalho servil e sua recusa em promover a reprodução doméstica da população escrava. Ao longo da revolução plantacionista que transformou sua colônia antilhana no maior produtor mundial de açúcar, a Espanha, pressionada pela Inglaterra para extinguir o tráfico, tentou implantar políticas de estímulo à reprodução natural da escravaria. Mas a sucrocracia rejeitou esse caminho, apegou-se à fonte africana e manteve um tráfico de contrabando por mais de quarenta anos.

Apesar de ser a maior das ilhas do Caribe, até bem tarde no século XVIII Cuba era apenas uma colônia periférica no vasto império espanhol na América. Produzia fumo, café, gado, couros, mantimentos e algum açúcar, mas era insignificante em meio aos gigantes exportadores das Índias Ocidentais inglesas e francesas.¹ A partir da década de 1770, a economia cubana iniciou um ciclo de crescimento que envolveu a produção de tabaco e de café, mas baseou-se sobretudo no setor açucareiro, que logo assumiu uma posição dominante. A área plantada em cana, o número de engenhos e sua capacidade média cresceram dramaticamente e, quando

* Este trabalho foi apresentado ao XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas (ABPHE) realizado em Niterói, em 2017.

1 A ilha ocupava uma posição estratégica nas rotas marítimas entre a metrópole e suas colônias americanas, mas era economicamente marginal.

ocorreu o colapso da produção de Saint Domingue, Cuba era a região mais bem posicionada para aproveitar a oportunidade, suplantando as colônias inglesas e o Brasil. De quase nada em 1800, sua produção cresceu para 105 mil toneladas em 1830; 161 mil em 1840; 295 mil em 1850; 429 mil em 1860; e 703 mil em 1870, fazendo da ilha o maior produtor mundial de açúcar.²

Para isso precisou de muitos escravos. De um sistema escravista também marginal, com apenas 44.333 escravos em 1774, Cuba tornou-se um dos principais destinos do tráfico atlântico, e mais que quadruplicou sua população servil nas quatro décadas seguintes, atingindo 199.145 em 1817. Continuou importando grandes quantidades de africanos no século XIX: sua escravaria chegou a 286.942 em 1827, e atingiu 436.495 cativos em 1841, apesar do tráfico ter se tornado ilegal desde 1820. Em 1846, em virtude da repressão ao contrabando e de uma epidemia de cólera, o número caíra para 323.759, mas em 1861, perto da abolição efetiva do tráfico, voltara a crescer para 370.553. Em 1869, às vésperas da Lei Moret, ainda havia 363.288 escravos na ilha.³

2 Para uma descrição sucinta sobre a transformação da economia e da sociedade cubanas a partir de 1770, veja: (Knight 1970); e (Knight 1977).

3 As estatísticas da população escrava cubana são confusas e há muitas discrepâncias entre as fontes oficiais, visitantes da ilha no século XIX, e historiadores antigos e contemporâneos, incluindo os cubanos. Kenneth Kiple dedicou um minucioso estudo a esta questão, e concluiu que todos os censos e contagens de população cubanos do período colonial apresentam deficiências e problemas. Veja (Kiple 1976). José Antonio Piqueras também discute os censos e *padrones* cubanos a partir dos anos 1860 (Piqueras 2011). Os dados que utilizei têm as seguintes fontes: 1774 e 1817: (Kiple 1976, apêndice); 1827: Cuadro Estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba correspondiente al año de 1827. Habana: Imprenta del Gobierno y de la Capitanía General, 1829. 1841: Resumen del Censo de Población de la Isla de Cuba a fin del año de 1841. Imprenta del Gobierno por S. M., Habana, 1842. 1846: Cuadro Estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente al año de 1846, formado bajo la dirección y protección del Excmo. Sr. Gobernador y Capitán General Don Leopoldo O'Donnell. Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1847. 1861: Memorias de la Real Sociedad Económica de la Habana. Cuadro 22. Habana, s.d. 1869: Archivo Nacional de Cuba: Fondo no clasificado. Ms. Cuadro General de la Población de la Isla de Cuba correspondiente al año de 1869 (...) Habana, marzo 29 de 1870. Agradeço ao staff da Oficina del Historiador de la Ciudad de Habana e à Dra. Elena Alvarez, do INIE- Instituto Nacional de Investigación Económica de Cuba, pelo fornecimento de materiais de arquivos cubanos e pela gentil acolhida em Havana. Todas as traduções utilizadas no texto são de minha autoria.

Assim como seus colegas do Caribe e do Brasil, e pelos mesmos motivos, os senhores cubanos importavam muito mais homens do que mulheres, e isso gerou, é claro, um grande desequilíbrio entre os sexos na população cativa. O problema já existia anteriormente, mas foi mantido e agravado pela revolução do açúcar.

Escrevendo em 1811, Francisco de Arango y Parreño, líder da ilustração reformista cubana e da modernização econômica da ilha, grande empresário, senhor de escravos, destacado autor e principal porta-voz da sucarocracia cubana junto à Corte espanhola, afirmou que

não há uma única fazenda nesta ilha que tenha os negros que deveria ter (...) Tampouco há uma única na qual as fêmeas correspondam ao número de machos; e direi mais, são pouquíssimas as que têm fêmeas, porque assim são nossas coisas, e porque até recentemente manter os dois sexos juntos nos nossos prédios rurais, sem que isso fosse precedido pelo matrimônio, era mal visto por nossos moralistas, e não era pecaminoso condenar ao celibato perpétuo pessoas que tinham nascido e vivido em absoluta poligamia. (Parreño 1811, pp. 32-34)

Havia na zona rural grandes engenhos com centenas de cativos que não tinham um único escravo do sexo feminino e o sacerdote José Agustín Caballero explicitou o que muitos historiadores, e o próprio Parreño, deixam nas entrelinhas quando falam da escassez de mulheres nos sistemas escravistas americanos, ao escrever que “si no hay negras con quien casarse, todos los negros son masturbadores, nefandistas y sodomitas”.⁴

Qualquer que tenha sido o peso da pretensa interdição moral, o historiador Manuel Moreno Fraginals atribui o desequilíbrio dos sexos a uma motivação econômica, muito mais plausível, e alinhada com a postura dos

4 Caballero foi um filósofo, teólogo e ensaísta do final do século XVIII e princípio do XIX, que ficou conhecido como El amigo de los esclavos, pseudônimo utilizado no artigo “En defensa del esclavo”, publicado em 1791. A afirmação citada está no texto “Exposición relativa al matrimonio entre esclavos y otros asuntos relacionados con la población de la isla, así como algunos aspectos de la vida sexual de los esclavos” [1796], reproduzido como “Matrimonio entre esclavos” em (Caballero 1999, p. 320) Um dos raros historiadores brasileiros que trata com abertura desse tema é Luiz Mott (Mott 1992, pp. 176-212) e (Mott 1998).

demais escravistas americanos. Segundo ele, “os produtores de açúcar importavam somente homens, muito poucos engenhos tinham mulheres, porque segundo a lógica dos *hacendados* do início do século XIX não fazia sentido comprá-las, pois eram animais de baixo rendimento. Ter muitas seria desastroso, já que sua produção não correspondia ao investimento feito; enquanto ter muito poucas fazia delas um foco de constantes conflitos entre os homens”. (Fraginals 1976, p. 142)

Toda a trajetória de Cuba como grande produtor de açúcar, da decolagem até o topo do ranking, ocorreu em um período histórico em que o comércio negreiro foi cada vez mais estigmatizado e reprimido. A Inglaterra e os Estados Unidos aboliram o tráfico já na primeira década do século, e logo foram seguidos por outros países europeus. Em pouco tempo apenas o Brasil, Cuba e outras colônias espanholas de menor importância permaneciam nesse mercado, sofrendo pressões crescentes da Inglaterra. Os senhores dos engenhos, dos *cafetales*, das *vegas* e os gestores coloniais e metropolitanos da economia cubana tinham bons motivos para se preocupar com o suprimento de mão de obra escrava.

O desequilíbrio entre os sexos e seu impacto negativo sobre a reprodução dos escravos eram problemas bem conhecidos das autoridades e foram objeto de diversas propostas de correção, sinceras ou retóricas, desde as últimas décadas do século XVIII até a segunda metade do século XIX.

Já em 1784, a Audiencia de Santo Domingo⁵ enviara a Madri um projeto de ordenamento sobre a escravidão nessa colônia, para ajudar a reverter “la decadencia lamentable (...) de esta anciana y respetable madre de las Colonias del Nuevo Mundo”.⁶ O *Código de Legislación para el Gobierno Moral, Político y Económico de los Negros de la Isla Española*, que ficou conhecido como *Código Negro Carolino*,⁷ era um longo documento

5 Nessa época, Santo Domingo era a colônia espanhola que ocupava parte da Ilha de Española, ou Hispaniola, cujo restante era ocupado pela colônia francesa de Saint Domingue. Hoje são, respectivamente, a República Dominicana e o Haiti.

6 Esta referência se deve ao fato de Hispaniola ter sido o primeiro lugar onde Colombo desembarcou na América, em 1492, reclamando a ilha para a Espanha.

7 O código foi enviado à coroa, mas devido à morte de Carlos III, em 1788, não teve a aprovação real e nunca foi aplicado. A proposta não se refere especificamente a Cuba,

no qual se afirmava, entre muitas outras coisas, que “a escassez de negros que diariamente se observa nas costas da Guiné, Senegal e outras, fará com que sejam cada vez mais raros, e mais custosa sua aquisição, o que torna mais urgente a necessidade de favorecer seus matrimônios, meio mais oportuno de evitar suas fugas e suavizar sua dura sorte e condição”. O *Código* propõe, nessa linha, várias medidas pronatalistas:

Nenhum senhor de escravos poderá, sem justa causa, recusar-lhes permissão para se casarem” (...) a “notável esterilidade” das negras do campo em proporção às que vivem nas povoações, é atribuída, entre outros motivos, “às desordens a que estão expostas nas fazendas onde há grande número de varões em comparação com o das fêmeas”, razão pela qual se determina que se mantenham habitações separadas para as fêmeas solteiras, e também para cada casal (...) “Não imporão às negras trabalhos duros e perigosos nos meses anteriores a seus partos, período no qual melhorarão seus alimentos, cuidando depois com esmero da criança e da educação de sua prole” (...) “Embora sejam sobremaneira prejudiciais à disciplina da ilha os enlaces matrimoniais entre escravas e negros livres, e mais ainda entre os cativos e as libertas (...) tais matrimônios não são absolutamente proibidos”, mas os senhores deverão dissuadir suavemente esses enlaces, oferecendo-lhes uma companheira fiel, com quem possam partilhar suas penas e fadigas.⁸

Pouco depois, quando o Ayuntamiento de Havana, insatisfeito com o desempenho dos *asientistas* ingleses que detinham o contrato, resolveu rejeitar a renovação do *asiento*, a coroa atendeu à sua solicitação, e editou a Real Cédula de 28 de fevereiro de 1789, liberando o tráfico e permitindo a introdução, por dois anos, em Cuba, Santo Domingo, Porto Rico e Caracas, de negros adquiridos em qualquer mercado, sem pagar quaisquer direitos. Além de várias outras regras, o decreto manifestava claramente o propósito

que estava apenas iniciando sua revolução plantacionista, mas serve bem para ilustrar a preocupação com a reprodução dos escravos já presente no sistema colonial espanhol.

8 O texto integral desse documento pode ser encontrado em (Salmoral 1995, pp. 267-324). Os trechos citados estão no Proemio e no capítulo 26 (De la población o procreación de los negros).

de estimular a reprodução, ao exigir que os “negros sejam de boas castas e qualidades”, e que pelo menos a terça parte seja constituída por fêmeas.⁹

Poucos meses depois, prevendo que a liberação do tráfico aumentaria muito a população de negros nas colônias, a coroa editou, em 31 de maio de 1789, nova cédula com um conjunto de instruções que tinha o objetivo de assegurar maior controle da população escrava através de melhorias das suas condições de vida e, subsidiariamente, de contribuir para sua reprodução. O novo ordenamento, com o título *Real Cédula de Su Majestad sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos en todos sus dominios de Indias e Islas Filipinas, bajo las reglas que se expresan*, continha uma espécie de código dos direitos dos escravos e normas sobre o tratamento que a eles deveria ser dado, incluindo regras minuciosas sobre alimentação, moradia, vestuário, educação, trabalho, cuidados com saúde, matrimônios e diversões, etc., fixando inclusive procedimentos e sanções penais para os senhores e *mayorales* que não cumprissem seus preceitos. O regulamento levantou uma furiosa oposição dos senhores em todas as colônias, especialmente com relação às limitações que impunha sobre seu poder de punir os negros, e não chegou a vigorar, tendo sua aplicação suspensa.¹⁰

Os cubanos não queriam mulheres para produzir escravos futuros e incertos. Os traficantes queriam vender homens, que alcançavam melhores preços, e a Coroa também tinha pressa em acelerar a revolução plantacionista. Assim, quando a Real Cédula de 24 de novembro de 1791 prorrogou por seis anos a liberação do tráfico, a quota obrigatória de *hembras* foi suprimida, ficando a proporção dos sexos por conta do mercado. Em 1798 houve nova extensão por seis anos, nas mesmas condições da cédula anterior.

9 *Real Cedula de Su Magestad concediendo libertad para el comercio de negros con las Islas de Cuba, Santo Domingo, Puerto Rico, y Provincia de Caracas, a Españoles y Extranjeros, baxo las reglas que se expresan*. Madrid, en la imprenta de la Viuda de Ibarra, 1789.

10 *Real Cédula de Su Majestad sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos en todos sus dominios de Indias e Islas Filipinas, bajo las reglas que se expresan*. Madrid, en la Imprenta de la Viuda de Ibarra, año de 1789. O texto integral desta Real Cédula pode ser encontrado em (Salmoral 1996, pp. 311-17) Sobre a reação dos cubanos, veja (Salmoral 1996 b, pp. 155-178).

A preocupação com a reprodução dos negros foi novamente levantada em 1795. Em sessão pública do Real Consulado de Agricultura y Comercio de la Habana, Arango y Parreño, explicitamente preocupado com “el esfuerzo de los gobiernos europeos de erradicar el trafico de negros de África” e com o progresso do abolicionismo no parlamento inglês, apresentou a proposta de estimular a introdução de africanas através da imposição de uma taxa de seis pesos sobre cada homem importado, e da exortação aos *hacendados* para comprá-las até que formassem um terço de suas *dotaciones*, ou plantéis. A moção foi massacrada, assim como o substitutivo, também proposto por Parreño, que impunha uma capitação sobre as propriedades que não tivessem pelo menos um terço de fêmeas. “A grande maioria entendeu não ser necessário empregar-se nenhum meio obrigatório para a propagação dos escravos crioulos, visto que nossas leis já são suficientes, dotando os escravos do direito de se casarem quando bem o entenderem”. Foi então criada uma comissão para sugerir “as maneiras mais suaves e mais convenientes” de obter a reprodução dos negros, cujas propostas, embora totalmente pífias e inócuas, foram rejeitadas como as demais, por serem consideradas coercitivas.¹¹

Antes mesmo que terminasse o prazo estipulado em 1798, foi solicitada a renovação da liberdade do tráfico, que foi prontamente atendida. A Real Cédula de 22 de abril de 1804 permitia a continuação do comércio de africanos por mais doze anos pelos espanhóis, e por mais seis anos pelos estrangeiros. Determinava o cumprimento escrupuloso das disposições sobre o bom tratamento dos escravos, contidas na cédula de 1798, e ordenava medidas pronatalistas bem mais incisivas que as de 1789. O Governador deveria cuidar para que fossem colocadas negras em todos os engenhos e fazendas onde houvesse apenas homens, permitindo somente a introdução do sexo feminino nestes estabelecimentos, até que estivessem casados todos os escravos que o desejassem, “fazendo entender aos fazendeiros que além de ser este um dever de justiça e consciência, isso lhes traria o benefício de aumentar o número de seus escravos, sem o contínuo dispêndio de seus capitais com a compra de negros boçais para substituir os mortos”.¹²

11 Essas propostas podem ser vistas com algum detalhe em *Cortes Extraordinarias de Espanha. Anexo no. 5, p. 113.*

12 *Real Cédula de 22 de abril de 1804, pp. 124-25.*

Com isto se esperava deflagrar uma cadeia de causalidade que traria mais felicidade para os escravos (e portanto mais segurança para a sociedade) e economia para os senhores. O tratamento humano, somado ao equilíbrio dos sexos e ao estímulo aos casamentos geraria autossuficiência e independência de um tráfico cada vez mais incerto e dispendioso.

A ideia de se provocar esta sequência virtuosa – agora às avessas, começando pela proibição do tráfico e gerando a *amelioration* e a reprodução como resultados – aflorou novamente nas Cortes de Cádiz, em 1811. O delegado da Nova Espanha, Miguel Gurudi y Alcócer, e o deputado asturiano Agustín de Argüelles, apresentaram às Cortes projetos de lei que incluíam a abolição imediata do tráfico negreiro. Segundo Argüelles, os defensores da abolição do tráfico na Inglaterra previam que os próprios planters e outros proprietários de escravos seriam beneficiados por esta proibição, porquanto, não podendo no futuro introduzir novos negros, ver-se-iam diante da necessidade de tratar melhor aqueles que já possuísem. Daí se seguiria necessariamente que, uma vez que sua condição fosse melhorada, eles se multiplicariam, com benefícios para si e para seus amos. “Embora seja muito curto o tempo transcorrido desde a abolição [do tráfico para o Caribe Britânico], estou seguro de que a experiência justificou esta profecia. O mesmo sucederá com os nossos donos de engenhos e demais agricultores de Havana, de Porto Rico e Costa Firme”. (Argüelles. *Cortes Extraordinarias de Espanha*, pp. 93-94)

As propostas geraram grande frenesi entre os cubanos, que incumbiram, mais uma vez, Arango y Parreño de preparar uma refutação, apresentada em 20 de julho de 1811, como uma representação conjunta do Ayuntamiento, do Real Consulado e da Sociedade Patriótica de Havana. (Parreño 1811)

Numa longa diatribe, o autor se aproveita da fragilidade conjuntural do estado espanhol, chantageia, faz terrorismo e ameaças mal veladas de sedição. É um emaranhado de sofismas, falácias e piruetas retóricas, nas quais evoca razões históricas, filosóficas, religiosas, políticas, econômicas, e até éticas e humanitárias para arguir a justiça da continuação do comércio negreiro.

Do ponto de vista que nos interessa aqui, basta observar que Don Francisco não só rechaça a proposta abolicionista, mas contesta a própria

dinâmica do alegado círculo virtuoso. Usa a falta de mulheres (que não queriam ter) para defender a continuidade do tráfico (que era a única coisa que lhes interessava).

O Sr. Argüelles afirmou, com razão, que a propagação da classe dos escravos dependia em grande parte da suavidade no exercício da dominação; mas muito se enganou ao acreditar que privá-los subitamente do poder de trazer novos escravos de fora seria um meio eficaz para fazer com que os senhores ajam com a brandura necessária. Isso teria acontecido (...) nas ilhas inglesas porque eles tiveram todo o tempo para dotar suas propriedades de todos os braços de que precisavam, e para provê-las das fêmeas necessárias à procriação (...) Mas o Sr. Argüelles, que nada sabe das nossas fazendas, as confundiu com as dos ingleses [e] quis aplicar a elas as mesmas regras ou deduzir as mesmas consequências (...) Dirá agora que a suspensão abrupta da permissão de extrair escravos (...) fará com que aqueles que já aqui estão sejam mais bem tratados e se multipliquem mais? Poderiam ser mais bem tratados se nos privam do poder de suprir nossas fazendas dos braços indispensáveis? Pode a espécie se multiplicar ali onde faltam mulheres”? (...) nós que podemos exibir mais negros do que aqueles que recebemos, que temos tantos livres, que podemos demonstrar por todos os meios a geral doçura de nossos costumes a esse respeito, e as vantagens que colhem os negros transportados e colocados nas nossas mãos, não precisamos imitar a conduta de outras nações (...) os ingleses têm a metade dos negros que importaram, e são quase todos escravos; enquanto nós temos um terço a mais do que os que recebemos, entre os quais 114.000 livres. (Parreño 1811, pp. 39, 40-41 e 45)

Ao invés de melhorar a sorte dos escravos, o fim do tráfico traria mais sofrimentos para os que já estavam na ilha, pois seriam mais exigidos no trabalho e teriam menos mulheres, o que traria mais insegurança para os brancos.

O maior serviço que se poderia prestar à humanidade nesta questão (...) seria o de facilitar os meios para que o escravo do campo não seja forçado a trabalhar ainda mais acima de suas forças (...) não pode ser uma boa coisa condenar ao celibato e ao trabalho

ainda mais pesado os negros que aqui já estão; não pode ser prudente, sob qualquer pretexto, causar esses males incontestáveis para produzir um bem (...) que será sempre muito duvidoso e ínfimo. (Parreño 1811, p. 43)

E termina afirmando que o projeto estava de ponta-cabeça: “os benefícios desejados e merecidos pelos negros deveriam ter outro ponto de partida, e se desenvolver na ordem inversa da que foi proposta”. Seria um erro tratar do problema da escravidão começando pela questão do tráfico. (Parreño 1811, p. 47)

As Cortes não estavam muito preocupadas com esse assunto, e não queriam criar problemas com a sucrocrazia *criolla*. Pouco depois a pauta foi inteiramente dominada pelos debates sobre a constituição (que acabaram gerando *La Pepa*, em 1812) e o tema do tráfico saiu de cena. O parlamento espanhol só voltou a ele mais de trinta anos depois, em 1845.

Nesse meio tempo, os ingleses aumentaram a pressão contra o comércio de africanos, e os cubanos continuaram a defendê-lo com unhas e dentes. Pouco depois do Congresso de Viena, a Inglaterra iniciou negociações bilaterais com a Espanha, incluindo na pauta o fim imediato do tráfico ao norte do Equador e sua completa extinção no curto prazo. A questão foi submetida ao Conselho das Índias que, em 15 de fevereiro de 1816, levou ao rei um documento no qual apresentava a posição favorável da maioria, e também a de uma minoria que se opunha à abolição. (Marquese, Parron e Berbel, p. 91). Nos aspectos que aqui focalizamos a discussão ocorreu basicamente dentro do mesmo marco daquela travada nas Cortes, cinco anos antes.

Entre os que concordavam com a proposta britânica, evocava-se, ao lado de outras coisas, o argumento da sequência virtuosa da *amelioration* e seus efeitos demográficos. Os dissidentes defendiam que o tráfico (cujo prazo, dado pela cédula de 1804, expiraria naquele ano), pudesse prosseguir por pelo menos mais cinco anos. Pelos argumentos utilizados, muitos dos quais já tinham aparecido na Representación de Havana às Cortes em 1811, a proposta pró-tráfico tem a marca inconfundível de Arango y Parreño, que nessa época era membro do conselho. Além de todo o aranzel usado naquele debate, o discurso da minoria também repetia que a repro-

dução dos escravos não supriria a demanda da economia em forte expansão, porque as mulheres eram muito poucas, tinham poucos filhos e morriam jovens. A sorte dos escravos da ilha ficaria ainda mais dura, pela escassez de mulheres e pela maior carga de trabalho a ser feita por um número menor de braços. Além disso seu preço cresceria, dificultando-lhes a compra de sua liberdade. (Aimes 1907, pp. 72-77)

A deliberação de Fernando VII foi mais uma vitória para os escravistas cubanos, que obtiveram o adiamento desejado. Sua Majestade Católica assinou com o Rei da Inglaterra o tratado de 23 de setembro de 1817, pelo qual se comprometia a abolir o tráfico em todos os seus domínios no dia 30 de maio de 1820, data após a qual seria ilegal para todos os seus súditos se engajarem em tal comércio em qualquer porto da África. A Espanha receberia 400 mil libras esterlinas para serem usadas como indenização por eventuais prejuízos causados pelo tratado.¹³

O futuro mostraria que os súditos cubanos (e muitos peninsulares) não tinham nenhuma intenção de cumprir esse acordo, e que a coroa espanhola não tinha nem os meios necessários nem a vontade política suficiente para fazê-los cumprir.

O barão Alexander von Humboldt esteve duas vezes em Cuba, entre 1800 e 1804, durante sua viagem científica à América. Além de suas observações pessoais, montou uma rede de colaboradores que continuaram alimentando-o de informações sobre a ilha por muitos anos. Quando finalmente publicou seu *Essai Politique sur l'Île de Cuba*, em 1826, mencionou com elogios as propostas de Parreño, de 1795, sobre a necessidade de introduzir negras na população, e deu sua receita para incrementar a reprodução dos cativos.

O escravo que tem uma cabana e uma família é menos infeliz do que aquele que é apriscado num curral como parte de um rebanho. Quanto maior o número de escravos morando com suas famílias em choupanas que acreditam lhes pertencer, mais rápida será sua multiplicação (...) O aumento do número de escravas, tão úteis pelos cuidados que prestam a seus maridos e a seus

13 *Treaty between His Britannic Majesty and His Catholic Majesty, for preventing Their Subjects from engaging in any illicit Traffic in Slaves. Signed at Madrid the 23d of September 1817.*

compatriotas doentes, a isenção de trabalho na gravidez, o desvelo com as crianças, a instalação dos negros em casebres separados por famílias, a fartura de comida, a multiplicação dos dias de descanso, e um regime moderado de trabalho, eis os meios mais adequados para evitar o extermínio dos negros. (Humboldt 1826, p. 179)

Em 1842, o Capitão General e Governador Gerónimo Valdés tentou novamente estabelecer normas para o controle e o tratamento dos escravos. O *Reglamento de esclavos*, publicado em novembro daquele ano repetia, em grande parte, as estipulações da malfadada cédula de 31 de maio de 1789, em quarenta e oito artigos que estabeleciam regras detalhadas sobre os mais diversos aspectos da vida e da administração dos cativos. Além de preceitos minuciosos sobre seu bem-estar geral (alimentação, abrigo, vestuário, trabalho, descanso, etc.), vários itens revelam preocupação específica com sua reprodução, particularmente com a sobrevivência dos negros *recién nacidos* e dos *chiquillos*. Os artigos oitavo e nono, detalham a alimentação que se devia dar aos pequenos e determinam o estabelecimento de *criolleras* (creches) em todos os engenhos e cafetales, para cuidar das crianças durante o trabalho das mães.¹⁴ O artigo 27 estabelece a criação de enfermarias, cuidados médicos e de enfermagem para os doentes, e os artigos 25 e 29 determinam que se estimulem os casamentos e que seja dada “una habitación aislada para cada matrimonio”. (Valdés 1842)

O *Reglamento* de 1842 não teve melhor sorte que o seu predecessor de 1789. Além de acirrada oposição dos *hacendados*, que o consideraram novamente uma invasão inaceitável de seu poder dominial sobre os cativos (especialmente de sua autoridade para puni-los), ele foi engolfado por uma série de rebeliões escravas, que tornaram impraticável sua aplicação, e fizeram com que fosse simplesmente ignorado. (Marquese, Parron e Berbel, pp. 214-19)

14 Curiosamente, não há nenhuma provisão estabelecendo isenção ou redução de trabalho para as negras grávidas, paridas ou lactantes. O artigo décimo determina apenas que “si [as crianças] enfermasen durante la lactancia, deberán entonces ser alimentados a los pechos de sus mismas madres, separando a éstas de las labores o tareas del campo, y aplicándolas a otras ocupaciones domésticas”.

Com a pressão inglesa tornando-se insuportável, o governo espanhol tentou socorrer o setor açucareiro cubano promovendo realocações setoriais da força de trabalho e novos estímulos pronatalistas. O Real Decreto de 22 de março de 1854 teve por objetivo forçar a transferência dos escravos urbanos para a zona rural, melhorar as razões de sexo nas *dotaciones* e, mais uma vez, estimular a reprodução dos cativos. Criava impostos sobre os homens escravos não residentes nos estabelecimentos agrícolas, isentava do pagamento da *alcabala* as vendas de escravos das cidades para o campo ou decorrentes de casamentos, e dobrava essa taxa para as vendas no sentido contrário. As provisões pronatalistas determinavam isenções ou descontos para famílias escravas com crianças, e criavam três prêmios anuais, de igual valor, a serem pagos com a receita arrecadada por esses tributos: para o senhor de cinquenta ou mais cativos que obtivesse a mais alta taxa de nascimentos legítimos; para a fazenda que apresentasse a menor taxa de mortalidade; e para aquela que tivesse a mais alta porcentagem de escravas.¹⁵ (Aimes, pp. 178-79)

Não se pode dizer que as políticas pronatalistas e de *amelioration* fracassaram em Cuba, pois na verdade elas nunca foram aceitas ou implementadas pelos senhores ou pelas autoridades coloniais. Os cubanos nunca tiveram nenhuma intenção de desistir do suprimento externo e de enfrentar os riscos, e sobretudo os prazos, da reprodução natural da força de trabalho. Estavam surfando uma grande onda de crescimento e enriquecimento, tinham pressa e queriam mais e mais escravos prontos para entrar na produção.

Embora tenha procurado diligentemente, não consegui ter notícia de uma única propriedade na qual o número de trabalhadores fosse sustentado por nascimentos dentro do próprio estabelecimento. Na verdade, a ideia de fazer a população escrava se auto abastecer é a última coisa que parece entrar na cabeça de um cubano; e assim será enquanto (...) ele os puder comprar mais baratos do que pode criar. (Baird 1850, p. 130)

15 Nessa época, o setor cafeeiro já estava arrasado, pela concorrência brasileira e pelos grandes furacões de 1844 e 1846, e grande parte de seus escravos já tinha sido transferida para o açúcar. Além disso, os cubanos já vinham importando *coolies* chineses desde 1847 (sobretudo a partir de 1853), e fizeram alguns experimentos com trabalhadores yucatecos do México, galegos, catalães e ilhéus das Canárias.

Assim, optaram sistematicamente por concentrar seus esforços em enfrentar as pressões dos ingleses e continuar importando africanos. O estado espanhol celebrou novos tratados, editou cédulas e ordens reais, leis penais e regulamentos para coibir e punir o tráfico, mas nenhuma dessas medidas, fosse ela sincera ou para-inglês-ver, teve efetividade até o meado da década de 1860. Os *hacendados* e as autoridades coloniais realizaram, por seu lado, um incrível jogo de artimanhas, fraudes, dissimulações e manobras evasivas, bastante bem-sucedidas. Cerca de 541 mil, ou quase 70% do total dos 779 mil africanos importados, desembarcaram na ilha entre 1821 e 1866, depois, portanto, desse comércio ter se tornado ilegal. Cuba foi a última região da América (nação independente ou colônia) a abandonar o tráfico atlântico.¹⁶

Tudo indica que os cubanos não se interessavam pela equalização dos sexos em suas *dotaciones*.¹⁷ Isso fica bastante claro nos dados demográficos disponíveis. Em 1817 havia 166 homens por cada 100 mulheres na população escrava. Essa razão cresceu para 177 em 1827, e para 181 em 1841, em virtude das grandes importações (cerca de 16 mil por ano, em média, entre 1821 e 1840) motivadas pela vertiginosa expansão do setor açucareiro no período, e que continham sempre muito mais homens do que mulheres. Em 1861 o desequilíbrio caiu para 144, mas isso não significa que foram importadas mais mulheres. A queda da razão de masculinidade deveu-se à sobremortalidade masculina, conjugada com uma desaceleração do tráfico, cuja média anual se reduziu a quase metade no período 1841-1866, com pouco menos de 8.400.¹⁸

Também não se preocupavam em melhorar o tratamento dos cativos, fosse para conservá-los, fosse para gerar a pretensa sequência virtuosa que conduziria à sua reprodução. Não aceitavam propostas de amelioration,

16 The Trans-Atlantic Slave Trade Database.

17 Manuel Moreno Fraginals disse que nos anos 1820 os cubanos passaram a importar mais mulheres, e obtiveram aumentos em sua fertilidade, mas isso não encontra suporte nos dados demográficos. (Fraginals 1977, p. 192)

18 As fontes dos dados demográficos são as mesmas dos dados da população escrava total, e as importações são da Trans-Atlantic Slave Trade Database.

que além de considerarem antieconômicas, rejeitavam como intromissões na administração privada de sua propriedade.¹⁹

Todos os sistemas escravistas se autoproclamavam benevolentes, mas em Cuba esse discurso atingiu o paroxismo. Diziam que os escravos cubanos eram bem tratados e felizes, vivendo em um sistema patriarcal de senhores bondosos. Não se pejavam de empregar palavras como *dulce* e *dulzura* para caracterizar as relações entre os cativos e seus donos e, quando pressionados, produziram peças antológicas em defesa de seu regime.

Isso pode ser constatado, por exemplo, no artigo da Condessa de Merlin, uma *criolla* da plantocracia cubana, viúva de um conde francês, que vivia como uma socialite em Paris. Longe da sofisticação alcançada pelos escravocratas norte-americanos, o que singulariza esse texto tolo – mas publicado em 1841 pela já prestigiosa *Revue des Deux Mondes* – é a desfaçatez piegas com que descreve as relações entre escravos e senhores em Cuba. Além da arenga pró-escravista usual, que conhecemos através da pena de Gilberto Freyre (boa alimentação, cuidados com a saúde, cuidados na velhice, cargas de trabalho e punições leves e justas, comparações com a miséria dos operários livres europeus, etc.) a condessa relata *causos* “verídicos” de escravos que recebiam em prantos a notícia de sua libertação, de emancipados ou coarctados que se lançavam aos pés dos antigos donos implorando para serem reescravizados, de africanos que preferiam a escravidão em Cuba à condição de príncipes na África. Ou de escravos que ajuntavam dinheiro e compravam mais escravos para presentear seus mestres, de outros que enfrentavam seus companheiros em revolta e morriam defendendo seus amos, ou ainda de cativos que sentiam tanta dor na morte de seus senhores, que rolavam pelo chão arrancando a própria pele com as unhas, em desespero. Vale a pena lê-lo.²⁰ (Merlin 1841 e Merlin 1841 b).

19 Veja o artigo referido acima, de Manuel Salmoral, sobre a reação dos senhores à *Real Cédula de 31 de maio de 1789*.

20 Comtesse Mercédès Merlin. Les esclaves dans les colonies espagnoles. *Revue des Deux Mondes*, 4ème série, tome 26 (1841), pp. 734-769. Há uma tradução resumida para o espanhol: Condessa de Merlin. *Los esclavos em las colonias españolas*. Madrid:

Os códigos escravistas espanhóis, que tinham sido rejeitados ou que nunca foram cumpridos, eram repetidos como mantras, para atestar a benignidade do sistema, sobretudo pelas facilidades que concediam para o escravo se coarctar ou se emancipar comprando sua liberdade.

O artigo apresentado na General Anti-Slavery Convention de 1840 por Richard Madden é uma devastadora refutação da lenda da benevolência da escravidão em Cuba, e um alerta sobre o trágico equívoco que era acreditar na suavidade daquele regime. Denuncia especialmente a hipocrisia da legislação espanhola de proteção aos cativos – the solemn mockery of spanish law – que chama de “um pomposo deboche”. Com a autoridade de anos de serviço na Jamaica e em Cuba,²¹ Madden desnuda a fantasia das cédulas reais, dos *reglamentos* e normas de bom tratamento, do direito à manumissão e à coartação, do papel do síndico protetor, etc., quando comparados com a realidade que observou em Cuba.

[A crença] na suavidade da escravidão espanhola tem sua origem nas ordenações reais e nas leis feitas para sua regulamentação. Não tenho dúvida de que o espírito dessas leis é humano, mas a grande pergunta é, são elas compatíveis com os interesses dos proprietários? São elas implementadas? A escravidão negra, na forma em que sempre existiu nas colônias das Índias Ocidentais, cria uma situação na qual a lucratividade do senhor do trabalho cativo sempre transforma o bem-estar do trabalhador numa questão de menor importância.

Não preciso lembrar-lhes que, enquanto os pobres indígenas se contorciam sob o chicote da mais absoluta crueldade que o mundo havia visto até então, enquanto as colônias espanholas exterminavam completamente a raça de suas vítimas pela assombrosa dureza de sua escravidão, os reis da Espanha estavam editando cédulas benevolentes e ordenações humanas para o tratamento dos infelizes escravos (...) os indígenas sucumbiam nas minas, morriam sob os açoites, se escondiam na fome

Imprensa de Alegria y Charlain, 1841; e uma para o português, de minha autoria, não publicada.

21 Richard Robert Madden era um médico, abolicionista, historiador e escritor irlandês. Foi um dos magistrados encarregados de supervisionar a libertação dos escravos na Jamaica e, entre 1835 e 1839, foi superintendente dos africanos libertos em Havana.

das cavernas, ou buscavam no suicídio o refúgio derradeiro contra a brutalidade espanhola. Sim, a raça inteira pereceu, enquanto os reis de Espanha e seus ministros conjuravam leis impraticáveis (...) O mesmo terrível sistema de crueldade acontece hoje nas colônias espanholas – os mesmos terríveis males operam em surdina. Troque-se a expressão indígenas por negros, a palavra minas por plantations, e em qualquer outro aspecto, a mesma tragédia sangrenta está sendo novamente encenada – o mesmo medonho trabalho de extermínio, o mesmo escárnio cruel de obstar o mal com leis não cumpridas e cédulas sem nenhuma esperança de serem implementadas.

Mas essas leis não foram criadas para serem cumpridas, nunca foram cumpridas e, mais importante, jamais poderão ser cumpridas contra os senhores que as transgredirem, porque, na verdade, esses são os mesmos homens aos quais está confiada sua execução. Todos admitem a excelência da lei civil espanhola, porém a iniquidade dos tribunais espanhóis, a corrupção dos juízes espanhóis, e a incomparável vilania dos advogados espanhóis, é proverbial em todas as colônias da Espanha. A justiça é comprada e vendida em Cuba com a mesma falta de recato com que os bozales são comprados e vendidos nos barracones.

Minha própria experiência não é baseada em casos particulares de crueldade ou de opressão. A verdade que quero estabelecer é a de que a escravidão em Cuba é mais destruidora de vidas humanas, mais perniciosa à sociedade, mais degradante para o escravo e aviltante para o senhor, mais fatal para a saúde e a felicidade do que em qualquer outra nação escravista na face do mundo conhecido.²² (Madden 1841, pp. 212-39)

A situação de Cuba ao longo de toda a primeira metade do século XIX era diferente daquela das colônias inglesas alguns anos antes: lá o lobby escravocrata do Caribe – o *West Indian interest* – foi derrotado no parlamento da metrópole, e o tráfico foi efetivamente encerrado. Embora seus

22 A denúncia de Madden é muito mais detalhada e fundamentada do que os excertos apresentados nesta citação. Outra importante descrição contemporânea sobre as condições dos escravos em Cuba pode ser encontrada no livro do escocês David Turnbull, também abolicionista e cônsul britânico na ilha de 1840 a 1842. Veja (Turnbull 1840). Turnbull foi também um destacado participante da convenção antiescravista de 1840, e suas intervenções podem ser vistas nos *Proceedings* do congresso.

resultados tenham sido pífios na vigência da escravidão, a política de amelioration e os estímulos pronatalistas tornaram-se questões de vida ou morte para o sistema. Em Cuba a elite colonial foi capaz de impor seus interesses.

É possível que parte do fracasso fosse devida à impotência e à capitulação do estado espanhol diante do poder e das chantagens dos *hacendados* coloniais. No império em frangalhos, essa colônia tinha um valor econômico incalculável e crescente, à medida em que realizava sua vocação plantacionista e ocupava a lacuna deixada por Saint Domingue. Mas é também verdade que muitos interesses traficantes estavam solidamente instalados entre comerciantes peninsulares, em altos escalões da hierarquia metropolitana e até mesmo na família real.

Ou, como disse o historiador espanhol José Antonio Piqueras: Não foi apenas um problema de tolerância da metrópole ou de venalidade dos capitães gerais, foi a chave de um consenso colonial forjado na década de 1820, quando ao primeiro contrabando, atribuído à incapacidade de controlar a costa, se sucede um comércio ilegal em grande escala, amparado pela Espanha, sobre o qual se sela a fidelidade da classe dos *hacendados* à coroa, e com esta a dos múltiplos beneficiários insulares da prosperidade de uma colônia escravista que, na esteira da revolução industrial inglesa, ingressava em sua idade do ouro. (Piqueras 2011, p.195)

Mais de um observador da escravidão em Cuba havia dito que a última coisa que entraria na cabeça de um cubano seria a ideia de promover endogenamente a reprodução da força de trabalho enquanto pudessem comprar trabalho escravo de fontes externas. Esses comentaristas tinham razão. Longe de promoverem políticas de *buen tratamiento* ou de estimularem a natalidade em suas *dotaciones*, quando a pressão inglesa se tornou insuportável, e foram forçados a desistir do tráfico de africanos, os cubanos já tinham encontrado um novo manancial de mão de obra servil e barata.

Depois de ensaios exploratórios no final dos anos quarenta, começaram a importar grandes quantidades de *coolies* chineses. Por meio desse novo tráfico, entre 1847 e 1873, chegaram vivos a Cuba 121.810 chineses. As condições de seu transporte eram piores do que as dos negros, e as taxas de mortalidade na travessia eram mais altas: enquanto a média de mortos nos mais de três séculos do tráfico negreiro foi de 6,9% dos

embarcados, a do tráfico de *coolies* para Cuba atingiu 11,8%. A adesão ao contrato era, como em todos os sistemas de *indenture*, formalmente voluntária, mas o sistema de recrutamento – sedução, mentiras, violência, sequestro, embarques forçados, etc. – não deixava dúvidas quanto à sua verdadeira natureza. Relatos contemporâneos falam de muitos indivíduos que se jogavam no mar, em desespero, ao perceberem a armadilha em que tinham caído.

O novo tráfico, como o anterior, envolveu uma poderosa rede internacional de agentes recrutadores, transportadores e financiadores de mais de uma dezena de nacionalidades, mas as principais firmas traficantes pertenciam a famílias cubanas com larga tradição no tráfico negreiro. A mais importante de todas pertencia à família de Julian Zulueta, que era também o maior traficante de negros da ilha. Os chineses foram empregados nos engenhos e usinas de açúcar, nas minas de cobre e na construção de ferrovias. Os contratos de *indenture* eram de oito anos, mas suas condições eram sistematicamente ignoradas, e os *coolies* eram comprados, vendidos e tratados como escravos. Ou talvez pior do que os escravos: falava-se na época que metade dos chineses morria antes de completar seus termos de oito anos. A importação de chineses só foi interrompida em 1873, quando o relatório de uma comissão oficial enviada a Cuba expôs as tenebrosas condições de recrutamento, de transporte, de trabalho e de vida dos imigrantes, e levou o governo chinês a proibir essa migração.²³

Quando a escravidão foi abolida, em 1886, Cuba havia passado pela experiência, incomum, da coexistência, durante quatro décadas, de dois diferentes sistemas de trabalho compulsório – a escravidão negra e a servidão sob contrato dos chineses. Muitos contemporâneos e muitos historiadores consideram a diferença meramente formal, pois o regime a que estavam submetidos os chineses era igual, ou talvez pior, do que a escravidão.

No período pós-emancipação Cuba teve de enfrentar a dispersão da população liberta, pois havendo terras disponíveis, os ex-escravos abandonaram os engenhos e cafetales, mergulhando na economia de subsistência,

23 Sobre o tráfico de *coolies* chineses para Cuba, a participação da elite cubana e as condições de vida e de trabalho dos imigrantes, veja (Yun 2008).

como em vários outros processos pós-abolição. O antigo historiador da ilha, Hubert Aimes avaliava que,

(...) se o suprimento de africanos não tivesse sido perturbado, toda a terra cultivável de Cuba estaria ocupada por volta de 1860, e haveria então uma oferta autossustentável de trabalhadores. Os problemas de vadiagem teriam sido eliminados pela simples ocupação da terra, porque teria sido removida sua causa, que repousa na oportunidade de viver em terras invadidas na mera subsistência.

(...) O vasto interior aberto causava uma constante evaporação da classe trabalhadora.

(...) Os negros livres e os brancos e mestiços pobres não trabalhavam regularmente. Eram descritos vivendo das raízes e bananas do país, e dedicando seu tempo a furtar, fumar, beber e jogar.

(...) O território efetivamente ocupado pela agricultura intensiva era muito pequeno (...) portanto havia grande abundância de terras muito férteis nas quais se podia obter uma vida fácil (...) muito mais atraente para os negros, mulatos, e brancos pobres do que o trabalho contínuo nos engenhos de açúcar, nos quais trabalhavam apenas para obter pequenas quantias com as quais comprar uns poucos artigos que não poderiam produzir.²⁴

Novembro de 2016

24 Hubert H. S. Aimes. *A History of Slavery in Cuba, 1511-1868*. New York and London: G. P. Putnam's Sons, 1907, pp. 259-61.

POST SCRIPTUM

Não posso deixar de comentar aqui o trabalho do historiador tunisino Karim Ghorbal. Em um artigo de 2009, Ghorbal defende a tese de que, entre 1820 e 1850, teria ocorrido em Cuba uma “evolução das mentalidades”, gerada pela necessidade dos senhores se ajustarem ao fim do tráfico africano. Essa transformação do pensamento, que teria sido comandada pelos líderes do reformismo *criollo*, José Antonio Saco e Domingo del Monte, ter-se-ia configurado numa política de *buén tratamiento*, que objetivava cuidar melhor dos escravos, equalizar os sexos dos plantéis e com isso garantir sua reprodução natural, ou seja, desencadear o processo que estamos chamando aqui de sequência virtuosa.

Para demonstrar sua postulação, o autor desfila a velha lista das cedulas reais e *reglamentos* de tratamento dos cativos, enfatizando seus aspectos humanos e pronatalistas. A isso acrescenta as notícias das publicações do *Vademecum de los hacendados cubanos*, do médico franco-cubano Honorato Bernard de Chateausalins, em 1831; das “Observaciones sobre los ingenios de esta isla”, de Andrés de Zayas, em 1836; e do livro *Los Ingenios*, de Justo Germán Cantero, em 1857.

Ghorbal não apresenta, e nem poderia apresentar, nenhuma evidência do cumprimento da *solemn mockery of spanish law*, cujos ordenamentos, como já vimos, foram todos rechaçados ou ignorados pelos cubanos.

El Vademecum de los hacendados cubanos, o guía práctica para curar la mayor parte de las enfermedades. Obra adecuada a la zona tórrida y muy útil para aliviar los males de los esclavos, é apenas mais um bem-intencionado manual de medicina prática para escravos, muito comum nos países escravistas desde, pelo menos, o século XVIII. Longe de constituir “la prueba de que las mentalidades empezaban a evolucionar en materia de política de ‘buen tratamiento’”, como diz o autor, a leitura deste livro revela um atestado eloquente do Dr. Chateausalins (que não era nenhum abolicionista britânico, mas um médico com vasta experiência em Cuba e outras partes o Caribe) sobre as más condições de vida e tratamento dos escravos. Ele afirma, por exemplo, que havia *hacendados* que não conseguiam obter uma única cria ao longo de muitos anos, e que escravas no nono mês de

gravidez eram obrigadas a executar nos canaviais a mesma tarefa dos homens. (Chateausalins 1831).

O trabalho de Zayas é um memorial sobre a administração dos engenhos, publicado nas *Memorias da Sociedad Económica de La Habana*, no qual enfatiza a ordem, a disciplina e a redução do custo de manutenção dos cativos. Recomenda, entre outras coisas, que sejam construídas senzalas (*barracones*) em substituição aos *bohíos* individuais, e que os escravos sejam proibidos de qualquer contato com o mundo exterior ao engenho. Aconselha que os escravos e o gado sejam bem tratados, pois são ambos fundamentais para a produção. E sugere, *en passant* que se cuide das escravas grávidas, das crianças e dos doentes.

Los Ingenios, foi publicado por um médico cubano formado em Harvard e casado com uma viúva dona de nove engenhos. É um livro de propaganda sobre Cuba, ricamente ilustrado por litógrafos franceses, e financiado por alguns dos maiores plantadores. Apresenta, nas palavras do próprio Ghorbal, um “panorama idílico” das condições de alimentação, moradia, saúde e reprodução dos escravos, que inclui *causos* de *hacendados* bondosos, escravos felizes e ingenios repletos de criollitos. (Cantero 1857).

Entre outras afirmações, Ghorbal escreve, baseado em Bergard, Iglesias e Barcia, que “com a entrada em vigor da proibição do tráfico em 1820, em virtude do primeiro tratado ente a Espanha e a Inglaterra, operou-se, durante o período 1820-1844, uma transformação na estrutura demográfica, em comparação com a época anterior”. (Ghorbal 2009)

Isso não encontra respaldo nos dados demográficos, que indicam, como mostramos acima, que o desequilíbrio dos sexos atingiu seu ponto mais alto em 1841. O autor parece não se dar conta de que os cubanos nunca cumpriram os tratados anglo-espanhóis, e que, longe de se converterem ao círculo virtuoso de *amelioration* e do crescimento natural positivo, preferiram se apegar ferozmente ao tráfico atlântico. Bem poderia disputar com a Condessa de Merlin a palma cor de rosa da história da escravidão em Cuba.

REFERÊNCIAS

(Aimes 1907) Hubert H. S. Aimes. *A History of Slavery in Cuba, 1511-1868*. New York and London: G. P. Putnam's Sons, 1907.

(Baird 1850) Robert Baird, A. M. *Impressions and Experiences of the West Indies and North America in 1849*. Philadelphia: Lea & Blanchard, 1850.

(Caballero 1999) “Matrimonio entre esclavos”. In: José Agustín Caballero. *Obras*. La Habana: Ediciones Imagen Contemporánea, 1999.

(Cantero 1857) Justo Germán Cantero. *Los Ingenios. Colección de vistas de los principales ingenios de azúcar de la isla de Cuba, el texto redactado por J. German Cantero; las láminas dibujadas del natural y litografiadas por Eduardo Laplante*. La Habana, impreso en la litografía de Luis Marquier, 1857. (pode ser obtido gratuitamente na internet)

(Chateausalins 1831) *El Vademecum de los Hacendados Cubanos, ó Guia Practica para curar la mayor parte de las enfermedades, por Honorato Bernard de Chateausalins. Obra adecuada a la zona tórrida y muy util para aliviar los males de los esclavos*. Havana: Imprenta de Manuel Soller, 1854. (Primeira edição Nova Iorque, 1831)

(Cortes Extraordinarias de Espanha) *Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el trafico y la esclavitud de los negros*. Madrid: Imprenta de Repulles, 1814.

(Fraginals 1976) Manuel Moreno Fraginals. *The Sugarmill: The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba, 1760-1860*. New York and London: Monthly Review Press, 1976.

(Fraginals 1977) Manuel Moreno Fraginals. “Africa in Cuba: A Quantitative Analysis of the African Populations in the Island of Cuba”. In: Vera Rubin e Arthur Tuden (eds.) *Comparative Perspectives on Slavery in the New World Plantation Societies. Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 292, 1977.

(Ghorbal 2009) Karim Ghorbal. La política llamada del “buen tratamiento”: reformismo criollo y reacción esclavista en Cuba (1789-1845). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 30 novembre 2009.

(Humboldt 1826) Alexandre de Humboldt. *Essai Politique sur l’Ile de Cuba*. Tome I, p. 179. Paris: Librairie de Gide Fils, 1826.

(Kiple 1976) Kenneth Kiple. *Blacks in Colonial Cuba, 1774-1899*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1976.

(Knight 1970) Franklin W. Knight. *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970.

(Knight 1977) Franklin W. Knight. Origins of Wealth and the Sugar Revolution in Cuba, 1750-1850. *Hispanic American Historical Review* 57 (2) 1977.

(Madden 1841) Richard Robert Madden. Address on Slavery in Cuba presented to the General Anti-Slavery Convention by R. R. Madden, Esq., M.D. In: *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and held in London, from Friday, June 12th, to Tuesday, June 23rd, 1840*. London: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1841.

(Marquese, Parron e Berbel, a sair) Rafael Marquese, Tâmis Parron e Márcia Berbel. *Slavery and Politics. Brazil and Cuba, 1790-1850*, a sair pela University of New Mexico Press.

(Merlin 1841 b) Condesa de Merlin. *Los esclavos em las colonias españolas*. Madrid: Imprenta de Alegria y Charlain, 1841 (é uma tradução resumida da publicação da *Revue des Deux Mondes*).

(Merlin 1841) Comtesse Mercédès Merlin. Les esclaves dans les colonies espagnoles. *Revue des Deux Mondes*, 4ème série, tome 26 (1841).

(Mott 1992) Luiz Mott. “As alternativas eróticas dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista”. *LPH* 3 (1), Mariana: UFOP, 1992.

(Mott 1998) Luiz Mott. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. São Paulo: Papirus, 1998.

(Parreño 1811) Francisco de Arango y Parreño. Representación que por encargo del Ayuntamiento, Consulado y Sociedad patriótica de la Habana, hizo con este motivo el alférez mayor de aquella ciudad D. Francisco de Arango y Parreño y se elevó á las Cortes por los expresados cuerpos. In: *Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el trafico y esclavitud de los negros*. Madrid: Imprenta de Repulles, 1814.

(Piqueras 2011) José Antonio Piqueras. Censos Lato Sensu. La Abolición de la Esclavitud y el Número de Esclavos en Cuba. *Revista de Indias*, vol. LXXI, núm. 251, 2011.

(Real Cédula de 22 de abril de 1804) In: *Documentos de que hasta ahora se compone el expediente que principiaron las Cortes Extraordinarias sobre el trafico y la esclavitud de los negros*. Madrid: Imprenta de Repulles, 1814.

(Real Cédula de 28 de fevereiro de 1789) *Real Cedula de Su Magestad concediendo libertad para el comercio de negros con las islas de Cuba, Santo Domingo, Puerto Rico, y Provincia de Caracas, a Españoles y Extranjeros, baxo las reglas que se expresan*. Madrid, en la imprenta de la Viuda de Ibarra, 1789.

(Real Cédula de 31 de maio de 1789) *Real Cédula de Su Majestad sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos en todos sus dominios de Indias e islas Filipinas, bajo las reglas que se expresan*. Madrid, en la Imprenta de la Viuda de Ibarra, año de 1789.

(Salmoral 1995) Manuel Lucena Salmoral. “El texto del segundo Código Negro Español, también llamado Carolino, existente en el Archivo de Indias”. *Estudios de Historia Social y Económica de América*, no. 12 (1995).

(Salmoral 1996 b) Manuel Lucena Salmoral. “La instrucción sobre educación, trato y ocupaciones de los esclavos de 1789: una prueba del poder de

los amos de esclavos frente a la debilidad de la corona española”. *Estudios de Historia Social y Económica de América*, no. 13, 1996.

(Salmoral 1996) Manuel Lucena Salmoral. “El original de la R.C. Instrucción circular sobre la educación, trato y ocupaciones de los esclavos en todos sus dominios de Indias e Islas Filipinas”. *Estudios de Historia Social y Económica de América*, no. 13, 1996.

(Turnbull 1840) David Turnbull. *Travels in the West: Cuba, with notices of Porto Rico and the slave trade*. London: Longman, Orme, Brown, Green and Longmans, 1840.

(Valdés 1842) *Leyes para los esclavos en Cuba (Reglamento)*. Dado por el Gobernador Capitán General de Cuba Gerónimo Valdés. La Habana, 14 noviembre 1842.

(Yun 2008) Lisa Yun. *The Coolie Speaks. Chinese Indentured Laborers and African Slaves in Cuba*. Philadelphia: Temple U. Press, 2008.

DADOS DE ARQUIVOS CUBANOS

Archivo Nacional de Cuba: Fondo no clasificado. Ms. Cuadro General de la Población de la Isla de Cuba correspondiente al año de 1869 (...) Habana, marzo 29 de 1870.

Cuadro Estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba correspondiente al año de 1827. Habana: Imprenta del Gobierno y de la Capitanía General, 1829.

Cuadro Estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente al año de 1846, formado bajo la dirección y protección del Excmo. Sr. Gobernador y Capitán General Don Leopoldo O'Donnell. Imprenta del Gobierno y Capitanía General, 1847.

Memorias de la Real Sociedad Económica de la Habana. Cuadro 22. Habana, s.d.

Resumen del Censo de Población de la Isla de Cuba a fin del año de 1841. Imprenta del Gobierno por S. M., Habana, 1842.

Apresentação no Lançamento do Livro
Crescendo em Silêncio, em 26 de
Novembro de 2018

Roberto B. Martins

Agradeço à direção da Academia Mineira de Letras, em particular ao presidente Rogério Faria Tavares pelo convite para lançar meu livro aqui nesta academia.

Agradeço a presença de todos. Vejo aqui, emocionado, antigos professores, antigos alunos, colegas professores da FACE, de outras faculdades da UFMG e de várias universidades, vários dos melhores historiadores do Brasil, muitos expoentes da cultura mineira, amigos queridos de Belo Horizonte e de várias partes do país, irmãos, cunhados, primos, minha filha Mariana, meus *netinhos* João Pedro e Maria Clara e, particularmente, a Duca — namorada, companheira de vida e de trabalho, esposa e amante. Agradeço ainda aos muitos amigos e colegas de todo o Brasil — também membros da elite da historiografia brasileira, e do exterior, que se fazem presentes por meio de mensagens carinhosas.

O livro que está sendo lançado — *Crescendo em Silêncio: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX* — é uma publicação conjunta do ICAM — Instituto Cultural Amilcar Martins e da ABPHE — Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

É para mim uma honra que duas instituições dessa envergadura — um importante centro especializado em estudos e pesquisas sobre Minas Gerais, e a sociedade científica que congrega o que o Brasil tem de melhor na História Econômica, tenham se associado para publicar meu livro.

Esse livro é a tradução da tese de doutorado em economia, *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*, que defendi na Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, em outubro de 1980.

A tese foi divulgada em palestras, seminários, congressos e artigos em revistas acadêmicas, mas nunca tinha sido publicada em livro. Muito pouca gente leu o texto completo, que só estava disponível, em inglês, em microfilme. (Recebi, décadas atrás, um cheque de 17 dólares, que guardo como uma relíquia, pela venda de um único exemplar). É a primeira vez que seu texto integral é publicado em português.

De que trata essa tese mais que balzaquiana? A história econômica “clássica” do século 20 (leia-se Roberto Simonsen, Celso Furtado e seus seguidores) diziam que quando se esgotou o “ciclo do ouro”, no final do século 18, Minas Gerais entrou em colapso, com profunda decadência econômica, miséria da população, ruína das cidades e vilas, e exportação dos escravos, agora inúteis, da mineração para a lavoura cafeeira do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Meu trabalho, agora transformado em livro, contesta frontalmente todas essas afirmações. Demonstra que no início do século 19, ao invés de estar em crise, a economia mineira era muito próspera. Em vez de exportar seus escravos, Minas era o maior importador de africanos do Brasil, talvez o maior da América. A maior parte dos escravos mineiros no século 19 não trabalhava nem no ouro nem no café.

Faço aqui um parêntesis, para lembrar que foi meu irmão Amilcar quem revelou esse fato fundamental, ao constatar, no Censo do Império, de 1872, que a grande maioria dos escravos de Minas não residia nos municípios cafeeiros. Nem estavam engajados em qualquer outra atividade de exportação de *commodities* para o mercado internacional.

Os escravos mineiros eram empregados em uma economia diversificada (agricultura de alimentos, pecuária, fumo, algodão, processamento dos produtos agropecuários – fubá, farinhas, queijos, fumo de rolo, toucinho – produção de pano artesanal, ferro e artefatos de ferro, outras manufaturas simples, comércio e serviços. Esses produtos eram vendidos em

seu próprio mercado interno, e nos mercados da capital do Império e das províncias vizinhas.

Essa característica diferenciou a economia oitocentista mineira de todas as outras economias escravistas da América — as colônias inglesas, francesas, espanholas, holandesas, dinamarquesas e suecas do Caribe, os Estados Unidos e as outras regiões do Brasil. Foi o único sistema escravista de grande porte *não baseado na plantation monocultora-exportadora de produtos primários para o mercado internacional*.

Por desafiar o antigo dogma da associação obrigatória entre a *grande lavoura* monocultora exportadora e o trabalho escravo, presente em toda a historiografia internacional que existia até então sobre esse tema, o caso mineiro é único em toda a história da escravidão moderna ou seja — a escravidão de africanos que foi *reinventada* pelos europeus para a exploração do Novo Mundo depois dos grandes descobrimentos, a partir do século XVI.

Esse trabalho contesta também, é claro, o paradigma dominante (até hoje, infelizmente) da *organização* da história econômica do Brasil em uma *sequência de ciclos de exportação* de produtos primários (os famosos ciclo do pau-brasil, ciclo do açúcar, ciclo do ouro, ciclo do café, ciclo da borracha e de outras bobagens) e a *obsessão exportadora* da nossa historiografia tradicional.

Surgindo em meio a uma historiografia que só falava em grão-senhores de engenho, barões do café, casas grandes imponentes, grandes escravarias, senzalas enormes, feitores, sinhazinhas e mucamas, a tese estabeleceu uma tendência nova, de estudar a escravidão de pequenos plantéis, produzindo alimentos, manufaturas e serviços para os mercados internos. Rompeu com o padrão dominante na historiografia, no livro escolar, na literatura, no cinema, na novela da Globo, e no imaginário coletivo sobre a escravidão.

Esta nova interpretação transcende Minas Gerais e o Brasil, pois modifica não só as histórias mineira e brasileira, mas também a história da escravidão moderna. Toda a historiografia clássica da escravidão (brasileira e estrangeira) afirmava que a agricultura diversificada, a manufatura,

e as outras atividades desenvolvidas em Minas eram incompatíveis com o regime escravista.

O livro demonstra, com grande riqueza de dados estatísticos, alguns fatos que não eram conhecidos (ou que não eram mencionados pelos historiadores, tal era o descaso pela história de Minas) quando a tese foi defendida.

- Minas Gerais foi o maior sistema escravista que existiu em toda a história do Brasil. Ou seja, Minas teve mais escravos do que qualquer outro lugar do Brasil, em qualquer período da história. Não se iludam com a negritude de Salvador ou dos morros cariocas. Minas tinha mais escravos do que a Bahia ou Pernambuco (províncias exportadoras de açúcar), mais também do que as províncias exportadoras de café (Rio de Janeiro e São Paulo), ou do que qualquer outro lugar do Brasil, em qualquer época da nossa história. No momento do Recenseamento Geral do Império (1872) o país tinha 20 províncias mais o Município Neutro, ou Corte. No entanto, nada menos do que um quarto de todos os seus escravos residiam em Minas Gerais. Aqui havia 382 mil escravos, contra 355 mil no Rio de Janeiro (na província mais a Corte), apenas 168 mil na Bahia e 157 mil em São Paulo. *Isso não é uma opinião, são os dados do censo.*
- A escravidão configurou a sociedade de Minas, que foi durante o século XIX e até as primeiras décadas do século XX, a província e depois o estado mais negro, ou mais africano do Brasil. Em 1872, nossa população negra (livres e escravos pretos e pardos, usando a nomenclatura do IBGE) era 21% do total do Brasil, enquanto a da Bahia era de apenas 17%. No primeiro censo da República a diferença havia aumentado para 24% versus 18%. Só depois de várias décadas a Bahia passou Minas Gerais nesse quesito: em 1940 tinha 19% dos afrodescendentes contra 18% de Minas Gerais. Não podemos determinar exatamente quando isso aconteceu, por causa da má qualidade dos censos do início da República. Em 2005, os dois estados ainda eram muito próximos: a Bahia tinha 12% e Minas Gerais tinha 11,5%. Os dois estados perdiam apenas para São

Paulo, onde estavam 13,7% dos afrodescendentes, já que, em virtude do seu maior desenvolvimento econômico esta unidade atraiu muitas migrações de contingentes pobres ao longo do século XX.

- Minas Gerais foi o maior importador de africanos do Brasil e um dos maiores da América em toda a história do tráfico atlântico de escravos. Tenho prazer especial ao afirmar isso. Com relação ao século 18, a liderança mineira era razoavelmente aceita. Mas quando levantei essa tese sobre o século 19, lá nos anos 1980, usando estimativas e métodos indiretos, muita gente dizia que eu era doido. Minha vingança veio por volta de 2000, com o levantamento dos códices da Intendência de Polícia da Corte, feito no ANRJ por pesquisadores da UFRJ. Essa documentação contém os registros oficiais da distribuição dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro — que era o maior porto escravista do mundo e o fornecedor exclusivo de africanos para todo o Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os registros mostraram, com detalhes de dia, mês, ano, número de escravos, nome do remetente, CPF e CNPJ, etc., que nas primeiras décadas do século 19, 40% de todos os africanos lá desembarcados se destinavam a Minas Gerais. Os outros 60% eram divididos entre a Corte, e as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo + Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo. Para aqui vinha também uma considerável parcela dos africanos desembarcados na Bahia.

Além da tradução da tese, que está sendo publicada exatamente como foi defendida em 1980 (com todos os defeitos da imaturidade do jovem pesquisador — de quem tenho muita saudade — e da paixão que todos os doutorandos têm por sua própria tese) o livro contém uma segunda parte, terminada em 2018, na qual apresento alguns resultados de novas pesquisas e novas reflexões, minhas e de outros, realizadas nessas quatro décadas. Revisito aí meu próprio trabalho com um olhar crítico, ou seja, crítico a mim mesmo, quarenta anos depois.

Nessa nova parte contesto outro dogma da história de Minas. Afirmo que a ideia de *ciclo do ouro* é um conceito equivocado, que conduz a várias distorções na interpretação do nosso passado. Demonstro que a concentração na mineração, que é preconizada pela historiografia econômica tradi-

cional, nunca existiu. A economia mineira do século 18 foi muito diversificada (com agricultura, pecuária, manufatura, comércio e serviços) desde os primeiros anos da colonização. A mineração de ouro era *apenas um setor entre vários outros*. A propalada *decadência* de Minas, que teria sido causada pelo declínio da extração aurífera, não passa de uma lenda criada por economistas do século 20, como Roberto Simonsen e Celso Furtado.

O cenário da diversificação *ultra precoce* da economia mineira, que é a base do descarte da tese da *decadência*, não é algo de minha exclusiva autoria: é a minha leitura do trabalho de muitos historiadores mineiros do final do século XX e principalmente do século XXI. São sobretudo historiadores *não-economistas*, o que nos remete ao aforismo famoso de Georges Clemenceau, em 1887: A história econômica é algo sério demais para ser largado na mão dos economistas.

Os pontos centrais da revisão foram muito bem aceitos, e hoje são parte da interpretação padrão da história da província. Mas mais importante do que essa aceitação foi a transformação que ela provocou. Até 1980 quase ninguém estudava o oitocentos mineiro. A historiografia tradicional achava que bastava estudar a economia cafeeira do Rio e de São Paulo, e a Minas oitocentista estaria estudada, por analogia ou por gravidade.

A tese resgatou Minas Gerais desse limbo, revelou uma identidade própria da província mineira, muito diferente daquela das *províncias cafeeiras*. Suscitou interesse, recolocou Minas na agenda de trabalho sobre a escravidão, gerou pesquisas originais e coleta de dados primários em arquivos.

O radicalismo de algumas das minhas posições gerou controvérsias. Surgiram críticas sobre vários pontos, e debates importantes, que ainda estão muito quentes. E ainda estarão por muito tempo, se Deus quiser. A tese mexeu em coisas que estavam adormecidas, irrigou-as e fez brotar coisas novas. Gosto muito mais de ouvir que ela provoca discussão, do que do aplauso puro e simples.

Fico feliz quando vejo um jovem mestrando discutir meu trabalho, e criticá-lo com o maior atrevimento. É isso que deve ser feito, é assim que o conhecimento avança. Foi isso que fiz lá atrás, em 1980. Aquilo mudou a interpretação da história de Minas. Agora outros vão me criticar, e vão

mudá-la outra vez. Não há mais lugar para cardeais, oráculos e modelos inatacáveis e paralisantes, como aqueles do século XX. Como todo conhecimento novo, minha tese é um ponto de partida, não um ponto de chegada. Porque isso não existe, graças a Deus.

Para terminar, agradeço aos muitos colegas que, aqui e no estrangeiro, falaram e escreveram palavras muito gentis sobre meu trabalho. Por ter ficado tanto tempo sem publicação, alguns mais generosos, talvez mais exagerados, como Afonso Alencastro, Laura de Mello e Souza, e outros, chegaram a dizer que *Crescendo em Silêncio* havia se tornado um clássico inédito.

Agradeço a todos de coração, mas devo dizer que a palavra *clássico* me dá medo. Essa era a palavra que eu usava, sempre entre aspas, lá em 1980, para escrachar a interpretação tradicional que queria destruir. Só espero que agora, ao deixar de ser *inédita*, *Crescendo em Silêncio* deixe também de ser um *clássico*.

Belo Horizonte, novembro de 2018

Navegar Não é Preciso

Os Mineiros e o Tráfico de Escravos nos Séculos XVIII e XIX*

Roberto Borges Martins

Neste artigo mostramos que apesar de ter entrado tardiamente em cena, de ser uma região mediterrânea — cercada de terra por todos os lados — e uma economia bem distante do paradigma plantacionista-primário-exportador que é normalmente associado com a escravidão moderna, Minas Gerais foi um dos principais destinos do tráfico atlântico no Brasil e em toda a América. Não sei dizer se houve mineiros atuando na etapa marítima desse comércio, mas posso afirmar, com certeza, que eles se esbaldaram em seu segmento final, a “terceira perna”, na qual foram simultaneamente os principais clientes e agentes muito importantes.

Na primeira parte do trabalho apresento algumas estimativas do volume total de escravos importados por Minas até 1850, para estimular esse debate — que já está atrasado há várias décadas. Na segunda parte analiso alguns aspectos da melhor base de dados já produzida sobre a distribuição dos escravos do Rio de Janeiro para os destinos finais no interior, que chamo de “terceira perna” do tráfico.

* Este artigo foi terminado em abril de 2018, para ser apresentado no Seminário sobre a Economia Mineira, do Cedeplar, em Diamantina, que acabou não sendo realizado naquele ano.

PRIMEIRA PARTE
IMPORTAÇÕES DE ESCRAVOS POR MINAS GERAIS

Minas Gerais entrou muito tarde no tráfico atlântico de escravos, porque só começou a existir no apagar das luzes do século XVII. Quando a capitania nasceu, as principais colônias inglesas, francesas e holandesas, bem como várias partes da América espanhola e todas as regiões da América portuguesa já eram clientes do mercado negreiro há muito tempo. Mas quando entrou no circuito, Minas o fez em grande estilo, e tornou-se um dos principais destinos dos africanos que cruzaram o oceano como cativos.

Tão logo o ouro foi descoberto, por volta de 1795, escravos começaram a ser transferidos em larga escala para a região das minas, seja através de vendas, seja por meio de migrações dos senhores com suas escravarias. Foram vãs as tentativas da coroa portuguesa para impedir a drenagem da força de trabalho de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro para as áreas mineradoras.

O rush minerador gerou grandes aumentos no preço dos cativos, e o tráfico atlântico reagiu com muita agilidade. A nova demanda brasileira provocou uma mudança imediata no patamar global do comércio negreiro, causando, no quinquênio logo após os primeiros achados, um aumento de 67% em relação a igual período anterior. Nas duas décadas que se seguiram às descobertas (1701 a 1720) a colônia portuguesa recebeu mais africanos do que todas as Índias Ocidentais inglesas, francesas, holandesas e dinamarquesas juntas.

Entre 1691 e 1695, o Brasil importava cerca de 9 mil africanos por ano, em média. No lustro seguinte, 1796 a 1700, com a descoberta do ouro, o nível mais que dobrou, passando a 19.500 por ano, com o incremento sendo distribuído entre os portos da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro,¹ que eram todos fornecedores de cativos para Minas Gerais. As entradas de escravos foram duplicadas na Bahia e no Rio, e quase triplicadas em Pernambuco. O crescimento continuou firme até o início da década

1 Neste trabalho consideramos que na Trans-Atlantic Slave Trade Database (doravante STDB) os destinos “Sudeste do Brasil” e “porto do Rio de Janeiro” são sinônimos até 1830. Nesse período, de tráfico legal, desembarcaram no porto do Rio 99,4% de todos os africanos desembarcados no Sudeste. Todos os dados sobre as importações internacionais de escravos são da STDB.

de 1721–1730, estabilizando-se em torno de 19 mil por ano — duas vezes e meia o volume anterior à corrida do ouro — até os anos 1771–1780. Nos dois decênios finais dos setecentos, as importações brasileiras voltaram a crescer vigorosamente, atingindo 24 mil por ano em 1781–1790, e 28 mil por ano em 1791–1800. Nessa última década, o Brasil importou, a cada ano, 3,7 vezes mais africanos do que importava antes do nascimento de Minas Gerais.

Nas primeiras décadas dessa arrancada, a Bahia liderava com folga os portos escravistas brasileiros e o fornecimento de escravos para Minas. Com a progressiva consolidação do Caminho Novo, a participação do Rio de Janeiro — como destino dos africanos e como fornecedor da capitania mineira — foi crescendo até assumir, em 1751–60, a liderança, que manteve até a abolição final do tráfico. Talvez por isso, a historiografia costuma enfatizar o desempenho do Rio, deixando em segundo plano o importante e prolongado papel da Bahia como empório de africanos para Minas.

O primeiro impacto das descobertas foi sobre o tráfico baiano. Segundo Curtin, “a corrida do ouro em Minas Gerais aumentou muito a demanda por escravos no Brasil nos anos 1690 e décadas seguintes, e isto se refletiu no tráfico da Bahia. Entre 1681 e 1700, 76 navios saíram da Bahia para a África. Na década de 1701–10 esse número cresceu para 217 navios.”²

No quinquênio seguinte às descobertas, os desembarques na Bahia dobraram em relação ao anterior, passando de 3.760 para 7.500 em média por ano. Entre 1721 e 1750 entravam nesse porto cerca de 9 mil escravos por ano, boa parte dos quais se destinava a Minas. No meado do século, com o advento do Caminho Novo, o tráfico baiano sofreu com o desvio de parte da demanda mineira para o Rio de Janeiro, mas recuperou-se e continuou sendo um importante porto do comércio negreiro e um destacado fornecedor de Minas Gerais ao longo da segunda metade do século XVIII. Quando a corte portuguesa mudou-se para o Brasil, a Bahia já tinha suplantado o nível de 1750, e seguia enviando negros novos para Minas.

2 Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969, pp. 209–10.

O volume de africanos entrados em Minas através dessa fonte foi muito grande, como sugerido pelo próprio perfil temporal do tráfico lá desembarcado. Segundo Herbert Klein, até os anos 1750, “algo como 60% dos escravos chegados ao porto de Salvador estavam sendo reexportados para as minas de ouro do interior”.³ De acordo com Maurício Goulart, entre 1728 e 1748, cerca de 40% dos africanos recebidos por aquele porto tomavam o “caminho das Gerais”, pelos vales do São Francisco e do rio das Velhas. Goulart estima ainda que havia um fluxo adicional de cerca de 660 africanos por ano vindos de Pernambuco e da Paraíba.⁴

Outros autores, mesmo sem fixar números, também afirmam que da Bahia entrava um grande volume de africanos para Minas na primeira metade do século XVIII. João Lúcio de Azevedo relata que de lá vinham “os gados criados no sertão para o consumo das terras do ouro, assim como escravos *em quantidade*”.⁵ Júnia Furtado descreve em detalhes muitos casos de comboieiros profissionais e de viandantes não-especializados, que operavam na rota Bahia-Minas, trazendo negros para a capitania interior.⁶ Raphael Freitas Santos escreveu que “mesmo com todos os riscos, esse comércio foi uma atividade bastante importante ao longo de toda a primeira metade do século XVIII — embora tenha atingido seu ápice nas primeiras décadas da centúria.”⁷ Eduardo França Paiva, baseado em “evidências testamentais e inventariais”, afirma que “uma *enorme parcela* de escravos,

3 Herbert S. Klein. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1986, p. 68.

4 A tabela de arrematações dos direitos de saída de escravos para Minas, à p. 170, indica que as remessas de Pernambuco prosseguiram até pelo menos 1757–59. Vale lembrar que até 1824 a capitania/província de Pernambuco fazia fronteira com Minas Gerais, pela comarca do São Francisco, no sertão. Maurício Goulart. *A escravidão africana no Brasil, das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975, pp. 165–66, 170.

5 João Lúcio de Azevedo. *Épocas de Portugal Econômico. Esboços de História*. 3ª. ed. Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & Cia. (Filhos) Ltda, 1973, p. 326. Os itálicos são meus.

6 Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 124, 194, 245–46, 260–67.

7 Raphael Freitas Santos. *Minas com Bahia: Mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese de doutorado em História, UFF, 2013, p. 276.

entre as décadas de dez e de oitenta do século XVIII, chegara a Minas pela Bahia”.⁸

É certo que, embora possa ter se reduzido, esse fluxo não cessou, e continuou até o final do setecentos e além dele. Maurício Goulart afirma que entre 1760 e 1765 saíam da Bahia para Minas Gerais cerca de 1.110 escravos por ano.⁹ Segundo Alexandre Vieira Ribeiro, “após o auge da atividade mineral, as minas continuaram a absorver os escravos que desembarcavam em Salvador, mesmo que de forma reduzida se comparado com a primeira parte do século”. Analisando o códice 249, do Arquivo Público do Estado da Bahia, constatou que “entre 1760 e 1770 foram enviados 10.081 escravos da Bahia para Minas, correspondendo a 58,7% de todos os escravos saídos de Salvador para outros destinos, incluindo aqueles na própria Bahia”.¹⁰

Trabalhando com a mesma fonte, Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva, chegaram a resultados semelhantes: entre 1759 e 1772,

foram emitidos 3.039 passaportes para condução de escravos, dos quais 1.732 para destinos em Minas Gerais. Foram conduzidos 19.917 escravos, sendo 17.632 africanos (88,5%). Do total de escravos despachados de Salvador, pelo menos 11.702 (58,8%), dos quais 10.674 (91,2%) eram africanos, foram para destinos em Minas.¹¹

Raphael Freitas Santos mostra que esse tráfico estava operante e muito vivo em pleno terceiro quartel do século. Relata, em sua tese, a for-

8 Eduardo França Paiva. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716–1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 72. Meus itálicos.

9 Goulart. *A escravidão africana no Brasil*, p. 170.

10 Alexandre Vieira Ribeiro. E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina 2006, p. 7.

11 Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva. Via Bahia: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759–1772. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina 2006, p. 5. Todos esses estudos mostram que havia dois diferentes fluxos da Bahia para Minas: o principal era terrestre, pelo Caminho do Sertão, e o outro enviava os africanos por cabotagem, via porto do Rio de Janeiro.

mação, no final da década de 1770, de uma sociedade “destinada a comprar escravizados no porto de Salvador e revendê-los nas Minas Gerais”, e notícias de traficantes de escravos da Bahia para os sertões de Minas Gerais, em 1768, 1775 e 1776. Segundo esse autor, “devido à alta rentabilidade das empresas, mesmo depois do declínio da oferta aurífera, continuaram circulando escravizados africanos através das rotas mercantis que ligavam o porto de Salvador à capitania de Minas Gerais”.¹² É importante observar que não há nada de surpreendente no fato desse tráfico prosseguir “mesmo depois do declínio” do ouro. Acontece, simplesmente, que esses escravos não eram mais destinados apenas à atividade mineradora, mas também (e principalmente) a outros setores da economia.

No alvorecer do século XIX, em 1802, em sua *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas*, o professor Luís dos Santos Vilhena informava que a Bahia havia perdido muito do comércio de Minas, “depois que o comum dos mineiros começou a frequentar o Rio de Janeiro”, mas que, além de alguns outros itens, permanecia a “exportação de *bastantes* escravos que o Rio não pode subministrar-lhes com a precisa abundância”. O Rio de Janeiro, já nessa época o maior porto escravista do mundo, não conseguia fornecer todos os escravos demandados pelos mineiros, que tinham de complementar suas compras naquela praça com *bastantes escravos do mercado da Bahia*.¹³

Um estudo recente, ainda em desenvolvimento, é ainda mais enfático sobre a importância da Bahia na formação do plantel mineiro. Os autores informam

que nossa recente pesquisa mostra que cerca de 95% dos africanos chegados a Salvador eram enviados para fora da capitania, principalmente para as minas de ouro de Minas Gerais. Estamos atualmente em vias de concluir um projeto (...) intitulado *Da Bahia ao Valongo: tráfico de escravos de Salvador para as Minas Gerais. 1700–1799* (...) onde esses dados serão apresentados.¹⁴

12 Santos. *Minas com Bahia*, pp. 277–79, 288.

13 Luís dos Santos Vilhena. *A Bahia no Século XVIII. Bahia*: Editora Itapuã, 1969, vol. 1, p. 57. Publicado originalmente em 1802, com o título *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas*, etc. Os itálicos são meus.

14 Carlos Eugênio Líbano Soares and Raíza Cristina Canuta da Hora. African mothers in the city of Bahia, 1734–99. *Women's History Review* 2017, p. 15, nota 22.

Não paira dúvida, portanto, de que no século XVIII, tanto na fase de ascensão do setor aurífero, quanto na fase do seu declínio (que absolutamente não significou a decadência da economia mineira), o fluxo de africanos da Bahia para Minas foi contínuo e volumoso, e absorveu uma parcela ponderável dos escravos chegados e saídos do porto baiano.

A outra grande fonte de africanos para Minas foi, é claro, o Rio de Janeiro. Nos 45 anos anteriores à descoberta das jazidas, de 1651 a 1695, a importação de escravos por esse porto permaneceu estagnada em torno de 2.500 por ano, em média. No quinquênio imediatamente posterior ao anúncio do ouro o número mais que dobrou, passando para mais de 5.200 escravos por ano e, na década de 1711 a 1720, o Rio já importava 5.500 escravos em média, superando Pernambuco, para sempre. Na metade do século, em 1751–60, com a consolidação do Caminho Novo, recebeu mais de 8.000 africanos por ano, e ultrapassou, também para sempre, a Bahia,¹⁵ tornando-se o principal destino do tráfico no Brasil. Na última década da centúria que a historiografia antiga chamava erroneamente de “século do ouro”, desembarcaram a cada ano no Rio de Janeiro, cerca de 12 mil africanos, quase cinco vezes o número que era importado antes da existência de Minas Gerais.

O Rio era a porta de entrada para todo o sudeste e o sul da colônia, mas a maior parte dos africanos ali desembarcados no século XVIII foi absorvida por Minas Gerais. As economias fluminense e paulista eram pouco expressivas nesse período,¹⁶ o Rio Grande empregou pouquíssimos escravos até o século XIX, e a outra capitania do sul, Santa Catarina, tinha uma população cativa numericamente irrelevante. A transformação do Rio em um grande porto escravista deveu-se inteiramente à demanda mineira e, na segunda metade do século, embora tenha havido algum florescimento agrícola na capitania fluminense — arroz, anil, e uma expressiva produção

15 A afirmação é válida para os totais por década. Nos números anuais ainda houve uns poucos anos de liderança baiana.

16 Sobre a precariedade da economia paulista até bem tarde nesse século, veja Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 8ª. ed. 1961, pp. 61–62; e Alice P. Canabrava. Uma economia de decadência: Os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia* 26 (4) (out/dez. de 1972).

de açúcar nas últimas décadas — Minas continuou recebendo grande parte dos africanos chegados pelo porto carioca.¹⁷

A historiografia antiga sustentava que, com o colapso da mineração, a economia mineira entrara em decadência, daí resultando a paralização ou mesmo a reversão do fluxo de importação de escravos, que teria se transformado em exportação para as “nascentes áreas cafeeiras”. Não há espaço para demonstrar aqui o absurdo (e o ridículo) dessas posições. Vamos apenas afirmar que há muitas décadas a demanda mineira por cativos já não era determinada pelo setor minerador, mas sim por um conjunto diversificado de atividades econômicas, que funcionavam normalmente apesar do declínio do ouro. Ao longo de toda a segunda metade dos setecentos, bem como nos oitocentos, a economia mineira permaneceu robusta e saudável — não passou por qualquer crise ou depressão — e continuou demandando grande quantidade de escravos, como se vê nas evidências alinhadas abaixo.¹⁸

Em seu relatório de transmissão do cargo em junho de 1779, o vice-rei marquês do Lavradio, refere-se várias vezes às entradas de escravos para a capitania mineira como algo corriqueiro e frequente.¹⁹

Em 1780, José João Teixeira Coelho, que fora intendente do ouro em Vila Rica durante toda a década anterior, menciona várias vezes as entradas de escravos novos para Minas, e a arrecadação dos direitos de sua importação. Em 1778, essa receita atingiu mais de 13,6 contos de réis, com a entrada de mais de 4.500 negros novos, somente nesse ano. Em outro trecho o desembargador informa que “tem-se calculado que em cada ano entram para Minas quatro mil escravos, pouco mais ou menos”. Esse número representa 49,3% da média anual de africanos desembarcados no sudeste

17 Veja Fábio Pesavento. Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Tese de doutorado em Economia, UFF 2009.

18 Sobre a diversificação e a prosperidade da economia mineira nos séculos XVIII e XIX, veja Roberto B. Martins. Quarenta anos depois. Parte II de *Crescendo em Silêncio. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM e ABPHE, 2018.

19 Relatório do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro*, nº. 16, janeiro de 1843, pp. 446, 450–51.

brasileiro no quinquênio 1776–1780, ou 24% dos desembarques anuais no Sudeste e na Bahia somados, no mesmo período.²⁰

Em memória escrita na mesma época, José Joaquim da Rocha também menciona a importação de escravos pelo registro de Matias Barbosa, e informa que cada negro novo pagava 3.000 réis de direitos de entrada, ali e em todos os outros registros onde se cobravam esses direitos.²¹

Em 1791, a licença dada pela rainha a um comerciante de Lisboa, a “instâncias do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena (...) para ir a Benguela carregar de escravos, e conduzi-los em direitura ao porto de Santos”, para vendê-los para Minas Gerais, gerou um imediato e vigoroso protesto do conde de Rezende, D. José Luís de Castro, em defesa dos interesses do Rio de Janeiro. O vice-rei ponderou ao ministro Martinho de Melo e Castro que, se o projeto “não for de alguma forma interrompido, seguir-se-iam “prejuízos gravíssimos à Fazenda Real, à agricultura e ao comércio do Rio de Janeiro”. A pretensão paulista foi derrotada, mas o episódio revela, mais uma vez, que o mercado mineiro de escravos novos era pujante e cobiçado.²²

Angelo Carrara localizou dados fiscais que permitem estimar a entrada de mais de 40 mil africanos, *apenas* pelos registros do Caminho Novo, Mantiqueira, Rio Pardo e Jacuí, entre os anos de 1785 e 1807.²³

Analisando inventários de habitantes da comarca do Serro, no outro extremo da capitania, referentes às décadas de 1780–1789, 1790–1799 e 1800–1810, José Newton Coelho Meneses observou uma presença africana

20 José João Teixeira Coelho. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Geraes [1780]. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 3ª. série, nº. 7, 4º. trimestre de 1852, pp. 378, 392; e STDB.

21 José Joaquim da Rocha. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais [1780]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, pp. 123–24.

22 Carta do conde de Rezende representando contra a licença de Sua Majestade a Jacinto Fernandes Bandeira, negociante da praça de Lisboa (1791). *Archivo do Districto Federal. Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*. Volume I (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894, pp. 480–81.

23 O levantamento de Carrara registra diretamente cerca de 21 mil entradas. Minha estimativa resulta de ajustes para preencher lacunas temporais nos registros. Nada foi feito para corrigir sonegações e contrabando, nem para incluir outros postos aduaneiros. Angelo Alves Carrara. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674–1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, pp. 337–46.

muito alta e crescente nas escravarias, assim como, consistentemente com esse achado, uma altíssima e também crescente preponderância do sexo masculino, evidenciando mais uma vez a continuada entrada de africanos nessa população. Em conclusão, Meneses observa que “essas cifras indicam um crescimento da importação de cativos no período, evidência de uma atividade econômica ativa que permite esse investimento por parte da elite proprietária”.²⁴

Mais evidência da manutenção de altíssimos níveis de africanidade — *ergo*, de importações — é fornecida por Raphael Freitas Santos, que mostra que no distrito de Ouro Preto a africanidade dos escravos era de 60% em 1754–1773, já na fase de franca decadência do ouro; de 61% no distrito de São João del Rei no mesmo período; e de 72% na comarca do Rio das Velhas também no terceiro quartel do século.²⁵ Algumas pessoas parecem não se dar conta de que 60% significa um *altíssimo* nível de africanidade, que só pode ser sustentado mediante contínuas injeções de indivíduos africanos na população. Como, por definição, não podem nascer africanos na América, qualquer interrupção nas importações causaria uma queda no grau de africanidade. Como a taxa de mortalidade dos africanos era muito alta, essa queda seria grande e rápida. Mais que isso, dadas as altas taxas de mortalidade, mesmo uma *simples desaceleração* das importações já provocaria um expressivo declínio no nível de africanidade.²⁶

Existem muitas outras evidências de natureza demográfica, referentes à capitania, suas comarcas, termos, freguesias e distritos, que permitem detectar, direta ou indiretamente, pela análise dos sexos, raças e estrutura etária, a ocorrência de migrações (que no caso de escravos significam tráfico) e a presença de africanos. Essas e outras evidências não serão apresentadas aqui porque, além de longas e chatas, são desnecessárias. Na

24 José Newton Coelho Meneses. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, pp. 202–206.

25 Raphael Freitas Santos. Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais. In: *ABPHE. II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica (Niterói 2004)*.

26 Veja, por exemplo, o caso da Jamaica e das demais Índias Ocidentais Britânicas, que comento em Roberto Borges Martins. Notas sobre a demografia das populações escravas da América. In: *Cedeplar-UFMG. XVII Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 2016)*.

verdade, não é preciso gastar muito verbo para demonstrar que Minas Gerais ficou com grande parte do fluxo de africanos chegados aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia no século XVIII, e ao porto do Rio no século XIX. O simples exame da evolução das populações escravas das capitanias alimentadas por estes portos é capaz de demonstrar isso.

No final do século XVII o Rio de Janeiro certamente já contava com uma escravaria de vários milhares de indivíduos. Segundo especialistas, no ano de 1700, a capitania já tinha, além de outras atividades econômicas, 131 engenhos.²⁷ Até 1695 (antes de existir Minas Gerais) já haviam desembarcado em seus portos, cerca de 200 mil africanos, quase exclusivamente para si mesma, dada a situação rudimentar da economia paulista do período.

Entretanto, apesar do razoável desenvolvimento agroexportador, do considerável número de engenhos, e de terem entrado no porto do Rio mais de 550 mil africanos entre 1696 e 1780, no final da oitava década do século XVIII, sua população escrava era de apenas 84 mil indivíduos — aí incluída a cidade do Rio de Janeiro, capital da colônia. O contingente cativo da celebrada região açucareira de Campos dos Goitacazes não passava de 12 mil escravos.²⁸

Muito mais modesta era a população servil da capitania de São Paulo. Não é preciso elaborar sobre a rusticidade da economia paulista até o final do século XVIII, basta anotar que em 1772 a capitania tinha apenas 22.039

27 Mauricio de Almeida Abreu. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro: séculos XVI e XVII. *Scripta Nova*, vol. X, nº. 218 (32) 2006, p.14; Pesavento. Um pouco antes da Corte, p. 29.

28 Mappa geral das cidades, villas e freguezias que formão o corpo interior da Capitania do Rio de Janeiro, com declaração do número de seus templos, fogos, etc. Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 47 (1884), pp. 27–29. João Fragoso e Manolo Florentino, por exemplo, atribuem à capitania 323 engenhos com 11.623 escravos em 1778, e o total de 82.448 escravos em 1789. João Fragoso e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, pp. 36, 40. Segundo Renato Marcondes, a capitania tinha em 1780, 98.734 escravos, dos quais 31.363 no setor açucareiro. Renato Leite Marcondes. O evoluer demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780–1840). *Estudos Econômicos* (São Paulo). Volume 25 (2), maio-agosto 1995, p. 263.

escravos, em 1777, 25.248 e, em 1798, ainda tinha somente 32.489 cativos. Segundo Luna e Klein, em 1799 havia em São Paulo 574 engenhos, mas eles só empregavam 7.493 escravos.²⁹

Minas Gerais, por seu lado, começa sua história, nos últimos anos do século XVII, com zero escravos. Em 1738 já tinha uma população cativa de 101.607 indivíduos, segundo as matrículas da capitação. Esse número oscilava e, em 1749, eram 85.337, segundo a mesma fonte.³⁰ Em 1786, a capitania tinha 188.941 escravos,³¹ ou seja, por volta de 1780, a população escrava de Minas, que começara do zero na virada do século XVIII, era mais que o dobro da fluminense, e mais de sete vezes a de São Paulo.

Apresento abaixo algumas estimativas das importações mineiras de africanos, baseadas nos desembarques, segundo a STDB, nos três portos que forneceram escravos para Minas, e nas porcentagens desses desembarques que teriam tocado a Minas em cada período.

É impossível saber com precisão as parcelas que cabem a cada capitania. O rateio abaixo, que ofereço ao debate, é uma *educated guess* baseada nas informações disponíveis, mas é deliberadamente conservador, especialmente no que diz respeito aos escravos da origem Sudeste. Existem razões para acreditar que Minas Gerais foi, no século XVIII, o destino de uma fatia ainda maior dos africanos aportados no Rio de Janeiro, do que aquela que apresento, mas resolvi atenuar propositalmente as parcelas, para não chocar os incrédulos. O valor do “resto” das importações do Sudeste, é um elemento muito relevante para o debate, pois este é o número de africanos que têm de ser alocados, ou *acomodados*, nas capitanias do Rio de Janeiro,

29 As fontes são, respectivamente: Mapa Geral da Capitania de São Paulo de todos os fogos, homens, mulheres, meninos, velhos e escravos que se acharam nas vilas e freguesias, segundo as listas que se mandaram tirar neste ano de 1772. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brazil)*, 1901. Sétima parte. Documentos interessantes, p. 813 (exceto 2 vilas e 5 povoações); Francisco Vidal Luna e Herbert Klein. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, São Paulo: Edusp, 2006, pp. 53, 61; e Maria Luíza Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1770–1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p. 215 (exceto a capital).

30 *Código Costa Matoso*. Reedição: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, vol. 1, pp. 406–413. Pelo menos parte da oscilação é certamente devida à sonegação.

31 População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV (1899), pp. 294–296. Esse total resulta do número publicado de escravos (174.135), mais o rateio dos 30.851 habitantes “sem detalhes”.

de São Paulo, e outras, as quais, como vimos, tinham escravarias modestas. Obviamente, quanto menor for a parcela atribuída a Minas Gerais, maior será a quantidade de escravos que terá de “caber” no Rio, em São Paulo, e nos demais destinos servidos por esse porto. Estamos claramente diante de uma “síndrome do cobertor comprido”.

Tabela 1
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1696–1750

Portos	Destino			% Minas
	Total	Minas	Outros	
Bahia	453.581	272.149	181.432	60
Pernambuco	217.399	10.870	206.529	5
Sudeste	307.739	184.643	123.096	60
Total	978.719	467.662	511.057	48

Tabela 2
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1751–1780

Portos	Destino			% Minas
	Total	Minas	Outros	
Bahia	220.033	66.010	154.023	30
Sudeste	245.474	98.190	147.284	40
Total	465.507	164.200	301.308	35

Assim, mesmo sabendo que o contingente servil de Minas foi formado pela conjugação dos tráficos baiano e carioca, é impossível não concluir que, se as taxas de sobrevivência dos escravos novos não fossem absurdamente diferentes, Minas Gerais absorveu a maior parte dos africanos chegados ao porto do Rio de Janeiro entre 1696 e 1780, e uma grande parcela do total do século XVIII.

Nas duas últimas décadas do século XVIII e na primeira do XIX, as populações escravas do Rio de Janeiro (capitania e cidade) e de São Paulo tiveram um crescimento vigoroso, enquanto a de Minas Gerais ficou praticamente estagnada. Em 1818 a escravaria paulista atingiu 48.293 indivíduos e, em 1821, a fluminense chegou a 173.775, e a mineira alcançou 181.821 escravos. A população cativa do Rio Grande do Sul, embora pequena, também teve um aumento espetacular nesse período, passando de 5.095 em 1780, para 20.611 em 1814.³² Sabemos que nesse período, Minas Gerais continuou recebendo escravos da Bahia, e que teria de importar um contingente considerável, apenas para manter a sua grande escravatura, mas seu pequeno crescimento, conjugado com o forte incremento nas populações paulista, fluminense e gaúcha, sugere que a parcela de Minas nas importações do Sudeste deve ter se reduzido. A tabela 3, a seguir, incorpora essas considerações.

Tabela 3
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1781–1810

Portos	Total	Destino		% Minas
		Minas	Outros	
Bahia	281.759	28.176	253.583	10
Sudeste	370.485	111.146	259.340	30
Total	652.244	139.321	512.923	21

32 Fontes: Mapa dos Fogos, Pessoas Livres e Escravos compreendidos nas Freguesias da Cidade e Província do Rio de Janeiro, [1821]. Arquivo Nacional, Códice 808, v. 4, folha 17; Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista*, p. 216; Notícias e Reflexões Estadísticas a respeito da Província de Minas Geraes, por Guilherme, Barão d' Eschwege. *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Tomo IX. Lisboa: na Typografia da mesma Academia, 1825. p. 9; Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780, *apud* Marcos Vinícios Luft. Considerações acerca da demografia escrava na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul através dos mapas populacionais (1780–1805); Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 51.

Com relação às primeiras décadas do século XIX, não é preciso especular, pois temos *dados observados*, obtidos nos registros da Intendência de Polícia da Corte, por João Luís Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, no projeto IPEA-LIPHIS.³³

Esses documentos revelam que na década de 1811–1820, Minas Gerais recebeu 39% dos escravos novos aportados no Rio, a província fluminense ficou com 51%, e São Paulo com 6,5%, restando 3,5% para os outros destinos. As altas participações de Minas e do Rio de Janeiro nessa época não surpreendem, pois este foi o período de permanência da Corte portuguesa, no qual as economias mineira, fluminense e carioca foram as mais estimuladas.³⁴ Aplicando esta porcentagem ao total estimado pela STDB, e atribuindo à Bahia um pequeno fluxo que é mencionado por observadores contemporâneos,³⁵ obtemos o quadro abaixo.

Tabela 4
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1811–1820

Portos	Total	Destino		% Minas
		Minas	Outros	
Bahia	115.337	5.767	109.570	5
Sudeste	223.161	87.033	136.128	39
Total	338.498	92.800	245.698	27

A década seguinte, 1821–1830, foi o período de implantação dos setores cafeeiros dos vales do Paraíba fluminense e paulista, o que gerou um considerável incremento nas importações do Sudeste. A província do Rio recebeu 33% dos negros novos, e houve um grande aumento na partici-

33 Veja abaixo as referências sobre esta fonte.

34 Veja, sobre os estímulos recebidos pela economia mineira no período joanino, Roberto B. Martins. *A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. Impactos sobre Minas Gerais*.

35 Veja, por exemplo, Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974, pp. 33–34, e J. B. von Spix e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, vol. 1, pp. 208–09, 312; vol. 2, pp. 241–42.

pação de São Paulo, que absorveu 16,5% dos importados.³⁶ Outro fator importante no aumento das entradas no Sudeste foi o surto de importações especulativas causado pelas pressões abolicionistas e pela convenção anti-tráfico anglo-brasileira de 23 de novembro de 1826. Embora não participasse nesta época da gestão da lavoura cafeeira, Minas Gerais apoderou-se da maior parcela dos africanos importados no período, ficando com 41%, de acordo com os dados, *também observados*, da Intendência de Polícia da Corte.³⁷

Tabela 5
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1821–1830

Portos	Total	Destino		% Minas
		Minas	Outros	
Sudeste	337.889	138.534	199.355	41
Total	337.889	138.534	199.355	41

Não há nenhuma razão para supor que a fatia de Minas Gerais tenha diminuído nas décadas finais do tráfico internacional. Os mineiros foram grandes clientes do comércio negreiro na fase legal e continuaram a sê-lo na ilegalidade. Estiveram entre os principais oponentes à convenção de 1826 e à lei de 1831, que descumpriram sistematicamente e tentaram reiteradamente derrogar.

Entre as muitas evidências de que a província continuou importando numerosos africanos, podemos citar, por exemplo, a notícia publicada no *Universal*, em 1835, onde se afirma que “o pernicioso tráfico da escrava-

36 Entre 1818 e 1836, a população escrava paulista passou de 48 mil para 87 mil indivíduos. Daniel Pedro Muller. *Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. 3ª. edição facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. p. 169.

37 Essas estimativas são inteiramente consistentes com depoimentos da época, sobretudo com os relatos de visitantes estrangeiros como Spix e Martius, Eschwege, Freireyss, Saint-Hilaire, Pohl, Debret e Walsh, que acorreram ao Brasil na esteira da mudança da Corte portuguesa. Veja Roberto B. Martins. *Crescendo em Silêncio. A incriveel economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM e ABPHE, 2018, pp. 138–141.

tura infelizmente ainda continua, ainda vemos entrar *com frequência grandes comboios* desta gente desgraçada”.³⁸

Cunha Matos afirmava, em 1837, que a balança do comércio de Minas com as cidades litorâneas era desfavorável à primeira devido às importações de africanos. “Diminuída que seja a importação dos escravos, talvez a balança do comércio seja em favor dos mineiros”.³⁹

Anos depois, o *Universal* publicou a discussão de 8 de março de 1839, na Assembleia Legislativa Provincial, na qual os deputados se perfilavam com os “justos clamores” de toda a província contra a lei de 1831, e contra a proibição do tráfico, cujos braços “ainda são indispensáveis à manutenção e progresso de sua agricultura e mineração”. Deixavam claro que a lei não era cumprida, e pretendiam bloquear sua aplicação, preocupados com “a crítica situação [de] inúmeros dos nossos proprietários que (...) forçados pela necessidade, compraram *grande número de escravos*”, apesar das proibições da lei.⁴⁰

Em suas andanças por Minas Gerais, o botânico George Gardner anotou, também no final dos anos 1830, que “enquanto viajava pelo interior, via a todo momento tropas de escravos novos de ambos os sexos, variando de vinte a cem indivíduos que não podiam falar uma única palavra de português, sendo conduzidos terra adentro, para venda ou já pertencentes aos fazendeiros.”⁴¹

Vale a pena lembrar ainda que foi um mineiro, Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, que apresentou no senado, em 30 de junho de 1837, o projeto de revogação da lei de 1831. Esse projeto isentava completamente os compradores do crime de importação de escravos e determinava, literalmente, uma anistia geral e uma ampla indulgência futura — “Nenhuma ação poderá ser tentada contra os que tiverem comprado

38 *O Universal* (Ouro Preto), 10 de abril de 1835. Meus itálicos.

39 Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. 2 vols., 1979 e 1981, vol. II, p. 67.

40 *O Universal* (Ouro Preto), 25 de abril de 1839, pp. 2–3. Os itálicos são meus.

41 *Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern provinces, and the Gold and Diamond Districts, during the years 1836–1841*. By George Gardner, M. D., F. L. S. Superintendent of the Royal Botanic Gardens of Ceylon. Second edition. London: Reeve, Benham and Reeve, 1849, pp. 12–13.

escravos depois de desembarcados, e fica revogada a lei de 7 de novembro de 1831, e todas as outras em contrário”.⁴²

Não há espaço para comentar aqui seus detalhes, mas é interessante observar que o projeto era o exato contrário da proposta apresentada por David Turnbull à General Anti-Slavery Convention, reunida em Londres em junho de 1840. Diante da total ineficácia da repressão ao tráfico em alto mar ou no ato do desembarque, como era praticada, Turnbull sugeriu que as diligências focalizassem os barracões dos traficantes em terra e as fazendas. Ou seja, que em vez de tentar flagrar o contrabandista no ato do contrabando, se identificassem os receptadores e os compradores do produto contrabandeado.⁴³

Era também mineiro, de Vila Rica, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que acumulou os ministérios do Império e da Justiça no gabinete de 19 de setembro de 1837, e foi o grande líder do movimento regressista. Vasconcelos combateu ferozmente a convenção de 1826 e a lei de 1831, na Câmara e na imprensa, e no governo trabalhou diligentemente para escancarar novamente o Brasil ao tráfico negreiro.⁴⁴ Em debate na Câmara, já havia apresentado, na sessão de 24 de julho de 1835, uma emenda curta e grossa determinando que: “Fica abolida a lei de 7 de novembro de 1831.”⁴⁵

42 Artigos 5º. e 14º. *Anais do Senado*. Sessão de 30 de junho de 1837, pp. 175–81.

43 David Turnbull foi um importante abolicionista escocês e cônsul britânico em Cuba de 1840 até ser expulso da ilha em 1842. Seu projeto visava a repressão ao tráfico cubano, mas repercutiu fortemente no Brasil, cuja situação era idêntica à daquela colônia, assustando políticos e proprietários, e unificando o parlamento brasileiro em seu repúdio. O fantasma de Turnbull pairou sobre a escravidão brasileira até o fim. Veja: *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and held in London, from Friday, June 12th, to Tuesday, June 23rd, 1840*. London: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1841, pp. 251, 253–56, 463, e também Tâmis Peixoto Parron. *A Política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787–1846*. Tese de doutorado USP 2015, esp. pp. 417–18.

44 Veja Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the slave trade question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970, pp. 83–84. Veja também, Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830, vol. II, pp. 215–19.

45 *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 24 de julho de 1835, p. 109. O visconde de Goyana pronunciou-se contra a proposta de Vasconcelos, arguindo, entre outras

Outra indicação óbvia de que os mineiros continuaram importando um volume significativo de africanos na fase do contrabando é a manutenção integral do grau de africanidade da população escrava, entre o levantamento de 1831–32 e o de 1838–40. No agregado das listas nominativas do início da década, os africanos representavam 44,1% do total dos escravos, e no seu final o percentual se manteve quase inalterado, caindo apenas para 43,6%, apesar das altíssimas taxas de mortalidade dos africanos, especialmente dos novos.⁴⁶

Podemos mencionar ainda que o irado discurso de Lord Brougham, na House of Lords, em 2 de agosto de 1842, contra a participação de capital e de súditos britânicos no tráfico de contrabando, teve entre seus principais alvos as mineradoras inglesas instaladas em Minas, as quais preferiam comprar negros *boçais*, ou sejam, africanos, por serem mais baratos.⁴⁷ De fato, o exame do *slave purchase log* da Saint John d’El Rey Mining Company revela não apenas que a empresa continuou comprando muitos escravos no Rio de Janeiro após 1831, mas também que continuou sendo cliente de muitos traficantes do período legal, entre os quais alguns conhecidos negreiros internacionais.⁴⁸

Além disso, é preciso lembrar que esta foi a fase de gestação do setor cafeeiro de Minas, o qual, como já demonstramos *ad nauseam*, não foi tripulado às expensas de outras regiões da província, mas pelo tráfico atlântico. Por outro lado, o período assistiu à maturação e auge das lavouras

coisas que não julgava “muito decente que o corpo legislativo abula essa lei existente desde 1831 (...), não obstante ela já estar *em pouco uso*”. Colocada em votação, a emenda foi rejeitada. Meus *itálicos*.

46 APM. Listas nominativas de 1831–32 e APM. Listas nominativas de 1838–40. Para comentários e evidências sobre a altíssima mortalidade dos africanos “novos” e a sobre-mortalidade dos africanos em geral, no Caribe Britânico, em Saint Domingue, em Cuba e no Brasil, relatadas por contemporâneos e por historiadores, veja Martins. Notas sobre a demografia.

47 Lords sitting of 2 August 1842, Hansard (Slave Trade).

48 Marshall C. Eakin. *British Enterprise in Brazil. The Saint John d’El Rey Mining Company and the Morro Velho Mine, 1830–1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989, p. 195. Agradeço à Eakin pelo acesso às suas anotações manuscritas. Mais detalhes sobre isso e mais evidências sobre a continuidade das importações de Minas podem ser encontrados em Roberto B. Martins. Quarenta anos depois. Parte II de *Crescendo em Silêncio*.

cafeiras do vale do Paraíba fluminense e paulista, bem como a continuação dos setores açucareiros das duas províncias, o que demandou incrementos substanciais nas suas escravarias. Na antiga Corte, agora Município Neutro, a população servil também dobrou entre a independência e o fim do tráfico. A província e a cidade do Rio de Janeiro foram os principais beneficiários do *sprint* final do comércio negreiro. A população escrava mineira cresceu de 181.821 em 1821 para 317.760 em 1855; a fluminense de 173.775 em 1821 para 293.554 em 1850; a paulista de 48.293 em 1818 para 115.572 em 1854; e a da Corte, de 55.090 em 1821 para 110.602 em 1849. No recenseamento provincial fluminense de 1850, apesar das razões para ocultar a origem ilegal dos cativos, foram declarados africanos 58,9% de todos os escravos com origem conhecida (66% nos municípios cafeeiros, e 54% nos demais).⁴⁹ No Município Neutro, em 1849, os escravos africanos eram 60% do total.⁵⁰

Por essas razões, reduzi a parcela de Minas, e apresento a tabela abaixo, referente à última etapa do tráfico atlântico para o Brasil.

Tabela 6
 Importação de africanos, segundo portos de entrada
 e destino, 1831–1850

Portos	Destino			% Minas
	Total	Minas	Outros	
Sudeste	574.023	172.207	401.816	30
Total	574.023	172.207	401.816	30

Temos, portanto, o seguinte quadro, que resume as importações de africanos por Minas Gerais, desde o descobrimento do ouro (nascimento de Minas Gerais) até o fim do tráfico internacional.

49 *Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro feito em 1850*. Quadro C - População Escrava. Archivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro. Primeira Publicação. Niterói: Typ. de Amaral e Irmão, 1851.

50 Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 104.

Tabela 7
 Importação de africanos, segundo portos de entrada,
 período, e destino, 1696–1850

Portos	Período	Destino		
		Total	Minas	Outros
Bahia, Pernambuco e Sudeste	1696–1750	978.719	467.662	511.057
Bahia e Sudeste	1751–1780	545.679	164.200	381.480
Bahia e Sudeste	1781–1810	771.099	139.321	631.778
Bahia e Sudeste	1811–1820	419.958	92.800	327.158
Sudeste	1821–1830	504.105	138.206	365.899
Sudeste	1831–1850	574.023	172.207	401.816
Total	1696–1850	3.793.583	1.174.396	2.619.187

Ou, considerando separadamente as entradas de africanos pelo Sudeste e pela Bahia:

Tabela 8
 Importação de africanos (portos de entrada do Sudeste),
 segundo período e destino, 1696–1850

Portos	Período	Destino		
		Total	Minas	Outros
Sudeste	1696–1750	307.739	184.643	123.096
Sudeste	1751–1780	245.474	98.190	147.284
Sudeste	1781–1810	370.485	111.146	259.340
Sudeste	1811–1820	223.161	87.033	136.128
Sudeste	1821–1830	337.889	138.534	199.355
Sudeste	1831–1850	574.023	172.207	401.816
Total	1696–1850	2.058.771	791.753	1.267.018

Tabela 9
 Importação de africanos (portos de entrada da Bahia),
 segundo período e destino, 1696–1850

Portos	Período	Destino		
		Total	Minas	Outros
Bahia	1696–1750	453.581	272.149	181.432
Bahia	1751–1780	220.033	66.010	154.023
Bahia	1781–1810	281.759	28.176	253.583
Bahia	1811–1820	115.337	5.767	109.570
Bahia	1821–1830	97.925	0	97.925
Bahia	1831–1850	99.155	0	99.155
Total	1696–1850	1.267.790	372.101	895.689

Considerando as médias anuais das importações mineiras, por períodos e segundo a procedência dos cativos, temos o seguinte quadro:⁵¹

Tabela 10
 Minas Gerais: Importação de africanos,
 por período e porto de origem

Período	Porto de origem			Total
	Pernambuco	Bahia	Sudeste	
1696–1750	201	5.040	3.419	8.660
1751–1780	0	2.276	3.386	5.662
1781–1810	0	972	3.833	4.804
1811–1820	0	641	9.670	10.311
1821–1830	0	0	15.393	15.393
1831–1850	0	0	9.064	9.064

Os números alinhados acima significam que, entre a descoberta do ouro e o final do tráfico atlântico (1696 a 1850) Minas Gerais absorveu menos de 2% dos africanos chegados via Pernambuco, cerca de 29% dos

51 O aumento das médias em 1811–20 e 1821–30 parecem chocantes, mas são as estimativas mais seguras, porque são baseadas em números *observados*.

entrados pela Bahia, e cerca de 38% daqueles introduzidos pelo Rio de Janeiro.

Esses números são inteiramente plausíveis, e refletem, *grosso modo*, a distribuição das populações escravas na área atendida pelo tráfico do Rio de Janeiro, em diferentes momentos. No final do século XVIII, a população escrava de Minas era de 174 mil (1786), a do Rio de Janeiro (capitania e cidade) era de 99 mil (1780), a de São Paulo de 32 mil (1798), e a do Rio Grande do Sul de 12 mil indivíduos, também em 1798.⁵² Portanto, dos cerca de 318 mil escravos existentes na área cliente do porto do Rio na chegada do século XIX, 55% se encontravam em Minas. Em 1819, a população cativa total de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Corte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, e São Paulo, era de 501.138 indivíduos. A de Minas Gerais era 168.543, ou 34% desse total. Em 1854, logo depois de encerrado o tráfico atlântico, esse grupo de províncias tinha 973.943 escravos, dos quais 317.760, ou seja, 33%, pertenciam a Minas.⁵³

Subtraindo a parcela de Minas Gerais, no período 1696–1850, restam no portal baiano de entrada 895.689 africanos para serem distribuídos entre a própria Bahia e as demais áreas tributárias do seu tráfico. Se acrescentarmos os 281.854 cativos importados por ela antes da existência de Minas Gerais, teremos 1.177.543 africanos para si própria e seus clientes.

O mesmo exercício com relação ao Sudeste mostra que, depois da existência de Minas Gerais (1696–1850), excluída a parcela a ela destinada, restariam no Rio de Janeiro 1.267.018 africanos para serem repartidos entre a própria capitania/província do Rio de Janeiro, e as de São Paulo (inclusive o futuro Paraná), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo e, depois de 1834, o Município Neutro. Acrescentando os 199.576 importados até 1795, teríamos 1.466.594 africanos disponíveis para o rateio mencionado.

52 Luft. Considerações. Usei, deliberadamente, as estimativas mais altas disponíveis para o Rio e São Paulo, e a mais baixa para Minas Gerais.

53 No censo do Império, em 1872, já houvera realocações entre as províncias e regiões, e os antigos clientes do porto do Rio tinham 1.029.076 cativos, dos quais 381.893, ou nada menos do que 37%, estavam em Minas Gerais.

Esses exercícios não têm nenhuma pretensão à precisão. Eles se destinam simplesmente a promover o debate, estabelecer ordens de grandeza, e a sugerir que, desde que passou a existir, Minas Gerais foi o destino final de mais africanos do que a Bahia ou do que a província do Rio de Janeiro. Mesmo considerando toda a duração do tráfico atlântico, que começou quase dois séculos antes do nascimento de Minas, a absorção de africanos pela província interiorana ainda seria semelhante às do Rio de Janeiro e da Bahia.

Comparando com os outros principais destinos do tráfico internacional, podemos afirmar que mais africanos vieram para Minas do que foram para Barbados (493.164), St. Domingue (773.540), e Cuba (778.539), e talvez mais até mesmo do que para a Jamaica (1.019.594).

A volumosa importação de escravos por Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX e das últimas do século XVIII, pode ser demonstrada por vários outros ângulos, mas devido à escassez de espaço faremos apenas umas poucas considerações adicionais.

As listas nominativas de 1831–32 permitem demonstrar a existência de 108.703 africanos em Minas Gerais, entre escravos, livres e libertos. Muitos desses indivíduos foram registrados como “pretos”, mas podemos estar seguros de que eram africanos. Vários dos melhores historiadores da escravidão, no Brasil e em Minas, como Maurício Goulart, Hebe Mattos de Castro, João José Reis, João Fragoso e Roberto Guedes Ferreira, Douglas Libby e Clotilde Paiva, corroboram a visão de que, nesse período, a designação “preto” se referia exclusivamente aos africanos.⁵⁴ Ainda mais conclusivas são as evidências demográficas nesse sentido: as razões de masculinidade (homens por 100 mulheres) por raça ou origem, e por condição

54 Goulart. *A escravidão africana no Brasil*, p. 171, nota 83; Hebe Maria Mattos de Castro. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista — Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 34; João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 23; Clotilde Paiva, Douglas Libby e Márcia Grimaldi. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. Cedeplar-UFMG. IV Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 1988), p. 18.

(Tabela 11) e principalmente as distribuições etárias (Tabela 12) dos pretos e dos africanos *são virtualmente idênticas*.⁵⁵

Tabela 11
Minas Gerais: Razão de masculinidade,
por condição e raça, 1831

Condição	Raça			Branco
	Pretos	Africanos	Mestiços ¹	
Escravos	285	300	104	–
Livres	128	142	92	97
Forros	159	144	92	–
Todos	270	288	96	97

(1) Os mestiços incluem crioulos, pardos, cabras e mulatos.

Tabela 12
Minas Gerais: Distribuição etária dos escravos,
por raça, 1831¹

Idades	Pretos	Africanos	Mestiços ²
00–10	2,2	1,5	34,4
11–20	31,9	31,6	25,2
21–30	34,4	32,9	19,2
31–40	16,4	16,9	11,3
41–50	8,0	8,6	6,0
51–60	4,6	5,3	2,7
61 +	2,5	3,2	1,2
Total	100,0	100,0	100,0

(1) Inclui todos os indivíduos com idade e raça ou origem conhecida

(2) Os mestiços incluem crioulos, pardos, cabras e mulatos

55 Para mais detalhes sobre essas estimativas veja Roberto B. Martins. Quarenta anos depois.

Uma reta de mínimos quadrados ajustada às distribuições, ano a ano, das idades de todos os indivíduos pretos e todos os indivíduos africanos incluídos nas listas nominativas, tem a equação $y = 0,9992x + 0,0008$, com $R^2 = 0,9959$.

Como virtualmente todos os africanos que chegaram a Minas (e ao Brasil) nessa época fizeram-no na condição de escravos, esses indivíduos são o *estoque* de sobreviventes do *fluxo* de africanos que foram importados por Minas Gerais em anos anteriores a 1831. Como conhecemos as idades dos indivíduos desse estoque, podemos avançar um pouco mais, e estimar a época de sua chegada, ou as datas de sua importação. Assumindo que a idade média dos africanos ao chegar era de 20 anos e que todos os indivíduos com essa idade ou menos chegaram no último ano, podemos estabelecer a seguinte escala de chegadas:

Tabela 13
Minas Gerais: Data estimada da chegada dos escravos africanos sobreviventes em 1831

Sobreviventes em 1831	Idade em 1831 ¹	Chegada presumida ²
35.215	20 ou menos	1831
35.035	21–30	1821–1830
17.761	31–40	1811–1820
9.541	41–50	1801–1810
6.432	51–60	1791–1800
3.073	61–70	1781–1790
1.647	71 ou mais	1780 ou antes

(1) Não foi feito nenhum ajuste para corrigir a concentração nas idades redondas

(2) O ano de chegada de cada indivíduo é igual a 1831 menos sua idade mais 20

O exercício não pretende ser exato, mas pode lançar alguma luz sobre a matéria. Imigrantes têm taxas de mortalidade maiores que as da população residente, escravos tinham taxas de mortalidade maiores do que os livres, e escravos africanos tinham taxas de mortalidade maiores do que os

escravos crioulos. Assim, podemos ter certeza de que o fluxo que gerou este estoque foi muitas vezes maior do que seu número atual. Já estimamos acima, por exemplo, que entre 1821 e 1830 foram importados 138.534 africanos, dos quais restavam apenas 35.035 sobreviventes em 1831. Ou seja, para gerar cada um dos sobreviventes da coorte chegada nessa década foram importados 3,9 africanos. Da mesma forma, dos 92.800 importados em 1811–1820, havia somente 17.761 remanescentes, significando 7,9 importados por cada sobrevivente em 1831. O exercício é especulativo e impreciso, mas deixa evidente que para produzir a população africana existente em 1831 foi necessário importar várias centenas de milhares de africanos. Com base nas fontes disponíveis e nos procedimentos aqui esboçados, qualquer pessoa que tenha mais luzes nas técnicas demográficas do que eu — que não tenho nenhuma — poderá estabelecer estimativas bastante refinadas e precisas.⁵⁶

Uma última observação, que corrobora a frequência e a trivialidade das importações de africanos no século XIX, é a sua grande disseminação pelo território da província. Em 1831–32 havia escravos africanos em todos os dezessete municípios existentes, independentemente da sua localização ou das suas atividades econômicas. O termo com o menor percentual de africanos na população cativa era o de Minas Novas, com 30,4%, e o índice cresce até atingir 53% no município de Barbacena. Em 7 dos 259 distritos para os quais temos informação sobre a origem dos escravos, os africanos eram menos de 20%, em 181 eram entre 20 e 49%, e em 71 eram mais de 50% do total dos cativos. Portanto, em nada menos que 97% dos distritos, mais de um quinto da escravaria era composta de africanos, e em 27% deles os africanos eram a maioria dos escravos.⁵⁷ É ainda mais impressionante a incidência de africanos nos fogos ou domicílios. Dentre 20.338 fogos cujo plantel tinha sua origem completamente conhecida (95% dos fogos escravistas), 72% possuíam escravos africanos. Em 21% *todos* os escravos eram africanos, em 25% entre 50 e 99% dos cativos eram africanos, em 20% os africanos eram de 20 a 49% do plantel, e em 5% compreendiam de 1 a 19%

56 Veja, por exemplo, em outro contexto, Heitor P. de Moura Filho. Tirando leite de pedra: o tráfico africano estimado a partir de dados etários. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

57 APM. Listas nominativas de 1831–32. Os percentuais se referem aos escravos com origem conhecida, que eram 95,5% da população escrava total.

da escravaria. Em somente 28% dos fogos escravistas nenhum cativo era nascido na África.⁵⁸ Nas listas nominativas de 1838–40, há escravos africanos em todos os 25 municípios incluídos, com porcentagens que vão desde 18,3% (Rio Pardo), até 57,2% (Jacuí) da população escrava total.⁵⁹

58 APM. Listas nominativas de 1831–32.

59 APM. Listas nominativas de 1838–40. Excluí o termo de Pouso Alegre, cujo percentual de africanos, 93%, sugere erro nos dados.

SEGUNDA PARTE
EM TERRA NÃO SE NAUFRAGA:
OS MINEIROS E A TERCEIRA PERNA DO TRÁFICO ATLÂNTICO

Naquele tempo em que as minas já pouco davam (...) só existia um único meio de enriquecer depressa e sobretudo enriquecer muito. Esse meio era o contrabando de africanos ou o negócio de negros novos. Este negócio era de duas espécies. A primeira era daqueles que (...) [tendo] um navio iam à África; o atulhavam do maior número de peças que podiam (...) Bastava uma dúzia destas viagens, para em muito pouco tempo pôr um homem a nadar em cobres (...) Mas em compensação, este negócio tinha dois grandes contras: eram o mar que foi sempre traiçoeiro e o inglês que é sempre egoísta; e às vezes quando as cousas pareciam mais seguras, lá se ia pela água abaixo ou para as unhas dos ingleses a carregação mais o navio.

A segunda espécie era muito mais segura; porque em terra não se naufraga; e não há quem prenda ou queira mal àqueles que nos fazem bem.⁶⁰

A “segunda espécie” do negócio mencionado por Ferreira de Rezende era a distribuição terrestre dos africanos novos chegados aos portos da América, que chamo de *terceira perna* do tráfico atlântico. Esse tipo de operação era a etapa final e parte integrante do tráfico atlântico, e era essencialmente diferente do *tráfico interno* de escravos, embora seus operadores também fossem muitas vezes traficantes internos.⁶¹

A “primeira perna”, ou a etapa africana da “produção” de escravos, que incluía o apresamento, as caravanas até a costa, e os grandes mercados de cativos no litoral africano, já foi bastante descrita e estudada por contemporâneos, como Luiz Antônio de Oliveira Mendes, Mungo Park ou Fowell

60 Francisco de Paula Ferreira de Rezende. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1988, pp. 323–24. Ferreira de Rezende (Campanha 1832 — Rio 1893) foi um político, advogado e cafeicultor em Leopoldina. Na república, foi vice-governador de Minas, ministro do Supremo Tribunal Federal e Procurador Geral da República.

61 Neste trabalho chamo de *tráfico interno* o negócio de comprar escravos, africanos ou crioulos, em um termo, uma província ou uma região, e vendê-los em outro termo, província ou região, dentro do Brasil. Isso é essencialmente diferente do que chamo de *terceira perna do tráfico atlântico*.

Buxton, e por africanistas, como Philip Curtin, Paul Lovejoy, Joseph Miller, Alberto da Costa e Silva, e outros.

A “segunda perna”, a travessia do Atlântico, ou “middle passage”, é estudada há séculos, por um grande número de contemporâneos e de historiadores de várias partes do mundo e é, de longe, a dimensão mais conhecida do tráfico, em todos os seus ângulos e aspectos. Já é disponível há muitos anos a monumental Trans-Atlantic Slave Trade Database, (STDB) ou Voyages Database, com milhares de dados sobre cerca de 36 mil viagens negreiras entre a África e a América.

A “terceira perna” era aquisição dos africanos novos chegados nos portos de desembarque, e sua distribuição para os destinos finais dentro do país.

Até bem recentemente não sabíamos quase nada sobre a “terceira perna”. Tínhamos apenas noções muito vagas, e equivocadas, sobre o perfil dos seus atores, sua estrutura, seus destinos finais, etc. O projeto “Tráfico de escravos e relações comerciais no Sudeste do Brasil: primeira metade do século XIX”, comissionado e financiado pelo IPEA e executado, entre 1999 e 2001, pelo LIPHIS — Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social — da UFRJ, sob a coordenação de João Luís Frago e Roberto Guedes Ferreira, permitiu enormes avanços em todas essas áreas, no tocante ao tráfico desembarcado no Rio de Janeiro.

O banco de dados dele resultante (doravante designado como BD IPEA-LIPHIS contém registros da Intendência de Polícia da Corte referentes a 57.974 viagens do Rio de Janeiro para o interior do país, no período 1809–1833, em 26.671 das quais foram feitas remessas de quase 170 mil escravos para as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Espírito Santo.⁶²

62 João Luís Ribeiro Frago e Roberto Guedes Ferreira. Tráfico de Escravos, Mercado e Fianças. Dois bancos de dados (despachos de escravos, passaportes e licenças) - Relatório final apresentado ao IPEA, 2001. Veja também João Luís Frago e Roberto Guedes Ferreira. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819–1833. In: Tarcísio R. Botelho et al. (orgs.). *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. Os dados usados neste trabalho, salvo

Essa documentação já havia sido utilizada sumariamente por Lenharo, e por Fragoso e Florentino,⁶³ mas foi o projeto IPEA-LIPHIS que possibilitou seu levantamento sistemático e completo, e sua digitalização. A documentação encontrada e coletada não é perfeita, apresentando deficiências de cobertura⁶⁴ e outros problemas, mas é a mais completa e espetacular base de dados jamais construída sobre a “terceira perna” do tráfico no Brasil. Ela permite estimar comparativamente os fluxos para as províncias, caracterizar perfeitamente seus operadores, a estrutura do tráfico, suas flutuações no tempo, e muitas outras análises. Além disso, por serem nominativos, seus registros podem ser cruzados com outras fontes nominativas, o que aumenta exponencialmente seu potencial. Dado o enorme leque de possibilidades e a gigantesca exiguidade de espaço, temos de ser severamente seletivos, e nos concentrar em apenas alguns aspectos.

Começamos examinando sumariamente o volume e a distribuição dos escravos remetidos do Rio de Janeiro para os vários destinos. Os registros da Intendência de Polícia da Corte englobam 26.671 viagens ou remessas⁶⁵

anotação em contrário, não pertencem ao banco de dados original do projeto, mas a uma versão corrigida e simplificada construída por mim, a partir dos dados brutos do relatório final apresentado ao IPEA. A principal correção foi o expurgo de alguns milhares de registros duplicados, cuja ocorrência já havia sido observada no relatório. Também padronizei o campo “ocupação” (exemplo: vive de negócio, negocia, faz negócio etc. = negócio). Fiz atribuições no campo “mora em” quando eram óbvias de acordo com a ocupação. (exemplo: seminarista nesta Côrte, fiscal da Alfândega na cidade da Bahia etc.). Fiz também atribuições de residência, ocupação e naturalidade em casos de pessoas notórias, ou utilizando outras fontes seguras, como listas nominativas, almanaques comerciais, o código 419 do ANRJ, e outras. Neste trabalho chamo de “remetentes” os indivíduos que remetem ou conduzem os escravos para o interior. São as pessoas que Fragoso e Ferreira classificaram como “sujeitos”, ou titulares dos documentos da Intendência de Polícia. “Enviados” e “remetidos” são tratados como sinônimos, e significam os escravos levados do Rio para o interior.

63 Alcyr Lenharo. *As Tropas da Moderação*, pp. 102, 111–112; Fragoso e Florentino. *O Arcaísmo como projeto*, p. 81.

64 O BD IPEA-LIPHIS inclui registros para 4.631 dias dos 9.131 dias compreendidos entre o início de 1809 e o final de 1833. Considerando que houve 7.006 dias úteis (365 dias menos 85 feriados e fins de semana nos anos normais, ou 366 menos 85 nos anos bissextos de 1812, 1816, 1820, 1824, 1828 e 1832) a cobertura corresponde a 66,1% dos dias úteis. Em parte, por esta razão, o BD só registra 148.278 escravos novos, ou 24% dos 616.009 africanos desembarcados no Sudeste do Brasil entre 1809 e 1833, segundo a STDB.

65 Registros válidos, que remanescem após a exclusão dos lançamentos duplicados.

que envolvem o envio de 166.783 escravos, nos anos de 1809 a 1833. Não foram encontrados dados referentes a 1812 e, além disso, os lançamentos para os anos de 1810 e de 1823 são flagrantemente defectivos.⁶⁶ Para evitar as evidentes distorções causadas por estas omissões, excluimos os registros referentes a esses anos, e montamos a tabela abaixo, que reflete com mais precisão a distribuição das remessas entre os vários destinos.⁶⁷

Tabela 14
Escravos enviados do Rio de Janeiro para as províncias, 1809–1833¹

Destino	Remessas		Escravos novos		Escravos ladinos		Total de enviados	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Minas Gerais	10.068	39	58.195	41	3.904	23	62.099	39
Rio de Janeiro ²	9.081	36	50.138	35	6.747	40	56.885	35
São Paulo ³	2.544	10	21.777	15	1.588	9	23.365	15
Rio Grande do Sul	2.310	9	8.982	6	2.922	17	11.904	7
Outros destinos ⁴	1.509	6	4.450	3	1.824	11	6.274	4
Todos os destinos	25.512	100	143.542	100	16.985	100	160.527	100

(1) Não inclui os anos de 1810, 1812 e 1823.

(2) Inclui o município da Corte, que era parte da província do Rio de Janeiro até 1834.

(3) Inclui a futura província do Paraná.

(4) Inclui Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, Norte e Nordeste, destinos indefinidos no Brasil, destinos fora do Brasil e destinos ignorados ou ilegíveis.

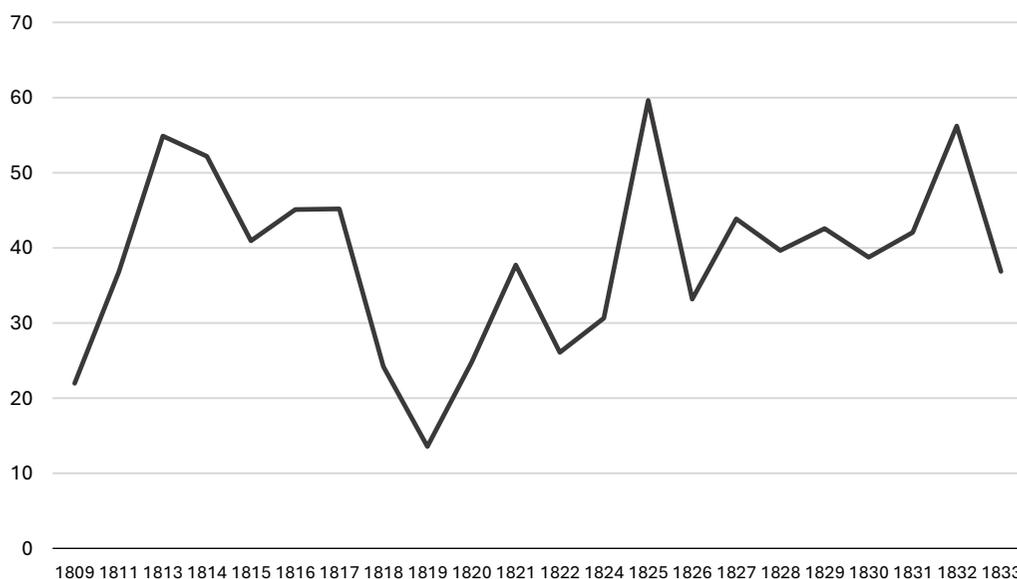
Como se pode ver na tabela acima, Minas Gerais foi a província que recebeu o maior número de remessas, o maior número total de escravos e o maior número de negros novos, ou recém-chegados da África. Em todas essas categorias foi seguido de perto pelo Rio de Janeiro e, numa longínqua terceira posição, por São Paulo.

66 Os registros de 1810 cobrem apenas quatro dias e não incluem nenhuma remessa para o Rio de Janeiro; os de 1823 não incluem nenhuma para Minas Gerais.

67 Esse debridamento implicou na exclusão de apenas 4,3% das remessas e 3,7% dos escravos enviados. Sem essas exclusões, Minas Gerais teria 38% das remessas, 39% dos escravos novos, e 37% dos enviados totais.

A participação mineira oscilou ao longo do período, mas foi muito expressiva em todos os anos. Em 21 dos 22 anos incluídos Minas Gerais recebeu mais de um quinto dos escravos enviados, em 16 recebeu mais de um terço, em onze mais de 40%, e em quatro anos recebeu, sozinha, mais da metade dos cativos remetidos do Rio para todos os destinos.

Participação percentual de Minas Gerais nas remessas de escravos do Rio de Janeiro, 1809–1833



É bem provável que a exclusão do ano de 1823 deprima a participação de Minas. A equipe do projeto encontrou uma informação manuscrita na margem de uma página do códice 425, segundo a qual haveria um “livro próprio” para Minas Gerais nesse ano. Isso sugere um grande volume de lançamentos, mas esse livro não foi localizado no Arquivo Nacional. Outra possível subestimação da parcela de Minas decorre da constatação de um grande número de remessas conduzidas por mineiros para um mesmo destino no Rio de Janeiro. Fragoso e Ferreira lançam a hipótese de que, por fraude dos interessados, ou por conluio com as autoridades aduaneiras, remessas efetivamente destinadas a Minas tenham sido registradas como dirigidas a Resende. Isso ocorreria em virtude da diferença, a favor da localidade fluminense, na taxa cobrada pela emissão do passaporte.

Anotam que “a própria legislação da Intendência de Polícia” registra que, em 1820, o imposto pago por passaporte para Resende era de \$040, e para as “terras minerais” era de \$160.⁶⁸ O tratamento tributário diferenciado, sobretaxando os escravos destinados à província mediterrânea, é confirmado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em artigo de 1828, no qual denuncia que “os impostos que se pagam dos escravos que são conduzidos para Minas, os das Guias dos viandantes tem entre outros o defeito de não recaírem sobre todos os brasileiros”.⁶⁹

A base de dados nos permite observar muitos outros aspectos interessantes da história do período, dois dos quais destaco, como exemplos. A Convenção Anglo-Brasileira, “com o fim de pôr termo ao comércio da escravatura da Costa d’África”, foi assinada no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1826 e, três anos depois da troca de ratificações, que teve lugar em Londres em 13 de março de 1827, entrou em vigor, em 13 de março de 1830. Como seria de se esperar, a expectativa da proibição gerou, entre a assinatura e a vigência, um forte surto de importações especulativas que inundaram os mercados brasileiros de escravos. Em 1829, o reverendo Robert Walsh anotou que “atualmente há uma tal saturação de carne humana nos mercados do Rio que ela se tornou uma mercadoria não lucrativa. São concedidos dez anos de crédito ao comprador, e não será desagradável saber que muitos especuladores se arruinaram por suas pecaminosas importações”.⁷⁰

Esse movimento é claramente visível na STDB. A média anual importada pelo Brasil passou de 46.832 em 1822–26, para 60.670 em 1827–30, aumentando 30%. O aumento foi mais acentuado no Sudeste, onde a média passou de 29.907 para 40.914, ou 37% a mais. Mesmo com suas deficiências de cobertura, o BD IPEA-LIPHIS capta claramente o reflexo disso nas remessas para as províncias. Fazendo a mesma comparação, 1827–30 contra 1822–26, vemos que a média de escravos novos enviados do Rio para todos os destinos cresceu 43%. Mas o incremento foi desigualmente distribuído entre as províncias clientes: no Rio de Janeiro o aumento foi de

68 Os autores alertam, entretanto, que a documentação não esclarece o que é definido como “terras minerais”. Fragoso e Ferreira. *Alegrias e artimanhas*, p. 254.

69 *O Universal* (Ouro Preto), 2 de maio de 1828, pp. 2–3.

70 Walsh. *Notices of Brazil*, pp. 322–23.

80%, em Minas foi de 59%, e em São Paulo foi de 27%. As remessas para o Rio Grande do Sul e para os outros destinos caíram para 53% e 73%, respectivamente, do nível anterior.

Nos anos seguintes, com a entrada da proibição em vigor, a aprovação da lei de 7 de novembro de 1831 e também, provavelmente, com a plethora causada pelo surto especulativo, a entrada de africanos caiu verticalmente. Em 1831–32, no conjunto do império a média caiu para apenas 13% do período anterior, e no Sudeste para somente 6%. O envio de negros novos para o interior acompanhou esse movimento e também despencou drasticamente, mas os registros da Intendência de Polícia amplificam essa redução por causa do fenômeno que podemos chamar de “ladinização fajuta” das remessas.

Tabela 15: Antônio Pereira Cardoso no BD IPEA-LIPHIS

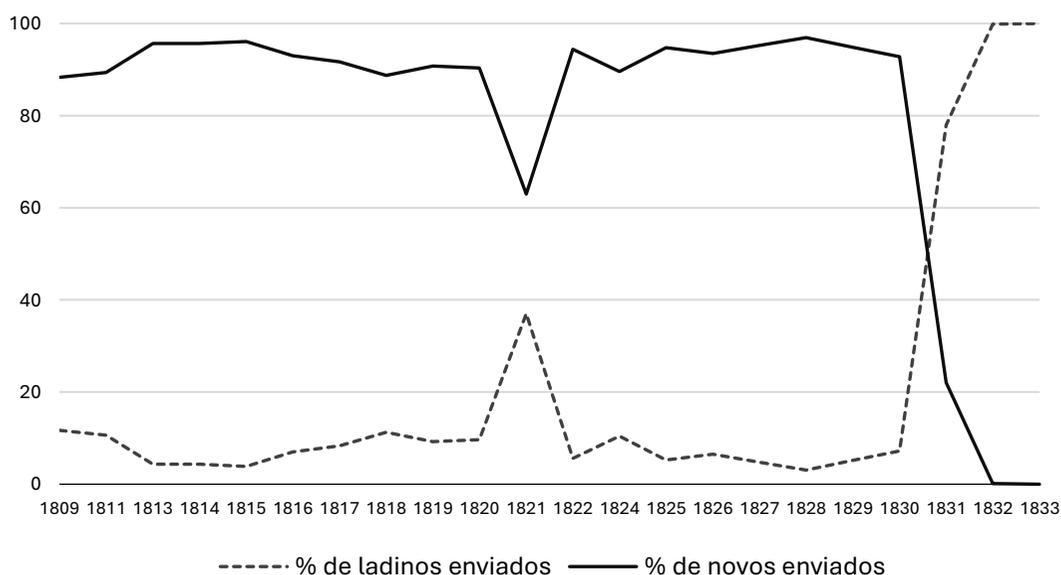
Código	vol.	pág.	Data	Remetente	Destino	Total	Ladinos	Novos
421	14	180	25/05/1820	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	5	0	5
421	19	19	29/04/1824	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	37	0	37
421	19	217	18/05/1825	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	29	0	29
421	21	133	14/03/1828	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	22	0	22
421	23	–	06/09/1830	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	58	0	58
421	23	174	01/09/1831	Antônio Pereira Cardoso	Minas Gerais	29	29	0

Em setembro de 1831, o *Universal* de Ouro Preto, estampou o anúncio de um traficante — “Antônio Pereira Cardoso, novamente chegado do Rio de Janeiro, traz uma não pequena porção de negros *ladinos* (...) O anunciante os pretende vender em leilão, que terá lugar no domingo, 25 do corrente, pelas 10 horas da manhã, na Praça d’Alegria, esquina da Ladeira de Simão da Rocha, nesta Cidade”.⁷¹ É possível que esses negros fossem de fato ladinos, pois o vendedor os anuncia como “carpinteiros, pedreiros, ferreiros, cozinheiros, etc.” Mas não deixa de ser curioso o fato de que esse traficante fazia o mesmo trajeto há mais de dez anos, e *nunca havia trazido um único escravo ladino*.

71 O *Universal* (Ouro Preto), 23 /9/1831.

A metamorfose dos novos em ladinos não aconteceu apenas nesse caso. Segundo os registros da Intendência de Polícia, entre 1809 e 1830, foram enviados 142.394 africanos novos e apenas 10.205 ladinos, ou 6,7% do total. Desde que o tráfico se tornou ilegal, em 1831, até a última remessa registrada, em 28 de agosto de 1833, foram remetidos somente 1.148 novos contra 6.780 ladinos, que num passe de mágica tornaram-se 85,5% de todos os enviados para o interior. Em 1831 e 1832, embora 13 mil africanos tenham sido importados pelo Sudeste, só há registro do envio de dois negros novos para Minas e um para São Paulo. Fragoso e Ferreira anotam que nesse período final muitos lançamentos vinham acompanhados da cuidadosa observação de que os escravos remetidos eram “ladinos de sua antiga propriedade”.⁷² O fenômeno da “ladinização” súbita das remessas fica bem claro no diagrama abaixo.

A “ladinização” fajuta das remessas



72 É interessante verificar também que, a partir de 1852, quando se tornou claro que a lei Eusébio de Queirós era para valer, os mesmos comerciantes do Rio de Janeiro que anunciavam suas atividades no *Almanaque Laemmert* como “negociantes de escravos”, passaram a fazê-lo intitulado-se “negociantes de escravos ladinos”. Veja várias edições do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro*, a partir de 1852.

Já vimos que Minas foi o principal destino dos cativos enviados do Rio para o interior durante todo o período coberto pelo banco de dados. Mas é importante ressaltar que, mesmo durante a década de 1820 a 1830, que corresponde à fase de gestação dos setores cafeeiros dos vales do Paraíba fluminense e paulista, a província mediterrânea, que não participava deste processo, importou mais escravos do que aquelas que implantavam sua grande lavoura exportadora. Como bem observaram Fragoso e Ferreira,

a capitania/província mineira dominava na época os despachos gerais de escravos da Corte, quer de novos, ladinos, etc. (...) Em suma, era a província, com suas atividades econômicas majoritariamente voltadas para o mercado interno e com seus pequenos /médios senhores de cativos (...), a mais importante demanda por cativos do país.⁷³

Os mineiros não foram apenas os maiores clientes do tráfico que entrava pelo porto do Rio — eles foram também importantes distribuidores desse fluxo para os destinos no Sudeste. Considerando os enviados cujos remetentes tinham domicílios conhecidos, obtemos a distribuição abaixo.⁷⁴

Fragoso e Ferreira observaram, com algum espanto, o predomínio dos mineiros na condução de cativos para a província fluminense, durante certo tempo. Embora tenham razão sobre o período apontado, analisando o banco de dados completo constatamos que os mineiros só foram os principais condutores para sua própria província, mas tiveram participação muito significativa nos outros destinos. No conjunto, acabaram sendo os maiores distribuidores, responsáveis por quase metade dos enviados cujos remetentes tinham domicílios conhecidos.

73 Fragoso e Ferreira. Alegrias e Artimanhas, primeira versão, p. 9.

74 Mesmo depois das atribuições feitas só conhecemos o local de moradia dos remetentes de 39% dos escravos enviados, e como as remessas eram concentradas, como veremos adiante, só conhecemos a residência de pouco mais de um quarto dos remetentes.

Tabela 16
Distribuição dos escravos enviados do Rio, 1809–1833
(em %, segundo a moradia dos remetentes)

Moradia dos remetentes	Destino dos escravos				
	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros destinos	Todos os destinos
Minas Gerais	89,3	20,8	15,7	16,0	49,4
Rio de Janeiro (província)	3,0	30,0	12,5	9,0	14,9
São Paulo	1,0	4,4	32,8	2,4	5,9
Corte	6,6	43,1	36,4	52,4	27,3
Outros locais	0,1	1,7	2,6	20,2	2,5
Total com residência conhecida	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

É evidente que a liderança global dos remetentes residentes em Minas deve-se não só à sua esmagadora liderança nas remessas para a própria Minas, mas também, em menor grau, à sua expressiva participação em todos os demais destinos, destacando-se a província do Rio, para a qual enviaram (ou conduziram) mais de um quinto dos escravos por ela recebidos.

Na segunda posição situam-se os remetentes moradores na própria Corte, que lideram por larga margem as remessas para a província do Rio, para São Paulo, e para os “outros destinos”. Isso não é nenhuma surpresa, dada a proximidade geográfica entre a capital e as duas províncias, e o fato de lá estarem sediados, na boca do porto e do Valongo, os grandes comerciantes que, como veremos, tiveram papéis relevantes na terceira perna, e também os grandes traficantes internacionais. O que surpreende é a pequena participação de moradores da Corte nas remessas para Minas, sugerindo que os mineiros tinham uma *chasse gardée*, um quase monopólio, no mercado de escravos de sua província. Os fluminenses e paulistas não tinham sequer a liderança das remessas para seus próprios territórios.⁷⁵

75 Faz-se necessária uma ressalva nessa análise. Como obtive mais fontes e mais informações sobre os remetentes da Corte e de Minas Gerais, as atribuições de residência têm um viés nesse sentido. As distorções causadas não são muito graves porque boa parte dos grandes remetentes foi identificada.

Usando o critério de naturalidade dos remetentes (e os locais de nascimento registrados ou atribuídos), obtemos o quadro seguinte.

Tabela 17
Distribuição dos escravos enviados do Rio, 1809–1833,
(em %, segundo a naturalidade dos remetentes)

Naturalidade dos remetentes	Destino dos escravos				
	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros destinos	Todos os destinos
Minas Gerais	87,5	20,0	14,6	22,3	48,4
Rio de Janeiro (província)	2,1	25,0	9,3	9,7	12,2
São Paulo	1,0	8,7	39,8	5,6	9,0
Corte	7,2	37,8	28,3	30,0	23,0
Outros locais	0,4	5,8	2,4	6,5	3,1
Total com naturalidade conhecida	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A participação dos nascidos em Minas na distribuição dos escravos cujos remetentes têm naturalidade conhecida é bem semelhante àquela dos domiciliados em Minas: eles conduziram ou enviaram a grande maioria dos cativos que foram para Minas, uma parcela considerável daqueles levados para a província do Rio e, novamente, quase a metade dos enviados para todos os destinos. Os nativos de São Paulo lideram as remessas para sua província, com quase 40%, o que não acontece com os fluminenses. A novidade importante nesse quadro é a forte presença de remetentes nascidos em Portugal e nas ilhas portuguesas do Atlântico. São pessoas naturais do Porto (7.370 enviados), de Braga (1.380 enviados), da Ilha Terceira (1.267 enviados), de Guimarães (1.239 enviados), e de outras 45 localidades lusas, que no conjunto enviaram 15.061 escravos do Rio de Janeiro para o interior do país. Os portugueses foram os maiores remetentes para as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como para o conjunto de lugares agrupados na rubrica “outros destinos”, e só têm presença inexpressiva nas remessas para Minas Gerais. Estes remetentes portugueses são em grande parte comerciantes de porte e traficantes internacionais

residentes na Corte, e as razões de sua forte participação na distribuição dos cativos são as mesmas já mencionadas em relação aos moradores daquela cidade.⁷⁶

Confrontando o BD IPEA-LIPHIS com a listagem de 227 traficantes internacionais em atividade na praça do Rio de Janeiro no período 1811–1830, elaborada por Manolo Florentino,⁷⁷ verificamos que 124 desses negreiros participaram também do tráfico de distribuição que chamo de terceira perna. Entretanto, esses traficantes internacionais tiveram um papel relativamente modesto nessa distribuição. Sua participação é sumariada na tabela abaixo.

Tabela 18
Escravos enviados do Rio de Janeiro para o interior por
traficantes internacionais, 1809–1833

Destino dos escravos	Número de remessas	%	Enviados por internacionais para o destino	%	% do total recebido pelo destino
Rio de Janeiro	609	47,0	8.962	54,9	15,8
São Paulo	209	16,1	3.469	21,2	14,8
Minas Gerais	190	14,6	1.311	8,0	2,1
Rio Grande do Sul	178	13,7	1.738	10,6	14,6
Outros destinos*	111	8,6	856	5,2	13,6
Todos os destinos	1.297	100,0	16.336	100,0	10,2

* Inclusive ignorados ou ilegíveis

Na tabela se pode ver que a maior parte das remessas e dos escravos enviados pelos traficantes internacionais foi para o Rio de Janeiro, que recebeu mais da metade desse total. Isso não surpreende, já que esses traficantes eram todos baseados na Corte. Minas Gerais, embora tenha rece-

76 A mesma ressalva feita sobre a atribuição dos locais de residência deve ser feita aqui também.

77 São 217 nomes listados no apêndice 26 — “Listagem dos traficantes de escravos entre a África e o porto do Rio de Janeiro, atuantes entre 1811 e 1830”, e mais 10 citados ao longo do texto de *Em Costas Negras*.

bido desses remetentes um número de remessas apenas um pouco inferior a São Paulo, e maior do que o Rio Grande do Sul, recebeu deles um número de escravos significativamente menor do que estas províncias. Comparando os escravos enviados pelos negreiros internacionais com o total de escravos recebidos por cada destino, verificamos que em todos essa proporção se situava entre 14 e 16%, exceto em Minas Gerais, onde representou somente 2,1%.

Para aprofundar nosso entendimento sobre a terceira perna e seus atores, é preciso conhecer melhor sua estrutura. A primeira observação a ser feita é sobre as enormes diferenças de escala e de organização entre o tráfico transatlântico e a atividade aqui focalizada. Participar do comércio negreiro internacional significava ter agentes e relações comerciais e financeiras dos dois lados do oceano, na América do Norte, na Europa continental, na Inglaterra, na África, e no Brasil. Era preciso ter contatos e crédito com armadores e construtores de navios, capitães, tripulações, seguradores, banqueiros, financiadores e comerciantes de escravos na África. Era um *big business*, que envolvia grandes riscos, demandava grandes capitais e gerava grandes lucros.

O empreendimento escravista estava então na vanguarda da modernidade, recorrendo aos mais sofisticados meios de comunicação e de financiamento, operando (ou podendo operar) de uma forma complexa — nomeadamente através de sociedades com accionistas espalhados por vários países — e apoiando-se numa rede de participantes que se estendia da Europa à África e às Américas. Cada uma das malhas dessa rede envolvia gente com funções e objectivos diferentes que, desde o rei negro vendedor de escravos até ao plantador americano que os utilizava, se constituía numa infinidade de intermediários e coniventes — mercados na costa africana, autoridades coloniais subornadas que permitiam a exportação ou importação de escravos, marinheiros que os transportavam através do Atlântico, e por aí fora — que actuavam no circuito escravista.⁷⁸

78 João Pedro Marques. Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX. *Análise Social*. Lisboa, v. 36, n. 160, (2001), p. 610. Aqui o autor fala evidentemente, já do período do tráfico ilegal.

Segundo Florentino e associados, com o valor do “investimento inicial para a montagem de expedições negreiras” no Rio ou na Bahia, no início do século XIX, poderia ser comprada uma boa fazenda no agro fluminense, completamente equipada com suas engenhocas, plantações, animais de tração, casas de vivenda, senzalas e algumas dezenas de escravos. Ou então um engenho na Bahia, “com todas as suas casas, ferramentas, gado, cavalos, carros de boi, plantações de cana e moenda (...) Em suma, com a quantidade necessária à montagem de apenas parte de uma expedição negreira os comerciantes de africanos facilmente poderiam converter-se em senhores de terras e de homens.”⁷⁹

Na terceira perna não havia requisitos mínimos de capital, não havia escala mínima, nem outras barreiras à entrada. Podia ser um negócio de porte grande, médio, pequeno ou mínimo. Podia ser uma operação individual, um negócio paralelo para comerciantes, tropeiros ou mascates, um bico ou um negocinho eventual de qualquer pessoa. Esse tipo de negócio já era comum no século XVIII, a partir do Rio de Janeiro⁸⁰ e também da Bahia. Segundo Júnia Furtado “o comércio de escravos envolvia grandes comboieiros que vinham dos portos do Rio de Janeiro e Bahia para vender nas Minas [mas] também envolvia moradores no seu dia a dia, pois era uma forma de investimento de pequenos montantes”. Mesmo indivíduos que não eram comerciantes, encontravam “no pequeno comércio de escravos forma de auferir rendimentos”.⁸¹

Por isso podia envolver, como envolveu, milhares de pessoas de diversas classes sociais e variadas capacidades econômicas. Era possível lucrar tanto com uma carregação de dezenas ou centenas de cativos, como com a condução de um ou dois negros. Não foi por acaso que Frago e Ferreira

79 Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva. Aspectos Comparativos do Tráfico de Africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia* 31 (2004), pp. 98–100.

80 Sobre as pequenas remessas de escravos do Rio de Janeiro para o interior, a imensa maioria das quais para Minas, no período 1762–63, veja, por exemplo, o Codice 1000 do ANRJ, também coletado no projeto IPEA-LIPHIS.

81 Júnia Ferreira Furtado. *Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 194–95. A autora relata vários exemplos desse “pequeno tráfico”. Sobre as remessas da Bahia no século XVIII veja Martins e Silva 2006; Ribeiro 2006; Santos 2013; e o códice 249 do APEB.

encontraram mais de 11 mil remetentes ou condutores de escravos, enquanto Florentino, estudando o tráfico atlântico na mesma época e na mesma praça — o Rio de Janeiro, nas primeiras décadas dos oitocentos — encontrou os rastros de apenas 227 negreiros internacionais.

O BD IPEA-LIPHIS lista, como vimos, 26.671 remessas (ou viagens conduzindo escravos) realizadas por 11.360 pessoas. Essas remessas são extremamente heterogêneas, por qualquer ângulo que sejam consideradas, e sugerem uma grande variedade de atores. Focalizando pelo tamanho da remessa, ou número de escravos incluídos em cada uma, temos o seguinte quadro.

Tabela 19
Número de remessas de escravos do Rio de Janeiro,
por tamanho e destino, 1809–1833

Tamanho da remessa	Número de remessas					
	Minas Gerais	%	Outros destinos	%	Todos os destinos	%
1	3.704	37	7.213	43	10.917	41
2 a 5	3.819	38	5.353	32	9.172	34
6 a 10	1.033	10	1.568	9	2.601	10
11 a 50	1.386	14	2.188	13	3.574	13
51 ou mais	131	1	276	2	407	2
Todas as remessas	10.073	100	16.598	100	26.671	100

A remessa mais frequente — quase 11 mil — envolveu apenas um cativo, e as remessas que incluíam até cinco englobaram três quartos do total. Lotes de mais de 50 escravos eram bem raros, como se vê na tabela e, no extremo da distribuição, tivemos 57 remessas de 100 até 240 escravos de uma só vez, que foram feitas por 41 remetentes, mas significaram apenas 0,21% do total das remessas.

Enfocando o número de remessas (ou conduções) feitas por cada remetente (ou condutor) encontramos novamente um quadro de grandes disparidades.

Tabela 20
Número de remetentes de escravos do Rio de Janeiro,
por número de remessas e destino, 1809–1833

Número de remessas	Número de remetentes					
	Minas Gerais	%	Outros destinos	%	Todos os destinos	%
1	2.945	61,9	4.072	61,7	7.017	61,8
2 a 5	1.526	32,1	2.002	30,3	3.528	31,1
6 a 10	208	4,4	343	5,2	551	4,9
11 a 50	77	1,6	176	2,7	253	2,2
51 ou mais	1	0,0	10	0,2	11	0,1
Todos os remetentes	4.757	100,0	6.603	100,0	11.360	100,0

Quase dois terços dos remetentes fizeram apenas uma remessa, e mais de 90% fizeram cinco no máximo. Na ponta da lista temos 253 pessoas que fizeram entre 11 e 50 remessas, 11 com mais de 50, e três remetentes que fizeram de 100 até 170 remessas.

Finalmente, para completar o panorama das disparidades entre os remetentes, apresentamos a distribuição das quantidades totais de escravos enviados por remetente.

Tabela 21
Número de remetentes de escravos do Rio de Janeiro, por número de escravos enviados e destino, 1809–1833

Escravos enviados	Número de remetentes					
	Minas Gerais	%	Outros destinos	%	Todos os destinos	%
1	1.283	27,0	2.315	35,1	3.598	31,7
2 a 5	1.680	35,3	2.131	32,3	3.811	33,5
6 a 20	1.112	23,4	1.251	18,9	2.363	20,8
21 a 100	584	12,3	719	10,9	1.303	11,5
101 a 500	95	2,0	171	2,6	266	2,3
501 a 1.000	2	0,0	12	0,2	14	0,1
Mais de 1.000	1	0,0	4	0,1	5	0,0
Todos os remetentes	4.757	100,0	6.603	100,0	11.360	100,0

Num extremo estão 3.598 pessoas, ou cerca de um terço dos remetentes, que fizeram apenas uma remessa, e enviaram apenas um escravo. Outro terço enviou entre 2 e 5 cativos. Na outra ponta temos 2,5% dos remetentes com remessas de mais de 100 escravos e, no extremo, 19 pessoas (0,2%) com mais de 500, e finalmente cinco indivíduos (0,04%) que enviaram, cada um, mais de mil escravos para as províncias.

Esses números mostram uma grande pulverização e o envolvimento de grande quantidade de participantes. Cabia muita gente nesse negócio, mas comprar escravos no Rio e revendê-los pelo interior, estava longe de ser um negócio “democrático”. Os números também mostram que embora fosse praticado por muitos, esse era um negócio muito desigual e concentrado nas mãos de poucos.

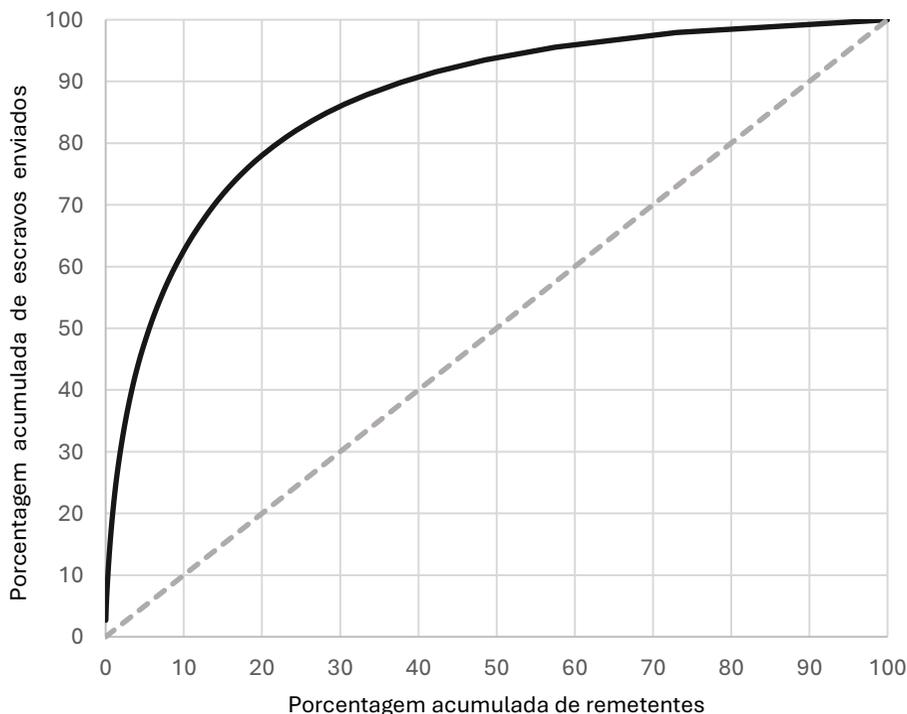
As tabelas abaixo, contêm exatamente as mesmas informações, e são duas maneiras alternativas para apresentar os dados da concentração das remessas.

Tabelas 22a e 22b
Concentração das remessas de escravos africanos do
Rio de Janeiro, por destino, 1809–1833

Porcentagem acumulada de remetentes	Porcentagem acumulada de enviados			Decis de remetentes	Porcentagem de enviados		
	Minas Gerais	Outros destinos	Todos os destinos		Minas Gerais	Outros destinos	Todos os destinos
10	62,6	72,3	69,2	1° decil	62,6	72,3	69,2
20	78,0	84,2	82,6	2° decil	15,4	11,9	13,3
30	86,0	89,8	89,0	3° decil	8,0	5,7	6,4
40	90,7	93,1	92,7	4° decil	4,7	3,3	3,7
50	93,8	95,3	95,1	5° decil	3,1	2,1	2,4
60	95,9	96,7	96,7	6° decil	2,1	1,5	1,6
70	97,5	97,8	98,0	7° decil	1,5	1,0	1,3
80	98,5	98,5	98,6	8° decil	1,0	0,7	0,7
90	99,2	99,3	99,3	9° decil	0,8	0,7	0,7
100	100,0	100,0	100,0	10° decil	0,8	0,7	0,7

Elas mostram que os 10% maiores remetentes para Minas enviaram 62,6% dos escravos, os 10% seguintes enviaram apenas 15,4%, os seguintes, 8%, e assim por diante. Ou seja, enquanto os 10% maiores enviaram quase dois terços (62%), os outros 90% enviaram pouco mais de um terço (37,4%). Ou ainda que 30% dos remetentes enviaram 86%, restando apenas 14% para os outros 70%. Em números absolutos, isso significa que 476 remetentes (10%) enviaram 38.843 escravos, enquanto 4.281 (90%) enviaram 23.203; que 1.427 remetentes (30%), enviaram 53.352 cativos, enquanto 3.330 (70%) remeteram somente 8.694 escravos para Minas Gerais, etc. A situação é semelhante, e ainda um pouco mais concentrada nos outros destinos, onde os 10% principais remeteram quase três quartos (72,3%), ficando pouco mais de um quarto (27,7%) para os 90% menores, e 30% dos remetentes enviaram 90% dos escravos. O diagrama abaixo, que é a curva de Lorenz invertida, retrata graficamente a concentração.

Concentração das remessas de escravos do Rio de Janeiro para Minas Gerais, 1809–1833



As características da terceira perna poderiam ajudar a criar uma tipologia, ou uma taxonomia, dos seus agentes. Nos permitem, obviamente, distinguir grandes, médios, pequenos e mínimos remetentes. Ou classificar os remetentes em assíduos, ocasionais, bissextos, raros ou singulares. As combinações desses atributos poderiam sugerir diversos tipos de atores, como grandes, médios e pequenos traficantes profissionais, traficantes eventuais, e usuários.

Mas essas informações não são suficientes. Nem todo mundo que enviava escravos deve ser classificado como traficante. Acho particularmente difícil, talvez impossível, identificar os traficantes no meio da grande massa “anônima”⁸² de pequenos e médios remetentes, ou de remetentes pouco frequentes. Certamente muitos deles o eram — remetiam ou conduziam

82 Chamo de “massa anônima” a grande quantidade de pequenos remetentes com nomes simples e comuns, sem outras informações.

poucos escravos com o objetivo de vendê-los — mas muitos outros não o faziam por negócio. Podiam estar conduzindo criados para si próprios, ou estar tripulando suas próprias fazendas ou sítios. Por outro lado, é impossível não apontar como traficantes, os remetentes contumazes, os remetentes de grandes lotes, ou os remetentes de grandes volumes de cativos. Usando outras fontes de informação, além do banco de dados original, consegui identificar um número considerável, mas, em virtude do tempo e do espaço disponíveis, farei apenas alguns comentários e darei apenas alguns exemplos sobre quem eram, afinal, os traficantes da terceira perna.⁸³

Judeus e ciganos foram através dos séculos, e em todas as partes, alvos fáceis e favoritos de todo tipo de preconceitos, e eram apontados como monopolistas da terceira perna no Sudeste. Em 1829, o reverendo Walsh, capitão da embaixada britânica no Rio, escreveu que

quando chega uma carga de escravos ela é geralmente comprada por pessoas chamadas ciganos ou *gypsies* (...) eles têm aspecto perverso, uma sinistra catadura (e em todos os contatos apresentam modos grosseiros e um temperamento feroz e selvagem), o qual (...) infelizmente os capacita para o tráfico, que no Rio exercem quase com exclusividade.⁸⁴

Jean Baptiste Debret, Auguste de Saint-Hilaire, Henry Chamberlain, e outros viajantes também afirmaram que os ciganos monopolizavam esse comércio.⁸⁵

83 Os grandes remetentes são muito mais facilmente identificáveis. Por serem pessoas da elite econômica e comercial tinham em geral nomes mais longos, com vários componentes, sobrenomes conhecidos, constavam de outras fontes nominativas, etc.

84 Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol. II, pp. 322–23.

85 Jean Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 6ª edição. São Paulo e Brasília: Martins/INL, 1975, tomo I, vol. 2, p. 188. p. 188; Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1976. p. 102. Henry Chamberlain. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819–1820*. Rio de Janeiro e São Paulo: Kosmos, 1943, p. 163–164.

Isso foi repetido por historiadores antigos, como Affonso de E. Taunay, Luís Edmundo, e outros.⁸⁶

Na visão de Joaquim Felício dos Santos, os judeus eram os vilões do tráfico interno: “A dívida do comboieiro era o eterno pesadelo do mineiro. O comboieiro era o judeu usurário, inexorável, desumano, que lhe arrancava o último real e lançava-o na miséria”.⁸⁷

Em um longo artigo de 2002, Asséde Paiva refuta essa posição, afirmando que “outros ficaram com os lucros e os ciganos com a culpa”. Em sua interessante dissertação de mestrado, de 1998, Rodrigo Corrêa Teixeira conclui, embora sem preconceito contra os ciganos, que eles traficavam e roubavam escravos para vender, defendendo a tese de que foram, sim, atores importantes no comércio interno de escravos no Brasil, notadamente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.⁸⁸

Um dos maiores avanços do BD IPEA-LIPHIS é a demolição do mito do monopólio dos ciganos. O levantamento demonstra que, longe de ser exclusivo de ciganos de catadura sinistra,⁸⁹ ou de qualquer classe ou grupo específico, a multidão de traficantes internos continha os mais variados tipos e personagens. Entre esses figurava, de maneira proeminente, com intensa participação no comércio negreiro, a elite da Corte e das províncias.⁹⁰

86 Affonso de E. Taunay. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 4, tomo 2, pp. 233–234; Luís Edmundo. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. 1763–1808*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 67. Veja também J. B. d’Oliveira China. “Os Ciganos do Brasil (Subsídios Históricos, Etnográficos e Linguísticos)”. Separata da *Revista do Museu Paulista*, tomo XXI, ano 1936.

87 Joaquim Felício dos Santos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956, 278.

88 Asséde Paiva. “Brumas da História - Ciganos & Escravos, no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 163, número 417 (out/dez 2002), p. 11; Rodrigo Corrêa Teixeira. *Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808–1903)*. Dissertação de mestrado em História, UFMG, 1998 e Rodrigo Corrêa Teixeira. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

89 No banco de dados só há dez remetentes explicitamente identificados como ciganos, que enviaram 514 escravos.

90 Um trabalho pioneiro de exploração do banco de dados IPEA-LIPHIS foi feito por Fábio Wilson Pinheiro, que focaliza a concentração e a participação da elite, principalmente das famílias da elite da Zona da Mata mineira. Veja, Fábio W. A. Pinheiro. O

Em sua obsessiva defesa da classe senhorial, Gilberto Freyre sustentava que a verdadeira elite não participava do tráfico, que os traficantes não eram respeitados, não tinham, e nem podiam almejar o status dos senhores de engenho e de terras. Freyre afirmava que os traficantes eram “antes tolerados que admirados pela gente mais moralmente íntegra e mais socialmente sólida do país (...) Nenhum deles podia sequer aspirar a um título de barão: Dom Pedro II insistiu sempre em recusar títulos de nobreza a negociantes cujas mãos se mostrassem sujas do degradante comércio”.⁹¹ O autor pernambucano concorda com o historiador inglês Koebel, que “os comerciantes de escravos, no Rio de Janeiro, eram, em grande número, ciganos”, e que depois do século XVIII, não permaneciam “nesse nefando gênero de comércio senão homens com disposições semelhantes às da hiena e do abutre”.⁹²

Esse aulicismo cretino da classe senhorial, e o mito da rejeição ao traficante, *vis a vis* o respeito e a deferência social aos *planters* — senhores de terras e escravos — existiram em todas as sociedades escravistas. Frederic Bancroft discute essa questão nos Estados Unidos, e mostra que lá também, apesar da lenda da impopularidade do *nigger trader*, os traficantes,

tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830). Dissertação de mestrado UFRJ, 2007; Fábio W. A. Pinheiro. Personagens e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809 — c. 1830. In: *Anais do II Colóquio do LAHES (Juiz de Fora 2008)* e Fábio W. A. Pinheiro. Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809 – c. 1830.

- 91 Isso é inteiramente falso, como se verá adiante. Na verdade, Pedro II agraciou dezenas de traficantes importantes. Pelo menos um, o inglês Joseph Maxwell, era amigo da família imperial. Foram tantos agraciados que, ao receber a comenda da Imperial Ordem da Rosa, o poeta Gonçalves Dias sentiu-se constrangido, “não querendo que o confundissem com tendeiro ou negreiro”. Lúcia Miguel Pereira. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p. 102, *apud* Wilton José Marques. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravismo no romantismo brasileiro)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2010, p. 49
- 92 Gilberto Freyre. *Ingleses no Brasil. Aspectos da Influência Britânica sobre a Vida, a Paisagem e a Cultura do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ INL, 1977, pp. 92–94; W. H. Koebel. *British Exploits in South America. A History of British Activities in Exploration, Military Adventure, Diplomacy, Science and Trade in Latin America*. New York: The Century Company, 1917, p. 366.

especialmente os ricos e bem-educados, eram perfeitamente aceitos na melhor sociedade.⁹³

Usando informações do próprio BD e de Carlos Rheingantz,⁹⁴ identificamos 83 remetentes que eram ou viriam a ser titulares da nobreza portuguesa ou do Império brasileiro. Eram em sua maioria naturais de Minas Gerais (24), de Portugal (16), da cidade do Rio (13), de São Paulo (11), da província do Rio de Janeiro (9), e havia ainda alguns naturais do Rio Grande do Sul, da Bahia, da França e da Itália. Parte deles certamente não era traficante — 23 fizeram somente 1 ou 2 remessas, e enviaram apenas 1 ou 2 escravos. No grupo que enviou entre 3 e 10 havia agricultores e fazendeiros que talvez estivessem suprindo suas fazendas, mas havia também comerciantes, um conhecido traficante “de serra acima” e um traficante internacional. A mesma variedade se encontra entre os 24 que enviaram entre 11 e 100 escravos. Os 13 remetentes que enviaram mais de 100 eram certamente traficantes, com a provável exceção de Vitório Maria Francisco, 2º. conde de Linhares, filho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que nascera em Turim, vivia na Europa e era proprietário absenteísta em Barra Longa, Minas Gerais.⁹⁵ Entre os demais estavam alguns dos principais traficantes da terceira pena, como Amaro Velho da Silva, natural da Corte, visconde de Macaé, da elite mercantil da capital e traficante internacional (3 remessas, 116 enviados), José Antônio da Silva Pinto, natural de Lagoa Dourada, Minas Gerais, barão de Bertioga, cafeicultor e proprietário na Zona da Mata (6 remessas, 122 enviados), Militão Máximo de Souza, visconde de Andaraí, gaúcho, comerciante de grosso trato, da elite mercantil da Corte (11 remessas, 142 enviados), Francisco José de Vasconcelos Lessa, barão de Diamantina, mineiro do Serro, agricultor e grande proprietário rural (8 remessas e 168 enviados), Manoel Antônio Pacheco, barão de Sabará, mineiro de Sabará, negociante de grosso trato (5 remessas, 221 enviados),

93 Veja: The status of the slave traders, último capítulo de Frederic Bancroft. *Slave Trading in the Old South* [1931]. New York: Frederick Ungar Publishing Co., 1969. Veja também a introdução do livro por Allan Nevins.

94 Carlos G. Rheingantz. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, volume 44, 1960. A maior parte dos titulares de nobreza aqui mencionados ainda não tinha recebido seus títulos no período em foco.

95 As remessas atribuídas ao conde de Linhares ocorreram em 1819 e 1830, muito depois da morte de D. Rodrigo.

Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, mineiro de São João del Rei, da família Leite Ribeiro, pioneiro do café no vale do Paraíba e fornecedor de escravos para os pioneiros (8 remessas, 267 enviados), Romualdo José Monteiro de Barros, barão de Paraopeba, mineiro de Congonhas do Campo, minerador, fabricante de ferro e político (3 remessas, 278 enviados), Joaquim José Pereira de Faro, português do Viseu, barão do Rio Bonito, da elite mercantil da Corte e traficante internacional (25 remessas, 304 enviados), Joaquim Marcelino da Silva Lima, barão de Itapemirim, natural de São Paulo e radicado no Espírito Santo, onde era grande proprietário e político importante (12 remessas, 348 enviados), Marcelino José Ferreira Armond, mineiro, barão de Pitangui, de família da elite, importante agricultor e comerciante na Vila de Barbacena (10 remessas, 408 enviados), José Francisco de Mesquita, mineiro de Congonhas do Campo, marquês do Bonfim, comerciante e financista da elite mercantil da Corte, vendedor de escravos novos (40 remessas, 577 enviados), José Antônio Moreira, paulista, conde de Ipanema, comerciante da elite mercantil da Corte, vendedor de escravos novos (170 remessas, 1.971 enviados), e Joaquim Antônio Ferreira, português de Valença do Minho, visconde de Guaratiba, da elite mercantil da Corte e traficante internacional (145 remessas, 2.505 enviados).

Vários traficantes internacionais não-titulares eram remetentes de grande porte, como Diogo Gomes Barroso, o maior de todos, com 3.406 enviados, e Lourenço Antônio do Rego, Tomé José Ferreira Tinoco e Joaquim José da Rocha, Sobrinho e Companhia, todos com mais de 800 escravos enviados.

Como observado no texto, a maior parte dos remetentes titulares de nobreza era constituída por comerciantes. Outro importante grupo de grandes remetentes também era composto por negociantes, membros da elite econômica da Corte, que tinham seus nomes arrolados nos Almanques comerciais, e muitas vezes exerciam posições de liderança na comunidade mercantil. Muitos desses comerciantes eram portugueses, como Veríssimo José Coelho (41 remessas e 856 enviados), Antônio José da Cunha Bastos (42 remessas e 200 enviados), e José Lourenço Dias (28 remessas, 288 enviados). Entre os comerciantes estrangeiros da capital aparecem ainda no BD vários remetentes espanhóis, franceses, e cerca de

30 ingleses. Entre esses estavam Warre e Raynsford, representantes da Imperial Brazilian Mining Association (Gongo Soco), Guilherme Harrison e Cia., agentes da St. John del Rey Mining Co., Benjamin Binns e Guilherme Platt, que fizeram várias remessas e enviaram dezenas de cativos. Foi também remetente, com 7 remessas e 118 escravos, o também inglês Joseph Maxwell, um dos maiores e mais respeitados comerciantes da Corte, fundador da Casa Maxwell, Wright e Cia., dono de navios, de importantes trapiches e amigo da família real.

Ainda entre os grandes comerciantes, havia também, é claro, muitos brasileiros, baseados na capital e nas províncias, como por exemplo, Antônio Tertuliano dos Santos, natural de São Paulo e residente na Corte (116 remessas, 893 enviados), Jerônimo Francisco de Freitas Caldas, nascido e residente em Campos dos Goitacazes (51 remessas, 724 enviados), Manoel José de Carvalho, nascido e radicado na Sé de Mariana (31 remessas e 314 enviados para Minas), José Peixoto de Souza, grande comerciante em Ouro Preto (6 remessas, 168 enviados), Francisco de Paula Santos, grande comerciante e financista em Ouro Preto (5 remessas, 80 enviados), João Batista Machado, grande comerciante em São João del Rei (6 remessas, 123 enviados) e dezenas de outros.

Cotejando o banco de dados com as listas nominativas de Minas Gerais, encontramos um grande número de proprietários rurais, grandes, médios e pequenos, que aparecem nos dois arrolamentos. Em vários casos é possível que estivessem simplesmente adquirindo sua própria força de trabalho, mas em vários outros, devido ao volume de remessas muito superior às suas escravarias, fica-se com a impressão de que eram traficantes. Temos no primeiro caso indivíduos como Marcelino Gonçalves da Costa, agricultor na Zona da Mata, que tinha 65 escravos em 1831, e fez quatro remessas, enviando 48 cativos no total. Ou Antônio Dias Tostes, fazendeiro em Juiz de Fora, proprietário de 147 escravos, e autor de seis remessas totalizando 150 enviados. Ou ainda, em outro ramo de atividade, João Antônio de Monlevade, maior fabricante de ferro do Império, que fez quatro remessas, enviando 79 escravos provavelmente para sua fábrica, que foi um caso importante de estabelecimento industrial inteiramente operado por escravos. Na outra hipótese temos, por exemplo, Antônio Joaquim de Oliveira Pena, agricultor com engenho de cana no distrito do Brumado, em

Queluz, que possuía 56 cativos, e fez dez remessas, totalizando 370 enviados. Ou Gervásio Pereira de Alvim, agricultor, criador de gado e engenheiro de cana, com 59 escravos no distrito da Lage, em São José, remetente de 165 escravos, em 14 lotes. Ou o caso ainda mais óbvio de Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, que, como vimos, fornecia escravos a outros pioneiros do café no vale fluminense, tendo feito oito remessas totalizando 267 escravos, dos quais apenas 26 para Minas, e 241 para o Rio de Janeiro. Esses são apenas alguns exemplos, dentre muitos indivíduos nessa situação. Viajando por Minas Gerais nessa época, Saint Hilaire observou as atividades traficantes de muitos mineiros:

Os proprietários ricos daqui [ele está no Registro da Mantiqueira, e refere-se à comarca do Rio das Mortes] tem mais ou menos o mesmo gênero de negócios que os de Minas Novas. Vão buscar negros no Rio de Janeiro, revendem-nos a longo prazo aos cultivadores menos abastados, aceitam fumo em troca e ganham assim muitas vezes o valor de seu capital.⁹⁶

É importante ter em mente que os números atribuídos aos prováveis traficantes são apenas aqueles que o levantamento conseguiu captar no período registrado pela Intendência de Polícia, que é só uma pequena janela na história do tráfico. É de todo provável que muitos desses indivíduos tenham traficado antes de 1809 e também depois de 1833. Além disso, sabemos que mesmo no período coberto pelos registros há muitas falhas, devidas a lacunas na fonte original.

Ainda no capítulo do envolvimento das classes mais altas, apresento uma pequena lista de famílias da elite econômica, política e social de Minas, cujos membros participaram tão intensamente da terceira perna que podemos apontá-las, com bastante segurança, como famílias traficantes. Podemos mencionar nesta categoria a família Ferreira Armond, de comerciantes e agricultores, baseados na região de Curral Novo, na vila de Barbacena, e em Mariana, cujos membros remeteram mais de 1.200 escravos entre 1809 e 1830. Vários Ferreira Armond receberam sesmarias no século XVIII, e pelo menos um aparece no códice 1.000 já conduzindo escravos

96 Auguste de Saint-Hilaire. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822). Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974, p. 67.

para Minas em 1762–63. A família Monteiro de Barros, da região de Congonhas do Campo, era formada por mineradores, agricultores e altos funcionários, que enviaram 617 escravos. Outra família da elite na qual há vários remetentes são os Oliveira Pena, de Queluz, que também enviaram mais de 600 cativos. A família Leite Ribeiro, originária de São João del Rei, incluía os irmãos Custódio Ferreira Leite e Francisco Leite Ribeiro, dois importantes pioneiros do café do café no Rio de Janeiro e em Minas, Luciano Leite Ribeiro, comerciante na Corte, Antônio Leite Ribeiro, Floriano Leite Ribeiro, e outros, todos grandes remetentes, que enviaram pelo menos 1.100 escravos. No códice 1.000 aparece três vezes levando escravos para Minas, em 1762–63, o português João Leite Ribeiro, irmão do também português José Leite Ribeiro, que é pai de Francisco Leite Ribeiro, já nascido em São João del Rei. Do Sul de Minas, foram grandes vendedores de escravos os membros das famílias Ribeiro de Carvalho, Gomes Nogueira, Ribeiro da Silva, Ribeiro da Luz, e várias outras, especialmente das áreas exportadoras de fumo, cujos produtores conduziam, eles mesmos, o fumo para o Rio de Janeiro, e voltavam trazendo negros novos. Vários membros da família Junqueira, de Campanha, figuram no BD como remetentes de vulto, tendo um deles, João Francisco Junqueira, vendido, sozinho, mais de dois mil escravos aos primeiros cafeicultores de Vassouras, segundo Stanley Stein.⁹⁷

Outro grupo muito importante de remetentes, que aparece com centenas de nomes e de remessas, é o dos tropeiros. Esse grupo se confunde com os grupos dos comerciantes e dos agricultores, com os quais tem grande interseção; muitos tropeiros eram também comerciantes, ou tinham ocupações múltiplas, como agricultura, comércio e tropa. Assim como os comerciantes, os tropeiros podiam ter no tráfico um *side business*,

97 Stanley J. Stein. *Vassouras, a Brazilian Coffee County*. New York: Atheneum, 1970, pp. 18, 73–75. Neste comentário, para identificar as famílias guiei-me somente pela coincidência de sobrenomes compostos e conhecidos. Isso significa que a lista deixa de captar muitos membros das famílias, como genros, ou mesmo irmãos e filhos com sobrenomes diferentes, como costumava acontecer.

podiam ser traficantes eventuais, ou podiam ser traficantes profissionais, que eram conhecidos como comboieiros.⁹⁸

A tropa de mulas era, com exceção dos poucos territórios banhados por rios navegáveis, o único meio de transporte de média e longa distância no Sudeste brasileiro. Por ela eram transportados desde joias e bijuterias, até grandes volumes de mantimentos, fazendas secas, pianos e equipamentos pesados. “Tropeiro” era uma categoria complexa, que incluía desde grandes potentados, grandes proprietários de terras e de escravos, grandes produtores que transportavam e comercializavam sua própria produção (como, por exemplo, nessa época, os grandes produtores e exportadores de fumo do Sul de Minas), até simples condutores de mulas, que eram apenas transportadores, e até escravos que exerciam essa função. Eram sempre figuras respeitadas, que gozavam da confiança das suas comunidades, e lidavam com dinheiro, mercadorias, correspondências, e outros bens alheios. Os grandes tropeiros-proprietários tinham muito prestígio social e foram muitas vezes titulares de nobreza.

Em seu constante vai-e-vem entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, os tropeiros de todos os tipos eram os principais operadores da terceira perna, trazendo negros por sua própria conta, para vender, ou encomendados, para entregar aos compradores. A composição das remessas atribuídas a tropeiros no banco de dados reflete a diversidade da categoria. Sempre lembrando as lacunas existentes na cobertura, encontramos grandes remetentes tropeiros, como Marcelino José Ferreira Armond, tropeiro, agricultor e comerciante em Barbacena (10 remessas, 408 enviados), Manoel Carneiro Santiago, que conheceremos melhor abaixo, grande exportador de fumo e tropeiro, de Carmo do Pouso Alto (11 remessas, 286 enviados), Antônio de Freitas Lopes, agricultor e comerciante em São José, mencionado no código 419 (12 remessas, 202 enviados), ou Antônio Jacinto

98 A identificação dos remetentes tropeiros, assim como a dos boiadeiros e porqueiros (condutores de porcadas) foi frequentemente baseada no código ANRJ 419 — Registro de tropeiros vindos do interior com tropas em geral, 1829–1832 — ou reforçada por ele. Muitas vezes não é segura, especialmente nos casos de nomes curtos ou muito comuns (como por ex. Antônio de Souza ou Vicente Ferreira), mas é 100% positiva nos casos de nomes mais longos ou pouco comuns, como Jerônimo José de Toledo Silva, José de Latour, ou de personagens conhecidos, ou ainda, é claro, naqueles identificados como tais na fonte original.

Tavares, tropeiro, lavrador e engenheiro de cana em Guarapiranga (18 remessas, 172 enviados). Entre os tropeiros aparentemente “puros”, encontramos remetentes de porte, como Antônio da Costa Pereira (16 remessas, 161 enviados), médios, como Antônio Fernandes da Silva (4 remessas, 53 enviados), ou o inglês Benjamin Binns (6 remessas, 99 enviados). Era bastante comum entre os tropeiros um padrão de numerosas remessas (ou conduções) de pequenos lotes, sugerindo que eles aproveitavam as viagens de rotina para trazer uma carga extra de escravos. Isso é exemplificado pelos casos de Francisco Antônio Correia (7 remessas, com total de 12 escravos), ou de Bernardino José da Silva (7 remessas, com total de 13 escravos).

Confirmando a ideia de que “todo mundo” queria uma beirada desse negócio, temos ainda vários registros de “camaradas de tropa” — simples empregados dos tropeiros — que fizeram uma ou duas remessas, de um ou dois escravos, raramente mais. São 25 nomes, como os de João Ferreira, camarada de Manoel Ferreira Pinha, que trouxe um escravo, Joaquim José, camarada de Roberto de Carvalho, que também trouxe um escravo, ou de João da Silva Nunes, que trouxe quatro lotes, de 2, 2, 3 e 7 escravos.

Outros profissionais que transitavam permanentemente entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais eram os boiadeiros e os porqueiros, que conduziam gado e porcos em pé para aquele mercado. Muitos desses condutores aproveitavam a viagem de retorno para trazer negros novos para Minas. Vários boiadeiros, registrados no código 419 como procedentes de Minas “com boiadas”, aparecem no BD IPEA-LIPHIS fazendo várias conduções de pequenos lotes de 1 até 5 escravos, raramente mais de seis. Entre eles há um boiadeiro escravo, chamado Francisco Angola, que conduz 5 escravos para Resende, no Rio de Janeiro, em 1821. Há também lançamentos referentes a um Narciso Ferreira de Oliveira, que passara pelo registro de Rio Preto vindo de Minas, conduzindo cavalos, e aparece oito vezes no BD conduzindo um total de 107 negros novos para Minas.

Há igualmente vários nomes lançados no código 419 entrando no Rio “com porcadas”, que retornam trazendo, alguns deles várias vezes, lotes de 3, 4, 5 e até mais escravos. Dois desses casos de porqueiros remetentes chamaram minha atenção. Em agosto de 1830, Antônio Barbosa Sandoval passou pelo registro de Itaguaí conduzindo uma porcada. Em 1828, 1829 e 1830, ele aparece nos registros da Intendência de Polícia como remetente

de quatro lotes, de 12, 19, 21 e 7 escravos para Minas Gerais e São Paulo. Em 1836, encontramos um Antônio Barbosa Sandoval, nascido em Santa Luzia do Rio das Velhas, Minas Gerais, recenseado em Franca, São Paulo, com sua família. Sua esposa é mineira, assim como seus filhos mais velhos. Apenas Flausino, de 5 anos, e Belarmino, de 4, são nascidos em São Paulo. A família é próspera e tem 44 escravos. Em outros sites aprendemos que Antônio era fazendeiro, político e juiz de paz, que membros da família Barbosa Sandoval, mudaram-se de Pitangui para Franca nas primeiras décadas do XIX, e que o clã era, e é até hoje, uma família de prestígio na região. Não posso afirmar que se trata da mesma pessoa, mas certamente “Antônio Barbosa Sandoval” não é um nome comum, que se encontra a toda hora na lista telefônica.

O outro caso é o do porqueiro Bonifácio Justino Álvares, que aparentemente se envolveu em um raro episódio de redução de pessoa livre ao cativo. Bonifácio era um porqueiro abastado, que foi recenseado em 1831, na Vila de São Carlos do Jacuí, onde vivia com sua família e 20 escravos.⁹⁹ No códice 419 tem uma passagem pelo registro de Itaguaí, em janeiro de 1830, vindo de Minas, conduzindo uma porcada. Aparece duas vezes nos registros da Intendência de Polícia, e pode ter sido um pequeno traficante: em 31/10/1825, traz 4 escravos novos, e em 23/1/1830, vem trazendo 12 negros novos. Em abril de 1832, o *Universal*, de Ouro Preto, publicou o apelo de uma mãe aflita cujo filho, pardo livre, acreditava ter sido vendido como escravo:

Da Vila de São Carlos de Jacuí, saiu em novembro de 1829, um rapaz de nome João José, pardo trigueiro, muito vivo, e acompanhou por camarada a Bonifácio Justino Alves, que conduzia uma porcada para o Rio de Janeiro; ambos eram moradores na mesma Vila de Jacuí, constando que o sobredito João José se acha vendido, sendo livre, e filho de Rita Pedrosa. Sua mãe roga a quem dele souber queira anunciar pelas folhas para ser procurado.¹⁰⁰

Não consegui saber o final da história, mas não consigo afastar a impressão de que Bonifácio passou João José nos cobres.

99 APM. Listas nominativas de 1831–32.

100 O *Universal* (Ouro Preto), 2/4/1832.

Além destes há ainda outro grupo ocupacional com significativa presença nos registros. Trata-se do grupo dos eclesiásticos, que é composto por mais de 200 nomes, na grande maioria de padres, mas inclui também alguns frades, abades e priores de conventos. Os remetentes desse grupo fizeram em geral poucas e pequenas remessas, sugerindo que eram sobretudo usuários, mas em vários casos o número de remessas e o volume de enviados apontam para o perfil do traficante.¹⁰¹ Nesses casos temos, por exemplo, Antônio da Rocha Franco, deputado geral e constituinte mineiro de 1823, com 8 remessas, 48 enviados, Francisco do Carmo Fróis, com 5 remessas e 60 enviados para Resende, Francisco Moreira da Costa, que enviou 108 cativos, dos quais 98 novos, para São Sebastião, São Paulo, João de Godói Moreira, que fez 8 remessas para Minas e São Paulo, enviando 52 escravos. Ainda mais suspeitos são os sacerdotes José Dias Coelho Neto, que enviou 77 escravos para o Rio de Janeiro, em 16 lotes, e José Joaquim da Silva Monteiro, que mandou para Rio Grande, no Rio Grande do Sul, 145 escravos, em 12 remessas.

Encerrando a listagem dos tipos, e ressaltando ainda mais a grande variedade dos atores participantes da terceira perna, apresentamos uma lista de outras ocupações que têm membros registrados como remetentes de escravos do Rio para os destinos no interior. Além dos grandes e médios negociantes já mencionados, havia muitos pequenos comerciantes, como taberneiros, vendeiros e mascates. Havia militares da marinha e do exército, de todas as patentes, de marechal a soldado. Havia funcionários públicos de todos os poderes e escalões, até mesmo governadores de províncias e altos magistrados. O banco de dados revela ainda remessas feitas por indivíduos com as ocupações de advogado, amanuense, boticário, caixeiro, carpinteiro, cirurgião, despachante, estudante, fabricante de ferro, feitor, ferreiro, fogueteiro, latoeiro, marceneiro, marítimo, médico, ourives, padeiro, pedreiro, pescador, pintor, professor, sapateiro, segeiro, seminarista, tanoeiro, e tintureiro, além de financistas, usurários, e pessoas que declaravam viver “de suas rendas”, ou “de suas agências”.

O tráfico atlântico produziu muitas fortunas, que depois se transmudaram em patrimônio imobiliário, propriedade fundiária, empreendi-

101 Em uma análise mais minuciosa será preciso levar em conta o fato de que muitos religiosos eram proprietários e produtores rurais, às vezes de grande porte.

mentos agrícolas, status, poder político e, frequentemente, títulos de nobreza. A terceira perna também tem muitas histórias de formação e consolidação de fortunas, que foram matrizes de propriedade de terras, e de dinastias de prestígio social e de poder econômico. A professora Maria Odila acertou em cheio, quando afirmou que “esses fazendeiros tinham capitais que a gente não saberia explicar de onde vieram, mas vinham evidentemente do tráfico de escravos.”¹⁰²

O jovem português Manoel Carneiro Santiago chegou à região do atual município de Cristina, no final do século XVIII, a pé, com uma mão na frente e outra atrás. Pobre como Jó. Empregou-se como “tocador de burros” do Capitão João Fernandes da Silva, da fazenda do Pitangal. Fazia seis a oito viagens por ano para o Rio de Janeiro, Parati, Ubatuba ou Santos, levando fumo em rolo e trazendo sal, fazendas, louça, vinhos etc., por conta de seu patrão. Por sua própria conta levava uma arroba de fumo que vendia, “às varas”, pelo caminho. Com o dinheiro apurado trazia “miudezas, armarinhos e missangas, que vendia com grande lucro aos escravos e agregados das fazendas”.¹⁰³

Obtendo assim seu capital inicial, Santiago começou a trazer negros novos do Rio de Janeiro, para revender em Minas Gerais. Seu nome aparece nos registros da Intendência de Polícia em 1811, com 30 anos, e também em 1813, 1815, 1816, 1822, 1825, 1826, 1827 e 1828. Nos primeiros anos trouxe lotes relativamente pequenos, mas nos anos 1820, conduziu grandes carregações, de 50, 60 e 80 negros. Nos registros recuperados pelo projeto IPEA-LIPHIS, constam 11 remessas, totalizando 286 escravos, mas provavelmente começou antes, e certamente trouxe um número muito maior. O antigo cronista e historiador de Cristina, Luiz Barcellos, afirma que ele se tornou um “grande negociante” de escravos e que esta atividade foi responsável pela “maior parte” de sua fortuna.¹⁰⁴ Além disso, segundo o

102 Depoimento de Maria Odila Leite da Silva Dias, em José Geraldo Vinci de Moraes e José Márcio Rego (orgs.). *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 197.

103 Luiz Barcellos de Toledo. *O Passado de Cristina*. Manuscrito concluído em 1915, publicado como Anexo D, em Luiz Gonzaga Teixeira. *Cristina. História*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2013, pp. 438–39.

104 Barcellos. *O Passado*, p. 424)

historiador recente, Luiz Gonzaga Teixeira, a tradição oral da região narra que ao trazer os escravos do Rio, Santiago desviava parte deles por trilhas clandestinas nas florestas, evitando os registros, nos quais declarava “muito menos do que realmente transportava”.¹⁰⁵

Manoel Carneiro Santiago casou-se, nos primeiros anos do século XIX¹⁰⁶ com a filha de seu patrão, adquiriu fazendas, e tornou-se um dos maiores produtores e exportadores de fumo de Minas Gerais, sem abandonar o tráfico de negros. Todos seus seis filhos homens foram tropeiros e comerciantes de fumo, e provavelmente traficantes de escravos. Em 1822–33, a família Carneiro Santiago exportou 43 mil arrobas, que representaram 7% de todo o fumo que transitou pelos registros da Mantiqueira e do Picu.¹⁰⁷ Em 1832, Manoel foi recenseado em Carmo do Pouso Alto, município de Baependi, onde vivia com sua esposa, alguns filhos e 161 escravos. Dois outros filhos moravam perto, e tinham 21 e 22 cativos. Em 1839 outro levantamento o encontrou com 209 escravos, e seus filhos agora emancipados, com um total de 199 cativos, incluindo José, que morava em Campanha. Segundo Luiz Barcellos, o “ricaço Manoel Carneiro Santiago” era o homem mais rico de Cristina, e um dos mais ricos da rica região fumageira do Sudeste brasileiro. Escrevendo em 1915, afirmou que o Carneiro Velho era o “tronco de uma família das mais consideradas e prestigiadas do Sul de Minas, cuja fortuna até hoje não foi igualada”.¹⁰⁸

Bem semelhante é a história do Baeta Velho, contada por Ferreira de Rezende:

No começo deste século [XIX] ou pelos fins do século passado, veio para o Brasil um português que trazia nas algibeiras algumas patacas; quatro ou seis; já não me recordo o número. Chegado ao Rio de Janeiro, esse português viu bananas; provou-as; e no fim de

105 Teixeira. *Cristina. História*, p. 105.

106 Segundo Cristiano Restitutti, seu primogênito José declarou ter 12 anos ao passar no registro à frente de uma tropa em 1814. Cristiano Corte Restitutti. *A circulação entre o Rio de Janeiro e o Sul de Minas Gerais, c. 1800–1830*. In: ABEP. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu- MG, 2008.

107 Cristiano Corte Restitutti. *Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século IX*. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina 2008*.

108 Barcellos. *O Passado*, pp. 367, 420.

dois ou três dias tinha nelas consumido a maior parte do seu capital. Com o restinho que lhe ficou, comprou uns lenços e mais algumas pequenas quinquilharias de muito pouco valor; fez de tudo uma pequena trouxa e subiu para Minas. Pouco depois regressou à Corte e de novo voltou para Minas com uma trouxa já muito maior; porque tudo quanto na primeira tinha levado, havia vendido com um lucro imenso. As viagens foram assim se repetindo e no fim de algum tempo já o português tinha um sofrível capital.¹⁰⁹

Com esse capital, José Lourenço Baeta Neves, resolveu entrar na “segunda espécie” do negócio relatado por Ferreira de Rezende — o pequeno comércio de negros novos do Rio para Minas Gerais. “Foi isto que fez o português; e tão bem andou neste negócio que tendo se afazendado em Queluz, quando ali faleceu, deixou uma fortuna que não era para se olhar sem que se lambessem os beiços”.¹¹⁰

No banco de dados encontramos nove remessas de José Lourenço Baeta Neves, entre 1809 e 1829, variando entre 7 e 12 negros novos, sendo uma delas de 36 cativos. É altamente provável que, como nos outros casos, Baeta tenha feito muitas outras remessas, que não foram captadas pelos registros recuperados. Na Relação de Engenhos e Casas de Negócio, de 1836, encontramos no distrito de Santana do Morro do Chapéu, município de Queluz, uma propriedade com “engenho movido a água”, pertencente a José Lourenço Baeta.¹¹¹

O Baeta Velho nunca se casou, mas tão logo se aprumou na vida, começou a trazer vários sobrinhos de Portugal, que educava numa severa rotina de trabalho pesado e poupança. Com o tempo, vieram a constituir famílias ricas e prestigiadas. Um deles, Manoel Lourenço Baeta Neves, apesar de residente no Brasil, recebeu do rei de Portugal o título de barão de Loredó. Outro, Joaquim Lourenço Baeta Neves, naturalizou-se brasileiro, e recebeu de D. Pedro II, o título de barão de Queluz.

109 Rezende. *Minhas recordações*, pp. 342–344.

110 Rezende. *Minhas recordações*, pp. 342–344.

111 APM. SPPP1/6 — cx. 2 — D18. Levantamento coordenado por Marcelo M. Godoy.

Essas são apenas duas, dentre as muitas histórias quase idênticas que poderiam ser contadas, de fortunas e oligarquias construídas a partir do *tráfico da terceira perna*. Mas é hora de parar. Acredito ter mostrado, mais uma vez, que para ser uma grande importadora de africanos não era preciso ser uma economia de grande lavoura, ou de plantation exportadora. Não era preciso produzir *staples* coloniais para os mercados do mundo. E que para ser negociante de escravos, ou traficante de africanos novos, não era preciso ser do mar, nem viver à beira-mar. Não era preciso navegar. Bastava viver.

Belo Horizonte, abril de 2018

REFERÊNCIAS

Abreu, Mauricio de Almeida. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro: séculos XVI e XVII. Barcelona. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. X, nº. 218 (32), 2006.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Várias edições a partir de 1852.

Azevedo, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. 3ª. ed. Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & Cia. (Filhos) Ltda, 1973.

Bancroft, Frederic. *Slave Trading in the Old South* [1931]. New York: Frederick Ungar Publishing Co., 1969.

Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the slave trade question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970.

Canabrava, Alice P. Uma economia de decadência: Os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia* 26 (4) (out/dez. de 1972).

Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Carrara, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674–1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

Carta do conde de Rezende representando contra a licença de Sua Majestade a Jacinto Fernandes Bandeira, negociante da praça de Lisboa (1791). *Arquivo do Districto Federal. Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*, vol. I (1894). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

Castro, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Chamberlain, Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819–1820*. Rio de Janeiro e São Paulo: Livraria Kosmos, 1943.

China, J. B. d'Oliveira. “Os Ciganos do Brasil (Subsídios Históricos, Etnográficos e Linguísticos)”. Separata da *Revista do Museu Paulista*, tomo XXI, 1936.

Códice Costa Matoso. Reedição: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

Coelho, José João Teixeira. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Geraes [1780]. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*. 3ª. série, n.º. 7, 4º. trimestre de 1852.

Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade. A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

Debret, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 6ª. edição. São Paulo e Brasília: Martins/INL, 1975.

Eakin, Marshall C. *British Enterprise in Brazil. The Saint John d'El Rey Mining Company and the Morro Velho Mine, 1830–1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989.

Edmundo, Luís. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. 1763–1808*. Brasília: Senado Federal, 2000.

Eschwege, W. L. Notícias e Reflexões Estadísticas a respeito da Província de Minas Geraes, por Guilherme, Barão d'Eschwege. *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IX. Lisboa: na Typografia da mesma Academia, 1825.

Florentino, Manolo, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva. Aspectos Comparativos do Tráfico de Africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia* 31 (2004).

Florentino, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Fragoso, João e Manolo Florentino. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

Fragoso, João Luís e Roberto Guedes Ferreira. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819–1833. In: Tarcísio R. Botelho et al. (orgs.). *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

Fragoso, João Luís Ribeiro e Roberto Guedes Ferreira. Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças. Dois bancos de dados (despachos de escravos, passaportes e licenças) - *Relatório final do Projeto Tráfico de escravos e relações comerciais no Sudeste do Brasil. Primeira metade do século XIX*. Apresentado ao IPEA em 2001.

Freyre, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ INL, 1977.

Furtado, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Goulart, Maurício. *A escravidão africana no Brasil, das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975.

Hansard (Slave Trade). Lords sitting of 2 August 1842.

Klein, Herbert S. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1986.

Koebel, W. H. *British Exploits in South America. A History of British Activities in Exploration, Military Adventure, Diplomacy, Science and Trade in Latin America*. New York: The Century Company, 1917.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808–1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Luft, Marcos Vinícios. Considerações acerca da demografia escrava na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul através dos mapas populacionais (1780–1805). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Depto. de História. Trabalho final da disciplina de Seminário de História Temática do Rio Grande do Sul, semestre 2010/2.

Luna, Francisco Vidal e Herbert Klein. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.

Mapa dos Fogos, Pessoas Livres e Escravos compreendidos nas Freguesias da Cidade e Província do Rio de Janeiro, [1821]. Arquivo Nacional, Códice 808, v. 4, folha 17.

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780, *apud* Marcos Vinícios Luft. Considerações acerca da demografia escrava na capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul através dos mapas populacionais (1780–1805).

Mapa Geral da Capitania de São Paulo de todos os fogos, homens, mulheres, meninos, velhos e escravos que se acharam nas vilas e freguesias, segundo as listas que se mandaram tirar neste ano de 1772. *Anuário Estatístico de São Paulo (Brazil), 1901*. Sétima Parte. Documentos Interessantes.

Mappa geral das cidades, villas e freguezias que formão o corpo interior da Capitania do Rio de Janeiro, com declaração do número de seus templos, fogos, etc. Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 47 (1884).

Marcílio, Maria Luíza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1770–1836*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 2000.

Marcondes, Renato Leite. O evolver demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780–1840). São Paulo. *Estudos Econômicos* 25 (2), maio-agosto 1995.

Marques, João Pedro. Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX. *Análise Social*. Lisboa, v. 36, n. 160, 2001.

Marques, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão (literatura e escravidão no romantismo brasileiro)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2010.

Martins, Maria do Carmo Salazar e Helenice Carvalho Cruz da Silva. Via Bahia: A Importação de Escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Serião, 1759–1772. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina 2006).

Martins, Roberto B. Notas sobre a demografia das populações escravas da América. In: Cedeplar-UFMG. *XVII Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina 2016).

Martins, Roberto B. Quarenta anos depois. Parte II de *Crescendo em Silêncio. A Incrível Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM e ABPHE, 2018.

Matos, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837]*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. 2 vols., 1979 e 1981.

Meneses, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

Moraes, José Geraldo Vinci de e José Márcio Rego (orgs.). *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Moura Filho, Heitor P. de. Tirando leite de pedra: o tráfico africano estimado a partir de dados etários. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.

Muller, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. 3ª. edição facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

O Universal. Jornal publicado em Ouro Preto entre 1825 e 1842.

Paiva, Asséde. “Brumas da História - Ciganos & Escravos, no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 163, nº. 417 (out/dez 2002).

Paiva, Clotilde, Douglas Libby e Márcia Grimaldi. Crescimento da população escrava: uma questão em aberto. In: *Cedeplar-UFMG. IV Seminário sobre a Economia Mineira* (Diamantina 1988),

Paiva, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716–1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

Parron, Tâmis Peixoto. A Política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787–1846. Tese de doutorado, USP, 2015.

Pereira, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

Pesavento, Fábio. Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Tese de doutorado em Economia, UFF, 2009.

Pinheiro, Fábio W. A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830). Dissertação de mestrado, UFRJ, 2007.

Pinheiro, Fábio W. A. Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- c. 1830. In:

Cedeplar- UFMG. *XIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. (Diamantina 2008).

Pinheiro, Fábio W. A. Personagens e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809 — c. 1830. In: *Anais do II Colóquio do LAHES* (Juiz de Fora 2008).

População da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IV (1899).

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 8^a. ed. 1961.

Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, and held in London, from Friday, June 12th, to Tuesday, June 23rd, 1840. London: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1841.

Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro feito em 1850. Quadro C - População Escrava. Arquivo Estatístico da Província do Rio de Janeiro. Primeira Publicação. Niterói: Typ. de Amaral e Irmão, 1851.

Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Relatório do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*, n^o. 16, janeiro de 1843.

Restitutti, Cristiano Corte. A circulação entre o Rio de Janeiro e o Sul de Minas Gerais, c. 1800–1830. In: ABEP. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu- MG, 2008.

Restitutti, Cristiano Corte. Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século XIX. In: Cedeplar-UFMG. *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina 2008.

Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1988.

Rheingantz, Carlos G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, volume 44, 1960.

Ribeiro, Alexandre Vieira. E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. In: Cedeplar-UFMG. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina 2006.

Rocha, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais [1780]*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1974.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976.

Santos, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

Santos, Raphael Freitas. Um estudo sobre os padrões de posses de escravos em Minas Gerais. In: ABPHE. *II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica* (Niterói 2004).

Santos, Raphael Freitas. Minas com Bahia: Mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. Tese de doutorado em História, UFF, 2013.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986.

Soares, Carlos Eugênio Líbano and Raíza Cristina Canuta da Hora. African mothers in the city of Bahia, 1734–99. *Women's History Review*, 2017.

Spix, J. B. von e C. F. P. von Martius. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1938.

Stein, Stanley J. *Vassouras, a Brazilian Coffee County*. New York: Atheneum, 1970.

Taunay, Affonso de E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, vol. 4, tomo 2, 1939.

Teixeira, Luiz Gonzaga. *Cristina. História*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2013.

Teixeira, Rodrigo Corrêa. *Correrias de ciganos pelo território mineiro (1808–1903)*. Dissertação de mestrado em História, UFMG, 1998.

Teixeira, Rodrigo Corrêa. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

Toledo, Luiz Barcellos de. *O Passado de Cristina*. Manuscrito concluído em 1915, publicado como Anexo D, em Luiz Gonzaga Teixeira. *Cristina. História*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2013.

Vilhena, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

A Constituinte de 1823 e o Mito do Patriarca Abolicionista*

Roberto B. Martins

Os pensadores escravistas dos Estados Unidos, como George Fitzhugh, John C. Calhoun ou Edmond Ruffin, apoiavam, sem nenhum constrangimento, sua *peculiar institution*, que proclamavam ser um *bem positivo*, e a melhor maneira de organizar a sociedade e a economia.¹ Diferentemente, os intelectuais e políticos brasileiros, mesmo aqueles que se declaravam contrários ao regime servil e ao tráfico, eram frequentemente evasivos, assumindo uma postura defensiva sobre esses temas, apontando-os como um “mal necessário”, ou um “remédio amargo”, que o país teria de “suportar” até que tivesse uma população — leia-se, uma força de trabalho proletário — suficiente para tripular sua agricultura e outras ocupações braçais.

Entre estes se inclui José Bonifácio de Andrada e Silva, uma das personagens mais biografadas e mais celebradas de nossa história. Festejado como a figura que melhor se enquadra no papel de *founding father* da nação brasileira, é chamado de *Franklin brasileiro*, *timoneiro da Independência*, *pai da pátria*, e outros rasgados elogios. Existe até mesmo uma lei, pela qual “o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva é declarado Patrono da Independência do Brasil”.² Não tenho nenhum interesse em discutir a justeza desses apelidos, nem seus méritos como político, como

* Este artigo foi concluído em junho de 2020.

1 Veja, por exemplo, Eric L. McKittrick. (ed.). *Slavery Defended: The Views of the Old South*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

2 Lei nº. 13.615, de 11 de janeiro de 2018. Declara o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva Patrono da Independência do Brasil.

intelectual ou como indivíduo.³ Entretanto, não satisfeitos em colocá-lo no alto do panteão da pátria, como o “patriarca da Independência”, muitos dos seus biógrafos, historiadores e descendentes criaram para ele uma densa aura — quase uma auréola — de abolicionista pioneiro e radical que, sem receber contestação, parece ter aderido completamente à sua biografia. Isso merece, sem dúvida, um exame mais minucioso.

Bonifácio produziu, como vice-presidente do governo provisório de São Paulo, um pequeno memorial para a orientação dos deputados paulistas às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que se reuniram em 1821–22.⁴ Nesse documento, além de declarar-se expressamente a favor da permanência do Brasil no império luso, faz observações sobre o sistema de governo, e manifesta preocupações sobre os indígenas e sobre a escravidão.⁵

Que se cuide, em legislar e dar as providências mais sábias e enérgicas sobre dois objetos da maior importância para a prosperidade e conservação do Reino do Brasil:

1º. Sobre a catequização e civilização geral e progressiva dos índios bravos, que vagueiam pelas matas e brenhas, sobre cujo objeto um dos Membros deste governo dirige uma pequena Memória às Cortes Gerais por mão de seus Deputados.

2º. Requer imperiosamente iguais cuidados da Legislatura sobre melhorar a sorte dos escravos favorecendo a sua emancipação

3 Um sem-número de historiadores e biógrafos têm feito isso desde o século XIX. A lista de biografias e de análises sobre sua atuação na história do Brasil é infindável. Eu sugeriria apenas que se leia alguma coisa recente e cujo autor tenha sólidas credenciais acadêmicas, pois não está longe a época em que o objetivo das biografias era construir mitos, “vultos da pátria” e semideuses.

4 *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, a instâncias dos mesmos senhores deputados*. Rio de Janeiro: na Typographia Nacional, 1821. O texto é assinado por João Carlos Augusto Oeynhausen, presidente e José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente, e foi aprovado também pelos outros nove membros da junta de governo, mas há consenso de que foi redigido por José Bonifácio.

5 No mesmo capítulo, *Negócios do Reino do Brasil*, propõe o cancelamento das sesmarias incultas, a distribuição de glebas a “europeus pobres, índios, mulatos e negros forros”, restrições a derrubadas e queimadas, criação de escolas, ginásios, e pelo menos uma universidade, que seria localizada na cidade de São Paulo.

gradual e conversão de homens imorais e brutos em Cidadãos ativos e virtuosos; vigiando sobre os Senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e cristãos, e não como brutos animais, como se ordenara nas Cartas Régias de 23 de Março de 1688 e de 27 de Fevereiro de 1798, mas tudo isto com tal circunspecção que os miseráveis escravos não reclamem estes direitos; com tumultos e insurreições, que podem trazer cenas de sangue e de horrores. Sobre estes assuntos o mesmo Membro deste Governo oferece alguns apontamentos e ideias ao Soberano Congresso.

O opúsculo foi apresentado às Cortes na sessão de 7 de março de 1822, por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado por São Paulo e irmão de Bonifácio, juntamente com a “pequena memória” sobre a domesticação dos índios, aludida no texto.⁶

A emancipação dos escravos foi apenas mencionada no memorial levado a Lisboa — não havia nenhum projeto, prazo ou instrução sobre isso — mas o controle da brutalidade senhorial era uma proposta arrojada, para a qual o autor buscou apoio em duas cartas régias, além de recomendar extrema prudência, pois os escravos poderiam ser tentados a se tornar sujeitos de seus direitos.⁷

6 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 1822, número 30, p. 394.

7 Em 1688, o rei D. Pedro II, enviou aos governadores do Estado do Brasil, e das capitânias do Rio de Janeiro e Pernambuco, duas cartas régias, em 20 e 23 de março, com instruções para punição severa dos senhores cruéis. Apesar da recomendação de discreção, que consta da segunda carta, a interferência no domínio senhorial privado era de tal forma rejeitada, que o rei teve de recuar em pouco tempo, ordenando, em fevereiro de 1689, “que não tenham efeito as ditas ordens de 20 e 23 de março (...) para que se evitem as perturbações que entre eles e seus senhores já começam a haver, com a notícia que tiveram das ordens que se nos haviam passado”. Veja: Sílvia Hunold Lara. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. In: Jose Andrés-Gallego (Coord). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom). Carta régia de 20 de março de 1688, p. 198; Carta Régia de 23 de março de 1688, p. 199 e Carta régia de 23 de fevereiro de 1689, p. 201. A carta régia de 27 de fevereiro de 1798 não consta do Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821 existentes no Archivo Público do Império, nem do minucioso levantamento feito por Lara.

As Cortes não chegaram nem mesmo a tomar conhecimento das recomendações sobre a escravidão, que não foram sequer lidas ou discutidas no plenário. O documento com as *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo* foi entregue à Comissão de Constituição, e a memória sobre os índios foi encaminhada à Comissão do Ultramar, mas isso foi tudo. Segundo Berbel, Marquese e Parron, Antônio Carlos sustentou “bravamente” o *conteúdo geral* do programa da junta de São Paulo, mas omitiu inteiramente o trecho sobre a escravidão e a emancipação gradual dos escravos.⁸

Diferentemente da memória sobre os indígenas, cuja apresentação foi, como vimos acima, expressamente anotada no *Diário das Cortes*, não há nenhum registro dos “apontamentos e ideias” sobre a escravidão, que Bonifácio alega ter igualmente “oferecido ao Soberano Congresso”. Na verdade, não existe nenhuma evidência de que já existisse nessa época qualquer trabalho de sua autoria sobre esse assunto.⁹

O que garantiu a Andrada o diploma de abolicionista foi, sem dúvida, a célebre e mil vezes citada *Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*, supostamente escrita em 1823 para ser entregue à constituinte brasileira, que se reuniu naquele ano no Rio de Janeiro.¹⁰ Nesse texto o autor condena o regime servil e o tráfico em termos candentes — infame comércio, crime contra o direito natural e as leis do Evangelho, cancro que rói as entranhas do Brasil. Aponta a ineficiência econômica e a corrupção causadas pelo sistema escravista na sociedade e nos costumes, e denuncia com veemência a crueldade dos senhores, os maus tratos, o sofrimento e a mortandade dos

8 Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c. 1790–1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 153.

9 Letícia de Oliveira Raymundo comentou que as Cortes de Lisboa não chegaram a discutir os “Apontamentos” sobre a civilização dos índios e que “menos espaço ainda teve seu projeto sobre os escravos, que sequer foi apresentado à Assembleia por Antônio Carlos, e de cujo texto se tem pouca notícia”. Letícia de Oliveira Raymundo. *Legislar, amalgamar, civilizar: a mestiçagem em José Bonifácio de Andrada e Silva (1783–1823)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, 2011, p. 84. Creio, como afirmo acima, que tal texto não existia.

10 *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio d’Andrada e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Paris: na Typographia de Firmin Didot, 1825.

cativos. Mas, como outros do seu tempo, é cauteloso ao propor mudanças: “torno a dizer, porém, que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males”.¹¹

Preconiza a cessação do tráfico “dentro de 4 ou 5 anos”,¹² e recomenda incentivos às alforrias, coartações e outras formas de emancipação gradual, tais como a formação de fundos de emancipação — *caixas de piedade* — abastecidos pelas economias dos próprios cativos, doações e outras fontes. Os instrumentos que sugere são tímidos, e se referem exclusivamente a *manumissões individuais* — não contemplam nenhum processo ou mecanismo de libertação coletiva, por intervenção do estado como, por exemplo, uma lei do ventre livre.

Todo escravo teria o direito de comprar, pelo preço pago por seu senhor ou por uma avaliação imparcial, sua alforria completa, ou sua coartação em prestações.¹³ Seria senhor do seu pecúlio, que poderia legar a quem quisesse, ou que, se morresse intestado, reverteria para o fundo de emancipação.¹⁴

O senhor que forrasse escravos gratuitamente, poderia retê-los em seu serviço por *cinco anos*, “sem lhe[s] pagar jornal, mas só o sustento, curativo e vestuário” — ou seja, poderia mantê-los *como escravos* por cinco anos adicionais. Todavia, aquele que forrasse “escravo velho, ou doente incu-

11 Andrada. *Representação*, p. 24.

12 Andrada. *Representação*, artigo 1, p. 27.

13 As facilidades para a alforria e a coartação são muito semelhantes, como o próprio autor indica, àquelas da legislação cubana. Andrada. *Representação*, p. 26. Curiosamente menciona também como fonte de inspiração a legislação dinamarquesa que, além de se referir a um sistema escravista minúsculo (as pequeninas colônias de St. Thomas, St. Jan e St. Croix), era uma das mais cruéis. O código Gardelin, de 1733, previa tortura com ferro em brasa, amputação de membros, açoitamento e morte, por delitos como simples fugas. Veja: Neville Hall. *Slave Laws of the Danish Virgin Islands in the Later Eighteenth Century*. In: Vera Rubin and Arthur Tuden (eds.) *Comparative Perspectives on Slavery in the New World Plantation Societies. Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 292, 1977, pp. 197–211, e Svend E. Green-Pedersen. *Slave Demography in the Danish West Indies and the Abolition of the Danish Slave Trade*. In: David Eltis and James Walvin (eds.) *The Abolition of the Atlantic Slave Trade. Origins and Effects in Europe, Africa, and the Americas*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1981, pp. 247–48.

14 Andrada. *Representação*, artigo 12, p. 30.

rável [seria] obrigado a sustentá-lo, vesti-lo, e tratá-lo durante sua vida” (...) sob pena de seu recolhimento “ao hospital, ou casa de trabalho à custa do senhor”.¹⁵ Se alforriasse mais de oito famílias e as assentasse como pequenos agricultores, seria “contemplado pelo Governo como benemérito da Pátria, e [teria] direito a requerer mercês e condecorações públicas”.¹⁶

Embora acreditasse que a civilização dos índios ajudaria a suprir o trabalho perdido com o fim do tráfico,¹⁷ Bonifácio recomendava também aumentar a coerção e a repressão policial contra a “ociosidade” dos livres pobres, especialmente os pretos e os pardos.

Para que não faltem os braços necessários à agricultura e indústria, porá o Governo em execução ativa as leis policiais contra os vadios e mendigos, mormente sendo estes homens de cor.¹⁸

Entretanto, a principal fonte de mão de obra seria a reprodução dos cativos existentes. O patriarca acreditava que com o fim do comércio negreiro, o interesse econômico dos proprietários poderia colocar em marcha uma sequência virtuosa de bom tratamento e crescimento endógeno, que multiplicaria o contingente escravizado. Sem, contudo, descuidar da repressão à vadiagem dos livres brancos, mesclados e forros.

Eu desejava, para bem seu, que os possuidores de grande escravatura conhecessem que a proibição do tráfico de carne humana os fará mais ricos; porque seus escravos atuais virão a ter então

15 Andrada. *Representação*, artigos 7 e 8, pp. 28 29. O recolhimento dos idosos e indigentes a *workhouses* é sempre mencionado na legislação das Índias Ocidentais Britânicas, mas desconheço a existência de tais instituições no Brasil.

16 Andrada. *Representação*, artigo 27, p. 34.

17 A civilização dos índios faria, “com o andar do tempo, inúteis os escravos”. Andrada. *Representação*, p. 5.

18 Andrada. *Representação*, artigo 24, p. 33. Os itálicos são meus. Apesar de suas propostas de miscigenação e formação de uma população “homogênea”, Bonifácio era muito racista com relação aos negros. Apelava frequentemente para expressões e grosserias racistas, como “carapinha”, “mulato”, e “pardo” quando queria criticar alguém, como por exemplo, Domingos Borges de Barros, visconde da Pedra Branca, a quem se referia sempre como “Pedra Parda”.

maior valor, e serão por interesse seu, mais bem tratados; os senhores promoverão então os casamentos, e estes a população.¹⁹

Este comércio de carne humana (...) que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, e outros cidadãos mesclados, e a dos forros; uma vez que os muitos escravos que já temos possam, às abas de um governo justo, propagar livre e naturalmente como as outras classes, uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio; uma vez que se cuide enfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.²⁰

Assim, a *Representação* contém propostas de estímulo direto à reprodução natural dos escravos em nada menos de sete dos seus trinta e dois artigos. É o mais completo conjunto de medidas pronatalistas que encontrei na literatura brasileira sobre escravidão em qualquer época.²¹

Algumas recomendações se destinavam a incentivar os casamentos. Já no primeiro artigo, o autor sugere que no período de carência, até a proibição do tráfico, “de todo escravo varão que for importado se pagará o dobro dos direitos existentes; das escravas porém só metade, para se favorecer os casamentos”, oferecendo assim um incentivo tributário para amenizar o grande desequilíbrio dos sexos da população escrava brasileira, considerado um dos principais obstáculos ao crescimento endógeno.²²

Mais adiante propunha que o senhor não possa “impedir o casamento de seus escravos com mulheres livres, ou com escravas suas”, e no artigo 21 é ainda mais incisivo, recomendando que o governo fosse “autorizado a tomar as medidas necessárias para que os senhores de engenho e grandes

19 Andrada. *Representação*, p. 18.

20 Andrada. *Representação*, p. 23

21 Além dos incentivos diretos, há ainda sugestões de controle sobre as cargas de trabalho, sustento e vestuário, bem como de moderação nas punições — medidas essas que, por incrementarem o bem-estar dos escravos, também atuam como inventivos à reprodução.

22 Andrada. *Representação*, artigo 1, p. 27.

plantações de cultura *tenham pelo menos dois terços de seus escravos casados*".²³

O artigo nono, visava impedir a separação, por venda, dos casais, ou de mães e filhos menores. Conquanto fosse um gesto de benevolência, isto representava também um forte estímulo à reprodução, pois amenizava a mais dolorosa das incertezas da maternidade escrava, que causava muitas vezes a recusa à procriação.

Nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava sem vender ao mesmo tempo, e ao mesmo comprador a mulher e os filhos menores de 12 anos. A mesma disposição tem lugar a respeito da escrava não casada e seus filhos dessa idade.²⁴

O artigo 16 buscava preservar as crianças escravas, protegendo-as da exploração excessiva por seus próprios senhores, para que pudessem se desenvolver em trabalhadores plenos na juventude e na idade adulta.

Antes da idade de 12 anos não deverão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados; e o Conselho vigiará sobre a execução deste artigo para bem do Estado e dos mesmos senhores.²⁵

O artigo 18 tinha o objetivo direto de estimular, proteger e conduzir a bom termo a gestação das escravas e garantir o resguardo pós-parto, bem como a fase de lactação e de cuidados mais intensos com as crianças.

A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhará longe da cria.²⁶

Finalmente, o projeto pronatalista era arrematado no artigo 19, com induções de longo prazo para a produção de grandes proles. À medida em

23 Andrada. *Representação*, artigos 20 e 21. Os itálicos são meus.

24 Andrada. *Representação*, artigo 9, p. 29.

25 Andrada. *Representação*, artigo 16, p. 31.

26 Andrada. *Representação*, artigo 18, pp. 31–32.

que tivessem mais filhos as escravas receberiam benefícios progressivos, e quando produzissem cinco novos escravos *vingados*, ou seja, filhos vivos e além da idade crítica de sobrevivência, ganhariam uma liberdade “condicional”.

Tendo a escrava o primeiro filho vingado, se pejar de novo, terá, além do que acima fica determinado, uma hora de descanso mais fora das horas estabelecidas; e assim à proporção dos filhos vingados que for tendo: ficará forra logo que tiver cinco filhos, porém sujeita a obedecer e morar com o marido, se for casada.²⁷

É também atribuído a José Bonifácio um manuscrito truncado, intitulado *Regulamento sobre a escravatura*, cujo início não foi encontrado. O documento não é datado, mas a referência que contém ao império português sugere que foi escrito antes da independência.²⁸

Esse texto nada tem de abolicionista ou emancipacionista: é claramente parte de um manual para administração de uma fazenda, com tópicos sobre alimentação, jornadas de trabalho, disciplina e punições do plantel de escravos. O tratamento recomendado é miserável — *uma penca de bananas e alguns carás cozidos ou assados bastam muitas vezes para sustentar o escravo* — e os idosos e incapazes deveriam ser mantidos pelas economias dos próprios cativos. Metade do tempo passado na enfermaria seria descontado do tempo livre do doente.²⁹ A única hipótese de alforria prevista exigia que o escravo tivesse *trabalhado por vinte anos “depois de homem-feito”*.³⁰ Para avaliar a crueldade dessa condição, basta lembrar que a esperança de vida ao nascer de um escravo no Brasil, na segunda metade do século XIX, *não alcançava trinta anos*, e quando esse texto foi escrito era certamente mais baixa.³¹ Embora mais timidamente do que

27 Andrada. *Representação*, artigo 19, p. 32.

28 Regulamento sobre a escravatura. Coleção José Bonifácio. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 175, doc. 65. In: Jorge Caldeira (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 226–27.

29 Andrada. Regulamento, artigos 6, 7 e 12. Meus itálicos.

30 Andrada. Regulamento, artigo 19. Meus itálicos.

31 Veja: Pedro Carvalho de Mello. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888*. Ph. D. dissertation, University of Chicago, 1977. Pedro Carvalho de Mello.

faria na *Representação*, Bonifácio já preconizava a reprodução natural, e já aconselhava proteger a gestação e incentivar as grandes proles.

As mulheres pejadas até o sexto mês e as que criarem aos peitos os filhos terão as mesmas horas de trabalho conforme o estado de vigor e saúde de cada uma; do sexto mês para diante só farão trabalhos leves as prenhas, e no nono mês não trabalharão senão em casa a tecer e fiar. Depois do parto terão quando muito um mês de convalescença.³²

Toda escrava que tiver dois filhos vivos, logo que lhe nasça um terceiro, terá o quinhão que pertence a um escravo de trabalho.³³

O projeto pronatalista de José Bonifácio é claro e completo: busca equilibrar os sexos, promover casamentos, amparar a gestação e os partos, proteger a lactação e as crianças, e premiar as mulheres que gerassem muitos escravos. Essa postura cria uma contradição insanável, um choque grotesco com a celebrada posição abolicionista que é atribuída ao patriarca. Ao contrário da fama que têm hoje, as propostas da *Representação* promoveriam a *continuidade*, não a extinção da escravidão. Comentando o projeto de Domingos Borges de Barros nas Cortes de Lisboa, Berbel, Marquese e Parron observaram que

as tímidas disposições reguladoras propostas por Borges de Barros se esvaeciam diante do conteúdo de fundo do projeto: medidas como o condicionamento do fim do tráfico ao afluxo de imigrantes europeus ou os estímulos à reprodução vegetativa da escravaria representavam, “a confirmação do regime escravista, não o seu fim”.³⁴

“Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX”. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1) 1983. Robert W. Slenes. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850–1888*. Ph. D. dissertation, Stanford University, 1976. Ann Arbor: University Microfilms International, 1978.

32 Andrada. *Regulamento*, artigo 10.

33 Andrada. *Regulamento*, artigo 20.

34 Berbel, Marquese e Parron. *Escravidão e Política*, p. 155; João Pedro Marques. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999, p. 160. O projeto de colonização, extinção gradual

Obviamente, e *com muito mais razão*, isso se aplica também ao plano do patriarca. Seus elaborados incentivos à procriação parecem visar muito mais a sustentação do que a superação do regime escravista.

Apesar da retórica tonitruante, o texto de Bonifácio sugere uma imagem patriarcal e idílica da instituição, que mereceria, sem dúvida, a ironia de Brion Davis sobre a escravidão retratada em *Time on the Cross* — “traria um sorriso de aprovação aos sinistros lábios de John C. Calhoun” — e caberia também perfeitamente na boca e nos corações de Edmond Ruffin ou de Gilberto Freyre.³⁵

Sejamos pois justos e benéficos, Senhores, e sentiremos dentro d'alma, que não há situação mais deliciosa, que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que esses desgraçados advinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial o como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premissas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca, como a um Deus tutelar.³⁶

do tráfico e emancipação gradual, do deputado baiano Domingos Borges de Barros pode ser visto no Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1821–1822, sessão de 18 de março de 1822. Projeto de decreto do Sr. Borges de Barros (pp. 538–542).

35 David Brion Davis. Slavery and the Post-World War II Historians. *Daedalus*, vol. 103, nº. 2 (Spring 1974), p. 11. A concepção de Calhoun sobre o sistema escravista pode ser vista, por exemplo, em John C. Calhoun. Speech on the reception of abolition petitions. February 1837. *Speeches of John C. Calhoun delivered in the Congress of the United States from 1811 to the present time*. New York: Harper & Brothers, 1843, p. 220. Sobre a visão patriarcal da escravidão, veja Edmond Ruffin. *The political economy of slavery, or, the institution considered in regard to its influence on public wealth and general welfare*. By Edmond Ruffin, of Virginia. Printed by Lemuel Towers [1857], e Gilberto Freyre. Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century. *Hispanic American Historical Review*, vol. 5, nº. 4 (nov. 1922), esp. pp. 606–607. Neste trabalho, que foi sua tese de mestrado na Universidade de Columbia, Freyre afirma que os escravos brasileiros viviam como anjos (*cherubs*), bem alimentados, alegres e felizes, em uma “large family of children”.

36 Andrada. *Representação*, pp. 25–26.

A escravidão sempre assombrou os *founding fathers* das duas grandes nações escravistas da era moderna, seus biógrafos e seus cultores. Os “pais da pátria” nunca tiveram escrúpulos em usar o trabalho servil em suas fazendas, seus negócios e suas casas, mas chamados a escrever os estatutos de nações que se pretendiam livres e brancas, logo viram que a negrada africana não cabia na elegante moldura almejada, e tinha de ser escondida. O regime escravista não se enquadrava na retórica sublime de liberdade — tinha de ser escamoteado.

Nos *Articles of Confederation*, a constituição provisória dos Estados Unidos, acordada em 1777 no Second Continental Congress entre os treze estados recém-emancipados, são declarados cidadãos “os habitantes livres de cada um desses estados, excetuando-se os mendigos, vagabundos e fugitivos da justiça”. Os escravos não são mencionados, mas podem ser entrevistados claramente na garantia, que os livres acordaram entre si, de que qualquer restrição eventualmente imposta ao comércio não poderia impedir a remoção de propriedade importada de qualquer lugar para o estado de residência do proprietário. Leia-se, liberdade para o tráfico.³⁷

Quando a Constitutional Convention se reuniu em 1787, a escravidão já causava uma profunda clivagem política e econômica entre os estados do Norte e do Sul da Confederação. Todos usavam trabalho cativo, mas no Norte, mais urbanizado e mais industrializado, os escravos negros constituíam uma parcela pequena da força de trabalho, que incluía, além deles e dos trabalhadores livres, outras modalidades de *coerced labor*, como *indentured servants* e *redemptioners*. Eram empregados domésticos, artífices, artesãos, operários em manufaturas, serrarias, pesca, construção naval, ou trabalhavam em serviços relacionados ao comércio, navegação e transportes, e pequenas propriedades agrícolas. Já a economia sulista, baseada na exportação de commodities intensivas em trabalho, era muito mais dependente do sistema escravista e do tráfico atlântico. O algodão só se tornou dominante depois da invenção do *cotton gin*, em 1793, mas *staples* como arroz, anil e tabaco, já eram produzidos em plantations que

37 *Articles of Confederation*, artigo IV. O acordo entrou em vigor em 1781, após ser ratificado pelos estados.

dependiam do comércio internacional de africanos para obter a indispensável mão-de-obra escrava.

Ao se encontrarem para discutir a constituição, os representantes dos estados defrontaram-se com uma instituição que já fora abolida em alguns lugares, e já era questionada em outros — já havia publicações, autores, ativistas e entidades abolicionistas — mas era defendida com unhas e dentes em outras partes do país por grupos que, no futuro, a defenderiam com fuzis e canhões.³⁸

Em 1790, no Norte livre — Vermont, New Hampshire, Maine, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut e Pennsylvania — os 7.623 escravos representavam apenas 0,5% da população. Nos principais parceiros comerciais da escravidão, New York e New Jersey, os 32.747 cativos significavam 6,2% do total, e os sete sulistas escravistas de então — Delaware, Maryland, Virginia, Kentucky, North Carolina, South Carolina e Georgia — reuniam 653.910 cativos, que representavam 34% de sua população e 94% do contingente escravo do país.³⁹

O tema causou, como previsível, grandes conflitos e debates, a respeito da autonomia dos estados, representação congressional, taxaço, e outros tópicos. A escravidão não foi declarada “a lei da terra”, como alguns escravocratas mais atrevidos chegaram a propor, mas por meio de chantagens, ameaças de secessão, ou por negociação, os representantes do Sul conseguiram resultados muito favoráveis em várias questões cruciais. Assim —

38 Desde 1775, um grupo de quacres fundara a Pennsylvania Society for Promoting the Abolition of Slavery (PAS), a primeira associação do gênero no mundo. Em sua Declaration of Rights, de 1777, o estado de Vermont concedeu liberdade aos cativos que chegassem à maturidade, e poucos anos depois aboliu de vez a escravidão. Em 1783 a escravidão tinha sido proibida em Massachusetts e New Hampshire. Atos de emancipação gradual foram aprovados na Pennsylvania in 1780, e em Connecticut e Rhode Island em 1784. Na época do primeiro censo federal (1790) a escravidão já havia sido legalmente extinta em todos os estados ao norte de Maryland, com exceção de New Jersey, e do importante reduto escravista de New York, onde mil interesses comerciais se entrelaçavam estreitamente com o escravismo. Mas nos estados do Sul continuava firmemente entrincheirada, e seria vital para a implantação do mais eficiente sistema produtivo de commodities desde a colonização do Novo Mundo.

39 Department of Commerce and Labor. *A Century of Population Growth from the First Census of the United States to the Twelfth. 1790–1900*. Washington: Government Printing Office, 1909, p. 37 e Table 7- Population of the United States as returned at the First Census by States, 1790, p. 47.

em virtude de acordos que foram denunciadas por William Lloyd Garrison como “covenants with death” e “agreements with Hell” — a instituição saiu ileso, e até protegida por vários dispositivos constitucionais, embora as palavras *slave* ou *slavery* não apareçam uma única vez em seu texto. Outro importante abolicionista, Wendell Phillips, foi ainda mais além, afirmando, com base nas anotações de James Madison, que a constituição foi um “pro-slavery compact”, urdido em torno dos interesses econômicos das partes. O comércio marítimo da Nova Inglaterra transportava os *staples* escravistas para a Europa e ajudava a alimentar as colônias inglesas do Caribe, municinando uma vigorosa cadeia de construção naval, marinha mercante e navegação de longo curso. Os comerciantes de Nova York mantinham, além do *carrying trade* de parte dessas commodities, uma animada navegação costeira, recebendo do Sul, algodão, tabaco, alcatrão, resina, turpentina, toucinho e melão, e fornecendo-lhes em troca, calçados, tecidos, ferragens, ferramentas, e outros produtos secos, bem como bebidas, e até frutas, manteiga e queijos.⁴⁰

Essas notas [de James Madison] demonstram com muita clareza todos os detalhes do acordo que foi feito entre a liberdade e a escravidão em 1787; garantindo aos escravistas privilégios explícitos e proteção para sua propriedade escrava, em troca de algumas concessões comerciais de sua parte para o Norte. Elas provam também que na época a nação inteira estava perfeitamente ciente dessa barganha, e entrou nela de bom grado e com os olhos abertos.⁴¹

Uma das principais conquistas do Sul foi famosa *three fifths rule* que permitiu a inclusão de três quintos dos escravos no cálculo dos representantes e da distribuição dos impostos diretos entre os estados. Ao invés de um voto por estado, como mandavam os *Articles of Confederation*, as bancadas na House of Representatives passaram a ser proporcionais às

40 Sobre o intenso relacionamento de New York com as economias escravistas, veja o clássico de Phillip S. Foner. *Business and Slavery. The New York Merchants and the Irrepressible Conflict. [1941]*, especialmente o capítulo The Empire City and the Cotton Kingdom. New York: Russell & Russell, 1968.

41 Wendell Phillips. *The Constitution: A Pro-Slavery Compact or, Extracts from the Madison Papers, etc. selected by Wendell Phillips [1844]*. Third edition enlarged. New York: American Anti-Slavery Society, 1856, p. 5.

populações, computadas como a soma de todas as pessoas livres — excluindo os índios, e incluindo os indentured servants — mais *three fifths of all other Persons*, ou sejam, os escravos.⁴² Outra concessão importante foi a garantia de que “a migração ou importação de quaisquer pessoas que seja permitida pelos atuais estados, não poderá ser proibida pelo Congresso antes do ano de 1808”, o que assegurou a legalidade do tráfico atlântico por mais duas décadas. Tal importação poderia apenas ser objeto de imposto ou taxa, desde que não excedesse a dez dólares por pessoa.⁴³ A *proibição de proibir o tráfico*, conjugada com a *three fifths rule*, permitiria aos estados escravistas aumentar sua representação congressional pela simples importação de mais africanos. Sempre usando artifícios de linguagem, a constituição determinou ainda a devolução de escravos fugitivos aos seus proprietários, a convocação de milícias para suprimir insurreições, a proibição de taxar as exportações, e várias outras medidas que protegiam direta ou indiretamente o sistema escravista.⁴⁴

Tornou-se um clichê dizer que a escravidão não entrou na pauta da constituinte brasileira. Isso não é fato: o tema esteve, sim, presente na agenda da assembleia, e entrou inclusive no projeto da constituição. O que não houve foram discursos, confrontos ou debates no plenário, que seriam, aliás, totalmente ociosos ou redundantes diante do forte consenso existente em favor do regime servil.

O Brasil era escravista, de norte a sul, de leste a oeste, sem contestação. Não havia aqui nenhum grupo religioso, facção política, região, ou qualquer outro foco de oposição à escravidão. Poucos anos antes da convocação da constituinte, em 1819, um levantamento feito pelo futuro deputado Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, demonstrou a presença de

42 *Constitution of the United States*, article I, section 2, paragraph 3.

43 *Constitution of the United States*, article I, section 9, paragraph 1.

44 Veja Paul Finkelman. *Slavery and the Founders: Race and Liberty in the age of Jefferson*. 3rd. ed. London and New York: Routledge, 2015, especialmente o primeiro capítulo. A única ocorrência da palavra *slavery* no texto atual da constituição americana é na 13ª. emenda, adotada em 1865 para abolir a instituição.

escravos em todas as vilas da então colônia.⁴⁵ Meio século mais tarde, o Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872, encontrou cativos em todas as vinte províncias e no Município Neutro, bem como na imensa maioria das 1.441 freguesias recenseadas.⁴⁶ Quando a constituinte se reuniu, havia no Brasil mais de um milhão de escravos — a segunda maior população mancípia da escravidão moderna, atrás apenas dos Estados Unidos.⁴⁷

A Assembleia que se reuniu em 1823 representava a elite social e política da população brasileira. Compreendia, antes de mais nada, a camada mais rica do país, o que, numa economia agrária como a nossa, significava ser dono de terras e, quase inevitavelmente, de escravos. A grande maioria dos constituintes, fossem eles senhores de engenho, fazendeiros, mineradores, comerciantes ou “capitalistas”, era formada por senhores de escravos.⁴⁸

Cada vez que saíam do prédio da Cadeia Velha, onde se realizavam as sessões, os deputados mergulhavam de cabeça em um mundo onde a escravidão reinava, onipresente. O Rio de Janeiro já era nessa época, por larga margem, a maior cidade escravista do mundo, e a maior cidade africana fora da África. Em 1821 tinha, apenas em suas freguesias urbanas,

45 Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira. A igreja no Brasil, ou informações para servir de base à divisão dos bispados, projetada no ano de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas as diferentes classes na conformidade dos mapas das respectivas províncias e número de seus habitantes. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1819. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil*. Tomo XXIX, parte primeira. 1º. Trimestre de 1866. Rio de Janeiro, 1866, pp. 159–99.

46 Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro, 1873–1876. 21 vols. Trinta e duas freguesias não foram recenseadas.

47 Em 1819, o Brasil tinha, segundo Velloso de Oliveira, 1.107.389 escravos. Segundo o Censo de 1820, os Estados Unidos tinham 1.538.022 escravos. Department of Commerce and Labor. Bureau of the Census. *A Century of Population Growth*, p. 80.

48 Conforme requisitos criados por eles próprios, os deputados deveriam ser “proprietários ou foreiros de bens de raiz rurais ou urbanos, ou rendeiros por longo termo de bens de raiz rurais, ou donos de embarcações, ou de fábricas, e qualquer estabelecimento de indústria ou de ações no banco nacional, donde tirem um rendimento líquido anual equivalente ao valor de quinhentos alqueires de farinha de mandioca, regulado pelo preço médio do país em que habitarem (...) *Esta não foi a qualificação exigida para a eleição dos deputados constituintes*, é o artigo 129 da proposta constitucional, mas representa, sem dúvida, a imagem que os constituintes tinham de si mesmos.

36.182 escravos, que representavam 46% dessa população.⁴⁹ Outro recenseamento, realizado em 1849, mostrou que havia, em todas as paróquias do Município Neutro, nada menos de 74.344 habitantes *nascidos* na África, dos quais 65.895 eram escravos e 8.449 eram libertos. A população escrava atingia 110.602 indivíduos, e com os dados disponíveis pode-se estimar que a população afrodescendente total compreendia cerca 174 mil habitantes, que constituíam nada menos de 65% da população total.⁵⁰ A presença de escravos e de negros e mulatos livres — carregadores, ambulantes, empregados em obras públicas, em manufaturas, em oficinas, ao ganho, ou simplesmente perambulando pela cidade — era de tal forma marcante, que ao chegar ao Rio, os visitantes estrangeiros invariavelmente anotavam em seus diários a sensação de ter desembarcado na África.⁵¹

Nos Estados Unidos, segundo o censo de 1820, as maiores populações escravas urbanas não passavam de 12.652, em Charleston, na Carolina do Sul, o principal porto norte-americano do tráfico atlântico; 7.355 em New Orleans, importante eixo comercial do delta do Mississipi e do golfo do México; 4.387 em Richmond, Virginia, que na Guerra Civil veio a ser o principal centro industrial do Sul, fornecendo munições, chapas de aço, canhões e locomotivas para o exército confederado, e 4.357 no também importante porto marítimo e traficante de escravos de Baltimore, Maryland.⁵² Em Havana, incluindo a cidade e “sus barrios”, havia 24.341 cativos em 1819.⁵³ Em Kingston, Jamaica, a cidade mais populosa do Caribe Britânico, a

49 Censo executado em virtude do Aviso de 16 de abril de 1821, pelo Ouvidor da Comarca, Joaquim José de Queiroz. *Apud* Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 99. Se incluirmos as freguesias rurais do município, o total de escravos eleva-se a 55.090.

50 Joaquim Norberto de Souza e Silva. *Investigações sobre os recenseamentos*, p. 104.

51 Sobre a presença escrava e seu cotidiano no Rio, veja Mary C. Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808–1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

52 Federal Population Census 1820, *apud* Richard C. Wade. *Slavery in the Cities. The South 1820–1860*. London, Oxford and New York: Oxford University Press, 1964, pp. 325–27 e Claudia Dale Goldin. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976, p. 52.

53 Kenneth F. Kiple. *Blacks in Colonial Cuba, 1774–1899*. University Presses of Florida, 1976, p. 34, n. 2. Kiple considera estes dados pouco confiáveis.

população escrava atingia 17.954 indivíduos em 1817, e caiu para 12.552 em 1832.⁵⁴ Não há números precisos e confiáveis para a população de Salvador, mas pelos dados disponíveis, podemos ter certeza de que nem sua população total nem sua população escrava superavam as do Rio de Janeiro nesse período.⁵⁵

Se andassem um pouco mais, os deputados chegariam ao cais e ao mercado do Valongo, onde eram desembarcados e negociados os novos escravos vindos da África. Nessa época, ali já haviam chegado mais de um milhão de africanos, e o porto do Rio de Janeiro já era o principal destino do tráfico atlântico, posição que manteria, seguido de perto pela Bahia, até a abolição deste comércio. Se voltassem para suas bases no interior rural das províncias, os constituintes encontrariam uma escravidão quase tão densa quanto na capital do país, e muitos desses cativos pertenceriam a eles.

Diante do consenso escravista que prevalecia na elite, não surpreende que o tema não tenha sido objeto de debate. Sucessivas varreduras dos *Anais* revelam uma impressionante escassez até de simples menções ou alusões à escravidão. As palavras *escravo*, *escrava*, *escravidão*, *escravatura*, *negro*, *abolição*, *emancipação*, ou *tráfico*, raramente foram pronunciadas no plenário da assembleia, e na maioria das vezes que o foram, não tinham relação com o sistema de trabalho servil em vigor no país.⁵⁶ Assim, por exemplo, várias vezes os termos *escravo* e *escravidão* se referiam à opressão política ou ao status colonial de uma nação ou indivíduo; *abolir* e *abolição* foram frequentemente usadas no sentido de extinguir cargos, títulos ou leis antigas e obsoletas. Em pelo menos um caso, um deputado denunciou, com indignada eloquência, a hipocrisia de se falar em liberdade, “enquanto existir entre nós um só escravo”. Mas não se referia à

54 B. W. Higman. *Slave population and Economy in Jamaica, 1807–1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995, p. 63.

55 Veja: B. J. Barickman. *Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780–1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 98–99; Kátia M. de Queirós Mattoso. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec e Salvador: Prefeitura Municipal, pp. 128–134.

56 Esta afirmação se baseia em uma varredura completa dos seis volumes dos *Anais da Constituinte*, usando como termos de busca as palavras *escravo*, *escrava*, *escravidão*, *escravatura*, *negro*, *abolição*, *emancipação* e *tráfico*.

instituição da escravidão, e sim a um episódio banal de mandonismo no sertão de Pernambuco.⁵⁷

Outra das raras aparições desses termos nos lembra o arranjo dos “três quintos” da constituição dos Estados Unidos. Na discussão sobre a organização político-administrativa do Império, o deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro propôs que o território fosse dividido “em províncias, comarcas, municípios e povoações”, que a divisão por províncias tivesse por base a população — cada uma com um mínimo de 200 mil, e um máximo de 400 mil *almas*. Apesar de considerar que os escravos “não mereçam tanta consideração [quanto] a gente livre”, Vergueiro sugeriu, talvez tendo em mente a *three fifths rule* norte-americana, que os escravos deveriam entrar “nesse cálculo pela terça parte do seu número”. O deputado paulista, grande traficante e mais tarde famoso por suas “colônias de parceria”, não esclareceu se considerava a alma de um escravo equivalente a somente um terço da alma de uma pessoa livre.⁵⁸

Além da função constituinte, a assembleia tinha também uma função legislativa, cabendo-lhe fazer leis para substituir os códigos coloniais e promover “reformas indispensáveis e urgentes”. Para isso foram formadas diversas comissões temáticas, voltadas para áreas específicas como “Comércio, Agricultura, Indústria e Artes”, “Estatística e Diplomática”, “Fazenda”, “Saúde Pública”, “Marinha e Guerra”, “Instrução Pública”, “Justiça Civil e Criminal”, “Minas e Bosques”. Entre elas se incluía uma pomposa “Comissão de Colonização, Civilização e Catequização dos Índios”, mas não foi criado nenhum espaço destinado a tratar dos escravos e da escravidão. De trinta e nove projetos de lei oferecidos pelos deputados

57 “Enfim, Sr. presidente, são escravos e escravos de uns poucos de homens bárbaros, e se os deixarmos neste estado poderemos nós neste augusto recinto falar em liberdade? Não, Sr. presidente, este sagrado nome não deve aqui ser proferido enquanto existir entre nós um só escravo”. Fala do Deputado Ribeiro Campos, na sessão de 2 de agosto de 1823, sobre mandonismo local e violência na Vila de Pajau (sic) das Flores, comarca do Sertão de Pernambuco.

58 *Anais*, vol. 5, p. 147, sessão de 20 de setembro de 1823.

e pelas comissões, seis foram convertidos em leis, mas nenhum deles se ocupava da questão do trabalho servil.⁵⁹

O tráfico atlântico já era nessa época objeto de condenação e de opróbio internacional.⁶⁰ A Inglaterra insistia em sua abolição imediata como condição *sine qua non* para o reconhecimento da independência brasileira, transformando-o em uma questão central para a afirmação interna e externa da nova monarquia, assim como para a normalização de suas relações comerciais.⁶¹

Entretanto, a economia do Sudeste estava em crescimento desde a vinda da família real portuguesa, o café começava a inundar o vale do Paraíba, a demanda por escravos estava em franca expansão, e não havia alternativas para repor e expandir a força de trabalho. Apesar do incipiente debate sobre a relação entre os custos e os benefícios da crescente introdução de africanos,⁶² a elite continuava mobilizada em torno de sua continuidade.⁶³ A despeito de sua importância na agenda política e das pressões dos

59 As ementas dessas leis eram: 1) forma de promulgação das leis da Assembleia Constituinte e Legislativa; 2) extingue o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias; 3) proíbe aos deputados a acumulação de empregos; 4) proíbe as sociedades secretas; 5) mantém em vigor a legislação vigente; e 6) regula a reforma provisória dos governos provinciais.

60 A Inglaterra, a Dinamarca, a Suécia, a Holanda e a França, bem como os Estados Unidos e algumas das novas nações independentes da América Latina, já haviam proibido a importação de escravos para seus territórios ou suas colônias. O comércio negreiro era mantido apenas pelo Brasil, por Portugal (para suas colônias africanas), e pela Espanha (para suas colônias caribenhas).

61 Sobre o complexo processo de negociação entre Brasil e Inglaterra para a supressão do tráfico, que conduziu à Convenção de 23 de novembro de 1826 e à lei de 7 de novembro de 1831, veja Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970.

62 Alguns autores, como João Severiano Maciel da Costa (1821), Domingos Alves Branco (escrita *circa* 1820, publicada em 1837), Antônio José Gonçalves Chaves (1822), e Domingos Borges de Barros (1822), já defendiam a extinção do tráfico africano.

63 É possível, como sugerido por Bethell, que parte do impulso separatista e do apoio da elite proprietária de terras e de escravos, principalmente do Sudeste, a uma monarquia independente, tenha vindo da percepção da crescente vulnerabilidade de Portugal às pressões inglesas contra o tráfico, por interesses ligados à geopolítica europeia, mas

ingleses, o tráfico continuava essencial, e não havia nenhum interesse em questioná-lo. As raríssimas referências a ele no plenário da Assembleia não revelam senão as reticências dos constituintes com relação à sua proibição.⁶⁴

O único deputado que condenou com firmeza o comércio negreiro foi o futuro visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, que o denunciou repetidamente como “tráfico ilícito” e “infernial tráfico”, e defendeu a cidadania brasileira para os africanos libertos, em notável discurso, na sessão de 30 de setembro.⁶⁵

Para que olharemos com tanto desprezo para os africanos? Mal hajão os que introduziram o tráfico da escravatura para os irem arrancar de seu solo e fazerem da América uma Etiópia. (...) O infernal tráfico de sangue humano foi o que multiplicou as suas guerras para fazerem escravos e esta foi a principal causa que impossibilitou a sua civilização (...) deixemos, senhores, de olhar para Africa com maus olhos (...) O tráfico de sangue humano que os europeus tanto têm promovido, tem sido a causa de se perpetuar a fereza e tirania que ali se vê.⁶⁶

estranhos ao Brasil. Veja Bethell. *The Abolition*, p. 42, e também Mary Del Priore. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 177. O apego ao tráfico pode ter sido também a causa da posterior oposição desta mesma elite a D. Pedro I. É interessante anotar a motivação semelhante dos *founding fathers* dos Estados Unidos, deflagrada sobretudo pela oferta de liberdade feita por Lord Dunmore, governador da Virgínia, aos escravos que lutassem ao lado dos ingleses. Veja Jill Lepore. *These Truths: A History of the United States*. W. W. Norton & Company. Edição do Kindle, p. 94.

64 Na sessão de 11 de agosto de 1823, a Comissão de Legislação respondeu à Vila de Aquiraz, do Ceará, que providências para facilitar a introdução de escravos “seriam intempestivas”, porque “não se sabe as alterações e restrições que há de ter semelhante tráfico neste Império”. *Anais*, vol. 4, p. 54. Sessão de 11 de agosto de 1823. Alguns dias depois, o deputado Henriques de Rezende declarou que uma possível união entre Angola e o Brasil seria “do nosso interesse, porque qualquer resolução que o Brasil tome sobre o comércio de escravatura, isso não se fará agora (...)” *Anais*, vol. 4, p. 166: Sessão de 30 de agosto de 1823.

65 Silva Lisboa é também singular por sua censura ao racismo dominante na Assembleia. *Anais*, vol. 5, p. 134, sessão de 18 de setembro de 1823; e *Anais*, vol. 5, p. 205–207, sessão de 30 de setembro de 1823. Nesta mesma sessão, o deputado pernambucano Almeida e Albuquerque se referiu a ele como “comércio odioso”.

66 Silva Lisboa. *Anais*, vol. 5, pp. 210–211, sessão de 30 de setembro de 1823.

A varredura completa dos *Anais* não encontrou nenhuma outra reprovação ao tráfico atlântico, bem como nenhuma proposta para sua abolição, imediata ou gradual. Creio que Bethell se equivoca ao afirmar que “quando D. Pedro permitiu que a questão do tráfico escravo fosse abertamente debatida na Assembleia Constituinte, seus membros revelaram-se na maior parte notavelmente liberais, esclarecidos e com uma perspectiva significativamente urbana”. Engana-se mais ainda ao relatar

uma sessão secreta na qual os abolicionistas, liderados por José Bonifácio, seus dois irmãos (Antônio Carlos e Martim Francisco) e o General Brant (que tinha retornado ao Brasil por essa época) conseguiram conquistar uma maioria a favor da abolição e da negociação de um tratado antitráfico do com a Grã-Bretanha. Depois de rejeitar propostas para dez anos e para um ano, a Assembleia insistira em um período mínimo de quatro anos para a abolição gradual do tráfico. Foram feitas também algumas audaciosas propostas para a eliminação da escravidão, mas não conseguiram ter a maioria da Assembleia.⁶⁷

Mesmo sem acessar a fonte citada pelo autor,⁶⁸ é possível demonstrar que esta informação é incorreta, e que tal sessão secreta nunca existiu. Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquês de Barbacena, encontrava-se em Londres desde 1821, tratando de interesses do Príncipe Regente, e desde a independência tinha também o encargo de negociar seu reconhecimento pelo governo britânico. Em 1823, foi eleito constituinte pela Bahia, mas não assumiu o mandato, sendo substituído pelo suplente Antônio Calmon du Pin e Almeida, até o dia 11 de outubro, quando finalmente prestou o juramento e tomou posse da cadeira.⁶⁹

67 Leslie Bethell. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, pp. 45–46.

68 *Chamberlain to Canning*, 21 October, Sep and Secret, F.O. 84/24.

69 Antônio Calmon du Pin e Almeida apresentou-se na sessão de 2 de agosto para substituir o deputado ausente Felisberto Caldeira Brant Pontes. (*Anais*, vol. 4, p. 6). Brant foi convocado nas sessões de 2 de setembro e de 6 de setembro, para vir “quanto antes tomar assento neste augusto congresso e ter parte nos seus gloriosos trabalhos”, mas não se apresentou. (*Anais*, vol. 5, pp. 17, 46). Em 8 de outubro, a Comissão de Poderes reconheceu suas credenciais e declarou que poderia tomar assento na Assembleia, o que finalmente aconteceu na sessão de 11 de outubro (*Anais*, vol. 6, pp. 53, 71).

Nessa data José Bonifácio já estava ausente, em licença para tratamento de saúde, e não compareceu a nenhuma sessão até o dia 10 de novembro. As únicas sessões em que ambos, Brant e Bonifácio, estiveram presentes, foram as duas últimas, nos dias 10 e 11 de novembro, imediatamente antes da dissolução da Assembléia, no dia 12. Nessas duas datas, o exame detido dos *Anais* demonstra que não houve nenhuma sessão secreta, nem se tratou de nada a respeito do tráfico. Na verdade, não houve nenhuma sessão secreta durante todo o período em que Caldeira Brant participou da Constituinte.⁷⁰

Aqui não foi necessária nenhuma negociação com o demônio — todos estavam do mesmo lado. Apesar de não ter sido debatida, a escravidão entrou, sem alarde, mas taxativamente, no projeto da constituição que foi apresentado no dia 1º de setembro, aparecendo explicitamente em três dos seus artigos.

O inciso VI, do artigo 5, decretava que seriam brasileiros, “os escravos que obtiverem carta de alforria”.⁷¹

70 O artigo 172 do regimento determinava que “as atas das sessões secretas serão lavradas em livro separado”, mas sua ocorrência era rotineiramente registrada nos *Anais*, onde encontrei referências a apenas quatro destas sessões. Uma delas, no dia 21 de julho, para tratar do “procedimento da tropa em Porto Alegre”, chegou a ser instalada, mas foi logo depois encerrada, com a decisão de que a matéria não deveria ser tratada em segredo. *Anais*, vol. 3, p. 95. No dia 4 de outubro, houve outra sessão secreta para ouvir uma “Exposição do estado da Fazenda Pública”, pelo ministro da fazenda, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, cuja ata foi lida na sessão de 6 de outubro. *Anais*, v. 6, pp. 25–26. Encontrei notícia de mais duas, ocorridas nos dias 20 e 21 de agosto, mas não obtive informação sobre os temas discutidos. Sessão de 22 de agosto, *Anais*, vol. 4, p. 106.

71 Este inciso é idêntico ao inciso IV do artigo 21 da constituição portuguesa de 1822, que garante a cidadania lusa aos “escravos que alcançaram carta de alforria”. A constituição espanhola de 1812, conhecida como Constituição de Cádiz, ou *La Pepa*, estabelece no inciso 4º de seu artigo 5, que “Son españoles (...) los libertos desde que adquieran la libertad en las Españas”.

O artigo 254 determinava que “[a Assembleia] terá igualmente cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial”.⁷²

Mais importante de tudo é o artigo 265, que estabelecia que “a constituição reconhece os contratos entre os senhores e os escravos; e o governo vigiará sobre a sua manutenção”. Assim, o regime escravista ficaria consagrado na Carta Magna, e passaria a receber ainda mais proteção do Estado.⁷³

Acredito que Caio Prado Jr. também se engana ao vislumbrar, apenas pelo uso da palavra *contratos*, uma inspiração *rousseauista* (sic) neste artigo.⁷⁴ No *Contrato Social*, Rousseau rechaça terminantemente a escravidão: a tese de que a relação escravista de trabalho seria uma relação contratual não cabe em seu conceito de contrato.⁷⁵

72 A escolha da expressão *emancipação lenta*, em lugar do costumeiro eufemismo *emancipação gradual*, é bem indicativa da extrema cautela com que o tema foi abordado. A constituição portuguesa de 1822 tem um artigo análogo, mas não menciona a emancipação dos negros: Artigo 240: As Cortes e o Governo terão particular cuidado da fundação, conservação e aumento das Casas de Misericórdia, e de Hospitais Cíveis e Militares, especialmente aqueles que são destinados para os soldados e marinheiros inválidos, e bem assim de Rodas de Expostos, Montes Pios, civilização dos índios e de quaisquer outros estabelecimentos de caridade. Aqui também a leitura de Bethell deixa a desejar, quando afirma, à p. 46, desconsiderando o artigo 265, que este artigo condenava a escravidão “in principle”.

73 Segundo a definição do artigo 267, isso não seria matéria “constitucional”, mas sua revogação seria praticamente impossível. Demandaria dois terços dos votos de uma assembleia revisora específica, cuja eleição só poderia ser convocada pelos votos de dois terços de cada uma das câmaras da assembleia nacional, em três legislaturas consecutivas. Artigos 268 a 272.

74 Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. Companhia das Letras. Edição do Kindle, posição 891.

75 Jean-Jacques Rousseau. *Do Contrato Social: ou Princípios do Direito Político*. Edição do Kindle, posição 226. A visão da escravidão como um contrato, no qual o escravo seria uma parte passiva, aparece em autores menores, como C. A. Taunay: “Os negros pois, nas colônias europeias, e no Império do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletários, cujo trabalho vitalício se acha pago, em parte pela quantia que se deu na ocasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e sua educação religiosa”. C. A. Taunay. *Manual do Agricultor*, pp. 7–8, 11 Também não posso concordar com a afirmação de Caio Prado que os constituintes brasileiros se inspiraram nas constituições inglesa e francesa — é bastante óbvio que seus modelos foram as cartas portuguesa e espanhola.

Como a Constituinte foi dissolvida prematuramente, nunca sabemos se o artigo 265 teria sido aprovado, e se a escravidão teria sido de fato entronizada na Carta Magna do Brasil. Mas sabemos perfeitamente quem fez a proposta. O projeto da constituição foi elaborado por uma comissão de sete membros, que era inteiramente dominada pelos Andradas. Além de Antônio Carlos, que foi seu presidente e redator, e de José Bonifácio, também participava dela seu sobrinho José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.⁷⁶ Fanfarrão e grosseiro, Antônio Carlos gostava de vangloriar-se de tê-lo redigido sozinho, como ainda alardeava na Câmara dos Deputados, quase vinte anos depois:

Todo o mundo sabe que na Assembleia Constituinte juntamo-nos sem plano; não havendo bases em que assentasse a discussão, nomeou-se uma comissão para tratar da constituição; eu fui um dos nomeados, o atual regente foi outro, meu falecido irmão outro; e além destes, o finado marquês de Inhambupe, o Sr. Muniz Tavares e meu sobrinho Costa Aguiar; eu tive a honra de ser nomeado presidente desta comissão; em pouco, apresentaram os seus trabalhos, e eu tive a sem-cerimônia de dizer que não prestavam para nada; um copiou a Constituição portuguesa, outro, pedaços da Constituição espanhola. À vista destes trabalhos, a nobre comissão teve a bondade de incumbir-me da redação da nova constituição: e que fiz eu? Depois de estabelecer as bases fundamentais, fui reunir o que havia de mais aplicável ao nosso Estado; mas no curto prazo de 15 dias para um trabalho tão insano, só pude fazer uma obra imperfeita.⁷⁷

O artigo 254 é claramente de sua autoria. Cerca de dois meses antes, na discussão sobre os governos provinciais, Antônio Carlos já havia proposto, certamente motivado pelas *Lembranças e apontamentos* que levava às Cortes de Lisboa, incluir nas atribuições dos seus presidentes, “promover as missões e catequese dos índios, e “cuidar em promover o bom tratamento dos escravos e propor árbitrios para facilitar a sua lenta

76 A Comissão de Constituição, eleita na sessão de 5 de maio, com a missão específica de elaborar o projeto, era composta por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Luís Pereira da Cunha, Pedro de Araújo Lima, José Ricardo da Costa Aguiar, Manoel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, e Francisco Muniz Tavares. *Anais*, vol. 1, sessão de 5 de maio de 1823, p. 22.

77 *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de abril de 1840, p. 109.

emancipação”.⁷⁸ No projeto da Constituição essas funções foram combinadas no artigo 254, e atribuídas à Assembleia Geral.

A inspiração e a autoria do artigo 265 não são tão óbvias, mas é certo que José Bonifácio o conhecia e o aprovava. Além de ter participado da comissão que o redigiu, ele próprio afirmou, enfaticamente, em seu pedido de licença, no dia 11 de setembro:

Apelo, pois, para a bondade e justiça da mesma assembleia, que nenhum interesse tem na ruína da minha saúde; e peço que me conceda dois ou três meses de licença para fazer uma viagem ao meu país a ver se me restabeleço, e posso depois continuar com os trabalhos desta augusta assembleia.

(...) O trabalho desta assembleia mais essencial já está feito, que era o projeto de constituição, e eu por mim já o aprovei todo, e cuido que pequenas mudanças se poderão fazer; alguma emenda de palavra, algum erro de redação, e para isto não faço falta; se algum ponto de mais circunstância se debater também não faço falta, porque já disse aprovei tudo, e para esses casos há nesta assembleia homens muito capazes.⁷⁹

Como anotamos acima, no início dos anos 1820, o tráfico atlântico já era uma questão importante, e alguns autores já publicavam memórias condenando-o e propondo sua extinção. José Bonifácio nunca fez isso. Um jornal de sua propriedade — *O Tamoyo* — teve trinta e cinco edições ao longo de 1823, e nunca publicou uma linha sequer sobre a escravidão africana, o tráfico, ou sua abolição.⁸⁰

78 Incisos 9º. e 10º. do art. 13 do projeto sobre os governos provinciais. *Anais*, vol. 2, sessão de 20 de junho de 1823, p. 88.

79 *Anais*, vol. 5, sessão de 11 de setembro de 1823, p. 72.

80 Esta afirmação se baseia em uma varredura completa dos trinta e cinco números do jornal, publicados entre 12 de agosto e 11 de novembro de 1823, e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Sobre a propriedade do jornal veja Sacramento Blake. Verbete José Bonifácio de Andrada e Silva: “*O Tamoio*. Rio de Janeiro, 1823, in fol. — É uma folha política, fundada e redigida por José Bonifácio após sua retirada do poder”. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond afirma ter sido o fundador, proprietário e redator do jornal, atribuindo a Bonifácio e aos outros irmãos Andrada o papel de meros colaboradores eventuais. Anotações de A. M. V. de

Sua atuação na Assembleia Constituinte a respeito desses temas em nada diferiu daquela dos outros deputados. Assim como seus colegas, Bonifácio nunca usou a palavra para proferir qualquer discurso ou aparte contra a escravidão ou o tráfico, em qualquer das suas muitas intervenções orais. Nunca pronunciou no plenário as palavras *escravo*, *escravidão*, *escravatura*, *negro*, *negros*, *emancipação*, *abolição* ou *tráfico* durante todo o processo constituinte. Não há registro de qualquer moção ou memória apresentada por ele sobre esses assuntos.⁸¹

Mesmo se a *Representação sobre a Escravatura* fosse um projeto libertário e um marco no pensamento abolicionista do Brasil, como é retratada hoje, não teria tido nenhum impacto na Constituinte — porque nunca foi a apresentada a ela. Se o texto que anos mais tarde foi publicado com esse título existia de fato enquanto a assembleia esteve reunida, em 1823, Bonifácio optou, por alguma razão, por mantê-lo incógnito.

A *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* só foi publicada em Paris, em 1825, cerca de dois anos depois da Assembleia Constituinte, seu suposto destinatário, ter sido dissolvida por D. Pedro I. No ano seguinte foi traduzida para o inglês e publicada em Londres, e ainda no século XIX, teve algumas edições no Brasil.⁸²

Drummond à sua biografia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII (1885–1886). Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, p. 63. A propriedade formal do jornal é irrelevante, pois é amplamente sabido, como comentaremos adiante, que Drummond era inteiramente subordinado a José Bonifácio, e que esta folha foi criada exclusivamente para defendê-lo, após sua saída do ministério.

81 Esta afirmação se baseia em uma varredura completa dos seis volumes dos *Anais da Constituinte* buscando os termos *escravo*, *escrava*, *escravos*, *escravas*, *escravidão*, *escravatura*, *negro*, *negros*, *emancipação*, *abolição* e *tráfico*.

82 *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio d'Andrada e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Paris: na Typographia de Firmin Didot, 1825; *Memoir addressed to the General, Constituent and Legislative Assembly of the Empire of Brazil on Slavery!* By Jose Bonifácio d'Andrada e Silva, Deputy to the said Assembly for the Province of Saint Paul. Translated from the Portuguese by William Walton. London, 1826 (essa edição foi patrocinada por Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond).

O texto publicado em Paris é precedido por uma *Advertência*, assinada por A. D., cuja intenção é transmitir a mensagem de que a *Representação* não foi apresentada à Assembleia Constituinte por falta de tempo, ou de oportunidade, porque esta fora interrompida abruptamente, e seu autor fora preso e exilado.

Esta Representação estava para ser apresentada à Assembleia geral constituinte e legislativa do Império do Brasil, quando por motivos, cuja relação pertence a outro lugar, ela foi dissolvida [em 12 de novembro de 1823], e seu autor, entre outros deputados, preso e deportado. Existia, porém, uma cópia em mão de quem havia sido confiada a mesma representação: é desta cópia que fazemos a presente publicação, sem que nenhuma outra razão nos induza a este fim senão o amor da Pátria, que acende em nosso peito um lume santo.⁸³

Esta afirmação é parcialmente verdadeira, mas induz, creio que propositalmente, à falsa ideia de que o documento já existia em 1823, e a um falso motivo por não ter sido entregue. José Bonifácio teve todo o tempo e todas as oportunidades para apresentar ou entregar à Assembleia qualquer coisa ou qualquer documento que desejasse.

Os irmãos Andrada — Antônio Carlos, deputado por São Paulo, Martim Francisco, deputado pelo Rio de Janeiro, e principalmente José Bonifácio, deputado por São Paulo — mandaram e desmandaram na Constituinte, desde sua convocação em 1822, até sua dissolução em novembro de 1823. Agindo sempre em alcateia, mantiveram uma eficiente divisão de tarefas, com Antônio Carlos atuando principalmente no plenário, enquanto Bonifácio e Martim Francisco cuidavam mais dos conchavos

Houve várias outras edições no Brasil: *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio de Andrade e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Rio de Janeiro: Reimpresso na Typographia de J. E. S. Cabral, 1840; *O Tráfico. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio de Andrada Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Ceará: Typ. Cearense, 1851. *A Abolição. Reimpressão de um opúsculo raro de José Bonifácio sobre a emancipação dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia e lithographia a vapor Lombaerts & Comp., 1884. Atualmente é presença certa em todas as coletâneas de trabalhos de José Bonifácio.

83 *Representação à Assembleia Geral*. *Advertência*, p. 1.

e bastidores.⁸⁴ Bonifácio, em particular, foi responsável pela convocação da Assembleia, criou as regras para sua eleição, e teve grande influência em todas as suas fases e procedimentos. O poder da família mostrou-se ainda no controle da Comissão de Constituição, onde tinham três membros e a presidência (Antônio Carlos), e nas três vezes em que ocuparam a presidência da Assembleia (José Bonifácio em maio e em junho, e Martim Francisco em outubro).⁸⁵

Bonifácio solicitou licença no dia 11 de setembro, e retirou-se no dia 20 desse mês, não comparecendo a nenhuma sessão até o dia 10 de novembro. Mas enquanto esteve presente, foi um participante assíduo e ativo.⁸⁶ Foi seu presidente em dois períodos, membro de sua principal comissão, fez muitas intervenções no plenário, participou dos debates, e apresentou emendas. Suas ausências e seu estado de saúde, do qual se queixava desde o início dos trabalhos,⁸⁷ não o impediram de apresentar o memorial sobre a civilização dos índios.

Na sessão de 12 de maio de 1823, “o Sr. Andrada e Silva disse que tinha um trabalho feito a respeito da civilização e catequização dos indígenas o qual oferecia, porque poderia ministrar à Comissão algumas ideias sobre tão importante matéria. Foi aceita a oferta na conformidade do

84 Sempre agindo em grupo, quando no poder, Bonifácio e os irmãos eram vingativos e truculentos na perseguição aos adversários. Veja sobre isso, Mary Del Priore. *As vidas de José Bonifácio*, pp. 196–98, 215–16.

85 Veja, *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Decreto de 3 de junho de 1822. Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brasil, os quaes serão eleitos pelas Instruções que forem expedidas; Decisão nº. 57, de 19 de junho de 1822. Instruções, a que se refere o Real Decreto de 3 de junho do corrente ano que manda convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil; e Decreto de 14 de abril de 1823: Designa o dia 17 do corrente mez para a reunião dos Deputados da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa.

86 Esteve presente em 89% das sessões de maio, 91% das de junho, e 69% das de julho. Em agosto sua frequência caiu para 13%, subiu para 39% em setembro, e nos meses de outubro e novembro esteve em apenas duas sessões. Até o dia 1º de setembro compareceu a quase dois terços e, no cômputo geral, esteve presente em 69 (48%) das 144 sessões realizadas.

87 Ao solicitar sua licença, Bonifácio declarou que “quando ela se abriu, compareci quase morto, e tenho continuado enquanto as minhas forças me permitiam”. *Anais*, vol. 5, Sessão de 11 de setembro de 1823.

Regimento”. A memória, intitulada *Apontamentos sobre civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, foi encaminhada em 2 de junho à Comissão de Colonização, Civilização e Catequização dos Índios e, poucos dias depois, foi lido o parecer desta comissão, aprovando-a com “especial agrado”, determinando que fosse impressa para distribuição aos constituintes, colocada à venda pública e remetida às províncias. Ou seja, a entrega e a tramitação do memorial sobre os índios foram plenamente registradas nos *Anais da Constituinte*,⁸⁸ mas não há, aí ou em qualquer outro lugar, nenhum vestígio de algum documento sobre a escravidão que tenha sido apresentado, protocolado, introduzido, formal ou informalmente, ou mesmo mencionado verbalmente por José Bonifácio no plenário do conclave. O próprio Bonifácio nunca fez qualquer referência a isso em escritos posteriores, diferentemente da memória sobre os índios, que menciona em algumas cartas.⁸⁹

O “autor” da Advertência, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond⁹⁰ era um pupilo de Bonifácio, que residia em Paris e cuidou da publicação da *Representação*. Filho de uma família rica e tradicional — *une famille fort ancienne* — do Rio de Janeiro, Drummond havia sido, desde os quinze anos de idade, um funcionário graduado da Coroa Portuguesa, e teve participação ativa nas articulações que levaram à independência do Brasil. Inteiramente alinhado com Bonifácio, foi o principal editor do

88 *Anais*, vol. 1, p. 47: Sessão de 12 de maio de 1823; *Anais*, vol. 2, p. 2: Sessão em 2 de junho de 1823; *Anais*, vol. 2, p. 74: Sessão em 18 de junho de 1823. Não posso afirmar se era o mesmo texto apresentado em Lisboa. O *Diário das Cortes* registrou apenas que “o Sr. Ribeiro de Andrade [apresentou] uma memória do desembargador José Bonifácio de Andrade acerca da civilização dos índios”. José Bonifácio era obcecado pela ideia de integrar os “índios bravos” à sociedade civilizada e escreveu pelo menos dez trabalhos sobre esse tema. Veja, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e Silva. *Projetos para o Brasil. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff*. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000.

89 Veja: cartas de 9 de setembro de 1826 e de 22 de outubro de 1826, p. 28. In: Cartas Andradas. Correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos dirigida a A. de M. Vasconcellos de Drummond. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890, pp. 25 e 28.

90 A grafia deste nome varia nas diferentes fontes. Resolvemos uniformizá-la na versão acima. Não confundir com seu sobrinho, também notável, Antônio de Vasconcellos Menezes de Drummond, que foi professor da Faculdade de Direito do Recife, e também membro do IHGB.

Tamoio e, na dissolução da Constituinte, foi também processado e exilado. Fixou-se em Paris, onde se estabeleceu como correspondente e agente do grupo do Andrada, ao qual prestou auxílio financeiro durante e depois do exílio. Patrocinou a publicação de várias de suas obras na França, e na volta ao Brasil, continuou apoiando-o política e financeiramente, sendo visto por alguns como seu porta-voz. Segundo Mary Del Priore, o *Diário Fluminense* o chamava de “correio de Paquetá”, em alusão ao local de retiro de José Bonifácio.⁹¹

Trinta anos mais jovem do que Bonifácio, a relação entre os dois não era a de uma amizade entre iguais, mas de completa subordinação de Drummond, que professava uma veneração sem limites por seu mentor intelectual e político. Em suas próprias palavras,

a amizade que me unia a José Bonifácio era tão estreita que entre nós, apesar da diferença das idades, não havia a menor divergência. As opiniões de José Bonifácio na generalidade eram as minhas; eu o respeitava como amigo, como mestre e diretor, e para mim tudo isso era uma glória que enchia a minha alma da mais pura satisfação. O Imperador sabia muito bem que em política eu não tinha outros sentimentos que não fossem os sentimentos de José Bonifácio.⁹²

A publicação, décadas mais tarde, das cartas enviadas por Bonifácio a Drummond e a outro exilado, o ex-constituente José Joaquim da Rocha, desmente categoricamente algumas afirmações da Advertência, e lança uma nuvem de descrédito sobre toda ela.⁹³ Essa correspondência deixa

91 Mary Del Priore. *As vidas de José Bonifácio*, p. 263. Em 1830, Drummond entrou na carreira diplomática, e ocupou postos em diversos países europeus, até aposentar-se em 1862. Foi um intelectual de certa categoria, com algumas publicações em revistas francesas e alguns trabalhos inéditos, segundo Sacramento Blake. Foi membro do IHGB e coligiu documentos de interesse para a História do Brasil. Veja: Sacramento Blake; site do IHGB; e Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII (1885–1886). Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

92 Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia, p. 49.

93 Cartas Andradinas. Correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos dirigida a A. de M. Vasconcellos de Drummond. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

claro que não havia cópia alguma da Representação em mãos de “um amigo do Rio”, sugere fortemente que esta obra não existia à época da Constituinte, e demonstra que seu objeto essencial — atestar a existência do documento e o motivo pelo qual não foi introduzido na Constituinte — foi combinado entre os dois. Infelizmente a publicação só inclui as cartas enviadas por Bonifácio, mas fica bem claro que este indica a Drummond o que deveria incluir no texto. Ao mencionar “o resto do opúsculo”, Bonifácio parece estar se referindo a algo recém-lançado no papel, e não a um escrito de dois anos antes. Não faz qualquer menção à existência desse trabalho na época das Cortes de Lisboa ou da Constituinte brasileira.

Ilmo. Sr. Menezes. Meu bom amigo e Sr. (...) já sabe a razão por que não respondi à sua última carta; agora o faço, *remetendo-lhe o resto do meu opúsculo*. Como V. S. é seu dono, e não eu, creio que é de seu direito fazer a advertência preliminar como bem quiser. *Talvez seja bom dizer que eu dei este bico de obra a um amigo do Rio, quando foi desfeita a Assembléa, para fazer dele o que quisesse; o qual agora o manda imprimir em França* (...) Talance, 25 de setembro de 1825. (meus itálicos).

[Destinatário não especificado, provavelmente José Joaquim da Rocha]. Há 15 dias que escrevi ao amigo e Sr. Menezes, *remetendo-lhe o resto do opúsculo sobre a escravatura, de que não conservo borrão*, e até hoje nada de resposta. Sem local, 7 de outubro de 1825. (meus itálicos)

Ilmo. Sr. Menezes: (...) *A Representação* é tão pouca coisa que não merece os tipos de Didot e, quanto aos exemplares que para mim quer guardar, basta que sejam 20, e em papel ordinário pois pouca gente há a quem eu faça presente deles. Talance, 17 de outubro de 1825.

Meu caro Amigo e Sr.: (...) já lhe enviei 2 exemplares das minhas poesias, e estou esperando a remessa dos 20 da minha *Representação*, os *bulletins*, e o *Voss*, se o puder comprar, segundo disse. Talance, 14 de novembro de 1825.

Ilmo. Sr. Menezes. Meu bom amigo do coração (...) Basta de políticas, e vamos ao mais. - Agradeço a remessa dos exemplares do meu opúsculo, que saiu com menos erratas do que era de esperar; só sinto que antes da impressão eu o não pudesse rever, porque emendaria várias coisas e acrescentaria outras. *Aprovo as*

duas notas, que vieram a propósito e não precisavam de desculpa, porque a obra lhe pertence (...) Sem local, janeiro de 1826. (meus itálicos)

Cartas Andradinas (...) *Annaes da Biblioteca Nacional*, 1890.

José Bonifácio foi um intelectual notável. Apesar de sua mediocridade como poeta, era muito culto e versado em diversos campos de conhecimento. Entendia onze línguas, das quais falava seis. Produziu grande quantidade de trabalhos científicos, em várias áreas, principalmente sobre mineralogia e metalurgia, e foi também um ambientalista precoce. Seu papel no processo de independência e de formação do estado brasileiro — ou pelo menos o protagonismo isolado que ele próprio e seus cultores gostam de reivindicar — é bastante controvertido, mas sua atuação lhe garante, sem dúvida, um lugar de grande destaque na história política do Brasil. Entretanto, em nenhuma hipótese pode ser considerado um abolicionista.

Sua participação na Constituinte nada teve que possa ser classificado como “abolicionista”: não fez nenhuma intervenção, nem introduziu qualquer moção, proposta ou documento nesse sentido. Também não teve qualquer papel na negociação da convenção antitráfico anglo-brasileira de 23 de novembro de 1826, nem no projeto ou na tramitação da lei de 7 de novembro de 1831.⁹⁴

A recomendação de que o legislativo “cuidasse” de promover a emancipação lenta dos negros feita lá atrás, nas *Lembranças e apontamentos*, e repetida depois no artigo 254 do projeto de constituição que ajudou a elaborar, é mais do que neutralizada por suas propostas pronatalistas e pelo abominável artigo 265, que ajudou igualmente a redigir. A famigerada *Representação*, que *não* apresentou à Constituinte, é muito pouco, e muito contraditória para justificar sua inclusão no panteão dos abolicionistas. Quando a memória sobre a escravidão foi publicada, seu título já era, creio que propositalmente, enganoso, pois tanto seu autor quanto seu editor já sabiam perfeitamente que ela não tinha sido, e que nunca mais poderia ser apresentada à Assembleia Constituinte do Brasil.

94 São creditadas a ele apenas algumas vagas promessas de abolição futura do tráfico, em conversas privadas com Henry Chamberlain, encarregado de negócios da Inglaterra. Bethell. *The Abolition*, pp. 40–45.

É chocante verificar como, no afã de exaltar a figura de Bonifácio, alguns autores afirmam peremptoriamente fatos que nunca aconteceram.⁹⁵ Quando se trata de biógrafos de “grandes vultos”, à moda antiga, tais arroubos não surpreendem, mas mesmo bons historiadores caíram no ardil do título da publicação, que induz ao uso do participio passado nas referências à *Representação*, e ao coroamento de José Bonifácio como um abolicionista pioneiro.

Belo Horizonte, 2 de junho de 2020.

REFERÊNCIAS

Andrada e Silva, José Bonifácio de, *et al.* Cartas Andradinas. Correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos dirigida a A. de M. Vasconcellos de Drummond. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *A Abolição. Reimpressão de um opúsculo raro de José Bonifácio sobre a emancipação dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia e lithographia a vapor Lombaerts & Comp., 1884.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *Memoir addressed to the General, Constituent and Legislative Assembly of the Empire of Brazil on Slavery!* By Jose Bonifácio d’Andrada e Silva, Deputy to the said Assembly for the Province of Saint Paul. Translated from the Portuguese by William Walton. London, 1826.

95 Um especialista na vida e obra do patriarca, afirmou, por exemplo, que ao deixar o ministério, “José Bonifácio não se abalou: deixou o serviço da autoridade coroada e assumiu o posto de deputado constituinte para o qual fora eleito por São Paulo. *Um de seus primeiros atos foi protocolar uma “Representação sobre a escravatura”*. Jorge Caldeira. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017, p. 213. Os itálicos são meus. Nem o próprio Andrada, sempre preocupado com sua imagem e sua biografia, jamais reivindicou esse feito.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *O Tráfico. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio de Andrada Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Ceará: Typ. Cearense, 1851.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil. Textos reunidos e comentados por Miriam Dolhnikoff*. São Paulo: Companhia das Letras/Publifolha, 2000.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. Regulamento sobre a escravatura. Coleção José Bonifácio. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 175, doc. 65. In: Jorge Caldeira (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio d'Andrada e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Paris: na Typographia de Firmin Didot, 1825.

Andrada e Silva, José Bonifácio de. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, por José Bonifácio de Andrade e Silva, deputado à dita Assembléa pela província de S. Paulo. Rio de Janeiro: Reimpresso na Typographia de J. E. S. Cabral, 1840.

Barickman, B. J. *Um Contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780–1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Berbel, Márcia, Rafael Marquese e Tâmis Parron. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c. 1790–1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

Bethell, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807–1869*. Cambridge: At the University Press, 1970.

Biographie Universelle et Portative des Contemporains. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIII (1885–1886). Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

Brasil. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vários anos.

Brasil. *Annaes do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte 1823*, 6 vols., 1874. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

Brasil. Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). *Diário da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil- 1823*, 3 vols. Brasília: Senado Federal, 2003.

Brasil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

Brasil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1823*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

Brasil. *Constituição Política do Império do Brazil*, de 25 de março de 1824.

Brasil. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. 21 vols. Rio de Janeiro, 1873–1876.

Brion Davis, David. Slavery and the Post-World War II Historians. *Daedalus*, vol. 103, n^o. 2 (Spring 1974).

Caldeira, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

Calhoun, John C. *Speeches of John C. Calhoun delivered in the Congress of the United States from 1811 to the present time*. New York: Harper & Brothers, 1843.

Del Priore, Mary. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

Espanha. *Constitución política de la monarquía española promulgada en Cadiz a 19 de marzo de 1812*. Cadiz: en la Imprenta Real, 1812.

Estados Unidos. *Articles of Confederation*, 1781.

Estados Unidos. *Constitution of the United States*.

Estados Unidos. Department of Commerce and Labor. *A Century of Population Growth from the First Census of the United States to the Twelfth. 1790–1900*. Washington: Government Printing Office, 1909.

Finkelman, Paul. *Slavery and the Founders: Race and Liberty in the age of Jefferson*. 3rd. ed. London and New York: Routledge, 2015.

Foner, Phillip S. *Business and Slavery. The New York Merchants and the Irrepressible Conflict. [1941]*. New York: Russell & Russell, 1968.

Freyre, Gilberto. Social Life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century. *Hispanic American Historical Review*, vol. 5, n^o. 4 (nov. 1922).

Goldin, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820–1860. A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Green-Pedersen, Svend E. Slave Demography in the Danish West Indies and the Abolition of the Danish Slave Trade. In: David Eltis and James Walvin (eds.) *The Abolition of the Atlantic Slave Trade. Origins and Effects in Europe, Africa, and the Americas*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1981.

Hall, Neville. Slave Laws of the Danish Virgin Islands in the Later Eighteenth Century. In: Vera Rubin and Arthur Tuden (eds.) *Comparative Perspectives on Slavery in the New World Plantation Societies. Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 292, 1977.

Higman, B. W. *Slave population and Economy in Jamaica, 1807–1834*. Kingston: The Press University of the West Indies, 1995.

Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808–1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Kiple, Kenneth F. *Blacks in Colonial Cuba, 1774–1899*. University Presses of Florida, 1976.

Lara, Sílvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: Jose Andrés-Gallego (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000 (CD-Rom).

Lepore, Jill. *These Truths: A History of the United States*. W. W. Norton & Company. Edição do Kindle.

Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a Cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec e Salvador: Prefeitura Municipal.

McKittrick, Eric L. (ed.). *Slavery Defended: The Views of the Old South*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

Mello, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 13 (1), 1983.

Mello, Pedro Carvalho de. *The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850–1888*. Ph. D. dissertation, University of Chicago, 1977.

Oeynhausien, João Carlos Augusto, José Bonifácio de Andrada e Silva, et al. *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados, mandadas publicar por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, a instâncias dos mesmos senhores deputados*. Rio de Janeiro: na Typographia Nacional, 1821.

Oliveira, Antônio Rodrigues Velloso de. A igreja no Brasil, ou informações para servir de base à divisão dos bispados, projetada no ano de 1819, com a estatística da população do Brasil (...). *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnografico do Brasil*. Tomo 29, parte primeira. 1º. Trimestre de 1866. Rio de Janeiro, 1866.

Phillips, Wendell. *The Constitution: A Pro-Slavery Compact or, Extracts from the Madison Papers, etc. selected by Wendell Phillips [1844]*. Third edition enlarged. New York: American Anti-Slavery Society, 1856.

Portugal. *Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Decretada pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes Reunidas em Lisboa no ano de 1822*.

Portugal. *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1821–1822*.

Prado Jr, Caio. *Evolução política do Brasil*. Companhia das Letras. Edição do Kindle.

Raymundo, Leticia de Oliveira. *Legislar, amalgamar, civilizar: a mestiçagem em José Bonifácio de Andrada e Silva (1783–1823)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, 2011.

Rousseau, Jean-Jacques. *Do Contrato Social: ou Princípios do Direito Político*. Edição do Kindle.

Ruffin, Edmond. *The political economy of slavery, or, the institution considered in regard to its influence on public wealth and general welfare*. By Edmond Ruffin, of Virginia. Printed by Lemuel Towers [1857].

Sacramento Blake, Augusto Vitorino Alves. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Edição eletrônica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011.

Silva, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje [1870]*. Reedição: São Paulo: IPE/USP, 1986.

Slenes, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850–1888*. Ph. D. dissertation, Stanford University, 1976. Ann Arbor: University Microfilms International, 1978.

Taunay, C. A. *Manual do Agricultor Brasileiro. Obra indispensável a todo o Senhor de Engenho, Fazendeiro e Lavrador, por apresentar huma idéa geral e philosophica da Agricultura applicada ao Brazil(...)*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

Wade, Richard C. *Slavery in the Cities. The South 1820–1860*. London, Oxford and New York: Oxford U. Press, 1964.

Gripes, Micróbios e Lombrigas: Nota Sobre a Primeira Globalização da Era Moderna*

*Roberto B. Martins***

Na noite de 11 de outubro de 1492, a bordo do Santa Maria, no Oceano Atlântico, Cristóvão Colombo pensou ter visto uma pequena luz brilhando ao longe. Algumas horas mais tarde, o vigia do castelo de proa, Rodrigo de Triana, avistou terra, e pela manhã um grupo foi ter à praia. Colombo tinha chegado às Bahamas. A conexão entre o Velho e o Novo Mundo, que por mais de dez mil anos não fora mais do que uma vaga lenda das sagas dos vikings, de pescadores perdidos à deriva, ou de obscuros contatos através da Polinésia, transformou-se, no dia 12 de outubro de 1492, em uma ligação tão concreta quanto a passagem terrestre do Estreito de Bhering tinha sido outrora. Dois mundos que tinham sido separados por Deus, estavam novamente unidos. Dois mundos que eram tão completamente diferentes, começaram, naquele dia, a se parecer um com o outro. Esta tendência rumo à homogeneidade biológica é um dos principais aspectos da história da vida neste planeta, desde o recuo das geleiras continentais. (Crosby, 1972, Kindle ed., posição 268)

* Este artigo foi escrito para o livro *Na saúde e na doença: história, crises e epidemias: reflexões da história econômica na época da covid-19*. Organização de Rita de Cássia da Silva Almico, James William Goodwin Jr. e Luiz Fernando Saraiva. – 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

** Para meu pai, Amilcar Vianna Martins, médico parasitologista, professor e pesquisador de doenças tropicais, que tinha a paciência de conversar comigo sobre esses assuntos. Com uma saude imensa.

A homogeneização da biota terrestre, da qual a pandemia do corona vírus é hoje a face mais visível, teve um dos seus momentos inaugurais no evento descrito acima. As “grandes navegações” e os “grandes descobrimentos” dos séculos XV e XVI geraram o primeiro encontro entre Ásia, Europa, África e América — a primeira globalização da história registrada da humanidade, uma aceleração das trocas biológicas, e um marco decisivo na vida ecológica, econômica, social, cultural, demográfica e política de regiões inteiras, e de todo o planeta Terra, envolvendo pessoas, etnias, instituições, culturas, línguas, plantas e animais de todos os tipos e tamanhos. Esta brevíssima nota é para recordar que as diásporas africana e europeia do início da era moderna não foram movimentos de pessoas apenas — foram também migrações sem precedentes de microrganismos e de doenças, com um gigantesco custo demográfico, social e cultural para as populações nativas americanas e africanas. Serve também para lembrar como é perigoso (e estúpido) subestimar as grandes forças da natureza.

Dentre os autores que escreveram sobre isso vale a pena citar a trilogia de Alfred W. Crosby, reverenciado como o pai da historiografia ecológica, começando com *The columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*, publicado pela Greenwood Press em 1972, seguido em 1986 por *Ecological imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900*, publicado pela Cambridge University Press, e por *Germs, seeds and animals: studies in ecological history*, publicado em 1994 por M. E. Sharpe, e em 2015 por Routledge and Sons. Crosby publicou ainda *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*, em 1989, e outros estudos. Foi professor na Washington State University durante 11 anos, na University of Texas em Austin durante 22 anos, e ativista por direitos raciais, trabalhistas e sociais.

Outra sugestão indispensável é o clássico *Plagues and peoples*, de William H. McNeill, publicado originalmente pela Anchor Press em 1976, com várias edições posteriores. McNeill foi professor de História na University of Chicago durante 40 anos, e presidente da American Historical Association em 1985. São também referências notáveis, Kenneth F. Kiple. *The caribbean slave. A biological history*. Cambridge University Press, 1984, e o pioneiro trabalho de Philip D. Curtin, “Epidemiology and the slave

trade”, publicado na *Political Science Quarterly* 83 (2) (June 1968), há mais de meio século, portanto.

ASTECAS, INCAS E VARÍOLA

Quando os espanhóis chegaram à América, as populações do México e do Peru há muitos séculos já tinham densidade suficiente para sustentar epidemias transmitidas pessoa-a-pessoa. Seus principais cultivos alimentares, o milho e as batatas, eram capazes de gerar mais calorias por área cultivada do que qualquer cultura do Velho Mundo, exceto o arroz, e isso permitiu o estabelecimento de populações mais densas do que em qualquer outra região, com exceção das áreas arrozeiras do Sudeste Asiático.

Estimativas recentes situam a população da América pré-colombiana em cerca de 100 milhões de indivíduos, dos quais 25 a 30 milhões se situavam no México. As civilizações andinas abrigavam aproximadamente o mesmo número, e a região da América Central também apresentava alta densidade. As demais áreas, ao sul e ao norte, tinham populações mais esparsas, à medida que se afastavam dos trópicos de Câncer e de Capricórnio.

Essas populações tinham permanecido isoladas dos outros continentes por milhares de anos, e eram basicamente saudáveis. Excetuando a interminável controvérsia sobre a origem americana da sífilis, não apresentavam outras evidências de doenças infecciosas ou epidemias anteriores à chegada dos europeus, a não ser registros de parasitas intestinais. Os raríssimos surtos de mortandade relatados nos códices astecas resultaram de crises de fome e quebras de colheitas, e não de ocorrências de epidemias de doenças infecciosas, especialmente aquelas que circulavam nas populações eurásianas. “Tudo indica”, segundo William McNeill, “que as comunidades ameríndias sofriam poucas doenças, apesar de tanto no México quanto no Peru, o tamanho e a densidade das populações já estarem muito além do limite de sustentação do contágio de epidemias pessoa-a-pessoa” (McNeill, 1977, pp. 177–78).

Isso significa que essas populações nunca haviam sido expostas a doenças infecciosas, e não tinham, portanto, desenvolvido as imunidades que só podem ser adquiridas naturalmente por meio de longo e reiterado convívio com os agentes causadores dessas doenças.

Com as viagens de Colombo e seus desdobramentos, estava montado o cenário para uma das maiores tragédias demográficas da história. De um lado, uma população isolada, densa, e inteiramente desprotegida do ponto de vista imunológico. Do outro, um grupo de invasores armados com um arsenal de viroses — varíola, sarampo, catapora, coqueluche, caxumba, rubéola, e outras — contra as quais tinham imunidades adquiridas ao longo de mais de quatro mil anos de exposição. Os espanhóis, como a maioria das populações atuais do mundo ocidental, tinham sido expostos a essas doenças na infância, e tinham adquirido imunizações efetivas.

O primeiro confronto ocorreu em 1518, quando a varíola atingiu Hispaniola, e atacou a população nativa com tal violência que Bartolomé de Las Casas acreditava que apenas mil pessoas sobreviveram. De Hispaniola a varíola viajou para o México, aonde chegou em 1520. [...] Claramente, se não tivesse ocorrido esse surto da doença, a conquista de Cortez teria sido muito mais difícil, talvez impossível. [...] O mesmo se pode afirmar a respeito das incursões de Pizarro no Peru, porque a epidemia de varíola não limitou seus estragos ao território asteca. Longe disso, ela se espalhou para a Guatemala, lá chegando em 1520, e continuou rumo ao sul, penetrando nos domínios dos incas em 1525 ou 1526. Suas consequências foram tão drásticas aí como entre os astecas. (McNeill, 1977, p. 183).

Em 1568, menos de cinquenta anos após o início da campanha de Cortez, a população do México Central havia murchado para cerca de três milhões, ou seja, um décimo do que tinha sido antes da conquista. Continuou caindo, embora mais lentamente, por outros cinquenta anos, chegou ao mínimo de 1,6 milhão em 1620, e teve uma recuperação irregular até o século XVIII. (...) Depois que os surtos iniciais de varíola haviam passado, o México e o Peru foram atacados pelo sarampo, em 1530–31. A mortalidade foi novamente muito alta, por se tratar da mesma situação: a doença encontrou uma população virgem e densa bastante para manter a cadeia de infecção. Ainda no século XVI, as populações asteca, inca e maia, foram visitadas também por epidemias de tifo e de influenza. (McNeill, 1977, pp. 180, 184–85).

No Brasil, a população indígena era muito menor e muito mais dispersa. Nas primeiras décadas, suas relações com os invasores foram

relativamente amenas, e os índios prestaram serviços eventuais para os portugueses (e para os franceses), em troca de machados, facas e quinqui-lharias. Mas logo depois, quando começaram os primeiros ensaios de agricultura comercial, tornou-se necessária uma força de trabalho mais constante e mais disciplinada, e os antigos parceiros começaram a ser escravizados. “Inicialmente os portugueses compraram índios escravizados nas guerras entre eles [...] mas à medida que se sentiram mais fortes, eles próprios passaram a guerrear os índios para escravizá-los” (Marchant, 1966, pp. 21, 38–43). Aqui também os nativos não tinham imunidades, e os micróbios do Velho Mundo cobraram uma conta altíssima. Os índios começaram a ser dizimados e passaram a se internar mais e mais nos sertões. Embora tenha sido numericamente menos dramática, e mais dispersa no espaço e no tempo, a devastação pelas mesmas viroses mencionadas foi também gigantesca, e levou os índios brasileiros, ao longo dos séculos da colonização, e também ao longo do século XX, “à beira da extinção” (Hemming, 1978, p. xv).

Tanto os espanhóis como os portugueses, trataram extremamente mal as populações nativas que encontraram. Consideravam-nos seres inferiores e (além de ocuparem suas terras) tudo que queriam deles era extrair trabalhos forçados para suas minerações e plantações – os espanhóis na forma de *mitas* e *encomiendas*, os portugueses na forma de escravos caçados pelos bandeirantes. Desejavam às vezes expulsá-los de alguma área, mas nem eles nem os missionários tinham motivos para querer exterminá-los. Não foi a violência militar das guerras de conquista, nem os maus tratos das *razzias* escravistas ou do trabalho nas minas, *haciendas*, ou plantações, que dizimaram essas populações e destruíram suas instituições e estruturas sociais. Foi outro tipo de violência, vinda de seres tão microscópicos, invisíveis e incompreensíveis, que eram percebidos pelas vítimas como determinações divinas. Os algozes, que também não tinham nenhuma explicação para o fenômeno, achavam a mesma coisa – com a diferença que Deus estava do seu lado.

No mesmo momento em que o México estava sendo invadido por espanhóis e por epidemias, os portugueses, que haviam reinventado a escravidão em suas ilhas atlânticas, estavam inaugurando o tráfico intercontinental de escravos, que nos três séculos seguintes traria para a América mais de dez milhões de africanos. Até 1820, de cada cinco pessoas que atravessaram o oceano com destino ao Novo Mundo, quatro eram africanos escravizados.

Com eles vieram as duas grandes febres — malária e febre amarela — que faziam da África a *white man's grave*, e muitas doenças parasitárias. Quando começou a colonização, os *anofelinos*, vetores da malária, já existiam no continente americano e logo depois chegaram diferentes espécies de *plasmodium* trazidas por africanos e por europeus. A febre amarela surgiu um pouco mais tarde: seu *Flavivirus* pode ter chegado junto com os primeiros escravos, mas a importação do famoso culicídeo do gênero *Aedes*, elo indispensável em sua cadeia de transmissão, deve ter demorado um pouco mais. As duas doenças se endemizaram rapidamente e logo estavam matando muita gente nas regiões tropicais e subtropicais da América.¹

Além da malária e da febre amarela, há consenso entre os especialistas de que a grande maioria das helmintoses e outras doenças parasitárias, como por exemplo, a esquistossomose, a leishmaniose e a filariose, que hoje também são endemias entre nós, foram igualmente trazidas pelo tráfico de escravos. Até mesmo a ancilostomose, ou “amarelão”, tão familiar até alguns anos atrás como a doença símbolo do nosso jeca-tatu, é africana. A letal tripanossomíase africana, ou doença do sono, não foi capaz de migrar porque seu vetor, a mosca tsé-tsé, felizmente não conseguiu se estabelecer deste lado do Atlântico. Somente a doença de Chagas, ou tripanossomíase americana, seu agente, o *Trypanosoma cruzi*, e seus

1 Apesar da falta de espaço, penso que o tétano merece uma nota por se tratar, na minha opinião, da principal causa individual de mortalidade neonatal das populações escrava e livre — o temido e letal *mal dos sete dias* — e o principal impedimento ao crescimento natural da primeira. É difícil determinar quem primeiro trouxe o *Clostridium tetani* para a América, mas a infecção é certamente exótica, pois já tinha sido descrita por Hipócrates desde o século V a.C.

hospedeiros intermediários, os hemípteros conhecidos como barbeiros, são, com certeza, originários da América.²

Os contemporâneos consideravam que os negros eram os melhores trabalhadores para os canaviais, os engenhos e as minas. Acreditavam que eram os únicos capazes de tolerar a estafante labuta sob o sol da América, e atribuíam essa qualidade a características *raciais*. Hoje não há dúvida de que eles eram mais resistentes que os brancos europeus no regime de *indenture*, ou que os indígenas escravizados, mas sabemos que isto nada tem que ver com raça ou etnia, e sim com imunidades adquiridas. Essa superior resistência ajuda a explicar parcialmente a fixação dos colonizadores no escravo africano, em detrimento das outras modalidades de trabalho coercitivo que foram ensaiadas.³ (Curtin, 1968, pp. 194, 207, 216)

Graças ao seu relacionamento milenar com os muçulmanos, vários povos africanos tiveram uma longa exposição a algumas viroses e doenças bacterianas originárias da Eurásia, como difteria, varíola, sarampo, influenza, catapora e caxumba, e adquiriram boa resistência a elas. No seu habitat natural conviviam com as duas grandes febres africanas – a malária e a febre amarela – tendo assim a oportunidade de desenvolver relativa imunidade contra ambas. Assim, em virtude de sua maior resistência às doenças eurásianas trazidas pelos europeus (que dizimavam as populações ameríndias), e às doenças africanas, trazidas por eles próprios (que liquidavam os europeus), os africanos talvez fossem os únicos realmente capazes, *do ponto de vista imunológico*, de sobreviver e trabalhar no cenário epidemiológico criado pelo encontro dos mundos.

Kenneth Kiple afirmou que os africanos que vieram para a América como escravos podem ser considerados membros de uma “elite imunológica, sobreviventes que eram em um dos mais formidáveis ambientes patogênicos do mundo” (Kiple, 1984, pp. 12–13). Mas certamente não eram imunes a tudo, e além dos horrores do tráfico e do regime escravista,

2 A médica sanitária Diana Maul discorda da origem africana de várias parasitoses e outras doenças, considerando esta posição ideológica e “racista”, mas sua argumentação e evidência empírica não convencem. Diana Maul de Carvalho. Doenças dos escravizados, doenças africanas? *XII Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ 2006.

3 Sobre isso veja também David Eltis. Um breve resumo do tráfico transatlântico de escravos. In: *Slave Voyages 2.0. Ensaio*.

também pagaram um alto preço em termos de morbidade e mortalidade. Em primeiro lugar, suas defesas imunológicas não eram universais nem uniformes. Designações como “África” e “africanos” são obviamente muito genéricas, e englobam dezenas de etnias, nações e culturas diferentes, que viviam em regiões e habitats diversos e estavam sujeitas a diferentes ambientes de morbidade. Não haviam sido, portanto, uniformemente expostos, nem haviam desenvolvido imunidades uniformes às próprias patologias africanas.⁴ Da mesma forma, alguns povos viviam em grandes impérios e reinos, tinham contato antigo com rotas de comércio, com o mundo muçulmano e, através dele, com todo o Velho Mundo e suas doenças. Mas outros viviam em sociedades tribais e aldeias isoladas, sem nenhuma possibilidade de desenvolver um leque completo de imunidades contra as doenças de origem eurásiana.

Ao serem reunidos e misturados, seja nos pontos de embarque na costa africana, seja nos porões dos tumbeiros, todos eram expostos a um coquetel de vírus, bactérias, bacilos e parasitas, muitos dos quais eram inteiramente estranhos a seus organismos e seus sistemas imunológicos. Era comum os traficantes visitarem vários portos em diferentes lugares para completar suas cargas, e irem recolhendo escravos e doenças por onde passavam.

As barreiras para impedir a importação de doenças eram muito precárias nas várias sociedades escravistas. A medicina da época não era capaz de identificar muitas doenças, nem sua etiologia, nem seus mecanismos de contágio e transmissão. Doenças incubadas, ou assintomáticas, e várias parasitoses que viajavam escondidas nas tripas do doente, não eram sequer percebidas. No tráfico atlântico, a quarentena era em geral apenas uma medida *ad hoc*, quando se detectava em algum navio a presença de alguma das poucas doenças infecciosas conhecidas, como o cólera e a febre amarela, ou aquelas com lesões externas evidentes, como a varíola ou a boubá. Os traficantes faziam de tudo para esconder os “defeitos” de suas cargas, e guaribavam de tal forma os africanos, que muitas vezes nem mesmo os

4 A imunidade à malária não é definitiva, o mesmo indivíduo pode ser infectado várias vezes, além de existirem diversas espécies de *plasmodium*. A aquisição de imunidade a outras doenças parasitárias é variável, complexa, e pouco prevalente. Veja Pessoa e Martins, *Parasitologia Médica*, pp. 22-26.

olhos treinados de compradores experientes eram capazes de detectar suas doenças. Assim, os escravos que sobreviviam às terríveis condições da travessia e às novas contaminações nos depósitos, *barracões* e *slave pens* dos mercados do Rio de Janeiro, da Bahia, de Havana, de Kingston, ou de Charleston, levavam consigo um vasto carregamento de patógenos adquiridos na África e nas diversas etapas da escravização, para seus destinos finais.

O ambiente malsão das senzalas, dos *slave quarters*, das *slave villages*, dos *bohíos* e dos *bateys*, era palco de trocas mortais: cada negro novo que chegava era recebido com festa pela variedade de viroses, tuberculose, pneumonia, disenterias bacterianas, sífilis, tétano, lepra, doenças venéreas, verminoses e doenças parasitárias já instaladas e, por seu lado, trazia consigo novas formas de morrer para seus companheiros de cativeiro.

Na primeira globalização, os africanos foram, portanto, agentes e vítimas das trocas epidemiológicas. Acorrentados nos porões dos tumbeiros, carregaram patógenos mortais, mas mesmo sendo titulares de um razoável rol de imunidades, entravam em um ambiente estranho ao pisarem o solo da América. Embora mais resistentes que os ameríndios e do que os brancos, aqui encontravam doenças contra as quais não tinham proteção,⁵ e muitas vezes tiveram de viver em condições de saneamento muito piores do que aquelas de sua terra natal. Mesmo aqueles que conseguiam ultrapassar o período crítico da adaptação, ou *seasoning*, apresentaram taxas de mortalidade absurdamente altas. E, é claro, não morriam só de doença – morriam também por cargas brutais de trabalho, maus tratos e alimentação insuficiente, próprias de sua miserável condição de escravos.

Fevereiro de 2020

5 Entre as deficiências imunológicas dos africanos destaca-se sua pequena exposição e sua pequena resistência às infecções pulmonares, como tuberculose, pneumonia bacteriana e coqueluche, que matavam muita gente na África, e continuaram a fazê-lo na América. Segundo Kiple eram também particularmente suscetíveis a contrair tétano e lepra. Essa última doença, cujas lesões eram às vezes confundidas com as da boubá, não era um mal específico da África, mas era tão prevalente entre os africanos na América que era considerada no Caribe como uma doença da raça negra.

REFERÊNCIAS

- Carvalho, Diana Maul de. Doenças dos escravizados, doenças africanas? *XII Encontro Regional de História*. ANPUH-RJ 2006.
- Crosby, Alfred. *The Columbian Exchange: biological and cultural consequences of 1492*. 30th Anniversary Edition (Contributions in American Studies). ABC-CLIO. Edição do Kindle, sem data.
- Curtin, Philip D. Epidemiology and the slave trade. *Political Science Quarterly* 83 (2) (June 1968).
- Eltis, David. Um breve resumo do tráfico transatlântico de escravos. In: *Slave Voyages 2.0*. Ensaios.
- Hemming, John. *Red gold. The conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978.
- Kiple, Kenneth F. *The Caribbean Slave. A biological history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- Marchant, Alexander. *From barter to slavery. The Economic relations of Portuguese and Indians in the settlement of Brazil, 1500-1580* [1942]. Rep. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1966.
- McNeill, William. *Plagues and peoples*. Garden City, New York: Anchor Press/Doubleday, 1977.
- Pessoa, Samuel B. e Amilcar Vianna Martins. *Parasitologia médica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 10^a edição, 1977.

Sobre o autor

Roberto Borges Martins nasceu em Belo Horizonte em outubro de 1947, e estudou no Colégio Estadual de Minas Gerais. É graduado em Economia pela UFMG, mestre e doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt (EUA). Entre 1971 e 2001 foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde deu cursos de Teoria Econômica e de História Econômica.

Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Governo Federal, presidente da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, membro titular do CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação, e vice-presidente do Programa Nacional de Ações Afirmativas.

Entre 2002 e 2005, representou a América Latina e o Caribe no *Working Group of Five Independent Experts on People of African Descent* (WGPAD), do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Foi também consultor de outros organismos das Nações Unidas, como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em questões relacionadas com desigualdades raciais e políticas para promoção da igualdade.

Publicou diversos trabalhos sobre a história econômica e demográfica de Minas Gerais, história da escravidão e do tráfico de escravos, e também sobre desigualdades raciais e políticas sociais no Brasil.

É casado desde 1971 com Maria do Carmo Salazar Martins, com quem tem uma filha e dois netos.

